

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL



EM NOME DO PATRIMÔNIO



REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DA CULTURA
NA CIDADE DE GOIÁS



IZABELA TAMASO

BRASÍLIA – 2007

Fotos da capa: Izabela Tamaso

Procissão da Ressurreição – Largo do Coreto (2002)

Procissão da Ressurreição – Ponte da Lapa (2002)

Cruz do Ananguera, Casa de Cora e Igreja do Rosário (2001)

Procissão de Santa Luzia (13 de dezembro de 2001)

Banda do 6º BPM – Festival de Artes (2001)

IZABELA TAMASO

EM NOME DO PATRIMÔNIO

**REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DA CULTURA
NA CIDADE DE GOIÁS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Klaas Woortmann

**BRASÍLIA
SETEMBRO DE 2007**

À todas as mulheres vilaboenses solteiras,
que abrindo mão da maternidade, foram
guardiãs da tradição e do patrimônio,
deixando um legado para os *filhos de Goiás*.

Em memória de meu pai, João Baptista, meu
mestre na difícil e encantadora arte de
relativizar.

Ao José... por tudo.

Ao Lorenzo, pela alegria e esperança que
resgata em mim, dia a dia, desde sua
existência.

AGRADECIMENTOS

Uma tese que deveria ser feita em quatro anos e terminou alguns anos depois, trouxe certos dissabores, mas felizmente muito mais satisfação. A mais importante foi que com a tese estendida estendi minha convivência com *Klaas Axel A. W. Woortmann*, meu orientador. Ele foi sábio em conter meus ímpetos e paciente em ouvir meus longos relatos de um campo intenso. Professor ao dissertar sobre as teorias e orientador ao iluminar caminhos, sem nunca impô-los. Apenas seduzia pela capacidade incalculável que tem de ouvir e falar com autoridade.

Em *Ellen Fensterseifer Woortmann* tive sempre uma interlocutora conscienciosa. Minha orientadora no mestrado, ela bem sabia dos meus interesses e de antemão indicava a devida cautela com a expressão gaúcha “cuida bem”... Eu espero ter “cuidado” de tudo, professora.

No Departamento de Antropologia agradeço ainda a:

Alcida Rita Ramos, especialmente, pelo constante e profícuo diálogo estabelecido desde o início de minhas reflexões sobre o patrimônio em Goiás e, principalmente, por não ter considerado uma heresia minhas analogias com o indigenismo.

Wilson Trajano Filho, interlocutor e incentivador em momentos importantes da trajetória.

Paul Elliot Little, Marisa Gomes e Souza Peirano e Roque de Barros Laraia por terem acreditado, cada qual separadamente e em momentos distintos, na exequibilidade destas reflexões.

Rosa Venina Cordeiro pela eficiência que impõem à secretaria, facilitando em muito a nossa vida.

Aos colegas do doutorado: *Carmem Lucia da Silva, João Batista de Almeida Costa, Antonádía Monteiro Borges, Andréia Borghi M. Jacinto e Nívio Caixeta do Nascimento*.

Outros antropólogos também contribuíram para com a execução deste trabalho. Agradeço especialmente:

Ao *Manoel Ferreira Lima Filho*, que em vários momentos acadêmicos possibilitou que minhas preliminares análises de Goiás fossem debatidas.

Agradeço ainda a *Heitor Frúgoli Júnior, Fernanda Arêas Peixoto, Luciana Teixeira de Andrade, José Reginaldo Santos Gonçalves, Regina de Abreu, Andrea Ciacchi, Julie Cavignac e Alexandre Correia* pela oportunidade de expor os resultados parciais de minhas investigações em eventos antropológicos.

À *Domíniqne Buchillet* com quem compartilhei, por um breve e aprazível tempo, não apenas o escape dos ruídos da morada vilaboense; como também muitos dados iniciais de campo.

Agradeço aos colegas da UFG, *Selma Sena, Joana A. Fernandes e Marco Lazarin* com quem partilhei dois anos enriquecedores.

À *Cristiana de Andrade Fernandes* e *Clarisse Rabello* agradeço o apoio na transcrição de algumas entrevistas.

Ao *Sebastião Araújo* pelo trabalho dedicado e paciente na confecção dos mapas.

À amiga *Akemi Kawagoe*, pela sensível interferência na cor e na estética dos mapas.

A Capes e ao CNPq pelo financiamento em momentos diferentes da pesquisa.

Aos meus amigos de sempre:

Lígia Daher Gonçalves e *Kiko Sucupira*.

Com amor agradeço

À minha mãe, *Neusa*, pelo exemplo da coragem e determinação.

Às minhas irmãs *Cláudia* e *Renata*, por dividirem tanto comigo!

Aos meus sobrinhos *Victor* e *Maria Júlia*, que, embora muito jovens, tanto contribuíram ao tornarem as férias de Lorenzo tão intensamente divertidas, enquanto eu me dedicava à tese.

Sinto muito, mas minha lista de agradecimentos agora é apropriadamente grande, pois para minha fortuna tive o privilégio de conhecer pessoas memoráveis. A cidade de Goiás é um *topos* de humanidade, cordialidade e gentilezas. Lá aprendi o sentido prático da palavra reciprocidade. Tenho que agradecer a todos e a cada um pelas experiências compartilhadas, pelo apoio e pela confiança em mim depositada. Que satisfação citar agora seus nomes!

À *Neusa Serradourada* agradeço a dedicação com que me guiou pelas casas vilaboenses, celebrações e festas. Foi uma grande companheira do meu trabalho de campo. Em sua casa aprendi a saborear as deliciosas quitandas com que sempre me recebia acompanhada de *Luzia Bárbara* e *Ana Cristina*: biscoito de queijo, empadão goiano, pamonha frita e angu ao molho pardo. Com *Neusa* se abriram para mim muitas *portas do meio* dos lares vilaboenses. Minha eterna gratidão pela confiança, amizade e hospitalidade.

Em casa vizinha, as irmãs *Terezinha* e *Ritinha da Veiga Jardim* também me ampararam com suas memórias topográficas e me auxiliaram quando já distante do campo precisava de dados. A autoria do capítulo sobre as solteiras tem que ser com elas dividido, pois que elas o balizaram comigo desde sua inicial concepção. Discretas e leais, *Ritinha* e *Terezinha* sintetizam a essência da cortesia vilaboense.

Agradeço a acolhida que me deram os irmãos e padres do Mosteiro da Anunciação do Senhor; especialmente ao *Padre Marcos, Irmão Celso, Irmão Jovanir, Irmão Fernando* e *Irmão José Maria*.

Também fui acolhida pelo Centro Diocesano. Agradeço especialmente ao *Bispo Dom Eugênio Rixen, Maria de Lourdes Araújo* e *Alessandra Rodrigues de Jesus*.

Aos meus vizinhos da Rua Senador Eugênio Jardim — dona *Elí Coelho Rezende* e seu *Héber da Rocha Rezende*, *Raimunda Montelo Gomes*, *Dona Otávia*, *Dona Augusta*, *Regina Célia Damasceno* — pela convivência cotidiana, pelo afeto, pela companhia, pela guarida constante, e pela agradável e memorável tarde em que nos juntamos para tornar florida, colorida e ainda mais bela a “nossa” rua, para a Procissão de Corpus Christi.

Especialmente agradeço à *Teresinha Batista*, vizinha de parede meia, por tamanho carinho e constante presença amiga.

À *Wiana Curado*, proprietária da casa em que moramos por um ano e meio, agradeço a presteza com que nos atendeu e a confiança em nós depositada.

No Largo do Rosário, pelo alpendre de *dona Lígia de Vellasco (dona Fia)* e *Lavinia de Vellasco* eu não conseguia passar direto. Era sempre chamada a entrar para dar uma palavrinha, tomar um licor e depois seguir meu caminho, certa de que ali tinha um porto seguro. À noite, cadeiras na calçada e os vizinhos compartilham a lua, a vida, a morte, o terço, o soar do sino, as alegrias e as aflições.

No mesmo Largo do Rosário devo ainda agradecer à *dona Olímpinha de Azeredo Bastos*, pelo carinho e pelas divertidíssimas conversas e à toda a família de *dona Benedita Batista* pela alegria compartilhada nos aniversários e celebrações. Também *Rosinha*, *Eurione da Veiga Jardim* e *Eurivane da Veiga Jardim* pela delicadeza e simpatia. *Juliane da Veiga Jardim*, *Jácomo*, *Maurício Jácomo*, *Janete de Azeredo Bastos*, *Luís*, *Nádia Rios Amorim*, por tantas conversas musicadas no Largo do Rosário. Inesquecíveis noites....

Ainda no Largo do Rosário *Frei Marcos Lacerda* serenamente me explicava, conduzia e alertava! À nossa partida, ele foi presença intensa!

Também pude contar com o interesse e desfrutar da sagacidade de *dona Níni*, *Maria Antonieta Ramos Jubé*, cuja energia e vivacidade não me esquecerei.

Agradeço a *Frances Ferreira* e *Cel. Brasil Ferreira* pelas conversas na beira do cais, na esquina da *Hugo Ramos*, na porta do Rosário, na Casa de Cora, nas festas, celebrações... Onde quer que nos encontrássemos lá vinha uma boa “prosa”.

Leonardo Barreto e *Chiara*, quão boas aquelas massas! Agradeço por terem iluminado “o caminho das pedras” de Goiás, com suas presenças corajosamente críticas!

Com *dona Sílvia Curado* e toda sua família, especialmente *Sebastião da Silva Curado* e *Clísiede*, compartilhei o giro de três dias da Folia do Divino, a música sacra e as modinhas. Mas também a confecção dos alfenins e verônicas e muitas conversas divertidas e importantes para as conclusões a que chega esta tese.

Agradeço especialmente a *Élder Camargo de Passos* e *Alice Santana de Passos (Alicinha)*, cada um ao seu modo contribuiu com informações importantes. Ele revendo e escrevendo *os autos do passado* como quis *Cora Coralina*; ela, *Alicinha* (mas também sua

irmã Lourdinha) contando-me casos pitorescos, engraçados e comoventes de um passado ainda não inscrito.

Aos jovens e críticos amantes de sua cidade:

Héber da Rocha Rezende Júnior pelo respeito e consideração para com minha pesquisa.

Fátima Sócrates do Nascimento, cuja lucidez tive a sorte de conhecer.

Jane de Alencastro, cúmplice de tantos momentos...

Goíandira Ortiz de Camargo, pelas preciosas informações!

Agradeço ainda a acolhida que me deram muitos outros vilaboenses como: Hecival Alves de Castro, Maria Vânia Rios Santana, Ana Marinho, Eleusa de Loyola Alencastro, Marlene Gomes de Velasco, José Filho Costa Pereira Manso, Antolinda Baía Borges.

À Tânia Mendes Caiado agradeço a gentileza por me ceder cópias de fotos do acervo da família Mendes Caiado.

Suzel Sócrates da Veiga Jardim, por tanto que comigo compartilhou.

Adriano de Alcântara e Carmem Lúcia de Brito Carvalho sempre dispostos a me guiar.

A Maria Carlota Ramos Jubé Pedrosa (Nizinha) e Luís Pedrosa pela companhia, pelas conversas e por tantos jantares ao luar, no quintal colonial da Rua do Carmo. Que boas lembranças!

Maria Geni Pereira Chagas, que gentilmente me conduziu pela sua Vila Lions, consciente da importância de me revelar outro lado (não monumental) da cidade.

À Véronique e Giorgio De Antoní, por tantas e tão carinhosas acolhidas às margens do Rio Vermelho!

À Família Velasco de seu Luís, dona Ruth e Leila, pela amizade, afeto e hospitalidade.

À Olema Brom e Aloísio Celso Ramos Jubé, pela companhia animada e descontraída nas caminhadas noturnas por ruas, largos e becos de Goiás; quando eles retornavam a uma Goiás de outros tempos e nos permitiam compartilhar de suas memórias.

Depois de ter finalizado o trabalho de campo pude contar com o apoio incondicional de Goíandira Ortiz de Camargo, Jane de Alencastro Curado, Frei Marcos Lacerda, Héber da Rocha Rezende Júnior, Fátima Sócrates do Nascimento e Sebastião da Silva Curado. Com eles dividi não apenas o período de campo com longas e estimulantes conversas, mas também o da escrita da tese, em que me deparava com os becos sem saída, não da cidade, mas da minha própria mente. Eles me socorreram sempre com informações preciosas. Especialmente a Héber da Rocha Rezende Júnior, agradeço pela paciência e dedicação.

Fátima da Silva Cançado e Milena Bastos Tavares pelo apoio na busca por alguns documentos.

À *Gislaine Tedesco* pelas informações relativas ao patrimônio arqueológico.

Agradeço a todos os *vilaboenses* que gentilmente me cederam documentos e fotos.

Especialmente agradeço a *Brasilete Ramos Caiado*, que, cordial e sensível, sempre me recebeu para longas e agradabilíssimas conversas, ajudando-me a transpor alguns obstáculos. É uma pena...

Além de *Brasilete*, outros *vilaboenses* não puderam conhecer o resultado final de minhas investigações *Noêmia Arraes Ferreira*, *Iracema Malheiros*, *Adelaide da Silva Oliveira*, *Dolci Caiado*, *José Antonio Serra*, *Lígia de Vellasco*, *Filerinda Marinho*, *Brasílio Ramos Caiado*, *Wiana Curado*. Agradeço por terem me ajudado a reconstruir o processo de patrimonialização da cidade, além de terem me proporcionado momentos tão divertidos quanto sublimes!

Às Instituições:

IPHAN:

14ª Sub Regional do Iphan em Goiás

Wanderley de Oliveira Silva, Maria Lúcia Franco Pardi, Júlio César Alves de Castro, Hélia, Edinéia de Oliveira Ângelo, Luiz Roberto Botosso Júnior e Marilda Correia Martins.

Museu das Bandeiras

Fátima Sócrates do Nascimento

17ª Superintendência do Iphan em Goiânia

Salma Saddi Wares de Paiva, Cristina Portugal Ferreira e Daise.

Brasília:

Ana Gita de Oliveira, Ana Cláudia Lima e Alves, Fernando Madeira, José Leme Galvão, Dr. Belmira Finageiv.

Gerência de Documentação / COPEDOC – Rio de Janeiro

Zulmira Pope

Superintendência Regional do INCRA – SR-04

Pablo Kossa

Diocese de Goiás

Dom Eugênio Rixen, Maria de Lourdes e Norma

Convento dos Dominicanos da cidade de Goiás

Frei Marcos de Lacerda, Frei Domingos e Frei Casemiro

Monumenta / BID

Otávio Monteiro Daher

Irmandade de São Bom Jesus dos Passos

Edmundo Calil Saddi

Casa de Cora Coralina

Marlene Gomes de Velasco

Prefeitura Municipal de Goiás

Boadyr Veloso, Eladyr Veloso

OVAT – Organizações dos Valores das Artes e Tradições Vilaboenses

Élder Camargo de Passos

Movimento Pró-Cidade de Goiás

Brasilete Ramos Caiado e Cel Brasil Ferreira

Fundação Frei Simão

Élder Camargo de Passos e Maria de Fátima Cançado

Museu de Arte Sacra da Boa Morte

Antolinda Baía Borges e Jurema

Conselho Municipal de Cultura

Regina Célia Dasmasceno, Héber da Rocha Rezende Júnior

Conselho dos Pastores Evangélicos da cidade de Goiás

Pastor Raimundo

Palácio Conde dos Arcos

José Filho Costa Pereira Manso

Gabinete Literário

Associação das Vítimas da Enchente

Câmara dos Vereadores de Goiás

Mosteiro da Anunciação do Senhor

6º Batalhão de Polícia Militar de Goiás

Banda do 6º Batalhão da Polícia Militar

Centrais Elétricas de Goiás (CELG)

Ministério Público Federal de Goiás

RESUMO

Esta tese apresenta o processo de patrimonialização da cidade de Goiás (GO), no decorrer da segunda metade do século XX, tendo como marco inicial os primeiros tombamentos efetuados pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) durante a década de 1950 e findando no momento da outorga do título de patrimônio mundial em 2001, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Fontes documentais (jornais e processos de tombamento) somadas à etnografia permitiram identificar as representações e as apropriações dos vilaboenses de seus bens culturais (lugares, edificações, objetos, celebrações etc.) e das políticas e práticas engendradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este trabalho realiza uma antropologia do sistema patrimonial da cidade de Goiás à medida que (1) analisa o debate cultural que tem efeito por meio das estratégias e táticas acionadas pelos agentes do patrimônio e pelos moradores da cidade, no que tange aos patrimônios privados, públicos e religiosos; (2) interpreta as contradições e os conflitos inerentes às práticas de preservação dos patrimônios, sobretudo com relação às ações de tombamento e às obras de restauro; (3) descreve e analisa as fronteiras e as exclusões operadas pelo processo de patrimonialização, o qual colaborou sobremaneira para a cisão da área urbana em *centro histórico* e *periferia*; (4) analisa especialmente as ações de apropriação e expropriação empreendidas em nome do patrimônio tanto por agentes locais quanto externos à cidade; (5) apresenta o cotidiano, as festas e as celebrações dos vilaboenses circunscritos às políticas e práticas patrimoniais. A observação do debate cultural na prática social permitiu identificar os contrastes entre os ideais históricos e estéticos da burocracia estatal (IPHAN), dos agentes internacionais (International Council on Monuments and Sites – ICOMOS e UNESCO) e dos agentes locais do patrimônio (elite cultural) de um lado e de outro, as histórias pessoais e familiares incrustadas em ruas e becos, pontes e largos, paredes de taipa, adobe ou pau-a-pique das residências da antiga Vila Boa de Goiás.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Apropriação cultural. Centro histórico. Memória social. Patrimônio mundial.

ABSTRACT

IN THE NAME OF THE HERITAGE: CULTURAL REPRESENTATIONS AND APPROPRIATIONS IN THE CITY OF GOIÁS

This thesis presents the heritage process the city of Goiás, located in the state of Goiás, in the Midwestern Region of Brazil, underwent in the second half of the twentieth century. This process was initiated by the first declarations carried out by the National Secretary of Historical and Artistic Heritage (Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN) in the 1950s, and ended in 2001, when the title of World Heritage Site was granted to the city by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Documents (newspapers and heritage processes) and ethnography allowed for the identification of the representations and appropriations by the local people of their cultural legacies (places, buildings, objects, celebrations, and so on) as well as the policies and practices generated by the National Institute of Historical and Artistic Heritage (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN). This study performs an anthropology of the heritage system of the city of Goiás by (1) analyzing the cultural debate that has effects through the strategies and tactics used by the heritage agents and the people who live in the city regarding the private, public, and religious heritages; (2) interpreting the contradictions and conflicts connected to the practices of heritage preservation, mainly related to the heritage process and the restoration work; (3) describing and analyzing the frontiers and the exclusions promoted by the heritage process, which greatly contributed to the division of the urban area into *historical center* and *outskirts*; (4) analyzing especially the actions of appropriation and expropriation carried out in the name of the heritage either by local or foreign agents; (5) presenting the local people's everyday life, festivities, and celebrations circumscribed to the heritage policies and practices. The observation of the cultural debate in the social practice permitted the identification of the contrasts between the historical and esthetical ideals of the state bureaucracy (IPHAN), the international agents (International Council on Monuments and Sites – ICOMOS and UNESCO) and the local heritage agents (cultural elite) on the one hand and, on the other, the personal and family histories encrusted in the streets and alleys, bridges and public squares, wattle and daub or adobe walls of the residences of the antique Vila Boa de Goiás.

Key words: Heritage cultural. Cultural appropriation. Historical center. Social memory. World heritage.

SUMÁRIO

Lista de Siglas.....	xiii
Lista de Mapas.....	xiv
Lista de Quadros.....	xv
Lista de Anexos	xvi
INTRODUÇÃO	01
PARTE I:	
GÊNESE DO PATRIMÔNIO VILABOENSE:	33
1. VILA BOA DE GOIÁS	34
1.1 Das bandeiras à mudança da capital: breve história	34
1.2 Paisagem e evolução urbana	43
1.3. Vila Boa de Goiás, Goiás ou Goiás Velho?	60
2. A NARRATIVA MÍTICA E A PERDA ORIGINÁRIA: OURO E ÍNDIOS	65
3. A GRANDE ESPOLIAÇÃO: A PERDA DA CAPITAL	89
4. O PARADOXAL INÍCIO DA RESTITUIÇÃO	110
4.1. Os primeiros tombamentos	119
4.2. A transferência simbólica da capital	142
4.3. Goiás, Monumento Histórico do Estado	149
4.4. Goiás, um patrimônio da Nação	154
5. A RESTITUIÇÃO MAIOR: O TÍTULO DE PATRIMÔNIO MUNDIAL	163
5.1. <i>Dossiê</i> : o patrimônio para UNESCO ver	167
5.2. Dias que antecederam a decisão parcial da UNESCO	184
5.3. O dia que se pensou que a cidade ganhara o título	191
5.4. Enquanto aguardavam o título... ..	205
5.5. “Goiás Velho” é “Patrimônio Mundial”	211
PARTE II	
O SISTEMA PATRIMONIAL LOCAL: REPRODUÇÃO SOCIAL E AGÊNCIA	221
6. MULHERES SOLTEIRAS: DA NEGAÇÃO DO MATRIMÔNIO À GESTAÇÃO DO PATRIMÔNIO	230
6.1. O gênero das solteiras	234
6.2. Tipologia da solteirice vilaboense	238
6.3. <i>Não morrem aquelas que deixaram na terra a melodia de seus cânticos</i>	245
6.4. <i>Não casou toma conta da rua!</i>	255

7. AGENTES DO PATRIMÔNIO: CULTURA, TRADIÇÃO E PODER	282
7.1. Digressão sobre intencionalidade	282
7.2. Goiás, o <i>berço da cultura e civilização goiana</i>	299
7.3. <i>Centro histórico e periferia</i>	318
7.4. <i>Panelinha, grupinho: os donos da cidade!</i>	352
PARTE III	
O SISTEMA PATRIMONIAL LOCAL: REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DA CULTURA VILABOENSE	375
8. PATRIMÔNIO PRIVADO	382
8.1. Família e tradição	382
8.2. A casa vilaboense	392
8.3. A casa tombada	412
8.4. A casa valorizada: a liminaridade globalizada	436
8.5. Patrimônios e relíquias que o Rio Vermelho levou... ..	449
9. PATRIMÔNIO PÚBLICO	465
9.1. A paisagem cultural: cantando, declamando e pintando Goiás	478
9.2. Largos, becos, ruas e pontes	492
9.3. Os lampiões: marcos da fronteira do patrimônio mundial	517
9.4. As pedras do cotidiano, lugares de memórias	529
9.5. A Cruz do Anhanguera	543
9.6. O patrimônio apropriado	554
9.7. O patrimônio arqueológico	568
9.8. <i>A Avenida da discórdia e o polêmico Teleférico</i>	584
10. PATRIMÔNIO RELIGIOSO	594
10.1. As Igrejas e Irmandades	604
10.1.1. Catedral de Sant'Ana	606
10.1.2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário	614
10.1.3. Igreja de São Francisco de Paula	618
10.2. Festas e procissões, o patrimônio em movimento	622
10.2.1. Semana Santa	626
10.2.2. Festa do Rosário	658
10.3. Os santos roubados, <i>carregados, levados</i>	668
10.4. A briga do santo	679
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	693
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	708
ANEXOS	742

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ABANNE – Reunião da ABA do Norte e Nordeste
AFLAG – Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás
AGEPEL – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico
AGETUR – Agência Goiana de Turismo
APROVI – Associação de Proteção à Vida
BPM – Batalhão de Polícia Militar
BPMG – Batalhão de Polícia Militar de Goiás
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CELAM – Consejo Episcopal Latino Americano
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
DAN – Departamento de Antropologia
DPHAN – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FECIGO – Fundação Educacional “Frei Simão Dorvi”
GOIASTUR – Secretaria de Turismo do Estado de Goiás
IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRC – Inventário Nacional das Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MIS – Museu da Imagem e do Som
MP – Ministério Público
MPCG – Movimento Pró-Cidade de Goiás
ONG – Organização não governamental
ONGs – Organizações não governamentais
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCH – Programa de Cidades Históricas
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PFL – Partido da Frente Liberal
PPGAS – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social
PT – Partido dos Trabalhadores
RBA - Reunião Brasileira de Antropologia
SANEAGO – Saneamento de Goiás S.A.
SECTEC – Secretaria de Ciência e Tecnologia
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELEGOIÁS – Telecomunicações de Goiás
TELEMON – Sistema de segurança e Telecomunicações Ltda.
UCG – Universidade Católica de Goiás
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

LISTA DE MAPAS

CORPO DO TEXTO

Mapa 1: Limite do município de Goiás (1950-1960)	42
Mapa 2: Limite do município de Goiás (1970-1980)	42
Mapa 3: Estado de Goiás Limite do município de Goiás (1970-1980)	44
Mapa 4: Primeiro momento de ocupação urbana	52
Mapa 5: Bens imóveis e conjuntos arquitetônicos tombados na década de 50	129
Mapa 6: Área tombada em 1978	157
Mapa 7: Área tombada e entorno	161
Mapa 8: Zona inscrita e zona de entorno (Dossiê de inscrição ao título de patrimônio mundial) – Mapa XXIX do Dossiê	169
Mapa 9: Cidade de Goiás	332
Mapa 10: Área de atuação e influência do Projeto Monumenta	477
Mapa 11: Imagens cartográficas comparadas	506
Mapa 12: Fiação Subterrânea	523
Mapa 13 Alta densidade de material arqueológico	580
Mapa 14: Mapa de sobreposição de valores patrimoniais	583
Mapa 15: Procissões da Semana Santa	644

ANEXO

Mapa 16: Carte XXVIII do Dossiê ANEXO X	764
Mapa 17: Mapa do centro histórico disponibilizado pelo Diretor da 17ª Sub-Regional do IPHAN ANEXO XI	765
Mapa 18: Rerratificação do Tombamento pelo IPHAN em 2004 ANEXO XII	766
Mapa 19: Mapa da Área Tombada e Entorno Publicado na Carta à Cidade de Goiás ANEXO XIV	768

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Antigos distritos do município de Goiás	40
Quadro 2: Composição do município de Goiás na segunda metade do século XX	41
Quadro 3: Ações desempenhadas pelos Anhangueras	74
Quadro 4: Ações desempenhadas pelos Anhangueras e omitidas em relato	75
Quadro 5: Explicações vilaboenses para o celibato feminino	241
Quadro 6: Configuração dos grupos sociais em relação ao espaço urbano	337
Quadro 7 - Diálogo I	345
Quadro 8: Formulário de Inscrição na lista dos Patrimônios Mundiais	346
Quadro 9: Total do material coletado nas ruas escavadas com alta densidade	581
Quadro 10: Festas e celebrações vilaboenses	625
Quadro 11 – Rituais e Celebrações da Semana Santa	640-643

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: Cronologia do processo da mudança da capital	743
ANEXO II: Autoridades presentes no dia da conquista parcial do título (27 de junho de 2001)	745
ANEXO III: 25ª Reunião da comissão do Patrimônio Mundial da UNESCO em Helsinque	746
ANEXO IV: Mulheres solteiras residentes no <i>centro histórico</i>	747
ANEXO V: Atividades das mulheres solteiras do centro histórico na 2ª metade do Século XX	751
ANEXO VI: Diretorias das ONGs e entidades assistenciais e culturais entre 2000 e 2003	756
ANEXO VII: Área de entorno publicada em “Carta À Cidade de Goiás” (Finageiv, 1983)	760
ANEXO VIII: Total de material arqueológico coletado nas ruas escavadas.....	761
ANEXO IX: Assentamentos no Município de Goiás e proprietários desapropriados..	763
ANEXO X: MAPA 16 – Zonas Protegidas pelo IPHAN (Fonte: Carte XXVIII – <i>Dossiê</i> , 2000)	764
ANEXO XI: MAPA 17 – Mapa do centro histórico disponibilizado pelo Diretor da 17ª. Sub-Regional do IPHAN	765
ANEXO XII: MAPA 18 – Rerratificação do Tombamento pelo IPHAN em 2004	766
ANEXO XIII: Relação das Irmandades entre os Séculos XVIII E XIX	767
ANEXO XIV: MAPA 19 - da Área Tombada e Entorno – Publicado na Carta à Cidade de Goiás	768



Lembrança de Goyaz

O sol da minha terra
O céu, a lua e as estrelas
Inda não vi ninguém cantar
E entretanto, que poesia e que beleza
Meu torrão revela no prateado,
Do luar, luar da minha terra
Tu me inspiras coisas lindas,
Desejos de rever a mulher tão amada

Meu Goyaz é pequenino,
Mas é grande e também
Sua gente é ousada.

O jardim mais perfumado
Não tem, não
O perfume delicado de canção
Que se encontra nos jardins encantados
De Goyaz, o meu querido torrão!

Tudo eu relembro,
Da minha terra sem par
A primavera em Setembro,
A brisa suave ao passar
Quando a saudade
Machuca o meu coração
Choro lembrando Goyaz
Minha linda cidade,
O meu torrão!

Música: Joaquim Édison Camargo
Letra: Francisca Filemon Mascarenhas

INTRODUÇÃO

Há uma Goiás
que claramente
se transparece
de cristalina.
Transparecida
se entrega ao tato
da mão do estranho
e se abre, viva.
(Brandão, 1976)

Nas últimas décadas, pudemos observar a crescente velocidade com a qual se espalharam mundialmente obsessões com o passado e, sobretudo, com o que se convencionou chamar de patrimônio¹. As atenções se voltaram para as raízes e as coleções tomaram conta do ocidente e se espalharam por todo o restante do mundo: 95% dos museus nasceram no pós-guerra e os sítios históricos se multiplicam aos milhares²

Os anos 90 foram marcados pela intensificação dos processos de patrimonialização, em todo o mundo (Lowenthal, 1998b; Jeudy, 2005; Peixoto, 2003b) e pela corrida ao título de patrimônio mundial junto à UNESCO (Peixoto, 2003b)³. Os investimentos nas ações de preservação se devem, em grande medida, à necessidade de se reagir localmente às transformações das estruturas da economia mundial, caracterizada tanto pela crise das sociedades industriais, quanto pelo crescente consumo e pela expansão dos lugares de lazer. É em tal contexto que muitas cidades têm procurado alternativas às economias industriais ou agrícolas (Peixoto, 2000, 2003b).

¹ Dentre os autores que têm se dedicado a analisar criticamente os processos de patrimonialização destaco Canclini, 1997; 1994; Certeau, 1994; Jeudy, 1990, 2005; Handler, 1988; Lowenthal, 1998a, 1998b; Peixoto, 2000, 2002, 2003, 2004.

² Conferir Canclini, 1994, 1997; Choay, 2001; Clifford, 1994; Jeudy, 1990, 2005; Handler, 1988; Lowenthal, 1998b; Nora, 1988.

³ Segundo Peixoto “Depuis 1993 le nombre de biens inscrit chaque année sur la liste de l’Unesco a toujours dépassé la moyenne des années 1970 et 1980, ce qui peut être considéré comme un premier indicateur de l’intensification de la course au statut de patrimoine mondial” (2003b, p. 3). O autor detalha que “A la fin des années 1980, le nombre de villes patrimoine mondial était de 71, tandis qu’à la fin des années 1990 (dix ans après) ce nombre s’élevait à 164. Aussi significatif que cet accroissement, le pourcentage des villes patrimoine mondial situées en Europe est passé, dans la dernière décennie du XXème siècle, de 45,1%, en 1989, à 57,3%, en 1999” (2003b, p. 7).

Especificamente “as ‘cidades históricas’ encontraram no *genius loci* um triunfo para fazer face à erosão do seu tecido econômico e à perda de competitividade” (Peixoto, 2000, p. 14). A cultura, o passado e o patrimônio são recursos que têm sido acionados com vistas a “reforçar a competitividade e a atractividade de territórios com objetivos políticos e econômicos bem definidos” (Peixoto, 2000, p. 10). Os “centros históricos” assumiram uma posição central na nova sintaxe do espaço urbano, dando origem a uma “metalinguagem do patrimônio”, e propiciando que o passado seja refuncionalizado por meio de ações que podem variar desde políticas urbanas de reordenamento dos lugares, estetização das paisagens urbanas e monumentalização das arquiteturas até reinvenção de tradições e folclorização de determinadas práticas culturais (Handler, 1988; Leite, 2001; Frias e Peixoto, 2002, 2003a).

As “ilhas” de passado surgem em meio às cidades do mundo todo, como um “espectro que agora ronda o urbanismo” e multiplica os investimentos no mercado de antiguidades. Esse “fantasma é esconjurado sob o nome de ‘patrimônio’” e “sua estranheza convertida em legitimidade” (Certeau, 1996, p. 190). As relíquias — aqui consideradas como qualquer item de um museu vivo que nos remetem a um passado transcendente (Giddens, 1997) — são identificadas, classificadas, restauradas, estetizadas, expostas, protegidas, ressignificadas, requalificadas. O recurso ao “arquivismo” é abusivamente usado. As culturas são postas em museus literal ou metaforicamente, enquanto registros de “novos” patrimônios são cada vez mais realizados⁴.

Para atender a clientela ampliada e diversificada, o patrimônio, antes da elite, dos bens materiais, de um passado remoto, dos monumentos e dos grandes heróis, passa agora a ser também aquele das classes populares, de um tempo mais recente, da arquitetura vernacular e da cultura intangível das várias etnias (Lowenthal, 1998b). Torna-se, segundo Lowenthal (1998b), “more substantial, more secular, and more social” (p. 14). Uma observação atenta às “Cartas”, “Recomendações” e Programas implementados pela Unesco é suficiente para acompanhar a transformação⁵. A

⁴ Canclini define os museus como “a sede cerimonial do patrimônio”, onde ele é “guardado e celebrado”, se constituindo em um “sistema ritualizado de ação social” (1997, p. 169).

⁵ Conferir Cury (2000). Destaco especialmente a 25ª Reunião da UNESCO, que em 1989, recomendou aos Estados-membros que tomassem as medidas necessárias “relativas à salvaguarda da cultura tradicional e popular” (apud Cury, 2000, p. 294); e os Programas implementados pela Unesco a partir da década de 60 como o “Traditional Music of the World”, que teve início em 1961; “Tesouros Humanos Vivos”, formulado em 1993; Obras Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade, criado em 1998, e fazendo a primeira proclamação em 2001, (sendo que na segunda foram inscritas, dentre os 28

categoria patrimônio mundial objetiva difundir a idéia da existência de um patrimônio comum da humanidade. Origina-se da doutrina do relativismo cultural e se apresenta como um modelo democrático e potencializador do multiculturalismo (Peixoto, 2003b).

Essa “onda universalizante da UNESCO” torna-se cada vez mais um valor para inúmeras cidades que agora percebem que “moderno é ser antigo” (Tamaso, 2002). Na última década cresceu sobremaneira o número de cidades que solicitaram a sua inscrição na lista dos patrimônios mundiais⁶. Participaram estas cidades de uma “corrida” ou uma “cruzada” para que os seus singulares e excepcionais “espólios da história” e da cultura ganhassem junto a UNESCO o título de patrimônio mundial⁷. Expansão da atividade turística, consolidação do mercado urbano de lazeres, importância crescente das políticas urbanas locais — que visam converter especificidades culturais em recursos turísticos, financeiros e promocionais — são fatores que justificam a corrida pelo título (Peixoto, 2003b). Somem-se a estes o fato de que o título de patrimônio mundial se constitui em alvo estratégico das cidades com potencial para o turismo histórico e patrimonial, atribuindo uma “imagem de marca” que prepara e potencializa alguns lugares para a competição estabelecida entre as cidades, pela captação dos fluxos do turismo cultural e patrimonial (Fortuna, 1997; Peixoto, 2003b) Além disso, o título de patrimônio permite a legitimação política nacional e local, aumentando a auto-estima e o prestígio dos lugares reconhecidos pela UNESCO, com tendo um “valor universal excepcional”.

No ano de 1999 a cidade de Goiás entregou à UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) ⁸ o *Dossiê* para inscrição da cidade na lista dos Patrimônios Mundiais⁹. Goiás refletia o momento mundial, no qual o *patrimônio* se tornava, ao fim do século XX, o ideal de inúmeras cidades (Choay, 2001, Fortuna, 1997; Lowenthal, 1998b, Monnet, 1996; Peixoto, 2000, 2003b). Minha proposta de pesquisa apresentada, no mesmo ano (1999), para o Programa de Pós-

escolhidos, as “Expressões Gráficas e Oraís dos Wajapi”, do Brasil); e o “Endangered Languages”, em 2003.

⁶ Segundo Peixoto, as décadas de 70 e 80 se caracterizam por “une tendance de ralentissement du rythme d’inscription des biens sur la liste du patrimoine mondial”, enquanto que “le reste de la décennie inverse très nettement cette tendance”, uma vez que desde 1993 “le nombre de biens inscrits chaque année sur la liste de l’Unesco a toujours dépassé la moyenne des années 1970 et 1980” (Peixoto, 2003b, p. 3).

⁷ Peixoto (2003b) faz referência a “une course au statut de patrimoine mondial” e Lowenthal (1998b) se serve da expressão “heritage cruzade”, para dar título ao livro “The Heritage Cruzade and the Spoils of History”.

⁸ Sobre a formação e o desenvolvimento da UNESCO — agência da Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura, conferir (Evangelista, 2003).

⁹ Proposition de l’inscription sur la liste du patrimoine mondial (CD Rom, IPHAN, 1999).

Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília UnB, versava sobre as possíveis transformações que ocorreriam na categoria *patrimônio* durante o processo da candidatura da cidade de Goiás ao título de *patrimônio mundial*¹⁰. Intentava acompanhar as plurais formas de representações e apropriações da categoria *patrimônio nacional* a fim de compará-las com as representações da categoria recém incorporada, *patrimônio mundial*, nos discursos cotidianos e rituais vilaboenses¹¹.

Uma parte da área urbana havia sido tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em dois momentos distintos: na década de 50 (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN) e em 1978 (IPHAN)¹². Desde então, os proprietários de imóveis acautelados pelo Estado-nação tiveram seus direitos de propriedade limitados pelo Decreto-Lei 25 de 1937 e pela Portaria 001 de 22 de abril de 1993. Minha experiência em pesquisa e reflexões anteriores (Tamaso 1998, 2002¹³) indicava que, provavelmente, muitos conflitos na cidade de Goiás teriam advindo das políticas de preservação do patrimônio empreendidas pelo IPHAN. Saliente-se que para além do aparente consenso que paira sobre as políticas de preservação dos patrimônios (que é por definição comum a todos), subjazem tanto as clivagens ideológicas e as distâncias sociais (Monnet, 1996), quanto as representações e apropriações plurais e, por vezes, antagônicas dos lugares e dos bens culturais.

¹⁰ No ano de 2001 fui informada por Brasilete Ramos Caiado, presidente do Movimento Pró-Cidade de Goiás, que a UNESCO orientava para que não mais se referissem ao título como “patrimônio da humanidade”, mas sim como “patrimônio mundial” (world heritage). Não obstante orientação da agente patrimonial, muitos continuaram e ainda continuam a se referir ao título como “patrimônio da humanidade”.

¹¹ São vilaboenses os nascidos na cidade de Goiás. O nome se deve ao fato de antes de ter sido alçada à cidade, a vila colonial levava o toponímico de Villa Boa de Goyaz. Em 1818 tornou-se cidade de Goiás. Contudo o natural do lugar continuou sendo vilaboense.

¹² Desde sua fundação em 1937 até década de 90, o instituto de preservação do patrimônio nacional mudou várias vezes sua denominação e sigla. Suas várias denominações foram SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), SPHAN (Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional) IPHAN Instituto Histórico e Artístico Nacional), DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Ao fazer referência à instituição, o farei levando em conta a denominação usada no momento das políticas e práticas descritas e/ou analisadas. Ao tratar das ações de tombamento da década de 50, farei referência ao SPHAN; ao tratar do tombamento de 1978, ao IPHAN; e assim por diante. Para maiores detalhes conferir Fonseca (1994).

¹³ O texto “Preservação dos Patrimônios Culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas” foi inicialmente escrito em 1999, como resultado das reflexões do curso “Seminários Avançados I”, oferecido pela Prof^a. Alcida Rita Ramos. Em 2000, o paper foi reelaborado e enviado para publicação finalizada em 2002.

Partia da premissa de que enquanto o reconhecimento como *patrimônio nacional* desencadeava a “antinomia entre domínio e posse” (Tamaso, 2002)¹⁴, o *patrimônio mundial*, era, em princípio, apropriado como o meio para se alcançar tanto a restituição simbólica pela perda da capital, quanto os benefícios do desenvolvimento econômico e social, oriundos dos fluxos turísticos históricos e patrimoniais.

O tempo que separa o reconhecimento oficial, efetuado pelo SPHAN, na década de 50 e pelo IPHAN em 1978, do reconhecimento mundial, em 2001, compreendeu mudanças significativas na cidade e na relação dos vilaboenses com seu *centro histórico*. A noção de “deslocamento”, desenvolvida por Gupta e Ferguson (2000) pode ser trazida para pensar as mudanças nas representações e apropriações que os moradores têm e fazem da cidade de Goiás de maneira geral, e do *centro histórico* e dos bens culturais de modo particular, em decorrência do processo de patrimonialização, sobretudo a partir da inserção da categoria *patrimônio mundial*. Para esses atores, o deslocamento não é uma “experiência de quem se desloca”, mas a experiência daqueles que “permanecem em locais familiares e ancestrais [e] vêm mudar inelutavelmente a natureza de sua relação com o lugar” (Gupta e Ferguson, 2000, p. 33).

Como exatamente foram transformadas as relações dos vilaboenses com o lugar e com os bens culturais que atribuem significado ao lugar? Em quais direções se deram os deslocamentos ocasionados pelo processo de patrimonialização (que ocorreu durante toda a segunda metade do século XX) e o que deles decorreu? Qual diferença há entre o processo de patrimonialização em âmbito nacional do processo de reconhecimento efetivado pela UNESCO? Importante lembrar que todo o processo de inscrição na lista dos patrimônios mundiais teve desde o princípio a participação determinante e crucial do IPHAN, se bem que numa situação bem mais confortável, no que tange à relação

¹⁴ A “antinomia entre domínio e posse” se instaura em duas situações específicas: quando do tombamento de um bem de propriedade privada, ou quando o tombamento é instituído em um bem cultural pertencente ao município, por um órgão preservacionista estadual ou nacional. No primeiro caso, a propriedade que é privada passa, a partir do tombamento, a ser tutelada pela esfera de governo no qual está vinculado o órgão preservacionista que pediu pelo tombamento — municipal, estadual ou federal. Assim, o proprietário continua de posse da propriedade, perdendo, contudo, o domínio sobre ela. A perda de livre arbítrio sobre sua própria propriedade é entendida como perda de domínio sobre a mesma. No segundo caso, os imóveis públicos de propriedade dos municípios passam a ser tutelados pelo Estado ou Nação” (2002, p.31-32). Nesse último caso, além da tutela que recai sobre os bens tombados, também a área de entorno, que protege a visibilidade do bem tombado, cria limitação para as reformas urbanas. O poder local, desta feita, fica sujeito parcialmente às deliberações de aprovação de obras e reformas no espaço urbano. Vale ressaltar que considero os conceitos de *domínio* e *posse* conforme os mesmos são apreendidos pelas comunidades ou proprietários que têm seus imóveis tombados. Ao se considerar os referidos conceitos no campo jurídico-dogmático, eles apresentam outro sentido. Para maiores detalhes conferir (Tamaso, 2002).

com os moradores. Quem são os agentes e as instituições que participaram deste processo? Ao fim, o que significou o título de patrimônio mundial?

Os estudos de caso relativos à questão da preservação dos patrimônios culturais no Brasil, e por vezes em outros países, têm revelado a constante presença de situações de conflitos políticos, sociais, econômicos e culturais, engendradas por grupos antagônicos na luta simbólica ou material pelo espaço urbano¹⁵. Embora importantes tais estudos de caso, em âmbito nacional, ainda são insuficientes se comparados à complexidade dos enfrentamentos cotidianos nas localidades portadoras de patrimônio tombado, seja em nível estadual, nacional ou mundial. As limitações a que ficam sujeitos não apenas os proprietários e/ou moradores de imóveis tombados, mas também os proprietários e/ou moradores de imóveis localizados em área de entorno, são ainda os motivos mais frequentes para o desencadeamento de conflitos entre aqueles favoráveis e aqueles contrários à preservação dos patrimônios (especialmente no que tange aos tombamentos) em um nível local; e ainda, entre grupos locais e os órgãos de preservação em nível municipal, estadual ou federal. Ademais, não se podem desconsiderar os conflitos presentes no próprio campo do patrimônio e decorrentes de divergências quanto às políticas e práticas de preservação (Fonseca 1994; Gonçalves 1996; Lewgoy, 1992; Santos, 1992, Rubino, 1992; Rodrigues, 1994).

Até o fim do último século, a maioria das pesquisas sobre patrimônio cultural no Brasil se atinha ou a fatores estéticos e nesse caso diziam respeito às disciplinas como história da arte, arquitetura, urbanismo etc (Bosi 1986; Lemos 1985, 1989; Moraes 1995; Santos 1988); ou tratavam de problematizar o patrimônio do ponto de vista dos discursos e políticas públicas (Arantes 1996, 1987; Fonseca 1994; Gonçalves 1996; Rodrigues 1994; Rubino 1992; Santos 1992). Alguns trabalhos surgiram esparsamente a partir da década de oitenta, com intuito de pensar os conflitos decorrentes da preservação dos patrimônios, considerando especialmente as questões relativas aos dissensos entre especialistas do patrimônio e moradores de lugares patrimonializados (Azevedo, 1984; Arantes, 1984; Leite, 2001; Lewgoy 1992; Queiroz, 1984; Tamaso 1998)¹⁶.

¹⁵ No Brasil conferir Arantes (1984, 1999, 2000a, 2000b), Azevedo (1984), Botelho e Andrade (2005), Leite (2001, 2005, 2006), Lewgoy (1992), Queiroz (1984), Tamaso (1998, 2002, 2006), Velho (1984, 2006). Conferir também Canclini (1994, 1997), Fortuna (1997, 2006), Fortuna e Peixoto (2002), (Jeudy (1990, 2005), Handler (1988), Herzfeld (1997), Lowenthal (1998b), Monnet (1996), Parent (1984), Peixoto (2000, 2003a, 2003b, 2004).

¹⁶ Marco desta nova abordagem é a publicação, em 1984, de *Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*, organizado pelo antropólogo Antonio Augusto Arantes, então

Contudo, foi a partir do Decreto 3.551, de agosto de 2000, que instituiu a política de reconhecimento e salvaguarda dos bens de natureza imaterial, que vimos crescer sobremaneira o interesse dos antropólogos pelo tema patrimônio¹⁷. Muitas investigações e análises antropológicas (além de outras áreas disciplinares como a história e a sociologia) deram, a partir de então, especial atenção aos estudos de caso sobre os bens de natureza intangível¹⁸.

Informo que nesta etnografia não estive preocupada em observar o patrimônio material e/ou o imaterial como dois objetos de investigação que deveriam ser separados analiticamente¹⁹. Por tratar o patrimônio vilaboense como um sistema cultural e por enfatizar o ponto de vista do vilaboense tradicional, não segui a tendência, de uma parte dos antropólogos contemporâneos, de cindir o patrimônio segundo concepções normativas dadas pela política patrimonial institucional. Acredito que o modelo baseado nos patrimônios privados, públicos e religiosos seja mais operativo, porque mais próximo da realidade cultural vilaboense, conforme se verá²⁰.

Não creio que se faça uma antropologia dos patrimônios se não se debruçar sobre as experiências cotidianas dessas pessoas com os seus bens culturais e com os processos que os geraram. Há algumas décadas atrás Arantes (1987) ressaltou a importância de reflexões “acerca da recepção social dos bens” criados pelas práticas preservacionistas, ou seja, sobre o “‘retorno’ desses bens transformados em ‘monumentos históricos’” (p. 52). Mas para isso há que se deixar “to hang around with them” (Geertz, 1996, 260). Afirmo, pois, que uma antropologia dos patrimônios não é uma antropologia dos “bens culturais” ou “patrimoniais”, mas antes uma antropologia da representação e apropriação desses bens culturais por parte de seus portadores

presidente do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), sendo este o órgão estatal de preservação dos patrimônios no Estado de São Paulo.

¹⁷ Abreu (2005) e Tamaso (2005a, 2005b) cuidaram especialmente de analisar a relação entre o trabalho antropológico e as novas políticas de patrimônio cultural. Conferir também Simão (2005).

¹⁸ Conferir coletânea organizada por Fonseca (2001) na Revista Tempo Brasileiro, Nº. 147; Revista do IPHAN, Nº. 28 / 1999, dedicada a “Arte e Cultura Popular” e coordenada pela antropóloga Elizabeth Travassos; Revista Série Encontros e Estudos, do IPHAN e CNFCP (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular), Nº. 5, organizada por Fonseca (2004) e Nº. 6, organizada por Andréa Falcão (2005); Dossiê Patrimônio Cultural, da Revista Sociedade e Cultura da UFG, organizada por Tamaso (2005b); Teixeira, Garcia e Gusmão (2004).

¹⁹ Reflexões em torno da dicotomia material / imaterial são encontradas em Arantes (2001), Fonseca (2001, 2003), IPHAN (1999, 2000), Vianna (2001).

²⁰ No decorrer da tese, farei algumas referências ao patrimônio material e/ou ao imaterial, mas apenas (1) em situações nas quais os dados etnográficos indicarem alguma relação com estas categorias (o que foi pouco comum); ou (2) quando me referir especificamente às categorias usadas pelas agências estatais de preservação dos patrimônios.

imediatos, e do diálogo entre as singulares e diversas formas de conceber e usar os patrimônios locais. É antes uma antropologia das concepções plurais de tempo e lugar.

Ao focar no processo de patrimonialização em Goiás, inspirada em Herzfeld (1991), invisto na observação do debate cultural materializado na prática social. Surgem assim os contrastes entre, de um lado, os ideais históricos e estéticos da burocracia estatal ou internacional (IPHAN e UNESCO) e dos agentes locais do patrimônio (elite cultural), e de outro, as histórias pessoais e familiares incrustadas nas ruas e becos, pontes e largos, nas paredes de taipa, adobe ou pau-a-pique, das residências da antiga Vila Boa de Goiás. Decorre dessa abordagem a detecção de quais são os bens culturais reconhecidos pelos vilaboenses (e por quais vilaboenses) como bens patrimoniais. A par dessas análises estão as representações que têm os vilaboenses das políticas e práticas de patrimonialização de seus bens culturais.

Há que primeiro distinguir bens culturais de bens patrimoniais. Segundo Fonseca (1994), no caso dos “bens culturais”, além do valor utilitário do bem, a ênfase recai sobre o valor simbólico, “enquanto referência a significações da ordem da cultura”. No caso dos “bens patrimoniais” — intermediados pelo Estado, “através de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas” — a atribuição de sentidos e valores (históricos, estéticos ou etnográficos) “tende a priorizar uma determinada leitura”. Assim, “no caso dos bens patrimoniais, considera-se que esse valor simbólico refere-se fundamentalmente a uma identidade coletiva, definida tendo em vista unidades políticas (a nação, o estado, o município)” (p. 30-31).

Ao receber, portanto, a atribuição de valores que devem garantir o fundamento da identidade coletiva, o “bem cultural” reconhecido como “bem patrimonial”, passa a ser referido com base nos valores presentes nos discursos oficiais e institucionais — valores históricos e estéticos —, “não obstante a preexistência de outros sentidos atribuídos pela experiência cotidiana e subjetiva com aquele (ou naquele) bem cultural — valores afetivos, suportados pela memória do lugar” (Tamaso, 2006, p. 246). O fato de que o bem cultural tenha recebido uma atribuição de valor oficial não garante que a mesma seja apropriada pelos moradores do lugar, aqueles que são os portadores, criadores e herdeiros daquele bem cultural. É necessário se observar, como em cada contexto patrimonial, os diferentes grupos sociais representam e se apropriam da categoria *patrimônio* e dos bens patrimoniais. E ainda como cada ação patrimonial oficial é recebida, apropriada e vivida em um mesmo contexto patrimonial. Em alguns

casos permaneceram sendo, por parte dos moradores, apenas bens culturais, a despeito do reconhecimento oficial como bens patrimoniais.

Por representações entendo como Mauss “as idéias e os sentimentos coletivos que presidem ou correspondem” aos “actos sociais, ou práticas sociais, ou institucionais” tradicionais, ou que são “ao menos objeto de crenças coletivas” (1981, p. 59)²¹. Ressalva Mauss (e isso é deveras oportuno para a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial) que se um templo ou um utensílio são fatos materiais, como o são o comércio ou a guerra, “são também fatos morais”, pois que um ato social é sempre inspirado (1981, p. 61). Mauss entende a relação entre ato e representação como fatos sociais.

A definição de Mauss pode ser completada pela de Bourdieu (2000), que subdivide as representações em “mentais” e “objetais”, afirmando que são objetos de representações mentais os “actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos”; e de representações objetais as “coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc) ou actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (2000, p. 112).

Em Goiás, trato especificamente das representações (mentais e objetais) de que são objeto o *centro histórico* de maneira geral, mas também, e de modo particular, os lugares públicos, privados e religiosos que compõem o *centro histórico* como os largos, ruas, becos, pontes, museus, igrejas, casario; no qual têm efeito as práticas culturais e as trocas simbólicas, como as procissões, folias, festas, etc.

O conceito de apropriação cultural, além de ser uma “metáfora para descrever diferentes formas de objetificação nacionalista” (Gonçalves, 1996, p. 82), é também um conceito multidimensional que se refere às diversas situações nas quais um agente, ou um grupo de agentes, toma de outrem artefatos, conhecimento, história, expressões culturais ou propriedade intelectual. Apropriar-se, do latim *propius*, significa “tomar para si”, “próprio”, “propriedade”.

²¹ Mauss afirma que “fora dos homens e das coisas que a sociedade contém, só há nela as representações comuns e os atos comuns destes homens — não todos os atos comuns, como comer e dormir, mas aqueles que são o efeito de sua vida em sociedade” (1981, p. 59). Sendo “fatos de consciência” e ao mesmo tempo “fatos materiais, são também fatos da vida mental e moral”. Divide os fatos em dois grupos que correspondem à “fisiologia social”: (1) “fisiologia das práticas” e (2) “fisiologia das representações” (1981, p. 59).

O conceito de apropriação tem sido usado, em geral, para tratar de casos relativos aos contextos coloniais, nos quais bens culturais tangíveis foram pilhados e deslocados de seus contextos originais (Clifford, 1994; Lidchi, 1997; Stocking, 2001; Ziff e Rao, 1997, Lowenthal, 1998b) ²². É o caso, por exemplo, das esculturas do Parthenon grego²³ e da machadinha Krahô no Brasil²⁴.

Nas ações de apropriação cultural, três pontos devem ser destacados: (1) a apropriação diz respeito à relação entre pessoas e entre grupos sociais, (2) existem diversos modos pelos quais ela ocorre e (3) ela é amplamente praticada (Ziff e Rao, 1997)²⁵. Ziff e Rao afirmam que a maior parte dos estudos sobre práticas de apropriação cultural, traz descrições implícitas de grupos de *insiders* e *outsiders*²⁶, ressaltando que as práticas de apropriações culturais não dizem respeito apenas aos valores atribuídos à celebração de diferentes tradições culturais, mas especialmente a práxis política (Ziff e Rao, 1997).

Um primeiro grupo de práticas de apropriações vem sendo agenciado pelos técnicos, especialistas e burocratas do IPHAN desde a década de 50. Dizem respeito à ação técnica e institucional de selecionar (o que implica em excluir) os bens representativos da nação, reconhecê-los como patrimônios, declarar decisões sobre restauros, conservação e recuperação, bem como decidir sobre requalificação e usos de algumas edificações e lugares públicos.

Saliente-se que à constituição de um campo patrimonial segue-se a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos (Bourdieu, 1992, p. 39), ou seja; as ações que conformam o processo patrimonial são também instrumentos de

²² O saque e a pilhagem empreendidos pelo espírito colonialista, sobretudo a partir do século XVI, possibilitaram a constituição de inúmeros museus em todo o mundo. Fundada numa relação de força e poder, a dominação colonial expropriou objetos de seus contextos originais e criou políticas de exibição, muitas vezes, auxiliadas pelo próprio conhecimento antropológico (Lidchi 1997). Há algumas décadas, teve início um movimento de “reapropriação das peças para usos não museológicos” (Meneses 1993). Baseado na idéia de que as peças deveriam voltar aos seus contextos originais, por motivos rituais e simbólicos, artefatos culturais, retornaram ao lugar de origem.

²³ As esculturas de Parthenon são também conhecidas como Parthenon Marbles ou Elgin Marbles e foram removidas de Atenas em 1806 e depositadas no British Museum, em Londres, em 1816. Há alguns anos o governo grego solicitou que as esculturas fossem repatriadas e um longo debate, que tomou um âmbito mundial, teve início.

²⁴ Em 1986, os Krahô, numa ação de afirmação étnica, reivindicaram e conseguiram que o Museu Paulista (USP) lhes devolvesse o machado de pedra de lâmina semilunar.

²⁵ Sobre atos de proteção e repatriação envolvendo grupos nativos e museus, conferir Nason (1997) e Teague, Joaquin e Lomawaima (1997).

²⁶ Em que pese a dificuldade de se estabelecer uma divisão entre grupos culturais, os autores entendem ser possível determinar o nível de nexos existente entre um bem cultural e um dado grupo (Ziff e Rao, 1997, p. 3).

exclusão, à medida que as instituições oficiais de proteção dos patrimônios negam o valor cultural de determinados bens (Rodrigues, 1996).

Junte-se às apropriações efetuadas pelos agentes exógenos, aquelas praticadas pelos próprios vilaboenses. Por isso, no caso de Goiás, chamarei de apropriação cultural os distintos tipos de ações relativas aos bens culturais vilaboenses, praticadas por agentes exógenos (*outsiders*) e endógenos (*insiders*) à cidade.

Agenciaram apropriações culturais os vilaboenses, membros da elite cultural local, tanto por colaborarem com o IPHAN no processo de patrimonialização, quanto por trabalharem paralela e independentemente da instituição federal agenciando bens culturais em atendimento às demandas turísticas. Informo que denomino elite cultural aqueles vilaboenses que independentemente de capital econômico (uma vez que podem ou não portá-lo), permanecem de posse de significativo capital cultural e, por vezes, político. Essa elite cultural vilaboense (que também tem membros residentes em Goiânia) é constituída pelas famílias tradicionais da cidade, tem boa escolaridade, ocupa cargos no funcionalismo público municipal, estadual e federal, e tem grande interesse e participação nos assuntos da área cultural da cidade.

Exemplos de apropriações endógenas, empreendidas pela elite cultural — que contaram com apoio de agentes exógenos, (técnicos do IPHAN e membros do clero, por exemplo) — são a criação do Museu de Arte Sacra, a retirada dos santos das igrejas em custódia para o Museu de Arte Sacra, a abertura das igrejas como parte do roteiro turístico, a reelaboração da Procissão do Fogaréu, a criação do Museu Casa de Cora Coralina, dentre outras. Ressalte-se que à expropriação dos objetos de alguns sujeitos sociais, em um contexto particular de significado, tempo e espaço, segue-se a apropriação desses mesmos objetos por observadores em outro contexto. (Stocking, 2001, p. 250).

Mas considerando-se que os “diversos grupos se apropriam de formas diferentes e desiguais da herança cultural” (Canclini, 1997, p. 194), a apropriação também diz respeito aos variados usos que os vilaboenses fazem dos bens culturais, tenham sido eles patrimonializados ou não; ou seja, como eles tomam para si, das formas mais variadas, os bens culturais privados, públicos e religiosos.

Tão logo iniciei os primeiros surveys, convenci-me de que as representações e apropriações do patrimônio só poderiam ser interpretadas se fundadas nas representações e apropriações que têm (e fazem) os vilaboenses de seus bens culturais privados, públicos e religiosos. O exercício de compreensão antropológica do sistema

cultural vilaboense é condição básica e indispensável para a interpretação do seu sistema patrimonial; uma vez que (e parafraseando Geertz) a participação do sistema particular que chamo de patrimônio, “só se torna possível através da participação do sistema geral de formas simbólicas que chamamos de cultura, pois o primeiro sistema nada mais é do que um setor do segundo” (1998, p. 165).

O patrimônio se constitui em um campo de forças onde se defrontam e se enfrentam (1) um corpo de agentes especializados que compõe o quadro do IPHAN (arquitetos e historiadores), (2) um corpo de agentes não especializados, mas portadores de sabedoria e legitimidade local para atuarem no campo do patrimônio, (3) os leigos (moradores da cidade) e (4) membros do clero, que têm especial participação no processo de patrimonialização e musealização de uma parcela importante de bens culturais vilaboenses²⁷.

Neste campo, relativamente autônomo, as lutas se sucedem tanto no plano material (tombamento, restauro e conservação de imóveis de propriedade privada, monopólio dos negócios lucrativos relacionados aos bens culturais etc), quanto no plano simbólico, pois valores se materializam em objetos, lugares e celebrações, através de políticas e práticas exercidas pelos agentes do patrimônio, que dividem entre si o trabalho de dominação simbólica.

Dedico uma parte desta tese para interpretar a agência dos vilaboenses junto à conservação patrimonial. Interessa-me observar quem são eles, em quais grupos estão conformados e quais estratégias usaram para realizar suas práticas culturais e/ou patrimoniais (com ou sem objetivos pré-determinado). No cotidiano do trabalho de campo, além das instituições oficiais de conservação patrimonial, como os museus, e das ONGs locais, observei que não só o legado cultural (privado e público) era fortemente transmitido pelas mulheres, mas, sobretudo, pelas mulheres solteiras. Manifestações culturais sagradas e profanas como a Folia do Divino, as procissões, a preparação das igrejas para os rituais, o hábito de se enfeitar ruas para as procissões, a catequese, os coros, o trabalho junto aos museus, arquivos e associações culturais, a reelaboração de algumas manifestações culturais, dentre outras práticas, foi fortemente desempenhado pelas mulheres vilaboenses solteiras²⁸. Por isso, além das instituições e

²⁷ Lewgoy (1992) também tratou o patrimônio como um campo de forças e um sistema cultural..

²⁸ O ex dirigente da 14ª Superintendência Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), hoje IPHAN, presta homenagem às mulheres de Goiás, reconhecendo o valor de Antolinda Baía Borges e Maria Luiza Brandão, então funcionárias do IBPC. Afirma que a cidade chega “ao fim deste século rejuvenescida e firme como só as taipas, as aroeiras, as Aninhas, as Antolindas, as Malus podem fazê-lo”,

entidades culturais locais — como OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições), Casa de Cora, Obras Sociais da Diocese, Conselho Municipal de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico — esta tese faz um desvio para explicar a relação entre as solteiras e os patrimônios de Goiás.

Ao focar no processo de patrimonialização em Goiás, inspirada em Herzfeld (1991), invisto na observação do debate cultural materializado na prática social. Surgem assim os contrastes entre, de um lado, os ideais históricos e estéticos da burocracia estatal ou internacional (IPHAN e UNESCO) e dos agentes locais do patrimônio (elite cultural), e de outro, as histórias pessoais e familiares incrustadas nas ruas e becos, pontes e largos, nas paredes de taipa, adobe ou pau-a-pique, das residências da antiga Vila Boa de Goiás.

Inúmeros são os casos de conflito que foram deflagrados a partir de práticas patrimoniais agenciadas nos espaços urbanos ou em bens simbólicos, sejam públicos, privados ou religiosos, da cidade de Goiás. É por meio da descrição e análise de vários conflitos que chego ao debate cultural na prática social. O conflito é entendido como um fenômeno constitutivo da vida social, como uma forma de relação social, que assim como a contradição, é operativa da unidade. O conflito é, segundo Simmel, designado para resolver dualismos divergentes, em busca de alguma unidade, mesmo que em função dele ocorra a aniquilação de uma das partes conflitantes (1964, p. 13).

Além da observação dos vários dissensos, tensões e conflitos internos ao campo do patrimônio, acompanhei um número significativo de festas e celebrações (também elas crivadas de dissensos) que fizeram com que o meu objeto fosse sendo ampliado, pois que, durante o ano de 2001, em meio às decisões dos agentes patrimoniais internacionais (especialistas e burocratas do ICOMOS e da UNESCO), os vilaboenses viviam seu ciclo de manifestações culturais.

Logo que me instalei em campo e informei do que se tratava a minha pesquisa — patrimônio cultural da cidade — passei a ser insistentemente comunicada e convidada para muitas das festas e celebrações; muitas delas, de pequenas proporções. Com o tempo, entendi que mesmo que não denominassem aqueles bens culturais de patrimônio, assim os percebiam; posto que são para eles aquilo que realmente interessa preservar! Vale um parêntesis para relatar que muitas vezes não fui comunicada e

pois que “impregnaram com sua alma ‘mater’ o ‘pater’, o patrimônio da cultura goianiense”. Apesar de citar Antolinda e Malu, o poema não desenvolve uma abordagem específica sobre as solteiras. José Leme Galvão Júnior, “Homenagens”, *Cidade de Goiás*, Goiás, Ano LVI, N. 822, p. 7, abril/maio de 1992.

convidada, pelos agentes locais do patrimônio, de eventos ou reuniões que diziam respeito aos patrimônios oficiais (como a reunião do Monumenta /BID na cidade, muito embora tenha dela participado). Fui convidada a conhecer, viver e compartilhar o patrimônio vivido!

O sistema patrimonial no contexto da perda

Em 1726, o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado de *Anhanguera*, fundou o Arraial de Sant'Anna e deu início à exploração dos veios auríferos da região. Em 1739 o Arraial de Sant'Anna é erigido à Villa Boa de Goyaz, até que em 1818, é elevada à categoria de cidade. Teve a função de centro político da Província e depois do Estado até 1937 quando o interventor, Pedro Ludovico Teixeira, transferiu a capital de Goiás para Goiânia.

A perda da capital, dado a violência simbólica e material com a qual fora realizada, acabou por gerar uma memória da espoliação sofrida nos anos compreendidos pela *mudança*. Aos impactos econômicos, políticos e sociais somaram-se impactos nas estruturas familiares que desvelaram uma “retórica da perda”, caracterizada por narrar as privações materiais e simbólicas sofridas pelos indivíduos, pela família e pela sociedade.

O conceito “retórica da perda” foi cunhado por Gonçalves (1996) para se referir às narrativas associadas às práticas de preservação histórica nas sociedades nacionais. Tais narrativas “se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento” (1996, p, 89).

Assim como os ideólogos do patrimônio, dos quais trata Gonçalves, entendo que também os vilaboenses, ao engendram a retórica da perda, “não estão apenas registrando um fato histórico, mas discursivamente constituindo esse fato com o propósito de implementar um determinado projeto de construção nacional” (Gonçalves, 199, p. 111), em Goiás, um projeto local. É por meio da retórica da perda que revelam o passado e o presente de espoliação e apropriação, que necessitam comunicar cotidiana e ritualmente, para executarem o projeto de construção da identidade vilaboense com base na cultura e patrimônio.

Neste sentido vale lembrar a relação entre conservação e o luto, ou seja, o fato de que o patrimônio seja acionado sempre em meio a um cenário de “morte” e perda (Jeudy, 1990; Gonçalves, 1996; Peixoto, 2002). Peixoto ressalta que a “consciência patrimonial se manifesta a partir de um traumatismo de mudança”. Neste sentido, a “descoberta” do patrimônio corresponde, em alguns contextos, “ao anúncio da ‘morte’ do bem cultural a ser patrimonializado, uma reação contra o desaparecimento que tem por objectivo promover a regeneração” (Idem, p. 8). Em Goiás, foi sobretudo por meio da retórica da perda da capital que foram agenciadas ações efetivas de continuidade do tecido social, do espaço urbano, das instituições públicas e das tradições.

No entanto, ao me debruçar sobre a retórica da perda observei que ela não diz respeito apenas à perda do centro político, mas também às várias outras perdas e apropriações. Apontando como a primeira grande perda um fato do tempo primordial, voltam-se os vilaboenses tradicionais e *filhos de Goiás* para o passado mais longínquo, no qual aconteceu a espoliação originária: o roubo de ouro e de índios no momento fundador do povo e do Estado de Goiás.

Um parêntesis é oportuno para informar o significado de vilaboenses tradicionais²⁹ e *filhos de Goiás*. *Vilaboenses tradicionais, gente daqui, povo tradicional, povo daqui* são todas elas categorias usadas para denominar aqueles que compartilham o mesmo sistema simbólico. Optei por referi-los como vilaboenses tradicionais. Conforme será explicitado na Parte II, o que une os *vilaboenses tradicionais* de diferentes graus de escolaridade, renda, faixa etária, tipo de habitação e gênero, é a distinção baseada na origem, na antiguidade de residência das famílias na cidade, nos dons e bens herdados, nos códigos culturais e no passado comum compartilhado³⁰.

Filhos de Goiás é uma categoria vilaboense que inclui tanto (1) os nascidos na cidade — denominados de vilaboenses — (2) como aqueles que apesar de nascidos na cidade, não residem mais nela³¹, ou (3) aqueles que não sendo nascidos na cidade, são *filhos* de famílias tradicionais locais e, por isso, *filhos de Goiás*. Ressalvo que o uso

²⁹ A categoria vilaboenses tradicionais

³⁰ Fora do centro histórico, em bairros adjacentes e zona rural, habitam famílias de vilaboenses tradicionais. A distinção e distância entre esses locais não interfere na cultura tradicional vilaboense, pois que ela se funda numa estrutura que relaciona todos esses espaços urbanos e rurais. Distinguem-se dos vilaboenses tradicionais os migrantes chegados na cidade, sobretudo a partir da década de 70 (do século XX) e os vilaboenses que apesar de serem nascidos na cidade, são filhos dos migrantes. Fazem parte deste sistema também os vilaboenses que, apesar de morarem fora da cidade de Goiás, ainda mantêm estreita relação com a cidade, com as famílias locais, com os bens culturais, as celebrações e as festividades.

³¹ Em geral, os *filhos de Goiás* moram em Goiânia, Brasília ou cidades do interior do Estado de Goiás. A cidade do Rio de Janeiro também abriga muitos *filhos de Goiás*; que ainda mantêm estreita relação com as famílias, as festividades e as celebrações religiosas da cidade de Goiás.

mais freqüente da categoria se dá nos últimos dois casos. Mas em casos específicos *filhos de Goiás* engloba a categoria *vilaboense*.

Partindo da formação do núcleo urbano listo as seguintes situações de perdas e espoliações narradas pelos vilaboenses: a espoliação de ouro e índios, a perda da capital, a perda do domínio sobre as propriedades tombadas, por parte do setor privado (decorrente do processo de patrimonialização dos bens culturais); a perda do domínio sobre as propriedades tombadas, por parte do setor público municipal (decorrente do processo de patrimonialização dos bens culturais); a perda territorial e populacional gerada pelas emancipações de vários distritos, a espoliação das peças sacras, por agentes exógenos por meio dos furtos; a transferência das imagens de santos das igrejas para o Museu de Arte Sacra, por meio dos agentes locais do patrimônio aliados à Igreja do Evangelho; a desapropriação de terras pela Reforma Agrária, as perdas dos lugares culturais e de lazer; as perdas ocasionadas pela enchente do Rio Vermelho, dentre outras. Apenas algumas serão analisadas nesta tese, por serem perdas diretamente ligadas ao processo de patrimonialização. As outras serão apenas referidas.

A estagnação econômica pela qual passou a cidade, após a *mudança* da capital, somada ao desejo dos vilaboenses de retomarem a posição central que a antiga capital tinha (e perdera) em meio ao Estado de Goiás, colaborou para que a arquitetura e a malha urbana, de características coloniais, fossem preservadas. A partir da década de 50 o SPHAN, com apoio de uma parte da elite cultural, iniciou o processo de patrimonialização da cidade, que se estendeu por toda a segunda metade do século XX. Recaíram tais políticas sobre uma parcela da cidade, denominada “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás”³².

Enquanto os especialistas do IPHAN, aliados a alguns membros da elite cultural, cuidaram de preservar um determinado “conjunto arquitetônico e urbanístico”, os vilaboenses tradicionais e os agentes da cultura e do patrimônio locais preservaram as tradições festivas e religiosas, que ao fim do século XX, foram incorporadas como “referências culturais”, no *Dossiê* enviado à UNESCO para a “Proposition de l’inscription sur la liste du patrimoine mondial”³³. Realizaram o que Handler denominou de “cultural objectification”, no sentido de “seeing culture as a thing: a natural object or entity made up of objects and entities (‘traits’)” (1988, p. 14).

³² Processo de Tombamento N°. 345-T-42. IPHAN, Brasília.

³³ *Dossiê – Proposição de Inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio Mundial* (CD Rom, IPHAN, 1999).

Considero que os bens culturais e lugares (casarios, igrejas, edificações civis, ruas, largos, chafarizes e pontes) foram “alimentados” pelas festas e celebrações, que têm efeito no *centro histórico*: local onde habitam majoritariamente os vilaboenses tradicionais. Tantas são as alvoradas, serenatas, quermesses, retretas, procissões, festas de santos, novenas, pré-novenas, tríduos e folias que têm efeito, sobretudo no *centro histórico*, que entendi a necessidade de verificar a inter-animação entre as várias categorias patrimoniais entre si — patrimônio público, privado e religioso — e entre elas e os vilaboenses. É da relação entre os vários patrimônios e múltiplas esferas de ação social (econômica, política, religiosa, social, familiar etc.) que interpreto o sistema patrimonial da cidade de Goiás.

A idéia de “interanimation” de Basso (1996), diz respeito à inseparabilidade da vida das pessoas com relação aos lugares em que elas a vivem. Aplico a noção de interanimação tanto para a inseparabilidade da vida dos vilaboenses com relação aos lugares vividos cotidiana e ritualmente — nos quais têm efeito toda sorte de celebrações, manifestações e trocas simbólicas — quanto para a relação entre as várias categorias patrimoniais. Ou seja, como cada lugar é inter-animado tanto pelas pessoas que nele vivem, quanto pelas práticas e trocas simbólicas e materiais que nele se dão, por agência das pessoas; ou ainda como cada prática é inter-animada tanto pelas pessoas quanto pelos lugares nos quais elas acontecem e vice-versa.

Sendo um sistema cultural, o patrimônio vilaboense se compõe de símbolos privados (a terra, a casa, o nome, a tradição, o dom, as relíquias) públicos (pontes, largos, chafarizes, becos, ruas, calçamentos, monumentos, edificações públicas e a música) e religiosos (igrejas, procissões, folias, festas, objetos sacros, como santos, ostensórios, coroas, cetros, bandeiras e a música sacra); todos eles “formulações tangíveis de noções, abstrações de experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de idéias, atitudes, julgamentos ou crenças” (Geertz, 1989, p.105). Embora o grau de “sistematicidade” entre eles seja muito variável (Giddens, 1989), destaco a primazia de um elemento neste sistema patrimonial: A música é tanto herança e dom de família, quanto é parte essencial das interações sociais profanas e sagradas.

Um exemplo de inter-animação entre os patrimônios religiosos, privados e públicos são as procissões que saem de uma igreja (patrimônio religioso) com andor carregado por vilaboenses tradicionais (patrimônio privado) e membros da Irmandade dos Passos (patrimônio privado e religioso) — aqueles que também transportam objetos sagrados como o *cirineu* e a *cruz procensional* (patrimônios religiosos) — percorrem

ruas, largos e pontes (patrimônios públicos), “conduzindo seres sagrados através de espaços profanos” (Brandão, 1989); são as procissões observadas das janelas e portas abertas do casario colonial (patrimônios privados), acompanhadas por grande número de vilaboenses, representantes eclesiásticos e Banda do 6º BPM (patrimônio público)³⁴.

Todos os patrimônios e cada um deles fortemente vinculados entre si numa ordenação que orquestra a reciprocidade entre vizinhos e parentes, as trajetórias por entre os dois lados do Rio Vermelho (que cinde o *centro histórico* em duas partes) uma maneira singular de ser musical e de reconhecer as famílias musicais, as posturas em procissões, folias e festas, a aceitação tácita de que apenas *filhos de Goiás* devem decidir sobre os destinos da cidade. Como amálgama, a idéia de que naquele *topos, berço da cultura goiana*, reside um povo especial.

Como um todo integrado (o que não significa um todo harmonioso e nem em equilíbrio), o sistema patrimonial é ao mesmo tempo um sistema de relações sociais, arranjos econômicos, processos políticos, categorias culturais, normas, valores e idéias. Assim, as dimensões do patrimônio vilaboense — público, privado e religioso — passam a ser “equacionadas numa perspectiva ampla e sistêmica do que é o patrimônio local em que cada elemento surge integrado num plano conjunto, de múltiplas interações entre as partes” (Fortuna, 2006, 4). Ciente de que não são os sistemas “por força naturalmente estáveis”, trato o sistema patrimonial em Goiás “*como se fosse parte de um equilíbrio global*” (Leach, 1996, p. 326)³⁵.

O sistema patrimonial deve ser observado em relação ao seu contexto social. O que indica que a perspectiva histórica é fundamental; caso contrário correr-se-ia o risco de se cair em inépcia teórica, que impediria uma análise adequada de um sistema cujos componentes passam por avaliações funcionais. Sendo o simbólico pragmático, “o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e variação” (Sahlins, 1990, 9). Assim entendo tanto o sistema patrimonial oficial — sempre poderoso e governado pelas normas (Handler, 1988) — representado aqui pelo IPHAN; quanto o sistema patrimonial local. A distinção entre eles reside no fato de que enquanto o primeiro sistema é formado por um corpo de especialistas e técnicos que atuam no sentido de proteger e preservar bens culturais que eles mesmos, fundados em seu poder de nomear,

³⁴ Mais detalhes sobre a relação entre catolicismo popular e deslocamento no espaço, conferir Brandão (1989).

³⁵ A apresentação do modelo da realidade social, sendo uma hipótese do antropólogo sobre o modo como o sistema social opera (uma ferramenta analítica), cria uma ficção de equilíbrio que não existe nas sociedades reais. A realidade social é, na maioria dos casos, cheia de incongruências que podem nos propiciar uma compreensão dos processos de mudança social (Leach, 1996).

selecionaram como patrimônio; o segundo se constitui pela coexistência de todos os grupos sociais vilaboenses em relação aos bens culturais tradicionais; sejam relações de ordem religiosa, pública ou privada.

O sistema patrimonial oficial (IPHAN) ampliou sua base de ação sobre os monumentos isolados tombados da década de 50, para o patrimônio urbano tombado em 1978. Expandiu-se do histórico, arquitetônico e arqueológico reconhecido em meados do século XX, ao natural, paisagístico e cultural, ao fim do século. Atualmente não se fala apenas em conjunto arquitetônico e urbanístico, mas também em “paisagem cultural” e em “referência cultural”, que inclui os bens de natureza imaterial ³⁶.

Já o sistema patrimonial local, tanto se reproduziu e se aprimorou para comprovar que a cidade de Goiás não havia sucumbido à *mudança* da capital, quanto se transformou à medida que não apenas incorporou novas categorias patrimoniais (como é o caso de Cora Coralina), como passou a confrontar, por meio do debate cultural, a agência patrimonial oficial. O processo de reavaliação pelo qual passou o sistema patrimonial local reflete, em parte, a conjuntura de transformações na ordem patrimonial nacional (IPHAN) e mundial (UNESCO) ³⁷, uma vez que os dois sistemas estão em constante interação. O intercâmbio do sistema patrimonial local com o oficial é um fator essencial para a garantia da viabilidade, continuidade e capacidade de transformação de ambos. É fruto deste intercâmbio (sempre conjuntural) que atribuo a tão bem sucedida candidatura de Goiás na lista dos patrimônios mundiais; o que não significa que as interações e mútuas relações resultem em conseqüências igualmente apropriadas.

Só é possível entender as motivações dos agentes locais do patrimônio ao se considerar o contexto de suas práticas, sendo ainda a inteligibilidade das práticas, condição necessária para a compreensão do sistema patrimonial. Assim, o sistema patrimonial é analisado com base nas práticas com que os agentes afirmam seu código comum de significações presentes nos objetos (Bourdieu 1992), nas celebrações, nas festividades, nos monumentos, nos lugares, nas edificações, no deslocamento corporal cotidiano e ritual, individual e coletivo, interno ao *centro histórico*. É analisado com base nas práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo (Giddens, 1989).

³⁶ Conferir *Dossiê – Proposição de Inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio Mundial* (CD Rom, IPHAN, 1999).

³⁷ Sobre expansão dos objetos patrimonializáveis conferir as “Cartas Patrimoniais” (Cury, 2001), além de Lowenthal (1998b), Fonseca (1994, 2001), Abreu (2003, 2005), Tamasso (2005).

É igualmente importante refletir sobre como o sistema patrimonial opera em relação à sociedade. Sistemas ou padrões culturais são modelos que têm dois sentidos “um sentido ‘de’ e um sentido ‘para’”; dois aspectos de um mesmo modelo que devem ser diferenciados para fins analíticos³⁸. O patrimônio, como um sistema cultural, é um modelo *da* e um modelo *para* realidade dos vilaboenses tradicionais, à medida que tanto dá significado à sua realidade social, modelando-se em conformidade a ela, quanto modelando-a a ele mesmo (Geertz, 1989, 107).

O trabalho de campo

Desde há algumas décadas atrás, a cidade de Goiás já havia se constituído em importante objeto de pesquisa em nível regional, principalmente por parte dos historiadores. Acredito que a predileção pela cidade se devia a dois fatores correlacionados: (1) por ter sido ela a antiga capital do Estado de Goiás até 1937 e (2) pelo fato de ser portadora e guardiã de um acervo documental de importante valor, abrigado, sobretudo, no Museu das Bandeiras, mas também na Fundação Frei Simão Dorvi, no Hospital São Pedro de Alcântara e no Gabinete Literário.

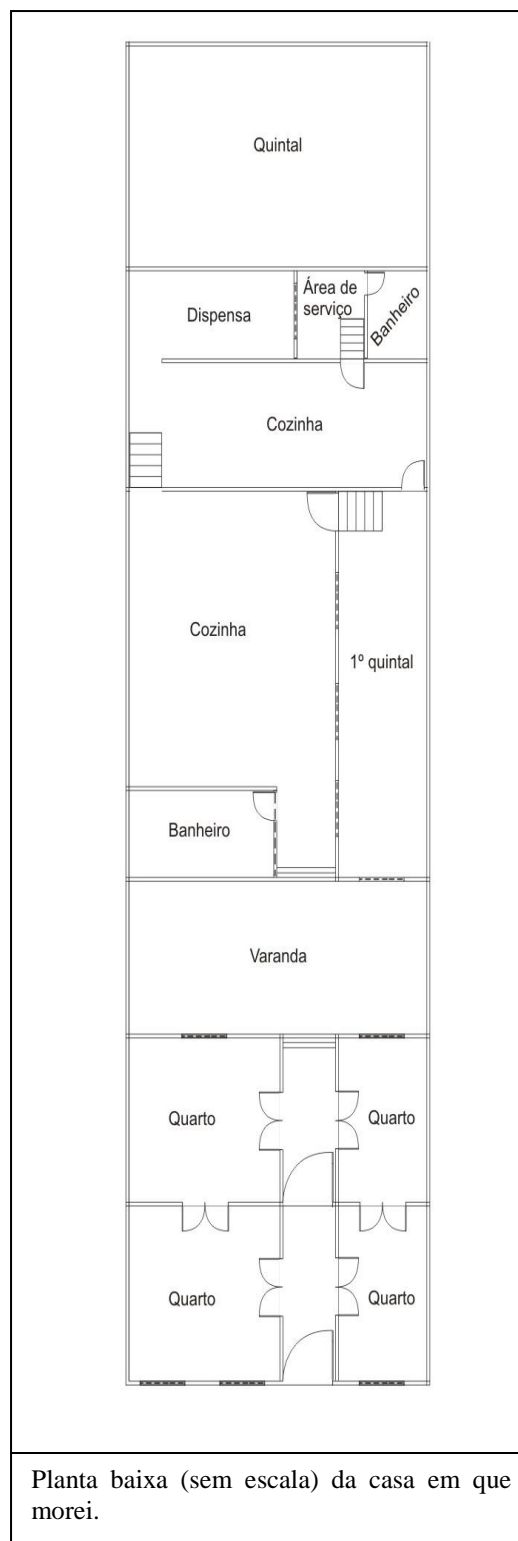
Contudo, até a candidatura de Goiás ao título de patrimônio mundial poucos pesquisadores tinham se debruçado especificamente sobre o tema *patrimônio* na cidade de Goiás. As pesquisas sobre patrimônio eram majoritariamente de ordem técnica (arquitetônica e urbanística) (Coelho, 1996, 1997, 1998, 1999). Apenas uma pesquisa sobre patrimônio antecedia à minha (Gomide, 1999), e era de cunho histórico. Os antropólogos estavam ainda distantes do tema patrimônio e da cidade de Goiás; exceção feita a Carlos Rodrigues Brandão (1974). Saliente-se que se Brandão se debruçou sobre os Congos de Goiás, não o fez com base na noção de patrimônio, mesmo porque este não era um tema antropológico daqueles tempos!

A divulgação da candidatura de Goiás ao título fez acorrerem para lá, a partir de 2001, vários pesquisadores de diferentes áreas disciplinares — arquitetura, antropologia, música, arquivologia, museologia e sociologia, além do aumento das pesquisas históricas.

³⁸ É um modelo de realidade quando enfatiza “a manipulação das estruturas simbólicas de forma a colocá-las mais ou menos próximas, num paralelo com o sistema não simbólico pré-estabelecido”; é um modelo para a realidade quando enfatiza “a manipulação dos sistemas não-simbólicos, em termos das relações expressas no simbólico” (1989, 107).

Em 2000, realizei sete breves *surveys* — (1) Semana Santa; (2) II Festival de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA); (3) Festa do Divino; (4) Corpus Christi; (5) transferência simbólica da capital; (6) de 5 a 7 de setembro, quando acompanhei reunião de técnicos do IPHAN e das empresas estatais e concessionárias com os moradores da cidade, para explicitar obras de instalação da rede subterrânea de telefonia e energia elétrica — que apontaram para diversas problemáticas internas ao campo do patrimônio. Outra breve ida à Goiás, (7) entre os dias 9 e 13 de julho, teve como propósito estar na cidade em situação cotidiana, sem que qualquer evento, festa ou reunião marcasse o tempo³⁹.

Em fevereiro de 2001, com auxílio da vilaboense Neusa Serradourada, aluguei uma casa colonial no *centro histórico*, à Rua Senador Eugênio Jardim, próxima à Igreja do Rosário (Mapa 6) — trajeto da maioria das procissões. Instalei-me na cidade com planos de ali residir por um ano. Intencionava acompanhar o ciclo de festas e celebrações religiosas e laicas para interpretar a relação entre o patrimônio edificado e as diversas formas de manifestações culturais.



³⁹ Durante estes *surveys* me hospedei ou no Mosteiro da Anunciação do Senhor, ou na casa do casal Giorgio e Véronique De Antoni, ou no Centro Diocesano. Apenas o Centro Diocesano localiza-se no *centro histórico* da cidade.

Uma pequena reforma na casa que aluguei foi necessária, uma vez que o único banheiro instalado dentro da casa foi construído dentro da cozinha; por isso, não tinha janelas. Além disso, o forro baixo tornava o ambiente quente e abafado⁴⁰. A solução foi a instalação de uma esquadria basculante voltada para o corredor que liga a *varanda* à cozinha, bem como a retirada do forro e colocação de algumas telhas de vidro.



Esquadria do banheiro voltada para o corredor interno. Ao fundo, cozinha.

Decidi também pintar a casa com cores mais alegres, pois a monotonia do cinza das paredes, janelas e portas, entristecia o imóvel e ignorava a possibilidade do suave colorido da estética colonial: paredes brancas e portas e janelas em ocre, vermelho escuro, azul ou verde. Sendo o *patrimônio* um valor para mim, agi desde o início cumprindo a determinação básica do IPHAN: procurar pela instituição, no sentido de adquirir prévia autorização, antes de dar início a qualquer alteração ou intervenção, ainda que superficial, no imóvel.

Procurei pela 17ª Sub-Regional do IPHAN na cidade de Goiás, a fim de conseguir orientação para as cores que usaria tanto na fachada, quanto na área interna do imóvel. Soube que o diretor — o único arquiteto da 17ª Sub-Regional — estava em férias e que eu teria que aguardar seu retorno. Com mudança agendada e pedreiros em fase de conclusão da pequena reforma do banheiro, tinha que dar andamento à pintura.

Para agilizar o processo procurei orientação junto à 14ª Regional do IPHAN em Goiânia, onde se situa a Direção Técnica da 14ª Regional. Indiquei oralmente para uma técnica que gostaria de pintar a fachada de branco, os portais e vergas em vinho e as portas e janelas de ocre. Uma combinação já usada em alguns imóveis (Museu de Arte

⁴⁰ As casas coloniais não foram planejadas para abrigarem banheiro internamente. O hábito eram as *casinhas* localizadas no quintal. Além disso, o fato de serem as casas de parede meia, as janelas dos quartos são voltadas para a rua e para a *varanda* (sala de convívio da família). A varanda e a cozinha têm janelas voltadas para o *primeiro quintal* (como um pequeno jardim de inverno). Há certa dificuldade em se instalar o banheiro dentro das casas, dada à escassez de paredes que sejam voltadas para a área externa. Com isso, muitos banheiros são instalados de forma que suas janelas dêem para um outro cômodo da casa.

Sacra, por exemplo). As paredes internas seriam todas em amarelo. Apesar de concordar com as cores, a técnica não me indicou objetivamente o número ou nome das cores pelas quais deveria procurar. Também não oficializou o atendimento que fez a mim.

Sem qualquer experiência, comprei as cores que me pareceram as pretendidas. O que eu pensei ser ocre se transformou em um forte amarelo que teve de ser muitas vezes diluído, com intuito de aproximar-se da cor desejada. Também nas paredes internas o amarelo ficou exageradamente vibrante. Quando o pedreiro já realizava a pintura (em amarelo) do *corredor* interno a casa, entre a *porta do meio* e a *porta da rua*, o fiscal do IPHAN parou e, revelando preocupação, perguntou se aquela cor seria usada também na fachada. À resposta do pedreiro de que a fachada seria em branco o fiscal partiu aliviado. Aquilo que muitos moradores se ressentem — que nem sempre se consegue auxílio rápido do IPHAN (dada à própria lógica burocrática do setor público), mas que tão logo se começa a *mexer* no imóvel, rapidamente surge um fiscal do IPHAN para verificar a obra — era por mim comprovado.

Foto: Izabela Tamaso (2002)



Residência onde morei. Rua Senador Eugênio Jardim.
Procissão de Corpus Christi.

Senti uma imensa frustração; uma espécie de desamparo patrimonial, pois idealizei seguir as normas do IPHAN para as cores da casa onde residiria. Nada ficou como pretendido. Alguns meses depois de ter-me instalado na cidade, era uma tarde de sol escaldante (que ao incidir sobre o corredor da casa, tornava o amarelo ainda mais

vibrante), vi se aproximar um grupo de técnicos do IPHAN de Goiás (17^a Sub-Regional), Goiânia (14^a Superintendência Regional) e Brasília. Eram umas seis pessoas. Ao chegarem à frente da minha casa ouvi quando um deles comentou sobre a pintura e outro afirmou que o tom do amarelo ficara forte. Até hoje não sei se ele se referiu às janelas e à porta, ao *corredor*, ou a tudo! Foi uma excelente experiência! Havia apenas começado a viver as pequenas e grandes frustrações, dissensos e tensões entre moradores e técnicos do IPHAN.

No ano de 2001 e já devidamente instalada na casa colonial, tinha como objetivo acompanhar o cotidiano e os rituais dos vilaboenses à espera da resposta da UNESCO à candidatura da cidade à inscrição na lista dos *Patrimônios Mundiais*. Três foram os momentos de definição: (1) em 23 de março um comitê do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) avaliou tecnicamente que a cidade de Goiás era merecedora do título; (2) em 27 de junho uma parte dos membros da UNESCO deliberou favoravelmente pelo título, que foi (3) homologado em Helsinque, em Assembléia no dia 13 de dezembro de 2001.

O título de *patrimônio mundial* havia sido conquistado e até fevereiro de 2002 eu acompanharia os efeitos imediatos do título na cidade e encerraria o ciclo anual das minhas investigações sobre festas e celebrações, iniciado em fevereiro de 2001. Uma enchente, porém, irrompeu o meu caminho e o dos vilaboenses. A inundação do Rio Vermelho em 31 de dezembro de 2001, apenas 18 dias após a conquista do título, tanto provou o valor da outorga da UNESCO para os bens patrimoniais, no sentido de captação de verbas para auxílio e recuperação da cidade, quanto destacou representações e conflitos que estavam latentes durante o processo de candidatura ao título.

Souberam os vilaboenses de que serve o título. As verbas foram captadas com rapidez. Estado, União, UNESCO e empresas privadas investiram primeiramente no *centro histórico*; enquanto as áreas periféricas aguardaram um pouco mais para serem recuperadas. Havia uma hierarquia imposta para a área urbana. Aquele tecido social formado por instituições públicas, civis e religiosas, coeso em prol do objetivo maior, rapidamente se esgarçou; rompendo as alianças extemporâneas e revelando outras configurações dos grupos culturais e patrimoniais.

Tinha diante de mim uma nova situação de pesquisa, com tamanho potencial empírico, que decidi estender o campo até julho de 2002. Se tal decisão, por um lado,

colaborou para com o atraso do início da escrita etnográfica; por outro, revelou dados tão significativos, que me levaram à transformação da estrutura e do tom desta escrita.

Vilaboenses céticos quanto ao processo de patrimonialização e mercantilização da cultura e do patrimônio locais existiram desde o princípio das ações do IPHAN (SPHAN) na cidade. Contudo, em meio à candidatura e aos efeitos da onda universalizante da UNESCO em Goiás, essas vozes ou se calaram ou não se tornaram audíveis, pois inexistiam as condições de possibilidade para a ocorrência desse discurso contrário ao processo de patrimonialização.

Com o acidente ambiental essas vozes proliferaram e muitos foram os dissensos que vieram à tona. Após a enchente emergiram as críticas à lógica da conservação patrimonial e desvelaram-se as dúvidas sobre os benefícios que o título de *patrimônio mundial* traria para a cidade como um todo, incluindo a *periferia*, e não apenas para o *centro histórico*.

Foto: Izabela Tamaso (02.08.2002)



Passeata organizada pela Prefeitura Municipal

Mas havia também que administrar o compartilhamento do meu campo com diversos outros pesquisadores que acorreram para a cidade a partir de 2001, ou melhor, da conquista do título de patrimônio mundial, pois que o tema *patrimônio* e a cidade de Goiás ganharam visibilidade em nível regional. Observei o meu campo sendo dividido

com diversos outros pesquisadores: antropólogos, arqueólogos e historiadores (Delgado, 2003; Fraga, 2002; Godoy, 2003; Moraes, 2002; Péclat, 2003; Poletto, 2003)⁴¹.

Servindo-me de uma expressão de Bourdieu afirmo que o patrimônio tornou-se um dos problemas que “andam no ar” do nosso “tempo” (2000, 38) Tanto mais se impôs como uma problemática aos investigadores quanto mais aumentaram as “probabilidades de receberem *grants*, materiais ou simbólicos, de serem, como se diz, *bem vistos*, pelos administradores científicos e as administrações” (Idem, p. 38)⁴². Enquanto cada um desses investigadores recortava uma temática do *patrimônio* vilaboense, eu me convencia da necessidade de uma investigação que visasse compreender e interpretar o sistema patrimonial local; e não apenas um ou alguns bens patrimoniais. Ampliava sobremaneira o meu campo de pesquisa e o meu material de análise, ao mesmo tempo em que cresciam minhas reflexões.

Razões diversas — tanto pessoais, quanto etnográficas — contribuíram para que meu tempo de doutoramento se alongasse, permitindo tanto o maior aprofundamento das análises das tensões no campo do patrimônio, quanto o aumento substantivo do volume de páginas desta tese. Ao fim de quatro anos de escrita, entre 2002 e 2006, intercalados por algumas longas interrupções, vários outros pesquisadores, entre antropólogos, sociólogos, historiadores e arquitetos, já tinham se debruçado sobre os patrimônios da cidade de Goiás (Bergerot, 2006; Carneiro, 2005; Faria, 2006; Fraga, 2005; Galvão Júnior, 2003; Martins, 2004; Oliveira, 2004c; Rabelo, 2006, Santana, 2005a, Santana, 2005b)⁴³. Se por vezes tinha o sentimento de que meu objeto se esvaía nos escritos de tantos outros, que se aventuravam pelo tema patrimônio e pela cidade de Goiás, a leitura de seus trabalhos conclusivos reiterava o diferencial do trabalho de investigação e análise ao qual vinha me dedicando.

Tendo passado o receio de tratarmos das mesmas questões, entendi que cada um desses pesquisadores cuidou de temas patrimoniais bastante recortados e limitados a

⁴¹ Apenas Delgado havia iniciado antes de mim sua pesquisa sobre Cora Coralina. Mas foi no decorrer da candidatura ao título de patrimônio mundial, em 2001, que a historiadora incorporou à sua temática (gênero, velhice e literatura) também o patrimônio.

⁴² Isto não diz respeito apenas aos investigadores que rapidamente voltaram os olhos para o patrimônio de Goiás. Pode ser também aplicado aos antropólogos em nível nacional que vislumbraram aumentar seus “*grants*, materiais e simbólicos”, a partir do Decreto 3.551, que versa sobre os bens de natureza imaterial. A prova de que patrimônio anda “no ar” do nosso tempo é o aumento de Grupos de Trabalho e Mesas Redondas nas programações das últimas Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBA) e a criação em 2004, de um Grupo de Trabalho sobre Patrimônio Cultural vinculado à direção da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

⁴³ Galvão Júnior (2003) e Martins (2004) há alguns anos refletem e atuam sobre o patrimônio edificado e a malha urbana de Goiás, pois que são ambos arquitetos do corpo técnico do IPHAN. Também foram ambos importantes no trabalho de confecção do *Dossiê* enviado à UNESCO.

uma parcela básica de material documental e/ou etnográfico, se comparados com o material que eu manipulava analiticamente desde 2000. Vários bens culturais de Goiás foram por eles analisados sob diversos aspectos: arqueológico, histórico, sociológico, antropológico. Ao analisarem isoladamente cada bem cultural, o que cada pesquisador fez foi levantar e analisar às vezes exaustiva, outras insipientemente, traços característicos do bem cultural: uma procissão, uma comida, uma festa, uma igreja, uma residência, um museu, uma instituição educacional, o casario, a concepção urbana. Por certo, são trabalhos que contribuem para o entendimento da cultura e do patrimônio vilaboense. Mas faltava ainda uma interpretação da relação dos bens culturais com o sistema patrimonial local e nacional (institucional). Estando convencida de que muito ainda havia restado por ser descrito, refletido, analisado e interpretado, retomei a tese sistematicamente em 2006.

A interpretação que faço do processo de patrimonialização dos bens culturais da cidade de Goiás se baseia em entrevistas formais e informais, anotações nos cadernos de campo; minha memória, enquanto um dado possível no trabalho de campo antropológico e os discursos das autoridades civis, políticas e eclesiásticas. Documentos, jornais, livros, arte pictórica, poesia e música também foram coletados e analisados à medida que estabeleciam relação com o tema e o objeto desta tese.

As entrevistas formais (posteriormente transcritas) foram feitas com cerca de 148 pessoas, entre moradores da cidade (tradicionais e migrantes), dos povoados e distritos ao redor (Barra e Ferreiro), vilaboenses residentes em Goiânia e Rio de Janeiro, especialistas do patrimônio (historiadores, arqueólogos, arquitetos), funcionários do IPHAN, inclusive com cargos de chefia administrativa e técnica, autoridades civis e regionais (vereadores, prefeitos, deputados, secretários municipais e estaduais) e membros e autoridades do clero (irmãs, freis e bispos).

Os discursos e falas de outras 75 pessoas também foram transcritos e analisados. Os discursos foram gravados em situações rituais: comemoração da outorga do título de patrimônio mundial, transferência simbólica da capital de Goiânia para Goiás, entregas oficiais de obras de restauração e requalificação do espaço público, homilias, dentre outras. As falas foram coletadas por meio de enquete em espaços públicos em momentos rituais ou extraordinários: comemoração da conquista do título, festa de Santa Rita e enchente do Rio Vermelho.

Em cadernos de campo, além dos detalhes do cotidiano e das relações e configurações dos grupos, anotei os debates que tiveram efeito em reuniões e eventos

culturais importantes, como a reunião de posse do novo diretor da 17ª Sub-Regional do IPHAN, do Movimento Pró-Cidade de Goiás, do Programa Monumenta, do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio, da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições), da entrega do título de cidadã vilaboense à Suzana Sampaio (membro do ICOMOS-Brasil), da comemoração do 32ª aniversário da AFLAG (Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás), da audiência pública para debater sobre a instalação do teleférico, do Plano Diretor, da Associação dos Moradores de Bairros, da Associação das Vítimas da Enchente, dentre outras ⁴⁴.

Particpei de missas, procissões, festas, alvoradas, serenatas e folias. Quando ocasionalmente não fui informada do evento, bastava ouvir os fogos de artifício e o som da banda do 6º BPM (Batalhão de Polícia Militar) para saber que algo extraordinário acontecia pela cidade. Algumas vezes saltei rapidamente da cama, antes de seis da manhã, depois de ouvir o som dos fogos e da banda, para correr atrás de mais uma alvorada em comemoração a algum santo ou a algum vilaboense, como, por exemplo, na manhã do aniversário de Goiandira do Couto, em 13 de setembro de 2001 ⁴⁵.

Pesquisei em jornais e livros na Fundação Frei Simão Dorvi e no Gabinete Literário. Visava observar as transformações pela qual passou a categoria *patrimônio*, no decorrer da segunda metade do século XX. Dois foram os fatores que me fizeram delimitar o período de interpretação entre a década de 30 do século XX e primeiros anos do século XXI. Primeiramente, a “situação crítica” (Giddens, 1989) dada pela *mudança* da capital para Goiânia, que desencadeou nos vilaboenses a necessidade de garantirem a preservação da cidade de Goiás. Preservação, não no sentido entendido e praticado pelos agentes da preservação e pelo IPHAN e sim no sentido de garantir que a cidade não sucumbiria após *o golpe* enfeixado por Pedro Ludovico Teixeira.

Esse objetivo por certo englobava aquele. Ou seja, lutar para que a cidade resistisse após ser destituída da capital, significou em parte, a incorporação dos ideais patrimoniais difundidos pela Academia IPHAN ⁴⁶. E disso decorreu uma prática de conservação patrimonial, que diferentemente do IPHAN — pois que transcendia o aspecto material das edificações e do traçado urbano — pretendeu salvaguardar os bens culturais, a fim de que se mantivessem preservadas a tradição e a identidade vilaboense.

⁴⁴ Das 110 fitas gravadas, apenas seis delas foram transcritas por outras pessoas. Quatro entrevistas foram transcritas por Clarisse Rabelo e duas por Cristiana de Andrade Fernandes, ambas alunas da UFG. Todas as demais foram transcritas pela autora.

⁴⁵ No ano de 2002, não mais subitamente surpreendida, ao invés de correr atrás da banda, acompanhei-a até a casa de dona Goiandira.

⁴⁶ Conferir Santos (1992; 1996).

Os bens culturais preservados pelos residentes na cidade, não necessariamente equivalem aos bens preservados ou que estiveram na intenção de preservação do IPHAN. Podem sim coincidir em alguns casos, mas não são equivalentes, nem no ideal, nem na prática; ou seja, no que resultou efetivamente de ambas políticas (da elite cultural vilaboense e do IPHAN).

A delimitação do início da pesquisa em jornais da década de 30, deveu ao meu objetivo de observar a relação entre a mudança da capital e a construção da cidade patrimonial. Vários jornais se mostraram com bom potencial documental — *A Razão, O Social, Tribuna de Goiás* — mas foi, sobretudo, no jornal *Cidade de Goiás*, fundado logo após a mudança da capital, em 1938, que mais coletei dados concernentes não apenas à reação a mudança da capital, mas especialmente, ao início das ações do SPHAN da cidade, desde a década de 40.

Foi também pesquisando nos jornais que me deparei com a centralidade do bandeirante *Anhanguera* para a construção da identidade vilaboense; quando então entendi que deveria me ocupar da análise das interpretações nativas sobre esse herói mítico, pois em uma parte delas se concentra a narrativa da perda originária.

Devo informar ainda que, embora haja orientações quanto ao uso dos grifos em itálico ou das aspas em textos científicos, optei por indicar as falas nativas — dos vilaboenses e *filhos de Goiás* — com grifos em itálico. As falas e os discursos dos não vilaboenses aparecem entre aspas. Informo também que a grafia das palavras foi mantida conforme consta dos documentos pesquisados.

Outro ponto a destacar diz respeito ao uso de nomes reais. Não estabeleci uma regra única para toda a tese. Decidi em função do contexto específico de cada fala aquelas que eu omitiria a identidade ou a revelaria. Caso a caso foi pensado a fim de que os vilaboenses que contribuíram para com a minha pesquisa e que agora participam desta tese — com suas histórias, seus passados, seus desabafos, suas lamentações, suas críticas e seus sonhos — não sejam prejudicados material ou simbolicamente em função de suas afirmações.

Assim, há casos em que uma mesma pessoa é referida de maneiras diversas no decorrer da tese: com seu nome real, com pseudônimo e com identidade omitida (sem uso de pseudônimo). Informo ainda que o uso de pseudônimo está sempre relacionado a um determinado contexto: quando um vilaboense faz referência nominal a outro, cuja identidade eu considero oportuna a omissão.

Acredito que as pessoas que ocupam cargos públicos e/ou publicam suas idéias em jornais, livretos e livros sabem que há alguma espécie de risco nisso. Também espero não ter inadvertidamente provocado medo ou receio em algumas pessoas, pois eu estive movida pela franqueza com a qual as figuras públicas falaram para mim de suas preocupações e expectativas para Goiás, e suas visões se mesclam aqui com comentários mais acanhados ou periféricos de outros vilaboenses, para o mútuo enriquecimento de ambos; e para quiçá colaborar para com a democratização das políticas e práticas culturais e patrimoniais.

A estrutura da tese

A tese foi dividida em três partes. A Parte I apresenta a gênese e o processo de patrimonialização dos lugares e bens culturais vilaboenses. A Parte II é resultado de uma investigação da agência empreendida pelos agentes locais da cultura e do patrimônio. A Parte III é uma etnografia do debate cultural estabelecido, na prática social, entre os agentes e burocratas do patrimônio (seus valores, normas e regras institucionais, postas e impostas) e os vilaboenses tradicionais (as representações e apropriações dos seus lugares e bens culturais). Mapas e quadros estão no corpo do texto, salvo quando forem informações secundárias, quando constarão dispostos em meio aos Anexos.

Penso como Choay que um projeto que vise “avaliar as motivações — assumidas, confessadas, tácitas ou ignoradas — que estão na base das condutas patrimoniais não pode deixar de voltar às origens” (2001, p. 29). A interpretação do “espelho do patrimônio”, bem como das imagens nele refletidas, deve ser precedida pela compreensão da “grande superfície lisa desse espelho”, de como ela “foi pouco a pouco sendo constituída pelo acréscimo e pela fusão de fragmentos” (2001, p. 29).

Na Parte I, o capítulo 1 apresenta uma síntese da história de Goiás desde sua fundação até a enchente do Rio Vermelho, em 2001; uma breve caracterização da sua evolução urbana e de suas características paisagísticas e estéticas; e ainda a relação dos vilaboenses com o seu lugar. O capítulo 2 interpreta a narrativa mítica sobre o Anhanguera, pois a considero fundante da retórica da perda, que segue sendo reavaliada pelos vilaboenses já há quase três séculos. O capítulo 3 descreve, por meio de registros documentais e memória coletiva, os traumas decorrentes da *mudança* da capital. Objetivo destacar como retornam os vilaboenses à “situação crítica” (Giddens, 1989) e

como a incorporaram à retórica da perda. Interessa-me interpretar como o rito de destituição da capital de Goiás foi primeiramente vivido e depois reavaliado pelo vilaboenses. O capítulo 4 dá início à apresentação, descrição e análise do processo patrimonialização desde o plano regional, nacional ao mundial. Teve como principais fontes o Processo de Tombamento efetuado pelo IPHAN e jornais das décadas de 30 a 50 do século passado. O capítulo 5 é uma etnografia do processo de candidatura e conquista do título de patrimônio mundial.

Na Parte II inicio a apresentação e análise do sistema patrimonial local. Começo por situar os agentes locais que contribuíram para com o processo de patrimonialização dos bens culturais da cidade de Goiás. Tanto são apresentados individualmente, quanto em grupos, ou seja, associações, conselhos, organizações etc. No capítulo 6 destaco o papel crucial de reprodução do sistema patrimonial desempenhado pelas mulheres solteiras. Algumas o fizeram não intencionalmente, apenas seguindo a *tradio*; outras chegaram ao fim do século como agentes importantes do patrimônio local. No capítulo 7 apresento os vários outros agentes que, desde a mudança da capital, lutaram primeiramente para conservar a cidade de Goiás, para, em seguida, torná-la patrimônio, restituindo-lhe assim um valor central e singular em âmbito regional, nacional e mundial. Para tanto, criaram associações, conselhos e museus visando destacar a singularidade da cidade e colocá-la nos fluxos turísticos. A par dessas ações de singularização da cultura vilaobense teve início o processo de diferenciação entre vilaboenses e migrantes ou *centro histórico* e *periferia*; bem como o surgimento de categorias nativas como *panelinha* e *prefeitura paralela*, que indicam uma percepção da concentração do poder nas mãos de alguns vilaboenses. O poder cultural atinge tal escala que engloba, em algumas circunstâncias, os poderes políticos, econômicos e religiosos.

Na Parte III o sistema patrimonial é apresentado em ação; ou seja, interpreto a relação entre os bens culturais (privados, públicos e religiosos) entre si e em relação aos vilaboenses. No capítulo 8 apresento as configurações do patrimônio privado — os dons, o nome de família e a casa — e a relação deste com as políticas patrimoniais empreendidas pelo IPHAN. No capítulo 9 interpreto as representações e apropriações dos vilaboenses dos espaços públicos — largos, ruas, becos, travessas, monumentos e edificações — e as transformações impostas a estes espaços pelo processo de patrimonialização; sobretudo, a partir da candidatura ao título de patrimônio mundial, com a implementação das políticas de enobrecimento. Abordo também as novas

hierarquias internas ao *centro histórico*, desencadeadas pelo processo de patrimonialização. Especialmente, analiso a exclusão de uma parte do centro histórico do projeto que implantou a fiação subterrânea e os nostálgicos lampiões de luz de sódio. Apresento ainda alguns dos resultados dos trabalhos de escavação arqueológica empreendido no *centro histórico* da cidade⁴⁷, a fim de refletir sobre o que denomino de “sobreposição dos valores patrimoniais”; pois se, de um lado, alguns logradouros foram literal e simbolicamente iluminados para “inglês ver”; outros, com alto potencial patrimonial arqueológico estão obscurecidos em meio à hierarquia interna ao campo do patrimônio. A área protegida pelo IPHAN abriga, pois, heterogeneamente os valores históricos, estéticos, arquitetônicos, culturais e arqueológicos. Tal heterogeneidade, que implica em hierarquização dos valores patrimoniais, é fruto dos critérios próprios de seleção e reconhecimento praticado pelo IPHAN. Finaliza este capítulo a apresentação do conflito deflagrado na cidade por causa das obras da Avenida Rio Vermelho e de um provável teleférico, comprovando que as apropriações da categoria patrimônio eram tão plurais, quanto antagônicas! O capítulo 10 analisa a relação entre o processo de patrimonialização dos bens culturais religiosos, os agentes locais da cultura e do patrimônio e os membros do clero. Interpreto as recepções, por parte dos vilaboenses tradicionais, das políticas de preservação, como, por exemplo, os restauros das igrejas e bens integrados e o processo de criação do Museu de Arte Sacra e musealização e apropriação simbólica das imagens dos santos. Avalio como a presença da Igreja do Evangelho (ou dos pobres) contribui em alguns aspectos para o processo de patrimonialização (como é o caso do santos levados para o Museu), enquanto paradoxalmente, resistia à patrimonialização das celebrações religiosas, sobretudo as da Semana Santa.

⁴⁷ Os trabalhos de escavação e coleta do material arqueológico não se limitaram ao centro histórico. Informo, contudo, que nesta tese trato apenas dos resultados relativos à área compreendida pela proteção do IPHAN: tombada e de entorno.

PARTE I

GÊNESE DO PATRIMÔNIO VILABOENSE



Fonte: Reis Filho, 2000, p. 235

CAPÍTULO 1

VILA BOA DE GOIÁS

*Há uma Goiás
de que se sabe
a história, o nome
como um pote,
como guardados
em estante baixa
ao alcance fácil
da mão, dos olhos.
(Brandão, 1976)*

1.1. Das bandeiras à mudança da capital: breve história

O período das bandeiras, em Goiás, tem seu início no século XVI. Há indicações de várias bandeiras que teriam penetrado a região entre os séculos XVI e XVII: a de Sebastião Marinho (1592), João de Souza Pereira Botafogo e capitão Domingues Rodrigues (1596), João Pereira Botafogo (1596), Martins Rodrigues Tenório (1608), Belchior Dias Carneiro (1607-1609), Antônio Pedroso de Alvarenga (1615-1618), Frei Cristóvão de Lisboa (1625), Manoel Correia (1647), Francisco Lopes Buenavides (1665), Lourenço Castanho (1668), Luis Castanho de Almeida (1671), Antonio Soares Paes (1671), Bartolomeu Bueno da Silva (1682), Sebastião Paes de Barros (1674 ou 1675) (Taunay 1950) ⁴⁸.

Especificamente sobre a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, Taunay (1961; V. I) cita as jornadas do “primeiro Anhanguera” por terras mato-grossenses e goianas, revelando que “em data, que para alguns parece ter sido 1682 esteve entre os gentios Goiás”. Por ocasião desta “jornada”, o Anhanguera teria descoberto “indícios de ouro”. Ia acompanhado do filho “seu homônimo, que seria o segundo Anhanguera, o glorioso descobridor dos jazigos auríferos goianos em 1725” (p. 111). Para o historiador paulista, enquanto o “primeiro Anhanguera” dá indícios de ouro, o “segundo Anhanguera”

⁴⁸ Não há concordância para com a ordem das bandeiras, bem como suas respectivas datas. Em cada autor, seja Silva e Souza (1812), seja Alencastre (1986), seja Brasil (1961), ou outros, há uma ou outra controvérsia: uma bandeira que não é citada, uma data que difere e ainda dúvidas sobre se algumas delas teriam realmente atingido o solo goiano.

assume, na história das bandeiras, o papel de “descobridor” das minas de ouro de Goiás (Taunay, 1961; V. I).

O descobrimento de Goiás, não obstante ter sido efetuado no século XVI é sistematicamente atribuído à bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o *Anhanguera*, pois, segundo Palacin (1995), “foi a partir dela que se encontraram as primeiras minas de ouro e se iniciou o povoamento branco e mestiço no território goiano” (p. 20). O anacronismo das referências “a um ‘descobrimento’ da região no século XVIII” é completamente obnubilado pelo imaginário local que reconhece em *Anhanguera* o grande desbravador, descobridor e fundador de Goiás.

As formas mais comuns de se diferenciar os *Anhangueras* são: *primeiro Anhanguera / segundo Anhanguera, Anhanguera, o pai / Anhanguera, o filho*. É muito comum, porém, a referência genérica ao *Anhanguera*: o personagem mítico.

Em 30 de junho de 1722, partiu de São Paulo a bandeira comandada pelo capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, em direção aos sertões dos goiases⁴⁹. Após ter vagado por três anos, cujas dificuldades geraram dissidências entre membros da bandeira⁵⁰, Bartolomeu Bueno da Silva localiza os aluviões do Rio Vermelho e seus afluentes, onde estivera com seu pai.

O regulamento que regia a bandeira do segundo Anhanguera era especialmente rígido quanto ao Tratado de Tordesilhas: “não fará Bartolomeu Bueno da Silva descoberta alguma em terras de Castela, nem consentirá que pessoa alguma entre nos domínios dessa coroa” (apud Artiaga, 1961, p.22). Desconsiderando as ordens da Coroa, Anhanguera chegou em 1725 à região, onde posteriormente seria Goiás e após constatar as jazidas auríferas, retornou a São Paulo. Em 1726, como capitão-mor, regente, voltou à região dos *Goyazes* e rompendo o Tratado de Tordesilhas, fundou o Arraial de

⁴⁹ Compunha-se de 152 homens de armas, trinta e nove cavaleiros, dois beneditinos e um franciscano. Além do cunhado João Leite da Silva Ortiz e do alferes José Peixoto da Silva Braga faziam parte da bandeira, Simão Bandeira (sócio de Bartolomeu Bueno), Manoel Péres Calhamares (cunhado de Bartolomeu), Antonio Ferraz de Araújo, Urbano do Couto e Menezes, Frei Antonio da Conceição, Frei Luiz de Sant’anna, Frei Cosme de Santo André, Francisco de Carvalho Lordelo, José Alves, Manoel de Oliveira (este já tendo estado em Goiás com outras bandeiras), João da Matta e Estevam Mascate Francez (Brasil 1961; Taunay 1950).

⁵⁰ Segundo Silva e Souza “A intriga e desigualdade de sentimentos, que desordenam que as sempre os mais bem concebidos projectos [sic], começaram a influir nos corações. [...] Tumultuaram fazendo partido os companheiros, e não bastou para os conter a auctoridade de que Bueno estava munido; uns em balsos que fabricaram desceram pelo rio e foram ter no Grão-Pará, onde se diz que foram presos até se conhecer o motivo da sua viagem; outros se ausentaram fugitivamente [...]” (apud Teles, 1998, pp. 76). O relato do alferes José Peixoto da Silva Braga, membro dissidente da bandeira, interpreta os acontecimentos: “Neste sitio ouvindo dizer ao cabo que nos ficava já perto o Maranhão, me resolvi a deixal-o, e rodar rio abaixo buscando alguma terra já povoada para não parecer a fome e sede no meio d’aquelles mattos.” (Memórias Goianas, v. I, pp.18)

Sant'Anna, localizado entre morros⁵¹ e às margens do rio Vermelho, tornando-se Supertintendente das Minas de Goiás, onde também fundou os arraiais da Barra, do Ferreiro e do Ouro Fino.

Dado histórico importante foi o fato de ser a Villa Boa de Goyaz, oficialmente, o primeiro núcleo urbano para além do Tratado de Tordesilhas, que definia o território português⁵². O aglomerado constituído prestou-se ao nascimento da *urbes* colonial em função do sucesso da empresa mineradora e da instalação do Governo e da Igreja. Por isso, Galvão Júnior considera a cidade de Goiás como um caso típico; mas também pelo fato de ser a primeira cidade no Planalto Central e a “primeira capital cerratense” (2001, p. 70).

Colaborou assim Bartolomeu Bueno da Silva, em nível nacional para a expansão do “patrimônio geográfico brasileiro” (Souza, 1997, p. 41)⁵³, e posteriormente em nível local para a conquista do título de patrimônio mundial. Isto porque, conforme se verá posteriormente, no *Dossiê* enviado para a UNESCO, o valor histórico da cidade de Goiás reside no fato de ser ela o primeiro núcleo populacional fundado para além do Tratado de Tordesilhas.

A Coroa Portuguesa, preocupada que estava em manter os arraiais e vilas povoadas, envia ordem para que os administradores tomassem providências a fim de manter a população no local, mesmo naqueles onde o ouro já era escasso (Delson, 1997). A submissão às “exigências de planejamento”, segundo Delson, se fez sentir, sobretudo, no Arraial de Sant'Anna⁵⁴. Em 1736, o Conde de Sarzedas foi enviado para fundar uma vila no interior de Goiás, tendo seguido “munido de cópias da legislação do planejamento urbano que o orientariam na criação eficiente de uma nova vila” (Delson,

⁵¹ Atualmente denominados Serradourada, Morro Dom Francisco e Morro do Canta Galo. Compreendidos como APA (Área de Proteção Ambiental), os referidos morros foram importantes no processo de inscrição da candidatura da cidade de Goiás a patrimônio da humanidade, fundamentados na percepção do patrimônio integrado (cultura e natureza).

⁵² A posse das extensas terras para além do Tratado de Tordesilhas foram autenticadas e garantidas graças aos tratados de Madrid, do Pardo e de Santo Idelfonso, estabelecidos entre os reinos ibéricos, em meados do século XVIII. O precedente de posse já existente na região foi de indispensável valia para as novas diretrizes territoriais (Dossiê, 1999).

⁵³ Para Souza (1997) “o tema da conquista das dimensões territoriais aparece” nas narrativas do pensamento social brasileiro “como momento primordial da gênese de um país com identidade própria”; como um “ponto zero da história da construção da nação” (p. 41).

⁵⁴ O parecer do Conselho Ultramarino é esclarecedor: “unicamente por meio da fundação de vilas e do estabelecimento nelas da administração governamental, esses homens que perambulam sem sentido através desses campos auríferos podem ser controlados, sendo inconveniente deixá-los vaguearem sem vigilância, por causa das desordens que podem cometer” (apud Delson, 1997, p.31).

1997, p. 31). No entanto, o Conde morreu no Arraial de Meia Ponte (Pirenópolis), antes de chegar a Goiás.

D. Luís de Mascarenhas, o Conde D’Alva, foi enviado para proceder ao estabelecimento da vila. Não obstante Meia Ponte, onde predominavam os portugueses, haver “pleiteado a sede da vila” — datam deste tempo os riscos pelos quais passava a cidade de Goiás, no que concerne a perda de estatuto de capital ou, melhor, perda da possibilidade de alcançá-lo —, D. Luís de Mascarenhas optou por Arraial de Sant’Anna, onde predominavam os paulistas. Goiás iniciou sua trajetória de dois séculos, como sede do governo de Goiás.

Em 1º de Agosto de 1739, o Arraial de Sant’Anna é erigido à vila e passa a chamar-se Villa Boa de Goyaz⁵⁵, em homenagem aos índios Goyá e a Bartolomeu Bueno da Silva (Silva e Souza, apud Teles, 1998).

Dom Luiz de Mascarenhas, recém chegado, traçou o primeiro Plano de Assentamento de Villa Boa de Goyaz, “ao lado do Arraial de Santana” (1987, 5)⁵⁶. Coelho ressalta que, não obstante a Carta Régia (de fevereiro de 1736), orientar para que a vila fosse instalada “perto de um arraial que se ache já estabelecido”, a Vila Boa de Goiás é criada sobre a malha do arraial escolhido já existente e não próxima a ele (1998,14-15).

Em 25 de Julho de 1749, dado o crescimento da população⁵⁷ e as dificuldades decorrentes do governo distante — São Paulo — a Villa Boa foi elevada à categoria de capitania e recebeu o “primeiro governador privativo d’esta capitania”, Dom Marcos de Noronha: O Conde dos Arcos (Silva e Souza, apud Teles, 1998, 87).

A economia de Goiás esteve baseada na mineração até o fim do século XVIII. A produção do ouro em Goiás foi crescente até 1753. Após esta data, os números apresentam sistemático decréscimo na produção do minério. A extração de ouro já não compensava mais os investimentos na mão de obra escrava e demais custos. Tornada a

⁵⁵ Segundo Zoroastro Artiaga, a vila recebeu primeiro o nome de Vila Buena, passando em seguida para Vila Boa de Goyaz. (1959, 73)

⁵⁶ Segundo Silva e Souza, O Conde D’Alva, “demarcou o lugar da villa que veio crear, a que chamou Villa-Boa de Goyaz, em attenção a Bueno seu descobridor e ao gentio Goyaz; fez erigir o pellourinho; designou o lugar da praça, da matriz, da camara, da cadêa e dos edifícios principaes, e não se dedignou de pegar na ponta da corda e servir de pião para se marcarem os logradouros públicos [...]” (apud Teles, 1998, p, 85).

⁵⁷ Os historiadores se ressentem pela ausência de documentos que indiquem os números populacionais precisamente. Fazem, pois, uma visão aproximada do conjunto; toma-se o número de escravos, em geral dois terços da população e daí infere-se o número total. Palacin (1995) indica que em 1736 a população deveria ser em torno de 15.000 e em 1750 em torno de 35.000. (p. 60). Segundo Moraes (2006), a situação se agrava quando alguns “historiadores regionais simplesmente desconsideram os Mapas [de população] ou inventam outros” (p. 296).

produtividade cada vez mais escassa, muitos dos habitantes das regiões mineradoras se deslocaram para regiões onde praticavam a agropecuária de subsistência (Palacin, 1994, Palacin e Moraes, 1994, Chaul, 1997).

Algumas medidas foram tomadas no sentido de estimular a agricultura, a pecuária e o comércio destes produtos, tais como: a isenção de dízimos para lavradores que cultivassem a terra próxima à margem dos rios; estímulo à catequização dos índios, a fim de que os mesmos pudessem servir como mão de obra na agricultura; incremento da navegação dos principais rios do território; e revogação do alvará datado de 05 de Janeiro de 1785, que proibia a instalação de fábricas na Colônia. A tentativa de melhoria do transporte pelo uso dos rios não surtiu resultado. As distâncias para o escoamento dos produtos, bem como o precário mercado consumidor, continuaram sendo um problema para o desenvolvimento da agricultura da província (Palacin e Moraes, 1994).

A década de 70 foi marcada economicamente pelo esgotamento das lavras de ouro⁵⁸. Contudo, em função da condição de sede do governo do estado (capital), não houve retrocesso demográfico, apesar da significativa recessão das atividades mineratórias e da estagnação das atividades mercantis⁵⁹.

Após esgotamento das jazidas auríferas houve intensificação da economia agropecuária, que co-existiu com a economia mineradora⁶⁰. A pecuária, que precedeu à mineração⁶¹, representou, segundo Chaul (1997) “uma lenta, mas progressiva recuperação de rendas e comércio”, sendo por isso capaz de superar as carências econômicas de Goiás no período; o que afasta a noção de decadência, atraso ou colapso econômico de Goiás (85-86)⁶².

Em 1818, a então Villa Boa de Goyaz passa a chamar-se Goyaz, permanecendo como sede da Província de Goiás e, posteriormente, como capital do Estado de Goiás. A

⁵⁸ Conferir Palacin (1994), Palacin e Moraes (1994), Chaul (1997).

⁵⁹ Palacin indica entre 1736 e 1750 a única fonte de informação sobre dados populacionais são as tabelas de capitação: “Em 1750 foram uns 16.8000 escravos os que pagaram capacitação. Acrescentando crianças e adolescentes, o número de escravos calcula-se em torno de vinte mil. Qual seria a relação dos escravos para com o resto da população? Não creio que fosse inferior a sessenta por cento do total. A população não devia, portanto, exceder a 35.000 habitantes” (1999, p. 69)

⁶⁰ Além da pecuária e agricultura, a região de Goiás tornou-se, em meados do século XIX, um importante entreposto comercial “mantendo intercâmbio com as Províncias do Pará, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso” (Moraes, 1995, p. 146).

⁶¹ Bertran teria sido o primeiro a afirmar a precedência da pecuária sobre a mineração (Chaul, 1997).

⁶² A pecuária, segundo Palacin, aparece como atividade econômica mais adequada às características geográficas e sociais locais, seguindo o período da decadência da mineração. Tal compreensão é objeto de crítica de Chaul (1997), para quem a pecuária não pode ser pensada como a “redentora econômica” de Goiás, e sim como aquela que possibilita “refutar a representação que se fez, por tanto tempo, da suposta decadência de Goiás” (p. 94).

capitania de Goiás compreendia todo o território goiano e ficou ligada diretamente a Portugal até a independência do Brasil quando se tornou Província de Goiás. (Palacin & Moraes, 1994).

Se a elevação de Goiás à Província indica a idéia de relativa autonomia de Goiás com relação a São Paulo, tal idéia não se sustenta. Tanto o presidente da Província, quanto os deputados e senadores continuaram sendo escolhidos pelo poder central e eram provenientes de São Paulo. Além disso, a Assembléia Provincial e a Câmara dos Vereadores agiam de acordo com as ordens e os interesses do Presidente da Província. Goiás permanecia sob o comando de políticos não goianos, sem relações de parentesco na localidade (Palacin & Moraes, 1994). Objetivando eliminar o “oficialismo político” foram criados dois partidos políticos: o Liberal em 1878 e o Conservador em 1882. Alguns representantes locais começaram a ocupar cargos políticos de maior representatividade, fortalecendo os grupos políticos locais que iriam constituir as futuras oligarquias goianas, com destaque para Bulhões, Jardim e Fleury (Palacin e Moraes, 1994, p. 71).

A relação política desigual entre goianos e paulistas desencadeou a criação de representações das espoliações empreendidas pelos governantes paulistas, que não apenas espoliavam os goianos do direito de participação política, mas também carregavam tudo quanto pudessem dos artefactos culturais móveis.

Se antes, foram espoliados de ouro e índios pelos bandeirantes paulistas, agora seriam os governantes paulistas que iniciariam, segundo a memória coletiva vilaboense, um período longo de poder e apropriação na (e da) Província de Goiás. O próprio Palácio teria sido depauperado pelos governantes paulistas que *levaram* consigo os bens móveis. A maioria dos bens móveis presentes atualmente no Palácio Conde dos Arcos (antiga sede do governo), data do século XX, alguns já da segunda metade do século⁶³.

O advento da República reforçou o poder oligárquico das famílias Bulhões, Jardim e Caiado. Desentendimentos entre eles favoreceram o fortalecimento do poder dos Caiado a partir de 1912. A ruptura política só veio a ocorrer após a Revolução de 30. A vitória política de Vargas, no plano local, implicou na nomeação de Pedro

⁶³ Segundo Élder Camargo de Passos (59 anos) “o Palácio não tinha móveis, não tinha nada. Aí no governo de Mauro Borges [na década de 60], dona Lourdes Stivallet começa a comprar móveis antigos na cidade para mobiliar o Palácio, na década de sessenta, sessenta e um... parece... quando começou, mas com muitos poucos móveis. Quem mais adquiriu foi a Lúcia Vânia, já em setenta e oito, setenta e nove, por aí”. (Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002).

Ludovico Teixeira — representante dos grupos oligárquicos do sudoeste — como Interventor Federal (Chaul, 1988).

A Revolução de 30 e com ela a mudança no poder federal, possibilitou, no Estado de Goiás, aos “grupos oligárquicos dissidentes” — engajados na Aliança Liberal — não apenas a ascensão política de grupo opositor às velhas oligarquias, como também os mecanismos institucionais e econômicos para criar o símbolo do novo poder: o Estado Novo, e o novo governo de Goiás⁶⁴.

Pedro Ludovico Teixeira retoma a idéia da mudança da capital — sempre presente na história de Goiás — a fim de instalar o novo centro político distante do poder regional ligado à Primeira República: o chamado Caiadismo (Chaul, 1988; Gomide, 2003). A mudança da capital permitia ao Interventor criar, não apenas o espaço político para afirmação do seu poder, como ainda o investimento no progresso das regiões Sul e Sudoeste do Estado (Chaul, 1988).

O primeiro anúncio da mudança da capital foi em 1930. Em 1937, Pedro Ludovico assinou o decreto transferindo a capital de Goiás para Goiânia. Nos anos que se seguiram várias instituições públicas foram sendo *levadas* para a nova capital, juntamente com os seus funcionários. Ainda no ano de 1937, a cidade de Goiás foi transformada em Estância hidromineral, perdendo autonomia política⁶⁵. Em 1942 deu-se o ritual no qual Goiânia foi apresentada a todo o país: o *Batismo Cultural* da cidade⁶⁶.

Após a mudança da capital, o município de Goiás se ressentiu de outras perdas. Vários distritos se emanciparam, no período compreendido entre as décadas de 50 e 60, causando perda territorial e populacional.

Quadro 1: Antigos distritos do município de Goiás

MUNICÍPIO	LEI DE CRIAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO
Itapuranga	748	03.07.1953
São Luiz dos Montes Belos	805	12.10.1953
Mossâmedes	722	14.11.1952
Aruanã	2427	18.02.1958
Carmo do Rio Verde	706	14.11.1952
Ceres	767	04.09.1953
Córrego do Ouro	776	24.09.1953
Davinópolis	4928	14.11.1963

Fonte: Borba (1999)

⁶⁴ Sobre a Revolução de 30 em Goiás, conferir Campos (1980) e Chaul (1988).

⁶⁵ “Autonomia de Goiaz”, *A Razão*, Goiaz, 11 de julho de 1937, Ano II, Nº 40, p.1; “Autonomia de Goiaz”, *A Razão*, Goiaz, 25 de julho de 1937, Ano II, Nº 42, p.1; “Depois do Esbulho, a humilhação”, *A Razão*, Goiaz, 15 de agosto de 1937, Ano II, Nº 45, p. 4.

⁶⁶ Sobre Batismo Cultural conferir Vidal e Souza (1994)

Outro quadro com a configuração do município de Goiás, desde a década de 50 até 2000, possibilita acompanhar o volume dos desmembramentos distritais, que colaborariam para ampliar sobremaneira o sentimento de perda dos vilaboenses.

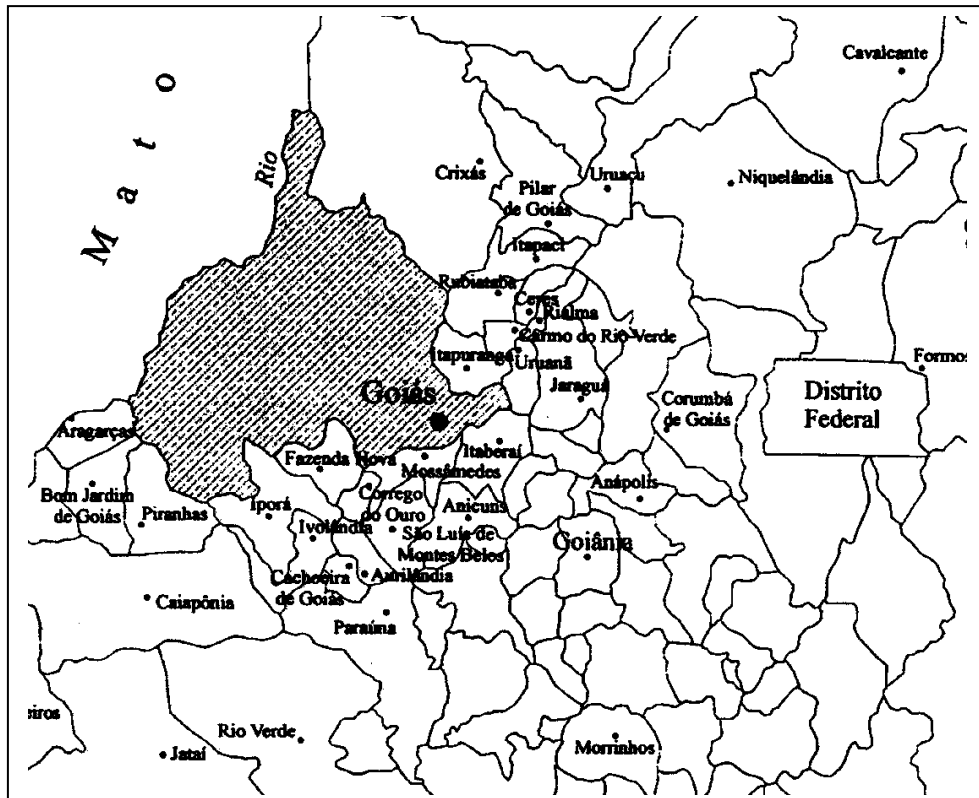
Quadro 2: Composição do município de Goiás na segunda metade do século XX ⁶⁷

1950	1960	1970	1980	1991	2000
Goiás Aruanã Buenolândia Carmo do Rio Verde Ceres Córrego do Ouro Davinópolis Itaiú Itapuranga Jeroquara Mossâmedes Registro do Araguaia Xixá São Luis dos Montes Belos	Goiás Buenolândia Caiçara Davinópolis Itaiú Jeroquara Mozarlândia Uvã	Goiás Araguapaz Caiçara Calcilândia Davinópolis Jeroquara Uvã	Goiás Araguapaz Buenolândia Caiçara Calcilândia Davinópolis Jeroquara São João Uvã	Goiás Buenolândia Calcilândia Davinópolis São João Uvã	Goiás Buenolândia Calcilândia Davinópolis São João Uvã

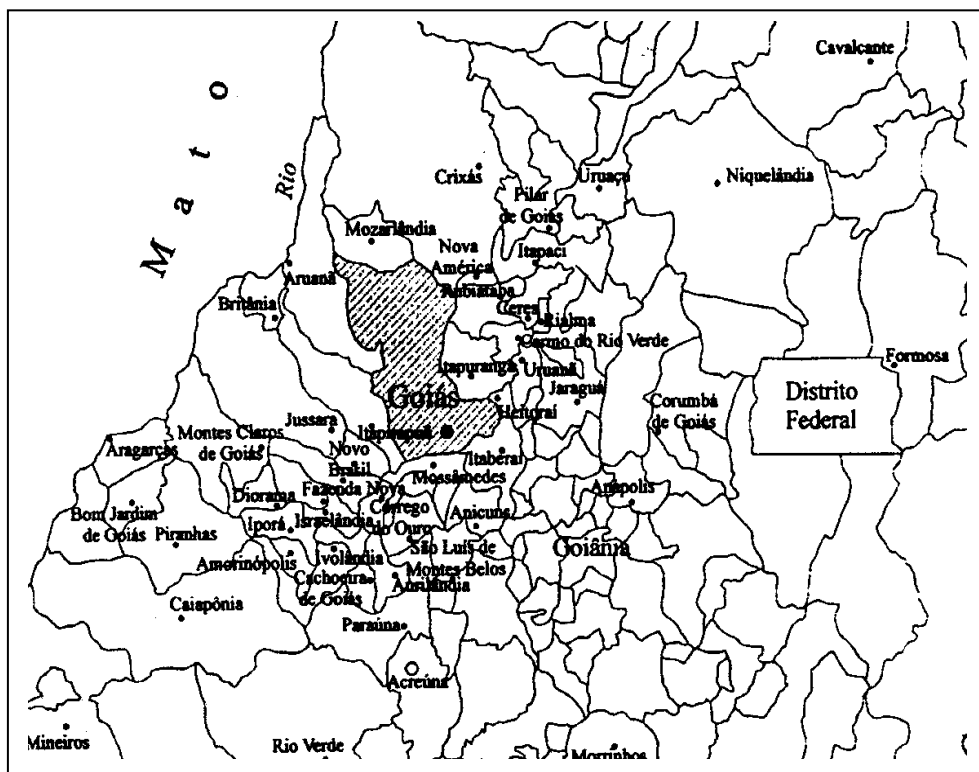
Com a emancipação de oito dos 12 distritos, a área territorial caiu de 6.535 km para 3.106,7 km (Borba, 1998) (Conferir Mapas 1 e 2 – página 42).

Esse breve histórico teve como propósito subsidiar as interpretações que se seguirão no decorrer de toda a tese. O período que se seguiu à mudança da capital será analisado no capítulo 3. Os eventos históricos que marcaram a cidade de Goiás na segunda metade do século XX serão apresentados em relação às análises sobre os bens culturais vilaboenses e o novo estatuto dos mesmos: o de patrimônio nacional e mundial.

⁶⁷ Os dados relativos aos distritos do município de Goiás nos censos de 1960 e 1970 constam das Sinopses Preliminares dos respectivos censos.



Mapa 1: Limite do município de Goiás (1950-1960)
 Fonte: Borba (1999, p. 51)



Mapa 2: Limite do município de Goiás (1970-1980)
 Fonte: Borba (1999, p. 52)

1.2.Paisagem e evolução urbana

Muitos autores dedicaram-se ao estudo da formação dos núcleos, vilas e arquitetura colonial no Brasil (Delson, 1997, Lemos, 1996; Saia, 1995; Santos, 2001; Reis, 2000). Alguns outros trabalhos cuidaram de analisar o caso específico da evolução urbana da cidade de Goiás (Bertran⁶⁸ e Galvão, 1987; Galvão Júnior, 2001; Coelho, 1996, 1997, 1998, 1999; Martins, 2003)⁶⁹. Além destes, outros arquitetos e historiadores, mesmo não tendo por objeto de estudo o espaço urbano, também ajudam a compreender a lógica de sua ocupação (Moraes, 1995, 2006). Mais recentemente o *Dossiê* encaminhado a UNESCO, pela necessidade de atestar a singularidade do “sítio” de Goiás, não apenas incorporou as informações já existentes sobre o tema, como ainda desenvolveu novas linhas de argumentação. É com base nesses trabalhos que faço uma síntese da evolução urbana de Goiás, a fim de subsidiar as análises subseqüentes sobre as representações, usos e apropriações dos espaços urbanos.

O antigo Arraial de Santana, atualmente cidade de Goiás, foi implantado, em 1727, na intersecção da Serra Dourada e Serra do Faina; área marcada pela transição geológica, mais acidentada do que os chapadões e campos gerais do Brasil⁷⁰. A Serra do Faina se constitui em um cinturão verde reconhecido pelo seu potencial aurífero. Encontra-se a 15°56'4" de latitude S e 50°58'25" de longitude W (Dossiê, Anexo II / B, 1999; Galvão Júnior, 2001).

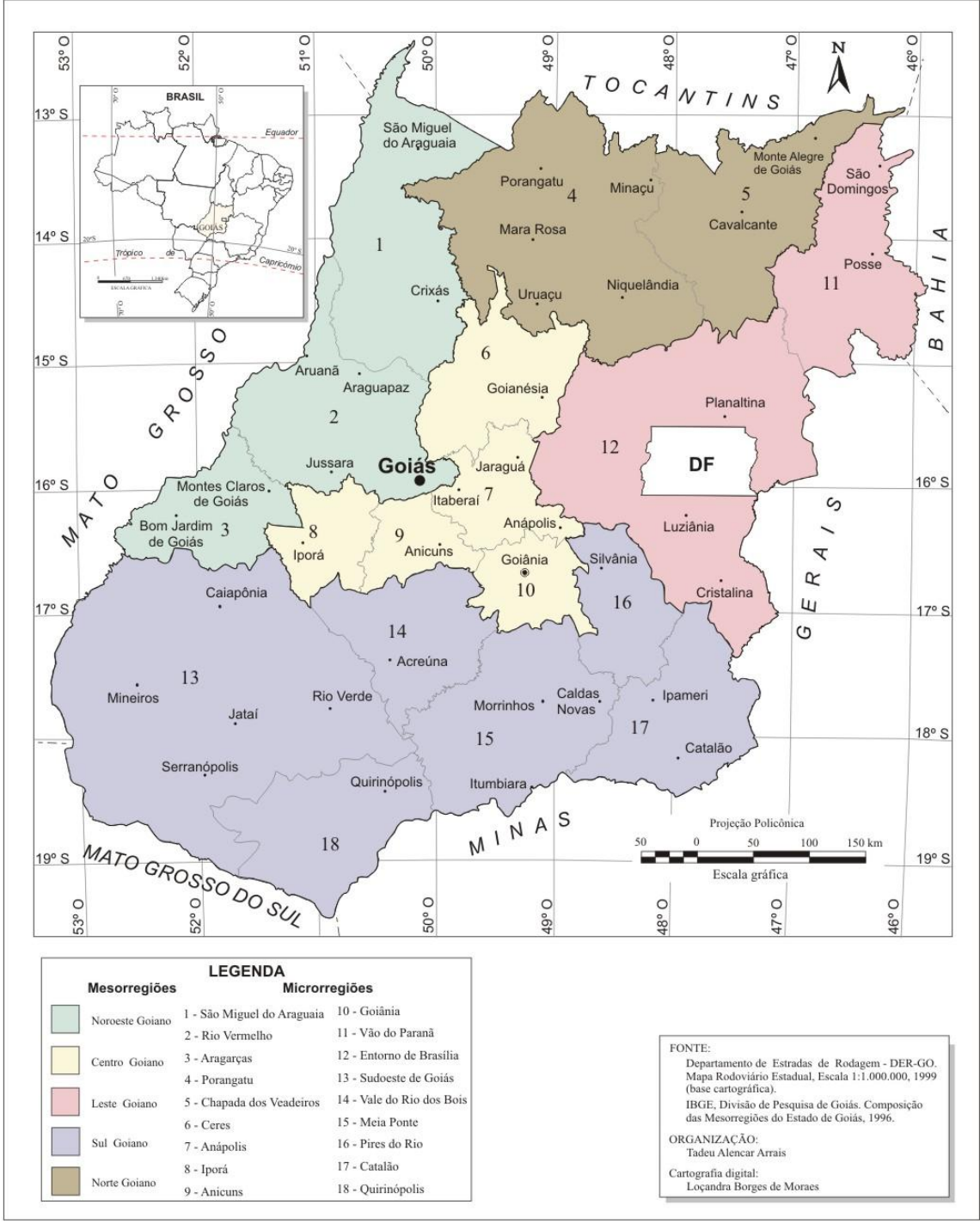
⁶⁸ O historiador Paulo Bertran era amigo de muitas famílias tradicionais vilaboenses. Foi também membro do Conselho Consultivo do IPHAN.

⁶⁹ José Leme Galvão Júnior e Fátima de Macedo Martins são arquitetos e compõe o quadro técnico do IPHAN, sendo que ambos colaboraram sobremaneira para a confecção do *Dossiê de Proposição de Inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade*, encaminhado à UNESCO. Lendo-se com acuro seus trabalhos acadêmicos e o referido *Dossiê* é possível observar a coesão das idéias, formulações e representações.

⁷⁰ Há controvérsias sobre a existência de planejamento urbano na formação das vilas e cidades coloniais no Brasil (Buarque de Holanda, 1971; Delson, 1997; Reis, 2000; Martins, 2004).

MAPA 3

ESTADO DE GOIÁS: MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E PRINCIPAIS CIDADES - 2000



O entorno da cidade é descrito no Dossiê (1999) “como um verdadeiro rincão, um fundo de vale, resultante da evolução de rochas vulcânicas e sedimentares muito antigas, representantes da crosta primitiva do planeta” (Anexo II / B, pp. 27). As pedras sabão são típicas dessas formações.

Localiza-se na porção noroeste do Estado de Goiás a 135 Km de Goiânia, a atual capital do estado; a 320 km de Brasília, a 1100 km de São Paulo e a 1340 km do Rio de Janeiro. A região pode ser classificada como “calha média do Rio Vermelho” (Galvão Júnior, p. 66). Está a uma altitude de 496 metros.

A cidade desenvolve-se nos contrafortes da Serra Dourada — há cerca de 10 km em linha reta —, em um vale cercado pelos Morros Dom Francisco e Cantagalo. A morfologia definitiva do assentamento é condicionada pela conjugação dos elementos topográficos constituídos pelas serras, morros e rios (Dossiê, Anexo II / B, p. 33).

Destaca-se o Rio Vermelho⁷¹, que corta a cidade, seguido dos córregos Manuel Gomes, da Prata e do Ouro Fino *intramuros* e dos ribeirões Sota e Bacalhau, no entorno (Dossiê, Anexo II / B, 1999; Galvão Júnior, 2001). A cidade instalou-se não apenas às margens do Rio Vermelho, mas também em ambos os lados, uma vez que as datas minerais foram demarcadas nas bordas do rio. Atribui-se o toponímico à coloração de suas águas barrentas por causa da extração do ouro. O primeiro toponímico era Cambaúba ou Cambaúva⁷².

RIO VERMELHO
Manuel Amorim Félix de Souza

*Caí a noite sobre o casario
A terra vazia emudece
O luar por sobre a galharia
Líndos véus estranho tece*

*E quando solitário tento
Pelas ruas de minha cidade
Secar dos olhos estas lágrimas
E no peito essa saudade*

Rio Vermelho
*Escuta minha súplica
Pois peno, pena de amor
Rio Vermelho
Que o meu pranto colhe
E pede a Deus por mim*

Rio Vermelho
*Velho camarada
Nas tuas águas murmurantes
Leva mensagem inacabada
Rio Vermelho
Fala por mim*

⁷¹ Denominada de sub-bacia do Rio Vermelho – Córrego Digo-Digo. Na cidade de Goiás a cota do Rio Vermelho é de cerca de 400 m e a declividade da nascente até a cidade é de 30%. Porém, por “ser um rio encaixado a declividade nas suas margens é superior a estes 30%”. (“O rio, a cidade e os limites ambientais”, Secretaria de Indústria e Comércio; Superintendência de Geologia e Mineração, 2004, p. 7)

⁷² Silva e Souza apud Teles (1998).

Tanto os morros e serras, quanto os rios e córregos são significativamente importantes não apenas para a compreensão da evolução urbana de Goiás, mas também para o entendimento da relação estabelecida entre o vilaboense e a paisagem cultural. Isto porque há uma relação entre a construção da paisagem habitada com o mundo natural que a rodeia (Jackson, 1984).

A paisagem⁷³ de Goiás é tomada não apenas como um “cenário” ou uma “unidade política”; mas como definiu Jackson “not more than a collection, a system of man-made spaces on the surface of the earth” (1984, p. 156). Paisagem é, segundo Tilley

an anonymous sculptural form always already fashioned by human agency, never completed, and constantly being added to, and the relationship between people and it is a constant dialectic and process of structuration: the landscape is both medium *for* and outcome *of* action and previous histories of action. Landscapes are experienced in practice, in life activities (1994, p. 23).

É no trinômio “mata, água, rocha” que reside a relação do vilaboense tradicional com a paisagem que o conforma e por ele é conformada: a arcádia original (Schama, 1996). O lugar é concebido como um *topos* literário, que inspira poetas, músicos, seresteiros.

NOITES GOIANAS

Joaquim Bonifácio

Tão meigas, tão claras, tão belas,
tão puras por certo não há!
São noites de trovas, de beijos, de
juras as noites de cá...

A lua derrama no céu azulíneo
seu manto de prata
E Deus, das estrelas abrindo o
escríneo
no céu as desata...

Em Nice, em Lisboa, na Itália
famosa
tais noites não há...
São noites somente da pátria
formosa
do índio Goiá...

As noites goianas são claras, são
lindas, não temem rivais.
Goianos! Traduzem doçuras
ífindas
as noites que amais!

Goianos as sonham da pátria
saudosos,
nas terras de lá...
São noites de risos, de afetos, de
gozos
as noites de cá...

⁷³ Sobre evolução do termo “paisagem” conferir Schama (1996) e Jackson (1984).

A atenção que dispensam os vilaboenses tradicionais às pedras e *lajes*, usadas, sobretudo em muros e calçamento das ruas, largos e praças será analisada na Parte III. Os morros Dom Francisco, Canta-Galo e das Lajes, ao lado da Serra Dourada são paisagens indispensáveis para auto-identificação do vilaboense. Assim também se dá com os rios, sobretudo, o Rio Vermelho, mas também o Rio da Prata, o Bagagem, os córregos e as cachoeiras e *poços*.

O Poço da Sota e do Bispo são paisagens da (e na) memória, que resistem e se conservam independentemente da preservação real e/ou oficial destes lugares. O Rio Vermelho e a Serra Dourada destacam-se. São cantados em verso e prosa, povoando o imaginário local de lendas, casos, histórias. O poeta pede: “Rio Vermelho fala por mim” (caixa de texto, p. 46).

Emoldurada pelos morros, a lua em Goiás não tem par. Quando cheia parece cair por sobre nossas cabeças, pois que por um fator geográfico a lua está realmente mais próxima na nossa finitude. E eis que nos sentimos tão perto do céu! Assim, cantando o luar de Goiás, o vilaboense comunica a diferença.

Há uma música considerada especial no repertório dos *filhos de Goiás*, que descreve não apenas o luar ou o rio. *Balada Goiana* é um hino! Não oficial. É considerado pelos vilaboenses como o hino da cidade de Goiás. Cantam-na em todas as ocasiões, pois que ela os inspira a cantar.

BALADA GOIANA

Manoel Amorim Felix de Souza

Todos têm um amor na vida,
Que os inspira a cantar
Eu só canto a minha cidade
Minha Terra, meu sonho, meu
lar

Terra linda, venturosa
Terra amada de meus pais,
Terra de sol, luz e vida
É Goiás, Goiás, Goiás

Lá ao longe ao sol poente
Brilha a serra a me ofuscar
Se é bela ao sol caindo,
Mais formosa é ao luar;
De manhã os passarinhos
Alegres se põem a cantar,
De tarde os sinos festivos
Não se cansam de badalar

Terra linda, venturosa, etc...

Lá ao alto a capelinha
De joelhos a rezar, Os casais de
namorados
Vão sonhando ao luar.
Carioca, Mandoeira,
Cambaúba, Chafariz,
Rosário, às aves-mariás,
Saudades sempre me diz.

Terra linda, venturosa, etc...

Cantagalo, Dom Francisco,
Sentinelas sentimentais,
Guardam sonhos, amores
sentidos,
Dos filhos de minha Goiás.
O Rio, descendo ligeiro,
Vai cantando uma canção,
Entre as pedras balanceando,
Balanceia meu coração...

O ritmo da balada torna a música alegre e singela. O refrão em notas crescentes é contagiante. Um hino de amor declarado dos *filhos de Goiás* pela terra de seus pais. Nela são listados o sol, a serra, o luar, os sinos, a capelinha, chafarizes, igrejas, morros, orações, passarinhos, rios.

Com *Balada Goiana*, o vilaboense canta a sua cidade: sua *terra*, seu *sonho*, seu *lar*. A cidade se confunde com o lar, com os pais e com o amor. Todos os laços de parentesco e afinidade são metáforas para se cantar a cidade. Uma elegia aos *lieux de memoires* (Nora, 1997).

As músicas apenas refletem a relação afetiva dos vilaboenses com a paisagem cultural. Pergunto para Eladyr Veloso, vilaboense, qual é para ela o significado do *centro histórico*, onde ela nasceu. Em sua resposta os morros ganham destaque:

Não é só o centro histórico. É Goiás, Goiás é minha referência, é meu lugar de viver, é meu lugar de morar. [...] Então o lugar que... enquanto eu estava fora, a hora que eu estava chegando em Areias [povoado próximo da cidade] e começava a ver morros eu estava chegando em casa. Então é uma questão assim de referência de família, de casa, de estrutura de vida, de raiz. É isso.

A paisagem dos morros para Eladyr não é simplesmente um espaço natural ou uma característica ambiental; é lugar de memória. Paisagem que indica o seu torrão natal. Para Jackson toda paisagem é “the place where we establish our own human organization of space and time” (1984, p. 156).

Foto: Izabela Tamasso (2001)



Rio Vermelho tendo à esquerda a Igreja do Rosário, à direita a Casa de Cora Coralina e ao fundo o Morro Dom Francisco

Há quem defenda que a essencialização da cultura de Goiás se deu em consequência da transferência da capital (Gomide, 1999). Conforme será apresentado, considero a perda do estatuto de capital a grande mácula local e sem dúvida, desencadeou uma retórica sobre si mesmos que devia ser propagada reiteradamente. Porém, é inegável que já havia na cidade uma relação com o lugar, que apenas passou a ser mais comunicada após a perda da capital. As músicas *Noites Goianas* e *Lembranças de Goiás* são prova disto⁷⁴, uma vez que foram compostas antes da transferência da capital e revelam a força da relação do vilaboense tradicional com aquele seu lugar.

A reprodução desta relação do vilaboense com aquela paisagem cultural é de suma importância não apenas para a preservação do lugar — constituído por morros, rios, largos, ruas, becos, pontes, igrejas, casario e manifestações religiosas e culturais — mas, principalmente, para preservação do ethos vilaboense; caracterizado, dentre outras coisas, pelo apurado senso estético, por seu caráter festivo, pelo valor atribuído às relações de amizade e vizinhança (ao mesmo tempo cerimoniosas e íntimas), pela dedicação às celebrações religiosas. A preservação deve ser entendida como um processo cultural subjetivo e coletivo, que compreende, em parte, a reprodução do sistema social⁷⁵.

No sentido que lhe atribui Bateson (1965), o ethos deve ser entendido como um sistema padronizado de organização dos instintos e emoções dos indivíduos; é uma abstração de todo o conjunto de suas instituições e formulações de uma dada cultura; um fator real de determinação de conduta. Ampliando a carga semântica do conceito, para Geertz (1989), o ethos resume os elementos valorativos, os aspectos morais e estéticos de uma determinada cultura: “o ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estéticos e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete” (p. 144).

⁷⁴ Apesar de não ter obtido informações sobre a data das composições, é possível afirmar que ambas foram compostas antes da mudança. Joaquim Bonifácio Rodrigues de Siqueira letrista de “Noites Goianas” viveu entre 1883 a 1923. Joaquim Augusto de Sant’Anna, que compôs a música para “Noites Goianas” viveu entre 1854 e 1913. Joaquim Édison de Camargo, compositor de “Lembranças de Goiás”, viveu entre 1900 e 1966, mas ganhou com essa valsa, em 1931, o prêmio no Torneio Musical dos Estados Brasileiros, realizado em São Paulo (Mendonça, 1981).

⁷⁵ No sentido que lhe atribui Bateson (1965), o ethos deve ser entendido como um sistema padronizado de organização dos instintos e emoções dos indivíduos; é uma abstração de todo o conjunto de suas instituições e formulações de uma dada cultura; um fator real de determinação de conduta. Ampliando a carga semântica do conceito, para Geertz (1989), o ethos resume os elementos valorativos, os aspectos morais e estéticos de uma determinada cultura: “o ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estéticos e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete” (p. 144).

A topografia da região mineradora em Goiás, apesar de acidentada, não tem irregularidades acentuadas, favorecendo uma forma mais organizada para o traçado urbano e para as ruas. Não obstante, o traçado urbano mantém-se próximo do modelo de conformação medieval (Coelho, 1998; Dossiê, 1999). As ruas são o resultado da implantação dos edifícios, que ao serem construídos passam a delimitar a via pública. Assim, é o espaço público definido pelo privado. Não são prevaletentes as características barrocas, com exceção feita a “uma cenografia barroca, própria do poder que se expressa, nesse caso, através das perspectivas urbanas e das edificações marcadas pela sobriedade, sem nenhuma vocação para a monumentalidade”⁷⁶. Corroborar esta percepção Galvão Júnior ao afirmar que a exceção reside nos espaços cuja “intencionalidade barroca” se realiza apenas “com a existência espacial” (2001, p. 86).

No primeiro período de ocupação⁷⁷, o Arraial de Santana “comportava pouquíssimos logradouros, alinhados incidentalmente em função da topografia e do caudal do rio”, mas também em função dos grandes lajedos aflorados e das áreas secas ou inundáveis (Bertran e Galvão, 1987). Os primeiros lotes foram definidos “pelos quintais que confrontavam o rio, coincidindo com os lotes das datas minerais concedidos aos primeiros mineradores”⁷⁸ (Dossiê, Anexo II / C, 1999, p. 05). Neste primeiro momento as regras para a ocupação urbana eram de “alcance paroquial, na distribuição dos direitos de uso de solo, algum alinhamento das vias e padronização mínima das construções” (Galvão Júnior, 2001, p. 72).

Segundo Martins, deste momento inicial destaca-se a constituição da primeira rua da cidade, Rua da Cambaúba (atualmente Bartolomeu Bueno), existente até hoje,

⁷⁶ Dossiê, Anexo II / B, 1999, p. 36.

⁷⁷ Bertran e Galvão Júnior (1987), analisam a evolução urbana de Goiás sob os aspectos da “incidentalidade” e “intencionalidade”⁷⁷. Com fins analíticos, Bertran e Galvão Júnior (1987) dividem em cinco momentos de evolução urbana. Em trabalho posterior, Galvão Júnior (2001) reordena a sub-divisão e acrescenta outros três momentos, para fazer com que sua interpretação chegue ao fim do século XX. Segundo Martins (2004) a formação da Vila Boa de Goiás deve se pensar com base em dois momentos: “o do primeiro assentamento dos bandeirantes à procura do ouro e aquele decorrente da necessidade da Coroa Portuguesa em estabelecer um centro de poder na região” (p. 42). O fato de serem diferentes partições metodológicas sobre a formação do espaço urbano não inviabiliza que retiremos de cada uma delas as contribuições importantes para subsidiar as análises posteriores.

⁷⁸ Segundo Galvão Júnior (2001) as “*datas minerais* eram divisões feitas a partir do talvegue dos riachos ou das margens dos rios, e tinham tantos palmos ou braças quanto fosse a capacidade da empresa de cada minerador, medida pelo número de escravos. [...] A cada data mineral correspondia um lote, ou uma faixa de domínio, terra adentro, presumindo-se que os primeiros abrigos ou ranchos foram feitos ainda dentro da mata ciliar, para depois erguerem-se as casas de pau-a-pique ou taipa ou adobe, certamente já na borda da mata, configurando e fixando os caminhos internos do arraial, as ruas” (p. 70-71). Segundo Martins (2004), as datas minerais eram “cessões de terra urbana, em geral gratuitas, na qual os mineradores podiam exercer sua atividade. Apresentavam o condicionante de que os cessionários, caso não atendessem às exigências de, em determinado prazo, ocupar o chão obtido, poderiam perdê-las” (p. 42).

constituindo-se uma das principais referências do espaço urbano. Seu diferencial concerne ao traçado levemente curvilíneo, em função de acompanhar o desenho oferecido pelo curso do Rio Vermelho (2004). É nessa rua que dizem estar situada uma das casas que teriam pertencido a Bartolomeu Bueno da Silva (Mapa 5 – página 131) ⁷⁹.

Do outro lado do Rio Vermelho foi erigida a primeira igreja, de Nossa Senhora de Santana⁸⁰. Galvão Júnior (2001) destaca ainda neste primeiro momento, além da Cambaúba, a Rua Direita (atual Moretti Foggia), do Rosário⁸¹, Félix de Bulhões (antiga Rua do Horto) e Rua da Fundação (atual Rua João Pessoa).

O conhecimento que já teriam adquirido da região e do comportamento da natureza (secas e chuvas, enchentes, etc) é também característico desse momento. É edificada em 1734 a antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Neste período o arraial torna-se “mais compacto junto aos dois largos [da Matriz e do Rosário] e às ruas do Rosário e Direita” (1987, p. 5). Os autores destacam que as duas igrejas, Santana e Rosário foram edificadas em terreno sobranceiro ao arraial, por isso livre das enchentes.

Martins (2004) avalia que se pode inferir o sentido da ocupação, pela relação existente entre o sítio físico, estrutura urbana e o traçado urbano. Assim, as primeiras construções teriam se estabelecido em função da atividade mineratória e por isso, seguindo a sinuosidade do Rio; as roças teriam ficado nas áreas sujeitas a enchente e os edifícios principais em lugares nos quais se abriam largos que podiam atribuir centralidade aos monumentos. Para Galvão Júnior (2001), o “eixo do rio adquiriu força estrutural” em função do ouro, sujeitando para as igrejas da Matriz e do Rosário os espaços das “primeiras esplanadas onde o mato ciliar” era menos denso.

Outro fator importante que condicionou o traçado urbano, ainda presente na cidade, é a ocupação dos espaços contíguos ao caminho que estabelecia a ligação entre o então Arraial de Santana e São Paulo, Minas Gerais, Cuiabá e os outros arraiais. Daí depreende-se que o desenho urbano original “pode ser entendido como uma resultante da conformação de dois eixos: o Rio Vermelho como gerador de atividades e os caminhos que, pela possibilidade de comunicação, se tornaram definidores da

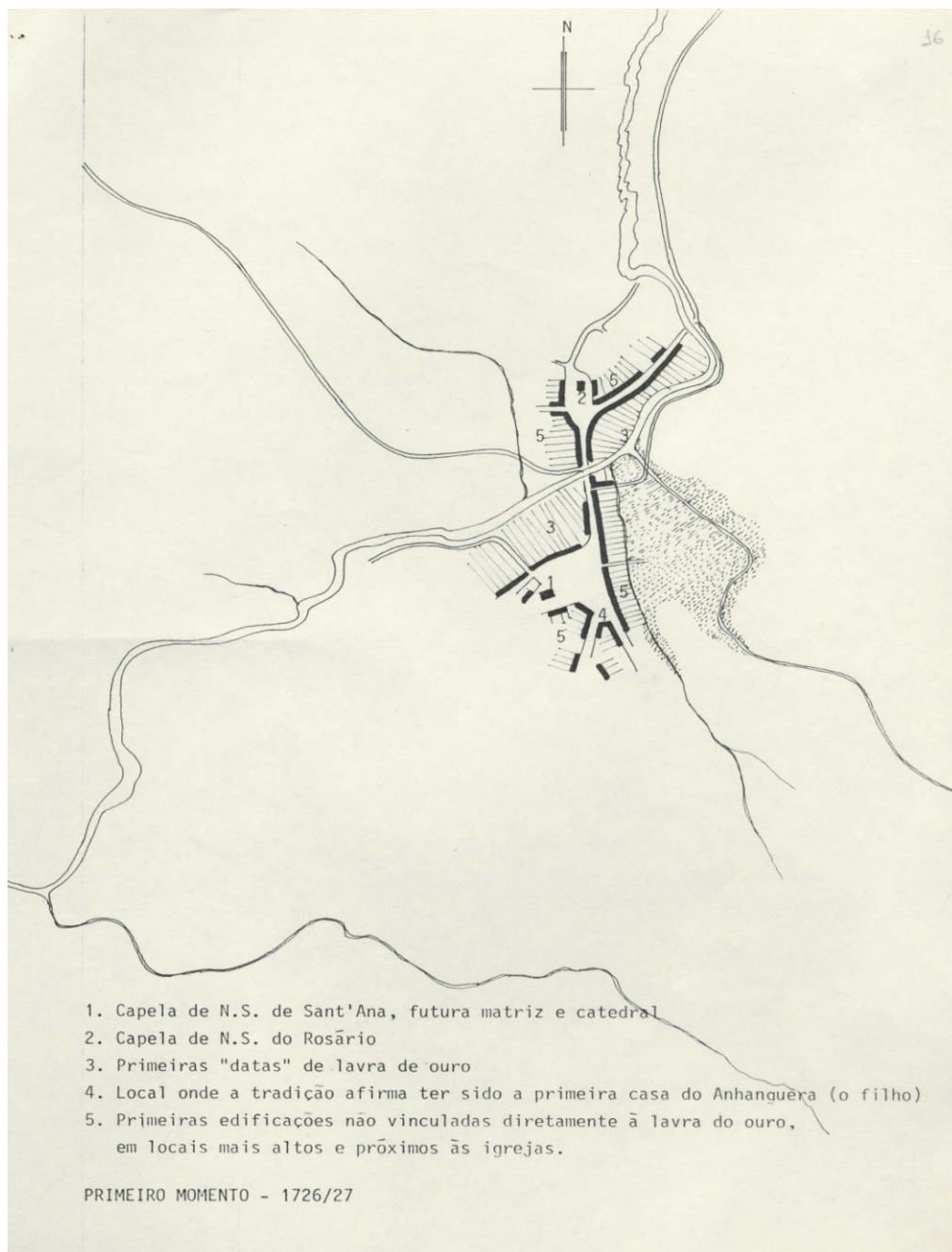
⁷⁹ Vários autores fazem referência ao fato de que Bartolomeu Bueno teria também uma residência do outro lado do Rio Vermelho, próximo a capela de Santana, onde posteriormente se edificaria a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (1779). Pelo fato de ter Bartolomeu falecido em 1740, a sua residência teria sido construída em período anterior.

⁸⁰ Tanto Bartolomeu Bueno da Silva, quanto outros que o acompanharam na bandeira, eram provenientes de Santana do Parnaíba, vila que já havia edificado uma capela para Santana.

⁸¹ A título de esclarecimento, não há Rua do Rosário. Há o chamado Largo do Rosário, no qual se edificou a Igreja do mesmo nome. O antigo largo leva o nome de Praça Epitácio Pessoa.

ocupação” (Martins, 2004, p. 46). Galvão Júnior interpreta como sendo a consignação da “velha marca dos eixos em cruz que assinalam e dividem quadrantes, mas que fundamentalmente designam (desenham) o ponto de convergência, de concentração, de atenção, de visualização, signo urbano” (p. 85). Galvão Júnior reconhece neste traço a “primeira ordem estruturadora do desenho/desígnio/projeto urbano: eixos e áreas de concentração” (2001, p. 85).

Mapa 4: Primeiro momento de ocupação urbana



Fonte: Bertran e Galvão (1987)

Ao traçar o primeiro Plano de Assentamento de Villa Boa de Goyaz, D. Luís de Mascarenhas deveria seguir o planejamento urbano que prescrevia que as ruas seguissem o “modelo retilíneo”, que houvesse uma certa homogeneidade entre as fachadas das residências e que cada habitante recebesse “apenas meia légua quadrada de terra” no raio de seis léguas da vila⁸². Segundo Delson (1997), “Mascarenhas seguiu as ordens referentes à construção dos prédios públicos necessários, mas foi negligente em exigir o cumprimento do padrão reticular do traçado das ruas” (p. 31).

Martins interpreta que as ações sistemáticas de planejamento urbano não chegaram a “alterar substancialmente a configuração inicial do núcleo”. Isto porque o traçado urbano originário continuou se expandindo em função dos locais de fácil ocupação e a partir “dos eixos de circulação e das rotas já estabelecidas” (Martins, 2004, p. 47).

Entre as décadas de 40 e meados de 70 do século XVIII foram edificadas grande parte das construções mais importantes e significativas para o patrimônio arquitetônico: Chafariz da Carioca (1772)⁸³, Quartel do XX Batalhão de Infantaria Militar (1747)⁸⁴, Casa de Câmara e Cadeia (1761)⁸⁵, Casa de Fundação (1751), Palácio do Governador (1751), Casa da Real Fazenda (1761), Igreja de São Francisco de Paula (1761). Todos do mesmo lado do Rio Vermelho.

De todos estes, é importante destacar que o Quartel do XX Batalhão de Infantaria Militar, o Palácio Conde dos Arcos, a Casa de Fundação do Ouro e a Casa da Real Fazenda foram edifícios adquiridos de terceiros⁸⁶ — funcionários bem remunerados da própria coroa — e adaptados às instituições públicas que abrigariam⁸⁷. Eram edificações cujas técnicas construtivas eram de “mais alto nível de trabalho

⁸² Delson (1997) ressalta que o planejamento para as vilas era diferenciado em função do papel que cada vila desempenharia. A autora compara as prescrições para Goiás e Icó no Ceará. Enquanto a primeira “destinava-se a ser uma capital vila regional”, a outra, “era apenas uma estação de parada na estrada comercial cearense” (p. 31).

⁸³ Era denominada Fonte da Cambaúba, pois está localizada próxima ao Rio Vermelho, cujo primeiro toponímico foi Rio Cambaúba. Abastecia de água os moradores da margem direita do Rio Vermelho.

⁸⁴ Conferir Coelho (1999). No *Dossiê* a data de construção é de 1751.

⁸⁵ No Brasil colonial a Casa de Câmara e Cadeia concentrava os poderes administrativo e judiciário, sendo que a cadeia funcionava no piso térreo e a esfera administrativa no piso superior. A reunião destas duas atividades distintas “tudo contribui para soluções plásticas cujas formas comuniquem aos monumentos e às suas partes constitutivas conveniência, solidez e expressão” (1978, apud Coelho, 1996, p. 21). Junto das Casas de Câmara e Cadeia, as igrejas figuram segundo Barreto, no primeiro plano de nossas vilas e cidades.

⁸⁶ Para maiores detalhes conferir Coelho (1999).

⁸⁷ A mineração empregava a maior parte da mão de obra e provocava uma concorrência de tal ordem que impediu que o Conde dos Arcos pudesse construir os edifícios públicos (Bertran e Galvão Júnior, 1987).

contido, como a taipa de pilão, forração de tetos, rótulas, etc” (Bertran e Galvão Júnior, 1987, 6). Por isso destacavam-se em meio às outras edificações, cujas técnicas eram o pau-a-pique barreado, estrutura de madeira não lavrada e o telhado de palha que ainda se fazia presente em algumas construções⁸⁸.

Nos anos de 1770, no governo de José de Almeida, o Barão de Mossâmedes, foram construídas calçadas, pontes e o Chafariz de Cauda, além de um teatro. Bertran e Galvão Júnior afirmam que já se tinha renunciado um “ordenamento de expansão” em “direção sul, tomando a encosta suave e criando o novo espaço de poder”. A estabilidade aurífera do momento, juntamente com a definição das “grandes linhas de acumulação” propiciou maior nitidez da hierarquização do espaço urbano. O espaço urbano de Vila Boa, já bastante definido neste momento, permaneceu até os dias de hoje (1987, 5).

A Casa de Câmara e Cadeia foi a única edificação em Goiás construída com base em projeto específico. De Portugal vieram as orientações e a predeterminação de que se designasse “o lugar para se edificarem a Caza da Camara e das Audiências e Cadeya”, que “instalam-se sempre na praça nobre da Vila” e que “na mais aria se posão edificar as casa dos moradores” (Coelho, 1996, p. 21). Saliente-se que ao ser definido o lugar “nobre” de construção da Casa de Câmara e Cadeia se definiu implicitamente o lugar não “nobre” da crescente Villa Boa. No largo que abrigou (e ainda abriga) a Casa de Câmara e Cadeia foi também instalado o “pelourinho”, que deixou de existir ainda no século XIX.

O espaço de poder era instalado ou próximo à Matriz e seu adro ou se constituía em novo pólo de poder (Martins, 2004). No caso de Goiás, a escolha por outro lugar (Largo do Chafariz) deve ser salientada, porque não apenas instituiu o lugar do poder, do puro e da ordem (Douglas, 1976), mas simultânea e paulatinamente destinava ao outro lado do rio para o impuro e da desordem.

O governador Luiz da Cunha Menezes, a fim de realizar o reordenamento do processo de ocupação urbana, solicita em 1782, a execução de “Prospecto de Vila Boa”, que se constitui, segundo Bertran e Galvão Júnior, num raro exemplo de “levantamento de solo e de planejamento de sua expansão, em se tratando do período colonial

⁸⁸ Bertran e Galvão Júnior indicam que as tradições e estilos construtivos devem “ser reinterpretados mais como uma função de acessibilidade a determinados níveis do processo econômico e conseqüente inserção em formas específicas de divisão social do trabalho, do que propriamente por uma obediência ritual às forças das tradições de edificação” (1987, 6)

brasileiro” (1987, p.7). Ao mesmo tempo em que retrata fielmente a ocupação do solo, planeja a expansão urbana.

Luiz da Cunha Menezes⁸⁹ elaborou também um código manuscrito⁹⁰ no qual estabelecia diretrizes para o espaço urbano. Segundo Alencastre([1863] 1979), deve-se a ele inúmeras melhorias no espaço urbano. A falta de “ordem e simetria” era objeto de preocupação do então governador que pretendia evitar “a mesma irregularidade... com que os fundadores da Capital haviam construído os prédios, estragados pela falta de alinhamento” (apud Delson, 1997, p. 31). O governador traçava um paralelo onde “alinhamento das ruas” e “uniformização de fachadas” seriam exemplo para uma “conduta civil decente”. Da “regularidade na configuração das ruas” decorria a “regularidade no comportamento” (p. 84). Delson analisa uma planta de Villa Boa de Goyaz, datada de 1783. Já era perceptível a diferença entre o núcleo central — edificado antes de 1770 — e os lotes cujas edificações “seguiram estritamente um padrão de malha ortogonal” (p. 32).

Bertran e Galvão Júnior (1987) acreditam que os governadores da época — Barão de Mossâmedes, mas sobretudo Luiz da Cunha Menezes — investiram no bom estado da capital a fim de se evitar um possível despovoamento em função do esgotamento do ouro. Paradoxalmente é no período de esgotamento das jazidas auríferas que mais se investe em melhoria e renovação da vila. Informam ainda que apesar de serem escassos os capitais, o barateamento da mão de obra pode ter colaborado para os investimentos em remodelação dos imóveis urbanos residenciais, como “forração de tetos, guarda-pó nos beirais, assoalhamento das moradias, etc.” (p. 12).

⁸⁹ Governou de 17 de outubro de 1778 a 27 de junho de 1783 (Brandão, 1978).

⁹⁰ O códice manuscrito consta do arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e é resumido por Bertran e Galvão Júnior (1987) da seguinte forma:

“- Permite que o já edificado continue, mas proíbe logradouros fora da circunferência que se demarcou do Pelourinho. Proíbe a Câmara de dar ‘chãos’ fora da vila, enquanto houver quintais murados ocupando vagas.

- Dá 6 meses para derrubar os muros das terras devolutas e construir casas de ‘bom prospecto’, o que se aplica a pessoas com posses para construir casas, sob pena de perda de domínio, passando o terreno a outro que o pedir.

- Todas as casas que se construírem deverão ter ‘agradável e civilizado prospecto pela frente, o interior a critério do dono’.

- Na praça, de frente para o palácio, a frontaria das casas serão reguladas pela do tabelião Manoel José Leite, quando pedirem nov reedificação.

- Nas demais ruas deve imitar-se ‘as casas de melhor frontaria’, e se antigas as casas e ‘não haver couza que agrade a vista, se dará novo porspecto porporcionado ao país e as posses dos donos dos chãos’.

- Na praça municipal da Câmara e Cadeia, ordena pintarem as janelas e portas de uma cor ‘para suprir as irregularidades dos prospectos com que forão construídas’.

- Finalmente que ‘ao arruador se dará uma cópia dessas determinações ficando a Câmara responsabilizada’” (1987, p. 8).

Nesta época a cidade já se apresentava estruturada tanto em termos arquitetônicos quanto em termos urbanísticos (Martins, 2004), numa configuração similar à que encontramos hoje no *centro histórico* (Bertran e Galvão Júnior, 1987). Data de 1779, o término construção da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (iniciada em 1762). Outras igrejas foram edificadas nos anos que se seguiram: em 1780, Igreja de Santa Bárbara; em 1786, Nossa Senhora do Carmo; em 1790, Nossa Senhora da Abadia e em 1794, Nossa Senhora da Lapa. Martins destaca no “Prospecto” a presença de dez praças, “a sugerir uma vida pública intensa”. A característica do desenho urbano de Goiás é a hierarquização das vias de circulação: “as ruas principais, largas e alinhadas apresentam-se interligadas por meio de travessas e becos, de menor largura” (Martins, 2004, p. 50).

Nota-se que nos espaços públicos de poder há maior concentração de habitações com volumetria similar àquela dos prédios públicos. Assim é que do lado de Santana se encontram as habitações de maior porte, se constituindo no lugar da ordem, nobre, branco, pardo e puro: Casa de Câmara e Cadeia, Palácio do Governador, Matriz de Santana, que abrigava a Irmandade dos homens brancos, Casa de Fundação do Ouro; Quartel do XX Batalhão de Infantaria Militar; Casa da Real Fazenda, Rua do Comércio e Igreja da Boa Morte, que abrigava a Irmandade dos homens pardos.

Do outro lado do rio, o lado do Carmo (também chamado de lado do Rosário), as “habitações são mais modestas, tanto em escala quanto em tratamento arquitetônico”, com exceção das Ruas Dom Cândido Penso, Rua do Carmo e Rua da Abadia” (Martins, 2004, p. 52). A estas ruas incluo, por minha conta e risco, o Largo do Rosário e a Rua Eugênio Jardim, cujas habitações acredito, similares àquelas⁹¹. À margem direita do rio restava o lugar do impuro: Hospital São Pedro de Alcântara (1825), o Cemitério (1859), o Campo da Forca⁹². Este mesmo lado continha a Igreja do Rosário dos Homens Pretos (que abrigava a Irmandade dos Homens Pretos), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (que abrigava a Irmandade de São Benedito, também dos homens pretos). Exceção feita

⁹¹ Penso que a autora ao se referir a Rua Dom Candido Penso, pensava no largo para o qual ela conflui, o Largo do Rosário; e ao se referir à Rua da Abadia, pensava na rua Senador Eugenio Jardim, que também conflui para o Largo do Rosário. A Rua Senador Eugênio Jardim é recorrentemente confundida com a Rua da Abadia por ser uma extensão dela.

⁹² Além de servir ao enforcamento dos condenados, o lugar servia também para enterrar alguns corpos, antes da criação do Cemitério. Observe-se trecho do relatório do Presidente de Província, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, datado de 1842: “[...] continua a se enterrar os Corpos dos desgraçados no Campo da Forca, aonde não há nem sequer huma cerca, que vede a entrada dos porcos, que continuamente estão a fossar as sipulturas, de maneira que as vezes chegam a apparecer os mesmos corpos, exalando sempre, e principalmente quando o Sol está mais ardente, hum fetido terrivel, o que na verdade he bem prejudicial” (apud, Moraes, 1995p. 93).

ao Tribunal da Relação instalado no sobrado situado no Largo do Rosário, em frente à Igreja do Rosário dos Pretos, no ano de 1874⁹³; e também ao imóvel que abrigou o *senadinho*, situado na então chamada Rua Nova da Relação (hoje denominada Senador Eugênio Jardim), por abrigar esta rua a fachada lateral do sobrado do Tribunal da Relação.

Significativo que as irmandades dos homens brancos estivessem todas localizadas à margem esquerda do rio: Irmandade de São Miguel, de Nosso Senhor dos Passos, de Nossa Senhora da Lapa. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte também se instalou desde o início à margem esquerda do Rio Vermelho e era a única deste lado que aceitava além de brancos, os pardos, pretos forros e crioulos livres⁹⁴. Observe-se que os pretos e crioulos eram respectivamente forros e livres. À margem direita ficavam as irmandades dos homens pretos: a de Nossa Senhora do Rosário, que somente aceitava pretos cativos; e a de São Benedito, esta última aceitava além dos homens pardos forros, crioulos livres e brancos (Moraes, 2005)⁹⁵.

Em 1826, a Prelazia de Sant'Ana de Goiás se torna sede episcopal (Santos, 2006). Novas necessidades se impunham e crescia a preocupação com aspectos higiênicos e disciplinadores do espaço público⁹⁶. Foram criados o Hospital São Pedro de Alcântara (1825)⁹⁷ e o Cemitério Público de São Miguel (1859).

As estratégias de purificação do espaço urbano visaram não apenas alterar as condições de algumas doenças infecto-contagiosas (lepra e a tuberculose), mas também o esvaziamento do espaço público, a fim de se evitarem as aglomerações e objetivando estimular novos hábitos de trabalho (Moraes, 1995). A resolução do Presidente de Província, José Rodrigues Jardim, em 1836 revela a preocupação em manter os espaços públicos devidamente limpos; o que dizia respeito não apenas às ruas e praças, mas também às casas e muros, que tendo frente para as ruas públicas, deveriam ser cobertos de telhas e serem rebocadas e caiadas (apud Moraes, 1995).

⁹³ Em 1893 o Tribunal da Relação passou a ser denominado de Superior Tribunal de Justiça do Estado. Folder: "A justiça tem memória: Goiás começou aqui", Byron Seabra Guimarães. Poder Judiciário, Tribunal da Justiça, Estado de Goiás.

⁹⁴ Sobre os *Termos de Compromissos* das antigas Irmandades de Goiás, conferir Moraes (2006).

⁹⁵ Sobre os *Termos de Compromissos* das antigas Irmandades de Goiás, conferir Moraes (2006).

⁹⁶ Conferir Moraes (1995) e Rabelo (1997).

⁹⁷ Segundo Magalhães (2004), o Hospital São Pedro de Alcântara de Goiás foi fundado "sob a proteção de D.. Pedro I, pela Carta Imperial de 25 de janeiro, para servir de abrigo aos enfermos pobres e indigentes". Tinha por função a cura por caridade dos enfermos pobres, acolhendo "desse modo doentes, doentes e necessitados, fossem eles homens livres ou escravos. Funcionava com um regulamento que, ao longo dos anos, passou por mudanças em decorrência das suas necessidades e das peculiaridades locais, como aquelas de caráter sanitário e higiênico presentes no novo estatuto de 1835".

A cidade foi palco de “uma estratégia para purificar o espaço público” por meio de dois processos nos quais foram definidas estratégias de purificação para espaços públicos e privados, com base na relação da arquitetura com as doenças; e proibidas as aglomerações que impedissem a circulação de ar em espaços públicos (Moraes, 1995, p. 32). Moraes acredita que essa política higienizadora impôs dificuldades importantes aos proprietários de baixo poder aquisitivo.

Tendo se transformado em um entreposto comercial, cresceu a preocupação em se ordenar o comércio da cidade, o que se refletiu na criação do Mercado Municipal em 1857. Data de 1881 a construção do Matadouro Público (Moraes, 1995, p. 146).

Como centro das decisões políticas da região, Goiás começou a investir mais diretamente em instituições de ensino como o Liceu de Goiás (1846), o Seminário Santa Cruz (1873), além da Biblioteca Pública e do Gabinete Literário (1864)⁹⁸. Assim, a cidade de Goiás resistindo ao decréscimo da produção aurífera, experimentou, durante o século XIX, uma lenta e discreta expansão. No fim do século XIX são fundados mais alguns estabelecimentos de ensino: o Curso Normal Oficial (1884) e o Colégio Santana (1889). No início do século XX são criadas a Faculdade de Direito (1903) e, em seguida as Escolas de Farmácia e Odontologia. Em 1918 a cidade recebe a energia elétrica.

As transformações engendradas nos espaços urbanos em fim do século XIX e início do XX, no plano nacional — como, por exemplo, a cidade de Rio de Janeiro ⁹⁹ — pouco afetaram o tecido urbano da cidade, posto que foram introduzidas em um ritmo lento e não desencadearam alterações radicais (Martins, 2004). A maior parte das interferências diz respeito à remodelação de fachadas, “mediante a aposição de elementos puramente formais e de detalhes decorativos, sem incorrer em mudanças substanciais nos esquemas de planta, com exceção do acréscimo de cômodos para instalações sanitárias, em geral, localizados no fundo da edificação” (p. 53).

Este foi o período no qual ocorreu a ocupação da área vizinha à Igreja de Santa Bárbara. Apesar de transcorridos quase dois séculos de ocupação, esta nova área representa “uma continuidade da estrutura antiga, por se pautar pela lógica inicial de implantação, cujos eixos de ocupação eram determinados pelas rotas de comunicação”. As habitações são mais despojadas que aquelas localizadas na zona de ocupação inicial. Importa o fato de que a presença dessa arquitetura vernacular em seu “estado mais

⁹⁸ Sobre a relação entre educação e centro político conferir Gomide (1999).

⁹⁹ Abertura de novas vias públicas, alargamentos de ruas, alteração no traçado das ruas, abertura de novas avenidas, pavimentação de ruas, construção de calçadas, abertura de túneis e embelezamento de espaços públicos. Conferir Needell (1993).

puro”, indica a permanência e continuidade espontânea no decorrer do tempo (Martins, 2004, p. 59).

No início do século XX o espaço urbano recebeu melhorias importantes para o cotidiano do morador: iluminação pública, água encanada, coreto, jardim, fonte em bronze. A Praça da Matriz ganhou, em 1901, um jardim e um coreto (em madeira). Em 1920, um novo coreto substituiu o primeiro. Muitos moradores mais antigos se referem a essa praça como *Praça do Coreto* ou *Praça do Jardim*, muito embora seu nome oficial seja Praça da Liberdade.

Dada a preocupação com a insalubridade das residências, outra ação disciplinar atingiu o espaço privado. O código de posturas da cidade de Goiás¹⁰⁰, de 1924, adentrava as casas para impor padrões de higiene, que iam desde a distância adequada a ser mantida entre os doentes e os sãos, até a observância com as regras sanitárias para garantia de boas condições de habitação. Eram indicados os procedimentos de desinfecção das residências, que caso não fossem cumpridas implicavam em multa e até fechamento do imóvel¹⁰¹.

Com a chegada dos migrantes a partir da década de 60 deu-se uma expansão urbana, sobretudo da direção Noroeste, Centro-Oeste, Sudoeste e Sudeste. Ao noroeste da cidade, Setor Rio Vermelho, Vila Aeroporto; ao Centro-Oeste, Setor Aeroporto, Acrisia, Serradourada, João Francisco; ao sudoeste, Jardim Paraíso, Vila Agnelo, Luiz Astolpho; ao sul, Santo Amaro, Vila República, Goiás II; ao sudeste, Dom Bosco, Jardim Vila Boa, Vila Isabel, Bacalhau, Bacalhauzinho, Vila Iraci, Felicíssimo do Espírito Santo. Ao Norte e Nordeste da cidade há o impedimento dado pela geografia (Morros Dom Francisco, Canta Galo e das Lajes), por isso a expansão limita-se pela Vila Lions, Santa Bárbara e Chupa Osso.

A relação do *centro histórico* com os outros bairros é de suma importância para a compreensão das representações e apropriações do patrimônio cultural vilaboense. Vale destacar a centralidade que adquiriu o bairro do *João Francisco* em meio aos novos bairros periféricos, de forma que é como se João Francisco fosse outra cidade formada pelos bairros contíguos a ele. A relação *centro histórico* e *periferia* será tratada da Parte II desta tese.

Outro fator que contribuiu para estimular alterações nos aspectos urbanos da cidade de Goiás foi a inauguração de Brasília em 1960. O surto desenvolvimentista

¹⁰⁰ Lei 548 de 11 de outubro de 1924, apud Gomide (1999)

¹⁰¹ Conferir Gomide (1999), Moraes (1995) Rabelo (1997).

gerado no planalto central, com aumento das atividades agro-pastoris e, em menor escala, pela extração de minérios, provocaram migrações para a região. Os moradores passaram a reivindicar serviços e atividades como saúde, lazer e ensino diversificado (Galvão Júnior, 2001).

Martins (2004) considera que em meados do século XX a grande transformação da configuração urbana ocasionada pelo adensamento foi a prática de desmembramento dos lotes, as aberturas de fachadas para os fundos destes, descaracterizando as ruas secundárias, becos e vielas; e a criação de quadras de parcelamento arbitrária. Não obstante as modificações causadas no formato das parcelas, este “tipo de ocupação manteve a testada do lote, apresentando em suas edificações, procedimentos construtivos derivados da arquitetura vernacular, o que resultou em uma continuidade espacial ao longo do tempo” Outro ponto de interferência significativa no traçado original foi a abertura da Rua Alcide Jubé com objetivo de descongestionar o tráfego de automóveis (p. 54-56).

O que importa significativamente é que em termos de morfologia urbana a imagem atual da cidade (área tombada e entorno) corresponde àquela do século XVIII e XIX. A cidade se expandiu a partir do prolongamento das ruas já existentes, havendo uma acomodação à topografia do sítio, o que explica a ausência de alterações na estrutura urbana da cidade (Martins, 2004).

1.3. Vila Boa de Goiás, Goiás ou Goiás Velho?

Dentre os dados essenciais sobre a cultura vilaboense há ainda que se considerar a indefinição tanto no que tange ao toponímico de Goiás, quanto à forma de ser referir ao natural da cidade.

Em 1818, a antiga Villa Boa de Goyaz passa a chamar-se Goyaz. Contudo, aqueles nascidos em Goiás continuaram e continuam, ainda hoje, sendo de naturalidade *vilaboense*. Em 1937, com a mudança da capital, a cidade perde a visibilidade em nível local e nacional. Mantém o toponímico. Porém, começa a ser confundida com o estado que é também chamado de Goiás. Muitas polêmicas surgem em torno do nome da cidade. É muito comum ouvir os não vilaboenses se referirem à cidade como “Goiás Velho”.

O erro gramatical, de concordância de gênero — uma vez que o correto gramaticalmente seria “Goiás Velha” — nada mais revela do que o uso da metonímia, tomando-se a cidade de Goiás pelo Estado (Jardim, 2003; Tamasso, 2001). Assim, reitera-se a idéia da cidade de Goiás como *berço da cultura e civilização goianas*.

A denominação “Goiás Velho” é rejeitada pelos vilaboenses que consideram que tal nome denigre a imagem da cidade¹⁰². Nice Monteiro Daher (90 anos) afirma que *o pessoal que é de Goiás, de raiz, não tolera isso não!* E narra comicamente um fato que aconteceu por ocasião da inauguração do Teatro do Goiás Clube, na década de 40. Antes de iniciar a peça, um orador representando o grupo teatral fez um pequeno discurso, entrecortado pela voz firme e convicta de Yêda Sócrates do Nascimento, uma das fundadoras do clube¹⁰³:

*A Yêda estava sentada lá no fundo sabe? E ele então falava “não sei o quê, não sei quê, Goiás Velho”. Aí a Yêda gritava de lá “cidade de Goiás!” [risos]. E ele fazia de conta que não tinha ouvido e cada vez que tinha que se referir à cidade falava “Goiás Velho” e ela gritava de lá “cidade de Goiás” [risos].*¹⁰⁴

Bertran analisa o uso da expressão como significando “aquele povo é atrasado”, “aquele povo é antigo”, “aquilo é um Goiás Velho”. Para o historiador, não é apenas uma expressão pejorativa é também descritiva. Descreve um “passado ignóbil, um passado velho”¹⁰⁵.

No entanto, falar somente “Goiás” é entendido pelos não vilaboenses como impreciso e daí complementam com tom de dúvida: “Goiás Velho?”. Para evitar a adjetivação percebida pelos vilaboenses como pejorativa, uma outra opção pode ser notada. Muitos se referem à “Cidade de Goiás”, fato que evitaria a confusão com o estado.

A cidade de Goiás é referida de quatro maneiras distintas em função de quem é o agente referidor: (1) Goiás, quando o agente é o próprio vilaboense; (2) cidade de Goiás, quando o agente é goianiense e/ou ligado às instituições públicas goianas, e o próprio vilaboense quando se dirige aos de fora; (3) Goiás Velho, quando o agente está mais

¹⁰² No dia 27 de junho de 2001, dia no qual a cidade recebeu da UNESCO o resultado da aceitação, na primeira etapa de avaliação, da inscrição da candidatura ao título de patrimônio da humanidade, várias foram as falas que bradavam de maneira emocionada: *agora podem nos chamar de Goiás Velho; somos velho, mas somos patrimônio mundial*.

¹⁰³ Além de fundadora do Goiás Clube, Yêda Sócrates do Nascimento, foi presidente por várias vezes. Foi responsável também pela cessão do prédio para o Goiás Clube e pela criação do espaço para apresentações teatrais. No capítulo 6, será detalhada a importância do Goiás Clube e de Yêda Sócrates do Nascimento para a constituição do patrimônio local.

¹⁰⁴ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006.

¹⁰⁵ Dossiê, Anexo IV, p. 49.

distante da cidade — não necessariamente geograficamente —, como, por exemplo, goianos de outras cidades do estado, inclusive Goiânia, ou pessoas de outros estados, que quão mais desconhecem a cidade, mais a ela se referem como “Goiás Velho”; e (4) Vila Boa de Goiás, usado por não vilaboenses, ou por vilaboenses que não residem mais na cidade. De longe, com olhar distanciado, valorizam a tradição do nome “Vila Boa de Goiás”. Nice Monteiro Daher (90 anos), vilaboense, residente em Goiânia desde que se casou em 1944, declara que *o goiano de Goiás não gosta que chame lá de Vila Boa*.

Ela, que mantém a residência da família na cidade de Goiás e que para lá vai com frequência, confessa que acha *maravilhoso* o nome Vila Boa de Goiás¹⁰⁶. Na própria esfera do poder público se nota falta de adesão a um único toponímico. Observem-se placas da rodovia que leva a Goiás.



Estrada GO 060

Foto: Izabela Tamaso (2001)



Estrada GO 060

Foto: Izabela Tamaso (2001)

Um parêntese se impõe a fim de tratar de uma outra categoria de grande importância: *goiano*. Observe-se que na fala anterior, Nice Monteiro Daher usa a categoria *goiano* ao invés de *vilaboense*.

Agora não é mais a cidade que é tomada pelo todo, pelo uso da metonímia, mas sim os nascidos na cidade, que se auto-referem como *os goianos*. Mas esta referência não foi feita apenas por Nice Monteiro Daher. Rita da Veiga Jardim finaliza poesia do início da década de sessenta:

Goianos, lutem pela nossa cidade! Para uma Goiás melhor! Não sejam indolentes e apáticos, saibam merecer o nome de “goianos da gema”¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006.

¹⁰⁷ “Conversa com a minha cidade de Goiás”, Arquivo pessoal Rita da Veiga Jardim.

Em várias circunstâncias notava que os vilaboenses não se auto-referiam como *vilaboenses* e sim como *goianos*. O meu diálogo com dona Eleusa Loyola de Alencastro (81 anos) é esclarecedor desta atitude. Ao lhe perguntar sobre o que representava o título de património mundial, ela respondeu:

Eleusa: *Eu acho que foi uma vitória muito grande sabe? Porque ser capital é bom, mas ser património é muito mais. Achei que veio essa coisa... como se diz pra lavar a honra do goiano! [risos] [grifos meus]*

Entrevistadora: Lavar a honra do goiano e mais ainda do vilaboense?

Eleusa: *É eu estou falando é daqui do vilaboense mesmo! É que ser capital é muito bom, mas ser património não é pra qualquer um, né? Então a gente fica mais orgulhosa com o património do que pensar na capital*¹⁰⁸[grifos meus]

Em entrevista com sua filha, Jecirene de Alencastro Simões Correia¹⁰⁹, pude notar novamente o uso da expressão *goiano*, significando o nascido na cidade de Goiás:

Entrevistadora: Você falou que o povo resgatou um pouco o orgulho de ser goiano, aí me ocorreu que é mais vilaboense que goiano, não é?

Jecirene: *É eu falo goiano porque... é goiano, mas todo mundo já fala vilaboense. Quem nasce aqui também é goiano.*

Entrevistadora: Mas quem nasce no estado é goiano?

GOIANO DA GEMA
António Félix de Bulhões
Jardim

O goiano da gema, o da cidade
É sempre ou quase sempre bom
sujeito,
P'ra viver de trabalho — pouco jeito;
Para a intriga — bastante habilidade.

Se não tem que fazer, por caridade,
tosa na vida alheia sem respeito;
E acredita estar muito em seu direito
Viver sempre amolando a
humanidade.

Se vai dar-te uma prosa por
brinquedo,
Enfia-te o cacete e o eterniza,
Qual se fora de ferro ou de rochedo,

E, cousa que me massa e encoleriza,
Visita a gente de manhã bem cedo,
Quando se está em fralda de camisa.

Publicado em António Félix de
Bulhões Jardim (Callado, 2001)

¹⁰⁸ Entrevista concedida à autora em 23 de junho de 2002.

¹⁰⁹ É importante informar que os diálogos aconteceram em dias e locais diferentes e individualmente; ou seja, uma não participou da conversa com a outra.

Jecirene: É goiano. Mas quem nasce aqui também é goiano. Depois ficou vilaboense também pra diferenciar. Eu às vezes me esqueço. [grifos meus]

Entrevistadora: Então teve um momento que o natural da cidade de Goiás era goiano?

Jecirene: *Era goiano, e eu me esqueço disso às vezes. Mas é por isso, o de ser vilaboense tem pouco tempo, não tem tempo.*

Entrevistadora: O vilaboense vem pra diferenciar após a mudança da capital?

Jecirene: É muito após, muito após. [...] Eu nem sei se teve algum projeto, alguma coisa que mudou isso, mas eu custo a lembrar que eu sou vilaboense. Eu nunca falo que eu sou vilaboense!¹¹⁰ [grifos meus]

Há uma diferença em ser *vilaboense* e ser *goiano* (no sentido daquele nascido na cidade), que creio residir na memória da cidade como centro político, por isso o uso da metonímia. O termo *goiano* (o da cidade) diz muito mais de si próprios, para si e para os outros. Assim, é ainda muito comum que um vilaboense até hoje se auto-refira como sendo *goiano*, no sentido daquele que é nascido na cidade de Goiás e não no Estado.

A mudança da capital impôs inúmeras perdas para o povo vilaboense. Antes, porém, de analisar a retórica da perda iniciada após a transferência do centro político devo interpretar a retórica que narra a perda originária: a de ouro e índios.

¹¹⁰ Entrevista concedida à autora em 26 de junho de 2002.

CAPÍTULO 2

A NARRATIVA MÍTICA E A PERDA ORIGINÁRIA: OURO E ÍNDIOS

*Nesse louco vagar, nessa marcha perdida,
Tu foste, como o sol, uma fonte de vida;
Cada passada tua era um caminho aberto!
Cada pouso mudado, uma nova conquista
E enquanto ias sonhando o teu sonho egoísta,
Teu pé, como o de um deus, fecundava o
deserto.*

Olavo Bilac (1978)

Da ambigüidade a que está sujeita a figura do Anhanguera decorrem duas importantes e antitéticas interpretações do mito fundador. Em uma ele é o descobridor, desbravador e fundador do Estado de Goiás. Em outra ele é o homem que enganou, ludibriou, espoliou a região e exterminou os índios *Goyá*. Sobre esse homem, ainda se contam histórias; se lhe atribuem conquistas e crimes; ainda se debruçam os historiadores, antropólogos e sociólogos (Lima Filho, 2003; Pinheiro, 2003; Souza, 2006).

É com base nas várias versões da narrativa mítica e em alguns relatos historiográficos que destaco e analiso a narrativa da perda originária — de ouro e índios — cuja compensação se dará, em parte, por meio da construção da cidade patrimonial e dos ganhos simbólicos e materiais daí advindos. Devo salientar que importa menos o rigor historiográfico das narrativas e análises sobre as bandeiras. Interessa-me analisar a polissemia do mito do Anhanguera, a fim de relacioná-la aos usos do passado, da história com vistas a atender os propósitos da preservação patrimonial.

O primeiro Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Francisco Bueno e de Felipa Vaz, nasceu em Santana do Parnaíba, em data que se situa entre os anos 1631 e 1639 (Camargo, 1971) e tinha, pelo lado da avó paterna, o sangue indígena do cacique Piquerobi¹¹¹.

¹¹¹ A história da família Bueno no Brasil começa por volta de 1571, quando chega a São Paulo o espanhol Francisco Ramires de Porros, vindo de Sevilha, trazendo consigo seu filho Bartolomeu Bueno da Ribeira.

Foi este Bartolomeu Bueno da Silva quem esteve pela região de Goiás por volta de 1682 (Alencastre, 1979; Taunay, 1959; Silva e Souza apud Teles, 1998)¹¹². Não obstante serem poucos os dados sobre essa bandeira, o fato memorável até os dias atuais diz respeito aos motivos que deram a Bartolomeu a alcunha de *Anhanguera*: teria colocado fogo numa bateia contendo álcool, ameaçando fazer o mesmo com os rios, caso os índios não lhe mostrassem o caminho para o ouro.

Do primeiro casamento de Bartolomeu Bueno da Silva com Isabel Cardoso, nasceu o segundo Bartolomeu Bueno da Silva. Este viria a ser o segundo Anhanguera, que quarenta anos após sua primeira expedição por Goiás, retornou aos caminhos trilhados décadas antes com o pai.

Descobrimo os veios auríferos da região, Anhanguera, o filho, fundou o Arraial de Sant'Ana, da Barra, do Ouro Fino e do Ferreiro. Em 1727 transferiu-se do Arraial da Barra para o Arraial de Sant'Ana — que deve ter se tornado mais populoso do que os outros, pela disponibilidade de lavras ainda vagas —, a fim de assumir a função de Superintendente das minas (Alencastre, 1979).

Tendo amplos poderes — civil, militar e judicial — as ações de Bartolomeu Bueno da Silva, reacenderam os antigos ressentimentos entre paulistas e emboabas. Em 1731, os mineiros emboabas de Meia Ponte (atual Pirenópolis), se opõem ao monopólio dos paulistas, em geral, e da família de Bueno, em particular. Dessa revolta decorre, em 1732, a criação do distrito de Meia Ponte independente do de Sant'Ana, onde ainda Bartolomeu permanecia superintendente. A vinda do ouvidor da Capitania de São Paulo, Gregório Dias da Silva, em 1734, para assumir a superintendência das minas, é outra ação de diluição do poder de Bartolomeu Bueno da Silva. O título de Capitão-mor lhe serviu como “título consolatório”; e também lhe foi tirado com a chegada do Conde de Sarzedas, designado para a instalação da Vila (Palacin, 1986). Restaram-lhes os títulos de Capitão-mor regente e Guarda-mor geral.

A decadência do aspecto econômico-social é também interpretada por Palacin (1986), como o fato mais grave na vida do bandeirante paulista. Tendo passado por dificuldades econômicas, conseguiu Anhanguera que o D. Luiz de Mascarenhas, então

Este se casou com Maria Pires, filha de Salvador Pires e de Messias Fernandes. É de Messias que vem a origem indígena dos Anhangueras, pois sua mãe, Antonia Rodrigues, tinha como avô materno o cacique Piquerobi. Do casamento de Bartolomeu Bueno da Ribeira com Maria Pires, nasceram dentre outros filhos, Amador Bueno (o Aclamado) e Francisco Bueno. Este último casou-se com Felipa Vaz, de cuja união nasceram, Ana de Cerqueira e Bartolomeu Bueno da Silva (Borges, 1980).

¹¹² Apenas Americano do Brasil (1961) aponta o intervalo entre os anos de 1673 e 1674, como sendo o período provável da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o pai. Todos os outros autores atribuem a partida da bandeira ao ano de 1682.

governador da Capitania de São Paulo, lhe cedesse, “a título de remuneração, uma arroba de ouro da real fazenda” (p. 23). Esperava o governador que o Rei confirmasse a doação. A Metrópole, não concordando com a ação do capitão-general, exigiu pelo fisco que o ouro fosse restituído e ainda acusou o Anhanguera de sonegação dos reais quintos. Morreu antes que tivesse que responder pela acusação. Coube à viúva e aos herdeiros testemunharem, em 1744, a penhora e seqüestro dos poucos bens que lhes restavam. Pobre, a família do segundo Anhanguera deixou Vila Boa de Goiás e foi se instalar às margens do Rio Corumbá, onde ainda lhes restava pontos de passagem, do qual teriam direito por três gerações (Brasil, 1961).

O descobridor do ouro, fundador dos arraiais, superintendente das minas, Capitão-mor, Guarda-mor, morreu pobre no antigo arraial da Barra, denominado atualmente Buenolândia, em sua homenagem.

Palacin (1986) deu especial atenção às narrativas sobre o segundo Anhanguera, analisando a *Memória*¹¹³ de Silva e Souza. Segundo Palacin (1986), Silva e Souza se encontraria nas “melhores condições para receber, inalterada, a tradição oral dos tempos da fundação” (p. 14), uma vez que chegou à cidade Villa Boa de Goyaz menos de duas décadas após a morte de Urbano do Couto¹¹⁴, que foi um dos membros da bandeira chefiada pelo segundo Anhanguera.

Afirma Palacin que os primeiros habitantes de Goiás, ao compartilharem das suas memórias com o presbítero, o teriam feito deslocando as informações sobre o descobrimento no sentido de atenderem à construção do herói-épico. Assim, o mero acaso do descobrimento é obnubilado pela ação heróica do bandeirante paulista que desbravou obstinadamente os sertões até concluir seu feito: fundar Goiás. As *Memórias* de Silva e Souza seriam a transcrição da elaboração épico-popular, tanto pela “magnificação das proporções”, quanto pela “criação de heróis” (Palacin, 1986).

Para defender o argumento de que a narrativa de Silva e Souza se funda num ideal épico, Palacin (1986) toma a análise do paulista Manoel R. Ferreira (1977), quando este autor relata que após serem descobertos os originais de “Nobiliarchia Paulistana” de Pedro Taques, se pôde comprovar que o episódio de se colocar fogo na

¹¹³A *Memória sobre o Descobrimento, Governo, População, e Cousas mais Notáveis Da Capitania de Goyaz*, foi escrita pelo presbítero secular Luis Antonio da Silva e Souza, entre os meses de agosto a setembro de 1812, a pedido da Câmara de Goiás. É considerado o primeiro livro que registra a história de Goiás (Teles, 1998).

¹¹⁴ O próprio Silva e Souza faz referência ao legado de Urbano do Couto para a memória coletiva local: “[...] e posto que se não achem escriptos authenticos, que abonem este factio, existe a tradição que nos chegou, e é confirmada por pessoas verídicas, que ouviram de viva voz a Urbano do Couto, sócio d’esta expedição, fallecido no córrego de Jaraguá em 1772” (apud Teles, 1998, p. 77).

aguardente teria sido praticado por Francisco Pires Ribeiro e não por Bartolomeu Bueno. Informação que põe abaixo o argumento que explicaria a alcunha. De acordo com Ferreira, nem teria o Anhanguera pai chefiado a bandeira para a região de Goiás, nem ateado fogo na aguardente. Também não teria o Bartolomeu filho acompanhando o pai em menino, mas já adulto e em bandeira para a confluência do Araguaia com o Tocantins.

Na tentativa de encontrar outra razão para a alcunha *Anhanguera*, Ferreira afirma que o primeiro Bartolomeu Bueno da Silva teria feito parte na bandeira de Sebastião Paes de Barros, em 1673. Do encontro desta bandeira com os índios *Inhenguaras* muitos homens teriam morrido, dentre eles o próprio organizador da bandeira. Supõe Ferreira que “entre os feridos, devia estar Bartolomeu Bueno da Silva (pai), que teve um olho furado” e que “por alguma razão qualquer passaram a chamá-lo de Inheiguara, cuja corruptela deu Anhanguera” (p. 210).

A palavra *Anhanguera* de procedência guarani — da junção de *hanhany* (alma/demônio) com *era* (semelhança) —, significaria segundo Saint-Hilaire o “mau espírito”. O viajante europeu refutou que os índios *Goyá* tivessem alcunhado Bartolomeu de Anhanguera, pelo fato de não falarem eles a língua guarani (1975). Alencastre discorda de Saint-Hilaire, alegando que “muitas tribos das que povoaram os termos limítrofes entre Goiás e Mato Grosso conheciam e falavam o guarani, embora tivessem o seu dialeto próprio. [...] Não é, pois, para estranhar que os índios *Goyá* soubessem o guarani ou a língua geral da costa” (1979, p. 31).

Se historiadores e pesquisadores das bandeiras são unânimes em aceitar que outra bandeira teria descoberto a região dos Goyazes antes do primeiro Bartolomeu Bueno da Silva, o mesmo não se pode dizer sobre a origem de sua alcunha e sobre o episódio da queima do fogo na bateia, pois há ainda poucas evidências e muitas controvérsias sobre esses fatos. Não tenho por propósito apontar impropriedades históricas, tampouco refutar argumentações. Entre os escritos ufanistas que exaltam o Anhanguera pelo seu empreendimento desbravador — do qual decorreu a expansão do território brasileiro — e as revisões historiográficas que reinterpretam o herói fundador de Goiás, há um fato incontestável; a importância do mito para a construção da identidade goiana.

Os mitos são discursos definíveis estilisticamente que expressam os fortes componentes dos sistemas semânticos. Por meio dos mitos é possível decifrar o sentido de uma sociedade. Eles revelam que “o mundo, o homem e a vida têm uma origem e

uma história sobrenaturais, e que essa história é significativa, preciosa e exemplar” (Elíade, 1998, p. 22).

Várias são as versões do mito do Anhanguera: longas, resumidas, literárias e coloquiais. A narrativa mítica do Anhanguera é acionada em circunstâncias variadas, como em rituais políticos e/ou religiosos, em conversas informais, em guias turísticos, em material e livros escolares, etc. Interessa-me investigar a atitude intelectual dos vilaboenses frente ao mito do Anhanguera.

Apresentarei primeiramente trechos do relato escrito, em 1812, pelo presbítero Silva e Souza (apud Teles), intitulado “Descobrimento”, por ser ele o primeiro que se tem notícia e a partir do qual teriam se originado todas as outras versões ¹¹⁵:

Os habitantes da recente capitania de S. Vicente, hoje incluída na de S. Paulo, sendo este o modo mais fácil de locupletar-se (por não ter ainda o comercio d’Africa abastecido ou inficionado de escravos pretos as capitancias do Brazil), abusando dos santos fins da lei, que só permitiria o captiviero dos Indios tomados em justa guerra e em certos casos expressos, a pretexto de rebater a sua natural ferocidade, conter hostilidades, e de os trazer ao grêmio da santa igreja, entraram a penetrar os mais desconhecidos sertões, com o particular desígnio de os captivar. Consta por tradição antiga que Manoel Corrêa foi o primeiro, que ambicioso d’êste lucro chegou até o logar dos famigerados Araés d’esta capitania, a que depois o gentio Goya, habitante no logar da maior riqueza, fez dar o nome, que ainda conserva de Goyaz [...].

Entre os aventureiros d’esta espécie se distinguiu Bartholomeu Bueno da Silva, natural da villa de Parnahyba, que os seus conterrâneos contam entre os seus heróes. Este homem naturalmente afouto, astucioso e avezado a trabalhos d’esta natureza, a quem o gentio deu o nome de Anhanguera, que conservam os seus descendentes, que na linguagem do paiz quer dizer Diabo velho pelo estratagemma de accender aguardente em uma vasilha, com ameaça de abraçar todos os rios e todos os Indios que se lhe não rendessem, seguido de um filho do mesmo nome, de idade de doze anos (que veio a ser o descobridor d’esta capitania), e outros agregados, chegou pouco mais ou menos em 1682 ao domicílio do pacifico gentio Goya que agora habitamos: e demorando-se algum tempo no meio das suas correrias, que comprehenderam grande parte d’estes sertões a plantar roça que melhorasse a sua sustentação, reconheceu a riqueza do logar vendo folhetas de ouro bruto pendentas ao collo das Índias: e com esta certeza, confirmada de algumas indagações, regressou ao seu paiz natal, seguido da numerosa presa que tinha feito, a utilizar-se do fructo dos seus trabalhos.

[...]

O ouro [...] começou a fazer conhecer a sua importância: a estimação que tinha a gloria dos que o descobriram, e mais que tudo a recompensa que afiançava o Throno [...] eis aqui os estímulos que excitaram a muitos, e que tocaram o animo de Bartholomeu Bueno da Silva, filho do primeiro em que fallávamos [...], para manifestar o que tinha presenciado em companhia de seu pai; e com effeito procurou para este fim o Sr. Rodrigo Cezar de Menezes, governador de S. Paulo [...] e no anno seguinte, como se

¹¹⁵ O relato de Silva e Souza atendeu ao pedido da Câmara Municipal e redigiu em 1812 a *Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás*. Segundo Teles (1998), o relato fora publicado sem autorização do autor no *Patriota*, no Rio de Janeiro em 1814. Em 1849 a obra foi publicada na Revista Trimestral de História e Geografia (Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), nº 16, 4º trimestre (Teles, 1998, p. 15)

infere do regimento dado pelo mesmo governador, registado na secretaria do governo a fol. 4 do liv. 4º, apromptou-se como pôde, cheio de esperança e animado de louvores, para entrar na empresa que tinha premeditado.

[...] e não tendo outra bússola que a sua vida e a eminência dos montes, estando de alguma sorte apagadas as idéias que tinha adquirido do paiz, vagando por uma e outra parte em dilatado gyro, depois da incommoda marcha de muito tempo chegou e a sua comitiva ao ribeirão que se chama hoje de Meia-Ponte, nas visinhanças do arraial do Bomfim [...].

[...] porém constante Bueno, longe de annuir à esta pretensão, affirmou não ser aquelle o lugar que tinha promettido descobrir; e depois de de algumas contestações marcharam para parte de oeste, onde falsamente julgava Bueno ficar o terreno que procurava. [...]

A intriga e a desigualdade de sentimentos, que desordenam que as sempre os mais bem concebidos projectos, começaram a influir nos corações. Queria Bueno, succumbido de tantas fadigas, fazer alto n'aquelle lugar; não annuia o capricho de Hortiz, em desforço da sua pretensão frustrada de ficar no Rio Pilões, e chegaram a tomar armas um contra o outro, sendo necessária toda a prudência dos religiosos e das pessoas mais sensatas para conter e pacificar uns homens, de quem a desesperação chegava a furor desatinado. Cedeu emfim Bartholomeu Bueno, e retrocedeu com toda a comitiva a procurar ainda o sitio de Goyaz, que lhe parecia fugir ás suas diligencias, [...] chegou até o lugar chamado agora de arraial de S. Felix, e aqui prevaleceu a tudo a intriga ou a desesperação. [...] Tinham-se inutilmente consumido três annos: tinha visto os seus companheiros, parte nas mãos dos bárbaros, parte nas garras das feras exhalar a vida: tinha perídio vinte dos seus escravos cansado de calamidades, desprovido de gente e o necessário, que podia Bueno fazer? Voltou sobre os mesmos passos até o ribeirão do Cabrinha, em distância de quatro léguas do lugar da villa, e sem ter conservado mais que trinta oitavas de ouro, seguiu com os poucos que restavam para S. Paulo, onde envergonhado se escondeu á vista do governador, que, conhecendo o seu espirito e fidelidade, o procurou animando-o a prosseguir n'uma empresa que interessava tanto á sua glória.

A lembrança dos trabalhos e das fadigas não diminuiu a constancia de Bartholomeu Bueno: [...] entrou de novo em 1726, trazendo em sua companhia o padre Antonio Pinto Guedes, e outros associados da mesma sorte com seu genro Hortiz: e depois de seis mezes de marcha mais dirigida, ainda que com muitos rodeios, chegou ás visinhanças do terreno do seu desejo e das suas esperanças. Aqui diversificam os monumentos que pôde conseguir a minha diligencia: uns tem que chegou á planície do Ouro Fino [...]; outros affirmam ter chegado a uma bocaina, que dista do lugar de Villa-boia duas léguas e meia [...] apprehenderam dous Índios idosos, de nação Goya, que trazidos e perguntados do modo possível, mostraram o lugar do arraial do Ferreiro, em que se formou o primeiro arranchamento.

Como quer que seja, aqui se preencheram os fins de Anhanguéra, chegou á meta dos seus trabalhos, viu e venceu. N'aquelle mesmo lugar, em que quarenta annos antes tinha estado em companhia de seu pai, formou uma espécie de povoação, e posto, existe a tradição que nos chegou, e é confirmada por pessoas verídicas, que ouviram de viva voz a Urbano do Couto, sócio d'esta expedição [...].

Feitas as demonstrações possíveis de alegria, passou Bueno a fazer novo arranchamento sobre os vestígios do antigo de seu pai, junto ao Rio Vermelho [...].

[...] voltou a S. Paulo, a dar conta dos seus trabalhos, levando como é constante para mostrar 8.000 oitavas de ouro, annunciando ao governador mais cinco córregos, em que tinha descoberto abundancia d'este metal [...].

Voltou Bueno a Goyaz com o titulo de capitão-mor regente, com a promessa do rendimento das passagens dos rios, munidos de jurisdição que lhe conferiu o governador, e muitos privilégios e entre elle o de conferir sesmarias [...].

Continuava o capitão-mór a exercitar a sua jurisdição com toda a plenitude de podêres, até que paulatinamente se lhe foi coarctando, primeiramente com a chegada do ouvidor

de S. Paulo, [...] depois com a vinda do Sr. Conde de Sarzedas [...]: com tudo conservou o nome de capitão-mor regente, guarda-mór geral, e foi sempre respeitado, mantendo uma correspondência effectiva e honrosa com os governadores do seu tempo. [...]

Cheio de dias o capitão-mór regente Bartholomeu Bueno da Silva pagou á natureza o tributo que lhe devia, e chegou ao fim de sua carreira a 19 de setembro de 1740; e posto que ao principio em companhia de seu pai entrou por estes sertões e gyrou como um aventureiro, tornou-se um cidadão útil, fez assignalados serviços ao Estado: a elle, ás suas fadigas, a sobretudo á sua constancia, é que se deve o vantajoso descobrimento de Goyaz: e é de admirar que o descobridor de tanta riqueza, que possuiu as melhores lavras, que extrahiu grossas sommas na primitiva abundância, cahisse por demasiada fraqueza em decadência tal, que par sua subsistência conseguiu do Sr. D. Luiz Mascarenhas, a título de remuneração, uma despeza, para a restituir, depois de a ter despendido, foi preciso despojar-se das jóias de sua mulher, casas e escravos, que foram arrematados, ficando ainda mais pobre que antes de receber aquelle subsídio (apud Teles, 1998, p. 73-82).

A seleção de alguns trechos da narrativa de Silva e Souza visa destacar as principais ações do herói mítico: (1) a bandeira do Anhanguera pai, tendo seu filho de doze anos por companhia, (2) a justificativa para a alcunha de Anhanguera, (3) aliada ao episódio de atear fogo na bateia contendo álcool, (4) a descoberta do ouro, (5) o retorno do pai a São Paulo, (6) a bandeira de Anhanguera, o filho, (7) o tempo em que vagou procurando pela região dos Goyazes, onde estivera com o pai, (8) os conflitos internos à bandeira, (9) o primeiro retorno do filho a São Paulo, (10) a nova bandeira para os sertões de Goiás, (11) a descoberta do lugar em que estivera com seu pai, (12) a descoberta do ouro, (13) o segundo retorno do filho a São Paulo, (14) o retorno a região dos Goya, (15) os cargos e poderes conquistados, (16) o decréscimo de seu poder, (17) a morte do herói vitimado. Estas são as ações mais importantes da narrativa sobre o descobrimento e povoamento do Estado de Goiás.

No relato de Silva e Souza, Bartolomeu Bueno da Silva é adjetivado positivamente como herói, afoito, astucioso. Define o ato de colocar fogo na aguardente como um “estratagema”. A noção de estratagema remete a uma ação planejada com habilidade, ardil. Esta narrativa que coloca o Anhanguera como o herói fundador de Goiás, valorando-o positivamente, será amplamente difundida, com algumas pequenas variações, que ora ampliam, ora diminuem os detalhes da narrativa de Silva e Souza.

A comparação do relato de Silva e Souza com relatos do século XX permite-nos observar qual conteúdo da narrativa mítica foi sendo obliterado ou enfatizado¹¹⁶. Acredito que o mito de Anhanguera foi especialmente acionado a partir do início do

¹¹⁶ Conferir interpretação de Ben-Yahuda (1995) sobre o mito de Masada e a importância do mito para a cristalização da identidade coletiva da geração jovens de judeus, entre as décadas de 40 e 60.

século XX, com vistas a sustentar a construção da identidade goiana em meio às várias e crescentes identidades regionais. A instalação da Cruz do Anhanguera em 1918, na cidade de Goiás, seria ápice desse movimento. Como consequência da mudança da capital em 1937, mais se investiu na relação dos *filhos de Goiás* com o pai fundador.

Uma outra narrativa foi publicada, em 1970, no livro *História de Goiás*, de autoria do memorialista vilaboense Élder Camargo de Passos (59 anos) — fundador da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições) — deve ser analisada comparativamente à de Silva e Souza. A narrativa de Élder ressalta o caráter positivo do mito, ao mesmo tempo em que minimiza os conflitos entre emboabas e mamelucos. Está dividida, assim como a de Silva e Souza, em dois grandes atos, cujos personagens principais são os Anhangueras pai e filho ¹¹⁷:

Entre os aventureiros paulistas, distingui-se Bartolomeu Bueno da Silva, natural da vila de Parnaíba, dentre os seus, contado como herói. Este homem naturalmente afoito, astucioso aos trabalhos dessa natureza, tomou do gentio, como seus descendentes, o nome de ANHANGUERA. Na linguagem indígena esse vocábulo quer dizer “Diabo Velho”. As glórias do descobrimento de Goiás pertencem todas a Bartolomeu Bueno da Silva, primeiro deste nome que em 1682, a frente de uma numerosa bandeira atravessou o sul de Goiá e foi ter no Araguaia, onde encontrou-se com Antonio Pires de Campos [...]. Supõe-se e com razão que no regresso do Araguaia para São Paulo foi quando Bueno, procurando o curso do rio Vermelho, inesperadamente chegou as aldeias do pacífico índio Goiá. Quanto porém ao fato principal, são todos os historiadores acordes; diversificam as opiniões quanto aos pormenores. Um episódio que não deixa de ser curioso, consignaremos aqui por não haver sobre ele duas opiniões. Chegando que fosse Bueno depois das suas excursões pelos Araés ao centro das aldeias dos Goyazes na bucaina da Serra Dourada, ou nas proximidades, mandou fazer alto a sua gente.[...] Fez levantar barracamentos de palha e plantar roça pela necessidade de abastecer-se de mantimentos para voltar a S. Paulo. A índole pacífica dos gentios animava os aventureiros a fazerem, durante a demora que projetavam ter; algumas explorações pelos córregos e ribeirões que mais próximos corriam. Enquanto as plantações cresciam e se punham em estado de serem colhidas, cuidava o intrépido Bueno do fim principal de sua expedição. Os almocrafes e bateias não descansavam; mas as areias e cascalhos apurados pouco satisfaziam as suas ambições. [...] Vendo que as índias se ornavam de magníficas e pesadas folhetas de ouro, teve certeza da existência de ricas jazidas deste metal do mais superior quilate. [...] Por mais que fossem interrogados os índios sobre a existência dessas jazidas, onde tão facilmente colhiam os seus preciosos ornamentos, nenhum esclarecimento obtinha. Todos os meios foram empregados para o descobrimento do reservado tesouro, mas embalde. Bueno, a quem não faltavam recursos nas ocasiões precisas, lembrou-se afinal de um expediente, que surtiu o desejado efeito. Um dia em que viu reunido na margem de um córrego um grande número de índios, aproximou-se deles, trazendo em um caso porção de aguardente. Interrogou-os de novo sobre as minas que procurava e como não obtivesse ainda desta vez resposta satisfatória deitou fogo ao álcool que imediatamente se inflamou. Ao espetáculo dessa porção d’água em chamas, os índios se mostraram

¹¹⁷ Inspirei-me na “ousadia” de Alcida Rita Ramos, em “Um boato no palco interétnico” (1990), ao subdividir o “drama” Sanumá em “sete atos”.

temerosos e quando Bueno com semblante carregado lhes disse lançaria fogo aos rios e fontes se não descobrisse os depósitos auríferos; os Goiazes se prostraram aterrorizados na posição de suplicantes, como se estivessem na presença do demônio das chamas. Daí lhe veio o apelido de Anhanguera, que significa espírito mau ou diabo velho. Descobertas por este modo, muitas e abundantes jazidas auríferas extraindo todo o ouro que pode haver e conseguindo retirou-se Bueno para sua residência na povoação do Parnaíba, em São Paulo, lugar também de seu nascimento. Estava escrito no livro da Província que as glórias do descobrimento de Goiás pertencesse a uma família. O filho de Anhanguera, que aos 12 anos de idade havia acompanhado seu pai na 1ª entrada [sic].

Em 1722 o governador de São Paulo — Rodrigo César de Menezes — mandou Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera Filho, explorar as terras dos índios guayazes, para cujo fim lhe forneceu dois religiosos — Frei Antonio da Conceição e Frei Cosme de Santo André, 152 armas, 39 a cavalos e 2^o índios para a condução de cargas e necessários.

Os brancos que acompanhavam a Bandeira, quase todos eram filhos de Portugal, um da Bahia, cinco ou seis paulistas, com índios e negros às suas custas.

Bueno convidou seu genro — João Leite da Silva Hortiz — para ser companheiro e sócio e assim seguiram de São Paulo, no dia 3 de julho de 1722, rumo aos sertões dos guayazes.

Não possuindo outra bússola, senão a sua vista e a eminência dos montes, estando quase que apagadas as idéias que tinha adquirido com seu pai, pegou rumo errado, sacrificando quase que toda a Bandeira. Havia falta de alimentos e de condições de vida. Mesmo assim a viagem continuava no rumo errado, chegando a morrer 45 componentes desta expedição por inanição, doenças e ataques de índios. Vários foram os componentes que desistiram do empreendimento e regressaram a São Paulo. Vagou Bueno durante três anos e dois meses, sem poder acertar com a paragem que buscava. Entrou Bueno no nosso Estado pela região que hoje fica entre Catalão e Corumbaíba, sem saber que estava próximo aos guayazes.

Vinha o Anhanguera orientando-se pelo nordeste, quando deveria tomar rumo oposto para chegar aos guayazes, descobertos por seu pai há 40 anos passados.

Passou Bueno pelas regiões que hoje compreendem Cristalina, Caldas Novas, Pires do Rio, Alexânia, Corumbá chegando até o Tocantins, deixando para trás a região dos guayazes tão almejada.

Voltou para São Paulo, sem ter noção do tempo gasto nas buscas infrutíferas. Quando ali chegou, em 1725, é que soube do tempo que levou perambulando pelos sertões sem o resultado esperado. Neste mesmo ano, com nova tropa, partiu novamente Anhanguera, rumo aos guayazes, descobertos pelo seu pai; levando mais uma vez consigo seu genro — João Leite da Silva Hortiz, que também era outro desbravador.

Desta feita o Anhanguera tomou rumo certo em busca dos guayazes.

Desceu rumo á região onde hoje está Iporá, atingindo o vale do Araguaia; retornando, chegou ao vale do rio Vermelho, no lugar chamado de Bocaina, tendo contornado a Serra Dourada chegando por detrás dela em relação de quem vai de Goiânia à antiga capital.

Gastou nessa nova empresa apenas seis meses porque achara desta vez o caminho certo dos guayazes. Nesta região encontrou Bueno o sítio onde estivera o seu pai. Era o vale dos guayazes. Fundou nestas paragens estabelecimentos de mineração, às margens do ribeirão da Cambaúva¹¹⁸.

Depois de descoberta a região onde estivera seu pai, Bartolomeu voltou a São Paulo, levando amostras de ouro e as notícias das grandes riquezas destas paragens. Logo depois voltou Anhanguera, novamente em Goiás, com o título de Capitão-Mor-Regente, munido de jurisdição que lhe conferiu o Governador junto a outros privilégios. Fundou núcleos de mineração com os nomes de Ferreiro e Ouro Fino.

¹¹⁸ Atualmente Rio Vermelho.

Adiantou-se na mesma pretensão de descobrir e extrair ouro, promovendo novas explorações pela redondeza. Nestas explorações, criou o arraial da Barra e erigiu ali a primeira casa de oração depois de descobrir minas riquíssimas.

Com essas novas descobertas, a notícia correu célere pelas outras Capitânicas. Os habitantes de Minas Gerais, Cuiabá, Pernambuco, São Paulo e Bahia, abriram pelos sertões incultos estradas para a comunicação, e para ali se dirigiram.

Novas explorações foram feitas, novas descobertas surgiram e novos arraiais apareceram. Em 1727, Bueno fundou o Arraial de Santana, mudando-se do arraial da Barra para lá com toda a sua gente. [...] Em 25 de julho de 1739, houve lugar a instalação da Vila a qual denominaram Villa Boa de Goiás em consideração a Bueno, seu descobridor e aos índios Guayazes, seus antigos habitantes. [...] Um ano depois de instalada a Vila, morreu Bartolomeu Bueno da Silva com pouco mais de 70 anos. Não foi tão curta a vida para quem tanto fez em benefício de seu país, as custas dos maiores sacrifícios. Poderia ter legado a seus filhos uma fortuna colossal porém morreu pobre, em 19 de setembro de 1740, tendo todas as suas posses confiscadas por ordem daquele a quem tanto ouro dera (Passos, 1970, p. 8-11). [grifos meus]

Com base no relato de Passos (1970) apresento a divisão da narrativa mítica em dois grandes atos¹¹⁹: (1) a bandeira de Anhanguera pai, (2) a bandeira, o ouro e os arraiais fundados por Anhanguera filho.

Quadro 3: Ações desempenhadas pelos Anhangueras

ANHANGUERA PAI Primeiro ato	ANHANGUERA FILHO Segundo ato
<ol style="list-style-type: none"> 1. Parte de São Paulo em direção ao Araguaia 2. Encontra os índios Goiá 3. Procura ouro 4. Não encontra 5. Observa que as índias usam adornos feitos com o metal 6. Pergunta onde estão as jazidas 7. Os índios se recusam a contar 8. Bartolomeu se serve de um estratagema 9. Ameaçou os índios pondo fogo na aguardente 10. Pensando ser água, os índios ficaram assustados 11. Alcinham-no de Anhanguera 12. Bartolomeu disse que faria o mesmo com os rios, caso não lhe mostrassem as jazidas. 13. Os índios cederam 14. Bartolomeu extraiu o ouro e voltou a São Paulo 15. Estava acompanhado de seu filho 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Anhanguera comanda bandeira para os Goiazes 2. Formavam a bandeira, portugueses, paulistas, negros e índios. 3. Bartolomeu errou o caminho 4. Muitos integrantes desistiram e retornaram à São Paulo 5. Vagou por três anos e sem sucesso voltou a São Paulo. 6. Organizou outra bandeira 7. Chegou até o Rio Vermelho e Serra Dourada 8. Encontrou o lugar onde estivera com seu pai 9. Fundou os arraiais Ferreiro, Ouro Fino, Barra 10. Instala-se na Barra 11. Retorna a São Paulo com amostras de ouro 11. Retorna aos arraiais como Capitão-Mor. 12. Funda o arraial de Santana 13. Muda-se da Barra para Santana 14. Retorna para Barra, onde morre pobre. 15. Teve seus bens confiscados, após sua morte

¹¹⁹ Inspirei-me na “ousadia” de Alcida Rita Ramos, em “Um boato no palco interétnico” (1990), ao subdividir o “drama” Sanumá em “sete atos”.

Passos (1970) apresenta o mito do Anhanguera com base em relatos anteriores de diversos autores, dentre eles o presbítero Silva e Souza (apud Teles, 1988). Porém ao mesmo tempo em que é mais detalhada em algumas ações e episódios, a narrativa construída por Passos (1970) omite informações, que constam de várias outras narrativas, inclusive na de Silva e Souza (apud Teles 1988). O quadro abaixo organiza as informações omitidas no relato de Passos:

Quadro 4: Ações desempenhadas pelos Anhangueras e omitidas em relato

Ações omitidas (os números deste quadro devem ser lidos em sobreposição aos do quadro anterior)	
ANHANGUERA PAI	ANHANGUERA FILHO
1. Partiu de São Paulo acompanhado dos emboabas	3. Desentende-se com os emboabas membros da bandeira 12. Emboabas reagem ao poder de Bartolomeu 13. (a) Bartolomeu perde os cargos e vantagens 13. (b) Bartolomeu ganha um uma arroba de ouro como recompensa pelos préstimos a Coroa 15. Não aceitando a remuneração, a Coroa obrigou a devolução da arroba de ouro. 17. Ganharam os filhos o direito de passagem no Rio Corumbá.

Ressalvo a importância das incongruências ou contradições, uma vez que sendo uma linguagem de signos, os mitos são antes “uma linguagem de argumentação e não um coro de harmonia” (Leach, 1996, 319). É significativo que as omissões se dêem no que tange às relações dos emboabas com o Anhanguera. Significativo também que o mito, conforme é narrado e reproduzido em linguagem coloquial, em situações informais, silencie sobre toda a relação entre emboabas e paulistas. Assim é que o mito na sua forma contemporânea mais divulgada narra apenas a relação Anhanguera / índios. O outro par de relações constitutivas do mito foi sendo, no decorrer dos tempos, velado.

Em Silva e Souza a ação de pôr fogo na aguardente tem o propósito de rendição dos índios. Em todas as outras narrativas — sejam orais, sejam escritas, sejam mais antigas ou contemporâneas — a ação do bandeirante de por fogo na aguardente tem o claro propósito de fazer com que os índios indicassem as jazidas auríferas.

Observe-se um relato presente no livro didático, *Série Pátria Brasileira*, que foi utilizado na cidade de Goiás em meados da década de 50, do século XX:

Por que *Anhanguera*? Por isto: Bartolomeu Bueno da Silva saiu de São Paulo, rumo ao sertão. Depois de muito viajar, capitaneando a grande bandeira em caminho do norte, deu com aquela coisa extraordinária, *índios enfeitados de ouro!*

Quando? Em fins do século XVII, ali pelo ano de 1682.
E onde isso? Em terras do atual Estado de Goiás.
Eram os índios da tribo dos *goiases*. Daí o nome que teve o lugar, hoje o grande Estado central.
Mas, quem diz quererem os selvagens contar onde havia ouro?
Bartolomeu interrogava-os. Nada!
Insistia. Teimava. E os índios calados...
— Esperem, gritou êle para os selvagens. Esperem, que vou mostrar a todos como sou capaz de queimar água! Senão me dizem onde há ouro, queimarei os rios e todos morrerão de sede!
O chefe bandeirante mandou vir aguardante, que mostrou aos índios:
— Aqui está um pouco de água. Pois vou queimá-la!
Pôs fogo ao álcool, e apareceram chamas azuladas. E êle, mostrando aquilo:
— Vejam! É água, mas eu posso queimá-la! Farei o mesmo com os rios...
Os índios ficaram apavorados. E gritavam:
— *Anhanguera, Anhanguera!*...
Estavam chamando o bandeirante, “Diabo Velho”.
Com razão, pensavam que êle fôsse um ente sobrenatural, um demônio.
E Bartolomeu ficou sendo, para sempre, Anhanguera.
Valeu-lhe a astúcia. Os índios foram mostrar-lhe as minas de outro. E Bartolomeu voltou a São Paulo cheio de riquezas (p. 36-37)¹²⁰

Esta narrativa revela o orgulho paulista diante das conquistas de sua gente e indica os caminhos pelos quais, durante anos, o mito do Anhanguera veio sendo contado não apenas para paulistas, mas também para os goianos, uma vez que o livro foi usado como material didático na cidade de Goiás¹²¹.

Outra narrativa em livro romanceado para crianças, mas também de cunho pedagógico, está inserida em obra da folclorista vilaboense Regina Lacerda (1981), *Histórias que o homem de bronze contou*. Na obra ficcional o homem de bronze — uma estátua do Anhanguera — narra a história goiana por meio de um diálogo entre o velho bandeirante paulista e os meninos goianos; entre o passado e o futuro¹²².

A estátua fora doada por estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), e encontra-se situada na Praça do Bandeirante, no cruzamento de duas grandes avenidas da capital Goiânia: a avenida Anhanguera e a avenida Goiás. Abaixo transcrevo um fragmento no qual o bandeirante relata para os meninos a estratégia do pai para chegar às minas de ouro e a suas próprias façanhas para fundar os arraiais:

Um dia meu pai perguntou às mulheres. Elas responderam que não sabiam. Noutra dia perguntou novamente aos homens. Eles diziam sempre que não sabiam. As mulheres

¹²⁰ Série Pátria Brasileira, Leitura IV. São Paulo: Edições Melhoramentos. 1950.

¹²¹ O livro me foi apresentado por Rita da Veiga Jardim (66 anos), uma senhora vilaboense, durante o trabalho de campo, quando soube que eu estava interessada nas narrativas sobre o Anhanguera. O livro pertence ao seu arquivo particular e foi usado por ela no ensino fundamental.

¹²² Lacerda, Regina. 1981. *Histórias que o homem de bronze contou*. São Paulo: Saraiva.

certa vez informaram que os homens é que traziam o ouro das pescarias. “Eles não querem mesmo contar”, pensou meu pai, “mas um dia acharemos todo esse ouro”. Ficava bem mais fácil se a gente já soubesse o lugar certo, para não perder tempo fuscando aqui e acolá.

Então meu pai inventou uma artimanha: “Nessa eu pego os índios, pensou ele. Não sei bem se ele inventou ou se aprendeu de alguém, mas o certo é que conseguiu obrigar os índios a mostrarem as minas de ouro.

— E o que foi então que ele fez? — Duca indagou curioso.

— Ele fez o seguinte: numa tarde, quando os índios estavam reunidos, já tinham voltado do mato e estavam conversando lá na língua deles, meu pai chamou a atenção de todos e pediu para olharem aquilo que ele ia fazer. Diante dos índios, despejou álcool num prato e pôs fogo. Eles ficaram espantados com as chamas, pois não conheciam álcool e pensaram que o fogo tinha saído da água pura. Ficaram todos muito assombrados e calaram-se.

“Vocês sabiam que eu sou capaz de queimar água? Se não quiserem mostrar onde está o outro, eu ponho fogo nos rios, queimo todas as águas e vocês todos irão morrer de sede”, ameaçou meu pai.

Os índios ficaram cheios de pavor e o pajé, o chefe da tribo, levantou-se no meio deles e gritou na língua indígena: “Anhanguera! Anhanguera!”. Apontando meu pai para os outros repetiu: “Anhanguera!”. E todos, em coro, imediatamente gritaram: “Anhanguera! Anhanguera!”.

Assim, amedrontados, os índios mostraram as grupiarias a meu pai, e, daí em diante, o nome dele para os índios ficou sendo Anhanguera.

[...]

Cerca de quarenta anos mais tarde, eu estava de volta a Goiás [...].

Saímos então de São Paulo para fazermos a mesma viagem a Goiás, como antigamente. Foram as mesmas dificuldades: fome, doenças, enfrentar índios, bichos do mato, mas a gente não podia desanimar; um dia a gente encontraria as minas tão sonhadas. [...]

Continuamos viajando e finalmente chegamos a um lugar que eu já conhecia: era o território dos índios Goiás. [...] No meio dos índios ainda havia aqueles mais velhos, que se lembravam de nós e contavam histórias da valentia do meu pai, o velho Anhanguera. [...] os índios então ficaram me chamando também de “Anhanguera”.

— Ah! Então você é o Anhanguera Dois? — Duca ficou vibrando com a descoberta.

— Sim, sou Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o segundo Anhanguera, vocês não sabiam? [...] Voltamos para São Paulo. Mas no ano seguinte, retornei para explorar as minas, com autorização do rei. [...] Vim e trouxe comigo minha família [...].

— Você é herói de verdade, Anhanguera! — exclamou Duca.

[...]

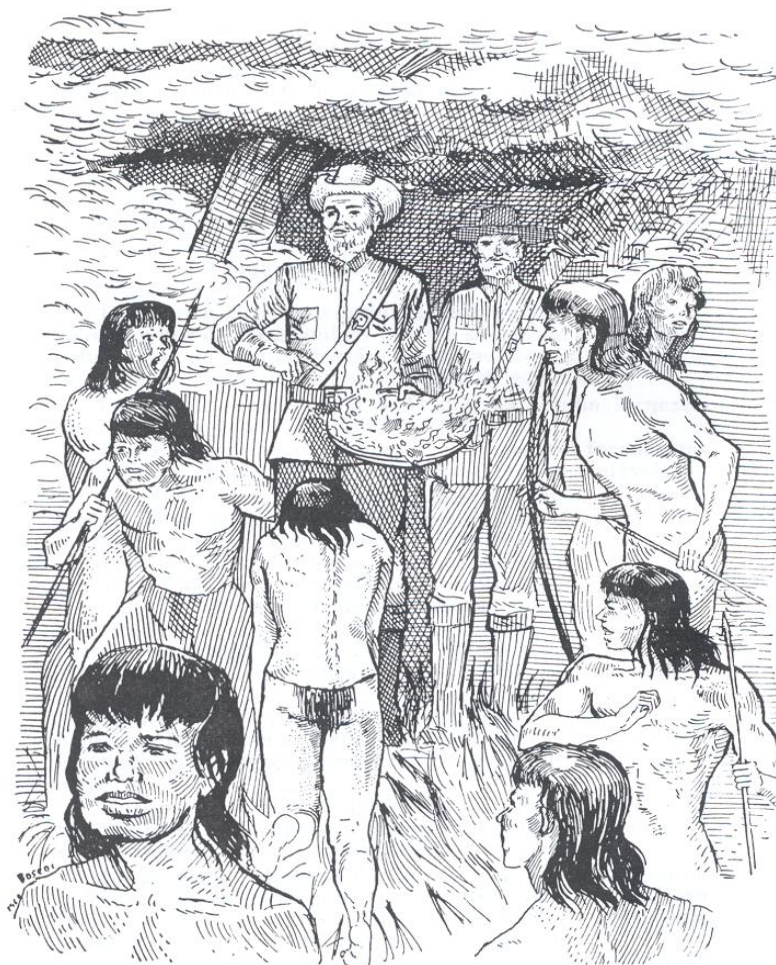
— E você, Anhanguera, quantos arraiais fundou? — perguntou Fábio, despertando o interesse da turma. [...]

— Eu fundei vários arraiais que foram os primeiros a surgir em Goiás: Ouro Fino, que já acabou; o Ferreiro, perto da cidade de Goiás, que não acabou ainda; e também os arraiais da Barra e o de Santana (Lacerda, 1981, 30-39).

Regina Lacerda ressalta seu objetivo com relação à divulgação do livro: *Este livro tem a pretensão de levar às crianças e aos jovens ligeiras informações sobre a História de Goiás. E completa dizendo que se ele for capaz de despertar no goiano de amanhã o amor à terra e o respeito ao seu passado ela estará gratificada* (1981, contracapa). A fala da folclorista é indicadora do quanto a figura do bandeirante e, especificamente, do Anhanguera, é crucial para a construção da identidade coletiva.

No diálogo os meninos curiosos perguntam e, ao bandeirante paulista, cabe a resposta; a autoridade de ser o contador das histórias, o narrador dos fatos. Após ouvirem capítulo a capítulo a história de Goiás de mais de dois séculos, um dos meninos agradece ao Anhanguera por tudo o que ele ensinou e ainda “pela terra que conquistou para nossos avós, para nossos pais e para nossos futuros filhos e netos”. Após um “Salve o nosso super-herói!”, um dos garotos recita a poesia “O descobrimento”, de Bernardo Elis.

A narrativa de Regina Lacerda silencia sobre diversas ações e situações que constam do relato de Silva e Souza; com destaque para as omissões quanto às relações dos emboabas com o Anhanguera. Não apenas neste relato, mas também em vários outros (bem mais resumidos), reproduzidos em linguagem coloquial, em situações informais, há ausência da relação e dos conflitos entre reinóis e paulistas.



Cena que representa Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, conquistando os selvicolas, de Goiás, através do famoso episódio em que o ilustre bandeirante teria incendiado uma porção de aguardente para impressionar os índios

Assim é que o mito, na sua forma contemporânea mais divulgada, narra apenas a relação Anhanguera / índios. Silva e Souza conforme já apresentado, avaliou que o que restou ao Anhanguera como ato fundacional foi menos sua autoridade, perdida pela instalação da administração reinol, e mais o seu estratagema (apud Teles,1989). No decorrer de mais de dois séculos alguns fatos históricos foram sendo silenciados, enquanto outros (alguns inclusive sem evidências históricas) ganharam realce. É o caso do episódio da bateia em chamas, que passou a ser, no último século, o cerne da narrativa mítica; se constituindo na imagem mais retratada do herói mítico; conforme se pode observar em ilustração (página anterior), que consta do livro de Americano do Brasil (1961).

A legenda colabora igualmente para retratar uma imagem positiva do herói mítico dos sertões de Goiás. Observe-se que na legenda o *ilustre bandeirante* não é apresentado como quem “engana” os índios, mas como quem os teria impressionado.

As ilustrações que pude observar colocam o Anhanguera sempre em posição ativa e ameaçadora, cercado de outros bandeirantes e de índios; estes, em posição subalterna. A ação representada é sempre a do episódio da bateia pegando fogo. Os índios são retratados com expressões de estupor e pavor. Outra ilustração, apresentada no livro (já anteriormente referido) de Regina Lacerda (1981), reproduz a memória coletiva da fundação de Goiás.



Fonte: Lacerda, 1981, p.25

Mais recentemente, Souza (2006) abordou o mito do Anhanguera para interpretar o fenômeno da violência no estado de Goiás. Fugiu a autora do círculo vicioso ao afirmar ser “inútil tentar perceber se a lenda do Anhanguera foi um mito original indígena ou uma invenção dos primeiros colonizadores” (p. 47). O interesse reside no fato de que a narrativa mítica não apenas “oculta a descoberta acidental”, mas, sobretudo “constrói a idéia de fundação” (p. 48).

Fazendo analogia com o mito de fundação de Roma, referenciando-se a Arendt, Souza ressalta o fato de que o “esforço de fundação de Roma será sempre lembrado e expandido pela autoridade”. Já a memória da fundação em Goiás enfatiza e registra “o ardil para retirada do ouro”, ao invés de “afirmar e expandir a tradição” (p. 49). O argumento da autora se baseia no fato de que a “ideologia dos tempos heróicos” compreendeu curto período de tempo, apenas o período de 1722 a 1740; seguida da “ideologia da administração colonial”.

As tensões e animosidades entre Bartolomeu Bueno da Silva, os emboabas e a Coroa Portuguesa, seguidas da perda de autoridade e capital econômico foram, conforme já vimos, obnubiladas na narrativa mítica. Restaria, pois como ato fundacional, ao mito do Anhanguera, o estratagema de Bartolomeu, considerado por Souza (2006) como “o início em Goiás da violência estrutural” (p. 49).

A autora avalia que ao enganar os índios, o que fez Bartolomeu foi evitar a “violência efetiva da dizimação indígena — que seria feita ao longo do processo de ocupação — e permitiu transplantar para o novo território, já no ato fundador, o imaginário brasileiro do país pacífico, avesso à violência, cujo povo resolve seus conflitos com astúcia e malícia” (2006, p. 51).

Ao refletir sobre a cidade de Goiás em comparação com Goiânia, Lima Filho (2003), entende que a primeira nasce “como produto social de uma barbárie” em contraposição à modernidade, pelo fato de que “a edificação de uma cidade, só é possível porque a violência mesmo que simbólica se instaura como pré-requisito básico” (p. 453). Indica o autor a característica ambígua de Bartolomeu Bueno da Silva, que engana o índio (a alteridade) que é “parte dele mesmo”. Assim, “Goiás nasce de uma negação de si mesma, para permitir a chegada de alteridades outras”, ficando assim destinados os goianos “a sempre reviver a ferida da negação de si mesmo, da traição da genuinidade” e destinados à empreita da modernidade “por uma quase fatalidade colonial” (p. 454).

Bandeirantes (mamelucos) e filhos da terra (índios), vítimas das contradições do sistema colonial são partes igualmente fundadoras presentes no toponímico da Villa Boa de Goyaz, até 1818. Com a elevação da vila à cidade, a administração colonial subtrai a parte do toponímico referente ao Bueno (Saint-Hilaire, 1975). A Vila Boa de Goiás passa a ser cidade de Goiás, fato que é interpretado pelo viajante francês como a prova da recusa em se manter a homenagem ao descobridor (1975, 49).

Lévi-Strauss afirma que “a relação entre o mito e o real é inegável, mas não sob a forma de uma re-presentação”; o que importa na narrativa mítica é a natureza dialética da relação entre o mito e o real, pois que as “instituições descritas nos mitos podem ser o inverso das instituições reais” (1989, p. 1882). Se historicamente subtraiu-se o Bartolomeu Bueno da Silva do toponímico, obnubilando a sua importância para a fundação e povoamento dos arraiais de Goiás, o mesmo não aconteceu nas narrativas míticas. O lugar de destaque continuou sendo o do Anhanguera, pois é dele o papel do pai fundador; sendo o papel do índio apenas o de coadjuvante e o dos emboabas inexistente nas narrativas míticas contemporâneas mais popularizadas.

Esta interpretação do mito fundador que glorifica o bandeirante Anhanguera pode ser analisada com base no argumento de Ramos (1990), que ao se deter no imaginário criado no contexto do indigenismo no Brasil, enfatizou que os povos indígenas são úteis não apenas por causa de sua mão de obra ou de suas terras, mas porque “provide a convenient reflector for the self-contemplation of the whites as superior men” (Ramos, 1990, p. 4). Assim, “otherness serves the purpose of defining the contours of a positive identity for the dominant population” (p. 4). A análise de Ramos (1990) auxilia a fundamentar a idéia de que a interpretação hegemônica do mito de origem de Goiás tem suas bases fundadas no imaginário que tem sido criado no contexto do indigenismo até os dias atuais.

No caso dos emboabas, a alteridade dada pela presença dos índios foi mediada pelo bandeirante. Anhanguera não era branco; era mameluco. Era constituído por uma ambigüidade gerada pela miscigenação — fenômeno social constitutivo das bandeiras¹²³. Na construção da diferença, base da ordem simbólica da cultura, a

¹²³ Aqueles que viviam na colônia eram divididos entre colonos e nativos. Os primeiros colonos aqui chegados logo “reconheceram a importância fundamental das guerras nas relações inter-tribais” e perceberam o quanto o seu envolvimento com as guerras intestinas lhes seria útil (Monteiro, 1999, 29). As alianças entre portugueses e índios além de garantirem a dominação e exploração da população nativa, proporcionariam também “um suprimento de mão-de-obra cativa para os eventuais empreendimentos coloniais” (Monteiro, 1999, p. 29). Caso paradigmático é o de João Ramalho, que estabelecido no Planalto

ambigüidade do bandeirante permitiu a mediação entre portugueses e índios; entre civilização e selvageria. O Anhanguera serviu à empresa colonizadora dos portugueses, por tempo determinado. Desbravados os sertões, cativos os índios, iniciada a empresa mineradora repudiam-se o ambíguo; são-lhe tirados os poderes e as chances de fortuna. O mesmo Anhanguera, preterido e vitimado pelo sistema colonial é, no mito, alçado a herói: o pai fundador de Goiás.

Se o descobrimento de Goiás não pode ser atribuído a nenhum dos dois Anhangueras — uma vez que antes deles outros bandeirantes já haviam penetrado o solo de Goiás — atribui-se recorrentemente ao Anhanguera filho a fundação do Arraial, que é o germen da futura vila, cidade, capital e patrimônio mundial. O mito, enquanto uma narrativa que “relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’” (Eliade 1998, 11), no caso do Anhanguera, funde o pai e o filho em um único herói (Tamaso, 2001).

Nas narrativas míticas mais antigas, o primeiro momento, é aquele no qual o Anhanguera pai encontra o ouro, em decorrência do encontro que tem com o índio — encontro que dá origem ao povo goiano, não somente mameluco, não somente indígena (*goiá*). No segundo momento, Anhanguera filho funda o arraial; embrião da cidade e do estado de Goiás. Anhanguera pai representa o herói do mito de origem do povo goiano. Anhanguera filho, o herói do mito fundador.

Nas narrativas míticas contemporâneas, pai e filho se confundem no imaginário popular. Anhanguera, indiscriminadamente, passa a ser aquele que encontrou ouro, *enganou* os índios e fundou a cidade. O mito de origem desdobrado em dois momentos e em dois heróis (pai e filho) é fundido em um único herói, o Anhanguera. Uma só família, um só mito, um só herói (Tamaso, 2001).

A figura do bandeirante e seus principais símbolos compõem ainda hoje o cenário da vida cotidiana do estado e da cidade de Goiás. Fazem referência ao Anhanguera e, mais especificamente, ao episódio do fogo queimando na bateia.

O brasão do Estado de Goiás, de 1919, apresenta na sua parte inferior a bateia em chamas ¹²⁴. O bandeirante é personagem principal também das duas primeiras

de Piratininga, tomou como concubina Bartira, a filha do chefe indígena Tupiniquim Tibiriçá. João Ramalho é considerado por Morse (1965) como “the ancestor of their mestizo breed” (p. 7).

¹²⁴ As armas de Goiás foram adotadas em 30 de julho de 1919 (Lei nº 650), no Governo de João Alves de Castro. São de autoria Luiz Gaudie Fleury. Um escudo em forma de coração representa o Estado de Goiás. Um boi, ramos de café, fumo, arroz e cana, representam as riquezas da região. Os rios, ilha e bacias também estão representados respectivamente pelo cometa de Biela e pelos anéis horizontais e verticais. Um losango indica a riqueza mineral. Embaixo do coração está o prato em chamas.

estrofes do Hino do Estado de Goiás que ficou em sanção até 2003; e do Hino, em vigor desde 2003¹²⁵. Neste, há referência ao “estratagema”. Na cidade de Goiás, a bandeira traz o desenho da Cruz do Anhanguera.



Bandeira do Município de Goiás
Foto: Izabela Tamaso (2001)



Brasão do Estado de Goiás

HINO DO ESTADO DE GOIÁS
Letra: Antônio Eusébio de Abreu
Música: Custódio Fernandes Goes

No coração do Brasil,
Domínio da primavera,
Se estende a terra goiana,
Que nos legou Anhanguera.

O bandeirante, atrevido,
Desbravador do sertão,
em cada pedra abalada,
Deixou da audácia um padrão
[...]

1919-2003

HINO DO ESTADO DE GOIÁS
Letra: José Mendonça Teles
Música: Joaquim Jayme

Santuário da Serra Dourada
Natureza dormindo no céu
Anhanguera, malícia e magia,
Bota fogo nas águas do rio.

Vermelho, de ouro assustado,
Foge o índio na sua canoa.
Anhanguera bateia o tempo:
— Levanta, arraial Vila Boa!
[...]

2003 -

Além dos símbolos oficiais, também ruas, bairros, praças e cidades levam o nome de *Anhanguera*. Igualmente, são muitas as pequenas e grandes empresas privadas com essa denominação. As imagens do bandeirante com tabuço, gibão e chapéu são incontáveis. Estão no cotidiano do goiano, do goianiense e, principalmente, do vilaboense. A representação do bandeirante é crucial para o goiano de maneira geral e para o vilaboense de modo especial.

¹²⁵ Também no brasão da cidade de Goiânia o Anhanguera está representado por uma típica figura bandeirante.

Tais representações foram particularmente importantes quando da transferência da capital para Goiânia. As matérias de jornais escritas pelos antimudancistas¹²⁶ são evidências da relação entre identidade coletiva e mito do Anhanguera. Como reação à perda do estatuto de capital eles acionaram o tempo primordial:

E o êxodo começou: foi-se a Polícia Militar; foi-se o Tribunal de Justiça; o Liceo não ficou atrás da Escola Normal: foram juntos. Restavam o Correio e Telegraphos e a Delegacia Fiscal. Foram-se também. Nada, parece, ficou. [...] E tudo se foi. Foi-se? Não. Alguma coisa ficou, alguma coisa que era muito; ficou o substrato de um povo herdeiro de ousados bandeirantes, que não poderia succumbir ao sopro de um revés¹²⁷. [grifos meus]

E manteve-se e venceu porque os seus filhos guardaram através dos tempos, a fibra indomável da vontade de bandeirante, daqueles paulistas de ferro que sabiam fazer da terra conquistada a sua própria terra, sem entretanto esquecer um instante só o torrão natal¹²⁸. [grifos meus]

É o tempo do princípio que legitima a diferença originária da cidade de Goiás. Na luta pela manutenção dos aspectos identitários, sociais, econômicos, políticos e religiosos, os vilaboenses retornam aos bandeirantes, pais fundadores, para reagir ao ato de destituição da capital; de des-fundação. O tema da mudança da capital será desenvolvido no próximo capítulo.

Mas como os significados mudam historicamente, não sendo nunca finalmente fixados (Hall, 2001), outra interpretação do mito surgiria em fins da década de 60, estimulada, sobretudo, pela Igreja Progressista ou Teologia da Libertação — também chamada de Igreja do Evangelho¹²⁹ — cujas ações em Goiás foram lideradas por Bispo Dom Tomás Balduino¹³⁰.

Nessa nova interpretação do mito fundador, Anhanguera, de herói passa a algoz, assassino e covarde. Os componentes tradicionais do mito são então reorganizados em função de uma nova circunstância, ao mesmo tempo em que novos componentes são trazidos à luz da tradição. Ao invés de focar a ação do protagonista no descobrimento, fundação e povoamento do Estado, a nova interpretação incide o foco para a ação de espoliação e extermínio.

¹²⁶ Chamam de *anti-mudancistas* os vilaboenses que se colocaram contrários à mudança da capital. Os favoráveis são referidos como *mudancistas*. Estas categorias serão explicitadas no capítulo 3.

¹²⁷ Luiz do Couto, “Tudo Passa”, *Cidade de Goiás*, Ano III, nº 100, Goiás, 10 de novembro de 1940, p. 1.

¹²⁸ Othon Nascimento, “26 de Julho”, *A Razão*, Ano II, nº 42, Goyaz, 25 de julho de 1937, p. 3.

¹²⁹ A esse respeito conferir Moura (1989) e Pessoa (1990).

¹³⁰ D. Tomás Balduino assume o bispado de Goiás em 11.12.1967, permanecendo até 09.02.1999.

O mito passa a ser interpretado de forma que o índio é apresentado como vítima¹³¹. No entanto, ele permanece como ator coadjuvante. Porque é agente da ação de espoliação e extermínio, o bandeirante continua sendo protagonista. Apenas iluminou-se outra ação por ele praticada e em decorrência disso, apenas se lhe inverteu a adjetivação: de herói a algoz.

O índio — aquele oposto binário presente como “espelho” para auto-identificação do homem branco (Ramos, 1990), por meio da mediação operada pelo mameluco — surge novamente como coadjuvante. O Anhanguera é personagem principal do violento processo de povoamento e colonização empreendido na região de Goiás. Então alguns tentarão destituir-lhe de seus feitos heróicos e bravos, para manter os olhares nos feitos desumanos e reprováveis. Para isso havia que se fundar a descoberta e povoamento de Goiás em outros que não os paulistas:

Já é chegada a hora de mostrar que Goiás foi colonizado, muito antes da chegada dos paulistas, pelos baianos e gentes do Maranhão e do então Grão Pará. Os paulistas foram reconhecidos predadores; o Anhanguera, especialmente, era sobejamente desonesto e mau¹³².

É, sobretudo, por via dos símbolos que as polissemias se apresentam mais fortemente. A partir de meados do século XX, dois símbolos do bandeirante paulista se constituíram em alvo das novas interpretações: a Cruz do Anhanguera colocada na cidade de Goiás em 1918 e a estátua do bandeirante Anhanguera, instalada em Goiânia, por ocasião de sua fundação.

Os debates em torno da Cruz do Anhanguera serão interpretados na Parte III desta tese. Para o momento, cabe apenas um exemplo de como a Cruz foi tomada como a representação do extermínio e da espoliação:

A cruz se tornou íntima com a arma; passa a ser símbolo de destruição de índios, de roubo de ouro, de espoliação, de morte e não símbolo de vida. A figura do bandeirante é sempre aquela figura que vai à procura do ouro, da riqueza, do poder. E para atingir seus objetivos é importante que ele destrua valores culturais, vida humana, os índios, escravize as pessoas¹³³.

¹³¹ Quando fazem relatos de espoliação, abusos e violências os membros e adeptos da Igreja do Evangelho também se referem, em contexto histórico diferente, aos negros.

¹³² Luiz Fernando Valladares, “Tribuna de Goiás”, que tinha como Redator Chefe S. Povoá. Sem mais referências. Arquivo da Fundação Frei Simão.

¹³³ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

Uma poesia intitulada “Bandeira Macabra”, datada de 1947, tem como tema a estátua do bandeirante e é reveladora da inversão de significado processada nas narrativas míticas:

Arranquem o Bandeirante!
Levem-no para o matadouro!
E como produto de sua carne de bronze barato
Matem a fome dos mendigos que pululam na Av. Anhanguera
O resto? — não sobra resto, o que sobram são bocas
Escancaradas de dentes amarelos, que a fome secou os lábios,
Mande-no espetado na ponta de um chuço
Aos acadêmicos de sua terra!
Dependurem-no à entrada do salão nobre do “XI de Agosto”.
Deixem o sangue escorrer, sujar o mármore, o tapete,
Cair aos pedaços nauseabndos, num brado de revolta,
De pranto, de dor.
“Sou um pedaço roubado à fome dos seus irmãos,
que homens desta terra, espalharam noutras terras,
levados pela ambição!
Nunca houvesse “bandeirante”, jamais seria preciso me
retalharem o açogue da fome, porque os seus homens
levaram o mal desta terra, o mal do mundo civilizado,
para os domínios dos índios goiá!”
Retirem o Bandeirante!
Desentulhem a Avenida!
E já que suas carnes não matam a fome do mundo,
Fique livre o trânsito para o desfile macabro da miséria,
E sirva seu pedestal de “ponto” àquele mendigo
Que encontrou os outros lugares ocupados. (p. 380).¹³⁴

A poesia destaca a outra face do herói do mito fundador. Jornais do fim da década de 60 indicam que a nova interpretação ganhava força. Observem-se as manchetes: “O gentio oferece virgens em sinais de amizade e o Anhanguera fica com todas”, ou “Bartolomeu não gostava dos Emboabas, por isso não queria fazer a resenha”, ou “No primeiro combate com os gentios, Bueno mostrou que era covarde”¹³⁵. Ressalte-se que mesmo as narrativas que apontam os caracteres negativos do Anhanguera, situam-no como personagem principal. Um colunista social de um jornal de Goiânia revelou que gostaria de ser prefeito de Goiânia para dentre outras coisas: “Retirar a estátua do Bartolomeu Bueno da Silva da Praça do Bandeirante, em represália

¹³⁴ Poesia de autoria de Casimiro Lima, publicada em Teles, Gilberto Mendonça. 1983. *A Poesia em Goiás*. Goiânia: UFG.

¹³⁵ Respectivamente:

Sebastião Pova, Tribuna de Goiás, 08 de junho de 1968, p. 04

Sebastião Pova, Tribuna de Goiás, 25 de maio de 1968, p. 11

Sebastião Pova, Tribuna de Goiás, 01 de junho de 1968, p. 11.

a sua invasão ao Estado de Goiás, roubando nosso ouro, matando nossos índios e comendo as pobres e infelizes indiazinhas”¹³⁶.

Durante o II FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental), no ano de 2000, uma publicação institucional do Governo do Estado de Goiás foi distribuída aos participantes. Trazia uma foto da estátua do bandeirante, já referida anteriormente, com a seguinte legenda: *Este homem ameaçou incendiar os rios caso não lhe dessem todo o ouro da terra*¹³⁷. Sem nome próprio, a estátua representa o *homem que ameaçou* alguém. Mas o sujeito da ameaça, que é o índio, está oculto. Mesmo quando a narrativa inverte a adjetivação de herói para algoz, os índios continuam sendo coadjuvantes da saga bandeirista.

Na cidade de Goiás, a luta pela interpretação mais legítima do mito do Anhanguera alcançará seu clímax, por ocasião da enchente do Rio Vermelho no ano de 2001; quando então um grupo de autoridades religiosas requereu das autoridades civis que não reconstituíssem a Cruz do Anhanguera, símbolo da cidade, destruído pela força das águas. Nesta luta pelo passado, o futuro da cidade — *patrimônio mundial* — foi trazido para referendar uma das interpretações. A Cruz presente na cidade quando da conquista do título de patrimônio mundial, lá deveria ficar; caso contrário correr-se-ia o risco de perda do título. Habilmente o título foi acionado pela elite cultural como argumento de permanência da Cruz e, indiretamente, como prova da hegemonia de sua interpretação do mito fundador.

Contudo, a espoliação originária de ouro e o extermínio indígena permanecerão no imaginário local, que recorrentemente falará sobre perdas, roubos, apropriações. José Filho Costa, diretor do Palácio Conde dos Arcos (museu) faz referência direta ao tema: *a cidade em torno... assim... seu patrimônio... Goiás perdeu. Você vê o tanto de ouro que foi retirado de nós! As nossas igrejas não são pomposas igual das Minas Gerais, Vila Rica, Bahia. O museu, que é uma igreja que nós temos um pouquinho de ouro, pouquíssimo, é o Museu de Arte Sacra*¹³⁸. Nesta narrativa também os índios estão ausentes, pois o ouro foi retirado de um *nós*, que não se reconhece nem no bandeirante, nem no paulista, nem nos índios. A quem se referem os goianos quando falam de um *nós*?

¹³⁶ Luis Augusto Pampinha, Coluna Geléia Geral, *O Diário da Manhã*, Goiânia, 21 de julho de 2006.

¹³⁷ “Política Ambiental do Governo de Goiás: desenvolvimento sustentável e cidadania. II FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Goiás / Brasil)”, Governo de Goiás / Agência Ambiental / II FICA, 1999, s/p.

¹³⁸ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

Importa agora compreender em que consistem as outras perdas — de poder político, de bens móveis, do estatuto de capital, de domínio, de território, de população, de tradições, de relíquias — como elas foram sendo superadas no decorrer do processo histórico e de que maneira elas se relacionam e subsidiam a construção da cidade patrimonial.

CAPÍTULO 3

A GRANDE ESPOLIAÇÃO: A PERDA DA CAPITAL

Não sei se devemos deplorar o absurdo ou nos alegrarmos com ele: o governo decidira esquecer Goiás, seus campos, suas ladeiras e sua graça antiquada. Tudo aquilo era pequeno demais, velho demais. Precisava-se de uma tábua rasa para fundar o gigantesco empreendimento com que se sonhava.

(Claude Lévi-Strauss, 1996, p. 117)¹³⁹

Não havia nada de inédito na idéia da mudança da capital. Repetidas vezes do decurso histórico, conforme aponta Chaul (1988), a idéia foi aventada. Já em 1754, o Governador Conde dos Arcos “observava ao soberano português a deficiência climática e as difíceis comunicações de Vila-Boa, sugerindo a mudança da capital para Meia-Ponte (atual Pirenópolis)” (Chaul, 1988, p. 65). Não cessaram as especulações que versavam, em especial, sobre a tipologia do sítio, problemas e limitações relativos ao clima, ao abastecimento de água, à rede de esgoto e ao tipo de habitações. A idéia da transferência da capital finalmente atingiu seu ápice, em 1932, como “estratégia de poder de Pedro Ludovico para consolidar sua força política” (Chaul, 1988, p. 16).

Além dos argumentos anteriormente especulados (sítio, clima, abastecimento, água, rede de esgoto e habitações) Pedro Ludovico Teixeira se baseou também na “decadência invencível da cidade de Goiás” atestada pelo “seu índice de construções” (apud Chaul, 1988, p. 78). Afirmou que “enquanto a população do Estado duplicava nas três primeiras décadas do século, a população de Goiás diminuía nuns vinte por cento: de centro urbano relativamente importante nos últimos dias da Colônia, passara a ser uma cidade insignificante” (apud Chaul, 1988, p. 78).

Um relatório publicado por Pedro Ludovico Teixeira, justificando a mudança da capital apresentava dados relativos ao espaço urbano: Entre 1890 e 1914 não se

¹³⁹ A primeira publicação de *Tristes Trópicos* data de 1955.

construiu mais do que uma casa por ano e, entre 1914 e 1932, não passou de uma e meia casa. Mas assinalava que “as derroídas pelo tempo reduzem a zero o índice de construções”. Pedro Ludovico declarava que a Velha Capital era responsável pelo atraso do estado, dada sua situação desfavorável (apud Chaul, 1997, p. 78). A argumentação engendrada por Pedro Ludovico Teixeira baseava-se, sobretudo, no “saber médico”. Goiás foi “examinado como a um doente”: saneamento urbano e rural, sistema educacional, a viação, justiça etc. (Campos, 1980, p. 30).

Contra o argumento dos *antimudancistas* de remodelação da cidade, Pedro Ludovico era convicto em afirmar que

entre inverter os recursos do povo na remodelação impossível de uma cidade velha e inafeiçãoável às conquistas e às utilidades da vida moderna e aplicá-los na construção de uma capital nova, que seja verdadeira metrópole de seu progresso — a lógica, o senso das realidades, o interesse comum e o futuro do Estado gritam ao administrador bem intencionado qual a solução que lhe cumpre adotar. Aí não cabe nenhuma hesitação (p. 79).

Os ataques empreendidos contra a cidade de Goiás não diziam respeito apenas aos aspectos decadentes da cidade; visavam o centro do poder da oligarquia representada, sobretudo, pela família Caiado. Goiás era a “pedra no pé de Pedro” (Chaul, 2000, p. 289). Campos destacou que nos discursos de Pedro Ludovico, durante o processo da mudança da capital, não há uma menção sequer do interventor sobre a questão política (1980, p. 36). Contudo, o próprio Pedro Ludovico Teixeira, em relatório encaminhado para o então Presidente Getúlio Vargas confessa, “fazendo justiça, à velha Goiás, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana. Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente para que lhe cerceasse o privilégio de que usufruía” (apud Chaul, p. 77).

A idéia de “progresso”, segundo Chaul (1988), “mola mestra da ideologia de então [...] serviu como alicerce para Goiânia”, que significando “o progresso geral, seria também o coroamento dos ideais de expansão do governo Vargas, através da Marcha para o Oeste” (p. 81) ¹⁴⁰. Por trás da ideologia de progresso, estavam as aspirações de uma oligarquia dissidente. Goiânia era símbolo da unificação das oligarquias do Sul e Sudoeste do estado ¹⁴¹.

¹⁴⁰ Sobre a Marcha para o Oeste conferir Lima Filho (1998)

¹⁴¹ Sobre diretrizes político e econômicas da transferência da capital, conferir Chaul (1988), Campos (1980).

A mudança da capital não tinha o apoio da maioria da população vilaboense. Na antiga capital o temor pelo prejuízo econômico proveniente da desvalorização das propriedades (fazendas, comércio, etc.) abalava tanto grandes fazendeiros, quanto pequenos comerciantes e funcionários públicos. O revelado temor do prejuízo econômico obnubilava o fator simbólico: a mudança da capital abalava a relação da cidade com todo o estado. A cidade de Goiás perderia o seu maior valor simbólico que era o de ser a capital.

Com a vitória nas eleições à Constituinte em 03 de maio de 1933, Pedro Ludovico pode dar encaminhamento à sua idéia, “exercendo [assim] um certo ‘monopólio da mediação’” entre o regional e o nacional (Moura, 2001, 188). Em 18 de maio, o decreto nº. 3.359, que aprovava a escolha do local em que seria construída a nova capital, surpreendeu os vilaboenses (conferir Anexo I - Cronologia do Processo de Mudança). O jornalista Jaime Câmara (1973), residente na cidade de Goiás à época, narra o sentimento que assolou a cidade:

A cidade traumatizou-se, sentiu-se chocada e ferida em seus melindres, assim como se houvessem destruído algum de seus monumentos históricos ou que alguma de suas ruas antigas se visse destruída pela fúria de um abalo sísmico. Os que não sentiram um nó na garganta — emocionando-se até as lágrimas — protestaram em altos brados, discutindo em plena via pública, sentindo-se roubados ou atingidos no mais fundo de sua alma. Aquele povo habitante de uma cidade bicentenária — e que por isso mesmo guardava com veneração as relíquias de considerável acervo de tradições, de lembranças — não aceitaria facilmente uma interrupção na soberania da cidade, fadada, a partir daquele instante, a se constituir em caudal tributária dentro das normas atinentes à organização política do Estado. (p. 65) [grifos meus]

A constatação de que Goiás perderia o seu estatuto de capital e se transformaria em “caudal tributária”, se torna ainda mais agravada quando a cidade em questão se sentia portadora de “reliquias de considerável acervo de tradições”. Ressalte-se a analogia da notícia da escolha do local para a nova capital com a destruição de “algum de seus monumentos históricos e de suas ruas antigas [...] pela fúria de um abalo sísmico”. Jaime Câmara já havia captado naquela época o que era o sentimento de perda que sempre esteve presente no imaginário vilaboense. A perda sempre referida não estaria ligada a qualquer bem, a quaisquer valores. Mas àqueles que eram os bens mais caros ao vilaboense: a tradição, a soberania, o berço da cultura, as relíquias, os monumentos, as ruas antigas. Mal sabia Câmara que, muito tempo depois, um “abalo” não sísmico, mas fluvial, realmente destruiria ruas e casas às margens do Rio Vermelho,

ocasionando mais uma perda. À enchente de 2001 coube o papel de cumprir a analogia prefigurada por Câmara.

A resistência popular se colocava como incansavelmente contra: “lavadeiras, trabalhadores, comerciantes, industriais, funcionários públicos, todos tomavam partido, a maioria negando a necessidade da mudança e provando por A mais B, que a cidade de Goiás oferecia condições para uma grande Capital” (Câmara 1973, p. 166).

O ex-governador do estado de Goiás e filho de Pedro Ludovico Teixeira, Mauro Borges¹⁴², conta como sua avó, vilaboense e residente na cidade de Goiás, viveu os anos em que se processava a mudança:

*A minha avó... era muito interessante a vovó Josefina, a mãe do meu pai... ela disse que antes de mudar a capital pra Goiânia, quando a cidade ainda estava lá em Goiás... mas já se falava na mudança... nas providências da mudança... as amigas dela iam pedir a ela, Josefina, chamada de Zefina, pra falar com Nhonhô... Nhonhô era meu pai... todo mundo lá tinha apelido, ninguém deixava de ter apelido... pra não mudar a capital. Aí o meu pai explicava pra ela que precisava mudar por isso, isso... as razões... que lá não tinha condições... a posição era mal colocada geograficamente e mesmo topograficamente e que não podia continuar ali, era muito difícil o progresso ali... mas que devia ser preservada, a cidade, pelas suas tradições.*¹⁴³

Mauro Borges é condescendente para com a memória do pai. Os dados históricos e, sobretudo, a memória coletiva contestam a afirmação que Pedro fazia à sua mãe. Para a memória coletiva local não agiu Pedro Ludovico de forma a preservar a cidade, mas paradoxalmente ela foi preservada, porque assim o quiseram os vilaboenses.

Inconformados, um grupo de vilaboenses decide fundar o *Comitê Pró-Goiás*, visando defender a cidade e suas tradições (Câmara, 1973). Fato que não sensibilizava o novo governo, dadas suas bases autoritárias, que independia do voto e da opinião dos eleitores, ao qual interessava antes deslocar a capital para desvinculá-la das oligarquias vilaboenses (Chaul, 1988). No “plano interno”, a identidade dos goianos se definia entre mudancistas e antimudancistas, “rótulos classificatórios, significando, respectivamente, progressistas e retrógrados” (Vidal e Souza, 1994, 8-9).

¹⁴²Moura (2001) interpreta o motivo pelo qual o filho de Pedro Ludovico Teixeira, Mauro Borges tenha usado o “sobrenome da família da mãe, composta de fazendeiros e políticos ‘tradicionais’ do estado de Goiás e não o nome do pai, que invocaria seu carisma individual. Segundo Moura, “a utilização do nome Borges, ao mesmo tempo em que diferencia pai e filho, liga o filho à ‘elite antiga’ do estado de Goiás” (2001, p. 194).

¹⁴³Entrevista concedida à autora em 2003.

A instalação do *Comitê Pró-Goiás* foi solene e teve como principal orador Luiz do Couto, a quem coube esclarecer que o “Comitê fora constituído com a finalidade de combater o bom combate e abrir-se à adesão dos goianos amantes de sua terra, aceitando a colaboração de todos sem distinção de partidos” (apud Câmara, 1973, p. 208).¹⁴⁴

Chamo atenção para a mobilização no âmbito local para a fundação do *Comitê Pró-Goiás*. Não obstante não terem alcançado o objetivo de defender a cidade, tanto a ação da elite cultural e política de se unir em torno de uma causa, que interessava à maioria, quanto o nome dado ao *Comitê*, não são exclusivos deste período. Muitas décadas depois, a elite cultural que se mobilizará em torno à candidatura ao título de “patrimônio mundial” fundará uma ONG intitulada *Movimento Pró-Cidade de Goiás*. As ações *pró* cidade de Goiás — para manter a capital, para minimizar suas perdas quando da transferência definitiva para Goiânia ou para conquistar o título de “patrimônio mundial” — são similares, tanto na composição dos membros, quanto nas denominações. *Comitê Pró-Goiás e Movimento Pró-Cidade de Goiás* são criados a fim de proteger a cidade de ações deletérias e impulsionar Goiás a conquistas consideradas benéficas.

Em 18 de setembro de 1933, o decreto nº 3.801, que criava o município de Goiânia, vinha agitar mais os ânimos. O decreto aprovou o local onde seria edificada a nova capital e ainda determinou o prazo de dois anos para a “transferência definitiva da sede do governo”. Segundo Câmara (1973) o decreto gerou uma “confusão psicológica” nos vilaboenses, que preferiam pensar que “a Capital jamais se mudaria de Goiás; Pedro era um louco, um visionário; o decreto era simples capricho”. O fato é que “gente enfim de todas as classes sociais [...] perguntavam, angustiadamente: que vai ser de Goiás, se houver a mudança?” (Câmara, 1973, p. 66)

Em 1935 o decreto nº 510, que nomeava o Prefeito Municipal, Venerando de Freitas Borges, e os vereadores da nova capital¹⁴⁵, acirrou os ânimos em Goiás. Os *antimudancistas*, não mais duvidaram da transferência da capital, mas ainda assim

¹⁴⁴ A diretoria do *Comitê Pró-Goiás* foi composta dos seguintes nomes: Presidente, Henrique Pinto Vieira, vice-presidente, Josino Ferreira Porto, 1º secretário Osvaldo Sócrates do Nascimento, 2º secretário, Danton Abrantes, tesoureiro, Zabulon de Castro, diretores, Gercino Monteiro e Alfredo Nasser. Um bureau de propaganda foi constituído por Juruena Di Guimarães, João Pimenta, Agnelo Fleury, Antonio Godinho Fleury, Ignácio Xavier da Silva, Joaquim Carvalho Ferreira e Jaime Câmara. (Câmara, 1973, p. 209)

¹⁴⁵ Germano Roriz, Pedro Arantes, Godofredo Leopoldino de Azevedo, Arão Augusto de Souza, João Augusto Roriz, Antônio Euzebio Felipe, Milton Koplístok e Silva. O decreto nº 510 designava o dia 20 de novembro para instalação do município e respectiva comarca (Câmara, 1979).

resistiram a ela. Segundo Câmara (1973) um jornal local de oposição afirmava que “ou Vila Boa reagiria contra a avalanche *mudancista* ou estava assinando a sentença de morte”; a defesa de Goiás foi feita em nome da “honra” e do “instinto de conservação” (p. 227). Não mais se “tratava de uma questão política”.

Segundo Câmara (1973), os *antimudancistas* conclamaram os vilaboenses em defesa da cidade. Apesar de longo o argumento é importante e segue transcrito:

Esta cidade é nossa. Aqui nasceram nossos filhos, aqui lhes constituímos o patrimônio material e cultural. A nós vilaboenses, os nossos antepassados no-la entregaram, para que construíssemos sua grandeza sobre o sacrifício que dormiu com eles, para sempre nos séculos.

A dignidade e o patriotismo das gerações passadas esperam de nós a sua guarda. E elas dormem misturadas no mesmo pó, sob o olhar dos mesmos panoramas. A voz longínqua dos mortos há de clamar por nós, se não soubermos defender a cidade, que dois séculos eles respeitaram. Ela nos foi entregue, não para que deixássemos que interesses políticos a arrasassem [sic], mas para que, imbuídos de uma coragem varonil, que é lícito esperar-se de nós, a defendêssemos à custa de qualquer sofrimento. Todos os homens amam e orgulham-se de sua cidade. Os próprios aborígenes defendem sua taba. Vila Boa também, boa ou má, é nossa. Quando todas as razões fossem contra ela, o dever mezinheiro nos diria que fôssemos por ela. Somos seus filhos e os filhos não indagam da justiça ou da injustiça do que se alega contra seus pais para defendê-los. Se não nos levantarmos contra o despotismo da mudança é concorrermos para a morte de nossas tradições e de todo nosso patrimônio cultural e material.

Ainda que fiquemos sozinhos nessa luta desigual, ainda que nos chamem de ridículos, ainda que nos chamem de interesseiros, ainda que sejamos espezinheados pelo poder discricionário dos donos do mando, lutemos para que nossos filhos não se envergonhem de nossa passividade. A nós nos cabe defender nossas tradições, nossas inteligências e nossa dignidade, porquê tudo devemos à generosa fertilidade dessa abençoada terra.

[...]

Um povo culto não dobra a cerviz aos jugos de qualquer natureza, nem se acovarda às ameaças de qualquer espécie.

A mudança da Capital representa a paralisação de todo nosso desenvolvimento, enfim a morte de nossa querida Vila Boa.

Os *antimudancistas* se referem à origem secular, à terra abençoada e às gerações passadas para legitimar a ação de resistência à mudança. Como filhos que defendem os pais e o patrimônio da família, os *filhos de Goiás* são conclamados a defenderem o patrimônio cultural e material. Nem existia SPHAN e os vilaboenses, de frente ao risco da perda faziam uso da retórica posteriormente usada tanto por Rodrigo Melo Franco de Andrade, quanto por Aloísio Magalhães¹⁴⁶. A perda era tanto material quanto cultural.

¹⁴⁶ Conferir Gonçalves (1996).

Tanto aquela considerada por Rodrigo, quanto a considerada por Aloísio. Os *antimudancistas* lembravam aos vilaboenses que eles eram herdeiros de um patrimônio que deveriam defender e guardar.

O argumento *antimudancista* une patrimônio familiar e coletivo, privado e público, família e povo, filho e cidadão, mãe e terra, pai e patrimônio, lar e cidade, amor filial e patriotismo. O *patrimônio cultural e material* vilaboense foi o argumento principal da fala que pretendeu salvaguardar a cidade de sua grande e maior perda. Inevitável a transferência; imponderáveis os danos.

A capital foi transferida em 23 de março de 1937, por meio do Decreto nº. 1.816, ano em que Lévi-Strauss conheceu a cidade:

Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim que lembrava um terreno baldio e um campo de batalha, espetado por postes de eletricidade e por fixas de agrimensura, deixava entrever uma centena de casas novas espalhadas pelos quatro cantos do horizonte. A mais importante era o hotel [...] de bom grado poder-se-ia aplicar-lhe a expressão “bastião da civilização”, num sentido, não mais figurado, mas próprio, que adquirira no caso um valor singularmente irônico. Pois nada podia ser tão bárbaro quanto essa implantação no deserto. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás, nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito lhe saturava o vazio ou lhe suavizava a rigidez; ali nos sentíamos como numa estação de trem ou num hospital, sempre passageiros, e nunca, residentes (1996, p. 118).

Em julho de 1937, os jornais noticiam que se consumou *o vil atentado contra a autonomia de Goiás*, pois sendo a cidade transformada em *mera estância hidro-mineral*, perdia o vilaboense *o direito de eleger seu Prefeito*¹⁴⁷. A mais esse *golpe*, essa *monstruosidade* contra a cidade¹⁴⁸, *um tiro de misericórdia num organismo moribundo*¹⁴⁹, os vilaboenses responderam afirmando que

não há lei alguma que possa tirar as tradições desta cidade, nem os brios e a altivêz do eleitorado consciente desta terra. Tripudiam sobre as chagas que abriram no corpo vivo deste município. Riam, escarneçam. Mas, lembrem-se de que um passado não se destrói em oito anos de governo, nem a consciência cívica de um povo se abate, com jagunços e humilhações de toda a espécie. Goiás resistirá ao furacão, aos pés desse Atila onipotente. E sairá da refrega como sempre foi, estejam certo: — como uma cidade ativa e independente!

¹⁴⁷ “Autonomia de Goiás”, *Cidade de Goiás*, 11 de julho de 1937, Ano II, Nº. 40, p. 1.

¹⁴⁸ “Autonomia de Goiás”, *Cidade de Goiás*, 11 de julho de 1937, Ano II, Nº. 40, p. 1.

¹⁴⁹ “Autonomia de Goiás”, *Cidade de Goiás*, 25 de julho de 1937, Ano II, Nº. 42, p. 1.

A resposta dos vilaboenses às perdas impostas pelo Interventor Pedro Ludovico era convicta de que *Goiáz, como todos os tripudiados terá a sua reabilitação*¹⁵⁰. Muito embora tenha retomado a autonomia política, os inúmeros impactos causados pela transferência da capital não foram esquecidos pela população mais idosa da cidade de Goiás. É pela memória coletiva que os vilaboenses reconstituem o “tempo coletivo que se superpõe às rupturas: rememoram-se fatos e instantes recusando a morte global, engendra-se a continuidade, não sem a dimensão do sofrimento e da tragédia” (Eckert, 1993, p. 15)¹⁵¹. Dona Anésia Mendes Pinto Coelho (76 anos) se recorda do dia em que os móveis da Delegacia Fiscal foram *carregados*

*Eu me lembro com a mudança da capital, eles carregando a mudança da Delegacia [Fiscal], minha mãe de mão dada comigo acompanhando o caminhão até no Chafariz, chorando, chorando, dando a mão pra mim e acompanhando o caminhão que ia levando...*¹⁵²

Os relatos falam do choro coletivo acalentado por um *dobrado* executado pela Banda da Polícia Militar, que se despediu da cidade (em direção à Goiânia), na alvorada de 28 de janeiro de 1936. Ao ser perguntada sobre suas lembranças do período da transferência da capital, Olímpia de Azeredo Bastos (80 anos) relata:

*Eu me lembro da saída do... como que chama... primeiro saiu o Liceu. Foi saindo as repartições todas. O último foi do Fórum. A hora que saiu do Fórum... foi um caminhão e os músicos tocando e o povo chorando ouvindo aquela música, aquele dobrado, que eles saíram tocando, e o povo chorando... aí na porta, todo o mundo. Eu tinha treze anos, acho... quatorze. Os músicos eram daqui de Goiás... da banda [...] Puseram aqueles bancos e eles sentados no banco tocando, e o povo chorando!*¹⁵³.

Não é apenas *dona Olimpilha* quem atesta a ida da Banda para Goiânia. O primeiro número do jornal *Cidade de Goiás*, datado de 19 de junho de 1938, traz matéria intitulada “Bom dia, Cidade de Goiás”, de autoria de Nice Monteiro Daher¹⁵⁴. Além de celebrar o “dia de festa” pelo surgimento do jornal, esperado durante meses, faz homenagem aos idealizadores do jornal José Saddi e Garibaldi Rizzo, lembrando que sempre que a cidade *se vê desprovida de um de seus fatores de progresso, há um*

¹⁵⁰ “Depois do esbulho, a humilhação”, *Cidade de Goiaz*, 15 de agosto de 1937, Ano II, Nº. 45, p. 4.

¹⁵¹ Eckert analisa as transformações impostas no modo de vida de famílias de mineiros de La Grand-Combe (França), em função da recessão carbonífera (1993).

¹⁵² Entrevista gravada em julho de 2001.

¹⁵³ Entrevista gravada em dezembro de 2001.

¹⁵⁴ O primeiro jornal da Província de Goiás foi o *Matutina Meiapontense*, que passou a ser rodado na cidade de Meia Ponte (atual Pirenópolis) a partir de 1830. Na cidade de Goiás o primeiro jornal foi o *Correio Oficial de Goiás*, iniciado em 1837. Muitos outros foram os jornais que circularam na então capital do Estado. (Pina Filho, 1971).

desabrochar de esforço que faz surgir do deserto que o pessimismo nos traz, um abencerragem do ideal [...]. E continua:

Foi assim em 1936. Lembro-me bem: Goyaz preparava-se para festejar a tradição mais bonita de seus dias — a Semana Santa. E quando a cidade engalanava-se de fé, um golpe veio sombrear a ternura dos festejos: a Banda de Música da Polícia, única naquele tempo, devia ir para Goiânia. Toda gente sentiu o coração apertado de tristeza. Havia, porém, para felicidade nossa, um espírito como o de João Ribeiro acompanhado de um punhado de goianos de boa vontade. Monsenhor Confúcio, aquela alma cheia de bondade celestial, cedeu-lhes o instrumental necessário. E no Sábado de Passos, dentro da suavidade de uma noite goiana, lá estava a nova banda evocando saudades na alma da cidade, enquanto a procissão alongava-se pelas ruas no início da ronda de ternura das festas santificadas. [grifo meu]¹⁵⁵

Era o ano de 1938 e a então jovem Nice retorna ao acontecimento de 1936, o *golpe*, quando a Banda não poderia acompanhar a procissão, porque deveria ser transferida para a nova capital.

Os jornais à época eram *locus* de um intenso debate sobre a mudança da capital¹⁵⁶. *Mudancistas* e *antimudancistas* expunham calorosamente suas opiniões sobre o futuro (e o passado no caso de Goiás) das duas cidades¹⁵⁷. Considero, entretanto, o jornal *Cidade de Goiás* particularmente importante, pois que surge imediatamente após a mudança definitiva¹⁵⁸. A fundação do jornal *Cidade de Goiás* acontece quando não havia mais nenhuma esperança em se preservar a cidade de Goiás, como centro do poder do estado. Assim, o jornal atendeu a outra demanda: a de garantir a presença da imprensa escrita na cidade e a de estimular a resistência dos vilaboenses, após a transferência da capital para Goiânia. Se Goiás perdera a capital, não poderia perder a esperança, o otimismo, a confiança e a auto-estima. Não poderia esmorecer, nem demonstrar abatimento. Havia que conservar a altivez dada pela diferença originária

Octo Marques, Nice Monteiro Daher, Luiz do Couto, Goiás do Couto, João Perillo, José Saddi, Garibaldi Rizzo, dentre outros, se unem na luta por “reconstruir” Goiás. O jornal foi o veículo privilegiado de um grupo de intelectuais, políticos e artistas locais que trabalharam no sentido de elevar a auto-estima do povo vilaboense estimulando-o para novas conquistas. Desta maneira cabia ao jornal levar

¹⁵⁵ *Cidade de Goiaz*, “Bom dia, Cidade de Goiaz”, 19 de junho de 1938, Ano I, nº 1, p.1.

¹⁵⁶ Sobre história da imprensa em Goiás conferir Pina Filho (1971).

¹⁵⁷ Conferir Gomide (1999). A autora observa a importância da imprensa antimudancista para o processo de construção da cidade histórica, ao lado de outros dois fatores — a transferência da capital, remetendo Goiás ao “conceito de representante do passado”, e os primeiros tombamentos efetuados pelo SPHAN.

¹⁵⁸ Em março de 1937 o decreto 1.816 transferiu a capital para Goiânia. Mas desde 1935 até julho de 1937, vários outros decretos deliberaram sobre a transferência das instituições públicas.

*os anseios de vida nova que crepitam no coração coeso desta terra abençoada. Anseios de trabalho que fremem na corola deste sol creador — flor de vida vibrando na seiva dos raios fertilizantes. Anseios de confiança no futuro, sem temer o cansaço da longa caminhada feita e das vicissitudes sofridas*¹⁵⁹.

Juntos — passado, presente e futuro — conclamados para a continuidade, a reprodução social. Muitas décadas depois, a senhora Nice Monteiro Daher (85) revela conscientemente as estratégias de reação que foram alavancadas naquele momento:

*Mas acontece que o povo tem essa força de espírito que deve ser dada por uma força maior, que deve ser força divina mesmo, como uma compensação ao destino. Deu-nos a nós todos, um desejo de salvar a cidade, pelo menos socialmente e foi a fase melhor da cidade, pelo menos socialmente, porque Goiânia não tinha ambiente de diversões, de convivência...era uma cidade em formação...Então toda aquela gente, aqueles engenheiros, como o Coimbra Bueno, a família Coimbra, ele e o Abelardo... dava o fim de semana eles vinham para cá, porque sabiam que... e fomos formando aqueles bailes, aquele carnaval que tanto falavam, essa fundação de jornais, esses rapazes que fundaram esse jornal, eles não eram jornalistas. Chamavam Garibaldi Rizzo e José Saddi.*¹⁶⁰ [grifo meu]

A transferência da capital gerou inúmeras rupturas, tanto materiais, quanto afetivas e simbólicas. Os vilaboenses assistiram atônitos e amedrontados transformações cruciais na ordem social ali estabelecida. Razões práticas e simbólicas dos vilaboenses foram desconsideradas e destruídas em nome do projeto da nova capital.

A transferência para o novo centro político foi sendo feita gradativamente, entre 1933 e 1942; período este que eu denomino de transição¹⁶¹. Em matéria jornalística

¹⁵⁹ *Cidade de Goiaz*, “Bom dia, Cidade de Goiaz”, 19 de junho de 1938, Ano I, nº 1, p.1.

¹⁶⁰ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2001.

¹⁶¹ É importante ressaltar a diferença entre a categoria analítica “transição” como usada por mim neste trabalho e como usada por Chaul (1988). O autor se refere ao período de “transição”, como momento no qual ocorreram transformações significativas no plano político do Estado de Goiás. Entende que “no período considerado [...] como TRANSIÇÃO, fica bem clara a absorção que os grupos oligárquicos do Sul e do Sudeste faziam das idéias trazidas pelas classes médias e a estes grupos incorporadas” (p. 81). Para a análise que proponho, “transição”, deve ser entendida como o período de tempo compreendido entre o ano de 1933 — com a divulgação do Decreto Publicação do decreto nº. 3359, que aprovava o local onde seria edificada a nova capital — e o ano de 1942, quando se deu o “Batismo Cultural” de Goiânia. Ao longo do período compreendido entre as duas datas, vários fatos foram impactando os vilaboenses: o lançamento da pedra fundamental, a criação do Município, a instalação da capital. Carvalho divide em quatro as “datas distintas que fecham o ciclo de nascimento de Goiânia”: lançamento da Pedra Fundamental, criação do município, instalação da capital e batismo cultural. (Marilda de Godoy Carvalho, “Goiânia em quatro momentos decisivos”, *O Popular*, Goiânia, 24 de outubro de 1992, p. 2). Considero, porém, que o que denomino de período de transição, tem início com a notícia da aprovação do local onde seria edificada a nova capital. Isto porque foi a partir deste decreto que o vilaboense começou a acreditar (1) que Pedro Ludovico poderia levar adiante aquele projeto e (2) que a capital não seria construída próxima à cidade de Goiás; ou seja, na região do Rio Uru, conforme se havia cogitado. Sobre o “Batismo Cultural”, conferir Vidal e Souza (1994).

datada de 1939, Sebastião Fleury Curado atesta que por ter se prolongado o período da mudança gerou ainda mais sofrimentos e *angústias*:

*A transferência da Delegacia Fiscal e da Administração dos Correios e Telégrafos, que ora se está operando no meio de uma balbúrdia inconcebível e de um atropelo evitável, pareceu marcar o ponto final e definitivo do período de angústias e exaltações desta última quadra; e mal comparando se pode dizer, que numa enfermidade prolongada, anseia-se até por uma intervenção cirúrgica, ainda que de conseqüências possivelmente fataes, mas que venha pôr o ponto final a uma situação precária*¹⁶².

Tivesse sido tudo transferido num só golpe e, provavelmente, o sofrimento teria sido deveras menor. O título do livro do jornalista Jaime Câmara —“Nos tempos da mudança” —, que narra o processo de transferência da capital, também é prova de há um período de tempo no qual se inserem as ações políticas que incidiram sobre o povo vilaboense.

Entendo que durante o período de transição, o vilaboense foi sendo testemunha de um cotidiano de espoliação, uma vez que vivenciou, dia após dia, os serviços públicos sendo *carregados* da cidade de Goiás: o Hospital, o Liceu de Goiás, o Grupo Escolar, as Faculdades de Direito, Farmácia, a Escola Técnica¹⁶³, a Delegacia Fiscal, a Administração dos Correios e Telégrafos¹⁶⁴, o Batalhão da Polícia Militar¹⁶⁵, a Banda da Polícia, etc. Sofreu o vilaboense com as ações políticas que os sobressaltava, transformando o cotidiano da cidade. Havia sempre a dúvida e o medo pairando no ar: o que mais será *carregado* daqui? Com as instituições iam-se, por obrigatoriedade, também os funcionários públicos. Assim, aconteceu a involuntária separação dos chefes de família e, por conseqüência, impactos na organização social¹⁶⁶.

¹⁶² Sebastião Fleury Curado, “Ainda catas e lavras: os garimpeiros”, Cidade de Goiaz, 25 de junho de 1939, Ano II, Nº. 49, p. 1.

¹⁶³ “A transferência dos estabelecimentos de ensino para Goiânia”, *A Razão*, Goiaz, 05 de dezembro de 1937, Ano II, Nº. 61, p.1.

¹⁶⁴ Sebastião Fleury Curado, “Ainda catas e lavras: os garimpeiros”, Cidade de Goiaz, 25 de junho de 1939, Ano II, Nº. 49, p. 1.

¹⁶⁵ “A cidade de Goiás foi surpreendida com a notícia de que o 2º B. I. da Polícia Militar aqui sediado, fora transferido para a cidade de Rio Verde, no Sudoeste Goiano [...]. Essa trampolinagem, esse golpe baixo, de surpresa, vibrado contra a ex-capital, não tem justificativa, principalmente sabendo, como sabemos que aquela cidade não possui quartel ou alojamentos capazes de conter uma unidade de Polícia. [...] A velha mania de combater a ex Capital para agradar aos que a desamam ainda não acabou como estamos vendo”. “Transferência do Batalhão”, *Cidade de Goiás*, Goiás, Ano XIX, Nº. 650, 23 de dezembro de 1956.

¹⁶⁶ No início de Goiânia, ainda não havia casas que fossem em número suficiente para abrigarem todas as famílias dos funcionários públicos. Daí porque grande parte dos homens terem ido sozinhos e terem se hospedado em pensões e hotéis de Campinas (GO) — cidade que abrigou os operários da construção de Goiânia —, até que tivessem condições de trazerem a família ou até que conseguissem a transferência para retornarem à cidade de Goiás.

Dona Olimpilha (81 anos) se lembra de um senhor vizinho de sua família, que encontrou uma alternativa para evitar sua ida à Goiânia: *Tinha um senhor aqui... ele aposentou. João da Mata Leite. Ele aposentou. Ele era ótimo funcionário do Fórum e ele aposentou para não ir* ¹⁶⁷.

Outra senhora vilaboense (81 anos), ao revelar a memória do tempo da mudança da capital chora por lembrar-se da situação na qual se viu enredado o seu pai e, por consequência, a sua família:

Eu morava aqui mesmo nessa casa [...] lembro assim que Goiás acabou... ficamos... casas caindo... acabou mesmo. Uma tristeza que foi... E minha mãe era comerciante, e com a Revolução de 30, meu pai era Tenente Militar, então com a Intervenção do Pedro Ludovico, ele foi reformado. Quem tinha crime foi preso, quem não... o meu pai não tinha crime, então foi reformado... estou emocionada... ¹⁶⁸ [grifo meu].

O choro impossibilitou que a senhora continuasse a narrativa. Desliguei o gravador até que ela desse sinal de que gostaria de retomar a conversa:

Meu pai como não tinha crime ele foi reformado e ficou muito apaixonado ¹⁶⁹, *ele ficou apaixonado mesmo e começou a beber, então minha mãe... por isso que minha mãe enfrentou tudo sozinha. [...] Minha mãe sofreu muito porque nós éramos todos pequenos. Quando a capital mudou eu tinha 12 anos...* ¹⁷⁰

Câmara (1973) afirma que a mudança era “um determinismo histórico” e que Pedro Ludovico, como o “comandante de um navio em momento de procela, não tinha olhos para ver o desespero de ninguém, não sentia a dor indizível dos que perderiam tudo, nem ouvia o choro doído dos que compreendiam a mudança como um mal irreparável (p. 66). [grifo meu.

Ana Marinho Pires (80 anos) lembra-se da tropa passando por dentro da casa, na qual mora até hoje, para prender um militar que morava numa casa no fundo do terreno: *os soldados passavam... pediam licença né, pra prender o fulano [nome foi omitido]. Ele fugiu* ¹⁷¹. Nice Monteiro Daher (85 anos) também se lembra das *prisões que o doutor Pedro fez* e afirma que ele *começou a mudança de uma maneira muito cruel* ¹⁷²! *Recorda-se que subia para o Colégio Santana e via os caminhões. Eles reuniam na*

¹⁶⁷ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹⁶⁸ Entrevista gravada em 2001. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁶⁹ *Apaixonado*, no sentido que o vilaboense empresta ao termo significa entristecido, consternado. A paixão no sentido de sofrimento remete ao significado cristão: a paixão e morte de Jesus. É freqüentemente este o uso que o vilaboense faz do termo.

¹⁷⁰ Entrevista gravada em 2001. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁷¹ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001. A entrevistada é mais conhecida por dona Quinha.

¹⁷² Entrevista concedida à autora em dezembro de 2001.

*Praça da Boa Morte... ficavam reunidos ali, o chouffeur... sentados lá, esperando as cargas que eles iam levar. E essas cargas eram as nossas escolas*¹⁷³ [grifo meu].

Silvia da Silva Curado relata que *até as carteiras ele levou pra Goiânia e completa indignada: e você pensa que essas carteiras foram utilizadas em Goiânia? Foi tudo para o fogo!*¹⁷⁴ Com as carteiras, as escolas e as repartições públicas foram também os funcionários públicos, os comerciantes e aqueles que podiam e queriam se transferir para a nova capital:

*Todo mundo saiu procurando meio de vida. Porque tudo foi embora... as repartições... aqui sempre era lugar de repartições. O pessoal trabalhava no comércio e nas repartições. Indo embora, todo mundo tinha que ir embora. Outros eram... gente, pessoas que tinham mais alcance, queriam mesmo mudar de vida, sabia que aqui em Goiás não tinha condição de progresso e tudo, mas mesmo assim era meio de vida, né? Iam pra Goiânia. Aqui... o Eldorado era Goiânia!*¹⁷⁵

É oportuno informar que há uma classificação sobre os vilaboenses neste período: os que foram involuntariamente, pois necessitavam do emprego; os que foram voluntariamente; os que não foram apenas porque não tinham condições; os que não foram porque não quiseram e, neste caso, puderam fazer a opção de ficar em Goiás, por meio da aposentadoria ou de outros rendimentos. Despovoamento e aumento da população inativa e idosa foram conseqüências da mudança da capital¹⁷⁶.

A maior parte dos funcionários públicos que não podia se enquadrar em nenhuma das alternativas de aposentadoria compulsória ou não, nem podia abrir mão do emprego, teve que ir para Goiânia. É o caso do professor Alcide Jubé. Seu filho, Aloísio Celso Ramos Jubé (75 anos), acompanhou a transferência da capital, sobretudo, pelas dificuldades causadas na família, quando seu pai, funcionário público — professor do Liceu de Goiás — foi junto com a mudança da capital e do Liceu para Goiânia:

Não tinha outro jeito! Eram todos funcionários públicos. Meu pai, por exemplo, teve que ir. Teve que ir e deixou a família aqui. Ele vinha de três em três meses... festas... porque ele levava um dia, dois dias de lá aqui e ele tinha que dar aulas lá e mais ainda porque ele tinha que dar aula particular de noite, porque só ele trabalhava pra sustentar a família e ele ficou com mais coisas pra

¹⁷³ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2001.

¹⁷⁴ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹⁷⁵ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

¹⁷⁶ Algumas analogias podem ser feitas com a ruptura ocorrida na vila La Grand-Combe (França), em função da paralisação dos trabalhos nas minas. Segundo Eckert “o êxodo da população desintegrou redes familiares, de parentesco, de vizinhança e de amigos” (1993, p. 49).

*pagar, que era o estudo do meu irmão em Silvânia, nós aqui em Goiás e a despesa dele em Goiânia*¹⁷⁷.

O irmão, Cel. José Tancredo Ramos Jubé (77 anos), teve que ir para Silvânia — Bonfim na época — exatamente porque não havia mais o ensino para os rapazes em Goiás:

*Como a mudança levou todas as escolas daqui pra fora, papai temendo que eu ficasse sem instrução pelo menos um ou dois anos, ele me matriculou no ginásio de Bonfim, hoje Silvânia, então eu fiz o ano lá. Mas nesse período, o Edilberto Veiga Jardim, que era o prefeito e o tio meu Antonio de Oliveira Ramos Jubé que foi desembargador mais tarde, eles lutaram e conseguiram trazer uma sucursal do Liceu de Goiás aqui*¹⁷⁸.

O próprio Aloísio que era mais novo correu risco com relação à conclusão dos estudos: *mas eu quase que não estudei se não fizesse a Sucursal do Liceu de Goiás aqui né*¹⁷⁹? *Porque o Liceu foi embora... e não deveria ter ido. Eles deveriam ter feito um lá e deixado aqui o ensino*¹⁸⁰.

A sistemática referência às escolas que foram *levadas* ou *carregadas* para a nova capital é significativa da memória da expropriação. Desde o ensino infantil, até o ginásial, o normal, o técnico e o universitário; nenhuma escola pública ficou em Goiás. Aloísio lembra-se do sentimento presente nos lares vilaboenses:

*O povo chorando, isso ai eu lembro demais, tudo quanto é casa que você ia o povo estava chorando por causa da mudança da capital. Porque aquilo foi um baque tremendo né? Porque se eles fizessem uma mudança como deveria ser: fazer outra capital lá e o povo ir pra lá, estava muito bem. Mas não, chorava porque estavam tirando tudo daqui. Tirando as escolas... tiraram tudo*¹⁸¹.

O *berço da cultura e civilização goiana* ia sendo espoliado mais uma vez. Não de ouro ou de índios, patrimônio nativo do solo goiano, já completamente depauperado. No momento da transferência da capital, já sem grandes riquezas econômicas, os vilaboenses tradicionais se orgulhavam de seu maior patrimônio: a cultura vilaboense.

A escritora vilaboense Nice Monteiro Daher narra suas *impressões do passado*, ressaltando-se em seu texto a retórica da expropriação e os bens que restaram na cidade:

¹⁷⁷ Entrevista gravada em julho de 2001.

¹⁷⁸ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2001.

¹⁷⁹ A Sucursal do Liceu de Goiás foi criada em 1939. Em matéria publicada no jornal *Cidade de Goiaz*, do dia 29 de janeiro de 1939 (Ano I, Nº 30, pp. 4), faz-se convocação para o “exame de admissão a matrícula na primeira serie do curso fundamental deste educandário [sic]”.

¹⁸⁰ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2001.

¹⁸¹ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

Junto a tudo o triste rever dos caminhões enfileirados, esperando o alongar da manhã que começava, em que eles carregariam o fim da visão nunca esquecida — a Mudança da Capital.

Nós adolescentes daquela época trazíamos no coração a angústia nunca esquecida também, procurando entender os passos dos homens que, para construir uma cidade, pisavam tão agrestes, na sensibilidade da outra.

Sempre eu ali passava, imaginava que Vila Boa era uma velhinha abandonada, sentada nas escadas do Palácio, com as mãos trêmulas mergulhadas nos cabelos brancos, olhos chorosos que não queriam ver os caminhões levando pedaços de seu corpo transformado nos escombros, sobras de sua alma molhada de amargura.

Trouxeram tudo [reside atualmente em Goiânia, de onde escreve]. Carteiras velhas de todas as escolas, mesas quebradas, famílias chorosas, corpos sofrendores carregando emoções nascidas na Cidade de Bartolomeu Bueno. Somente ficaram conosco as queridas Irmãs Dominicanas e nossos lindos santos do Veiga Vale ¹⁸².

Os pedaços do corpo transformado em escombros e as sobras da alma metaforizam a sistemática noção da cidade expropriada no corpo e na alma. De tudo o que conseguiram *levar*, algo restou: o Colégio das Irmãs Dominicanas, que era particular e recebia apenas meninas e moças — e permaneceu por algum tempo como a única escola que restara em Goiás — e os santos do Veiga Vale.

Na mesma escala de valor, escola e obras sacras; conhecimento e arte. À cidade *berço da cultura e tradição goiana* restava parte de seu patrimônio. Outra parte tinha sido *levada* ou se tinha *perdido* pelas dificuldades econômicas que a cidade passou a enfrentar, após a mudança da capital. Na poesia de Josefina Pinheiro Mendes restaram as pontes, os aposentados e o Rio Vermelho (ver caixa de texto na próxima página).

Em “O Cântico da Volta”, escrito por ocasião de seu retorno definitivo à cidade, na década de 50, Cora Coralina também revela o sentimento de perda e expropriação. Para Cora, a cidade

Sentiu com altivez o tremendo impacto da mudança. Não se despovoou nem se desagregou com a grande expoliação

No seu progresso atual, sente-se um novo sentido de ajustamento, solidariedade e união dos que ficaram, se impondo com dignidade ao respeito e admiração dos que partiram.

Sobrevive aqui, ainda e sempre, o mesmo determinismo histórico que fez viver e florescer, dentro desta muralha de serras e rodeada destas águas vivas, uma autêntica civilização que, no enluramento de dois séculos, se considerou um dia

¹⁸² Crônica intitulada “Goianidade: Cidade de Goiás – Patrimônio Histórico”.

*madura e apta para ser mudada, sem se esfacelar, deixando ainda, para os pósteros, raízes fortes e sementes fecundas*¹⁸³. [grifo meu].

O determinismo histórico da cidade de Goiás é citação constante nos escritos jornalísticos ou literários vilaboenses. Também Nice Monteiro Daher faz referência a ele: se o corpo de Vila Boa muito sofreu, o espírito da História, nela corporificado, soube conserva-la dentro do determinismo de seu destino¹⁸⁴.

As dificuldades financeiras alcançaram tamanha magnitude que o patrimônio das famílias começou a ser depauperado gradativamente. Os bens imóveis — tanto privados, quanto públicos — foram significativamente impactados. Isto porque com a transferência de algumas famílias para Goiânia e para outras cidades, várias casas ficaram fechadas por muito tempo. Outras foram demolidas propositalmente a fim de se evitar o pagamento da décima, o imposto pago à Prefeitura Municipal. Sobre a décima, observe-se matéria de jornal publicada em 1939:

*O imposto pago em questão, não há dúvida, afeta todos os proprietários de prédios, nem podia ser de outra maneira. Ninguém ignora também que, com a transferência da sede do Governo do Estado e suas Repartições ou diretorias e as da União, ficaram desvalorizados todos os prédios de nossa Cidade, sendo os proprietários forçados a fazer uma redução nos aluguéis. [...] Quanto aos prédios em ruínas, que são casebres, estes estão isentos de lançamento, logo não pagam impostos.*¹⁸⁵

Cidade de Goiás
Josefina Pinheiro Mendes

Gente boa hospitaleira
De minha terra querida
Que humilde vive escondida
Por detrás das cordilheiras

Serra Dourada altaneira
Dom Francisco, magestoso
Serro imponente, orgulhoso
de Santa Bárbara, a colina,
Sobre a igreja pequenina
O seu manto de verdura
Desperta n' alma a ternura
Oh minha terra natal
Goiás, sem par, sem igual
[...]

Moreira é rua comprida
que desce por toda a vida
cheia de casas juntinhas
Todas brancas caiadínhas
Tem ruas calçadas de pedras
Muito claras e límpinhas
[...]

Antiga rua Direita
De zique-zague formada
Tem uma coisa que a enfeita
O monumento Anhanguera
Lembrando a passada era
Bela festa do Rosário
Corre o povo ao santuário
[...]

Oh cidade dos solteiros
Que pena, tudo passou
É isto que aqui ficou
Algum catador já velho
Funcionário aposentado
Ponte Nova, Carmo e Lapa
Foram a trinca que escapou
E também o Rio Vermelho
Pois esse ninguém levou.
[grifos meus]

¹⁸³ Publicado primeiramente em “A Cidade de Goyaz”, o “Cântico da Volta” está presente na obra póstuma de Cora Coralina: *Villa Boa de Goyaz*.

¹⁸⁴ Crônica intitulada “Goianidade: Cidade de Goiás – Patrimônio Histórico”.

¹⁸⁵ De autoria de E. Veiga Jardim, a matéria “Impostos Municipaes”, foi publicada em 28 de maio de 1939, em *Cidade de Goyaz*, Ano I, Nº. 46, p. 1.

Dona Ana Marinho Pires (80 anos) conta qual era o aspecto físico da cidade: *a cidade ficou triste demais... tudo caindo... uma tristeza! Falta de dinheiro, estrada... acabou tudo. O Maximiano Mendes doava as casas e ninguém queria porque tinha décima*¹⁸⁶. Dona Ana explica que Maximiano *doava* as casas para que as pessoas nelas morassem sem custo de aluguel e assumissem o compromisso de pagar a décima, mas ainda assim não encontrava moradores suficientes para todas as suas casas¹⁸⁷.

Cel. José Tancredo Ramos Jubé (77 anos), também se lembra do aspecto degradante da cidade, confirmando a afirmação de Gomide (1999) de que se criou um “mito da cidade degradada”:

*Casas caíam, os aluguéis foram pra baixo, eles tomavam a casa. Então houve um empobrecimento e o aspecto da cidade se deteriorou porque se deixou muita coisa abandonada e essas coisas caíam. Isso ficou gravado na minha mente... essas dificuldades de família e essas deficiências sabe? Essa degenerescência da cidade... materialmente. Mas eu não sou contra nenhuma mudança não, o modo é que tem que ser bem feito, haja vista que outras capitais já foram mudadas*¹⁸⁸.

Perguntei à dona Ana Marinho Pires (80 anos) em qual rua as casas ficaram em pior estado: *na Rua Bolívar foi geral... aquela próxima ao João Francisco... foi um abandono. Virou mato*¹⁸⁹. A idéia de abandono é a imagem mais fortemente presente na memória coletiva. É expressa pelas imagens do mato, das ruínas e das buchas. Iracema Malheiros (66 anos) conta que algumas casas ficaram fechadas por tanto tempo que as buchas, fruto da folhagem São Caetano, cresciam pelas paredes da fachada.

*Eu vi essas casas... muitas casas aqui nessa rua caindo [rua da Abadia], cheia de São Caetano. Às vezes as pessoas... aqueles vagabundos, aquelas pessoas que entravam pra morar naquelas casas boas, que estavam caindo... Ela [a cidade] ficou completamente mesmo sem assistência nenhuma. O que a gente via quando era menina... a gente via que era uma coisa que estava acabando [...]*¹⁹⁰.

A vegetação que invadia o casario abandonado também foi descrita por Lévi-Strauss, muito embora o tenha feito com apreço, pois sua descrição de Goiás é uma “elegia” àquela paisagem cultural:

Única testemunha dessa antiga vida provinciana, a pequena capital do estado de Goiás, que lhe deu o nome, dormia a mil quilômetros do litoral do qual estava praticamente isolada. Num sítio verdejante dominado pelo perfil caprichoso dos

¹⁸⁶ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

¹⁸⁷ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

¹⁸⁸ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2001.

¹⁸⁹ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

¹⁹⁰ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

morros empenachados de palmeiras, ruas de casas térreas desciam pelas encostas entre as hortas e as praças onde os cavalos pastavam diante das igrejas de janelas ornamentadas, metade granjas, metade casas com campanário. Colunatas, estuques, frontões sempre recém-pincelados com um reboco espumoso como clara de ovo e colorido de creme, ocre, azul ou rosa, lembravam o estilo barroco das pastorais ibéricas. Um rio corria por entre as margens limosas, que às vezes desmoronavam sob o peso dos cipós, das bananeiras e das palmeiras que invadiam as residências abandonadas; mas essa vegetação suntuosa mais parecia acrescentar uma dignidade silenciosa às suas fachadas deterioradas do que imprimir-lhe a marca da decrepitude. (1996, p. 116-117) [grifos meus]

A fala de que as casas construídas pelo grande empreendedor da construção civil daquele momento, o português Maximiano Mendes, iam sendo colocadas em ruínas apenas para se evitar a décima é muito presente na memória coletiva local. Sua filha Anésia Mendes Pinto Coelho (76 anos) atesta que o patrimônio imobiliário do pai fora efetivamente depauperado pela mudança da capital:

*Agora as casas... que... com a mudança todas desvalo... foram desocupadas né, porque o povo todo foi embora e ele tinha muita casa popular, então ele tirou as janelas e as portas... porque eles estavam cobrando dele os impostos né, mas continuaram a cobrar assim mesmo, né. Aí demoliu, deu para os outros, acabou com tudo!*¹⁹¹

Vários são os relatos que descrevem o fato de que não havia procura por casas de aluguel, o que teria impactado especialmente Maximiano Mendes. Citam, sobretudo, as casas da antiga *Avenida Portuguesa*¹⁹², — região que para a época era considerada afastada do centro de Goiás — onde Maximiano Mendes teria demolido parte de várias casas, para colocá-las sob a classificação de *ruínas*¹⁹³. Dona Anésia localiza espacialmente não apenas as casas que sobreviveram à mudança, como aquelas que foram condenadas:

Essas no centro ficaram quase todas. Mas... ele deu para os filhos, os filhos venderam, houve modificações e tudo... mas o que desmanchou mais foi a Vila Portuguesa, a Avenida Portuguesa e essa que vai pro João Francisco, que era de um lado e de outro, a Rua Bolívar. [...] Ele ficou desgostoso, vendeu tudo, botou tudo fora, vendeu uma fazenda... ele tinha a melhor fazenda daqui,

¹⁹¹ Entrevista gravada em julho de 2001.

¹⁹² Dizem que a Avenida Portuguesa teve esta denominação por causa do próprio Maximiano Mendes, que era de naturalidade portuguesa. Esta avenida mais distante do centro da cidade teria sido planejada por Maximiano.

¹⁹³ Na antiga *Avenida Portuguesa* citada por vários vilaboenses como sendo uma rua de maioria de construções de Maximiano Mendes, constam 11 imóveis de propriedade da família Mendes, sendo que um aparece em nome do próprio Maximiano e os outros 10 em nome de quatro filhos seus. Dos 11 imóveis, um apenas está em nome de Maximiano e não é referido como *em ruínas*; os outros 10 estão em ruínas.

*vendeu a fazenda de cancela fechada, com gado, acabou com tudo... ele ficou desgostoso*¹⁹⁴. [grifos meus]

Ressalte-se que as duas ruas mais citadas como tendo sido aquelas cujas casas foram derrubadas ou ficaram em estado de ruínas — Avenida Portuguesa e Rua Bolívar — eram ruas localizadas no limite entre o *centro histórico* e o João Francisco; ou seja, já eram periféricas em relação ao núcleo do centro. As casas do centro *ficaram quase todas*. Mal ou bem as famílias tradicionais mantiveram os seus patrimônios.

O livro da décima da Prefeitura Municipal, do ano de 1939, complementa a memória coletiva. Constam 67 imóveis em nome de Maximiano Mendes, dos quais 27 aparecem classificados como estando *em ruínas*¹⁹⁵. Sendo que todos esses 27 estão classificados como imóveis de aluguel e nenhum deles pagou a décima referente àquele ano. O restante dos imóveis, aqueles que não figuram como *em ruínas*, constam como alugados e tiveram a décima paga.

O total de imóveis *em ruínas* relacionados no Livro da Décima de 1939 é de 74 imóveis; dos quais 61 se situam no *Distrito de Santana* e 13 se situam no *Distrito do Carmo*. Depois de Maximiano Mendes com 27 imóveis *em ruínas*, aparecem três proprietários com quatro imóveis *em ruínas*: Arnulfo Ramos Caiado, Agenor Alves de Castro e Olegário Herculano Silveira Pinto (herança). É grande e notória a diferença entre o primeiro colocado na categoria imóveis *em ruínas* para os outros três que o seguem.

Vale ressaltar que coube também a Maximiano Mendes a remodelação de inúmeras fachadas de Goiás que passaram de fachadas com beirais ou cimalthas para fachadas com platibandas¹⁹⁶.

Outra informação importante é que o imposto variava conforme a característica do *molde* da fachada. Os impostos para os imóveis com platibandas eram significativamente superiores do que para as fachadas com beiral ou cimaltha¹⁹⁷; fato

¹⁹⁴ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

¹⁹⁵ No livro da décima os imóveis são caracterizados como de aluguel — *a* — ou de propriedade de quem o habita — *p* —. Todos imóveis em nome de Maximiano Mendes são referidos como sendo de aluguel, com exceção apenas do imóvel situado na Rua 15 de Novembro (nº. 12), que aparece como sendo de moradia do próprio proprietário.

¹⁹⁶ O imposto pago pelos imóveis com fachada caracterizada pela platibanda é significativamente superior aos impostos pagos pelos imóveis com fachada de beiral ou de cimaltha.

¹⁹⁷ No caso de Maximiano Mendes, os impostos pagos às fachadas com beirais variavam de 84.000 a 360.000, sendo que a maioria girava em torno de 120.000. As fachadas com cimalthas variavam de 96.000 a 600.000, com a maior parte dos valores em torno de 300.000. Já as fachadas com platibandas variavam de 600.000 a 3.600.000; sendo que em meio aos dois extremos aparecem mais dois grupos de valores: 720.000 e 1.200.000. O imóvel com valor da décima em 3.600.000, citado do Livro da Décima de 1939

que se será invertido, em decorrência do início das políticas públicas de preservação do patrimônio edificado, conforme será apresentado no próximo tópico.



Fachada com platibanda - Antiga residência de Maximiano Mendes –
Foto: Izabela Tamasso (2001)



Fachada com beiral - Casa de Cora Coralina -
Foto: Izabela Tamasso (2001)

A idéia de que o patrimônio privado havia sido depauperado com a transferência da capital não diz respeito apenas aos bens imóveis. Também os bens móveis e relíquias de família foram sendo vendidos para capitalizar novamente as famílias. Aloísio Celso Ramos Jubé (75 anos) se lembra bem do patrimônio materno sendo usado como recurso para auxiliar o esforço do pai em manter a família condignamente:



Fachada com beiral e cimalha – Sede da 17ª Sub-Regional do Iphan
Foto: Izabela Tamasso (2001)

*Então ele teve que se desdobrar para poder agüentar isso tudo e eu me lembro perfeitamente que quando ele mandava o dinheiro pra minha mãe pra fazer despesa aqui e o dinheiro não dava, ela vendia uma jóia. E ela passou quatro anos vendendo jóia porque nunca que dava. Porque naquele tempo jóia aqui era mais fácil, né? Então as senhoras aqui tinham jóias e... ela vendia... e a gente estudando...*¹⁹⁸

como situado à Rua Dr. Americano, nº. 17 é onde funcionou o Hotel Português, idealizado e construído por Maximiano Mendes e dirigido por um seu tio, que não suportando a vida no Brasil retornou à Portugal. Maximiano manteve parte do imóvel como Hotel e parte como sua residência. Atualmente é onde a *Pousada do Sol* mantém suas instalações.

¹⁹⁸ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

Contudo, o respeitado e memorável professor Alcide Jubé — que hoje tem seu nome em colégio estadual da cidade de Goiás — tinha relações sociais e políticas consideráveis. Filho do ex-Presidente de Província, Joaquim Rufino Ramos Jubé, o professor Alcide não tardou em conseguir uma transferência para a já criada sucursal do Liceu na cidade de Goiás. O então Prefeito de Goiás, Zaqueu Alves de Castro solicitou a Pedro Ludovico que transferisse Professor Alcide:

Aí o Pedro Ludovico foi muito pronto. Ele veio pra cá [o pai]... eu estava no quarto ano, terminando o ginásio quando ele chegou aqui e veio ser o diretor... e morreu sendo o diretor. Ficou onze anos como diretor, até morrer. Morreu com 61 anos. [...] eu sei que logo que ele veio pra cá ele começou a adoecer porque ele ficou numa pensão lá em Campinas e nessa pensão ele tinha que comer o que vinha, né? E deu uma úlcera de estômago nele... aí ele veio pra cá e aí logo em seguida ele teve que ir para o Rio fazer um tratamento, para se operar lá.¹⁹⁹

A violência com que foi empreendida a transferência da capital não gerou apenas macro impactos: econômicos, políticos e sociais. As estruturas familiares, a saúde física e psicológica dos vilaboenses foi pontualmente e irremediavelmente afetada. Nada foi suficiente para compensar a violência e a brutalidade com a qual realizaram o sonho da nova capital. Cel José Tancredo Ramos Jubé (77 anos) ainda se lamenta:

Essa mudança foi muito rústica e muito mal planejada, se é que houve planejamento. Mas houve uma má vontade sim. É natural que a mudança da capital muita gente não queria. “Então porque vocês não queriam vocês vão sofrer”, achei isso muito errado, isso influi em mim. Tanto que quando houve a inauguração do Batismo da cidade de Goiânia em 1942, eu já era cadete [no Rio de Janeiro], havia uma ordem para mandar dois ou três cadetes integrando uma comissão, e resolveram escolher goianos, cadetes goianos. O exército mandou, mas eu sobrei porque eu era do primeiro ano, e tinham três dos anos mais adiantados, quarto, terceiro e segundo. Eu não me aborreci por não ter sido escalado porque eu sofri muito com essa mudança.²⁰⁰ [grifos meus]

A retórica da perda se caracteriza por narrar as privações materiais e simbólicas sofridas pelos indivíduos, pela família e pela sociedade. Destaco a necessária obrigação da expressão dos sentimentos, no sentido de Mauss (1981), a fim de socializar o

¹⁹⁹ Aloísio Celso Ramos Jubé, em entrevista concedida à autora em julho de 2001.

²⁰⁰ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2001.

significado da experiência do insulto moral e do ato de desconsideração (Oliveira, 1999a)²⁰¹, praticado contra o povo vilaboense.

Ao analisar o caso das demandas por reconhecimento do Quebec, Oliveira (1999a) afirma que “a identificação com a emoção ou sentimento de ressentimento, no caso do insulto moral, permitiria a socialização do significado da experiência e, assim, uma compreensão intersubjetivamente compartilhada do fenômeno” (p. 17). Ressentimento é definido por Strawson como sendo uma “reação a uma ofensa/agressão ou à indiferença e que tem como foco as atitudes ou intenções dos outros para conosco, enquanto seres humanos” (apud Oliveira, 1999a).

Quando falam sobre a mudança da capital, a maioria dos vilaboenses tradicionais sempre ressalva o fato de que não foi equivocado o ato de mudar a capital, mas sim a maneira violenta como fora executado: *ele atingiu o coração, ele queria acabar com a cidade*²⁰². Daí porque o ressentimento dos vilaboenses reside mais nas intenções que motivaram os atos deletérios do *doutor Pedro* do que nas suas próprias ações²⁰³.

Carneiro (2005), trabalhando com o conceito de ressentimento de Ansart (2001), analisa o trauma da mudança como um ressentimento, que pedia uma “vingança da humilhação experimentada’ no resgate da ‘autoridade perdida’, do amor-próprio ferido e da auto-estima em baixa” (p. 25). O ressentimento teria “inconscientemente” gerado “forças reativas” que teriam desencadeado o “apego ao seu passado colonial, na valorização de seus monumentos, nas tradições, na ritualização do poder” (p. 26).

Completando a idéia de Carneiro, julgo que ações deliberadas de alguns agentes sociais, se somaram àquelas “inconscientes”. Movidos pela “consciência discursiva” (Giddens, 1989), visaram concomitantemente dois objetivos: garantir que a cidade não sucumbiria e recolocá-la simbolicamente como singular, senão mais como centro político, agora pelo valor de um passado glorioso, da história, da cultura e das tradições. Prova disso são as manchetes dos jornais locais, nos anos que se seguiram logo após a mudança da capital: *Goiás, cidade histórica do Brasil*²⁰⁴; *Goiás, tu não morrerás*²⁰⁵;

²⁰¹ Em outros artigos de Oliveira se encontram reflexões sobre demandas de reconhecimento (1994, 1999b).

²⁰² Silvia da Silva Curado em entrevista concedida em 2001.

²⁰³ Não encontrei, durante minha pesquisa, vilaboenses que se referissem ao momento da mudança da capital como sendo no período do Estado autoritário, do Estado Novo ou de Getúlio Vargas. O agente da mudança é sempre Pedro Ludovico ou *doutor Pedro*.

²⁰⁴ “Goiás, cidade histórica”, *Cidade de Goiaz*, 10 de setembro de 1939, Ano II, Nº. 58, p. 1.

²⁰⁵ C. R., “Goiás, tu não morrerás”, *Cidade de Goiaz*, 21 de novembro de 1938, Ano I, Nº. XXI, p. 1.

*Por uma Goiás melhor*²⁰⁶; *Precisamos salvar a cidade de Goiás*²⁰⁷, *Desperta, minha querida Goiás*²⁰⁸; *A recuperação da cidade de Goiás*²⁰⁹. As ações de *recuperação, ressoerguimento, ressurreição e remodelação*, que redundaram em apoio às políticas de preservação do patrimônio, não foram “inconscientes”, tema a ser interpretado no decorrer do próximo capítulo e na Parte II.

Considero que a retórica da perda, ao expressar o ressentimento viabiliza uma “identificação publicamente partilhada do problema e sua classificação com um ato indevido” (Oliveira, 1999a, p. 17). Possibilita ainda “tornar inteligível a percepção do insulto moral, expresso na negação do reconhecimento da identidade distinta” (Oliveira, 1999a, p. 23) de Goiás como capital do Estado, *berço da cultura e civilização goiana*. Diz respeito a eventos situados no passado, no qual os vilaboenses foram desconsiderados e para o qual se processa um retorno constante e sistemático. Este retorno é fundamental para o trabalho constante de reconstrução de suas identidades no presente.

Os anos compreendidos pelo período da transferência da capital foram anos de medo e insegurança, sentimentos esses, que são vivenciados, em geral, por aqueles que se encontram em situações liminares; momentos nos quais se está apenas temporariamente, enquanto se aguarda por outro momento do ritual. Defino a fase de transição da transferência da capital como uma “fase liminar”, compreendida como uma dentre as três fases dos “ritos de passagem”, conforme os nomeou Van Gennep (1978). Dada a importância destas passagens, o autor enfatiza que considera “legítimo distinguir uma categoria especial de ‘ritos de passagem’, que se decompõem, quando submetidos à análise, em ‘ritos de separação’, ‘ritos de margem’ e ‘ritos de agregação’” (p. 31). Mais importante ainda é sua apreciação de que estas “três categorias secundárias não são igualmente desenvolvidas em uma mesma população nem mesmo em um mesmo conjunto cerimonial” (p. 31). Sendo assim, quando “a margem é bastante desenvolvida” pode se constituir em uma etapa autônoma.

É desta maneira que compreendo o período de transição — com duração de nove anos — no qual se deu a transferência da capital para Goiânia. Um período liminar

²⁰⁶ Luiz Alberto Di L. do Couto, “Por uma Goiás melhor”, *Cidade de Goiaz*, 29 de setembro de 1957, Ano XX, Nº. 668, p. 1.

²⁰⁷ Luiz Alberto Di L. do Couto, “Precisamos salvar a cidade de Goiás”, *Cidade de Goiaz*, 21 de julho de 1957, Ano XIX, Nº. 664, p. 4.

²⁰⁸ Camargo Júnior, “Desperta, minha querida Goiás”, *Cidade de Goiás*, Goiás, 12 de fevereiro de 1939, Ano I, Nº. 32, p. 1.

²⁰⁹ Goiás do Couto, “A recuperação da cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Goiás, 16 de outubro de 1950, Ano XIII, Nº. 486, p.1.

compreendido por todos os decretos, decisões e ações que retiraram paulatinamente a capital da cidade de Goiás. É oportuno lembrar que o rito, enquanto forma de expressão das sociedades e das culturas, “emancipa-se do contexto religioso no qual, até então era percebido” e não mais atrelado exclusivamente ao sagrado, o rito profano “encontra sua lógica em sua efetuação e satisfaz-se com sua intensidade emocional” (Rivière, 1997, p. 70). É, pois, enquanto um rito profano que analiso o rito de passagem compreendido pela transferência da capital.

Bourdieu (1996), ao criticar a ênfase dada à idéia de passagem de Van Gennep, propõe que se observe com mais atenção que no rito de passagem o que realmente importa é a linha: aquela que separa “um antes e um depois” e completa exemplificando que o que “em geral passa despercebido, é a divisão que esta linha opera entre o conjunto daqueles possíveis de serem circuncidados — os meninos, os homens, crianças ou adultos — daqueles que não o são, a saber, as meninas e as mulheres.” (p. 98). Para Bourdieu, o “principal efeito do rito” é que ao tratar diferentemente um grupo do outro, o “rito *consagra* a diferença, ele a institui” (p. 98).

O rito de instituição da capital do Estado em Goiânia, não apenas consagra e institui Goiânia como diferente, mas, sobretudo — e é isso que nos interessa aqui — destitui a cidade de Goiás do estatuto de capital. Goiás participa do ritual e ultrapassa a “linha”, ou seja, faz a passagem, para se tornar igual às outras cidades do Estado; para perder sua característica singular.

Se “instituir é consagrar”, “sancionar e santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida” (Bourdieu, 1996, p. 99), destituir significa dessacralizar, desconsagrar. O rito de instituição, no caso da transferência da capital, pode ser desdobrado em vários outros ritos. Para Goiânia, o rito de instituição pode ser desdobrado em rito de fundação, rito de denominação, rito de batismo (do batismo cultural da cidade) etc.

A idéia da fundação de uma cidade está claramente expressa no relatório que Pedro Ludovico enviou a Getúlio Vargas, em 1933, a fim de lhe explicar a necessidade da mudança da capital: *o governo de Goiás não vai construir uma Capital, como pensam alguns. Vai fundar, isto sim, uma cidade nova e construir nela seis ou sete prédios destinados à instalação dos poderes públicos e sessenta, aproximadamente, destinados aos funcionários e à custa dele* (apud Câmara, 1973, p. 58) [grifos meus]. Moura (2001) interpretou a construção de Goiânia como “produto de uma grande

mediação, entre a ‘metrópole’ e o ‘sertão’”, cujo principal personagem foi Pedro Ludovico: indivíduo com “potencial de metamorfose” altamente desenvolvido.

Assim como o *Anhanguera* filho funda o Arraial de Santana, Pedro Ludovico o pai, destitui Goiás do estatuto de capital fundando Goiânia. Para a cidade de Goiás, o rito que institui Goiânia como a nova capital é um rito de conversão²¹⁰, no qual a ordem é transfigurada. Como bem enfatizou Bourdieu

falar em rito de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar e a legitimar, isto é, fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural *um limite arbitrário*, ou melhor, a operar solenemente, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental a serem salvaguardadas a qualquer preço (1996, p. 98).

Contudo, não obstante assumir a categoria analítica proposta por Bourdieu — “rito de instituição” — ou seja, concordar com a crítica à ênfase dada por Van Gennep à “passagem”, não abandonarei a análise da fase liminar. Entendo que para se cruzar a linha e se “consagrar a diferença” há que se fazer a passagem que tem início antes do ato de se cruzar a linha. Este período de “margem” é fundamental, no caso da transferência da capital, para se interpretar as representações — no sentido de Bourdieu, “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos” (2000, p. 112) — dos vilaboenses sobre a perda da capital.

O período liminar, compreendido por nove anos, é prenhe de significados que não podem ser desconsiderados apenas porque quem consagra é a linha divisória. Fase “liminar” e “rito de instituição” e de “destituição” não sendo conceitos excludentes, ganharão ênfase não pelo valor absoluto enquanto conceitos analíticos e sim pelo valor relativo estabelecido em relação aos dados empíricos referentes à transferência da capital.

Caracterizadas como ambíguas (Douglas 1976), as fases liminares, tendem a serem também aquelas que trazem sentimentos como medo, insegurança e angústia. São ambíguas porque são compreendidas como momentos nos quais os sujeitos ou grupos sociais estão vivendo a passagem de um estatuto social para outro. No caso da transferência da capital, a fase liminar é definida como aquela na qual a cidade não era mais a capital, mas ainda não tinha deixado completamente de sê-la, uma vez que ainda

²¹⁰ A transferência da capital deve ser pensada como rito ocasional, uma vez que não há periodicidade. A ocorrência do evento “mudança da capital” foi única.

abrigava repartições públicas. O sentimento de incerteza e angústia gerado durante este período está presente na memória dos vilaboenses que testemunharam a transferência da capital. Quando carregariam o que ainda restava ali? O que seria daquela cidade ao final?

Da emergência com que foi encarada a empreitada da construção de Goiânia, e dada o caráter ambíguo e liminar do período de transição, decorreu a dificuldade de fixar-lhe a data de fundação. Assim, várias datas são consideradas importantes e simbólicas para a comemoração do nascimento da cidade. Em 24 de outubro de 1933 foi lançada a pedra fundamental. Em 07 de novembro de 1935 teve efeito a “mudança provisória”. Em 1937, a mudança definitiva da administração estadual. Mas é apenas em julho de 1942 que se deu o “Batismo Cultural” da cidade, com toda a cerimônia e festividade que pede uma inauguração²¹¹. Não obstante ser o dia 24 de outubro a data mais lembrada de todas, o dia do aniversário de Goiânia é sempre confuso, cercado por informações inconsistentes de parte da maioria dos goianienses. Se os goianos têm consciência de que dia 24 de outubro é feriado municipal porque é aniversário da cidade de Goiânia, muitas vezes não sabem definir precisamente o quê exatamente o dia 24 de outubro marca do ponto de vista histórico.

Amparo-me em Giddens para definir o evento da transferência da capital como uma “situação crítica”, que é aquela situação da qual decorre a “ruptura e o ataque deliberadamente sistemático às rotinas habituais da vida”, que “afetam uma quantidade substancial de indivíduos”, produzindo “um alto grau de ansiedade, uma eliminação de respostas socializadas associadas à segurança da administração do corpo e uma estrutura previsível da vida social” (1989, p. 51).

Como uma “situação crítica”, os efeitos da mudança da capital continuaram sendo sentidos e reelaborados no decorrer das décadas subsequentes. Isto porque, ao defini-la como “tempo reversível” — aquele no qual a *durée* da vida cotidiana tem um fluxo que ignora a irreversibilidade do tempo da vida do indivíduo —, a transferência da

²¹¹ O Batismo Cultural objetivou apresentar Goiânia “à nação, numa demonstração de que foi possível a construção de uma cidade moderna em um espaço vazio” Bernardes (1998, p. 157). Muitos grupos de música e “folclore” do Estado se apresentaram na ocasião, com destaque para músicos de Goiás. O evento foi promovido pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, cujo diretor era Câmara Filho. Estiveram presentes muitas autoridades, artistas e estudiosos da cultura. Dentre eles, Luiz Heitor, professor da cadeira de Música Popular Brasileira da Escola Nacional de Música, acompanhado de Eurico Nogueira Franco. Esteve também presente o folclorista Renato de Almeida. Luiz Heitor registrou na ocasião várias apresentações de músicas de viola, marchinhas e danças. Dentre elas os “Congos” e os “Tapuios” da cidade de Goiás. O material gravado consta da “Relação dos discos gravados no Estado de Goiás – junho de 1942”, N. 2, Centro de Pesquisas Folclóricas da Escola Nacional de Música, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro: 1950.

capital continuou a fazer parte das elaborações e representações sobre a cidade de Goiás.

Os mais idosos, que tinham sido testemunhas e atores do processo de *mudança* tiveram muita dificuldade para reelaborarem a “situação crítica”, marcada material e simbolicamente em suas vidas. Iracema Malheiros (66 anos), criança quando da mudança da capital, relata as representações que alguns vilaboenses idosos tinham sobre a cidade de Goiânia e do *doutor Pedro*:

*Tinha aqueles apaixonados que não iam [à Goiânia] em espécie alguma, por nada desse mundo. Eu lembro de Antonio Brandão... acho que ele nunca chegou a ir à Goiânia... Dona Evarista, que era dona dessa casa aqui, ela nunca foi à Goiânia, ela morreu tem coisa de uns vinte anos atrás... ela não falava o nome de doutor Pedro. Aqui tem a Totozinha que morava ali naquela casa... Totozinha morreu... acho que em setenta e quatro [1974]... era velhinha tudo, ela nunca foi à Goiânia. Pessoal aqui vizinho de casa, família Maia, ninguém da família nunca foi à Goiânia. Então essa coisa... desse jeito.*²¹²

Se Goiânia era algoz também o era Pedro Ludovico Teixeira. Mas apesar dos traumas provocados pela perda da capital, alguns reelaboraram sua posição contrária à mudança ao testemunharem a conquista do título de patrimônio mundial. Entenderam que Pedro Ludovico acabou colaborando impremeditadamente, pois que de suas ações decorreu a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade. Tal idéia não é corroborada por todos, sobretudo os mais idosos, como por exemplo, *dona Olimpinha*, que não obstante o título de patrimônio mundial ainda não aceita a perda da capital, pois acredita que *eles podiam aumentar ela... aumentar a cidade para o outro lado. Você não viu que o pai levou e o filho trouxe... trouxe como simbólico, mas trouxe... três dias*²¹³ [grifo meu]. *Dona Olimpinha* fala de perda e restituição.

Aqui novamente representações vilaboenses onde pai e filho são personagens de intervenções significativas para (e na) cidade. Anhanguera pai descobriu o ouro, Anhanguera filho fundou e povoou o Arraial de Santana. Pedro Ludovico, o pai, *levou* a capital e *carregou* com ela as instituições públicas, escolas etc; Mauro Borges, o filho, trouxe a capital de volta, simbolicamente. Não importa que seja apenas simbólico. *Dona Olimpinha* é taxativa: *you não viu que o pai levou e o filho trouxe... trouxe como simbólico ... mas trouxe.*

²¹² Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

²¹³ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

Trazer *como simbólico*, é umas das maneiras de trazer a capital de volta. Simbolicamente ou não, o verbo “trazer”, de cuja ação o filho é sujeito, é antônimo do verbo “levar”, de cuja ação o pai é sujeito. O argumento de *dona Olimpilha* é defendido conceitualmente por Geertz (1989), quando este refuta a idéia de que o simbólico se oponha ao real: o fato de que a política balinesa “era ação simbólica, não implica, portanto, que estivesse apenas na mente ou que consistisse inteiramente de danças e incenso” (p. 170). Os dias nos quais, até hoje, a capital se instala simbolicamente torna a cidade tão realmente capital que de fato é possível tanto dizer — conforme está dito na fala de *dona Olimpilha* —, quanto sentir o fato que o *filho trouxe* a capital de volta.

Nice Monteiro Daher (85 anos), cuja família era *caiadista* e *antimudancista*, ainda tenta entender o que aconteceu com *doutor Pedro*, o que o motivou a agir daquela maneira com relação à cidade de Goiás:

*Quando eu analiso essa questão da mudança e analiso também os meus sentimentos com referência a Pedro Ludovico, em quem eu reconheço uma liderança forte, eu acho que ele não foi tão culpado. A culpa daquela pobreza que ele reduziu a cidade — porque a cidade ficou miserável, tudo o que nós tínhamos foi embora, até carteiras quebradas de escola — é que o povo fazia as rodinhas entendeu? E ficava aquilo “ele muda?”, “será que ele muda, será que ele não muda?” E aquilo martelando no orgulho dele de achar que ele mudava, que ele tinha força pra isso e que estavam duvidando e a política fez dele um tirano pra nossa cidade. Quer dizer... não foi essencialmente culpa dele, a culpa foi do ensino, da formação... da revolta do povo que queria duvidar da mudança e criavam aquela mentalidade de achar que ele não mudaria. E criaram, pelo contrário, como um... desafio e um paradoxo. Aquela luta em vez de ser benéfica foi pior porque apressou a mudança.*²¹⁴

Sendo uma das oradoras na noite de criação do *Comitê Pró-Goiás*²¹⁵, Nice ainda reelabora o evento. O tom relativizador ainda imprime o papel de *tirano* a Pedro Ludovico, que contraditoriamente *não é tão culpado*. A sua culpa é compartilhada duplamente: (1) com o *povo* que *fazia rodinhas* e duvidava da determinação do jovem político, e (2) com a *política*, que fez dele *um tirano*. Com tais motivações o *doutor Pedro*, é em parte desculpado da ação deletéria que praticou sobre a cidade.

Há também a “memória herdada” que veio sendo transmitida ao longo de toda a segunda metade do século XX, para as outras gerações (Pollack, 1992). Mas há que destacar que muito embora tenham os mais jovens herdado o sentimento de dor e perda cravado na memória coletiva vilabonense, conseguem (diferentemente da maior parte dos idosos) fazer revisões no processo de *mudança* e destacar os pontos favoráveis. Héber

²¹⁴ Entrevista concedida em novembro de 2001.

²¹⁵ Para mais detalhes sobre a criação do Comitê Pró-Goiás, conferir Câmara (1973).

da Rocha Rezende Júnior (40 anos), que não foi testemunha da *mudança*, reconstitui, por intermédio da memória coletiva, o sentimento dos vilaboenses.

A transferência da capital, a gente sabe que foi na verdade uma questão política. Embora, tenha sido favorável para hoje se conseguir o título [se refere ao título de patrimônio mundial], mas na época a intenção era acabar com Goiás. Por uma questão política. O Pedro Ludovico queria ficar longe... bem distante de onde a família opositora a ele residia, tinha base... que eram os Caiado. Muitas coisas, muitas instituições foram levadas daqui pra Goiânia. O Liceu de Goiânia que era o Liceu de Goiás. Várias outras... a cidade passou por um período com casas caindo porque não tinha gente para morar. Mas por outro lado, se não tivesse sido transferida a capital, talvez hoje nós não tivéssemos as condições de ter mantido, preservado... seja no aspecto do patrimônio edificado, dos costumes, da cultura, dos segmentos folclóricos, no aspecto religioso.²¹⁶ [grifos meus]

Parte de outra geração e já tendo nascido e vivido numa cidade que não mais era a capital, Héber conclui sua narrativa levantando pontos positivos sobre a *mudança*. Assim, enquanto uma “situação crítica” caracterizada pelo “tempo reversível”, a transferência da capital vai sofrendo outras elaborações e representações. A conquista do título de patrimônio mundial, um evento recente, interfere nas elaborações do evento passado, *mudança da capital*, que ainda permanece na *durée* da vida cotidiana da cidade. A preservação deixa de ser algo que aprisionaria Goiás, transformando-a em cidade *velha* ou *abandonada*, para se transformar no maior símbolo da ideologia da preservação no estado de Goiás; como veículo de desenvolvimento econômico.

Fernando Passos Cupertino de Barros (44 anos) destaca mais a “forma” com a qual foi levada a cabo a transferência do Governo do que ela própria. Perguntei a ele o que ele se lembrava de ouvir no ambiente familiar sobre a mudança da capital: *que a mudança era necessária, as pessoas entendiam isso perfeitamente, era preciso que o estado se desenvolvesse, mas todos se ressentiam da forma traumática como ela foi feita*. A idéia de um trauma vivido pelos vilaboenses²¹⁷, legado aos mais jovens pela memória, é justificado:

Eu me recordo, por exemplo, das histórias que os meus avós me contavam... que os prédios públicos haviam sido destelhados para que caíssem, as escolas tinham sido fechadas... quer dizer, o Interventor naquela ocasião, ele realmente precisava forçar a barra para que as pessoas se mudassem para a nova capital e ele lançou mão disso. Os veículos, caminhões do estado, ao fazerem a mudança para Goiânia atravessaram por dentro do jardim, ali na praça, no sentido de realmente deixar a cidade destruída [grifo meu]. Essa foi a visão que

²¹⁶ Entrevista concedida à autora em março de 2003.

²¹⁷ Gomide (1999) também faz referência a um “trauma da mudança” e à “síndrome da mudança”.

*chegou pra mim da mudança. Mas nunca uma contestação quanto à necessidade...*²¹⁸ [grifo meu]

Muitos dos imóveis que abrigavam as instituições públicas *carregadas* para Goiânia, ficaram vazios. Alguns, por mais de décadas. Aos poucos foram ganhando novos significados ao serem reformados e utilizados como sede de irmandades, escolas, etc. Em texto jornalístico, Goiás do Couto informa sobre ações de melhoria em prédios públicos, na década de 50:

*Os confortáveis e sólidos edifícios onde funcionaram o Tribunal de Justiça, Secretaria da Fazenda, Assembléia Estadual, Palácio da Instrução, Faculdade de Direito e outros serviços públicos, sem a devida conservação, foram se arruinando de tal forma que se tornaram inadequados ao funcionamento das diversas repartições e até perigosos á integridade física de funcionários. Atualmente, entretanto, a situação modificou-se [...]. Os velhos edifícios [...] estão completamente reformados, ou melhor, reconstruídos, dando aspecto saudável à cidade e preenchendo as suas finalidades, juntamente com obras novas como prédios escolares, reparação e reconstrução de estradas, etc*²¹⁹.

Mas foram, sobretudo, os valores histórico e artístico, atribuídos pelo SPHAN, que iniciaram as primeiras restituições simbólicas das perdas sofridas.

²¹⁸ Entrevista concedida à autora em abril de 2005.

²¹⁹ Goiás do Couto, “Secretaria de Viação e os prédios públicos de Goiás”, Cidade de Goiás, Goiás, 09 de junho de 1957, Ano XIX, Nº. 661, p. 4.

CAPÍTULO 4

O PARADOXAL INÍCIO DA RESTITUIÇÃO

4.1. Os primeiros tombamentos

Os debates sobre a consagração de Goiás como *cidade histórica, monumento histórico* ou *patrimônio* teve início ainda em meio ao processo de mudança da capital. A primeira referência encontrada data de 1933, quando o deputado *mudancista*, Vascos dos Reis, expressa sua convicção de que ao ser edificada a nova capital, Pedro Ludovico não apenas atendia às palpitantes necessidades de progresso, como o fazia *sem destruir um patrimônio raríssimo e de que nos devemos por todos os títulos, orgulhar*²²⁰.

Em 1939, o jornal Cidade de Goiás foi palco de um debate sobre a elevação de Goiás à *Cidade Histórica do Brasil*. Em editorial afirmou o jornal que

*dois velhos amigos, dois ardorosos “irmãos de sonho” estão na arena, de lança, em riste, numa prematura contenda, em que afinal de contas, ambos têm razão, e nenhum a tem, de vês que o assunto possui, como o escudo do apólogo, duas faces: uma de ouro, bela e otimista; outra de prata, feia, pessimista...*²²¹

O dissenso dizia respeito à controvérsia entre Lacerda de Athayde e D. L. Santana. O primeiro entendia que *colocar uma coroa histórica sobre uma cidade que merece, não é entrar o seu progresso, não é diminuí-la; ao contrário é perpetuá-la perante os olhos de todos os brasileiros*²²². O segundo dava destaque para o lado *mareado, escuro e atrofiante da questão*²²³. O Editorial do jornal orienta a que todos *aguardem, pois, o decreto, serenamente confiante na lealdade dos amigos de nossa terra. Esperemo-lo para estudá-lo, visto ser, tudo que dissermos por agora sobre ele, inoportuno, prematuro, a priorístico, exteril*²²⁴.

²²⁰ Vascos dos Reis, “A nova capital defende as tradições goianas”, *Cidade de Goiás*, 30 de novembro de 1933, Ano I, Nº. XII, p. 1.

²²¹ “Goiás, cidade histórica”, *Cidade de Goiás*, 10 de setembro de 1939, Ano II, Nº. 58, p. 1.

²²² Lacerda de Athayde, “Goiás, cidade histórica do Brasil”, *Cidade de Goiás*, 3 de setembro de 1939, Ano II, Nº. 57, p. 1.

²²³ “Goiás, cidade histórica”, *Cidade de Goiás*, 10 de setembro de 1939, Ano II, Nº. 58, p. 1.

²²⁴ “Goiás, cidade histórica”, *Cidade de Goiás*, 10 de setembro de 1939, Ano II, Nº. 58, p. 1.

Este pequeno dissenso, o primeiro que consegui rastrear nos arquivos de Goiás, é revelador de que as tensões e conflitos que constituem o campo dos patrimônios estiveram presentes desde o início do processo de patrimonialização da cidade de Goiás.

Em 1942, Moisés Costa Gomes, membro do Departamento Administrativo do Estado de Goyaz fez um parecer, em processo da Interventoria Federal que concedia empréstimo à “velha Capital”, sugerindo ao Presidente da República à “elevação de Goiaz a Monumento Histórico”²²⁵. O que teria servido de “motivo” à proposição de Moisés Costa Gomes, teria sido o artigo “Visão de Goiânia”, de Brito Broca que fazia as seguintes considerações:

Penso na melancólica Vila Boa, de Saint-Hilaire, com suas tradições centenárias, onde estudaram Afonso Arinos e Carvalho Ramos. A velha capital poderá ser conservada agora, como monumento nacional. A fundação de Goiânia salvou-a, da mesma maneira que a de Belo Horizonte salvou Ouro-Preto. Parece-me que ninguém tem reparado nisso.²²⁶

Tão logo se fez o “Batismo Cultural” de Goiânia e alguns já conseguiam imprimir à cidade de Goiás outros valores. Contudo, a cidade de Goiás esperaria ainda por alguns anos a visita de um funcionário do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)²²⁷. Em maio de 1948, o arquiteto Edgar Jacintho da Silva, solicita junto a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então Diretor do SPHAN, sua ida ao estado de Goiás para fazer “levantamentos e fotografias das principais igrejas, casas de maior interesse e dos monumentos públicos (chafarizes, etc.)”²²⁸.

Compromete-se ainda a consultar “previamente os trabalhos feitos pelo Sr. Rescala, bem como levadas em consideração as anotações feitas sobre os mesmos pelo arquiteto Lucio Costa”²²⁹. Isto porque em 1940 o pintor João José Rescala havia estado em Goiás e conhecido a obra de Veiga Valle, exposta tanto nas Igrejas, quanto em coleções particulares, e colaborado na promoção da primeira exposição do escultor na cidade²³⁰. Nessa ocasião Rescala redigiu um relatório para o SPHAN no qual apresentava as características das peças (Passos 1997). Edgar Jacintho da Silva justifica que as referidas

²²⁵ Sobre a gênese do conceito de “monumento histórico”, conferir Choay, 2001.

²²⁶ “A elevação da cidade de Goyaz à categoria de Monumento Histórico”, publicada no *Correio Oficial*, em 25 de novembro de 1942. Arquivo: IPHAN, Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 3.

²²⁷ Atualmente denominado de IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

²²⁸ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 4.

²²⁹ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 4.

²³⁰ “José da Veiga Valle”, Cidade de Goiaz, 21 de abril de 1940, Ano II, Nº. 77, p. 1.

providências completadas por um estudo sobre o conjunto sobexistente da cidade no seu aspecto mais característico, poderão ser consideradas como iniciativa a uma apreciação mais cuidadosa da possibilidade em considerar esta cidade monumento nacional, conforme já diversas sugestões nesse sentido das autoridades locais.²³¹ [grifo meu]

Dentre as autoridades locais indicadas por Edgar Jacintho da Silva, está o Governador do Estado de Goiás, Jerônimo Cunha Bueno, que havia encaminhado ofício a Rodrigo Melo Franco de Andrade, solicitando sua visita ao estado de Goiás, especialmente à cidade de Goiás, a fim de torná-la “monumento nacional”. Na impossibilidade de aceitar o convite, Rodrigo envia Edgar Jacintho da Silva, que após visita seguida de “relatório, esquema, levantamentos e documentação fotográfica”, conclui seu parecer em outubro de 1948, julgando ter “proporcionado elementos suficientes para que esta Diretoria empreenda um estudo objetivo, tanto para a preservação desses valiosos monumentos como no aproveitamento do rico acêrvo existente na região”²³².

O estudo realizado por Edgar Jacintho traz algumas informações que merecem referência especial. Foi dividido em etapas que avaliaram “as edificações que compõem o conjunto urbanístico da cidade”; os “edifícios e monumentos públicos, igrejas e determinadas casas e sobrados de moradia” do século XVIII e de “inapreciável valor tanto pela raridade das soluções arquitetônicas como pela monumentalidade”; o partido urbanístico, uma vez que o mesmo considerava-se “praticamente inalterado”; o “paisagismo local” enquanto “exemplo do paisagismo urbano tradicional”; e por fim o “plano histórico”, no sentido da “participação goiana nos grandes ciclos das bandeiras e da mineração”²³³.

Edgar Jacintho subdividiu as “edificações que compõem o conjunto urbanístico da cidade” em três “grupos” e lhes atribui uma “percentagem em relação ao todo”: (1) edificações antigas que não sofreram quaisquer modificações que as desfigurassem ou descaracterizassem (65%); (2) edificações que “foram alteradas nas fachadas, notadamente pelas substituições dos beirais por platibandas e cimalthas” (30%), mas que permitiriam “uma futura ‘recuperação’”; (3) “construções novas e absolutamente estranhas ao conjunto” (5%)²³⁴.

²³¹ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 4.

²³² Idem, p.29.

²³³ Idem, p. 26.

²³⁴ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 26.

Conclui que a “tendência” de remodelação de fachadas é “comum às cidades velhas” e teria dois estímulos. Um de ordem psicológica, caracterizado pela “repugnância ao antigo”, uma vez que a “simples troca de um beiral por uma platibanda não constitui [sic] uma necessidade construtiva e ainda menos funcional”. O autor do estudo considera esta prática um “equivoco”, que seria corroborado para com o segundo estímulo, constituído pela “iniciativa da Prefeitura local”, que criou um “critério tributário que no mesmo sentido visava estimular a ‘quebra da aparência de antigo’”²³⁵.

O critério referido era caracterizado pela cobrança do imposto predial urbano (décima); ou seja, uma “taxa decrescente em relação ao tipo de beiral”. Assim, quão mais antigo fosse o tipo da casa maior lhe seria o imposto aplicado: casa do tipo colonial (com beiral), 11%; casa com cimalha ou beira sobre beira, 10%; e casa tipo oficial (moderna com platibanda), 8%. Sendo este um estímulo de ordem prática²³⁶.

Edgar Jacintho da Silva conclui que a modernização das fachadas “não atingiu outros elementos, como seriam os vãos de verga em arco e mesmo as guilhotinas em sua maior parte”, havendo, pois “possibilidade de recuperação, na eventualidade de futuras obras, quando então seria exigida dos proprietários a reposição dos elementos característicos que houverem sido substituídos”²³⁷.

O arquiteto descreve ainda as “características gerais das edificações urbanas”:

Contrastando com outras cidades formadas ao influxo da mineração, Goiás não apresenta um sentido de riqueza ou mesmo conforto nas suas edificações. A pobreza de recursos construtivos, conseqüentemente talvez em um meio social incipiente e de organização precária, fez com que guardem um aspecto até certo ponto rústico. Comprova este fato o pequeno número de casas assobradadas; pois que o próprio ‘palácio’ dos Governadores é um casarão térreo onde a nobreza é apenas entrevista no hall de entrada. Ainda neste sentido, verifica-se nas casas de moradia a falta de forros em quase todos os cômodos e até mesmo o emprego de pedra tosca na pavimentação dos corredores de entrada²³⁸. [grifo meu]

Em seu estudo o arquiteto traz observações também sobre as “características arquitetônicas tradicionais que predominam no comum das edificações urbanas”, como: beirais, vãos, pinturas de parede e esquadrias, “avarandados”; materiais construtivos, como taipa de pilão nas paredes externas, sem excluir o adobe e pau a pique nas paredes internas. Informa preliminarmente sobre os “monumentos de maior importância”:

²³⁵ Processo de Tombamento, Nº. 345-T-42, Volume I, p. 27.

²³⁶ Processo de Tombamento, Nº. 345-T-42, Volume I, p. 27.

²³⁷ Processo de Tombamento, Nº. 345-T-42, Volume I, p. 27.

²³⁸ Processo de Tombamento, Nº. 345-T-42, Volume I, p. 27

Chafariz da Boa Morte; Antiga Casa de Câmara e Cadeia, que sugere seja transformada em um Museu; Igrejas, das quais destaca a de Nossa Senhora da Abadia como sendo a única que “conserva a sua integridade arquitetônica”; o “Antigo Palácio dos Governadores”; os “edifícios residenciais”, que careceriam de “levantamentos sistematizados para se constituir os elementos necessários para um estudo objetivo da casa goiana”. Termina por indicar que a “Diretoria empreenda um estudo objetivo, tanto para a preservação desses valiosos monumentos como no aproveitamento do rico acervo existente na região”.²³⁹ Nenhuma referência é feita sobre a solicitação de que a cidade fosse transformada em “cidade monumento nacional”.

Após analisar o material levantado por Edgar Jacintho da Silva, o Chefe da Secção de Arte da D.E.T., Alcides da Rocha Miranda, propõe, ainda em 1948, que sejam “inscritos nos Livros do Tombo, para os efeitos do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, os seguintes logradouros, edifícios e obras de arte devidamente especificados”: Largo do chafariz; rua João Pessoa (antiga rua da Fundação), Igreja de N. Sa. da Boa Morte, Igreja de N. Sa. do Carmo, Igreja de N. Sa. da Abadia, Igreja de São Francisco, Igreja de Santa Bárbara — todas incluindo imagens, móveis e objetos do culto—, Casa de Câmara e Cadeia, Palácio dos Governadores, Antigo Quartel do XXº Batalhão de Infantaria Militar (Quartel do Vinte), Chafariz da Boa Morte, esculturas pertencentes ao Palácio dos Governadores (armas de Portugal e dois bustos de pedra no palácio do governo em Goiânia e Imagem de N. Sa. do Rosário da antiga igreja, atualmente no convento dos Dominicanos²⁴⁰ .

Em ofício subsequente, datado de dezembro de 1948, Edgar Jacintho pede a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que “na oportunidade do envio da documentação relativa ao tombamento efetuado na cidade de Goiás” consulte “as autoridades desse Estado sobre a possibilidade da cessão do edificio da antiga Casa de Câmara e Cadeia” a fim de que no mesmo fossem instalados “Museu e Arquivo”²⁴¹ .

A deliberação para que o tombamento se aplicasse à seleção de bens acima referida e não à cidade como um todo — “cidade monumento nacional”, como era o caso de Ouro Preto e Alcântara, por exemplo — foi explicada nos seguintes termos:

Após acurados estudos realizados naquela cidade, pelo técnicos deste órgão, verificou-se que, infelizmente, a antiga Vila Boa se encontrava bastante desfigurada no seu aspecto tradicional em consequência de reformas muito

²³⁹ Processo de Tombamento Nº. 345-T-42, Volume I, p. 28-29.

²⁴⁰ Processo de Tombamento Nº. 345-T-42, Volume I, p.30.

²⁴¹ Processo de Tombamento Nº. 345-T-42, Volume I, p. 31.

prejudiciais realizadas na maioria talvez de suas construções antigas, tendo sido então deliberado, na ocasião fossem preservados apenas os logradouros e edificações que conservavam suas características originais, sob o ponto de vista do interesse nacional²⁴² [grifo meu]

Não obstante a deliberação para os tombamentos ter-se dado em outubro de 1948, do ponto de vista oficial, a inscrição nos respectivos Livros do Tombo, bem como a publicação no Diário Oficial somente se realizaria a partir de 1950. Antes da proclamação por parte do poder federal, os vilaboenses foram sentindo, percebendo e refletindo sobre o *patrimônio*; essa nova categoria que ia adentrando o cotidiano da cidade.

Em fevereiro de 1949, o jornal *Cidade de Goiás*, publica matéria sobre Igreja de Nossa Senhora da Abadia:

*O Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, por provocação do então Prefeito de Goiás, cel. João Coutinho, diante do parecer de um técnico especialmente enviado para estudar o estilo e as condições da Igreja da Abadia, resolveu incluí-la no tombamento das cousas históricas do paiz e, para restaura-la, abriu um crédito de cinquenta e dois mil cruzeiros, fazendo também contrato com o construtor para efetuar esse serviço.*²⁴³ [grifo meu]

Chamo atenção para a relação entre poder local e federal expressa pelo jornal. O poder local teria, segundo o texto acima, orientado para que o SPHAN observasse um bem cultural específico e agisse no sentido de tomar providências quanto à sua conservação. As idéias de *restauro* e *tombamento* iam sendo assimiladas e apropriadas pelos vilaboenses. Em abril de 1949, outra matéria indica que “O Patrimônio Histórico exercerá suas atividades em Goiás”:

*Segundo nos informou o dr. Augusto Fleury Curado, um incansável batalhador pelas cousas e que vem se mantendo em estreito contacto com a direção do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre os meses de maio e junho novamente virá a esta cidade o dr. Edgar Jacintho da Silva afim de tomar outras medidas para a preservação do conjunto urbanístico local e a possível instalação de um museu que será o das ‘Bandeiras’*²⁴⁴.

Observe-se que ainda não se havia incorporado (ao menos não os vilaboenses que escreviam para o jornal) a sigla SPHAN, como forma de se referir à instituição. A

²⁴² Processo de Tombamento Nº. 345-T- 42, Volume I, p. 150.

²⁴³ “Está sendo restaurada a Igreja da Abadia”, *Cidade de Goiás*, Ano XI, Nº 418, 28 de fevereiro de 1949, p. 1.

²⁴⁴ “O Patrimônio Histórico exercerá suas atividades em Goiás”, *Cidade de Goiás*, Ano XI, Nº 424, 17 de abril de 1949, p. 1.

categoria “patrimônio histórico” ocupava o lugar tanto do valor atribuído ao bem, quanto da instituição que passaria a exercer “suas atividades” na cidade.

Posteriormente à visita de Edgar Jacintho, o jornal *Cidade de Goiás* publica “Goiás, Cidade Histórica”, que discorre sobre as ações do SPHAN na cidade. Após informar sobre os detalhes do plano de preservação — como “tombamento de prédios coloniais”, “planejamento da criação do Museu das Bandeiras”, “próprios públicos de linhas arquitetônicas puras” a serem “tombados” — faz pela primeira vez uma restrição pública à ação da instituição preservacionista:

*não podemos concordar com o tombamento geral do largo do Chafariz porque não há razões sólidas para isso, inclusive de não ter essa praça linhas uniformes de estilo em suas habitações. O aspecto colonial foi mutilado com a construção de numerosos prédios de estilo moderno e não justifica um tombamento geral*²⁴⁵.

O argumento de ausência de *linhas uniformes de estilo em suas habitações* ou de mutilação do *aspecto colonial* é uma tentativa de destituição do valor arquitetônico do Largo do Chafariz. Alguns vilaboenses já começavam a revelar o fato de que não reconheciam que ali houvesse algum valor de “patrimônio arquitetônico ou histórico”²⁴⁶. Mas há também o argumento mais prático, fundado no

*aspecto econômico a ser ventilado que é o do crescimento da cidade que dia a dia aumenta numa busca constante de conforto e melhorias. O progresso bate às nossas portas, a civilização está caminhando a passos largos para estas bandas e seria catastrófico querer fazer barreira a ela. Nada mais justo pois, do que as restrições que ora pomos àquele planejamento do S.P.H.A.N. No mais estamos de pleno acordo e julgamos que isso consulta aos interesses coletivos.*²⁴⁷ [grifo meu]

O progresso como ideologia daquele momento surge como valor máximo para a justificativa de que o tombamento total do Largo do Chafariz, não apenas impediria a realização do *ideal de conforto*, como também barraria a *civilização* que dali se aproximava. Desconhecendo ou desconsiderando o lugar hierárquico ocupado pela instituição federal e o poder do saber especializado do arquiteto parecerista, o jornal *Cidade de Goiás* entende como justas as *restrições* que coloca; e julga que as mesmas *restrições* consultam *aos interesses coletivos*.

²⁴⁵ “Goiás, Cidade Histórica”, *Cidade de Goiás*, Ano XII, Nº 433, 10 de julho de 1949, p. 1.

²⁴⁶ Sobre estratégias argumentativas contrárias ao tombamento, que desconsideram os valores históricos e/ou estéticos das edificações conferir Lewgoy (1992) e Tamasso (1998).

²⁴⁷ “Goiás, Cidade Histórica”, *Cidade de Goiás*, Ano XII, Nº 433, 10 de julho de 1949, p. 1.

Progresso e falha no parecer técnico são os motes que suportam o início da resistência à prática da atuação do SPHAN na cidade; obliterando o verdadeiro receio: de que propriedades privadas fossem tombadas e houvesse mais *perdas*, para além de todas que já compunham o legado da memória vilaboense. Apenas quatorze dias após a publicação da matéria acima referida, outra é publicada com intuito de esclarecer qual seria a forma de atuação do SPHAN na cidade. Não mais opositor, o jornal se tornou defensor:

*Aquele alto funcionário [se referindo a Edgar Jacintho da Silva] não foi bem compreendido e daí veio a suposição de que aquele departamento do Governo Federal desejava interditar prédios e monumentos, particulares e públicos, impedindo melhoramentos, invadindo o direito de posse e querendo transformar a cidade em tapera. Mas não há nada disso. O que realmente existe é que o SPHAN tomará providências para restaurar todos os edifícios, sem nenhum ônus para os proprietários e os entregará posteriormente livres de qualquer retribuição aos legítimos donos como o fez com a Igreja da Abadia.*²⁴⁸
[grifos meus]

Após revelar quais eram os receios — *perda* do direito de posse e depauperamento do casario — o jornal tranquiliza informando que o tombamento seria *parcial jamais prejudicando os interesses particulares ou coletivos*. O que estavam entendendo por tombamento parcial era a exigência da *não modificação do aspecto exterior*, sendo que o interior poderia ser *modelado à vontade do proprietário*. Acrescente-se ainda que com o tombamento *não será impedida nenhuma construção em estilo moderno*. O jornal justifica que havia publicado a matéria questionando o tombamento pelo fato de haver recebido *abaixo assinado de pessoas desta cidade protestando contra a [sic] interferências do SPHAN na antiga capital do Estado*.²⁴⁹

Não obstante rever sua opinião com relação ao tombamento do Largo do Chafariz, os responsáveis pelo jornal deixam claro que *não compartilham da opinião de inúmeras pessoas, inclusive do Deputado Federal Domingos Velasco que acha que se deveria fazer o tombamento integral da cidade, atraindo então, para aqui, multidão de turistas*.²⁵⁰

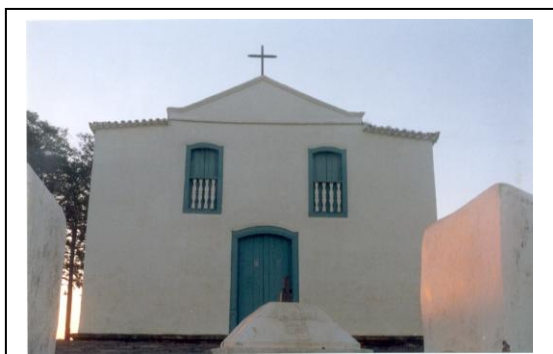
²⁴⁸ “O Patrimônio Histórico e a Cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Ano XII, Nº 435, 24 de julho de 1949, p. 1.

²⁴⁹ “O Patrimônio Histórico e a Cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Ano XII, Nº 435, 24 de julho de 1949, p. 1.

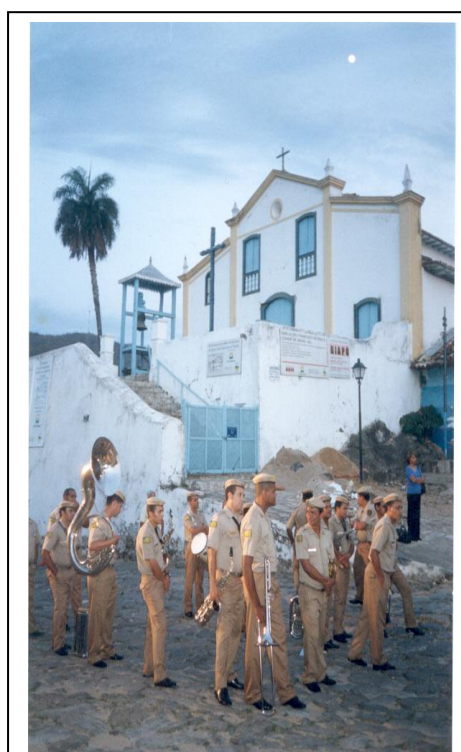
²⁵⁰ “O Patrimônio Histórico e a Cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Ano XII, Nº 435, 24 de julho de 1949, p. 1.

Contudo, se alguns ainda resistiam ao apelo do turismo, outros iam cuidando de incentivar o desenvolvimento deste setor econômico na cidade. Augusto Fleury Curado, por ocasião de campanha para arrecadar fundos para o restauro da Igreja de Nossa Senhora de Aparecida (Igreja de Areias) — não selecionada pelo SPHAN para efeito do tombamento e da preservação²⁵¹ — argumenta que *os amigos da Cidade devem ponderar que a história e o turismo serão as vigas mestras do reerguimento econômico de Goiás*²⁵². As categorias *história* e *turismo*, entremeadas pela categoria *patrimônio*, que lhes faz a necessária ligação, começam a surgir como nova ideologia, ao menos na elite cultural formada por vilaboenses ou *filhos de Goiás*.

Até 1950 a cidade de Goiás havia recebido pouca atenção dos órgãos governamentais estaduais e federais. Em 13 de abril de 1950, são tombados pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)²⁵³: Igreja de São Francisco de Paula²⁵⁴, Igreja de Nossa Senhora do Carmo²⁵⁵, Igreja de Nossa Senhora D'Abadia²⁵⁶, Igreja de Santa Bárbara²⁵⁷, Igreja da Boa Morte²⁵⁸, Imagem de Nossa Senhora do Rosário²⁵⁹.



Igreja de Santa Bárbara
Foto: Izabela Tamasso (2001)



Igreja de São Francisco e Banda do 6º
BPM
Foto: Izabela Tamasso (2001)

²⁵¹ A Igreja de Areias situa-se no Povoado de Areias, a alguns poucos quilômetros da cidade de Goiás, na Rodovia GO 060.

²⁵² “Idéias... Realidades”, *Cidade de Goiás*, Goiás, Ano XII, Nº 440, 28 de agosto de 1949.

²⁵³ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 55.

²⁵⁴ Inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 73, nº de inscrição: 360.

²⁵⁵ Inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 72, nº de inscrição 357.

²⁵⁶ Inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 72, nº de inscrição 358.

²⁵⁷ Inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 73, nº de inscrição 360.

²⁵⁸ Inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 72, nº de inscrição 356.

²⁵⁹ Inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 73, nº de inscrição 361.



Igreja de Nossa Senhora do Carmo
Foto: Izabela Tamaso (2000)



Igreja de N. S. da Boa Morte
Foto: Izabela Tamaso (2001)



Igreja de Nossa Senhora da Abadia
Fonte: Folder Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente.



Quartel do XX
Foto: <http://www.vilaboadegoias.com.br>

Em 31 de julho do mesmo ano é tombado o Quartel do XX Batalhão da Infantaria (mais conhecido como *Quartel do Vinte*)²⁶⁰. (Mapa 5 - página 129)

²⁶⁰ Inscrito no Livro do Histórico, Vol. I, folha 48, nº de inscrição 280.

MAPA 5

TOMBAMENTOS DA DÉCADA DE 50



Empenhado em colaborar com o desenvolvimento econômico de Goiás, Augusto Fleury Curado, escreve novamente para o jornal *Cidade de Goiás*, questionando a falta de iniciativa e participação do governo do estado junto à cidade. Faz referência específica à Constituição Estadual, que no artigo 32 versava sobre a conservação do patrimônio artístico, histórico e cultural e o incentivo aos migrantes e turistas: *embora já tenha decorrido mais de 8 anos da promulgação da nossa carta constitucional, o citado artigo 32 vem sendo aplicado tão somente por parte do Governo da União*²⁶¹.

Augusto Fleury Curado lista as ações de tombamento e restauro de alguns bens edificados de Goiás; faz referências ao *Dr. Melo Franco* e ao arquiteto Edgar Jacintho da Silva, se ressentindo do fato de que nem o poder municipal, nem o governo do estado e nem os moradores estivessem reconhecendo o *valor do empreendimento que o Governo Federal em boa hora está traçando e executando de maneira inteligente e obedecendo a uma orientação técnica. Desta forma, o setor do patrimônio histórico e artístico está sendo resguardado pelo Governo da União*²⁶².

A comparação explícita entre políticas públicas municipal, estadual e federal serve para o autor legitimar o lugar que o SPHAN ia conquistando na cidade²⁶³. Fleury Curado indica ainda que caberia ao Município de Goiás *incentivar o turismo, instalando de início hotéis em Goiás, São João e Leopoldina e os respectivos campos de pouso para aviação comercial*, medidas estas de *caráter urgente e inadiáveis*, uma vez que no período compreendido entre 1951 a 1955, surgiriam novos municípios próximos à cidade de Goiás. Ele faz referência específica à emancipação de vários distritos — já apresentada em capítulo anterior —, que remete à idéia de *perda* territorial, populacional e econômica.

Em 03 de maio de 1951 são tombados mais quatro imóveis²⁶⁴: antiga Casa de Câmara e Cadeia (Museu das Bandeiras)²⁶⁵, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da

²⁶¹ “A recuperação da Cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Ano XIII, Nº 486, 16 de outubro de 1950, p. 1.

²⁶² “A recuperação da Cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Ano XIII, Nº 486, 16 de outubro de 1950, p. 1.

²⁶³ Lembro que a família Fleury Curado em outro momento histórico também se posicionará favoravelmente e publicamente em defesa do IPHAN. Em 2002, por ocasião das obras da Avenida Rio Vermelho empreendidas pela Prefeitura Municipal, a família apoiará o IPHAN no sentido de embargar as obras e de tomar a chácara pertencente à família. A chácara situa-se próximo ao local onde se davam as obras da Avenida Rio Vermelho. As obras foram embargadas e a chácara foi tombada em 2004.

²⁶⁴ Coelho (1999) e Delgado (2003; 2005) indicam como sendo tombado o Chafariz de Cauda. Contudo, tanto no Processo de Tombamento, quanto no site do IPHAN não há indicação de um tombamento isolado do Chafariz de Cauda. Ele é citado como parte do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado em 03 de maio de 1951. Conferir Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume 1; www2.IPHAN.gov.br/ans/inicial.htm.

²⁶⁵ Inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 77, nº de inscrição: 395.

Praça Brasil Caiado (Largo do Chafariz)²⁶⁶, Palácio Conde dos Arcos, Armas de Portugal e dois Bustos em Pedra²⁶⁷ e Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua da Fundação²⁶⁸ (Mapa 5 – página 129). Em 05 de novembro de 1953 é tombado o único bem situado na zona rural: a Igreja de São João Batista no antigo Arraial do Ferreiro²⁶⁹



Museu das Bandeiras

Foto: Izabela Tamaso (2001)



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Chafariz

Foto: Izabela Tamaso (2001)



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua da Fundação

Foto: Izabela Tamaso (2001)

²⁶⁶ Inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 77, nº de inscrição: 393; Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Vol. I, folha 17, nº de inscrição 71.

²⁶⁷ Inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 77, nº de inscrição: 396; Livro do Tombo Histórico. Vol. I, nº folha, 48, nº inscrição 283.

²⁶⁸ Inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 77, nº de inscrição: 394; Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Vol. I, folha 17, nº de inscrição 72..

²⁶⁹ Inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, Vol. I, folha 79, nº de inscrição: 412.



Palácio Conde dos Arcos – Conquista do título de Patrimônio Mundial

Foto: Izabela Tamaso (2001)



Igreja de S. João Batista do Ferreiro

Foto: Izabela Tamaso (2001)

Se a idéia de reconhecimento do valor histórico e artístico dos bens selecionados pelo SPHAN, de certa forma, e para alguns vilaboenses, se apresentava como restituição da auto-estima e do valor singular da cidade; para outros, trazia inúmeros questionamentos, que indicavam o receio de que mais *perdas* pudessem acontecer. É baseando-se nesta segunda posição que, em maio de 1951, Honório Lemos publica a matéria *Goiás – cidade histórica?* Nela o autor questiona os tombamentos realizados e põem obstáculos a qualquer ação de elevar a cidade a monumento nacional:

*quando uma onda de progresso, sopra por todo o Estado, derrubando o arcaísmo e cultivando o amor ao Belo, Goiás a cidade decantada pelos poetas, berço de grandes intelectuais inteligentes, está fadada a arrastar-se nas cadeias do marasmo, subjugada pelas ordens do Patrimônio e de alguns apaixonados. Por que Goiás será decretada cidade histórica? Que há em nossa terra que tenha relevância na história da Pátria? Por aqui nunca passaram um Imperador, um Anchieta.*²⁷⁰ [grifo meu]

Primeiramente está clara a percepção de que preservação seria antagônica ao progresso. Ressalta-se a idéia de que as *ordens do Patrimônio* subjugariam a cidade, indicando *perda* de autonomia para ações urbanas. Neste caso, a categoria *Patrimônio* surge como uma entidade ou instituição (inclusive com “p” maiúsculo), que teria o poder de prender a cidade nas *cadeias do marasmo*. O autor da matéria traz o exemplo de Ouro Preto para refutar o tombamento de Goiás:

Ouro Preto aí está para nos mostrar ao que leva essa exigência do Patrimônio. Em o “Diário de Notícias”, de 2 de abril de 1950, nos escreve Xavier Placer: “Curioso, mas, onde o está o povo desta cidade? Janelas desertas, silêncio...” e mais adiante: “sonhos, cinzas. Comércio nenhum. Cidade morta. Vivo, aqui, só

²⁷⁰ Processo de Tombamento N° 345-T-42, Volume I, p. 69.

o passado”. E lá estão as ruínas a nos atestar a veracidade dos fatos. Quem quer habitar hoje, numa cidade abandonada? ²⁷¹

Janelas desertas, silêncio, ruínas, passado e abandono. É assim que Honório Lemos descreve uma cidade elevada à categoria de *monumento histórico*. Mais vivo que tudo está o *passado*, como argumento máximo do que ele chama de *Patrimônio*. E prossegue fazendo sugestões ao que ele considera o ideal de cidade daquele momento:

Goiás poderia também ser remodelada. A nossa Praça Monsenhor Confúcio [Largo do Chafariz], a primeira vítima do tombamento, mudaria de aspecto com um jardim alinhado, um prédio elegante, Hotel, por exemplo, (no atual Hotel Carrascosa), (pretendido, a ser novamente, o antigo quartel de polícia) tendo ao seu lado um posto de gasolina, bem iluminado, com bastante carros parados à porta... não seria ideal? Em vez de conservar essas casas de beiradões, chatas, unidas, sem estética, sem sol, se a Prefeitura desapropriasse algumas, fazendo de duas pequenas, um bangalô alinhado não seria tão lindo? ²⁷²

Pede que se contente o *Patrimônio com prédios já arrolados no tombamento... Igrejas, Cadeias e Chafariz* ²⁷³. Parece recorrente que as elites sempre aceitem o tombamento que recai sobre os bens religiosos e civis e resistam às ações da conservação patrimonial sobre os patrimônios privados ²⁷⁴.

O autor solicita ao Prefeito Municipal que não dê apoio ao que vai contra os *seus ideais de progressistas* e que *levará forçosamente a sua cidade ao esquecimento, ao abandono, à rotina e à ruína*. Termina por afirmar que *não é a tradição que faz a nossa cidade bela: é a topografia no lugar, a cultura do seu povo que também gosta do que é Belo e Bom* ²⁷⁵. Paisagem e cultura (separadamente) são mais valoradas do que os bens edificados.

Tendo tomado ciência da veiculação da matéria acima referida, o SPHAN enviou nota de esclarecimento que foi publicada no jornal local *Cidade de Goyaz*, em 27 de maio de 1951 e no Diário Oficial do Estado, em 5 de junho de 1951. A nota chama atenção para o fato de que o

²⁷¹ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 69.

²⁷² Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 69.

²⁷³ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 69

²⁷⁴ Na cidade de Espírito Santo do Pinhal (SP), a elite local resistente aos tombamentos e às ações de preservação do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), redige um *Manifesto* no qual declara “Continuaremos a guardar no tabernáculo de nossa história, o passado reverenciando sempre as personagens que construíram nossa história preservando os valores e bens que devam ser preservados, sem exacerbação, ao ponto de alcançar localidades e prédios que pouco significam em matéria de patrimônio histórico, com isso atravancando o desenvolvimento da cidade” (Tamaso, 2002, p. 44).

²⁷⁵ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 69.

ato de tombamento dos aludidos logradouros da cidade de Goiaz, não produz de modo algum efeitos de restrições exorbitante ao direito dos proprietários de terrenos e edificações situados na área tombada, uma vez que, na espécie, a interferência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se opera, em relação a quaisquer obras que ali se pretendam realizar [sic], tão somente de acordo com o ressalva que a do direito dos mesmos proprietários impõem expressamente o artigo 57 do Código Civil.²⁷⁶

Não obstante a nota, que parece ter tido o objetivo de tranquilizar os vilaboenses quanto aos “efeitos de restrições”, que não seriam “exorbitante ao direito dos proprietários”, alguns vilaboenses não se acalmaram. Outra matéria intitulada *Goiás não quer o tombamento*, datada de agosto de 1951 faz referências explícitas às prováveis restrições:

Hoje em dia, quem não ama o conforto? Quem não o deseja? Há ainda quem diga:

“Mas não se poderá modificar as fachadas das casas?” Como então mudar-lhes o interior, se somos embaraçados pela disposição do clássico corredor e janelas da parte externa das casas antigas! Serão difíceis as reformas nessas condições! Que diremos, ainda, das pequeníssimas e horríveis casas, coladas umas às outras, sem luz, sem sol, sem o arejamento necessário, de cujo interior se percebe toda a palestra da vizinha, e que são encontradas em cada passo?”²⁷⁷

Permanecia a inquietude com relação às restrições impostas às desejadas ou prováveis reformas, que só atingiriam aqueles que habitavam a cidade. Este é outro ponto de crítica: aqueles favoráveis aos tombamentos não residiam na cidade de Goiás e, portanto, não conheciam, aos olhos dos vilaboenses que lá residiam, os infortúnios de se habitar uma casa de concepção colonial: *não queríamos [sic] aos outros o que não desejamos para nós!*²⁷⁸. O que eles não queriam era morar em um monumento.

Argumentando, do ponto de vista do vilaboense, o autor da matéria descreve as vicissitudes do cotidiano na casa colonial: falta de luz, sol, arejamento necessário. Argumentos usados quando da mudança da capital. Além desses, o inconveniente de se ouvir *toda a palestra da vizinha*, revela que o autor sabia o que era habitar numa casa colonial. Casas sem forro, que eram as mais comuns, permitem que o som de uma casa seja ouvido na casa vizinha e tal característica, revela-se como constitutiva de um jeito de ser vilaboense (me refiro ao vilaboense tradicional). Análise desenvolvida na Parte III.

²⁷⁶ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 70.

²⁷⁷ Matéria “Goiás não quer o tombamento”, publicada em o *Jornal do Povo*, de Goiânia, em 4 de agosto de 1951, sem designação do autor. Há trechos do texto cujos argumentos são similares àqueles publicados por Honório Lemos.

²⁷⁸ Processo de Tombamento, N. 345-T-42, Volume I, p. 48.

Além das *pequenínissimas e horríveis casas, coladas umas às outras*, o autor se lembra também que:

*devem ser focalizadas também as grandes, as enormes casas, verdadeiros seminários, de impossível conservação, devido ao preço altíssimo do material, hoje em dia. O Patrimônio não custeará essas despesas! Tais casas, é lógico, aos poucos terão que ser reformadas, diminuídas, demolidas. Não daremos conta de sua conservação e a ruína será inevitável*²⁷⁹ [grifo meu]

Novamente a categoria patrimônio deixa de ser um valor atribuído a um bem cultural para surgir como uma entidade que não *custeará* as despesas requeridas para manutenção de imóveis antigos. O protesto tem continuidade com referência explícita a um imóvel que seria recuperado pelo SPHAN:

*O ex-Quartel do Exército! Porque tombá-lo? É um prédio sem beleza, sem rate, sem nenhuma acomodação interior! Querem trazer-lhe novamente, o beiradão antigo. É estranho. Torna-se original! Em Goiás, o Patrimônio tem a faculdade de restituir a um prédio, já há quarenta anos modificado, sua antiga feição colonial! Pobre Goiás... E será possível que isso aconteça?...*²⁸⁰

Em Goiás, o debate sobre a legitimidade dos restauros surge pela primeira vez na esfera pública. Não será a única, tampouco a última vez que os especialistas em restauro e conservação de bens patrimoniais tomaram decisões técnicas que não foram compreendidas por parte dos vilaboenses.

Na Europa, o conflito interno ao campo do patrimônio, no que concerne às decisões de restauros, ficou por um tempo polarizado entre antiintervencionistas e intervencionistas. Os antiintervencionistas, que tinham como expoente máximo Ruskin, defendiam o anti-intervencionismo radical, que se baseava no fundamento do caráter sagrado das marcas que as gerações passadas conferiram aos monumentos históricos. Neles não se poderia tocar, uma vez que restaurar um monumento seria como ressuscitar um morto. A reconstituição ou cópia era execrada como inanidade; um verdadeiro atestado contra a autenticidade, que é a própria essência do bem (Choay, 2001). Os intervencionistas, especialmente na figura do francês Viollet-le-Duc, com uma concepção “ideal” dos monumentos históricos, entendem que “restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado” (Choay, 2001, p.156).

²⁷⁹ Processo de Tombamento, N. 345-T-42, Volume I, p. 48.

²⁸⁰ Processo de Tombamento, N. 345-T-42, Volume I, p. 48.

Em meio às duas correntes, surge a postura relativizadora, em fins do século XIX, com o arquiteto italiano Camillo Boito. Dos intervencionistas, Boito incorpora a idéia de que os restauros podem ser feitos, mas apenas quando “todos os outros meios de salvaguarda (manutenção, consolidação, consertos imperceptíveis) tiverem fracassado” (p. 165). Dos antiintervencionistas, Boito incorpora a noção de autenticidade: “não se deve preservar apenas a pátina dos edifícios antigos, mas os sucessivos acréscimos devidos ao tempo”, percebidos como “verdadeiras extratificações [sic], comparáveis às da crosta terrestre” (p. 165). Se tivesse seguido a tendência de Boito o SPHAN não teria proposto (nem realizado) restituição do beiral em sua função antiga. Teria deixado as intervenções como testemunhos históricos; “verdadeiras extratificações”.

A intervenção pretendida pelo SPHAN — e posteriormente realizada — no Quartel do XXº Batalhão de Infantaria Militar, conhecido em Goiás por *Quartel do Vinte*²⁸¹, seria questionada por arquitetos e/ou restauradores que se identificassem com as idéias de Ruskin ou Boito e seria aceita por profissionais que se identificassem com as idéias de Viollet-le-Duc. O autor da matéria acima referida, Honório Lemos, tinha de certa forma, amparo teórico das doutrinas de restauro para questionar a reconstituição do Quartel do XX, ainda que não o tenha feito.

Contudo, se não o fez tecnicamente, o fez pelas idéias disseminadas pelo senso comum, aqui entendido como um “corpo organizado de pensamento deliberado” no sentido de Geertz (1997). As propriedades presentes no bom senso do autor da matéria — quando este questiona o *beiradão antigo* que o SPHAN queria restituir ao *Quartel do Vinte* (e o fez) e a idéia de *tornar-se original* —, como sistema cultural, é composto pelas propriedades listadas por Geertz: naturalidade, praticabilidade, leveza, não-metodicidade e acessibilidade.

Teria-se então: que (1) é natural que os imóveis passem por adaptações e não natural que eles retomem sua fachada original; (2) que não há nenhuma praticidade no fato de se despender tempo e dinheiro para tentar tornar algo não mais original em *original* novamente, algo que fugiria da idéia de bom senso; (3) a leveza da percepção e da fala que verbaliza sobre a troca do *beiradão* como sendo exatamente o que seria — uma troca de beirais para atender a um ideal de *originalidade*; (4) a não-metodicidade do pensamento do autor, sendo esta a mais evidente de todas as propriedades, uma vez

²⁸¹ Quando se referem ao Quartel do XXº Batalhão de Infantaria Militar na linguagem escrita, os vilaboenses abreviam como Quartel do XX, o que na linguagem oral é referido como *Quartel do Vinte*.

que o saber do bom senso sempre se funda em idéia *ad hoc* e não, como enfatiza Geertz, em “doutrinas formais, teorias axiomáticas, ou dogmas arquitetônicos”, que no caso seriam as teorias de conservação e restauro da qual faziam (e fazem) uso os técnicos do SPHAN; (5) a acessibilidade à crítica, feita pelo autor da matéria, que pode ser compreendida por todos, uma vez que sendo uma formulação do “bom senso está aberto para todos” (Geertz, 1997).

O senso comum como sistema cultural é tão legítimo como interpretação da realidade quanto qualquer outro saber, com o diferencial de que é um saber que se fundamenta na observação imediata. Assim, não há porque se excluir as interpretações provenientes do senso comum das práticas preservacionistas,. Bem como não se justificaria a exclusão das proposições feitas pelo saber especializado conformado pelos arquitetos e técnicos especialistas em restauro e conservação. Importa, isto sim, do ponto de vista antropológico, interpretar o diferencial de cada um dos sistemas em debate e conseqüentemente buscar as causas das dissonâncias existentes entre eles. E uma vez que o “senso comum” com relação ao *patrimônio* em Goiás é objeto central deste trabalho, a ele retomarei quando novamente as referências forem concernentes à legitimidade das intervenções praticadas, na contemporaneidade, pelo IPHAN em nome do saber especializado, não obstante irem freqüentemente, senão sistematicamente, contra o “senso comum”. Tema a ser desenvolvido na Parte III.

Contudo, se havia resistência ao tombamento e às obras de recuperação dos bens edificados na cidade de Goiás, havia também aqueles que declaravam aberta e publicamente seu apoio às propostas de preservação. Dentre eles, Augusto Fleury Curado, que enviou, de Goiânia, ofício a Rodrigo Melo Franco de Andrade, no qual o tranqüiliza quanto à publicação da nota do SPHAN em resposta aos questionamentos da matéria de Honório Lemos. Augusto Fleury Curado emite parecer sobre o autor como *peessoa (aliás ilustre desconhecido) [que] não conhece nada sobre o assunto, e analisando bem, vê-se desde logo que cai em contradições varias [sic]*. Entende ainda que a *reação, que apareceu agora, o que de verdade existe é o interesse particular em prejuízo ao interesse público*²⁸².

Um campo de lutas se configurava: técnicos e funcionários do SPHAN tinham apoio de uma parte da elite cultural em favor das ações de proteção ao patrimônio da cidade — tombamento, conservação e alguns poucos restauros — e sofriam com a

²⁸² Processo de Tombamento n. 345-T-42, Volume I, p. 77.

resistência de parte dos moradores e de parte da elite cultural, que eram contrários à ação do SPHAN. O campo, espaço simbólico, é na teoria de Bourdieu, o *loci* no qual agentes e grupos com interesses específicos e distintos posicionamentos sociais entram em luta concorrencial (Bourdieu, 1983). Nesse campo do patrimônio, os agentes do patrimônio — tanto especialistas e funcionários do IPHAN, quanto agentes locais da cultura e preservação e uma parte elite cultural — “na sua luta para imporem o veredicto ‘imparcial’, quer dizer, para fazerem reconhecer a sua visão como objectiva, dispõem de forças que dependem da sua presença a campos respectivos” (Bourdieu, 2000, p. 55).

Augusto Fleury Curado desautoriza o autor da matéria ao classificá-lo como um *ilustre desconhecido*, indicando o não reconhecimento da legitimidade de Honório Lemos para opinar sobre a cidade de Goiás; posto que não era ele um *filho de Goiás*. Apesar de fazer referência a *contradições várias* Fleury Curado não cita uma sequer.

Dado significativo e que será retomado posteriormente é o fato de que a família Fleury Curado apareça em momentos históricos diferenciados para dar apoio — este sim legítimo e autorizado pela elite local não *desconhecida, filha de Goiás* — às ações de preservação do SPHAN, na década de 50, e do IPHAN já no século XXI; sob a alegação da *importância [de] fazer conhecer a nossa história*. A qual história se refere Augusto Fleury Curado? A *nossa história* seria constituída por quais eventos? Significativos para quais famílias e/ou pessoas? Quais vilaboenses seriam partes da *nossa história*? E finalmente, que história seria apropriada pelo IPHAN como significativa para a construção da identidade nacional e posteriormente, para a conquista do título de patrimônio mundial?

Outro ponto a ser interpretado é que no cotidiano, a defesa do “interesse público” é frequentemente entendido e vivenciado como antinômico ao “interesse particular”. É esse um embate que a cidade de Goiás apenas iniciava naquele momento e que se estendeu até os dias atuais.

O primeiro caso de conflito ocorreu com um médico que adquiriu um imóvel na Praça Monsenhor Confúcio — atual Praça Brasil Caiado, mais conhecida como *Largo do Chafariz* — e que pretendia efetuar reformas no imóvel, a fim de tirar-lhe *do estado de ruína e por motivo higiênico (2 quartos pequenos sem luz e ventilação, mais corredor de 9 metros por 1 metro de largura)*²⁸³. Enviou ofício ao SPHAN em abril de

²⁸³ Processo de Tombamento N° 345-T-42, Volume I, p. 87.

1954, solicitando aprovação do projeto, que pretendia executar. A autorização lhe foi negada sob alegação de que as obras “importavam na modificação radical do seu aspecto geral externo” e “por descaracterizarem totalmente o próprio prédio, bem como o conjunto tombado”²⁸⁴.

Independentemente da não concessão de licença, o proprietário deu continuidade às obras no imóvel “a ponto de desfigurar-lhe, e ao quadro paisagístico em que se integra, o aspecto primitivo e tradicional”²⁸⁵. Estando, pois em contrariedade com o art. 175 da Constituição Federal e por consequência em “atentado contra o patrimônio”, conforme previsto nos artigos 165 e 166 do Código Penal, Rodrigo Melo Franco de Andrade encaminhou ofício ao Procurador Geral da República, solicitando “providências judiciais tendentes a embargar” a continuidade das obras²⁸⁶.

Uma primeira contenda se estabelece na cidade de Goiás. Dona Yêda Sócrates do Nascimento (vilaboense solteira), então Diretora do já criado Museu das Bandeiras e única funcionária do SPHAN residente na cidade, informava à instituição de preservação sobre os acontecimentos. O proprietário tentava conseguir aliados locais, dentre eles o Prefeito Municipal que lhe entregou um atestado do caráter de ruínas, no qual se encontrava o imóvel. As obras foram concluídas e o Procurador Geral da República recomendou propositura de ação cominatória, com objetivo de “compelir” o proprietário a “repor” o aspecto anterior do imóvel em questão²⁸⁷.

O proprietário decidiu pedir auxílio ao Presidente da República, Café Filho, encaminhando ofício no qual solicita o destombamento de sua propriedade; ou seja, o cancelamento da inscrição nos Livros do Tombo. Um ofício assinado por um técnico do SPHAN e encaminhado ao Presidente da República faz “exposição de motivos” e é por ele aprovado, indeferindo a “pretensão” do médico proprietário²⁸⁸.

O processo crime fora impetrado, com “inquirição de testemunhas e fotografias da casa”. Há, porém informações de que os processos não estariam tendo o apoio necessário na Delegacia e que o proprietário já havia disseminado a informação de que modificaria a casa uma vez que o Prefeito Municipal “o garantia”. O processo ficou parado, ao que consta, por “influências políticas”²⁸⁹.

²⁸⁴ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 96.

²⁸⁵ Processo de Tombamento Nº 345-T-42, Volume I, p. 97.

²⁸⁶ Processo de Tombamento Nº 345- T- 42, Volume I, p. 98.

²⁸⁷ Processo de Tombamento Nº. 345 – T – 42, Volume I, p. 109.

²⁸⁸ Processo de Tombamento Nº. 345 – T – 42, Volume I, p. 109.

²⁸⁹ Processo de Tombamento Nº. 345 – T – 42, Volume I, p. 109.

Posteriormente, uma contenda similar teve como atores principais as Irmãs Dominicanas (as mesmas citadas, por Nice Monteiro Daher, dentre os “bens” que não foram *carregados* para Goiânia), também desejosas de realizar modificações significativas na paisagem da Praça Monsenhor Confúcio (Largo do Chafariz), para procederem à ampliação do Educandário Santana, mais conhecido como *Colégio Santana*. Também elas encaminharam ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek, pedido de cancelamento do tombamento de alguns imóveis de nº 37, 39, 41, 43 e 45.

Carlos Drumond de Andrade, Chefe da Seção de História do SPHAN, dá o seguinte parecer:

a requerente não apresenta qualquer outra razão ou alegação, senão a de que adquiriu as casas do nº 37 e 45 para aumento de suas instalações. Vale dizer que cogita de realizar obras desfiguradoras da fisionomia da praça, pois, se tais obras não alterassem o aspecto peculiar do velho Largo do Chafariz, o Educandário se conformaria com o tombamento.

Faltando pois à pretensão qualquer outro motivo relevante de interesse público, e revestindo-se ela, pelo contrário, de feição nociva à proteção legal dos valores históricos e artísticos, o caso não parece de maior indagação.²⁹⁰

Rodrigo Melo Franco de Andrade pede ao Conselho Consultivo que “se pronuncie em sentido contrário ao atendimento do pedido da Revd^a Vice-Diretora do Educandário Santana e encareça, portanto, ao Senhor Presidente da República indeferir o requerimento que originou o presente processo”²⁹¹. O Conselho Consultivo deliberou pelo não cancelamento do tombamento dos bens. Contudo, a fim de não impossibilitar à ampliação pretendida pelo Educandário, recomendou à Diretoria do SPHAN que autorizasse a requerente a “proceder a obras de demolição nos fundos das edificações”, desde que as mesmas não ficassem “visíveis desde a Praça Monsenhor Confúcio”²⁹².

Um telegrama enviado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para a então Diretora do Museu das Bandeiras, Eunice Sócrates do Nascimento (um dentre as vilaboenses solteiras que foram importantes no processo de preservação de Goiás) — irmã e sucessora de Yêda Sócrates do Nascimento —, pede esclarecimentos sobre “demolição prédio” e ainda “elucideis quais terão sido autoridades competentes que Doutor Promotor Justiça Comarca comunicou mesmo Procurador terem visitado

²⁹⁰ Processo de Tombamento Nº 345 - T - 58, Volume II, p. 7, 27 de agosto de 1958.

²⁹¹ Processo de Tombamento Nº 345 - T - 58, Volume II p.29, 5 de setembro de 1959.

²⁹² Processo de Tombamento Nº 345 - T - 58, Volume II, p. 35, 26 de janeiro de 1960.

estabelecimento interpretando obra empreendida como ato lícito”²⁹³. Eunice responde: *demolição prédio Educandário Santana concluído tendo sido construído muro local. Foi autorizado por portaria Prefeito Municipal sob alegação constituir perigo*²⁹⁴.

Tanto no caso da propriedade do médico, quanto no caso do Educandário Santana, enquanto as irmãs Sócrates, representantes do SPHAN na cidade, enviavam telegramas tentando impedir demolições ou desfigurações ao Conjunto Urbanístico e Paisagístico da Praça Monsenhor Confúcio, os proprietários conseguiam aliados locais para levarem à cabo seus projetos de modernização e/ou ampliação.

Esses primeiros casos servem, por ora, apenas para pontuar o quanto a categoria patrimônio não foi homogeneamente incorporada ao sistema social local e nem pacificamente apropriada pelos vilaboenses. Os dois exemplos fazem referências a bens de propriedade privada. Quando os bens são públicos, o raciocínio é, em parte²⁹⁵, diferente. No ano de 1951, a matéria *Prédios públicos em ruínas* revela uma ação em defesa do patrimônio.

*Esta cidade, que por longos anos foi a capital do Estado, naturalmente, está dotada de grande número de edifícios pertencentes ao patrimônio estadual. [...] Lamentavelmente, com a mudança da capital, deixaram de receber os indispensáveis cuidados e caminham aceleradamente para a ruína. [...] é mister que o Governo do Estado tome providências a respeito, sob pena de ver esse patrimônio irremediavelmente perdido. Alguns milhares de cruzeiros evitarão grande perda.*²⁹⁶

O campo do patrimônio, relativamente autônomo, interage com outros campos também relativamente autônomos — religioso, político, artístico, econômico — sendo que “no interior de cada subespaços os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas)” (Bourdieu, 2000, p. 153).

O patrimônio compreendido pelos prédios públicos — Palácio da Instrução, Liceu de Goiás, antiga Escola de Artífices, Grupo Escolar “Mestre Nhola” e o Fórum — por estarem em estado de *ruínas* podem se configurar em futuras *perdas* para a cidade

²⁹³ Processo de Tombamento Nº 345 - T – 58, Volume II, p. 40.

²⁹⁴ Processo de Tombamento Nº 345 - T – 58, Volume II, p. 41.

²⁹⁵ Digo em parte, pois entendo que mesmo em bens de propriedade pública os conflitos decorrentes da “antinomia entre domínio e posse” (Tamaso, 2002) se apresentam. É o caso de bens que sendo de propriedade municipal, são tombados pela União. A perda de poder e domínio sobre os bens públicos locais também é desencadeadora de tensões e conflitos.

²⁹⁶ Processo de Tombamento N. 345-T-42, Volume I, p. 73.

de Goiás. A mudança da capital como um evento que traz a memória da perda é referido para lembrar que um patrimônio sobreviveu à mudança da capital e foi legado à cidade — simbolizando o passado de centro político do estado e das famílias tradicionais — devendo ser devidamente zelado.

4.2. A transferência simbólica da capital

Tão logo assumiu o governo do estado de Goiás em 1961, Mauro Borges, levou sua jovem esposa Lourdes Estivallet Teixeira para conhecer a antiga capital do estado. Nice Monteiro Daher (2000) narra em crônica que a *linda esposa* do governador era

inteligente, vibrante de mocidade, pensamento lavado na história de sua terra, o Rio Grande do Sul. Seu coração não trazia sombras de ressentimentos, ela só guardava a figuração de Érico Veríssimo, as Missões dos Jesuítas, as lutas das gerações choradas de paz. O governador Mauro Borges sabia que ela gostaria da cidade de Goiás. Levou-a para conhecê-la e ela apaixonou-se pela velha terra. [...] Graças a esse elixir de ternura, Vila Boa começou a reviver. Com a reforma do Palácio Conde dos Arcos, com o decreto da vinda por uns dias a Goiás as recordações da Capital [sic]²⁹⁷.

Nice Monteiro Daher finaliza agradecendo à Dona Lourdes — *obrigada Fada Madrinha!* — numa explícita referência a influência da esposa junto ao marido governador, no que concerne ao decreto que instituiu o “governo provisório”. Ao ser recebida para uma entrevista com Mauro Borges li para ele o trecho da crônica de Nice Monteiro Daher e pedi que ele comentasse. Ele sorriu e narrou

Quando nós chegamos lá, eu me lembro bem, as portas estavam abertas, as janelas abertas pareciam uma casa em abandono, não tinha ninguém tomando conta, nós entramos lá e vimos uma porção de pequenos animais, cachorros... onde eram os jardins, cavalos pastando... dentro de casa... no Palácio... animais... uma coisa horrível. Eu achei estranho aquele abandono. Causou-me certa revolta o descaso do povo de lá, das autoridades, quanto à conservação daquele velho Palácio. E aí mandei imediatamente fechar, botar cadeado nas portas, mandei imediatamente fazer uma reforma geral no Palácio... pintar tudo... pra poder voltar ao que era aquele velho casarão. [...] E foi até uma sugestão da Lourdes de transferir a sede provisoriamente... ela falou “Mauro, porque você não faz como Minas Gerais que leva a capital para comemorar o Tiradentes... a capital se muda para Ouro Preto... porque você não faz aqui em Goiás a mesma coisa?” Eu falei: ótima idéia a sua, eu vou fazer isso²⁹⁸.

²⁹⁷ Crônica intitulada “Goianidade: Cidade de Goiás – Patrimônio Histórico”, publicada no livro *Velhos Portais*, p. 81

²⁹⁸ Entrevista concedida à autora em março de 2003.

Em 26 de julho de 1961, o Governador do Estado de Goiás, Mauro Borges — filho do interventor Pedro Ludovico Teixeira — assinou o decreto nº 48 “transformando o Palácio Conde dos Arcos em Monumento Histórico e residência de inverno dos Governadores”²⁹⁹. O decreto, assinado na cidade de Goiás, estabelecia ainda que a partir daquele ano, todos os governadores goianos se “transfeririam” para Goiás a fim de “dentro das disposições constitucionais, despacharem o expediente do Governo, em homenagem à cidade que serviu de berço à civilização goiana”³⁰⁰.



Instalação do Governo Provisório, em 1961. Da esquerda para a direita: Lourdes Estivallet Teixeira, Mauro Borges e Brasília Ramos Caiado (discursando)³⁰¹.

O contexto no qual Mauro Borges criou mecanismos legais de reconhecimento do valor da cidade é narrado por ele mesmo:

Eu me lembro, eu fiquei horrorizado, quando eu fui pra Goiás, mandei limpar o Palácio pra poder morar lá, passar uns dias lá, uma pessoa... eu não quero citar nome...quase em frente o Palácio ia demolindo aqueles casarões, tinha uma cajazeira grande em frente o Palácio...ia tirar pra fazer uma garagem de carro, uma coisa assim...Eu fiquei revoltado com aquilo! Eu falei ‘ah, isso eu não admito, com lei ou sem lei ninguém vai fazer isso aqui, eu não vou permitir’... e não fizeram... felizmente não é?³⁰²

²⁹⁹ Matéria “O dia em Palácio”, publicada em *Folha de Goiás*, no dia 26 de julho de 1961.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Arquivo pessoal de Dr. Brasília Ramos Caiado.

³⁰² Entrevista concedida à autora em março de 2003.

O relato revela o início de desfigurações que começavam a tomar conta do conjunto arquitetônico da cidade. Observando que a modernidade avançava cada vez com mais força como ideologia que atendia aos anseios de uma maioria, o governador que entendeu que “com lei ou sem lei”, não deveria permitir tais intervenções.

Posteriormente, a Lei nº 3.635, de 10 de outubro de 1961, publicada no Diário Oficial em 23 de novembro de 1961, declarava no artigo primeiro que “sem quebra de autonomia assegurada na constituição da República, a Cidade de Goiás, como antiga capital e berço histórico e cultural do povo goiano, fica sob a especial proteção do Estado”³⁰³. O próprio Mauro Borges aponta para os motivos que o teriam levado à tal lei: “O fato é eu ficava zangado quando alguém queria demonstrar, destruir aqueles prédios velhos... eles estavam muito sem esperança... depois é que foi melhorando”³⁰⁴. O filho do interventor admite o caráter de desesperança que tomou conta dos ânimos na cidade de Goiás por muitas décadas.

A idéia de uma “proteção especial” estava vinculada aos atos de destruição dos “prédios velhos”, mas também à “proteção especial pelas razões da tradição etc... da influência política de tantos anos na vida do estado, como também porque a cidade teria que se desenvolver, não seria só o valor histórico. Então tinha que protegê-la para que ela crescesse”³⁰⁵.

Sua visão era de “proteção” para o desenvolvimento; uma visão que não dicotomizava proteção ao patrimônio edificado e progresso. Entretanto a idéia de “proteção” aos “prédios velhos”, como se verá posteriormente era vista (de maneira geral) como antagônica à ideologia do progresso, da qual a cidade de Goiânia e, num segundo momento Brasília, eram símbolos exponenciais no Centro-Oeste.

O artigo 2º tratou de garantir por força de lei a instalação do governo do estado na cidade:

Art. 2º. — Anualmente, entre os dias 25 e 31 de julho, a Assembléia Legislativa funcionará e o Governador despachará na cidade de Goiás, onde, na mesma época, o Tribunal de Justiça realizará sessão solene especial de homenagem à antiga Capital do Estado³⁰⁶.

³⁰³ “Texto completo da Lei que colocou a cidade de Goiás sob proteção especial”, *O Popular*, Goiânia, 27 de julho de 1962. Documento avulso consultado no Palácio Conde dos Arcos.

³⁰⁴ Entrevista concedida à autora em março de 2003.

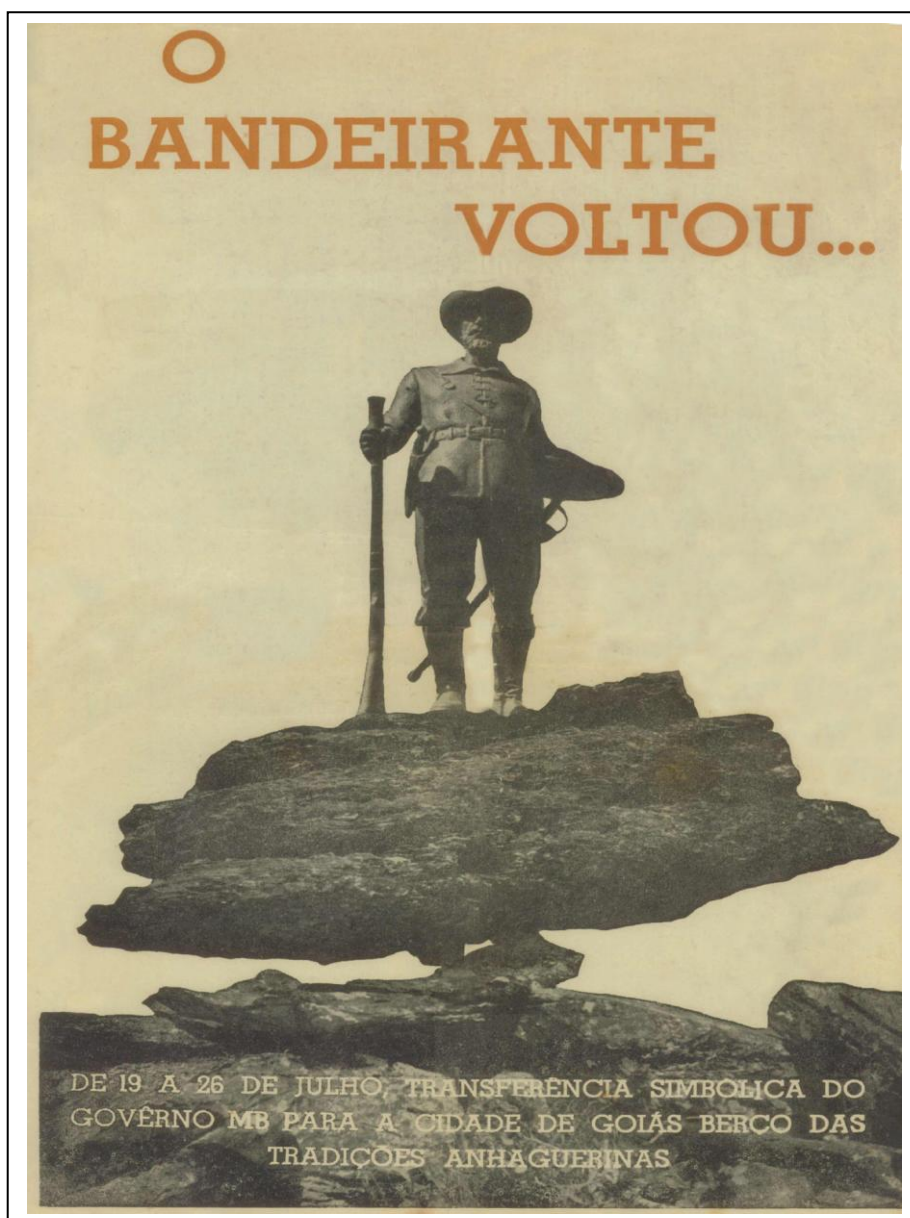
³⁰⁵ Entrevista concedida à autora em março de 2003.

³⁰⁶ “Texto completo da Lei que colocou a cidade de Goiás sob proteção especial”, *O Popular*, Goiânia, 27 de julho de 1962. Documento avulso consultado no Palácio Conde dos Arcos.

Mauro Borges restitui simbolicamente a capital para Goiás. Observe-se trecho de uma crônica redigida por um vilaboense:

Como nos dois últimos anos passados, o Governador Mauro Borges Teixeira transferirá, por alguns dias, o despacho do Governo para a cidade de Goiás, dia 26 deste, e a antiga capital do Estado viverá, então, momentos de alegria, graças a essa justa homenagem que o nosso governador, que se tem revelado grande amigo daquela cidade, lhe renderá. Confesso, sem temer o nome de bairrista, que vivo instantes de grande euforia, tomando parte ativa nessa transferência da capital para Goiás. (Di Guimarães, 2000, p. 81).

No governo de Mauro Borges, a publicidade da transferência simbólica da capital foi retratada no cartaz que traz a estátua do bandeirante Anhanguera sobre a Pedra Goiana ³⁰⁷.



³⁰⁷ Arquivo pessoal de Rita da Veiga Jardim.

Ao ser indagado sobre o que pensa sobre o *Anhanguera*, Mauro Borges o definiu como um “desbravador dos sertões”, enfatizando que o “grande acerto”

das bandeiras foi levar ao povoamento do interior que demorou muito... depois mesmo...apesar dessas... de Cuiabá, Goiás, não se desenvolveram o suficiente pra encher os sertões, as cidades... Isso só realmente veio a acontecer com Brasília... com Goiânia primeiro e Brasília... é que realmente nós fomos complementando a ação dos bandeirantes de encher os sertões, os cerrados de gente não é?³⁰⁸ [grifo meu]

Pedro Ludovico Teixeira e Mauro Borges davam continuidade ao projeto de expansão e povoamento de um Brasil, concebido como um “vazio” geográfico; ignorando com isso índios e posseiros que ali viviam³⁰⁹.

A analogia para com o fenômeno das bandeiras não é exclusiva de Mauro Borges. Comemorando um ano do Batismo Cultural de Goiânia (1942), o Editorial da Revista Oeste, de julho de 1943, publica a idéia que

Um acento forte distingue, entre outros, a nova metrópole sertaneja — o seu caráter bandeirante. Nem foi por outros motivos que Dom Aquino Correia, em oração memorável, qualificou o Interventor Pedro Ludovico de — “O Terceiro Anhanguera. [...] Salve, pois, a Cidade-caçula! Salve o Terceiro Anhanguera”³¹⁰

Juntos, *Anhangueras* e *Teixeiras* (Pedro Ludovico e Mauro), paulistas e goianos, ambos carregando tanto a glória das fundações, dos desbravamentos, quanto à pecha de expropriadores. A pecha de expropriador, no caso de Pedro Ludovico, por *levar* a capital, as escolas etc. No caso de Mauro Borges, ao lado da glória da primeira restituição à cidade — a transferência simbólica da capital; que refunda a cidade como capital — havia o receio das perdas nos patrimônios privados em decorrência da legislação de proteção ao patrimônio da cidade.

No cartaz, a legenda que ressalta a cidade de Goiás como “berço das tradições Anhanguerinas” faz a ligação entre o herói desbravador e fundador — Anhanguera que desbrava e funda Goiás — e o herói restituidor — Mauro Borges que *trouxe* de volta a capital, sinalizando simbolicamente com a volta do bandeirante expressa na frase reticente: “o bandeirante voltou...”

³⁰⁸ Entrevista concedida à autora em março de 2003.

³⁰⁹ Conferir Vidal e Souza (1997).

³¹⁰ “Um homem e uma obra, Revista Oeste, julho de 1943, ano II, n. 6, p. 219-220.

O governo Mauro Borges possibilitou que a superação do trauma fosse iniciada ao restituir simbolicamente a cidade das perdas, pelas quais o pai era responsabilizado. A população é declaradamente grata a Mauro Borges pela retomada de parte da auto-estima, que lhes fora *carregada* por seu pai. Neste ponto, é interessante notar como os vilaboenses estabelecem espontaneamente a ligação entre o momento do pai e o momento do filho.

Ao perguntar a Fernando Passos Cupertino de Barros (44 anos) sobre os resquícios do trauma da mudança da capital ele respondeu que além de ter herdado a memória do trauma ele presenciou outro momento:

Eu vivi também uma outra situação. O governador Mauro Borges restaurou a simpatia da população de Goiás pelo governo do estado. Ele entendeu... talvez... que o governo tinha ficado devendo alguma coisa à cidade e ele foi quem criou a questão de se deslocar com o governo para Goiás, ele não ficava lá dois dias, três dias. Ele ficava um mês... e participava da vida da cidade, o que eu acho muito interessante. Eu sou contemporâneo de alguns dos filhos deles e como menino eu brincava ali no terraço do Palácio com os filhos do governador e de repente a porta se abria e Dona Lourdes, esposa dele nos chamava pra tomar café e lá tinha o bolo³¹¹. [grifo meu]

Dona Ana Marinho (*Quinha* - 80 anos), apesar da diferença geracional com relação a Fernando (44 anos), corrobora a mesma idéia; assim como *dona Olimpina* (80 anos) que, como já fora citada anteriormente, faz referência ao fato de que o *filho trouxe de volta como simbólico* aquilo que o pai levava. Após a narrativa de *dona Quinha* sobre os impactos da mudança da capital, perguntei quando ela entendia que a cidade tinha começado a se recuperar dos traumas causados pela *mudança*. Se antes ela falava do pai Interventor, agora ela falaria sem titubear do filho governador:

Quando Mauro Borges, governador... ele melhorou bastante aqui em Goiás por causa do asfalto, porque não tinha estrada né? E com o asfalto, os que tinham mudado... muita gente arrependeu de ter deixado a casa cair e aí foram voltando... foram voltando com a melhora do governador Mauro Borges. Trouxe a capital provisória... eram quinze dias de festa. Aí foi melhorando³¹² [grifo meu]

Os dados etnográficos me levam a refutar a afirmação de Delgado (2003) quando revela que

os moradores de Goiás receberam com reservas a homenagem prestada, em 1961, pelo governador Mauro Borges Teixeira, filho de Pedro Ludovico

³¹¹ Entrevista concedida à autora em abril de 2003. Observe-se que a entrevista foi feita em Goiânia e por isso “lá” se refere à cidade de Goiás.

³¹² Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

Teixeira, que promulgou um decreto determinando que o Governo do Estado fosse anualmente transferido para a antiga capital durante uma semana a contar do dia do aniversário da cidade, 25 de julho, período no qual o Palácio Conde dos Arcos seria novamente sede do Governador [sic] e residência do Governador (p. 405).

Os moradores não apenas aceitaram o Governo Provisório como são até hoje gratos ao governador por tê-lo efetuado. Ocorre que Delgado (2003) confunde as duas diretrizes dadas na Lei nº 3635: uma que reconhece o valor histórico da cidade, colocando-a sob “especial proteção do Estado” e a outra que delibera pela transferência anual do governo para Goiás.

Minha análise é de que os moradores não reagem com “reservas a homenagem prestada” como afirma Delgado, mas a uma das medidas compreendidas na Lei. A resistência dos vilaboenses recaiu sobre os artigos que versavam sobre a “especial proteção do Estado” e sobre o “estudo das medidas de defesa do patrimônio artístico, histórico e cultural da cidade de Goiás”. Este sim se configurou num campo de lutas. Mas devo ressaltar que a memória das ações do governo Mauro Borges na cidade é sempre relacionada à instalação do Governo Provisório e não a “especial proteção do Estado”. Sobre esta última não ouvi, durante meu trabalho de campo, nenhum comentário espontâneo. Entendo que a tão agraciada implantação do Governo Provisório, juntamente com o tombamento pelo DPHAN em nível nacional, em 1978, este sim deveras impactante, acabaram por obscurecer parte do que estava previsto na Lei 3536, do governo do Estado; especificamente a parte que se referia a “especial proteção do Estado”. A memória coletiva fixou da lei o que importava: o estatuto de capital recuperado simbolicamente. O tombamento pelo IPHAN em 1978 se incumbiu de obnubilar o outro conteúdo da lei, pois que englobou aquele; ou seja, a “especial proteção do Estado”.

Asfalto, capital provisória e festa. Progresso, retorno simbólico da capital e alegria parecem ser os motivos que fizeram os vilaboenses acreditarem que um novo momento começava para a cidade de Goiás.

4.3. Goiás, Monumento Histórico do Estado

Se com relação à instalação do Governo Provisório não havia “reservas”, não se pode dizer o mesmo em relação aos outros artigos da Lei 3536, pois se as ações de políticas públicas relacionadas à cidade de Goiás restituíam, por um lado, a cidade de tantas perdas; por outro, iam sinalizando para outras prováveis perdas. Isto porque no governo Mauro Borges, a antiga capital, além de ganhar “proteção especial” e “homenagem”, ganhou também amparo aos “interesses econômicos” e “de conservação do patrimônio artístico, histórico e cultural”, conforme previsto no artigo terceiro da Lei 3536. O artigo quinto estabelecia a criação da “Comissão Vila Boa, órgão de consulta e cooperação com o governo do Estado, no estudo das medidas de defesa do patrimônio artístico, histórico e cultural da cidade de Goiás”. O artigo sexto determinava que o orçamento do estado consignasse “dotações especialmente destinadas”:

- I — a abertura e conservação de estradas [...]
- II — à conservação de monumentos históricos e de edifícios públicos;
- III — à aquisição de velhos edifícios de valor histórico, de arquitetura colonial autêntica, para conservação como exemplares sobreviventes aos primitivos tempos da cidade;
- IV — à conservação de templos religiosos que possuam em custódia relíquias históricas;
- V — à restauração e manutenção do Gabinete Literário Goiano, sob os auspícios do poder público, a ele recolhendo-se livros raros e de especial valor histórico da lavra de autores goianos ou escritos sobre a terra e a gentes goianas³¹³.

O governador Mauro Borges ia definindo sua ação governamental e institucional junto à cidade de maneira nunca antes feita por outros. A categoria patrimônio pela primeira vez surgiu no plano do governo do Estado, ao menos em suas narrativas oficiais (decretos e lei). O patrimônio a ser “protegido” é configurado por bens de valor “artístico, histórico e cultural”, “monumentos históricos”, “velhos edifícios de valor histórico” que sejam de “arquitetura colonial autêntica”, “templos religiosos que possuam em custódia relíquias históricas”, “Gabinete Literário” e “livros raros” de “autores goianos” ou que façam referência a “terra e a gentes goianas”. Não obstante a vaguidade do conceito de patrimônio, bem como dos bens de valor patrimoniais, deve-se destacar o empenho de Mauro Borges em realçar traços constituintes da cidade de Goiás.

³¹³ “Texto completo da Lei que colocou a cidade de Goiás sob proteção especial” – 27 de julho de 1962.

A idéia de “conservação” ou “preservação do patrimônio histórico”, que já tinha causado algumas contendas, conforme apresentado anteriormente, continuava não sendo bem recebida por uma parte dos vilaboenses. Em manifesto redigido no ano de 1961 e entregue ao governador Mauro Borges, um grupo de vilaboenses — *comissão de ilustres conterrâneos* — pedia que fossem *evitadas no terreno estadual e combatidas no federal, todas as tendências PRÓ-TOMBAMENTO de nossa cidade*³¹⁴:

De que nos valeria toda uma assistência administrativa; qual a importância dos melhoramentos que para aqui serão trazidos, se tivermos contra nós a pseudo cultura histórica de conterrâneos ou alienígenas, influenciados por maus pregadores e rendidos às falsas evidências dos comodistas e anti-progressistas? Que paradoxo tremendo pretender-se, nos meios que não prestigiam Goiás, pleitear-se melhoramentos, condições mais técnicas de progresso, conforto e bem estar, se o particular, impedido na sua iniciativa de acompanhar, com a remodelação de suas propriedades individuais a marcha ascensional da cidade, tivesse, ele mesmo, de morar num Museu, constituindo-se dentro dele um seu próprio integrante?

Na justificativa utilizada pelo grupo está clara a noção de que a preservação do patrimônio, por instrumento do tombamento, seria uma ação contrária ao progresso tão almejado desde os tempos da *mudança* da capital. Naquele momento, eles alegaram que não podiam deixar que os sepultassem *nos confinamentos de uma cidade museu, confundindo tradição, cultura, com a conservação pura e simples de fachadas*³¹⁵. A idéia de que as fachadas conservadas caracterizariam atraso para a cidade, recorrentemente vítima de percepções e narrativas deletérias, era um receio que tinha bases históricas. Uma cidade que tinha perdido a capital por problemas de localização geográfica, de saneamento básico, de insalubridade etc, poderia ser também vista como uma cidade *museu*; o que poderia remeter ao sentido de estagnada, atrasada e velha.

Outro ponto significativo a ser destacado é o fato de que o *Manifesto ao Povo* fazia analogias entre os tempos do bandeirante e aquele do *jovem governador*, Mauro Borges:

O Exmo. Sr. Governador Mauro Borges Teixeira, em seus contatos mais diretos com nossa realidade, por ocasião de sua permanência entre nós — fato que

³¹⁴ Manifesto “Ao Povo”, 1962. Arquivo do Palácio Conde dos Arcos.

³¹⁵ Atualmente a concepção de preservação ou restauro unicamente de fachadas tem recebido inúmeras críticas de teóricos e profissionais dos patrimônios edificados em todo o mundo. A crítica denomina de prática do “fachadismo” aquela que revitaliza centros históricos, colorindo alegremente as fachadas das edificações a fim de atrair investimentos dos setores de lazer e turismo. A crítica feita pelo manifesto divulgado em Goiás na década de 60 — uma crítica realizada pelo senso comum e não pelo saber especializado — já chamava atenção para o fato de que a preservação dos patrimônios não deveria ser baseada na *conservação pura e simples de fachadas*. É óbvio que as fachadas também são importantes, mas apenas as fachadas passam a idéia de um make-up feito para o deleite dos olhares “estrangeiros”.

também passará à história goiana — precisa ajudar a comissão local a proteger a cidade que tão livremente escolheu para fazer, daqui, com justificado orgulho de nossa gente a sede do governo temporário, relembrando que desde as Bandeiras lutamos por condições melhores, sem TOMBAMENTOS aconselhados por quem, muitas vezes, não possui nem a mentalidade progressista de nosso jovem Governador, nem as condições mínimas de amor à terra de Ananguera.

O tempo das bandeiras surge como o tempo inicial, do princípio; o tempo no qual se situa o mito fundador. O tempo de Mauro Borges é o tempo da restituição do valor da cidade de Goiás, da esperança de retomada do papel de destaque no quadro do estado; de obstinação pela idéia de progresso. A *terra* é de Ananguera e a *mentalidade progressista* é de Mauro Borges. Para se colocarem contrários à idéia de “proteção” ou “tombamento” do patrimônio, entendido como falta de *amor a terra*, os autores do *Manifesto* relacionam passado e futuro; o tempo primordial das bandeiras com o progresso imposto pelo jovem governador.

Sendo uma ação que visa interromper simbolicamente o curso da história (Choay, 2001), o culto ao patrimônio acabava por colocar em risco o projeto de desenvolvimento e modernidade pretendido por parte da elite política e cultural. Receava-se que ao se tornar monumento histórico ela a cidade de Goiás perdesse sua historicidade.

O debate e a participação popular não pararam neste manifesto. A polêmica continuou por alguns anos e outro manifesto foi redigido pelo vereador Olahir Alves de Castro, em julho de 1964. Alguns dos argumentos listados por Olahir já haviam aparecido nos manifestos e protestos que vinham sendo feitos desde 1951. Algumas idéias são recorrentes em todas as manifestações contrárias ao tombamento da cidade: (1) o tombamento como impedimento ao progresso tão almejado *por excluir a Cidade de Goiás da possibilidade de evoluir, de se desenvolver*; (2) como impedimento do conforto e salubridade das casas de residências; (3) como sendo defendido apenas por aqueles que não moravam na cidade de Goiás, indo apenas esporadicamente, ou a trabalho, caso dos profissionais do SPHAN e de funcionários ou membros do Governo do Estado; ou a passeio, caso dos vilaboenses ou *filhos de Goiás* residentes, sobretudo em Goiânia, mas também em outras cidades.

O manifesto, intitulado “Porque combater o tombamento da cidade de Goiás?”³¹⁶, deixa explícita a preocupação com as condições de manutenção dos bens tombados entendendo que *o Estado de Goiás com sérios compromissos, não pode estar em condições de assumir essa responsabilidade de conservar a cidade*. Pela data de circulação deste manifesto (julho de 1964) é possível se aferir que ele fora escrito por ocasião da divulgação do tombamento da cidade de Goiás em nível estadual, conforme atesta primeiramente o ofício do SPHAN, que solicita que se examine “a conveniência do tombamento da área inteira da cidade, mediante decreto estadual e, em seguida, tombamento federal, por proposta do Governador”³¹⁷. Indica ainda que, na impossibilidade de se tomar toda a cidade, se considerasse ao menos o tombamento dos seguintes logradouros: Rua da Abadia, Rua Moretti Foggia, Rua do Horto, Cais do Rio Vermelho, Praça Pinheiro Machado (Praça do Coreto), Largo do Rosário e Rua da Cambaúba.³¹⁸

Na tentativa de justificar as dificuldades de conservação de uma cidade tombada, o manifesto cita Ouro Preto como exemplo de *falta de assistência com suas casas em ruínas e a população em êxodo*. Levanta a problemática constante da perda de autonomia do proprietário sobre seu próprio bem e do poder local sobre sua área de atuação:

*Os que definitivamente aqui residem, porventura, não merecem por prazer de ajardinar a frente das residências, de construir alpendre, enfim, de embelezar o frontispício de suas moradas? Podendo fazê-lo, deverá estar inibida a Municipalidade de melhorar as ruas dos becos, alargando-os, desafogando as vielas, até então servindo para depósito de lixo. [...] Ficar a população condenada a poeira e outros inconvenientes [...]*³¹⁹.

A “antinomia entre domínio e posse” (Tamaso, 2002) surge sempre como um traço diacrítico nas políticas de preservação, sejam municipais, estaduais ou federais. O impedimento para realização do referencial da arquitetura da época — os alpendres, jardins e vitrôs — em propriedades privadas; bem como o impedimento de obras urbanas — ampliação de becos e aberturas de ruas — acabava sendo visto (como ainda hoje o é) como ingerência do poder federal, estadual ou municipal, portanto público, no

³¹⁶ “Porque combater o TOMBAMENTO DA CIDADE DE GOIÁS”, *Cidade de Goiás*, 24 de julho de 1964.

³¹⁷ Processo de Tombamento n. 345-T, V, III p. 43, s/d.

³¹⁸ Processo de Tombamento n. 345-T, V, III, p. 43, s/d.

³¹⁹ “Porque combater o TOMBAMENTO DA CIDADE DE GOIÁS”, *Cidade de Goiás*, 24 de julho de 1964.

domínio privado ou como ingerência do poder federal no domínio estadual e municipal, ou ainda como ingerência do poder estadual sobre o municipal.

A reação de alguns moradores foi imediata: muitas fachadas remodeladas antes que qualquer lei viesse impedir que os moradores de Goiás modernizassem suas casas. Um arquiteto, *filho de Goiás*, lembra bem deste período:

*Eu devia saber que aqui era uma cidade colonial. Eu cheguei aqui [após estudar arquitetura] e comecei a fazer besteira... comecei a fazer alpendre na casa dos outros. Por exemplo, essa casa de frente aqui era nossa, era de papai. Era fachada como essas outras. Eu cheguei aqui e derrubei e fiz aquele alpendre. Hoje eu arrependo daquilo...*³²⁰

Perguntei a ele quando foi a época que mais se fizeram alpendres em Goiás. Uma outra senhora vilaboense, que estava conosco respondeu convicta: *eu acho que foi quando saiu a notícia de que a cidade ia ser tombada, eu me lembro até de Alberta [pseudônimo] arrumar a casa ... porque eles fizeram alpendre, né?*³²¹

Outro ponto a ser ressaltado no Manifesto redigido por Olahir é a relação feita entre dois eventos: o tombamento e a *retaliação* do município: *são os promotores do tombamento os mesmo [sic] que se omitiram quando da retaliação do município e, às vezes, laboraram na mutilação do mesmo, cercando-lhe os meios de arrecadação*³²². Duas perdas estão sendo relacionadas: a provável perda de “domínio” sobre os bens de propriedade privada e a perda causada pela emancipação dos distritos que antes eram parte do município de Goiás, já apresentada no capítulo 1.

O manifesto finaliza afirmando que o *Coronel Mauro Borges Teixeira que muito soube cativar a admiração da gente de Vila Boa não se deixará iludir por falsas quimeras, apontadas por quem não mora — e não tenciona morar — neste rincão abençoado e pacífico: Cidade de Goiás*³²³. Olahir Alves de Castro assina o manifesto ressaltando que está *representando o pensamento da maioria da população vilaboense*.³²⁴

³²⁰ Identidade omitida por opção da autora. Entrevista concedida à autora em 2001.

³²¹ Identidade omitida por opção da autora. Entrevista concedida à autora em 2001.

³²² “Porque combater o TOMBAMENTO DA CIDADE DE GOIÁS”, *Cidade de Goiás*, 24 de julho de 1964.

³²³ “Porque combater o TOMBAMENTO DA CIDADE DE GOIÁS”, *Cidade de Goiás*, 24 de julho de 1964.

³²⁴ Idem.

4.4. Goiás, um patrimônio da Nação.

Em 1975, o Prefeito Municipal, Antonio Ubiratan de Alencastro Júnior, a fim de “preservar o patrimônio histórico da cidade de Goiás”, sancionou a Lei nº 16, que fixou “normas para aprovação de projetos de edificação, restauração, demolição ou qualquer outra modificação nos edifícios de qualquer natureza no perímetro urbano da cidade de Goiás”³²⁵. O primeiro artigo já ia explicitando as limitações a que ficariam sujeitos os proprietários de bens imóveis localizados no *centro histórico*, uma vez que o “Chefe do Poder Executivo” estaria autorizado a

I – embargar obra de edificação, restauração, demolição, ou qualquer outras, cujo projeto não respeite as características histórico-coloniais da arquitetura da cidade, dentro do roteiro histórico de Goiás Velho;

II – impedir o início de qualquer obra, cujo projeto não obedeça as características descritas no item anterior, no roteiro histórico de Goiás Velho;

III – determinar que qualquer projeto, a partir da publicação desta Lei, que vise construir, reformar ou modificar qualquer edifício no perímetro do roteiro histórico deverá ser submetido à aprovação da Prefeitura Municipal.³²⁶

Membro de tradicional família da cidade, Antonio Ubiratan de Alencastro Júnior assumia no âmbito local, como Prefeito Municipal, a responsabilidade da preservação do patrimônio edificado vilaboense. As restrições às obras de reforma e construção, no entanto, dependiam de fiscalização intensa e ainda de uma legislação que amparasse a Prefeitura a acionar judicialmente aquele proprietário que não cumprisse as normas previstas. No entanto, nem a fiscalização, nem a pena para os infratores funcionavam eficientemente. A fiscalização sofria pela falta de fiscais destinados exclusivamente para esse fim. A punição aos infratores não poderia ser aplicada, uma vez que não estava prevista em lei.

São os seguintes os logradouros que foram indicados pelos arquitetos Alcides da Rocha Miranda e Belmira Finageiv, ambos do IPHAN, para serem tombados e comporem o “roteiro histórico de Goiás Velho”³²⁷:

rua Bartolomeu Bueno, praça Desor. João Alves de Castro, rua Eugenio Jardim, rua d’Abadia, rua Hugo Ramos, rua Hugo Argenta, rua Couto Magalhães, rua D. Cândido, rua Moretti Foggia, Av. Sebastião Fleury Curado, praça Castelo Branco, praça Zaquieu Alves de Castro, rua Félix de Bulhões, rua Dr. Luiz do

³²⁵ Processo de Tombamento Nº 345 - T, Volume III, p. 5.

³²⁶ Processo de Tombamento Nº 345 - T, Volume III, p. 5.

³²⁷ Processo de Tombamento Nº 345 - T, Volume III, p. 5.

Couto, rua Dr. Corumbá, rua Luiz Guedes, antiga Monsenhor Azevedo e praça Dr. Brasil Ramos Caiado³²⁸.

Em outubro de 1975, Belmira Finageiv — responsável à época pelo núcleo do IPHAN que atendia a cidade de Goiás³²⁹ — envia cópia da Lei municipal de nº 16 e solicita o tombamento do “Roteiro preservado pela lei supracitada”, acrescentando-se a ele a Rua de Fundação e a Praça Dr. Brasil Ramos Caiado, ambos conjuntos já anteriormente tombados pelo IPHAN.³³⁰

Doutora Belmira, como é mais conhecida, se lembra bem de qual era a conjuntura com a qual ela se deparou quando assumiu a responsabilidade pelo núcleo do IPHAN que atendia Goiás:

Quando eu cheguei havia esse problema da revolta da cidade contra a perda do título de capital e o outro grande problema foi que em 54 o Edgar Jacinto tombou essas igrejas todas³³¹. Com o tombamento, eles sem saberem exatamente o que significava o tombamento, sem saber, totalmente, porque para eles tombar eles pensavam... tombar é o mesmo que demolir, para a comunidade de um modo geral. Não para as pessoas que estavam mais afetadas... Então esses dois fatos criaram no espírito do vilaboense uma revolta total e, no momento, contra o IPHAN. Eu cheguei, estava sendo inaugurado aquele projeto urbanístico na Praça Brasil Caiado... que foi um projeto instalado sem a participação da opinião do grupo, daquela praça, pelo menos.³³²

Doutora Belmira captou a memória da perda da capital com sensibilidade. Na década de 70, na narrativa da arquiteta havia “revolta da cidade” que era agravada por outro “problema”: a introdução das políticas de preservação dos patrimônios na localidade. Os moradores do Largo do Chafariz não concordaram com o projeto que o IPHAN estava implantando para reforma do largo; interpretação que será desenvolvida na Parte III.

Doutora Belmira tinha problemas prementes. Havia antes que conseguir o tombamento e aprovar leis que regulamentassem as intervenções na área tombada, para em seguida tentar conquistar o apoio da população vilaboense. O relator do processo de tombamento, Gilberto Ferrez, encaminhou em 1976 parecer ao Conselho Consultivo no

³²⁸ Belmira Finageiv em entrevista concedida à autora em julho de 2001.

³²⁹ Doutora Belmira conta que substituiu Alcides da Rocha Miranda, que havia criado o núcleo do IPHAN em Brasília, mas teve que se afastar para assumir outra função relacionada “ao desenvolvimento e valorização dos museus em âmbito nacional”. O núcleo atendia as regiões de Brasília, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia e demandava que o responsável viajasse com certa frequência por todas elas.

³³⁰ Processo de Tombamento Nº 345 - T, Volume III, p. 2-4.

³³¹ A data oficial dos tombamentos é de 1951.

³³² Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

qual acata sugestão de Lygia Martins Costa sobre inclusão de mais uma quadra da Rua Luis Guedes de Amorim (entre o Beco do Ouro Fino e o Largo da Boa Vista), o Mercado e a “colina em que se situa a Igreja de Sta. Bárbara, que por defesa paisagística deve ser mantida ‘nonaedificandi’”³³³.

O pedido de urgência do tombamento do “roteiro histórico” se justifica frente à conjuntura da década de 70 que trazia o estímulo crescente à modernização. Na matéria jornalística “Em defesa de Goiás Velha”, o autor Alaor Barbosa se ressentia de que: “sem cessar, as mutilações da arquitetura de Goiás vão sendo perpetradas. Janelas substituídas por vitrôs; platibandas ‘modernizadas’ com mau-gosto; alpendres de arrebalde de Goiânia mudando a fachada barroca — eis o quadro de Vila Boa”³³⁴. Em seguida descreve a maneira com a qual agiam os proprietários insatisfeitos com tombamentos em áreas onde se situavam seus próprios bens: “quando alguém quer derrubar uma casa velha em zona tombada pelo Patrimônio Histórico, fecha e tranca um cavalo dentro de casa, até que o cavalo, desesperado, comece a dar coices nas paredes, portas e janelas”³³⁵.

Em 16 de novembro de 1976, o Conselho Consultivo do IPHAN deliberou favoravelmente “à extensão do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás”³³⁶, cujo parecer “recebeu aprovação unânime”³³⁷.

A elite de Goiás, que era favorável ao tombamento, se uniu em torno da busca por mais restituições e conquistas. Derval de Paiva, vilaboense e então deputado estadual, encaminhou e aprovou junto à Assembléia Legislativa o requerimento nº 666, que solicitava ao Ministro da Educação e Cultura

*conhecimento do Estudo feito pelo INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL sobre alguns remanescentes do urbano-colonial da Cidade de Goiás e a aprovação de conseqüente Propositura do referido órgão, quanto a conveniencia de se extensionar por algumas áreas da antiga Capital o Tombamento que já fez patrimônio histórico da União alguns de seus Monumentos e antigas construções [sic].*³³⁸

³³³ Processo de Tombamento, N. 345-T, Volume III, p. 13-14.

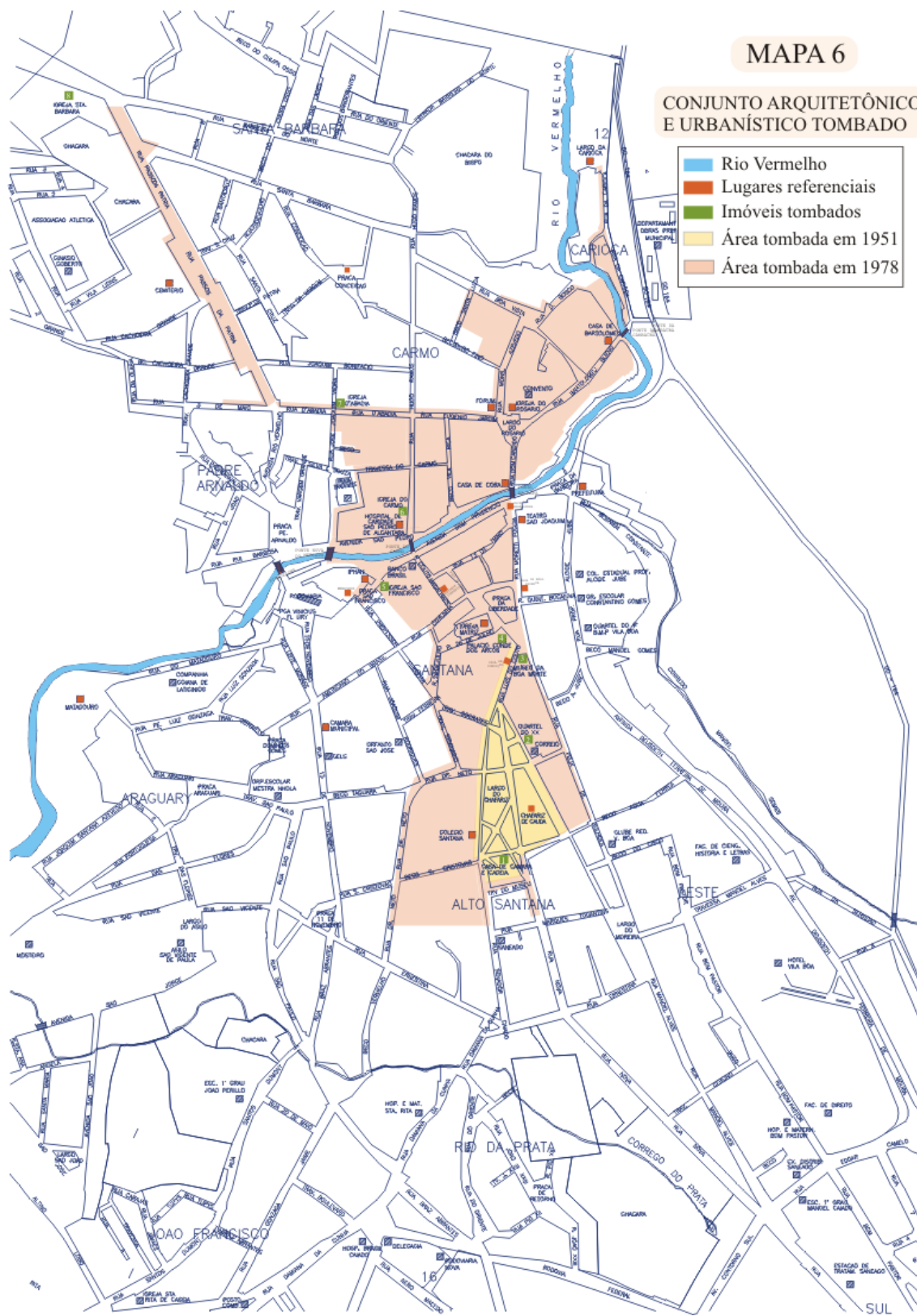
³³⁴ Processo de Tombamento, N. 345-T, Volume III, p.16.

³³⁵ Processo de Tombamento, N. 345-T, Volume III, p. 16.

³³⁶ Processo de Tombamento Nº 345 - T, Volume III, p.15.

³³⁷ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

³³⁸ Processo de Tombamento Nº 345 - T, Volume III, p. 22.



MAPA 6

CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO TOMBADO

- Rio Vermelho
- Lugares referenciais
- Imóveis tombados
- Área tombada em 1951
- Área tombada em 1978

Apoiava a Assembléia Legislativa de Goiás a homologação do parecer do Conselho Consultivo do IPHAN, favorável à extensão do tombamento do acervo histórico e artístico da cidade de Goiás. Em correspondência enviada ao Ministro, o Diretor do IPHAN à época, Renato Soeiro, enfatiza a “conveniência” da homologação uma vez que sabia “através de autoridades municipais responsáveis pelo assunto” que já estavam se “acumulando numerosos pedidos para licenciamento de novas construções, incompatíveis com a cidade antiga”, que somente poderiam ser evitadas “com o apoio do tombamento na extensão pretendida”³³⁹.

Em 18 de agosto de 1978 é homologada a “extensão do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás”; publicada no Diário Oficial da União, no dia 21 de agosto, com o seguinte texto:

Processo MEC nº. 228.843-77

Processo nº. 345 – T – 58 – IPHAN

Nos termos da Lei nº. 6292, de 15 de dezembro de 1975, e para os efeitos do Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, homologo a extensão do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, no Estado de Goiás, a que se refere o Processo nº. 345-T/58/IPHAN³⁴⁰.

Em 18 de setembro de 1978 é realizada a inscrição do referido conjunto no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo de Belas Artes³⁴¹.

Em correspondência ao Prefeito Municipal Djalma de Paiva³⁴² (irmão do deputado Derval de Paiva), datada de 18 de setembro de 1978, Renato Soeiro detalha o trecho reconhecido como patrimônio nacional pelo IPHAN. (Mapa 6 – página 157)

Rua Dom Cândido; trechos da Praça do Rosário; Rua Bartolomeu Bueno; Caminho que leva à Fonte Carioca; Rua Guedes de Amorim até o Largo da Boa Vista; Rua Senador Eugênio Jardim; Rua da Abadia e Trecho da Rua Treze de Maio; Rua Passo da Pátria, inclusive a Igreja de Santa Bárbara; Rua Couto Magalhães; esquina c/R. Senador Eugênio Jardim; Rua Couto de Magalhães, trecho que inclui a Igreja de N. S^a. do Carmo e trecho entre a Rua Sebastião Fleury Caiado³⁴³ e Rua Dr. Corumbá; Rua Sebastião Fleury Caiado que margeia o Rio Vermelho, desde a entrada da cidade até a 3^a ponte; Praça ao lado da Igreja de São Francisco de Paula; Praça Castelo Branco e trecho da Rua Dr. Corumbá

³³⁹ Processo de Tombamento Nº 345 - T, Volume III, p.37-38.

³⁴⁰ Idem, p. 66.

³⁴¹ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, folha 17, nº de inscrição. 73; Livro do Tombo Histórico, folha 78, nº. de inscrição 463 e Livro do Tombo de Belas Artes, folha 97/98, nº. de inscrição 529. Processo de Tombamento Nº 345 – T, Volume III, p. 53.

³⁴² É oportuno informar que Djalma de Paiva, então prefeito municipal, se tornaria sogro de Salma Saddy Wares, atualmente Superintendente da 14^a Regional do IPHAN.

³⁴³ O nome correto da rua com grifo é Rua Sebastião Fleury Curado.

entre a Praça Castelo Branco até a esquina da Rua Couto Magalhães; Rua Moretti Foggia; Rua Félix Bulhões até a casa nº. 9 inclusive.³⁴⁴ [grifos meus].

É oportuno informar que o prefeito municipal Djalma de Paiva, posteriormente, teria como nora Salma Saddi Wares de Paiva, atualmente dirigente da 14ª Superintendência Regional do IPHAN, em Goiânia. A relação estreita entre uma parte da elite local da cidade de Goiás com o IPHAN assegurou que alguns membros da elite ocupassem funções de direção no IPHAN, garantindo assim maior eficácia nas ações da instituição na cidade.

O tombamento foi comunicado por doutora Belmira Finageiv, via telegrama, às “seguintes pessoas [...]

- D. Lucia Vânia Abrão Costa, Primeira Dama do Estado de Goiás
- D. Regina Lacerda, ilustre amiga goiana do IPHAN
- Dr. Alcides Áquila da Rocha Miranda
- Prefeito de Goiás
- Presidente da Câmara Municipal de Goiás
- Bispo de Goiás
- Antolinda Baia Borges
- Presidente da SUPLAN
- Diretora do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Arqueológico de Goiás”³⁴⁵

Com exceção de Regina Lacerda, todas as pessoas comunicadas eram, ou funcionários do IPHAN, ou autoridades civis ou autoridade eclesiástica. Chamo atenção para o nome de Regina Lacerda — folclorista já citada no capítulo 2 — e para a ausência do nome de Cora Coralina. A análise da relação de cada uma delas com o *Dossiê* enviado à Unesco será desenvolvida no capítulo 6.

Intentei até aqui apresentar os critérios que nortearam o tombamento da cidade de Goiás, uma vez que é apenas a partir dos critérios de seleção (exclusão) que se pode interpretar o valor (ou valores) atribuído à área tombada, bem como as limitações às quais ela ficou sujeita após a homologação do tombamento. Não obstante ter sido tombado em 1978, o *centro histórico* de Goiás aguardou até 22 de abril de 1993 para que a Portaria Regional Nº 001 — de autoria da 14ª Coordenação Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) — aprovasse “as definições, critérios e procedimentos” que balizariam a proteção federal para “o meio ambiente urbano, natural

³⁴⁴ Processo de Tombamento Nº 345 - T, Volume III, p. 57-58.

³⁴⁵ Processo de Tombamento Nº 345 - T, Volume III, p. 57-58.

e construído, representativo da soma dos períodos históricos da cidade de Goiás”. A Portaria considera que a

área total sob proteção abrange a área tombada e as diversas áreas de sua vizinhança, designadas doravante **entorno**, com características complementares a área tombada, por sua proximidade, ou compatibilidade, ou como componente da leitura espacial e ambiental, ou, ainda, como referência do contexto cultural ³⁴⁶ [grifo do autor]

A área de entorno definida pela Portaria Nº. 001 pode ser observada no Mapa 7 (página 161).

Antes da Portaria Regional Nº 001 uma única referência foi encontrada sobre a “Área de Entorno de Preservação do Núcleo Histórico”. A “Carta à cidade de Goiás”, concebida pela arquiteta Belmira Finageiv, publicada em 1983, tinha como objetivo informar a população das áreas tombada e de entorno, da importância da preservação, esclarecendo sobre “o bem tombado”, os “efeitos do tombamento” e sobre os deveres das partes envolvidas (SPHAN, proprietários, municipalidade, órgãos estaduais e Diocese) ³⁴⁷. Cinco anos entre o tombamento e um contato formal do IPHAN para com os proprietários dos bens tombados e dos bens localizados na área de entorno.

O fato de que até a publicação da Portaria Regional Nº 001, ainda não tivesse o IPHAN regulamentado as intervenções na área tombada e de entorno, dificultava em parte as ações de fiscalização e orientação aos proprietários dos bens inseridos na área tombada e de entorno. Os embates gerados pela ausência de esclarecimento ou entendimento dos critérios legais de preservação do patrimônio de Goiás serão retomados na Parte III.

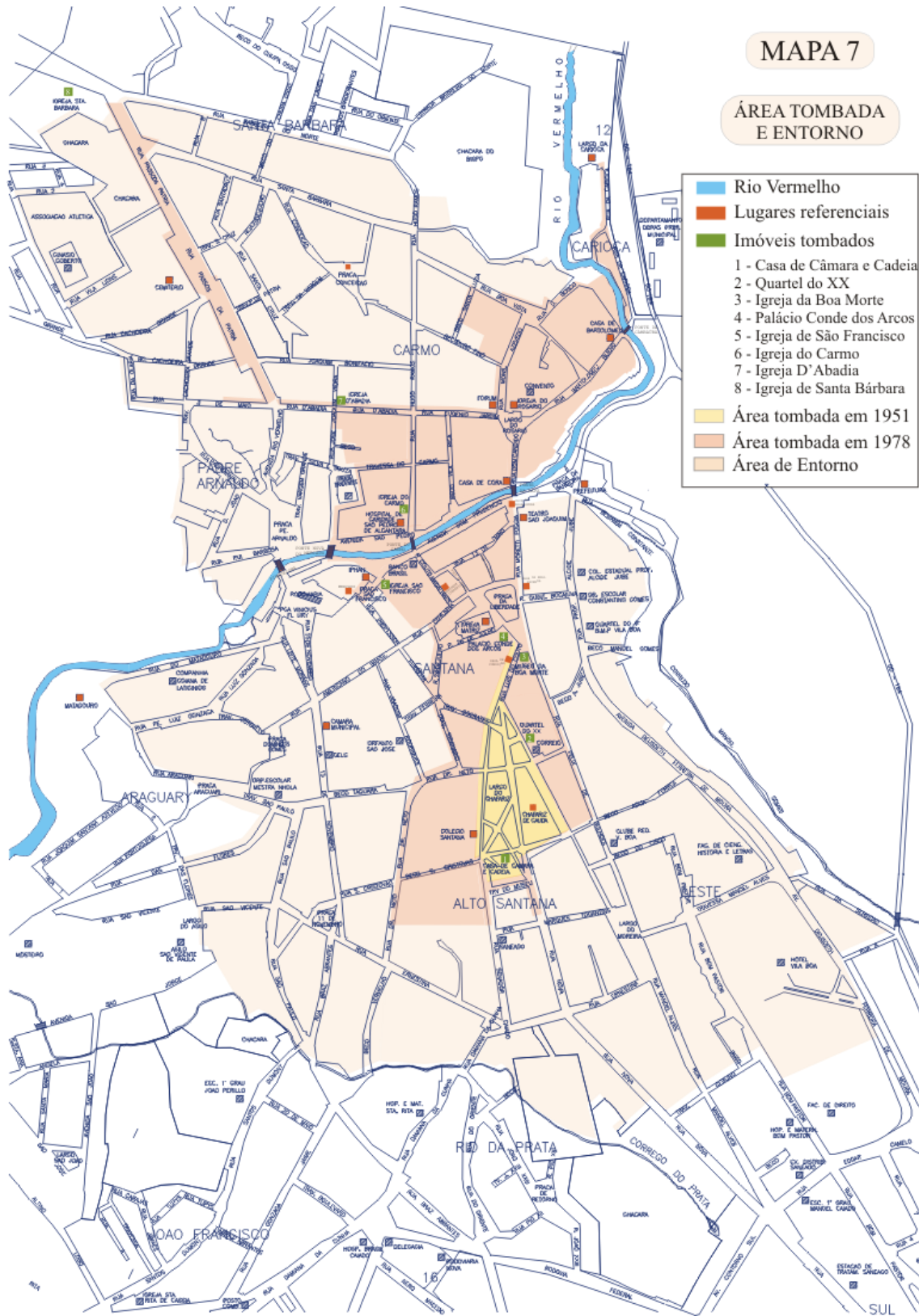
A partir 1978, a cidade assume o estatuto de “patrimônio da nação” em decorrência da característica colonial do seu conjunto arquitetônico e urbanístico. A antiga capital, que na década de 50 foi avaliada, por especialistas do SPHAN, como estando descaracterizada e por isso impossibilitada de ser reconhecida como “monumento histórico”; recebia duas décadas depois o reconhecimento antes negado.

³⁴⁶ Portaria Regional Nº. 001, de 22 de abril de 1993. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural / Minc.

³⁴⁷ Doutora Belmira conta que a Carta fora distribuída na cidade de porta em porta pelos rapazes do Tiro de Guerra, que “dois a dois iam distribuindo as cartas, justamente nas ruas próximas de onde eles moravam, que eles conheciam os vizinhos, tudo, e explicando a razão da entrega daquela carta... e todos receberam recibo, assinaram recibo”³⁴⁷.

MAPA 7

ÁREA TOMBADA E ENTORNO



Uma parte da elite vilaboense ficou deveras orgulhosa de sua cidade: a ex-capital era patrimônio nacional. Se, por um lado, a transferência da capital trouxe segregação, humilhação e estagnação ao município, por outro, trouxe a possibilidade de manter-se preservada e, merecedora do título de “patrimônio nacional”, e doravante, “patrimônio mundial”, cujo processo de candidatura e conquista será detalhado no próximo capítulo.

Mas essa restituição simbólica das perdas impostas pela mudança da capital não foi apropriada pela maior parte dos vilaboenses. Muitos foram os dissensos. A polêmica e os conflitos gerados por projetos de restauro, redefinição de uso dos bens edificados, autonomia dos proprietários sobre suas residências etc., não foram únicos destes primeiros momentos do tombamento: década de 50 e 1978. Ao contrário, permaneceu e se acentuou como se verá posteriormente. Estratégias e táticas, tanto de parte dos técnicos do IPHAN quanto de parte dos proprietários e moradores do casario tombado, foram acionadas para atender às disputas, que apenas se iniciavam na cidade e que serão analisadas nas Partes II e III desta tese.

CAPÍTULO 5

A RESTITUIÇÃO MAIOR: O TÍTULO DE PATRIMÔNIO MUNDIAL

Depois da certeza de que a solicitação do título de patrimônio mundial à UNESCO não era uma insanidade, vilaboenses e não vilaboenses passaram a reivindicar o papel de agentes no processo de candidatura ao título. Não tendo como propósito buscar a veracidade dos fatos, procurei ouvir todas as pessoas, em alguma medida, envolvidas. Fui configurando um quadro de agentes que participaram (uns mais, outros menos) de alguma etapa do processo que culminou com o título de patrimônio mundial.

Em conversa informal com a arquiteta da 17ª Sub-Regional do IPHAN em Goiás, Cristina Portugal Ferreira, obtive informações resumidas sobre como teriam surgido as primeiras idéias e sugestões para que a cidade de Goiás se candidatasse ao título. Ela citou os nomes do ex-prefeito *doutor Valim* e Suzanna Sampaio, esta, membro do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites)³⁴⁸. É oportuno informar que o ICOMOS é uma organização internacional, não governamental, de profissionais — arquitetos, historiadores da arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas — dedicados à conservação de monumentos e sítios históricos do mundo³⁴⁹; sendo um dos três organismos de consulta do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO³⁵⁰.

O ex-prefeito de Goiás, João Batista Valim, indica ter sido ele a primeira pessoa a ter se pronunciado sobre a possibilidade de Goiás se candidatar ao título de *patrimônio mundial*. Na fala de Valim é notória primeiramente a relação entre candidatura ao título de patrimônio mundial e transferência da capital e, sobretudo às perdas ocasionadas pela mudança. Faz alusão específica à perda de território, para constituição de outros municípios e à perda de população: “eu estava observando que cada ano que passava,

³⁴⁸ Cristina foi Diretora da 17ª Sub-Regional do IPHAN entre 1986 a 1999. Esta conversa se deu em 2000, em Goiânia, no escritório que a 17ª Sub-Regional havia recém criado, no qual Cristina estava locada desde 1999.

Em 2001, com a transferência da 14ª Superintendência Regional de Brasília para Goiânia, Cristina assumiu a Direção Técnica da 14ª Superintendência Regional.

³⁴⁹ Avaliável on <<http://www.international.ICOMOS.org/apropos.htm>> Access on 20 de dezembro de 2006.

³⁵⁰ Os outros dois são o UICN (Union mondiale pour la nature, sediado em Gland (Suisse) e o ICCROM (Centre international d'études pour la conservation et la restauration des biens cultureles, sediado em Roma. Avaliável on <http://www.international.ICOMOS.org/worldheritage_fre/ICOMOSsw_heritage_fre.htm> Access on 20 de dezembro de 2006.

cada período, cada gestão que passava ela estava perdendo território, perdendo população. [...] como prefeito, eu tinha que procurar outras alternativas [...]. Goiás já era patrimônio histórico nacional, então ela já tinha um pré-requisito para ser patrimônio da humanidade³⁵¹.

Com essa idéia em mente, Valim narra que procurou por Cristina Portugal Ferreira, então Diretora da 17ª Sub-Regional do IPHAN, na cidade de Goiás e que “ela achou interessante a idéia, ela passou a idéia para a representante do patrimônio do IPHAN, né, e aí começou...”. Isso se deu em fins de seu mandato como prefeito³⁵².

Alguns anos tiveram que aguardar até que uma representante do ICOMOS fizesse, com outros propósitos, uma visita à cidade de Goiás. Suzanna Sampaio, historiadora paulista e membro do ICOMOS, redescobre a cidade de Goiás, em 1996:

Fazia muitos anos que eu não vinha a Goiás. Eu vim aqui tão pequena [...] O meu pai fez o plano de eletrificação de Goiânia, convidado pelo governador Pedro Ludovico. Então, Goiás ficou na minha memória como uma coisa muito tranqüila, que quando batia o sino, as aves voavam... E quando eu cheguei aqui em 96, eu pude participar de um Congresso de Patrimônio da Universidade Católica de Goiânia. Outra vez o sino bateu e as aves voaram. Era o sinal!³⁵³

E conclui que ficou “tão encantada que” pôs toda a sua “paixão a trabalho dessa cidade”. Faria o que fosse possível para ajudar Goiás a alcançar o reconhecimento da UNESCO. Novamente, uma personagem paulista surgia nos desígnios da cidade de Goiás. Antes bandeirante, desbravador dos sertões, conquistador de terras para Portugal, fundador da cidade e do estado; agora historiadora, desbravadora das potencialidades históricas e estéticas, *fada madrinha da cidade de Goiás*. É assim que se referem a ela vários vilaboenses envolvidos com a candidatura. Se já se fazia referência à Dona Lourdes Stivallet Teixeira como *fada madrinha*, por ter sugerido ao marido governador a instalação da transferência simbólica da capital para a cidade Goiás, agora também se faria tal referência à historiadora paulista Suzanna Sampaio. Ambas mulheres, ambas de fora.

A relação entre paulistas e goianos, especificamente vilaboenses, como o tempo reversível de Giddens (1989), retorna sempre reconfigurada. Homem, índios e ouro no momento fundador. Mulher, elite cultural e cultura no momento da restituição tanto da

³⁵¹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002. Médico, de naturalidade capixaba. Administrou a Prefeitura Municipal de 1989 a 1992.

³⁵² A gestão de João Batista Valim no executivo foi de 1989 a 1992.

³⁵³ Discurso proferido por ocasião do título de cidadã vilaboense que Suzanna Sampaio recebeu da Câmara Municipal de Goiás em 25 de julho de 2001.

perda original — ouro e índios — quanto das perdas mais recentes: a mudança da capital, a perda territorial para os distritos emancipados, de autonomia após o instituto do tombamento; e ainda, conforme será apresentado nos próximos capítulos, as perdas relativas aos bens móveis levados para antiquários (na sua maioria referidos como paulistas), os roubos dos santos e peças sacras das igrejas, a transferência dos santos e peças que restaram nas igrejas para o Museu de Arte Sacra.

Finalmente, surgia outra personagem originariamente de *terras de Anhanguera*. Trazia consigo a esperança de uma restituição jamais imaginada. Ao invés da rudeza, a doçura; no lugar da coragem desbravadora, a estratégia sensível da arquiteta; não mais o masculino, agora o feminino; não mais a dor, a morte, a perda; enfim, a alegria, o renascimento, a maior conquista. A *fada madrinha* Suzanna Sampaio abriu as picadas, não para fundar Goiás (no sentido de dar-lhe existência para Portugal), mas para re-fundar Goiás, dando-lhe existência para o mundo.

Segundo Brasilete Ramos Caiado (70 anos), uma *trama dos bastidores*, fez com que o apoio de Suzanna Sampaio aparecesse como solicitação do Governo do Estado, Maguito Vilela, ao Ministério da Cultura³⁵⁴. Assim, se foi Suzanna Sampaio quem desencadeou de fato a candidatura, a *trama dos bastidores* cuidou de garantir o estatuto político para o fato.

Outro ex-prefeito, Abner de Castro Curado, conta que em 1996, por ocasião da visita de Fernando Henrique Cardoso, à época Presidente da República, à cidade de Goiás foi-lhe feito o pedido que apoiasse a candidatura ao título. Participaram também neste momento, o Secretário de Cultura do Estado, Bernardo Elis (membro da Academia Brasileira de Letras) e o governador Maguito Vilela³⁵⁵. Em 1997, a cidade recebeu a visita do Ministro da Cultura, Francisco Weffort que recebeu publicamente o pedido de Maguito Vilela para que amparasse a candidatura de Goiás. Abner afirma que *a partir daí foi criado o movimento... as comunidades de Goiás, como estavam as Ongs e esse grupo do IPHAN, como estavam um pouquinho atrás desses pedidos, criaram esse Movimento Goiás Pró-Patrimônio da Humanidade*³⁵⁶.

Mas antes do Movimento Pró-Cidade de Goiás ser criado. Brasilete conta que em dezembro de 1997, num encontro com Goiandira Ortiz de Camargo, vilaboense e professora de literatura da UFG, expressou sua tristeza pelo fato de que nada ainda tinha

³⁵⁴ Entrevista concedida à autora em março de 2001.

³⁵⁵ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

³⁵⁶ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

sido feito no sentido de efetivar a inscrição de Goiás ao título de patrimônio da humanidade. Desse encontro surgiu a idéia do “I Seminário Cultural, Turístico e Ambiental da cidade de Goiás” que se realizou em março de 1998. Goiandira Ortiz de Camargo (44 anos) relata quais eram os propósitos do evento:

*o que nós queríamos era pensar a cidade sob esses ângulos que o Seminário tematizava. Pensar a cidade, chamar as instituições que sempre estiveram à frente da cultura e do turismo na cidade; chamar o IPHAN para pensar o que nós poderíamos fazer para tirar a cidade da letargia. Brasilete tinha uma preocupação muito grande com isso, com a letargia cultural, um certo amarramento. [...] Tentando reconstituir... as coisas estavam muito amarradas neste período, muitas desavenças, grupos aqui e ali e o Seminário era uma tentativa de buscar uma unificação. [...] Então, inicialmente foi isso. Mas já havia a idéia do título, mas só que parecia inatingível, distante. A partir do Seminário e com outras ações, logo em seguida veio a criação do Movimento, que já iria agregar forças para buscar o título. Havia sim, eu não vou dizer pra você que não havia a idéia, mas ela talvez tivesse ainda muito insipiente, muito diluída e talvez não acreditássemos tanto que ela seria possível.*³⁵⁷

A reconstituição de Goiandira já indica que havia conflitos que tinham que ser apaziguados. Brasilete foi quem cumpriu o papel de unificar, em nome do patrimônio mundial, uma cidade cindida por diferenças sociais e políticas remotas e recentes. Do Seminário resultou um documento com diretrizes básicas para a inscrição à candidatura, que foi distribuído às autoridades.

Em 11 de novembro de 1998, Leonardo Rizzo, vilaboense e empresário do setor imobiliário em Goiânia, marcou um encontro com diversos vilaboenses com objetivo de conversarem sobre a candidatura que ainda não havia sido efetuada. Foi sugerido que um movimento representado pela sociedade civil fosse ali criado a fim de dar andamento ao processo de inscrição à candidatura ao título. O nome de Brasilete Ramos Caiado foi indicado por unanimidade para a presidência do Movimento Pró-Cidade de Goiás (daqui por diante, *Movimento*) e Leonardo Rizzo, como vice-presidente. Os Caiado voltavam à cena, no plano local, na luta pelo patrimônio mundial³⁵⁸.

A partir de então, o *Movimento* começou a captar verbas para que o *Dossiê*, necessário para a inscrição à candidatura, fosse realizado. O governo federal e estadual, e as mobilizações do próprio *Movimento* angariaram o valor necessário. Em 30 de Junho

³⁵⁷ Entrevista concedida à autora em maio de 2005.

³⁵⁸ No plano regional e nacional vários são os homens Caiado que exerceram cargos e funções públicas e políticas, como por exemplo, Brasília Ramos Caiado (irmão de Brasilete) e Ronaldo Caiado (primo de Brasilete), ambos deputados federais.

de 1999, o *Dossiê* intitulado *Proposition d'Inscription de la Ville de Goiás sur la Liste du Patrimoine Mondial*³⁵⁹ foi entregue ao Itamaraty, que o encaminhou ao ICOMOS.

O arquiteto argentino Alfredo Conti, numa missão do ICOMOS, visitou a cidade de Goiás de 27 a 31 de janeiro de 2000 e deu parecer favorável à candidatura de Goiás. Em 28 de março de 2001, o ICOMOS aprovou por unanimidade a cidade de Goiás como patrimônio da humanidade. Em 27 de junho de 2001, a UNESCO referendou o parecer técnico do ICOMOS. No dia 13 de dezembro de 2001, em reunião da UNESCO realizada em Helsinque, a cidade recebeu o título de “Patrimônio Mundial”.

Vários foram os atributos estéticos, históricos, culturais e ambientais que possibilitaram à cidade sua maior conquista. Para se entender como cada valor é acionado, em qual contexto, com quê objetivo, é oportuna uma interpretação detalhada do texto do *Dossiê*, uma vez que é nele que está inscrita a história selecionada (devidamente higienizada) para ser contada, a memória boa para ser lembrada, a tradição a ser narrada, a cultura a ser referendada; enfim, o passado que no presente da construção retórica do *Dossiê* é útil para acionar eficientemente a categoria *patrimônio mundial*.

5.1. *Dossiê*: o patrimônio para a UNESCO ver

O *Dossiê* compõe-se de um Formulário e seis Anexos³⁶⁰ com as seguintes informações. O “Formulário UNESCO” contém dados sobre (a) identificação do bem; (b) justificação da inscrição; (c) descrição do bem; (d) gestão; (e) ameaças ao bem; (f) manutenção e documentação. O Anexo I apresenta (a) a cartografia antiga e atual, (b) imagens da zona *tampon* paisagística Serra Dourada e (c) fotos antigas e atuais da cidade. O Anexo II informa sobre (a) Goiás e a ocupação do Brasil Central, (b) história e cultura, (c) evolução urbana da cidade, (d) relatos dos viajantes europeus, (e) legislação sobre patrimônio e (f) bibliografia. O Anexo III faz um levantamento dos (a) bens imóveis e (b) bens móveis integrados. O Anexo IV se compõe do Inventário Nacional de Referências Culturais. O Anexo V detalha informações sobre arquitetura vernacular e o Anexo VI faz uma síntese dos anteriores com ênfase na arquitetura vernacular.

³⁵⁹ Além do francês, o *Dossiê*, tanto na versão impressa, quanto na virtual (CD ROM), é apresentado também em inglês e português.

³⁶⁰ No exemplar em CD Rom, o Anexo I está em língua francesa; os Anexos IV, V e VI, bem como o Formulário UNESCO estão em francês e português, o Anexo II está em português e inglês e o Anexo III, apenas em português.

A interpretação do *Dossiê para Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade* (daqui por diante, *Dossiê*), que se fará neste capítulo dará especial atenção ao primeiro dos seis volumes: o “Formulário UNESCO”, uma vez que é nele que estão presentes os argumentos que fundamentam mais diretamente o pedido de inscrição de Goiás na Lista do Patrimônio Mundial. Os outros volumes (Anexos I, II, III, IV, V e VI) serão considerados no decorrer dos outros capítulos da tese.

O item “Identificação do bem” traz informações sobre a localização geográfica e os limites do bem a ser inscrito. No caso de Goiás, ainda que o *Dossiê* seja intitulado *Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*, o que remete à idéia de que toda a cidade será inscrita, de fato a inscrição está limitada ao “centro histórico da cidade de Goiás”, que compreende 40,3 ha. Uma “zone tampon”, equivalente francês do termo “entorno”, é delimitada pela superfície de 43,5 ha e contorna toda área da zona proposta para inscrição³⁶¹ (Mapa 8 – página 169).

Tal constatação é significativa uma vez que muitos moradores da cidade, que não residem na área contemplada, têm a percepção de que toda a cidade é “patrimônio mundial”. As informações divulgadas pela elite cultural local a esse respeito são sempre evasivas e, em geral, tendem a não informar o fato de que apenas a área protegida pelo Iphan (tombada e parte do entorno, também denominada *centro histórico*) estaria contemplada na “zona a ser inscrita”, e que posteriormente foi reconhecida pela UNESCO como *patrimônio mundial*.

Adicionem-se a isso as constantes reclamações dos moradores dos bairros periféricos de que os investimentos financeiros são mais sistematicamente aplicados ao *centro histórico* em detrimento da *periferia*³⁶². A possibilidade de que o reconhecimento da UNESCO abrangeria toda a cidade como *patrimônio mundial*, pareceu aos moradores da chamada *periferia* a alternativa para se reverter a distância econômica e social para com o *centro*. Tema ao qual retornarei posteriormente.

³⁶¹ Dossiê de *Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: IPHAN / MINC, 1999. CD Rom. Formulário UNESCO, p. 1.

³⁶² *Centro histórico* e *periferia* são categorias nativas usadas respectivamente para delimitar o espaço geográfico compreendido pela parte antiga da cidade e aquele compreendido pelos bairros que se desenvolveram no século XX.

MAPA 8



PROPOSITION D'INSCRIPTION DE LA VILLE DE

GOIÁS SUR LA LISTE DU PATRIMOINE MONDIAL



Proposition de redéfinition des limites de la zone classée en vue de l'inscription sur la liste du patrimoine mondial

FONTE: CD-ROM Proposition de inscription da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade - IPHAN (1999)

A “Justificação da Inscrição” revela o passado e a história que foram selecionados como significativos em nível mundial. Não bastassem serem valores de identidade nacional, a história e o passado selecionado, devidamente higienizados, parcialmente romantizados, deveriam agora demonstrar seu potencial de valor para toda a humanidade. A “Justificação da Inscrição” é subdividida em: (a) Declaração de Valor; (b) Análise Comparativa; (c) Autenticidade e Integridade; (d) Critérios segundo os quais a inscrição é proposta.

A “Declaração de Valor” da cidade de Goiás fundamenta-se, sobretudo no valor histórico:

A construção do território brasileiro foi realizada a partir do espaço delimitado pela costa atlântica e pela linha do Tratado de Tordesilhas, que foi progressivamente estendida até os rios do Prata e Paraguai, culminando com a ocupação do interior. Da periferia para o centro. Os primeiros responsáveis por essa construção foram os bandeirantes paulistas que, em busca de ouro, ocuparam o que constituem hoje os Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa difícil marcha para o coração do país foi concluída com a instalação da capital federal, Brasília, em 21 de abril de 1960. Das duas primeiras capitais que marcaram o começo dessa aventura, Cuiabá (Mato Grosso), perto do centro geográfico da América do Sul, e Goiás, perto do centro geográfico do Brasil, apenas Goiás conservou uma estrutura urbana e uma arquitetura que remontam ao século XVIII, e a paisagem que a cerca permaneceu idêntica àquela encontrada pelos bandeirantes. Goiás é assim a última testemunha desse capítulo fundamental da história do Brasil.³⁶³

O mito fundador — épico do desbravamento dos sertões — surge como o maior valor histórico da cidade, fundado no descumprimento às ordens da Coroa Portuguesa: de que não ultrapassassem os bandeirantes os limites propostos pelo Tratado de Tordesilhas. Mais de dois séculos depois se recorre à “quebra da ordem” para se legitimar o valor histórico. Na história que o *Dossiê* seleciona para convencer a UNESCO, o desbravamento dos sertões aparece como o evento histórico que atribui valor à cidade por ter sido ela uma cidade edificada para além do Tratado de Tordesilhas — iniciando desta maneira a expansão do território brasileiro — e por ter sido parcialmente preservada durante os últimos dois séculos. Desordem e ordem, transgressão no momento fundante e manutenção das características originais nos

³⁶³ *Dossiê de Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 1999. Formulário UNESCO, p. 2.

momentos posteriores tornam a cidade de Goiás “a última testemunha desse capítulo fundamental da história do Brasil”³⁶⁴.

A UNESCO estabelece critérios para selecionar os bens a serem inscritos na Lista dos Patrimônios Mundiais. O primeiro critério norteador da seleção diz respeito ao “caráter excepcional” do bem. A idéia de excepcionalidade garante que, de todo o conjunto das obras humanas, apenas algumas sejam destacadas e merecedoras do título de “Patrimônio Mundial”; estratégia que imprime maior valor aos bens inscritos na Lista. Ademais, se tudo, ou quase tudo, pudesse ser preservado não haveria bens significativos.

É oportuno retomar a analogia entre o ato de esquecer, no caso da memória, e o “ato de descartar”, no caso do patrimônio (Tamaso 1998). Assim como o “tempo significativo” é dado por Da Matta entre o “jogo complexo entre o esquecido e o permanentemente recordado” (1993, p.125), a preservação do patrimônio instiga a indagação de Jeudy (1990) no sentido de que ao se aplicar a todos os “objetos”, não estaria destruindo seu “alcance simbólico”? A seleção empreendida pelas instituições de preservação cumpre o papel de garantir o “sentido” ou “própria possibilidade de determinação” daqueles bens escolhidos para representarem o passado, a história, a tradição e a memória. O restante, não contemplado, fica sujeito, a possíveis descartes (Tamaso, 1998).

O “caráter excepcional” da cidade de Goiás é defendido no item “b”, “Análise Comparativa”, que apresenta “duas séries de cidades”: as cidades “coloniais” e as cidades que “asseguraram o controle do Brasil”. No primeiro caso — cidades “nascidas da exploração das minas de ouro” — a arquitetura de Goiás é descrita como “menos original do que a de Ouro Preto” e a paisagem como “menos extraordinária que a de Diamantina”. No entanto, o caráter excepcional será baseado no fato de que Goiás “permaneceu mais próxima de suas condições de origem e, nesse sentido, representa mais exatamente o que eram as cidades brasileiras nos séculos XVIII e XIX”. Assim, por ser do mesmo período (o das minerações) e ter características similares, Goiás deveria atestar seu diferencial em relação às outras duas cidades mineiras, ambas já “Patrimônios Mundiais”.

³⁶⁴ *Dossiê de Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 1999. Formulário UNESCO, p. 2.

No entanto, o fato de ter permanecido “mais próxima de suas condições de origem”, não foi suficiente como argumento de excepcionalidade. Atendendo à demanda do ICOMOS, um último anexo, o Anexo VI, foi redigido posteriormente à entrega do *Dossiê*. Tinha por objetivo especificar a característica peculiar da cidade; atribuir-lhe um valor único, que não poderia ser encontrado nas duas cidades mineiras (Ouro Preto e Diamantina) similares a Goiás.

O caráter singular de Goiás foi defendido pelo arquiteto e consultor do IPHAN, Augusto C. da Silva Telles nos seguintes termos: (1) o primeiro centro urbano a ser oficialmente planejado a oeste da linha de Tordesilhas, definindo as fronteiras da posse de Portugal; (2) a malha urbana informal de essência espontânea e o conjunto arquitetural civil e religioso diferente dos centros urbanos de Minas Gerais, com respeito a sua relação da topografia e o meio ambiente, quanto na escala e na técnica construtiva; (3) “refletiu suas principais características urbanas nos acervos das cidades goianas congêneres” (Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Pilar, Natividade, Traíras e Niquelândia); (4) “núcleo de arquitetura vernacular”, entendido pela Carta ICOMOS do Patrimônio Construído Vernacular como “expressão fundamental da cultura da coletividade, de suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo”, e ainda pelo fato de que “suscita, a justo título, afeição e orgulho em todos os povos”, Goiás se caracteriza pelo fato de que ali “uma arquitetura se organizou e gerou influência para toda uma ampla região, a do Planalto Central sul-americano, brasileiro”³⁶⁵.

O geógrafo John B. Jackson afirma que genericamente a palavra vernacular “suggest something countrified, homedade, traditional” (1984, p. 85). Já a arquitetura vernacular diz respeito à residência rural tradicional e da pequena cidade, sendo que geralmente “is designed by a crasftman, not na architect, that it is built with techniques, local materials, and with the local environment in mind: its climate, its traditions, its economy — predominantly agricultural (p. 85)”³⁶⁶.

Para Silva Teles “o que se convencionou denominar arquitetura vernacular, representa a grande capacidade bandeirante em adaptar ao local as técnicas utilizadas em São Paulo, como a taipa”³⁶⁷. Além da taipa de pilão, também o pau-a-pique e o

³⁶⁵ *Dossiê*, Anexo VI, 2000, p. 7. (Impresso)

³⁶⁶ A palavra vernacular deriva, segundo Jackson, dervia do latim *verna*, “meaning a slave born in the house of his or her master, and by extension in Classical times it meant a native, one whose existence was confined to a village or estate and who was devoted to routine work” (Jackson, 1984, p. 149).

³⁶⁷ *Dossiê*, Anexo V, 2000, p. 11. (Impresso)

adobe foram técnicas muito utilizadas em Goiás, “não apenas nas arquiteturas vernaculares, mas também em quase todas as oficiais e religiosas”, incluindo a pedra ³⁶⁸. Afirmar Silva Teles, que se em São Paulo a taipa foi uma opção inevitável, em função dos materiais disponíveis na região, em Goiás ela foi opcional, dada a grande quantidade de pedra ³⁶⁹.

Ao compararmos os valores atribuídos ao núcleo de Goiás presentes no “Formulário UNESCO” com aqueles acrescentados no Anexo VI, nota-se que este retoma valores listados anteriormente, apenas acrescentando o valor da “arquitetura vernacular” ³⁷⁰. A característica vernacular da arquitetura que se realizou e ficou preservada em Goiás foi o diferencial que ampliou as possibilidades de conquista do título.

Após listar os quatro argumentos acima, Silva Telles conclui com a fundamentação do “valor universal inequívoco” de Goiás como bem cultural em conformidade com os critérios de seleção II e V, “relativos à indicação de bens culturais para o Patrimônio Mundial” ³⁷¹ (que também já estavam presentes no “Formulário UNESCO”, especificamente no item “Justificativa da Inscrição”):

Toda uma região geo-econômica, a da mineração e da ocupação do planalto central brasileiro foi influenciada por suas características de assentamento no território e do acervo arquitetônico pelos séculos XVIII e XIX, e igualmente por representar a origem da ocupação desse território, permanecendo autêntica nesses duzentos e cinquenta anos de vida, sendo que, no momento, acha-se vulnerável pela proximidade de Brasília ³⁷².

O item “c”, da “Justificativa da Inscrição”, que concerne a “Autenticidade e Integridade” do bem proposto à inscrição, tem como propósito justificar as alterações

³⁶⁸ *Dossiê*, Anexo V, 2000, p. 12. (Impresso)

³⁶⁹ *Dossiê*, Anexo V, 2000, p. 11. (Impresso)

³⁷⁰ Para o ICOMOS (International Council of Monuments and Sites) “vernacular architecture is a characteristic and picturesque creation of society, that manifests itself in an informal and therefore organized, utilitarian manner; being nevertheless interesting and beautiful. It is, at the same time, an epitome of contemporary life and a testimony of the history of society”. *Dossiê de Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*, Anexo VI. Brasília: MINC / IPHAN, 2000.

³⁷¹ Dos sete critérios de seleção da UNESCO (em um dos quais a candidata ao título deve se enquadrar) o II e o V no qual se enquadrou a cidade de Goiás são os seguintes:

“II. Ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, dos monumentos artísticos, do planejamento urbano [...]” e o “V. Constituir exemplo destacado de habitat, estabelecimento humano tradicional ou de uso da região, que seja representativo de uma ou mais culturas, especialmente se esses bens tornam-se vulneráveis por efeito de alterações irreversíveis [...]”. Available from < http://whc.UNESCO.org/archive/opguide05_en.pdf > Access on 23 de abril de 2003.

³⁷² *Dossiê de Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*, Anexo VI. Brasília: MINC / IPHAN, 2000.

pelas quais a cidade passou e, sobretudo, provar que tais modificações não comprometeram a “aparência da cidade”. Primeiramente o “aspecto antigo” é informado como conservado por dois motivos que colocaram a cidade “à margem do desenvolvimento econômico”: a estagnação econômica pela qual viveu a cidade no século XIX e primeira metade do século XX; e a perda do “status de capital em 1933”. Por conseqüência, a “aparência da cidade praticamente não se modificou”³⁷³.

Contudo, a afirmação de que “praticamente não se modificou”, sugere que alguma modificação houve. Assim, se por um lado se afirma que as “técnicas de construção e o uso das cores praticamente não mudaram e as casas que trazem datas de 1927 e 1928 estão numa continuidade atemporal”, também se reconhecem as alterações das fachadas: “coloniais, neoclássicas, ecléticas e art-nouveau”, mas alega que são

precisamente essas variações que justificam a proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial. Goiás não é uma cidade do século XVIII, embora traga a sua marca indestrutível, é uma capital isolada de tudo por dois séculos, uma cidade que evoluiu lentamente, recebendo as modas estrangeiras com dezenas de anos de atraso, incorporando-o ao seu tecido urbano com uma arte tão admirável quanto inconsciente³⁷⁴

Assim, o argumento é de que “praticamente” não houve modificações e as que aconteceram são paradoxalmente usadas como justificativas de “autenticidade e integridade” do núcleo de Goiás³⁷⁵.

Interessante retomar a percepção do IPHAN da década de 50, quando se defendia a retirada das platibandas das fachadas e o retorno dos beirais coloniais. A tentativa de retorno à autenticidade e integridade do estilo arquitetônico, empreendida na troca de beirais que se deu no *Quartel do XX* e que fora veementemente criticada pelo *ilustre desconhecido*, vem mostrar que as idéias que subsidiavam a inconformidade do “senso comum” daquele *ilustre desconhecido* (deslegitimado pela elite local e pelo saber especializado) diante do *retorno ao colonial*, estaria na narrativa de justificativa do mesmo saber especializado: aqueles dos arquitetos e restauradores do corpo técnico do IPHAN, em 1999.

Outro ponto importante no item sobre a “autenticidade e integridade” diz respeito a higienização do passado que não é conveniente para os propósitos do presente. A fim de reconhecer o “único atentado contra a autenticidade verdadeiramente

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ *Dossiê de Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 2000. Formulário UNESCO, p. 4.

³⁷⁵ *Dossiê de Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 2000. Formulário UNESCO, p. 4.

marcante”, o *Dossiê* faz referência a Igreja do Rosário como tendo sido “fundada em 1734, e reconstruída em 1933, em estilo neo-gótico”; o estilo colonial substituído por uma referência estética estranha ao *centro histórico*³⁷⁶.

Ora, a Igreja fundada em 1734, não pode simplesmente ser reconstruída em 1933 sem que algo tenha acontecido nesse intervalo de tempo! Entre o trabalho de fundação e de reconstrução, e entre os anos de 1734 e 1933, existem eventos que não estão sendo narrados pelo *Dossiê*. Porque a Igreja foi “reconstruída”? Obviamente, porque não existia mais. Por qual motivo não existia mais a única Igreja em estilo colonial de duas torres da cidade de Goiás? Informação esta que o *Dossiê* omite. Quais eram as características da antiga Igreja do Rosário? A que público atendia? Em que lugar da cidade se localizava? Quais manifestações religiosas que ali se realizavam eram mais importantes e significativas?

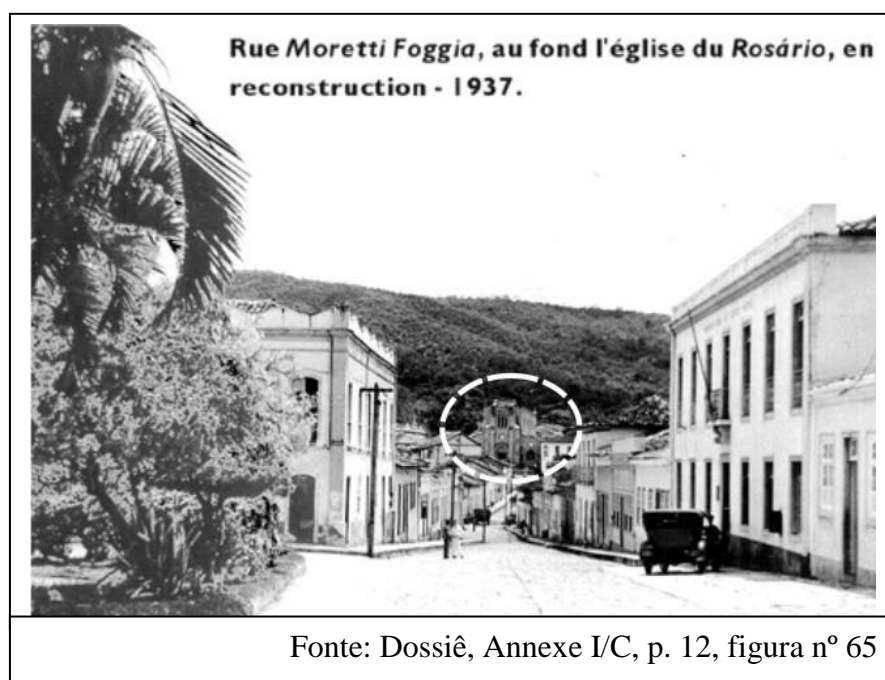
A história da demolição deliberada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no ano de 1933, é absolutamente omitida. O passado da religiosidade negra e escrava não está contemplado pela retórica do patrimônio que se apresenta à UNESCO. A estratégia retórica, como num passe de mágica, informa sobre a fundação e a reconstrução, ignorando todo o passado vivido no período de cerca de 200 anos: festas do Rosário, Irmandades do Rosário, casamentos, batizados, cerimônias. As representações nativas sobre a Igreja do Rosário dos Pretos, não constam do *Dossiê*³⁷⁷. Únicas referências podem ser encontradas na iconografia da cidade antiga. O Anexo I “C” — “Fotos Anciennes” — traz duas fotos nas quais se pode localizar ao fundo a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

³⁷⁶ Dossiê de *Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 2000. Formulário UNESCO, p. 4.

³⁷⁷ Constam referências à Festa de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretos, que era realizada pelos negros e à Procissão dos Andores da Festa de Nossa Senhora do Rosário, ambas já eram inexistentes quando da realização do Dossiê. Ainda hoje se realiza a Festa de N. S. do Rosário no primeiro domingo de outubro. Há uma Procissão do Rosário, que não tem mais a característica da Procissão dos Andores. Este tema será retomado na Parte III.



Uma delas (nº 62), datada de 1908, não faz referência à Igreja ao fundo. A outra (nº 63), datada de 1915, faz referência à “L’église du *Rosário*”, que se encontra “au fonde”. Na mesma página, a foto de nº 65, datada de 1937, indica a “l’ église du *Rosário* en reconstruction”³⁷⁸.



³⁷⁸ Dossiê, Anexo I “C”, p. 12, fotos nº 62, 63 e 65.

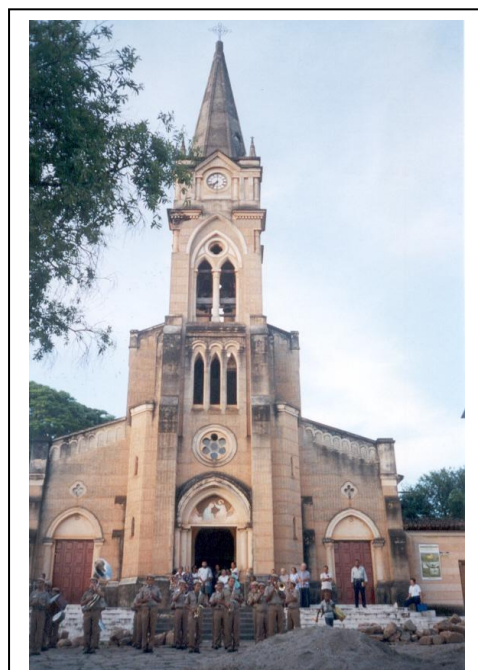
Além das fotos, outras duas referências são feitas à antiga Igreja do Rosário. O frei dominicano Marcos Lacerda, — cuja ordem se instalou em Goiás em fins do século XIX, criando o Convento dos Dominicanos, em 1883, ao lado da antiga Igreja do Rosário dos Pretos — se refere à Igreja do Rosário atual, ao descrever os bens significativos situados no *centro histórico*:

*Do outro lado do Rio Vermelho, passando a Casa de Cora Coralina (hoje Museu), encontramos o Largo do Rosário, tem a Igreja do Rosário no estilo moderno, mais moderna que as outras. É um estilo gótico francês de exportação, com torre, e foi construída por volta de 1926 e só é terminada em 1960.*³⁷⁹

Contudo, outra informação sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário consta do Anexo II / B, que indica outra data da demolição e reconstrução: “em 1934 foi demolida e reconstruída pelos padres italianos da ordem dominicana, sob novo desenho contrastante com a arquitetura de seu entorno”³⁸⁰.

A ênfase é dada para a Igreja dos Rosário *construída*. A destruição da antiga Igreja do Rosário dos Pretos é esquecida, higienizada, silenciada, nos discursos sobre o patrimônio. Afinal, como explicar a destruição se a retórica atual incide sobre a preservação?

Mas para além dos relatos institucionais do patrimônio e para além da seleção empreendida pela história, a memória local ainda retém lembranças da demolição da Igreja. Alguns vilaboenses mais idosos se recordam que os dominicanos italianos teriam colocado como condição de assumirem o prelado de Goiás, a permissão de demolição da antiga Igreja para a edificação de uma maior e mais moderna. Aloísio Celso Ramos Jubé (75 anos), cuja família era assídua frequentadora da Igreja do Rosário, se lembra da antiga igreja:



Igreja do Rosário – Tríduo de Santa Luzia.

Foto: Izabela Tamaso (2001)

³⁷⁹ Dossiê, Anexo IV, “Entrevistas Seleccionadas”, p. 17.

³⁸⁰ Dossiê, Anexo II / B, p. 51.

*Conheci, eu fui coroinha dela. Lembro até hoje que meu pai chegava aqui e falava assim “Ó Finha, acharam mais uma ossada lá no Rosário”. Então era o seguinte, morria os padres e iam sendo enterrados lá na Igreja e quando foi... que resolveram demolir... que ela ia cair, eles demoliram e começaram a construção da outra nova e tem que fazer aquelas perfurações. Então quando ia cavando a fundação ia achando ossada. Eu não sei quantas, eu sei que... meu pai, eu lembro dele falando um dia “Ó Finha, acharam mais uma ossada lá no Rosário” e a gente vai gravando né? [Ela corria risco de cair?] Corria, corria... e outra coisa também que forçou um pouco a construção da nova foi que ela estava muito pequena pra cidade e era uma das mais usadas aqui.³⁸¹
[grifo meu]*

A demolição da antiga, justificada pelo fato de que *ela ia cair* é imediatamente seguida pela lembrança da *construção da outra nova*. A lembrança não cogita a possibilidade de reparos, restauros ou reformas estruturais — como se faz atualmente em todos os bens imóveis do período colonial de Goiás. Estranho que construída da mesma maneira, com as mesmas técnicas construtivas que as outras igrejas coloniais de Goiás, ela fosse a única a ter suas estruturas comprometidas. Alguma justificativa havia que ser dada. A minha insistência sobre os reais riscos de desabamento, aciona a outra justificativa mais usada: de que ela estaria pequena demais para o número de fiéis.

O fato é que a história da demolição da Igreja não serve aos propósitos do patrimônio. Para atender à lógica da conservação patrimonial mundial o *Dossiê* relata parte da história. Apenas aquela parte que serve para referendar o patrimônio que se pretende preservar, legitimar e valorizar tanto econômica, quanto socialmente. Isto porque o patrimônio não é

a testable or even a reasonably plausible account of some past, but a *declaration of faith* in the past. Critics castigate heritage as travesty of history. But heritage is not history, even when it mimics history. It uses historical traces and tells historical tales, but these tales and traces are stiched into fables that are open neither to critical analysis nor to comparative scrutiny (Lowenthal, 1998b, p. 121).

O *Dossiê* também silencia sobre a memória coletiva da antiga igreja e de sua destruição. Mas a memória resta ainda: indomável, percorrendo veladamente os “becos” tortuosos de Goiás. Inexistente a Igreja na sua materialidade, existente a memória da antiga Festa do Rosário; tanto o ritual realizado pelos negros escravos e depois forros, quanto a Procissão dos Andores, tema do capítulo 10.

³⁸¹ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

O item “d” da “Justificativa da Inscrição” traz os “critérios segundo os quais a inscrição é proposta”; que são os critérios II e V, já citados na análise do Anexo VI de autoria de Silva Telles.

Outro item do “Formulário UNESCO” diz respeito à “Descrição”. O item “a”, “descrição do bem”, delimitará precisamente a área a ser inscrita na lista do Patrimônio Mundial. Precede, no entanto, o argumento de que apesar de “diferentes” e ao mesmo tempo “homogêneas”, as arquiteturas presentes no conjunto acabam compondo um “todo harmonioso”. Diferentes “pelo estilo das fachadas” e homogêneas “em razão do tamanho e da proporção das casas”. O diferencial das fachadas é entendido como sendo minimizado pela homogeneidade dada pela proporção e tamanho³⁸².

No entanto, a fim de se criar maior harmonia do conjunto, são exatamente as fachadas que serão alteradas, logo após a conquista do título de patrimônio mundial. A enchente do Rio Vermelho, em dezembro de 2001, destruiu algumas casas do *centro histórico*, algumas inclusive cujas fachadas tinham alpendre e vitrô. A verba do Monumenta/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) foi liberada, dentre outras, também para essas casas, desde que os proprietários concordassem com o retorno das fachadas ao estilo colonial. Vitrôs, portas e janelas metálicas e alpendres foram alterados. A harmonia entre arquiteturas “diferentes” e “homogêneas”, defendida no *Dossiê*, talvez, não fosse tão defensável, uma vez que o diferencial das fachadas foi sendo subsumido nos reparos aos danos causados pela enchente, tão logo as verbas foram sendo captadas.

A área a ser inscrita à candidatura do título de patrimônio mundial corresponde integralmente à área tombada pelo IPHAN em 1978³⁸³ somando-se “uma parte da ‘área de entorno’” contígua à área que foi tombada em 1978. Esta parte da “área de entorno” corresponde a algumas “ruas típicas do século XIX, com uma arquitetura eclética ou *art-nouveau*”. Inclusão justificada pelo fato de serem ruas “muito importantes para a compreensão da permanente evolução da cidade”³⁸⁴ (Mapa 8 – página 168).

O texto do *Dossiê* revela ainda que “o IPHAN iniciou o processo de inclusão dessa área na ‘zona já tombada’ em 1978”. O que significa que o IPHAN teria dado início ao tombamento deste trecho da área de entorno a fim de ampliar a área

³⁸² Dossiê de *Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 2000. “Formulário UNESCO”, item “Descrição”, p. 8. CD Rom.

³⁸³ Processo N° 345 – T – 442, inscrição n° 529, planta XVIII.

³⁸⁴ Dossiê de *Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 2000. “Formulário UNESCO”, item “Descrição”, p. 8-9. CD Rom.

tombada³⁸⁵. A pesquisa realizada no Processo de tombamento comprova que a abertura do processo de “Rerratificação do Tombamento” só ocorreu oficialmente em 25 de janeiro de 2000³⁸⁶, ou seja, após a conclusão e entrega do *Dossiê* na sede da UNESCO. Portanto, o trecho a ser inscrito na lista do patrimônio mundial, ainda não era integralmente tombado pela instituição preservacionista nacional. O que não configura nenhum problema, pois outras cidades como, por exemplo, Recife, foram inscritas na lista da UNESCO mesmo antes de serem reconhecidas como patrimônio nacional pelo IPHAN³⁸⁷. Com relação à delimitação da zona “*tampon*”, o *Dossiê* especifica como sendo aquela que corresponde à “área de entorno do IPHAN excluindo-se a parte incorporada à zona tombada”³⁸⁸ (comparar Mapa 8 com Mapa 16, respectivamente à página 168 e no Anexo XI).

O “Formulário UNESCO” descreve como é feita a “Gestão” da área a ser inscrita na lista dos patrimônios mundiais. No tópico “a”, “Direito de Propriedade”, esclarece sobre a hierarquia de poder na área, lembrando que “a Prefeitura Municipal de Goiás tem autonomia administrativa sobre a cidade, submetendo-se hierarquicamente à legislação do Estado e da União”³⁸⁹. Na retórica do *Dossiê*, Prefeitura Municipal, Estado de Goiás e IPHAN (representado a União) entram em cooperação para que a cidade alcance o título almejado. A submissão hierárquica não é questionada: todos os níveis de poder co-participam e colaboram para a execução do *Dossiê* visando a conquista do título.

No entanto, novos projetos urbanos propostos pela Prefeitura Municipal para a cidade de Goiás, pouco tempo após a conquista do título, revelaram menos uma sintonia de interesses e mais uma quebra no pacto de colaboração estabelecido por ocasião da candidatura da cidade ao título de patrimônio mundial. Município e União entraram num embate, no qual a Prefeitura Municipal reivindicava *soberania local e morte à ditadura do IPHAN*³⁹⁰; e o IPHAN questionava a legalidade (dado o seu poder hierarquicamente superior ao município no que concerne a intervenções na área

³⁸⁵ Em 2000 deu-se início ao Processo de Rerratificação do Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás. Em 2003, o Conselho Consultivo do IPHAN aprovou a solicitação.

³⁸⁶ Por ofício encaminhado pelo então Superintendente Regional, Marcelo Brito, à Direção do Departamento de Proteção / IPHAN. Processo de Tombamento Nº 345 – T – 42, Volume 4.

³⁸⁷ Conferir Leite (2001).

³⁸⁸ *Dossiê de Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 2000. “Formulário UNESCO”, item “Descrição”, p. 9. CD Rom.

³⁸⁹ *Dossiê de Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 2000. “Formulário UNESCO”, item “Gestão”, p. 19. CD Rom.

³⁹⁰ Expressões inscritas nas faixas usadas na passeata que o poder municipal organizou, em 2002, em favor das obras da Avenida Rio Vermelho.

tombada) das ações levadas a cabo pelo representante do Executivo. A relativa harmonia dos poderes e instituições públicas envolvidas na confecção do *Dossiê* e no processo da candidatura da cidade desapareceu quando interesses mais pontuais de um ou outro grupo se tornaram públicos e foram em sua essência discordantes.

Um último item do “Formulário UNESCO” deve ser analisado. O item “Ameaças ao Bem”, busca declarar quais seriam as possíveis ameaças que poderiam atingir a área a ser inscrita na lista dos patrimônios mundiais. Como uma declaração de consciência dos possíveis danos e planejamento eficaz para evitá-los, o item desenvolve os seguintes tópicos: “pressões devidas ao desenvolvimento”, “ameaças ao entorno”, “catástrofes naturais e precauções (terremotos, inundações, incêndios, etc)”, “ameaças geradas pelo fluxo de turistas” e “número de habitantes no interior do bem e na zona de entorno”. Os responsáveis pelo *Dossiê* consideraram o tópico “catástrofes naturais e precauções (terremotos, inundações, incêndios, etc)”, com a seguinte afirmação: “não se aplica”³⁹¹.

Todas as enchentes ocorridas em vários momentos da história da cidade de Goiás³⁹² e, constantemente referidas pela memória coletiva, foram omitidas pelo *Dossiê*, que assumiu a afirmação de que não havia risco de “inundações”³⁹³. Marco Antonio da Veiga de Almeida (39 anos) afirma que *é tradicional a enchente na cidade de Goiás. Ao longo dos anos, todo ano tem... o rio transborda e o povo da cidade sai todo de casa para ver o rio cheio. Isso... a vida inteira, desde que eu me entendo por gente! E assim... minha mãe, meus avós, todos tinham isso... de vir pro rio ver o rio cheio*³⁹⁴. Se referindo à enchente de dezembro de 2001, Marco Antonio reconheceu

*que dessa vez agora foi um momento de tristeza porque o rio passou dos limites das outras vezes e que foi realmente a maior enchente dos últimos tempos. Então em oitenta e um [1981], o Banco do Brasil entrou água nele todo. Teve uma grande enchente em oitenta e nove [1989]. Em noventa e dois [1992] também teve uma...*³⁹⁵.

³⁹¹ Dossiê de *Proposição para Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Brasília: MINC / IPHAN, 2000. “Formulário UNESCO”, item “Ameaças ao Bem”, p. 31. CD Rom.

³⁹² Observe-se relato do Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, então Presidente da Província de Goiás, ao Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre enchente ocorrida no ano de 1839: “Ilmo. Sr. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia que nada tem havido que possa ameaçar a ordem e a tranqüilidade pública. Esta cidade porém, acaba de sofrer uma catástrofe terrível, causada pela extraordinária inundação do Rio Vermelho, acontecimento este que teve lugar entre 06:00 e 09:00 horas da manhã no dia 19 de fevereiro de 1839”. “A Grande Enchente”, *O Goyaz*, Goiás, janeiro de 2002, p. 5.

³⁹³ Uma das grandes inundações foi no ano de 1981, destruindo a Ponte Pinguelona, o gradil da Ponte do Carmo e causando prejuízos aos moradores e comerciantes às margens do rio. “Rio transborda e provoca a maior cheia do século”, *Cidade de Goiás*, Goiás, Ano II, Nº 08, abril de 1981. p. 1.

³⁹⁴ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

³⁹⁵ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

Juruena Di Guimarães também se recorda e registra em crônica as enchentes:

contava a bisavó dos meus filhos [...] coisas interessantes da cheia de 17 de fevereiro de 1839. Quantas vezes escutei Dona Josefina Luiza do Couto Brom, nossa sempre lembrada Vofinha, relatando o que fora a grande enchente que carregara a Igreja da Lapa. Que colorido sabia a inteligente velhinha dar às suas narrativas! Pela sua voz, vi e vivi a catástrofe de 1839 (2000, p. 67).

Memória coletiva e história foram silenciadas na retórica que buscou (e conseguiu) ampliar o valor patrimonial de Goiás de nacional para mundial ³⁹⁶. Lowenthal resume: heritage the world over not only tolerates but thrives on and even requires historical error (Lowenthal, 1998b, p. 132). Erro que um dos documentos do Monumenta/BID reconhece e pede correção. No item “Ameaças Externas a Sustentabilidade do Projeto”, após analisar a relação entre o fenômeno do *El Niño* e as enchentes de Goiás de 1929 e de 2001, conclui que a cidade de Goiás, “por sua localização e características topográficas, estará sempre sujeita a enchentes, de maior ou menor intensidade, e com impactos maiores ou menores, dependendo da gestão que se faça na cidade em relação à drenagem urbana e a gestão da bacia hidrográfica do rio Vermelho”. Finaliza por indicar como “pertinente a reavaliação dos itens b “Ameaça ao Entorno” e c “Catástrofes Naturais e Preocupações”, do capítulo “Ameaças ao Bem”, do documento enviado à UNESCO em 1999, que propunha a inclusão de Goiás na lista do Patrimônio Mundial ³⁹⁷.

A enchente do Rio Vermelho, de 31 de dezembro 2001, que destruiu uma parte das ruas e edificações do *centro histórico*, aconteceu apenas 18 dias após a outorga do título de patrimônio mundial, revelando os dados históricos silenciados no *Dossiê*, pois que estes emergiram com as águas. A memória coletiva e os registros históricos se apresentam como mais próximos da experiência imediata do que a retórica do patrimônio.

História, memória e patrimônio são interpretados, nesta tese como categorias diferentes, com características próprias e atendendo, cada qual, a propósitos diferenciados; ressaltando-se a não desconsideração do fato de que em alguns

³⁹⁶ Juruena Di Guimarães também confirma as freqüentes enchentes: *De Goiás, me escreveram duas cartas contando que o Rio Vermelho, na semana passada, embravecera e pegara uma enchente como há muitos anos não pegava. Dizem que foi uma beleza! Fiquei com água na boa da alma de vontade de ter assistido ao espetáculo; [...] Meu Rio Vermelho, quando você tiver de aprontar outra proeza, mande avisar-me com antecedência. Quero estar aí de corpo presente (2000, p. 67-68).*

³⁹⁷ “Sítio Histórico Urbano Nacional”. Cidade de Goiás / GO. Perfil do Projeto, Resumo Executivo. Monumenta/BID. 2002, p. 39.

momentos possam (história, memória e patrimônio) revelar pontos de coincidência. Mas quando não há coincidência, o discurso do patrimônio tenderá a velar e deslegitimar qualquer outro discurso (seja o histórico, seja o da memória coletiva) que coloque em risco a construção de um patrimônio ou a manutenção daqueles já construídos.

O *Dossiê* foi entregue à UNESCO em 1999. Membros do ICOMOS, dentre eles o argentino Alfredo Conti, inspecionaram a cidade em março de 2000. Outros membros do ICOMOS solicitaram que ao Dossiê já entregue fosse acrescentado de detalhes sobre arquitetura vernacular³⁹⁸. Ainda no ano de 2000, foram incorporados os Anexos V e VI, cuja consultoria foi do arquiteto Augusto C. da Silva Teles. O *Dossiê*, assim constituído, foi o documento no qual se basearam os membros do ICOMOS em março de 2001, para deliberarem favoravelmente.



Comemoração da aprovação do ICOMOS em 20 de março de 2001. Da esquerda para a direita, sentados Antonio U. de Alencastro Jr., Boadyr Veloso, Antolinda B. Borges. Em pé: Rosa Santana, Alice Santana de Passos, Eladyr Veloso, Élder C. de Passos, Marlene G. de Velasco, Kátia F. P. Santana e Brasilete R. Caiado.

Foto: Izabela Tamaso (23.03.2001)

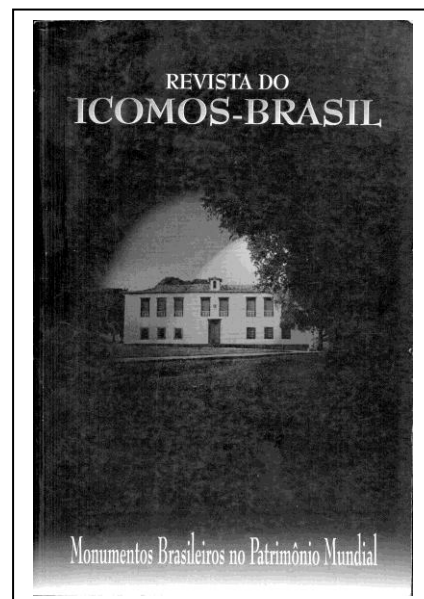
Um parêntesis é oportuno para informar que no início de março de 2001, o ICOMOS Brasil fez o lançamento oficial da Revista ICOMOS Brasil na cidade de Goiás. A Revista é constituída de artigos sobre os sítios brasileiros que são patrimônios mundiais. Exceção feita a Goiás, que ainda em processo de candidatura, foi também representada; não apenas com um artigo de autoria do historiador Nars Chaul, então

³⁹⁸ Informações obtidas com Brasilete Ramos Caiado em entrevista concedida à autora em março de 2001.

Secretário de Cultura do Estado de Goiás (Agepel), mas também com a foto do Museu das Bandeiras na capa.



Lançamento da Revista ICOMOS-Brasil. 1ª fila da esquerda para direita: Suzanna Sampaio (saia e sandálias), Adriana de Castro (pres. do ICOMOS-Brasil), Nars Chaul (pres. Agepel), Marco Antonio Veiga de Almeida (em frente à janela) e Héber da Rocha Rezende Júnior discursando. Foto: Izabela Tamasso (08.03.2001)



Em junho de 2001, o Conselho da UNESCO reunido em Paris, também aceitou a solicitação de Goiás à lista do Patrimônio Mundial, homologado em Helsinque, em 13 de dezembro do mesmo ano. O *Dossiê* foi convincente no que concerne ao caráter excepcional e universal da cidade de Goiás (e a ele retornarei nos próximos capítulos). Entretanto, a interpretação antropológica que se pretende neste trabalho, deve passar a considerar como os moradores da cidade de Goiás, os vilaboenses, bem como os *filhos de Goiás*, vivenciaram tanto o processo de candidatura quanto a conquista do título.

5.2. Dias que antecederam a decisão parcial da UNESCO

A análise do *Dossiê de Proposição de Goiás à lista do Patrimônio Mundial* aconteceria em Paris entre os dias 25 e 30 de junho de 2001³⁹⁹. Em reunião realizada na sede da 17ª Sub Regional do IPHAN, na cidade de Goiás, no dia 21 de junho de 2001, planejou-se a festa que se faria, caso a cidade fosse contemplada com o título de

³⁹⁹ Patrimoine Mondial 25 BUR – Bureau du Comité du Patrimoine Mondial, vingt-cinquième session, Paris, Siège de l’Unesco, Salle X, 25-30 juin 2001. Acervo do Movimento Pró-Cidade de Goiás.

“patrimônio da humanidade”⁴⁰⁰. Estavam presentes representantes de várias instituições públicas e privadas, associações civis, autoridade eclesiástica e membros da comunidade — mais especificamente da elite cultural local.

Como presidente do *Movimento*, Brás Ramos Caiado abriu a reunião expondo informações sobre o andamento do processo de candidatura da cidade. Ressaltou que o ICOMOS já havia analisado o *Dossiê* em março, tendo aprovado a inscrição de Goiás *por unanimidade*:

*todos os conselheiros... 23 conselheiros, deram parecer favorável, nós vamos perder esse título? Não tem como? Essa missão foi delegada ao ICOMOS, eles deram o parecer favorável. Será que a UNESCO não vai acatar essa decisão? Então significa o quê, que o ICOMOS não tem capacidade para isso? Seria contestar um organismo que é o ICOMOS. Então é por isso que nós achamos que são “favas contadas”. Nós seremos patrimônio da humanidade.*⁴⁰¹

A fala, ao mesmo tempo convicta de que o valor da cidade seria finalmente e internacionalmente reconhecido, também revela o sentimento de insegurança. O fato é que ainda faltava uma etapa para a concretização da conquista do título e isso fazia com que a elite cultural se sentisse novamente vivendo um processo de transição — a um passo da conquista do título sem ainda tê-lo alcançado —, assim como a transição lembrada pela memória coletiva vilaboense por ocasião da *mudança* da capital.

Como “fase liminar”, o processo de candidatura do título de “patrimônio mundial” ia sendo vivido com a esperança que impulsiona as “fases liminares”, no qual se vislumbram as transformações positivas e a ampliação das possibilidades sociais. Havia que se controlar a ansiedade gerada pelo fato de sentir-se já “patrimônio mundial” sem sê-lo de fato. Estavam próximos de cruzar a “linha” para um lado ainda estranho e que deles demandaria outras ações.

Antolinda Baía Borges (não vilaboense) — funcionária aposentada do IPHAN e Diretora do Museu de Arte Sacra — se pronunciou revelando que os vilaboenses envolvidos no processo de candidatura de Goiás ao título, iam aprendendo sobre as várias etapas conforme se deparavam com elas:

No dia em que nós passamos em março [se refere à aprovação do ICOMOS] a impressão que a gente tinha era de que agora seria a decisão final [se refere à decisão de junho]. Então, a gente já começou a sonhar [grifo meu] de que seria uma grande festa. A gente ia fazer o governador decretar ponto facultativo em

⁴⁰⁰ Neste momento todos ainda faziam referência ao título como “patrimônio da humanidade”. Posteriormente, recebem orientação de representantes da UNESCO de que o título deveria ser sempre referido como “patrimônio mundial” e não mais “patrimônio da humanidade”.

⁴⁰¹ Reunião realizada e gravada em junho de 2001.

*Goiânia, o pessoal de Goiás vindo em caravana, soltando foguete... aquele grande sonho! Aí jogaram uma água fria em nós aqui... porque disse a Suzana [se refere à Suzanna Sampaio do ICOMOS-Brasil] que nós não poderíamos fazer isso porque ainda não era a decisão final. A decisão final é em novembro. Mas eu acho... eu no meu ponto de vista... na minha emoção... se eu não soltar foguete eu vou morrer do coração... eu já tinha preparado, já tinha ganho 1500 camisetas, já estava com 10 mil caixas de foguetes ganhos, daquele de 720 tiro..., a banda preparada, os sinos... em todos os sinos vai ter gente. Aí eu falei... bom... “oh Suzana, Paris não vai escutar os meus foguetes aqui. Nós temos motivo suficiente para ficarmos alegres porque vencemos mais uma etapa... já é etapa final. Então nós podemos comemorar, porque nós estamos numa semifinal”.*⁴⁰²

Observe-se que há uma intenção clara de envolver Goiânia nas comemorações da cidade de Goiás. O ponto facultativo liberaria os funcionários públicos. Além do valor simbólico, havia ainda o desejo de que o *pessoal de Goiás*, que são os *filhos de Goiás*, viessem em *caravana*. Não somente isso, pois a festa somente seria completa se a maior algóz da cidade de Goiás, de alguma maneira se rendesse ao título que ela receberia.

Contudo, o *sonho da grande festa* teria que ser parcialmente adiado uma vez que Suzanna Sampaio, segundo Antolinda, teria dito: “Oh Antolinda, vocês podem fazer uma coisa aí entre vocês, desde que não seja uma coisa muito badalada, muito de chamar a atenção em nível nacional”. E completou Antolinda:

*então vamos soltar foguetes, tocar sino, a banda vai tocar, os motoqueiros e os carros vão para a praça apitando [se refere à Praça do Jardim] e nós vamos pular, vamos cantar, vamos gritar, vamos chorar... tudo o que nós temos direito. Eu me sinto no direito de fazer tudo.*⁴⁰³

Fazer tudo incluiu também envolver a mídia regional. Assim foram acionados vários meios de comunicação. O que deveria ser uma festa discreta foi ganhando ânimo e desenvoltura. A reunião acontecia em clima de euforia. Os tons de voz, daqueles que se manifestavam, as constantes interrupções, daqueles que queriam complementar as informações, dar opiniões e se sentirem co-participantes de um momento ímpar para a cidade, faziam da reunião uma amostra de que a festa não seria nada discreta.

Outro assunto abordado por Antolinda e que tem grande relevância para esta tese, diz respeito à relação entre o *centro histórico* e a *periferia*:

A festa não é do Movimento Pró Cidade de Goiás. [...] A festa não é do centro... se o centro está sendo homenageada... é a cidade de Goiás... a cidade de Goiás começa lá do “Goiás II”, passa em “Areias” e termina lá no “Chupa Osso”, no “Manuel Gomes”, no “Carreiro” [bairros ou localidades periféricos], num sei

⁴⁰² Reunião realizada e gravada em junho de 2001.

⁴⁰³ Reunião realizada e gravada em junho de 2001.

*aonde... e a festa é nossa! A festa não é do centro. A festa é nossa. O diploma, o título é da cidade de Goiás, porém homenageando o estado de Goiás. É a primeira cidade do Estado de Goiás a receber esse título! Isso é muito importante!*⁴⁰⁴ [grifo meu]

Observe-se que Antolinda tentava eliminar possíveis tensões que poderiam vir a surgir entre as várias localidades e bairros da cidade. A preocupação em salientar que o título não era do *centro* e a fala interrompida abruptamente, conforme sublinhado, revelam que havia que se cuidar para que a cidade toda se sentisse envolvida no processo de conquista do título. Antolinda indicava como deveria ser a união entre evangélicos e católicos e *centro* e *periferia*, caso se pudesse fazer uma grande festa:

*O Pastor Raimundo pegava uma zona e ia pegar o povo de lá e vestir camiseta neles, outro lá do “João Francisco”, outro lá do “Canta Galo”, outro lá do... e todo o mundo chegar naquela hora na praça com as bandeiras, com as camisetas, com as bandeiras, com os adesivos para festejar isso. Mas... vamos fazer um pouco mais simples. Mas vamos. Todos os sinos começam a bater, os sinos começam a tocar... soltou uma rajada de foguete os sinos começam a tocar. O João vai ficar lá [Igreja do Rosário], o Euler vai ficar no Carmo, o Zé Tachinha vem pra [São Francisco], o Zé Filho cai pro Museu de Arte Sacra e tem que arrumar um para a Igreja de Santa Rita, que eu não arrumei ainda e da Catedral. Da catedral eu vou pedir pro menino da Catedral mesmo pra tocar.*⁴⁰⁵

A Igreja de Santa Rita, localizada no bairro do João Francisco, é a única de todas as citadas na fala de Antolinda, que se localiza fora do *centro histórico*. Significativamente é a única que permanecia sem decisão quanto a quem deveria tocar o sino. A distância física entre o *centro histórico* e o João Francisco, onde fica a Igreja de Santa Rita, não é grande para que a comunicação fique dificultada. Cerca de 2000 metros separam a Catedral de Santana da Igreja de Santa Rita. É a distância simbólica entre os integrantes de cada igreja que dificulta a comunicação.

Ao término da reunião, já ao cair da tarde, todos saíram animados e empenhados em colaborar para com a comemoração. A fala era de uma festa discreta, mas a ação contrariamente caminhava para a euforia. No dia 25 de junho, outra reunião, novamente na sede do IPHAN, contou também com representantes da Prefeitura Municipal, que não haviam participado da reunião anterior.

O fato de que todas as reuniões tenham acontecido na sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN em Goiás indicava que este não era apenas o lugar físico das decisões sobre os destinos do *centro histórico* da cidade, tombado e tutelado pelo IPHAN. Decisões

⁴⁰⁴ Reunião realizada e gravada em junho de 2001.

⁴⁰⁵ Reunião realizada e gravada em junho de 2001.

importantes que diziam respeito à cidade — a comemoração pela provável conquista do título — foram tomadas na sede do IPHAN⁴⁰⁶; algumas das quais, como a já referida reunião do dia 21, sem ao menos contar com a presença de algum representante da Prefeitura Municipal.

No dia 25, dois dias antes da decisão parcial da UNESCO, o Secretário de Cultura do Município, Marco Antonio Veiga de Almeida, iniciou a reunião se lamentando pelo fato de nem a Prefeitura, nem a Secretaria de Cultura tivessem sido comunicadas da reunião do dia 21. Marlene Gomes de Velasco, Diretora da Casa de Cora, justificou que a reunião anterior foi uma reunião do *Movimento* e que a reunião daquele dia — 25 de junho — é que decidiria e planejaria efetivamente a comemoração do título⁴⁰⁷. Informo que além dos membros do *Movimento* outras pessoas, inclusive representando outras instituições estiveram presentes na reunião do dia 21⁴⁰⁸.

Brasilete deu informação sobre as decisões tomadas na reunião do dia 21. Héber da Rocha Rezende Júnior (40 anos) ressaltou ter informações de que o Mosteiro da Anunciação do Senhor (Monges Beneditinos) não havia sido contatado para participar do toque dos sinos. O Mosteiro, assim como a Igreja de Santa Rita, está localizado fora do *centro histórico* e atende — desde sua instalação na cidade, na década de 70 — à população de baixa renda, migrante e periférica. As tensões pré-existentes entre *centro* e *periferia* iam se revelando dia a dia.

Um roteiro fora elaborado para a passeata. Todos compartilhavam da idéia de que qualquer que fosse o trajeto teria que partir da Praça do Coreto (do Jardim) e ir até o João Francisco. O trajeto aceito sairia da Praça do Coreto, seguindo em direção ao Chafariz de

⁴⁰⁶ Muitas outras reuniões aconteciam na sede do IPHAN, conforme declaração de Salma Saddi Wares de Paiva, à época diretora da 17ª Sub-Regional do IPHAN: *Quando eu comecei... quando eu assumi a direção, eu percebi que essa sala onde nós estamos, ela poderia ser mais bem utilizada. Então, eu ofereci essa sala pra todos os Conselhos Municipais da cidade. Uma vez por mês, cada Conselho se reúne aqui. Então eu tenho parceria com o Conselho Municipal de Saúde, do Idoso, de Segurança, de Solidariedade Humana... Então, o que acontece? Eu tenho uma porção de companheiros aqui dentro dessa sala... Eu não participo de todos os Conselhos, não. Eu cedo a sala, essa parte fica isolada. Eu ponho a minha aguinha com o copinho ali. [...] Na verdade, esses órgãos que se reúnem aqui, são todos parceiros do IPHAN. Eles estão aqui na casa do IPHAN.* (Entrevista concedida à autora em julho de 2000).

⁴⁰⁷ Outros representantes do Executivo e Legislativo estiveram presentes além do Secretário de Cultura: Júlio Rotelli Crosara Filho (Secretário de Turismo), Ezequiel Nunes (Vereador), Selma (Secretária Municipal de Educação), Erotides Mendes e Tainá (Assessoras do Secretário de Cultura) e Valdécio (Assessor do Prefeito Municipal). Registrado em caderno de campo no dia 25 de junho de 2001.

⁴⁰⁸ Raimundo Aires (pastor), Marli Evangelista (Sub-Secretária da Educação), Fátima Sócrates (Diretora do Museu das Bandeiras), Antonieta Jubé, Pedro Mauro (Rádio Cidade de Goiás), Milza Samahá, Hélia (Saneago), Eliana Sercócima (UEG) e Luiz Roberto Botosso Junior (IPHAN). Os membros da direção do *Movimento* presentes na reunião do dia 21 de junho de 2001 eram: Brasilete Ramos Caiado (presidente), Marlene Gomes Velasco (Conselho Fiscal), José Domingos Pereira (Conselho Fiscal), Antolinda Baia Borges (1º tesoureira). Registrado em caderno de campo no dia 21 de junho de 2001.

Cauda e dali para o João Francisco. Em meio às várias considerações que iam sendo feitas aqui e ali, por um ou outro participante da reunião, Luis Roberto Botosso Júnior (não vilaboense), Diretor da 17ª Sub-Regional do IPHAN, foi indagado sobre como proceder com os ambulantes do bairro do João Francisco e respondeu: “lá não é minha jurisdição”⁴⁰⁹. Cidade cindida também nas instituições.

A reunião decidiu como deveria ser o show a se realizar na Praça do Coreto. Marco Antonio lamentou novamente dizendo que estava fazendo uma programação e que fizeram outra, se referindo ao grupo ligado ao *Movimento*. Disse que a programação iniciada na sua ausência no dia 21 acabaria com o Trio Elétrico, que ele contratou para tocar no João Francisco. A reunião se esvaziou rapidamente. Ficaram apenas uns poucos acertando detalhes.

No dia seguinte (terça-feira), dia 26 de junho, véspera da decisão parcial da UNESCO, outra reunião da sede do IPHAN, contou com a presença de Brasilete Ramos Caiado, Antolinda Baía Borges, Marlene Gomes de Velasco, Luis Roberto Botosso Júnior (IPHAN), Erotides Mendes (representando a Secretaria de Cultura), Jairo Neves dos Santos (Secretário de Obras do Município) e Jane de Alencastro Curado (representando a Sub-Secretaria de Educação do Estado). Apenas alguns detalhes estavam sendo acertados quando nossa atenção foi desviada para o som do Trio Elétrico que adentrava por entre as janelas da sala de reuniões do IPHAN. Todos à janela vimos o caminhão do Trio Elétrico se aproximar com Marco Antonio Veiga de Almeida em cima, chamando a população para a Praça do Coreto, às 15 horas, e no *João Francisco*, a partir das 18 horas.

Imediatamente, Antolinda questionou o teor da informação veiculada por Marco Antonio, de cima do Trio Elétrico. Disse que ele somente fazia referência à Secretaria de Cultura e à Prefeitura Municipal. Gritava da janela que ele tinha que falar do *Movimento*, que trabalhou durante dois anos e meio arduamente para conseguir o título. Nós, postados nas grandes janelas da antiga Casa do Bispo e atual sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN, olhávamos para Marco Antonio no Trio Elétrico. Ele nos olhava nas janelas. Antolinda pegou uma folha de papel, no qual estavam impressas algumas frases a serem lidas pelo animador, no dia da festa e desceu a rampa em frente ao IPHAN correndo e sacudindo o papel e dizendo que Marco Antonio repetisse as falas que constavam daquele papel⁴¹⁰.
Dentre elas:

⁴⁰⁹ Registrado em caderno de campo no dia 25 de junho de 2001.

⁴¹⁰ Registrado no caderno de campo em 26 de junho de 2001.

Os nossos antepassados nos legaram uma cidade intocada pelo tempo. Como vamos deixá-la como herança para as futuras gerações?

*O título de patrimônio da humanidade é o reconhecimento pela UNESCO, do nosso centro histórico, dos nossos rios e serras, das nossas histórias e das nossas tradições religiosas e populares*⁴¹¹.

Nenhuma das frases impressas no papel fazia referência ao *Movimento Pró-cidade de Goiás*⁴¹². A disputa pelo controle da festa era apenas a duplicação das tensões presentes no campo da cultura e do patrimônio em Goiás. Marco Antonio não pertencia ao grupo dos agentes da cultura e do patrimônio, não era membro das ONGs e mesmo sendo *filho* de família tradicional e Secretário de Cultura, se lamentava com a sua exclusão das decisões relativas à cultura e ao patrimônio, fato que será analisado no capítulo 7.

Assim, apenas um dia antes da conquista parcial do título, tinha início não apenas as comemorações, mas também o desvelamento das tensões e fissões sociais e políticas da sociedade vilaboense; ao menos para mim.

À noite, ainda no dia 26 de junho, por ocasião, do lançamento de um vídeo sobre a cidade de Goiás, onde se reuniram professores e estudantes do ensino médio, Brasilete Ramos Caiado aproveitou para convocar os presentes

*para amanhã, a partir das oito horas da manhã, na Praça do Coreto e todos tem que convidar parentes, amigos... porque amanhã vai ser o dia máximo para esta cidade! Goiás, patrimônio da humanidade! Goiás, patrimônio da humanidade! O dia "D" da cidade de Goiás! Viva Goiás!*⁴¹³

A platéia aplaudia, assoviava e gritava euforicamente. Assim dormira a cidade de Goiás na véspera do dia do resultado parcial da candidatura do título de patrimônio mundial.

⁴¹¹ Folha avulsa contendo as frases que deveriam ser pronunciadas pelos animadores da festa.

⁴¹² As outras quatro frases era: (1) *Estamos aguardando o grande momento: Goiás, Patrimônio da Humanidade*; (2) *A qualquer momento a UNESCO anunciará para o mundo, o reconhecimento da Cidade de Goiás como PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE*; (3) *Com a conquista do título, começa agora um novo trabalho. Cabe a cada um de nós, manter o título*; (4) *A qualquer momento a UNESCO reconhecerá o valor da nossa cidade como PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE*.

⁴¹³ Gravação realizada no Teatro São Joaquim em julho de 2006.

5.3. O dia em que se pensou que a cidade ganhara o título

Sabendo que o jornal televisivo, “Bom Dia Goiás”, entraria no ar, ao vivo, direto da cidade de Goiás, e que seriam entrevistadas Salma Saddi Wares de Paiva (Superintendente da 17ª Regional do IPHAN) e Brasilete Ramos Caiado (Presidente do Movimento), para lá me dirigi por volta das 06h30min, do dia 27 de junho.

Em frente à Igreja do Rosário estavam Salma, Brasilete, Antolinda, Cristina Portugal Ferreira (Diretora Técnica da 14ª Superintendência Regional) e Luiz Roberto Botosso Júnior (Diretor da 17ª Sub-Regional do IPHAN), além da equipe de TV. Salma e Brasilete deram entrevista ao telejornal.

Foto: Izabela Tamasso (27.06.2001)



Largo do Rosário. Da direita para esquerda: Salma S. W. de Paiva, Marcus Venício, Antolinda B. Borges, Brasilete R. Caiado, Luiz R. Botosso Jr.

Ao término da matéria, decidiram que iam tomar café da manhã em algum lugar. Alguns optavam por bolo de arroz no Mercado Municipal; Antolinda fez questão que todos fossem para a Pousada do Sol, da qual é uma das proprietárias. Brasilete, sempre gentil, formalizou o convite para que eu as acompanhasse e, felizmente, me deu oportunidade de estar ao lado delas naquele momento. Mulheres de Goiás, que juntas aguardariam pela deliberação da UNESCO ⁴¹⁴.

Permanecia um clima eufórico, mas contido. Uma certa preocupação pairava no ar. Tomávamos café da manhã juntos: Antolinda, Brasilete, Salma, Cristina, eu, Botosso e Marcos Venício (repórter). A conversa girava em torno de tentar adivinhar se a reunião

⁴¹⁴ Os dois homens presentes, Marcos Venício e Luiz Roberto Botosso Jr. não são vilaboenses.

em Paris já teria começado, se já teriam feito as primeiras deliberações, quanto tempo demoraria para começarem a analisar Goiás. A expectativa era de que saberíamos o resultado apenas no meio da manhã ⁴¹⁵.

Às 07h30min da manhã o celular de Salma tocou e um silêncio tomou conta do ambiente. Ela olhou no celular e disse: *É o Chaul, é de Paris* e se levantou. Todos se levantaram e começaram a caminhar atrás dela. Ela levantou um braço para cima e gritou *nós conseguimos!* Ninguém mais conseguia ouvir o que o outro dizia. Todos falavam ao mesmo tempo. O pessoal da cozinha saiu para o pátio e participava da alegria que se instalou na Pousada. Brasilete pegou o celular e gritava *nós somos patrimônio da humanidade, Goiás patrimônio da humanidade!* Todos choravam, riam e falavam. Tudo ao mesmo tempo. Antolinda muito prática, apesar de muito emocionada, foi dar telefonemas. O primeiro foi para Marlene Gomes de Velasco, Diretora da Fundação Casa de Cora Coralina ⁴¹⁶.

Então havia agora que se organizar os fogos e os sinos, uma vez que o resultado chegou antes do esperado. Nenhum sineiro havia ainda assumido o seu posto e alguém teria que avisá-los. Ou melhor, avisar apenas um, pois uma vez disparado o badalo de um sino e alguns foguetes e toda a cidade reconheceria o sinal da vitória. Segui para a Praça do Coreto. Enquanto caminhava ia ouvindo o som do sino da Igreja do São Francisco, depois o sino do Rosário, depois o aumento dos sons dos fogos e cada vez mais sinos e mais fogos. A Praça do Coreto ficou distante naquela manhã. Eram 08h05min e várias pessoas já se encontravam na Praça, sobretudo os mais idosos.



Foto: Izabela Tamaso (27 de junho de 2001)

⁴¹⁵ Registrado no caderno de campo no dia 27 de junho de 2001.

⁴¹⁶ Registrado no caderno de campo no dia 27 de junho de 2001.

Era uma euforia só! Foram tantos os fogos de artifício e toques dos sinos que, não obstante Paris não ter ouvido nada, toda a mídia nacional noticiou o dia 27 de junho como sendo o dia no qual a cidade de Goiás ganhara o título de patrimônio mundial. Se a comemoração não era “para francês ver” e ouvir, deveria fazer ver e ouvir todo o Estado de Goiás, para que a cidade fosse redimida da humilhação da perda da capital.

Foto: Izabela Tamaso (27.06.2001)



Coral Solo se apresenta no Largo do Coreto, sob regência de Sebastião Curado.

Antolinda Baía Borges, chorava e gritava: *podem nos chamar de Goiás Velho, Goiás é patrimônio da humanidade!* Era uma grande confraternização. Os vilaboenses se abraçaram numa comemoração, enquanto afastavam o fantasma da perda. Não imaginavam que outra perda de grande importância assolaria novamente a cidade de Goiás.



Banda do 6º BPM toca no Coreto

Foto: Izabela Tamaso (2001)

Na Praça do Coreto, se concentraram diversas pessoas: idosos, jovens e crianças; homens e mulheres; pessoas do povo e autoridades municipais e federais, inclusive do IPHAN.

Em meio aos discursos, shows de músicos locais e regionais e em meio à euforia expressa pelos choros, risos e bandeiras do Movimento Pró-Cidade de Goiás ao vento, fui colhendo os significados atribuídos pelos vilaboenses à categoria *patrimônio mundial*.

Foto: Izabela Tamasso (2001)



Brasilete R. Caiado e Marco Antonio da Veiga em primeiro plano.
Banda do 6º BPM ao fundo.

Cinco questões foram igualmente feitas a idosos, adultos e jovens; homens e mulheres, presentes na Praça do Coreto, num total de 49 vilaboenses, ao longo de todo o dia 27 de junho. As seguintes questões foram formuladas e apresentadas aos entrevistados na ordem que seguem:

- 1ª. Como você se sente vendo que a cidade de Goiás venceu mais uma etapa para a conquista do título de patrimônio mundial?
- 2ª. O que é patrimônio para você?
- 3ª. Há quanto tempo começou este trabalho de preservação?
- 4ª. Quem são as pessoas que você considera responsáveis pela conquista do título?
- 5ª. Quais são suas expectativas para a cidade de Goiás a partir de agora?

Em função das respostas dadas ou do perfil do entrevistado, outras questões foram formuladas e serão tratadas na medida em que forem importantes para a análise

417

Dentre os entrevistados se encontravam moradores do *centro histórico* e moradores dos bairros circunvizinhos, alguns mais próximos, outros mais distantes do *centro histórico*. Havia dentre os entrevistados agentes da cultura e do patrimônio cultural, membros do IPHAN, funcionários da prefeitura e vereadores. Havia estudantes, professores, comerciantes, funcionários públicos, aposentados, fazendeiros, balconistas, etc. Estavam lá vilaboenses e *filhos de Goiás*.

Observei que a ênfase nos aspectos práticos ou simbólicos do título de patrimônio mundial, ou o equilíbrio de ambos aspectos, se vincula ao tipo de pessoa: se idoso ou jovem, se ligado à gestão da cultura e do patrimônio ou não, se morador do *centro histórico* ou não.

Destacarei primeiramente algumas idéias presentes na maior parte das falas para depois analisar como cada uma delas é mais ou menos enfatizada pelos diversos tipos de pessoas:

- a. O título de patrimônio mundial referido como *o patrimônio*. Ou melhor, o patrimônio da cidade passa a ser equivalente ao título de patrimônio mundial.
- b. O título de patrimônio mundial como desencadeador imediato de desenvolvimento econômico para o município: empregos, renda, educação, lazer etc.
- c. Vinculação imediata entre título de patrimônio mundial, turismo e desenvolvimento.
- d. Dificuldade em definir o que significa patrimônio como um valor em si. Neste caso, o patrimônio é definido pelo que dele decorreria em termos práticos.
- e. Categoria cultura sempre acionada na fala daqueles que conseguem definir patrimônio. Neste caso, a definição do patrimônio prioriza os aspectos simbólicos.
- f. O título de patrimônio recupera o valor perdido da cidade de Goiás, como conseqüência da mudança da capital.

⁴¹⁷ Devo informar ainda que a ordem das questões somente foi alterada nas situações em que o entrevistado ao ser indagado sobre uma questão, respondia outra coisa; muitas vezes já avançando para as questões que ainda seriam a ele apresentadas.

Essas idéias e noções serão apresentadas na seqüência e em relação umas com as outras, para que possamos observá-las de maneira comparativa. É oportuno informar que o fato de as idéias terem sido listadas isoladamente, ou seja, uma separada da outra, não significa que elas estejam separadas desta forma na fala dos vilaboenses. Por critério metodológico decidi isolar as idéias mais importantes e recorrentes. No entanto, será observado o quanto elas se co-relacionam nas repostas dos entrevistados. Seguirei, a princípio, a seqüências das idéias listadas acima, para gradativamente ir contrapondo uma à outra em função das características dos falantes.

O título de patrimônio mundial aparece como equivalente a *patrimônio* quando alguns entrevistados responderam à segunda questão: o que é patrimônio para você. Observem-se algumas respostas ⁴¹⁸:

Olha... o patrimônio... eu acho pra nós aqui em Goiás é uma coisa importante porque traz benefício e assim todas as pessoas possam vir mais à cidade de Goiás, como o turista. O turismo em si aumenta muito através desse reconhecimento: patrimônio da humanidade.

José Antonio Moraes e Souza (Zé Tachinha) (41 anos)

Patrimônio pra mim vai ser assim uma coisa melhor... tudo pode acontecer melhor, né? Estava muito pobre esta cidade. Agora vai aparecer mais serviço pro povo, né?

Elenita Andrade (75 anos)

A noção de que o patrimônio é equivalente ao título está estreitamente ligada à noção de que o título, referido como patrimônio, trará desenvolvimento econômico. Neste caso unem-se as idéias “a” e “b”. Tais noções do patrimônio e do título surgiram nas falas de pessoas que ou não estão diretamente envolvidas com a prática do patrimônio na cidade, e/ou são idosas, que não dominam as categorias anteriormente introduzidas na cidade (patrimônio nacional, tombamento, preservação, conservação, restauro), ou nem dominam as categorias recentemente introduzidas na cidade: patrimônio mundial, UNESCO, ICOMOS.

A fala de um jovem estudante universitário, estagiário da 17ª Sub-Regional do IPHAN, na cidade é reveladora de que a equivalência do patrimônio com o título de patrimônio mundial desaparece quão mais próximo da prática da preservação está o sujeito entrevistado. Neste caso, título e patrimônio são duas categorias diferentes:

— Como você se sente vendo que a cidade de Goiás já venceu mais uma etapa para a conquista do título de patrimônio mundial?

⁴¹⁸ Todas gravadas no dia 27 de junho de 2001.

— *Eu recebo como um reconhecimento para nós, mas já é um patrimônio nosso, da sociedade. Então só está apenas expandindo isso para o mundo né. E para mim que estou trabalhando dia a dia, olhando as casas, olhando os telhados, isso para mim é maravilhoso, é muito gratificante.*

— O que você considera patrimônio?

— *Para mim patrimônio é toda aquela valorização, toda uma história de um trabalho de uma sociedade que construiu essa arquitetura maravilhosa, essa sociedade que busca cultura, que busca desenvolver, que agora está ampliando para o turismo... e dia a dia vivendo junto com essa cidade, e tendo a possibilidade também de estar vivendo com a sociedade, é muito gratificante pra mim que trabalho na área.*⁴¹⁹

Júlio César Alves de Castro (22 anos)

Quando o autor da fala é alguém ligado, formal ou informalmente, à prática da cultura e patrimônio da cidade, jovem ou não, não há equivalência entre título e patrimônio.

Um desses agentes, ao ser indagado sobre o que considerava patrimônio na cidade respondeu:

Bem patrimônio para mim é tudo que compõem a cidade. Os prédios históricos, as igrejas, o Veiga Valle, os museus, as casas de cultura, que com o passar do tempo foram evoluindo e criando corpo e que deram esta, vamos dizer assim, esta gama de visitação, de mostrar o quê Goiás tem, o quê Goiás teve e o quê Goiás possui de cultura, de tradição, de arte né? Dentro desses aspectos todos.

Élder Camargo de Passos (59 anos)

Conseguem versar sobre os dois com bastante desenvoltura. Nas falas acima e em todas as outras conformadas por essa tipologia (título e patrimônio como categorias diferentes) a categoria patrimônio é referida como tendo um valor em si próprio. Nestes casos, o patrimônio é sempre definido como sendo a *cultura*. Alguns detalham como sendo tradições, a gastronomia, a arquitetura, outros, como sendo o jeito de ser e de viver vilaboense. A cultura vilaboense é essencializada e ganha notoriedade a fim de explicitar o que é o patrimônio. Às vezes não é nem detalhada, surge apenas como sendo aquela que dá origem à cultura do estado. Observem-se as respostas às minhas duas primeiras perguntas:

— *Muito orgulhoso e um sentimento assim... difícil de expressar, uma satisfação muito grande, porque foi um trabalho... inicialmente a gente não acreditava que fosse conseguir... Essa última noite foi uma noite longa, de expectativa. É uma satisfação... difícil de expressar, mas de muita alegria.*

⁴¹⁹ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

— O que é patrimônio?

— *Além... muito mais do que o conjunto arquitetônico, paisagístico que nós temos, é a cultura que transcende o nosso povo. Eu acho que esse é o verdadeiro patrimônio que nós temos, que a cidade tem e quem vem passando assim, de geração em geração e se mantém até hoje.*⁴²⁰

Héber da Rocha Rezende Júnior (40 anos)

*Olha... eu vejo o patrimônio não só tudo aquilo que a gente conservou, mas toda a nossa cultura, a nossa maneira de viver, todo esse nosso cerrado que está aí do mesmo jeito, que nada desmanchou, os morros e tudo. E até nosso jeito, nossa vida, nosso jeito de viver e tudo, nossas festas. Mesmo a parte religiosa... tudo isso. O patrimônio nosso não é só o Movimento é toda a nossa cultura*⁴²¹.

Iracema Malheiros (66 anos)

Ainda com relação a estes casos, há uma outra sobreposição importante de idéias. As falas de pessoas idosas (ou próximas da terceira idade), que conseguem diferenciar o título de patrimônio mundial do patrimônio em si, trazem também a noção de que o sentimento de perda da capital fora superado com a conquista do título.

— *Significa o máximo da felicidade, porque foi uma luta muito grande a gente conservar a cidade, principalmente conservar. Lutar contra todos os empecilhos, todas as coisas, e do jeito que ela ficou depois da mudança... e a gente conseguir chegar com ela intacta até aqui. É uma felicidade... mas é muito grande. Mas não é só isso, agora a gente tem que conservar o título não é?*

— O que significa patrimônio?

— *Patrimônio significa cultura, significa a ecologia, significa tudo o que você pode guardar e passar para a posteridade.*⁴²²

Iracema Malheiros (66 anos)

— *Não tem explicação. É uma emoção grandíssima, uma coisa maravilhosa. É uma luta que a gente vê a vitória... eu acho que... como se sabe o que eu acho da vitória nossa? Como se tivesse acabado uma guerra, porque é um reconhecimento verdadeiro pra cidade de Goiás. É Goiás largar de ser menosprezado e chamado “Goiás Velho”. Agora nós temos orgulho de dizer e alto e bom tom: cidade de Goiás, patrimônio da humanidade, reconhecida por unanimidade, Goiás venceu!*

— O que você considera patrimônio?

— *Patrimônio pra mim é essa beleza aqui que é a cidade de Goiás. É essas pedras, essas casas, esse rio...*

Antolinda Baía Borges (69 anos)

⁴²⁰ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

⁴²¹ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

⁴²² Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

*Muito orgulhosa! Emocionada até... Eu acho que é uma coisa que deveria ter acontecido há muito tempo. Tiraram a nossa capital, mas ela hoje é muito maior*⁴²³

Eleusa de Loyola Alencastro (80 anos)

— *Uma felicidade imensa! É o coroamento de um trabalho iniciado há muitos anos; o coroamento também de uma preservação, às vezes também até inconsciente; o recebimento de uma herança que nos legaram, que recebemos com muito orgulho e que hoje essa herança será mostrada para o mundo. Essa sensação está aí sendo exibida ao mundo, está sendo mostrada para o universo. E também casa muito com o sentimento da cidade, um sentimento universal.*

— O que significa patrimônio?

— *Patrimônio é tudo isso, é o patrimônio imaterial, são as tradições, a luta do povo, a resistência do povo, porque algo aí a ressaltar é a resistência até passiva, até muda, surda até dessa cidade a todos os movimentos que ao longo de seu processo histórico, até conspiraram contra ela. Eu cito como exemplo a mudança da capital. Foi feita de forma traumática, de forma violenta e foi possível através de um golpe de estado. A população reagiu, os segmentos sociais, políticos e culturais reagiram, mas paradoxalmente, essa mudança que preservou essa herança, esse legado, essa fortuna que hoje é mostrada com muito orgulho, com muita alegria, com muita satisfação mundial.*⁴²⁴

Hecival Alves de Castro (61 anos)

Nas falas acima é possível observar a convicção dos vilaboenses mais velhos — que ou viveram o trauma da mudança da capital ou nasceram na cidade extorquida por Pedro Ludovico — de que a cidade era portadora de um valor patrimonial incomensurável, que fora substancialmente abalado pela perda da capital.

Fátima Sócrates, outra vilaboense de família tradicional, destacou a importância da relação título e *identidade de um povo*:

*Eu acho que a Unesco referenda a própria cidade para ela mesma. Eu acho que o mais importante desse trabalho todo foi a cidade se reconhecer patrimônio e o Estado também. Esse símbolo de Goiás ser à parte, excluída do estado, como recuo, como coisa antiga, enfim, toda aquela coisa pejorativa... Então, todo esse trabalho desses dois anos para reconhecimento fez com que Goiás se redimensionasse. Eu acho isso importantíssimo... e com o referendo da UNESCO! Que é o órgão maior para referendar justamente a identidade de um povo*⁴²⁵. [grifo meu]

⁴²³ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

⁴²⁴ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

⁴²⁵ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

A UNESCO, por meio do patrimônio, referenda a identidade. Aqui identidade e patrimônio aparecem como “termos da mesma equação” (Peixoto, 2004); especificamente, o patrimônio sendo a prova da existência da identidade vilaboense.

O uso do toponímico “Goiás Velho”, rejeitado pelos vilaboenses por ser pejorativo, começava a ser ressignificado (no sentido positivo), pois Goiás é velha e porque velha, patrimônio mundial:

Eu acho que Goiás está resgatando o tempo perdido. Porque desde que saiu a capital daqui, nós só perdemos, a cidade ficou num marasmo, no esquecimento e agora é recuperar o tempo que nós perdemos. Tudo o que nós perdemos nós estamos resgatando agora. Agora é a vez da cidade de Goiás. Agora eu tenho orgulho de morar em Goiás Velho, agora podem falar Goiás Velho, porque nós temos orgulho de morar nessa velha cidade, velha capital [grifo meu].⁴²⁶

Marco Antonio Veiga de Almeida (34 anos)

Marco Antonio retoma a “situação crítica” (Giddens, 1989) da mudança da capital, em tom inflamado. Secretário de Cultura, Esportes e Turismo do município e membro de família tradicional, descendente de Veiga Valle, Marco Antonio expõe o quanto o valor do patrimônio coletivo da cidade de Goiás, é no fundo e na origem constituído dos patrimônios privados e da história das vidas privadas. Tema que será tratado na Parte III.

Outra idéia que apareceu recorrentemente nas falas colhidas pela enquete foi a de que a partir da conquista do título o desenvolvimento do município se daria quase que imediatamente por consequência do aumento do número de turistas. Tal noção também está relacionada àquela sobre os itens “a” e “b”. Contudo, aqui surge o turista de maneira mais explícita. O raciocínio é mais ou menos assim: patrimônio mundial traz mais turistas, que trazem mais dinheiro, que proporcionam maior desenvolvimento, que significa mais empregos, maior renda, melhor escolaridade, mais e melhores opções de lazer, menos evasão dos jovens etc. As respostas logo abaixo se referem à pergunta de número cinco: quais suas expectativas para Goiás a partir de agora?

*Pode trazer o progresso, o turismo vai melhorar, eu acho que cem por cento e o governo do estado, eu sinto que o governo do estado vai continuar atendendo as necessidades da cidade e os anseios do povo goiano.*⁴²⁷

Neusa Serradourada (69 anos)

⁴²⁶ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

⁴²⁷ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

*Que venham os turistas e reconheçam que nós somos o verdadeiro patrimônio da humanidade.*⁴²⁸

Guilherme da Veiga Jardim (19 anos)

A noção de título de patrimônio mundial ligado ao turismo e trazendo desenvolvimento é, ao menos no resultado da enquete, disseminada por todos os tipos de pessoas. Surge na fala de jovens, adultos e idosos, nos agentes da cultura e do patrimônio, em moradores do *centro histórico* ou dos bairros, etc. Pode haver diferencial de ênfase, mas há consenso de que o título beneficiaria a cidade por intermédio do aumento da demanda turística. A elite cultural faz referência a tais benefícios de maneira menos explícita no que tange aos fatores econômicos. Agentes da cultura e do patrimônio, Marco Antonio e Marlene planejam a administração do título, dos eventos culturais e da cidade de Goiás.

*Nós estamos preparando a cidade para não ter eventos de temporadas. Nós vamos ter eventos todo o mês, nós vamos estar realizando eventos em Goiás que traga os turistas que a gente quer pra Goiás.*⁴²⁹

Marco Antonio Veiga de Almeida (34 anos)

*Eu acho que agora deixa de improviso, né? Nós temos... o compromisso... as nossas possibilidades começam agora. Nós até então, nós estávamos na expectativa, naquela angústia... agora a coisa é concreta, nós temos que deixar de improviso, de improvisar, o nosso plano diretor tem que sair da gaveta, a cidade hoje é outra. Hoje é o mundo que estar olhando pra Goiás [...]*⁴³⁰

Marlene Gomes Velasco (45 anos)

Os vilaboenses iam revelando que a retórica patrimonial responde muito bem às exigências das ideologias urbanas contemporâneas, como qualidade de vida, desenvolvimento, turismo cultural (não massificado), recuperação do espaço público etc. (Peixoto, 2003b, p. 2).

Após muita comemoração, fogos, toque de sinos, música e banda de música, anoiteceu e os discursos das autoridades tomaram conta da Praça do Coreto. Eram muitos os que queriam estar junto de Goiás naquele momento (Anexo II). Destaco trechos de falas que são especialmente importantes para a interpretação das representações dos vilaboenses tradicionais (e dos *filhos de Goiás*) da cidade de Goiás e a relação que fazem dessas representações com o título de patrimônio mundial:

⁴²⁸ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

⁴²⁹ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

⁴³⁰ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

*Eu acho que nós fomos vencedores, mas o grande vencedor está aqui. É Marconi Perillo [governador]. Ele, desde o primeiro momento, arregaçou as mangas e... encontrou aqui... Goiás perdida entre a Serradourada e o Rio Vermelho, uma cidade guardada pelos moradores daqui, que preservaram essa cidade 200 anos, como ele diz e de agora pra frente nós vamos cuidar dela muito mais. Agora sim, ela não é só nossa. Nós a estamos dividindo com toda humanidade, a nossa cidade. Marconi, nós agradecemos, porque só a sua sensibilidade, dentre tantos que passaram por aqui, soube achar esse brilhante perdido, lapidou e mostrou pro mundo.*⁴³¹ [grifos meus]

Boadyr Veloso – Prefeito Municipal

A ênfase é na paisagem cultural preservada pelos vilaboenses e ora oferecida como um patrimônio *para a* humanidade. Deixa de ser dos vilaboenses; é um “fundo de bens” que passa a ser “tido como um capital indivisível que tem que ser gerido em proveito de todos os seus titulares”; é um “produto de várias gerações, e caracterizando-se, assim, por uma diversidade sem fim, ele é pertença de uma comunidade alargada às dimensões planetárias” (Peixoto, 2000, p. 8).

As representações sobre a cidade remetem sempre à localização difícil. Valorizam aqueles que em época das bandeiras ou em tempos atuais conseguem vencer heroicamente os obstáculos e construir uma cidade ou iluminá-la, literal e metaforicamente, para o mundo. Há uma idéia de haver um personagem “inimigo” que colocaria a cidade em situações de risco ou de dificuldades e, de tempos em tempos, outros personagens “heróicos” que surgem para dar à cidade o valor que ela merece, as glórias a que faz jus. Observe-se o discurso do Deputado Federal Ronaldo Caiado, um *filho de Goiás*:

*Governador, Goiás, a cidade de Goiás é berço da história e da cultura desse Estado*⁴³². *É um povo que tem fibra, é um povo realmente acostumado na luta e no enfrentamento. É um povo leal, é um povo amigo. É um povo que durante tantos anos passou aqui decidindo os rumos da política de Goiás, e daqui do Paço saíram as decisões para esse Estado. Depois, como se fosse um passo de modernidade, governador, voltaram as costas para Goiás. Tentaram esquecer essa cidade. Mas o sangue, a garra, a determinação, as origens e as tradições do povo vilaboense, que persistiu aqui trabalhando, mantendo, superando todas as adversidades...*⁴³³

É significativo que um membro da família Caiado ao comemorar a conquista de uma etapa do título retome a “situação crítica” (Giddens, 1989) que foi a mudança da

⁴³¹ Discurso proferido e gravado em 27 de junho de 2001.

⁴³² A noção de que Goiás é o “berço da história e cultura” do estado será interpretada na Parte II desta tese.

⁴³³ Discurso proferido e gravado em 27 de junho de 2001.

capital. A cidade ficou atrás das decisões políticas que aconteciam no estado. Mas dada a força das origens e das tradições do povo vilaboense as adversidades foram sendo superadas. Neste caso, o personagem “heróico” dessa vitória é o povo, que resistiu às ações deletérias e perseverou.

Norival Santomé, vilaboense e chefe do Gabinete do Controle Interno da Governadoria do Estado de Goiás também situa a perseverança do povo vilaboense nos dois momentos míticos importantes, a fundação da vila e a destituição da capital:

A história dessa cidade é uma história da teimosia. O simples fato dela existir é um ato de teima. Há quase trezentos anos passados, uma peia de corajosos, destemidos implantaram aqui, no coração do Brasil, um núcleo avançado da civilização. O primeiro núcleo da civilização no centro oeste brasileiro. [...] Mas ela resistiu senhor governador, depois dela ter feito o milagre do nascimento e da consolidação, houve aqueles que... era necessário realmente criar a nova capital. Mas houve momentos em que não se pensava na construção apenas de uma nova capital, mas na destruição da velha. E ela resistiu. Tiraram tudo. Daqui foi a nossa faculdade de direito, a 6ª do Brasil, tiraram de nós aqui a Escola Técnica... e a demonstração dela ter sobrevivido também é um ato de teimosia. E nós tivemos o resgate.⁴³⁴ [grifos meus]

Não negando a necessidade da mudança da capital, Norival relaciona as perdas daquele momento com o resgate proporcionado pela conquista do título. O insulto moral em que se constituiu o trauma da *mudança* é compartilhado no rito que comemora a conquista do título a fim de dar provas da resistência, persistência, *teimosia*, já presente na fundação da vila; herança dos bandeirantes, *uma peia de corajosos, destemidos*. Apesar de terem lhes *tirado* tudo, eles perseveraram e foram testemunhas do *resgate*, iniciado nos tempos do governador Mauro Borges que

*construiu um colégio importante em Goiás, trouxe para cá a mudança temporária da capital e também construiu o Balneário do Cachoeira Grande, que foi a primeira construção que vislumbrava o potencial turístico na cidade de Goiás. O governador Otávio Lage também conseguiu o asfalto e fez com que ele chegasse em Goiás. O governador Leonino Caiado construiu o hotel, que foi importante por que nós tivemos aí condição de receber com dignidade os nossos visitantes. Então nós somos acostumados, senhor governador, a governadores que tiram da cidade de Goiás. E foi necessário que os arcos estivessem alinhados porque hoje essa cidade recebe a maior honraria que uma cidade pode sonhar que é ser reconhecida como patrimônio da humanidade.*⁴³⁵ [grifo meu]

Mauro Borges, Otávio Lage e Leonino Caiado deram início ao trabalho de *resgate*. Observem que Norival Santomé não considerou, em seu discurso, as políticas

⁴³⁴ Discurso proferido e gravado em 27 de junho de 2001.

⁴³⁵ Discurso proferido e gravado em 27 de junho de 2001.

de reconhecimento e preservação do IPHAN na cidade, como parte desse *resgate*. Considerou apenas as ações de valorização empreendidas pelo Estado e pelo próprio *povo vilaboense que luta, que tem sangue garra e determinação*. Esses discursos fazem referência à agência dos vilaboenses que no decorrer de séculos por teimosia e determinação resistiram a todas as adversidades; a tantas perdas!

Também a música que foi composta especialmente para a conquista do título de patrimônio mundial faz referência indireta às perdas sofridas pela cidade. Em meio aos discursos, a música *Roupa Nova, Vila Boa* foi apresentada ao vivo pelo cantor Marcelo Barra, um *filho de Goiás*. A letra revela que Otávio Daher (filho de Nice Monteiro Daher), que não viveu a mudança, também retorna à “situação crítica” e reitera a importância da permanência de alguns vilaboenses, apesar da sedução da modernidade de Goiânia (ver caixa de texto na próxima página).

Interessante observar que, logo após a conquista do título, Otávio Daher assume a coordenação do Programa Monumenta na cidade de Goiás, passando a colaborar para que a cidade fosse realmente travestida de uma *roupa nova, bem mais cenográfica*.

Se ao leitor parece convincente que Goiás conquistara o título, quero lembrar-lhes que faltava ainda uma etapa a ser vencida em Helsinque. A ilusão de que a cidade já havia conquistado o título tomou tal proporção que mesmo aqueles que sabiam da necessidade de se passar pela última etapa, trataram de comemorar como se a vitória já tivesse sido conquistada. Eu mesma fui envolvida e contagiada dada a convicção e certeza do povo que comemorava e das autoridades que discursavam. Apenas duas falas entre todos os discursos lembraram da outra etapa. Uma do mestre de cerimônia, a outra, de Salma Waress Saddi de Paiva, Diretora de 14ª Superintendência do IPHAN, respectivamente transcritas abaixo:

ROUPA NOVA, VILA BOA
Letra: Otávio Daher
Música: Marcelo Barra

Bonita ela sempre foi
Apenas poucos sabiam
Então uns poucos ficaram
Alguns, como nós, voltaram
Emoldurada nos morros
Derrama o luar na ceia
O rio vira um espelho
Nem sei porquê chamam vermelho

Goiás, Goiás
Roupa nova que o mundo chegou
E vem beijar suas mãos
Roupa nova, vila boa

E a vida seguiu em frente
A mesma vida de sempre
As ruas pouco mudaram
O tempo passou só pra gente
Pra ela correu nas pedras
Passou tão lentamente
Passou, mas não foi à toa
Roupa Nova, Vila Boa

Novembro, 2001, Helsinque! Finlândia! Proclamação do título definitivo de patrimônio da humanidade da cidade de Goiás.⁴³⁶ [grifo meu]

*Agora a nossa missão é muito mais séria ainda. Nós temos que fazer jus a tudo isso. Nós temos que mostrar que nós somos de garra. Em novembro, nós teremos uma delegação lá na Finlândia e estaremos aqui de novo, celebrando, comemorando com uma grande festa, não é seu governador? Então vamos estar em novembro de novo com festa, com muita alegria na praça.*⁴³⁷

Naquela noite, a maior parte dos vilaboenses dormiu com a sensação de um título já conquistado. A partir de então, a lembrança de que ainda não tinham conquistado o título era evocada em situações para as quais traria resultados eficazes. Por exemplo, quando algum morador indicava que faria alguma modificação na fachada de sua residência, havia sempre um membro da elite cultural que se encarregava de lembrar ao morador que aquela ação poderia comprometer a conquista do título. A categoria patrimônio mundial passou a ser acionada no sentido de coagir prováveis intervenções urbanas privadas e públicas.

Peixoto indica vários lugares, nos quais a “figura do *patrimônio mundial*” foi acionada por cidadãos no sentido de “mobilizarem internacionalmente solidariedades capazes de apoiar a causa que lutavam”, fazendo valer assim “a primazia dos interesses da humanidade sobre os interesses particularísticos” (2000, p. 13). Em Goiás, as ameaças àquele acervo de uma herança comum à humanidade, eram eficazes, pois que em primeiro lugar o que desejavam os vilaboenses era a consolidação de uma “imagem de marca”, com vistas a “reforçar a competitividade e a atratividade de territórios com objectivos políticos e econômicos bem definidos” (Peixoto, 2000, p. 10).

Os vilaboenses, sobretudo os tradicionais, viveram os meses que se seguiram com sentimento de vitória. Fizeram planos, pintaram as fachadas de suas casas e sonharam...

5.4. Enquanto aguardavam o título...

Enquanto aguardavam a última etapa, os vilaboenses tradicionais iam intermediando o cotidiano com os momentos rituais. Entre junho e dezembro os momentos rituais mais importantes que acontecem em Goiás são: a transferência

⁴³⁶ Discurso proferido e gravado em 27 de junho de 2001.

⁴³⁷ Discurso proferido e gravado em 27 de junho de 2001.

simbólica da capital (também denominada de *instalação do Governo Provisório*), Festa de Nossa Senhora de Santana, Festa Agropecuária, Festa de Nossa Senhora do Carmo, Dia do Vizinho, Festa de Nossa Senhora da Abadia, Festa de Nossa Senhora da Guia (do Bacalhau), Festa de Nossa Senhora da Aparecida (de Areias), Festa de Santa Cecília, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Festa de Santa Rita, Festa de São Sebastião na Pedreira, Festa de Nossa Senhora na Barra (Buenolândia), Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Santa Bárbara, Festa de Santa Luzia. Para cada um desses rituais, fogos de artifício, alvoradas, serenatas, leilões, levantamentos de mastros e reciprocidade.

O *Movimento*, com Brasilete Ramos Caiado à frente, manteve-se ativo. Uma reunião realizada em 16 de agosto teve como propósito refletir sobre a sustentabilidade do título, antes mesmo de ter sido outorgado pela UNESCO. A reunião aconteceu, como sempre, na sede do IPHAN e os participantes também foram os habituais: elite cultural e política da cidade, além de lideranças religiosas, representante do Corpo de Bombeiros e um representante das associações de bairros. Um retrospecto do *Movimento* foi feito por Brasilete, em meio ao qual chamou novamente Suzanna Sampaio, representante do ICOMOS-Brasil de *fada madrinha de Goiás*⁴³⁸. Com relação à sustentabilidade do título, Brasilete destacou alguns projetos já iniciados e propôs que outros fossem alavancados: pediu mais rapidez na implantação do Projeto de Sinalização, sugeriu uma Usina de Reciclagem do Lixo, e a agilização da obra do esgoto sanitário⁴³⁹.

Todos demonstravam muito empenho e interesse em colaborar para que todas as ações fossem bem sucedidas. O espírito parecia ser de união entre as pessoas, as instituições e associações, até que Brasilete lembrou a importância da *integração do centro, periferia e entorno*⁴⁴⁰. A vereadora Zilda Lobo desencadeou um debate um pouco mais tenso. Disse que *tudo que é feito é feito só no centro, o entorno não fica sabendo*⁴⁴¹. Foi quando o representante de todas as Associações de Bairro, Zinho Fogaça, aproveitou para informar aos presentes que *na periferia se diz que lá não vai ter esgoto, é só para o patrimônio*. Nesse caso, *patrimônio* é sinônimo de *centro histórico*.

Outro vereador presente falou em nome da *periferia*. Ezequiel Nunes foi convicto em afirmar que *os eventos não vão para o João Francisco*⁴⁴². Brasilete

⁴³⁸ Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001.

⁴³⁹ Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001.

⁴⁴⁰ Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001.

⁴⁴¹ Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001.

⁴⁴² Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001

entreviu dizendo que *têm ido*. A resposta de Ezequiel foi paradigmática do sentimento de segregação: *no dia do título foi o show, mas não foram as autoridades*. Ezequiel fala do dia 27 de junho, quando o show com trio elétrico foi realizado no João Francisco. Zinho Fogaça completou: *patrimônio da humanidade é excelente, mas na realidade, eles não sabem o que é isso![...] Acaba-se sempre beneficiando o centro... como sempre*⁴⁴³. Zinho fazia referência especificamente aos moradores das áreas periféricas.

Brasilete encerrou o debate chamando para a legitimidade do *centro histórico*, enfatizando que a conquista do título *não estava dependendo da periferia, estava dependendo dos 275 anos de história*⁴⁴⁴. Os recém chegados no município e instalados nos bairros circunvizinhos ao *centro histórico*, não tinham argumento para reivindicar direitos iguais, uma vez que não faziam parte dos *275 anos de história*.

Outros dois problemas surgiram para desviar a atenção dessa tensão entre participantes da reunião que são moradores do *centro histórico* (ou com eles se identificam), e moradores da *periferia* (ou que com eles se identificam, ou que a eles representam, como no caso dos vereadores).

Os riscos da crescente especulação imobiliária e do parcelamento do solo foram problemas aventados pelo vereador Rodrigo Borges Santana, morador do *centro histórico*. Rodrigo fez referência à possibilidade de Goiás se tornar um *centro morto*, caso não conseguisse administrar bem os impactos decorrentes do título⁴⁴⁵.

Um representante do Conselho Municipal de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico sugeriu que um concurso fosse realizado para se erigir um monumento em homenagem à cidade *patrimônio mundial*. A idéia foi bem recebida e muitos opinaram nos temas que poderiam direcionar o concurso: o índio e/ou o negro como alusão aos primeiros habitantes, *às nossas raízes*⁴⁴⁶.

Antolinda Baía Borges, Diretora do Museu de Arte Sacra, reclamou que a cidade não tem receptivo para receber bem o turista. Pediu para que a prefeitura assumisse essa causa, uma vez que é uma *prefeitura de cidade histórica*. O Prefeito Municipal, Boadyr Veloso, respondeu a ela que seria só municipalizar os museus para que ele cuidasse *da arrecadação e dos custos*. Antolinda retrucou que o IPHAN ajuda no Museu da Boa Morte⁴⁴⁷, mas que *o dinheiro arrecadado não dá para pagar a conta de luz*. Boadyr

⁴⁴³ Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001.

⁴⁴⁴ Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001.

⁴⁴⁵ Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001.

⁴⁴⁶ Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001.

⁴⁴⁷ Há um convênio entre Museu da Boa Morte e IPHAN..

finalizou a conversa salientando que *a cidade está acostumada a tudo pedir para a prefeitura e que a prefeitura está arcando com o ônus do título, mas até agora não arrecadou nada*⁴⁴⁸.

Para além da tensão entre *centro histórico* e *periferia*, e entre elite cultural e prefeitura municipal, havia relativa harmonia entre os presentes na reunião, afinal almejavam um objetivo comum a ser alcançado: trabalhar no sentido de garantir a proclamação do título e planejar a sustentabilidade do mesmo.

Outra reunião que teve por objetivo organizar a Semana de Artes na Cidade, também na sede do IPHAN, contou com a participação dos representantes dos museus, *Movimento*, IPHAN, UEG, das igrejas evangélicas e católica, além da elite cultural. Também nesta reunião se reacendeu a tensão entre *centro histórico* e *periferia*. Um participante não vilaboense, membro da comissão de Amir Haddad — organizador do Festival de Artes — revelou interesse em que o evento incorporasse também a *periferia*. Alguém argumentou informando da presença, naquela reunião, de um membro da Escola Quilombo, situada na *periferia*, como um exemplo de que a mesma já tinha sido incorporada⁴⁴⁹.

A Abertura da Semana de Artes, no Teatro São Joaquim, contou com a presença da elite cultural vilaboense e goianiense. O Secretário de Cultura do Estado de Goiás, Nars Chaul discursou enfatizando que “nosso campo de batalha é o patrimônio mundial, nossos soldados são vocês e nossas armas são as artes”⁴⁵⁰. Amir Haddad listou itens que não deveriam ser preservados: a violência, a falta de amor, a tristeza, a guerra, a injustiça, a intolerância, a ignorância, a renda mal distribuída, a destruição do meio ambiente, a escuridão, o desrespeito, as brigas e a prostituição. Nos itens elencados nenhuma referência ao patrimônio cultural da cidade. Ele destacou a preservação da paz, amor, harmonia, sinceridade, solidariedade, vida, carinho, felicidade. Assim o discurso da preservação ia sendo apropriado e reapropriado com sentidos e finalidades diferentes⁴⁵¹.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Ressalte-se que a Escola Quilombo está muito próxima do *centro histórico*, há cerca de 500 metros e tem como proprietário um *filho de Goiás* de família tradicional e uma italiana residente em Goiás há mais de uma década. Importa enfatizar que não obstante atender eficientemente uma parcela carente da população, sobretudo da Vila Lions, a Escola Quilombo foi concebida por mentes não periféricas. O argumento da Escola Quilombo como periférica só poderia (talvez) convencer um carioca recém chegado que, por melhor intencionado que fosse, não tinha conhecimento para rebater o argumento insustentável.

⁴⁵⁰ Anotações do caderno de campo II em 19 de setembro de 2001.

⁴⁵¹ Anotações do caderno de campo II em 19 de setembro de 2001.

Enquanto as reuniões para decidir sobre o novo Plano Diretor, comemoração e sustentabilidade do título de patrimônio mundial aconteciam na sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN, as reuniões com os representantes das Associações de Bairros aconteciam no Comitê Político do prefeito Boadyr Veloso, que passou a ser chamado de Casa dos Direitos. Enquanto aguardava o início da reunião, lá realizada no dia 29 de outubro, um representante de um bairro não englobado pelo *centro histórico*, comentou que *agora que a cidade é patrimônio histórico mundial vai vir dinheiro da UNESCO, porque a UNESCO adotou a cidade*. Mas completou lembrando que *a UNESCO vai investir mais onde é tombado* ⁴⁵². Tinha consciência de que seu bairro não estaria contemplado com as verbas. Ainda assim, a idéia de que a UNESCO poderia favorecer melhorias na cidade era muito presente. Zinho Fogaça, coordenador dos representantes de bairro, fez questão de falar convictamente que esperava *que o título melhorasse a cidade* ⁴⁵³.

O tempo foi passando e os preparativos para a festa da proclamação do título se intensificavam ⁴⁵⁴. Novamente viriam os fogos de artifício, sinos, músicas, shows, bandas, missa, discursos.

A 25ª Reunião da Comissão do Patrimônio Mundial da UNESCO em Helsinque, Finlândia, aconteceu entre os dias 11 e 16 de dezembro. Participaram os 21 membros dos comitês, representando 21 Estados-Nações integrantes da ONU e como ouvintes as autoridades representando os países em pauta e a imprensa (Anexo III) ⁴⁵⁵. A pauta previa que o dia 14 seria dedicado às novas inscrições na lista do patrimônio mundial. Toda a programação comemorativa da cidade de Goiás foi idealizada para ter início no dia 14 de dezembro.

Alguns dias antes, havia tido início a novena de Santa Luzia, mas é, sobretudo, nos três dias, nos quais se realiza o *tríduo* de Santa Luzia, que há maior participação de pessoas. No dia 10, uma procissão saiu da sede de Santa Luzia (uma irmandade de auxílio mútuo formada por maioria carente) e seguiu em direção à Igreja do Rosário dos Pretos. Até o dia 12, o crepúsculo de cada tarde foi entrecortado pelo som da Banda do 6º Batalhão da Polícia Militar de Goiás, em frente à Igreja do Rosário, seguido do terço.

⁴⁵² Anotações do caderno de campo II em 29 de outubro de 2001.

⁴⁵³ Anotações do caderno de campo II em 29 de outubro de 2001.

⁴⁵⁴ Outros eventos importantes envolveram a elite cultural vilaboense. Um deles foi a homenagem que a Câmara dos Deputados prestou à cidade de Goiás, no dia 05 de novembro, em Brasília, onde se fez presente a elite cultural, além das autoridades municipais, estaduais e federais. O 32º aniversário da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, com sede em Goiânia, foi comemorado em Goiás, no início de dezembro. Todas as acadêmicas se deslocaram para lá e uma grande festa fora realizada.

⁴⁵⁵ <http://whc.UNESCO.org/archive/repcom01.htm>

No dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, os fogos começaram às 05h35min horas. Às 06h00min a banda do 6º Batalhão de Polícia Militar se reuniu em frente à Igreja do Rosário e saiu em alvorada pelas ruas adjacentes à sede de Santa Luzia. Por volta das 06h20min a banda adentrou a sede, que já estava com os bolos arrumados nas inúmeras e grandes bandejas: 60 tabuleiros de bolos. Nesse momento, apenas os músicos e aqueles que acompanharam a alvorada lancharam.

Às oito horas foi rezada missa na Igreja do Rosário. A igreja estava completamente cheia e muitos aguardavam do lado de fora a saída em procissão da imagem da santa. Às 09h20min teve início a procissão, que carregou a imagem de volta para a sede de Santa Luzia.

Foto: Izabela Tamaso (13.12.2001)



Procissão de Santa Luzia subindo a Rua Monsenhor Azevedo

Por volta das 10h10min, após comerem bolo e beberem leite, os participantes se foram e a manhã do dia 13 parecia estar terminando como normalmente acontece em dias de Santa Luzia. Às 12h35min os sinos começaram a badalar e na seqüência vieram os fogos de artifício. Isso era imprevisível. Não era hora de fogos e sinos para Santa Luzia. Ouvi voz de locutor que vinha da Praça do Coreto. Deixei o almoço inacabado e caminhei refletindo indignada: “como não fiquei sabendo que o resultado sairia hoje e não amanhã, conforme era previsto”?

Enquanto caminhava para a Praça do Coreto ouvi a banda do 6º BPM. Passando pela Praça do Rosário, um jovem e atuante rapaz disse-me: *vamos Izabela!* E eu lhe

indaguei: é a resposta da UNESCO? Ele disse que sim e que todos já estavam antecipadamente postados nas torres das igrejas aguardando para o toque dos sinos. Sinal que souberam em tempo de se organizarem? No caminho encontrei uma moça e decidi indagá-la para averiguar até onde sabiam: “Porque estão soltando fogos?” Ela respondeu: *porque hoje é dia de Santa Luzia*. Outro morador da cidade, o frentista do posto de gasolina, respondeu que era *a festa do título*⁴⁵⁶.

Havia pouca gente na Praça do Coreto. Antolinda caminhava de um lado para o outro, vestida de branco, com a camiseta do *Movimento*, enquanto descarregava, do caminhão para dentro do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, as imagens sacras que voltavam de uma exposição em Brasília. Fui cumprimentá-la e ela chorando disse: *somos patrimônio mundial*.

5.5. “Goiás Velho” é Patrimônio Mundial!

A proclamação se deu antes do prazo previsto na pauta da UNESCO. Goiás se tornou patrimônio mundial numa quinta-feira do dia 13 de dezembro de 2001. Foi em um dia de Santa Luzia que a cidade de Goiás ganhou visibilidade.

Ainda indignada, fui novamente até Antolinda e perguntei: anteciparam o resultado? Ela disse: *sim, nós já sabíamos desde ontem*. Logo depois, chegou uma elegante e simpática senhora com quem eu sempre conversava. Ela dançava alegremente ao som do samba enredo da Escola de Samba carioca Caprichosos de Pilares, cujo tema é o Estado de Goiás, tocado em volume alto, em som instalado na Praça. Abraçamos-nos e eu perguntei se o resultado havia sido antecipado, para o qual ela respondeu que sim e que sabiam desde a noite anterior que Goiás seria inserida na pauta do dia 13 e não do dia 14, conforme anteriormente divulgado. Imediatamente perguntei “porque a senhora não me disse?”. Havíamos ficado conversando em casa de uma outra senhora por bastante tempo, na noite anterior. Ela refletiu um pouco e me disse que havia se esquecido. Eu fiquei inconformada. Ela também. Mais tarde, após termos comemorado juntas ela me perguntou: *eu não te falei ontem que a notícia foi antecipada?* Ela sensivelmente havia percebido que essa era uma notícia muito importante para mim. Fiquei com a sensação de que havia perdido alguma coisa. Muito

⁴⁵⁶ Anotações do caderno de campo II, em 16 de agosto de 2001.

mais tarde me conformei, pois que percebi que em se estando em Goiás, e não sendo nem *filho de Goiás*, nem integrante de um grupo específico, alguma coisa sempre se perde, muitas vezes se perdem “coisas” fundamentais.

Se parecia que havia perdido uma informação fundamental para a etnografia, havia ganhado uma outra talvez mais fundamental: a comprovação de que a maior parte dos vilaboenses, mesmo aqueles inseridos no *centro histórico*, não é participada das ações e eventos que digam respeito ao lugar. Apenas alguns foram avisados na noite anterior. Se à noite seria difícil divulgar a informação da mudança de pauta da UNESCO, no próprio dia 13 surgiram três oportunidades: (1) a alvorada da banda do 6º BPM, (2) a missa de Santa Luzia e (3) a festa da sede de Santa Luzia. Dada a aglomeração nesses três pontos da Festa de Santa Luzia, caso os agentes do patrimônio quisessem, a informação teria sido facilmente socializada. Os que ficaram sabendo transitaram próximo ao Largo do Coreto e viram a movimentação. Os que ficaram envolvidos com a Festa de Santa Luzia e aqueles que moram na *periferia* ficaram “de fora”. Entendi que a constante e intensa reclamação de muitos moradores, de que eles são sempre os últimos a saberem sobre o que está acontecendo, ou vai acontecer na cidade, procedia. Eu mesma era testemunha e vítima desta prática. Por quê? Isso já é outro assunto, ou melhor, outro capítulo.

Entrei no Museu da Boa Morte e acompanhei a movimentação de Antolinda. O telefone não parava de tocar. Enquanto eu estive lá ligaram um desembargador aposentado, uma *filha de Goiás* residente em Goiânia e um deputado. Com todos que falava ao telefone Antolinda dizia emocionada *nós somos patrimônio mundial*⁴⁵⁷. Em seguida deu entrevista para uma rádio de Goiânia, cujos trechos seguem transcritos abaixo:

reconhecimento por essa cidade ter ficado aqui nesse vale quase que abandonada, durante 67 anos. Esse abandono resultou nessa grande vitória, nesse grande reconhecimento.

Ela não foi abandonada pelos seus habitantes... Ela ficou esquecida. Por conta do esquecimento a arquitetura foi preservada, a cultura...

Nós somos patrimônio de uma humanidade, nós somos patrimônio do mundo. Tem esse trabalho de um grupo que lutaram, que trabalharam, que ficaram aqui.

*Esse mérito vem a mais de 40 anos. Esse mérito vem desse grupo que é chamado de panela*⁴⁵⁸. [grifo meu]

⁴⁵⁷ Anotações do caderno de campo II, em 13 de dezembro de 2001.

⁴⁵⁸ Idem.

Saliento a ênfase que Antolinda dá em alguns aspectos: (1) a referência feita à situação a qual ficara relegada a cidade após a transferência da capital, reiterando o evento como se constituindo em uma “situação crítica” (Giddens, 1989), a qual sempre se retorna; (2) um passado que deve ser continuamente lembrado; (3) o *esquecimento*, aquele mal que no passado se abateu sobre a cidade por décadas, é a causa da maior vitória no presente; (4) a relação entre a conquista do título de *patrimônio de uma humanidade* e as ações de *um grupo*, que não apenas *ficou*, mas também trabalhou e lutou pela cidade. A esse grupo ela atribui o mérito da conquista do título. Antolinda quer legitimar o lugar que a *panela* ocupa; afinal, o mérito do título, segundo ela, deve ser atribuído à *panela*; sendo esta, uma categoria nativa a ser analisada na Parte II. Assim, entre o choro, a emoção, os abraços, a cantoria, o foguetório e o repicar dos sinos iam emergindo mágoas, tensões e rivalidades, antes suspensas **em nome do patrimônio**.

No alpendre de uma senhora vilaboense nonagenária, perguntei se ela estava feliz com o título e ela respondeu sem animação: *estou... não muda nada pra mim*. Terminou por reclamar da *panelinha* e do fato de que *são sempre os mesmos*⁴⁵⁹.

No Largo do Coreto havia pouquíssimas pessoas ao fim da tarde e à noite; alguns jovens sentados ou dançando ao som mecânico. As comemorações pela conquista do título se prolongariam por alguns dias. O evento do dia 13 seria o leilão que ocorre na festa Santa Luzia, sempre muito concorrido. À noite, a sede de Santa Luzia ficou tomada de gente. A banda do 6º BPM tocava, o leilão corria e todos demonstravam alegria, descontração e orgulho. O assunto era o título de patrimônio mundial, englobado pela festa de Santa Luzia. O patrimônio mais imediato dos vilaboenses, devotos de Santa Luzia e membros da Irmandade de Santa Luzia, abrigava a conversa informal sobre o “patrimônio mundial”.

No dia seguinte, sexta-feira, 14 de dezembro, os fogos deveriam ser espocados às 07h00min, 12h00min e 18h00min. No entanto, o tempo do dia foi todo entrecortado por fogos de artifício. À noite exposição do material arqueológico de Goiás, congregou o público habitual dos eventos culturais da cidade. O show com “artistas goianos” — Maria Eugênia, João Caetano, Pádua e Fernando Perillo — chamou os vilaboenses para a Praça do Coreto.

⁴⁵⁹ Anotações do Diário de Campo I, registradas em 13 de dezembro de 2001.

No dia 15 de dezembro, sábado, aconteceriam as comemorações oficiais. Começaram cedo. Às 05h30min acordei com som de banda. Vinha do Largo do Coreto. Era noite ainda quando cheguei à praça. O público era pequeno. A banda era de Senador Canedo ⁴⁶⁰ e já na quinta música o som da banda dividia o espaço com o som das varredoiras de ruas. Após seis músicas, uma garoa fez recolher o grupo de músicos ao quartel. Mais tarde estavam eles novamente na praça tocando. Música, fogos e sinos até o fim do dia.

O governador do Estado chegou ao final da tarde na cidade. Vestia camiseta do *Movimento* assim como todos os que o acompanhavam. No Largo do Chafariz inaugurou o Centro de Educação Profissional (CEP) ao som da Fanfarra do Liceu de Goiás e desceu em cortejo para a Praça do Coreto onde se posicionou no palanque.

Para comemoração oficial pensou-se na imagem do Governador chegando com o título de patrimônio mundial para a cidade. Para isso havia que se ganhar algo materialmente. Entretanto, a UNESCO não dá nenhum objeto material que seja representativo do reconhecimento, porque não é um prêmio.

Foto: Izabela Tamaso (13.12.2001)



Palanque situado à Praça do Coreto, no dia 15 de dezembro de 2001. Da esquerda para a direita: mestre de cerimônia do governador, Deputado Aldo Arantes, Rodrigo Borges; Prefeito Boadyr Veloso, Governador Marconi Perillo, Valéria Perillo (1ª dama).

⁴⁶⁰ Senador Canedo é um pequeno município próximo à Goiânia.

É proclamação de um título honorífico. Mesmo que existisse uma prova material do título ela não chegaria em tempo de ser apresentada em palanque no dia 15 de dezembro. Assim, decidiu-se que se emolduraria um impresso da logomarca do título de patrimônio mundial⁴⁶¹. O governador fez seu discurso agradecendo e erguendo o objeto que representava o título:

ao povo de Vila Boa, que através de muitas gerações, de quase trezentos anos da sua existência preservou esta jóia rara, tanto no estilo arquitetônico, quanto nas tradições culturais, na música, nas artes plásticas, na poesia, preservou o folclore tradicional belo, dessa cidade⁴⁶².

Chamou atenção para o fato de que o Estado de Goiás tivesse recebido três títulos de patrimônio mundial de uma única vez. Além de Goiás, como “patrimônio cultural”, também a Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas foram homologados como “patrimônio natural”, o que foi chamado pelo governador de “três em um”. Marconi Perillo revelou que muitos perguntavam a ele o que é que ele iria ganhar com essa história de Goiás Patrimônio Mundial?

Primeiro fama. E é muito importante ter fama, ter nome, ser reconhecido. É muito importante ter o reconhecimento do mundo a uma cidade incrustada no coração do Brasil. Segundo, vão ganhar emprego sim, renda. Quem investir aqui vai ganhar dinheiro.⁴⁶³

O governador do Estado que investiu sobremaneira — saneamento básico e fiação subterrânea — para que a cidade tivesse sua inscrição na lista dos patrimônios mundiais aceita, comprovava que sabia da “importância do patrimônio na formação de novas economias urbanas”, sobretudo “o papel que ele assume no contexto da indústria turística, e na promoção das imagens das cidades” (Peixoto, 2000, p. 10). Estava claro que o patrimônio urbano da cidade de Goiás, assim como os outros certificados pela UNESCO, adquiria mais “uma imagem ligada aos processos mercantis e políticos, do que uma imagem associada a uma comunidade humana empenhada em fomentar relações internacionais emancipadoras” (Peixoto, 2000, p. 10).

⁴⁶¹ A logomarca criada pela UNESCO é usada por todos os lugares que são patrimônios mundiais.

⁴⁶² Discurso proferido e gravado em 15 de dezembro de 2001.

⁴⁶³ Discurso proferido e gravado em 15 de dezembro de 2001.

Após a fala do Governador, música. Não qualquer música. As letras colaboravam para essencializar a cultura vilaboense (ver caixa de texto na página anterior). Dentre elas, *Noites Goianas*, reitera o uso da figura de estilo que novamente toma a cidade pelo Estado. Cantam-se as noites vilaboenses como se elas fossem todas as noites do Estado de Goiás. As músicas vilaboenses são especialmente importantes para os rituais.

Um bolo “com seis mil pedaços” foi distribuído para a população presente. O prefeito de Goiás, Boadyr Veloso, e Antolinda Baía Borges auxiliaram o governador e a primeira dama a cortarem o bolo. Para o governador, a primeira dama e o prefeito municipal, isto provavelmente apenas compõem suas rotinas de cerimônias oficiais. Para Antolinda, o reconhecimento público do trabalho de décadas.

A aparente harmonia pela conquista do título era quebrada apenas quando se olhava para as duas faixas que os “Sem Teto” do Acampamento “Bom Jesus”, há meses acampados em área periférica da cidade, levaram e expuseram para quem quisesse olhar e ler.

NOITES GOIANAS

Joaquim Bonifácio

Tão meigas, tão claras, tão belas,
tão puras por certo não há!

São noites de trovas, de beijos, de
juras as noites de cá...

[...]

As noites goianas são claras, são
lindas, não temem rivais.

Goianos! Traduzem doçuras
infundas
as noites que amais!

MEU GOIÁS

Nini de Araújo

Meu Goiás, meu Goiás,

Terra de Anhangueras e de
Carajás,

És um tesouro engastado, no
coração do Brasil

És privilegiado por riquezas mil

Toda pátria te bendiz,

Goiás, meu Goiás

Terra de gente boa e de um povo
audaz

E no esplendor e na glória,

fez o teu nome imortal

E outra terra não há, não há igual.

No planalto central vem o
aventureiro

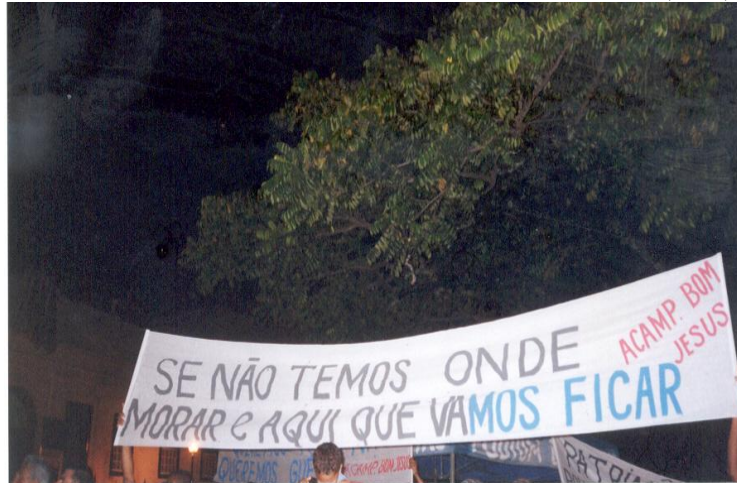
Atraído à riqueza do teu ouro e
cristal

Brasileiro do norte,

quer do centro ou do sul

Vem cantar as belezas deste céu

azul, Meu Goiás.



“Patrimônio da Humanidade – Povo sem moradia. Esta é nossa História”. “Patrimônio da Humanidade sem moradia”

As faixas eram reveladoras de que para além do *centro histórico* — exemplo paradigmático de uma vila em estilo vernacular colonial — preservado por mais de dois séculos, muitas incongruências haveriam que ser resolvidas, tanto no *centro histórico*, um patrimônio do (e para) o mundo, quanto nas áreas periféricas, onde há carência de moradia.

Para a elite de Goiás, o patrimônio reconhecido pela UNESCO era uma pequena parte do patrimônio privado de cada família tradicional. Para os migrantes, sem teto e vilaboenses carentes, era a prova da carência de herança. Desconsiderando a diversidade de representações patrimoniais presentes na comemoração, as autoridades e os agentes locais da cultura ignoraram a mensagem das faixas. A carência de moradias ficou invisível em meio ao casario colonial: agora patrimônio mundial.

Em seguida, todas as autoridades, a imprensa, a elite cultural e os que tinham sido previamente convidados se dirigiram para a sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN, para o “Encontro da Imprensa com Área Cultural”. Recebiam à porta Salma Wares Saddi de Paiva, Cristina Portugal Ferreira e outros funcionários do IPHAN, além de Marlene Gomes de Velasco e Antolinda Baía Borges.

O primeiro pronunciamento foi o de Salma Wares Saddi de Paiva, ao criticar o uso do termo “resgate” para Goiás, bem como alguns planos políticos que não eram compatíveis com os ideais do grupo de agentes da cultura e do patrimônio locais:

eu li há poucos dias, a declaração de uma pessoa que dizia que Goiás estava resgatando a sua identidade. Eu vou fazer uma pequena crítica e peço a permissão... Eu acho que resgate é... muito... uma coisa de naufrago [ri] e nós nunca naufragamos, pelo contrário, nós nunca tínhamos encontrado nos últimos anos alguém que os desse essa mão, que reconhecesse esse valor. Na verdade, em todas as campanhas políticas dessa cidade se falava em transformá-la num pólo industrial e na verdade era a última coisa que queríamos [ri]. Nós queremos viver e com muito orgulho da nossa identidade, que vem do índio, do negro, e do bandeirante.⁴⁶⁴

Identidade e patrimônio convertidos em recursos retóricos do processo de patrimonialização da cidade de Goiás. Como recurso metonímico, a identidade passa a ser mobilizada “para conferir uma significação que traduza uma relação objectiva com os objectos ou práticas resgatados pelos processos de patrimonialização para preencher novos usos sociais (Peixoto, 2004, p. 2). O passado colonial volta no discurso da Superintendente da 14ª Regional do IPHAN, para “conferir um estatuto patrimonial a identidades vividas” (Peixoto, 2000, p. 15).

As diferenças políticas locais amainadas até então começavam a ser desveladas indicando que havia muito cisco por baixo do belo e limpo tapete exibido para UNESCO ver ⁴⁶⁵. Ao final, um coquetel foi servido e todos foram convidados para o show do cantor Leonardo, no Largo do Chafariz. Simultaneamente, no Teatro São Joaquim, o Coral Solo (da cidade de Goiás) comemorava 20 anos, homenageando autoridades e cidadãos que prestaram serviços à cidade e que deram algum apoio ao Coral.

Enquanto na sede do IPHAN e no Teatro São Joaquim se concentrava a elite cultural da cidade e do estado, no Largo do Chafariz, a população da cidade assistiu ao

⁴⁶⁴ Discurso proferido e gravado em 15 de dezembro de 2001.

⁴⁶⁵ Além de Salma discursaram Leonardo Rizzo (empresário e vice-Presidente do *Movimento*), Agnaldo Coelho de Aquino Caiado (Diretor de Patrimônio da Agepel), José Mendonça Teles (Escritor e Diretor do IHGG) e Dom Eugênio Rixen (Bispo de Goiás).

show do cantor Leonardo. Havia muita gente no Largo do Chafariz, na Praça do Coreto e na Rua Moretti Foggia. Os bairros *desceram* para o *centro histórico*. Coisa rara.

No domingo, dia 16 de dezembro, uma missa em Ação de Graças, ao título de patrimônio mundial foi celebrada na Catedral de Santana, pelo Bispo Dom Eugênio Rixen, com acompanhamento do Coral Solo. Na homilia Dom Eugênio lembrou a tensão existente entre a elite local da cidade e a Igreja em tempos progressos, citando as igrejas que hoje compõem o conjunto do patrimônio mundial: igreja da Boa Morte, de São Francisco, da Abadia, do Carmo, da Santa Bárbara e, na zona rural, a igreja do Ferreiro⁴⁶⁶. Após enfatizar as características culturais, religiosas e arquitetônicas do patrimônio da cidade informou sobre a direção para a qual estava guiando a Igreja:

Hoje a Igreja Católica pretende trabalhar com todas as pessoas de boa vontade pra que Goiás não seja simplesmente patrimônio histórico da humanidade por causa de seus prédios, pela sua natureza, mas principalmente pela sua cultura da justiça e da solidariedade⁴⁶⁷.

O discurso do bispo não parecia cego às faixas dos “sem teto”, nem às outras carências sociais presentes no município de Goiás. Encerrou a Homilia com uma mensagem que fez refletir sobre as responsabilidades das autoridades municipais e agentes locais do patrimônio:

Que esse título, “patrimônio da humanidade”, que nós criamos com muito orgulho, não nos faça olhar para o passado, mas olhar para o futuro, para Goiás onde é bom de viver, para Goiás onde a gente vive a própria amizade e a solidariedade para todos. Que a nossa Igreja Católica, que marcou tão profundamente a nossa história, possa contribuir junto às outras igrejas humildemente para que esse título seja merecido também no futuro e que nós possamos construir uma cidade melhor e mais fraterna. Amém⁴⁶⁸.

A missa em Ação de Graças foi finalizada com o Coral Solo, cujo regente, Sebastião Curado (Tão Curado), pediu a palavra e ao microfone se desculpou pelo fato de que *uma peça fundamental não pudesse ter sido executada pela falta do piano na cidade e que quem sabe não se traria, numa próxima vez, um piano emprestado de outra cidade*. Seria um vexame! A cidade *berço da cultura goiana* pedir um piano emprestado à cidade vizinha! Novamente, as tensões entrecortavam a harmonia das comemorações. Imediatamente, Antolinda Baía Borges foi até o altar e falou também ao microfone, que *havia piano em Goiás, que o mesmo estava na Catedral e que bastava o*

⁴⁶⁶ Homilia proferida e gravada em 16 de dezembro de 2001.

⁴⁶⁷ Homilia proferida e gravada em 16 de dezembro de 2001.

⁴⁶⁸ Homilia proferida e gravada em 16 de dezembro de 2001.

Tão ter providenciado que descessem o piano. Ao final, perguntei ao Tão Curado, se ele sabia do piano. Ele respondeu que havia pedido autorização para descer o piano e que uma das agentes do patrimônio não havia consentido⁴⁶⁹. O bispo, Antolinda e Tão, deixaram o altar e a missa em Ação de Graças encerrou as comemorações pela conquista de título de patrimônio.

O título, mais do que fomentar o turismo e trazer investidores nacionais e internacionais foi recebido como a lavagem da alma vilaboense. Calejados, feridos e magoados com a humilhação sofrida durante o processo de transferência da capital, os vilaboenses ou *filhos de Goiás*, triunfaram felizes com o título que atribuiu à sua cidade natal — *berço da cultura goiana* — o título de patrimônio mundial.

Se o “progresso” foi a “mola mestra da ideologia” no processo de transferência da capital (Chaul, 1988), o “patrimônio” tem sido a mola mestra da ideologia atual. No primeiro caso, o progresso, a descontinuidade, a ruptura, o futuro. No segundo, a história, a tradição, a continuidade, o passado. Com o título conquistado, desenvolvimento e futuro foram categorias alavancadas para suportarem essa nova ideologia: o patrimônio para o desenvolvimento.

Nesse processo de reelaborações, de evento do qual teria decorrido a destruição do futuro da cidade, a transferência da capital passa a ser vista como a causa da preservação da malha urbana, da arquitetura e das manifestações culturais de Goiás. A mudança da capital — enquanto fundamentado num “tempo reversível” — possibilita a reconstrução simbólica da cidade, o “ressurgimento” e o “ressoerguimento” da sociedade vilaboense. Outro rito ocasional teve a cidade de Goiás como seu palco e os vilaboenses como seus participantes e neste caso, o rito de instituição ao consagrar a diferença, consagrou a cidade de Goiás como patrimônio mundial.

Este momento de reversão foi vivido intensamente, sobretudo, pela elite política, econômica e cultural vilaboense. A desforra foi possível e foi expressa declarada e deliberadamente. Desta vez, ao invés de perdedores, vencedores; ao invés de degradados, reconhecidos. Ao invés de espoliados, enriquecidos.

⁴⁶⁹ Anotações do caderno de campo do dia 16 de dezembro de 2001.

PARTE II

O SISTEMA PATRIMONIAL LOCAL: REPRODUÇÃO SOCIAL E AGÊNCIA



Foto: Izabela Tamasso (2001)

Há uma Goiás
que se oferece
em lances claros,
como se um guia
que se postando
em cada esquina
ali contasse
dos rios, das ruas
(Brandão, 1976)

Na Parte I optei pela apresentação dos eventos históricos significativos alinhavados pelos vários reconhecimentos (regional, nacional e mundial) do patrimônio cultural da cidade de Goiás. No decorrer da segunda metade do século XX, os valores atribuídos ao patrimônio, como histórico e artístico, foram paulatinamente adensados e a eles se juntaram outros, como o arqueológico, o cultural e o natural. A abordagem visou apresentar o processo oficial de seleção e reconhecimento dos valores dos bens culturais vilaboenses. Percepções nativas foram analisadas à medida de sua importância para compreensão do contexto, no qual se deram as institucionalizações da cidade patrimonial.

Ocorre que além das práticas institucionais de conservação e preservação patrimoniais há que se considerar as práticas dos moradores da cidade, que no decorrer do século XX foram os agentes da produção e reprodução da cultura e do patrimônio locais. O sistema ordenado de símbolos culturais foi magistralmente reproduzido pelos vilaboenses tradicionais no decorrer do século XX.

Divido estes agentes em dois grupos. No primeiro estão os vilaboenses que não vislumbraram, com suas ações, o reconhecimento do valor patrimonial da cidade, mas imbuídos que estavam do *habitus*, esses vilaboenses tradicionais reproduziram como prática, o legado cultural que é, na atualidade, de inestimável valor para o patrimônio local, nacional e mundial. Como agentes cognoscentes, sabiam (e ainda sabem) “tacitamente sobre como continuar nos contextos da vida social sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta” (Giddens, 1989, p. xix). Por “cognoscitividade”, Giddens entende “tudo o que os atores sabem (crêem) acerca das

circunstâncias de sua ação e da de outros, apoiados na produção e reprodução dessa ação, incluindo tanto o conhecimento tácito quanto o discursivamente disponível” (1989, p. 301).

Agiram com base na consciência prática; que compreende o que os agentes sabem (crêem), especialmente sobre suas ações, mas não podem expressar discursivamente (Giddens, 1989). Neste caso, não houve um projeto, no sentido de Schultz — de um “comportamento orientado em relação a um plano ou projeto anteriormente elaborado” (1979, p. 128) — uma vez que não se planejou a preservação dos rituais, cultura e ou patrimônio; havendo apenas uma conduta da qual decorreu a preservação dos mesmos. Houve uma ação sem premeditação das conseqüências (Giddens 1989).

Nos termos de Weber (1994), é a maneira puramente racional de ação social referente a valores, que “sem considerar as conseqüências previsíveis, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma ‘causa’ de qualquer natureza”; sendo uma ação “segundo ‘mandamentos’ ou de acordo com ‘exigências’ que o agente crê dirigidos a ele” (p. 15). Ressalvo que considero a ação social referente a valores predominante neste grupo, mas não exclusiva⁴⁷⁰; pois que as ações tradicionais também concorrem na agência das solteiras. A ação social tradicional é em geral “orientada pelo sentido” e “frequentemente não passa de uma reação surda a estímulos habituais que decorre na direção da atitude arraigada” (Weber, 1994, p. 15).

O outro grupo agia munido da “consciência discursiva”, que significa “o que os atores são capazes de dizer, ou expressar verbalmente, acerca das condições sociais, incluindo especialmente as condições de sua própria ação” (Giddens, 1989, p. 302). Este grupo trabalhou intencionalmente para selecionar e salvaguardar a cultura e o patrimônio vilaboense. Neste caso houve um projeto deliberado, pois houve uma ação com “objetivo predeterminado”, no sentido de Schutz (1971), que visou proteger, conservar e preservar a cidade e seus bens simbólicos.

As motivações para agir, segundo Giddens (1989), referem-se às necessidades que instigam a ação e em sua grande maioria, “os motivos fornecem planos ou

⁴⁷⁰ Weber esclarece que “só muito raramente a ação, e particularmente a ação social, orienta-se exclusivamente de uma ou de outra destas maneiras” (1994, p. 16). Ressalva ainda Weber que “esses modos de orientação de modo algum representam uma classificação completa de todos os tipos de orientação possíveis, senão tipos conceitualmente puros, criados para fins sociológicos, dos quais a ação

programas globais — projetos, na terminologia de Schultz — no âmbito dos quais uma certa gama de condutas são encenadas” (p. 5).

Sendo “potencialmente público”, o projeto tem como “condição de sua existência” a “possibilidade de comunicação” (Velho, 1997). O projeto é comunicado pelo vilaboense Élder Camargo de Passos, quando relata o início das ações da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições): *Fomos nós que nos preocupamos com isso: do quê que a cidade iria viver no futuro? [...] Então nós partimos pra isso, pra esse ponto: explorar o passado. Goiás tem que viver do passado. Aí começamos a valorizar as coisas*⁴⁷¹. Não apenas as coisas ainda presentes na prática social, mas também algumas que não mais ocorriam; como a Procissão do Fogaréu.

É oportuno considerar a divisão do conceito de motivação de Schultz (1979) em “motivos a fim de” e “motivos por que”, muito embora na prática não se desvinculem um do outro. Interpreto a ação do grupo que fundou a OVAT, como “motivos a fim de” que a cidade encontrasse possibilidades econômicas para o futuro; e os “motivos por que” são vinculados ao passado de espoliações pelos quais passaram durante a mudança da capital. O grupo da OVAT é herdeiro da elite cultural que viveu a mudança; seus fundadores nasceram numa cidade recém espoliada e cresceram ouvindo a retórica tanto das inúmeras perdas, quanto da cidade *berço da cultura goiana*. Agiram “por que” havia que se expiarem as perdas!

No caso deste grupo, a ação vislumbrava conseqüências predeterminadas (Giddens, 1989): o desenvolvimento turístico e econômico do município. A ação social predominante neste caso, é a ação racional referente a fins, posto que este grupo tem “expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso” (Weber, 1994, p. 15). Os agentes da cultura e patrimônio orientaram (e ainda orientam) suas ações “pelos fins, meios e conseqüências secundárias, ponderando racionalmente tanto os meios em relação às conseqüências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si” (Weber, 1994, p. 16). Mas a ação racional referente a valores pode também interagir com a ação com relação a fins. Sobre isso previne Weber que quando há concorrência e incompatibilidade entre fins e conseqüências a ação poder ser tomada com base em

real se aproxima mais ou menos ou dos quais — ainda mais frequentemente — ela se compõe” (1994, p. 16).

⁴⁷¹ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

valores (e não em fins). Neste caso, a ação só é racional referente a fins no que tange aos meios; quanto aos fins, os agentes se orientam pela ação racional referente a valores.

Velho destaca que o projeto “não é um fenômeno puramente interno, subjetivo”, pois que “formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes” (1997, p. 27). A história, o passado e a tradição vilaboense constituíram os temas que subsidiaram um projeto que vislumbrava tanto inserir a cidade de Goiás no fluxo turístico (ação racional referente a fins), quanto garantir seu lugar de *topos* cultural do Estado de Goiás (ação racional referente a valores).

As duas formas de agência — com ou sem objetivo predeterminado; referente a valores ou a fins — não são excludentes; ao contrário, são complementares e mutuamente influentes e ambas envolvem poder “no sentido de capacidade transformadora” (Giddens, 1989, p. 12). Alguns agentes também transitaram (e ainda transitam em parte) de um para outro grupo à medida que cresceu a consciência da preservação do patrimônio na cidade.

Se os atores sociais sempre sabem o que estão fazendo no nível da “consciência discursiva” (ainda que, neste plano de consciência, apenas revelem suas razões quando solicitados para tal) e, se no plano da “consciência prática” os atores conhecem — visto que são agentes cognoscitivos — tacitamente sobre como “continuar” nos contextos da vida social, é da interação de dados etnográficos destes dois planos de consciência que será possível alcançar através da análise da “conduta estratégica”, uma interpretação do processo histórico de patrimonialização da cidade de Goiás.

Em ambos os grupos é notória e surpreendente a presença de mulheres solteiras. Apresentarei dados que comprovam que o celibato feminino em Goiás, não cumpriu apenas uma função no sistema de parentesco, mas, sobretudo, disponibilizou as mulheres para ocuparem funções fundamentais no processo de transmissão das tradições religiosas e culturais locais. Dentre essas solteiras, algumas poucas, se apropriando da categoria patrimônio, foram agentes imediatas no processo de patrimonialização da cidade, a partir da década de 70; sobretudo, aquele que recaiu sobre os bens materiais. Entre as solteiras que agiram com vistas à construção da cidade patrimonial e aquelas que apenas salvaguardaram tradições, um ponto há em comum: a renúncia ao matrimônio que as disponibilizou para a gestação de uma parte importante do patrimônio vilaboense.

Por isso o capítulo 6 será dedicado a elas: uma etnografia sobre a agência das mulheres solteiras nas esferas religiosa, privada e pública. Neste capítulo apresento não apenas as mulheres solteiras fundamentais para a construção do patrimônio local — como Antolinda, Goiandira, Marleninha e Brasilete — mas também, e com desmedida satisfação, muitas outras solteiras que anonimamente colaboraram para com a transmissão do legado de suas mães, avós, bisavós, tataravós; conservando os rituais e o ensino religioso, as técnicas culinárias, a musicalidade, a reciprocidade, a solidariedade e a compaixão como valores exponenciais desta sociedade. Uma etnografia das práticas das solteiras: transitando do privado ao público, do sagrado ao profano; sem filhos, sem netos. Qual legado? As bases sólidas do que o Estado brasileiro chamaria, já ao fim do século XX, de patrimônio imaterial⁴⁷².

A circularidade de algumas mulheres no corpo da tese e das temáticas não minimiza a importância do capítulo sobre as mulheres solteiras, pois entendo que lá reside a apresentação do *habitus* da mulher que não se disponibilizando para o matrimônio, assumiu tarefas cruciais para a reprodução dos patrimônios privados, públicos e religiosos. O *habitus*, segundo Bourdieu se constitui em

Systemes de dispositions durables et transposables, structures structurées prédisposées à fonctionner comme structures structurantes, c'est-à-dire en tant que principes générateurs et organisateurs de pratiques et de représentations qui peuvent être objectivement adaptées à leur but sans supposer là visée consciente de fins et la maîtrise expresse des opérations nécessaires pour les atteindre, objectivement 'régulées' et 'régulières' sans être en rien le produit de l'obéissance à des règles, et, étant tout cela, collectivement orchestrées sans être le produit de l'action organisatrice d'un chef d'orchestre (1980, p. 89)

O conceito de *habitus* é operativo para pensar o caso das mulheres solteiras de Goiás, como uma “classe déterminée de conditions d'existence qui, à travers la nécessité économique et sociale qu'elles font peser sur l'univers relativement autonome de l'économie domestique et des relations familiales ou, mieux, au travers des manifestations proprement familiales de cette nécessité externe” (1989, p. 90-91), seja pela divisão de trabalho entre os sexos, reprodução do sistema de parentesco e do padrão cultural, preservação do patrimônio familiar, etc. O capítulo 6 analisará como as mulheres solteiras expressam e atualizam o *habitus* — competência adquirida — através de suas práticas; sobretudo, as relativas à reprodução das técnicas e rituais.

⁴⁷² Refiro-me aos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e ao Decreto 3551/2000, que trata do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial.

No capítulo 7, a ênfase na apresentação dos dados etnográficos, recai menos na agência individual e mais na ação dos grupos, que, ao se organizarem, estabeleceram diretrizes e metas para a cultura, o que implica em uma consciência discursiva. Isto porque apesar da significativa presença das mulheres solteiras nas ações de transmissão das tradições acumuladas e na construção do patrimônio local, outros também foram os agentes desta prática que logrou conservar a cidade e sua cultura para outras gerações de *filhos de Goiás*. Alguns grupos, constituídos por homens e mulheres, contribuíram deveras para a promoção do patrimônio vilaboense. Destacam-se neste caso os seguintes grupos: (1) os intelectuais que desde o período de transição da mudança da capital e até a consumação do fato, promoveram os aspectos culturais da cidade, inclusive apoiando as primeiras investidas do então SPHAN sobre a cidade; (2) a OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições), em meados da década de 60; (3) o grupo que se uniu em torno à Casa de Cora Coralina (meados da década de 80); (4) o grupo que constituiu o Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico da cidade de Goiás; (5) o grupo unido em torno do Conselho das Obras Sociais da Diocese; (6) e por fim o grupo que criou o Movimento Pró-Cidade de Goiás, o *Movimento*. Algumas mulheres solteiras apresentadas no capítulo 6 participaram ou participam também desses grupos; por isso suas práticas serão reconhecidas e analisadas também no capítulo 7, com foco em aspectos não abordados no capítulo 6.

No capítulo 7, serão analisadas as ações dos *filhos de Goiás* que se agruparam em jornais, organizações, associações e fundações com o propósito de resistir, manter, conservar e reproduzir uma determinada cultura. Desta prática decorreu uma consciência discursiva sobre a preservação da cultura, no primeiro momento e do patrimônio cultural, posteriormente.

Contribui o capítulo 7 para uma compreensão das configurações de grupos sociais em disputa pela legitimidade de agir em nome da cultura e do patrimônio cultural. Analiso a *panelinha* como categoria local para se referir ao grupo que apesar de ser formado por poucas pessoas, tem poder e legitimidade de agir em nome da cultura e no patrimônio, alcançando na década de noventa uma eficácia sem par. Embora o enfoque seja menos em sujeitos sociais e mais nas práticas empreendidas pelos grupos, apresento os membros da *panelinha*, a fim de interpretar a complexidade dos espaços institucionais de poder sobre os bens culturais.

Mais interessante que o número de instituições civis criadas é o fato de que algumas poucas pessoas tenham cargos e funções em quase todas as instituições

mencionadas. Revezam-se nos cargos, a cada nova composição das diretorias ⁴⁷³. Algumas se mantêm como presidentes desde que a instituição fora criada, como é o caso da Associação Casa de Cora Coralina. Outras deixaram a presidência por uma ou outra gestão, mas se mantêm na diretoria e sempre retornam ao cargo de presidente, como é o caso da OVAT. Também no Museu de Arte Sacra e nas Obras Sociais, ambas as instituições ligadas à Diocese, há presença efetiva de uma mesma pessoa na diretoria. Um dado a ser considerado é o fato que tanto a Associação Casa de Cora, quanto as Obras Sociais da Diocese de Goiás e OVAT sejam as três mais importantes instituições de defesa das tradições, cultura e patrimônio local. As duas primeiras, pela eficácia na aprovação de projetos e captação de verbas (junto a instituições estatais federais e ao setor privado); a última, pelo poder simbólico fundado na tradição. Estabelecendo relações com o IPHAN, elas dominam a esfera de ação cultural e patrimonial da cidade.

Além das instituições diretamente ligadas à construção, seleção e conservação do patrimônio há ainda os cargos e funções em outras associações civis como APROVI e PROLER⁴⁷⁴; e ainda em museus, teatro, Gabinete Literário, Hospital São Pedro de Alcântara. Também nestes, novamente a repetição dos nomes de algumas pessoas em funções e cargos de direção; inclusive no IPHAN. Assim é que uma rede local se instituiu para administrar os bens culturais.

A *panelinha* é motivo de incômodo e mal estar em boa parte dos moradores do *centro histórico*, que indignada questiona o monopólio da área cultural. Ocorre que a rede não é apenas local, se estende até Goiânia e Brasília, com tal eficácia, que dentro e fora dos limites da cidade os membros da *panelinha* legitimam sua autoridade para dizer e agir sobre a cultura e o patrimônio. É deles o discurso de autoridade no campo das referências culturais. São eles que detêm o poder de nomear ⁴⁷⁵ os bens culturais a serem preservados, protegidos, restaurados, salvaguardados, comunicados e, por vezes, transformados em bens de valor de troca. Decidem sobre a hierarquia do valor dos bens culturais, sobre o que deve ser restaurado, sobre qual a melhor maneira para fazê-lo e sobre o uso ou destino dos bens. Isto tudo, obviamente, a par das decisões do IPHAN

⁴⁷³ Nos trabalhos de Delgado (2003; 2005), Fraga (2005) e Poletto (2003) há análises sobre a concentração de poder em grupos específicos. Não há, contudo, uma análise específica sobre a categoria *panelinha* no contexto do campo da cultura e do patrimônio. É esta a contribuição deste trabalho.

⁴⁷⁴ Informo que o PROLER está inativo, desde a enchente de 2001. A APROVI, apesar de ainda existir está também pouco atuante desde a morte de Brasilete Ramos Caiado em 2003.

⁴⁷⁵ Santos (1992), Lewgoy (1992), Tamasso (1998) analisaram a seleção dos bens patrimoniais com base no referencial teórico de Bourdieu, sobretudo o “poder simbólico” (2000).

(parte importante nesta rede), pois o IPHAN, apesar de nacional, em Goiás se localizou e regionalizou.

Uma vez que a cidade de Goiás tem cerca de 20 mil moradores na área urbana, a pergunta que se impõe é: onde estão todos esses outros vilaboenses que não se inserem e nunca se inseriram em nenhum dos grupos citados? Para além do grupo da *panelinha* e das pessoas que transitam em sua órbita, restou a maioria dos moradores do *centro histórico* e toda a população que habita os novos bairros da cidade; estes denominados de *periferia*. É assim que meu trabalho de pesquisa teve que fazer um pequeno desvio para explicar que relação é esta entre *centro histórico* e *periferia* na cidade de Goiás? Como se constituem estes grupos? Quais os motivos dos antagonismos? Ao responder estas perguntas será possível compreender como a presença das alteridades próximas colabora para a reprodução do ideal de cultura e patrimônio, construído ao longo da segunda metade do século XX.

Para além das fronteiras naturais, a cultura e a tradição do *centro histórico* constroem uma identidade que impõe uma fronteira, por ora, intransponível para os migrantes que habitam a área *periférica*, pois que amparada no pertencimento a uma das famílias tradicionais e na antiguidade de residência no *centro histórico*.

Cultura, tradição e poder se combinaram com tal eficácia no sistema patrimonial vilaboense, que além da conquista do título de patrimônio mundial, o que a elite cultural conseguiu foi ampliar o grau e a velocidade das relações políticas com as esferas estaduais e federais. Fato este comprovado com a transferência da 14ª Regional do IPHAN de Brasília para Goiânia, em 2000, no auge do processo da candidatura ao título, colocando uma *filha de Goiás* para administrar todo o patrimônio dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins. No âmbito estadual, desde a transferência da capital que alguns eminentes *filhos de Goiás* se mantêm em cargos públicos eletivos ou comissionados em várias agências governamentais, além de terem como aliados a elite intelectual do Estado e a imprensa. Souberam se recuperar das inúmeras perdas os vilaboenses tradicionais! No caso do patrimônio, “apropriaram-se” do poder federal (IPHAN), local e regionalmente, e agora decidem sobre seus próprios bens! Do local ao estadual; do local ao nacional, sem mediações. Apenas vilaboenses!

CAPÍTULO 6
MULHERES SOLTEIRAS
DA NEGAÇÃO DO MATRIMÔNIO À GESTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

*Estas ficam e envelhecem como
guardiãs do passado.*

Cora Coralina

Trato nesse capítulo do papel desempenhado pela mulher vilaboense solteira da elite cultural, como agente crucial na reprodução da herança cultural. Dois foram os fatores que me fizeram delimitar o período de interpretação da agência das solteiras entre a década de 30 e primeiros anos do século XXI: a mudança da capital e a instituição da política de preservação do patrimônio pelo IPHAN.

Os bens culturais dos quais as mulheres solteiras foram guardiãs, serviram como “documento de identidade”⁴⁷⁶ do vilaboense que tinha perdido a capital. Cumpriram o papel de atestar a existência de uma *civilização*, que sendo o *berço da cultura goiana* devia ser cuidadosamente preservada, para muito além dos bens móveis e imóveis. Tiveram efeito ações que colaboraram para com a preservação da cultura e tradição locais.

As políticas públicas de preservação praticadas pelo IPHAN na cidade de Goiás (à época, SPHAN), iniciadas por volta 1950, tiveram em âmbito local, o apoio significativo das mulheres vilaboenses solteiras. A princípio, conforme se verá adiante, inseridas no Museu das Bandeiras, posteriormente (na década de 80), como agente de preservação junto ao escritório técnico do IPHAN na cidade.

Escolho a ação social das solteiras como caminho para interpretar a agência no processo de patrimonialização local em três níveis distintos, mas interdependentes: (1) ações que antecederam as políticas e práticas públicas de preservação na cidade, ou seja, antecedem a ação do SPHAN (depois IPHAN); (2) que são contemporâneas das políticas de preservação, mas são em parte independentes delas; (3) as ações de preservação do IPHAN.

⁴⁷⁶ No sentido dado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e analisado por Gonçalves (1996).

Mesmo a partir da presença do IPHAN na cidade, muitas ações de preservação não se pautaram nas políticas públicas previstas pelo IPHAN. As mulheres solteiras foram agentes no processo de preservação do sistema patrimonial de Goiás, apesar das instituições públicas. O que não significa que não tenham também atuado a partir e sob os parâmetros e as diretrizes do IPHAN (ou SPHAN). Algumas o fizeram e foram bem sucedidas. Contudo, enquanto algumas solteiras foram agentes da preservação segundo as diretrizes da instituição de preservação, outras, ocupando outras funções, garantiam a preservação dos bens culturais não previstos ainda pelas políticas públicas do patrimônio nacional. É apenas a partir desses três níveis de ação que é possível realizar uma interpretação da ação das solteiras no processo de construção e preservação do patrimônio na cidade.

Ao lançar luz sobre as mulheres solteiras não estou excluindo outras categorias de vilaboenses que são as esposas e/ou mães. As mulheres casadas tomam para si uma parte importante da preservação do patrimônio, pois no ambiente do lar são transmitidos valores religiosos e seculares, tradições sagradas e profanas, saberes, técnicas, etc⁴⁷⁷. Ocorre que as solteiras atuam não apenas na rememoração do passado familiar e privado, mas exemplarmente na preservação do legado público, religioso e coletivo. Elas completam a costura que as mulheres não solteiras — suas mães, avós, tias e irmãs — começaram a fazer. Uma cerzindo no ambiente doméstico, outras se ocupando das tessituras do público, do coletivo. Assim, indivíduo e coletividade, privado e público se completam, no trabalho de rememoração e reprodução das tradições das quais se ocupam as mulheres solteiras e não solteiras das várias famílias tradicionais, localizadas no *centro histórico*.

Pode parecer paradoxal destacar as mulheres na preservação do patrimônio. A própria noção de patrimônio, o legado deixado dos pais para os filhos, se forma a partir do radical “*pater*”, antônimo de “*mater*”. Assim a desigualdade de gênero é constitutiva da linguagem da herança. Isso em se falando de sociedades tradicionais e modernas, onde a patrilinearidade predomina. O que nós como pessoas ou como nações recebemos é sempre o “patrimônio” e nunca o “matrimônio”⁴⁷⁸. A esta assertiva Lowenthal

⁴⁷⁷ Segundo Bourdieu (1972), todos os grupos colocam em prática estratégias de reprodução biológica, cultural e social — matrimoniais, sucessórias, de fecundidade e pedagógicas — que transmitem às gerações seguintes, mantidos ou aumentados, os poderes e os privilégios que eles mesmos herdaram (p. 1125).

⁴⁷⁸ Não obstante a diferença de significado entre os termos “patrimônio” e “matrimônio”, o que importa ressaltar é que a relação originária e estreita entre “patrimônio” e homens é, em Goiás, no caso do patrimônio cultural, relativizada por meio da agência das mulheres solteiras.

completa lembrando que “tradicionalmente apenas homens tem direitos de nascimento, apenas homens herdaram, apenas homens adquirem riqueza e poder que acompanham a herança” e que em muitas sociedades a “mulher não apenas é excluída da herança dos homens como é parte dela” (1998, p.48-49). Paradoxalmente é por meio da mulher que se perpetua a família. Lowenthal sintetiza “they were the carriers of heritage, bearing and birthing the men who succeeded to it” (p. 49)

O que dizer das mulheres solteiras que não constituíram família e não tiveram os filhos homens que se tornariam os futuros herdeiros? Pelo fato de não terem se dado à maternidade se deram ao patrimônio. Entre as funções das mães e as dos pais, das mulheres casadas e dos homens casados, se situam as mulheres solteiras. A mediação entre os domínios femininos e masculinos, a maternidade e o patrimônio é feita por elas. Não transportaram a herança por meio da gestação. Transportaram-na e reproduziram-na de inúmeras outras formas: ao alfabetizar e catequizar os filhos das outras, ao cuidarem dos rituais sagrados e profanos, da música, dos acervos, dos museus, dos santos, do casario e da malha urbana. Puseram em favor da herança familiar e coletiva vilaboense valores como criatividade, determinação, perseverança, altruísmo, eficiência e afetividade.

Algumas mulheres casadas são também deveras atuantes. Entretanto, sua atuação tanto mais se amplia quanto mais dispensadas ficam das tarefas junto à família, seja pela viuvez (quando os filhos já são casados), seja pela não concretização da maternidade (apesar do matrimônio), seja pelos divórcios ou separações. Se são esposas, não são mães, e se são mães, se tornaram viúvas ou separadas. Considero-as como mais um argumento para minha hipótese que coloca a mulher solteira como a principal agente das tradições vilaboenses⁴⁷⁹. É a ausência de uma das funções, de esposa ou de mãe, desempenhadas pela mulher não solteira, liberada que fica do mundo doméstico, que permite a ela se tornar agente do patrimônio não apenas privado⁴⁸⁰.

Não tenho por objetivo escrever a história das mulheres vilaboenses (solteiras ou não) e sim interpretar as intrincadas relações entre elas e (1) o processo de patrimonialização da cidade (3) os saberes cotidianos e rituais, como as técnicas culinárias (alfenins, verônicas, empadão, doces cristalizados, licores, etc), (4) a

⁴⁷⁹ Não obstante terem essas mulheres importante atuação no campo da cultura e do patrimônio, sobretudo o religioso, não desenvolvi análise que contemple as suas atividades e funções; pois que não cabe nos limites desta tese.

catequese, (5) a educação formal (como professoras), (6) as técnicas para o cuidado com as igrejas, os santos, as procissões, as folias, os tríduos, as novenas, os coros, as festas, enfim (8) entre elas e a preservação do ethos vilaboense, como por exemplo, a atenção para com os amigos, vizinhos e parentes, a retidão, o respeito, a cordialidade, a solidariedade. Essas intrincadas relações se dão na esfera pública e na privada, daí porque a necessidade de os dados serem coletados em diversas fontes, como em jornais locais, na literatura e a na música, na observação do cotidiano e dos rituais e nas conversas informais e dirigidas.

Bateson (1965) afirma que longe de ser misterioso e raro, o processo de desenvolvimento do ethos é um fenômeno cotidiano. É por meio das práticas cotidianas e rituais que apresentarei o ethos da mulher vilaboense solteira, da segunda metade do século XX.

Sendo uma sociedade complexa, a sociedade vilaboense está eivada de diversidades entre os grupos e classes sociais. Assim também se dá com as mulheres. As restrições a que estavam submetidas as mulheres das famílias tradicionais eram maiores se comparadas com as mulheres de classes de menor poder aquisitivo e/ou não residentes no *centro histórico*⁴⁸¹. Na cidade de Goiás, as solteiras que são guardiãs e agentes do patrimônio cultural são membros das famílias tradicionais residentes no *centro histórico*. É apenas delas que trata esse capítulo.

Em trabalho historiográfico, Ribeiro (1996) tratou da relação entre memória, família e poder para explicar a permanência *dos Caiado* da cena política, desde o Império até o fim do século XX (1996)⁴⁸². Um conjunto de atitudes assumidas e reconstruídas durante as sucessivas gerações de Caiados compõe o patrimônio político do grupo familiar. Interessa-me especificamente as estratégias matrimoniais da família Caiado, pois ao apresentá-las Ribeiro (1996) analisa o papel das mulheres Caiado, inclusive o das solteiras⁴⁸³; me auxiliando, assim, no trabalho de interpretar a relação

⁴⁸⁰ A atuação das viúvas nas áreas culturais e religiosas tanto se amplia em função do aumento da idade dos filhos. As viúvas bastante atuantes têm filhos adultos e casados, estando, portanto, parcialmente dispensadas dos afazeres domésticos.

⁴⁸¹ Perrot (1988) já fizera essa diferenciação ao tratar da diferença entre as “burguesas” e as “mulheres do povo”. Estas têm muito mais independência nos gestos, nas vestimentas, nos trajetos. Aquelas são vigiadas pela família, pela vizinhança, pelos criados. Seu itinerário é limitado e seu “corpo coberto segundo um código estrito que a cinge, espartilha-a, vela-a, enluva-a da cabeça aos pés” (p. 200). Perrot considera a burguesa a mais “prisioneira das mulheres” (1988, p. 200). Cunha Mattos faz referência a dois tipos de mulher: as “senhoras” e as “ordinárias” (1979, p. 93-94).

⁴⁸² *Memória, Família e Poder: história de uma permanência política – os Caiado em Goiás*. Dissertação de Mestrado em História, ICHL / UFG, 1996.

⁴⁸³ Para maiores detalhes conferir Ribeiro (1996).

entre mulheres, a condição de solteiras e a preservação e reprodução do patrimônio vilaboense.

Ainda que as estratégias matrimoniais tenham variado segundo as conjunturas, “dependendo das exigências colocadas pelas relações políticas de cada situação”, Ribeiro considera que estruturalmente as estratégias matrimoniais estiveram “assentadas sobre a necessidade de garantir a qualificação e a permanência políticas” (1996, p. 168-169). Homogamia⁴⁸⁴ e manutenção de um núcleo central dirigente⁴⁸⁵ são componentes importantes da lógica matrimonial dos Caiado. Se as mulheres Caiado serviam às estratégias matrimoniais da família, que lugar teriam as mulheres que não se casaram?

Ribeiro (1996) aponta para uma lógica interna da estratégia do não casamento. As solteiras, sobretudo as mais velhas, não se casaram para assumirem as tarefas de educação dos sobrinhos, que se tornariam os futuros agentes políticos e públicos da permanência política. Elas construíam a base para que eles mantivessem o poder na família. O alto índice de mulheres solteiras e, sobretudo, o fato de que todas foram longevas, enquanto os solteiros morreram muito jovens, é um sinal de que elas cumpriam papel crucial na preservação do patrimônio político da família. Isso me interessa demasiado, pois considero que Brasilete Ramos Caiado, a principal articuladora da conquista do título de patrimônio mundial, cumpriu eximamente o papel da solteira que preservou não apenas o patrimônio político da família, como também o patrimônio da cidade. O que interessa destacar é a importância não apenas das solteiras Caiado, mas de todas as outras solteiras para o patrimônio cultural de maneira geral.

6.1. O gênero das solteiras

Uma vez que essa tese tem por tema as representações sobre o patrimônio e não a organização das idéias de gênero ou o sistema de parentesco, tomo esses outros domínios somente na medida em que eles me ajudam a compreender aquele. A interpretação do processo de construção e manutenção do patrimônio depende que se

⁴⁸⁴ A homogamia é o “referencial fundante”, das estratégias matrimoniais. O casamento entre iguais foi acionado “a qualquer tempo, em qualquer conjuntura, em qualquer faixa etária” (p.170). O domínio dessa lógica representa um patrimônio político, à medida que proporciona permanência política.

⁴⁸⁵ O núcleo central formado por Antonio José Caiado, seu primogênito Torquato Ramos Caiado e pelo primogênito deste Antonio Ramos Caiado (Totó), não somente deram as diretrizes políticas para todos os outros troncos, como ainda absorveram todas as alianças efetuadas pelos outros troncos da família. É o

delimite quem são os principais agentes desse processo. Ao localizarmos nas mulheres solteiras as responsáveis pelas principais ações de preservação, a análise de gênero torna-se indispensável visto que é na ideologia de gênero que se fundam, em boa parte, a produção e a reprodução do patrimônio privado e público.

A interpretação de Kofes (2001) sobre o feminismo na cidade de Goiás por meio de sua personagem principal, Consuelo Caiado⁴⁸⁶, é iluminadora das concepções de gênero que nortearam a infância e juventude de boa parte das mulheres solteiras, estas minhas personagens. Kofes situa sua personagem no início do século XX, que “teria sido marcado por uma efervescência literária” com a fundação da Escola de Direito, da Academia de Letras, circulação de vários jornais, saraus e tocatas⁴⁸⁷.

As solteiras que são agentes da preservação das tradições na segunda metade do século XX viveram suas infâncias e juventudes entre as décadas de 20 e 60⁴⁸⁸. É nesse período, pois, que se situam suas memórias. Constituintes de um campo cultural, as atividades de trabalho, lazer, catequese, filantropia, etc, ao serem recuperadas por meio da memória permitirão delimitar algumas concepções de gênero que nortearam a ação das mulheres solteiras.

Banhos de rio, brincadeiras em becos e largos, e futebol em várzeas e praças. Os meninos tinham liberdade para brincarem nos espaços públicos. Já as brincadeiras das meninas se davam majoritariamente no espaço privado: dentro das casas ou nos quintais. Cora Coralina revela-se, no poema *Minha Infância (Freudiana)*, vítima de um tempo no qual o lugar das meninas era bastante reduzido; a rua era *proibida às meninas do meu tempo*⁴⁸⁹.

Atualmente não há mais restrições para o uso do espaço público por parte das mulheres. De maneira geral, na sociedade vilaboense, ainda na atualidade as mulheres são constrangidas pelas tarefas domésticas que lhes tomam grande parte do tempo do

grau de coesão interna do grupo que atribui valor de troca ao casamento: é melhor excluir do que dividir (Ribeiro, 1996, p. 171).

⁴⁸⁶ Filha primogênita de Antonio Ramos Caiado (Totó) com a carioca Iracema de Carvalho.

⁴⁸⁷ Muitos jornais foram criados por mulheres solteiras nas três primeiras décadas do século XX. Em 1904 Eurídice Natal é escolhida, entre muitos acadêmicos de destaque, para o cargo de presidente da recém criada Academia de Letras (Callado, 1982). Em 1907 Leodegária de Jesus, Rosa Sant’Anna, Rosa Godinho, criaram o semanário *A Rosa*, que tinha por colaboradora Cora Coralina. Em 1915 fundam o *Bem-te-vi*, jornal informativo dirigido por Aurora Tocantins. Maria Henriqueta Peclát e Alice Sant’Anna escreviam para *A Voz do Povo*, jornal que fazia oposição aos Caiados. Em 1926, o jornal *O Lar*, importante veículo de expressão sobre as diferenças de gênero, foi criado por mulheres — Oscarlina Alves Pinto, Altair Camargo e Genesi Camargo — e teve Consuelo Caiado como colaboradora.

⁴⁸⁸ A maior parte das mulheres solteiras com as quais convivi tinha em 2001 entre 60 e 90 anos. Assim localizo as décadas de 40 a 60 como sendo aquelas que concentraram um grande número de mulheres jovens.

dia. Muitas desempenham trabalhos remunerados fora do lar como professoras, funcionárias públicas, comerciantes, balconistas, vendedoras, cozinheiras, etc. Também nesse caso, são elas as responsáveis pelas tarefas de seus respectivos lares. O acúmulo de funções indisponibilizam, de forma significativa, essas mulheres para ações públicas e coletivas.

A sub-unidade doméstica permanece como o lugar de ação e comando da mulher. Ora cuidam dos filhos, ora dos pais idosos, ora dos padrinhos. Por vezes, auxiliam os vizinhos em doenças, velórios ou festas. Organizam as novenas e pré-novenas. Fazem quitandas⁴⁹⁰ constantemente para realimentar a cadeia de reciprocidade secular formada pela vizinhança, amigos, compadres e parentes. A sub-unidade doméstica é altamente produtiva material e simbolicamente; sendo importantíssima também no mercado matrimonial, nas relações sociais e na reprodução do capital familiar (simbólico e econômico). As atribuições das mulheres são muitas.

Contudo, creio que uma parcela das mulheres foi liberada, em parte, da sub-unidade doméstica para ser agente em outras sub-unidades inseridas nos espaços públicos sagrados e profanos. Às solteiras, fadadas ao não casamento para garantia do patrimônio familiar, foram permitidos papéis que terminaram por garantir a preservação do patrimônio coletivo religioso e laico.

A fronteira entre público e privado é variável e sinuosa, pois nem todo espaço público é masculino, nem todo espaço privado é feminino (Perrot, 1988). As mulheres vilaboenses constituem espaços públicos próprios (Goiás Clube) e cercam espaços mistos (Igrejas, Irmandades, Associações civis). Assim como os homens também constituem espaços masculinos no interior da residência da família. É nessa fronteira que se situam as solteiras: entre o público e o privado. Mas o trânsito que elas efetuam entre essas duas esferas tem seus limites quando as solteiras seguem em direção ao domínio público: elas avançam até onde se iniciam as ações políticas que visam cargos públicos eletivos. Em famílias tradicionais esse ainda é um domínio masculino⁴⁹¹.

Marlene Gomes de Velasco ressalta a ausência das mulheres em posições políticas⁴⁹², não obstante terem qualidades para ocupá-las:

⁴⁸⁹ Publicado em *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*, 1983, p. 174-175.

⁴⁹⁰ *Quitanda* é um termo vilaboense (extensivo a outras cidades do estado) para se referir à comidas como biscoito de queijo, empada, mané pelado, bolo de arroz, etc. Em geral a quitanda é servida entre as refeições principais.

⁴⁹¹ Conferir Kofes (2001).

⁴⁹² No município de Goiás foi eleita uma mulher à vereadora, uma à vice-prefeita (em 2000) e nenhuma à prefeita.

*a mulher aqui é muito positiva, ela não espera, ela é muito ansiosa. Ela pensa numa determinada coisa, ela quer que aquilo seja solucionado o mais rápido possível. Enquanto que o homem é mais lento, não tem essa vontade de fazer a coisa rápida, né. Então talvez seja por isso que as mulheres assumem posições que deveriam ser do homem, mas é interessante que na política a mulher não... poucas mulheres se destacaram na política.*⁴⁹³

A flexibilização das oposições feitas pelas mulheres solteiras reflete o fato de que o eixo das distinções de gênero não é único ao domínio do gênero e nem da sexualidade e sim compartilhado com outros importantes domínios da vida social. A partir dessa afirmação Ortner e Whitehead (1981) formulam uma questão crucial: “que outros domínios da vida social são particularmente relevantes para a compreensão das ideologias de gênero” (1981, p. 9)? Também para Almeida (1995) a abordagem de gênero extrapola o campo da sexualidade, pois que inclui “espaços, tempos, artefactos, situações, teorias *folk* do corpo, da fisiologia, da reprodução” (p. 243).

No caso da cidade de Goiás considero que a preservação do patrimônio privado e público, familiar e coletivo, e religioso é o *locus* social por meio do qual é possível entender os idiomas das relações de gênero e do parentesco. Patrimônio privado, público e religioso; artefatos culturais, que se localizam no espaço e tempo da sociedade vilaboense, que colocam situações específicas para corpos e pessoas, e que se inserem no contexto da reprodução, não apenas biológica, mas também dos capitais econômicos e simbólicos das famílias vilaboenses.

Ao tomar a solteira como objeto de estudo, não estou entendendo o casamento como o “destino natural da mulher” (Fonseca, 1989, p. 103). Bourdieu (1962) e Fonseca (1989) já relativizaram o celibato ao considerá-los como objeto de estudo situado em contextos específicos. Fonseca ressalta que a exigência de explicação frente à condição das solteiras se deve ao fato de elas não se conformarem “ao ideal dominante”, o das mulheres casadas. O fenômeno da solteirona, segundo Fonseca (1989) “surge unicamente em contextos onde inter-relacionam-se, de modo particular, três fatores: status sócio-econômico, organização doméstica e estratégia de reprodução” (p. 104)⁴⁹⁴.

⁴⁹³ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁴⁹⁴ Fonseca lembra que o Japão e a China são sociedades nas quais há o “casamento universal”, ou seja, onde o fenômeno das solteiras inexistente. Cita como exemplo o caso do Japão pré-industrial, onde “uma família mobilizaria todos os seus recursos (sociais e econômicos) para casar suas filhas. Não por motivos econômicos, nem mesmo para assegurar um herdeiro, mas sim para racionalizar, de acordo com os princípios convencionais da família-tronco, a organização doméstica da família principal. Pois nesta, simplesmente não havia lugar para a solteirona: ela não trazia nenhuma renda para o lar pois não existiam empregos (na Europa desde cedo havia tecelãs, empregadas domésticas, e em outro nível, professoras e enfermeiras); não era aproveitada pela família nem para ajudar na educação das crianças, nem para cuidar

O celibato somente pode ser explicado no contexto das trocas matrimoniais, que tendem, segundo Bourdieu (1962) a salvaguardar e a perpetuar a lógica da hierarquia social: “le célibat de quelques-uns se trouve intégré dans la cohérence du système social et, de ce fait, a une fonction sociale éminente (p. 55).

Adoto a categoria solteira por ser o termo usado pelos vilaboenses para se referir às mulheres de idade avançada que não se casaram. As solteiras de Goiás, aqui consideradas, são filhas de famílias tradicionais e se caracterizam por terem boa escolaridade, conhecimento literário e musical. Viveram suas juventudes numa sociedade onde não se prescindia do casamento para relações sexuais ou reprodução; onde as solteiras eram, e ainda o são, absorvidas tanto no âmbito doméstico, como no profissional; e onde ser solteira traz alguma vantagem seja para a família, seja para si mesma.

6.2. Tipologia da solteirice vilaboense

Tomando-se como referência as mulheres na faixa etária entre 45 a 90 anos é significativo o número de mulheres solteiras, que residem ou residiram (muitas já faleceram) no *centro histórico* e área de entorno da cidade de Goiás, na segunda metade do século XX. O tema mulheres vilaboenses e, especificamente, mulheres solteiras vilaboenses não inspirou apenas estudos científicos — como é exemplo a pesquisa historiográfica de Ribeiro (1996). Aparece também em muitos poemas de Cora Coralina. Arguta observadora da sociedade vilaboense, Cora não se esqueceu das mulheres solteiras, as *vitalinas*⁴⁹⁵:

Goiás, em todos os tempos, sempre teve um estoque respeitável de moças passadas. Sem casar, batidas para a retaguarda por uma formação de brotos vanguardeiros. Elas então, se refugiam nas repartições como funcionárias eficientes numa transferência de suas frustrações matrimoniais. Voltam-se também para a igreja e fervores religiosos e ingressam na legião das filhas de Maria e vão zelar do apostolado. Goiás, cidade donde as moças emigram para estudos superiores ou profissões melhor remuneradas, ficam as mulheres a quem falta a chance, e, muitas vezes, sacrificadas por um preconceito ferrenho ou dominadas pelo sentimento de família. Estas ficam e envelhecem como

dos idosos; ser religiosa era uma saída de baixo prestígio. Para evitar que uma solteira viesse a perturbar a ordem doméstica de sua família de origem, ignoravam-se as normas matrimoniais mais fundamentais (por exemplo, a virilocalidade). E praticamente todas se casavam.” (Fonseca, 1989, p. 104)

⁴⁹⁵*Vitalinas* está inserido no livro *Villa Boa de Goyaz*, publicado postumamente (2001a). Segundo o Dicionário Aurélio, “vitalina” é o termo que usam no Ceará para se referir à “moça idosa”, “solteirona”.

guardiãs do passado, confinadas nos lares donde avós e pais já partiram para o descanso e irmãos já se casaram e vivem longe. (p. 77) [grifos da autora]

O olhar atento de Cora comprova a minha percepção inicial de que o número de solteiras é considerável. Atesta também Cora o lugar que ocuparão essas mulheres solteiras: funcionárias públicas, irmandades religiosas. Discordo de Cora Coralina na afirmação de que permanecem as solteiras *confinadas nos lares*. Como revelam os dados do meu trabalho de campo, as solteiras celebrarão o legado cultural religioso ou secular para dentro e para fora dos lares. Não se deixam confinar passivamente. São agentes dos destinos da cidade, tanto quanto a própria Cora Coralina o foi, liberada que ficou a partir da viuvez.

O que a experiência etnográfica e o poema de Cora revelam não podem ser confirmados quantitativamente⁴⁹⁶. Mais importante do que os números dos vários censos demográficos são os dados qualitativos. No caso de mulheres solteiras, são dados qualitativos aqueles relativos às mulheres solteiras que foram agentes de alguma forma de preservação das tradições religiosas ou laicas.

Para efetuar esse levantamento, primeiramente listei todas as ruas, travessas, becos e largos compreendidos pelo *centro histórico* e entorno. Após um levantamento preliminar — fruto da experiência etnográfica —, pedi a duas senhoras vilaboenses que me ajudassem a listar quais foram as solteiras de Goiás, que viveram na segunda metade do século XX e foram importantes em um dos seguintes aspectos: ensino laico e religioso, celebrações religiosas, saberes e técnicas locais, artes, música, museus, acervos, associações civis, IPHAN; ou que de maneira mais geral, tenham colaborado para reprodução do *habitus* vilaboense, como as relações de vizinhança, o sistema de parentesco, a rede de solidariedade, o espírito cristão e comunitário e a preservação do patrimônio privado, público e religioso.

Foram consideradas tanto as mulheres nascidas no início do século, como as nascidas até a metade do século. Importava que tivessem sido agentes da preservação das tradições na segunda metade do século XX.

⁴⁹⁶ Com base nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), levantei os números de solteiros do município de Goiás da segunda metade do século XX. A ausência de dados por idade e estado civil, com exceção ao censo de 2000, inviabiliza a incorporação de dados quantitativos sobre as solteiras de Goiás nascidas até meados do século XX. Nos censos de 1950, 1970 e 1980 a população de solteiros é contada a partir dos 15 anos. Nos censos de 1990 e 2000, a mesma população de solteiros é contada a partir dos 10 anos. O censo de 1960 não traz dados sobre solteiros. Os censos de 1950, 1970, 1980 e 1990 não têm dados específicos sobre população de homens e mulheres solteiras.

Teresinha da Veiga Jardim (74 anos) e Rita da Veiga Jardim atenderam prontamente ao meu pedido e passaram a percorrer mentalmente as ruas, becos, largos e travessas de Goiás. Casa a casa foi rememorada e àquela minha listagem preliminar foram incorporadas muitas outras solteiras, anônimas na cidade de Cora Coralina. Teresinha e Rita da Veiga Jardim dividiram comigo a tarefa de iluminar seus nomes e rostos, dar-lhes visibilidade, atribuir-lhes valor, reconhecer-lhes os préstimos, ou simplesmente fazer o registro do legado por elas deixado: boa parte do que se chamou, muito tempo depois, de “referências culturais”, no Dossiê enviado a UNESCO.

Não é incomum a presença de mais de uma solteira em uma mesma residência. Há casos em que uma mesma residência abriga solteiras de uma mesma geração (irmãs), como há residências que abrigam duas gerações de solteiras (tia materna e sobrinha) (Anexo IV).

Os vilaboenses têm suas explicações para a solteirice das mulheres. Perguntei a uma senhora solteira de família tradicional, Dona Olímpia de Azeredo Bastos (82 anos), sobre o motivo pelo qual tantas mulheres vilaboenses não se casaram e ela respondeu:

*Cada uma de um jeito, umas não se casaram porque não gos... ficavam... era o namorado daqui... ia embora pro Rio de Janeiro, casava com outra e elas não casavam mais. Fulana e ciclana... tem muitas pessoas. Então outras não tinham... [Vânia, sua sobrinha, completou “vocação”]... é... outras ficavam mais com crianças, outras ficavam mais na igreja, cada uma tomava conta de uma coisa.*⁴⁹⁷

Somente na casa de Dona Olímpia foram três as filhas solteiras, contando com ela. Dona Olímpia dá várias justificativas para o celibato feminino. Começa pelas mulheres que *não gos...*, palavra interrompida para falar rapidamente daquelas que *guardaram constância*, cujos nomes eu omiti. Outras *ficavam mais com criança*, inclusive ela própria, que ajudou a criar as sobrinhas e as sobrinhas netas. Há ainda aquelas que *ficavam mais na igreja*. Neste caso, novamente ela própria é exemplo, juntamente com sua irmã Alita, da grande atuação em festas, celebrações e catequeses na Igreja do Rosário.

Pude coletar as explicações nativas para o celibato feminino em situações das mais variadas: em festas religiosas, em festas familiares, em conversas informais e em

⁴⁹⁷ Entrevista concedida à autora em maio de 2005.

entrevistas. Uma tipologia das justificativas vilaboenses para a condição de solteira é indicada abaixo⁴⁹⁸:

Quadro 5: Explicações vilaboenses para o celibato feminino

DESEJADO	INDESEJADO
Moças que tinham vocação religiosa e a realizaram	Moças que queriam se casar com rapazes que não eram aceitos pela família delas.
Moças que tinham vocação religiosa e que, por algum motivo, não se tornaram freiras.	Moças que <i>guardaram constância</i> e que o compromisso não foi honrado pelo rapaz.
Moças que dizem nunca terem tido interesse em namorar e casar.	Moças que foram envolvidas na tarefa da casa e do cuidado para com os mais velhos.
	Moças que cuidaram dos irmãos, sobrinhos e até sobrinhos-netos.
	Ausência de rapazes disponíveis.

Não obstante todas essas possíveis explicações é também muito presente na cidade a explicação baseada na coincidência, o que pode ser interpretado como naturalização da evidência, tamanha a recorrência do fato. Nesse caso, entende-se, por exemplo, o celibato de quatro irmãs como sendo coincidência. Assim como o fato de que tantas mulheres primogênicas tenham ficado solteiras.

O que se coloca como explicação é, pois, uma negativa vilaboense em refletir e tentar encontrar uma lógica para o sistema de parentesco e as estratégias matrimoniais. A coincidência atribuída pelos vilaboenses já foi descartada por Ribeiro (1996), que enfaticamente afirmou não se poder “atribuir tal regularidade a uma coincidência, como não se pode atribuir os casamentos múltiplos entre as mulheres Caiado e homens Alves de Castro a outra coincidência, apesar de ser essa a explicação mais corrente na família” (p. 189).

Das explicações vilaboenses para o celibato indesejado duas me chamaram atenção. A primeira é a que é usada para explicar o celibato feminino pela partida do rapaz (namorado ou noivo) da cidade para concluir estudos de níveis mais avançados e que quando retorna já está casado ou comprometido com outra moça. A referência à

⁴⁹⁸ As explicações vilaboenses para tamanho índice de celibato feminino que consegui durante o trabalho de campo, conferem com aquelas apresentadas por Ribeiro (1996).

situação feminina de *guardar constância* pode ser reiterada pelos dados coletados por Ribeiro (1996). Observe-se fala de Elcyval Caiado sobre o assunto:

*Naquele tempo tinha um tal da mulher guardar constância. A mulher ser constante à pessoa amada. Então, quando o sujeito, não se propunha a casar, então ela ficava solteira, já tinha passado da época, já tinha atingido uma idade mais pra velhice. Mas também não ficava preocupada com isso não. A Leonina foi uma moça linda e não quis casar.*⁴⁹⁹

A “fulana” e a “ciclana” citadas por dona Olímpia anteriormente são exemplos vivos de solteiras que *guardaram constância*⁵⁰⁰.

A outra narrativa vilaboense sobre o celibato indesejado trata das moças que se apaixonaram por algum rapaz que a família da moça, por algum motivo (e isso pode ser muito variado) não aprovou. Na impossibilidade de realizar o casamento desejado essas moças optaram pelo não casamento⁵⁰¹. Importa ressaltar que o início do século XX, malgrado já trazer os ideais do amor conjugal e a escolha livre do cônjuge, as considerações de classe limitavam deveras as possibilidades de escolha. A demarcação social entre as classes se dava não apenas pela segregação física, mas principalmente pelo fato de que as diferenças sociais eram vividas como “naturais”.

Há casos em que nenhum rapaz era bom o suficiente. Sempre a família da moça indigitava vários inconvenientes impossibilitando o namoro, que se ainda assim teimasse em acontecer, sofria com a vigília de todos, sobretudo dos irmãos. Nesses casos, creio que os “defeitos” de todos os pretendentes funcionavam para manter as barreiras entre as classes e ainda como desculpa para a permanência das moças no

⁴⁹⁹ Ribeiro, 1996, p. 191.

⁵⁰⁰ Em *Reminiscências* de Ondina de Bastos Albeernaz encontra-se a seguinte citação: *Quando um rapaz partia da cidade, em busca de um futuro melhor, deixando para trás uma namorada, havia juras de amor e a promessa de constância eterna. Se alguém permanecesse fiel às juras proclamadas dizia-se que “fulana está guardando constância”. Nos primeiros tempos algumas cartas chegavam, por intermédio de amigos comuns, depois iam-se gradualmente rareando e desapareciam por completo. Corria inexoravelmente o tempo, meses e anos se passavam e a fulana firme em suas convicções e às promessas feitas, permanecia em casa, curtindo a sua solidão, numa vã espera daquele a quem amava. Quando ocorria um reencontro, após longo tempo decorrido, ele já não via nela os encantos anteriores, via apenas a figura de uma oca suburbana, incapaz de preencher os seus desejos. Eventualmente havia um casamento decorrente de tal situação* (1992, p. 26).

⁵⁰¹ Há casos em que a moça, sem conseguir romper com a recusa dos pais em aceitar um seu pretendente, termina por aceitar outro casamento. Observe-se o relato de uma senhora de 80 anos: *eu gostei de um rapaz 10 anos. Minha mãe não deixou eu casar com ele porque ele era louro e branco... diz que ia me chamar de preta e não deixou eu casar... não deixou mesmo. Aí eu casei com outro. Não demorou muito não.* Esta senhora não teve filhos e depois de ter ficado viúva passou a participar sistematicamente das celebrações religiosas e festivas da cidade. Sempre ao lado da irmã caçula solteira e ministra da eucaristia. Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

estado de solteiras. Essas, invariavelmente, cuidaram dos pais na velhice, quando não dos irmãos que as vigiavam e que, em alguns casos, também permaneceram solteiros.

Conversando com uma senhora vilaboense comentei sobre o fato que algumas mulheres tenham ficado solteiras porque os pais não aprovaram nenhum pretendente. Ela imediatamente me interrompeu completando

*Goiandira do Couto é uma delas. Ela teve três namorados, porque nós somos contemporâneas, e os pais eram muito agarrados a ela. Queriam um príncipe de ouro pra ela, sabe? Todos os três namorados dela... e geralmente o elemento masculino em Goiás era pobre, porque não tinha assim ambiente maior pra ganhar dinheiro né? Era o funcionalismo público sabe? Então... todos queriam se casar com ela e eles não deixaram. Agora o amor dela foi o Juruena Di Guimarães.*⁵⁰²

Goiandira Aires do Couto (86 anos) não se importa em revelar que não se casou porque seu amor da juventude não fora aprovado pela sua família:

*Apanhei uma vez só, depois de moça feita... uma correada na minha perna. [...] Por causa do meu namorado [risos]. Porque minha família não gostava do meu namorado, ninguém gostava. Eu não me casei por causa dele. Eu o amei, fui muito amada e ele me amou. Amei e fui muito amada. [...] Daí acabou, ele me pediu em casamento, minha família não quis eu também não, não aborreci, não... obedeci, eu sou muito obediente. Você fala “dona Goiandira, a senhora não põe essa uva aqui não porque ela pode cair e arrebentar!” Eu não ponho, eu sou até hoje obediente. Eu acho que o defeito que eu tenho, eu acho que eu tenho esse defeito. Então eu sou muito obediente. Até hoje. Se a polícia falar dona Goiandira a senhora tem que cantar o hino nacional desentoadado eu canto [risos]*⁵⁰³.

Permaneceu solteira, vendo o homem que amava casar-se com outra moça. Perguntei a dona Goiandira se tantas ações sócio-culturais por ela praticadas podiam ser atribuídas ao fato de ela não ter se casado, pois que o homem que amava lhe fora interdito. Ela respondeu: *Não, não foi por causa de homem não. Porque desde quando eu tinha namorado eu fazia do mesmo jeito.* Refiz a pergunta em outros termos. Perguntei se o fato de ela não ter tido marido e filhos teria tornado-a mais livre para outras atividades. Ela não titubeou e novamente respondeu negativamente. Observe-se nosso diálogo:

— *Não, não. Eu que tomava conta da minha família. Eu que criei minhas irmãs, as duas caçulas, eu criei, casei, pediram casamento pra mim. Tanto é que o marido delas me chama de sogra. Chama “oh, sogra”, me chama de sogra.*
— A mãe da senhora faleceu?

⁵⁰² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁵⁰³ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

— Faleceu... eu que fiquei... os outros ainda estavam aqui, na minha casa... aqui, então eles foram casando. Eu que assumi. Não foi nada de casamento, nada influenciou na minha vida. Foi duro que eu não me casei com ele... porque eu gostava dele né. Não atrapalhou nada, nada na minha vida. Nada, nada.

Ao mesmo tempo em que dona Goiandira nega que tenha sido o estado de solteira que teria permitido sua ação na esfera pública — de inigualável valor — ela traz duas informações importantes. Primeiramente a de que o rapaz, pelo qual ela se apaixonara, não fora aceito pela sua família; e segundo, que ela já tinha assumido responsabilidades em casa quando ainda tinha namorados. Há uma relação entre responsabilidades na casa e namoro. Uma hipótese seria que a atividade do namoro tenha sido gradativamente desestimulada — via interdição dos pretendentes — à medida que cresciam as responsabilidades na casa. Bourdieu, a propósito do testemunho de uma celibatária, implacavelmente analisou: “Sans doute chacun met-il sa fierté et son point d’honneur à dissimuler le désespoir de la situation, puissant peut-être dans une longue tradition de célibat les ressources de résignation qui lui sont indispensables pour supporter une existence sans présent e sans avenir” (1962, 107-108).

Acredito que as vilaboenses ficaram em meio à importância do amor romântico e as estratégias sociais e familiares que visavam garantir a continuidade da sociedade de classes.

Segundo Ribeiro (1996), as filhas primogênicas eram especialmente escolhidas para o celibato, no caso da família Caiado, não apenas para cuidar dos pais na velhice, mas também para “assumirem a responsabilidade com a educação dos sobrinhos e irmãos menores, acompanhar seus estudos, formar o homem Caiado” (p. 192). Além de Consuelo, são exemplos de primogênicas solteiras na família Caiado: Leonina, Astréia e Brasilena. Várias delas namoraram ou até mesmo noivaram. Há uma tendência a se negar que seja a primogenitura a causa do celibato, se servindo do recurso de citar o fato de que elas namoraram, ou ao menos tiveram pretendentes, o que significa que não foram relegadas por desinteresse, nem foram forçadas ao celibato.

Em várias outras famílias vilaboenses há dados que comprovam que a primogenitura feminina está relacionada ao celibato: Goiandira do Couto, Lígia Velasco, Regina Célia Damasceno, Emília Mendes, Heloísa Helena Coutinho. A própria Goiandira do Couto ao relatar que os pais não aceitaram o pedido de casamento de seu

namorado completou: *a primeira filha é sempre assim, né*⁵⁰⁴? Não é menos frequente o fato de que a condição de solteira atinja todas as filhas mulheres de uma mesma família nuclear.

Além de cuidarem dos idosos das famílias, essas solteiras são especiais como agentes da tradição religiosa. Há casos em que a moça herda de alguma tia, também solteira, a responsabilidade junto a uma igreja, seja catequese, coro, irmandade, festas ou procissões. É o caso de Neusa Serradourada (71 anos)

Mais ou menos na idade de treze anos eu acompanhava minha tia, que ela era catequista e ia dar catequese na Igreja do Rosário. Então aí que eu comecei a despertar e ajudar na catequese, na igreja. Agora... já jovem, eu tinha meus dezoito anos, dezessete pra dezoito anos, aí eu entrei... na época em que eu tinha treze pra quatorze anos, tinha aqui no Rosário duas Irmandades, Rosário Vivo e Rosarinas e eu pertencia à equipe de Rosarinas.

Neusa despertou para a catequese e se transformou na principal guardiã da Igreja do Rosário, onde atua até hoje. As moças, cuja condição de solteira foi desejada, visto que explicam como nunca tendo tido qualquer interesse no casamento, foram e são agentes importantes na preservação das tradições religiosas e laicas.

Qualquer que seja a justificativa para a solteirice, o que importa destacar é o fato de que elas são absorvidas tanto na unidade doméstica, quanto no domínio profissional e público; e sua condição de solteira apresenta alguma vantagem, conforme indicou Fonseca, “seja à mulher, seja à sua parentela” (1989, p. 105). A vantagem proporcionada pelas solteiras extrapola os domínios de sua parentela. A ação das solteiras não se limitou à preservação, reprodução e gestão dos bens culturais privados — ainda que deles tenha partido; foi eficaz também nos domínios públicos.

6.3. Não morrem aquelas que deixaram na terra a melodia de seus cânticos...

Peço licença à Cora Coralina, alçada ao posto mais alto em meio a todas mulheres vilaboenses, para usar parte da última estrofe de seu epitáfio como subtítulo. Transformo-o em plural, posto que muitas foram aquelas que participaram dos cânticos, das rezas, dos saraus, das folias e procissões, dos carnavais; plurais foram as agentes da preservação, reprodução e da gestão das tradições, do patrimônio cultural.

⁵⁰⁴ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

O epitáfio escrito por Cora Coralina, transcrito na lápide de seu túmulo (caixa de texto na próxima página), serve para todas as mulheres que alguma melodia, algum cântico deixaram *na terra* de Goiás: irmãs Amorim (Darcília, Dinah, Laila e Diva), irmãs Jubé (Maria e Carlota), Edméia, Brasilete... A música para essas mulheres não era figura de linguagem. Incontestavelmente elas tocaram, cantaram e compuseram. Ainda há melodias por serem ouvidas. *Necessário que se apurem os sentidos.*

Para cumprir com o objetivo desse capítulo, que é estabelecer a relação entre celibato feminino e preservação do patrimônio, tive que realizar um corte difícil, porém necessário. Observando as 106 mulheres listadas (Anexo IV), estabeleci um critério para escolher, dentre todas, aquelas cujas ações serão mais detalhadas. Digo ações, pois não objetivo fazer a biografia das solteiras, mas sim destacar suas ações; sejam elas ações de preservação do patrimônio cultural, sejam apenas ações de reprodução da cultura e transmissão da tradição.

Selecionei, dentre as 106, aquelas que são fundamentais para as ações de preservação como Goiandira Aires do Couto, Antolinda Baía Borges, Marlene Gomes de Velasco, Brasilete Ramos Caiado, Maria Luíza Brandão e as irmãs Yêda e Eunice Sócrates do Nascimento. Outras solteiras também foram selecionadas por serem recorrentemente lembradas e referidas pelos vilaboenses, seja por suas ações na esfera religiosa, seja na laica: Darcília Amorim e Regina Lacerda, por exemplo. São mulheres cuja relação com a preservação da herança cultural pode ser atestada.

Observe-se a justificativa de Olímpia de Azeredo Bastos (80 anos) no que tange à agência das mulheres solteiras:

É como diz o homem “não casou, tem que ter uma preocupação”. Cada uma... você não vê Neusa tomar conta da Igreja? Antolinda tomar conta da rua? Não casou toma conta da rua. Marleninha...? Mas aqui em Goiás são as mulheres que mandam mesmo. Você sabe o quê que é? Essas mulheres que não casam

MEU EPITÁFIO
Cora Coralina
Morta... serei árvore
Serei tronco, serei fronde
E minhas raízes
Enlaçadas às pedras de meu berço
São cordas que brotam de uma lira

Enfeitai de folhas verdes
A pedra de meu túmulo
Num simbolismo
De vida vegetal

Não morre aquela
que deixou na terra
a melodia de seu cântico
na música de seus versos.

Meu Livro de Cordel (2001)

*tomam responsabilidade. As Amorim... são quatro, que eram solteironas, ela arrumou a Igreja Catedral...foi Dona Darcília que fez. Acabou de construir a Igreja e hoje em dia ninguém lembra dela, nem para uma missa!*⁵⁰⁵

Sendo ela própria uma mulher solteira, *dona Olimpilha* fala com desenvoltura das solteiras consideradas muito participativas em várias esferas sociais. Suas ações podem ser divididas em três grupos: o magistério, práticas religiosas (catequese e celebrações) e práticas de preservação em museus, acervos, associações civis e IPHAN. Unindo todos eles, o maior legado cultural vilaboense: a musicalidade. As solteiras foram importantes guardiãs da musicalidade vilaboense.

Contudo, dado o tema patrimônio e os limites desta tese, optei por descrever brevemente a agência das solteiras no magistério e nas celebrações religiosas, para me dedicar à análise mais detalhada do grupo de solteiras cuja agência se vincula diretamente à conservação da tradição musical, dos coros, dos acervos, do casario e da malha urbana, seja autonomamente, em associações civis, em museus e/ou junto ao IPHAN.

O ensino formal em Goiás teve início em 1846 com a criação do Lyceu de Goiás, freqüentado apenas por meninos⁵⁰⁶. Em 1884 é criada a Escola Normal Oficial e em 1889, o Colégio Santana. Essas duas instituições de ensino foram especialmente importantes para as meninas e moças vilaboenses, uma vez que formaram quase todas as professoras de Goiás; sendo parte delas, solteiras e agentes da preservação. O magistério em Goiás, do século XIX até meados do século XX, se configura num domínio exercido majoritariamente por mulheres solteiras.

Em Goiás, precedendo a todas as professoras, destaco três: Mestre Nhola⁵⁰⁷ (1826-1933), Mestre Silvina (1835-1920) e Maria Péclat (1886-1965). Todas dedicadas

⁵⁰⁵ Entrevista concedida a autora em dezembro de 2001.

⁵⁰⁶ O Lyceu de Goiás, criado em 1846, em 1847 oferecia as cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Poética, Metafísica Ética, Geografia e Geometria. Em 1949 passa a oferecer também aula de música e em 1950, Lógica, Aritmética e História. Posteriormente são incorporadas as cadeiras de Filosofia Racional e Moral (Callado, 1982). A Instrução Primária na Província de Goiás se tornou obrigatória na gestão de José Martins Pereira de Alencastre (1861-1862). Em 1872 foi criado o Seminário Santa Cruz, que foi instalado no antigo arraial de Ouro Fino, freqüentado somente por meninos e rapazes. Em 1886 foi criado “Externato Goyano”, que tinha por finalidade a educação intelectual metódica primária e secundária e em 1909, a Escola de Aprendizes e Artífices (Callado, 1982). A instalação do curso de Direito se deu em 1901. A partir de então os jovens vilaboenses da elite que desejavam continuar os estudos não mais precisavam se deslocar ao Rio de Janeiro. Destino mais comum dos rapazes. Em 1922 foi criada a Escola de Farmácia. A primeira turma teve como formanda a solteira Consuelo Ramos Caiado. Esses cursos atenderam aos vilaboenses apenas até a mudança da capital, como já foi apresentado.

⁵⁰⁷ A grafia do apelido de Pacífica Josefina de Castro aparece em Brito (1974), como “Inhola”. Atualmente, na cidade de Goiás, inclusive o Colégio Estadual que homenageia a antiga mestra da cidade, grafam o apelido sem o “i” no início, É dessa forma que faremos referência: mestra Nhola.

ao ensino, à família e as tradições. Elas formaram gerações de outras solteiras que também se tornariam professoras. Além delas, outras tantas professoras solteiras, cumpriram a função de educar os filhos que não tiveram.

Muitas solteiras que foram professoras — de meados até as últimas décadas do século XX⁵⁰⁸ — tiveram papel importante na transmissão das tradições culturais e religiosas, que constam do *Dossiê* enviado a UNESCO, como sendo as referências culturais, portadoras de valores patrimoniais:

Outras, também professoras, se tornaram na segunda metade do século XX agentes da cultura e do patrimônio: Brasilete Ramos Caiado, Regina Célia Damasceno, Marlene Gomes de Velasco, Iracema Malheiros, Goiandira Ortiz de Camargo, Lourdes Lacerda Oliveira, Maria Luiza Brandão, Eunice Sócrates do Nascimento e Yêda Sócrates do Nascimento. Antolinda Baía Borges é a única solteira, agente do patrimônio, que não foi professora.

No cotidiano do trabalho das professoras pode-se acompanhar e registrar práticas que visam à preservação das tradições, da cultura e do patrimônio. Como professora de “Educação Artística” no colégio “Prof. Alcide Jubé”, Neusa Serradourada (71 anos) reproduz os valores culturais vilaboenses. Observe-se sua narrativa:

Eu falo para os meus alunos que eu considero “Noites Goianas” como hino de Goiás. [...] Os meus meninos todos sabem cantar... todos, todos, todos... e gostam, porque o jovem gosta de cantar! [...] como, por exemplo, aquela poesia de Regina Lacerda “Cantilena de Goiás”, da cidade, os meninos dramatizam que é uma beleza, é uma gracinha... “alfênim, pirulito, bolo de arroz” e termina a poesia com dois versos de “Noites Goianas”. Mas quando os meninos apresentaram isso, eles não cantaram só dois versos. Aí eu faço com que eles cantem “Noites Goianas” todinha. Aí encerra essa poesia com “Noites Goianas”, cantando todas as estrofes.⁵⁰⁹

NOITES GOIANAS

Música: Joaquim Santana
Letra: Joaquim Bonifácio

Tão meigas, tão claras, tão belas,
tão puras por certo não há!
São noites de trovas, de beijos, de
juras
As noites de cá...
[...]
Em Nice, em Lisboa, na Itália
famosa
Tais noites não há...
São noites somente da pátria
formosa
Do índio Goiaá...
[...]

⁵⁰⁸ Regina Lacerda, Messias Ferreira de Azevedo, Goiandira Aires do Couto, Neusa Serradourada, Terezinha da Veiga Jardim, Ritinha da Veiga Jardim, Maria Carlota, Ramos Jubé, Maria das Dores Ramos Jubé, Darécia de Amorim, Laíla de Amorim, Dinah de Amorim, Alita de Azeredo Bastos, Josefina Pelles, Valdeci Alencastro Veiga, Lúgia de Velasco.

⁵⁰⁹ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2002.

Assim Neusa transmite o seu legado — cultura religiosa e musical — e colabora para reprodução da cultura vilaboense. Tanto “Noites Goianas” (caixa de texto), conforme já foi apresentado na Parte I, como “Cantilenas da Cidade”, são criações vilaboenses que expressam a auto-imagem de Goiás como um *topos* cultural (literário, intelectual, musical) e paisagístico. Os filhos cantam a terra amada dos pais. A cidade de Goiás é um legado deixado pelos pais aos filhos. Neusa, que não foi mãe, age no sentido de reforçar o patrimônio a ser protegido, preservado. O amor por Goiás é o caminho para se garantir a conservação da cidade.

Algumas dezenas de mulheres solteiras foram professoras primárias. Sintam-se todas as outras citadas, em nome daquelas que continuarão a pontuar o relato etnográfico, pois que não foram apenas professoras primárias ou de artes, foram primeiramente as mulheres da cultura e da tradição e, posteriormente, as mulheres do patrimônio.

Também enquanto agentes da caridade e a da filantropia as mulheres ampliavam seu campo de atuação para além do espaço privado. Dessas ações participavam tanto as mulheres solteiras, quanto as casadas⁵¹⁰. Atuaram colaborando com padres, bispos, freiras e irmãs, mantendo as tradições dos cantos, celebrações, procissões etc.

São cerimônias importantes e tradicionais na cidade as celebrações religiosas do “Bouquet” e do “Perdão, introduzidas em Goiás pelo comando da Mestre Nhola.. Tanto o “Perdão”, quanto o “Bouquet” são patrimônios religiosos que mobilizam muitos vilaboenses em ensaios, ornamentação e apresentação. No canto do “Perdão” faz-se referência ao martírio de Jesus, pedindo perdão pelos pecadores. Atualmente, o “Canto do Perdão” é executado separadamente por meninas e rapazes. O “Canto do Perdão” dos rapazes acontece na Igreja da Abadia, às 9:00 horas da Sexta-Feira da Paixão. O “Canto do Perdão” das meninas é realizado no mesmo dia, na Igreja de São Francisco, ao entardecer. Comenta-se na cidade que as meninas devem ser virgens. As duas cerimônias são muito intensas e emocionantes. A música é triste e melancólica, salientada pelo especial dom vilaboense à musicalidade.

⁵¹⁰ Dentre as solteiras vilaboenses que praticaram sistematicamente a caridade e a filantropia, são recorrentemente lembrados na cidade os nomes de Alita de Azeredo Bastos, Auristela Soares, Maria Carlota Guedes, Neusa Serradourada, as irmãs Edith e Amilce Paixão, as irmãs Teresinha e Rita da Veiga Jardim, as irmãs Amorim, Josefina Pelles, Eunice do Nascimento Sócrates. As ações variam de visitas a doentes e presos, serviços de costura para asilos e hospitais, e mais ao final do século XX, auxílio no trabalho do clero em periferias e assentamentos etc. Atualmente Rita da Veiga Jardim é responsável por angariar a verba necessária para manutenção da casa de recuperação de dependentes químicos, administrada pela Diocese de Goiás.

O “Canto do Perdão” dos rapazes ficou algumas décadas sem ser realizado⁵¹¹. Em 1999 um grupo de jovens solteiros decidiu re-introduzir o “Canto do Perdão” masculino. Após dois anos, devido ao significativo aumento do público, os jovens decidiram fazer duas cerimônias: uma às nove horas e outra às dez horas da manhã. A Igreja da Abadia é pequena e pude presenciar por três anos seguidos — 2000, 2001 e 2002 — o interesse de vilaboenses e turistas pela cerimônia. A voz dos rapazes, potentes, graves e afinadíssimas impõem um clima de perdão, constrição e tristeza que toma conta da pequena igreja.

O mesmo acontece com o “Canto do Perdão” das meninas. Tem público grande, mas considero que, sobretudo de vilaboenses. A presença das garotas muito jovens (entre 11 e 15 anos) mobiliza a família toda para a cerimônia: pais, tios, avós, padrinhos. É um momento ímpar — que pode se comparado ao sacramento da primeira comunhão — vivido com muito orgulho pela família e com respeito por todos.

O “Bouquet” se realiza no dia 31 de maio e se constitui em uma oferenda de flores a Nossa Senhora. A letra ressalta as fragrâncias da rosa, da madressilva, do cravo, da dália, da baunilha, do amor-perfeito, do jasmim. É cantada em verso e tem como tema também a saudade. A cerimônia do “Bouquet”, que foi introduzida em Goiás pelas mãos da solteira, a mestra Nhola, com o tempo passou para outra: Dona Darcília do Amorim.

Outro legado importante de mestra Nhola foi a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que acontece até hoje na cidade, no primeiro sábado do mês de outubro. Segundo Brito (1974), a mestra teria “reorganizado” a festa, “constituindo-se, em nossos dias, uma verdadeira e bela romaria, hoje até como atração turística” (p. 75). A Festa de Nossa Senhora do Rosário, tal como descrita por Célia Coutinho Seixo de Brito, passou por inúmeras transformações com a presença da Igreja do Evangelho na cidade, em fins da década de sessenta, o que será tratado na Parte III.

As irmãs Amorim, Darcília, Dinah, Laila e Diva são sempre citadas quando o assunto é Catedral de Santana ou Coro da Boa Morte. Herdeiras do legado de outra solteira, Adelaide Sócrates, as irmãs Amorim cantavam o Tríduo das Dores, na procissão de Nossa Senhora das Dores, parte da Semana Santa da cidade⁵¹². Na década de 70, com a iminência de o Tríduo não mais se realizar por falta de participantes, dona

⁵¹¹ Talvez por isso não conste do relato feito por Célia Coutinho Seixo de Brito (1974), vilaboense e grande conhecedora da cultura local.

Darcília, observando o talento musical dos vizinhos, os irmãos Curado, chamou-os para aprenderem o Tríduo. Um dos garotos, Sebastião da Silva Curado (38 anos), hoje regente do Coral Solo narra o fato:

O contato com uma cultura mais elaborada veio quando eu tinha... acho que doze ou treze anos, que foi quando nós fomos cantar com dona Darcília Amorim, que era a regente do Coro da Catedral, que cantava o tríduo de Nossa Senhora das Dores... que foi quando juntamos seis irmãos, o Coral dela tava quase acabando, quase acabando mesmo, porque as pessoas não iam mais! E nós fomos convidados a cantar lá. Aí nós íamos e ela chamava a gente de “meus besourinhos”... então a gente tinha todo um contato com o canto coral... [...] Éramos eu, Darminda minha irmã e éramos todos novos né? Por termos ouvidos muito afinados, então dona Darcília achou na gente aquele apoio pra dar uma revitalizada no Coral das Dores. Éramos Darminda, Ana, eu, Cida, Chico e Abner. Então a gente ia chegando lá ela ia dividindo as vozes e a gente ia ensaiando.⁵¹³

Sensível, dona Darcília soube a quem legar seu saber musical. Sebastião da Silva Curado, mais conhecido como Tão Curado, não apenas garante a conservação e execução do Tríduo das Dores nas cerimônias religiosas, como a preservação do canto dos Motetos dos Passos, do Canto Perdão dos Rapazes, do Canto do Perdão das Meninas e de todas as peças sacras que compõem as celebrações religiosas de Goiás, como o *Lava-pés*.

Além dos “seis besourinhos”, participava também Héber da Rocha Rezende Júnior (40 anos). Era o sétimo integrante jovem no coro de dona Darcília e atesta a importância dessa solteira para a preservação das tradições musicais vilaboenses:

Ela foi responsável pela formação musical desta nossa geração e das que antecederam, assim como do despertar pelo interesse não só pela música sacra, mas também pela serenata e atividades culturais mais ligadas à igreja. Tinha um profundo senso de perpetuação, por isso não agia como muitos. Procurava passar adiante o que sabia e chamava pessoas para realizar isso. Foi também a grande responsável pela recuperação da Catedral. Sem dúvida nenhuma, não fosse ela, hoje não teríamos a mesma. Isso é muito pouco sobre o tanto que ela realizou!⁵¹⁴ [grifos meus]

Dona Darcília Amorim é recorrentemente lembrada pelos vilaboenses católicos. Observe-se que ao relatar a ação das Amorim, Dona Olímpia de Azeredo Bastos (80 anos), destaca dona Darcília: *as Amorim... são quatro que eram solteironas, ela arrumou a Igreja Catedral...foi Dona Darcília que fez. Acabou de construir a Igreja e*

⁵¹² Bento Alves. A. J. Fleury Curado, “Darcília de Amorim: quanta luz!”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano I, N. 8, junho de 1994, p. 2.

⁵¹³ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

hoje em dia ninguém lembra dela nem para uma missa. É notória a indignação pelo fato de que dona Darcília não seja lembrada, nem pra uma missa!

Durante décadas, dona Darcília trabalhou para conseguir fundos para a reconstrução da Catedral de Santana. Se não o fez sozinha, tem o mérito (dado por seus conterrâneos) de ter sido a mola propulsora, aquela que jamais esmoreceu frente às inúmeras dificuldades. Tomou essa tarefa como missão de vida⁵¹⁵.

Outra solteira crucial para a preservação das tradições religiosas é Neusa Serradourada (71 anos). Além de ter sido professora de “Ensino Religioso”, Neusa tem a responsabilidade não apenas da coordenação da catequese, mas também do grupo de jovens da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da Festa de Nossa Senhora do Rosário e de todas as demandas relativas às atividades laicas da igreja. Em cerimônias religiosas Neusa prepara o grupo de jovens tanto na parte musical e artística, quanto na participação litúrgica. Sua relação com a música sacra ou religiosa começou muito cedo e se deve não apenas à tia solteira, que já foi referida anteriormente, mas também à mãe. O longo trecho revela a divisão de tarefas cotidianas:

E tinha a Irmandade do Rosário, que mamãe era presidente da Irmandade do Rosário, e eu acompanhava mamãe... que eram trinta e uma mulheres que eram chamadas de zeladoras, porque naquela época não tinha uma pessoa encarregada pra limpar a igreja, não. Então eram as zeladoras que iam no Rosário, limpavam, trocavam as flores diariamente. Cada dia era uma zeladora. O dia de mamãe ir à igreja era dia 24, aí trocava as flores. Aí eu comecei a aprender a arrumar as jarras, as flores do altar, que ainda era o altar antigo de madeira...então tinha trinta e duas jarras. Mas durante a semana, se colocava umas seis jarras só... mas se trocava flores diariamente. E essas mulheres limpavam as igrejas... essas senhoras... sempre senhoras casadas... tinha algumas solteironas também, mas eram trinta e uma mulheres que cuidavam da Igreja do Rosário.⁵¹⁶

As *senhoras casadas e algumas solteironas* se ocupavam das tarefas de limpeza e ornamentação dos altares. Apesar de Neusa enfatizar a presença das mulheres casadas, Dona Olimpilha ressalta a participação das solteiras, como responsáveis pelas orações que deveriam acontecer todos os dias do mês:

⁵¹⁴ Depoimento concedido por e-mail em abril de 2006.

⁵¹⁵ Dona Darcília conseguiu junto a deputados e senadores verba para dar início à reconstrução da Catedral de Santana, que estava em ruínas. Não sendo possível terminar a obra, Dona Darcília e o grupo de solteiras por ela comandado, coletava a contribuição de famílias goianas residentes e não residentes em Goiás, visando angariar fundos para o término da igreja. Bento Alves. A. J. Fleury Curado, “Darcília de Amorim: quanta luz!”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano I, N. 8, junho de 1994, p. 2.

⁵¹⁶ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2002.

*Funcionava assim, cada zeladora tinha o seu dia e arranjava as outras pessoas pra rezar o dia todo e a noite toda. A cada hora era outra que rezava. Cada uma tinha o seu horário e o seu dia. Era trinta e as trinta, cada uma era um dia... o meu era dia nove. [...] Mamãe, Dona Teté, Messias Ferreira, Benedita de Nhola, quem mais...*⁵¹⁷

Dos nomes citados, apenas a mãe é casada. É interessante a referência à presença de mulheres casadas como *zeladoras*. Informo, contudo, que tanto a mãe de Neusa, quanto a de Olímpia já estavam viúvas⁵¹⁸.

O canto em Coros era outra importante atividade relacionada à igreja, que mobilizava um número grande de moças. O *Coro da Boa Morte* e o *Coro do Rosário* são especialmente citados. Muitas eram as mulheres que compunham esses coros. Neusa se lembra de uma divisão entre mulheres mais velhas e mais novas:

*Existia o coro do Rosário. Então era o grupo de pessoas mais idosas... no caso de Alita Azeredo, Zairinha... que todas as duas já são falecidas[...] tinha Aparecida que é prima de Alita também, Madalena de Barros, tinha uma equipe de solteironas que cantavam, formavam coros e eu e minha irmã começamos a participar, que nós gostávamos de cantar. Então nós éramos as jovens do grupo do Rosário, depois elas foram ficando mais velhas e esse grupo foi transformado no Grupo Rosarino, no tempo do Frei Reginaldo Orlandini.*⁵¹⁹

Do Coro das Rosarinas Dona Olímpia também se lembra, apesar dele não fazer parte:

O coro eu não fazia parte não, era a Dona Benedita de Nhola, a Alita fazia parte, Dona Messias Ferreira, tinha muitas... [...] Dona Messias foi uma pessoa formidável, ela olhava, ela ajudava aí no convento... ela que trazia o pão todo o dia pros padres... ela e Ritinha, mas Ritinha não era tão católica assim não, quanto era Messias. As duas cantavam no Coro de Dona Benedita de Nhola. Não sei se Neusa era do coro de dona Benedita... não sei.

Dona Olímpia faz referência às irmãs Ferreira: Messias e Rita. Duas solteiras já falecidas, recorrentemente lembradas por suas atividades na catequese, no Coro, nas ações filantrópicas e no apoio que davam à Igreja do Rosário e aos freis do Convento. Eram muito queridas.

A experiência etnográfica comprova o quanto a memória, sobretudo, a das mulheres trabalha no sentido de que os vilaboenses não se esqueçam daquelas que lhes deixaram algum legado, em geral algo que complete a tessitura das tradições religiosas e

⁵¹⁷ Entrevista concedida à autora em maio de 2005.

⁵¹⁸ Não consegui em tempo dados que comprovem minha hipótese de que somente participavam ativamente de tarefas na igreja as mulheres casadas destituídas de marido.

⁵¹⁹ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2002.

profanas, privadas e públicas. Uma memória de gênero opera com vistas a preservar a lembrança das solteiras que se dedicaram à educação, catequese, celebrações e tradições culturais. Não significa que os homens não se lembrem das mulheres solteiras, mas em geral, somente falam delas quando solicitados; enquanto as mulheres, especialmente as solteiras, rememoram espontaneamente as solteiras do passado, destacando seus nomes, suas famílias e suas atividades. As diferenças de gênero no que tange às memórias das solteiras sugerem a existência de diferenças nas experiências da vida real e nas memórias destas experiências (Leydesdorf e Passerini, 1996). Os poucos homens que falaram espontaneamente das solteiras são diretamente envolvidos em ações de salvaguarda das tradições vilaboenses. Não obstante merecer análise, a memória dos homens não cabe nos limites desta tese.

Lena Xavier de Almeida (1999), escritora vilaboense, escreveu crônica intitulada *Dois Anos sem Dona Messias*. Ressalta seu trabalho na catequese, sua dedicação ao apostolado, seu esforço em aprender o italiano para auxiliar as religiosas que vieram da Itália para administrar o Hospital São Pedro de Alcântara, sua dedicação aos carentes e aos doentes:

*Após a missa das crianças, por exemplo, postava-se ao lado da pia de água benta, em que molhava os dedos, que estendia para a meninada tocar e fazer o “Nome do Pai”. Na Quaresma se encarregava dos ensaios e apresentações do Canto do Perdão; durante todo mês de maio, treinadas por ela, as crianças, todas as noites, à hora da Reza, cantando, ofereciam flores a Nossa Senhora. [...] Trinta de julho. Dois anos sem Dona Messias! Grande número de pessoas carentes, na Cidade de Goiás, ainda clama: “Perdemos nossa mãe!”. (p. 30-31)
[grifo meu]*

Dona Messias não ficou confinada em seu lar, como descrição das solteiras feita por Cora Coralina em *Vitalinas* (página 237). Ensinou religião, música, respeito, solidariedade. Ensinou para além do domínio privado, donde acumulou “filhos” simbólicos e para quem deixou o legado da tradição religiosa. Dona Messias é ainda parte da cartografia da cidade, porque é parte do que ainda se considera importante preservar. Seu nome é sempre referido, recitado em poemas, falado no cotidiano das mulheres, principalmente das solteiras.

Outras citadas como tendo feito parte do Coro das Rosarinas são Madalena Martins, Neusa Serradourada, Antolinda Baía Borges, Onira Craveiro, Alita Azeredo

Bastos. Há referência também ao *Coro de Benedita de Nhola*⁵²⁰. O amor pela música religiosa ou sacra, ensinamento da mestra e mãe simbólica, acompanhou a *Benedita*, que foi sempre *de Nhola*.

Impossível listar todas as mulheres. As solteiras, além do professorado trabalharam praticando a catequese, preparando altares, andores e santos para os rituais; preparando suas vozes e a de suas alunas e afilhadas para cantarem no mesmo tom, reproduzindo geração após geração a tradição religiosa local, tão importante no fim do século para a lógica da conservação patrimonial.

6.4. Não casou, toma conta da rua!

Conforme já foi apresentado no capítulo 4, o IPHAN inicia as atividades de seleção, proteção, tombamento, restauração dos bens culturais móveis e imóveis, em fins da década de 40. Em 1951 foi tombada a antiga Casa de Câmara e Cadeia. Como já havia sido cedida pelo governo do estado de Goiás à União (SPHAN), nela foi instalado o Museu das Bandeiras. Um museu concebido e administrado pelo SPHAN.

Dona Yêda Sócrates do Nascimento, nascida em 1907, foi a primeira Diretora do Museu das Bandeiras. Membro de tradicional família, ela tinha por avô materno, o major José Gonzaga Sócrates de Sá. Seus pais, Alcebíades José do Nascimento e Mariana Sócrates do Nascimento, se mudaram de Goiás várias vezes, por motivos políticos. Alguns filhos nasceram na cidade de Goiás, outros no Rio de Janeiro, outros, como Eunice, no interior de São Paulo. Após uma estada no Rio de Janeiro, a família volta para Goiás, onde as irmãs Yêda e Eunice foram criadas.

Em 1954 Yêda assume a direção do Museu das Bandeiras, onde permaneceu até 1962. Dona Eunice relata que foi Dona Yêda quem fez todo o trabalho de organizar os arquivos. Nesse período, o museu das bandeiras, além de receber visitas, atendia à demanda do SPHAN, no que concerne às práticas de preservação executadas na cidade. Arquitetos e restauradores do SPHAN, por exemplo, na falta de hotel onde pudessem se hospedar por ocasião de suas visitas técnicas, lá se abrigavam. Assim, Dona Yêda, não apenas administrava o museu e seu acervo, como também servia como guardiã do patrimônio tombado até aquele momento.

⁵²⁰ Benedita foi uma garota criada por mestra Nhola, por isso passou a ser referida como *Benedita de Nhola* (Brito, 1974).

Uma narrativa sobre Dona Yêda me chamou atenção; considero-a paradigmática da agência feminina na luta por manter os bens culturais na cidade Goiás. Certa vez, Dona Yêda, ao adentrar o Museu, deu por falta da imagem de São José, que ficava em um nicho feito na parede de taipa de pilão, localizada no segundo pavimento. Desconfiada, foi até o quartinho no qual se hospedara um funcionário federal, que estava fazendo vistoria na cidade. Encontrou, ao lado de seus pertences, já arrumados para a partida, uma caixa de madeira. Sem titubear, abriu a caixa e se deparou com a imagem. Dona Yêda pegou a imagem e recolocou-a no lugar sem dizer palavra ao ilustre hóspede, que ao passar em frente ao nicho, viu a imagem lá recolocada e nada disse. A imagem do São José foi preservada na (e para) a cidade de Goiás⁵²¹. A ação de Dona Yêda prenunciava o que seriam as ações futuras em nome do patrimônio da cidade. Uma ação ferrenha para que bens culturais não fossem apropriados e expropriados pelos “de fora”, inclusive por agentes da preservação, com projetos de restauro considerados inconcebíveis pelos moradores. Nem sempre saíram os vilaboenses tão vitoriosos quanto o saiu Dona Yêda no episódio acima relatado.

Conforme apresentado no terceiro capítulo, Dona Yêda se comunicava, por telégrafo com a sede do IPHAN no Rio de Janeiro (SPHAN à época), sempre que sentisse necessidade de revelar algum dano, reforma ou destruição ao patrimônio edificado. Os telegramas que constam do Processo de Tombamento de Goiás eram a ponte estabelecida entre o olhar guardião de dona Yêda e a tomada de decisão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Foi pelos olhos de uma mulher solteira que a cidade começou a ser preservada, “guardada”, para o “patrimônio mundial”. Ela foi também professora no Grupo Escolar de Goiás e Escola Normal Oficial, Diretora da Escola Complementar e Diretora do Serviço de Catequese da Paróquia de Santana⁵²².

Em 1962, sua irmã Eunice assume a direção do Museu das Bandeiras, onde permaneceu até 1967. Ela conta que deu continuidade ao trabalho de Yêda tanto de organização do arquivo, quanto da sala de exposição — na época apenas uma — e dos cuidados para com o patrimônio edificado tombado. Dona Eunice também era “guardiã” do patrimônio edificado e também se comunicava com Rodrigo Melo Franco de Andrade por telegrama informando sobre demolições.

⁵²¹ Duas pessoas muito próximas de Dona Yêda relataram para mim o fato. Outros vilaboenses também conhecidos de dona Yêda confirmaram que sabiam deste episódio. Uma guia da cidade relatou isso informalmente. Registrado no caderno de campo em fevereiro de 2002, p. 50.

⁵²² Miracy Alencastro Veiga de Almeida, “Gente que fez: reminiscências de uma Pioneira”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano III, n. XXXV, Setembro de 1996, p.8

Perguntei para dona Eunice como ela explica a forte presença e grande atuação da mulher na cidade de Goiás e ela explica que

*isso, acho que é geralmente porque os rapazes... logo na adolescência... saem pra estudar e a maioria não fica na cidade, por isso essa predominância assim. Porque a maioria... todos saem não é? Terminou o segundo grau eles vão estudar... de modo que ficavam aqui os de meia idade e as crianças. Adolescentes e de certa idade, todos já saíam.*⁵²³

Ao pedir que dona Eunice citasse mulheres que considera importantes para Goiás ela citou *Goiandira, na parte da pintura*. No trabalho junto às igrejas citou *dona Darcília com a Josefina Peles, fazendo parte dessa comissão...*, referindo-se à comissão que angariou fundos para reconstrução da Catedral. Quando perguntei sobre o trabalho junto à preservação do patrimônio reforça o papel das mulheres no Museu das Bandeiras: *tem sido sempre... pelo menos no museu, o Wanderlei foi exceção, foi o único homem porque tem sido sempre as mulheres*⁵²⁴. É oportuno informar que Wanderlei de Oliveira não é vilaboense.

Eunice e Yêda atuaram também em ações ligadas à Igreja Católica. Durante um tempo ensaiaram as crianças para fazerem a coroação de Nossa Senhora no dia 31 de maio. Aquela cerimônia no qual se canta o “Bouquet”, instituído na cidade pela ação de Mestra Nhola. Dona Eunice conta que *depois é que passou para o Tão de Silvia e antes disso era a Laíla e a Darcília, elas é que faziam isso*⁵²⁵. Além disso, dona Eunice fazia parte da Associação de Santana, criada por Darcília Amorim, onde atua como tesoureira: *até hoje sou eu ainda que assino os cheques... mas o presidente agora, depois que dona Darcília morreu, é o doutor Fernando Cupertino de Barros*.

Mas quem pensa que a ação delas se restringiu à filantropia ou benemerência muito se engana. Eunice ao lado de Yêda e de Nice Monteiro, Doracy Santana, Ana e Ondina Curado, Iracema Caiado de Castro e Ana Serradourada, fundaram o Goiás Clube, com a finalidade de proporcionar um lugar para que as moças pudessem de distrair. À época as moças apenas freqüentavam os saraus realizados nas residências ou o carnaval no Lyceu de Goiás. Segundo Dona Eunice o que motivou a fundação do Goiás Clube era a falta de *local de diversões para as moças*. Assim, o Goiás Clube ofereceu às moças oportunidades sociais, literárias e esportivas. Outra prova de que, ao

⁵²³ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁵²⁴ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁵²⁵ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

contrário da percepção de Cora Coralina, as solteiras não ficaram confinadas em seus lares.

Significativo que o Goiás Clube tenha sido fundado em 1939, ainda nos *tempos da mudança* da capital ⁵²⁶. As mulheres solteiras de Goiás foram importantes também na ação de dar sustentabilidade social à cidade, destituída que ficou da capital. Nice Monteiro Daher, na época ainda solteira, foi uma das fundadoras do clube, juntamente com Lígia de Velasco (Fia) e Yêda. O valor de Yêda reside em sua capacidade e persistência para concretizar o projeto do clube para mulheres. Lá eram realizados, bailes, festas, exposições de pinturas, apresentações musicais, teatros, jogos de vôlei, basquete, pingue-pongue, xadrez e truco. A entrada de homens era permitida desde que pagassem ingresso e que usassem gravata.

Eram três as categorias de sócias: *fundadoras*, *contribuintes* e *madrinhas*. As *fundadoras* se compunham das mulheres que haviam assinado o estatuto. As *contribuintes* eram as moças que entraram posteriormente e as *madrinhas* eram as sócias casadas. A distinção feita entre mulheres solteiras (*fundadoras* e *contribuintes*) e casadas (*madrinhas*) no quadro interno do Goiás Clube é significativa de que uma distinção de estado civil era operada entre as mulheres vilaboenses. A denominação da categoria de sócias casadas como *madrinhas*, diminutivo afetivo de mãe, também remete à idéia de que eram espécies de mães simbólicas das mulheres solteiras. O olhar das *madrinhas* legitimava do ponto de vista social (moral), as atividades internas do Goiás Clube.

Nice Monteiro Daher (90 anos) informou que as mães eram as *sócias* *madrinhas*. Os dados sobre o Goiás Clube se limitam às fontes orais. A documentação que foi ficando ora com uma, ora com outra presidente, está espalhada e não consegui consultá-la. Das mulheres que confirmei terem sido presidentes o dado em comum é o estado de solteira: Yêda Sócrates do Nascimento, Nice Monteiro Daher, Regina Lacerda⁵²⁷, Eunice Sócrates do Nascimento, Heloísa Coutinho e Dolci de Castro Caiado.

Nice Monteiro Daher (90 anos) afirma que *foi o tempo quase todo, da vida da Yêda, foi pelo Goiás Clube. [...] mas começou a aparecer discordâncias, aí foi eleita a*

⁵²⁶ Os documentos relativos ao Goiás Clube não foram localizados. Obtive informações que a data da fundação é 22 de maio de 1939. A instalação dos estatutos data de 27 de maio de 1939.

⁵²⁷ Regina Lacerda, folclorista vilaboense, consta como presidente no ano de 1945. Regina juntamente com o pintor vilaboense Octo Outoniro Marques, pintaram com arabescos o salão de bailes do Goiás Clube. AGEPEL (2003), *Reverendo Regina Lacerda*

Dolci. E Dolci é que ficou sendo até o fim. Aí com Dolci eu já não... com Dolci eu não acompanhei o Goiás Clube.

Eunice e Yêda foram também promotoras de atividades civis, educacionais e artísticas. Fundaram o Escoteiro e as Bandeirantes (as fadinhas) e também a Banda de Música Infantil. Dona Silvia da Silva Curado atribui à dona Yêda a sensibilização musical de seus filhos:

Ela tinha uma bandinha infantil... ela incentivou meus meninos à música... foi ela. Ela que ensinou a minha filha mais velha a tocar bandolin, a outra a tocar acordeão, a outra a tocar violão... e órgão... então tudo eles agradecem à dona Iêda. Meu marido gostava muito de cantar, então ela incentivava eles todos. E o que é importante sem apoio, sem patrocínio de ninguém⁵²⁸.

Depois de sensibilizados receberam o legado de Darcília Amorim e garantiram a manutenção do *Moteto das Dores* e do *Moteto dos Passos* em duas das mais importantes cerimônias religiosas. A agência de Yêda e Eunice atingiu várias esferas sociais e se constituiu na base para a preservação do patrimônio cultural vilaboense.

Outra mulher solteira importante para a preservação do acervo e do patrimônio de Goiás é Maria Luiza Brandão (Malu). Sucedeu, em 1968, Eunice Sócrates como diretora do Museu das Bandeiras, onde permaneceu até 1993⁵²⁹. Mas já tinha sido anteriormente admitida por Yêda Sócrates como funcionária do museu. Malu Brandão coordenou diversas ações importantes no museu. Dentre elas, ações que tinham como objetivo levar a comunidade para dentro do museu. Não a elite que já o freqüentava, mas aquelas pessoas que não se sentiam à vontade para entrar no museu.

Doutora Belmira Finageiv, chefe do núcleo do IPHAN em Brasília no período de 1972 a 1985, lembra-se da contribuição de Malu Brandão:

Outra pessoa que me auxiliou muito foi a diretora do Museu das Bandeiras: Maria Luiza Brandão. Uma excelente funcionária, que dedicou a vida toda ao museu. Lutou! Mas lutou muito pelo museu! E fez aquele curso de restauração de bens móveis. Ajudou-me bastante, porque ela trabalhou em alguns tetos pintados... em igrejas em Minas Gerais e isso foi muito interessante para ela.⁵³⁰

⁵²⁸ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁵²⁹ Após ser dirigido por três mulheres solteiras vilaboenses, o Museu passa em 1993 para a direção de Wanderlei de Oliveira Silva até 2000, quando retorna outra mulher vilaboense para a direção. Fátima Sócrates do Nascimento, filha adotiva das irmãs Yêda e Eunice, permanece no Museu até 2003.

⁵³⁰ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

Uma manhã eu caminhava ao lado de Malu quando ela sintetizou sua relação com o museu: *eu me casei com o museu*⁵³¹ [grifo meu]. Se mestra Silvina foi mãe simbólica (madrinha) de Cora Coralina, Malu foi esposa simbólica do Museu. Ausência de filho e marido. Preservação e continuidade de alunos e arquivos. Não importa que não seja um legado familiar. Ele é bem maior. Transcende o privado. Está dado para a “humanidade”. Isso bem o sabia Brasilete Ramos Caiado.

Foi na administração de Malu que outra importante guardiã do patrimônio foi incorporada ao quadro do SPHAN para atuar na cidade: Antolinda Baía Borges. Sobre ela talvez seja mais difícil e mais fácil estabelecer a relação entre preservação do patrimônio, solteirice e SPHAN (IPHAN). Mais difícil porque ela é uma figura bastante controvertida na cidade e disso terei que tratar, não obstante ter sido admiravelmente inquietada pela sua pessoa. Mais fácil porque ela é a mulher que personifica a presença do IPHAN e a prática cotidiana da preservação na cidade de Goiás, por isso é muito citada, tanto positiva, quanto negativamente. Desde algumas décadas tomou para si a missão de proteção e salvaguarda dos bens culturais, sobretudo edificados.

De personalidade forte, apontada por alguns como *truculenta*, por outros como perseverante e corajosa, essa solteira é figura central na preservação do patrimônio edificado e móvel da cidade de Goiás. Uma boa parte desse capítulo será dedicada a “tia Tó” e não economizarei na apresentação dos dados etnográficos, pois que eles agora são primordiais.

Arrisco-me a parodiar Malinowski (1976); atestando a minha experiência etnográfica, intento levar o leitor a conhecer Antolinda. Imaginem-se vocês, leitores, chegando a uma pequena cidade com características urbanas coloniais, sob um sol escaldante, nenhuma sombra nas ruas (pois que as árvores estão nos quintais) e vento algum, vendo uma senhora determinada, caminhando com passadas rápidas, pesadas, andando de um lado para o outro. Entrando e saindo de igrejas, gritando e dando ordens para uns, cumprimentando outros. Decidindo, mandando, brigando e falando alto e gesticuladamente. Essa é a figura de Antolinda. Sem parada. De igreja em igreja. De rua em rua. Cruzando pontes. Cruzando caminhos. Emotiva, espontânea e franca, o que às vezes beira a ausência de polidez, a “tia Tó”, não vilaboense, não tradicional, foi

⁵³¹ Registro feito em Caderno de Campo no dia 15 de fevereiro de 2002. Assim como muitas mulheres aposentadas de Goiás, Malu mantém um apartamento em Goiânia e uma residência no centro histórico em Goiás. Transita por esses dois lugares. Malu não se dispôs a dar entrevista sobre sua gestão no Museu das Bandeiras.

decidindo pelos destinos da paisagem urbana da cidade. Ela narra o início de sua afeição pelos bens culturais:

Eu comecei por amadorismo mesmo. Eu trabalhava com Frei Simão Dorvi, que era um irmão leigo⁵³² que tinha aqui, que foi auxiliar, secretário de Dom Cândido Penso, que foi um homem muito envolvido com a cultura, com a preservação. E ele ensinou... nesse trabalho que eu fazia de catequese, de auxiliar, de ambulante com ele... andava de jipe com ele por essas fazendas e ele começou a me ensinar a ter amor pra preservar o patrimônio... Ele sempre falava de fazer a ficha de casamento, de batizado. Ele passava noites copiando os protocolos. Ele fez um arquivo com mais de quinze mil fichas e com isso eu fui me envolvendo. Depois, trabalhava com Élder [Camargo de Passos] também que gostava muito disso. A gente foi se envolvendo nessa luta e tomando amor, gostando e comecei a defender a igreja, a limpar a igreja a pegar chave de igreja e foi assim que iniciou a minha trajetória nesse trabalho que eu estou até hoje, desde os vinte e poucos anos.⁵³³

Frei Simão e Dom Cândido, dois dominicanos italianos que sensibilizaram Antolinda para o valor do patrimônio. Frei Simão organizou todos os dados sobre batismos, casamentos e óbitos da Diocese. Trabalhava durante a noite para que o trabalho de arquivista não interferisse na responsabilidade de frei dominicano. Seu trabalho resultou em milhares de fichas⁵³⁴, que compõem hoje o acervo do Centro Diocesano de Goiás. Além disso, colecionou manuscritos, jornais, revistas e livros, que foram a base do acervo da FECIGO (Fundação Educacional “Frei Simão Dorvi”). Dom Cândido foi especialmente importante para Antolinda:

Em cinqüenta e oito, quando meu pai morreu [voz embargada], ele me ajudou muito! Ele falava pra mim “você não pode ser assim, você tem que entusiasmar, vamos pra Cúria comigo”. Então eu ia fazer Livro de Tombo pra ele, ia ditar as coisas pra ele, arrumar prateleira, catalogar discos... E com aquilo eu me envolvi muito com ele. Eu me envolvi... eu sempre fui muito envolvida com as coisas da igreja. Eu trabalhava nas missões, eu trabalhava nas festas... saía de caminhão pra ir ajudar numa festa. E eu criei esse amor... que não sei por quê... eu gosto de Goiás. Eu aprendi a gostar de Goiás através de Élder Camargo, que Élder foi um grande amoroso... é um grande amoroso da cidade de Goiás e sempre era entusiasmado com a história de Goiás, com as coisas de Goiás... e fazer peça e cantar e a gente foi envolvendo com isso.⁵³⁵

Não sabe por que gosta de Goiás, mas sabe com quem aprendeu a gostar. Refere-se a Élder Camargo de Passos. A presença masculina vai pontuando aqui e ali a

⁵³² Era chamado de Irmão leigo aquele que não era padre, não fazia parte do clero, porque não tinha ordenação ministerial. Denominação que atualmente está em desuso.

⁵³³ Entrevista concedida a autora em setembro de 2000.

⁵³⁴ Apesar de Antolinda fazer referência ao número de 15 mil fichas catalogadas por frei Simão, a OVAT indica o número de 2 milhões de fichas

vida da jovem solteira. Do acervo de peças sacras garimpado por Dom Cândido e instalado no Museu da Cúria, teve origem o Museu de Arte Sacra. Antolinda se lembra do início: *então eu comecei a trabalhar em museu, trabalhar com peças, sem nunca ter entrado em museu, porque Goiás não tinha museu. Aí chegava umas pessoas... frei Simão ia... e eu ia com ele lá, eu varria, eu limpava, eu limpava as igrejas, eu limpava os altares.*⁵³⁶

Antolinda dirige o Museu de Arte Sacra desde sua criação, em 1969. Sobre sua relação como museu ela diz: *eu não tive filhos. Minha vida está neste museu. Cada obra tem um pouquinho de mim*⁵³⁷ [grifo meu]. Pergunto a ela como e quando ela passa a atuar na preservação do patrimônio laico. Ela narra o início de sua relação com doutora Belmira Finageiv:

*Quando veio doutora Belmira... eu encontrei com ela no Hotel Municipal, que era o único hotel que a cidade tinha e a minha irmã falou assim “chegou uma mulher aí do IPHAN, patrimônio”. [...] Aí eu fui conversar com essa doutora Belmira. Falei pra ela “não doutora Belmira, eu levo a senhora pra ver as igrejas”. A primeira coisa que eu fiz pra ela foi fazer uma acusação: que o Ferreiro estava descoberto, que o dinheiro vinha e que as madeiras, o homem estava construindo casa com o dinheiro do IPHAN e fui... Ela falou “você prova isso”? Eu falei: provo. Levei ela numa casa de departamento de obras, uma casa de ferragens que tinha e falei “escuta quando aquele fulano assim, assim, apanha as madeiras onde você está entregando”? “Ah, lá em tal lugar assim, assim”... dentro da cidade. Eu levei ela e mostrei. Aí ela começou a criar uma certa confiança em mim.*⁵³⁸

Belmira Finageiv havia encontrado em Antolinda a profissional que procurava: dedicada, incansável, perseverante, decidida, objetiva e corajosa. Havia que ter ímpeto e certa irresponsabilidade para enfrentar com galhardia a luta que se iniciara: zelar pelo patrimônio coletivo, muitas vezes se colocando em confronto com os patrimônios privados; enfrentando proprietários dos imóveis, nem sempre contentes com as limitações dadas pelo tombamento. Belmira revela suas impressões de Antolinda:

As primeiras visitas que eu fiz a Goiás, eu tive a felicidade de encontrar uma pessoa interessadíssima... Antolinda Baia Borges. Eu tive na Antolinda aquela mão direita, o braço direito. Ela tinha todas as chaves das igrejas. Então, foi ela quem me levou a cada igreja e ainda me contava o que achava que precisava em tais e tais igrejas e tudo... Falamos também sobre os problemas com os prefeitos, com

⁵³⁵ Entrevista concedida a autora em setembro de 2000

⁵³⁶ Entrevista concedida a autora em setembro de 2000

⁵³⁷ Florença Mazza, “Afeição à arte sacra”, *Jornal do Brasil*. [Avaliable from: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/viagem/2003/03/29/jortur20030329029.h> Acesso em 25.05.2003.

⁵³⁸ Idem.

a dificuldade das pessoas não entenderem... Então, eu senti nela a pessoa ideal, pra ser funcionária do IPHAN, trabalhando em Goiás. Eu pensei com meus botões: quando eu tiver uma oportunidade eu contrarei esta moça de imediato. E foi o que aconteceu. Quando surgiu a oportunidade eu a contratei.⁵³⁹ [grifo meu]

À época Antolinda trabalhava como vendedora na loja Veiga. Segundo ela, *doutora Belmira* lhe pedira o número da conta bancária e havia também solicitado a Malu Brandão, então diretora do Museu das Bandeiras que enviasse a carteira de trabalho de Antolinda. O gerente do banco comunicou a ela que havia chegado um dinheiro:

tem um dinheiro aqui pra senhora”, eu falei “deixa aí, depois doutora Belmira deve explicar pra quê que é esse dinheiro” . Eu me lembro disso como se fosse hoje ...cruzeiro... foi em setenta... não sei nem que moeda que era. Aí, um dia eu tava descendo, eu entrei no hotel, e um senhor que de lá falou pra mim...um militar que morava lá falou pra mim “parabéns”! Eu falei “porque parabéns”? “Porque a senhora é funcionária do IPHAN”. ” Eu? Não você está enganado. Eu não.” Aí eu liguei pra ela e falei “doutora Belmira, o quê é isso” ? Ela falou “não minha filha, é pelo serviço que você tem prestado a cidade”. Eu fui nomeada guarda de patrimônio em Goiás. Minha carteira de trabalho... “guardiã do patrimônio da cidade de Goiás.⁵⁴⁰ [grifo meu]

Considero significativo que ela dê destaque em sua narrativa à função por ela exercida. O guardião é aquele que protege algo precioso, sagrado; incumbência que Antolinda assumiu muito bem, apesar das inimizades conquistadas em decorrência de sua atuação. Embora não tenha conseguido informação junto ao IPHAN, sobre o cargo de “guardião” ao qual Antolinda fez referência, encontrei uma matéria de jornal, intitulada “Volta às tradições”, contendo uma foto de Antolinda com a seguinte legenda: *D. Antolinda Borges, a guardiã do patrimônio histórico da cidade. Uma entusiasta das tradições*⁵⁴¹ .

Para *doutora Belmira*, que tinha sob sua responsabilidade, além do Distrito Federal, os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, era bom poder contar com uma pessoa sensível e atenta para os bens patrimoniais: “ela passou a ser praticamente uma fiscal da nossa... da Vila Boa de Goiás. Tudo o que acontecia ela me telefonava, me acrescentava... Todas as medidas que eu fazia, era com ela... as

⁵³⁹ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

⁵⁴⁰ Entrevista concedida à autora em setembro de 2000.

⁵⁴¹ “Volta às tradições”, *O Estado de Goiás, Cidade de Goiás-Especial*, Goiânia, novembro de 1981, p. 4.

obras... ela me acompanhava... Estava sempre a par de tudo. Uma pessoa muito interessada...⁵⁴²

O primeiro cargo do IPHAN, cuja função era especificamente zelar pelo patrimônio edificado, foi ocupado por Antolinda. A partir de então, a “tia Tó” ficaria atenta a qualquer obra ou reforma, qualquer mudança de janela e porta, qualquer troca de telhas. Seus olhos atentos e suas passadas rápidas tinham que dar conta de fiscalizar todo o *centro histórico*. Sua história de vida se confunde com a preservação do patrimônio móvel e imóvel de Goiás. Uma moradora do *centro histórico* ao responder sobre o que significava para ela a cidade ser patrimônio mundial, não conseguiu responder sem fazer referência a Antolinda Baia Borges:

*Essa questão do patrimônio eu vejo sempre a figura da Antolinda na proteção e naquela coisa... acirrada até, brigando com os moradores no sentido de que as casas, os monumentos não perdessem as características. Mas a gente vê por um outro lado que essa briga esbarra numa certa postura política... política de amizade e de poder também, porque algumas pessoas podem isso, outras pessoas não podem nem isso e nem aquilo. Então fica um processo que é meio limitado... limita alguns e não limita outros entendeu? Acho que a relação é bem essa. Sempre eu tenho a Antolinda na minha cabeça como uma referência nesse sentido*⁵⁴³.

A relação entre patrimônio e Antolinda é clara e direta. Como se fossem partes indissociáveis de uma mesma coisa. As partes — patrimônio e Antolinda — formando uma coisa maior, que é o patrimônio protegido primeiramente e, depois reconhecido como mundial. Como se pode ver, Antolinda ganhou juntamente com o apelido carinhoso, “tia Tó”, a antipatia e a inimizade de muitos. A moradora vilaboense já indica que por detrás das ações de preservação há uma rede de relações sociais que norteia a direção e o grau da ação de preservação.

Há, contudo, um dado que pesa bastante sobre as representações em torno de Antolinda. Ela não é vilaboense. Nasceu em Itaberaí e foi para Goiás ainda criança. Aqueles vilaboenses que por ela se antipatizaram se servem deste fato para deslegitimar sua atuação como agente do patrimônio de Goiás. Não importa o que pensem ou digam, Antolinda se preserva enquanto agente do patrimônio. Isso pelo fato de que ela estabeleceu alianças para fora dos domínios da elite local.

Sobre Antolinda é oportuno ainda ressaltar que o fato de ser chamada de “tia Tó” já remete à sua situação de mulher solteira sem filho. A tia solteira dedica-se não

⁵⁴² Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

apenas aos sobrinhos, mas aos cuidados com o patrimônio cultural da cidade, o que não deixa de ser, indiretamente, um legado (ao menos simbólico) para os seus sobrinhos. Entretanto é necessário enfatizar que o uso do “Tia Tó”, quando não referido pelos sobrinhos, é sempre feito ou por pessoas de fora da cidade (imprensa, agentes culturais, políticos, intelectuais, artistas), ou por jovens da cidade, ou por pessoas que se referem a ela de maneira jocosa. Os vilaboenses chamam-na de *Antolinda*, muitas vezes omitindo a pronúncia do “d”, *Antolina*, e até mesmo no início do nome, *Tolina*.

Antolinda é a personificação da preservação do patrimônio e do IPHAN na cidade de Goiás. Mesmo aposentada, que está desde 1992, Antolinda continua atuando como se fosse funcionária na ativa. *Doutora* Belmira Finageiv e Iracema Malheiros, respectivamente, a isso se referem⁵⁴⁴:

Ela continuou mesmo depois de aposentada. Parece que ela se revigorou até! Conseguiu patrocínios fabulosos, formidáveis. É uma pessoa eternamente dedicada à Goiás e nós devemos ter maior respeito e carinho e amor por Antolinda! É uma grande amiga e colega!⁵⁴⁵

*A Antolinda não é do IPHAN há muitos anos né? Mas até hoje o que acontece de errado é a Antolinda... Pra todos os efeitos... pro povo, pra população... qualquer coisa. Pode ela nem estar sabendo, mas a Antolinda que fez*⁵⁴⁶.

Observe-se que para Iracema a relação Antolinda / IPHAN está formulada em algum fato *errado*. Está relacionado com a percepção que têm ainda muitos vilaboenses tradicionais das estratégias patrimoniais; ponto a ser desenvolvido na Parte III. Acrescente-se que depois de se aposentar do IPHAN, Antolinda permaneceu como membro do Conselho do Museu de Arte Sacra da Boa Morte e como Diretora do mesmo, tendo apoio de Dom Tomás Balduino para decidir sobre os bens patrimoniais religiosos⁵⁴⁷.

⁵⁴³ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁵⁴⁴ Livro Ata da OVAT, dia 11 de abril de 1992, p. 35.

⁵⁴⁵ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

⁵⁴⁶ Entrevista concedida à autoria em agosto de 2001.

⁵⁴⁷ Em 21 de agosto de 1992, Dom Tomás Balduino envia correspondência ao Coordenador da 14ª Regional do IBPC, José Leme Galvão Júnior, onde atesta que Antolinda “aposentada do IBPC em março p.p. continua como membro do Conselho do Museu de Arte Sacra da Boa Morte desta Diocese de Goiás, ao mesmo tempo que é responsável pela direção do Mesmo Museu, sem ônus, porém, para qualquer Instituição”. Documento avulso pesquisado no Arquivo da Diocese de Goiás. Em outro documento, tratando-se de uma procuração, Dom Tomás Balduino constitui Antolinda como sua procuradora para “junto à fundação Banco do Brasil atuar na restauração da Igreja Santa Bárbara, desta Diocese de Goiás, com todos os direitos, poderes e deveres inerentes a esta função”. Documento avulso, datado de 27 de novembro de 1995, pesquisado no Arquivo da Diocese de Goiás.

Particpei de muitas reuniões relativas ou à gestão do patrimônio da cidade ou à candidatura do título de patrimônio mundial. Todas elas aconteceram na sede do IPHAN da cidade. Em todas elas Antolinda estava presente. O que espanta não é sua presença, pois inúmeros vilaboenses aposentados, que muito menos trabalharam pelo patrimônio, também estiveram presentes e nem são aposentados do IPHAN. O que espanta não a mim, mas aos próprios vilaboenses, é a desenvoltura com que ela lida com questões de ordem burocrática nas várias instâncias da instituição de preservação.

Em reunião realizada em 26 de junho de 2001, para decidir sobre as comemorações caso a cidade passasse pela penúltima etapa de avaliação para conquista do título, houve um questionamento sobre o Plano de Sinalização Turística, que já tinha sido aprovado pelo IPHAN (em Brasília) e pela AGETUR e ainda não tinha tido executado. Nem bem havia acabado o questionamento e Antolinda levantou-se e dirigiu-se para a sala do diretor da 17ª Sub-Regional, contígua à sala de reuniões. De lá telefonou para o IPHAN em Brasília, para obter informações sobre o Plano de Sinalização Turística. Finalizou a ligação e entrou na sala de reuniões anunciando, para todos os presentes, as informações solicitadas. Sentado, observava, o então diretor, a desenvoltura de Antolinda.

Em conversa posterior o próprio diretor comentou sobre a dificuldade de lidar com o fato de que a “tia Tó pensa que manda” no IPHAN e no patrimônio da cidade. Em outra oportunidade observei um diálogo do diretor da 17ª Sub-Regional com outro funcionário do IPHAN⁵⁴⁸. O então diretor perguntou se haviam comunicado o IPHAN sobre a gravação da novela “Estrela Guia”. A novela gravaria cenas da Procissão do Fogaréu, inclusive aquelas que acontecem no terraço frontal da sede do IPHAN. O outro funcionário disse que não, mas que Antolinda estava acompanhando, pois quando se trata da Procissão do Fogaréu eles não desgrudam⁵⁴⁹. O diretor disse que o IPHAN precisava ser comunicado, *senão Antolinda pensa que manda em tudo*. O outro funcionário, mais experiente, rindo respondeu que *de qualquer jeito ela pensa...*⁵⁵⁰

Iracema descreve Antolinda como *dessas pessoas... que uma das coisas que as pessoas não gostam dela é que ela entra em tudo, ela quer fazer tudo, toda a vida ela foi assim*⁵⁵¹. Antolinda, porém não participou desde o início da ação que objetivou um reconhecimento oficial da cidade como patrimônio mundial. Quando se tornou pública a

⁵⁴⁸ Diálogo registrado no caderno de campo, em 26 de junho de 2001.

⁵⁴⁹ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

⁵⁵⁰ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

vontade de alguns vilaboenses de que a cidade pleiteasse o título de patrimônio mundial, Antolinda foi uma das pessoas que revelou desaprovação por considerar a proposta inatingível. Após um tempo, Antolinda encampa a causa e reassume seu papel de agente da conservação patrimonial, lutando fervorosamente para que a cidade se tornasse patrimônio mundial.

Brasilete Ramos Caiado é na cidade de Goiás a figura mais paradigmática da conquista do título. Todos a ela se referem. Mesmo antes de seu falecimento repentino em 2003, Brasilete era o nome mais lembrado e citado em relação à candidatura e à conquista do título. Seu mérito decorre da sua credulidade no título de patrimônio mundial, desde a primeira manifestação. Tudo fez para conquistá-lo. Parte desse relato já fora apresentado no capítulo 5. Contudo, o que importa agora ressaltar é que Brasilete congregou pessoas, instituições, *centro histórico*, entorno e *periferia*, católicos e evangélicos, facções políticas diversas.

Diplomática, Brasilete desempenhou papel fundamental para implantação e permanência da Faculdade de Letras e Filosofia “Cora Coralina” na cidade. Desde quando retornou do Rio de Janeiro, onde morou por algum tempo, Brasilete passou a lecionar piano e inglês e a trabalhar ao lado de Frei Simão Dorvi, dominicano italiano radicado na cidade de Goiás⁵⁵², a fim de que uma unidade de ensino universitário fosse implantada na cidade. Lembre-se que com a mudança da capital foram *levadas* a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia, e que a cidade ficara desprovida no ensino de terceiro grau. De 1974 até 1983, Brasilete dirigiu a Faculdade que ajudou a criar.

Depois disso lutou pelo reconhecimento dos cursos já criados e pela abertura de outros novos. Os cursos que ela planejara incluir só o foram em 1999: História e Geografia. Com olhos na preservação e na divulgação do patrimônio da cidade, Brasilete planejava ações que integrariam a Faculdade, o IPHAN, a SECTEC:

poderia... juntamente com o IPHAN, porque o acervo todo pertence ao IPHAN, o Museu das Bandeiras está instalado, é do IPHAN... mas fazendo convênio com o Estado, agora a Universidade Estadual de Goiás, com ensino e pesquisa,

⁵⁵¹ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

⁵⁵² Giuseppe Dorvi nasceu em Vernier, Itália em 07 de dezembro de 1907 e veio para o Brasil em 10 de abril de 1938, fixando residência no Convento dos Padres Dominicanos em Goiás. Frei Simão dedicou-se dentre outras coisas à catalogação do arquivo do convento, gerando 2.500.000 fichas de batizados, e óbitos das oito Dioceses de Goiás. In: Jaime do Nascimento Costa, “O Ilustre Desconhecido: Giuseppe Dorvi – Frei Simão Dorvi”, *O Vilaboense*, Goiás, novembro de 1995. O trabalho com os documentos deu origem ao arquivo denominado Fundação Educacional Frei Simão Dorvi (FECIGO), dirigida por Élder Camargo de Passos.

*essa Secretaria de Ciência e Tecnologia e mais o IPHAN, poderia dar condições favoráveis para que tudo isso viesse ao conhecimento dos pesquisadores de uma maneira mais fácil, porque alguns pesquisadores têm vindo aqui em Goiás esses anos todos... Mas com muita dificuldade, pedindo autorização para pesquisar lá e não é uma coisa aberta a qualquer pessoa, ao público em geral! Isso poderia ter sido feito de uma maneira muito mais suave esses anos todos*⁵⁵³.

A elite cultural da cidade soube sempre conseguir aliados intelectuais, conforme apresentado nos capítulos anteriores. Brasilete estendia essa aliança para pesquisadores exógenos à sociedade vilaboense e goianiense, porque tinha consciência de que estes divulgariam a cidade para fora dela e do Estado de Goiás. Assim, estabelecia outras alianças. Foi figura importante no processo que proibiu, na década de 80, o garimpo no Município. A mulher solteira que não fez aliança matrimonial fez, estrategicamente, várias outras alianças: autoridades eclesiásticas, autoridades públicas municipais, estaduais e federais, intelectuais, pesquisadores, jornalistas, famílias vilaboenses tradicionais, vilaboenses comuns, estudantes etc.

Após a conquista do título, a enchente abalou os ânimos de todos. Não o de Brasilete. Era vista andando por toda a beira rio, conversando, avaliando, averiguando e amparando. Cumpriu eximamente seu papel de mulher solteira Caiado, colaborando para reprodução do capital político. Ia Brasilete em cada casa atingida pela enchente, tentando minorar o sofrimento das vítimas da enchente. Ao lado da Prefeitura Municipal angariou colchões, roupas de cama e banho e mantimentos. Olhando sua agência naquele momento, parecia que se candidataria a Prefeitura Municipal. Um dia, caminhando ao seu lado pelas ruas ainda lamacentas, perguntei se ela seria candidata à prefeita. Ela riu e convictamente disse que não. Posteriormente, escrevendo a tese entendi que ela cumpria os desígnios do pai; do patrimônio familiar. Sobre suas ações comentou que *faz isso por amor à cidade, sem qualquer necessidade de retorno [...]. A gente faz isso com humildade e é uma característica da minha família, nós gostamos de fazer o bem sem olhar a quem*⁵⁵⁴. Abrira mão do cargo político eletivo, mas fez política de fazer inveja a muitos homens⁵⁵⁵.

Suas duas últimas alianças foram com as vítimas da enchente e com as mulheres de Goiás; para quem trabalhava no sentido de fundar uma Associação. O acidente automobilístico, em setembro de 2003, interrompeu seus planos. Do texto do

⁵⁵³ Entrevista concedida à autora em março de 2001.

⁵⁵⁴ Entrevista concedida à autora em março de 2001.

“Santinho” entregue em missa de sétimo dia extrai o seguinte trecho: *Receba Nosso Senhor, a alma da tão nobre educadora, pois Brasilete é Patrimônio e Humanidade* ⁵⁵⁶.

Sua ausência deixou muitas mulheres de Goiás sem leme. Estão à deriva, assim como indicam estar a cidade. Não faltam projetos de restauro em igrejas, ruas e becos, imóveis particulares ou públicos e pontes. Faltam projetos sociais, aqueles sem os quais os outros não fazem o menor sentido. Não obstante atenderem à demanda turística e ao orgulho da elite local, não atendem às necessidades imediatas da população mais carente. Brasilete propiciava este equilíbrio. Como presidente do *Movimento*, provava com suas ações, que patrimônio era uma noção com amplo campo semântico e tentava cobrir a parcela do campo que não interessava ao grupo de agentes que, tradicionalmente, vinha cuidando do patrimônio local. Com isso, conquistava a simpatia e o apoio de inúmeros vilaboenses de todas as classes sociais, moradores do *centro histórico* ou dos bairros adjacentes, membros de famílias tradicionais ou migrantes de outros lugares, homens e mulheres, mais novos e mais velhos.

Outra solteira foi fundamental para o processo de patrimonialização da cidade, sobretudo no que concerne à construção da imagem de Cora Coralina. Marlene Gomes de Velasco, de geração mais nova que Brasilete e Antolinda, narra sua trajetória individual como agente da preservação:

[...] minha trajetória foi desde jovem nessa questão patrimonial. Primeiro com essa convivência com a Cora durante toda a minha infância e depois eu fui convidada pelo Frei Simão para trabalhar na Fundação Educacional, eu era menina, quando eu comecei a trabalhar na parte de arquivo, de documentação. Aí eu fui a primeira secretária da Fundação. Depois ela [a fundação] foi a mantenedora da Faculdade de Filosofia da cidade de Goiás e eu fui a primeira secretária da Faculdade de Filosofia da cidade de Goiás. Então com a convivência com o Frei Simão, com todo esse trabalho de preservação de manuscritos, de jornais, isso foi me despertando a vontade e o interesse pela cidade. ⁵⁵⁷

Inegável a importância de Frei Simão Dorvi no trabalho de sensibilização dos jovens para a preservação de suas tradições e valores culturais. Frei Simão, e antes dele Dom Cândido Penso, foram os primeiros a realizarem em Goiás o que hoje se chama de “educação patrimonial”. Em seguida Marlene destaca a criação de várias instituições das quais participou ou participa:

⁵⁵⁵ Da família de Brasilete, foram políticos destacados seu pai, Brasil Ramos Caiado, seu irmão, Brasília Ramos Caiado e seu tio paterno mais velho, Totó Caiado.

⁵⁵⁶ “Brasilete: Patrimônio e Humanidade”, Santinho, Arquivo de Rita da Veiga Jardim.

⁵⁵⁷ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

Mais tarde foi criada... eu fui convidada pra trabalhar na OVAT, estava começando a OVAT... o Élder, a Antolinda, a Goiandira do Couto, os meninos, o Newtinho, todos eram jovens ainda e nós começamos a trabalhar na OVAT e através das pesquisas, dos levantamentos, nós fomos resgatando as festas tradicionais da cidade e aí hoje, como você sabe, a OVAT é responsável pela Semana Santa, pela Procissão do Fogaréu, pela Sexta-feira da Paixão... e tantas outras atividades culturais e próprias manifestações culturais que foram levantadas através de pesquisa da OVAT. Depois da OVAT a gente foi participando de todos outros eventos da cidade... conselhos de cultura. Nós fomos os fundadores do Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico, depois nós trabalhamos no Gabinete Literário Goiano, que é uma entidade importantíssima para cultura e a leitura dessa cidade... a importância do Gabinete Literário. Do Gabinete, até hoje nós fazemos parte da diretoria. E do Gabinete fundamos o jornal "O Papyrus", que foi um jornal importantíssimo na década de oitenta pra trabalhar com a questão de patrimônio, de preservação, de importância da cidade. E envolvidos com a AGETUR, que na época era GOIASTUR, que tinha secretaria aqui em Goiás. Então desde esse período nós estamos envolvidos com patrimônio. Então, não é uma coisa que surgiu agora... de uns tempos pra cá. Então minha trajetória nessa área da cultura, do turismo, do meio ambiente é bem antiga... é uma história mesmo de vida.⁵⁵⁸

Apesar de construir sua narrativa na terceira pessoa do plural, fala de si. Narra uma história de vida, onde a maternidade está ausente. Quando pergunto sobre a criação do Museu Casa de Cora, Marlene retoma e introduz Cora como figura importante para sua formação de agente preservacionista:

Aí com esse desenvolvimento... interessante... da década de 80 pra cá... até oitenta e cinco a Cora também participava de todas as nossas reuniões, de todas as nossas discussões, ela estava sempre presente e nos dando a maior força e incentivando... nesse jornal ela tinha uma coluna que chamada "Fala Papyrus" e... na "Fala Papyrus" que ela colocava mesmo a questão do patrimônio da cidade.⁵⁵⁹

Cora aparece como grande incentivadora do Jornal *O Papyrus*, criado na década de setenta, pelos jovens Jecirene de Alencastro, Abner Curado e a própria Marlene. As reuniões do jornal eram em casa de Cora. Além disso, Marlene relata a indignação de Cora para com o atraso da criação dos museus na cidade, se comparados com outros lugares do país.

Após a morte de Cora, em 1986, o grupo de vilaboenses próximos de Cora, deu início à criação do Museu. Marlene foi eleita diretora do Museu em 1987, função que vem desempenhando desde então, juntamente com outros cargos: na OVAT, no

⁵⁵⁸ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁵⁵⁹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

Gabinete Literário, no Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico, no *Movimento*, no Asilo São Vicente de Paula e no Hospital São Pedro de Alcântara.

Antes de Marlene, de Antolinda e de Brasilete, ainda na década de 60, a mulher solteira que se notabilizou por trabalhar pelas tradições da cidade foi Goiandira Aires do Couto (86 anos). Nesse aspecto, entretanto, Goiandira é menos citada. Talvez sua notabilidade em nível nacional nas artes plásticas, especialmente na técnica de pintura com areia, tenha obnubilado sua ação anterior de incomensurável importância.

A agência de Goiandira para que a cidade não sucumbisse após a mudança da capital, seguindo os passos do pai, Luiz do Couto e dos irmãos Goiás do Couto e Luiz do Couto Filho, foi talvez, arrisco a dizer, a mais importante dentre todas as ações informais de preservação da cidade, das tradições e da *cultura* vilaboense. Goiandira — alegre, expansiva, perseverante e exigente — concentrou em torno de si um grupo de jovens que na década de 60 planejava fazer algo pela cidade. Em sua casa, decidiram sobre os destinos de Goiás. Élder Camargo de Passos (59 anos), jovem à época, encontrou em Goiandira o apoio que necessitava:

*Aí tornamos muito amigos da casa da Goiandira, reunimos... e aí nós pensamos o seguinte: “escuta gente, o quê que Goiás poderia viver no futuro?”. Faculdade, na época era difícil porque tinha Goiânia já com faculdade, tão perto! Eles não iriam trazer faculdade pra Goiás. Agricultura e pecuária muito pouca movimentação... aí... “gente e se Goiás vivesse do passado, que ele é rico”? Então foi onde nasceu a idéia, de se criar a OVAT, que é Organização Vilaboense de Artes e Tradições.*⁵⁶⁰

A casa de Goiandira é lembrada como o lugar no qual o grupo de jovens pensa na criação da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradição). Se isso não parece, à primeira vista, significativo informo que é ali também na casa dessa solteira que decidem não apenas investir no passado, como explorar uma manifestação religiosa que havia sido extinta das cerimônias da Semana Santa. Em casa de Goiandira, re-nasce a Procissão do Fogaréu.

Goiandira que não legou uma prole para a família vilaboense, legou para a cidade a manifestação mais performática e midiática do estado e uma das únicas no país⁵⁶¹. Mãe simbólica da Procissão do Fogaréu, ao lado de Élder Camargo de Passos, Goiandira, concebeu o ritual, as roupas, os personagens e a performance. Executou peça por peça em sua máquina de costura. Por muitos anos abrigou o guarda roupa da Procissão do Fogaréu em sua casa, que se não tinha crianças (filhos), era repleta de

⁵⁶⁰ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

fantasia, alegria e criatividade. Seu relato longo é documento de história e registro das ações da reprodução cultural de que foi agente:

Começou assim. Élder chegou aqui e nós dois começamos, porque nós dois sempre mexemos com história. Ele tem uma notícia, uma notinha, “Dila, aqui”, “Élder, arrumei isso”... “Manda pra lá, manda pra cá”. Eu durante a noite ia no arquivo de meu pai, coleções de jornal completo, tirava tudo aquilo e ia passar tudo a limpo e arrumava. De dia Élder vinha cá, sentava ali na máquina e eu do lado de lá. Eu falando e ele escrevendo. [...] Eu tenho tudo arquivado, tudo escrito. [...] Então aí, ele... aí nós vamos fazer a Semana Santa né? Aí então nós conversando aqui, então fazer, vamos? Então vamos. E ele veio e eu falei “vamos brigar pra fazer uma coisa diferente”, “vamos”... “ah, fazer o farricoco!”. Então, mas como é que é isso? Vamos olhar. Aí eu fui pro dicionário. Dicionário... fui procurar os livros religiosos que eu tenho aí. Fui pegar a bíblia. [...] Os farricocos, eu tirei do dicionário, que ele é feito na Espanha. [...] Aqueles guarda romanos... eu olhei na bíblia, prendendo cristo, aqueles homens, aí eu desenhei tudo aquilo, tirei cópia de tudo, fiz tudo aquilo... “aqui Élder”, contei “isso, isso, isso”, então nós fizemos tudo. Aí vamos levar pra Dom Abel, sentar e concordar em fazer isso. Ele concordou. Aí então nós fomos fazer. Agora, costurar? “Eu costuro”, falei, eu sou modista, eu era costureira, então vamos fazer. Então nós íamos buscar pano na loja pra fazer; trazia a peça inteirinha aqui em casa porque eu não podia ir. Élder trazia e nós não tínhamos meios... condições, nem Élder, nem eu né, pra tá gastando, coisa assim né? Então nós fazíamos o que podia. Aquelas tiras do guarda romano, tudo medida com fita métrica, oh como ficava minha mão de tanto cortar aquilo. E os botões! Eu fiz os botões, aqueles botões nós não tínhamos, eu ia nessas lojas velhas que... aqueles botões que não presta, restolho, me dava cada um de uma cor, então eu escolhia tudo do mesmo tamanho e pintava, dourava todos, ficava tudo douradinho. Aquele capacete que tem, buscamos em Goiânia, era de carnaval. Eu dei umas pinturas, modifiquei pra ficar aquilo. Aquela lança que ele segura, quem fez foi meu irmão, Guemê, Guenemir, fez aquelas lanças todinhas que tem até hoje. Ele que fez tudo, num cobrou também nada... coroinha dos anjinhos... Aí eu fui lendo as histórias e fazendo as roupas tudo de acordo. E as tochas era pedaço de pau, era Ovidinho, Élder, dona Elina, Joilce, Joiza, essa turma aí, que não saía daqui. O dia inteirinho eles estavam aqui em casa. Então, naquela laje ali, naquele pedacinho, nós íamos, não tinha muito hotel, tinha pensão. Nós íamos nesses lugares que tinha pensão e pedia latinha de petit-pois, ervilha, pedia aquelas latinhas e batia com prego e pregava aquelas latinhas. E eu... Élder “vamos pintar”. Pintava uma a uma aquelas latinhas. Aí vamos fazer isso, aí Élder que idealizou como ia por dentro. Aí fez e depois aí resolveu e mandou fazer esses agora que mudou. E não eram tantos não, acho que era dez ou doze só [farricocos]. Agora tem quarenta ou cinquenta. E as roupas eram guardadas aqui em casa. Eu que guardava... “vamos fazer sandália”, aí Élder olhou descobriu o trançado e mandou o sapateiro fazer. Tudo era guardado aqui. Eu passava, eu arrumava tudo.⁵⁶²

⁵⁶¹ Outra cidade que ainda realiza a Procissão do Fogaréu é Parati (RJ).

⁵⁶² Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

A cada geração, algumas mulheres assumiram e criaram as condições para que o patrimônio familiar e coletivo fosse reproduzido. Após o seu relato, eu afirmei “o Élder é o pai dos farricocos e da Procissão do Fogaréu e a senhora é a mãe?”. Rindo, ela respondeu: *É... somos os pais... é. Não somos casados, mas somos pais deles* ⁵⁶³. Alguns historiadores já analisaram o surgimento da Procissão do Fogaréu e as ações empreendidas pela OVAT (Carneiro, 2005; Delgado, 2003, 2005; Bueno, 1997). Estes trabalhos, contudo, não consideram a centralidade de Goiandira no processo inicial de criação, concepção, planejamento e operacionalização da Procissão do Fogaréu.

Élder mesmo revelou que ficaram amigos da *casa de Goiandira*. A casa dos Couto havia se configurado num locus de resistência da cidade de Goiás, após a mudança da capital. Isso já foi em parte apresentado na Parte I. Mas o juiz de direito Luiz do Couto não havia legado apenas uma prole de doze filhos. Sensibilizou-os para que defendessem e lutassem pela cidade e pelas tradições locais. Cada um soube a seu modo cumprir o ensinamento do pai⁵⁶⁴. Goiandira, mais que todos se notabilizou. Pertenceu ao Goiás Clube, do qual foi Diretora Social. Foi presença indispensável nos carnavais do Liceu de Goiás, organizados por Garibaldi Rizzo e José Saggi⁵⁶⁵. Prestava auxílio às noivas e as famílias dos mortos, enfeitando as noivas para o casamento e as salas das casas para acomodarem o defunto a ser velado.

Todas as mulheres tratadas neste capítulo são obviamente vinculadas e referidas como importantes em algum aspecto cultural e patrimonial da sociedade vilaboense. Não há, para o etnógrafo, porém nenhum mérito em elencar os aspectos óbvios e imediatamente apreensíveis da vida social, se ao fazê-lo não conseguir descobrir aqueles aspectos menos evidentes, porém sustentadores da ordem social. Assim, sobre as solteiras que são sempre citadas por atuarem no campo cultural e patrimonial, procurei destacar aspectos pouco conhecidos.

Muitas foram as mulheres solteiras que trabalharam incansavelmente para preservação das tradições e para a conquista do título de patrimônio mundial. Nem todas são citadas e nem esta tese poderá dar voz a todas elas. Talvez permaneçam anônimas, pois que não são agentes oficiais do patrimônio cultural. São as mães simbólicas das tradições e dos bens culturais vilaboenses. Cuidam dos doentes, dos desvalidos, dos dependentes químicos, fazem visitas, vão aos velórios, rezam por todos que pedem e

⁵⁶³ Idem.

⁵⁶⁴ Luiz do Couto Filho, Goiás do Couto e João do Couto são alguns dos filhos de Luiz do Couto, que além de Goiandira trabalharam para conservar e divulgar a cidade de Goiás.

assim fazendo preservam para si e para os outros a certeza de que, na cidade de Goiás, solidariedade, caridade e reciprocidade são valores legados pelo patrimônio familiar que transcenderam há muito os limites das casas. Valores que subsidiam todo o patrimônio coletivo e público. Não fosse assim e tudo seria um belo cenário! Se ainda não o é isso se deve em boa parte às solteiras, como Iracema Malheiros, Regina Célia Damasceno, Teresinha da Veiga Jardim, Ritinha da Veiga Jardim, Neusa Serradourada, Lavínia de Velasco, Teresinha Batista, Augusta Soares, Onira Craveiro, as irmãs Martins, as irmãs Jubé, as irmãs Amorim, Yêda e Eunice Sócrates, Olímpia de Azeredo Bastos, Edith e Amilce Paixão, Maria, Lourdes, Josefina, Emília, Alita e mais dezenas de nomes.

Difícil tarefa essa a que me propus: selecionar em meio a 106 mulheres aquelas a pôr em destaque. Com objetivo de me redimir com relação àquelas solteiras que não foram aqui apresentadas, escolhi uma especialmente importante: a folclorista Regina Lacerda. Ela foi a primeira grande divulgadora do patrimônio cultural da cidade de Goiás. Antes de contar com a atuação de Dom Cândido, Frei Simão Dorvi, Goiandira do Couto ou Cora Coralina; antes de contar com a presença da OVAT, Goiás contou com Regina Lacerda. Não obstante sua inegável importância para Goiás entre as décadas de 40 a 70, Regina significativamente não é citada no *Dossiê* enviado a Unesco. Suas ações, não iluminadas para o mundo ou para “francês ver” (ou “inglês”), são iluminadas agora.

Regina que se formou na Escola Normal Oficial de Goyaz foi grande articuladora de inúmeras atividades culturais de Goiás. Organizou bailes e eventos literários e musicais dançantes, no Goiás Clube, do qual foi presidente em 1945, quando pintou juntamente com Octo Marques os arabescos do salão de baile. Em fins da década de 40 conhece os folcloristas Alceu Maynard Araújo e Renato Almeida, e passa a representar Goiás na Comissão Nacional do Folclore. Na década de 50 torna-se membro da Comissão Goiana de Folclore e começa a participar de Congressos pelo Brasil e a publicar livros com os quais divulga a cultura goiana, sobretudo a vilaboense. Participou como expositora no Congresso Internacional de Folclore, realizado em 1954 em São Paulo, ação que lhe rendeu o elogio do folclorista e fundador da Comissão Nacional do Folclore, Renato Almeida, em carta declarada: “Venho agradecer-lhe de todo o coração o auxílio tão prestimoso que você deu à nossa Exposição, permitindo uma representação significativa do folclore goiano. Foi uma bela realização e lhe sou por tudo muito

⁵⁶⁵ Os mesmos que criaram o jornal *Cidade de Goiás em 1937*.

agradecido”⁵⁶⁶. Foi membro da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás e da Academia Goiana de Letras⁵⁶⁷. Toda sua obra e suas ações foram no sentido de valorizar e divulgar o chamado “folclore goiano”: lendas, modinhas, músicas, artesanato, comidas, danças, etc.

No mesmo período em que o IPHAN inicia suas ações tombando e restaurando os bens materiais da cidade de Goiás, Regina trabalhava no sentido de dar visibilidade ao patrimônio cultural que ainda não era do interesse das instituições preservacionistas: os bens de natureza imaterial: modinhas, *parlendas*, rituais sagrados e profanos, culinária, artesanato. A forte presença de Regina em Goiás pode ser reiterada retornando o leitor ao capítulo 4 desta tese, no qual se poderá verificar que ao ampliar a extensão do tombamento do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás”, em 1978, o IPHAN comunicou algumas autoridades em nível municipal, estadual e federal. Regina Lacerda é a única pessoa que, não sendo autoridade, recebeu o comunicado do tombamento. À frente de seu nome está especificado: “ilustre amiga goiana do IPHAN”. A ilustre amiga, contudo, não foi lembrada quando da confecção do *Dossiê* enviado a UNESCO.



Regina Lacerda e Octo Marques pintam Salão de Baile do Goiás Clube em 1945

Fonte: *Reverendo Regina Lacerda* (Agepel / MIS)

⁵⁶⁶ AGEPEL (2003), *Reverendo Regina Lacerda: fotobiografia*.

⁵⁶⁷ Conferir bibliografia em AGEPEL (2003).

Em seu primeiro livro *Pitanga* (1954), Regina publica o poema que se tornaria mais decantado: *Cantilenas da Cidade*. Ao lê-lo, somos estimulados a imaginar os sons da cidade de Goiás. Descreveu com sensibilidade o cotidiano e as ruas. Valorizou o simples, o comum, o patrimônio de todos.

CANTILENAS DA CIDADE

“A cidade é velha e tristonha: às vezes canta, às vezes sonha”.

É de madrugada. Pela calçada gelada caminha o moleque contente:

— Que melodia gostosa
“Bolo de arroz... quente... bem quente...”

Já passou o leiteiro, outra cantilena sumiu na esquina.

Esta agora é voz rouquenta
Ouviu o que anunciou?

— Meio desafinado mas foi assim:
“— Olha a lenha”...

Um crioulinho sabido, chapéu de palha e pé no chão, calça furada

E voz esguaniçada, entoa outra canção:

— “Comprá empada”...
Biscoito de queijo e bolo de fubá vêm do tabuleiro coberto com toalha de algodão muito limpinha, com franjas de abrolhos e bordados vermelhos.

— Ao café do meio-dia reboa na quietude das ruas

a voz do vencedor que

no fundo do corredor de mando anuncia:

— “Quitanda”...

À tardinha, (à hora do doce) a criança, recebe alvoroçada, com palmas e gritos, a mais bela toada:

— “Alfenim... pírulito”...

A lua encontra essa garotada lambusada, no meio da rua, no meio das gentes, cantando cirandas, brincando de rodas, debaixo dos postes, com a velha canção que é toda um carinho:

— “Menina, toma esta uva.

Da uva se faz o vinho.

— Teus braços serão gaiola,

eu serei teu canarinho”.

E os seresteiros, meu Deus,

como são sonhadores...

vão bebendo,

vão cantando...

(Como és feliz, trovador).

Um acorde ao violão

tím-tím-bão...

E o coração chora:

“Tão meigas, tão claras, tão belas, tão puras as noites de cá”...

No livro *Vila Boa: história e folclore*, publicado em 1957, Regina se propõe a mostrar *um perfil da antiga e sempre atual Vila Boa*. Conta a história de Goiás, ressaltando a literatura, a música e os eventos artísticos importantes; descreve a cidade, as ruas, os becos, o cotidiano vilaboense, as casas, as igrejas, os edifícios públicos, os tipos de rua, as expressões populares, festas, as danças, a cavalhada, brincadeiras, parlendas, rezas, crenças e superstições. Em outro poema, *Cidade feita à mão*, Regina descreve a delicadeza da paisagem urbana da cidade:

CIDADE FEITA À MÃO

Regina Lacerda

Minha cidade
é tão bonitinha.
Ela foi inteirinha
fita à mão

Minha cidade
foi feita
com o coração.

Estas lages,
senhores,
que refletem
os raios
da lua,
foram tiradas
à mão
para forrar
esta rua.

Não passaram
por estúpidas
britadeiras
as pedras irregulares
que calçam
estas ladeiras:
Foram cortadas
golpe a golpe
com atenção,
e carregadas
nos braços
bem junto do coração

Tratores pesados
não machucaram
seus desvios;
e afaltos ferventes
não queimaram
suas praças;
e a urbanização
inclemente
não escondeu
os seus rios.

Paredes e telhados,
portas e portais,
postes e pontes,
chafrizes
e fontes,
tudo isso, senhores,
na terra
de meus amores
foi inteiramente
feito à mão.

Minha cidade
foi feita com carinho:
Inteirinha feita à mão
foi feita
com o coração

Pitanga, 1954

Apesar de ter descrito sensivelmente sua cidade, os poemas de Regina não foram inseridos na descrição da cidade elaborada para o *Dossiê* apresentado à Unesco. O poema que abre o *Dossiê* é de Cora Coralina; coincidentemente intitulado *Minha Cidade*, tal e qual a primeira estrofe do poema *Cidade Feita à Mão* de Regina Lacerda:

MINHA CIDADE

Cora Coralina

Goiás, minha cidade
Eu sou aquela
Amorosa
De tuas ruas estreitas,
curtas, indecisas,
entrando,
saíndo
uma das outras.

Eu sou aquela
menina feia da
Ponte da Lapa.
Eu sou Aninha.

Eu sou aquela
mulher,
que ficou velha,
esquecida,
nos teus larguínhos
e nos teus becos
tristes,
contando estórias,
fazendo
adivinhação.

Cantando teu passado.
Cantando teu futuro.
Eu vivo nas tuas
igrejas
e sobrados
e telhados
e paredes.

Eu sou aquele teu
Muro
verde de avencas
onde se debruça
um antigo
jasmineiro,
cheiroso
na ruína pobre e
suja.

Eu sou estas casas
encostadas
cochichando umas
com as outras.
Eu sou caule
dessas trepadeiras
sem classe,
nascidas na frincha
das pedras:

maltratadas.
Pisadas.
E renascendo.

Eu sou a dureza
desses morros,
revestidos, enflorados,
lascados a
machado,
lanhados, lacerados.

Queimados pelo
fogo.
Pastados.
Calcínados
e renascidos.

Minha vida,
meus sentidos,
minha estética,
todas as vibrações
de minha
sensibilidade de
mulher
têm, aqui, suas
raízes.

Eu sou a menina
feia
da ponte da Lapa.
Eu sou Aninha.

Poemas dos Becos de
Goiás e Estórias Mais -
1965

Cora descreve a cidade em sobreposição à sua própria auto-descrição. Sua *sensibilidade de mulher* destaca, da cidade, a sua materialidade e a sua paisagem — ruas, igrejas, pontes, becos, paredes, telhados, sobrados, casas, pedras, avencas, morros, jasmineiros, árvores e trepadeiras. A cidade de Cora, no poema *Minha Cidade*, tem Cora; mas não tem som, não tem música⁵⁶⁸. Embora seja a musicalidade um dos grandes valores culturais vilaboense, considero que a poesia que serve de “cartão postal do dossiê” (Alencastro, 2003), é muda quanto aos sons dos moleques que irrompem as madrugadas vendendo bolo de arroz, ou às brincadeiras das crianças ao cair da tarde.

Delgado (2003) analisa o processo de monumentalização de Cora Coralina como símbolo da cidade visando à construção de Goiás como cidade histórica. A autora destaca o entrelaçamento do “ofício da doceira que institui a comida signo com o ofício da literata que inscreve determinado passado na materialidade urbana e elabora um mapa da memória pessoal e coletiva” (2003, p. 457). Delgado ressalta os significados construídos para a materialidade urbana à medida que se apropria da cidade e entrelaça “todos os tempos da sua vida ao tecido urbano” (p. 459).

Corroboro da idéia de Delgado (2003) de que Cora constrói significados para a materialidade, mas devo completar enfatizando que das pessoas, dos sons, das vidas, a poesia *Minha Cidade* está vazia. Como se a cidade estivesse esvaziada de gentes, e ali vivessem apenas todos os tempos de Cora (ou melhor, de Aninha) e a natureza bela e singela.

Os agentes do patrimônio, ao confeccionarem o *Dossiê*, dentre tantas poesias de Cora, optaram por aquela que atribui sentido e significados à materialidade da cidade de Goiás, abrindo mão das experiências coletivas. Seria esta seleção (exclusão) um reflexo das próprias prioridades das políticas e práticas de preservação do patrimônio na cidade; que, não obstante indicarem retoricamente a importância de outras categorias patrimoniais — arqueologia e referências culturais —, na prática, ainda não as contemplaram em suas agendas institucionais?

No lugar, ou juntamente com *Ma Ville*, bem poderia o *Dossiê* apresentar Goiás por meio do poema *Cantilenas da Cidade*, mais musical, mais vivo, mais cotidiano⁵⁶⁹.

⁵⁶⁸ É comum encontrar trabalhos que ao analisarem a obra de Cora Coralina se servem do verbo “cantar” para se referir à poeta que mais do que redigir canta: “Cora canta a sua cidade” (Alencastro, 2003, p. 91) ou “além de cantar o espaço real do beco, a poeta canta a pobreza dele” (Silva, 2003, p. 235), ou “Das cantigas do beco” (Brito, 2006). Não obstante entender o recurso retórico desses autores, enfatizo a ausência da musicalidade no poema “Minha Cidade”.

⁵⁶⁹ Poderia também abrir com *Balada Goiana*, música cuja letra já foi transcrita na Parte I. Expressaria eximamente a relação do vilaboense para com a paisagem cultural.

Cantilenas da Cidade expressaria perfeitamente a musicalidade do vilaboense, dos moleques, leiteiros, vendedores, crioulinhos. A cidade de Regina às vezes canta, às vezes sonha. A música está na *melodia* que dá voz do menino; na *cantilena* que sumiu na esquina. A voz pode ser *rouquenta* ou *esganiçada*. Voz, canção, cantilena, melodia e toada percorrem as ruas de Goiás. Canta, entoa, reboa. As crianças, entre *palmas e gritos, cantando cirandas e brincando com a velha canção*. A Goiás de Regina tem *canarinhos e seresteiros, trovadores e acordes de violão*, que fazem chorar os corações quando cantam as noites de sua cidade. *Cantilenas da Cidade* termina citando três versos da música *Noites Goianas*⁵⁷⁰. Goiás, descrita por Regina é mais viva, posto que mais musical. Como folclorista, Regina era atenta às referências culturais vilaboenses.

Apesar de ter recebido homenagens em âmbito local, regional e nacional ⁵⁷¹, considero que há uma espécie particular de omissão de sua obra e de sua pessoa no *Dossiê* para inscrição da cidade à lista do patrimônio mundial. O nome de Regina é citado, indiretamente, em três notas de pé de página. De seu livro *Vila Boa: história e folclore*, o *Dossiê* utiliza algumas citações feitas por Regina de autores que descreveram a cidade, como Cunha Mattos ⁵⁷². Nada de sua criação foi considerado pelos agentes locais do patrimônio, apesar da indiscutível importância de Regina Lacerda na ação de salvaguardar as tradições culturais vilaboenses.

Muitas são as mulheres que em alguma medida, anonimamente, contribuíram para a preservação das tradições e do patrimônio cultural vilaboense. A maior parte permanecerá para sempre esquecida. Uma pequena parte, aqui recolhida representando todas as outras. Que a memória coletiva sobreviva à memória histórica, esta que vem

⁵⁷⁰ Letra de Joaquim Bonifácio da Siqueira, musicada por Joaquim Sant'Anna (Rodrigues, 1982).

⁵⁷¹ Tendo falecido em 1992, recebeu em 1993 a homenagem da Fundação Cultural Pedro Ludovico que inaugurou, no Museu Zoroastro Artiaga, a “Sala Regina Lacerda”, para abrigar o acervo pessoal de Regina, doado pela família (AGEPEL). Também em 1993, no Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima, em São Paulo. Se lhe prestaram uma homenagem composta por mostra de fotos, livros e outros objetos que pertenceram à folclorista pela “Missa de Malungos” celebrada pelo padre Geraldo de Souza (musicólogo e folclorista), acompanhado de um Coral de setenta vozes. A Revista Folclore (n. 18) publicada pela Associação de Folclore do Litoral Paulista foi a ela dedicada, com depoimentos de diversos folcloristas como Hildegardes Vianna (BA), Saul Martins (MG), Maria Amália C. Gifoni (SP), além da baronesa Esther S. de Almeida Karwinsky. (In: Leda Xavier de Almeida, “Regina Lacerda”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano II, n. 14, 1994, p. 2. Arquivo pessoal de Rita da Veiga Jardim). A homenagem da Prefeitura do município de Goiás se deu em 2001, na cidade de Goiás. Em 2001, por iniciativa de Marco Antonio Veiga de Almeida, então secretário de cultura e turismo do município de Goiás, com apoio do Museu Zoroastro Artiaga, teve efeito um evento em sua homenagem, na cidade de Goiás. Estiveram presentes membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, familiares, amigos vilaboenses e autoridades. (In: “Tributo à Regina Lacerda”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano 8, XCII e XCIII, p. 9, ago-set 2001). Em 2004 a Agência Goiana Pedro Ludovico (AGEPEL) executou a musealização multimídia da vida e obra da folclorista, ao qual se seguiram exposição e vídeo-documentário “Pensando em Mim: Regina Lacerda” (AGEPEL, 2003).

⁵⁷² Conferir Dossiê (Cd Rom), Anexo II, pp. 56-57.

sendo construída e reificada pelas instituições culturais e preservacionistas locais. Que a expropriação da condição de maternidade, dada pela negação do matrimônio, possa lhes ser compensada com um lugar digno na história.

CAPÍTULO 7

AGENTES DO PATRIMÔNIO: CULTURA, TRADIÇÃO E PODER

7.1. Digressão sobre intencionalidade

Algumas questões me acompanharam durante o trabalho de campo. O que desencadeou o trabalho de conservação efetuado pelos vilaboenses? Quais foram as motivações para investir-se em alguns lugares e manifestações? Quais foram os agentes locais que trabalharam na conservação? Quais relações estabeleceram com os agentes oficiais da conservação patrimonial (IPHAN)? Qual a relação entre as várias atribuições de valor e as apropriações plurais? Qual a relação entre as apropriações plurais e grupos diversos envolvidos?

As questões acima indicam uma distinção entre as ações de conservação praticadas por vilaboenses daquelas levadas a efeito pelos agentes de preservação exógenos à cidade. Esta distinção é feita reiteradamente pelo vilaboenses tradicionais, que versam freqüentemente sobre os não *filhos de Goiás*, *essa gente de fora* que decide sobre os restauros no *centro histórico*. A falta de legitimidade apontada, logicamente é um dos argumentos que fundamenta a discordância da maior parte das obras executadas pelos burocratas do IPHAN. Mas há outros deveras importantes. Dizem respeito às escolhas técnicas para os restauros e os usos destinados ao bem cultural após sua recuperação.

Além da distinção entre “bem cultural” e “bem patrimonial” (Fonseca, 1994), entendo que na prática das ações de preservação há outras distinções, que ampliam o quadro conceitual, dando suporte para a complexa análise sobre as práticas de conservação cultural empreendidas por sujeitos ou grupos sociais. Considero de importância ímpar para o momento — no qual houve aumento tanto dos debates sobre as políticas públicas para os patrimônios, quanto das demandas por reconhecimento por parte dos próprios grupos locais, como de debates técnicos e acadêmicos sobre a gestão patrimonial — aprofundar a observação sobre a designação e distinção do que é premeditado / impremeditado no processo de conservação patrimonial; sejam os bens culturais edificações ou artefatos, sejam manifestações.

Acredito que o caráter intencional ou não da ação de conservação do bem cultural deva ser motivo de análise mais acurada, pois expressa o diferencial, por parte dos vilaboenses, de valores, apropriações, estratégias e agências. Intencional, para Giddens “é o que caracteriza um ato que o seu perpetrador sabe, ou acredita, que terá uma determinada qualidade ou desfecho e no qual este conhecimento é utilizado pelo autor para obter essa qualidade ou desfecho” (1989, 8).

Giddens retoma a contribuição dos funcionalistas sobre os caracteres impremeditados da vida social, alertando que só se pode apreender empiricamente o que é designado como impremeditado (ou não intencional) com relação às conseqüências da ação, ao se identificar os aspectos premeditados da ação; o que significa “operar com uma interpretação de agência mais refinada do que é normalmente admitido por aqueles que se inclinam para as premissas funcionalistas” (1989, xxv). Para Giddens, a agência não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar, sendo por isso que agência subentende poder (1989, 7). Para o autor é fundamental separar o que um agente faz dos aspectos intencionais do que é feito.

A teoria de Giddens alerta para a relevância da tarefa de investigar as conseqüências impremeditadas para a reprodução do sistema, posto que elas derivam do que os agentes fizeram intencionalmente. Assim, para entender a reprodução do sistema patrimonial, entendo ser importante investigar não apenas sobre o que visaram os agentes locais da cultura e do patrimônio, mas também as conseqüências impremeditadas de seus atos. Importa ainda interpretar a reação desses agentes às conseqüências impremeditadas de sua agência na direção da conservação patrimonial. Esta interpretação deve levar em conta a racionalidade e a motivação dos agentes envolvidos (1989, p. 239). É servindo-me deste conceito de agência que pretendo instrumentalizar a designação das conseqüências impremeditadas da ação de conservação com vistas à reprodução social em Goiás..

Por mais óbvio que possa parecer aos leitores de textos com ênfase nos procedimentos técnicos de intervenção nos bens culturais, há que se definir como serão aqui empregados os termos “conservação” e “preservação”. Segundo Galvão Júnior, conservação é um termo que designa uma ação que garante “estabilidade e condições de uso adequadas”; não implicando em restituição ou reintegração de partes ou elementos próprios ao bem (2001, p. 42).

A considerarem-se as definições dadas nas Cartas Patrimoniais⁵⁷³, a conservação: (1) exige, primeiramente, manutenção permanente, (2) define os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características, que apresentem uma significação cultural; (3) além da manutenção, pode implicar ou não em preservação ou em restauração; (4) pode ainda compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas (apud Cury, 2000, p. 247); (5) pode ser resumida como sendo a “aplicação dinâmica das medidas apropriadas, dos pontos de vista legal, econômico e operacional, para preservar determinados espólios da destruição ou deterioração e salvaguardar seu futuro” (apud Cury, 2000, p. 332). O objetivo da conservação é “preservar a significação cultural de um bem”, implicando para isto “medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação” (apud Cury, 2000, p. 248).

Apesar de se referirem às ações que devem ser executadas pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (ONU), entendo que as medidas expostas pelas Cartas, no que concerne à *conservação*, são em boa parte aquilo que os vilaboenses tradicionais, moradores do *centro histórico*, fizeram no decorrer de várias gerações. Ou será que a conservação de suas casas não foi um ato de preservação da significação cultural do bem? Como viveriam nas casas sem garantia de estabilidade e uso adequados? Não teriam eles também adotados “medidas de segurança e manutenção”? Não teriam se preocupado com disposições que previssem a futura destinação de suas propriedades de família? A diferença é que os proprietários não agiram motivados pela preservação do bem no sentido patrimonial coletivo, mas antes como um valor patrimonial familiar.

Ainda assim, tomo a liberdade de adotar para o caso de Goiás o termo *conservação* também para me referir à agência dos moradores do *centro histórico* no trabalho de segurança, manutenção, pequenas obras de reconstrução (paredes de adobe ou pau-a-pique que ruíram) ou de adaptação (instalação de sanitários dentro das residências), tomada de decisão quanto às medidas apropriadas do ponto de vista legal (o fato de serem proprietários), econômico (investimento no patrimônio familiar), operacional (adaptação das casas a alguns dos novos padrões de moradia), garantindo assim que os seus espólios ficassem livres da destruição ou deterioração, salvaguardando-os para o futuro.

⁵⁷³ Documentos, em sua maioria firmados internacionalmente, que estabelecem normas e procedimentos para a proteção, restauro, salvaguarda, preservação e divulgação dos patrimônios culturais (Cury, 2000)

Chamarei ainda de ações de *conservação*, a agência do morador de Goiás não apenas com relação à sua casa, mas também à sua rua e à paisagem cultural mais próxima (largos, rios, córregos, chafarizes, becos, pontes). Conforme será apresentado no capítulo 9, o cuidado para com o patrimônio familiar, muitas vezes extrapolava os limites das residências. A rua, o rio, o largo, o beco, a ponte, a árvore, o calçamento e a calçada são extensões das casas e como tal são objetos de zelo informal.

Estas ações não institucionalizadas configuram-se por intencional atenção, cuidado e proteção contra danos endógenos e exógenos à cidade. Significa que agiram como guardiões de seus ambientes culturais próximos. Cada qual *zelando* — palavra esta, significativamente importante e recorrente no falar do vilaboense tradicional —, pelo seu micro espaço, proporcionou a criação de um subsistema informal patrimonial, que colaborou para que uma grande parcela da malha urbana se mantivesse “quase intacta”.

Não estou desconsiderando o caso de muitos proprietários que se insurgiram contra as políticas e práticas de preservação na cidade, empreendidas pelo IPHAN, muitas vezes causando danos irreversíveis ao “patrimônio coletivo” e “nacional”. Estes casos pertencem a um contexto e serão analisados posteriormente. Por ora, quero enfatizar que independentemente destas ações contrárias à preservação, mesmo estes proprietários, em alguma medida e/ou em algum momento, conservaram os seus legados familiares. Chamarei às estas ações de *conservação*, apesar de reconhecer que o termo tem outra conotação para arquitetos, urbanistas e restauradores.

É importante ressaltar que o fato de interpretar como *conservação* as ações dos moradores do *centro histórico* que colaboraram, ainda que impremeditadamente, para o patrimônio coletivo, não significa que eu esteja desconsiderando a prática de *conservação* conforme executada pelo IPHAN nesta cidade e em outras. Mas também o fato de o conceito ter sido apropriado pelo discurso técnico e pelas políticas públicas não o exclui de outros usos, sobretudo se estes intentam narrar estratégias particulares, singulares e isoladas de *conservação* por parte dos proprietários que cuidaram, fiscalizaram, zelaram, protegeram e conservaram os seus bens próprios e, por extensão, lugares públicos adjacentes.

A casa de família é um bem de inigualável significância afetiva, moral, ética, estética para a reprodução familiar. Bachelard (1986) assinalou a importância da casa como “um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as recordações e os

sonhos dos homens” (p. 36); como um “corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade” (p. 48).

Em Goiás, mais do que prejudicar e descaracterizar a feição colonial e a harmonia da paisagem, os proprietários cuidaram, *zelaram* de seus patrimônios, mesmo quando parecia que agiam de forma contrária. Há apenas uma pequena dissonância entre o tom estabelecido pelas leis patrimoniais, daquele cantado no cotidiano dos vilaboenses tradicionais. Criativos e musicais que são, souberam criar táticas com as quais introduziram o tom que lhes pareceu mais harmonioso para suas próprias vidas.

Veza por outra, eram sobressaltados pelo que Herzfeld chamou de “‘undue attention’ with which the state intrudes into ordinary people’s everyday affairs” (1991, p.11). Tensões e conflitos surgiram. Alguns casos foram consensuais; outros não; e isto é lembrado como uma agressão, um trauma, um momento de exposição pública das famílias. Fatos, situações, casos que serão expostos na Parte III.

Já o conceito de preservação envolve inúmeras políticas e práticas incluindo as de conservação, restauração, manutenção, renovação, revitalização ou reabilitação (Galvão Júnior, 2001, p. 42). É uma ação que deve “garantir a manutenção do estado de substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada” (2000, p. 248). Para tanto, Conway ressalta a importância das ações de “aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização” de bens culturais selecionados (2001, p. 14). Pela especificidade do termo, preservação é mais apropriado às ações oficiais sobre o patrimônio. Em Goiás vale ressaltar que as ações de preservação passaram também a ser executadas pelas organizações locais não governamentais constituídas pela elite cultural. Assim entendo que tanto agiram os vilaboenses (proprietários de imóveis tombados) conservando, quanto preservando (ONGs locais) muito de seu legado cultural. Simultaneamente os especialistas do IPHAN agiam para a preservação “Conjunto arquitetônico e urbanístico” de Goiás.

Os dados apresentados na Parte I da tese subsidiarão a construção do argumento que aqui empreenderei. Uma retomada sintética é necessária. Os bens culturais que primeiramente tornaram-se bens patrimoniais, no início da década de 50, foram as igrejas, alguns edifícios civis e públicos e uma pequena parte da malha urbana (Largo do Chafariz e Rua da Fundação). Posteriormente, o tombamento de 1978 incorporou boa parte da malha urbana mais antiga (século XVIII e XIX). Quase três décadas separaram uma ação da outra e mais três décadas para que o “bem patrimonial” ampliasse sua

carga de significação para patrimônio mundial, em 2001. Momento no qual outros valores foram incorporados, como é o caso da paisagem cultural, compreendida pelo patrimônio natural e pelos bens de natureza imaterial. Mas as políticas e práticas oficiais de preservação somente incidiram sobre a cidade de Goiás por causa de uma *conservação* pré-existente, esta última empreendida pelos próprios moradores.

O quê motivou os vilaboenses a agirem no sentido de conservar os seus bens culturais? Não foi em decorrência desta agência primeira, ou seja, a prática de legar os bens culturais, que o valor patrimonial pôde, a *posteriori*, ser imputado, muitas vezes apesar da vontade de alguns moradores? Quais conseqüências foram premeditadas? O quê foi resultado da imponderabilidade das ações sociais durante todo esse processo de transmissão da herança cultural (tanto material quanto dos valores e manifestações)? Quais agentes foram importantes? Como foram suas estratégias e táticas?

Começo por definir o que são conseqüências premeditadas nas ações de conservação patrimonial. São aquelas cujos agentes declaram, por meio do discurso e/ou das práticas, a necessidade de conservação de uma determinada referência cultural. Digo por meio da linguagem porque acredito, como Bourdieu (1996), na “eficácia do discurso de autoridade, que além do caráter performativo, “concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (p. 89). São agentes deste ritual de nomeação, os agentes locais da cultura e patrimônio, respaldados pelas várias associações, fundações, conselhos etc, das quais são criadores e membros. Por meio das práticas agiram os moradores da cidade de Goiás, que conservaram bens e referências culturais, para eles significativas. Estas agências, não obstante complementarem as ações oficiais de conservação e preservação, são independentes dela.

Assim, foram premeditadas as conseqüências das ações da elite cultural, que logo após mudança da capital, por meio dos jornais⁵⁷⁴, estimulou os vilaboenses a respeitarem e conservarem as tradições, a cultura e a história da cidade, objetivando que a cidade gerisse a sua própria *manutenção*⁵⁷⁵, aqui entendida como uma ação que

⁵⁷⁴ Sobre a relação imprensa e preservação da cidade de Goiás conferir Gomide (1999). A autora avalia que durante e depois do processo da mudança da capital os antimudancistas, por meio da imprensa local, agiram no sentido de “reestruturar o espaço aparentemente decadente”, visando “removimentar as paisagens da cidade, como forma de mantê-la viva contra a morte urbana decorrente da transferência da capital”. Minha interpretação avança em duas direções: no sentido de que define os vários grupos participantes das ações de conservação e ainda detalha suas estratégias e táticas.

⁵⁷⁵ O termo *manutenção* é definido, pela Carta de Burra, como designando “a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A reparação implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada” (2000, p. 248).

compreendeu: a resistência ao risco iminente de a cidade ser sucumbida; a defesa dos valores locais; a sustentação da sociedade local apesar das adversidades; a preservação das tradições culturais e dos valores vilaboenses; a permanência na cidade de pessoas, famílias e eventos; a conservação dos bens edificados e malha urbana.

Como consequência premeditada da ação deste grupo, conservou-se não apenas a cidade de maneira geral; mas em particular, as igrejas, os monumentos, os chafarizes e a Cruz do Anhanguera; e ainda, as manifestações culturais como expressões artísticas, musicais, procissões, folias e festas; e valores como reciprocidade, solidariedade, retidão, compaixão, o apego às artes e à musicalidade. Tudo foi enaltecido e chamado para ser devidamente resguardado, apesar (ou por causa) dos solavancos materiais e simbólicos sentidos durante o século XX.

A consequência impremeditada desta ação foi a conquista do título de patrimônio mundial. Não há dúvida de que este era um objetivo não previsto para aqueles “tempos de mudança”⁵⁷⁶ e “pós-mudança”. Giddens informa que “quanto mais as consequências de um ato se distanciam no tempo e no espaço do contexto original desse ato, menos provável é que essas consequências sejam intencionais — mas isso é, evidentemente, influenciado pelo alcance da cognoscitividade que os agentes possuem e pelo poder que são capazes de mobilizar” (1989, p. 9). Por cognoscitividade Giddens entende que a maioria dos atores “sabem o que estão fazendo e comuniquem com êxito seu conhecimento a outros” (1989, p. 72).

Por mais que a elite cultural tivesse tanto a consciência prática quanto discursiva de suas ações, não seria capaz de prever a mais recente e maior consequência de sua agência, posto que não havia qualquer condição de possibilidade para um discurso sobre “patrimônio mundial”, uma vez que a Unesco nem ao menos tinha sido criada⁵⁷⁷. Agiram no sentido de garantir o reconhecimento de alguns bens culturais apoiando as ações do SPHAN (DPHAN, IPHAN, IBPC) na cidade; o que já foi parcialmente apresentado na Parte I e será detalhado em tópico posterior.

São também premeditadas as consequências das ações da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições), que deliberadamente se constitui não apenas para salvaguardar, como também para revalorizar algumas tradições e realocar outras interrompidas durante um período de tempo, divulgando-as e disponibilizando-as para o

⁵⁷⁶ Expressão cunhada por Câmara (1973).

⁵⁷⁷ A Unesco foi instituída em 1945, após três anos de discussões ocorridas em Londres (Evangelista, 2003).

mercado turístico. As conseqüências impremeditadas desta ação foram que Goiás, do final da década de 70 até meados de 80, passou a receber um contingente grande de turistas, durante a Semana Santa, com perfil não compatível com a cidade e as manifestações culturais locais. A presença de um dos membros da OVAT na Goiastur contribuiu para este processo. Um membro da elite cultural avalia que o turismo deste momento (década de 70) *foi insuflado pela OVAT, sem as devidas condições, que teria feito uma mobilização muito grande de trazer as pessoas pra cá, trazer o turismo pra Goiás, que chocou um pouco a Igreja naquela época. [...] Porque o turismo desorganizado, sem a infra-estrutura e sem a devida organização... teve ocasiões que a gente teve que passar com a procissão na praça com o apoio de polícia*⁵⁷⁸.

Mas a conseqüência impremeditada de grande impacto foi a conquista do título de patrimônio mundial. Héber da Rocha Rezende Júnior (40 anos), um dos membros da OVAT, avalia o título como conseqüência impremeditada das ações da Organização: *a gente já trabalhava há muitos anos antes, sem sequer imaginar que Goiás poderia ser algum dia Patrimônio da Humanidade; então, já era tudo isso independente de ter o título*⁵⁷⁹.

Ressalte-se que as ações da OVAT têm tamanha reverberação que as suas conseqüências impremeditadas ainda não cessaram. Um possível reconhecimento da Procissão do Fogaréu, como patrimônio cultural de natureza imaterial brasileiro vem se insinuando nos últimos anos⁵⁸⁰. O que importa ressaltar é que as ações praticadas pela OVAT em seu início não foram calculadas em relação ao patrimônio, mas antes, em relação à cultura, à história, às artes e às tradições⁵⁸¹. Foi apenas recentemente que a categoria patrimônio imaterial foi incorporada (ainda de forma acanhada) no discurso dos membros da OVAT, no sentido de atribuir maior densidade às manifestações culturais, atestando a capacidade de agência, mobilização e estratégia dos membros desta organização, cujas ações serão mais detalhadas em tópico posterior.

Assim, o reconhecimento como patrimônio mundial resultou das conseqüências não intencionais das ações deflagradas pelos membros da OVAT desde a década de sessenta. A quase total ausência da categoria patrimônio — e a forte presença das categorias cultura, tradição e folclore — nos discursos da OVAT será analisada nos próximos tópicos.

⁵⁷⁸ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁵⁷⁹ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁵⁸⁰ Conferir Arantes (2001) e Fonseca (2001).

Um intervalo de tempo de mais de meio século separa as ações praticadas pela elite cultural (desde final da década de 30) da conquista do título de patrimônio mundial em 2001; entremeados estes dois eventos pelas ações da OVAT (desde 1965). Como explicar que apesar de tal distância do contexto original das ações, elas ainda continuam a deflagrar eventos tão importantes? Ou como indagou Giddens: “como analisar que ciclos de conseqüência não intencional realimentem-se para promover a reprodução social por longos períodos de tempo?” (1989, p. 11)

É na cognoscitividade dos membros da OVAT que penso residir a resposta para sua eficácia por quase quatro décadas⁵⁸². A incorporação estratégica das categorias turismo, desenvolvimento e patrimônio; a sensibilidade e convicção para lutar pela valorização das obras de Veiga Valle; o esforço e competência para manter a tradição da música sacra e das modinhas; a estratégia de se aliar à elite intelectual goianiense — dentre eles Maria Augusta Callado e José Mendonça Teles — e alguns *filhos de Goiás*, como Belkiss Spencieri e, mais recentemente Marcelo Barra e Maria Eugênia — a fim de legitimar a ação cultural empreendida na cidade; a inserção de um dos membros da OVAT na Goiastur (Secretaria de Turismo do Estado de Goiás) são algumas das ações que comprovam não apenas o grau da cognoscitividade dos membros da OVAT, mas também sua participação na cadeia das relações de poder.

Além da OVAT, outras associações surgiram na cidade com intuito de estimular aspectos materiais e imateriais da cultura, bem como a preservação dos mesmos. Destaca-se a Fundação Casa de Cora Coralina, fundada em 1986, logo após a morte da poetisa. Além de todas as estratégias listadas acima, das quais já se servia a OVAT, a Fundação Casa de Cora se tornou eficiente no trabalho de captação de verbas e realização de projetos culturais.

Outra entidade que tem obtido grande eficácia na captação de verbas é vinculada a Diocese de Goiás: Obras Sociais da Diocese. Assim como a OVAT e a Fundação Casa de Cora Coralina, as Obras Sociais da Diocese fazem parte de uma rede de relações entre intelectuais, imprensa e políticos goianos, funcionários e autoridade do IPHAN e do Minc; além de executivos de empresas privadas do setor de comunicações.

A análise das estratégias da elite cultural permitirá abordarmos o poder nas suas “ramificações e extremidades, lá onde ele se torna capilar”; nas suas formas e

⁵⁸¹ Conferir Delgado (2003, 2005).

⁵⁸² A OVAT comemorou 40 anos em 2005. Em 2001, meu presente etnográfico, a OVAT tinha completado 36 anos de atuação.

instituições mais regionais e locais (OVAT, Fundação Casa de Cora Coralina, das Obras Sociais da Diocese, 17ª Sub-Regional do IPHAN, 14ª Regional do IPHAN), sua penetração em instituições (Agepel, IPHAN, Embratur, Minc, Agetur), sua corporificação em técnicas e sua instrumentação para intervenção material (Foucault, 1995, p. 182).

Embora não institucionalizadas, considero como conseqüências premeditadas as ações dos moradores na proteção e conservação do espaço urbano, como largos, ruas, becos e pontes, bem como das árvores e calçamentos constituintes da malha urbana. Muitos objetarão que só se preservou a malha urbana por fiscalização e imposição rigorosa do IPHAN na cidade. Concordo, mas não integralmente. Acredito que algumas ações de conservação passaram ao largo das políticas públicas. Muitas vezes por total insensibilidade e/ou morosidade das mesmas. Como conseqüência impremeditada desta ação está a conquista do título e a produção e reprodução de um rumor sobre a ineficácia da burocracia patrimonial. A voz nativa de Iracema Malheiros lança luz sobre os vilaboenses que ficaram em Goiás após mudança da capital:

Todas as pessoas que ficaram aqui eram arraigados às tradições e tudo que referia a Goiás. Mas eu acho que não era o pensamento deles chegar até onde chegamos não. Aquilo ali é porque era a vida deles, era aquilo que eles gostavam de fazer, era aquilo que eles queriam para Goiás, mas sem pensar tanto. [Não era consciente?] Não, não era, porque ninguém tinha... ninguém conhecia IPHAN. Ninguém conhecia esses movimentos, ninguém tinha noção disso. Eles defendiam aquela maneira que eles gostavam daquilo, eles gostavam, sem pensar nisso. [...] Então a gente ficou aqui... ficou como se fossem as sentinelas⁵⁸³. [grifo meu]

Iracema se refere à consciência prática de alguns vilaboenses, que ficaram na cidade, e às conseqüências premeditadas e impremeditadas de suas agências. Defenderam as tradições e tudo o que se referia a Goiás, a *vida deles*, o que eles gostavam de fazer, mas não planejaram a cidade patrimonial nem nacional, nem internacionalmente. Iracema refere-se aos vilaboenses que ficaram. Vale lembrar, contudo, que as ações de alguns *filhos de Goiás* que se mudaram para Goiânia, após a transferência da capital, foram decisivas no sentido de referendar a cidade patrimonial, a cidade histórica, inclusive em diálogo direto com o IPHAN, solicitando o tombamento, conforme já foi apresentado na Parte I.

⁵⁸³ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

Há uma diferença entre a conservação praticada pelos moradores, em nome da preservação (no sentido de existência) da cidade, daquela proteção empreendida por alguns membros da elite cultural e pelo IPHAN, visando o tombamento. No primeiro caso, as ações visavam apenas à reprodução do sistema simbólico, onde cultura e tradição eram valores exponenciais; no segundo, visavam um reconhecimento público que seria, em última instância, um reconhecimento das famílias tradicionais e de seus patrimônios. No caso dos técnicos do IPHAN, estes visavam à preservação dos bens edificadas de atestado valor artístico, arquitetônico e histórico.

Assim, também são premeditadas as conseqüências decorrentes das ações de conservação das manifestações culturais (folias, festas, procissões, alvoradas, serenatas, serenatas etc), por parte dos vários agentes cognoscentes que ano a ano repetem seus rituais profanos e/ou sagrados com consciência, rigor ético e estético. Não premeditado foi o fato de que tais ações desencadeassem uma reação dos padres, freis, irmãs e bispos, da Igreja Católica pós Concílio Vaticano II, no sentido de coibir tais manifestações. Mas também as ações dos membros da igreja tiveram conseqüências impremeditadas; pois a reação dos fiéis foi no sentido da resistência e do recrudescimento. Assim ao agirem contrários às manifestações religiosas populares o que os representantes da igreja fizeram foi desencadear a consciência discursiva sobre a tradição local. Se a consciência prática era a base da realização das manifestações, foi por meio também da consciência discursiva que os fiéis resistiram à Igreja do Evangelho, deflagrando o enriquecimento dos valores culturais da cidade, que ao fim do século colaborou para a conquista do título, no item “bens de referência cultural” (Dossiê, 1999).

São ainda premeditadas as ações pontuais dos agentes que isoladamente conservaram suas rotinas diárias, seus *habitus*, porquanto foi em função deles que as casas se mantiveram parcialmente conservadas, a despeito das políticas de preservação e apesar de não receberem nenhum incentivo monetário para isso; assertiva que demanda detalhamento.

É comum se atribuir o bom estado de conservação da malha urbana e dos bens culturais edificadas (em grau e numericamente) ao fato de a capital ter sido transferida e à estagnação econômica no município. Em estudo sobre arquitetura vernacular Martins afirma que “alguns fatores contribuíram para que a cidade se mantivesse quase intacta por muitos anos: o fato de ter deixado de ser a capital do estado em 1937, o relativo isolamento dos grandes centros e o incipiente desenvolvimento econômico (com

exceção de um novo surto de mineração ocorrido em meados da década de 1970)” (Martins, 2004, 15).

A transferência da capital teria proporcionado que “a cidade se mantivesse quase intacta” (Martins, 2004, 15), pois com os poucos recursos de que dispunham os vilaboenses e o poder municipal, na segunda metade do século XX, não poderiam empreender mudanças significativas no casario e na malha urbana. Assim, a conservação, por parte dos moradores, estaria condicionada aos poucos recursos dos quais dispuseram durante toda a segunda metade do século XX.

Além disso, também é comum se explicar o estado de conservação do casario pela ação do IPHAN na localidade, que agiria muito mais no sentido de impedir alterações e intervenções “inadequadas” à configuração estética da cidade, do que de proporcionar recuperações e restauros no casario. No que concerne aos bens privados, a agência dos funcionários do IPHAN era mais no sentido de fiscalizar e coibir intervenções no casario do que em realizar obras de recuperação, conservação e restauro das mesmas. Algumas poucas residências foram restauradas com recurso público apenas após a década de 90⁵⁸⁴. Antes disso, apenas bens religiosos ou públicos foram objeto de intervenção significativa.

Mas é oportuno recordar que até a década de noventa as políticas públicas de preservação na cidade de Goiás, por não estarem respaldadas pelas normas de intervenção urbana criadas apenas em 1993, eram pouco coercitivas; ou seja, muito pouco podiam fazer com relação às ações consideradas nocivas ao patrimônio edificado. Este é mais um dado que me auxilia na formulação dos argumentos de refutação das explicações reducionistas para o estado de conservação da cidade, pois o que elas indicam subliminarmente é a ausência de agência por parte dos moradores (ou proprietários) do *centro histórico*.

Em primeiro lugar porque a conservação resultaria da não agência — ausência de intervenções tanto no que concerne aos restauros, quanto no que se refere às descaracterizações — por parte dos moradores de Goiás, em função das dificuldades postas pelo contexto sócio-econômico. Quando reconhecem a agência dos moradores é no sentido das intervenções inaceitáveis para a lógica da instituição de preservação. É o reconhecimento de uma agência “danosa”, ou que subtrai o valor da cidade ao invés de adensá-lo.

⁵⁸⁴ Duas haviam sido restauradas antes do meu trabalho de campo, ou seja, antes de 2001 e outras cinco foram restauradas quando eu já havia finalizado a pesquisa.

A segunda concepção de não agência é corolário da primeira. Assim, à medida que a situação sócio-econômica passou a apresentar melhorias e as alterações no casario tiveram início, entraram em cena os agentes do *patrimônio*. Do que decorre que o segundo momento da preservação é resultado da agência do IPHAN, como órgão fiscalizador e regulador das intervenções no *centro histórico*. Novamente os moradores são agentes de uma ação que descaracteriza e destrói o bem patrimonial; ou ainda, são sujeitos das normas reguladoras para o *centro histórico* e entorno.

Conforme foi apresentado na Parte I, até a inserção da categoria “patrimônio mundial” houve resistência de grande parte dos moradores à política de preservação do casario e da malha urbana. De fato, houve resistência quase total à categoria “tombamento”, que não foi apropriada pelos moradores da cidade, com exceção dos intelectuais, *filhos de Goiás* residentes em Goiânia e dos agentes do patrimônio e da cultura locais.

Ressalvo que não se pode reduzir as contrariedades dos moradores quanto à aplicação do tombamento em seus bens próprios como simples desejo de destruição dos mesmos. Entendo que num primeiro momento o movimento daqueles contrários ao tombamento expressa a luta para impedir a instauração da “antinomia entre domínio e posse” (Tamaso, 2002). Muitas vezes, ao mesmo tempo em que foram contrários ao tombamento, agiram no sentido de conservar os seus patrimônios privados. Também muitas vezes o fizeram sem aprovação do IPHAN e intervindo de maneira reprovável aos olhos dos técnicos. O fato é que mesmo com, por exemplo, as aberrações dos alpendres, o casario foi conservado na sua maior parte. Depois de conservados por séculos, retirar os alpendres seria uma tarefa bem acessível para a cidade “patrimônio mundial”.

Insisto que os argumentos para o estado de conservação a que chega o casario em fins do século XX não podem apenas ser fundamentados nas ações de terceiros sobre a (e na) cidade — transferência da capital (Pedro Ludovico seria o agente) e instituição de políticas públicas de preservação (IPHAN seria o agente) — e na não agência dos vilaboenses tradicionais em relação às suas casas e espaço urbano.

Não discordo da importância da mudança da capital para o devir da cidade de Goiás. Esta tese, ao contrário toma a análise das conseqüências da transferência da capital como indispensável para compreensão da relação dos moradores com seus bens culturais. Mas entendo que, atribuir a conservação apenas à mudança da sede do governo é reduzir a potencialidade de agência dos vilaboenses tradicionais. É entender

que teriam os vilaboenses vivido a vida que lhes era possível, sem nenhum projeto reformador ou transformador da realidade. É lhes negar a capacidade cognoscitiva. Em minha análise a mudança da capital, ao invés de ser referida apenas como a causa da conservação é entendida também como a motivação que desencadeou uma agência local por parte daqueles que *zelaram* ciosamente pela cidade, sobretudo pelas referências culturais. Assim, agência local e contexto histórico são interpretados simultaneamente.

Giddens pergunta, a propósito da ausência da investigação das origens da motivação na obra de Goffman, “qual seria o motivo de os agentes, cuja monitoração reflexiva da conduta é descrita com tanta sutileza, obedecerem às rotinas que seguem?” (1989, p. 56). Giddens acredita que há “uma preocupação predominante com a proteção da continuidade social, com os mecanismos íntimos da reprodução social”. Depreende isso da ênfase que Goffman atribui à “prevalência do tato em encontros sociais, a reparação de tensões no tecido social e a manutenção da ‘confiança’” (p. 56).

Creio que a mudança da capital, por ter se configurado em uma ruptura e um ataque “deliberadamente sistemático às rotinas habituais da vida”, produziu como ocorre com as “situações críticas”, um “alto grau de ansiedade, uma eliminação das respostas socializadas associadas à segurança da administração do corpo e uma estrutura previsível da vida social” (Giddens, 1989, p. 51). Os vilaboenses, agentes cognoscentes, agiram visando a continuidade social.

Reconheço, igualmente, a inigualável contribuição que o IPHAN deu à cidade desde o início de suas atividades preservacionistas, mas, sobretudo, nas últimas décadas do século XX. O que não significa lhe atribuir todos os méritos da conservação do casario. Considero este, o ponto nevrálgico da pesquisa: comprovar que também os vilaboenses foram agentes no processo de conservação do casario, da malha urbana, da paisagem natural e cultural. Até porque o corpo de funcionários do IPHAN na cidade se constituiu em parte por vilaboenses. As conseqüências impremeditadas desta ação de conservação do espaço privado foi mais uma contribuição que deram os vilaboenses para a conquista do patrimônio nacional e mundial. Este último até fim da década de noventa, absolutamente impensado pela maior parte dos vilaboense; inclusive alguns agentes do patrimônio.

Mas devo lembrar também das conseqüências premeditadas das ações de não conservação ou descaracterização das fachadas dos imóveis residenciais ou comerciais; porquanto ao desfigurar as fachadas os proprietários buscaram escapar taticamente das imposições e normas de preservação do IPHAN.

Um raciocínio apressado diria que a preservação dos bens edificados se deu por “força das circunstâncias” e que a preservação das manifestações culturais e da tradição se deu por uma agência eficaz de um grupo de vilaboenses.

Há também, no caso das manifestações culturais, uma relação de causalidade com a mudança da capital. O apego às tradições; ou melhor, o acirramento na luta por manter as tradições e a agência eficaz na preservação de algumas manifestações culturais — até mesmo a reelaboração de algumas delas, como da Procissão do Fogaréu — estão também marcados (como é o caso dos bens edificados e da malha urbana) pela mudança da capital; quando a elite cultural local se uniu no intuito de não se deixar abater. Havia que seguir em frente e manter-se altivos. A altivez tinha sua base na cultura: o ícone da diferença dos vilaboenses dentre todos os goianos.

Não era uma acomodação a uma situação econômica desfavorável. Era antes uma agência na direção da conservação da cultura vilaboense. Assim, a “situação crítica”, na qual se constituiu a mudança da capital, foi a motivação também no caso de alguns bens de natureza imaterial.

Ressalte-se que no caso dos bens edificados a motivação não moveu os vilaboenses da mesma maneira e ao mesmo tempo. Se alguns membros da elite cultural foram motivados pela mudança da capital, outros vilaboenses só o foram com a inserção da categoria “patrimônio mundial”, já no fim do século XX. O que nos indica que a consciência da importância da conservação dos bens edificados necessitou de um argumento de convencimento mais forte do que ser patrimônio nacional, que era desde 1978.

Se a conservação das celebrações, festas e manifestações culturais era empreendida pelos próprios vilaboenses, sem interferência de fora, a conservação dos bens edificados e da malha urbana contou e ainda conta com a participação da instituição federal: IPHAN. O argumento que subsidiava a conservação das manifestações de natureza imaterial não servia para os bens edificados. Por quê? Entendo que enquanto a conservação das tradições possibilita e até prevê modificações, posto que sejam manifestações dinâmicas, a conservação do casario e da malha urbana não possibilita a criativa (e às vezes nefasta) ação dos moradores. O que também sugere que foi no campo da cultura imaterial que os vilaboenses fundaram seu caráter distintivo e sua resistência identitária. Ali estava encerrada a sua cultura. Ali de fato eles se sentiam completamente agentes do seu destino.

Assim, se afirmei anteriormente que foi o conceito de cultura tomado pelo vilaboense como seu traço diacrítico, postulo agora que foi o sentido imaterial do conceito de cultura que foi acionado em defesa, resistência e ação. O que não significa apenas imaterial, até mesmo porque os caracteres imateriais do bem cultural só podem sê-lo se contarem com um apoio material: vestimenta, instrumentos, música, ornamentos, objetos, espaço físico, seres humanos, etc. (IPHAN, 2000a). Não há dúvidas que a “tradição que fundamenta o bem intangível, os laços sociais que são alimentados por ele, as trocas simbólicas que dependem da manifestação cultural para acontecerem, a relação que o bem cultural estabelece temporal e espacialmente, nada disso se situa apenas no nível do intangível” (Tamaso, 2005, p. 32).

A divisão entre as conseqüências premeditadas e impremeditadas das ações de conservação é um pouco mais complexa. Há que se ampliar tal divisão incluindo os bens culturais, que apesar de terem sido conservados deliberadamente, não o foram fazendo referência à idéia de patrimônio. Ou seja, alguns bens culturais foram preservados sem que qualquer relação fosse feita à noção de patrimônio. A importância deles estava fundada na noção de cultura e da tradição e não na categoria patrimônio⁵⁸⁵.

O que prova que a categoria patrimônio não é a única a estimular e desencadear o trabalho de conservação. Outras categorias mais significativas naquele contexto foram as responsáveis, num primeiro momento, pela conservação do que, posteriormente, passou a ser referido — por algumas pessoas inseridas em grupos específicos — como o patrimônio da cidade. O fato que será analisado posteriormente é que observei durante

⁵⁸⁵ Daí porque discorde de Delgado (2005) quando esta autora toma a categoria construída pelos discursos do patrimônio em nível nacional — “patrimônio imaterial” — e a impõe ao discurso da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições), que compreende uma das séries discursivas com as quais a autora pretende investigar “a instituição de Goiás como uma cidade histórica e turística, entrelaçando séries discursivas que conferem visibilidade e sentidos à cidade ao trabalhar as relações do espaço urbano, o tempo e a história [...]” (p. 113). A autora afirma que “categorias como tradição, artes, cultura, história são arroladas para compor o passado que esse discurso propõe que seja ‘resgatado’ para construir o futuro da cidade de Goiás” (p. 121). O discurso da “invenção da tradição” engendrado pelo grupo da OVAT, segundo a autora, “objetiva a construção da ‘identidade vilaboense’”. Observando outro trecho do seu artigo é possível notar que a autora impõem a categoria “patrimônio imaterial” no discurso que analisa: “Para produzir o patrimônio imaterial, atribuem-se conteúdos simbólicos a determinadas práticas culturais, sacralizando-as como genuínas e autênticas por testemunharem a ‘identidade’ regional cuja origem configura-se na cidade ancestral, onde se deu o início da formação do povo goiano” (p. 121). Não se pode interpretar as ações da OVAT, iniciadas em 1965, como deliberadamente visando a produção do “patrimônio imaterial”, uma vez que tal categoria era inexistente no período das mais significativas práticas empreendidas pela OVAT. Sabemos que apesar de a categoria patrimônio imaterial ter sido contemplada na constituição de 1988, somente foi objeto de políticas públicas em 2000. Durante meu trabalho de campo (2001-2002) a categoria não tinha sido ainda apropriada pelo grupo da OVAT em termos discursivos. Por certo, a agência da OVAT pode ser analisada (e é isso que eu me proponho a fazer) como uma agência que visando à preservação das tradições, acabou por legar os bens que hoje são e/ou serão reconhecidos como “patrimônio imaterial”.

trabalho de campo que a maior parte das manifestações culturais não é referida pelos seus praticantes ou participantes como sendo parte de seu patrimônio, mas como parte de sua cultura e tradição.

Acrescente-se ainda outra variante na análise da motivação sobre a ação de conservação por parte dos vilaboenses. Defenderei nesta tese a idéia de que houve ainda outra motivação para a ação de conservação das manifestações culturais gerada em reação às ações da Igreja do Evangelho⁵⁸⁶, recém instalada na cidade; e que se configurou rapidamente para a elite local como outro sinal de perda iminente; uma vez que o discurso proferido pelos representantes da chamada “igreja dos pobres” agredia e aviltava o poder das famílias vilaboenses, sobretudo em relação à questão das terras, à hierarquia social, ao poder político e econômico e à relação deste poder com as manifestações religiosas locais — procissão, folias, festas, música sacra, rezas dos terços e rosários.

No caso dos bens edificados e da malha urbana, a conservação não deliberada foi ocasionada por uma perda agenciada por uma alteridade distante: os outros na política. No caso das manifestações culturais de natureza imaterial, a conservação deliberada foi motivada tanto por esta mesma alteridade distante, quanto depois, pela alteridade próxima (a Igreja do Evangelho e os agentes da evangelização), instalada com força, poder e legitimidade dentro da cidade. Mas outra alteridade se instalaria também próxima em fins da década de setenta e durante as décadas de oitenta e noventa. Os migrantes que habitaram a chamada *periferia* da cidade.

Uma característica em comum há em todos os casos: a relação de alteridade e o risco de perdas materiais e simbólicas. Dentre todas as perdas, a iminência de diluição da identidade foi o que alimentou a resistência, a reação e agência dos vilaboenses na conservação da cultura e dos bens culturais de todas as ordens. Neste sentido o “patrimônio” passou a ser categoria de distinção social; representativa da identidade das famílias de vilaboenses tradicionais.

Acredito que a cultura foi a categoria mestra da segunda metade do século XX, englobando todas as outras. A tradição, a história, o passado, o patrimônio, as artes, a religiosidade, tudo estava compreendido pela categoria cultura. Esta sim, capaz de garantir a reprodução social e a identidade local.

⁵⁸⁶ A Igreja do Evangelho é também referida como Igreja dos Pobres e se baseou na Teologia da Libertação.

Há, contudo, que se avançar imediatamente na apresentação da categoria cultura, pois ela representa a categoria identitária mais importante para o vilaboense morador do *centro histórico*, o vilaboense tradicional. Como uma palavra de ordem, a categoria cultura é para o vilaboense um princípio coletivo de construção da realidade coletiva.

7.2. Goiás, o berço da cultura e civilização goiana

Impressionava-me o fato de que os vilaboenses, moradores tradicionais do *centro histórico* e bairros contíguos, se referissem à cidade de Goiás como *berço da cultura e civilização goiana*⁵⁸⁷. Numa mesma expressão, o particularismo alemão do conceito de cultura aliado ao universalismo francês do conceito de civilização⁵⁸⁸? O que querem comunicar os vilaboenses com esta expressão? Variantes da expressão são também freqüentes. Dentre elas a mais comunicada é *berço da cultura goiana*⁵⁸⁹. Outras como *berço da história*, *berço das tradições* ou *berço da história e cultura goiana*⁵⁹⁰ também aparecem, mas com menor freqüência.

Não apenas em momentos rituais e cerimoniais — como discursos realizados em comemoração à conquista do título de patrimônio mundial, em aberturas de exposições, entregas de títulos de cidadania vilaboense, entrega de obras de restauros em edificações públicas e religiosas etc. —, mas também no cotidiano, os vilaboenses compartilham aquilo que experimentam em comum: o fato de ser o *berço da cultura e civilização goiana*. No dia da conquista parcial do título de patrimônio mundial um membro da elite cultural relaciona título, turista e o valor cultural da cidade: *nós vamos estar aqui exatamente pra receber bem o turista, pra atender bem o turista, pra explicar pra ele porque isso aqui é o berço da cultura de Goiás.*⁵⁹¹ Dado o lugar de destaque que ocupa

⁵⁸⁷ Notei que vários trabalhos acadêmicos citam a expressão “berço da cultura goiana” (Borba 1998; Chaul 1998, 2000; Santana, 2005). Mas considero que há que se desenvolver uma análise sobre o processo de construção, consolidação, apropriação e reprodução desta noção, o que me proponho a realizar.

⁵⁸⁸ Sobre a gênese dos conceitos de cultura e civilização, conferir (Elias, 1994; Kuper, 2002).

⁵⁸⁹ Delgado (2005) cita a expressão “berço da cultura goiana” como sendo um “título naturalizado atualmente”, que colabora para o trabalho discursivo de construção da “identidade da cidade de Goiás”, a partir das categorias como “passado, cultura e tradição” (120). A expressão surge em outro ponto do artigo de Delgado, quando é feita referência ao *Dossiê*, no qual “agenciam-se as pesquisas que produzem ‘a cidade berço da cultura goiana’” (p. 131). Entendo, porém, que para se “investigar as estratégias de produção” da expressão “berço...”, há que se retroagir para o momento da transferência da capital.

⁵⁹⁰ Expressão citada por Ronaldo Caiado em discurso proferido na cidade de Goiás, por ocasião da conquista parcial do título de patrimônio mundial, em 27 de junho de 2001.

⁵⁹¹ Entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2001.

no imaginário local, a referida expressão merece análise mais acurada. Qual a origem da idéia de que a cidade de Goiás é *berço da cultura e civilização goiana*? Quando e por que passa a ser apropriada e acionada?

Silvia da Silva Curado, mestre na arte de confeccionar os *alfenins* e as *verônicas*, relaciona mudança da capital com a expressão *berço da cultura*.

Você sabe quando tem uma ferida doída, machucada... de anos, que é o que a capital... porque Goiás [o estado] merecia uma capital, mas merecia ser conservada, não é? Que ele construísse a capital lá, mas que aqui, a mãe [a cidade de Goiás] conservasse. Mas conservar aqui era conservar as escolas, o berço da cultura não era Goiânia, era aqui. Então ele tinha que tirar... ele foi no coração, ele arrancou... por isso é que eu falo... até o quartel foi embora, a banda, foi tudo. Quando Mauro Borges, acho que foi ele não tenho bem certeza, deixou vir a banda, uma banda pra aqui, que não existia nem a banda em Goiás, menina! Foi todo mundo receber a banda! Eles entraram à pe, tocando. Ah meu Deus, que alegria deles! A felicidade deles entrando outra vez na cidade de Goiás tocando. Eu arrepio... é só mesmo pra quem esteve aqui...⁵⁹² [grifos meus]

Não bastava transferir a capital. Para ferir os brios dos vilaboenses havia que se atingir o *coração* (da *mãe*), que era a educação e a cultura. A forma traumática como fora realizada a mudança da capital, carregando todas as instituições públicas, funcionários e móveis, é interpretada pelos vilaboenses como um golpe enfeixado contra a cidade e o povo de Goiás. A percepção é paradoxal. Ao mesmo tempo em que a cidade, por ser o *berço da cultura*, sofria com as ações deletérias de *doutor Pedro*; acionava-se a expressão *berço da cultura* para conclamar os vilaboenses a não se deixarem sucumbir. O mesmo valor que causava a dor devia ser acionado para se recompor.

A expressão não se restringe à oralidade coloquial ou cerimonial, se espraia também com muita freqüência na literatura em verso e prosa, e nos jornais impressos locais e regionais. Mas se tal expressão era referida pelo fato de a cidade ser sede do governo do estado, foi com o anúncio da mudança da capital em 1933 e, sobretudo, após a transferência da capital, em 1937 que a expressão assumiu um lugar de destaque e se naturalizou nos círculos comunicativos orais e impressos.

A começar pelo termo *berço*: há um lugar fundante, originário, que é a cidade de Goiás; onde se estruturam as bases da cultura goiana. Esta idéia se ancora no termo *berço* significando “lugar onde alguma coisa teve origem, donde procede”⁵⁹³. Assim é

⁵⁹² Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁵⁹³ Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0 (2004).

que a cidade de Goiás marca a sua singularidade, a “cidade umbilical”⁵⁹⁴, expressão cunhada pelo historiador goiano Nars F. Chaul⁵⁹⁵

Vislumbrando a Serra Dourada, ancestral geográfica, matriz de nosso ouro faminto de existência, logo chegamos a Goiás, a antiga capital. Sensação estranha de voltar ao umbigo das tradições, recolher aos poucos o cordão que nos liga à terra-mãe, origem de nossa história, senhora anfitriã de futuros esculpidos em pedra sabão, passado talhado por mãos indígenas e escravas, filhas dos Bartolomeus de todas as épocas (1998, pp. 25).

Categorias como “matriz”, “terra-mãe”, “senhora”, “umbigo” são chamadas para construir uma narrativa que pretende falar da “capital de nossa história, berço de nossas tradições, cama de nossa cultura” (1998, p. 25), “berço umbilical de nossa cultura” (Chaul, 2000, p. 317). Assim, Chaul, ao final do século XX, reitera o discurso dos intelectuais vilaboenses que, na década de 30, resistindo ao prognóstico de que a cidade sucumbiria, elaboraram discursos que enalteciam ao mesmo tempo em que distinguiam, ou melhor, instituíam a distinção (Bourdieu, 2000) da cidade de Goiás .

O jornal *A Razão*, por ter feito oposição à mudança da capital, traz informações importantes sobre os discursos de resistência, de crítica e de reivindicação ao novo governo. Em 1937, reclamando a perda de autonomia do município (já informada no capítulo 1), o semanário já iniciava a reprodução de parte da expressão que estou a analisar:

*Os filhos ingratos que aqui nasceram, não se envergonharam de trucidar, por simples capricho político, a autonomia do município mater da civilização, da altivez e da cultura cívica do Estado*⁵⁹⁶. [grifos meus]

Mas Goyaz, berço da civilização goiana, que tem fornecido à grandeza da comunhão incontável numero de homens ilustres, a gloriosa e digna cidade, essa precisa de tutela e lha dá o governo como se disparasse um tiro de misericórdia num organismo moribundo”.⁵⁹⁷ [grifos meus]

Outro jornal, *Cidade de Goiás*⁵⁹⁸, criado em 1938, é fonte importante para acompanhar o processo de consolidação e reprodução da expressão *berço da cultura e*

⁵⁹⁴ A cidade de Guimarães, em Portugal, patrimônio mundial, também se representa como “berço”, reiterando a “ligação umbilical” para com a nação portuguesa (Fortuna e Peixoto, 2002).

⁵⁹⁵ Nars Fayad Chaul é natural de Catalão. Doutor em História e professor da Universidade Federal de Goiás até 1998, quando se licenciou para assumir o cargo de Secretário de Cultura do Estado de Goiás, na Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL). Foi em sua gestão que a cidade de Goiás enviou o *Dossiê* de candidatura ao título de patrimônio mundial a Unesco.

⁵⁹⁶ “Autonomia de Goiaz”, *A Razão*, ano II, n. 40, 11 de julho de 1937, p. 1.

⁵⁹⁷ “Depois do esbulho, a humilhação”, *A Razão*, ano II, n. 45, 15 de agosto de 1937, p. 4.

⁵⁹⁸ Em 19 de junho de 1938, Goiás do Couto, Garibaldi Rizzo e José Saddi, fundam o jornal *Cidade de Goiás*.

civilização goiana. Conforme já foi informado na Parte I, o *Cidade de Goiás*, se constituiu num *locus* de resistência dos vilaboenses às agruras, dificuldades e violência material e simbólica a que ficaram sujeitos. Mais do que isso, constituiu-se em um veículo de estímulo à reprodução cultural.

Gomide (1999) já assinalara a participação da imprensa *antimudancista* na construção da “cidade histórica”, evidenciando o discurso da tradição em contraponto ao discurso progressista⁵⁹⁹. A autora avalia que durante e depois do processo da mudança da capital os *antimudancistas*, por meio da imprensa local, agiram no sentido de “removimentar as paisagens da cidade, como forma de mantê-la viva contra a morte urbana decorrente da transferência da capital”; e “que preservar não significava manter o espaço colonial, e sim reestruturar o espaço aparentemente decadente”. Assim, “o conceito de preservação que emergiu nos grupos resistentes da antiga capital, referia-se à sobrevivência do espaço urbano”. A “idéia era preservar essa vida urbana, revitalizando as atividades cotidianas” (1999, p. 164).

De acordo com Gomide (1999), entendo que a luta dos vilaboenses (residentes ou não mais residentes na antiga capital) referia-se a muito mais do que ao espaço urbano. Mais do que a materialidade do espaço urbano, creio que havia uma intenção que visava à continuidade social, que só seria possível por meio da preservação e reprodução do sistema simbólico. Minha interpretação avança nesta direção.

Trabalho no sentido de definir os vários agentes da conservação, não me limitando às ações dos “antimudancistas” ou “resistentes”. A interpretação da reprodução do sistema por meio da análise do sistema simbólico — religião, política, parentesco, estética, etc. — indicou que a divisão em dois grupos, um contrário e outro a favor da mudança, não é suficiente para explicar a complexidade das configurações encontradas na cidade. Meu objetivo é atentar para as categorias com as quais a elite cultural operou, os contextos e o diálogo com outros grupos sociais. Ou seja, para além da dicotomia *mudancista* e *antimudancista* creio na existência de uma série de outras configurações fundamentais para se compreender as diversas representações e apropriações do patrimônio na cidade desde a mudança da capital até o presente etnográfico, inclusive o confronto com as alteridades distantes e próximas (mudancistas, especialistas e burocratas do IPHAN, moradores de outras cidades do estado, migrantes,

⁵⁹⁹A transferência da capital e os tombamentos pelo SPHAN, a partir da década de 50, seriam segundo a autora os outros dois motivos que teriam tornado histórica a cidade; tema ao qual retornarei. (Gomide, 1999).

padres, freis, irmãs leigas, bispos e assentados da Reforma Agrária). Além disso, empreendo uma análise das estratégias e táticas por meio das quais os agentes sociais trabalharam ao longo de toda a segunda metade do século XX.

Agentes de seu próprio destino, ativos e convictos de que Goiás era mais do que uma sede de governo estadual, três jovens intelectuais⁶⁰⁰, ao lado de outros, fizeram do jornal *Cidade de Goiás*, à época, um veículo de divulgação da cultura vilaboense. Acompanhando as matérias deste jornal foi possível capturar como cada categoria, presente na expressão, foi sendo apropriada e acionada isoladamente até que fosse definitivamente comunicada como o *berço da cultura e goiana*.

Já no primeiro número do jornal *Cidade de Goiás* duas matérias trazem dados importantes. Uma delas, intitulada *Bom dia “Cidade de Goiás”* é da então jovem Nice Monteiro, (posteriormente Nice Monteiro Daher), que saúda a criação do novo jornal: *Goiaz não podia continuar sem um jornal que a irmanasse às outras cidades cultas do Estado. O descaso em que marchava a imprensa em nossa cidade, contrastava, singularmente, com a auréola de centro de intelectualidade adquirida através dos tempos pelo mérito de grandes inteligências que aqui se formaram [grifos meus]⁶⁰¹. A outra matéria intitulada *Cidade de Goiaz*, de autoria de João Perillo inicia em tom otimista, ressaltando o ânimo presente na cidade *em todos os ramos de atividade humana da cidade*:*

As casas vão sendo aos poucos remodeladas, modificando a ossatura singela da cidade. O comércio mostra-se cada vez mais movimentado e florescente. Nas suas praças ajardinadas, nos cafés, nos cinemas, nas ruas, nota-se desde logo esse movimento buliçoso, característicos das cidades que progridem, índice de alegria, de trabalho e de civilização humana. [grifos meus]⁶⁰²

Deve-se entender a referência à remodelação das casas mais como um recurso retórico de convencimento — de si (vilaboenses que ficaram) e dos outros (os que foram e os não vilaboenses) — de que o processo de mudança havia sido superado e de que aquele era o momento da reação, e não como remodelação de fato. Segundo Gomide (1999) o “renascer da vida urbana representava as confusões entre manutenção e construção”; pois havia que se resistir ao “segundo vazio” (p. 163)⁶⁰³.

⁶⁰⁰ Goiás do Couto, Garibaldi Rizzo e José Saddi.

⁶⁰¹ Nice Monteiro, “Bom dia, ‘Cidade de Goiás’”, *Cidade de Goiás*, ano I, n. 1, 19 de junho de 1938, p. 1.

⁶⁰² João Perillo, “Cidade de Goiaz”, *Cidade de Goiás*, ano I, n. 1, 19 de junho de 1938, p. 1.

⁶⁰³ O “primeiro vazio”, segundo análise de Gomide (1999), seria decorrente do esgotamento das lavras do ouro no século XVIII.

O livro da Décima de 1939, analisado na Parte I, é prova de que não houve alterações significativas; pelo contrário, comprovou o estado de má conservação dos inúmeros imóveis abandonados. Também não houve alteração na malha urbana⁶⁰⁴. A materialidade da cidade (casario, ruas, praças) foi usada como prova da reação e incitava às novas ações. Necessidade havia de se falar em remodelação da cidade, em resposta, provavelmente, às críticas sobre a degenerescência do espaço urbano. Segue o autor numa narrativa sobre as festas que com seu brilho *atestam o conhecido grau cultural e educacional da nossa gente*. Adjetivação que, ao lado de outras — *centro de intelectualidade e índice de civilização humana* —, subtraia-as ao arbitrário, como afirma Bourdieu:

O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conforme à natureza das coisas, ‘naturais’ (2000, p. 114)

Ainda em 1938, uma matéria discursa sobre o “Velho Chavão”, o de que *a cidade de Goiás é a Atenas brasileira*, pelo fato de abrigar *pessoas ilustres*, com *apego às letras*⁶⁰⁵. *A formação cultural do povo goiano é enaltecida*. Goiás não é apenas um lugar físico. É também um *topos* literário (palavra que também significa lugar), que anima os escritos dos escritores, poetas, artistas e intelectuais do Estado de Goiás. Goiás inspira... inclusive trabalhos acadêmicos! Por isso tantos se aventuram.

Claro está que a cidade de Goiás é referida como a origem; o lugar onde tudo se inicia. Mas há outro dado importante. Os termos usados pra referendar a idéia de origem são termos tomados, ou da fisiologia humana ou do vocabulário do parentesco: o “cordão umbilical”, “matriz”, “umbigo”, “mãe”. Prova disso é que outro membro da elite intelectual local⁶⁰⁶ publica uma matéria em 1949, com intuito de chamar a responsabilidade para que os moradores criassem uma *Associação dos amigos da Cidade*, a fim de levar adiante uma *campanha de seu reerguimento*, para cumprirem o *dever sagrado de filhos, amantes da mais antiga das cidades goianas, a avozinha Cidade de Goiás*.

⁶⁰⁴ Conferir Martins (2004).

⁶⁰⁵ A cidade de São Luis também é referida como a “Atenas Brasileira”, por causa dos movimentos literários e no número de escritores nativos ou que lá viveram. É apontada ainda como o lugar no Brasil onde se fala melhor a Língua Portuguesa.

A relação dos vilaboenses com a cidade é de parentesco simbólico. Daí se auto-referirem como os *filhos de Goiás*, ficando assim sacralizada a relação dos *filhos de Goiás* com a sua mãe simbólica⁶⁰⁷. Resta aos filhos o *dever sagrado* de amá-la, protegê-la, ampará-la, defendê-la. Assim fizeram quando da mudança da capital. Assim também o fizeram quando da candidatura ao título de patrimônio mundial e da enchente ocorrida em 2001⁶⁰⁸.

Nos anos que se seguiram após a mudança da capital, os *filhos de Goiás* agiram eficazmente no sentido de manter a cidade habitável, aprazível e com esperança. O povo é conclamado a participar do carnaval de 1939⁶⁰⁹, afirmando que *aproxima-se o momento de se esquecer os sofrimentos morais e materiais, para deixar viver a alegria*. Como *rainha de Anhanguera*, a cidade é incitada a abrir as portas para o Momo, *para alegria dos teus filhos [...] que te acompanham nos momentos de dor, mas querem tua alegria na hora da satisfação e do prazer [...] sagrar-te-ão rainha, berço de glória!*⁶¹⁰

A *conservação daquele bi-secular patrimônio da Cidade Mãe*⁶¹¹, era reivindicada pelos intelectuais locais, juntamente com aqueles que partiram involuntariamente para a nova capital e que sensivelmente uniam a categoria patrimônio àquelas concernentes à maternidade.

A noção de sacralidade cristalizava-se nos discursos. Em 1949, o então prefeito da cidade, Hermógenes Ferreira Coelho, preocupado com a resistência às ações do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), publica um artigo no qual esclarece as intenções da instituição e a abrangência de suas ações. Por ora, basta

⁶⁰⁶ Augusto Fleury Curado. “Idéias... Realidades”, *Cidade de Goiás*, ano XII, n. 440, 28 de agosto de 1949.

⁶⁰⁷ Também em Cora Coralina encontramos a referência ao parentesco simbólico. Ao retornar para a cidade, após 45 anos em São Paulo, a poetisa afirma que “a cidade-mãe nem me surpreendeu, nem me desencantou” (2001, p. 105).

⁶⁰⁸ Se Goiás é mãe simbólica dos vilaboenses, Goiânia é a “filha mais moça” do Brasil, gerada pelo Estado Novo: “O Brasil cresceu [...] E então, sadio, potente, casou-se com a nação. [...] Goiânia é a filha mais moça e mais bonita do Brasil. [...] A cara do pai. Tem o seu mesmo sentimento sertanejo, o seu mesmo espírito bandeirante, a sua mesma alma cristã. Breve será moça e se casará. Se casará com o Espírito-Novo de nossa terra. Se casará, e, forte, bonita, vai dar ao Brasil vovô de amanhã uma porção de Goianiazinhas” (Figueiredo apud Gomide, 1999, p. 127).

⁶⁰⁹ Segundo Câmara (1973), os carnavais que se seguiram após a mudança da capital “conseguiram uma animação jamais vista nas terras do Anhanguera”. Nice Monteiro Daher relembra da importância dos eventos sócio-culturais para o ânimo dos moradores da cidade de Goiás, que lá permaneceram após a mudança da capital. O carnaval do ano de 1938 conquistou “o título de maior Carnaval do Estado de Goiás em todos os tempos” (*A Voz do Povo*, apud Santana, 2005, p. 261).

Sobre a relação mudança da capital e carnaval da cidade de Goiás, conferir Santana (2005).

⁶¹⁰ Camargo Júnior, “Desperta, minha querida Goiaz”, *Cidade de Goiás*, ano I, n. 32, 12 de fevereiro de 1939.

⁶¹¹ Pedro Viggiano, “Vila-Bôa e os Deputados”, *Cidade de Goiás*, ano XIX, n. 653, 24 de fevereiro de 1957.

informar que o prefeito encerra o texto lembrando que o diplomata espanhol, José Casais, chamou Goiás de “cidade de prata”, *onde se deveria “entrar descoberto, como em Santiago de Compostela”*⁶¹².

Em 1950, Augusto Fleury Curado⁶¹³ publica matéria na qual reclama maior participação do governo do Estado de Goiás nas ações de conservação do patrimônio histórico e artístico, justificando isto com a idéia de *Goiás como relicário de nossas tradições históricas e berço de quase todos os homens ilustres que o Estado já produziu, jamais poderá ser esquecida e menosprezada como vem sendo a partir destes últimos vinte anos*⁶¹⁴. Assim, vão os *filhos de Goiás* construindo o seu caráter sagrado, relicário das tradições históricas.

A sacralidade da cidade que até então era revelada por meio dos termos de parentesco, passou, em 1957, a ser referida diretamente ao patrimônio: *é nosso dever, obrigação batalhar pela conservação de um patrimônio sagrado para nós goianos*⁶¹⁵. O sagrado foi transferido da cidade para o patrimônio, revelando que uma nova ordem de discurso começava a se impor; e que a categoria patrimônio iniciava sua trajetória para ocupar lugar privilegiado ao fim do século XX. Simultaneamente à apropriação endógena do patrimônio, alguns membros da elite local foram ampliando o patrimônio — *sagrado para nós goianos* — para a fruição dos “de fora”, os turistas. Data deste período a construção do Hotel Municipal (1954), que fora fundado pelo prefeito André Xavier Mundim⁶¹⁶.

Em artigo publicado em data anterior (1950) ao artigo acima referido (de 1957), o mesmo autor, Augusto Fleury Curado, revelou que já havia um debate da relação patrimônio / turismo e que o ressentimento pela mudança da capital e suas causas ainda provocavam demandas por parte da elite cultural, que também se ressentia com o anúncio dos desmembramentos de vários distritos. Questionou a incompreensão dos

⁶¹² Hermógenes Ferreira Coelho, “O Patrimônio Histórico e a Cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, ano XII, n. 435, 24 de julho de 1949.

⁶¹³ Ao qual já fiz referência na Parte I (capítulo 3), quando tratei da ratificação do nome da rua Sebastião Fleury Curado, erroneamente inserida na certidão de tombamento como Sebastião Fleury Caiado.

⁶¹⁴ Augusto Fleury Curado, “A recuperação da cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, ano XIII, n. 486, 16 de outubro de 1950, pp. 1.

⁶¹⁵ Luiz Alberto do L. Couto, “Precisamos salvar a Cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, ano XIX, n. 664, 21 de julho de 1957, pp. 4.

⁶¹⁶ O Hotel Municipal foi administrado pelo município até ser vendido para uma sociedade privada, passando-se a chamar Hotel Alegrama. A venda ocorreu em uma das gestões do Prefeito Djalma de Paiva: entre 1978 e 1982.

moradores e dos governos estadual e municipal, quanto à atuação do SPHAN na cidade, resguardando *o setor de patrimônio histórico e artístico*. Argumentou que *cabia agora, sem mais demora de tempo ao Município de Goiás, incentivar o turismo, instalando de início hotéis em Goiás, São João e Leopoldina e os respectivos campos de pouso para aviação comercial*⁶¹⁷.

Outros dois artigos publicados respectivamente em 1933 e 1949 consolidam minha análise de que a relação patrimônio / turismo já vinha sendo objeto de reflexão por parte da elite local. O primeiro deles, escrito no contexto de debates acalorados sobre a mudança da capital, foi publicado no jornal *O Social*, órgão da imprensa que apoiava a mudança. Com o título “*A nova capital defende as tradições goianas*”, o artigo trata da relação entre mudança da capital, patrimônio e tradições conservadas e o futuro turístico da cidade:

*Esta cidade deve ser conservada, tal e qual é, sem remendo algum, como a mais preciosa, a mais característica, a mais legítima e expressiva relíquia dos velhos tempos. Quando, em dias futuros, houver um serviço bem organizado de propaganda, o turista inteligente demandará estas plagas para ver isto que ali está, em sua grandiosa simplicidade. Ainda sob este ponto de vista, é inteligente e sábio o governo do Dr. Pedro Ludovico. Elle compreendeu que transformar Goyaz em cidade moderna seria, além de tarefa imensamente difícil e dispendiosa, seria, dizíamos, destruir esta pagina viva, não da tradição goiana, mas da história brasileira*⁶¹⁸.

O segundo, de autoria do então Prefeito Municipal, Cel. Hermógenes Ferreira Coelho, respondia às inquietações de parte dos moradores, com as notícias do tombamento de uma área da cidade, iniciadas com a visita de Edgar Jacinto da Silva, arquiteto do SPHAN. Após esclarecer que o tombamento seria *parcial, jamais prejudicando os interesses particulares ou coletivos*, afirmou que também não compartilhava *da opinião de inúmeras pessoas, inclusive do Deputado Federal Domingos Vellasco que acha que deveria fazer o tombamento integral da cidade atraindo então, para aqui, multidão de turistas, fazendo-se a indústria do turismo, cuja renda, ao seu ver, superaria a toda a produção de cereais do município*⁶¹⁹. Já havia, pois, um debate na cidade que relacionava as categorias, patrimônio, tombamento e

⁶¹⁷ Augusto Fleury Curado, *Cidade de Goiás*, “A recuperação da cidade de Goiás”, ano XIII, n. 486, Goiás, 16 de outubro de 1950.

⁶¹⁸ Vascos dos Reis, “A nova capital defende as tradições goianas”, *O Social*, ano I, n. XII, Goiaz, 30 de novembro de 1933.

⁶¹⁹ Hermógenes Ferreira Coelho, *Cidade de Goiás*, no XII, n. 435, Goiás, 24 de julho de 1949.

turismo. Fosse contrária, fosse favorável ao turismo, o fato é que a elite cultural já acionava esta categoria.

Com base nestes dados, refuto as afirmações feitas por Delgado (2005) tanto sobre Cora Coralina, quanto sobre a elite cultural vilaboense. Delgado afirma que Cora Coralina se diferencia da elite cultural da cidade de Goiás, pois “no momento em que a elite da cidade de Goiás ainda vive seu ressentimento com a transferência da capital e opõe resistências às ações do DPHAN, Cora Coralina é uma voz dissidente ao vislumbrar que o patrimônio arquitetônico e urbanístico pode trazer o turismo para a cidade” (p. 134) ⁶²⁰. Augusto da Paixão Fleury Curado, membro da elite cultural, encaminha, em 1951, carta a Rodrigo Mello Franco de Andrade, então presidente do SPHAN, onde se lê a seguinte afirmação: *desde o início do Serviço do Patrimônio em Goiás, tenho procurado prestar minha inteira colaboração pois, reputo de capital importância fazer conhecer a nossa história, tão desprezada pelos nossos homens* ⁶²¹.

O trabalho histórico de Delgado, não contemplou, por meio dos documentos, a diversidade interna ao grupo da elite cultural, bem como incorreu no equívoco de assumir por vezes o *mito de Cora*. Interpreto que Cora não fez, conforme afirma Delgado (2003), “um prognóstico da nova identidade da cidade de Goiás”, ao menos não no sentido de um presságio, pois este já vinha sendo feito por parte da elite cultural vilaboense, mesmo quando esta elite residia em Goiânia; pois esta tese já indicou, e reiterará posteriormente, que a cadeia de relações sociais e políticas entre Goiás e Goiânia nunca foi rompida.

Trago os documentos a fim de afirmar uma agência da elite cultural que antecedeu ao retorno de Cora Coralina (ocorrido em 1956) à cidade ⁶²². Um grupo, a *velha ala*, que como a própria Cora afirmou, em o *Cântico da Volta*, permaneceu como *velhas sentinelas que morrem no posto de honra; defensores tenazes e valentes do que aqui resta, qual seja, o valioso Patrimônio histórico e cultural e as nobres tradições de Goiás* (2001, p. 109). Cora Coralina não foi “voz dissidente”; neste caso, talvez tenha sido o eco de uma parte da elite cultural, que vinha desde a mudança da capital lutando pela cidade.

⁶²⁰ Quando ocorreu o tombamento do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico” da cidade de Goiás, o nome da instituição era IPHAN. Posteriormente, o IPHAN mudou o nome para DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico). O acrônimo DPHAN coincide com a publicação da cartilha, em 1986, documento este analisado por Delgado (2003, 2005).

⁶²¹ IPHAN, Processo de Tombamento, Volume I. p. 77.

Outros intelectuais exógenos ao estado também contribuíram para cimentar a noção da cidade como *berço da cultura e civilização goiana*, seja em âmbito do estado, seja no plano nacional. Raquel de Queiroz, publica em 1950, no jornal *Cidade de Goiás* o artigo “Cidade Velha, Memória Perdida”⁶²³. Destacarei os pontos do texto nos quais a escritora reitera o caráter de civilização:

A cerca de duzentas léguas de São Paulo, perdida entre sesmarias, em meio do sertão mais primitivo, levantou-se a velha cidade, nascida de uma lavra de ouro do Anhanguera. E é curioso ver, como naquele posto avançado da cristandade e do atrevimento colonial português, em pleno coração bárbaro da América, a civilização se alojou, fixou raiz e floresceu, necessariamente limitada à precariedade da sua situação, mas nem por isso despida de refinamentos e preconceitos⁶²⁴.

As dicotomias primitivo/civilizado, bárbaro/civilizado dão o tom na análise da escritora, que captura da sociedade a idéia de que a proximidade do selvagem era tamanha que deveria ser combatida com ações civilizadas, que comprovassem a resistência dos moradores de Goiás àquela alteridade tão próxima: “parece que havia mesmo uma preocupação naquele requinte de urbanismo, como se fosse ele a única barreira visível que separava e distinguia os civilizados descendentes de bandeirantes da rudeza selvática a dois passos de além”⁶²⁵.

Raquel de Queiroz tinha razão. Várias escritoras da cidade de Goiás reiteram representações sobre a proximidade da alteridade indígena:

*os índios Carajás circulavam livremente na cidade de Goiás. Mansos de índole, pacatos, até um pouco indolentes, não infundiam receio a ninguém. Estavam sempre nas imediações do Mercado Municipal, onde comercializavam seus trabalhos de cerâmica, suas redes de fibra, cestos e outros objetos; eram sempre bem-vindos*⁶²⁶.

Os índios, não eram aos olhos dos vilaboenses, selvagens como indicava Raquel de Queiroz. Eram *civilizados*; ou seja, resultado do sucesso do processo civilizatório.

Raquel de Queiroz interpretou que a cidade, “ciumenta de seus fôros de capital” se apegava a uma “etiqueta restrita e impiedosa, que dificilmente se abrandava, pois

⁶²² Em artigo intitulado “A causa da cidade de Goiás teve pioneiros”, Hélio Rocha reafirma a importância de Augusto da Paixão Fleury Curado, como um importante agente no processo de reconhecimento e preservação da cidade de Goiás. In: *O Vilaboense*, Ano VII, N. LXXII, Goiás, março de 2000, p. 9.

⁶²³ Raquel de Queiroz, “Cidade Velha, Memória Perdida”, *Cidade de Goiás*, ano XII, n. 463, 19 de fevereiro de 1950. Ao final do artigo consta a informação de que o mesmo fora publicado no Rio de Janeiro, no jornal *Diário de Notícias*, em 29 de maio de 1949.

⁶²⁴ Raquel de Queiroz, “Cidade Velha, Memória Perdida”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano XII, n. 463, 19 de fevereiro de 1950, p.1.

⁶²⁵ Raquel de Queiroz, “Cidade Velha, Memória Perdida”, op. cit.

qualquer concessão representava um perigo, uma ameaça à própria subsistência daquela ilha de civilização perdida no sertão agreste”⁶²⁷. Justifica a fé nos padrões da civilização, do progresso pelo fato de que “eles compreendiam intensamente o seu papel de guarda avançada, primeiro do colonizador, depois da própria nacionalidade, e sempre tiveram uma confiança quase mágica nas perspectivas de futuro e de grandeza de sua província”⁶²⁸.

O que seria uma civilização goiana? Creio que o *goiano* — a partir do lugar centralizado que ocupava, como *filho* da capital do estado — se auto-percebia como um grupo especial e distinto, que era parte constitutiva da origem do estado e o teria civilizado. Augusto da Paixão Fleury Curado, publicou em 1949, uma matéria intitulada “Idéias... Realidades”, cujo término é o seguinte:

*Nós goianos da atualidade temos a grande responsabilidade de ter sido a geração que acompanhou a metamorfose por que passou a velha capital com a transferência da sede do governo — por isso temos a obrigação moral pelo seu reerguimento para que Goiás continue a ser sempre a sentinela do oeste, o marco mais avançado da civilização, plantado no terreno goiano há mais de dois séculos. [grifos meus]*⁶²⁹

Novamente a mudança da capital é tema e motivo para impulsionar a agência dos filhos da terra. Teria então legado, este goiano da cidade de Goiás, aos outros goianos os frutos de seu processo civilizatório.

Segundo Elias (1994), o conceito francês e inglês de civilização pode se referir a realizações (políticas, econômicas, religiosas, técnicas, morais ou sociais), mas também a atitudes e comportamentos de pessoas. Além disso, o conceito de civilização descreve um processo ou, ao menos, um resultado. Acredito que os vilaboenses se auto-identifiquem como parte fundante do processo civilizatório em ação no estado; e que se sintam responsáveis pelos resultados já alcançados por este processo, sobretudo no que concerne às realizações religiosas, sociais, culturais e artísticas. Mas também as atitudes e comportamentos dos vilaboenses, sempre ressaltados pela cortesia, delicadeza, elegância e educação esmerada⁶³⁰.

⁶²⁶ Armênia Pinto de Souza, *O Mistério da Montanha*, 1999, p. 105.

⁶²⁷ Raquel de Queiroz, “Cidade Velha, Memória Perdida”, op. cit.

⁶²⁸ Raquel de Queiroz, “Cidade Velha, Memória Perdida”, op. cit.

⁶²⁹ Augusto Fleury Curado, “Idéias... Realidades”, *Cidade de Goiás*, Goiás, Ano XII, nº 440, 28 de agosto de 1949, pp. 1.

⁶³⁰ Ao iniciar as análises sobre a expressão *berço da cultura e civilização goiana* perguntei a Héber da Rocha Rezende Jr. — um dos agentes culturais da cidade e estudioso dos eventos tradicionais — se ele saberia localizar quando a expressão fora cunhada. Ele me respondeu acreditar ter “origem no fato de que Goiás foi o ponto inicial da civilização Goiana, portanto, também da cultura; haja vista que o centro

Expressão da consciência que o Ocidente tem de si próprio, o conceito de civilização expressa, segundo Elias, a auto percepção ocidental de superioridade em relação a algumas culturas específicas, tradicionais ou “primitivas” e completa Elias que “com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo, e muito mais”(1994, 23). A aceção de Elias pode ser aplicada aos vilaboenses, que se orgulham de seu processo histórico, da garra com que sobreviveram às inúmeras adversidades, perdas e espoliações, das suas conquistas políticas, culturais e religiosas, da sua altivez, das suas boas maneiras, sua visão de mundo, seu jeito vilaboense de ser especialmente diferente.

Entendo que foi em decorrência da perda mais significativa sofrida pela cidade, que os vilaboenses passaram insistentemente a comunicar a mensagem crucial naquele momento: a de que a perda do estatuto de capital não lhes tirava o valor mais importante — *berço da cultura e civilização goiana*. O aniquilamento do prestígio político e econômico fez com que os vilaboenses investissem calorosamente na cultura; que já era percebida como de impressionante valor, conforme já foi relatado na primeira parte desta tese ⁶³¹.

Nice Monteiro Daher (85 anos) enfatiza a importância das ações sócio-culturais no momento da mudança da capital:

É uma espécie de elixir, um elixir de ânimo. Já com uma idéia definitiva da mudança, mas todo mundo querendo lutar para que a cidade tomasse personalidade. A parte social de diversão que lavou um pouco a alma do povo e a parte dessa luta dos jornais e da perspectiva de fixação tomou conta de todos e o povo trabalhou pela cidade. ⁶³² [grifo meu]

Observe-se que ela fala em tomar *personalidade*. A personalidade teve sua base na cultura e colaborou para que se engendrassse uma outra identidade para a cidade. Alguns anos depois, ao conceder-me outra oportunidade de ouvi-la falar sobre Goiás,

cultural do estado, desde os primórdios foi aqui”. Completou salientando o fato que “inicialmente a importância, inclusive política, centralizou tudo por aqui, sendo pólo irradiador. Eu mesmo já utilizei esta expressão em palestras e sempre a usei com este significado”.

⁶³¹ Eram inúmeros os poetas, escritores, jornalistas, artistas plásticos, musicistas e músicos, mestres em vários ofícios. Não é à toa que o primeiro presidente da Academia de Artes e Letras de Goiás tenha sido uma mulher; que as vilabenses tenham criados jornais já no fim do século XIX, que tenham sido maestrinas de orquestras e bandas, que se tenha fundado na cidade a Sociedade para o Progresso Feminino, etc. Em quase todas as casas as mulheres tocavam piano e falavam francês. Não é também à toa que se tenha sido criado na metade do século XIX o Gabinete Literário Goiano, que contava com milhares de exemplares de livros de literatura e ciência dentre outros.

⁶³² Entrevista concedida à autora em dezembro de 2001.

dona Nice reiterou essa idéia: *Eu sei que ficou todo mundo apaixonado e todo mundo querendo dar tudo pra ajudar a cidade, pra levantar a cidade. E o ambiente social, muito bom. Porque Goiás sempre foi, na realidade, a flor do estado quanto à cultura*⁶³³

Na década de 60, Élder Camargo de Passos liderou um grupo de vilaboenses e criou a OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições), que malgrado muito ativa na primeira década, só foi oficializada em 1978. Na primeira Ata registrada, consta o texto de uma carta endereçada para os membros da OVAT, a fim de que se manifestassem os mesmos sobre sua permanência na entidade. Nenhuma referência há ao *patrimônio*. *Cultura e arte são as categorias que fundamentam o trabalho dos jovens: O amor a nossa terra, às suas manifestações é que nos anima a manter de pé a iniciativa para novas promoções que visam sobretudo a perpetuação da cultura que deu à nossa terra a alcunha de Berço da Cultura Goiana*⁶³⁴.

Noutra reunião, ainda sem referência ao *patrimônio*, o presidente destaca o fato de terem o mesmo *ideal*, o de *zelar pelas nossas tradições culturais*⁶³⁵. A terceira reunião é marcada por um relatório extenso com todas as ações importantes realizadas pela OVAT, desde 1965. Permanece ausência da categoria *patrimônio*.

A quarta ata, de uma reunião realizada em 20 de setembro de 1978, a OVAT apresenta o texto do estatuto para aprovação da diretoria. É oportuno lembrar que o tombamento do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico”, tinha sido homologado em 18 de agosto de 1978, publicado no Diário Oficial em 29 de agosto de 1978 e comunicado ao Prefeito Municipal em 18 de setembro de 1978⁶³⁶. O estatuto da OVAT foi, portanto, votado pouco depois da divulgação oficial do acautelamento por parte do IPHAN. Os reflexos da política patrimonial já se fizeram sentir. Já no Capítulo I, “Da organização Vilaboense do nome e seus fins”, o artigo 1º faz referência ao *patrimônio*:

*A Instituição tem o nome de Organização Vilaboense de Artes e Tradições com a abreviação em sigla OVAT. Foi fundada em mil novecentos e sessenta e cinco (1965) por um grupo de jovens intelectuais e artistas da Cidade de Goiás, com o fim de preservar e soerguer o seu patrimônio cultural, artístico e tradicional*⁶³⁷
[grifo meu].

⁶³³ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006. O termo “apaixonado” é usado aqui no sentido daquele que sofre.

⁶³⁴ Reunião realizada no dia 17 de janeiro de 1978, Livro Ata da OVAT, p.1.

⁶³⁵ Reunião realizada no dia 2 de março de 1978, Livro Ata da OVAT, p. 2.

⁶³⁶ Processo de Tombamento 345-T.

⁶³⁷ Reunião realizada no dia 20 de setembro de 1978, Livro Ata OVAT, p. 5.

Arte, cultura e tradição servem agora como adjetivos do *patrimônio*. O artigo 2º também versa sobre a finalidade da entidade:

*A OVAT tem por fim promover todo e qualquer movimento artístico cultural em Vila Boa e como meta prioritária, a guarda e zelo de seus aspectos tradicionais e culturais, de seu aspecto físico, de seus usos, costumes, festas populares e religiosas. Proteger obras de arte antiga e contemporânea, como também os aspectos artísticos e culturais expostos ou não nos museus ou pertencentes a particulares*⁶³⁸.

Aqui é o *patrimônio* que fica subsumido em meio às várias outras categorias: *arte, cultura, aspectos tradicionais, aspectos físicos, usos e costumes*. Não consta como categoria norteadora dos fins a serem perseguidos pela OVAT, muito embora sejam todas essas categorias atualmente subsumidas pela noção de patrimônio intangível.

Contudo, o artigo 4º, referente às atribuições da diretoria, afirma que poderá *firmar acordos levantar campanhas que visem, dentre outras coisas, à preservação do aspecto físico de suas ruas, praças, aprovando e ajudando na fiscalização do tombamento feito pelo IPHAN*⁶³⁹. No que tange ao texto do Estatuto da OVAT, o patrimônio era apropriado pelo grupo que compunha a OVAT no seu aspecto material.

Se a categoria *patrimônio* não consta oficialmente das Atas da OVAT anteriores a 20 de setembro de 1978, já tinha sido referida ainda timidamente em outras situações, até mesmo rituais. Em palestra proferida no Gabinete Literário Goiano, no ano de 1968, o então presidente da OVAT, Élder Camargo de Passos, versou sobre as obras de arte de Goiás. Antes de enunciá-las retornou à origem da cidade que

*[...] criada pelo labor de seus filhos que sempre colaboraram dando tudo para vê-la forte, culta e acolhedora. E deste trabalho amoroso nos foi legado este oásis de cultura no centro do País, que desde os tempos do Brasil Reino conquistou a alcunha de “Berço da Cultura Goiana”. E porque esta denominação? Basta que raciocinemos um pouco e não nos faltarão respostas à pergunta. Sabemos que desde os primórdios do Arraial de Santana até os dias hodiernos, temos tido a ajuda de vários tipos de raças, que muito colaboraram para a nossa formação, como os portugueses, os espanhóis, os franceses, os alemães, negros, índios e outros. Cada um com o seu talento, com suas saudades, com seus instintos, com seus estímulos e com suas tradições doaram-nos um patrimônio de cultura incalculável. (Passos, 1968, s/p). [grifos meus]*⁶⁴⁰

O *berço da cultura goiana* abrigava a diversidade de tradições que se constituíram no legado patrimonial de uma *cultura incalculável*. O patrimônio servia

⁶³⁸ Reunião realizada no dia 20 de setembro de 1978, Livro Ata OVAT, p. 5, verso.

⁶³⁹ Reunião realizada no dia 20 de setembro de 1978, Livro Ata OVAT, p. 6.

⁶⁴⁰ A palestra foi proferida por ocasião da reabertura do Gabinete Literário Goiano.

para falar de artes, de culturas e de tradições. Ausente estava qualquer referência específica ao patrimônio edificado ou à malha urbana. A cultura é o maior *patrimônio* a ser preservado e legado para as futuras gerações. Estavam as ações da OVAT, conforme será apresentada da Parte III, muito mais direcionadas para a preservação daquilo que o IPHAN levou algumas décadas para denominar de “patrimônio imaterial”; muito embora essa categoria fosse ainda inexistente em Goiás, como em todo o Brasil até final do século XX⁶⁴¹.

Assim, enquanto os agentes da preservação do patrimônio, especificamente os técnicos do IPHAN (vilaboenses ou não), trabalhavam para a preservação dos bens edificados e da malha urbana; os agentes da cultura, sobretudo os membros da OVAT, mas também os *irmãos dos Passos* e membros de famílias tradicionais, trabalharam para a preservação das manifestações culturais e celebrações religiosas importantes para a cultura e identidade vilaboenses. Agiram ainda na salvaguarda e conservação de obras de arte, como as peças sacras abrigadas no Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Além da criação e abertura para visitação do Museu da Boa Morte, em 1968, a OVAT também elaborou, em 1970, os roteiros de visitação turística incluindo o Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra, Palácio Conde dos Arcos, Igreja da Abadia, Igreja do Carmo e Igreja de São Francisco. Élder Camargo de Passos se lembra desse período, em que

*fazia faculdade em Goiânia... Antolinda morava aqui. Então Antolinda e eu abríamos o museu. Eu vinha de Goiânia e o museu era aberto todo o final de semana ou quando vinha alguma autoridade, alguma visita importante nós recebíamos. E começamos a abrir outros locais, outras igrejas também, precariamente*⁶⁴².

A década de 70 marca várias ações que visaram ampliar o turismo ainda insipiente na cidade. O governo do estado colaborou neste processo quando construiu o Hotel Vila Boa, entre 1970 e 1974, durante gestão do Governador Leonino Caiado. A inauguração foi feita pelo governador Irapuan Costa Júnior, em 1975⁶⁴³.

Na década de oitenta, a expressão *berço da cultura* é referida para sustentar o projeto turístico em que estava sendo implementado na cidade, desde os anos setenta.

⁶⁴¹ Apesar de a categoria patrimônio imaterial constar da Constituição de 1988, entendo que apenas após a aprovação do Decreto 3.551 e 04 de agosto de 2000, ela foi realmente apropriada, por agentes locais e regionais da preservação em todo o país.

⁶⁴² Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

⁶⁴³ Foi administrado pela Goiastur e vendido para uma empresa privada na década de 90.

Élder Camargo de Passos sintetiza bem esta junção entre o valor histórico e cultural da cidade com o valor mercantil que poderia advir do turismo:

*Bem sabemos que a cidade de Goiás tem de uns anos para cá, se preocupado em valorizar mais a sua cultura, artes e tradições. Aqui, uma estrutura turística receptiva, vem desenvolvendo um trabalho com o intuito de divulgar e mostrar o que possuímos de valor, justificando a alcunha de “Berço da cultura e da civilização goiana”*⁶⁴⁴.

Assim o *berço da cultura goiana*, categoria de distinção local antes acionada simbólica e politicamente; ia cada vez mais sendo usada com fins econômicos. Uma “engenharia cultural” — envolvendo instituições civis, setor privado e público e Igreja Católica — garantiu que a cultura vilaboense fosse transformada em mercadoria. Os bens patrimoniais adquiriram “dupla função — “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (Choay, 2001, p. 211).

Em comemoração aos 40 anos de sua fundação, a OVAT publicou um pequeno livro no qual a categoria *patrimônio imaterial* é acionada como parte das ações que a OVAT desempenhou e que contribuíram para a conquista do título de patrimônio mundial. O texto de apresentação afirma que *é fundamental reconhecer uma Goiás antes e outra depois da OVAT*⁶⁴⁵. A distinção entre esses dois momentos, reside na eficácia das ações que articularam patrimônio arquitetônico ao imaterial:

*Um dos fatores que contribuiu para que a história e cultura da Cidade de Goiás extrapolassem as cercas vivas de serranias chegando a ser reconhecida pela UNESCO como patrimônio mundial é a forma com que, em sua trajetória, conseguiu aliar a preservação do acervo arquitetônico a um excepcional patrimônio imaterial. Não por acaso ostenta o título de berço da cultura goiana e, se não bastasse, é o berço de toda uma região que forma o coração do Brasil*⁶⁴⁶.

A categoria patrimônio imaterial é apropriada no sentido de fundamentar o *berço da cultura goiana*, onde *tradições e indivíduos encontraram terreno fértil para a figuração nos autos do passado em múltiplas vertentes que tecem nossa diversidade e*

⁶⁴⁴ Élder Camargo de Passos, “Goiás – Cidade Turística”, *Cidade de Goiás*, Goiás, junho de 1985, p. 2.

⁶⁴⁵ OVAT: *40 anos promovendo a cultura e resgatando as tradições*. 2005, p. 4. Material que me foi, gentilmente, enviado por Héber da Rocha Rezende Júnior.

⁶⁴⁶ OVAT: *40 anos promovendo a cultura e resgatando as tradições*. 2005, p. 3. Material que me foi, gentilmente, enviado por Héber da Rocha Rezende Júnior.

singularidade: literatura, história, música, artes plásticas, educação, arte popular e áreas diversas ⁶⁴⁷.

Entretanto, outros vilaboenses têm uma postura crítica sobre a apropriação, por parte da elite cultural, da expressão *berço da cultura goiana*. Goiandira Ortiz de Camargo avalia que até certa idade se orgulhou da expressão, mas que já adulta, refletindo criticamente sobre a cidade entendeu que de nada *adiantava embalar o berço, se já tinham jogado a criança fora há muito tempo* ⁶⁴⁸. Percebeu que *se cultuava um passado oco e que alguns do centro histórico faziam questão de manter a cidade como um museu morto, sem vida, sem participação das pessoas, que de fato poderiam usufruir e até construir uma nova história para a cidade*. Avaliou que assim sendo agenciado, *o berço não teria vida, não teria renovação nenhuma e mantê-lo dessa forma era interessante para muita gente que se julgava guardião da cultura da cidade* ⁶⁴⁹.

Em texto publicado, Goiandira Ortiz de Camargo afirmou que a “*materialidade simbólica*” própria do discurso de Cora Coralina, *fez com que se apagasse da memória dos goianos a expressão emblemática “berço da cultura goiana”* ⁶⁵⁰, *que consolou, durante muito tempo, os vilaboenses, feridos em seu orgulho com a mudança da capital* ⁶⁵¹.

Se o grupo de agentes da cultura e do patrimônio trocou o *berço* por *Cora*, manteve, segundo Goiandira, o poder sobre a nova simbólica, pois

Cora não é dos vilaboenses, não é daqueles que ela fala, dos trabalhadores humildes... Pelo contrário, é de uma elite que cuida para que ninguém tenha acesso a ela em termos de estudo, de apreciação de sua literatura. Quem

⁶⁴⁷ OVAT: 40 anos promovendo a cultura e resgatando as tradições. 2005, p. 3. Material que me foi, gentilmente, enviado por Héber da Rocha Rezende Júnior.

⁶⁴⁸ Diálogo estabelecido entre mim e Goiandira, por meio de correspondências eletrônicas, em novembro de 2006.

⁶⁴⁹ Idem.

⁶⁵⁰ Uma matéria de turismo que traz informações sobre pequenas cidades do Brasil que merecem ser visitadas, consta o seguinte texto sobre Goiás: “Querida vovó, quero mais doces de banana e de leite”. Assim começa uma carta destinada à quituteira, poeta e avó Cora Coralina, homenageada com um belo museu, a Casa de Cora Coralina, na cidade em que nasceu e que é patrimônio cultural mundial, segundo a Unesco. A tradição doceira de Goiás dura até hoje. Dê um pulo na casa de dona Sílvia e experimente o alfenim, um doce de polvilho que ela faz no formato de bichinhos e flores. Para comprar ou pedir licença para vê-la ao fogão, é só bater no número 38 da Praça Brasil Caiado, em frente ao chafariz” {grifos do autor da matéria}. Nem uma palavra sequer sobre a cultura, as festas, as celebrações e manifestações culturais vilaboenses. Avaliable from <http://viagemetourismo.abril.uol.com.br/vt/edicoes/139/brasil/conteudo_229790.shtml> Access on 05 de maio de 2007. Matéria publicada na Revista Viagem e Turismo. Ed. 139 de 01 de maio de 2001.

⁶⁵¹ Goiandira Ortiz de Camargo, “Becos e Versos de Goiás”, *Goyaz Poesia – Festival de Poesia de Goiás*, 2006, p.9.

*conhece os arquivos dela? São de uso restrito, só para quem a Casa [de Cora] autoriza*⁶⁵².

Seja o *berço da cultura*, seja Cora Coralina, o que importa destacar é a apropriação que deles fizeram os agentes da cultura e do patrimônio. Ressalte-se ainda que a cultura ao qual a expressão (*berço da cultura*) faz referência não é qualquer cultura, nem de qualquer pessoa. O mesmo acontece com Cora Coralina que muito significa para *fora do estado e no estrangeiro*, [mas] *isso não diz muito para os vilaboenses, que sempre tiveram uma relação esquivada com ela*⁶⁵³. Segundo Goiandira, *a imagem dela se distorce em alguns agentes do patrimônio*⁶⁵⁴.

Tanto o *berço da cultura*, quanto Cora (e apropriação de sua obra) dizem respeito ao *centro histórico* e às famílias tradicionais. Enquanto a cidade se resumia a esta configuração espacial — *centro histórico* e poucos bairros contíguos — a cultura vilaboense era sempre contraposta à cultura não vilaboense; ou seja, aos de fora, uma vez que todos os de dentro estavam circunscritos no espaço tradicional, único existente. Porém, com ampliação do espaço urbano, a partir do fim da década de setenta e chegada dos migrantes nos novos bairros, a categoria *cultura* passa a ser contraposta àqueles recém chegados, não *filhos de Goiás*, não tradicionais; e por isso, não legítimos para compartilhar daquela *cultura*.

A categoria *cultura*, traço diacrítico em meio às outras cidades do estado tinha que ser acionada dentro da própria cidade. A mesma categoria que cumpriu uma missão unificadora no contexto local quando da mudança da capital, cumpriria a partir da década de setenta a missão de distinção interna ao espaço urbano. A *cultura* passou a ser a categoria usada como estratégia de exclusão e o traçado patrimonial foi importante neste trabalho de seleção e exclusão que ocorreu no espaço urbano de Goiás.

Os moradores tradicionais da cidade compartilham da idéia de que a cidade de Goiás é singular. Conversava com Jecirene de Alencastro Simões Correia, moradora do *centro histórico*, sobre a relação entre a mudança da capital e a conquista do título, e perguntei o que ela sentiu ao testemunhar a conquista do título.

Um resgate! Olha, eu sempre tive orgulho de ser de Goiás e sempre vi que as pessoas tinham um respeito muito grande. A minha filha sentiu isso, quando eu me mudei pra Goiânia, quando a gente falava que era de Goiás era diferente a

⁶⁵² Diálogo estabelecido entre mim e Goiandira, por meio de correspondências eletrônicas, em novembro de 2006.

⁶⁵³ Diálogo estabelecido entre mim e Goiandira, por meio de correspondências eletrônicas, em novembro de 2006.

⁶⁵⁴ Idem.

*receptividade... do que falar, “eu sou de Paraúna”, eu sou de “Iporá”. Porque as pessoas tinham, de Goiás, a noção de que era uma cidade culta... Então, a gente era considerado um ser respeitado. Eu sempre tive como referencial que Goiás era uma cidade peculiar nesse sentido.*⁶⁵⁵[grifos meus]

Esse *ser respeitado* aprendeu a marcar eficazmente, no sentido de impor, a sua distinção. No *Dossiê* há referência a essa auto-percepção: “Salta à vista, no contato com os cidadãos de Goiás, o valor que estes atribuem a si próprios como detentores desse patrimônio e como protagonistas vivos da sua história” (*Dossiê*, Anexo IV, 1999, p.1). O texto cita ainda um pequeno trecho, de uma das 90 entrevistas que compõem o Inventário Nacional das Referências Culturais (INRC), em que Anderson Cavalcante Coelho afirma que “Goiás é um povo”⁶⁵⁶.

Havia que delimitar diferenças entre moradores do *centro histórico* (e áreas contíguas antigas) e moradores dos bairros recém criados. Tal demarcação não só permaneceu como se acentuou e trouxe implicações importantes para o sistema patrimonial, sobretudo após a enchente de dezembro de 2001.

7.3. Centro histórico e periferia

As categorias *centro histórico* e *periferia* são recentes na história da cidade de Goiás. É preciso destacar primeiro a contextualidade — interação no tempo-espaço — no qual a “rivalidade” surge; posto que o antagonismo, hoje estabelecido, não fazia nenhum sentido antes (1) da instituição das políticas de preservação do patrimônio, (2) da expansão urbana periférica e (3) da incorporação do turismo como atividade econômica. A apropriação das categorias *centro histórico* e *periferia* em Goiás é fruto de vários processos sócio-econômicos e políticos inter-relacionados numa mesma conjuntura. Devemos indagar tal qual Ginsburg sobre que sistema é esse no qual se inserem, de cada vez, os dois membros centro/periferia⁶⁵⁷?

A ampliação da área tombada, em 1978, destacou um centro de valor “histórico”; o que foi rapidamente incorporado pelos moradores como categoria de diferenciação social, pois que simultaneamente se dava a expansão urbana de Goiás. Ao

⁶⁵⁵ Entrevista concedida à autora em junho de 2002.

⁶⁵⁶ *Dossiê*, Anexo IV, Entrevista 18, p. 30.

⁶⁵⁷ Ginsburg aborda a relação centro-periferia quando de sua análise sobre a história da arte italiana (1989).

mesmo tempo em que o IPHAN reconhecia o valor histórico do local ⁶⁵⁸ — local aqui entendido como parte do palco de interação social — das famílias tradicionais, outras famílias não tradicionais, não *filhos de Goiás*, migrantes, construíam uma “outra cidade”. É também o momento em que alguns vilaboenses, se apropriando do valor diferenciado da cidade, agiram no sentido de torná-la turística.

Ficou assim instituída a nodalidade do centro, que como em todas as outras cidades, segundo Soja (1993), “define e dá substância à especificidade do urbano” conferindo-lhe seu “sentido social e espacial singular” (p. 241). A centralidade deve, pois, ser entendida como uma qualidade atribuída ao espaço, um valor estabelecido segundo uma escala e fixado a um lugar; e não como um atributo intrínseco de um lugar (Monnet, 2000). Postulado que leva Monnet a colocar questões como: “quel acteur géographique accorde quel sens et quelle localisation à celle qualité? Comment les différents regards portés sur l’espace conçoivent/construisent-ils un même lieu? (2000, p, 400). Defende Monnet a idéia de uma centralidade simbólica, à medida que os atores geográficos hierarquizam alguns lugares em relação a outros, em função de sua importância simbólica (2000, p. 407).

Na relação entre simbolização, hierarquização e centralização, Monnet propõe uma escala de medidas que podem ser usadas para operar a caracterização de um lugar como sendo uma centralidade simbólica. (1) pela importância do que é simbolizado dentro da escala de valores, em função de qual ator geográfico opera a simbolização; (2) pelo tamanho ou detalhes do símbolo (seja por ter grande visibilidade ou por ter idade muito antiga ou muito moderna); (3) por concentrar um número de coisas simbolizadas e (4) por concentrar um grande número de símbolos em um único espaço (2000, p. 407). Aplicadas ao *centro histórico* de Goiás, todas essas escalas de medida se confirmam.

Foram os valores históricos, culturais e estéticos, as qualidades acionadas pela elite cultural — em configurações diferenciadas — no decorrer da segunda metade do século XX, em um processo que culminou com a nodalidade do centro, garantindo assim a reprodução de uma determinada e tradicional ordem social e a preservação da área tombada e de várias manifestações culturais. Ressalta Monnet que “quand des acteurs géographiques créent des symboles, convertissent en symboles des objets

⁶⁵⁸ Na extensão do tombamento realizada em 1978, pelo IPHAN, a referência à área tombada é feita da seguinte maneira: “roteiro histórico e artístico de Goiás” (Fundação Pró-Memória, 1983). Posteriormente o IBPC atribuirá oficialmente à área o nome de “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás” (Portaria 001, de 22 de abril de 1993). Contudo no cotidiano das práticas na cidade a área tombada é referida como *centro histórico*.

spatiaux préexistants ou augmentent l'importance symbolique de certains lieux, ils contribuent à hiérarchiser les espaces sur lesquels ils interviennent" (2000, p. 408).

Quando o centro é destacado, definido e apropriado como uma parcela urbana distinta, o é em forma de *histórico*. Desta feita, tão logo a categoria *centro* surge como categoria orientadora das relações e do espaço urbano, já o é adjetivada, indicando que o valor da diferença se baseia na temporalidade. Instituído como histórico, o *centro* passou a representar metonimicamente toda a cidade (Delgado, 2005), assim como acontecera com a expressão *Goiás Velho* (Veiga Jardim, 2003; Tamasso, 2001a) e com a designação para os nascidos na cidade como sendo os *goianos*.

Se antes não se fazia referência a um centro, era porque o que existia era percebido como uma unidade. A unidade estava dada por duas metades: um lado e o outro do rio, que compreendiam, no início do processo de formação do núcleo urbano, conforme já apresentado na Parte I, o espaço do poder, da ordem e das irmandades dos homens brancos e pardos, e o espaço do impuro, e das irmandades dos homens negros. As clivagens sociais eram constitutivas desta sociedade, regida por um mesmo sistema simbólico. No espaço urbano este sistema social se refletia numa hierarquia estabelecida entre um lado e outro do rio; e para cada lado se impunha, conforme já foi revelado, outra hierarquia para os espaços urbanos denominados de largo, rua, travessa e beco. Não havia distinção entre *centro* e *periferia*, mas antes entre *largo* e *beco*.

Com a chegada dos migrantes esta unidade se vê regionalizada em setores que não comungam deste sistema simbólico. O fato de que moradores tradicionais e migrantes não compartilhem um passado comum é fundamental para a constituição da diferença cultural, pois como destacou Paul Bois é o tempo e a história que fazem a região e não o espaço ⁶⁵⁹ (apud Bourdieu, 2000).

Salientes-se que para a geografia, as categorias centro e periferia, não existem senão uma em relação à outra; sendo o centro definido pelo exercício de uma competência ou de um poder sobre uma área, cujos limites constituem a periferia (Monnet, 2002, p. 7). Assim, simultaneamente ocorrem dois processos inter-relacionados. O primeiro diz respeito tanto ao de reforço da nodalidade do centro, com base nos valores históricos, de antiguidade, estéticos e culturais, quanto à instituição de uma "paisagem de poder" (Zukin, 2000a), em decorrência do processo de

⁶⁵⁹ Paul Bois analisou a relação entre opções políticas e geografia eleitoral entre os camponeses do Oeste da França. Paul Bois, *Paysans de l'Ouest, des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire*, Paris-Haia, Mouton, 1960.

enobrecimento (a ser analisado na Parte III). O segundo concerne à regionalização — “modos como a organização tempo-espaço de locais é ordenada dentro de sistemas sociais mais abrangentes” (Giddens, 1989, p. 99) —, que fará a classificação e divisão do espaço urbano em *centro* e *periferia*.

A oposição centro/periferia ganha efeito em meados da década de oitenta. As classificações *centro* e *periferia* são entendidas como “produtos de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (Bourdieu, 2000, p. 115). Mas estas classificações foram operadas diferente e simultaneamente por dois grupos, muito embora não se excluam.

De um lado pelo IPHAN e elite cultural que a ele se uniu em defesa do patrimônio local, por afirmarem a fronteira entre a área tombada, o entorno e a área de expansão do século XX; esta última, em sua maior parte referida como *periferia*. Neste caso a distinção se baseia em aspectos estéticos e históricos, “critérios ditos ‘objetivos’, precisamente os que os doutos conhecem, [e que] são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento” (Bourdieu, 2000, p. 120).

De outra parte, como no bairro de Winston Parva, uma comunidade de periferia urbana analisada por Elias e Scotson (2000), a fronteira foi operada pela elite cultural e pelos moradores tradicionais do *centro histórico*, por afirmarem uma distinção baseada na origem, na antiguidade de residência das famílias na cidade, nos dons e bens herdados, nos códigos culturais e no passado comum compartilhado. Assim, “o poder do grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (Bourdieu, 2000, 117).

Tanto no caso do IPHAN, quanto da elite cultural e moradores tradicionais, é preciso não se esquecer que os critérios “objetivos” de identidade regional, como afirma Bourdieu “são objeto de *representações* mentais [...] e de *representações* objetais” (2000, p. 112). O *centro histórico* — esse “elemento central da nova sintaxe urbana” (Peixoto, 2003a, p. 212) — é lugar referencial da identidade do vilaboense tradicional. Urge indagar sobre o que entendem os vilaboenses quando se referem ao *centro histórico*.

Vários são os pesquisadores que produziram artigos, monografias e dissertações sobre a cidade de Goiás, seja do ponto de vista arquitetônico, urbanístico e geográfico (Borges, 1998; Galvão 2001; Martins, 2003; Moraes, 2001; Santana, 2005a; Silva Neto, 2003; Veiga Jardim, 2003; Alencastro, 2003), seja com ênfase na arqueologia (Godoy,

2003) e manifestações culturais (Carneiro, 2005; Fraga, 2002; Santana, 2005b), na relação entre turismo e patrimônio (Poletto, 2003) ou abordagens específicas sobre o título de patrimônio mundial (Delgado, 2005; Fraga, 2005). Contudo, não se fez ainda uma análise da categoria *centro histórico*, para o caso de Goiás.

Do ponto de vista administrativo pode-se constatar a inexistência da categoria “centro” na cidade de Goiás ao se observar a “Planta dos Valores Imobiliários”, aprovados pela Câmara Municipal de Goiás. Não há nenhuma área da cidade especificada como “centro”⁶⁶⁰. O Plano Diretor de 1996 versa sobre as normas para a “área de Preservação do Patrimônio Histórico”, que corresponde às áreas tombadas e de entorno estabelecidas pelo IPHAN, sem qualquer referência à categoria *centro* ou *centro histórico*.

Em termos técnico-formais o IPHAN não faz referência à categoria *centro histórico*⁶⁶¹. A área da cidade tombada pelo IPHAN é sempre referida oficialmente como “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás”, ao qual se acrescentam “as diversas áreas da sua vizinhança, designadas doravante de entorno” formando a “área total de proteção” do IPHAN⁶⁶². A cidade, para o IPHAN, está definida em três aspectos: (1) área tombada, “compreendida como o meio ambiente urbano, natural e construído, representativo da soma dos períodos históricos da cidade de Goiás desde sua fundação como Arraial de Sant’Anna, até a mudança da capital do estado de Goiás para Goiânia”; (2) área de entorno, “com características complementares a área tombada, por sua proximidade, ou compatibilidade, ou como componente da leitura espacial e ambiental, ou, ainda, como referência do contexto cultural”⁶⁶³ e (3) área de expansão do século XX. O “entorno” é dividido em sub-áreas, denominadas “setores” com as seguintes especificações:

“I – Setores A1, A2, A3 e A4 caracterizados como áreas de interesse ambiental e ecológico.

⁶⁶⁰ Autógrafo N° 47/2001, Planta de Valores Imobiliários do Município de Goiás para o exercício de 2002. Câmara Municipal de Goiás, 2001.

⁶⁶¹ Para tal assertiva baseio-me em vários documentos anexados ao Processo de Tombamento N° 345-T-42 e na Portaria Regional 001, de 22 de abril de 1993, do IBPC. Exceção é o Dossiê enviado à UNESCO, no qual o “bem” que está sendo candidato ao título é descrito como “centro histórico da cidade de Goiás”. A categoria “centro histórico”, usada em âmbito mundial pela UNESCO, é então incorporada ao discurso do IPHAN.

⁶⁶² IBPC, Portaria Regional 001, de 22 de abril de 1993, artigo 1°.

⁶⁶³ Op. cit, artigo 1°.

II – Setores B1, B2 e B3, compreendendo as sub-áreas urbanas já adensadas, com tendência ao aumento de atividades comerciais e a consolidação do perfil e da malha urbanas.

III – Setores C1, C2 e C3 compreendendo as sub-áreas constituídas até meados do século XIX com características urbanas assemelhadas aquelas da área tombada.”⁶⁶⁴

As normas para intervenção no entorno visam à manutenção “da visibilidade originária dos monumentos e conjunto urbano”, “das relações de volume e cor do ambiente”, das “fachadas originais”, do “alinhamento de fachadas das edificações vizinhas”, “conservação interna dos espaços e a integridade das estruturas”, das telhas “canal ou colonial (capa e bica)”⁶⁶⁵.

Entre a área tombada, área de entorno e zona paisagística, localiza-se os bairros não contemplados pela conservação patrimonial — a área de expansão do século XX — pelo simples fato de não portarem qualquer valor sobre os quais se baseiem as políticas daquela instituição.

A representação cartográfica da cidade de Goiás empreendida pela IPHAN — como a de um mapa mundial, que separa as nações por cores distintas (Malkki, 1999)⁶⁶⁶ —, fragmenta o espaço da cidade dividindo-o por cores diferentes em função dos diferentes tipos de urbanismo, arquitetura e culturas; “cada uma delas ‘enraizada’ em seu devido lugar” (Gupta e Ferguson, 2000, p. 32), criando assim “paisagens de poder” (Zukin, 2000) (Mapa 8 - página 168 e Mapa 16 no Anexo X).

Interpreto a classificação do IPHAN da seguinte forma: (1) com valor patrimonial; (2) sem valor patrimonial em si, mas importante para garantia dos valores da área tombada; (3) sem qualquer valor patrimonial e sem nenhuma relação imediata

⁶⁶⁴ IBPC, Portaria 001, de 22 de abril de 1993. Foram-me disponibilizados apenas a Portaria 001 de 22 de abril de 1993 e o Anexo II referente a ela. Os Anexos I e o III não me foram disponibilizados. Como o Anexo I versa sobre os logradouros compreendidos na área tombada, consegui-o por meio da Certidão do Tombamento. Ainda assim, creio serem ambos os documentos de especial valia para a análise que aqui intento, pois poderiam revelar tentativas de resolução das incongruências apresentadas anteriormente. O primeiro ofício solicitando a referida documentação foi protocolado em 8 de maio de 2002, junto à 17ª Sub-Regional do IPHAN em Goiás; e o segundo em 14 de novembro de 2006, junto à 17ª Superintendência Regional do IPHAN em Goiânia. Por ocasião deste último ofício foi-me entregue um Mapa com a atual delimitação das áreas tombada e de entorno, no lugar da Planta Cadastral que compõe o Anexo III.

⁶⁶⁵ Op. cit, artigos 8º, 9º e 10º.

⁶⁶⁶ Segundo Malkki, “one country cannot at same time be another country. The world of nations is thus conceived as a discrete spatial partitioning of territory; it is territorialized in the segmentary fashion of the multicolored school atlas” (1999, p. 55)

para com a preservação da área tombada. Assim o IPHAN hierarquiza o espaço urbano em regiões com maior, menor ou nenhum valor patrimonial. Ato de autoridade que circunscreve a região e impõe a “definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social” (Bourdieu 2000, p. 114).

Ocorre que o espaço urbano é vivido engenhosamente no cotidiano dos moradores das cidades, com suas próprias percepções, representações e apropriações do espaço. É aqui que eu acredito residir a riqueza de dados e a contribuição analítica da perspectiva antropológica. O *centro histórico*, para os moradores da cidade de Goiás, não corresponde *ipsis litteris* à área de proteção delimitada cartesianamente pelo IPHAN. Para os moradores da cidade — tanto de dentro do *centro histórico*, quanto de fora ⁶⁶⁷, — o *centro histórico* pode ser compreendido, atualmente, por todo o núcleo urbano mais antigo, inclusive as ruas que já tenham sido parcialmente descaracterizadas; o que pode incluir o entorno ou parte do entorno, como as ruas próximas ao Rio da Prata e a Rua Santa Bárbara.

Em várias ocasiões em que perguntei a moradores do *centro histórico* o que estaria compreendido pelo *centro histórico*, observei que eles deram início a um percurso mental pela cidade, no qual procuravam por casas antigas. As ruas que ainda abrigassem casas muito antigas eram oralmente memoradas: *na Rua Ernestina tem a casa do seu fulano* ou ainda, *na Bolívar [antiga Rua da Lama] tem aquela casa com sobradinho* ⁶⁶⁸.

A “memória topográfica” (Bolle, 1994) era acionada a fim de se definir um limite, que foi sempre estabelecido em função da presença de casas antigas. Ou seja, os moradores tradicionais extrapolam os limites da área tombada, uma vez que consideram histórico tudo o que é *antigo*. Os vilaboenses, sobretudo os tradicionais, elegem e delimitam o *centro histórico*, em suas “práticas cotidianas”, para além dos limites impostos pelo IPHAN. Fato que também se comprova pela análise das 90 entrevistas do INRC realizado em Goiás em 1999. À pergunta “para você, qual é, aproximadamente, a delimitação do *centro histórico* na cidade” ⁶⁶⁹, as respostas abaixo relacionadas revelam a diversidade de representações sobre o *centro histórico*

⁶⁶⁷ Moraes (2001) comprova que os moradores do João Francisco têm dificuldades em definir o que seria a área tombada ou centro histórico da cidade de Goiás; incluindo como tombados setores do próprio bairro do João Francisco e outros bairros da cidade.

⁶⁶⁸ Na Rua Bolívar não existe mais a *casa com sobradinho*, demolida em 2005.

⁶⁶⁹ Dossiê (1999), Anexo IV, p. 15.

*Não tem essa divisão, a cidade toda é histórica!*⁶⁷⁰

*Eu só excluiria do centro histórico os bairros novos — o João Francisco e o Jardim Vila Boa — o restante faz parte da história da cidade; pode até não ter uma presença arquitetônica significativa, não é só isso, as casas mais simples, mais humildes estão lá há muitos, muitos e muitos anos!*⁶⁷¹

Muito embora o entrevistado não tenha citado os nomes de outros bairros novos (o que ampliaria sua lista de exclusão), muitos são os bairros mais novos que não abrigam casas antigas, nos termos colocados pelo entrevistado. Talvez, ele tenha englobado todos os outros bairros novos no bairro do João Francisco, como o fazem inúmeros outros vilaboenses, conforme será analisado ainda neste capítulo.

O fato é que *centro histórico* é, em geral, mais ampliado do que a área delimitada pelo instituto do tombamento. O que não significa dizer que seja igualmente compreendido por todos os moradores como tendo a mesma configuração. Alguns incluirão ao *centro histórico* uma área do entorno. Outros incluirão todo o entorno e terão dúvida sobre algum trecho que não está inserido no entorno. Outros terão dúvida sobre a delimitação da área tombada, pensando-a menor ou maior do que o é, conforme a lei de proteção. É nas práticas cotidianas que se pode observar a criação destas “frases imprevisíveis num lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas” (de Certeau, 1994, p. 97).

Há, por parte dos moradores de fora do *centro histórico*, um ressentimento e, por vezes, uma recusa em serem referidos como *periferia*. No Fórum de Desenvolvimento do Município organizado pelo Sebrae na cidade, uma jovem indagou da possibilidade de substituir *áreas periféricas por área de entorno*⁶⁷². Nenhuma solução foi dada naquele momento. Ocorre que, no caso proposto pela jovem, a *área de entorno* seria maior do que o “entorno” conforme tecnicamente concebido pelo IPHAN na Portaria 001, de 22 de abril de 1993. Isto porque enquanto para o IPHAN o entorno é uma área específica e delimitada objetiva e tecnicamente, que tem a função de proteger a área tombada; para a moça, o entorno seria tudo o que não é *centro histórico*, isto é, incluiria o entorno (como designado pelo IPHAN) e todos os outros bairros para além do entorno.

⁶⁷⁰ Adelaide da Silva Oliveira (81 anos), moradora tradicional do centro histórico. Dossiê (1999), Anexo IV, Entrevista Nº.58, s/p.

⁶⁷¹ Fernando Passos Cupertino de Barros (40 anos), Dossiê (1999), Anexo IV, Entrevista Nº. 65, s/p.

⁶⁷² Registro feito no Caderno de Campo em 06 de fevereiro de 2002.

Há mesmo uma dificuldade incontestável de apropriação, por parte da população, da classificação feita pelo IPHAN, que pode ser entendida de duas maneiras, que não se excluem. Primeiro pelo fato de que os moradores reconheçam como valor patrimonial o que está compreendido nas áreas antigas, mesmo que estas estejam localizadas fora da área tombada e estejam, em geral, parcialmente descaracterizadas. Uma casa antiga é sinal de antiguidade do lugar, portanto, passível de ser considerado parte do *centro histórico*. Neste caso, trechos do entorno são incluídos como sendo *centro histórico*. Esse procedimento de inclusão ou exclusão é repleto de subjetividade e pode ser fruto de inúmeros estímulos e motivações. Pode, por exemplo, decorrer da pretensão de ter seu próprio imóvel inserido em área tombada ou entorno, sobretudo após a campanha para a conquista do título de patrimônio mundial; ou, ao contrário, desejá-lo fora dela. Constituem-se como as trilhas que “continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam astúcias de interesses e de desejos diferentes” (de Certeau, 1994, p. 97).

Outra resposta para a dificuldade de assimilação da delimitação precisa da área tombada e do entorno se dá pela própria lógica burocrática do processo de patrimonialização somada às falhas no sistema de comunicação entre IPHAN e moradores da cidade ⁶⁷³. Apesar de o *centro histórico* ter sido tombado em 1978, a delimitação do entorno bem como a lei quanto às intervenções urbanas — área tombada e entorno — somente foram criadas quando da publicação da Portaria 001 de abril de 1993 ⁶⁷⁴. Acredito que a divulgação, por parte do IPHAN, da delimitação da área de entorno não tenha sido suficientemente eficaz, causando dúvidas nos proprietários das áreas contíguas ao “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico” tombado. A não apropriação, por parte dos moradores, da divisão e classificação em área do “entorno” e “área tombada”, somada à percepção própria de cada vilaboense e às táticas e astúcias com que se apropriam do espaço urbano, pode ser motivo para que eles chamem de *centro histórico* o que é oficialmente “entorno” do centro.

O fato de que os moradores do *centro histórico* e entorno não tenham se apropriado com exatidão da classificação feita pelo IPHAN, tem trazido embaraços para ambos, que serão analisados à luz dos conceitos de estratégias e táticas de Certeau (1994; 1997). Tanto os moradores realizaram, por vezes, intervenções indevidas não

⁶⁷³ Sobre falhas e dificuldades de comunicação entre setores públicos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural e moradores de áreas protegidas, conferir análise de Botelho e Andrade (2005) para o caso de Belo Horizonte.

intencionalmente (não desconsiderando os casos nos quais os moradores realizaram intervenções intencionalmente), quanto o IPHAN notificou proprietário de edificação que ainda estava fora de sua jurisdição⁶⁷⁵.

Uma representação é indistinta em meio à diversidade dos moradores: opõem o *centro* à *periferia*. Sendo “alegoria ao mesmo tempo espacial e política” (Lacoste apud Ginzburg, 1989) a *periferia* em Goiás é formada por todos os espaços de urbanização recente; não apenas por serem de urbanização recente e, por isso, desprovidos das qualidades estéticas e históricas do *centro histórico*, mas também porque seus habitantes são, sobretudo, oriundos de Minas Gerais, da zona rural do município e de outras cidades do estado. Uma multiplicidade de culturas e identidades, que se inscreveram no espaço urbano de Goiás. A distinção entre *centro histórico* e *periferia* não é somente formal e estética, no sentido de arquitetônica e urbanística; é acima de tudo social. A fronteira aparentemente estabelecida pela estética é a materialização da fronteira social entre os “de dentro” e os “de fora”, os vilaboenses e o migrantes⁶⁷⁶.

Elias e Scotson (2000) afirmam que o “encontro entre grupos antigos e novos e a pressão que os obrigou a conviverem como membros de uma mesma comunidade não foram acontecimentos ao acaso”, pois ainda que sejam “episódios pequenos”, são “característicos dos processos a longo prazo e em larga escala”, que estão acontecendo em muitas “comunidades do mundo inteiro” (p. 68). Inspiro-me em Elias e Scotson para afirmar que a relação entre moradores tradicionais e migrantes na cidade de Goiás, pode ser tomada como um “modelo” que indique “a impotência com que as pessoas podem cair na cilada de situações de conflito por força de desenvolvimentos específicos”. Elias e Scotson acreditam que ao demonstrar e explicar a “natureza desta armadilha, talvez o modelo nos ajude, sendo mais desenvolvido, a aprender pouco a pouco como desmontá-la e enfrentar melhor os problemas que ela suscita” (p. 69).

Perguntei a um membro da elite cultural se ele sabia localizar quando havia começado um discurso de rivalidade entre João Francisco e *centro histórico*:

⁶⁷⁴ Portaria 001 de 22 de abril de 1993, IPHAN / Minc.

⁶⁷⁵ Uma área urbana que passava por análise no IPHAN para ser incorporada na área do entorno, foi tratada como já estando no entorno; o que gerou uma contenda constrangedora tanto para o proprietário, que teve que se expor questionando a legalidade da ação da instituição preservacionista, quanto para o próprio IPHAN, que teve que se justificar quanto à ação institucional em área fora de sua jurisdição.

⁶⁷⁶ Na pesquisa realizada em Santana do Parnaíba (SP) Magnani também destaca a distinção operada pelos parnaibanos entre os “de fora” e os “de dentro”. Além disso, sendo uma pesquisa que teve como propósito analisar as “heterogeneidades” da população e “suas opiniões a respeito do patrimônio” (2007), tombado pelo CONDEPHAAT, ela permite várias outras similaridades com o caso de Goiás.

É recente, é de agora da década de oitenta, noventa pra cá. Porque até então quem morava no João Francisco... mais humildes... mas que participavam da vida do centro da cidade. Porque era uma vida única da cidade, dado o tamanho dela. Agora não, ta diversificando... tem... o João Francisco é como um bairro separado da cidade. Um Goiás novo! Com “n” atrativos, com “n” coisas que faz essa divisão automática.⁶⁷⁷

A diversidade (com seus *atrativos*) faz a *divisão automática*. Assim, “o espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar como espaço dos estilos de vida ou como conjunto de *Stände* ⁶⁷⁸, isto é, grupos caracterizados por estilos de vida diferentes” (Bourdieu, 2000, p. 144).

Observem também a referência ao momento em que havia “uma vida única”, momento em que os moradores no João Francisco, até os *mais humildes [...]* *participavam da vida do centro*. Significa dizer que participavam das celebrações religiosas, festas de padroeiros, festa do Divino etc. Na época referida, os moradores de fora do *centro* eram conhecidos de todos. João Francisco era periférico em relação ao *centro*, mas mantinha relação de contigüidade e de reprodução social.

Goiás era segundo Dom Tomás Balduino, “uma pequena ilha, um pequeno reduto”, que “depois foi crescendo pela periferia” ⁶⁷⁹. É quando João Francisco e os outros bairros contíguos a ele começam a receber um número grande de migrantes, que os *filhos de Goiás* sentem necessidade de delimitar o que estava compreendido no *centro histórico* e o que ficava fora dele. Isto porque a diversidade se instalou ao lado, “já então uma comunidade muito mais plural, muito menos homogênea” ⁶⁸⁰, conforme avaliação de Dom Tomás.

Entendo que foi a partir da constituição desses novos bairros, que o vilaboense tradicional sentiu a necessidade premente de contrair-se no *centro histórico* e de lá controlar quem nele entra e sai literal e metaforicamente. Isto porque caso não o fizesse correria o risco de testemunhar a diluição da *cultura e civilização goiana*, dada à variedade cultural que se apresentava nos novos espaços urbanos. Segundo Bourdieu, “na lógica propriamente simbólica da distinção — em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente como diferente [...] — qualquer

⁶⁷⁷ Entrevista concedida à autora em 2002.

⁶⁷⁸ Segundo Bourdieu, o *ständ* weberiano “é a classe construída por meio de um recorte adequado do espaço social quando ela é percebida segundo as categorias derivadas da estrutura desse espaço” (2000, 144-145).

⁶⁷⁹ Entrevista concedida à autora em maio de 2002. É oportuno informar que Dom Tomás assume o bispado em Goiás em 11 de dezembro de 1967; permanecendo até 09 de fevereiro de 1999.

⁶⁸⁰ Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra” (2000, p.129).

A análise de Elias e Scotson (2000) sobre os estabelecidos e os *outsiders*, em Winston Parva, lança luzes para se pensar o caso centro/periferia em Goiás, tanto pelas similaridades dos dois modelos, quanto pela diferenças.

Poletto (2003) analisou as percepções e representações do turista por parte dos moradores da cidade de Goiás. Comparando o caso de Goiás com o caso de Winston Parva de Elias e Scotson (2000), Poletto afirma que “claramente, o caso da Cidade de Goiás não é o mesmo de Winston Parva, pois os atritos não são resultado da chegada de novos moradores, mas sim, da presença constante e a cada dia mais densa de turistas, que são os ‘de fora’” (p. 93). Obviamente que Poletto se refere apenas aos turistas, indicando que “novos estudos possam constatar a existência de *outsiders* dentro da própria cidade, como é o caso dos moradores da periferia, que a cada dia se sentem mais afastados do Centro Histórico da ‘Cidade Patrimônio da Humanidade’” (p. 96). Avanço no sentido de afirmar que a alteridade esteve posta desde a chegada dos migrantes a partir da década de 70, tendo apenas se somado ao processo histórico de confrontação de alteridades desde o momento fundador (século XVIII).

Elias e Scotson (2000) chamam atenção para o “hábito” de se explicar relações de grupo “como resultado de diferenças raciais, étnicas ou, às vezes, religiosas”, salientando que em alguns casos essas explicações não funcionam (p. 31). A afirmativa dos autores sobre Winston Parva serve igualmente para Goiás

todo o arsenal de superioridade grupal e desprezo grupal era mobilizado entre dois grupos que só diferiam no tocante a seu tempo de residência no lugar. Ali podia-se ver que a “antiguidade” da associação, com tudo o que ela implicava, conseguia, por si só, criar o grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo por outros grupos (p. 21).

Para compreender como se fundamenta a superioridade do grupo instalado no *centro histórico* há que se entender como ocorre a formação e expansão da *periferia*. Conforme já fora apresentado na Parte I, a expansão das áreas urbanas periféricas, que começaram a se insinuar timidamente em meados do século XX, ganhou impulso especialmente em fins de setenta e nos anos oitenta, quando se consolidaram bairros como João Francisco, Boa Vista, Chapéu do Padre (atual Areião) e o Bacalhau. Posteriormente, surgiram outros bairros como Setor Aeroporto, Setor Rio Vermelho,

Vila Aguielo, Jardim Vila Boa, Serra Dourada, Santo Amaro, Vila Lions, Vila Papyrus, dentre outros. Todos estariam compreendidos na categoria *periferia*; não pelos motivos que constituem as periferias em outras cidades.

As “periferias” urbanas, em geral, são marcadas pela distância da área central, pela pobreza, e pela carência de equipamentos coletivos; além de serem lugares onde singularmente se desenvolvem ‘relações de sociabilidade, modos de consumo e lazer, e representações da política’ (Frúgoli Jr., 2005). Não se pode reduzir todos os bairros chamados periféricos na cidade de Goiás a estas características. Isto porque a categoria *periferia* em Goiás inclui tudo o que não está compreendido no *centro histórico*. Em Goiás a *periferia* diz respeito também aos bairros, não distantes do centro, com bons equipamentos urbanos e boa qualidade de vida; como é o caso do Jardim Vila Boa. Na mesma categoria — *periferia* — se incluem bairros muitos mais distantes fisicamente do centro, com índices de pobreza altos e com carências de vários tipos de equipamentos urbanos. Nesta categoria destacam-se o Chupa Osso ⁶⁸¹, a Vila Lions, a Vila Papyrus, o Goiás II. Uma categoria intermediária seria composta por bairros com distância média do centro e com grau menor de pobreza e com razoáveis equipamentos urbanos; como é o caso do João Francisco, Vila Araguay, Rio da Prata.

Sensato seria falar em “periferias” ⁶⁸² no plural, uma vez que estamos diante de uma grande diversidade, tanto no que concerne à distância do centro, quanto ao grau de consolidação desses bairros e, ainda, quanto aos equipamentos coletivos urbanos disponíveis. Informo que apesar das diferenças, tratarei aqui da *periferia* no singular, fazendo alusão a todos os bairros em contraposição ao *centro histórico*; pois que é esta a representação nativa que mais fortemente se apresentou quando do meu trabalho de campo. Assim também seguirei a lógica de classificação do próprio vilaboense: o que não é *centro histórico* é *periferia*.

⁶⁸¹ Contam na cidade que o lugar recebe o nome de Chupa Osso por causa da impossibilidade de os seus residentes ingerirem carnes, dado o grau de sua pobreza. Em livro de Regina Lacerda (1977) encontra-se a seguinte referência ao lugar: bairro pobre onde os moradores, não podendo comprar carne, se alimentavam de caldo de osso e de suas minguadas cartilagens” (p. 49). O Chupa Osso situa-se ao norte do *centro histórico*. Apesar de ser um lugar referido e conhecido pelos moradores tradicionais da cidade, significativamente nos mapas não há denominação para o lugar (com exceção do mapa confeccionado para esta tese). Há denominação para ruas e becos, como por exemplo “Beco do Chupa Osso”, mas não para o bairro. Os moradores dizem que o nome correto é Alto Santana e que os habitantes do bairro não gostam que atribuam ao lugar o nome de Chupa Osso. Contudo, nos mapas o toponímico Alto Santana é usado para o bairro localizado logo atrás do Museu das Bandeiras, isto é, do lado da cidade denominado “Santana”. Farei uso do toponímico Chupa Osso (e não Alto Santana), a fim de não confundir o leitor.

⁶⁸² Sobre revisão da literatura sobre centro e periferia conferir Frúgoli Jr. (2006).

Não tenho como propósito fazer uma etnografia das *periferias* em Goiás e por isso, apenas indico a diversidade entre as *periferias* existentes. A distinção entre os bairros periféricos entre si será feita apenas quando o contexto etnográfico assim o indicar. A *periferia* será tratada não apenas como segregação social, mas também com base na definição de Frúgoli, “como um processo, inscrito num campo diversificado de representações nativas” (2005, p.6), que passo agora a apresentar.

Uma vez que não é possível comparar cada um dos bairros isoladamente ao *centro histórico*, selecionei dois deles: João Francisco e Vila Lions⁶⁸³. Guardam como característica comum o fato de serem dois espaços urbanos (1) ocupados mais ou menos no mesmo período de tempo, (2) com predominância de moradores migrantes. A diferença está na origem dos migrantes. No caso do João Francisco, a maioria dos migrantes é proveniente de outras cidades e regiões do Brasil, principalmente de Minas Gerais. No caso da Vila Lions, a maioria de migrantes é oriunda da zona rural do município de Goiás.

A Vila Lions foi constituída por um loteamento regular, cujos lotes foram, em parte, doados pelo Lions Clube e Maçonaria Asilo da Razão, para atender à demanda de moradia das famílias carentes, ao final da década de 70. O João Francisco, apesar de contar com algumas chácaras já em meados do século XX, apenas se urbanizou na década de setenta; mas diferentemente da Vila Lions se desenvolveu significativamente (em termos de números de moradores, comércio e infra-estrutura) mais nas duas últimas décadas do século XX, tendo se transformado em uma centralidade periférica — aglutinando em seu entorno todos os bairros contíguos a ele — se apresentando como o mais antagônico ao *centro histórico*.

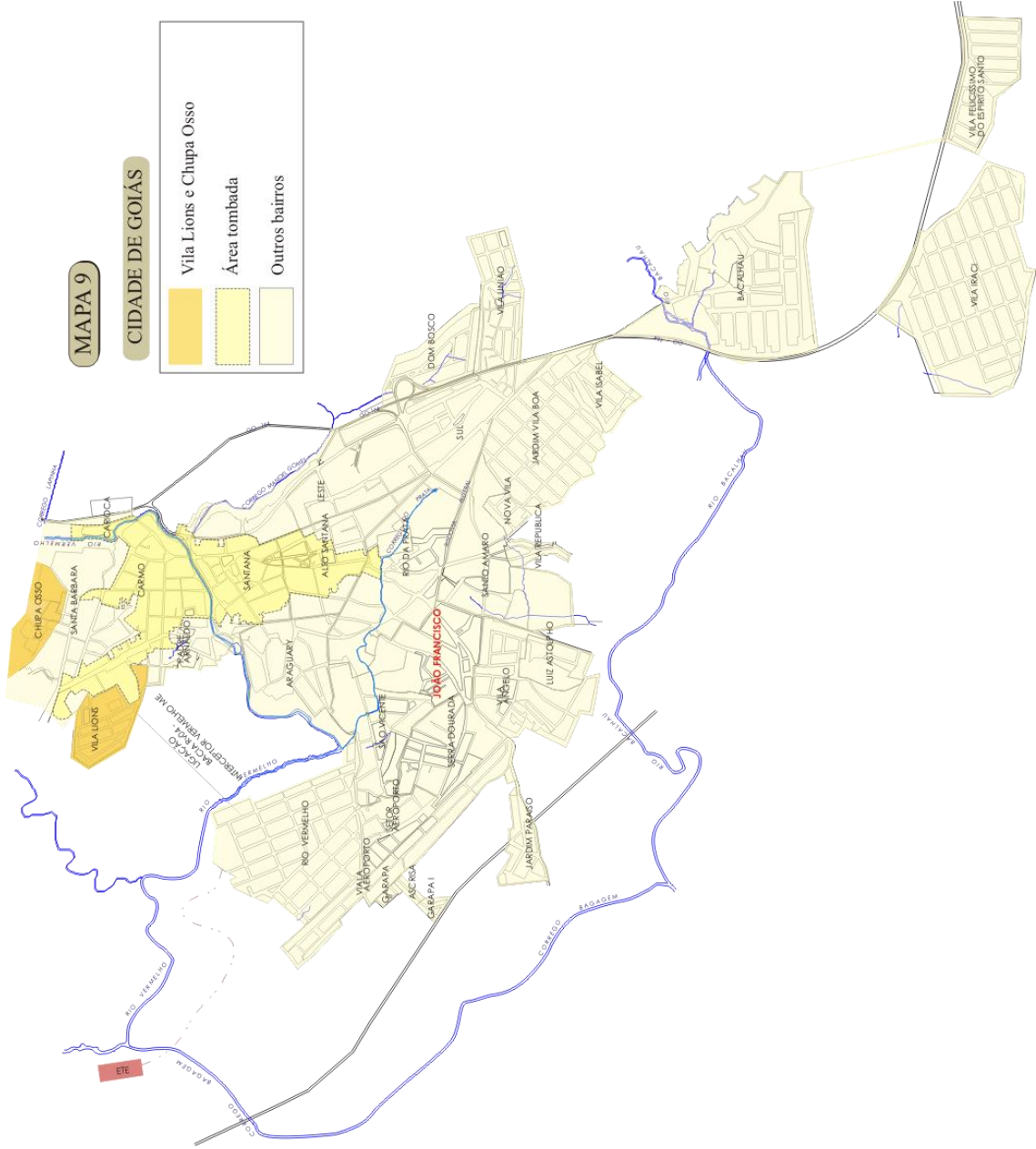
Tanto a Vila Lions quanto o Chupa Osso fazem parte do sistema social tradicional (Mapa 9 – página 330). Por isso seus moradores não se opõem diretamente ao *centro*, mas ao João Francisco e bairros mais novos, como Setor Rio Vermelho; por apresentarem um desenvolvimento urbano surpreendente. Também os moradores da Vila Lions se ressentem da exclusão nos projetos de melhorias urbanas; pela falta de muitos equipamentos urbanos: asfalto, segurança, telefone público, esgoto, iluminação (que apesar de existente é insatisfatória).

⁶⁸³ Magnani (2007) também usa o recurso de tomar um bairro localizado fora do perímetro tombado, mas próximo a ele, como contraponto ao centro histórico. Diferentemente de Goiás os “de fora” em Santana do Parnaíba faziam eco às políticas patrimoniais (o que não significa que suas práticas se reduzissem a elas).

MAPA 9

CIDADE DE GOIÁS

	Vila Lions e Chupa Osso
	Área tombada
	Outros bairros



Outro fator importante na minha seleção dos dois bairros foi a localização. O João Francisco se desenvolveu para além do Rio da Prata, a oeste da cidade. A Vila Lions situa-se a noroeste de Goiás, em área contígua ao *centro histórico*, há menos de cinquenta metros da Avenida Passo da Pátria; sendo esta última, parte da área tombada em 1978 ⁶⁸⁴

Embora já existissem algumas poucas casas e chácaras no então campo do João Francisco, desde meados do século XX, é apenas a partir da década de setenta que sua ocupação é intensificada. Em várias entrevistas com pessoas mais idosas pedi que me contassem sobre o início do João Francisco. Estas, sempre fazem referência a umas poucas casas, um campo onde aconteciam as Cavalhadas e jogos de futebol, uma ruína de igreja, algumas chácaras e uma fábrica de velas, que atendia à demanda das procissões e outras cerimônias religiosas.

Dona Noêmia Arraes (102 anos) ⁶⁸⁵ morou com o marido no João Francisco entre a década de cinquenta e sessenta do século XX, e se lembra da distância até o centro: *Nós descia [para o centro], mas nós morava no João Francisco, era longe!* Apesar de acharem longe, eles vinham de lá a pé para missa da Catedral, às 4 horas da manhã do domingo. Se antes a distância era percebida como física, pois o que estava fora do núcleo original era *longe*, hoje é percebida como simbólica. Dona Noêmia descreve o lugar: *quando eu morava lá tinha até umas quatro casas e aquela praça grande, que as crianças gostavam de jogar bola lá. Mas não era limpo, era cheio de matinho... eles iam brincar lá* ⁶⁸⁶.

Doutor Brasília Ramos Caiado (73 anos) é um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento da região oeste. No início da década de 60 (1962 ou 1963), doutor Brasília, então prefeito municipal, construiu o Grupo Escolar Dom Abel:

foi o primeiro grupo construído na cidade de Goiás, chama Dom Abel, esse grupo, porque logo Dom Abel morreu e puseram o nome dele, era bispo da cidade de Goiás. [...] precisava de uma área, ali era um campo de futebol, o pessoal jogava futebol no João Francisco e ali terminava a cidade, a cidade terminava ali. Dali pra frente não tinha casa nenhuma, a cidade de Goiás terminava ali naquele João Francisco. Logo na entrada. [...] Porque ai eu fiz as casas populares, fiz o Consórcio [bairro popular], aquilo ali não existia nada

⁶⁸⁴ Vale informar que a Avenida Passo da Pátria não foi incluída pelo IPHAN nos limites da “zone classé em vue de l’inscription sur la liste du patrimoine mondial”, quando da candidatura ao título de patrimônio mundial. Conferir Mapa 8 (página 168). A referida avenida aparece classificada como “zone tampon”.

⁶⁸⁵ A idade de dona Noêmia citada no texto corresponde ao presente etnográfico, ou seja, a data em que a entrevista foi realizada com ela. Dona Noêmia é mais um exemplo da longevidade vilaboense, pois tendo nascido em 1889, faleceu em 2006 com 107 anos.

⁶⁸⁶ Entrevista concedida à autora em abril de 2001.

*daquilo, não. Foi no governo do Otavio Lage [fim da década de 60] que eu trouxe. [...] Foram as primeiras casas populares. Chama Vila Serra Dourada.*⁶⁸⁷

A partir de então, outros bairros foram sendo constituídos legalmente ou por invasão de lotes. Sebastião da Silva Curado (Tão Curado, 38 anos), morador do *centro histórico*, interpreta a relação entre *centro histórico* e *periferia*:

*Essa relação um pouco distorcida entre os bairros periféricos e a cidade se deve a própria formação desses bairros que são de pessoas que vieram do meio rural pro meio urbano. Com isso, assim, houve uma quebra dessa continuidade entre centro histórico e periferia. Porque, culturas diferentes se encontraram. E por... de certa forma, existir essa filosofia... como se diz assim “eu moro no centro histórico, eu sou culturalmente mais elevado”. Isso foi de certa forma segregando os bairros. Quer dizer, não morava no centro histórico não era de boa família, não era de família tradicional e com isso os bairros periféricos foram se fechando também. Era uma forma de segregação.*⁶⁸⁸ [grifos meus]

Sem rodeios, Sebastião da Silva Curado (38 anos) é um dos poucos que aponta para o cerne da diferença: cultura, família, nome e tradição se configuram como traços diacríticos. Se a *periferia* não dispõe destas marcas, por certo há de ter outras. É *povo do centro* quem indica:

*São de fora de Goiás. [...] era mais pessoas de fora, era outra coisa mesmo. Tanto que lá até certo tempo era lá que aconteciam mais crimes, essas coisas tudo. Agora melhorou parece, né? Mas era o que acontecia, eram pessoas de fora, eram pessoas... Vilaboense tradicional mesmo morava, vivia pra cá, no centro histórico.*⁶⁸⁹

O João Francisco, ocupado por migrantes também se constituiu na fala dos vilaboenses tradicionais no lugar da violência; onde a vigilância e adesão, enquanto processos interacionais que regulam o espaço urbano, não tinham efeito. Segundo Elias e Scotson, esta é uma constante estrutural nas relações entre estabelecidos e *outsiders*: “o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto outsider as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’”, imputando-lhe o caráter de anômico (p. 22).

Um morador do *centro histórico*, apesar de crítico da segregação social imputada à *periferia*, demonstra como também, de certa forma, naturalizou a distinção social ao afirmar que *a distância é tão grande entre eles e a população que eles não*

⁶⁸⁷ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁶⁸⁸ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁶⁸⁹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

*conseguem chegar até a população. Eles não têm como comunicar. Não existe diálogo*⁶⁹⁰. O grupo originário do lugar é referido como sendo a *população*, em oposição a *eles*, os migrantes.

Outro membro da elite cultural define quem são os moradores da área “periférica”: *Quem não é daqui, porque Goiás está ficando com muito poucos filhos vilaboenses. Mais são estrangeiros... vamos rotulá-los estrangeiros, que estão vindo e que estão tomando posições no comércio, nas fazendas, como fazendeiros, como... mesmo artesões*⁶⁹¹. Ressaltem-se os tipos de ocupações em que estão *tomando posições* e observe-se que não é como dirigentes das organizações culturais locais. Estas (conforme será apresentado no próximo tópico) ficam sob o domínio do *centro histórico*.

Irmã Inês Franceschet caracteriza a comunidade do entorno da Igreja de Santa Rita, situada no bairro de João Francisco, da qual é uma das irmãs leigas responsáveis: “a comunidade é constituída por ocupações de sem teto, reivindicando o direito que os assiste de ter um teto e ter um pedacinho de terra para morar e foram surgindo as várias vilas... isso em 76, 77... por aí, já acontecia a festa de Santa Rita. Ela era celebrada aí onde hoje é a praça, mas que na realidade era tudo pasto”⁶⁹². Irmã Inês estabelece uma divisão para o município de Goiás:

Nós percebemos na questão pastoral cinco situações bastante distintas: os bairros e periferias de toda a cidade. Por exemplo, João Francisco, Vila Boa, Areião, lá pra cima, é uma realidade. Aqui, Rio Vermelho é outra situação. Pega os sem teto é outra realidade, com Goiás II e Papyrus. Pega a zona rural, pega o pessoal do centro e pega do lado de lá do rio. São situações bastante delicadas e divergentes e que dificulta o entrelaçamento e a unidade. Por isso o trabalho da festa de Santa Rita, como é a santa dos impossíveis... então se tenta evangelicamente esse aspecto de entrelaçamento e unidade dentro de toda realidade dessa situação.⁶⁹³

Cinco “situações” definem a subdivisão proposta por Irmã Inês. Entendo que sua divisão do espaço social se funda no diferencial dos equipamentos urbanos, dos padrões de moradia, no nível sócio-econômico dos moradores. Isto porque ela toma bairros com características bastante distintas, como é o caso do João Francisco, Jardim Vila Boa e o chamado Areião como sendo “uma realidade”. São bairros novos, com boas (ou razoáveis) moradias e próximos ao *centro histórico*, mas são muito distintos do ponto

⁶⁹⁰ Entrevista concedida à autora. Nome omitido por opção da autora

⁶⁹¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁶⁹² Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

de vista dos moradores e da distância entre cada um deles e o centro. Acrisia, Papyrus e Felicíssimo do Espírito Santo são bairros novos, distantes do centro, com moradias populares. Depois Irmã Inês subdivide em “zona rural”⁶⁹⁴, “centro” e por fim, o outro “lado de lá do rio”. O outro lado do rio é uma alusão à Vila Lions e ao Chupa Osso. Bairros estes, bastante próximos ao *centro histórico* sem infra-estrutura (saneamento, calçamento) ou com infra-estrutura precária (iluminação, coleta do lixo e telefones públicos).

Embora não discorde da subdivisão feita por Irmã Inês, proponho uma outra em dois grandes grupos, lançando luz para a diferença em ser *filho de Goiás* e não o ser. Ancoro minha subdivisão na percepção local de que há de fato duas cidades. Uma habitada pelos moradores tradicionais, outra habitada pelos migrantes, gente *de fora*, os que não são *filhos de Goiás*, os *outsiders* que ocuparam espaços urbanos diversificados, com ou sem infra-estrutura, com boas ou precárias habitações. São outras as diferenças dadas entre estes e aqueles habitantes do *centro histórico* e entorno. O vereador Ezequiel Nunes (38 anos), natural de Itapuranga, fala sobre a divisão: *Bom, a gente mora aqui desde muito tempo, desde menino... toda a vida houve essa divisão aqui em Goiás; divisão do pessoal do centro, que é do... muito antigo, que são os tradicionais da cidade de Goiás e o pessoal da periferia, vindo de outra cidade.*⁶⁹⁵

Claro está que o modelo de Goiás é similar ao de Winston Parva, estabelecidos e *outsiders*. A diferença para o modelo de Elias e Scotson (2000) reside no fato de que tanto no *centro histórico*, quanto nas periferias, há clivagens sociais, quanto à renda, tipo de ocupação e nível educacional. Contudo, tais diferenças de classe não abalam a coesão grupal dos moradores do *centro* dada por outros caracteres: antiguidade das famílias e pertencimento ao mesmo sistema simbólico.

Jecirene Alencastro Simões Correia, membro de família tradicional, compara João Francisco e Chupa Osso, a fim de mostrar que o sentimento de exclusão não decorre do diferencial no padrão sócio-econômico. Afirma que o trabalho pastoral desenvolvido pela Igreja, a partir da década de setenta, não visou bairros pobres tradicionais, mas sim os bairros ocupados pelos migrantes de alhures:

Eu nunca ouvi falar em trabalho [pastoral] com o Chupa Osso. Por quê? Porque o Chupa Osso era o povo tradicional da cidade, pobre. Tradicional assim... era da cidade. E eu acredito que o padre Marcelo sabia que era um

⁶⁹³ Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

⁶⁹⁴ A área rural não está compreendida na abordagem desenvolvida nesta tese, limitada a área urbana.

⁶⁹⁵ Entrevista concedida à autora em agosto de 2002.

povo mais difícil de ser trabalhado. Porque tinha essa crença muito... de idolatria, como eles falam, de procissão. E que não se rebelavam contra o pessoal que eles eram empregados. Lá [Chupa Osso] era o pessoal que trabalhava para o pessoal daqui. E do João Francisco não. Já foi um pessoal que veio de Minas, que veio das fazendas e trabalhava nas lavouras e não tinha essa vinculação patronal tão grande. Eu acredito que foi isso... e aí lá foi crescendo e foi desenvolvendo e... ficou como duas cidades. Eles sentem assim. E eles se sentem humilhados quando... por exemplo... um repórter escreve “da periferia”. Eles se sentiram diminuídos. Ainda falei “periferia é porque não é o centro, é periférico”. Que diziam eles “não, periferia é porque é a pobreza, eles [o centro] têm que ver que lá [João Francisco] está desenvolvido agora”. Então eles se sentem diminuídos. O pessoal que mora no Chupa Osso não acha que é discriminado, não é de periferia, aquela periferia... porque eu nunca vi uma reclamação.⁶⁹⁶

O quadro abaixo esclarece, de maneira geral, a configuração dos grupos sociais em relação aos espaços urbanos.

Quadro 6: Configuração dos grupos sociais em relação ao espaço urbano

MORADORES DA CIDADE DE GOIÁS			
Tradicionais <i>Filhos de Goiás</i> e migrantes da zona rural do município		Migrantes: <i>Gente de fora</i>	
<i>Centro Histórico</i>	Bairros contíguos ao centro	Bairros recentes Melhor equipados	Bairros recentes carentes de equipamentos urbanos
Famílias tradicionais Maior e menor prestígio social Maior e menor poder político		Famílias não tradicionais Pouco ou nenhum prestígio social Pouco ou nenhum poder político	

Sobre os *estrangeiros* recai o preconceito. Não obstante, um vereador morador do *centro histórico*, atribui ao João Francisco o preconceito com relação ao *centro*:

Há um preconceito. Mas o preconceito maior é o pessoal do João Francisco é que faz também, sabe? Eles se julgam “não, nós não somos bem vindos lá” e não vêm. Então hoje Goiás é dividido em duas alas mesmo. Eu acho que hoje o João Francisco cresceu muito mais do que a parte do centro histórico. Hoje, Goiás depende hoje do João Francisco... total e comércio tudo, todo o pessoal, o maior número de habitantes está ali, do Rio da Prata pra lá. Então Goiás hoje depende do João Francisco. Só que eles também, eles têm aquela mania de dizer “não, nós não somos bem vindos lá, porque a gente não é chamado pra nada”. Realmente, eles não são chamados não! Quando vai ter uma decisão aí desse

⁶⁹⁶ Entrevista concedida à autora em junho de 2002.

*IPHAN, ou de qualquer coisa, nunca é chamado o pessoal do João Francisco pra decidir.*⁶⁹⁷

Há uma confusão entre uma prática de preconceito e uma reação e/ou proteção contra o preconceito praticado sobre eles. Entendo que a postura assumida de não ir ao *centro*, porque não são bem vindos, não se configura em uma prática preconceituosa e sim em uma reação ao preconceito sofrido. A tentativa de imputar à *periferia* uma prática preconceituosa se esvai na afirmação de que para as reuniões *desse IPHAN, nunca é chamado o pessoal do João Francisco pra decidir*.

A cidade de Goiás está dividida em *duas alas*, João Francisco e tudo o que está para lá do Rio da Prata; e *centro histórico* e tudo o que está para cá. Enorme é a diversidade entre os bairros que compõem cada um dos lados, reiterando a minha interpretação que a divisão mais significava não está dada nas qualidades urbanas dos mesmos, mas antes na identidade dos moradores que os habitam.

Outro político reitera a cidade partida em duas. José do Carmo, candidato pelo PT à Prefeitura Municipal nas eleições de 2004, em entrevista a um jornal goianiense revelou que a “sensação de que Goiás é uma cidade dividida é nítida; há a cidade do centro e o resto”⁶⁹⁸. A percepção da divisão independe de partidos políticos.

O Rio da Prata, fronteira simbólica, “produto de uma divisão”, no sentido de Bourdieu (2000, p. 115), separa o *centro histórico* da *periferia*. Ressalte-se que o Rio Vermelho também operou uma fronteira importante, dividindo, em duas, a cidade antiga (o que já foi brevemente apresentado na Parte I). Com a alteridade próxima dos migrantes recém instalados, as antigas divisões foram bastante abrandadas (o que não significa que tenham sido extintas, conforme mostrarão as análises posteriores), para o fortalecimento de outra fronteira mais importante.

Há outra noção muito importante, insinuada na fala do vereador, a de que uma nova centralidade se constituiu. Tanto em termos populacionais, quanto na qualidade dos serviços, o João Francisco suplantou o *centro histórico*. Os maiores supermercados e o comércio, de maneira geral, estão localizados na Praça do João Francisco; que significativamente leva oficialmente o nome de um *filho de Goiás*: Praça Goiás do Couto⁶⁹⁹. A tão citada “rivalidade” somente surge porque há duas centralidades em

⁶⁹⁷ Entrevista concedida à autora em junho de 2002.

⁶⁹⁸ “José do Carmo, o candidato do bispo”, Jornal Opção, 18 a 25 de julho de 2004, on-line.

⁶⁹⁹ Filho de Luiz do Couto (que encontrou a Cruz do Anhanguera em Catalão e cuidou de transportá-la para Goiás), fundador do jornal Cidade de Goiás e irmão de Goiandira do Couto (a mãe simbólica da Procissão do Fogaréu). Ali no João Francisco, o bairro dos migrantes, a presença da tradição. Nunca se

disputa na cidade de Goiás: o *centro histórico* e o João Francisco. Isto porque enquanto o *centro* se reforçava como uma nodalidade antiga, prenhe de significado, outra nodalidade se formava ⁷⁰⁰. Preserva o *centro histórico* sua centralidade política, econômica e social, enquanto testemunha a emergência da mais nova centralidade comercial: o João Francisco ⁷⁰¹.

Como se constitui a centralidade do João Francisco? Congrega em seu entorno todos os outros bairros, vilas e setores periféricos e de urbanização ou ocupação recentes por meio do seu centro comercial; abriga a única igreja católica construída fora do *centro histórico*, a igreja de Santa Rita, além das várias igrejas pentecostais; oferece, aos domingos, a melhor feira livre da cidade, quando então os moradores do *centro histórico* para lá, excepcionalmente, acorrem. A centralidade do João Francisco é de tal ordem que os moradores dos bairros adjacentes se dizem moradores do João Francisco.

Alunos do curso de técnicas construtivas tradicionais, oferecido pelo IPHAN, logo após a enchente, eram todos moradores da *periferia*. À minha pergunta sobre o endereço residencial, moradores da Vila Goiaci e Vila Aguielo responderam da seguinte forma ⁷⁰²:

1. Rua 5, Vila Goiaci, Bairro João Francisco
2. Rua Luiz Carvalho, Vila Aguielo, Bairro João Francisco
3. Rua A, Vila Aguielo, Bairro João Francisco
4. Rua Santa Fé, Vila Aguielo, Bairro João Francisco

Verifiquei se haveria uma hierarquia do espaço urbano em vila, bairro e cidade e comprovei que não. Fui à agência de Correios para conferir se as correspondências traziam essas hierarquias e obtive resposta positiva: rua tal, vila tal, bairro do João Francisco, cidade de Goiás ⁷⁰³. Centraliza o João Francisco todos os bairros a ele contíguos em oposição à nodalidade do *centro histórico*.

referem à praça como Goiás do Couto. Nem mesmo os *filhos de Goiás*; exceção feita a Goiandira. Lembre-se que a Praça João Francisco era o antigo *campo João Francisco*, onde aconteciam as Cavalhadas, para onde os homens da elite se deslocavam para as caçadas e onde os garotos jogavam bola. Assim, acredito que se nem mesmo os próprios *filhos de Goiás* usam o nome oficial, Praça Goiás do Couto, é porque resguardam tradicionalmente o toponímico original.

⁷⁰⁰ Inspiro-me nas análises de Soja (1993) sobre o poder do centro em sociedades contemporâneas.

⁷⁰¹ Sobre centralidades políticas, econômicas, comerciais, sociais e de acessibilidade, conferir Monnet (2000).

⁷⁰² Registrado no Caderno de Campo, no dia 27 de fevereiro de 2002. O curso aconteceu no antigo Quartel do XX Batalhão de Infantaria, localizado no Largo do Chafariz, no *centro histórico*.

⁷⁰³ Os dados me foram fornecidos pelo gerente da Agência de Correios da cidade de Goiás.

As duas únicas procissões que se realizam fora do *centro histórico* o fazem no João Francisco: a procissão de Santa Rita e a procissão de Ramos. Oportuno observar a representação de um membro da elite local sobre a Festa de Santa Rita, a fim de reiterar a diferença entre *centro histórico* e *periferia*:

Agora, existe lógico... modificações e outras procissões lá. Por exemplo, Santa Rita já é uma festa nova, do bairro deles lá. Já tem uma outra conotação, que não tem a conotação tradicional, a conotação histórica daquelas que realizam no trajeto tradicional das procissões e tudo. Por que isso... antigamente, a cidade era pequena. Então todo mundo participava. Era só o centro! Goiás era o centro! Agora, a partir da década de oitenta, noventa, a cidade se expandiu. A cidade cresceu muito. Então o que conservou o núcleo, no núcleo histórico, conservou e conserva as suas tradições. E esse pessoal que é da periferia, eles têm outras, vamos dizer assim, outros motivos que não os nossos, inclusive de preservar. ⁷⁰⁴ [grifo meu]

A diferença está dada na *tradição* e na história conservadas no *núcleo histórico* que se contrapõe a *festa nova*; assim como o *centro* à *periferia* e o *centro histórico* ao *bairro deles de lá*. No centro, o motivo é a *tradição*, nos outros bairros há *outros motivos*. A *cultura*, como traço diacrítico, é trazida para delimitar a diferença e comprovar que a *tradição musical* está localizada no centro: *A parte cultural pra você levar pra periferia, ela é difícil, porque são níveis de cultura muito diferentes. Então já está se pensando, num FICA [Festival Internacional de Cinema Ambiental] e tal... um tipo de apresentações culturais que está mais de acordo com o gosto do pessoal. Já pensou você levar uma orquestra sinfônica pro João Francisco?* ⁷⁰⁵. De acordo com Bourdieu

o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores, pertence realmente (embora seja oferecido a todos) aos que detêm os meios para dele se aproximarem, quer dizer, que os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações simbólicas que acompanha a posse) por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los. Em outros termos, apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação. (1992, p.297)

O capital cultural vilaboense — *o berço da cultura goiana* — “retorna sempre as mãos do capital cultural”, de maneira que se reproduz “a estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação dos bens simbólicos que uma formação social seleciona como dignos de serem desejados e possuídos” (Bourdieu, 1992, p. 297). É notória a exclusão simbólica praticada pelos vilaboenses tradicionais, que, no entanto, negam a

⁷⁰⁴ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

⁷⁰⁵ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

distinção, exclusão, segregação acreditando que o pessoal do João Francisco se auto-exclui:

Ontem mesmo, numa reunião que nós tivemos da Câmara, para saber sobre o carnaval, o pessoal do João Francisco, por exemplo, “Ah, mas é porque vocês só pensam no centro histórico, vocês só querem as coisas pro centro histórico”, aí... não lembro mais quem é a pessoa, falou “escuta, vocês se auto-excluem, vocês não participam, uai”. Então eles mesmos criam uma barreira entre eles e a participação nas... digamos assim, dos movimentos culturais. Lógico que os movimentos culturais estão voltados mais no centro da cidade, mais para um tipo de população que exercita esses elementos. Agora, o que é a periferia? A periferia tem muito mais gente de fora do que vilaboense.⁷⁰⁶ [grifo meu]

Mais gente de fora de Goiás significa mais gente que não domina os códigos culturais tradicionais. O que o vilaboense tradicional chama de auto-exclusão, os moradores do João Francisco entendem como escolha pessoal. Dois dos mais antigos moradores do João Francisco respondem em que circunstâncias vão ao *centro histórico*; respectivamente, Aguielo Lourenço da Fonseca — que parcelou a sua chácara fazendo o loteamento que levou o nome de Vila Aguielo — e Francisco Leite de Brito (82 anos):

Vou lá só a hora que precisa. Eu vou no banco pra receber. Quando tem trem pra pagar eu vou, pagá luz, pagá água eu vou, mas é muito difícil. Eu passo até seis meses sem ir na rodoviária, lá embaixo. Aqui tem tudo, só não tem banco né? Aqui tem tudo, tem farmácia....⁷⁰⁷ [grifo meu]

Não. Lá embaixo, não! Muito difícil, vou lá pra receber meu dinheiro, que eu sou aposentado. Na Praça do Coreto. Vou falar pra senhora uma coisa, se não fosse pra mim receber o dinheiro não tinha precisão de ir lá pra nada. Aqui tudo é mais barato do que lá. Tudo! Pessoal de lá vem pra fazer compra é aqui. [...] O povo só fala assim “Goiás morreu, Goiás morreu, lá embaixo. Goiás agora passou cá pra cima”. Goiás passou cá pra cima, lá embaixo já morreu. E aqui pra nós só falta um banco e mais nada! Só, só, só, só! Num falta nada... pra nós pagá energia, imposto, telefone, recebê a aposentadoria.⁷⁰⁸ [grifos meus]

Há um fator de orgulho para os migrantes, não *filhos de Goiás*. O bairro do João Francisco é quase inteiramente auto-suficiente: comércio, farmácias, feira, lazer, escolas, hospital, rodoviária. Faltam-lhes apenas as agências bancárias. Significativo o fato de que apesar de ser o centro comercial mais importante, não tenha nenhuma

⁷⁰⁶ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁷⁰⁷ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁷⁰⁸ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

agência bancária. Todas as existentes no município se localizam no *centro histórico*; ou melhor, na parte mais valorizada no *centro histórico*.

Sebastião da Silva Curado (40 anos), morador do *centro histórico* (área tombada) reitera o valor econômico do João Francisco: o *poder econômico que o João Francisco exerce na cidade de Goiás, eles tinham condições de reverter isso sem necessidade de ser questão cultural ou não. Porque eles detêm hoje o poder econômico da cidade de Goiás*⁷⁰⁹. Ressalte-se que o valor econômico é lembrado em relação ao valor cultural atribuído ao *centro histórico*.

Note-se nas falas de seu Aguielo e seu Francisco que a diferenciação topográfica — *lá embaixo* para o *centro histórico* e *cá em cima* para periferia “exprime regiões sociais convencionais” (Da Matta, 1991, p. 34); que no caso de Goiás indicam além da antiguidade estética e histórica do conjunto arquitetônico, o lugar onde residem as famílias mais antigas do lugar.

Héber da Rocha Rezende Júnior (40 anos), evidencia também a expressão: *aqui embaixo é a elite. Nós estamos assim... há uma situação... aqui exclui de lá e de lá exclui aqui; há um confronto aí*⁷¹⁰. Sebastião da Silva Curado (38 anos) reitera a dupla exclusão afirmando que *nem aqui vai lá, nem de lá vem aqui, é uma coisa assim... que não dá muito pra entender numa cidade do tamanho de Goiás*⁷¹¹.

A demanda por políticas públicas para a periferia é constante. Perguntei a um jovem que fazia serviços de pedreiro no *centro histórico*, se ele achava que os investimentos em melhorias urbanas eram maiores no *centro*:

*Não são maiores não, são feitos só aqui. Lá fora não faz investimento nenhum. Eu falo pra você e levo você pra olhar se tem infraestrutura... iluminação pública é precária nos bairros... é precaríssima, não é que nem aqui pra baixo. O racionamento parece que só tá sendo feito por lá. O asfalto que tem são de péssima qualidade, não só do passado como esse que tá sendo feito agora. [...] Aqui no centro não, rua é de pedra, a iluminação tá ótima, o esgoto funciona. E lá, o que tem lá? Segurança, aqui em baixo tem. Existe esse conforto todinho, que eu não quero pra lá! Mas eu queria mais dignidade, que lá também eu sou cidadão, se paga impostos igual aqui os de baixo. E tem uns cidadãos que eu vou falar por cê, que talvez contribui mais, porque a população ativa da cidade, hoje tá fora [do centro histórico]. Aqui em baixo mais é aposentado, mais é turista que vem comprá uma casa... vem pra passeio*⁷¹².

⁷⁰⁹ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁷¹⁰ É comum que a divisão social seja afirmada pela ocupação diferenciada do ambiente. Em Espírito Santo do Pinhal, a divisão entre luso-brasileiro e imigrantes italianos também se deu pela distinção entre o *alto* e o *baixo*. (Tamasso, 1998).

⁷¹¹ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁷¹² Entrevista concedida à autora em outubro de 2001. O jovem foi o único, em mais de duas centenas de entrevistados, que não quis se identificar. Tinha em torno de 30 anos.

Àquela primeira hierarquização dos lugares — investimento em simbolizações — soma-se outra segundo a qual um lugar simbólico é geralmente objeto de um tratamento privilegiado (Monnet, 2000).

A par das demandas por projetos que visem à melhoria das condições de vida, está a demanda por reconhecimento. É constante a reclamação dos moradores do João Francisco pelo fato de que as autoridades estaduais e federais nunca se apresentem lá, apenas no *centro histórico*. Quando tiveram início os preparativos para as comemorações pelo título, nas reuniões organizadas pelo *Movimento*, muito se falou sobre a necessidade de se incluir o João Francisco e os outros bairros nas comemorações:

*Esses dias eu venho notando no Movimento, eles falando do João Francisco, das coisas do João Francisco. Mas até antes disso... até eu quis levantar isso lá, porque antes disso o povo do João Francisco tinha esse negócio “aqui é outra cidade”, porque eles não queriam... Aqui [centro histórico] pra cá era Goiás, lá outra cidade! A diferença que a gente vê é isso, não em termos de coisa assim... Porque lá progredia e cá o centro histórico não. Então falavam “o João Francisco é outra cidade, é outra coisa, pra lá é outra coisa” e ficando como se fosse cá a parte estagnada.*⁷¹³

A própria preocupação com a inclusão do João Francisco nas reuniões sobre o título de patrimônio mundial é prova da exclusão. Volte-se a fala de Antolinda Baia Borges na Parte I e observe-se que ela conclama a *periferia* a ir para ao *centro histórico*: *A festa não é do centro... se o centro está sendo homena ... é a cidade de Goiás... a cidade de Goiás começa lá do Goiás II, passa em Areias e termina lá no Chupa Osso, no Manuel Gomes, no Carreiro , num sei aonde... e a festa é nossa! A festa não é do centro. A festa é nossa [grifos meus].*⁷¹⁴

Programaram-se duas comemorações: uma no *centro histórico*, outra no João Francisco. No *centro histórico*, conforme já apresentado na Parte I, um palanque no qual se apresentaram músicos, com repertório de músicas locais e regionais, destacando-se Marcelo Barra, compositor e intérprete regional. Todas as autoridades que chegavam, para participar da comemoração, discursavam neste palanque, no Largo do Coreto. A programação era que após o discurso do governador no *centro histórico*, ele juntamente com todas as outras autoridades estaduais e municipais, iria para o João

⁷¹³ Iracema Malheiros (66 anos), moradora do *centro histórico* (área tombada), em entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

⁷¹⁴ Reunião realizada e gravada em junho de 2001.

Francisco, onde um trio elétrico já estaria animando os moradores. O vereador Ezequiel Nunes relata como se deu o fim da festa do título para o povo do João Francisco

Então tava combinado que o governador ia lá, com o prefeito, os vereadores tudo, a gente tava junto participando da carreata, passamos ao lado do trio elétrico, mas como tinha que fazer o fechamento da festa na Praça do Chafariz, onde é o patrimônio histórico, até aí a gente concordou, mas só que o governador ficou de ir no João Francisco, que o João Francisco deve ter mais ou menos na faixa de sessenta por cento dos moradores da cidade de Goiás. Então é um pessoal que ficou muito chateado, porque tava tratado pro governador ir lá. O prefeito foi, mas foi sozinho. [...] O pessoal ficou muito contrariado, porque eles escutaram a elite do patrimônio. E o patrimônio não é só a Praça do Chafariz e o centro histórico, o patrimônio é a cidade inteira e o pessoal sabe disso. Muita gente pensa que o pessoal lá da zona mais afastada, da periferia, não sabe o que é. Sabe sim, às vezes tem muito mais noção do que muitos aqui, que moram no centro. Então, eles ficaram muito chateados e a gente espera que o governador e os seus representantes e os próprios representantes do IPHAN não deixem que isso aconteça mais⁷¹⁵. [grifo meu]

Está clara uma demanda para o reconhecimento da cidade inteira e não apenas do *centro histórico*. Este se constitui em outro ponto nevrálgico. Quando da candidatura ao título de patrimônio mundial, sabia a elite cultural, que havia exigência da UNESCO de que a solicitação do título partisse da comunidade e não apenas de instituições públicas, como a Prefeitura Municipal, a AGEPEL e o IPHAN. Estavam também cientes os agentes do patrimônio de que a *periferia* impunha restrições à idéia de patrimônio mundial, por não se sentir parte do *centro* e por entender que somente o *centro* seria beneficiado. Houve então uma campanha que pretendeu convencer toda a população de que o título traria desenvolvimento econômico; gerando empregos e rendas para todos os moradores. Maria Geni Pereira Chagas (26 anos), moradora da Vila Lions, recorda-se da campanha:

Foi uma mobilização muito grande. Os responsáveis por esse Movimento, eles fizeram assim de tudo pra envolver a população, ainda que não tivessem conseguido isso! Porque nós podemos perceber isso quando a gente pergunta sobre o patrimônio e muita gente ainda não sabe explicar direitinho. Então eles usaram de panfleto, usaram a rádio, usaram de eventos, shows pra divulgar o que seria isso e inclusive pediram a colaboração de toda a população. De um lado e de outro, do centro e da periferia e divulgaram que o patrimônio seria de toda a cidade. E aí os responsáveis pelo Movimento fizeram o Dossiê, arrecadaram tudo o que fosse necessário de informação e apresentaram pra Unesco. Aí no dia da comemoração do título então toda a cidade foi convocada, [...] todo mundo se alegrou com a conquista do título, porque todo mundo esperava do título muita coisa boa, tanto pra área que é o centro histórico,

⁷¹⁵ Entrevista concedida em agosto de 2001.

*quanto para as periferias, porque de uma forma ou de outra elas estão ligadas com o centro.*⁷¹⁶ [grifos meus]

Se a cidade toda seria beneficiada, entenderam que a cidade integralmente era patrimônio. Tão logo a cidade ganhou o título, passaram a reivindicar as melhorias para os bairros. A premência por resolver inúmeras necessidades básicas das classes menos favorecidas — equipamentos urbanos, empregos, melhoria de renda etc. — aliada à campanha que falava em empregos e desenvolvimento econômico para toda a cidade, provocou a ilusão de que os efeitos seriam imediatos; o que não aconteceu.

Ao contrário, quanto mais o *centro histórico* se intensificou de sentidos e significados menos observância houve para com as demandas da *periferia*. O aumento da centralidade foi acompanhado do aumento da exclusão social dos outros bairros:

Quadro 7 – Diálogo I

Com Rosalina Bueno de Bastos (58 anos)

Migrante da zona rural do município

Moradora da Vila Lions

O que a senhora acha da cidade?

A cidade eu acho que tá precisando muito, nessa região aqui tá precisando muito... ter mais ajuda pra arrumar a rua, tá tudo bagunçado... porque aqui nunca foi arrumado. E agora acho que a gente tava precisando muito era disso: de asfaltar... que diz que era pra asfaltar e não asfaltou. Fez o esgoto, mas não acabou de arrumar. Tá tudo pro meio do caminho.

A senhora acompanhou a conquista do título de patrimônio mundial?

Uai... Ah não sei!

A senhora viu que a cidade ganhou o título?

Vi... só que não chegou pra nós aqui.

Foi muita comemoração...

Comemora, mas ao redor... por fora não tem não, né?

O que a senhora achava quando via as comemorações?

Uai a gente pensava que ia arrumar tudo igual. Só que não arrumou não. Só que não ficou né? Aqui por fora... ce vê como é que tá?

Porque não?

Uai, tá tudo do jeito que tá aí, né [risos]? Tá tudo no meio do caminho. Só arrumou só pra lá, no meio da rua lá, lá no centro e pra cá mesmo ficou...

Entrevista concedida à autora em 01 de julho de 2002

⁷¹⁶ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

Para garantir a conquista do título, forjou-se uma unidade que não existia. Prova disto são as restrições ao título já recebido, conforme afirma uma vilaboense moradora do *centro histórico: o povo do centro da cidade gostou de ser patrimônio da humanidade, mas houve um pessoal que não gostou...* Pergunto a ela, por quê?

Porque eles sentem que eles são discriminados, porque o centro... eles consideram que o patrimônio... eles ainda... as coisas tinham que ser bem explicadas! Porque as pessoas têm que tomar conhecimento que elas são patrimônio também. O bairro João Francisco também é patrimônio. Porque o patrimônio não foi só o centro. Foi todo o entorno, a área de preservação natural, os morros. Mas existe um bairrismo muito grande do vilaboense. E o pessoal do João Francisco é mais os migrantes! Migrantes da roça ou de outras... assim. Então eles não conseguiram se integrar aqui embaixo, aqui embaixo, como eles falam né? Então ficou uma divisória. E aí com o título da humanidade, eles acham que só nós aqui é que recebemos o título, nós aqui que pertencemos ao miolo. Então eu acho que esse orgulho pode ter um orgulho só no falar, mas no sentir eles não sentem como patrimônio da humanidade. E isso foi falha do IPHAN!... que não está dando valor ao ser, porque o dia que eles conseguirem implantar em todo esse pessoal da Vila Lions — que é também um pedaço que ficou fora, apesar de ser do lado histórico —, que eles são patrimônio, eles vão... Goiás vai... porque um patrimônio tem que ser respeitado.⁷¹⁷

Não obstante o esforço e a boa vontade da vilaboense de estender democraticamente o título de patrimônio mundial para toda a cidade, o Formulário de Inscrição, parte integrante do *Dossiê* entregue a UNESCO, revela o contrário, conforme se pode observar abaixo:

Quadro 8: Formulário de Inscrição na lista dos Patrimônios Mundiais ⁷¹⁸:

a. País (e estado-membro, se for diferente)	Brasil
b. Estado, província ou região	Estado de Goiás
c. Nome do bem	Centro histórico da cidade de Goiás
d. Localização precisa no mapa e indicação das coordenadas geográficas até os segundos	Ver Anexo I Latitude 15°56'04" Longitude 50°52'25"
e. Mapas e ou plantas indicando os limites da zona proposta para inserção e os de toda a zona tampão	Ver Anexo I
f. Superfície do bem proposto para inscrição (em hectares)	40, 3 há
e da zona tampão proposta (em hectares) , se for o caso	43, 5 há

⁷¹⁷ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora..

Note-se que há no item “e” indicação para conferir, no “Anexo I”, os limites da zona proposta para inserção à lista de patrimônio mundial e da zona tampão. O Anexo I é dividido em três partes: A, B e C. O Anexo I/A apresenta vários mapas, sendo que dois deles — mapas XXIX e XXX —, com o fim de especificar a “proposição de redefinição dos limites da zona classificada com vistas à inscrição na lista do patrimônio mundial”⁷¹⁹.

Observando-se o mapa percebe-se que apenas o *centro histórico* e sua imediata zona tampão estão sendo indicados ao título de patrimônio mundial. Não há sequer a presença integral dos bairros periféricos nestes mapas; aparecendo apenas aqueles que são tão contíguos ao centro e seu entorno, que não poderiam ser subtraídos, ou correr-se-ia o risco de se incisar uma parte do próprio *centro histórico* (Mapa 8 – página 168).

O entendimento de que a cidade toda é patrimônio, decorre da proteção da área de preservação ambiental e tem amparo em dados que podem ser encontrados no próprio *Dossiê*. O Anexo I/B informa sobre “Zone Tampom Paysagère – Serra Dourada”, por meio de texto, mapas e fotos. Afirmando a relação estreita entre a cidade de Goiás e sua paisagem natural, o texto apresenta as leis de proteção que recaem sobre a Serra Dourada: (1) a Lei Estadual 7.197 (de 1968), que fez a doação para a UFG de uma terra da Serra Dourada, destinada à implantação da reserva biológica; (2) o Decreto nº 4868 (de 1998), que criou a zona de proteção ambiental da Serra Dourada. Em seguida especifica que “o grupo de trabalho responsável pela elaboração do “Dossier de Goiás, Patrimoine Culturel”, propõe que outra “zone tampom paysagère” seja criada, “unissant le centre historique à la Serra Dourada”.

Assim, o *Dossiê* indica para a inscrição à lista do patrimônio mundial o *centro histórico*, delimitando a zona tampão (ou entorno) contígua ao *centro* e também outra zona tampão, com base no valor paisagístico. Esta segunda zona tampão incorpora a Serra Dourada e os morros Dom Francisco e Canta Galo. Note-se que não há nem referências textuais, nem iconográficas à *periferia*. As fotos que compõem este Anexo I/B são todas da paisagem natural. O reconhecimento vai do *centro histórico* para a área de proteção ambiental (APA); do histórico-cultural ao natural. No intervalo entre um e outro se encontra a *periferia*, obscurecida também no *Dossiê*⁷²⁰.

⁷¹⁸ Dados da tabela foram coletados no Formulário de Inscrição no Dossiê (IPHAN, 1999) [grifos meus].

⁷¹⁹ “Proposition de redefinition des limites de la zone classée en vue de l’inscription sur la liste du patrimoine mondial”, Annexe I, A, Dossier (1999), CD Rom, p. 22-23.

⁷²⁰ Delgado (2005) indicou a exclusão das “outras áreas urbanas” tanto no Plano Diretor da Cidade, quanto no *Dossiê*. Considera que “essa exclusão do campo discursivo significa a invisibilidade de vários

Diferentemente das outras áreas periféricas, a Vila Lions não pode ser ocultada nos mapas do *Dossiê*. Isto porque a contigüidade que estabelece com o *centro histórico* é tamanha que retirá-la seria interromper abruptamente o traçado urbano. Nos mapas XXVIII (Anexo X) e XXIX (Mapa 8 – página 168) a Vila Lions é marcada como parte da “zone d’expansion au XXe siècle”⁷²¹.

A pequena Vila Lions se situa entre o entorno do *centro histórico* e o Morro Canta Galo. A visibilidade de sua presença é ocultada pelo Cemitério Municipal. O acesso é feito por um estreito beco e por uma rua não pavimentada. O bairro inteiro sofre da falta de pavimentação, boa iluminação, telefones públicos, e outros equipamentos urbanos. A demanda pelo orelhão e pela pavimentação das ruas é recorrente entre os seus moradores. Antonia dos Santos Rodrigues (32 anos), lá residente há 16 anos, revela que a Vila já mudou bastante, mas que ainda há muito por se fazer:

*[...] sabe o que eu queria? Que arrumasse essa rua o mais rápido possível pra nós... e o orelhão aqui em baixo, que não tem menina! Orelhão aqui é só lá em cima. Nossa! [...] Precisa de um orelhão a gente não consegue. Aí a casa do homem ali queimou tudinho... até que conseguiu o orelhão desocupado, a casa queimou tudo!*⁷²² [grifo meu]

Maria de Brito Nascimento (59 anos), migrante da zona rural do município de Goiás, residente há 25 anos na Vila Lions, responde a minha pergunta sobre se o título já teria trazido melhorias para a cidade:

*Aqui pra nós não diferenciou nadinha, que parece que é o bairro mais esquecido que tem é esse aqui. A senhora vê do lado de lá do Rio Vermelho já asfaltou tudinho... orelhão pra todo o lado. Aqui se tem uma briga aqui, a gente não tem jeito de sair pra chamar a polícia porque o povo tá brigando aí na frente como é que a gente vai? E o orelhão é longe, é lá perto da quadra lá!*⁷²³ [grifo meu]

Observe-se que Maria compara a Vila Lions aos outros bairros periféricos situados a oeste e sudoeste. Quando faz referência ao *centro* não é por meio das categorias centro/periferia. Perguntei a ela o que achou do título de patrimônio mundial: *Ah parece que ficou pior, não ficou? Ah eu acho que parece que toda coisa é*

bairros e a desconsideração de demandas de parte significativa da população” (p. 132). Minha análise trata, além disso, de interpretar, com base no contexto histórico, como e porquê agentes sociais trabalharam no sentido de demarcar uma diferença, comprovando que a diferença básica não é de ordem material e sim simbólica, posto que identitária.

⁷²¹ Dossiê, Annexe I/A, pp. 21-22 (CD Rom).

⁷²² Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

*patrimônio histórico, toda coisa Cora Coralina, toda coisa é Antolinda. É só isso que a gente vê falar, os outros parece que num existe né!*⁷²⁴

*Cora, Antolinda e o patrimônio histórico não são referidos por dona Maria como parte do centro histórico, mas como localizados lá na beirada do rio. O lugar de fala de Maria está próximo do lugar referido; tanto espacial quanto sociologicamente. As relações entre moradores da Vila Lions e do centro histórico são intensas. Trabalho, religião, educação, lazer e comércio levam os moradores da Vila Lions a se deslocarem todos os dias em direção ao centro histórico*⁷²⁵. Os católicos se deslocam aos sábados ou domingos para as missas na Igreja do Rosário ou Catedral de Santana.

A proximidade espacial e as relações sociais intensas tornam a relação Vila Lions/*centro histórico* diferente da relação João Francisco/*centro histórico*. Há uma relação de contigüidade, entre os moradores da Vila Lions e Chupa Osso — bairros do lado direito do Rio Vermelho (Noroeste e Norte) — pois eles são parte do sistema social tradicional; ainda que a parte desfavorecida. Ao responder uma pergunta sobre as necessidades do bairro, Maria Geni Pereira Chagas (26 anos), revela o estigma que atinge os moradores da Vila Lions:

*De necessidade urgente, urgentíssima mesmo que nós temos aqui na Vila é o asfalto. Porque? Primeiro pela poeira e segundo porque trazendo o asfalto, aí ele vai ser visto como um bairro mesmo, porque até hoje, pelo fato de ser atrás do cemitério, a gente ouviu muito assim “os pés vermelhos”. A terra nem é vermelha, mas todo mundo chama assim, e é muito discriminado por esse lado. Então o fato de ser um morro, que a gente tem descer um morro e subir uma ladeira pra chegar até aqui distancia demais. Além da falta de infra-estrutura... faz com que a gente tenha uma discriminação maior ainda. É um bairro muito discriminado esse aqui*⁷²⁶.

O cemitério construído ao lado direito do Rio Vermelho, no século XIX, ainda demarca fronteiras e estigmas sociais; mas agora não mais somente entre o *centro histórico* e os bairros contíguos tradicionais. A ausência do cemitério no João Francisco, a outra centralidade urbana de Goiás, é insinuada como um fator positivo a ser considerado por Maria Geni Chagas Pereira (26 anos):

⁷²³ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

⁷²⁴ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

⁷²⁵ Os moradores da Vila Lions entrevistados, um total de dezessete, trabalham no centro histórico ou prestam serviço para moradores do centro: lavadeiras, passadeiras, babás, pedreiros, funcionários da prefeitura municipal, caixa de supermercado, secretária, artesã. Todos os que estudaram, o fizeram em escolas do centro: Alcide Jubé, Liceu de Goiás. Quando citaram suas práticas de lazer listaram lugares localizados no centro: Carioca, Canta Galo, Praça do Coreto. Quando relacionaram suas práticas religiosas, citaram com frequência a Cerimônia do Descendimento da Cruz e a Procissão da Paixão de Cristo, cujo palco é o Largo do Chafariz.

Tem essa discriminação sim, entre o lado de cá [Vila Lions e Chupa Osso] e o lado de lá [João Francisco e os bairros mais novos]. O centro fica no meio... mas a gente pode perceber que às vezes eles ainda privilegiam o lado de lá. A gente pode ver que o João Francisco é um lugar que tem mais movimento, é um lugar que ta mais em desenvolvimento e que ainda hoje ainda tem a rixa do lado de cá e do lado de lá. Pelo fato de não ter um cemitério do lado de lá, igual lá no João Francisco e tudo o mais, valoriza mais. Lá parece que tudo é mais fácil, mais acessível. Não sei nem se é só o fato de ter o cemitério, mas que eu sinto uma discriminação em relação a esse lado eu sinto. Eu não sei se você já observou o desenvolvimento do lado de lá ta sendo melhor. Eu não sei se é por causa desses morros que cercam aqui que dificultam o crescimento, o desenvolvimento da cidade e tudo o mais. Mas o lado de lá, ele tem se desenvolvido em tudo, na infra-estrutura, no comércio, na construção de escolas, em tudo e isso faz com que o nosso lado fique diminuído, despercebido

727

Como explicar essa nova centralidade? O que torna o João Francisco tão desenvolvido em relação aos outros bairros? Novamente o meio ambiente surge como possível justificativa. Maria Geni tenta explicar a situação da Vila Lions em meio às duas centralidades da cidade, a tradicional e a progressista. Uma se sustenta pelo peso da tradição, pela profundidade histórica, pela estratégia patrimonial, pelas relações políticas; a outra pelas estratégias comerciais, pela ênfase no presente e futuro (posto que o passado não lhes é comum), e pela independência em relação ao centro.

Ressalte-se que apesar da insatisfação pela situação do bairro, a maior parte dos moradores da Vila Lions não se opõe ao *centro*. A comparação não é feita com o *centro*, mas com os outros bairros que, apesar de mais novos, já oferecem melhor condição de vida para os seus habitantes. A Vila Lions e o Chupa Osso têm uma relação de complementaridade com o centro (partes do mesmo sistema social tradicional), daí porque aceitem razoavelmente as diferenças dadas neste sistema, mas não aceitam aquelas apresentadas nos bairros recém urbanizados.

Há uma exceção em meio aos moradores da Vila Lions, Berenice do Carmo Brito (52 anos), nasceu e se criou no *centro histórico*. De lá são seus “lugares de memória”, por isso talvez se sinta mais à vontade para comparar o *centro histórico* à Vila Lions, onde reside há alguns anos: *o centro está muito lindo! Mas a periferia... como você está vendo, a Vila Lions... e tem outra periferia muito, muito mais esquecida*

⁷²⁶ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

⁷²⁷ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

*do que esta daqui!*⁷²⁸ A demanda de Berenice não é apenas por *orelhões* e *asfalto*, mas por melhor distribuição dos benefícios do título, e isto implica em emprego e renda. Reivindicações que tomam corpo logo após a enchente em dezembro de 2001.

Indiferentes aos problemas e às demandas das *periferias*, os agentes da cultura e do patrimônio dão prosseguimento aos projetos que atribuem ainda mais significado ao *centro histórico*. Tomam o *centro histórico* como a centralidade urbana de Goiás, reiterando cotidiana e ritualmente a sua diferença, muito mais do que arquitetônica e urbanisticamente; mas culturalmente. O *centro* de Goiás se constituiu em uma área central mais densa, não por aumento populacional e de serviços, mas sim pela carga simbólica; pela tradição, história e passado que transporta por suas *vias coronárias*, nos termos de Cora Coralina. Ali onde convivem largos e becos, pontes e pinguelas, casarões coloniais e singelas habitações nas encostas do Morro das Lajes, famílias de alto e baixo poder aquisitivo, patrões e empregados. Uma unidade fundada na reprodução de um sistema social que privilegiando o cultural e o religioso criou estratégias para que a elite cultural local, mesmo sem assumir cargos públicos eletivos na cidade, mantenha as rédeas da gestão da cultura, das celebrações religiosas e do patrimônio.

Não obstante as inúmeras diferenças e clivagens sociais internas ao espaço urbano tradicional da cidade — *centro histórico*, Vila Lions, Alto Santana (Chupa Osso) — e entre o *centro histórico* e a *periferia*, há ainda eventos que têm a força simbólica de congregar grande parte dos moradores. Em especial, a cerimônia do Descendimento da Cruz e a Procissão da Paixão de Cristo. Quase todos os entrevistados moradores de várias áreas periféricas disseram não faltar a estas celebrações, que acontecem ambas na Sexta-Feira da Paixão de Cristo, durante a Semana Santa, no Largo do Chafariz e algumas ruas da área tombada. A religiosidade popular é ainda o motivo para o conagraçamento entre estabelecidos e *outsiders*, mesmo que a participação se dê em posições diferenciadas, conforme será apresentado no capítulo sobre o patrimônio religioso.

O “paradigma empírico”, que se tornou Winston Parva, é deveras aproximado do modelo encontrado em Goiás. Na relação de forças entre um grupo e outro, ou entre centro/periferia como é o caso de Goiás, “os diferenciais do grau de coesão interna e de controle comunitário”, desempenham um “papel decisivo” (Elias e Scotson, 2000, p.

⁷²⁸ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

21-22). O alto grau de coesão das famílias antigas, entrelaçadas pelo parentesco, é base da superioridade de forças do grupo do *centro histórico* e do controle social desempenhado por eles, pois que reservam para si os cargos importantes na organização local, estadual e federal. Assim, amplia a elite cultural de Goiás a superioridade de suas forças. É neste contexto que devemos entender uma outra categoria local amplamente difundida, a *panelinha*.

7.4. *Panelinha, grupinho: os donos da cidade!*

Desde minha primeira ida ao campo, notei referências sistemáticas à *panelinha*. Cheguei quarta-feira, da Semana Santa do ano de 2000, para um pequeno survey. Acompanhei pela primeira vez a Procissão do Fogaréu. Participei, nos dias consecutivos, de todas as celebrações religiosas — o Lava-pés (quinta-feira), o Canto do Perdão dos homens (sexta-feira pela manhã), o Canto do Perdão das meninas (sexta-feira ao fim da tarde), a Procissão do Senhor Morto (sexta-feira à noite), a Vigília (sábado à noite e madrugada do domingo), a Procissão da Ressurreição (domingo ao amanhecer), a missa de Páscoa (pela manhã) e a saída da Folia do Divino Espírito Santo (ao final da missa). Vez por outra, uma referência mais ou menos declarada à *panelinha*.

Foi do domingo de Páscoa, em frente à Catedral, que um jovem rapaz, que versava insistentemente sobre o tema *panelinha* apontou para os seis vilaboenses que a formavam. Nomes, funções, histórias de vida que se tornaram públicas, boatos, rumores, tudo me foi relatado como o são os temas de grande importância para um grupo social. Minha simpatia pelo trabalho de gestão patrimonial, desenvolvido pelos membros da *panelinha*, me impunha certa resistência em dar continuidade e mesmo importância àquele assunto. Levei alguns meses para compreender o quê de fato estava em jogo: a demanda pela democratização da área cultural na cidade. Porque era disso que se tratava. A perspectiva antropológica adotada não permitiria que a esses dados fizesse eu, ouvidos moucos. Ouvi, registrei, anotei, gravei. Uma impressionante voz coletiva ecoa por todos os cantos da cidade, clamando por mudanças na estrutura de poder de gestão dos bens culturais.

O vilaboense Marco Antonio Veiga de Almeida, membro de família tradicional e, à época, Secretário de Cultura e Turismo do Município se ressentia pelo processo pouco democrático na gestão da cultura e do patrimônio locais:

Mas eu vou te ser sincero. A dificuldade para mim hoje, sendo Secretário de Turismo e Cultura da cidade de Goiás, bate numa coisa que eu sempre combati: a panela cultural de Goiás. É o único lugar do mundo que a cultura tem dono. Tem um grupo que se julga dono da cidade e que montaram não sei quantas... onze ONGs... sei lá... Tem tantas ONGs na mão, mandam em tudo e querem tudo na mão. E por isso, por querer ter tanta coisa na mão, que eles não dão conta de fazer e não deixam as pessoas que querem participar... Porque Goiás tem muitos valores. Tem muitas pessoas querendo participar e eles não dão chance. Eles têm museu na mão, tem irmandade na mão, tem fundação na mão, tem organização na mão, tem associação na mão... Então, está tudo na mão deles! Eu costumo dizer sempre “a panela cultural de Goiás”. E isso aí eu falo não é só pra você não. Isso aí eu já falei pra eles. Uma vez inclusive, uma das pessoas que se sentiram ofendidas com a minha fala disse: “ó... a panela está com a tampa aberta”. E o pessoal falou: “só se for para soltar uma bomba lá dentro!”⁷²⁹.

A demanda parte de vários setores sociais, mas a referência e crítica à *panelinha*, não é tanto um tema da *periferia*. O assunto ganha destaque e debates acalorados no contexto do *centro histórico*. O que nos impõe uma questão. Se o *centro* compartilha um mesmo sistema simbólico e se é por meio deste sistema que os moradores do *centro histórico* demarcam as fronteiras entre *filhos de Goiás* e os outros, como explicar a tensão social causada pela distribuição desigual de poder e forças? Se eles se unem para manter os outros em relativa distância social, porque estão desunidos na composição das organizações, associações, fundações, museus, irmandades e conselhos?

Marco Antonio é *filho de Goiás*, de família tradicional e prestígio social: *Eu tenho peso da minha tradição que me sustenta; a minha tradição de família de Goiás sustenta... eu não sou defunto sem choro, isso eu falo sempre*⁷³⁰. No entanto, se ressentido da exclusão, apesar de ocupar o cargo na administração municipal. Se o Secretário de Cultura se sente excluído dos projetos e ações culturais o que não dizer dos outros? De que exatamente Marco Antonio se sente excluído? Por quem é formada a *panelinha* e como se garantem no poder e nos desígnios da cultura e do patrimônio?

O “processo de fechamento de uma comunidade”, segundo Weber (1994), é um recurso usado quando os participantes desejam limitar a concorrência por oportunidades, sejam “cargos públicos, clientela, ensejos de ganhos mediante ocupação ou trabalho etc” (p. 231). Tomam alguma “característica exteriormente comprovável de uma parte dos concorrentes (efetivos ou potenciais) — raça, idioma, religião, origem local ou social, descendência, domicílio etc — como base para conseguir sua exclusão

⁷²⁹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁷³⁰ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

da concorrência” (p. 231). O fechamento pode ocorrer de dois modos: (1) de forma a manter abertas as oportunidades, dentro do círculo dos privilegiados pelo monopólio; ou (2) se fecharem também para dentro.

No caso da gestão dos bens culturais e patrimoniais de Goiás o fechamento está dado também para dentro; ou seja, membros de famílias tradicionais, portadores dos dons (sensibilidade artística e cultural), moradores no *centro histórico*, com prestígio social são igualmente excluídos da concorrência. O fechamento interno ao *centro histórico* é o que Weber denomina de “estádios de *apropriação* das oportunidades sociais e econômicas monopolizadas pela comunidade” (1994, p. 232).

Poderia me servir de pseudônimos para cada um dos seis membros da *panelinha*, a fim de preservar-lhes a identidade. Contudo, por ocuparem cargos públicos locais, regionais ou nacionais; e pelo fato de muitas vezes divulgarem suas idéias em jornais, revistas, etc., optei por usar seus nomes reais. Outra motivação para revelar seus nomes foi o fato de entender que as referências que muitos vilaboenses fazem à *panelinha* não desmerecem, e nem deslegitimam a ação praticada por estes agentes no decorrer das últimas quatro décadas. Revelar suas identidades é para mim uma forma de localizar grande parte da agência mais importante de preservação do patrimônio e da cultura locais. É, pois, registrar seus nomes como agentes da preservação do patrimônio.

Reitero minha gratidão a Élder Camargo de Passos, Hecival Alves de Castro, Antolinda Baía Borges, Marlene Gomes de Velasco, Héber da Rocha Rezende Júnior e Fernando Cupertino de Barros — reconhecidos pelos vilaboenses como membros da *panelinha* — pois cuidadosamente atenderam às minhas impertinentes demandas por informações. Agradeço em especial a Héber da Rocha Rezende Júnior — grande colaborador não apenas durante o trabalho de campo, mas também durante o trabalho de escrita da tese. Assim apresentarei a *panelinha* do seu próprio ponto de vista e do ponto de vista de fora dela, visando mesclar as visões sobre o poder na esfera cultural em Goiás; para o mútuo enriquecimento de ambas.

Conversando com Antolinda Baía Borges comentei sobre o fato de que na cidade sempre se faz referência a um *grupinho* que comanda a área cultural, informando-a de que ela era uma das citadas. Perguntei se ela sabia disso e ela dizendo que sim imediatamente completou: *Élder, Fernando, Marlene, Héber, Hecival e eu* ⁷³¹.

⁷³¹ Entrevista concedida à autora em setembro de 2000.

Figura central da *panelinha*, Antolinda faz parte de todas as associações importantes para a gestão da cultura e patrimônio locais, como a OVAT, a Casa de Cora, o Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico da cidade de Goiás, além de ser membro do Conselho das Obras Sociais da Diocese de Goiás; entidade que faz a captação de recursos para grande parte das reformas, restauros e reparos nas igrejas e bens integrados. É também Diretora do Museu de Arte Sacra, de onde gerencia não apenas o museu, mas toda a cidade. Os olhos da funcionária aposentada do IPHAN nada deixam escapar. Posso afirmar que para muitos moradores do *centro histórico* Antolinda é como aquela “*undue attention*”, de que fala Herzfeld (1991), observando fachadas, janelas, portas, beirais, telhados, quintais, muros; mas também o espaço público, pois aquilo que a prefeitura realiza sem a permissão do IPHAN é imediatamente transmitido aos burocratas da preservação patrimonial da 14ª Superintendência Regional. Muitas vezes nem é Antolinda quem age, mas sempre pensam nela em primeiro lugar.

A singularidade de Antolinda reside no fato de ela não ser *filha de Goiás*⁷³². A maior parte das críticas que pesam sobre ela versa sobre esse tema: a falta de legitimidade para cuidar do patrimônio local, uma vez que nem é *filha de Goiás*, nem tem educação formal e técnica para fazê-lo, uma vez que não tem formação nas áreas específicas do campo do patrimônio. Nesta sociedade que prima pela cultura, a educação formal tem muito valor. A legitimidade de alguns membros da *panelinha* também é questionada com base na origem pessoal e familiar: *essas pessoas dessa panela, que eram pessoas de procedência humilde, pegaram um poderzinho e hoje se julgam importantes pisando nas pessoas e querendo obrigar as pessoas a mudarem as fachadas, fazer isso, fazer aquilo e nem elas fazem*⁷³³.

O vilaboense não se refere aos seis membros da *panelinha*, pois a ascendência de alguns, bem como as alianças matrimoniais que estabeleceram, os legitimam a agir na esfera cultural. O que a fala acima revela é uma estreita relação entre legitimidade para agir na área cultural e origem familiar tradicional; ou seja, a relação entre patrimônio privado e coletivo; o que será tratado na Parte III. Embora prescindisse de capital simbólico e econômico, Antolinda não apenas se conservou na função de agente da

⁷³² Proveniente da cidade de Itaberáí, também conhecida pejorativamente por Currealinho, pelo fato de ser uma das áreas eleitorais — “*curreal eleitoral*” — dos políticos de Goiás, quando esta ainda era capital do Estado.

⁷³³ Identidade omitida por opção da autora.

fiscalização e conservação do patrimônio, como ampliou suas práticas à medida que foi obtendo eficácia.

Não será a aliança feita com a igreja (volte-se à descrição de sua trajetória no capítulo anterior) o seu maior escudo contra os vilaboenses contrários à sua agência patrimonial, até que estivesse munida de outro: o poder de angariar verbas para restauros? Não será exatamente o fato de que não pertença a nenhuma família tradicional, isto é, seja livre das amarras dos laços de parentesco, atados há séculos naquela sociedade, que permitiu tamanho rigor e severidade nas suas ações preservacionistas? Ressalte-se que à medida que Antolinda se consolidava no campo do patrimônio seus irmãos e irmãs faziam alianças matrimoniais com as famílias tradicionais, inclusive com a família Veiga, descendente do escultor Veiga Valle, cujas obras são parte do acervo do Museu de Arte Sacra, dirigido por Antolinda.

A própria Antolinda narra suas investidas para garantir a conservação dos bens culturais: *Quando eu entrei [no IPHAN], eu comecei a impedir os vitrôs. Eu me atirei muitas vezes debaixo de trator... pra arrancar esse calçamento aqui ó... eu me atirei debaixo do trator pra não deixar arrancar esse calçamento, que eles queriam arrancar*⁷³⁴. Sua impertinência incomodava a todos, sobretudo os proprietários das casas do *centro histórico*.

Esta não *filha de Goiás* se atrevia (e ainda se atreve) a fiscalizar as casas de família e apontar obras indevidas. Sem formação técnica formal, se servia da força da lei para fazer pararem as obras: *e eu com muito pouco conhecimento... sabe como que eu me salvava? Com a lei 25. Eu chegava e falava “a lei 25 proíbe, eu mando o soldado te prender”. Eu enfrentava, e eles não sabiam o que era a lei 25... nem eu mesmo entendia a lei 25... Eu criava os problemas... mas salvamos muita coisa em Goiás*⁷³⁵.

Antolinda, esta figura controversa, mescla rudeza e cordialidade, ausência de saber técnico/especializado e astúcia, ingenuidade e sagacidade. Não sendo *filha de Goiás*, age como se fosse. Acredito que a força de Antolinda resida no seu caráter ambíguo: ao mesmo tempo depreciado e temido. Ausência do nome e dons de família; redimida pela capacidade de captar verbas e erigir simbólica e monumentalmente o nome da cidade e, portanto das famílias tradicionais. Considero Antolinda a mulher de maior importância para a agência patrimonial que teve efeito em Goiás.

⁷³⁴ Entrevista concedida à autora em setembro de 2000.

⁷³⁵ Idem.

Élder Camargo de Passos, um dos fundadores da OVAT também participa simultaneamente de diversas associações. Juntamente com Antolinda, colaborou para a criação do Museu de Arte Sacra e tomou para si a tarefa de narrar a história de Veiga Valle, publicada em livro e em palestras que proferiu ⁷³⁶. Juntos trabalharam para elevar Veiga Valle ao lugar de destaque nas Artes Sacras, não apenas no Estado de Goiás. Saliente-se que antes da emergência de Cora Coralina na década de 80, Veiga Valle era o grande nome da cultura local.

Ao lado de Goiandira do Couto, Élder recuperou a tradição da Procissão do Fogaréu e elaborou a Cerimônia do Descendimento da Cruz, na suas concepções atuais. Muitas páginas seriam necessárias para descrever as ações de Élder à frente da OVAT *promovendo a cultura e resgatando as tradições* ⁷³⁷.

Enquanto Élder e Antolinda cuidavam da memória de Veiga Vale, do Museu de Arte Sacra e da Semana Santa ⁷³⁸, Marlene Gomes de Vellasco partiu para o trabalho de construção da memória de Cora Coralina, em quem se ancorou, criando junto com a elite cultural, a Associação e o Museu Casa de Cora Coralina. Também apoiou a instalação do PROLER — coordenado por Goiandira Ortiz de Camargo e Ebe M. Lima Siqueira — e instalado em uma parte do espaço da Casa de Cora ⁷³⁹.

A esses três agentes sociais (Antolinda, Élder e Marlene) somam-se Hecival Alves de Castro, Héber da Rocha Rezende Júnior e Fernando Passos Cupertino de Barros; também como membros da OVAT, do Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico, da Casa de Cora, do Gabinete Literário. Hecival e Héber foram secretários de Cultura e Turismo do município. Fernando alçou vôos mais altos na política e assumiu por duas gestões a função de Secretário da Saúde do Estado de Goiás. O tio materno de Fernando, Élder, já havia assumido função na direção GOIASTUR (Secretaria de Turismo do Estado de Goiás), na década de oitenta.

Antolinda, Élder, Marlene, Hecival, Héber e Fernando são recorrentemente apontados como componentes da *panelinha*. Não há nenhum sigilo quanto aos seus nomes, que são, com discrição, oralmente referidos nos largos e ruas, no trajeto das folias, nas festas, no *cais* do Rio Vermelho. Apesar de serem em número pequeno, eles

⁷³⁶ INDICAR LIVRO DE VEIGA VALLE

⁷³⁷ Frase que constitui o subtítulo da publicação de comemoração dos 40 anos da OVAT: *Organização Vilaboense de Artes e Tradições: 40 anos promovendo a cultura e resgatando a tradição* (2005).

⁷³⁸ Não consegui informações sobre quando e por que Goiandira do Couto se afasta da organização da Procissão do Fogaréu.

impõe respeito e temor, por isso a discrição. O mesmo rapaz que durante a saída da Folia do Divino no Domingo de Páscoa narrou um a um os nomes e apontou para cada um deles, em entrevista com gravador respondeu: *Olha, não é nem bom eu ficar falando sobre elas, porque são pessoas que... assim... como eles manipulam tudo aqui em Goiás, a gente sempre está precisando deles. Tudo eles são os cabeças e, justamente, por isso eu não gostaria nem de citar o nome deles.*⁷⁴⁰

Outro jovem versando sobre o título de patrimônio mundial também se referiu ao grupo sem citar os nomes:

*Eu acho que a questão de tombar a cidade pelo patrimônio histórico tem o lado positivo, só porque eu, particularmente, eu sou contra. Eu sou contra porque a cidade, ela está preservando só a vontade de um grupo, a cidade ela está preservando a necessidade de um grupo, de determinadas pessoas. A gente não precisa citar nomes não, porque todo o mundo que está aqui no dia a dia sabe quem é que está encabeçando isso aí, brigando por isso aí.*⁷⁴¹

Ambos jovens são dependentes das relações pessoais para garantia de trabalho e emprego no *centro histórico* e, provavelmente, por isso, omitem os nomes; que apesar de serem em número pequeno, impõem medo. Mas o poder da *panelinha* parece insuperável até para aqueles menos vulneráveis social e economicamente. Prova disso é a fala de Marco Antonio da Veiga de Almeida: *a minha dificuldade é imensa; basta dizer, que essa mesma panela que eu falo sempre, já derrubou secretário antes de mim. Eles denunciaram o secretário e derrubaram o secretário, porque o secretário não falava a língua deles. E os secretários que conseguiram se manter... foi porque falavam na mesma cartilha deles*⁷⁴².

A idéia compartilhada por grande parte dos moradores da cidade é de que a gestão não é democrática, *é uma prática reduzida a grupos [...]*, conforme relata Eulália Vieira Ferreira, *grupo que faz parte da administração do hospital, grupo que faz parte das igrejas, grupo que faz parte das procissões, não sei mais do que, não sei mais do que, um monte de coisa!*⁷⁴³

⁷³⁹ Após a enchente de 2001, o novo projeto da Casa de Cora Coralina, desenvolvido por Célia Corsino, museóloga e ex-funcionária do IPHAN, não mais contemplaria a presença do PROLER, que tendo que se retirar do imóvel, ficou inativo.

⁷⁴⁰ Nome omitido por opção da autora. Entrevista concedida à autora em abril de 2000.

⁷⁴¹ Nome omitido por opção da autora. Entrevista concedida á autora em 0000 de 2001.

⁷⁴² Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁷⁴³ Entrevista concedida à autora em 2002. Eulália não é vilaboense. Reside no *centro histórico* desde 1992. É parte da comissão que organiza a Festa de Nossa Senhora da Abadia, igreja inserida no *centro histórico*.

Pergunto a Iracema Malheiros (66 anos) o que ela acha do fato de que a maioria da população se queixe de não participação nas ações culturais, ao mesmo tempo em que reclama da concentração da decisão nas mãos de um pequeno grupo?

*É uma pergunta muito boa, porque dá essa impressão mesmo... mas é um grupo que se dispõe a trabalhar. Tem vários grupos aqui, cada um trabalhando naquilo que eles sabem fazer, direitinho. Mas esse negócio de grupo assim, só a pessoa que pega as coisas pra fazer e faz. E às vezes, quando você deixa qualquer coisa na mão de outras pessoas, afunda. Quando é uma coisa assim, por exemplo, você está chamando pra uma eleição de qualquer coisa assim, você não acha uma pessoa pra assumir! Tem as pessoas que reclamam porque não têm acesso, mas eles não querem chegar a assumir, porque dá muito trabalho.*⁷⁴⁴

Iracema Malheiros (66 anos) relativiza a concentração de poder na rede composta pelas instituições e associações (civis e públicas), ao focar o problema não em grupos, mas em sujeitos sociais, que se disponibilizam a trabalhar pelo coletivo. Iracema exemplifica com dois casos que, de fora da chamada *panelinha*, conseguiram destaque com ações na esfera cultural:

*Em vez de Sílvia [Curado] sentar e ficar reclamando que ela não tinha acesso a isso a aquilo, ela se projetou com os alfenins dela. O Tão [Sebastião da Silva Curado], o filho dela, tem um Coral que é chamado pra fora do Estado. Quer dizer, se todo o mundo fizesse alguma coisa, cada um tinha alguma coisa pra apresentar. Porque cultura não é aquilo que fica lá uma pessoa vigiando, segurando não. Cada um pode fazer os seus eventos, alguma coisa*⁷⁴⁵.

Dona Silvia conseguiu destaque e reconhecimento com a sua habilidade em confeccionar os delicados e alvos *alfenins*. Ela relata a dificuldade que foi conquistar um espaço no roteiro turístico da cidade:

*Porque eu fiquei fazendo turismo na cidade de Goiás, mexendo com turista, sem o auxílio da prefeitura, sem o auxílio das casas onde mexem com turismo; das pessoas que se julgam donas do turismo em Goiás compreendeu? Então, o que eu fazia? Dona Goiandira [do Couto], chegava turista lá ela mandava pra mim e eu mandava pra dona Goiandira. Assim que nós duas começamos o nosso turismo*⁷⁴⁶. [grifo meu]

Goiandira Aires do Couto, apesar dos vínculos estabelecidos com a chamada *panelinha*, agiu de forma independente: começou a receber os turistas que queriam conhecer a sua arte, em sua própria casa. Somente em 2003, com recursos próprios, criou um espaço específico — contíguo à sua casa — para receber turistas.

⁷⁴⁴ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

⁷⁴⁵ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

A identificação de Silvia Curado com Goiandira se deve ao fato de que ambas agiram sem qualquer apoio seja do setor público, seja das associações e entidades dirigidas por membros da *panelinha*. O filho de Silvia, Sebastião da Silva Curado, fundador e regente do Coral Solo, também revela uma resistência de parte de algumas pessoas que dirigem as instituições de gestão da cultura: *Com muita briga, com muita luta o Coral conseguiu forçar a porta de entrada dessas entidades e entrar. Nós não fomos convidados a entrar. Não tinha como nos barrar mais. Não tinha como camuflar a existência dele [do Coral]. Á medida que a gente começou [...] então nós fomos recebidos de braços abertos* ⁷⁴⁷.

Outro agente cultural local, membro de família tradicional, desabafou: *de todas as formas houve a tentativa de empanar o trabalho. [...] Então... essa elite cultural de Goiás, que eu não me considero parte, porque eu não sou elite, eu seria uma fraude se eu dissesse isso... essa elite cultural começou a ter que nos engolir porque a população cobrou* ⁷⁴⁸.

Iracema tem razão, há algumas pessoas que conseguiram agir em favor da cultura local, muito embora não façam parte da *panelinha*; fazem parte, contudo, da elite cultural e pertencem todos às famílias tradicionais moradoras do *centro histórico*! Também em meio à elite cultural as relações estão crivadas de conflitos, tensões, rupturas, reaproximações. Difícil captar a configuração dos grupos. Mas este assunto espinhoso e estimulante deve ficar para a Parte III.

Frente à total impossibilidade de negar a existência da *panelinha*, agentes da cultura e do patrimônio locais legitimam suas ações na profundidade temporal: *Inclusive nós estivemos conversando, agora no final do ano, Marlene, Antolinda e eu sobre justamente... por causa da “panelinha”... então pra nós mostrarmos, fazer uma publicação disso e distribuir pra mostrar pro povo que nós estamos trabalhando não é de agora não. Que a panela trabalha, vem... vem... trabalho muito longo, de muitos anos* ⁷⁴⁹. A publicação foi feita em comemoração aos 40 anos de fundação da OVAT ⁷⁵⁰.

Marlene também legitima a ação da *panelinha* com base na profundidade temporal e na eficácia nos resultados: *é interessante que é esse mesmo grupo, que é até tachado na cidade de “panelinha”, de “prefeitura paralela”, tal e tal... mas é esse*

⁷⁴⁶ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁷⁴⁷ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁷⁴⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora..

⁷⁴⁹ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

grupo que ao longo dos anos tem mantido essa cidade ⁷⁵¹. A *prefeitura paralela* ou *governo paralelo* são outras categorias de grande circulação no *centro histórico*. Indica que a ação da *panelinha* no *centro histórico* (em obras de reparos, reformas e restauros) é de tal ordem que suplanta, por vezes, as ações da prefeitura municipal nesta área urbana. Perguntei a Marlene se a referência à *prefeitura paralela* é recente; se seria relativa à administração municipal de Boadyr Veloso (2001-2004) ⁷⁵²:

Não, eu acho que de uns três mandatos, quatro mandatos pra cá. Porque quando nós percebemos que a coisa não anda... tudo muito amarrado... Não há um interesse maior, a não ser o interesse pessoal, o interesse de apare... de se beneficiar com o cargo, nós achamos que nós deveríamos assumir algumas questões. E como são entidades não governamentais... todas são entidades não governamental e que... são ONGs né, é muito mais fácil conseguir recursos. E pela nossa trajetória, pelo nosso nome, pelo nosso trabalho, nós já conseguimos, ao longo dos anos, abrir portas. Hoje quem chega no Ministério da Cultura... todo mundo sabe quem somos nós. Você chega no governo [do Estado] também a mesma coisa. Passa governo, entra governo e nós continuamos do mesmo jeito, nós nunca fomos ao Palácio das Esmeraldas [sede do governo do estado] pra pedir um emprego pra nós e nem pra um familiar nosso. Nos nunca subimos a escada da prefeitura pra pedir um emprego pra nós ou pra alguém de nossa família. Então isso nos dá credibilidade, os nossos recursos são advindos de nossos próprios esforços, de recursos e de tal ⁷⁵³.

A categoria *panelinha* aponta para um número pequeno de moradores que controla a gestão da cultura e do patrimônio locais. Eles têm *nome*, além da *trajetória* que comprova a tradição na agência cultural, e *trabalho* com resultados eficazes. Tudo contribui para impor respeito. Já as categorias *prefeitura paralela* e *governo paralelo* fazem referência ao tipo de ação praticada pela *panelinha*. Uma prática de captação de verbas para realizar obras e restauros no *centro histórico* em parceria com o IPHAN: igrejas, pontes, calçamento, largos. Um vilaboense relata a cena de total exclusão das autoridades municipais em inauguração de uma obra de restauro:

Eu me recordo muito bem, por exemplo, quando da inauguração da restauração do Museu de Arte da Boa Morte veio o Ministro da Cultura... eu não me lembro mais quem era... tinha ministros, vários presidentes... presidente do IPHAN, várias autoridades... autoridades federais e estaduais... o prefeito e dois secretários dele, eu lembro bem disso, ficaram encostados na esquina do Museu... do Palácio Conde dos Arcos assistindo... na expectativa de serem chamados... não foram chamados. Eles não foram convidados, não foram

⁷⁵⁰ Organização Vilaboense de Artes e Tradições: 40 anos promovendo a cultura e resgatando a tradição (2005).

⁷⁵¹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁷⁵² Boadyr Veloso administrou a cidade de 2001 a 2004.

⁷⁵³ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

*chamados. Depois foi servido um coquetel no Palácio Conde dos Arcos. E eles pararam o ministro no meio do caminho para se apresentarem*⁷⁵⁴.

A cena é paradigmática do poder exercido pelos agentes da cultura e do patrimônio. Prefeitos que não fazem aliança com os agentes da cultura e com os burocratas da preservação correm o risco de ficarem no ostracismo dentro de sua própria cidade; isto é, no que tange à área cultural e patrimonial.

Representantes do poder municipal que aceitam a parceria, dando o seu apoio, cedem o espaço público para realização das obras, que seriam de responsabilidade da Prefeitura Municipal. São as ONGs — Casa de Cora Coralina e Obras Sociais da Diocese, por terem idoneidade moral — que fazem a captação das verbas. O IPHAN cuida da parte técnica do projeto, disponibiliza técnicos, orienta e fiscaliza as obras.

Perguntei ao ex-prefeito, Abner de Castro Curado (PMDB), se ele concorda que um grupo de pessoas empreenda ações no espaço urbano que justifiquem a denominação de *prefeitura paralela*:

Não, eu não considero uma prefeitura paralela. Eu acho que existe um grupo de pessoas... porque uma prefeitura paralela teria que ser uma prefeitura que fizesse alguma coisa de bom, não apenas pra estrutura física, mas pra comunidade. O que eu acho é que existe um grupo de pessoas, que tem acesso a verbas realmente. E infelizmente, em nível de governo federal, não há um conhecimento profundo da realidade daqui do município; e essas pessoas passam uma idéia errônea para as autoridades, tanto estaduais, como federais. E com isso, eles não fazem uma prefeitura paralela, eles criam um grupo de pessoas que atrapalham a cidade... ajuda em alguns momentos os prédios físicos, verbas destinadas pra reestruturarem esses prédios, mas eles atrapalham um convívio harmônico entre a comunidade e a estrutura física da cidade, inclusive criando revoltas nos bairros, que existem na cidade, em relação até ao centro histórico e hoje a gente pode ver uma realidade dura de admitir .⁷⁵⁵ [grifos meus]

Abner já indica os caminhos para se pensar a eficácia prática e simbólica da *panelinha*, que somente se manteve com razoável poder durante quase quatro décadas, por ter estabelecido alianças com várias outras entidades e instituições em âmbitos municipais, estaduais, nacionais e mundiais; esta última, a partir da candidatura encaminhada à UNESCO.

⁷⁵⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁷⁵⁵ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

Somente se pode entender o campo de ação da *panelinha* ao se levar em consideração os inúmeros outros agentes sociais que alimentam e reproduzem a cadeia da gestão da cultura e patrimônio locais. A própria Antolinda afirma que

*Mas nós não somos seis. Se você for contar, nós somos um grupo bem maior. Nós temos Salma [IPHAN], nós temos Cristina [IPHAN], nós temos Brasilete [Caiado], Goiandira do Couto, Regina Damasceno. Você vê que predomina as mulheres... aí se você for contando, você encontra aí cinquenta, sessenta que faz parte... Iracema Malheiros e muitas outras assim que você vai encontrando, que está envolvida com esse processo de preservar, de gostar de Goiás com esse sentido... essa própria Jurema [funcionária do museu] aqui, o Zé Filho do Palácio. E não são pessoas que trabalham com visões voltadas para si, mas sim em benefício da comunidade.*⁷⁵⁶ [grifo meu]

Antolinda tem razão, outros estão também envolvidos nesta rede de gestão da cultura e do patrimônio locais. Mas ao apontar os seis, creio que os moradores da cidade estejam tentando delimitar onde se concentra o poder. Contudo, como afirmou Foucault, “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia”. Não pode se pensado como localizado na *panelinha*, ou como sendo um bem apropriado por um, ou outro membro da *panelinha*. O poder “funciona e se exerce em rede”, sendo nas suas “malhas que os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (1995, p. 183).

Uma vilaboense informa que uma amiga sua cunhou o termo *Antolinismo*, para se referir ao período das últimas décadas, no qual o *poder em Goiás deixou de ser de ordem governamental, deixou de ser administrativo, passou a ser cultural*⁷⁵⁷. A criação dos museus na cidade, sobretudo o Museu Casa de Cora, é o marco deste *poder cultural*, quando *os problemas da cidade como saúde, saneamento, delinquência juvenil etc., deixaram de ser relevantes; tudo agora gira em torno da cultura e do turismo*⁷⁵⁸

Inspirada em Bourdieu (1992, 2000) afirmo que os museus e ONGs se constituíram, ao lado do IPHAN, em um conjunto de aparelhos mais ou menos institucionalizados de produção de bens culturais e patrimoniais, cujos agentes — sendo Antolinda a figura paradigmática deste processo de patrimonialização — se tornaram ao longo de quatro décadas, altamente especializados tanto na produção, quanto na difusão destes bens. A dominação simbólica operada pelo conjunto destes aparelhos impôs o

⁷⁵⁶ Entrevista concedida à autora em setembro de 2000.

⁷⁵⁷ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁷⁵⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

arbitrário cultural, mascarando tanto o caráter arbitrário das significações dominantes, como o arbitrário da dominação exercida.

Além dos membros da OVAT, Fundação Casa de Cora Coralina, Obras Sociais da Diocese, Fundação Frei Simão (FECIGO), Museu de Arte Sacra e Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico, onde se concentram os membros da *panelinha*, há que se considerarem outras entidades que cooperam para a reprodução desta forma de distribuição do poder concernente à área cultural. Refiro-me não apenas as já citadas associações civis — APROVI e PROLER — mas também outras entidades ou instituições municipais, regionais e federais, com destaque para o Gabinete Literário, o Museu Palácio Conde dos Arcos, o Museu das Bandeiras, o Teatro São Joaquim, o Movimento Pró-Cidade de Goiás e o IPHAN. Além destas, cujos objetivos são a cultura e/ou o patrimônio, outras entidades com propósitos humanitários também colaboram para a legitimação dos membros da *panelinha*: o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e o Asilo São Vicente de Paula. Outra instituição deveras importante para a gestão dos bens patrimoniais religiosos é a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Também ali se concentram os membros da *panelinha* seja como *irmãos dos Passos*, seja como provedores ou membros da diretoria. Élder, Fernando e Héber foram provedores da Irmandade dos Passos ⁷⁵⁹ (Anexo VI).

Não obstante a grande diversidade das várias instituições e entidades listadas no Anexo VI — sejam civis, sejam ligadas à igreja, ao município, ao estado, à união — todas compõem uma cadeia de ações que visando garantir melhores condições, seja da vida humana (Asilo, Hospital e APROVI), seja dos acervos, arquitetura, malha urbana, manifestações culturais, tradição religiosa (Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico, IPHAN, Obras Sociais da Diocese, Casa de Cora, OVAT, Gabinete Literário, Irmandade S. B. Jesus dos Passos, FECIGI, *Movimento*, os vários museus), todas se articulam entre si, garantindo a eficácia de cada uma e da rede por elas formada. Um sistema de reprodução social que se servindo de uma linha de frente (os seis membros da *panelinha*), mobiliza uma retaguarda com mais de uma centena de pessoas posicionadas nos mais diversos estratos sócio, político e econômico, local, regional e nacionalmente ⁷⁶⁰.

⁷⁵⁹ Respectivamente em 1976-1980, 1982-1986, 1986-1988. Folder “250 Anos: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos – Cidade de Goiás”. OVAT, SEBRAE, Prefeitura Municipal, s/d.

⁷⁶⁰ Outras entidades ficam de fora da rede: a Associação dos Artesãos de Goiás, as várias Associações de Bairros e a Associação Operária de Santa Luzia. Com objetivo de atender às necessidades econômicas e imediatas da vida e da morte, as três associações não são do interesse do grupo de agentes da cultura e do

Considero que a OVAT juntamente com a Casa de Cora Coralina, as Obras Sociais da Diocese e o IPHAN (este em nível local e regional), se constituam no cerne da agência que incide sobre a cultura e o patrimônio locais.

No caso do IPHAN, foi com a instalação do Escritório Técnico na cidade, em dezembro de 1983, que se ampliou a participação dos *filhos de Goiás* nos destinos do patrimônio local. O primeiro chefe do Escritório Técnico, Gustavo da Neiva Coelho, não vilaboense, foi destituído do cargo em julho de 1986 ⁷⁶¹.

Segundo relato, à época, havia uma mobilização política para que um dos membros da *panelinha* assumisse a direção do Escritório Técnico. A estratégia não atingiu o resultado esperado, pois o Prefeito Municipal, Adélio de Aguiar teria alegado que não seria conveniente destituir do cargo um arquiteto para se colocar nele um profissional de outra área ⁷⁶². Fora então designada para o cargo, a então arquiteta da Prefeitura Municipal, Cristina Portugal Ferreira, não vilaboense, porém casada com *filho de Goiás* ⁷⁶³.

Em 1998, com a transferência de Cristina para o Escritório do IPHAN criado em Goiânia, a direção do Escritório Técnico, atualmente denominado de 17ª Sub-Regional, foi assumida pela vilaboense, Salma Saddi Wares de Paiva ⁷⁶⁴.

Salma, graduada em História, iniciou sua atuação na área cultural em Goiás pela Prefeitura Municipal e GOIASTUR, em 1974. Trabalhou na Igreja da Abadia e nos museus da cidade ⁷⁶⁵. Posteriormente foi colocada à disposição da 17ª Sub-Regional do IPHAN, em Goiás. Em 1983, foi nomeada ao cargo de “assistente técnico

patrimônio local. A Associação Operária de Santa Luzia funciona como as sociedades de auxílio mútuo. Se paga uma taxa e se tem direito ao velório, na própria sede, e ao enterro. Já os filhos das famílias tradicionais são velados nas próprias casas, apesar da existência do velório municipal. A Associação Operária de Santa Luzia congrega vilaboenses de classes menos favorecidas, residentes no centro histórico, ou nos bairros a ele adjacentes, à margem direita do Rio Vermelho. As Associações de Bairros são compostas majoritariamente por migrantes. A Associação dos Artesãos é formada por diversas famílias de classe menos favorecida e mescla *filhos de Goiás* com migrantes.

⁷⁶¹ Dados fornecidos por Gustavo Neiva Coelho, em entrevista concedida à autora em maio de 2005.

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ Cristina casou-se com um filho de Artur da Costa Ferreira, de família tradicional, residente no centro histórico. Professor e funcionário da Receita Federal foi também provedor da Irmandade dos Passos, fundador do Lions Clube e membro da OVAT. Os moradores do centro histórico falam sobre ele com respeito e admiração. In: “Arthur da Costa Ferreira”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano II, n. 14, p. 4, dezembro de 1992.

⁷⁶⁴ Ofício nº 049/98/17ª SR/IPHAN, de 06 de abril de 1998.

⁷⁶⁵ Entrevista concedida à autora em 2000. GOIASTUR, Secretaria do Turismo do Estado de Goiás, se transformou no governo de Marconi Perillo em AGETUR (Agência Goiana de Turismo do Estado de Goiás).

administrativo” junto à 17ª Sub-Regional – Escritório Técnico de Goiás. Em 1997, foi nomeada Diretora da 17ª Sub-Regional ⁷⁶⁶.

Durante a candidatura de Goiás ao título de patrimônio mundial, a 14ª Superintendência Regional, então sediada em Brasília e sob o comando do arquiteto Marcelo Britto, foi transferida para Goiânia e Salma foi indicada para o cargo de Dirigente da 14ª Superintendência Regional do IPHAN, onde também passou a atuar Cristina Portugal Ferreira. A 17ª Sub-Regional ficou sendo, interinamente, administrada por Wanderlei Oliveira da Silva, à época Diretor do Museu das Bandeiras ⁷⁶⁷. Em seguida foi nomeada para o cargo Ednéia de Oliveira Ângelo, uma arquiteta não vilaboense.

Todas as solicitações para pesquisa, que fiz junto à 17ª Sub-Regional, foram redirecionadas para a 14ª Superintendência, onde foram feitas as deliberações; ou talvez fosse melhor dizer, autorizações. Isto porque com os deslocamentos das *filhas de Goiás* para a Goiânia, deslocou-se com elas o cetro (*skeptron*) que portam estas pessoas, cujo discurso de autoridade é reconhecido enquanto tal (Bourdieu, 1996).

Além das funções institucionais no IPHAN, Salma participa de diversas entidades civis vilaboenses, seja diretamente como membro das diretorias, seja indiretamente, como *filha de Goiás*, com legitimidade para opinar sobre a cidade. Dentre elas: a FECIGO (Fundação Educacional “Frei Simão Dorvi”) e o Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico da cidade de Goiás. A partir de 2004 passou a ocupar a cadeira de número 1 da Academia Feminina de Artes de Goiás (AFLAG) ⁷⁶⁸, que tem significativa presença de vilaboenses e *filhas de Goiás* ⁷⁶⁹. É membro do Conselho Estadual de Segurança Pública de Goiás e do ICOMOS. Do âmbito local ao mundial, a *filha de Goiás* ampliou de veras o espectro de sua agência.

O fato é que desde a implantação de Escritório Técnico do IPHAN na cidade, em 1983, os vilaboenses vêm garantindo, no decorrer de duas décadas, cargos técnicos e político-administrativos ou para *filhos de Goiás*, ou para alguém que fez aliança matrimonial com vilaboense. Quando não há relação de parentesco, caso raro, é porque

⁷⁶⁶ Available from <http://www.assembleia.go.gov.br/not_detal.asp?id_cat=38id_not=2928> Access on 17 de março de 2006.

⁷⁶⁷ A direção do Museu das Bandeiras passou para Fátima Sócrates do Nascimento.

⁷⁶⁸ “Posse festiva na AFLAG”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano 12, n. CXXV, nov-dez 2004, p. 11.

⁷⁶⁹ Dentre elas, Goiandira do Couto, Augusta Faro Fleury de Melo, Heloisa Barra Jardim, Maria Lucy Veiga Teixeira, Jacira Brandão Veiga Jardim, Nice Monteiro Daher. Outras vilaboenses que já ocuparam cadeiras foram: Cora Coralina, Célia Coutinho Seixo de Brito, Rosarita Fleury, Mariana Augusta Fleury Curado, Armênia Pinto de Souza, dentre outras. Available from <<http://www.aflag.hpg.com.br>> Access on 03 de maio de 2007.

a pessoa indicada atende bem aos desígnios da elite cultural, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, das referidas instituições.

Em nível nacional, o IPHAN é atualmente a instituição que mais tem dado respaldo para a agência da elite local, no que concerne ao processo de gestão dos bens culturais. Mas também outras empresas estatais e privadas têm contribuído para fortalecer o grupo local. Em geral, são *filhos de Goiás*, os executivos destas empresas que fazem a ponte entre o local e o nacional. Destaca-se, neste sentido, a Brasil Telecom que financiou, dentre outros, os seguintes projetos culturais e patrimoniais na cidade: reforma do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, limpeza e higienização do acervo sacro⁷⁷⁰; doação de três peças do escultor goiano Veiga Valle para o Museu de Arte Sacra da cidade de Goiás⁷⁷¹; recuperação e reformulação do espaço do Museu Casa de Cora Coralina, após a enchente de 2001⁷⁷², doação de instrumentos musicais para a Banda do 6º Batalhão de Polícia Militar⁷⁷³.

Instituições regionais como a AGEPEL (Agência Goiana Pedro Ludovico Teixeira), a AGETUR (Agência Goiana de Turismo), o IGHG (Instituto Geográfico e Histórico de Goiás), e a AFLAG (Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás) são também parte da cadeia de gestão da cultura e patrimônio locais. Recentemente houve a inserção do Programa Monumenta do Ministério da Cultura com recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Em muitas destas instituições há *filhos de Goiás* e em várias circunstâncias em que houve conflito sobre algum bem cultural, os intelectuais ligados a estas instituições (mesmo residindo em Goiânia) foram chamados a fim de legitimar a escolha feita pela elite cultural local. Caso paradigmático neste sentido é o da polêmica sobre a reconstrução da Cruz do Anhanguera, logo após a enchente de dezembro de 2001, a ser interpretado na Parte III⁷⁷⁴.

Por isso, considero que há que se problematizar a configuração da *panelinha* — composta de seis membros —, pois que as instituições referidas, bem como boa parte de seus membros, devem ser contempladas para uma análise do poder da esfera cultural em

⁷⁷⁰ “Telegoiás patrocina reforma do Museu”, *o Vilaboense*, Ano II, N. 14, Goiás, dezembro de 1994, p. 2. Valbene Bezerra, “Museu recebe esculturas de Veiga Valle”, *O Popular*, Goiânia, 8 de junho de 2002, p. 7.

⁷⁷¹ Uma imagem de Santana, uma imagem de Nossa Senhora e uma de São João Batista. As imagens eram de propriedade particular e foram adquiridas pela Brasil Telecom para serem doadas ao Museu de Arte Sacra. In: “Telegoiás Brasil Telecom doa Peças de Veiga Valle ao Museu da Boa Morte”, *O Goyaz*, Ano I, N. 3, Goiás, abril de 2002, p. 5.

⁷⁷² Rogério Borges, “A nova Casa da Ponte”, *O Popular*, Goiânia, 17 de agosto de 2002.

⁷⁷³ “Banda ganha instrumentos musicais da Brasil Telecom”, *O Vilaboense*, Ano 13, N. CXLX, Goiás, agosto de 2006, p. 7.

⁷⁷⁴ Sobre a Cruz do Anhanguera conferir (Tamaso, 2006)

Goiás. Além disso, entendo que a primeira configuração da *panelinha* da qual tomei conhecimento em 2000, começou a ser significativamente alterada quando da nomeação de Salma Saddi Wares de Paiva para a direção da Regional do IPHAN.

Para Giddens há “tipos de circunstância que tendem a influenciar o nível e a natureza da penetração dos atores sociais nas condições de reprodução do sistema”, que incluem os seguintes fatores: (1) “os meios de acesso dos atores ao conhecimento, em virtude de sua localização social”; (2) “os modos de articulação do conhecimento”; (3) “as circunstâncias referentes à validade das afirmações de crença interpretadas como ‘conhecimento’”; (4) “os fatores relacionados com os meios de disseminação do conhecimento disponível” (1989, p. 73).

Entendo que todas as instituições citadas — OVAT, Casa de Cora Coralina, Obras Sociais da Diocese, Movimento Pró-Cidade de Goiás etc —, mas, sobretudo, o IPHAN, se constituem em lugares de onde se pode falar com legitimidade sobre os vários tipos de patrimônio. Do alto dos seus saberes especializados os técnicos do IPHAN, agora também *filhos de Goiás*, articulam conhecimento e criam as condições de validarem suas afirmações a respeito dos restauros ou usos dos bens edificados, por meio das alianças estabelecidas com o governo do Estado, a imprensa regional, a intelectualidade goiana e nacional, com os quais também articulam as estratégias para divulgar o conhecimento disponibilizado **em nome do patrimônio**.

Em 2002, perguntei a Marlene Gomes de Vellasco sobre como era ser agente da área cultural em período anterior como o da reelaboração da Procissão do Fogaréu, o da fundação da Casa de Cora, o da constituição do Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico, etc. A resposta revela a ênfase em alguns nomes e em detrimento de outros:

*O Élder por ser uma pessoa sensível e preocupado mesmo com a cidade ele então... conseguiu unir com ele... junto aos ideais dele, um grupo. Um grupo que foi constituído por Élder mesmo, por Antolinda, por mim, pelo Newton Pova, pelo Fernando Passos, pela Salma, pelo irmão da Salma. Então formou um grupo de umas dez pessoas que trabalharam mesmo, enfrentaram problemas... na época teve problemas com a igreja... a OVAT teve problemas com a igreja... mas esse grupo se uniu, porque o único interesse desse grupo é a cidade de Goiás. Então nós não recebemos nada, nós não ganhamos nada... investimos... colocamos dinheiro nosso em tudo o que a gente faz. As instituições todas são pobres, não tem recursos. Quantos anos a gente manteve a Semana Santa? Quantos anos durante meses fazendo as tochas, enchendo, arrumando voluntários pra nos ajudar.*⁷⁷⁵

⁷⁷⁵ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

A conquista do título de patrimônio mundial atribui ao IPHAN (local, regional) ainda mais legitimidade e poder para fazer alianças e estabelecer as diretrizes para o *centro histórico*.

A relação entre IPHAN e alguns agentes do patrimônio foi adensada e projetos de recuperação, restauro, etc, foram implementados no *centro histórico*, apesar do desagravo de alguns moradores, no que concerne ao resultado final das intervenções. São exemplos os projetos de calceteria da Rua Dom Candido Penso, o projeto apresentado para o Largo do Chafariz, repudiado publicamente pelos moradores do largo e por isso não executado, o projeto empreendido no Largo do Coreto e o restauro executado no altar da Igreja São Francisco de Paula. À frente, a interpretação dos dissensos gerados por essas obras de restauro e recuperação servirá para validar minha hipótese de que quanto mais os bens culturais foram adensados de valor patrimonial — de nacional a mundial — mais concentrado ficou o poder em alguns grupos locais.

Sendo gerado na (e através da) reprodução de estruturas de dominação, o poder se expandiu por meio da “armazenagem de recursos alocativos”, mas, sobretudo, “autoritários”, permitindo que essas entidades unidas pudessem “ligar’ o tempo-espaço” envolvendo, no nível da ação — seleção, intervenção e apropriação dos bens culturais — à “administração inteligente de um futuro projetado e a recordação de um tempo passado” (Giddens 1989, 212)⁷⁷⁶.

Depois da conquista do título e, sobretudo após a enchente de 31 de dezembro de 2001, um “discurso herético”, nos termos de Bourdieu (1996), começou a pontuar aquele mundo social. Os vilaboenses indignados sentiam necessidade de falar sobre as arbitrariedades que testemunhavam. Perguntei a uma *filha de Goiás*, moradora de um bairro contíguo ao *centro histórico*, se o título teria conscientizado a população sobre a preservação:

Não, não conscientizou. Esse título ele está mesmo só naquele grupinho que lutou por ele, sabe? Eu tenho certeza que tem vários goianos como eu que estão magoados porque o título chegou... ficou como se eles fizessem de Goiás... Eles botaram Goiás num trono, Goiás virou rei e esqueceu de quem ajudou a subir no trono. Porque não foi aquela panelinha que ajudou ele subir. Ela lutou pra que isso acontecesse? Porque que ela lutou? Ela tinha livre acesso, ela tinha facilidade de viajar pra Europa, viajar pra aquele exterior tudo e lutar por isso.

⁷⁷⁶ Segundo definição de Giddens (1989) recursos alocativos são “recursos materiais envolvidos na geração do poder, incluindo o ambiente natural e os artefatos físicos”; e os recursos autoritários são aqueles “não materiais envolvidos na geração de poder, derivando da capacidade de tirar proveito das atividades de seres humanos” (p. 304).

Mas não poderia ter esquecido de quem ajudou ele a crescer! Que foi o menino do bolo de arroz que ajudou ele a crescer! Foi o cajá manga que vende em saquinhos hoje... aquele cajazinho azedo, que os meninos saem vendendo e botam nos bares pra vender! Aquele delicioso picolé da praça, sabe? Foi esse pessoal que ajudou Goiás a ser patrimônio! Num foi a dona Antolinda, nem doutor Élder, nem doutor Fernando Passos, não foi esse pessoal! O que que eles visaram? É tão visível...se nota tanto! O dinheiro que vai entrar! Porque ele vai ser um centro turístico e todo mundo vai procurar, vai conhecer as belezas ⁷⁷⁷.

Pedi a todos os entrevistados que indicassem os nomes que eles consideravam os responsáveis pela conquista do título. Um rapaz, morador do *centro histórico* respondeu: *as pessoas que vão ser mais beneficiadas, só vou falar isso* ⁷⁷⁸. A crítica de que há um interesse particular das pessoas que compõem a *panelinha* é muito presente, mas é mais dirigida a pessoas específicas; conforme relato de outro jovem, residente fora do *centro histórico*: *eles têm preocupação sim de conservar isso aqui, que talvez seja até por interesse próprio. Porque pessoas ligadas a esse patrimônio aí é proprietário de hotel, então o quê que ela quer? Ela quer investir... essas pessoas querem trazer o turista pra gerar retorno pra eles próprios né* ⁷⁷⁹? O rapaz fala de *pessoas*, mas usa também o pronome no feminino e singular.

As críticas indicam uma sobreposição de interesses pessoais e coletivos. Os projetos levados a cabo por estes grupos — OVAT, Casa de Cora, Obras Sociais — e que vislumbraram a preservação e reprodução dos bens culturais (materiais e imateriais), são apontados como o mote para a realização de projetos pessoais, familiares, que em geral, incidem mais sobre o bem estar econômico de indivíduos e famílias, do que da coletividade. Poletto (2003) confirma o fato de que “personagens específicos e muito conhecidos são, com frequência, também os proprietários de pousadas, hotéis, restaurantes, além de estarem relacionados com a coordenação de museus, igrejas e a preparação e organização das festas tradicionais” (p. 92). Delgado também destaca a relação “do grupo que controla e gerencia a política de Goiás” com a participação dos membros do grupo em “negócios ligados ao turismo” (2005, p. 123).

Poletto (2003) salienta a capacidade adaptativa e o trânsito entre o tradicional e moderno efetuado por esses “grupos e personagens”, garantindo pela “legitimidade

⁷⁷⁷ Identidade omitida por decisão da autora. Entrevista concedida à autora em 2002.

⁷⁷⁸ Identidade omitida por decisão da autora. Entrevista concedida à autora em 2001.

⁷⁷⁹ Entrevista concedida à autora em outubro de 2001. Jovem pedreiro que prestava serviço no centro histórico e não quis se identificar. Tinha em torno de 30 anos.

genealógica” a dominação tradicional e sua “reestruturação e vigor no tempo” (p. 91-92).

Durante todo o período que passei em campo, observei a frequência com que os moradores da cidade, sobretudo os tradicionais, se referiam aos grupos que comandam a cultura e o patrimônio; o que foi confirmado pelos vários depoimentos analisados até agora. Mas havia evidências de que a união das várias instituições e entidades para conquista do título era operacional e não se sustentaria por muito tempo. Uma vilaboense responde à minha pergunta sobre a crença de que os grupos estariam unidos em benefício da cidade: *Na verdade, eu acredito que as pessoas mais lúcidas nunca acreditaram nisso. O que acontecia é que elas em nome de... deixavam de lado as diferenças: “depois que a gente ganhar cada um demarca o território novamente e cada um pega o seu quinhão”. Não verdade nunca, nunca se acreditou nisso*⁷⁸⁰ [grifo meu].

Mas se havia uma aparente harmonia que visava garantir a conquista do título, nem mesmo o tinham conquistado, uma luta declarada pela gestão dos bens simbólicos foi desencadeada; isto é, uma luta que teve como palco o *centro histórico*, mas cujas conseqüências se espalharam para todo o espaço urbano.

No dia 03 de novembro de 2001, um grupo formado por vilaboenses e *filhos de Goiás* se reuniu e deu início às articulações para que uma OSCIP (Organização de Sociedade Civil de Interesse Público) fosse criada com objetivo de cuidar da cidade de Goiás, patrimônio mundial. Alguns alegaram que o *Movimento*, *não tinha mais sentido* e que *deveria ser extinto*⁷⁸¹, uma vez que sua missão já havia sido cumprida: levar a cidade até a conquista do título. Aos olhos desses articuladores, o Movimento Pró-Cidade de Goiás deveria ser extinto e outra entidade criada especificamente para dar sustentabilidade ao título. Tal argumento não foi compartilhado por todos os moradores tradicionais. Muitos revelaram aversão à criação de mais uma ONG na cidade: Uma vilaboense avalia que

A Brasilete cresceu muito com o título. Cresceu, foi aquela... podemos compará-la com Dom Quixote, que conseguiu debelar o moinho de vento... Diferentemente dele que estava lutando pelo moinho de vento e não conseguiu... ela não, ela conseguiu se manter e ela cresceu muito e isso começou a gerar alguns boicotes; algumas ações em surdina para minar o trabalho dela. Um dos casos foi a criação da OSCIP; e conseqüentemente a criação dessa OSCIP lá em Goiás seria para desativar o Movimento. Isso foi feito assim... essas

⁷⁸⁰ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁷⁸¹ Registrado em caderno de campo no dia 03 de novembro de 2001.

entidades, esses grupos lá e até o IPHAN! Mas aí acabou não indo nada pra frente e eu nem sei o resultado. ⁷⁸² [grifos meus]

Dentre as pessoas que se articularam para criação da OSCIP estavam membros do *Movimento*, da diretoria da Casa de Cora, do Museu de Arte Sacra, de empresas privadas nacionais (*filhos de Goiás*), funcionários do IPHAN e artistas goianos. Os grupos outrora unidos em nome de um grande reconhecimento para a cidade estavam se desintegrando antes mesmo da decisão definitiva da UNESCO. Eram indícios de que a aparente e relativa harmonia estava por um triz. Outras configurações começaram a ser desenhadas no espaço social de lutas pelo poder simbólico de nomear o patrimônio cultural.

O patrimônio de Goiás passou a ser do interesse de outras pessoas, que não estavam cotidianamente cuidando de resguardar e preservar a cidade. Eram os bem sucedidos *filhos de Goiás*, residentes em Brasília e Goiânia, que queriam fazer parte no “negócio” que se tornou preservar a cidade. Ao obterem o apoio e o consentimento de parte do grupo local de agentes do patrimônio eles davam um passo importante para serem bem sucedidos no novo projeto. Contudo, Brasilete Ramos Caiado, do alto de sua autoridade garantida não apenas pelo trabalho desempenhado em prol da educação, cultura e patrimônio, mas também pela genealogia, não abria mão tão facilmente do *Movimento*.

Brasilete esteve presente em outra reunião de criação da OSCIP, dia 10 de novembro, que contou com a presença de um número mais significativo de pessoas. Um dos presentes alegou que o *Movimento não tinha validade por ter sido expirado o tempo da diretoria* ⁷⁸³. Brasilete argumentou que o *Movimento já estava consolidado junto à sociedade, e que, embora tivesse até então um cunho amadorístico e de amor à causa, entretanto atingiu plenamente o seu objetivo que era a conquista do Título de Patrimônio Mundial* ⁷⁸⁴. Defendeu ainda a idéia de que o *Movimento se adequasse e profissionalizasse ao invés de se extinto* ⁷⁸⁵. Brasilete lutou pela preservação, dessa vez, do *Movimento*, que segundo ela, tinha razão para existir, uma vez que bastava alterar e incluir alguns itens do estatuto, salientando agora a missão de garantir a sustentabilidade do título e não mais a conquista desse. Teve apoio de José do Carmo, Sebastião da Silva

⁷⁸² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁷⁸³ Livro Ata do Movimento Pró-Cidade de Goiás, p. 53.

⁷⁸⁴ Idem, p. 53.

⁷⁸⁵ Idem, p. 53.

Curado e Héber da Rocha Rezende Júnior, que se pronunciaram em favor de Brasilete, lembrando que o trabalho desenvolvido pelo *Movimento legitima a Diretoria durante esse período*. Na ata da reunião consta que tal posição *foi unanimemente acatada por todos os presentes*⁷⁸⁶.

À conquista do título seguiu-se a enchente. Não mais ouvi falar em OSCIP e todos os esforços foram no sentido de reconstruir a parte da cidade atingida pelas águas do Rio Vermelho. Brasilete colocou o *Movimento* para trabalhar em prol das vítimas da enchente. Assim, enquanto o IPHAN cuidava do patrimônio edificado às margens do rio e a Casa de Cora se empenhava em executar projetos, buscar recursos para o museu Casa de Cora e administrar os recursos para outras obras na cidade, Brasilete se reunia com as vítimas da enchente, visitava as casas atingidas, pedia auxílio para atender às necessidades imediatas como colchões, roupa de cama e banho, utensílios domésticos. Acionou com eficácia o capital simbólico acumulado por sua família no Estado para ajudar as famílias necessitadas. Ao colocar o *Movimento* em ação novamente, agora com vistas a uma causa humanitária, Brasilete ganhou terreno, conquistou aliados e mostrou que não seria fácil descartá-la como agente da cultura, do patrimônio e do título.

Três episódios — a conquista do título, a enchente do Rio Vermelho e a sobrevivência das verbas — desencadearam o acirramento da tensão em meio à elite cultural, conforme indica uma vilaboense:

*Acredito que a vinda do título deu ainda mais poder a certos grupos. Não foi assim tão democrático... a cidade ainda continua... a grande maioria da população continua sem receber nenhum benefício e aí eu digo benefício assim simples. [...] Nem indiretamente, por conta do título, a população de um modo geral, não foi beneficiada. Por outro lado, e acho que isso é grave, eu acho que acirrou mais ainda e fechou mais ainda os grupos, o domínio agora... a ambição é maior, tanto que nem vale a pena mais.*⁷⁸⁷

Heresiarcas, alguns vilaboenses, “mediante transgressão indispensável” começam a “*nomear o inominável* e romper as censuras (institucionalizadas e interiorizadas) que bloqueiam o ressurgimento do recalque” (Bourdieu, 1996, p. 119). Outro vilaboense descreve as manifestações e insurgências como algo recente:

uma coisa que eu estou gostando na cidade de Goiás, apesar de todos esses problemas... as pessoas estão perdendo o medo de falar. Cursos na UEG, no curso de Gestão Pública a fulana [nome de uma agente do patrimônio omitido]

⁷⁸⁶ Livro Ata do Movimento Pró-Cidade de Goiás, p. 53.

⁷⁸⁷ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

*sendo questionada radicalmente no curso e o que que ela fez? Acionou o secretario que acionou o reitor e a professora teve se desculpar perante ela, eles né? Então, quer dizer, não interessa se eles têm esse poder político, mas a população está questionando. A população está cobrando, a população está perdendo o medo de falar “olha, eu sei que a coisa não é como pinta, eu sei que o que está sendo feito não é assim”. Antes as coisas eram à meia boca, é um respeito assim, chega a ser até irônico né? Você está sendo lesado e você tem receio de falar!*⁷⁸⁸

Uma fala é paradigmática dos insurgentes ressentimentos, como os decorrentes de desconsideração e não reconhecimento, por parte das políticas públicas, dos mais humildes *filhos de Goiás* :

Patrimônio pra mim... a palavra já diz tudo... é meu, é do meu filho, é da minha mãe. É o nosso patrimônio, nascemos, crescemos aqui... é nosso. Então eu me senti lesada, porque eu acho que nós devíamos participar. Até participo às vezes com as minhas cantorias, mas têm outros que não participam, que também consideram... é nosso! O patrimônio é nosso. Goiás é nosso! Nós somos goianos, nós nascemos, nós crescemos aqui, e eu ajudei, meu pai ajudou, meus irmãos ajudaram... se Goiás chegou aonde está foi porque nós trabalhamos, nós ajudamos. E no passado, essa beleza toda, dessas pedras no chão, desse casario muito lindo, muito alto, tudo com aqueles tijolões, que eram fabricados manual... o povo do passado, os mais humildes, que ajudaram Goiás chegar nessa... e pegar esse título maravilhoso. Só que ele é meu. Eu gostaria de ter essa força de tomar ele da mão de ambiciosos e ele ser realmente... mostrar para o turista a beleza de Goiás verdadeira. Porque o turista chega, ele vê a beleza que esse pessoal quer mostrar para ele... então já mudou tudo, já pintou tudo, tem casas coloridas, tem tudo e o turista chega e fica encantado com isso! Mas eu queria que o turista visse o Goiás que eu conheço... com as suas histórias, com as histórias de suas ruas, das assombrações, porque Goiás tinha assombração minha filha... muito lindo [gargalhadas]... meu filho falou “as assombrações tem até medo de aparecer agora, senão vão pra museu”. É uai, agora tudo vai pra museu! [risos].⁷⁸⁹ [grifos meus]

Rimos muito juntas após seu desabafo sobre as assombrações, ou melhor, sobre os museus! Berenice do Carmo Brito é bem humorada e sensível para falar do ressentimento pelas expropriações sofridas como uma legítima *filha de Goiás*. Expropriações que apenas se insinuaram e que ainda aguardam pela Parte III para serem descritas, narradas, registradas, analisadas⁷⁹⁰.

⁷⁸⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁷⁸⁹ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

⁷⁹⁰ Devo informar que há uma indignação com relação às várias ações dos agentes do patrimônio que não cansa de ser expressa nas conversas que tenho mantido com alguns vilaboenses, no decorrer de todo esse longo período que sucedeu meu trabalho de campo (2002 a 2006).

PARTE III

O SISTEMA PATRIMONIAL LOCAL: REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DA CULTURA VILABOENSE



Foto: Izabela Tamaso (2002)

Há uma Goiás
que dos seus anos
lança editais
e faz proclamas
de um tempo raro
no ouvido atento
de qualquer gente
que surja, passe.

(Brandão, 1976)

O recém consagrado patrimônio mundial é resultado do tradicional e eficaz sistema patrimonial vilaboense formado pelos patrimônios privados, (familiares), públicos (coletivos) e religiosos. Alimentando este sistema, todas as esferas de ação social: política, econômica, cultural, estética e tecnológica. É da relação entre os vários patrimônios e múltiplas esferas de ação social que interpretarei o sistema patrimonial da cidade de Goiás.

Ao invés da diacronia que preponderou, sobretudo, na parte I da tese, opto agora por tratar os bens patrimoniais numa perspectiva predominantemente sincrônica. Interpretarei as significações e apropriações específicas sobre os bens patrimoniais e a relação entre eles. Dentre elas, constarão também aquelas significações e apropriações dos vilaboenses que ocupam cargos ou funções na burocracia cultural-patrimonial ou em associações ou fundações que contribuem para a preservação da cultura e do patrimônio locais.

Ater-me-ei ao cotidiano e aos rituais praticados em lugares e espacialidades específicas — casas, igrejas, largos, ruas, pontes, becos, museus, teatros — para apresentar como vivem os vilaboenses os (e nos) seus patrimônios públicos e privados; e que relação eles estabelecem com as políticas e práticas patrimoniais e com os agentes da cultura e patrimônio (vilaboenses e não vilaboenses). O eixo se baseia muito mais na experiência do lugar do que do tempo; o que não significa ausência de perspectiva temporal (que redundaria em grande prejuízo para a análise), uma vez “space and time come together in place”, ou melhor, “they arise from the experience of place itself”(Casey, 1996, p. 36).

Pela total impossibilidade de dar conta de tão vasto campo de pesquisa e análise, selecionei de cada esfera patrimonial (religiosa, pública e privada) situações, casos, relatos e memórias que sejam paradigmáticos das relações que envolvem o patrimônio local, permitindo ao leitor compreender o sistema patrimonial vilaboense.

Ao apresentar a relação entre as esferas patrimoniais (pública, privada e religiosa), trato também da hierarquia, poder e conflito de umas com (e sobre) as outras; e ainda, como a hierarquia e o poder se refletem e/ou são transformados pelas e nas políticas patrimoniais, sejam municipais, estaduais, nacionais ou mundiais. Outras categorias dicotômicas, algumas inclusive já analisadas na Parte II, ganham destaque nesta Parte III: indivíduo/sociedade, privado/público, história/memória, tradição/modernidade, centro/periferia. Por meio da apresentação etnográfica e da análise antropológica pretendo apresentar a sobreposição das formas plurais e, por vezes antagônicas, de apropriação dos bens culturais. Antes, porém, devo apresentar como um acidente ambiental impôs uma reorganização para o trabalho de campo e a escrita etnográfica.

Dezoito dias decorridos do reconhecimento da UNESCO. Chovia há dias. Na madrugada de 31 de dezembro a chuva não deu tréguas. O rio amanheceu cheio. Espetáculo bonito de ser ver. Há uma fascinação do vilaboense pelo rio cheio. Todos acorrem para suas margens. Contemplam o espetáculo da natureza que tem efeito uma vez ao ano, no período das chuvas. Evento cíclico este, como os outros, a Festa do Divino, a Semana Santa. Todos sabem e aguardam pela cheia do rio. Às vezes maior; outras, acanhada. O ano de 2001 não fugiu à regra, veio a cheia e o espetáculo tinha um público maravilhado dos dois lados da margem. Como um “imponderável da vida real”, a contemplação do Rio Vermelho é “parte integrante da essência da vida grupal”; momento no qual se entrelaçam “os numerosos fios” (Malinowski, 1976, p. 33-34), que põem em relação a família aos vizinhos, o centro à periferia, a natureza à cultura.

Foi no meio da manhã que todos começaram a se impressionar com o volume e a força das águas. A euforia do espetáculo se transformou em insegurança e medo. Rapidamente o rio começou a entrar pelos quintais das primeiras casas do centro histórico, saindo pelas janelas da frente, cruzando a rua e entrando pela frente das outras casas. Impressionante!

Vizinhos se ajudavam no trabalho de retirada dos pertences das casas. Muitas pessoas se amontoavam para testemunharem o que ia se configurando numa tragédia

ambiental e social. Evacuadas as casas, nada mais havia para ser feito. Apenas observar e esperar que o volume do rio baixasse⁷⁹¹.

Foto: Izabela Tamaso (31.12.2001)



Rua Dom Cândido Penso. Ao fundo, a Cruz do Anhanguera

No meio da tarde já se podia avaliar os estragos: casas, pontes, ruas, monumentos. A Cruz do Anhanguera *rodou*, a chamada *beira rio* ficou completamente destruída e a Casa de Cora Coralina, um dos imóveis afetados. Uma devassa localizada! O patrimônio mundial havia sido parcialmente destruído. A mídia dava destaque à Cruz do Anhanguera e ao Museu Casa de Cora Coralina. Enquanto isso, vozes locais narravam, sem muita audição, prejuízos pessoais, familiares e afetivos. A retórica da perda novamente se alastrou. Além das perdas materiais e simbólicas pessoais e coletivas, havia também o receio de se perder o título recém conquistado.

A falta de energia elétrica deixou a cidade escura desde o anoitecer até pouco antes de meia noite. Para uma cidade, patrimônio mundial, aquele *Reveillon* superou em

⁷⁹¹ Durante alguns meses se especulou sobre as causas do acidente ambiental. O Laudo da Secretaria de Indústria e Comércio / Superintendência de Geologia e Mineração, “O rio, a cidade de Goiás, e os limites ambientais: identificando causas e indicando medidas preventivas”, concluiu que “a catástrofe ocorrida na Cidade de Goiás, em 31 de dezembro de 2001, foi um acidente hidrológico natural. [...] Embora a área antropizada da sub-bacia seja de no máximo 46%, encontrando-se 55% preservada [...] a catástrofe foi causada por uma elevada precipitação pluviométrica em um curto espaço de tempo. Naquele dia, a precipitação de chuvas atingiu cerca de 10% do total anual (tromba d’água), e num período de 6 dias foi equivalente a quase 30% da precipitação total anual”, janeiro de 2004, p. 21.

imprevisibilidade. Foi um banho de água fria para aqueles que esperaram calorosamente pelo título e que ainda o comemoravam. Foi bem mais... Foi uma enchente, que causou danos irreversíveis aos patrimônios pessoais e familiares.

Nos dias que se seguiram, a rotina da cidade foi interrompida, por tratores e caminhões. Além das máquinas que tomaram conta da beira rio, sobretudo pela invasão sonora; a presença de técnicos das várias agências governamentais, ambientais, de saneamento, de eletricidade, especialistas do IPHAN vindos do Rio de Janeiro, de Brasília, de Goiânia, imprensa e turistas, além dos *filhos de Goiás* que para lá acorreram em solidariedade.

Minha programação de pesquisa — acompanhar a rotina da cidade após a conquista do título — também tinha ido por água abaixo. Não havia mais rotina. Havia que repensar o que e como fazer? Alguns dias observando, ainda sem planejamento, foram suficientes para estabelecer um novo plano de trabalho, que, grosso modo, constava das seguintes atividades: acompanhar a situação das vítimas da enchente; acompanhar as equipes que prestavam auxílio material e/ou moral aos moradores impactados pelas águas; e acompanhar as reuniões entre as várias entidades e moradores sobre destino das verbas e dos restauros. Foi somente no decorrer destas pesquisas que fui selecionando o que de fato poderia contribuir para o meu tema: representações e apropriações do patrimônio cultural antes e depois da conquista do título.

Imprensa, políticos e técnicos da conservação de diversas partes do país para lá se deslocaram. Olhavam, avaliavam, calculavam perdas. Depois vieram os projetos e as verbas e com eles os conflitos. Prefeitura Municipal, IPHAN, moradores da *periferia*, do *centro histórico*, agentes locais do patrimônio, vítimas da enchente, igrejas católica e evangélica. Momento de pronunciamento, de enunciação, de declaração. Todos desencadearam falas sobre o acidente, as causas, os prejuízos, as verbas e a transparência (ou ausência dela) na aplicação dos recursos. E quanto recurso! A ponto de um vilaboense dizer *bendita enchente*⁷⁹²!

Três categorias de falas, desencadeadas pela enchente, foram imediatamente incorporadas ao meu trabalho de campo. Uma delas foi resultado da ausência temporária ou definitiva de alguns bens culturais, o que provocou uma sistemática narrativa sobre os bens e lugares naturalizados no cotidiano, evidenciando ainda mais as representações plurais. A outra fala foi resultado do volume de verbas, e da visibilidade

⁷⁹² Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

dada aos agentes e agências que atuam e atuaram no trabalho de recuperação e reconstrução do patrimônio privado e coletivo. Neste caso, o foco incidia sobre as instituições e os agentes responsáveis pela recuperação dos bens destruídos. Por último, e de grande importância, foi o desvelamento dos patrimônios privados, familiares, pessoais. Bens tangíveis, suportes de memória das famílias, que ao serem carregados pelas águas foram elevados ao patrimônio mais caro daquelas famílias. Deu-se início a um trabalho de hierarquização de valores patrimoniais. O que tem mais valor? A Casa de Cora ou nossas casas? O monumento da Cruz do Anhanguera ou nossas fotos de família?

Por ter tornado mais evidente a tensão entre os grupos locais, a enchente acabou por me auxiliar na coleta, observação e análise das arbitrariedades apontadas pelos moradores nas ações institucionais de preservação. Terreno fértil este lavado pela lama! As tensões emergiram, pois que a aparente harmonia rodou com a enchente, e os obstáculos que ocultavam as expressões dos conflitos se esvaíram. Uma nova pesquisa teve início. Nesta segunda etapa, conheci outros moradores e identifiquei outros problemas. Meu olhar se direcionou para outros lugares metafórica e fisicamente.

Assim, o que deveria ser uma análise dos patrimônios públicos, privados e religiosos, antes e depois do título, não pode abster-se de incorporar dados relativos ao período pós-enchente, cujas conseqüências marcaram indelevelmente meu planejamento de pesquisa, meu olhar e sensibilidade etnográficos e minha análise posterior. Devo informar, contudo, que os dados relativos ao período posterior à enchente são trazidos à medida que me auxiliam no trabalho de desvelar e compreender as representações e apropriações do patrimônio cultural. Em resumo, não houve inserção de nova problemática; mas sim adição de outras abordagens metodológicas e aprofundamento das propostas iniciais.

Os capítulos que compõem esta Parte III são os que estão mais marcados por esta ruptura no trabalho de campo. Ao apresentar o patrimônio vivido, apropriado, terei também de apresentá-lo como expropriado. Aos dados sobre expropriação já acumulados antes da enchente, somaram-se muitos outros, de grande relevância, que contribuíram para confirmar a interpretação já iniciada.

Casas, monumentos, edifícios públicos, largos, ruas, pontes, pedras, santos foram (e ainda são) os bens culturais apropriados pela elite local, pelo IPHAN e mais recentemente, pelo Programa Monumenta/BID, com o fim de exercerem suas atividades de proteção e preservação ao patrimônio cultural vilaboense, “produtos materiais do

consumo visual” (Zukin, 2000, p. 88). O Programa Monumenta/BID, por exemplo, tem como um de seus objetivos o “estímulo a projetos que viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais”⁷⁹³.

Se por um lado, protegem o patrimônio e apóiam projetos de recuperação, reurbanização requalificação das áreas patrimoniais, por outro, expropriam os moradores de alguns de seus bens coletivos e religiosos. Indico que o trabalho de proteção ao patrimônio acaba por retirá-lo, em grande parte, do cotidiano dos moradores da cidade. Nesse sentido pode-se falar em preservação? Preservação de quê e para quem? A preservação também não seria em alguma medida desapropriação cultural e simbólica?

Aos olhos do vilaboense tradicional a construção da cidade patrimônio mundial impactou sobremaneira o patrimônio da cidade. Paradoxal parece esta afirmação. Mas há de fato uma dissensão entre a lógica que subsidia a intervenção dos processos de *enobrecimento* e a lógica de apropriação dos espaços urbanos pelos vilaboenses tradicionais.

Esta Parte III coloca em evidência as estratégias e táticas acionadas pelos vários agentes sociais no contexto da cidade patrimonial. Agentes da preservação põem em prática a burocracia patrimonial, estratégias elaboradas pelo saber especializado sobre os bens de outrem e de si próprios (caso do IPHAN em nível local e regional). Os vilaboenses tradicionais agem criando táticas para se “preservarem” no espaço urbano, agora repleto de fiscais e burocratas; regras e normas.

⁷⁹³ Pesquisado no site www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=195548more=18c=18pb=1# Access on 15 de janeiro de 2007.

CAPÍTULO 8

PATRIMÔNIO PRIVADO



Os legados materiais estão comumente vinculados à descendência. Mas precedendo à herança material, pois que os pais transmitem muito mais do que bens tangíveis, está o legado imaterial. Assim, antes de abordar a casa (edificação) como um patrimônio familiar, convém observar com acuro outro patrimônio de considerável valor: o legado familiar, constituído por bens não tangíveis; a *traditio*, como sendo aquilo que se transmite a cada geração. Além disso, importa interpretar a relação entre legado familiar e patrimônio coletivo e religioso. Como ressaltou Lowenthal “the fundamentals of collective heritage derive from family affections, habits, and obligations” (1998b, p. 32).

8.1. Família e tradição

Como emblemas de resistência e durabilidade das famílias, em várias sociedades, figuram o nome, o clã, a dinastia, o prestígio, a fama, que são transmitidos de geração em geração (Lowenthal, 1998). As famílias transmitem ainda, as afeições e aversões, o gosto, os cargos e funções simbólicas. Em Goiás, isto é particularmente importante. Algumas famílias, que habitam a cidade há um ou dois séculos, se auto-referem como portadoras de dons específicos; fato que legitima um lugar social especial. Atividades ligadas à música e à religião são aquelas nas quais mais se podem notar as virtudes familiares como herança tradicional e como privilégios de algumas

famílias. Dom, casa e nome de família são referências simbólicas para a gramática social; são expressões de descendência e sentido moral. Em torno da idéia de transmissão dos bens simbólicos reside a noção de um tempo cíclico que propicia à família a demarcação do seu lugar social e de sua identidade em relação à sociedade mais ampla (Barros, 1989)⁷⁹⁴.

Os responsáveis pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), realizado em Goiás em 1999, por ocasião da confecção do *Dossiê*, captaram bem a importância das famílias do *centro histórico*, incluindo a seguinte pergunta no questionário: “quais as famílias mais antigas da cidade”⁷⁹⁵? Deixaram de responder a pergunta apenas os moradores de fora do *centro histórico*; ou seja, de outras áreas urbanas ou rurais⁷⁹⁶.

Observando as repostas, com base no conhecimento adquirido em campo, notei que além dos laços de parentesco, os laços de vizinhança parecem motivar a referência a algumas famílias; o que sugere que a vizinhança seria uma espécie de família estendida. As respostas também variam em função do sujeito, de suas afinidades e malquerenças. As famílias mais citadas em ordem decrescente são: Caiado, Fleury, Passos, Camargo, Curado, Bueno, Veiga Jardim, Veiga, Amorim, Rocha Lima, Barros, Bulhões, Alencastro, Fleury Curado, Vellasco, Couto, Coelho, Alencastro Veiga, Ludovico, Ortiz de Camargo, Castro, Félix, Perillo, Berquó, Ferreira, Brandão, Guedes e Veiga Valle, dentre inúmeras outras. Mais de cem famílias foram citadas. Fato comum foi o entrevistado citar ao menos um ramo dos que compõe a sua própria família.

Que os laços de amizade, e seu correlato oposto, sejam heranças de família, que reverberam por toda a vida de cada indivíduo é atestado por Hecival Alves de Castro (62 anos):

⁷⁹⁴ Há segundo Barros (1989) um “plano moral que acaba por definir também a inserção das famílias na sociedade mais ampla, não em termos econômicos, mas como representantes de uma camada social que compartilha de um mesmo discurso de representação da família” (p. 36).

⁷⁹⁵ *Dossiê*, Anexo IV, p. 14. (Impresso)

⁷⁹⁶ Além do centro histórico, o INRC em Goiás, entrevistou moradores de bairros periféricos e dos antigos arraiais Barra, Ferreiro e Ouro Fino. Não procede a informação de Delgado (2003, 2005), de que “noventa pessoas foram entrevistadas na cidade de Goiás, todas moradoras do centro histórico” e ainda que “com isso delimita-se a ‘comunidade’ da cidade, desconsiderando-se aqueles que habitam outros bairros” (p. 449, p. 130). O texto de apresentação do Anexo IV contradiz a afirmação da historiadora: “Este é sobretudo um trabalho de contato com a população da Cidade de Goiás. Foram realizadas 90 entrevistas no centro histórico e em povoados no seu entorno, numa tentativa de apreender a dinâmica cultural dessa região e ampliar o conhecimento sobre o contexto sociocultural onde o núcleo histórico assumiu uma posição convergente” (p. 1). Minha observação das 90 entrevistas atesta a participação de moradores de fora do centro histórico (Buenolândia, João Francisco, Ouro Fino, dentre outros), com predominância de moradores do centro histórico. Do total de 13 entrevistas que constam integralmente no *Dossiê* (CD Rom / Impresso), 10 entrevistas são com moradores do centro histórico e três com moradores da área de entorno.

*Uma coisa que é muito presente, muito epidérmico aqui em Goiás é essa união familiar que se vai transferindo. Como também a... não sei... uma palavra muito forte, não gosto... estou procurando uma palavra mais amena... as inimizades também são transferidas, reproduzem-se, às vezes até de forma amena... o tempo vai amainando aquelas paixões, mas ela permanece. É uma coisa incrível isso! Minha família tem determinadas idiossincrasias de inimizades e eu noto que eu incorporo isso! E Goiás é muito assim, a família era muito unida, muito fechada... muito mesmo. [...] Não somente as inimizades, mas as amizades também são transferidas de geração em geração. As famílias vão mantendo os laços, os relacionamentos... Eles dizem “olha, já vai para a quarta geração essa amizade”... e quanto mais interação, mais forte! Eu noto muito isso aqui. Então essa relação desse patrimônio, dessa propriedade ela se dá até em termos positivos também. Você sente, essa propriedade, esse sentimento de propriedade, também na proteção aos seus amigos. Se sente na rejeição aos inimigos, sente também na proteção aos amigos e muitas vezes não tem nem relação com você. O seu pai ou o seu avô teve uma relação com os antepassados dele, se há qualquer problema com você e você nunca manteve uma relação com ele, no momento em que você tem um revés, ele está ali lhe oferecendo a sua solidariedade “Eu estou aqui em nome de meu avô. Nós não temos uma relação, mas meu avô foi muito amigo do seu avô, então estou aqui em nome dele para prestar solidariedade neste instante”. Então isso é muito interessante! É um aspecto também que pode servir pra sua pesquisa aí.⁷⁹⁷
[grifos meus]*

Arguto pensador de sua cidade, cultura e gente, Hecival descreve um pouco daquilo que raramente é dizível; quase sempre apenas dado subjetivamente em meio à vida social cotidiana. *Em nome* de um antepassado se mantêm laços de amizade e solidariedade, numa rede de alianças que inclui e exclui amigos e inimigos, para dentro e para fora de cada família (casa); patrimônio legado como parte da herança familiar.

Ao avaliar a união extemporânea dos vários grupos antagônicos, com vistas à conquista do título, Fernando Passos Cupertino de Barros (44 anos) reconhece a importância das relações sociais entre as famílias:

*Suspenderam as disputas: “levantemos as nossas bandeiras brancas e lutemos em favor de um objetivo comum, contra os obstáculos comuns”. Agora isso faz parte... não é uma característica de Goiás apenas. É uma característica de qualquer cidade histórica, antiga, onde questões familiares são muito importantes, rixas, alianças. Acho que não vai mudar, infelizmente não vai mudar*⁷⁹⁸.

Sabemos que os patrimônios privados começam com aquilo que os indivíduos herdam. O nome é o primeiro bem; herança dada desde o nascimento. Com o nome, vêm os direitos e deveres; uma tradição a seguir. Assim é que patrimônio familiar e

⁷⁹⁷ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

⁷⁹⁸ Entrevista concedida à autora em abril de 2003.

privado pode ser avaliado como crucial para a construção e preservação do patrimônio coletivo, uma vez que a inserção de Goiás no campo do patrimônio foi sempre tema de interesse e ação da elite cultural.

Vários são os nomes de família — Fleury Curado, Curado, Caiado, Paiva, Camargo, Passos, Couto, Veiga, dentre outras — que desde a década de 40 trabalharam para proteger, preservar e divulgar a cidade de Goiás. Ao patrimonializarem a história e o passado da cidade estão simultaneamente patrimonializando suas próprias histórias e casas de família, o passado com suas escolas, praças, rios e becos. Eles se preservam nos bens culturais e no passado cristalizado. Como afirmou Fraga os “bens e as práticas tradicionais, cujo prestígio simbólico não ‘admite discussão’ [...] são mediadores da sobrevivência dos setores oligárquicos ou tradicionalistas” (2005, p. 65).

Hecival Alves de Castro (62 anos) fala sobre sua participação nos setores culturais e políticos de Goiás:

A gente tem um envolvimento muito grande na vida cultural, política da cidade. E isso aí leva você também a se colocar numa espécie de vitrine. Então todas as manifestações e todos esses acontecimentos, você... às vezes, até contra sua vontade você se vê envolvido neles. Então, essa vida da cidade também tem envolvimento familiar... quase como uma transferência que você vai recebendo ou uma herança... então, essa herança dos pais, dos avós, que também participaram dos acontecimentos, que participaram desses eventos... Você se sente quase que numa obrigação de perpetuar e continuar e transferir isso também⁷⁹⁹. [grifos meus]

Zaqueu Alves de Castro, tio paterno de Hecival, foi prefeito municipal da cidade, nomeado para o período entre 1941 e 1943; pós-mudança da capital. O pai, Zabulon Alves de Castro, também tinha envolvimento com a esfera política. Não são transmitidos apenas os bens materiais, mas também os deveres, *obrigação de perpetuar e continuar e transferir* o status da família.

Todos os membros homens da chamada *panelinha* fazem referência ao legado familiar. A *obrigação* de assumirem o papel de agentes da conservação dos bens culturais e patrimoniais foi uma herança de família para Hecival, Élder, Héber e Fernando.

Com relação às mulheres da *panelinha* (Antolinda e Marlene) a herança não é familiar, mas proveniente do contato com o sagrado e com outras famílias tradicionais,

⁷⁹⁹ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

cujos *filhos* ilustres elas salvaguardam ⁸⁰⁰. Observe-se resposta de Marlene à questão feita por mim sobre sua trajetória nos aspectos culturais da cidade: *minha trajetória foi desde jovem nessa questão patrimonial. Primeiro com essa convivência com a Cora durante toda a minha infância e depois eu fui convidada pelo Frei Simão para trabalhar na Fundação Educacional, eu era menina, quando eu comecei a trabalhar na parte de arquivo, de documentação* ⁸⁰¹. Cora e Frei Simão não são familiares de Marlene. Ela explica sua origem como agente da preservação, assim como Antolinda, com base na influência que sofreu dos membros do clero (Dom Cândido, Frei Simão Dorvi), não familiares. Marlene ancora-se na poetisa Cora Coralina e Antolinda no escultor Veiga Valle. Elas colaboraram para a construção dos dois maiores ícones culturais da cidade — Veiga Valle e Cora Coralina — dos quais absorvem parte do capital simbólico; confundindo assim suas próprias trajetórias de vida com a história do patrimônio da cidade de Goiás.

Diferentemente, a lembrança masculina dos agentes da cultura e patrimônio, como é o caso de Élder Camargo de Passos (60 anos), retorna sempre à esfera do privado: evidenciando normas e interdições:

Bom, eu desde criança, eu já participava de festivais, cantando... no jardim de infância eu tenho fotografia minha cantando... as Martins [solteiras] inclusive, me ensaiavam para a apresentação das festas de fim de ano do jardim da infância e tudo. E eu sempre tive uma participação muito grande na Igreja, nos corais, nos movimentos religiosos... como coroinha da igreja da Rosário. Porque eu tive uma meninice muito presa. Então eu só tinha o direito de ir de casa pra escola, da escola pra casa, da casa pra igreja, da igreja pra casa. [...] Acompanhava meu pai sempre, porque ele sempre foi membro da Irmandade dos Passos, era cantor do Coro, então ele ia pra lá sexta-feira e eu ia com ele. Então isso foi começando a desenvolver. Eu acredito que seja isso... que eu me lembre ⁸⁰² [grifos meus].

A herança dos dons permanece como uma rotina em muitas sociedades. Em Goiás, o ensinamento de hábitos, preceitos e técnicas para colocar os dons em prática tem efeito tanto no espaço privado das casas (pais, tios e avós), quanto nas igrejas (padres e mulheres solteiras) e nas escolas (mulheres solteiras). Em Goiás, uma herança crucial é o dom para a música. Ao descrever sua infância na cidade, Fernando Passos

⁸⁰⁰ Não desconsidero que possa haver algum legado familiar que tenha exercido influência sobre Marlene e Antolinda; mas tomo como dado de análise a própria fala delas sobre as suas trajetórias em direção à agência cultural, patrimonial e museológica.

⁸⁰¹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁸⁰² Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

Cupertino de Barros (44 anos) enfatiza o estímulo às atividades culturais, sobretudo as musicais por intermédio da família:

Eu tive uma infância muito prazerosa, porque desde criança, muito criança eu fiquei em contato com familiares, sobretudo os da minha mãe, que sempre foram muito ligados à questão artística né, música, artes em geral. Mas duas pessoas marcaram muito a minha vida nesse período. A primeira delas uma tia avó, que foi pianista, foi diretora de orquestra. [...] E isso pra mim foi uma coisa importante, porque ela conseguia me ensinar, me mostrar a beleza que tinha atrás de uma construção melódica. E a outra pessoa foi meu tio Élder, que é irmão da minha mãe, que me apresentou as artes, diria assim, simples, que a gente como criança, às vezes, não enxergava, as artes populares, os costumes da terra, que eu aprendi a colocar isso no devido lugar... a dar o valor que isso tem⁸⁰³ [grifos meus].

Élder Camargo de Passos e Fernando de Passos Cupertino de Barros, respectivamente tio materno e sobrinho, são herdeiros das tradições da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, legadas pelos seus antepassados⁸⁰⁴. A reprodução do legado musical familiar tem sido crucial para a continuidade de alguns rituais. É Fernando quem reconhece no avô, Samuel Sabino de Passos (pai de Élder), um papel importante na transmissão da tradição:

Meu avô era um excelente cantor... e um homem de muita fé. Ele era quem levava os netos para as festas religiosas, as procissões. [...] Eu tenho muita lembrança, eu tenho um irmão que é um ano mais novo do que eu e nós dois íamos paras procissões com meu avô, ele fazia questão de nos levar, de nos explicar as coisas. O primeiro contato que eu tive foi com ele e depois alargando um pouco o círculo com as pessoas que também mexiam com música ao lado dele. Tive um contato depois com a professora Darcília Amorim, com que aprendi muito na minha vida... música sacra [...] ⁸⁰⁵ [grifos meus].

Na esfera privada o avô, na esfera pública novamente referência à solteira, Darcília de Amorim. Ressalte-se que também Élder encontrou em uma mulher solteira, Goiandira Aires do Couto, grande estímulo para sua agência na esfera cultural.

Héber da Rocha Rezende Júnior (40 anos) também relaciona sua participação nas atividades culturais da cidade ao legado familiar:

Bom, eu sempre tive assim uma... intervenção... intervenção não... apoio, insistência talvez da família, vamos dizer assim... uma participação muito

⁸⁰³ Entrevista concedida à autora em abril de 2003.

⁸⁰⁴ Além do pai de Élder, de Samuel Sabino de Passos, que era irmão dos Passos e membro do Coro, também foram atuantes Luis Sabino de Passos foi provedor da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos por três vezes: 1950-1951, 1955-1956, 1972-1974 e Floriano Sabino de Passos, provedor entre 1963-1964. “250 Anos: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos – Cidade de Goiás”. OVAT, SEBRAE, Prefeitura Municipal, s/d.

⁸⁰⁵ Entrevista concedida à autora em abril de 2003.

*grande em assistir os acontecimentos da cidade. Principalmente pelo meu avô do lado materno, que sempre me acompanhava e levava nas procissões desde criança.*⁸⁰⁶ [grifos meus]

Depois de narrar sua participação, ainda bem jovem, no Coro da Irmandade dos Passos, na OVAT, e Vocalistas Goyazes, e de ter sido agraciado, por sorteio, com o cargo de Imperador do Divino Espírito Santo em 1984⁸⁰⁷, Héber resume que sua *integração dentro do aspecto cultural na cidade de Goiás veio através da religião; a partir daí e da música, ele começou a atuar em outras áreas*⁸⁰⁸. Em todos os casos citados, um ascendente sensibiliza o herdeiro para as celebrações religiosas e musicais (diferentemente de Antolinda e Marlene, que se dizem sensibilizadas pelos freis e bispos e não por membros da família). Posteriormente, os herdeiros já devidamente preparados e “afinados” cuidam eficientemente da gestão das tradições culturais mais caras aos moradores tradicionais.

Assinale-se que a agência (o agir) no campo cultural como resultado de uma tradição familiar extrapola os limites da *panelinha*; sendo característica do vilaboense tradicional — seja homem, seja mulher —; capital simbólico transmitido de geração em geração. Maria do Rosário da Veiga Jardim, artista plástica e professora aposentada da UFG, associa sua afeição pelas artes sacras à herança familiar:

*Eu nasci em berço católico, sou filha de Francisco da Veiga Jardim, que é filho de José Augusto da Veiga Jardim, filho mais velho de Veiga Vale. Sou bisneta de Veiga Vale. Não só por ser bisneta de Veiga Vale, eu desde pequena gostei de acompanhar meu pai, minha mãe nas igrejas e olhar as imagens*⁸⁰⁹. [grifo meu]

Maria do Rosário ainda pratica ações de restauros e conservação; como foi o caso dos documentos do Museu Casa de Cora que ela abrigou em sua casa logo após a enchente e deu tratamento emergencial até que chegassem os técnicos enviados pelo IPHAN. A família lega e legitima os dons. Conversávamos sobre o patrimônio da cidade quando perguntei a Maria Veiga (como é mais conhecida), qual herança ela destacaria. Significativamente ela se voltou para família afirmando:

*Pra mim é o berço que eu tive. O berço que me embalou, tanto Albernaz, quanto Veiga Jardim... o meu patrimônio mais precioso... que foi através dele que eu soube dar valor em toda a cultura. Porque a minha família sempre cultivou a música, as artes plásticas, todo tipo de cultura*⁸¹⁰ [grifo meu].

⁸⁰⁶ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁸⁰⁷ “Festa do Divino Espírito Santo: 130º Imperador Gustavo Ferreira Andrade”, Goiás, 2001.

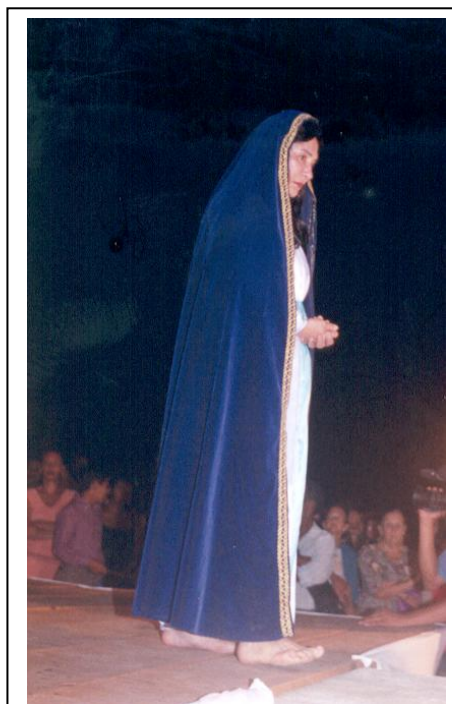
⁸⁰⁸ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁸⁰⁹ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

⁸¹⁰ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

O *berço*, constituído por raízes familiares específicas, é o legado essencial. A categoria *patrimônio* acionada no sentido privado, familiar e afetivo é a herança mais importante para Maria Veiga. Este *berço* lhe legou prestígio e cultura.

Maria Veiga ocupa papel crucial em várias manifestações culturais: Festa do Divino, Dança dos Congos, Dança dos Tapuias, além de várias procissões e celebrações religiosas, como é o caso da Procissão do Fogaréu. Arruma andores, altares do Divino, realiza restauros, representa a Nossa Senhora das Dores no Descendimento da Cruz.. Sua participação, além da fé centra-se na estética das celebrações.



Maria Veiga – Cerimônia do Descendimento da Cruz
Foto: Izabela Tamasso (2002)

Sebastião da Silva Curado também relaciona a herança musical com a origem familiar e o *topos* cultural no qual se constitui a cidade:

Olha, a questão cultural começou dentro da minha casa. [...] Meu pai sempre gostou de cantar. Minha mãe sempre gostou de cantar. [...] Eu tive o privilégio de ter ouvido, que a gente chama de ouvido absoluto. [...] Esse contato surge também com o ambiente que é a cidade de Goiás, que era propício pro violão! [...] Íamos para fazenda sempre tocando violão. Então, a música sempre foi muito presente. A minha mãe pintava, esculpia... então, a arte, de certa forma, foi tomando parte do nosso contexto familiar, de uma forma natural⁸¹¹. [grifos meus]

Pai e mãe, além das solteiras Yêda e Darcília, transmitiram o legado musical para Sebastião da Silva Curado, um dentre os *seis besourinhos*. Mas a cidade de Goiás,

⁸¹¹ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

terra mãe dos filhos de Goiás, também deixa o seu legado que é a paisagem cultural fonte de inspiração, cenário ideal para as artes. Os sistemas de parentescos, tanto o literal, quanto o metafórico se completam para talhar os sentidos vilaboenses.

O patrimônio familiar constituído pela música é de um valor incontestável, conforme atesta Berenice do Carmo Brito (52 anos), para quem *a alma de Goiás é musical*:

Então eu cresci nesse mundo musical porque meu pai era maestro, minha mãe era soprano de orquestra. [...] Minha mãe foi artista de teatro, ela era soprano de um coral e tinha uma voz muito linda! E meu pai também cantava. Meu pai tocava toda espécie de instrumento e cantava bonito demais! Ele que nos ensinou essa maneira de fazer uma serenata. Ele fazia um sonsinho numa caixinha de fósforo que ficava igual um pandeirinho... era uma festa! E meus irmãos... todos nós aprendemos e hoje eu passei pros meus filhos [...] Meus filhos também cantam e isso parece hereditário vai passando e vai ensinando. Não sei se eles vão conseguir ensinar os filhos deles né? Assim também tinha os Veigas, que é uma família de cantores, eles tocam vários instrumentos. Cantam muitíssimo bem, a família Veiga. E tem a família do Élder Passos, que eu cantei também muitos anos com as duas irmãs dele, a gente cantava na procissão do Senhor Morto... aquelas três vestidas de preto? Eu era uma, a Eus⁸¹² [grifos meus].

Significativo que não cantem essas famílias (Veiga e Passos) juntas voluntariamente. Apenas casual e ocasionalmente. Cada qual preserva o seu campo de ação: igreja, celebração e tipo de música. Hecival Alves de Castro (62 anos) detalha ainda mais o tema quando relaciona a herança dos dons às propriedades de famílias:

Determinadas famílias se julgam proprietários de determinados setores daqui da cidade. Setor cultural; dentro do setor cultural tem a música, as artes plásticas, a arquitetura, as procissões, até os santos... determinadas famílias tem uma devoção por um santo, determinadas famílias tem por outro. Quer dizer, a festa do Divino, não é? A festa do Divino tem determinadas famílias que participam e se julgam proprietárias daquela festa. Também na procissão da Nossa Senhora das Dores, a procissão do Nosso Senhor dos Passos⁸¹³.

O fato de que algumas famílias se julguem *proprietárias* de algumas festas, procissões, museus, igrejas etc. é particularmente importante para o processo de preservação das tradições, que ao final do século recebeu, por parte do IPHAN, a

⁸¹² Entrevista concedida à autora em julho de 2002. *Eus* é uma personagem bíblica que canta em alguns pontos do percurso da Procissão do Senhor Morto. Representa alta consideração quando cantam em frente a uma residência; sinal de distinção, prestígio e respeito.

⁸¹³ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

denominação de “patrimônio imaterial”⁸¹⁴. Conversava com Jaime do Nascimento Costa (64 anos) — um dos organizadores e participantes da Festa do Divino Espírito Santo — e perguntei qual das manifestações culturais ele considerava a mais importante. Ele respondeu que *a mais significativa é a Festa do Divino*⁸¹⁵. Indaguei-lhe sobre o motivo de sua escolha:

*Porque a Festa do Divino, eu fui criado desde pequeno acompanhando de perto junto com meu pai, até ele me passar definitivamente a direção da festa e agora tem certa turminha aí que está querendo tomar conta, eu simplesmente me afastei e não vou passar nada pra ninguém. Eles se quiser, que se virem pra fazer a festa deste ano*⁸¹⁶.

A noção de que em Goiás as festas têm *donos* esteve sempre presente em meu trabalho de campo e será interpretada no capítulo sobre o patrimônio religioso. Então, porque nem todos compõem a *panelinha*? Porque estes *donos* de algumas celebrações a praticam apenas como *traditio*, enquanto a *panelinha* cuida dos bens acionando o valor de uso e de troca, que devem ser disponibilizados para o turismo (Casa de Cora, Museu de Arte Sacra, calçamentos, pontes, igrejas, ruas, Semana Santa, com destaque para a Procissão do Fogaréu). Além disso, são portadores de capital econômico e simbólico para tecerem relações políticas em nível regional e nacional.

O que importa ressaltar, para o momento, é que aos patrimônios privados estão estreitamente vinculados os patrimônios coletivos e religiosos, cuja relação sistêmica impõe à rotina e aos rituais, simultaneamente, continuidade e mudança.

Como afirmou Halbwachs (2004) “sociedades religiosas, políticas, econômicas, familiares”, cada qual à sua maneira, imobiliza o tempo ou impõe “a seus membros a ilusão de que por uma certa duração, ao menos, num mundo que se transforma incessantemente, algumas zonas adquiriram uma estabilidade e um equilíbrio relativos, e que nada de essencial ali se transformou por um período mais ou menos longo” (p. 135-136)

⁸¹⁴ Digo ao final do século, pois entendo que apesar de já constar da Constituição de 1988, o patrimônio imaterial apenas passou a existir, como uma política pública, após o Decreto nº. 3551, de agosto de 2000.

⁸¹⁵ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

⁸¹⁶ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

8.2. A casa vilaboense

Após os sete *surveys* realizados em 2000, idealizei morar em uma casa colonial. A princípio, imaginava ser importante poder habitar nas mesmas condições que a maior parte dos moradores do *centro histórico*. Com auxílio de Neusa Serradourada foi possível alugar a casa de dona Wiama Curado, à Rua Senador Eugênio Jardim, por onde passam algumas das mais importantes procissões de Goiás: Procissão dos Passos, do Fogaréu, de Ramos, de Corpus Christi, da Ressurreição, de Nossa Senhora do Rosário, do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora de Sant'Ana (Mapa 7 e Mapa 15, respectivamente às páginas 160 e 642). Poucas semanas foram suficientes para saber o quanto a experiência seria enriquecedora, tanto do ponto de vista etnográfico e analítico, como do ponto de vista pessoal. A relação privado e público que ali tem efeito é de outra ordem.

As casas do centro histórico de Goiás caracterizam-se pela arquitetura vernacular⁸¹⁷, cujo principal atributo reside no fato de ser “uma criação característica e pitoresca da sociedade, que se manifesta de maneira informal e, portanto, organizada, utilitária possuindo no entanto interesse e beleza” [sic]⁸¹⁸. Aspectos geográficos, econômicos e culturais concorrem para a presença da arquitetura vernacular, que é “a um tempo reflexo da vida contemporânea e um testemunho da história da sociedade”⁸¹⁹. O arquiteto Silva Teles avalia que a obra arquitetônica realizada na cidade de Goiás baseou-se, evidentemente, naquela vinda de Portugal, já readaptada nos núcleos litorâneos ou no planalto paulista, de onde vieram os bandeirantes fundadores de Goiás⁸²⁰. A dupla condição dada pela “amplitude da área plana disponível para assentamento” e pela “decadência econômica” em função do esgotamento do ouro, explicam a predominância por casas térreas no acervo edificado da cidade; ao contrário do que se vê nas cidades de Minas Gerais⁸²¹.

O casario permaneceu bem preservado, graças à tardia capacidade de adaptação. Interessante o fato de que, apesar de terem absorvido, em meados do século XX, detalhes ecléticos nas fachadas — colocação de platibandas, ornatos como

⁸¹⁷ Sobre arquitetura vernacular conferir Silva Teles (2000), Martins (2003), Lemos (1985, 1999), Galvão (2001).

⁸¹⁸ Carta do ICOMOS do Patrimônio Construído Vernacular, apud *Dossiê*, Anexo VI, 2000, p. 12. Não fica clara, no texto redigido pelo arquiteto e consultor do IPHAN, Silva Teles, qual a relação entre informalidade e organização no que tange à arquitetura vernacular.

⁸¹⁹ Carta do ICOMOS do Patrimônio Construído Vernacular, apud *Dossiê*, Anexo VI, 2000, p. 12.

⁸²⁰ Silva Teles, *Dossiê*, Anexo VI, 2000, p. 12.

⁸²¹ Silva Teles, *Dossiê*, Anexo VI, 2000, p. 11

embasamentos, capitéis, pilares, frontões triangulares, dentre outras — não os absorveram no partido arquitetônico. Recuos frontais e laterais preenchidos por jardins não foram incorporados, resguardando o casario de “ruptura e quebra de ordem”⁸²².

A taipa de pilão, muito empregada à época pelos paulistas, foi em Goiás adaptada ao local apenas nos edifícios maiores, como por exemplo, na: Casa de Câmara e Cadeia e em igrejas⁸²³. As técnicas do pau-a-pique e do adobe foram as mais empregadas no casario: o pau-a-pique em paredes internas e o adobe em muros e paredes estruturais.⁸²⁴ Os muros também eram construídos em taipa ou em pedra sobre embasamento em pedra.

As casas, majoritariamente térreas, são geminadas (parede-meia), com telhados em duas águas, vãos dispostos em ritmos contínuos e frontarias com beirais, que têm a função de jogar as águas da chuva para fora da calçada; longe das fachadas; o que nem sempre conseguem. O esquema imposto pela administração colonial regulou a construção das casas sem recuos frontais ou laterais, seguida a casa pelo quintal que avança até os becos ou travessas. Assim construídas, coladas nas ruas e umas nas outras, facilitam a interpenetração do público no privado e vice-versa, o que dá um tom peculiar à cidade ainda no século XXI.

Martins (2003) caracteriza as “tipologias edilícias” em quatro: (1) porta e janela, (2) meia morada, (3) morada inteira e (4) sobrado. São também classificadas como casas de “um lanço”, “dois lanços” ou “três lanços”, conforme a divisão interna dos cômodos. Se as dependências (quartos e sala de visita) se situam apenas de um lado do corredor, são casas de “um lanço”; ao se situarem dos dois lados são de “dois lanços” e quando um dos lados complexifica mais ainda a divisão interna, é chamada de “três lanços”⁸²⁵.

As casas de “um lanço” são as de “meia morada”; as de “dois lanços” e “três lanços” são as casas de “morada inteira”. Além das dimensões das casas, estas classificações indicam o poder aquisitivo dos seus proprietários e/ou moradores. Em

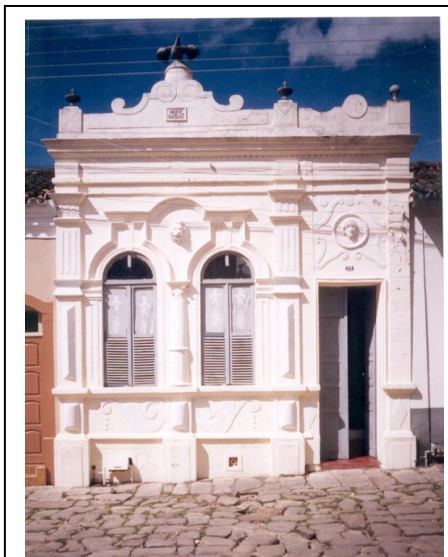
⁸²² Dossiê, Anexo V, 2000, p. 14.

⁸²³ Sobre taipa-de-pilão conferir Lemos (1989) e Martins (2003).

⁸²⁴ As paredes em taipa de pilão são construídas após levantamento das formas (os taipais) em madeira, onde são colocadas camadas de terra, socada com a “mão de pilão”. A espessura das paredes em taipa de pilão pode variar de 0,40 m a 1,5m. O pau-a-pique exige um sistema estrutural denominado de “gaiola”, formada por esteios, baldrames, enxameis, piques, fasquias e frechais que juntos sustentam e formam um gradeado trancado que é preenchido por barro. O adobe consiste em amassar o barro (com 30 % de areia) e colocá-lo em formas de madeira, postas ao sol. As dimensões dos tijolos podem variar. Em Goiás o adobe encontrado por Martins mede 35 X 20 X 15 cm, e se apresenta em diversas colorações. (Martins, 2003).

⁸²⁵ Dossiê, Anexo II/B, 1999, p. 47.

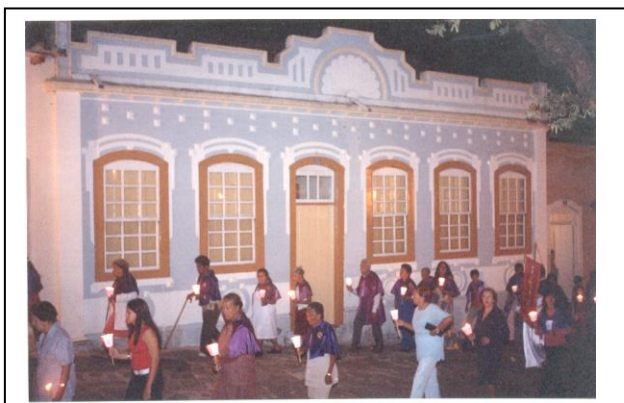
qualquer das tipologias segue-se a seqüência de área social, íntima e de serviços ligadas por um corredor — às vezes inexistente nas moradas de porta e janela ⁸²⁶. A planta abaixo exemplifica uma morada inteira (Fonte: Martins, 2004).



Meia Morada
Foto: Izabela Tamaso (2001)



Porta e janela. Festa de aniversário dos 103 anos de dona Benedita à Rua do Fogo.
Foto: Izabela Tamaso (2001)



Morada inteira
Foto: Izabela Tamaso (2001)

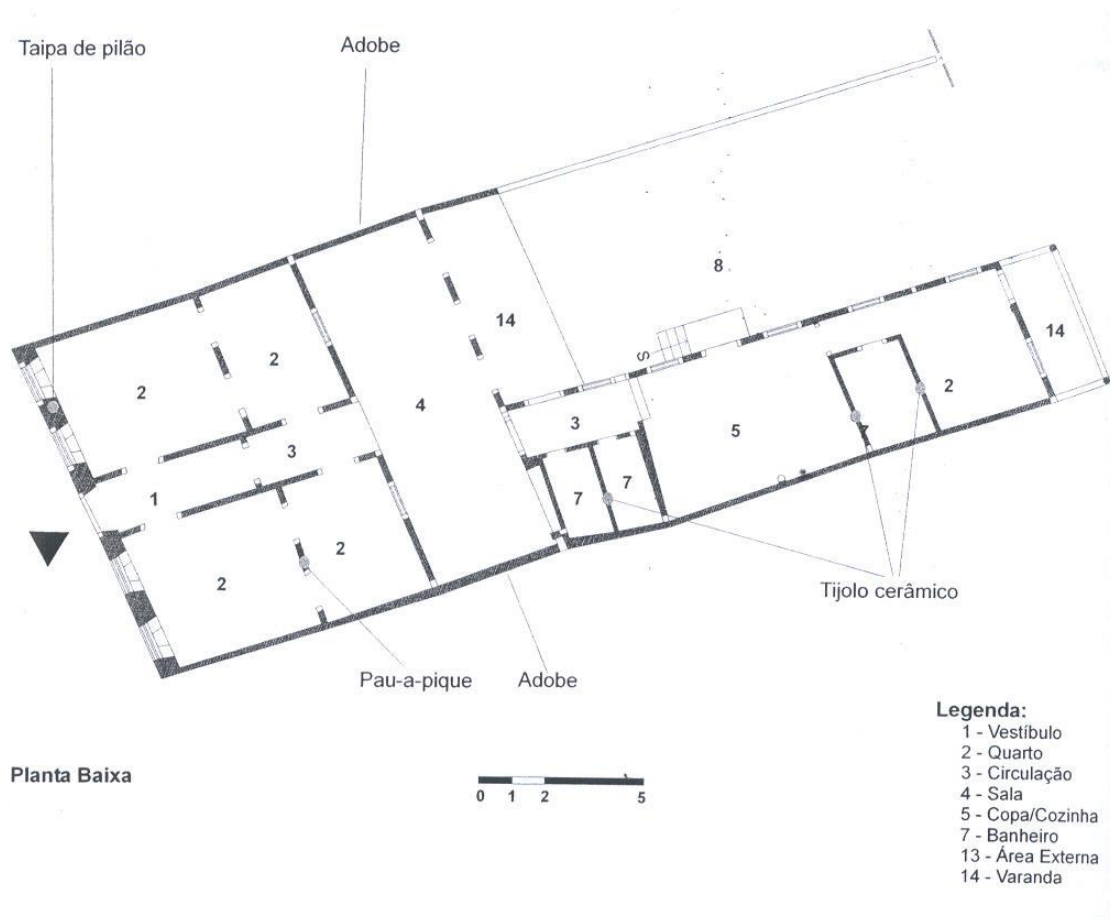


Sobrado situado no Largo do Coreto

O estilo da casa bandeirante paulista também se refletiu no espaço interno do casario, cujo programa de necessidades é dividido em três zonas, segundo Lemos

⁸²⁶ Detalhes sobre o casario vernacular em Goiás conferir Martins (2003).

(1999): (1) zona de convívio com pessoas estranhas à vida doméstica, (2) de intimidade intramuros e (3) dos afazeres domésticos, especialmente a culinária⁸²⁷.



A área social compõe-se das salas, gabinetes ou escritórios situados nos cômodos com divisa para a rua. Essas áreas relativas ao convívio com pessoas alheias ao grupo familiar caracterizam a área fronteira entre o privado e o público.

A área íntima é constituída por quartos e/ou alcovas, pela varanda, por uma parte do corredor — entre a *porta do meio* e a *varanda* — e pelos sanitários; estes adaptados ao espaço interno das casas apenas no século XX. O termo *varanda* designa segundo Lemos (1999) “a grande sala de jantar”, “palco de atividades múltiplas”, “a sala praça onde tudo acontece no dia-a-dia” (p. 15). Como área de passagem e de distribuição, a varanda é segundo Oliveira (2001) o “coração da casa”, onde se concentram “os afazeres das mulheres, as refeições, o recebimento das visitas mais

⁸²⁷ Conferir Lemos (1999) e Saia (1995).

próximas, o estar da família e o repouso rápido na rede” (p. 165). Até hoje, na cidade de Goiás, o termo *varanda* é usado com esse sentido ⁸²⁸. *Sala* é uma categoria pouco usada.

A cozinha, área de serviço, a despensa e os quintais formam a área dos afazeres domésticos. Em geral, são prolongamentos da construção que se abrem para outro corredor ou para um pátio, também denominado de quintal ou *primeiro quintal*. Isto porque, os quintais eram antigamente subdivididos em três, inclusive por muros.

O primeiro bem próximo à cozinha e varanda, servia para plantar flores e plantas aromáticas; costume presente ainda hoje. No segundo, se concentravam as árvores frutíferas e animais de pequeno porte; e ao fim do lote, já fazendo divisa com o beco, o terceiro quintal abrigava vacas e cavalos.

Atualmente, pode-se encontrar uma divisão em apenas duas funções: o primeiro quintal, que seria mais um jardim interno, permitindo a iluminação da varanda, cozinha e sanitários e a outra parte com árvores frutíferas e ocasionalmente galinhas. Os quintais que dão para os becos também passaram, na segunda metade do século XX, a abrigar os automóveis da família, uma vez que não se tem garagens nas frentes e laterais; com exceção para as casas de esquina.

As casas da área tombada de Goiás consistem tipicamente de um casal, seus filhos solteiros e, ocasionalmente um viúvo ou viúva idosa ou outro parente, como as tias e tias avós solteiras. Lembram veladamente os vilaboenses que antigamente toda a



Muro divide os quintais, que estão sendo abençoados pelas insígnias do Divino.
Foto: Izabela Tamaso (2001)

⁸²⁸ Segundo Viollet-le-Duc (s/d), desde os primeiros estabelecimentos de Ayras, já há referência a um espaço dentro das habitações, de uso da família, situado no meio da construção, resguardando a família do mundo.

casa de Goiás tinha um *bobo*. A categoria, apesar, de reconhecida é discretamente usada⁸²⁹. *Bobos* são indivíduos portadores de necessidades especiais, em geral cognitivas, mas com certo controle para as atividades psicomotoras. Testemunhei casas que, ainda hoje, abrigam essas pessoas especiais; que ao mesmo tempo que realizam pequenos e importantes serviços do cotidiano, fazem companhia para os idosos ou crianças da casa. Em nenhum caso, dos que me deparei, são os *bobos* membros das famílias com as quais residem.

Ao se casar, os filhos das famílias tradicionais não extrapolam os limites do entorno. Quando o fazem é para outra cidade, em geral, Goiânia. Em se morando na cidade, a opção por residir fora do espaço tradicional é raramente feita, e quando o é, gera inquietação nos mais idosos e dúvidas sobre a manutenção do capital econômico das famílias, conforme atesta Héber da Rocha Rezende Júnior (40 anos), refletindo sobre a escolha por se morar no espaço tradicional da cidade:

Primeiro porque Goiás começou daqui. Então, as famílias mais tradicionais moram aqui. Algumas até nem moram aqui mais, mas tem a casa aqui e feriados e tudo mais vem pra cá. [...] Então, já há alguma coisa na cabeça assim... quem não conseguia morar no centro também por algum... teve algum impedimento... socialmente, por questão financeira... tudo isso aí já vai se sentindo excluído. O João Francisco hoje é um bairro excelente pra se morar! [...] Jardim Vila Boa é ótimo! [...] Embora tenham bairros com pessoas financeiramente muito mais situados do que pessoas que moram aqui no centro... mas é como se fosse aqui... aqui embaixo é a elite⁸³⁰.

Na segunda metade do século XX, passou a ser comum o parcelamento dos lotes, já citados na Parte I. Casas foram construídas nos fundos dos quintais, com fachadas para os becos. À medida que abrigavam os *filhos de Goiás* na área tombada e de entorno, tal prática descaracterizava sobremaneira os becos da cidade.

A possibilidade de aumento de renda para os aposentados também estimulou as construções nos fundos dos lotes, visando o aluguel ou a venda. Exemplo é a casa em

⁸²⁹ Tornou-se pejorativa quando, a partir da mudança da capital, a cidade de Goiás passou a ser sempre referida pelos não vilaboenses como sendo uma cidade de *bobos*, ou com significativa presença de *bobos*. Mesmo eu, antes de conhecer a cidade de Goiás, já tinha ouvido referência, em Goiânia, sobre os *bobos* de lá. Muito se comenta informalmente sobre uma quantidade exagerada de portadores de necessidades especiais que existiram na cidade de Goiás. É comum justificarem o fato pelos casamentos consangüíneos. Contudo, alegam as famílias tradicionais que os *bobos* são oriundos da zona rural e de outras classes sociais. Também já se justificou pela ingestão do mercúrio usado na extração do ouro. Neste caso, há quem contradiga lembrando que o mercúrio passou a ser usado apenas no século XX e que os *bobos* marcam presença na cidade antes deste período. Ultimamente, ouvi de alguns pesquisadores, informalmente, que pesquisas mais recentes teriam indicado o uso do mercúrio desde o início da mineração. Saliento a necessidade de estudo sobre esta categoria social (*bobos*) que, no entanto, não cabe nos limites deste trabalho, não obstante a inquietação que em mim provoca.

⁸³⁰ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

que morei à Rua Senador Eugenio Jardim. Uma nova edificação que ocupa cerca de metade do lote, na qual reside a proprietária dos dois imóveis, foi construída no fundo do lote, dando para Travessa Vila Rica. A morada moderna — com garagem, jardim, varanda e grades à frente — destoa do conjunto, sobretudo, pelo recuo da testada frontal e das grades limítrofes ao beco, recuadas para atender à necessidade de manobra do veículo da família

A partir do incremento do turismo, sobretudo na década de 90, a prática de parcelamento dos lotes e edificação de novas construções passou a ser usada para abrigar pequenas pousadas, restaurantes, lojas de artesanato; fato que foi acentuado, sobretudo, após a divulgação da candidatura da cidade de Goiás ao título de patrimônio mundial.

Em reação a tais práticas houve um recrudescimento das fiscalizações e punições pelo IPHAN. Estas iniciativas passaram a ser coibidas com vistas à preservação do equilíbrio entre os cheios e os vazios, o edificado e natural (arborização dos quintais). Saliente-se que o parcelamento dos lotes para novas edificações promove a derrubada de muitas árvores e compromete a harmonia da paisagem. Reagindo ao endurecimento das políticas públicas é comum proprietários darem início às obras sem consulta prévia ao IPHAN. Em meio às árvores, geralmente altas e densas, não se percebe (olhando-se da rua) a obra em construção. Quando se a percebe ela já se encontra em estágio tão avançado que dificulta a tomada de decisões e sanções cabíveis. Presenciei um deste caso quando da caminhada que realizei ao lado do fiscal do IPHAN⁸³¹.

As casas tradicionais de Goiás, como aquelas mencionadas por Gilberto Freyre, ainda promovem uma interação de “extremos sociais”, à medida que colocam “lado-a-lado toda a sorte de diferenças e antagonismos, elas também engendram (a despeito de si mesmas e de sua consciência hierárquica e de posição), espaços intermediários, marginais — mulatos — ambíguos” (Da Matta, 2003, p. 19). Patrões e criados, filhos legítimos e adotivos, *bobos*, homens e mulheres, velhos, adultos e crianças, solteiros e casados dividindo espaços da casa vilaboense: varandas, alcovas, quatinhos, quintais e corredores. Mulheres e crianças ocupando as varandas, cozinhas e quintais. As memórias da infância na casa têm como palco principal os quintais. Os escritórios,

⁸³¹ Registrado em caderno de campo II, junho de 2001.

gabinetes e salas de visita são espaços mais masculinos, embora não exclusivamente. Os espaços dos criados são as cozinhas, quintais e demais dependência de serviços.

Os corredores são os espaços intersticiais mais interessantes do casario de Goiás. São peças cruciais das casas e nas relações sociais do vilaboense. Mediação entre o interior e exterior, o privado e o público; ambíguo fundamental, ele cumpre até hoje a função de arejar e iluminar as alcovas desprovidas de janelas e servir de acesso ao interior da casa. O movimento de cruzamento por este espaço intersticial foi interpretado por Van Gennep como um rito de passagem, pois “atravessar a soleira” significa ingressar em um mundo novo” (1978, p. 37). Os “ritos realizados na própria soleira” são “ritos de margem”, ritos de “preparação para aliança” (p. 37).

Em Goiás, partindo diretamente da porta frontal, chamada de *porta da rua*, o corredor segue em direção à *varanda*, subdividido em duas partes. Uma entre a *porta da rua* e a *porta do meio*, e a outra entre a *porta do meio* e a *varanda*. Na primeira etapa é um espaço público e privado simultaneamente. Na segunda, é mais privado, mas não completamente. A “soleira” em Goiás diz respeito à *porta do meio*, pois que é essa peça do casario que se abre para receber aqueles que chegam (e não a *porta da rua*). Assim o corredor é o espaço no qual se dá o “rito de passagem” e a *porta do meio*, é peça chave do “rito de margem”⁸³².

A Escola da Mestra Sílvia

[...]

A casa da escola inda é a mesma.

— Quanta saudade quando passo ali!

Rua Direita, nº 13.

Porta da rua pesada,

Escorada com a mesma pedra

Da nossa infância.

Porta do meio, sempre fechada.

Corredor de lajes

E um cheirinho de rabugem

Dos cachorros de Samélia

À direita — sala de aulas.

[...]

Cora Coralina (1983, p. 76-77)

A *porta da rua* se abre pela manhã e somente se fecha à noite, salvo em situações excepcionais. Se por algum motivo um morador não abre a *porta da rua*, um vizinho logo telefona para saber se está tudo bem ou no dia seguinte indaga sobre o ocorrido. A *porta da rua*, aberta durante o dia e fechada à noite, é parte da relação

⁸³² Ao interpretar o *hall* como um espaço intersticial nos apartamentos de Paris, Rosselin (1999) lembra a importância do conceito de “soleira” na antropologia tradicional, enfatizando que também nos rituais diários de recepção que se dão no *hall* (e no *corredor*), o que se faz é controlar o ato perigoso de se cruzar a soleira (p. 53).

privado/público em Goiás, com seus laços de vizinhança, reciprocidade, disponibilidade. Se fechada durante o dia, rompe a cadeia simbólica e física da sociabilidade e dos espaços fechados à visibilidade e abertos a ela. Daí porque acreditar que por meio de uma análise da casa vilaboense é possível se compreender parte deste sistema.

Duas outras categorias compõem esta gramática simbólica das casas no que concerne ao corredor: os *trincos* e *tramelas*. A *porta do meio* tinha os dois; e muitas ainda os têm (inclusive a casa em que eu morei). O *trinco* é fixado do lado de dentro, podendo ser aberto pelo lado de fora. A *tramela* se abre apenas pelo lado de dentro da casa. Em geral, a *porta do meio* não alcança o teto, pois deve permitir a passagem de luz e ar. Esse vão de aeração e iluminação diminui a privacidade tanto dos quartos (cômodos frontais), como da varanda. Uma pessoa alta consegue dobrar o braço por cima da porta, alcançar a tramela pelo lado de dentro e entrar nas dependências privadas da casa. Pessoas íntimas da casa abrem a *porta do meio* pelo trinco ou pela tramela (quando a alcançam). Isso acontecia na casa onde morei. Alguns vilaboenses que se tornaram muito próximos entravam desta maneira.

Com o tempo me acostumei a identificar o som dos passos que vinham da rua, assim que entravam pelo corredor da casa. Com isso, podia prever como o fazem os vilaboenses, alguém chegando; antes mesmo de ouvir o barulho do trinco (se fosse alguém íntimo ou bem conhecido da casa) ou da campainha (se fosse estranho), uma vez que têm que entrar pelo corredor para se chegar até a campainha que fica quase sempre ao lado da *porta do meio*.

Contam que até poucos anos atrás não era comum e nem necessário usar a *tramela* para se fechar a *porta do meio*; usava-se apenas o *trinco*. Mas que atualmente, esse procedimento não é prudente, dado o aumento dos turistas, de furtos e violência na última década. Devo informar que há casas em que a *porta do meio* chega até o teto. Nestes casos, se não cumprem mais sua função de iluminar e arejar os outros cômodos da casa, garantem de outra feita a segurança da família.

Para dar um exemplo de espaço da casa “arruado” Da Matta (1991) cita a descrição de John Luccock da casa urbana brasileira, como tendo um corredor de circulação

que num sentido muito preciso é igual à rua como espaço único e exclusivo de relacionamento de todas as suas peças que operam como se fossem ‘casas’. Assim, a rua está para a casa como o corredor com sua sombria clarabóia está

para todos os cômodos da casa brasileira tradicional. Andar pelos corredores é equivalente a percorrer as ruas de uma cidade. (p. 62)

Em se tratando do casario em Goiás a penetração do público no privado e vice-versa é ordinária; parte do cotidiano, previsível e desejada; e frequentemente naturalizada. Foi este o maior estranhamento pelo qual passei no início do trabalho de campo. Antes de me instalar na cidade já tinha feito cinco *surveys* no ano de 2000, períodos nos quais fiquei hospedada no Mosteiro da Anunciação dos Beneditinos, localizado fora do *centro histórico*.

Já tinha visitado as residências, mas não tinha ainda percebido o grau da ausência de privacidade pelo fato de ter ido durante o dia, quando todos os sons colaboram para disfarçar a passagem de som por entre as casas. Some-se a isto o fato de que algumas das casas que visitei tinham forros na *varanda*, bloqueando parcialmente a vazão do som.

Somente percebi que ouvia o que se passava na casa vizinha quando passei a viver o silêncio da noite, na casa em que habitei a partir de fevereiro de 2001. Quartos e varanda tinham forros de madeira. Banheiro, cozinha e demais dependências não tinham. Ouvia tudo o que se falava na cozinha e no cômodo onde a vizinha dormia com a jovem acompanhante (construído em parte do espaço da varanda; ou seja não era um dos tradicionais quartos da casa)⁸³³. Os quartos da casa vizinha também tinham forros de madeira, o que vedava a passagem do som por entre as casas, que, no entanto, entrava pelas janelas e portas fronteiriças à rua, uma vez que as fachadas se alinham contíguas junto às calçadas.

Imagine que a lateral da cama está há um metro da parede frontal da casa e que um transeunte caminha na exígua calçada de menos de um metro, quase resvalando na fachada da casa. O transeunte passa há pouco mais de um metro da cama, dando uma sensação de vulnerabilidade indescritível; pois o privado é invadido pela proximidade física e sonora do público. Segundo Holston, a mediação feita pelas janelas, portas e balcões (estes últimos, raros em Goiás), entre as fachadas das casas e o espaço de passagem das ruas é um meio de comunicação tátil, além de visual e oral (1993, p. 125).

⁸³³ A vizinha não é membro da família proprietária da casa. Foi criada pelas irmãs solteiras Messias e Rita Ferreira. Delas cuidou na velhice e permaneceu na casa mesmo depois da morte das duas irmãs, pelo fato de ser considerada como um membro da família.

As janelas eram uma combinação de folhas cegas internas e folhas externas formadas de pequenas lâminas de madeiras sobrepostas, configurando as conhecidas venezianas, que na casa que habitei tinham caixilharia com vidros fixos na parte superior (bandeiras). Para se obter ventilação havia que se dormir com as folhas cegas abertas. Ocorre que as venezianas permitiam a passagem da luz e do som da rua. Se por qualquer motivo o transeunte decidisse interromper sua caminhada bem em frente à minha fachada, a exígua sensação de privacidade dada apenas pela parede se esvaía.



Janela da casa onde morei
(antes da pintura)

Foto: Izabela Tamaso

Antes de se pegar no sono sempre se ouve as conversas dos passantes. O som das vozes se aproxima na velocidade dos passos, até que o assunto se torna audível e muitas vezes interessante para ser ouvido apenas por um curto período de tempo, por de traz das venezianas e rótulas. Muitas vezes, acompanha-se involuntariamente uma parte das conversas até que as vozes se esmaecem com a distância. Os vilaboenses riem do fato de que às vezes o assunto ou fofoca é tão interessante que dá vontade de parar o transeunte para que ele termine a conversa antes de dar continuidade ao seu trajeto.

Certa vez caminhava com uma senhora, de família tradicional, em direção ao *cais* — como chamam os lugares às margens do Rio Vermelho onde existem pequenos bancos de alvenaria — até onde iria acompanhá-la. Os moradores já tinham se recolhido e o silêncio imperava. A caminhada foi entrecortada por várias paradas. O assunto, contudo, não cessava. Falávamos de casos que envolviam pessoas conhecidas da cidade. Num dado momento ela se apercebeu de que contava algo em frente a uma residência, interrompendo a narrativa disse se virando para a fachada da casa *deixe-me ver onde estamos*. Em seguida fez mímica indicando que caminhássemos. Táticas vilaboenses para driblar o ouvir involuntário (ou não) para além das fachadas.

Assim, se o privado sofre interferência do público, o público também é constringido pelo privado. Muitos moradores do *centro histórico* dormem nas alcovas, que são os quartos que têm as janelas voltadas para as *varandas*. Mas ao se protegerem da rua perdem iluminação e ventilação naturais. Eu particularmente preferi a perda de

privacidade, até porque isso já é esperado, e em parte desejado, quando se vai para campo.

Ficava deveras intrigada com o fato de que essa maneira de habitar e viver se tivesse preservado até fins do século XX e, sobretudo, que nenhuma desaprovação por parte dos moradores fosse anunciada; com exceção dos argumentos contrários ao tombamento, já apresentados na Parte I, cuja autoria pesa o fato de não ser um *filho de Goiás*. Talvez seja este o motivo, o olhar estranhado, pelo qual tenha destacado publicamente a idiosincrasia (do ponto de vista dele) da relação privado/público.

Holston (1993) já assinalou a relação entre a ordem que a arquitetura origina e as relações e práticas sociais na cidade, entendendo que a “arquitetura constitui um sistema de convenções que pode ser usado no lugar de alguma outra coisa” (p. 134). Penso que se a partir da ordem que a arquitetura origina é possível estudar a transformação da cidade e da sociedade, o contrário também é verdadeiro. A partir na manutenção de determinada ordem arquitetural é possível inferir sobre uma suposta manutenção das relações sociais.

Regina Lacerda propõe o inverso ao fazer referência à relação entre morfologia do espaço urbano e relações sociais: *a tradicional cidade se instala em muitas ladeiras, com ruas irregulares e curvas apertadas (estreitadas — quem sabe — pela cordialidade que une seus habitantes)* (1977, p. 35).

Poucos moradores do centro histórico falaram espontaneamente a mim sobre os ruídos por entre as casas. Quando o fizeram não se abstiveram do respeito, cumplicidade e senso de humor. Não revelaram nenhuma situação desaprovadora socialmente. Rimos muito juntos. Passei a incluir uma pergunta sobre os ruídos a todos os entrevistados e em conversas informais. Surpreendi-me com a riqueza etnográfica encerrada na memória e nas casas de Goiás.

Dona Eurivane da Veiga Jardim conta que sua mãe percebia quando a vizinha, *dona Lóia Tocantins*, uma senhora solteira que morava só, ia se deitar, pois ouvia o som da colcha sendo sacudida e arrumada. O mais interessante é que não era algo velado. A mãe de dona Eurivane indagava se *dona Lóia* precisava de algo, porque *a gente escutava a conversa de lá e de cá, quando precisava de uma coisa batia na parede “oh fulana, não sei quê, preciso disso” ou então “você está aí, o que aconteceu?”*, então *a gente às vezes comunicava assim*. Inclusive se desejavam *boa noite*⁸³⁴. Não são apenas

⁸³⁴ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

as casas que vivem *cochichando umas com as outras*⁸³⁵, são também os moradores que irrompem as barreiras físicas, de parede única, preservando assim os laços de vizinhança; valor importante da cultura local.

Regina Célia Damasceno detalha a diferença de vazão do som em função dos níveis das casas: *da minha casa para a casa de baixo, eu já testei, eu já fui na casa da vizinha... você não entende. [...] Agora de baixo para cima dá para você ouvir. Conforme a hora que você está... se tem silêncio na sua casa, dá para você ouvir até o telefone que você atende. É preocupante! Eu acho difícil*⁸³⁶. As normas para conduta no ambiente doméstico prevêm a falta de privacidade, conforme atestado por Regina: *a gente tem que ter cuidado, muito cuidado. Nós fomos educados assim... a minha mãe dizia “gente por favor”... eu acho que vem de família... “música baixo, não fale alto, porque tem vizinho*”⁸³⁷.

Em algumas residências que passaram por reforma, a passagem do som foi impedida pela construção de outra parede⁸³⁸. Outra parede, forro de madeira, declive entre as casas e som (ou silêncio) ao redor interferem na audibilidade do som transmitido de uma casa à outra. Um outro caso é ilustrativo das circunstâncias públicas do espaço privado. Rita da Veiga Jardim relata algo que ouviu de outra vilaboense sobre um vizinho

*Então quando ele ia dormir ou se ele se levantava, ele espreguiçava e fazia um barulhinho assim “rurrrr”... ela já sabia que ele já estava levantando ou então tinha ido dormir. Ela disse que até hoje, depois que ele morreu, ela fica lembrando disso, porque ela sentiu aquela falta... lembrando que todas as vezes que ela acordava ela ouvia isso... o jeito dele espreguiçar e falar assim “rurrrrr”*⁸³⁹.

O *barulhinho* do despertar e espreguiçar do vizinho era rotina. Sinal de que os dias transcorriam “normalmente”. A ausência do *barulhinho* é também ausência do vizinho indicando ruptura no cotidiano e na vida. Sinal de finitude.

Regina Lacerda trata o tema com desenvoltura ao avaliar *os moradores nunca se aborrecem ou se preocupam com que o vizinho tome conhecimento da intimidade de seus lares — ele é o mesmo que ali vive há vinte ou mais anos — amigos das horas boas ou más* (1977, p. 35).

⁸³⁵ Cora Coralina, “Minha Cidade”, *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*, 1983, p. 48.

⁸³⁶ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2002.

⁸³⁷ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2002.

⁸³⁸ A residência de Teresinha e Rita da Veiga Jardim, por exemplo. Entrevista concedida à autora em julho de 2003.

⁸³⁹ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

Jecirene de Alencastro Simões Correia lembra-se, não somente da escuta involuntária das discussões, como também da vizinha, que mesmo por entre as paredes, era cúmplice na educação, no carinho e na solidariedade:

Discussão, discussão... ouvia. Existia isso assim... de vizinho falar assim... uma vez eu caí e quebrei o meu dente. Minha mãe danou e falou a noite inteira no meu ouvido né. Aí no outro dia a dona Nice, que era minha vizinha, que tinha o maior enjôo comigo, falou assim “ah Jecirene, fico com tanto dó de você, a sua mãe no seu ouvido, falou a noite inteira por causa do seu dente!” [risos] Quer dizer, ouvia-se tudo, então não tinha como não ser família! [risos] Porque era conivente, sabia tudo! Era cúmplice... o bom e o ruim. Tem isso, que tem o lado bom e lado ruim, que você perde um pouco a privacidade. Mas tem o lado que tem a solidariedade⁸⁴⁰. [grifo meu]

Termina por avaliar a relação dos moradores com essa característica das casas de Goiás como sendo uma situação que faz com que *as pessoas mais tradicionais, nessa rua, sintam vergonha, porque o outro está brigando ou porque ouviu qualquer coisa indevida sabe? Que não deveria ouvir*⁸⁴¹.

Ressalto que os ruídos por entre as casas nunca me foram trazidos como sendo uma inconveniência decorrente das políticas de preservação patrimonial; ou seja, do fato de não poderem modificar a estrutura de suas casas de parede meia. Tal estrutura de relações espaciais e sociais indica a necessária relativização das noções de privado e público, a ser feita gradativamente neste e no próximo capítulo.

Sennet analisou o “declínio do homem público” e advertiu-nos sobre o caráter evolutivo dos domínios públicos e privados; “elos evolucionários complexos” (p. 120). Segundo Sennet (2001), já no século XVIII a palavra “público” tinha adquirido seu sentido moderno e pode designar “uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas” (p. 31). Para Sennet o público não é apenas um modo de sentir, mas também uma geografia, existindo em relação ao privado (p. 116). O domínio privado também tomou forma com o tempo e foi apenas gradativamente que “a família passou a ser pensada como uma instituição especial”, que se configurou em uma “alternativa para as ruas” (p. 120). Sennet deu especial atenção ao processo pelo qual os espaços públicos passaram a

⁸⁴⁰ Entrevista concedida à autora em junho de 2002.

⁸⁴¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

receber conotações negativas, como lugares de perigo, multidão, estranhamento; enquanto à esfera privada eram atribuídos os valores contrários: segurança, conforto ⁸⁴².

O fato de que o centro histórico de Goiás preserve esta lógica da relação privado / público, caracterizada pela interpenetração de uma esfera na outra, não significa ausência de barreiras e/ou fronteiras entre o privado e o público, ou a “casa” e a “rua”, mas antes outra noção de privacidade. A interpenetração de uma esfera na outra é prova da preservação da relação tradicional entre o privado e público. Creio mesmo que se pode falar em semi-barreiras tangíveis entre a esfera pública e a privada, que muito embora não cumpram inteiramente a função de isolar um domínio do outro — como a passagem do som — preservam a distinção simbólica entre os dois domínios e mantêm o equilíbrio entre a “geografia pública e privada”; apontada por Sennet (2001) como inexistente nas grandes cidades contemporâneas.

Na cidade de Goiás, há por certo regras rígidas de comportamento para o privado e o público. Conforme já vimos, não se pode manter a *porta da rua* fechada durante o dia, se há alguém em casa. Da mesma forma, não se pode deixar de cumprimentar um vizinho pelo aniversário. Enquanto estive em campo, a cada mês fui sendo comunicada por uma vizinha sobre todos os aniversários da rua, pois que eu também deveria ir cumprimentar o aniversariante.

Característica crucial da relação casa/rua em Goiás é que lá não se pode manter portas e janelas fechadas no momento da procissão. Em Goiás, até uma senhora evangélica (ex-católica), dona Zilda Eugenia de Araújo, cumpre a gramática simbólica entre “casa” e “rua”, mantendo as janelas e portas abertas, mesmo que ela não presencie a procissão que passa. Dona Zilda enfeita as janelas quando da Procissão de Corpus Christi, se dizendo *sem graça de não por enfeites nas janelas, porque eles põem né*, se referindo aos vizinhos moradores à Rua do Carmo. Dona Zilda bem sabe das restrições de sua igreja, lembrando que *diz que não bom né? Que pra quem é evangélico não pode fazer essas coisas de idolatria né? Você sabe dessas coisas né? Mas Deus é bom pai! Ele não vai castigar nós por causa disso não né? Deus é tão poderoso! Tem outras coisas tão pior e Deus não castiga né?*⁸⁴³.

⁸⁴² No Brasil, a ausência de clara distinção entre as esferas pública e privada é tema das análises de Gilberto Freyre e Roberto Da Matta. Freyre deu destaque à predominância da esfera privada sobre a pública, entendendo que a formação de uma ordem pública se teria iniciado apenas após o fim da ordem escravocrata e do declínio das casas-grandes e dos sobrados patriarcais.

⁸⁴³ Entrevista concedida à autora em junho de 2002.

A “casa” — símbolo material da família — participa da procissão quando aberta para a “rua”. Os moradores da casa não são meros expectadores da procissão que passa levando o sagrado. As pessoas nas portas e janelas são tão partícipes da procissão quanto aqueles que a acompanham; pois sem eles o trajeto por onde passa a procissão seria vazio de sentido. As casas, sendo “lugares”, estão carregadas da presença de práticas e instituições constituídas culturalmente; dentre elas a procissão que por elas passa (Casey, 1996).



Casa à Rua do Carmo: Terezinha Veiga Jardim (na janela) – Procissão do Encontro

Foto: Izabela Tamasso (2002)

Não pode a casa subtrair-se de sua fachada e de suas mediações com o público e sagrado que passa ou que nela adentra; como é o caso da Folia do Divino Espírito Santo. A casa, não é um cenário da procissão. Ela “acontece”, como um “evento”, junto com a procissão. Por isso são mais valorizadas economicamente as casas situadas nas ruas que compõem as trajetórias das procissões. A este tema retornarei quando da apresentação do patrimônio religioso.



Foto: Izabela Tamasso (2002)

Casa situada à Rua Senador Eugênio Jardim

Se para Freyre a oposição constitutiva do espaço da casa-grande era a senzala e a do sobrado era o mucambo⁸⁴⁴, para Da Matta (1991) a oposição seria entre a “casa” e a “rua”, duas categorias sociológicas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira, pois que elas

não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (p. 17).

O espaço privado estaria delimitado pelos limites da “casa”, e o espaço público, pela “rua”. Esta compreensão possibilita, além de “variações e combinações”, a operação lógica do englobamento. Ao permitir a “totalização de um elemento pelo outro” — a “casa” pela “rua” e vice-versa —, o englobamento possibilita a revelação “de um fato social importante”, descrito por Da Matta como “a descoberta da possibilidade de ‘ler’ a sociedade brasileira com seu extensivo sistema de rituais como uma sociedade que se debate em torno de visões diferenciadas de si mesma” (1991, p. 68).

No domínio da “casa”, ainda segundo Da Matta, a ênfase é dada às relações pessoais, é o lugar onde há resistência “à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso”. Nos domínios da “rua”, ao contrário, as relações se dão de forma impessoal e operam regidas pelo “legalismo jurídico”, pelo “mercado”, pela “história linear” e pelo “progresso individualista” (p. 54). Um terceiro código, o do “outro mundo”, é interpretado por Da Matta (1991) como ocupando a função de sintetizar os outros domínios, aqueles da “casa” e da “rua”.

COISAS DO REINO DA MINHA
CIDADE

[...]

O vizinho é a luz da rua. Quando
viaja e fecha a casa,
é como se apagasse a luz da rua...
Indagamos quando volta?
E quando o vizinho volta, abre as
portas e janelas
e é como se acendessem todas as
luzes da rua
e nós todos nos sentimos em
segurança.
Estas coisas nos reinos de Goiás.

Cora Coralina (2001,

⁸⁴⁴ Conferir *Casa Grande e Senzala* (2004) e *Sobrados e Mucambos* (2003).

Apesar da diferença entre os três códigos, teoricamente nenhum deles possui precedência sobre o outro. Entretanto, é em função do “segmento ou categoria social” que um dos códigos pode assumir uma hegemonia sobre os demais. “Rua”, “casa” e “outro mundo”, em Goiás, são códigos que também regem a gramática dos patrimônios públicos (coletivos), privados (familiares) e religiosos.

Mas a oposição entre “casa” e “rua” não é nem estática nem substantiva ou absoluta. É, segundo Da Matta, “dinâmica e relativa porque, na gramaticalidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente” (p. 60-61). Assim, tanto a rua pode ter espaços de moradias, como a casa pode ter espaços “arruados”. Essa gramática social é usada criativa e surpreendentemente em Goiás. Uma inversão parcial da oposição “casa” e “rua” tem efeito quando uma vilaboense entende que são as casas de parede-meia que lhe dão a sensação de proteção:

Goiás pra mim... eu sempre enxergo Goiás igual um presepinho: aquela cidade pequena, bonitinha... é bonita mesmo, não é? É linda! Eu não sei se é o amor, não é? É isso que eu fico vendo às vezes. Aquela coisa que parece que está todo mundo abraçado. Eu acho que ver as casas entrelaçadas dá a sensação de segurança pra gente. Talvez seja isso que o vilaboense — agora falando vilaboense — sente de retorno aqui. É aquela coisa assim... segurança. Eu mudar daqui, eu vou para uma outra casa que não é de casa colada. Eu me sinto mais insegura. Casa colada gera segurança também⁸⁴⁵ [grifo meu].

As casas *coladas umas às outras*, tornam o vizinho mais próximo. Há entre os vilaboenses tradicionais um sentido de responsabilidade para com os vizinhos. A casa própria, a casa do vizinho e a rua (ou largo), formam uma trilogia de espaços que domina a lógica sócio-espacial vilaboense. A casa do vizinho faz a mediação entre a casa e rua. Ponto que continuarei a interpretar no próximo capítulo.

Na Goiás tradicional, a rua não é o espaço das relações impessoais, dos perigos e imprevisibilidades. É antes a paisagem que transmite aconchego, amparo, proteção; porque é nesta paisagem que estão as casas dos vizinhos. É como a casa descrita por Bachelard (1986): um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade. A própria noção de proteção dada pela casa, em Goiás se expande para o coletivo. É o conjunto do casario colonial que transmite a sensação de segurança, alicerçados pelas relações sociais de vizinhança e reciprocidade. A “rua”, com sua paisagem das casas coladas umas às outras, não é assim o “inimigo” da “casa”, no sentido referido por Freyre (apud Da Matta, 1991); mas antes o lugar *onde está todo*

⁸⁴⁵ Entrevista concedida à autora em junho de 2002.

*mundo abraçado*⁸⁴⁶. Amizade, solidariedade, reciprocidade são constituidores desta ordem social e por isso regem a gramática do espaço e do tempo.

A casa em Goiás é prova tangível da existência secular física e material de muitas famílias e da ligação simbólica entre as gerações de seus habitantes. Ao falar da casa dos pais, muitas vezes se está falando também da casa dos avós, ou tios avós, bisavós e tataravós. Herança paradigmática, as casas de família figuram como elos entre gerações no espaço urbano. Tornam ainda mais densa a relação entre família e lugar. Ao pesquisar no Livro da Décima, relativo ao ano de 1939, pude observar como grande parte das casas permaneceu como patrimônio das mesmas famílias. Famílias de maior poder aquisitivo legaram muitas casas no centro histórico para seus descendentes, como é o caso dos Caiado e Alencastro, no Largo do Coreto, cujas casas, não apenas enriqueceram o capital econômico das famílias, como também o capital simbólico. Preservaram-se, também preservando seus patrimônios, nos lugares valorizados do espaço urbano. Em várias ruas e largos é freqüente que as casas sejam ainda hoje de propriedade dos descendentes.

O amor pelos lugares — *topofilia* — e a investigação dos lugares — *topoanálise* — são noções essenciais no estudo de Bachelard (1986) sobre a função do lugar e do espaço na compreensão da vida e da mente humana. São os espaços e os lugares, nos quais as pessoas residem que dão forma à vida e à mente humana; que formam e influenciam as memórias, sentimentos e pensamentos humanos. A casa, nosso primeiro lugar no mundo, “nosso primeiro universo”, é segundo Bachelard (1986), um “cosmo em toda a acepção do termo” (p. 34).

Os *filhos de Goiás* não estão acostumados a verem suas casas desabarem, — sejam lá quais forem os motivos pelos quais as casas desabem, mas faço referência especialmente às transformações urbanas. Ao contrário, as casas sempre resistem às gerações e garantem, juntamente com a genealogia, a permanência dos patrimônios simbólicos e materiais. Emblemas de resistência e durabilidade das famílias, as casas em Goiás figuram como concretude da descendência⁸⁴⁷. Casa e nome são patrimônios constituídos de bens alienáveis e inalienáveis (material e simbólico), expressando a descendência e o sentido moral de cada família. Não se herda o objeto apenas, mas uma obrigação. Entendo que quando legam a casa da família às solteiras indicam que elas

⁸⁴⁶ Da Matta (1991) revê a relação de “inimizade” entre “casa” e “rua” ponderando que “ela é acima de tudo complementar e contextual, porque não se pode falar de “casa” sem mencionar o seu espaço gêmeo, a “rua”” (p. 60).

⁸⁴⁷ Sobre relação entre herança, descendência e parentesco, conferir Woortmann (1995).

são importantes transmissoras do patrimônio familiar — *traditio*, obrigações, reciprocidades entre famílias — uma vez elas que têm papel crucial junto aos sobrinhos homens, também herdeiros da casa⁸⁴⁸; mas também do patrimônio coletivo conformado não apenas pela estrutura física do conjunto do casario, como principalmente pelas relações sociais que fundamentam aquele sistema público e privado.

Élder Camargo de Passos (59 anos) relatou-me o *vazio* que sentiu, em 2001, passada a turbulência das águas do Rio Vermelho. Três casas de sua família foram atingidas pela enchente; duas especialmente. As duas casas são vizinhas e antigamente formavam uma única casa. Em uma delas ele instalou um comércio um restaurante. A outra ainda mantinha os móveis e objetos pertencentes aos avós e depois aos pais. Perguntei se o *vazio* decorria da interrupção dos negócios: *não, esse vazio está mais relacionado com a casa, com o amor afetivo a casa, de eu ver aquilo tudo que meus pais construíram posto abaixo*⁸⁴⁹.

As casas, patrimônios familiares, em Goiás, além de lugares onde as histórias e o passado das famílias estão encerrados, são índices de poder, prestígio e antiguidade. A estes valores se somaram ao casario de Goiás os valores histórico, estético e arqueológico atribuídos pelo IPHAN. Sobre isso, Herzfeld afirmou que

Official discourse centers on the ownership of monuments, physical proxies for a collective past. Social discourse resists this bureaucratic impertinence (which is also a *lack of pertinence* — that is, to everyday concerns). It centers on the ownership of homes, physical embodiments of a multiplicity of individual and family pasts. These homes are, for those who live in them, landmarks of life rather than an abstract celebration of eternity (p. 54)

Uma moradora da área tombada que passava por conflitos com o IPHAN em razão de reformas em sua casa, narrou-me que após muitos impasses com relação a vários detalhes da obra, um dos técnicos do IPHAN lhe disse: “você deveria vender a sua casa e comprar num outro local onde você pode fazer o que você interessar em fazer”. Ela completou indignada

*eu acho que essa relação é minha com a casa; a questão afetiva é minha, da minha família com a casa. O IPHAN vê a casa como uma matéria, uma coisa material que tem um passado histórico, mas que é uma coisa que deve ser preservada para todo mundo e aí o valor individual não conta, o valor individual não entra. Quer dizer, o sentimento não entra ali...*⁸⁵⁰ [grifos meus]

⁸⁴⁸ Todas as mulheres solteiras que conheci sejam aquelas do meu presente etnográfico, sejam aquelas referidas pela memória coletiva, herdaram as casas dos pais, enquanto os homens saíram ou para outras cidades ou para as fazendas.

⁸⁴⁹ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

⁸⁵⁰ Entrevista concedida à autora em setembro de 2002. Identidade omitida por opção da autora.

Para Herzfeld o que, por um lado, se apresenta como uma luta pela propriedade ou pelo controle da propriedade, consiste, de outro, “in an intense argument over the definition — and above all the control — of history” (p. 53).

O relato emocionado é revelador da percepção do diferencial de atribuição de valor a casa como lar e à casa como objeto desta “paisagem urbana pós-moderna”, ou ainda, como parte deste cenário do “consumo visual” da cidade patrimonial (Zukin, 2000):

Eu estou reformando a minha casa não é pra turista ver, pra ficar bonitinha. Também pra isso, que eu acho que faz parte do contexto... eu gosto de Goiás bonita, eu acho que a gente tem que preservar mesmo, não é questão da gente destruir um patrimônio, toda um história que vem... Mas a questão que eu acho é que tem que haver aí um consenso entre IPHAN e morador, pra gente se sentir bem no local em que as minhas filhas tem toda uma relação com a casa. Tanto é que lá tem um guarda roupa de parede antiqüíssimo e nós fomos reformar [a casa] minha filha falou “mamãe, não tira aquele guarda roupa, aquele guarda roupa ali é...”. Então tem coisa ali que é dela. Então [começa a chorar] ... ficou perdido lá.⁸⁵¹ [grifos meus]

8.2. A casa tombada

Conforme descrito na Parte I, o conjunto do casario em torno do Largo do Chafariz foi o primeiro a ser tombado pelo SPHAN, em 1951. A extensão do tombamento se deu em 1978 e reconheceu o valor de centenas de casas, além da malha urbana⁸⁵². Em 1993, a Portaria 001 estabeleceu as diretrizes de intervenção nas áreas tombada e de entorno. Desde então todas as intervenções ficaram sujeitas à aprovação prévia do IPHAN.

Martins (2003) pesquisou as solicitações feitas ao IPHAN para aprovação de obras durante um período de 12 anos, para aferir uma visão geral do processo de transformação da cidade. Com isso, objetivou “analisar os efeitos do tombamento no núcleo histórico de Goiás, sua capacidade de controle da cidade e, ao mesmo tempo [...]

⁸⁵¹ Entrevista concedida à autora em setembro de 2002. Identidade omitida por opção da autora.

⁸⁵² Segundo dados do IPHAN, a área protegida pelo tombamento e seu respectivo entorno compõe-se de cerca de 800 casas. A Prefeitura Municipal indica o número de 1200 imóveis cadastrados no “centro histórico delimitado pela Unesco”, cuja população estimada é de 4.800 mil moradores. A se considerar também a área de entorno este número aumenta para 1760 imóveis, com aproximadamente 7000 mil moradores.

identificar as tendências de modificação nos elementos constituintes da arquitetura residencial e seus reflexos na configuração do ambiente urbano” (p. 102).

As demandas de intervenções submetidas à avaliação e aprovação do IPHAN apresentam, segundo Martins (2003), “três origens diversas”:

A solicitação feita pelo proprietário do imóvel ou representante, através de requerimento e apresentação de projeto à administração municipal que após as análises de sua competência, encaminha o processo ao órgão federal; a notificação extrajudicial, lavrada pelo responsável pela fiscalização do núcleo, solicitando a regularização da obra e por fim, a notificação judicial, que ocorre quando o proprietário se recusa a proceder com a regularização da obra e o caso é encaminhado à procuradoria jurídica do Instituto (p. 107).

Observe-se que apenas no primeiro caso o proprietário busca espontaneamente o parecer do IPHAN. No que concerne aos dois outros, as notificações extrajudicial e judicial, existem apenas por causa da inexistência de agência do proprietário na busca por aprovação do IPHAN. Nestes casos, entendo que há mais dados a serem avaliados do que aqueles trazidos por Martins (2003), ou seja, é importante entender as motivações do proprietário no sentido de iniciar as obras sem prévia autorização do IPHAN. Partindo do pressuposto de que todos estão conscientes das normas impostas na área tombada e de entorno, por que não as seguem? O que explicaria a fuga às normas? Antes de responder a estas questões é importante apresentar as modalidades de intervenção analisadas por Martins (2003) “em função das características morfológicas das áreas e do tipo de proteção legal”. Subdividiu a autora, a área protegida pelo IPHAN em área tombada, área de proposta para extensão do tombamento e área de entorno, sendo que para uma destas áreas dividiu em seis as categorias concernentes às modalidades de intervenções: (1) conservação do imóvel, (2) ampliação de volumetria; (3) modificações de fachada, (4) construções novas, (5) intervenções em áreas públicas e (6) outros (p. 108).

Analisando separadamente área tombada, extensão do tombamento e de entorno, a autora indica não apenas as tendências dos proprietários no que tange às modalidades de intervenções, mas também, as tendências dos pareceres técnicos do IPHAN no sentido de aprovar, recusar ou aprovar parcialmente uma solicitação de obra. Destacarei, no decorrer deste capítulo, os resultados da pesquisa de Martins (2003) que sejam úteis para interpretarmos a relação entre proprietário de bem tombado/protegido para com as normas de intervenção em seu imóvel.

Contudo, devo salientar que Martins (2003) não diferenciou, dentre as demandas de intervenções submetidas à avaliação e aprovação do IPHAN (por ela analisadas), quais foram prévia e espontaneamente apresentadas pelo proprietário ao IPHAN, e quais foram avaliadas, pelo IPHAN, apenas após notificação judicial e/ou extrajudicial. Este dado, crucial para a interpretação da relação dos moradores para com as leis às quais estão sujeitos, infelizmente não foi apresentado pela autora⁸⁵³. Ressalvo ainda que as “três origens” das quais decorrem as demandas por solicitações deveriam ainda ser separadas em (1) aquelas que são submetidas espontaneamente à Prefeitura e IPHAN, e (2) aquelas que somente chegam ao IPHAN, por causa da exigência legal.

Já anteriormente indiquei que a noção de patrimônio nacional, não foi homogeneamente nem aceita, nem apropriada pelos proprietários de casas inseridas na área tombada e protegida. Os manifestos contrários ao tombamento, apresentados na Parte I, atestaram a resistência à ação de proteção aos bens edificados de propriedade privada. Mas os *manifestos* são apenas uma pequena parte da realidade social, na qual estiveram encerrados os vilaboenses durante as últimas décadas do século XX.

Assim, além dos *manifestos* — declarações públicas e formais —, e das estatísticas e análises das solicitações de obras de intervenção, desejo apresentar as “táticas” dos moradores do casario colonial em Goiás, para subsistir em meio às “estratégias” engendradas pelo IPHAN. No sentido que emprega de Certeau (1994) “a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (p. 101). Chama de estratégia

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios (p. 99).

O IPHAN, sujeito de querer e poder elabora “estratégias” que postulam a circunscrição do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás” como algo próprio — patrimônio da nação sob a tutela do Estado / IPHAN — de onde gere as relações

⁸⁵³ Fátima de Macedo Martins é arquiteta do IPHAN e foi uma dentre os técnicos do IPHAN que participou ativamente na confecção do *Dossiê* encaminhado à Unesco.

com uma exterioridade de alvos ou ameaças, os moradores das áreas protegidas, a Prefeitura Municipal, a Igreja Católica, etc.

Os bens tombados isoladamente, bem como todo o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico” instituído pela área tombada estão cartesianamente circunscritos em um lugar próprio, para além do qual está o “seu outro”: espaço urbano não reconhecido como patrimônio da nação. Desta incisão no espaço urbano, “corte entre um lugar apropriado e seu outro” (Idem, p. 99), decorrem alguns efeitos.

Primeiro que ao engendrar a patrimonialização da história, a lógica da preservação patrimonial articula “uma vitória do lugar sobre o tempo”, isto é, o “domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo” (de Certeau, 1994, p. 99). Segundo, que o patrimônio reconhecido e delimitado é também um domínio dos lugares pela vista; ver no sentido de prever; “*prática panoptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e ‘incluir’ na sua visão”. Forma específica de “antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço” (Idem, p. 100). Por último, que se fundam estas “estratégias” em um tipo específico de saber antecedido de um poder, que permite e comanda as suas características, transformando as “incertezas da história em espaços legíveis”.

Ao entrevistar Michel de Foucault, Paul Rabinow perguntou-lhe se ele incluiria também os arquitetos (como o faz com médicos, padres, juízes, psiquiatras e donos de prisão) como “figuras-chaves das configurações políticas que envolvem a dominação” para a qual Foucault respondeu:

Eu nunca pretendi descrever médicos e pessoas deste tipo como figuras de dominação, mas como pessoas através das quais o poder transita ou, melhor, como figuras importantes no campo das relações de poder. [...] Na realidade, o arquiteto não tem poder sobre mim. Se eu quiser demolir ou alterar uma casa construída para mim, fazendo novos cômodos, uma chaminé etc., o arquiteto não terá nenhum controle sobre isto ⁸⁵⁴ [grifo meu].

Se vivo estivesse, talvez Foucault revisse sua afirmação sobre os arquitetos, sobretudo aqueles vinculados às agências governamentais de proteção ao patrimônio. Importante ressaltar que Foucault faleceu em 1984 e que as políticas patrimoniais da UNESCO se intensificaram especialmente na década de 90.

Ao “poder do saber” dos técnicos da preservação, reagem alguns proprietários de imóveis tombados e protegidos, jogando taticamente em um “terreno” que lhes é

⁸⁵⁴ Entrevista publicada em IPHAN, 1994. As duas citações dizem respeito, respectivamente, às páginas 140 e 141.

“imposto”, se movendo “dentro do campo de visão inimigo” e “no espaço por ele controlado”, a área tombada e protegida (Idem, p. 100).

A tática, segundo de Certeau

opera golpe a golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (1994, p. 100-101).

As práticas cotidianas dos vilaboenses tradicionais relacionadas aos patrimônios privados — as casas — são, sobretudo do tipo táticas; “vitórias do ‘fraco’ sobre o mais ‘forte’ (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc)” (de Certeau, 1994, p. 47). O fato de agirem com táticas objetivando driblar a fiscalização, aplicação de normas e sanções impostas pelo IPHAN, não significa que deixem de reconhecer o valor do patrimônio cultural, a importância do casario, e de suas próprias casas para a história patrimonializada. Parece paradoxal? É apenas por meio das práticas cotidianas (bem o sabem os fiscais do IPHAN) que se pode observar o quanto o reconhecimento do valor histórico e estético da cidade antiga, por parte dos proprietários, não implica em aceitação tácita das normas, uma vez que destas decorrem a restrição de uso das casas; interferência do público no privado; antinomia entre domínio e posse (Tamaso, 2002).

Herzfeld indica outro fator complicador que ilumina também o caso de Goiás. O hiato discursivo entre o “tempo monumental” e o “tempo social”, separa a compreensão popular da história, daquela oficial. Para este autor

Social time is the grist of everyday experience. It is above all the kind of time in which events cannot be predicted but in which every effort can be made to influence them. It is the time that gives events their reality, because it encounters each as one of a kind. Monumental time, by contrast, is reductive and generic. It is social experience to collective predictability. Its main focus is on the past — a past constituted by categories and stereotypes. In its extreme forms, it is the time frame of nation-state. To it belongs the vicarious fatalism — the call to submit to one’s ordained destiny — that marks all authoritarian control (1991, p. 10).

Aceitar e entender a história oficial, fixada no tempo monumental e no espaço cenográfico da cidade, não significa abster-se de outras temporalidades, outros lugares. É certo, porém, que em algum ponto elas podem opor-se de maneira a tenderem a se anular. Assim, o fato de se servirem das “táticas” para driblar as normas impostas pela lei 25/37 e pela Portaria 001 de 22 de abril de 1993, é simultâneo do sentimento de orgulho de sentirem parte da cidade patrimonializada. Não encontrei, em meu presente

etnográfico, casos extremos de total rejeição ao reconhecimento do valor da cidade. A rejeição quando se manifestou dizia respeito às conseqüências que adviriam da conquista do título de patrimônio mundial, como aumento do custo de vida e violência; e às desconfianças quanto à gestão dos recursos captados para obras de restauração, recuperação e conservação. Mesmo estes manifestavam orgulho por sua cidade patrimonial.

O acesso às práticas cotidianas, sobretudo às “táticas”, era-me dificultado por quase todos os vilaboenses tradicionais, uma vez que a ideologia do patrimônio mundial já havia sido disseminada e em grande parte incorporada; ao menos junto aos moradores do centro histórico. Dar testemunhos contrários ao tombamento, à preservação e conservação do casario e da malha urbana, ou revelar astúcias para contornar a inflexibilidade das normas, poderia soar como uma heresia para aquela “profissão de fé” (Lowenthal, 1998b) que era o patrimônio mundial a ser conquistado. À minha pergunta sobre o que achava da cidade ter um patrimônio cultural reconhecido Anésia Mendes (76 anos) respondeu: *Uai, eu acho bom conservar essas coisas, porque se acabar isso a gente não vai achar mais nunca em lugar nenhum. Mas... está bonita a cidade, agora o povo... parece que está mais animado em limpar as casas, em cuidar das coisas*⁸⁵⁵. Anésia tem razão o povo ficou mesmo mais animado em *assear* a casa, como se referem quando alguém realiza pintura de fachada.

Contudo, não se esquecem de outro tempo, onde as táticas vilaboenses começaram a se materializar nos alpendres e vitrôs. É a própria Anésia Mendes⁸⁵⁶ que narra a diferença entre os dois momentos, o da reação ao tombamento (década de 70) e à candidatura ao título de patrimônio mundial (2001). Conversávamos ela, eu e Neusa Serradourada, vilaboense que pacientemente me guiou abrindo as portas de muitas casas e famílias da cidade:

IZABELA: A senhora acha que mudou o comportamento das pessoas?

ANÉSIA: *Ah mudou... mudou porque o povo aceitou. O difícil seria aceitar, o povo aceitou.*

IZABELA: Porque a senhora acha que o povo aceitou?

ANÉSIA: *Porque eles animaram, pintaram a cara das casas, mesmo que eles não reformaram, ao menos um “rouginho” na cara eles passaram. A cidade ficou mais alegre, mais bem cuidada.*

⁸⁵⁵ Entrevista com Anésia Mendes (76 anos), concedida à autora em julho de 2001.

⁸⁵⁶ Anésia Mendes é filha de Maximiano Mendes, memorável construtor de edificações na cidade. Já fiz referência a ele na Parte I da tese, mas vale ainda ressaltar que ele deixou sua marca sobretudo nas fachadas de estilo neoclássico, com destaque para a Rua Americano do Brasil.

IZABELA: E antes? Como era ter que conservar a casa... [ela interrompeu]

ANÉSIA: *Houve uma época em que fizeram boca de forno, eu chamo boca de forno os alpendres. Abriram boca de forno aqui a torto e a direito. Eu chamo aquilo ali de privada de vagabundo e cama de bêbado, porque aquilo só serve pra isso. Foi demais não foi?*

NEUSA: *Foi na época que ia ser tombada a cidade.*

ANÉSIA: *É a cidade ia ser tombada. De modo que foi uma coisa horrorosa, abriram... acho horrível... abriram alpendre... nessa rua sua mesmo tem uns. [...] E agora o povo está conscientizando, vendo que ficou feio e vários alpendres já foram fechados.*

IZABELA: A senhora acha que eles perceberam que a casa deles... [ela interrompe]

ANÉSIA: *Ficou feio, ficou dissonante, ficou diferente das outras, ficou feio. Eu não gosto de alpendre.*

IZABELA: A senhora nunca descaracterizou as fachadas das casas da senhora?

ANÉSIA: *Não.*

Anésia e Neusa relembram das “táticas” vilaboenses, que visaram transformar o casario antes que este ficasse congelado na estética colonial! Afinal de contas, como lembra Iracema Malheiros (66 anos), *o sonho das pessoas aqui em Goiás era colocar um alpendre e um vitró*⁸⁵⁷ e para realizar este sonho era preciso ser hábil e rápido. Uma corrida contra o tempo das normas e interdições. Como sublinhou Herzfeld, este tipo de “action anticipates and resists legal closure” (1991, p. 250).

As “táticas” para se colocar alpendres e vitrôs podem ser interpretadas como uma “hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (de Certeau, 1994, p. 102). Os depoimentos vilaboenses falavam de um tempo passado, quando ainda se temia o tombamento e suas conseqüências quanto às restrições à propriedade privada. Ao perguntar sobre a conservação das casas pelos proprietários no tempo presente (do presente etnográfico) me deparava com narrativas que apenas confirmavam a retórica da preservação patrimonial.

No entanto, nos meandros do cotidiano, as “táticas” iam aqui e ali se insinuando; revelando que a ideologia da preservação patrimonial não havia sido tão inteiramente incorporada; pois à propriedade privada, à casa de família, deveria se garantir alguma autonomia sobre o coletivo, o bem comum ou o patrimônio nacional ou mundial. Nem

⁸⁵⁷ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

sempre foram vitoriosos nas “táticas” das quais lançaram mão os vilaboenses tradicionais. Muitos são os casos que acompanhei, observei e testemunhei. Trago alguns resguardando, na maior parte deles, as identidades das pessoas envolvidas, mesmo aquelas dos funcionários (técnicos e administrativos) do IPHAN e Prefeitura Municipal; revelando-as apenas quando avalio não haver qualquer prejuízo moral, social, político ou econômico.

Dois relatos feitos pela mesma senhora são reveladores de que uma mesma pessoa pode, em certo momento, se servir habilmente das “táticas”, dando “golpes” aos finais de semana; como pode, em outro momento, se subordinar às normas do IPHAN. Conversava com uma senhora vilaboense, moradora da área tombada. Estávamos paradas de frente à fachada de sua residência, quando ela comentou espontaneamente sobre as obras que fez no imóvel há algum tempo atrás. Sua casa é de meia morada com porta e duas janelas, possuindo beiral. Ela quis colocar calha, pois entendia que assim protegeria melhor a fachada das águas da chuva. O IPHAN não autorizou. O pedreiro a orientou que comprasse a calha que ele a instalaria no final de semana. Ela ficou preocupada com o fato de que uma agente local do patrimônio brigaria com ela; pois tinha sido esta agente que tinha vetado a calha de antemão, em conversa informal. O pedreiro alegou que depois de colocada a agente não faria mais nada. Ela aceitou a proposta e resolveu arriscar. A calha foi instalada no final de semana e lá se encontra até hoje.

Esta mesma pessoa comentou comigo, e isto já se refere ao presente etnográfico, que pintaria a fachada de sua casa. Perguntei se havia procurado pelo IPHAN para pedir auxílio e autorização quanto às cores. Ela disse que não, mas que sempre fala com o IPHAN antes das reformas e que as intervenções que faria não causariam problemas. Pelo que ela me expôs percebi que as cores eram inadequadas para o padrão estabelecido pelo IPHAN. Alguns dias depois ela contou-me que se encontrou, casualmente, com o diretor da 17ª Sub-Regional na rua. Comentou com ele sobre o que pretendia fazer e ele conseguiu, depois de certa insistência, persuadi-la a acompanhá-lo ao IPHAN, com objetivo de discutirem a viabilidade da pintura. As cores foram alteradas. Ela me contou sobre as cores selecionadas e alegou que se esqueceu de fazer uma contra proposta ao diretor, mas que ainda faria uma tentativa. Soube posteriormente por funcionário do IPHAN que sua contra proposta fora rejeitada. A casa foi pintada nas cores estabelecidas pelo IPHAN. O fato de que as idéias dos proprietários quanto ao fator estético entrem em conflito com a regulação oficial é,

segundo Herzfeld, um argumento cultural que é “simultaneously a contest over social identities: my house or *our* national monument?” (1991, p. 12).

Martins informa que foram 84 as solicitações feitas ao IPHAN para “modificação de fachadas”, no período por ela estudado (década de 90 até 2002) ⁸⁵⁸. Nesta categoria se enquadram, por exemplo, solicitação de pinturas, troca de esquadrias, retirada dos alpendres e adequação do imóvel à ambiência do conjunto (2003, p. 111). No que tange à pintura de fachada, a autora destacou a “resistência” dos proprietários em se submeter à “paleta de cores adequadas às características da fachada do imóvel”, como sendo um desejo de “fazer predominar seu gosto pessoal”, além de uma “necessidade de individualização”, acrescida da variedade de oferta de cores e texturas de tintas (2003, p, 111).

A autora informou que as demandas agrupadas na categoria “modificação de fachadas”, apresentaram o maior número de demandas oficializadas na área tombada, indicando “que as fachadas, como espaço limítrofe entre a instância pública e a privada e lugar de qualificação social do morador, representam um aspecto importante na preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico” (Martins, 2003, p. 111). Representam antes, eu diria, um aspecto importante dos patrimônios privados e familiares, materialidade privada aberta ao público, compondo a gramática do espaço urbano e das relações sociais. Não obstante o caráter privado, as fachadas devem atender à lógica da preservação patrimonial imposta pelo IPHAN.

Uma funcionária da 17ª Sub-Regional do IPHAN, narrou que, anteriormente, o IPHAN deixava ao gosto dos proprietários a escolha das cores, uma vez que *Goiás já tinha umas cores próprias... as pessoas sempre pintavam de azul o portal, ou de verde, e as paredes sempre claras*. Lembra-se de consideravam à época que *nessa parte de pintura das paredes nós não vamos interferir, porque a gente tem que deixar o proprietário decidir o que ele quer*⁸⁵⁹.

Tal quadro foi alterado nos anos de 2000 e 2001. As cores dos espaços urbanos enobrecidos, como o Pelourinho e o Bairro do Recife⁸⁶⁰, eram desejadas pela maior parte dos proprietários da área patrimonial, entendendo que assim estariam contribuindo para com a conquista do título. A pintura de fachadas ganhou destaque dentre os

⁸⁵⁸ Foram 84 solicitações, das quais 12 foram rejeitadas, 62 aprovadas e dez aprovadas parcialmente. Saliento a ausência de dados específicos sobre os projetos apresentados previamente ou desenvolvidos apenas após notificação do IPHAN (Martins, 2003, p. 111)

⁸⁵⁹ Entrevista concedida à autora.

⁸⁶⁰ Sobre o Recife conferir Leite (2001)

reparos, recuperações e reformas executadas. Além das influências dos processos de *enobrecimento* em outros centros históricos, outro fator desencadeou as ações de pinturas de fachadas em Goiás: a campanha “Vamos Colorir Goiás”⁸⁶¹, deflagrada pelo então Secretário de Cultura do Município de Goiás, Marco Antonio da Veiga de Almeida. O exemplo de outros centros históricos e a campanha local colocava em risco a lógica do equilíbrio de cores da cidade colonial. Segundo especialistas e consultores do IPHAN as edificações tinham tanto paredes brancas, quanto pintadas com “cores esmaecidas e luminosas — amarelo-ocre, azuis claros, verdes ou cinzas suaves, laranjas discretos” e esquadrias coloridas em azul, azul colonial, verde-cromo, vermelho intenso e marrom avermelhado⁸⁶².

A funcionária da 17ª Sub-Regional do IPHAN informa que *começaram a aparecer cores que não tinham o menor cabimento*. Na área tombada, 28 foram as casas cuja pintura ficou inadequada e, segundo a funcionária, *a maioria das pessoas que pintou as suas casas de tom forte... eles fizeram pensando que estavam contribuindo com a cidade. Pode ser que um ou dois não, mas a maioria... eles não imaginaram que isso era ruim, eles fizeram pensando que isso era uma coisa boa*⁸⁶³.

A campanha “Vamos Colorir Goiás” desencadeou uma confusão na mente dos proprietários. Exemplo disso é a ocasião em que uma arquiteta do IPHAN foi notificar um proprietário por causa da pintura inadequada da fachada e ouviu dele o seguinte desabafo: *eu não entendo vocês do IPHAN, vocês disseram que era pra colorir a cidade, agora não é pra colorir?*⁸⁶⁴

Para Lacarrieu, Carman e Girola (2006), a cor está entre “los componentes com mayor valor simbólico en el nuevo mundo urbano de la estética”, sobretudo nos processos de *enobrecimento* (p. 113). A cor “diferencia, gestiona límites, estabelece márgenes, separa y/o une lo que visibiliza e invisibiliza” (p. 116). São as cores que “pueden invisibilizar a los ocupantes y diluirlos em la estética urbana — de cierta forma es una forma de negociación de su integración” (p. 116); pois se tornam imperceptíveis

⁸⁶¹ Em nota publicada no jornal O Vilaboense, do qual Marco Antonio é redator, intitulada “Vamos Colorir Goiás”, lê-se o seguinte: *A Campanha Vamos Colorir Goiás, uma campanha de preservação que melhorou o visual da nossa cidade e merece aplausos, principalmente ospedreiros que tem demonstrado competência ao realizar a maioria das obras. Lógico que nem todas estão perfeitas,mas, com uma fiscalização eficiente é possível impedir os erros berrantes, nocaso: cores fora do padrão e tintas brilhantes (nós apenas incentivamos a pintura dos imóveis).Parabéns a todos os moradores que tem nos ouvido*. Goiás, maio de 2000, p. 8.

⁸⁶² Élder Rocha Lima, “A cor na arquitetura da cidade de Goiás”, *O Vilaboense*, Goiás, outubro de 2004, p. 6.

⁸⁶³ Entrevista concedida à autora.

⁸⁶⁴ Entrevista concedida à autora.

à medida que se uniformizam ao conjunto. Da mesma forma, a ausência das cores tornam “hipervisíveis a los ocupantes de casas tomadas grises” (p. 116), pois que passam a ser acordes dissonantes na escala harmônica de cores e luminosidade dominante no *centro histórico*.

Em Goiás a grande dificuldade do IPHAN foi a de compatibilizar o desejo dos proprietários de serem parte deste conjunto da cidade patrimônio mundial — e isto em parte se concretizava por meio da pintura de suas fachadas — com o ideal de cores de uma cidade com as características arquitetônicas do urbanismo colonial. A arquitetura vernacular de Goiás ainda guarda fortes características das cidades coloniais. Colorir as fachadas indevidamente seria como sobrepor temporalidades (século XX por sobre o século XIX e XVIII) por meio da sobreposição estética. Em dezembro de 2001, uma nota em jornal indicava o recrudescimento quanto às cores das fachadas:

Agora é lei. Salma Saddi, superintendente regional do IPHAN no Centro-Oeste, elaborou um guia de cores para fachadas e janelas do casario colonial de cidades históricas. Quem quiser mudar a cor terá de consultar antes o IPHAN. A medida é para evitar o modismo de pintar com tons berrantes, a la Pelourinho, construções de cores suaves e pastéis no estilo original⁸⁶⁵.

Percorri, por alguns dias, as ruas da cidade acompanhando o trabalho do fiscal do IPHAN, que caminhava durante o período da manhã e da tarde, por algumas ruas do centro histórico e entorno a fim de verificar o estado de conservação do casario e as obras em andamento; de maneira que toda semana ele caminhava ao menos uma vez em cada rua. É assim que também descobria as obras em andamento não previamente autorizadas pelo IPHAN e Prefeitura Municipal. Essa é uma das “estratégias” de fiscalização da instituição de preservação, que também pode contar com membros da elite cultural, que tão logo detectam intervenções, a princípio suspeitas (do ponto de vista estético e técnico), contatam o IPHAN.

Certo dia de caminhada ao lado do fiscal, Júlio César Alves de Castro, pude observar que ao pedir, o fiscal, para que um proprietário, que realizava obras no interior da casa, permitisse a nossa entrada nas dependências de sua propriedade ouviu a seguinte resposta: *se não for pôr defeito, pode entrar*⁸⁶⁶. Júlio César, um jovem universitário, membro de família tradicional (filho de Hecival Alves de Castro), dominava bem os códigos da cidade: laços de parentesco, inimizades políticas antigas e recentes. Com amabilidade, educação e simpatia, além de muita calma, ele conseguia

⁸⁶⁵ Artur Rezende, “Fachadas”, Agenda 2, *O Popular*, Goiânia, 10 de dezembro de 2001.

⁸⁶⁶ Registrado no caderno de campo II, dia 20 de junho de 2001.

conduzir bem as conversas, até mesmo as mais tensas. Júlio me ensinou sensivelmente sobre a relação morador/IPHAN em apenas alguns dias; por isso lhe sou muito grata, bem como a Salma Saddi, que autorizou a minha caminhada ao lado dele, quando ele realizava fiscalizações.

Outra vilaboense comentou que *a população sempre viu com maus olhos o IPHAN, até porque a idéia que têm do IPHAN é “não deixa colocar veneziana”, “ah não deixa mudar a fachada da casa”, “está interferindo na casa lá”, não precisa ser nem no centro histórico, “lá não sei aonde”. Então é antipático*⁸⁶⁷. A idéia de que o IPHAN coloca obstáculos às reformas pretendidas e desejadas pelos moradores é senso comum na cidade. Funcionários do IPHAN confirmaram que os moradores realizam obras rápidas, como pinturas aos finais de semana, para se livrarem da fiscalização. Vide o caso da calha citado anteriormente.

O arquiteto Gustavo Neiva Coelho, que assumiu o Escritório Técnico do IPHAN entre 1983 a 1986, conta que *sempre foi uma convivência muito ruim entre população e IPHAN*⁸⁶⁸. Relata um fato ocorrido neste período:

Olha, quando eu cheguei à cidade, quando começou o escritório, estava se instalando, teve um comerciante — onde hoje é a agência da Caixa Econômica, era um terreno vazio — e ele estava construindo uma loja de material de construção e colocou telha *Eternit*. E o pessoal do IPHAN falou que não podia ser telha *Eternit*. Aí já começou, em tudo quanto é lugar que eu ia tinha piada... o pessoal começava a fazer piada: “se o tombamento agora era também de vista aérea, se estava se tombando vista de avião, para quem passasse de avião por cima da cidade?”⁸⁶⁹

Fernando Madeira, arquiteto do IPHAN que desenvolve projetos de restauros e acompanha obras em Goiás há mais de duas décadas, contou-me que “no início foi um pouco pesado”⁸⁷⁰, sendo também envolvido em *brigas de rua*, se lembrando, por exemplo, que

Você vai passando a mulher do homem fala “você não podia fazer aquele negócio”! “Mas, minha senhora, mas isso assim, assim” [...] Eu procuro me controlar e tudo, mas... Teve uma mulher que me excomungou ali... a mulher do lado da Catedral.⁸⁷¹

O caso bem lembrado por Fernando Madeira envolveu uma contenda entre esta proprietária de imóvel situado ao lado da Catedral de Sant’Ana, a Diocese de Goiás e o

⁸⁶⁷ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁸⁶⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁸⁶⁹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁸⁷⁰ Entrevista concedida à autora em junho de 2001.

⁸⁷¹ Entrevista concedida à autora em junho de 2001.

IPHAN. A lateral da Catedral, então sem calçamento foi murada e incorporada à propriedade da referida senhora, pois segundo Fernando Madeira, “ela pediu ao bispo que ela precisava e o bispo deixou-a fazer o muro”⁸⁷². Por ocasião do projeto de finalização da Catedral de Sant’Ana, na década de 90, o IPHAN solicitou que o muro fosse derrubado e a área se tornasse novamente aberta ao público. A proprietária resistiu e Fernando afirmou que ficaram “seis anos na justiça” e a “mulher me excomungou”!

873

Gustavo e Fernando revelaram os embates diários entre funcionários do IPHAN e moradores do *centro histórico* que resistiam (e ainda resistem) às normas e exigências técnicas impostas pela agência governamental, na maior parte das vezes, não apropriadas e compartilhadas pelos proprietários.

Tais conflitos são prova de que a “antinomia entre domínio e posse”, instaurada após o reconhecimento do valor coletivo de imóveis privados, é ainda hoje — em todas as localidades tradicionais, nas quais o público se confunde com o privado — a causa dos conflitos entre instituições governamentais e não governamentais de preservação e proprietários de bens tombados e protegidos pelo entorno⁸⁷⁴.

Em outubro de 2001, visitando uma senhora moradora do centro histórico, ela comentou comigo que colocaria grades nas janelas de sua casa localizada, em uma esquina. Perguntei se ela havia pedido autorização ao IPHAN e ela respondeu que não era necessário, pois já havia colocado grades nas janelas que dão para o beco. Perguntei se, à época, o IPHAN se posicionou sobre o fato e ela disse que *eles quiseram implicar, mas depois desistiram*⁸⁷⁵.

A falta de critérios é uma importante reclamação dos moradores da área tombada e entorno. Uma funcionária do IPHAN comentou que é comum que os moradores perguntem a ela: *porque que fulano colocou e eu não posso colocar*⁸⁷⁶. Ela lembra que são duas as informações importantes, que não estão ainda no domínio dos moradores das áreas protegidas, e devem ser consideradas para se entender as justificativas para tais questionamentos.

A primeira diz respeito ao fato de que tenha havido dois tombamentos: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Chafariz, em 1951 e Extensão do Tombamento

⁸⁷² Entrevista concedida à autora em junho de 2001.

⁸⁷³ Entrevista concedida à autora em junho de 2001

⁸⁷⁴ Conferir Tamasso, 2002.

⁸⁷⁵ Registrado em diário de campo I, dia 15 de outubro de 2001.

⁸⁷⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás, em 1978. Esses tombamentos em datas diferenciadas colocam alguns moradores sujeitos às normas do IPHAN antes de outrem e diferentemente de outrem; isto é, em termos de critério⁸⁷⁷.

A segunda diz respeito à distinção entre área tombada e área de entorno, entendida pela funcionária do IPHAN como

*sendo outra dificuldade pra você explicar “olha, o senhor mora numa rua que é tombada pelo Decreto-lei 25 que diz isso, isso e isso. Agora esse outro aqui está na área de entorno”. Então, existe muito essa questão da comparação. Principalmente com relação ao poder aquisitivo. Às vezes a pessoa fala assim: “Ah, porque fulano de tal é rico ele pode”. Ai eu digo: “não, o critério é o mesmo pra todos”*⁸⁷⁸.

Em vários momentos do campo emergiram as representações locais de que as prerrogativas de alguns proprietários acabam por interferir nas decisões técnicas. Soube informalmente que, há algum tempo atrás, um beiral de uma residência situada em uma das esquinas do Largo do Chafariz fora diminuído sem autorização do IPHAN. A então diretora da 17ª Sub-Regional teria tentado solucionar a descaracterização, mas a proprietária, esposa que é de um importante e influente político em nível local e regional, não sucumbiu à pressão da instituição⁸⁷⁹. Outros, menos influentes, seriam segundo os moradores da área tombada e protegida pelo IPHAN, coagidos a seguir as normas.

A ausência de critérios que sejam aplicados igualmente para todos foi também enfatizada por outro proprietário da área de entorno. Lamentou-se porque durante a reforma em sua casa, uma das arquitetas do IPHAN foi um pouco intransigente com ele, afirmando que: *durante toda a reforma, ela sempre criou algum caso comigo:*

eu gastei dinheiro, um valor considerável por ter que retirar entulhos praticamente todos os dias devido à visita constante do fiscal do IPHAN. Por outro lado, a própria Denise, que hoje está construindo e já terminou a construção próxima da minha casa, passou meses com entulho do lado da... Esse aí é um aspecto que pode... Essa questão da diferença de dois pesos, duas medidas. Quando nós falamos um pouco atrás sobre a questão da população não enxergar de uma forma muito positiva o IPHAN... devido a essa questão... essa posição de, às vezes, ter dois pesos e duas medidas com determinadas

⁸⁷⁷ Some-se a isso o fato de que mais recentemente acrescentou-se outra área compreendida no projeto de Rerratificação do Tombamento homologada em 23 de junho de 2004, que transformou a área de entorno em tombada, o que significa ampliação de proprietários submetidos às restrições de intervenções. Portaria nº 146, de 22 de junho de 2004, publicada em 23 de junho de 2004, Diário Oficial da União, Seção 1, nº 119, p. 66.

⁸⁷⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁸⁷⁹ Registrado no caderno de campo II, dia 22 de junho de 2001.

peças, com determinadas situações. Isso cria um constrangimento. ⁸⁸⁰ [grifos meus]

Os laços sociais são entendidos como de grande influência nas decisões do IPHAN sobre imóveis da área tombada e entorno⁸⁸¹. Um funcionário do IPHAN também atestou a recorrente representação dos vilaboenses sobre os privilégios concedidos aos familiares e amigos. Revelou que certa vez fora, acompanhado do fiscal, para conversar com um proprietário que realizava alterações em seu imóvel, sem a prévia consulta e autorização do IPHAN. Em meio às areias que caíam em consequência das ostensivas marteladas do pedreiro na parede (não interrompidas mesmo após a chegada deles), o proprietário respondeu que o problema todo residia na briga de família: *os Pereira tiraram, numa dada eleição, os Oliveira do poder*⁸⁸². O funcionário do IPHAN tinha laços de parentesco com uma das famílias e o proprietário com a outra.

São várias as dificuldades enfrentadas de ambos os lados, tanto de parte dos funcionários do IPHAN, que se deparam com as críticas e resistência dos moradores, sem contar as hábeis e criativas táticas dos moradores; quanto de parte dos proprietários dos bens tombados e protegidos, pois sabem que, apesar das táticas (que são ocasionais), estão para sempre sub-julgados ao poder estatal, que recai sobre seus bens próprios. A retórica desta dissensão nos permite acessar as complexas relações entre ideologia do Estado-nação e exigência da vida cotidiana dos moradores⁸⁸³.

Grande parte dos conflitos surge por não dominarem, os moradores das áreas protegidas pelo IPHAN, as informações sobre as várias etapas do tombamento da cidade; ou seja, o fato, por exemplo, de que muitas casas que foram alteradas para estilos mais modernos o foram antes do tombamento de 1978, pois estavam fora da área que foi tombada em 1951. Contudo, há quem diga que mesmo depois da “extensão do

⁸⁸⁰ Denise é pseudônimo de uma funcionária do IPHAN. Entrevista concedida à autora em 2002.

⁸⁸¹ A ausência de critérios é também atestada por Herzfeld: “Others, closer to the ‘system’, may also test the ambiguous edges of the historic conservations laws. A well-connected civil engineer who wished to convert a Venetian house into a modern restaurant began the work, then applied to the historic conservation office for permission. The plans, although incomplete, were forwarded to a special meeting of the council that rules on all Old Town decisions of this kind; and no further objections were raised. Critics saw it as significant that the applicant was both a colleague of the civil engineers and architects who constituted a plurality on the council and closely related to a key functionary. Whatever the grounds for this highly circumstantial innuendo, the socially significant aspect is townspeople’s automatic assumption that he would not have been fool enough to fail to exploit his advantages. A further irony of this incident is that the historic conservation office is said to have thereby lost the chance to record the original paving — the very element that they had forced the Municipality to let them preserve in the shoemakers’ lane.” (1991, p. 249).

⁸⁸² Registrado no caderno de campo I, dia 13 de julho de 2000. Os nomes das famílias foram trocados por pseudônimos.

⁸⁸³ Sobre análise da relação entre políticas de conservação e moradores, conferir Herzfeld (1991).

tombamento” em 1978, várias casas foram alteradas de maneira a descaracterizar o conjunto. Duas casas situadas à Rua Moretti Foggia, antiga Rua Direita, são recorrentemente citadas⁸⁸⁴. As famílias proprietárias são tradicionais e portam prestígio social e respeito. Um dos arquitetos do IPHAN revelou que estas duas casas causam uma agressão estética, pois

a hora que você passa por aquele sobrado da Real Fazenda, que está em obras, ali na praça, você desce e encontra dois buracos, duas cáries não é? Com duas casas, entre aspas, “modernas”, recuadas não é? Você tem todo o casario encostado na calçada. Aí você encontra um jardim [das casas]. Mesmo que a pessoa não esteja preocupada, ela vê que há uma diferença, uma ruptura⁸⁸⁵. [grifo meu]

Foto: Izabela Tamaso (2001)



Da esquerda para a direita: loja de artesanato, casa com recuo frontal, loja de artesanato, casa com grade e recuo frontal e Casa da Real Fazenda.

Fabília, uma vilaboense ligada ao grupo de agentes da cultura e patrimônio local indaga sobre uma destas casas: *eu acho que se o IPHAN preocupa tanto com a estética das coisas coloniais do centro, porque que eles não pedem pra aquela casa,*

⁸⁸⁴ Não tenho informações sobre a data das alterações das duas casas à Rua Moretti Foggia; ou seja, elas podem ter sido alteradas antes do instituto do tombamento. Reitero, no entanto, que minha interpretação não está centrada na veracidade das informações dos moradores, mas antes na representação que têm da ação da instituição federal de preservação do patrimônio.

⁸⁸⁵ Entrevista concedida à autora em março de 2001.

*que é revestida com azulejos, que volte aos padrões normais*⁸⁸⁶? O inconformismo é ainda maior, pois a família proprietária de uma das casas tem laços estreitos de parentesco com um membro do corpo técnico do IPHAN. Apesar das fortes relações sociais e profissionais de Fabrícia com o grupo de agentes do patrimônio, acompanhando, pois, de perto as políticas de preservação na cidade, ela se confunde quanto ao âmbito e possibilidades de ação do IPHAN, pois que a lei não retroage. Se as casas foram descaracterizadas antes do acautelamento por parte do IPHAN, nenhuma exigência pode ser feita junto aos proprietários, sejam eles parentes ou não de algum técnico do IPHAN⁸⁸⁷.

A dificuldade, quase geral, em se entender a lógica da preservação patrimonial é expressa na reclamação de uma moradora: *faltou foi informação e falta informação pro povo da cidade*⁸⁸⁸. Que a lei não retroage, ou seja, que não se pode obrigar nenhum proprietário a alterar sua fachada, telhado, etc, cuja obra tenha sido feita antes do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico é mais ou menos compreendido por todos. Entretanto, quando um proprietário precisa realizar obras de conservação em seu imóvel — troca de madeiramento de telhados e de telhas, troca de portas e janelas danificadas, pinturas, ou reedificação de muros — muitas vezes com a urgência que as obras de conservação exigem, a fim de se evitar danos ao patrimônio privado, nem sempre ele pede autorização prévia ao IPHAN. Isto porque, na maioria das vezes, entende que, se as obras a realizar visam apenas reparar danos, de modo a manter o imóvel exatamente como estava antes, não há necessidade de autorização do IPHAN. Uma proprietária de imóvel na área tombada, membro de família tradicional, com destacado capital econômico e simbólico, contou delicada e calmamente (como pede a etiqueta para as mulheres da elite de Goiás) como a falta de informação atingiu o seu patrimônio:

Eu achei que, como o muro estava caindo, eu ia desmanchar e fazer do mesmo jeito... não achei que eu tivesse que pedir autorização para o IPHAN. Nem passou isso pela minha cabeça! O fiscal esteve aí. O pedreiro veio aqui me chamar pra eu conversar. Ele falou “ah, mas vocês não vão mexer na casa?” Eu falei “não, é só o muro”. Ele falou “ah, então não precisa”. Aí eu fui fazendo. Fiz do jeito que era. Quando já estava quase pronto, já colocando as telhas, que eram de zinco, toda a vida... desde pequena vi que eram de zinco,

⁸⁸⁶ Entrevista concedida à autora em 2003. Identidade omitida por uso de pseudônimo por opção da autora.

⁸⁸⁷ Salma Saddy Waress de Paiva considerou em entrevista ao jornal *O Estado de Goiás* que “as duas residências em questão foram edificadas antes do segundo tombamento da cidade, feito em 1978” (“Reformas de prédios em Goiás só com autorização”, Especial, 01 de agosto de 2001, p. 5),

⁸⁸⁸ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

*conheci que eram de zinco... mas aí tinha que por a colonial. Mas a estrutura que era feito o telhado não suportaria. Então tinha que desmanchar tudo de novo e fazer tudo novamente. Aí que eu entrei em negociação com ela [arquiteta] e consegui subir a frente e fazer um telhado falso assim, pra ninguém perceber nem que tem telha, nem saber que telha que é. Aí tive que fazer quase o serviço novamente.*⁸⁸⁹

Consciente da importância do patrimônio cultural da cidade, em nenhum momento ela alterou o seu tom de voz. Apenas relatou com discreta indignação que as informações não são a contento divulgadas pelo IPHAN, causando prejuízo aos patrimônios privados. Penso eu, aos coletivos também!

Em abril de 2001, aguardava por uma reunião que aconteceria na 17ª Sub-Regional do IPHAN. Estava na sala central (varanda), de onde se tem acesso a toda à movimentação dos que entram e saem. Observei quando uma senhora e um rapaz chegaram apressados e apreensivos para conversar sobre notificação e embargo das obras da casa da senhora. Colocaram telha colonial de cor branca, sendo que o permitido pelo IPHAN é a colonial vermelha. O rapaz, que era filho da senhora, alegou para a secretária, que *não tinha conhecimento* de que teria problemas com a cor da telha. Disse que não pensou em procurar pelo IPHAN, pois entendeu que era a *mesma telha*, que, no entanto, *era branca e que daqui a uns dias, com sol e chuva ela vai ficar igual as outras*. A secretária dialogou com eles calmamente, dizendo que apenas o então diretor da 17ª Sub-Regional, Wanderlei de Oliveira, poderia resolver. O rapaz disse ainda: *não fiz por mal*. A secretária lhe respondeu: *o IPHAN também não faz por mal; o IPHAN faz isso para preservar Goiás; Goiás é de todos nós*. O rapaz insistia dizendo que *não tinha conhecimento*, que é funcionário público em Goiânia e lá *não precisa pedir autorização pra mexer no telhado*. Para o que a secretária lhe respondeu que *Goiânia não é tombada!* Um pouco menos amável ele disse que o embargo da Prefeitura Municipal chegara antes da notificação do IPHAN e que sabia que a notificação teria que ter sido entregue antes do aviso de embargo. Sutilmente sugeri que a Prefeitura estaria sendo inflexível, pois antes de dialogar efetuou o embargo.

A senhora e seu filho se foram dizendo que voltariam em breve para conversar com o diretor. Eu continuei aguardando pela reunião. O rapaz e a senhora voltaram após meia hora. Vinham da prefeitura, onde alguém lhes informou da necessidade de fazerem um projeto de reforma, que deveria ser submetido e aprovado pelo IPHAN. Ele se disse preocupado, pois enquanto permanecesse o embargo, o telhado ficaria aberto com as

⁸⁸⁹ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

coisas caindo. Estavam ainda mais nervosos. A secretária lhes convidou para tomarem café e água. O telefone tocou. Era Itamar da prefeitura dizendo para que eles fossem até lá, para fazerem um requerimento abrindo processo, que ficaria pronto naquele mesmo dia. O processo iria para o IPHAN, que daria o parecer final. O rapaz alegou que *de repente poderia chover e molhar tudo lá!* Wanderlei, o diretor da 17ª Sub-Regional do IPHAN, chegou e calmamente atendeu o casal dizendo que precisaria de tempo para resolver a questão. As telhas brancas já estavam compradas e na cidade de Goiás não havia telhas vermelhas para serem trocadas. Teria que se fazer uma permuta com algum fornecedor de cidade vizinha. O casal se foi.

Sendo a casa deles caminho para a minha, ao retornar do IPHAN parei para conversar com eles. A senhora, dona Bernarda Barbosa Campos, é nascida no antigo Arraial da Barra e após anos residindo em Goiânia, adquiriu uma casa na Rua do Carmo, inserida na área tombada. O filho, Divino Barbosa Campos, argumentou que

não sabia que o telhado teria que ter as informações do IPHAN pra mexer nele. Nós sabia na estrutura da casa, o padrão, o esqueleto da casa tudo bem, mas o telhado! [...] as outras obras que nós fizemos, nós procuramos o IPHAN e foi resolvido, mas agora dessa aí, nós não tivemos informação. Inclusive várias pessoas que trabalharam no IPHAN e viram a obra, nunca deu informação pra gente. Agora, a gente foi pego de surpresa sobre essas informações ⁸⁹⁰.

Os dois estavam preocupados com a situação e revelaram que desejavam o cancelamento do embargo ao menos para darem andamento às obras do madeiramento do telhado, enquanto o diretor da 17ª Sub-Regional decidiria sobre as telhas. Divino se mostrou apreensivo dizendo que

eles informaram que teria [a telha vermelha] em Itaberaí, em Inhumas, ou pra aquele lado de lá. Mas nós não temos... o frete que nós vamos pagar, até trazer pra cá... e o desgaste! Quer dizer, automaticamente vai acontecer igual acontece em outros locais, o teto cai primeiro pra depois olhar o caso e isso nós não queria que acontecesse. Então por isso nós estamos procurando uma via melhor pra resolver mais rápido ⁸⁹¹.

Os anos de ausência da cidade — dona Bernarda, morou muitos anos em Goiânia, e o seu filho ainda mora — talvez expliquem a desinformação quanto à exigência do IPHAN pelas telhas coloniais vermelhas. O fato a se destacar é que ainda não agem os vilaboenses com base na exigência legal; qual seja: em qualquer circunstância de intervenção em imóvel da área tombada ou de entorno têm os

⁸⁹⁰ Entrevista concedida à autora em abril de 2001.

⁸⁹¹ Entrevista concedida à autora em abril de 2001. Itaberaí e Nhumas são cidades que ficam entre Goiânia e Goiás. Itaberaí mais próxima de Goiás; Nhumas mais próxima de Goiânia.

proprietários, obrigatoriamente, que procurar pelo IPHAN, para pedir prévia autorização.

Esta contenda por causa dos telhados (desconhecida por dona Bernarda e Divino) é bem conhecida de alguns moradores do *centro histórico*. Marco Antonio da Veiga de Almeida (34 anos) tem uma posição crítica com relação à postura do IPHAN e dos agentes culturais da cidade:

Mais uma vez eu discordo desse pessoal, porque a atitude deles é dois pesos e duas medidas e eu acho que não é por aí. Tem pessoas que podem colocar telha "plan", como gente da própria panela... eu uso a panela como referência, porque eles é que querem preservar, que criam caso com todo mundo. Mas só que pra eles a coisa é diferente. Tem uma pessoa de dentro da panela que tem um prédio no centro histórico e que tacou telha "plan" no prédio. E prega pra todo mundo que tem que colocar é telha colonial. Então, eu acho que tem que colocar telha colonial! Eu acho que tem que ser... só que tem que ser igual para todo mundo⁸⁹².

Nas práticas cotidianas da ação do IPHAN, algumas estratégias são também usadas por alguns funcionários da instituição para regular as intervenções em áreas localizadas fora dos polígonos que circunscrevem as áreas tombadas e de entorno. Neste caso, a estratégia não age de acordo com a lei, mas sim com um bom aproveitamento da situação de uma lei a ser votada. Caso exemplar neste sentido diz respeito à notificação que o IPHAN fez, em 2002, a um proprietário cujo bem, situado fora da área tombada e do entorno, fora notificado por realizar obras sem autorização prévia do IPHAN. A notificação indicava que o imóvel estaria inserido na área de entorno. Ao verificar legalmente qual o perímetro da área de entorno o proprietário descobriu não apenas que seu imóvel estava fora da área protegida pelo tombamento (a do entorno), como (e essa informação é mais importante) detectou que o IPHAN se equivocava na classificação dos bens sob sua tutela.

Porque estava fiscalizando e notificando obras fora de sua área legal de atuação? Uma possível resposta pode centrar-se na ação da 14ª Regional do IPHAN que já havia, desde 2000, dado entrada ao processo de “Rerratificação do Tombamento” que, estendendo a circunscrição das áreas tombada e de entorno, incluiria (após homologada a rerratificação) o imóvel notificado na área de entorno. Contudo, em 2002, quando a notificação fora feita, faltava ainda a aprovação pelo Conselho Consultivo do IPHAN e homologação do processo de “Rerratificação do Tombamento”, ou seja, ampliação da

⁸⁹² Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

área protegida ⁸⁹³. Antevendo futuras descaracterizações, de antemão aplicava a lei sobre uma área que ainda não estava sob sua jurisdição.

Não foi apenas este caso de notificação feita pelo IPHAN, que classificou equivocadamente o imóvel em relação à área de proteção. Conversava com uma funcionária na 17ª Sub-Regional, quando testemunhei a chegada de um proprietário, que tinha se negado a assinar uma notificação do IPHAN. A funcionária, uma secretária, indagou qual o motivo da recusa em assinar o documento. Ele disse que seu imóvel não estava na área tombada como indicado na notificação e sim na área de entorno. A funcionária argumentou que estava inserido na *área de extensão do tombamento*. Engenheiro civil que era, conhecedor do polígono protegido pelo IPHAN, o proprietário tirou de sua pasta um documento e comprovou que o próprio IPHAN classificava sua rua como sendo “área de entorno”. A funcionária, sem apresentar qualquer documento, insistiu que como o imóvel se encontrava na *área de expansão do tombamento* não se podia fazer as alterações que ele pretendia ⁸⁹⁴. Referia-se ela, ao processo de “Rerratificação do Tombamento”.

Posteriormente, procurei pelo proprietário que falou sobre as obras que estava efetuando — “alteração de telhado e reforma do anexo do imóvel” ⁸⁹⁵ — e sobre os obstáculos que o IPHAN impunha ao seu projeto. Contou que deu entrada ao projeto no IPHAN e que o mesmo fora indeferido. Ele deu continuidade às obras mesmo sem autorização. Foi notificado por realizar as alterações sem prévia autorização do IPHAN⁸⁹⁶. Alguns dias depois recebeu notificação de embargo extrajudicial. Com as obras embargadas recebeu a visita de duas arquitetas do IPHAN. Houve acordo com relação às obras e o embargo foi cancelado alguns dias depois. A notificação de “Suspensão [sic] de Embargo Extrajudicial” indicou o imóvel como sendo tombado, donde o proprietário ter se deslocado até o IPHAN para buscar esclarecimentos, uma vez que o mesmo se localizava na “área de entorno”.

De Certeau salientou, e isso cabe bem para análise deste caso, que enquanto as estratégias “privilegiam as relações espaciais”, as “táticas são procedimentos que valem

⁸⁹³ A Rerratificação do Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás foi aprovada pelo Conselho Consultivo em 18 de dezembro de 2003 e homologada em 23 de junho de 2004. Portaria nº 146, de 22 de junho de 2004, publicada em 23 de junho de 2004, Diário Oficial da União, Seção 1, nº 119, p. 66.

⁸⁹⁴ Registrado no caderno de notas, p. 76.

⁸⁹⁵ Suspensão [sic] de embargo extrajudicial, IPHAN, 14ª Regional, 24 de abril de 2002.

⁸⁹⁶ O texto da notificação: “Retirada da cobertura no recuo frontal do imóvel acima referido. Foi requerido em 15/02/02 a construção do acréscimo vertical deste anexo, sendo indeferido. É necessário que apresente o novo estudo, antes que se inicie a obra.” IPHAN, 17ª Sub-Regional, 8 de abril de 2002.

pela pertinência que dão ao tempo” (1994, p. 102). As “estratégias” dos burocratas da preservação patrimonial podem também ser analisadas como afirmou de Certeau

Ações, que graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros (1994, p. 102).

Os lugares — de poder, teórico e físico — se combinam na racionalidade burocrática da preservação patrimonial que se impôs aos moradores, não apenas da área tombada e de entorno, mas também aos de fora delas, numa projeção técnica, política e física de uma lei ainda não aprovada. É a este tipo de estratégias que muitos moradores respondem há anos com táticas, como as reformas relâmpagos aos finais de semana e as reformas às portas fechadas. E é este tipo de táticas empreendidas pelos moradores que o IPHAN reage, elaborando novas estratégias. Muitas das estratégias do IPHAN foram elaboradas como reação às táticas prodigiosamente criativas dos moradores da área protegida pelo IPHAN. Daí porque surgirem os embates, tensões, brigas. Também em Goiás os atores sociais teorizam

about these symbolic resources and translate their thoughts into political action. Their engagement, in others words, is far from passive. They realize their identities, not simply *within* the framework of nationalist discourse and official procedure, but — at least as much — *against* it. [...] They fight against the bureaucrats — people like themselves, and, as such, fair game for any attempt to divert them from strictly legal procedure. Fighting to redefine ones’s history, especially when it also happens to be one’s physical home, is an appropriate response to bureaucratic procrastination and obstinacy (Herzfeld, 1991, p. xiv)

Um dos proprietários fez uma representação junto à Procuradoria da República (por este e outros motivos a serem tratados no próximo capítulo) e um “Procedimento Administrativo” fora instalado ⁸⁹⁷. Ao fim de uma das etapas da decisão, o Procurador avaliou como “questionáveis as notificações de fls. 25 e 26, endereçadas pelo IPHAN ao senhor Leonardo de Barros Barreto, proprietário da Escola ‘Asas da Liberdade’, situada à Rua Hugo Ramos [sic]⁸⁹⁸, nº. 29, sob alegação de irregularidade da ‘troca de telhado e demolição de parte do imóvel sem prévia autorização do IPHAN’” ⁸⁹⁹. Finaliza o relatório nos seguintes termos:

⁸⁹⁷ Processo Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81.

⁸⁹⁸ O nome correto é Rua Hugo Ramos.

⁸⁹⁹ Idem. Relatório Parcial, p. 7.

Em verdade, dito imóvel encontra-se posicionado fora da área urbana inicialmente protegida pelo tombamento, em nível federal, realizado pelo IPHAN, em 1978.

O novo desenho da poligonal urbana a ser submetida à proteção pelo tombamento, resultado da atualização do Inventário do Núcleo Histórico da Cidade de Goiás, ainda não se concretizou (fl. 165, n. 5 e documentos de fls. 204/210).

Em razão disso, determino a expedição de recomendação à 14ª SR / IPHAN, para que a 17ª Sub Regional, com sede em Goiás/GO, observe, na sua ação fiscalizadora, os estritos limites do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás definidos quando do seu tombamento original em 1978, até que ato administrativo posterior, devidamente publicado, concretize a pretendida ampliação da área, nos novos limites da poligonal resultante da atualização do Inventário do Núcleo Histórico daquela cidade⁹⁰⁰ [grifos meus]

Nos dois casos da notificação equivocada — um tratou como situado na área de entorno um imóvel localizado fora da área de proteção do IPHAN; o outro, tratou um imóvel da área de entorno como estando inserido na área tombada — os proprietários eram membros de famílias tradicionais, seculares na cidade, com antepassados importantes na área musical, política, econômica e jurídica. A reação de não subordinação de ambos às ações praticadas pelo IPHAN, sem amparo legal, é efeito do capital simbólico e econômico das famílias envolvidas.

Uma proprietária de casa situada na área tombada revela suas representações sobre as estratégias do IPHAN e do grupo de agentes do patrimônio em relação ao casario:

*[...] quando ce mexe na casa, quando ce mexe num teiado, quando ce mexe numa estrutura da casa, ai corre feito um exame em cima da gente. Aliás, comigo não aconteceu isso. Eu arrumei minha casa, não houve essa coisa, porque eu também num modifiquei nada, sabe? Eu conservei tudo, essa frente tudinho aqui. Só que eu pinteí fora do estilo deles ai, mas eles não mexeram comigo. Teiado, quando eu fui mexer no teiado eu pus teia que coisa, num mexi com teia diferente, mas eu tava aguardando eles vim. Eu tenho um pouquinho de receio desse povo e tenho vontade de pegar eles, sabe? Porque eles ficam mexendo com todo mundo, o povo mexeu qualquer coisa eles vêm. Mas a hora que precisa qualquer coisa mesmo, eles num tão nem ai*⁹⁰¹. [grifos meus]

Como bem asseverou Herzfeld (1991), a administração oficial de espaço habitado está sujeita às irreverentes e indisciplinadas interpretações por parte de seus habitantes. Ressalta, contudo, que

⁹⁰⁰ Idem Relatório Parcial, p.7-8.

⁹⁰¹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002. Identidade omitida por opção da autora.

We should also recognize that most bureaucrats are neither the heartless lackeys nor the choiceless victims of some generic teleology — the state, posmodern hegemony, colonialism. They, too, are situated actors struggling to bend partly recalcitrant boundaries. While their assigned tasks is to reinforce the monumentalization of official time, through acts of commemoration on the one hand and through their insistence on the eternal validity of law on the other, in practice they must confront an enormous array of decisions to make and risks to be taken (p. 13-14).

Incontáveis devem ter sido os conflitos entre os burocratas da preservação patrimonial (sem desconsiderar que nesta categoria estão os técnicos que, na maior parte das vezes, trabalham com competência, dedicação e responsabilidade) os agentes locais do patrimônio e os moradores do *centro histórico*; para além daqueles que tomei conhecimento. Difícil aferir numericamente, pois mesmo se tivesse tido acesso total aos arquivos do IPHAN, os dados registrados certamente não dariam conta da complexidade das “práticas” cotidianas nas áreas tombada e de entorno. Não importam as estatísticas das contendas ⁹⁰²! Importa a comprovada e recorrente dificuldade em se subordinar o privado ao público.

O fato de que os vilaboenses tradicionais tenham aceitado a patrimonialização da sua história, fez com que, ao menos aparentemente, o obstáculo da resistência ao tombamento tenha sido superado, pois os moradores, levados que foram pela “onda universalizante da UNESCO” (Tamaso, 2002, p. 47), vêm pintando a fachadas de suas casas, retirando os alpendres, trocando vitrôs por janelas de madeiras, para restituir-lhes o estilo colonial original. Em resumo, têm garantido às suas casas de família, familiaridade e harmonia para com o conjunto e a vizinhança. Afinal de contas, *Goiás é uma só família!* ⁹⁰³ O moderno passa a ser espontaneamente o antigo; o progresso consiste na continuidade falseada das fachadas e o desenvolvimento se faz em nome da história. Foi-se o sonho por *um vitrô, um alpendre*. Que sonho sonham eles agora?

⁹⁰² Análise quantitativa sobre demanda por intervenções pode ser encontrada em Martins (2003).

⁹⁰³ Expressão comum usada para se referir ao fato de que as famílias têm relação de parentesco umas com as outras.

8.4. A casa valorizada, a liminaridade globalizada

Nos breves *surveys* que fiz em 2000, notei um número importante de imóveis em obras. Mais significativo é que as obras eram, na sua maioria, de alteração de fachada na direção do estilo colonial original da cidade⁹⁰⁴. Inoportuno seria listar cada um dos imóveis que presenciei sendo alterados. Bares com portas de ferro ganharam portas de madeira, janelas com materiais metálicos foram substituídas por madeira, paredes cinzas, entristecidas se tornaram alegres e iluminadas pela variedade de cores (fossem indevidas ou não as opções quanto às tonalidades), que pela primeira vez espalhou-se pelo casario de Goiás em avalanches de tinta. Algumas fotos serão suficientemente ilustrativas das inúmeras casas em obras.

Retirada de alpendre à Rua Moretti Foggia



Foto: Izabela Tamaso (2001)

Retirada de esquadria metálica no Largo do Rosário



Foto: Izabela Tamaso (2001)

⁹⁰⁴ Tal percepção foi comprovada pelos dados de Martins (2003), conforme já apresentado.

Retirada das portas metálicas no Largo do Coreto



Foto: Izabela Tamaso (2001)

Caso paradigmático é o do senhor, de família tradicional, que passou pelo constrangimento de ser intimado para depor sobre alterações que fizera em sua residência sem prévia aprovação do IPHAN. Ele dizia em tom de veras alterado *eles me levaram na polícia*⁹⁰⁵. À época, em sua residência foram trocadas as janelas de madeira por vitrôs, além da construção de um alpendre e uma garagem. Pouco tempo depois de narrar com certa fúria este fato, o mesmo proprietário decidiu reformar sua casa recolocando as janelas coloniais e retirando os vitrôs. Manteve o alpendre — ponto de encontro de vizinhos, parentes e amigos em dias encalorados e noites enluaradas e musicais — e a garagem, peça importante no casario do século XXI.

Salma Saddi Wares de Paiva, então diretora da 17ª Sub Regional atestou a transformação no comportamento dos moradores quanto às obras de intervenção em suas propriedades ressaltando que *dificilmente, as pessoas agem de má fé, hoje em dia. A gente percebe que de três, quatro anos para cá a coisa mudou muito. As pessoas faziam obra de final de semana, para não ter que passar por aqui; tentavam fazer escondido. Hoje em dia a gente não tem essa dificuldade*⁹⁰⁶ [grifo meu].

Um dos principais responsáveis pelo *Dossiê*, o arquiteto aposentado do IPHAN Marco Antonio Galvão relata seu espanto e satisfação pela transformação na postura dos proprietários vilaboenses entre os períodos da criação do Escritório Técnico na cidade em 1983 e a candidatura do título em 1999/2000: “é uma mudança significativa, vamos dizer de oitenta e poucos, quando eu vim aqui já a trabalho, [...] vinte anos depois eu

⁹⁰⁵ Registrado no caderno de campo II, em agosto de 2001.

⁹⁰⁶ Entrevista concedida à autora em julho de 2000.

acho que foi uma mudança brutal no bom sentido; positiva”⁹⁰⁷. Ele ressalta que antigamente

as pessoas queriam demolir as casas, seus beirais, seus telhados coloniais, suas portas enormes, com aquele corredor central, para fazer uma casa moderna, com platibanda, com vitrô de alumínio, etc. Hoje essas pessoas se sentem até envergonhadas. Isso eu comecei a perceber agora... a questão do patrimônio mundial... as pessoas estão procurando o IPHAN para retirar as esquadrias de *metalom*, de alumínio. As pessoas que têm casas modernas parece que ficaram envergonhadas, quando antes isso era uma questão de status. Então isso aí é importante, houve uma mudança de raciocínio, de pensamento⁹⁰⁸. [grifo meu]

Houve muito mais do que uma mudança, ouve uma inversão, que o próprio Marco Antonio classifica como sendo “da água para o vinho”⁹⁰⁹. A casa tombada pelo IPHAN, reconhecida em 1978, como patrimônio nacional, foi motivo de muitos dissabores, amarguras e frustrações, para grande parte dos proprietários, que ainda brigavam por autonomia sobre seus próprios bens.

Já no fim do século XX, com a iminente possibilidade de serem reconhecidos pela UNESCO como patrimônio mundial, sem que com isso novamente tivessem que arcar com qualquer ônus — como aqueles previstos na legislação civil e penal para o acautelamento dos bens materiais tombados, pois as maiores restrições já estavam postas pelo Decreto-lei 25/37 do SPHAN⁹¹⁰ e desta não mais estariam livres — os moradores inverteram as suas opiniões, bem como as suas fachadas. Seria o momento de se restituírem das perdas?

Segundo Holston (1993) a “função da fachada sobre a rua é complexa”, pois com “uma divisão seletivamente porosa”, se constitui em “uma zona liminar de troca entre os domínios que separa” (p. 125). Observa o autor que “nosso fascínio pela liminaridade” das fachadas reside no fato de que “seus lugares de passagem são em geral destinados a atrair a atenção do público” (Idem, ibidem). Assim, “as aberturas se fazem ressaltar por meio dos ornamentos como vigas trabalhadas, entalhamentos, esquadrias, e balaustradas; pelas placas comerciais; e pelos brasões de armas e outros emblemas que proclamem o status da família para o público” (Idem, ibidem).

⁹⁰⁷ Entrevista concedida à autora em março de 2001.

⁹⁰⁸ Entrevista concedida à autora em março de 2001.

⁹⁰⁹ Entrevista concedida à autora em março de 2001.

⁹¹⁰ O Decreto-lei 25, de 15 de novembro de 1937, é a “primeira norma jurídica que dispõe, objetivamente, acerca da limitação administrativa aos direito de propriedade” (Castro, 1991). É o instrumento legal de preservação do patrimônio nacional.

O status da família não residia mais nos alpendres e vitrôs, mas nas venezianas, folhas cegas, janelas de guilhotinas e portas de madeira; nas cores das vergas, portais, portas, janelas e paredes. Foi assim que grande parte das fachadas — paredes exteriores do domínio privado, de um lado; e de outro, paredes interiores do âmbito público (Holston, 1993, p. 125) — entraram para o século XXI.

Do moderno para o antigo, do local para o mundial, as fachadas de Goiás foram pouco a pouco sendo conformadas ao padrão próprio para o consumo visual global. Falso histórico? Pastiche? Seja lá o que for, o enquadramento das fachadas é revelador de que a categoria *patrimônio mundial* assumiu significativa importância e desencadeou impacto tão logo fora sendo apropriada. Ao fim de três anos de um processo que incluiu intervenções para requalificação urbana, divulgação e convencimento junto à população dos benefícios do título, entrega do *Dossiê* a UNESCO e espera pelos resultados — de 1999 a 2001 —, o título foi conquistado e surpreendeu pelo poder de convencimento que tem a ideologia da conservação patrimonial mundial!

Teriam aceitado os vilaboenses tradicionais que sua tradição ainda preservada fosse “mercadificada e comercializada como tal”, em função de que poderia ser “vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche” (Harvey, 1989, p. 273)? Segundo Harvey, o pastiche se constitui em “comunidades de imitação construídas para evocar imagens de algum passado agradável” (p. 273). Fruto das sociedades pós-modernas, o pastiche para Jameson assim “como a paródia, é o imitar de um estilo único, peculiar ou idiossincrático, é o colocar de uma máscara lingüística, é falar em uma linguagem morta” (1996, p. 44). Lembra Jameson que “essa situação determina o que os historiadores da arquitetura chamaram de ‘historicismo’, a saber, canibalização aleatória de todos os estilos do passado, o jogo aleatório de alusões estilísticas” (p. 45). Esta “abordagem do presente através do ‘pastiche do passado estereotípico’, processo de imitação que para alguns desnatura a identidade dos objetos (casario), empresta segundo Jameson (1996) à realidade ao presente, e à abertura da história presente, o encontro e a distância de uma miragem reluzente” (p. 48).

A pesquisa de Martins analisou as solicitações de obras para fechamento dos “vãos semi-abertos”, os chamados alpendres, que conforme já foi apresentado, surgiram a partir da década de 60. A autora indica que os proprietários justificaram o retorno ao estilo original com base na idéia de privacidade, uma vez que os alpendres “eram um alvo fácil para ‘invasões’ do espaço doméstico” (2004, p. 113). Também em minha pesquisa pude notar que os moradores, que alteraram suas fachadas retirando os

alpendres, em geral justificaram a reforma por razões práticas relativas à privacidade e segurança da família ⁹¹¹.

Penso, entretanto, que não podemos desconsiderar o fato de que grande parte destas obras se realizou apenas após o início da candidatura ao título de patrimônio mundial. Creio que razões simbólicas contribuíram sobremaneira para com as decisões por intervenções deste tipo. Some-se a isto, o fato de que ao justificarem como uma escolha pela melhoria da privacidade e segurança da família, o que fazem os proprietários é reforçar que a escolha, pela retirada dos alpendres, se baseia em um benefício privado e não público. Novamente entendo que a “antinomia entre domínio e posse” (Tamaso, 2002) orienta as respostas dos proprietários de bens patrimoniais; pois que assim não têm que admitir sua sujeição ao padrão estético estabelecido pelo Estado-nação em suas próprias propriedades.

Do ponto de vista local, a casa vilaboense tradicional começou a ser valorizada no ano de 2001, no auge da candidatura ao título. Ser “patrimônio mundial”, apenas um título honorífico, além de ampliar ao extremo a escala de valorização, não traria ônus; ao menos não em princípio. Assim foi que a paisagem urbana de Goiás começou a ser alterada, primeiramente para ser reconhecida (durante a candidatura) como patrimônio mundial; e num segundo momento, para honrar o reconhecimento oficializado internacionalmente; participando assim do processo histórico que foi a candidatura e inclusão da cidade na lista dos “Patrimônios Mundiais”. Paradoxal, não? A mudança das fachadas visava tão apenas a continuidade do valor patrimonial nacional e mundial e vice versa. Mudança e continuidade estiveram conduzindo às práticas e estratégias vilaboenses sobre o passado.

Mas se os moradores valorizavam as suas casas reposicionando-as na ordem simbólica das fachadas coloniais, outros também as valorizaram. A idéia de que o *patrimônio mundial* não traria ônus não se confirmou. Antes mesmo do encerramento do ano de 2001, a Prefeitura Municipal lançou os valores para pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Os valores subiram mais de 100% e, em alguns

⁹¹¹ Para Sahlins, uma vez que o “valor funcional”, dado pela razão prática, “é sempre relativo a um esquema cultural, nenhuma explicação funcional” ou utilitarista “é por si só suficiente”. Sendo a ordem cultural constituída, além da consideração dos bens materiais no contexto das relações pessoais, por um sistema significativo, Sahlins propõe que é, então, “todo esse sistema significativo que define a funcionalidade da ordem cultural” (1979: 227). A “razão simbólica”, ao contrário, “toma como qualidade distintiva do homem não o fato de que ele deve viver num mundo material, circunstância que compartilha com todos os organismos, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema significativo criado por si próprio, qualidade pela qual a humanidade é única” (1979: 9).

casos, até 300%, inclusive para as propriedades localizadas na área de entorno. Observe-se meu diálogo com morador da Rua Santa Bárbara:

O que o senhor acha da cidade ser patrimônio?

Ah sei lá... parece que é meio bão, de repente parece que num é nada. Sei não. O trem encareceu demais da conta.

Que tipo de coisa?

Ah... por exemplo, alimento.

O IPTU também?

*Demais da conta! Ce vê o meu aqui o ano passado eu paguei setenta real, essa ano veio trezentos! Tá louco! É um absurdo!*⁹¹²

O debate sobre os valores do imposto tomou conta do *centro histórico*. Muitos moradores foram até a prefeitura e lá foram informados que *a cidade agora é patrimônio mundial*. Começavam a arcar com algum ônus.

As esperanças depositadas em cada lata de tinta, cada pincelada, cada beiral, portal, ou verga recuperados, foi interrompida pela enchente de 31 de dezembro de 2001. Uma parte do casario foi destruída ⁹¹³. Segundo o arquiteto Fernando Madeira, 81 edificações residenciais e comerciais da área tombada foram danificadas ⁹¹⁴. Os danos foram classificados pelo IPHAN em perda total, grave (ou severa), média e leve ⁹¹⁵.

Tendo recém conquistado o título de patrimônio mundial, há exatos dezoito dias, os moradores da cidade de Goiás puderam saber de que vale o título honorífico de “patrimônio mundial”. E o souberam muito rápido e sob um grande impacto. UNESCO, IPHAN, MINC e muitas outras empresas estatais e privadas apresentaram a disponibilidade de verbas para recuperação da cidade: pontes, ruas, becos, monumentos, museu e imóveis residenciais e comerciais⁹¹⁶. Além disso, serenata, exposições e shows

⁹¹² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁹¹³ Segundo laudo da Defesa Civil de Goiás o “nível de intensidade do desastre” foi considerado o mais alto indicado por “muito grande”. Quanto aos critérios que agravaram o desastre a Defesa Civil aponta como “muito importantes” o “despreparo da defesa civil local”, o “grau de vulnerabilidade do cenário”, o “grau de vulnerabilidade da comunidade”. Atestou ainda que o padrão evolutivo do desastre foi “súbito e imprevisível”. Laudo da Defesa Civil do Estado de Goiás, 2002.

⁹¹⁴ Silvana Monteiro, “Unesco vai conhecer a situação de Goiás dia 16”, *O Popular*, Goiânia, 11 de janeiro de 2002, p. 4B. Segundo a Defesa Civil o número total é de 119 edificações entre a Carioca e o Matadouro (Laudo da Defesa Civil de Goiás), sendo que destas, 75 casas residenciais, das quais 23 foram completamente destruídas, 25 estabelecimentos comerciais, três prédios públicos, uma entidade filantrópica e um museu. Adriana Chaves e Leila Suwvan, “Prejuízo com as chuvas pode ser de R\$ 10,9 mi”, *Folha de São Paulo*, 4 de janeiro de 2002, p. C3.

⁹¹⁵ Aline Leonardo e Cileide Alves, “Prejuízos em Goiás podem passar dos R\$ 25 milhões”, *O Popular*, Goiânia, 3 de janeiro de 2002, p. 6B; Cristiano Leobas, “Trabalho minucioso recupera patrimônio”, *O Popular*, Goiânia, 6. de janeiro de 2002, p. 5B.

⁹¹⁶ Cileide Alves, “FHC promete reconstruir cidade de Goiás ‘para melhor’”, *O Popular*, Goiânia, 4 de janeiro de 2002, p. 6B; Marcus Vinicius, “Renasce a cidade-patrimônio, Fernando Henrique Cardoso

foram realizados para arrecadarem verba para a cidade⁹¹⁷. Tudo seria recuperado rapidamente. E de fato o foi.

Este período, no qual uma parte da cidade viveu em obras, foi marcado por algumas transformações: a aparência de desordem, dada pela lama, entulhos e ruínas de pontes e casas, no que antes estava impecavelmente cuidado para UNESCO ver; a chegada e trânsito de muitos profissionais de Goiânia, Brasília e outras cidades, interferindo na rotina de Goiás; o som das máquinas trabalhando desde muito cedo irrompendo o silêncio da cidade colonial; a intensificação de reuniões para tomada de decisão sobre verbas e hierarquia das prioridades quanto à recuperação dos imóveis. No que tange ao patrimônio privado, a casa valorizada como patrimônio mundial, interessa-me analisar a representação sobre a recuperação do casario abalado pela enchente.

As reuniões foram incontáveis e envolviam técnicos do IPHAN, representantes do Executivo e Legislativo da cidade, membros do clero, pastores pentecostais, membros da Associação das Vítimas da Enchente (imediatamente criada), membros da comunidade, agentes locais do patrimônio e representantes do Governo do Estado de Goiás. Dentre outros assuntos prementes, algumas reuniões deliberaram sobre a seleção e ordem das casas a receberem auxílio financeiro e técnico. Simultaneamente às reuniões, uma equipe do IPHAN e AGEPEL percorria as casas fazendo levantamento dos prejuízos materiais, avaliando tecnicamente em que nível se enquadrariam as perdas: total, grave, média ou leve. Também a Defesa Civil realizava levantamento dos danos materiais.

Segundo Relatório Final do IPHAN, 07 imóveis sofreram perda total, 16 tiveram danos graves; 15 casas tiveram perdas médias e 43 perdas leves. Escolheram-se as casas e a ordem de prioridade para aplicação de recursos. Onze casas foram recuperadas pelo Fundo da UNESCO. Outras 15 foram recuperadas com verba do Monumenta/BID e governo do Estado. Detalhes sobre o Programa Monumenta serão dados no próximo capítulo.

Ao irem sendo recuperadas dos danos causados pela enchente, as casas foram também sendo “recuperadas” das suas aquisições indevidas, do ponto de vista da lógica

anuncia R\$ 2 milhões para reconstrução de Goiás”, *Diário da Manhã*, Goiânia, 4 de janeiro de 2002, p. 3; Maria José Braga, “Prefeito de Goiás vai a Brasília buscar recursos”, *O Popular*, Goiânia, 10 de janeiro de 2002, p. 4B; Jorge Wertheim, “A Unesco e o compromisso com Goiás”, *O Popular*, Goiânia, 10 de janeiro de 2002, p. 10.

⁹¹⁷ Carla de Oliveira, “Música e arquitetura para reconstruir Goiás”, *O Popular*, Goiânia, 5 de janeiro de 2002, p. 3. “Show para Vila Boa leva mil pessoas ao Teatro Rio Vermelho”, *O Popular*, Goiânia, 19 de janeiro de 2002, p. 3; “Enchente: ajuda a Vila Boa”, *O Popular*, Goiânia, 25 de julho de 2002, p. 4.

da conservação patrimonial. A chefe da divisão técnica da 14ª Superintendência Regional alegou que a “restauração buscou a harmonia do casario e o resgate das características mais próximas da realidade do período colonial”⁹¹⁸. A “espessura do tempo” (Jeudy, 2006) foi anulada pelas obras de recuperação. Jadeir de Figueiredo Segurado (65 anos), sabendo que sua casa já tinha sido selecionada dentre as dez primeiras a serem recuperadas, revelou estar ciente de que

*eles vão voltar com o estilo antigo, eu não importo, porque eles iriam fazer no estilo que ela era de antigamente. Mas desde quando eu comprei a casa, ela era nesse estilo... tem 45 anos que eu moro aqui. Ela já tinha... ninguém estava pensando ainda em patrimônio, né? Agora eu acho certo, porque a gente está bem aqui no centro da cidade onde a cidade é patrimônio, então eu concordo com eles pra eles voltarem a fachada no que era*⁹¹⁹.

As casas, como a de dona Jadeir, que tinham alpendres e vitrôs receberam uma nova fachada, ou melhor, uma falsa antiga fachada. Segundo Jeudy (2006) a “restauração inverte o sentido do movimento intrínseco do destino de qualquer monumento que sobrevive a partir de sua própria transformação ao longo do tempo” (p. 87). Jeudy se fundamenta nas duras críticas de John Ruskin ao restauro, para afirmar que “restaurar uma construção é conservá-la tal como era antes, quando, na verdade, o que se está fazendo é a operação contrária, isto é, desnaturá-la ao idealizar sua imutabilidade temporal” (p. 87)⁹²⁰.

Moradores da cidade tradicional apoiaram, de maneira geral, o retorno das fachadas ao colonial, entendendo que assim o conjunto paisagístico formado pelas ruas, calçamento, igrejas, pontes e lampiões ficaria mais harmonioso. Muito embora tenham aceitado o pastiche destas fachadas, muitos vilaboenses discordaram sobre um ponto especificamente. As janelas de madeira que substituíram os vitrôs são pequenas se comparadas às janelas originais. A infância, mocidade, maturidade e velhice, acumuladas, sobrepostas dá-lhes profundidade temporal para se lembrarem com detalhes do conjunto do casario de suas ruas, onde, provavelmente, residirão até o fim. Além disso, é comum que tenham fotografias de eventos e brincadeiras nas ruas. As fotografias foram então consultadas a fim de apontar a diferença entre o que era e o que estava se fazendo. Alegavam sobre quais seriam os motivos de não observarem, os técnicos, as fotografias antigas? Porque erraram tanto nas dimensões e altura de

⁹¹⁸ Rosane Rodrigues da Cunha, “Restauração deve terminar hoje: IPHAN estranha possibilidade de embargo as recuperação de casas, anunciada pela prefeitura”, *O Popular On Line*, Available from: <<http://www2.opopular.com.br/cidades/13.asp>> Access on: 12.12.2002.

⁹¹⁹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁹²⁰ Conferir debates sobre teorias da conservação e restauro em Choay (2001).

colocação de portas e janelas? Reclamaram especialmente das janelas que ficaram pequenas demais, baixas ou altas demais, uniformizadas demais.

Foi este o período em que Prefeitura Municipal e IPHAN, até então em relativa harmonia, começaram a discordar publicamente e muitas vezes, de maneira ostensiva. O ponto de discórdia eram os projetos de restauros e recuperação. O IPHAN e o Ministério Público haviam embargado as obras da Ponte do Carmo e da Avenida Rio Vermelho, projetos que segundo estes órgãos feriam o tombamento. Em resposta, a Prefeitura Municipal ameaçou embargar as obras de recuperação do casario, por entender que estariam *maquiando as construções de estilo colonial*. Marco Antonio da Veiga de Almeida (34 anos), Secretário de Cultura do Município de Goiás, criticou principalmente que *em algumas casas, os vitrôs foram substituídos por janelas pequenas e as fachadas sofreram alterações*. Alegou ainda que *o IPHAN não apresentou os projetos das obras para a prefeitura, e por isso, foi notificado*⁹²¹. A “antinomia entre domínio e posse” também aqui começava a ser desvelada: o Município se ressentindo de perda do domínio sobre a área urbana que também administra.

A Rua do Carmo — onde um conjunto de casas descaracterizadas (com alpendres e vitrôs) foi significativamente impactado pela enchente — é o lugar onde melhor se pode observar a imposição da anulação da “espessura do tempo”, pelo trabalho de produção de uma “equivalência estética da cidade, de sua história, de seus estratos orgânicos, e induzir uma convergência de olhares na direção de um único ponto de vista indiferenciado” (Jeudy, 2005, p. 87-88). Três casas tiveram os alpendres retirados e várias casas em seqüência receberam janelas e portas do mesmo tamanho e na mesma altura, isto é, altura proporcional ao declive na rua.

Nas obras de recuperação de uma das casas à Rua do Carmo efetuou-se a troca de esquadrias e portas metálicas por madeiras, com apoio técnico da 17ª Sub-Regional do IPHAN. Trocou-se um grande *vitro* por duas janelas. Contudo, as janelas foram fixadas altas demais, de maneira que a proprietária tinha que subir em um banquinho para observar a rua. Ela então procurou pela arquiteta responsável pela 17ª Sub-Regional do IPHAN, informando-a sobre o problema. A solução foi baixar cerca de vinte centímetros, conforme mostra foto abaixo.

⁹²¹ Tiago Faria, “Reconstrução ameaçada”, *Correio Braziliense*, 28 de novembro de 2002, p. 17.

No entanto, o rebaixamento das janelas não resolveu inteiramente o problema, pois conforme relata dona Zilda Eugenia de Araújo: *Até hoje ainda ficou alta. Não dá pra mim enxergar lá assim... se você vê umas pessoas... qualquer novidade que desce assim, ou sobe não dá pra ver. É só na frente né. Ficou alta! Mas, ta bom!*⁹²²

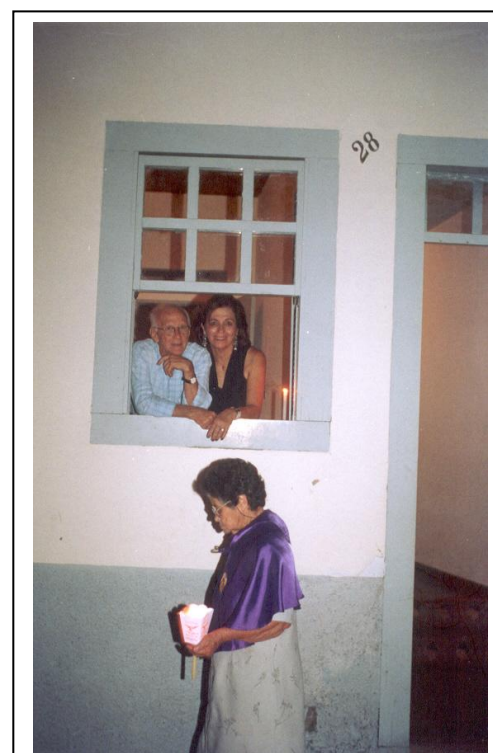
Não pôde o IPHAN baixar ainda mais as janelas, pois caso o fizesse teria que trocar o tamanho da porta, também recém colocada, a fim de garantir a proporção entre altura de portas e janelas. Dona Zilda perdeu a perspectiva da rua, ficando limitada ao ângulo frontal, *mas, ta bom*⁹²³.

Alguém poderá alegar baixa estatura de dona Zilda. Ocorre que o casario de Goiás apresenta uma determinada proporção de janelas e portas. Observem-se pessoas em várias outras janelas (maiores e menores) do casario de Goiás e note-se a proporção entre os corpos e as janelas. Observe-se ainda a altura da janela em relação ao piso interno (marcada com grifo preto) de uma outra casa, situada à Rua do Carmo (página 443)



Casa de dona Zilda: baixando as janelas e porta.

Foto: Izabela Tamasso (2002)

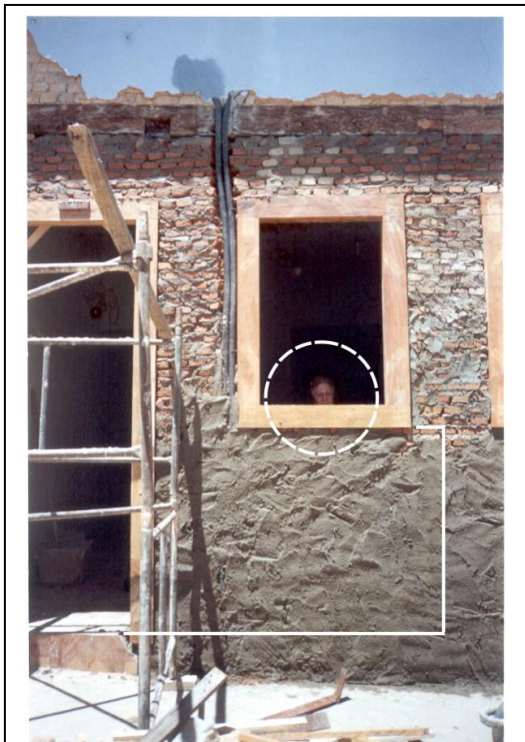


Residência de Olema Brom Jubé e Aloísio C. R. Jubé à Rua do Carmo.

Foto: Izabela Tamasso (2002)

⁹²² Entrevista concedida à autora em junho de 2002.

⁹²³ A residência de dona Zilda, mesmo antes da enchente, havia tido a fachada abalada pela edificação vizinha, que em abandono acabou por abrir trincas comprometendo a sua fachada. A propósito da recuperação da estrutura procedeu-se ao retorno do estilo original da fachada.



Dona Zilda à janela
Foto: Izabela Tamaso (2002)



Residência de Dona Eli Coelho
e seu Héber R. Rezende à Rua
Sem. Eugênio Jardim.
Foto: Izabela Tamaso (2002)



Casa à Rua do Carmo

Foto: Izabela Tamaso (2002)

É Bourdieu quem nos auxilia a interpretar a submissão de alguns dos moradores às arbitrariedades das decisões técnicas do IPHAN, pois que a

linguagem de autoridade governa sob a condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa, ou seja, graças à assistência dos mecanismos sociais capazes de produzir tal cumplicidade, fundada por sua vez no desconhecimento, que constitui o princípio de toda e qualquer autoridade” (1996, p. 91).

Em outra casa à Rua do Carmo o equívoco foi contrário, pois ao ser recuperada após a enchente, a casa de dona Bernarda Barbosa Campos ficou baixa, impossibilitando o debruçar à janela para observar a rua.

Uma antiga moradora da Rua do Carmo, entristecida, revelou que após a recuperação as casas ficaram parecendo casas populares, todas iguais. Para Jeudy, “os prédios com fachadas padronizadas são então comparáveis às fileiras de soldados em estado de prontidão” (2005, p. 86). Não resguardaram os técnicos a singularidade de cada fachada, que paradoxalmente, por meio da diferença nas dimensões, atribui regularidade ao conjunto. Como “atos de destruição”, no sentido de Jeudy (2006), as ações de recuperação e restauros criaram, como bem interpretou o senso comum dos vilaboenses, uma “unidade fictícia” da cidade (p. 87).

Um técnico do IPHAN afirma ser “evidente que em janela de madeira sempre foi utilizada certas dimensões, principalmente certas proporções, mais do que a dimensão final... a proporção entre largura e altura, que sempre foi muito bonito” ⁹²⁴. Também um arquiteto com experiência em bens patrimoniais, inclusive na cidade de Goiás, tem “uma série de críticas com relação a isso” ⁹²⁵, se referindo à recuperação do casario após a enchente. Considerando as obras de recuperação do casario da Rua do Carmo ele avalia que “foi uma coisa errada”, argumentando que “já que era pra fazer esse tipo de coisa, que se fizesse obedecendo às fotografias. Em princípio, eu acho que não deveria ter sido feito. Se a casa foi descaracterizada, então que preservasse a descaracterização sem permitir que fosse ampliada a descaracterização” ⁹²⁶.

Outro lugar foi também motivo de crítica do arquiteto: a Rua Benjamin Constant que fica às margens do Córrego Manuel Gomes, próxima à Prefeitura Municipal (Mapa 7 – página 160):

Atrás da Prefeitura tinha uma série de casas minúsculas de porta e janela que caíram com a chuva e aí fizeram uma construção só, de fora a fora. Então,

⁹²⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁹²⁵ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁹²⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

porta e janela, porta e janela e janela, porta e janela, mas uma coisa só! Você olha, é um telhado só, a volumetria está alterada... não tem nada a ver! É uma encenação horrorosa!⁹²⁷

A casa de Jaime Sócrates do Nascimento situada à Avenida Dom Prudêncio, às margens do Rio Vermelho, também foi motivo de crítica do arquiteto: “a casa do Jaime tinha que ser preservada do jeito que ela era porque ela foi construída daquele jeito”. Lembra-se que a “casa do Jaime não era aquilo que está lá hoje! Ela é uma casa eclética de nascimento! O que fizeram com a casa do Jaime foi muito mais pastiche do que o que fizeram na Rua do Carmo”⁹²⁸!

A casa de seu Jaime foi motivo de crítica não apenas do arquiteto, mas também do Secretário de Cultura e Turismo da cidade, Marco Antonio Veiga de Almeida, que juntamente com a Prefeitura Municipal, chegou a estudar a possibilidade de embargo. Alegava “que a restauração deveria manter as características da última reforma feita na casa na metade do século passado”⁹²⁹. Ele discordava da substituição dos elementos novos, que não “resgatam os que eram usados no período colonial”⁹³⁰. Salma Saddi Wares de Paiva, Superintendente da 14ª Regional do IPHAN discordou alegando que “a restauração deve recuperar as características originais e o centro histórico de Goiás não nasceu na década de 50”⁹³¹.

Prevalece, como afirmou Jeudy (2005), o “engodo de uma atualização do que se guarda e se transmite”, de maneira que as “diferenças temporais entre passado, presente e futuro são aniquiladas graças ao simulacro dessa atualização” (p. 16). É assim que a “lógica da conservação patrimonial exclui o acidente de transmissão” e “como se fosse uma peça faltando em uma coleção, o que foi esquecido [as fachadas coloniais], pode ser descoberto a qualquer momento, para entrar de imediato em procedimento de conservação patrimonial” (2005, p. 16).

Enquanto o casario, especialmente as fachadas, além dos monumentos, museu, pontes e ruas recebiam a atenção dos órgãos governamentais, não governamentais e empresas privadas, a lamentação por outras perdas raramente encontrava eco.

⁹²⁷ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁹²⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁹²⁹ Rosane Rodrigues da Cunha, “Restauração deve terminar hoje: IPHAN estranha possibilidade de embargo as recuperação de casas, anunciada pela prefeitura”, *O Popular On Line*, Available from: <<http://www2.opopular.com.br/cidades/13.asp>> Access on: 12.12.2002.

⁹³⁰ Idem.

⁹³¹ Idem.

8.5. Patrimônios e relíquias que o Rio Vermelho levou...

A enchente do dia 31 de dezembro foi a segunda pior enchente da história da cidade⁹³², destruindo casas, pontes e signos identitários. Foram muitos os prejuízos: a Cruz do Anhanguera *rodou*, a chamada *Beira rio* ficou completamente destruída: várias pontes, o Museu Casa de Cora Coralina, muitas residências e comércios. A mídia dava destaque aos patrimônios públicos e coletivos como a Cruz do Anhanguera e ao Museu Casa de Cora Coralina.

Enquanto isso, vozes locais iam narrando, sem muita audição, prejuízos causados nos patrimônios pessoais, familiares e afetivos: objetos, relíquias, fotografias, documentos. Narrativas que se destacam por dois tipos de relatos: (1) aqueles que contam sobre a providência divina que foi o fato de as imagens dos santos não terem sido levadas pela força das águas; (2) e aqueles que relatam tristemente as perdas sofridas dos objetos pessoais e familiares. Num e noutro caso, o patrimônio em questão era de outra ordem, que não pública. Observem os relatos do primeiro tipo:

*Todas as imagens e, principalmente, a senhora viu lá em casa o altar do Divino, a minha escrivaninha é mais alta que o altar... passou por cima da escrivaninha, encheu de água, rodeou o altar assim, não molhou nada! Não molhou santo nenhum, nem a coroa do Divino não saiu do lugar*⁹³³.

*A água subiu um metro acima da mesinha que estava os santos e direitinho não deitou e nem sujou. Está do mesmo jeito*⁹³⁴.

*O oratório... era uma sala vizinha à sala de estar [...] E esse oratório a gente assim... ficou encabulada, que a mesa onde ele estava, ela nem moveu do lugar. Ele permaneceu no mesmo lugar. A água, as coisas que bateram ali, nem o vidro do oratório foi quebrado, ele foi totalmente preservado*⁹³⁵.

Não dava, não dava tempo de nada, não dava tempo de nada. Sabe uma coisa que foi um grande milagre? Pode olhar a água que altura chegou... A penteadeira caiu por cima da minha cama, andou até a arca cheia assim, que começou a querer rodar, a penteadeira... quebrou muita coisa, só um milagre, a imagem de Nossa Senhora da Conceição permaneceu. A única coisa que permaneceu! Documentos em cima da minha arca, não encontrei mais. Nossa

⁹³² A primeira grande enchente, da qual se tem conhecimento, data de 1839 e foi relatada pelo Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, então Presidente da Província de Goiás ao Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos. “A Grande Enchente”, *O Goyaz*, Goiás, janeiro de 2002, p. 5.

⁹³³ Jaime do Nascimento Costa (64 anos) em entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

⁹³⁴ Diva Lopes Ribeiro (67 anos) em entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

⁹³⁵ Isabella Passos Cupertino de Barros Novaes em entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

*Senhora da Conceição, a única... aquela que tá lá no meu quarto, a única que permaneceu*⁹³⁶.

A narrativa obedece e mesma estrutura: o nível atingido pela água comprovado pelas marcas nas paredes, o que a água destruiu e carregou, o lugar onde estavam os santos e insígnias e o retorno a casa, seguido do espanto pela presença intacta dos santos, seus altares e aparadouros; e a convicção de que a providência divina se fazia presente.

Os santos e as insígnias milagrosamente preservados serviram para confortar o vilaboense das perdas sofridas. Aos relatos dos santos seguiam-se os relatos dos bens, que apesar de não serem sagrados, eram relíquias. Relatos entristecidos; lamentação seguida de analogias com os patrimônios oficiais e coletivos:

*eu acho assim mais lamentável não é nem o fato de terem rodado os móveis, roupas, porque isso a gente consegue de novo, né? A questão é nossa história que foi embora né, fotografias... do casamento da minha mãe, fotografia de quando a gente era pequeno, sabe assim, coisa assim... que você registra, coisas escritas, eu gostava muito de escrever poemas, histórias, trabalhos de escola, coisas que eu não registrei no computador né?*⁹³⁷

A jovem, Cristiane Albuquerque de Sá (22 anos), listava um a um seus pertences perdidos, “guardiões da imagem do sujeito” (Bolle, 1994, p. 350). Em seguida convictamente desvelou o seu sentimento de inquietude com relação à desproporção entre a atenção dada aos patrimônios coletivos e públicos e a destinada aos patrimônios familiares e pessoais.

*[...] eu acho assim que eles só se preocupam com monumentos, entendeu? Erguer paredes e deixar os monumentos como estavam e se esquecem um pouco de que quem faz a história dessa cidade são as pessoas que trabalham diariamente, que tão nas festas e comemorações batendo palmas pro governador, etc. Então eu acho que tudo deve ser feito de uma forma igualitária! Se a Casa de Cora e a Cruz do Ananguera vão ser restauradas é ótimo né, Goiás tem que manter a imagem. Mas as pessoas precisam ter um pouco de dignidade pra viver, porque afinal... as paredes não respiram, as paredes não tem sangue circulando nas veias delas e é muito triste assim sabe... você deparar com uma cena como eu deparei... eu olhar por meu quarto e ver que o meu quarto só tinha lama*⁹³⁸. [grifos meus]

⁹³⁶ Messias Ribeiro da Silva em entrevista concedida à autora em janeiro de 2001.

⁹³⁷ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁹³⁸ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

De um lado os monumentos, as paredes, a Casa de Cora, a Cruz do Anhanguera; de outro as fotografias de família, as pessoas, o sangue. O divisor de águas: as águas e a lama do Rio Vermelho. Entre as paredes e o sangue: água e lama.

Excepcionais como catalisadores das categorias patrimoniais, a lama e as águas do rio, apenas fizeram sobreviver, de modo particular, uma cultura dos processos de patrimonialização que, a partir do século XIX, passaram a priorizar o público ao privado, o coletivo ao familiar/pessoal; devido à secularização e ao nacionalismo despertados nas alianças das massas com os ícones de identidade coletiva (Lowenthal, 1998b). Afirmou Lowenthal que “heritage over the past two centuries, most notably over the last two decades, has come to denote what we inherit and bequeath less as individuals than as collective entities” (1998b, p. 54). Obviamente sem desconsiderar que as escolhas entre legados coletivos e pessoais variam entre culturas e os estágios de vida. O fato é que em nome da nação, da etnia e da região as culturas ocidentais, em geral, investiram demasiado nos espaços patrimonializados (Jeudy, 2005; Lowenthal, 1998b)⁹³⁹.

Na antiga Vila Boa de Goiás, não havia problema algum nesse projeto, pois até a garantia de autonomia de intervenção sobre sua própria propriedade foi relativizada temporariamente por boa parte dos vilaboenses, em nome do patrimônio mundial. Esta sim, uma categoria de forte coesão social. Mas que, no contexto da crise social, não obstante ser simbolicamente significativa e desencadeadora de grandes mudanças na percepção vilaboense sobre a categoria patrimônio, não garantiu a aceitação tácita da subsunção dos bens privados e pessoais aos coletivos. Bastou o rio subir para emergirem com ele as tensões próprias dos lugares portadores de bens patrimoniais: público / privado; indivíduo / sociedade. Há alguns anos venho afirmando que conflito é constitutivo das políticas de preservação (Tamaso, 1998, 2002). É, segundo Lowenthal, “endêmico ao patrimônio” (1998b, p. 234).

A inundação do Rio Vermelho impactou sobremaneira a formação de uma consciência patrimonial. Desvelou a assertiva de Peixoto (2004), que patrimônio e identidade não são termos de uma mesma equa o; pois, há elementos da vida cotidiana, que não obstante serem forjados como índices de uma identidade, nem sempre são protegidos pela “logística da conserva o”. Eu completaria que há bens

⁹³⁹ Lowenthal (1998b) analisa, por exemplo, o fato de que na Inglaterra os legados pessoais coincidam com os coletivos.

culturais que apesar de selecionados pelas instituições de preservação não são apropriados na prática social.

A indignação da jovem vilaboense era de que no momento de crise social, as perdas familiares e pessoais fossem tão pouco reconhecidas. A jovem admite que há uma *imagem* de Goiás a ser mantida e parece que indica a Casa de Cora e a Cruz do Anhanguera como lugares que compõem esta *imagem*. O patrimônio é então representação de algo; uma metalinguagem acionada por meio da identidade como recurso metonímico (Peixoto, 2004). Mas para além da *imagem* há que se preservar a *dignidade* daqueles que residem, circulam, dormem, nascem e morrem. Pessoas de verdade, não *imagens* de pessoas.

Uma senhora cuja residência, vizinha ao Museu Casa de Cora Coralina, foi muito afetada pela enchente desabafa:

*nós estamos sendo tratados como objetos da cultura e não como pessoas que mereciam um pouco de respeito e a gente não está sentindo isso da parte de ninguém, de órgão nenhum, de ninguém. [...] Somos tratados como estão sendo tratados os prédios públicos, as casas e tudo o mais. Não há um mínimo respeito pela gente, pela pessoa e pela amizade. Isso é que eu senti e é o que eu vejo*⁹⁴⁰.

Há uma lógica da conservação que se impõe ao casario atingido pela enchente, que imediatamente se torna objeto da “economia da restauração”. Segundo de Certeau (1997) o movimento de “restauração dos objetos” acompanhado que vem de uma “desapropriação dos sujeitos” se funda numa “lógica de um aparelho (técnico ou científico) que tende a isolar a consideração dos sujeitos do tratamento dos objetos”. O caso desta senhora é típico da ação destas “administrações técnicas” que, em geral, se interessam “tanto com imóveis e tão pouco com os habitantes” (1997, 196-197).

Ela sentiu-se objetificada na cidade patrimonial. Peças que os agentes da preservação (locais, nacionais ou mundiais) podiam deslocar e manipular em função de interesses estéticos, pedagógicos, financeiros ou políticos. O hiato entre o “tempo monumental” e o “tempo social” foi ainda mais exarcebado.

[...] E a gente sente mais que o interesse é todo voltado para a Casa de Cora Coralina, como se a casa de Cora Coralina fosse a única afetada, que na realidade foi a que foi menos afetada fisicamente. Eles perderam o quê? Papéis, documentos e nós perdemos a casa, perdemos uma história de vida, perdemos

⁹⁴⁰ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

*tudo e ninguém está preocupado com isso! Nem imprensa, nem televisão, nem nada, nem ninguém. Estamos abandonados, estamos às traças...*⁹⁴¹

Tanto a jovem quanto a senhora se ressentiram da mesma falta de atenção da imprensa e das instituições públicas para com os seus bens privados, não coletivos, não midiáticos. Muito embora não sejam de responsabilidade do IPHAN, os patrimônios pessoais e familiares ganharam destaque no debate cultural vilaboense. Teve início um processo de hierarquização dos patrimônios. Os documentos e papéis do museu Casa de Cora foram interpretados como apenas documentos e papéis; ao passo que a casa de família foi indicada como sendo equivalente à história de vida. A casa é a materialidade desta história e desta família:

Meus filhos foram criados nessa casa, passaram a adolescência, casaram aqui, então é uma história de vida que eu senti em fração de segundos ir tudo por água abaixo. [...] Só depois que eu vou saber o que eu perdi material o que eu não perdi. Mas... de vida, de sentimento eu perdi tudo! Não são recuperáveis e a gente sente que ninguém tá preocupado com isso, que esse pessoal que tá aí, sobre essas verbas que tão chegando, essas coisas todas, tá todo mundo de olho no dinheiro!⁹⁴² [grifo meu]

A sua situação de vítima da enchente se agravava, pois a casa em que morava de aluguel há mais de 30 anos, tendo que passar por trabalho de recuperação demorado após a enchente, ficou em condições físicas e legais de ser vendida ou alugada por valor bem acima do que ela poderia arcar. A entidade proprietária do imóvel lhe informou sobre o interesse de um banco financeiro na compra do imóvel, para fins culturais. A localização, duas casas acima do Museu Casa de Cora Coralina, aumentara em menos de duas décadas — a contar da morte da poetisa e criação do Museu Casa de Cora Coralina — o valor da propriedade pertencente ao Asilo São Vicente⁹⁴³.

O título de patrimônio valorizou sobremaneira as edificações, tanto em termos de venda, quanto de aluguel. Suzel retirou todos os seus móveis, objetos e relíquias e os amontoou em um cômodo da casa do filho à mesma rua, enquanto aguardava a recuperação da casa. Depois de mais de um ano, ela se decidiu por alugar outro imóvel e desistiu da casa onde sempre viveu com o marido e criou todos os filhos. Onde pensou

⁹⁴¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁹⁴² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁹⁴³ Sendo um bem inalienável, a idéia era de se permutar a casa por outras duas ou três em outro lugar da cidade menos valorizado.

sempre morar, mesmo sendo de aluguel; pois Goiás permitia estas relações sociais e comerciais estendidas no tempo social.

Mesmo quem não fora atingido pela enchente se sentiu “expulso” do centro histórico pela pressão do mercado imobiliário. Este é o caso de Carmem Lucia de Brito Carvalho que morou no centro histórico desde que nasceu até o ano de 2003, quando se mudou para o João Francisco:

Eu saí do centro histórico porque ele ficou inviável, está muito caro hoje pra você morar no centro histórico! E o João Francisco, hoje nas periferias em Goiás, você está tendo mais condições de morar... porque eu não tenho casa própria, eu moro de aluguel e a periferia hoje está mais fácil de você morar... você mora mais barato e mora em casa melhor⁹⁴⁴.

Carmem, que é guia de turismo, atribui o aumento de custo do centro histórico à conquista do título de patrimônio mundial:

eu acho que não foi falado pra todo mundo da cidade o que seria o patrimônio da humanidade, sabe? E com esse título as pessoas, eu acho que elas imaginavam que todo mundo ia ficar muito bem de dinheiro! E não foi isso que aconteceu, é lógico... e não era isso que era para acontecer também. Então a cidade ficou muito cara para morar, porque as pessoas que vinham de fora, vamos dizer assim, os forasteiros que vinham de fora, eles estavam dispostos a pagar qualquer tanto pelo centro histórico e com isso tudo ficou mais caro no centro histórico. E isso fez com que... pessoas que nem eu, que não tem casa própria, acabou saindo do centro histórico e fui morar na periferia⁹⁴⁵.

O título de patrimônio impôs abruptamente uma nova lógica comercial, que se baseava menos nas relações sociais, cristalizadas no decorrer das gerações, e mais na lógica do sistema financeiro globalizado. Já se podia então vislumbrar uma “paisagem de poder” sendo moldada em Goiás, em “torno da organização do consumo” da memória histórica (Zukin, 2000, p. 109), cuja materialidade mais importante ainda residia no casario⁹⁴⁶.

A residência do casal Messias Ribeiro da Silva e Benício Ferreira Silva, localizada entre o Museu Casa de Cora Coralina e a casa de Suzel, também foi alvo de ofertas logo após a enchente. As conversas informais entre duas vilaboenses, que foram

⁹⁴⁴ Entrevista concedida à autora em maio de 2005.

⁹⁴⁵ Entrevista concedida à autora em maio de 2005.

⁹⁴⁶ Segundo Zukin, a “paisagem de poder transferiu-se de cidades industriais, como Detroit, que parecem ter crescido ‘organicamente’ em torno da produção de materiais, para subúrbios e metrópoles, como Disney World e Las Vegas, que parecem construídas em torno da organização do consumo. Há três temas principais que regem a fabricação da paisagem: a memória histórica, a diversão como controle social e a cultura da natureza” (2000, p. 109).

mediadoras entre o banco financeiro e o casal me foram por eles relatadas. Dona Messias relembra:

Ah, é como a Carolina [pseudônimo] falou... ela falando que o Banco Itaú queria comprar, ela e a Mariana. Ai eu falei que se a casa de Cora é um patrimônio a minha também é patrimônio. Que Cora fez tudo também pra merecer... que hoje só se vê falar em Cora, mas esqueceram do meu pai, que fez tudo na parte, na cultura musical. Não se vê falar quase o nome dele na cidade. Até no carnaval que falaram que ia tocar as músicas dele e quase não vi as músicas de pai tocando⁹⁴⁷. [grifos meus]

Maestro João Ribeiro foi um compositor de talento legitimado localmente, principalmente de marchinhas de carnaval⁹⁴⁸. Até hoje os vilaboenses tradicionais se lembram e cantam *Veneno*, sua marchinha mais popularmente admirada. Cora Coralina já foi devidamente patrimonializada. O pai desta senhora ainda não o foi. Talvez, noutro momento a gestão patrimonial por ele se interesse.

Ao ouvirem o lamento de dona Messias pela exclusão do nome de seu pai das políticas culturais da cidade, as mediadoras lhe disseram que a casa abrigaria um centro cultural e que poderiam dar nome a uma das salas de Maestro João Ribeiro. Perguntei a dona Messias o que ela achava da proposta: *Eu prefiro ficar na casa e quanto a essa coisa de sala, aquilo ali é uma coisa à parte, que pode vir depois... alguém querer fazer aquilo ali. Não agora pedir pra desocupar, pra fazer aquilo ali*⁹⁴⁹ [grifo meu].

Relataram o caso com sentimento de indignação, pois não se conformavam com a proposta feita pelas mediadoras, gente do lugar, que insistentemente os pressionavam no cotidiano, para venderem a casa. Ao falar sobre a casa seu Benício revela o sentimento de coação que os circundavam: *É a parte afetiva, faz parte de nossa vida. A gente criou a família da gente inteirinha e deslocar a gente... a gente sente muito né* [grifo meu]. *É o mesmo que você perdesse uma pessoa da família*⁹⁵⁰. Para eles que perderam um jovem filho, essa afirmação é substancial.

Bachelard (1983) insiste que na casa é onde nós mais sentimos o efeito do “lugar” sobre nossas vidas. Ela condensa a duração e a historicidade da habitação em um lugar arquiteturalmente estruturado. Casey entende que os lugares “rather than being one definite sort of things — for example, physical, spiritual, cultural, social — a given place takes on the qualities of its occupants, reflecting these qualities in its own

⁹⁴⁷ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁹⁴⁸ Conferir Callado (0000), Mendonça (1981).

⁹⁴⁹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁹⁵⁰ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

constitution and description and expressing them in its occurrence as an event: places not only *are*, they *happen*” (1996, p. 37).

Convicta de que não venderia a casa, dona Messias afirmou categórica: *vale mais pra nós a parte afetiva do que monetária, porque não existe dinheiro... É uma casa que não existe nada, nada que faça vender essa casa. Ali viveram meus pais tão felizes naquele lugar! Meu pai comendo aquelas músicas, com a minha mãe ao lado, com os filhos ao lado, porque vender? Nada faz vender*⁹⁵¹. A casa se configura em um “lugar de memória” da família (Nora, 1997); é um conjunto de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade (Bachelard, 1986); “landmarks of life rather than na abstract celebration of eternity” (Herzfeld, 1991, p. 54)..

Em reunião da diretoria da Associação Casa de Cora Coralina, o interesse do banco na compra da casa foi trazido da seguinte forma:

*Houve interesse manifestado pelo Banco [...] em apoiar iniciativas da Casa de Cora Coralina em especial na aquisição de um imóvel vizinho à Casa de Cora para abrigar tarefas administrativas e a reserva técnica da Casa de Cora. Aparentemente, o vizinho não se interessa em dispor do imóvel. [...] Brasilete lembra que o senhor Edmundo Calil provavelmente não tem condições de recuperar o imóvel, o que poderia convir à Casa de Cora, bem como outras residências naquela rua*⁹⁵².

Uma agente do patrimônio local lembrou que algumas residências na rua poderiam *convir à Casa de Cora*, uma vez que seus proprietários não dispunham de recursos para mantê-las⁹⁵³. A pressão exercida por sobre os proprietários das casas se dava em função da grande atribuição de valor à Rua Dom Cândido Penso, por ser a rua onde está localizada a Casa de Cora Coralina.

De todos os objetos da área tombada, “caracteres no teatro urbano”, “atores” e “heróis de legenda”, que “organizam em torno de si o romance da cidade”, a Casa de Cora é um desses personagens urbanos que têm vida própria (de Certeau, 1997, p. 192). É, sobretudo neste lugar de Goiás que a lógica da “economia da restauração”, se impôs, ao tender, como afirmou de Certeau (1997), a “separar dos lugares aqueles que lá vivem”, subtraindo “a usuários o que apresenta a observadores”. Esta “operação teatral, pedagógica e/ou científica [...] retira de sua utilização cotidiana (de ontem e de hoje) os

⁹⁵¹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁹⁵² Ata da reunião da Associação Casa de Cora Coralina, do dia 11 de fevereiro de 2002, p. 1-2. *In*: Procedimento Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I, p. 127-128. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR).

⁹⁵³ *Idem*.

objetos que oferece à curiosidade, à informação ou à análise” (1997, p. 195). A casa onde residiu aquela senhora por mais de 30 anos foi alugada por uma entidade que atua na periferia da cidade junto a crianças carentes, com verbas internacionais. Na casa, a entidade instalou uma loja de artesanatos e produtos importados.

Menos vulnerável às forças do mercado, a casa de dona Messias com ela permaneceu. Lá ela própria instalou o seu comércio, anteriormente estabelecido em outro lugar. Nem Dona Messias, nem qualquer outro morador da rua vendeu sua casa. A maior parte dos proprietários de Goiás ainda resiste ao valor de mercado aplicado aos seus patrimônios privados; o que pode indicar que a noção de *lugar* com suas “forças resistentes à mudança em nome da estabilidade e da tradição” ainda prepondera sobre os valores de *mercado*, cujas forças agem “a favor da mudança, do deslocamento e da modernização” (Zukin, 2000, p. 107). Ou será que os vilaboenses estariam conseguindo compatibilizar na prática social *mercado e lugar*?

Não apenas a Casa de Cora e a Cruz do Anhanguera são destaques na mídia e nas agendas do setor privado e público, como também as fachadas das residências; que se são privadas do ponto de vista do direito, são simbolicamente públicas. Primeiro porque são parte do patrimônio nacional e mundial; segundo, porque são a parcela do patrimônio privado que é visível ao público.

Após a enchente, algumas casas impactadas pela inundação, que tinham suas fachadas descaracterizadas com alpendres e vitrôs, aceitaram retornar ao estilo colonial. Para isso receberam verba do Monumenta/ BID. Do moderno para o antigo, do local para o mundial, as fachadas de Goiás foram pouco a pouco sendo conformadas ao padrão próprio para o consumo visual global. É neste processo ficcional das identidades que o invólucro é tomado pelo conteúdo e a parte pelo todo (Peixoto, 2004).

O Monumenta/BID anunciou em reunião que algumas casas teriam apenas a fachada e telhado recuperado, enquanto o interior da casa ficaria por conta do proprietário; outras seriam inteiramente recuperadas com verba do Monumenta. O critério era a renda familiar: acima de 3 salários somente a parte externa; abaixo, a recuperação seria integral ⁹⁵⁴. Proprietários que tinham renda acima de três salários e tinham que recuperar a casa por dentro, ficaram indignados. Porque somente a fachada? Assim, os agentes do patrimônio iam também por meio das fachadas da residência mantendo a *imagem* a que a jovem fez referência.

⁹⁵⁴ Registrado em caderno de campo III, dia 12 de março de 2002.

Enquanto o casario, especialmente as fachadas, além dos monumentos, pontes e ruas recebiam a atenção dos órgãos governamentais, dos não governamentais e das empresas privadas, a lamentação por outras perdas raramente encontrava eco. Que a lógica da conservação patrimonial privilegia o coletivo e o público é um fato. Mas isso não significa ausência ou desintegração dos interesses individuais e privados (familiares) na cidade patrimonializada. Eles ficam subsumidos na idéia de um patrimônio coletivo construído com base na identidade local. Ganham destaque quando essas identidades, que são sempre parciais e conflituais entram em confronto. Casa de Cora, Cruz do Anhanguera e fachadas do casario são recursos metonimicamente oferecidos por esta identidade local ao processo de patrimonialização a fim de tornar plausível coletivamente a transformação por ele operada (Peixoto, 2004).

Mas estes recursos coletivos tornam-se vazios de significados para aquelas pessoas destituídas dos seus objetos e relíquias, da sua ambiência e lugar. As identidades são sempre “situated within and articulated with respect to particular places and with reference to specific objects and surroundings” (Malpas, 1999, p. 184). Desprovidos de seus lugares e objetos os vilaboenses atingidos pela enchente podem ter sentido “almost literally a separation from parts of oneself” (p. 183-184).

Logo após a enchente, 13 imóveis comerciais construídos a menos de 50 m do leito do rio foram acusados de coibir a vazão das águas em período de cheia⁹⁵⁵. Eram construções feitas sobre um muro de arrimo, que funcionava como aterro no Rio Vermelho. Este muro foi indicado como um dos responsáveis pelo estrangulamento do rio, favorecendo a inundação. Prefeitura Municipal e Ministério Público consideravam que os prédios estavam em área irregular.

Os proprietários contestaram, pois entendiam que outros imóveis patrimoniais ainda mais adentrados no leito do rio estavam imunes a qualquer avaliação crítica, pela legitimidade dada por uma história mais profunda temporal e simbolicamente, como é o caso do Museu Casa de Cora Coralina. As águas do Rio Vermelho, ao sujarem de lama e destruírem o comércio próximo ao Mercado Municipal, paradoxalmente serviram para propiciar um discurso de higienização das áreas urbanas (de Certeau, 1997; Leite, 2001; Jeudy, 2005). Não de todas, apenas daquelas que não se enquadram no sistema patrimonial gerido pela elite cultural e política.

⁹⁵⁵ Sobre isso diz o laudo da Defesa Civil: “A área comercial localizada abaixo do Mercado Municipal e às margens do referido rio, foi totalmente destruída, sendo que os imóveis localizados na Praça do Mercado antigo representam perigo iminente a toda a população”. 2002, s/p.



Imóveis comerciais à beira rio, próximos ao Mercado Municipal

Um dos proprietários de um dos prédios comerciais argumentou que uma das causas do estrangulamento do rio situa-se antes do Mercado, referindo-se à inundação do Córrego Manuel Gomes que deságua no Rio Vermelho, já na entrada do *centro histórico*, concluindo que: *chega lá em baixo é que dá aquele estrondo, mas nós não são culpado lá embaixo né*⁹⁵⁶?

Apontou também a Ponte do Mercado e a Pedreira logo abaixo como fatores agravantes, pois que dificultam a vazão das águas. Questionou sobre os critérios que definem imóveis *no leito do rio*⁹⁵⁷:

*Por exemplo, aqui tem a casa do Sabino, tem a casa de Cora Coralina, tem o Hospital São Pedro à beira do rio, tem o posto também, tudo na beira do rio, não é? Então geralmente, área de risco pertence a todos aqui, que estão localizados na beira do rio, mas se fosse tirar todo mundo da beira do rio, afastar 50 metros... não tem condições né*⁹⁵⁸.

Questionou o fato de que a desapropriação atingiria o comércio próximo ao Mercado, enquanto a Casa de Cora, por exemplo, inteiramente construída *no leito do rio* passaria ilesa ao debate. A Casa de Cora tem imunidade. É patrimônio coletivo que colabora para potencializar a construção patrimonial da cidade. Casa vazia de gente, da vida cotidiana da cidade; cheia de turistas; por isso a primeira a receber verbas. Por isso a mais citada negativamente pelos vilaboenses cujas casas foram atingidas pela

⁹⁵⁶ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

⁹⁵⁷ A expressão *no leito do rio* significa que os imóveis estão a menos de 50 m do curso do rio.

⁹⁵⁸ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

enchente. A crítica residia na hierarquização realizada pelos agentes e financiadores dos patrimônios.

Em junho de 2004 — significativamente em meio ao Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), período no qual é comum se realizarem obras e limpezas relâmpagos para receber os milhares de turistas — os 13 prédios comerciais, ainda em ruínas, foram demolidos por decisão do Ministério Público, que “não reconheceu valor histórico, artístico ou cultural, dispensando a restauração dos imóveis e cobrando a demolição”⁹⁵⁹. Os moradores, comprovando que as legalidades da ocupação e o período de construção de mais de cem anos (antecedendo ao Mercado Municipal), brigam por indenização⁹⁶⁰.

Muitos outros estão a menos de 50 m do leito do rio, mas aqueles sem valor histórico, artístico ou cultural, devem ser sacrificados pelos outros. Este poder, tal qual fosse terapêutico, processa a curetagem dos prédios comerciais, para garantia da “saúde do corpo social”. Por isso afirma de Certeau (1997) que “esta restauração urbanística é também uma ‘restauração’ social” (p. 196). Comenta-se na cidade que há um projeto do IPHAN e Monumenta/BID de reurbanização do espaço próximo ao Mercado, incluindo o lugar onde existiram outrora os 13 prédios comerciais. O projeto prevê área de lazer, paisagismo, etc. A prática de *gentrification* poderá incidir sobre mais um lugar na cidade⁹⁶¹.

O valor reside no coletivo, no público e nos bens culturais quem atendem “as pressões para o ajuste às normas do mercado global” (Zukin, 2000b, p. 105). O vilaboense, sua casa atingida, seu comércio e suas relíquias e lembranças carregadas pelo rio, complementares daquele patrimônio, foram por ele englobados no momento da captação de verbas e das políticas públicas que selecionaram, restauraram ou eliminaram construções. Bem lembrou Peixoto (2004) que este jogo representacional e cênico dos processos de patrimonialização não se concretiza, sem exclusões, sem dominações, sem exuberâncias.

⁹⁵⁹ Marília Assunção, “Ruínas de prédios enfim são demolidas”, *O Popular*, Goiânia, 3 de junho de 2004, p. 5.

⁹⁶⁰ Os processos estão ainda tramitando em juízo.

⁹⁶¹ As práticas de *gentrification* tiveram início na cidade de Goiás já ao fim do século XX, quando o governo do Estado de Goiás investiu na instalação da rede de esgoto e da fiação subterrânea (energia elétrica e telefonia). Posteriormente, vários foram os projetos de requalificação urbana financiados pelo Programa Monumenta/BID: 14 casas atingidas pela enchente, o Chafariz de Cauda, o Largo do Coreto, a Estrada Real. Em pauta estão o projeto de “Requalificação do trecho urbano do Rio Vermelho” e a requalificação do Mercado Municipal e seu entorno.

Objetos e relíquias fazem a ponte entre o ontem e o hoje, simbolizam os laços de continuidade no tempo. Por favorecerem o acesso ao passado, parte integrante do nosso sentido de identidade (Lowenthal, 1998a), as relíquias e objetos do cotidiano propiciam juntamente com a casa “a comunicação silenciosa que marca nossas relações mais profundas” (Bosi, 1983, p. 361).

A inundação do Rio Vermelho provocou uma ruptura nas formas habituais da vida cotidiana privada, pois privou seus moradores não apenas da casa em sua estrutura física, como também de quase todos os seus pertences. Sem as casas e os objetos e relíquias do cotidiano, tiveram sua “segurança ontológica” drasticamente abalada ou rompida, pois já não dispunham mais da “confiança de que os mundos natural e social são como parecer ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do *self* e da identidade social” (Giddens, 1989, p. 305).

Um advogado cujo escritório foi invadido pelas águas do rio revela as conseqüências psicológicas por ter sido o seu patrimônio profissional completamente destruído.

*Perdi todos, tive que comprar tudo de novo. [...] E esses livros aí foi uma perda sentimental até, como se fosse um álbum de família que você perde. Pra mim tinha um relacionamento com esses livros como a gente tem com um álbum de fotografia da infância ou de parentes que já se foram. [...] O sentimento que a gente tem é que todo o trabalho durante todo o decorrer da vida até aquele momento foi perdido, que a partir daí teria que começar tudo de novo, da estaca zero. [...] Então... tudo perdido... e aí veio depressão*⁹⁶².

Mais do que estéticos, os objetos “nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade” (Bosi, 1983, p.5). Rota para o passado do filho jovem falecido, a fita de vídeo surge como a relíquia mais preciosa:

*[...] Muita coisa foi embora. Fita do meu filho... eu to apaixonada pela fita do meu filho... que era a lembrança que eu tinha dele né? [...] Nunca podia pensar que aquilo fosse sumir da minha casa. Aquilo é a maior coisa... Podia levar tudo! Podia levar todas as coisas, menos aquela fita!*⁹⁶³

O lamento é compreensível, uma vez que “um passado que carece de relíquias tangíveis parece demasiado tênue para ser crível” (Lowenthal, 1998a, p. 358). Outra vilaboense que teve duas casas de família atingidas pela enchente narra a cena dos móveis sendo carregados pelas águas:

⁹⁶² Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁹⁶³ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

*Eu estava tentando socorrer as coisas da minha casa, quando eu fiquei sabendo que a casa da minha família, que é a casa em frente à casa de Cora, que estava sendo desmoronada, alguns pedaços estavam caindo das paredes e eu fui até a esquina pra ver e vi objetos que marcaram a minha infância, a minha adolescência saindo pelos buracos que foram feitos pela água, como cristaleiras que tinham peças que minha avó guardava com muito carinho, de bodas de prata, bodas de ouro... jogo de cristal que nunca podia ser usado porque tinha que ser guardado, a cadeira de balanço que era... todas as vezes que a gente chegava era o local onde a gente sempre encontrava ela sentada e essa cadeira quando foi... pra mim foi o ponto que mais me machucou. Eu vi todos os móveis saindo... eu vi... pelo buraco... saindo e tomando a correnteza. [...] Eu olhava e chorava!*⁹⁶⁴

Talismãs de continuidade, evidências materiais do passado (Lowenthal, 1998a), os móveis de família, ao serem levados pelo rio abalam a tangibilidade da memória da família. A casa da família ficaria então sem o que Baudrillard chama de “móveis monumentos”, aqueles que respondem à persistência das estruturas familiares tradicionais (1993, p. 23). Para Baudrillard, o homem tem necessidade destes talismãs que são os objetos antigos, revestidos sempre “no seio do meio ambiente, de um valor de célula-mãe” (p. 87) Daí porque o sentimento de outro morador (44 anos):

O meu sentimento maior... na verdade, paredes você reconstrói, isso é bobagem... o sentimento maior foi ver desfigurado o ambiente que eu conheci: os móveis, as louças, aquelas coisas, pobres, relativamente pobres, mas que tinham um significado especial, porque eram objetos que acompanhavam a família há muitíssimos anos. Meus avós celebraram cinquenta anos de casados. Então eram objetos que vinham acompanhando a vida deles e a vida de meus pais, meus tios, as nossas né. E entrar lá depois e ver aquela imagem de destruição e hoje mesmo, eu te confesso, depois que eu retornei lá depois da casa arrumada, não é pra mim mais a mesma coisa. Eu evito voltar lá. Porque é muito doloroso você não encontrar aqueles objetos familiares. Você olha num lugar esperando ver alguma coisa, você não vê ou vê uma coisa diferente⁹⁶⁵. [grifos meus]

Com o rio se foram os “objetos biográficos”, representação da experiência vivida, componentes da ambiência da casa. Segundo Bosi “mais do que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade” (1983, p. 360). A ambiência desfigurada provoca um sentimento de dor. Ausência dos objetos através dos quais,

o ser disperso se identifica com a situação original e ideal do embrião, involui para a situação microscópica e central do ser antes do seu nascimento. Estes

⁹⁶⁴ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

⁹⁶⁵ Entrevista concedida à autora em abril de 2003.

objetos fetichizados pois não são nem acessórios nem simplesmente signos culturais entre os outros: simbolizam uma transcendência interior, o fantasma de um núcleo de realidade de que vive toda a consciência mitológica e individual. [...] Ilhas e lendas, tais objetos devolvem para alguém do tempo, o homem a sua infância, quando não a uma anterioridade mais profunda ainda, a de um pré-nascimento em que a subjetividade e em que esta ambiência é tão somente o discurso do ser para consigo mesmo (Baudrillard, 1993, p. 87-88)

Se membros de família tradicional se lamentavam pelos móveis, jóias e fotografias; outros, mais humildes, habitantes dos becos, tinham outras lamentações, outros medos. Uma das vítimas da enchente, moradora do Beco Vila Rica, cuidava do pai que vivia acamado. Ela fugiu das águas do rio com o pai no colo para a casa da vizinha, e por ter sido esta também atingida pela enchente, correu para a casa da mãe da vizinha, que também encheu com as águas e ela foi então para a escola da qual é professora, e lá permaneceu. Perguntei o que mais ela temeu perder

*Eu acho que o meu medo maior na enchente foi que a água levasse o meu pai... esse foi o medo maior... [...] E toda hora vinha na minha cabeça que o meu pai estava lá [choro]. Parece que eu não tinha conseguido tirar ele sabe? Aí eu ia sempre no salão [da escola] que eu tinha colocado ele pra ver se ele tava lá. Porque parece que eu ficava enxergando ele naquela cama. Aí passando uma semana parece que eu tinha a sensação que a água estava atrás de mim. Eu vendo o meu marido correr como meu pai e a água parece que estava pegando a gente!*⁹⁶⁶

Uma monografia, um livro com anotações, fotografias, jóias de família, uma fita de vídeo, uma cadeira de balanço, documentos, a lembrança do trauma da enchente. Em cada casa atingida pela enchente, um lamento. Sem solução, sem restauro, sem reparos. Apenas a dor por um patrimônio pessoal ou familiar que se foi para sempre e que não encontra eco nas políticas oficiais de patrimônio.

Enquanto lamentavam os vilaboenses viam os patrimônios coletivos e públicos serem reerguidos a toque de caixa. **Em nome do patrimônio**, as fachadas voltaram ao estilo colonial, o Museu Casa de Cora, não apenas foi recuperado fisicamente, mas ganhou também um novo projeto museológico; as pontes lograram oportunidade de serem recuperadas na direção do estilo mais similar ao início do século. A Cruz do Anhanguera foi transferida para o Museu das Bandeiras e uma réplica foi colocada em seu lugar. E assim, a propósito da enchente, a cidade se tornou mais cenográfica. *Bendita enchente!* Diziam alguns.

⁹⁶⁶ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

Também *bendita* para outros, posto que desvelou grupos de interesses e permitiu que várias decisões não fossem mais recebidas ingenuamente. Uma senhora, fortemente abalada material e psicologicamente desabafou:

*Eu acho que essa história do patrimônio da humanidade que enche a boca de tanta gente, que tanta gente acha que foi o máximo pra Goiás, pra mim, não foi o máximo, foi ao contrário, foi... foi revelar o caráter de algumas pessoas e confirmar pra mim aquilo que meu esposo sempre falava, que nós ainda íamos dar razão pra ele um dia quando visse o quê patrimônio da humanidade ia trazer pra nós. Só desavença, ganância, todo mundo só querendo olhar o dinheiro, quantitativo, nada de humano, e essas coisas tão acontecendo aí. [...] E eu acredito que... se Cora Coralina fosse viva, ela que estar sendo tão badalada nessa época agora da enchente! Ela que instituiu o dia do vizinho, ela não estaria nem um pouquinho contente com nada disso que está acontecendo, porque ela não era assim. Isso é o que mais decepciona a gente!*⁹⁶⁷

Cora Coralina é lembrada para legitimar um desacordo para com a lógica da conservação patrimonial imposta à cidade. O título de patrimônio mundial, recém conquistado, foi bem pouco comemorado, pois com as águas do Rio Vermelho se foram também algumas utopias ancoradas no reconhecimento mundial da singularidade da paisagem cultural da cidade. O título que a tudo englobava passou a ser observado com maior acuro e a hierarquização feita com base na classificação patrimonial foi sendo motivo de crítica. A evidência da diferença em termos de valores simbólicos foi potencializada pela diferença em termos de valores mercantis; e vice versa. Desprovidos da tangibilidade dos objetos e relíquias, ficaram os vilaboenses com as lembranças; estas que passaram a ser narradas, para que não se esqueçam os *filhos de Goiás*, nem da enchente de 2001, nem dos patrimônios privados e afetivos que o Rio Vermelho levou.

⁹⁶⁷ Entrevista concedida à autora em 2002.

CAPÍTULO 9

PATRIMÔNIO PÚBLICO



A candidatura de Goiás ao título de patrimônio mundial se insere num plano de políticas públicas do Estado de Goiás que, no período entre 1999 a 2006, investiu em alternativas econômicas para a região, dentre elas o turismo cultural. A candidatura ao título que já vinha sendo amadurecida desde 1997, conquistou, em 1999, o apoio incondicional do governo do Estado, que arcou política e financeiramente com as exigências postas pela UNESCO para aceitação da inscrição à lista dos patrimônios mundiais; dentre elas a instalação da rede de esgoto e a transposição da fiação aérea (telefonia e energia elétrica) para subterrânea.

Dentre os muitos significados embutidos na categoria patrimônio mundial, um teve grande apelo em Goiás: o fato de que a cidade se tornaria um produto cultural e turístico a escoar em certos mercados. O então Deputado Federal Ronaldo Caiado (PFL) afirmou convicto e orgulhoso que o título de patrimônio *é uma marca... como dizem os grandes marqueteiros do mundo, é a maior grife que Goiás já teve, é esse título de patrimônio histórico da humanidade!*⁹⁶⁸ O então governador Marconi Perillo (PSDB) sobre isso considerou

⁹⁶⁸ Discurso proferido na cidade de Goiás, em 27 de junho de 2001, por ocasião da decisão favorável de uma comissão da UNESCO à inscrição de Goiás à lista de patrimônios mundial. Este resultado, não obstante parcial, foi comemorado como se fosse a própria homologação do título, que somente aconteceu em 13 de dezembro de 2001; conforme foi relatado na Parte I da tese.

Muita gente pergunta: “o que é que eu vou ganhar com essa história de Goiás Patrimônio Mundial”? Primeiro fama. E é muito importante ter fama, ter nome, ser reconhecido. É muito importante ter o reconhecimento do mundo, uma cidade incrustada no coração do Brasil. Segundo, vão ganhar emprego sim, renda. Quem investir aqui vai ganhar dinheiro. Aconteceu assim em outras partes do mundo e em outras partes do Brasil. Não chega da noite para o dia. Mas Goiás vai ganhar, já está ganhando. Ganhou essa iluminação por causa do patrimônio mundial. Está ganhando esgoto por causa do patrimônio mundial. Asfalto, já em alguns bairros... e nós vamos fazer mais por causa do patrimônio mundial e dessa belíssima população... que vai ganhar muito mais, não tenham dúvida⁹⁶⁹. [grifo meu]

Os políticos goianos captaram a tendência mundial na qual “o *patrimônio* tornou-se um recurso incontornável das estratégias de definição de uma imagem de marca, constituindo-se, ele próprio, como a ‘marca’ que define certo valor concorrencial e comunicacional” (Peixoto, 2003a, p. 215). Na lógica da promoção do produto que se tornou a cidade patrimônio mundial, muitos foram os empreendimentos e investimentos no espaço público a fim de adequá-la ao consumo cultural. Os vilaboenses acompanhavam, observavam e viviam as transformações. Um deles considerou que *em relação ao sistema de conservação, anteriormente... antes do patrimônio estava melhor, estava bem melhor... não tinha tanto enfeite, Goiás era Goiás. Eles não estavam modificando tanto as coisas*⁹⁷⁰. Antes do patrimônio, significa antes do título de patrimônio mundial.

Este capítulo visa acompanhar os efeitos da estetização do espaço urbano da cidade de Goiás, sobretudo as práticas de enobrecimento, e suas conseqüências imediatas para a população local, dentre elas a alteração da paisagem urbana, a criação de “paisagens de poder” e das fronteiras visíveis e invisíveis internas à área tombada, decorrentes da fragmentação operada na paisagem cultural (Zukin, 2000a, Leite, 2001).

O termo enobrecimento⁹⁷¹ é usado para especificar as transformações dos “significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais” (Leite, 2001, p. 3). Além dos empreendimentos econômicos em espaços selecionados da cidade, transformando-

⁹⁶⁹ Discurso proferido na cidade de Goiás, em 27 de junho de 2001.

⁹⁷⁰ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

⁹⁷¹ O termo *gentrification* é derivado do inglês *gentry*. Leite considera que a tradução do termo é ainda controversa no Brasil. Sua cautela quanto ao uso da expressão “enobrecimento”, decorre de sua compreensão de que esta expressão porta uma imprecisão: “ao referir-se ao ‘nobre’ como classe ou categoria dos sujeitos de um processo que em geral, e particularmente no Brasil, relaciona-se mais a uma estratificação social por renda do que por um sistema de status” (p. 2). Outros cientistas sociais têm preferido o termo “enobrecimento”; é o caso de Silvana Rubino, em tradução realizada em Arantes (2000). Optarei pelo termo “enobrecimento”.

os em setores de investimentos privados e públicos, Leite considera que o processo de enobrecimento refere-se “sobretudo à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representem visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca se apropriar de certos espaço da cidade” (2001, p. 56).

Ao observar as representações e práticas dos vilaboenses com relação aos lugares da cidade patrimonial visto captar a lógica tradicional desses espaços e temporalidades, e as transformações pelas quais este sistema local de espaços públicos passou (e vem passando), para atender à lógica da conservação patrimonial do sistema mundial e/ou às necessidades da burocracia estatal.

Designo como patrimônio público os bens culturais, localizados no espaço público, que sejam de reconhecido valor (mas não necessariamente de igual valor) para os vilaboenses tradicionais e/ou para os agentes da preservação patrimonial. Os patrimônios públicos são também coletivos por serem de propriedade pública e, portanto, por definição devem servir à coletividade: monumentos, ruas, pontes, chafarizes, largos, becos. Também são patrimônios públicos as edificações que são de propriedade estatal (municipal, estadual ou federal) e que devem também atender ao interesse público: Palácio Conde dos Arcos, Museu das Bandeiras, antigo Quartel do XX Batalhão de Infantaria Militar (*Quartel do Vinte*), antiga Casa da Real Fazenda, antiga Casa de Fundação do Ouro, antigo Senado, dentre outras.

É possível aplicar o conceito de espaço público tanto às ruas, largos, becos e pontes quanto às edificações, pois que o espaço público — “categoria sociológica que ultrapassa a rua” (Leite, 2001) — transcende o espaço urbano, uma vez que se estrutura por meio de ações que lhe atribuem sentido⁹⁷².

Conforme já foi apresentado, os moradores da área tombada e de entorno vieram participando, favorável ou contrariamente, do processo de construção da cidade patrimonial ao longo de toda a segunda metade do século XX, processo este que se intensificou com a candidatura do título de patrimônio mundial. Muitas foram as conseqüências da candidatura ao título. Mesmo antes da deliberação final da UNESCO,

⁹⁷² Embora o espaço público se constitua no espaço urbano, deve também ser entendido em sua dimensão social (Leite, 2001). A dimensão social do espaço ao deslocar “o eixo conceitual para além das dimensões meramente físicas e exteriores do espaço [...] mantém a materialidade física como recurso ontológico e pode contribuir para a apreensão do espaço social” (Leite, 2001, p. 218). Muito embora possa se situar em um espaço concreto, a esfera pública prescinde de *localização espacial*. Assim, segundo Leite (2001), a “sociabilidade pública do agir comunicativo (em Habermas) e da política da vida activa (para Arendt) não é necessariamente o espaço urbano, ainda que nele possa *contingencialmente* se constituir” (p. 219).

em Helsinque (dezembro de 2001), a cidade já vinha sendo, desde 1999, significativamente impactada simbólica e materialmente pela categoria *patrimônio mundial*.

A política de *enobrecimento* foi implementada simultaneamente ao processo de candidatura do título. As primeiras intervenções na paisagem urbana foram a instalação da fiação subterrânea (energia elétrica e telefonia), financiada pelo governo do Estado de Goiás, em um trecho da área tombada e a instalação da rede de esgoto em toda a área urbana: condição *sine qua non* para a acolhida da candidatura da cidade de Goiás, pela UNESCO.

Colaboraram para a prática de *enobrecimento* também as ONGs locais com projetos de recuperação de ruas e pontes e o Programa Monumenta/BID, que já havia começado o seu plano de trabalho em Goiás quando a cidade foi atingida pela enchente. O Monumenta/BID foi responsável pela recuperação de 15 imóveis — 14 casas residenciais e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo — seriamente afetados pela enchente e por obras de “qualificação” do espaço público. Das 14 casas, cinco delas tinham alpendres e esquadrias metálicas. Com a recuperação dos imóveis financiada pelo Monumenta/ BID, todos retornaram as fachadas ao estilo colonial⁹⁷³.

Também os proprietários de imóveis inseridos na área tombada participaram do processo de *enobrecimento* por meio da estetização das fachadas. Neste caso, refiro-me aos proprietários que fizeram alterações antes da enchente, ou seja, exclusivamente com fins estéticos. As práticas de *enobrecimento* se aplicaram em Goiás com apoio de uma rede de agentes locais, estaduais e nacionais, dos setores privados e públicos; o que tem tornado o processo ainda mais resistente a críticas.

Arantes chamou atenção para o fato de que é “nos espaços mais fortemente articulados ao processo de globalização, onde os nexos entre o local e o global se configuram de modo mais rápido e mais intenso”, que o processo de construção cenográfica dos lugares “ocorre com maior frequência, envolve maiores investimentos financeiros e produz um simbolismo mais potente” (2000, p. 12). O nexo entre a cidade de Goiás e a UNESCO, mediado pelo IPHAN e Monumenta/BID, foi decisivo para o estabelecimento das práticas de *enobrecimento* na cidade de Goiás.

Para uma interpretação da relação dos vilaboenses tradicionais com seus bens culturais sejam públicos, sejam privados, há que se refletir sobre a relação entre espaço

⁹⁷³ Relatório de progressos do projeto de revitalização do patrimônio cultural da cidade de Goiás. Monumenta/BID, Agepel, 2002.

e lugar, pois entendo que o espaço (público ou não) provê o contexto situacional dos lugares nos quais se dão as experiências humanas.

Geertz (1996) já apontou para a ausência da categoria “lugar”, como conceito analítico ou descritivo em trabalhos antropológicos. Razões para isto seriam a ubiqüidade — este especial sentido do “lugar” na vida humana — e a difusão do termo na linguagem ordinária (p. 259). Geertz cita o antropólogo Charlie O. Frake, para nos lembrar que todos os lugares são igualmente etnográficos. O que se deve observar segundo Geertz é

What is needed in order to gain some understanding of how Japanese perceive fish markets, how Turks perceive Kreuzberg, or how Parisians perceive the Pantheon [...] is the same sort of obsessive patience and passionate tact that is needed in order to gain such understanding of how Australian Aboriginals perceive their “estates” or kula partners their places of exchange (1996, p. 261)

Mas lembra Geertz que para se estudar “lugar”, ou mais exatamente o sentido de lugar de algumas pessoas ou de outras “it is necessary to hang around with them — to attend to them as experiencing subjects, as the responsive sorts of beings for whom, in Casey’s words, ‘the world comes bedecked in places’” (p. 260). Acreditando não ser possível compreender como os vilaboenses percebem seus patrimônios sem compreender conjuntamente como percebem os seus lugares, realizei meu trabalho de campo observando suas experiências dos (e nos) lugares, à medida que me deixei “to hang around with them”.

A relação das pessoas com os lugares é um tema recorrente na poesia, não apenas de Cora Coralina. Malpas analisa os efeitos dos lugares na poesia romântica de Willian Wordsworth e John Claire e na obra de Marcel Proust, como provas de que “human identity is somehow tied to location” (1999, p. 2). Não apenas estão as pessoas ligadas aos lugares, pois sem eles os seres humanos seriam apenas abstrações, mas também os lugares tomam os atributos das pessoas. Os lugares têm uma característica personalizada são “humanized and humanizing” (1999, p. 184).

A identidade de qualquer lugar não é determinada em termos de qualquer conjunto de parâmetros claramente definidos; lugares são estabelecidos em relação a um complexo de estruturas objetivas, subjetivas e intersubjetivas que são inseparavelmente conjugadas dentro da estrutura do lugar.

Pesquisadores de várias áreas disciplinares — geógrafos, antropólogos, sociólogos e filósofos — têm se debruçado sobre a distinção entre espaço e lugar. A

abordagem fenomenológica, que visa compreender e descrever as coisas como elas são experimentadas pelo sujeito, tem sido adotada por alguns desses autores como Bachelard (1986), Basso (1996), Casey (1996), Feld (1996) Malpas (1999), Tilley (1994), Tuan (1983). São todos estes, acordes em afirmar que espaço e lugar são duas noções que só podem ser definidas de forma relacional e sempre em relação à noção de tempo.

O espaço é um construto mais abstrato do que o lugar e deriva seus significados de lugares particulares (Tilley, 1994; Tuan, 1983). Aquilo que a princípio é um espaço indiferenciado se transforma em lugar à medida que o atribuímos valor (Tuan, 1983, p. 6). O lugar tem significância ontológica primeira, pois se constitui no centro da atividade corporal e da experiência humana. A abordagem fenomenológica de pesquisas geográficas tanto lança luz para o fato de que os lugares constituem espaços como centro de experiência humana, quanto afirma a totalidade e indivisibilidade de uma experiência humana do lugar, definida em termos de estruturas de intencionalidade (Tilley, p.14-15).

O lugar “é um tipo de objeto”, de modo que juntos, lugares e objetos, “definem o espaço, dando-lhe uma personalidade geométrica” (Tuan, 1983, p. 20). O lugar é pausa no movimento; a pausa que permite que uma localidade se torne o centro de um reconhecido valor (Tuan, 1983, p. 153). Assim é que o chamado *centro histórico* se constitui em um lugar, uma pausa, um *centro* de um reconhecido valor; pulverizado em vários outros lugares.

Casey (1996) adverte que “place is no empty substratum to which cultural predicates to be attached; it is an already plenary presence permeated with culturally constituted institutions and practices” (p. 46). Falar em espaço-tempo é para Casey, falar também de evento, pois que as qualidades espaciais e as relações acontecem num determinado tempo. O lugar é assim mais um “evento” do que uma “coisa” (p. 26): “Thus ‘event’ can be considered the spatiotemporalization of place, and the way it happens as spatiotemporally specified” (1996, p. 37). Os lugares não apenas são, eles acontecem; e é porque eles acontecem que “they lend themselves so well to narration, whether as history or as story) (p. 27).

Ressalta Tilley que o espaço somente pode existir como um conjunto de relações entre coisas ou lugares; pois que o espaço é criado pelas relações sociais, naturais e objetos culturais. O espaço não é uma realidade autônoma, nas quais se localizam pessoas e coisas, mas sim uma produção, uma realização. Há uma dialética nas relações

espaciais que afetam as coisas e os lugares, pois “space is both constituted and constitutive” (1994, p. 17). De maneira relacional os espaços e os lugares constituem os amplos contextos para “social practices-landscapes”.

A paisagem cultural de Goiás, como já fora destacado (Parte I), tem a qualidade de interligar cultura e natureza de maneira singular, sendo um convite à contemplação. Até hoje a justaposição da paisagem natural à arquitetura vernacular, dos Morros Santa Galo, Dom Francisco e das Lajes, da Serra Dourada e do Rio Vermelho ao casario e à malha urbana atribui à cidade a “aparência de uma tapeçaria inalterada” (tomo emprestada a expressão de Zukin, 2000, 86). Mas devemos entender esta aparência como fruto de um processo histórico-cultural, cuja consequência foi simultaneamente tanto a aparente inalterabilidade da paisagem, quanto sua gradativa transformação em bem de troca; mercadoria para o consumo cultural.

Zukin afirma que a “*paisagem* é um conceito-chave” para se entender a transformação espacial (2000a, p. 83), pois como “ordem espacial imposta ao ambiente — construído ou natural”, a paisagem é “sempre socialmente construída: é edificada em torno das instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições” (p. 84).

Quase sempre, no processo de formação ou reforço da “centralidade”, já analisada na Parte II, se estabelecem “paisagens de poder”, que são definidas como assimetrias de poder no plano socioespacial (Zukin, 2000a); decorrentes dos processos de *enobrecimento*. Por meio das práticas de *enobrecimento* inicia-se um processo de apropriação cultural, que segundo Zukin se dá em duas etapas:

Primeiramente, um grupo social não relacionado de modo nativo à paisagem ou ao vernacular assume uma perspectiva de ambos. Em segundo lugar, a imposição de sua visão — convertendo o vernacular em paisagem — conduz a um processo material de apropriação *espacial* (2000a, p. 89).

Suzana Sampaio, a paulista membro do ICOMOS, *fada madrinha*, cumpriu o papel do intelectual que impulsionou o processo de patrimonialização (em nível mundial) e as práticas de *enobrecimento*. Juntaram-se a ela outros intelectuais em âmbito regional, além de músicos, poetas, artistas. Encontraram eles em Goiás um terreno fértil, uma vez que a elite cultural já vinha trabalhando no sentido de transformar bens culturais em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural e estava ávida por acelerar o processo que vinha lento e gradual desde fins da década de sessenta.

Agiu a elite cultural, no decorrer de três décadas, colaborando no processo de transformação dos significados da paisagem histórica e cultural em um segmento de mercado: Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra, Palácio Conde dos Arcos, Semana Santa (com ênfase na Procissão do Fogaréu), Casa de Cora Coralina. Foram agentes no trabalho de construção desta “paisagem de poder”, que é o *centro histórico* e que se tornou ainda mais centralizado, pois que a ela se justapuseram as celebrações religiosas, agora mais performáticas, cujo controle está também, em parte, nas mãos da elite cultural. Era uma camada social que desde a mudança da capital lutava tanto por sua identidade esfacelada pela destituição de centro de poder do Estado, quanto pela sustentabilidade da cidade: econômica, política, social, cultural e moral.

O processo de patrimonialização da cidade e a construção de “paisagens de poder” preparam a Goiás Velha para as práticas de *enobrecimento* que chegaram ao fim do século XX. Todo esse processo desencadeou inúmeros conflitos relativos às múltiplas identidades, aos variados sentidos atribuídos aos “lugares de memória” e às singulares e plurais formas de apropriação dos bens culturais.

Ponto a destacar das observações de Zukin (2000b) diz respeito aos três níveis de tensão estrutural inerentes ao conceito de paisagem. Ancora-se no geógrafo J. B. Jackson, para apresentar a primeira tensão estrutural presente entre a “paisagem” e o “vernacular”⁹⁷⁴, ou dito de outra maneira entre a “paisagem política” e a “paisagem habitada”.

O aspecto político, segundo Jackson impresso à noção de paisagem seria referente “those spaces and structures designed to impose or preserve a unity and order on the land, or in keeping with a long-range, large-scale plan” (1984, p. 150). O vernacular, diferentemente de apenas representar as tradições comuns de um lugar ou uma cultura, expressa tanto as “construções dos edifícios quanto das relações sociais feitas pelos desprovidos do poder, em contraste — e frequentemente em conflito — com a paisagem imposta pelos detentores do poder” (Zukin, 2000b, p. 106).

Atente-se para o fato de que o conceito “vernacular” de Jackson não pode ser confundido com o termo técnico “vernacular”, usado por especialistas para caracterizar o tipo de construções peculiares ao contexto de Vila Boa de Goiás no período colonial. O conceito “vernacular” de Jackson não está limitado às construções, mas também e, sobretudo, às formas com as quais os lugares “vernaculares” são apropriados e a relação

⁹⁷⁴ Zukin se inspira na conceituação de J. B. Jackson sobre

que estabelecem com as paisagens de poder. Segundo Jackson mobilidade e mudança são “the key the vernacular landscape”, que se caracteriza ainda pela sua capacidade de se ajustar às circunstâncias e aos fatores externos que fogem do seu controle (1984, p. 151).

Ao observarmos e aplicarmos os referenciais conceituais de Jackson (1986), de Certeau (1994, 1997), Herzfeld (1991), a justaposição de seus pensamentos se torna inevitável. Seus esquemas conceituais se complementam e contribuem sobremaneira para as investigações que observam e analisam como os bens culturais tornados patrimoniais são construídos, representados, vividos e apropriados tanto pelas pessoas comuns, cotidiana e ritualmente, como pelos burocratas da preservação patrimonial. Em especial, ajudam a interpretar as relações entre essas duas percepções e experiências da mesma paisagem cultural. Como dialogam? Onde se encontram? Onde divergem? Quais as “margens do dissenso” (Leite, 2001)?

Não parece a relação entre paisagem e vernacular (entre paisagem política e paisagem habitada) equivalente à relação entre “estratégias” e “táticas”? Não seria também, no caso dos patrimônios culturais, a paisagem de poder regida pela lógica do “tempo monumental”, enquanto a paisagem habitada, “vernacular”, regida pelo “tempo social”. Não seria o “tempo monumental”, base para as “estratégias”; assim como o “tempo social” para as “táticas”?

No caso de Goiás, este primeiro nível de tensão do conceito de paisagem — paisagem e vernacular — é particularmente importante, pois quão mais avançaram as práticas patrimoniais, mais os vilaboenses se sentiram expropriados de seus lugares, objetos e relíquias de pertencimento, ou ao menos de alguma parte deles. Da retórica e da prática decorrentes desse dissenso é que se constituem os dados etnográficos apresentados neste capítulo.

Um outro nível de tensão situa-se entre o *mercado* e o *lugar*. Referindo-se à obra de Polanyi, Zukin (2000b) destaca a idéia de que há forças “a favor da mudança, do deslocamento, da modernização”, que seriam relativas ao *mercado*, às instituições locais ou globais e que agem no sentido do deslocamento. O “lugar” a ser mantido pelas “forças de resistência” tradicionais, prima pelas relações comunais e autonomia das localidades (p. 107).

Em Goiás o *mercado* se faz representar nas “estratégias” das agências estatais e das ONGs locais do sentido de “mudar os usos e as formas do ambiente construído”, conforme será apresentado. Reagindo a isto, de maneira muito pulverizada, começaram

a surgir, aqui e ali, focos de resistência, de desconfiança, de desacordo. Certamente que no jogo entre essas forças está implícita a noção de poder. Quais grupos conseguiram se impor nesta luta entre forças de deslocamento e de resistência?

Há que se considerar que no mundo contemporâneo, a compressão de tempo-espço — significando (1) o movimento e a comunicação através do espaço, (2) a extensão geográfica das relações sociais, (3) somados à experiência que se tira deste processo — impõe uma “geometria do poder”, uma vez que, segundo Massey, “diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões” (2000, p. 179). E isto não diz respeito apenas à “quem se movimenta” e “quem não o faz”, mas também ao “poder em relação aos fluxos e ao movimento” (Massey, 2000, p. 179).

A autora chama atenção para a complexidade e variabilidade dos modos como as pessoas são colocadas dentro da “compressão tempo-espço” e para o fato de que a “mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas”; pode “solapar o poder de outros” (Massey, 2000, p. 180). Esta idéia remete-nos à parte II desta tese e ao fato de que alguns vilaboenses, conformados em um grupo específico, tenham obtido tamanha eficácia tanto em suas ações, quanto na preservação de seus cargos e funções.

Um terceiro nível, de tensão estrutural inerente ao conceito de paisagem envolve “transformações em larga escala que estabelecem uma relação entre o sistema de produção econômica e o desenvolvimento de novos produtos culturais” (Zukin, 2000b, p. 108), de modo que as paisagens devem ser reestruturadas para refletirem sua inserção na economia mundial. Assim, altera-se o equilíbrio de poder das instituições locais a cada negociação, sendo que algumas delas perdem o controle sobre a paisagem local.

Com o processo de *enobrecimento* alguns lugares da área tombada foram mais especificamente valorizados, se constituindo em “paisagens de poder” internas; pois certos índices (como os lampiões) foram construídos e/ou iluminados literal e metaforicamente, denotando traços diacríticos internamente à área tombada. A uma classificação endógena interna ao centro histórico — *lado de lá / lado de cá*, minha rua / outra rua — se sobrepôs uma outra, em parte exógena, decorrente das várias ações de preservação patrimonial, das práticas de *enobrecimento* e da constituição das “paisagens de poder”.

Digo em parte, pois entendo que no processo de patrimonialização da cidade (segunda metade do século XX e início do XXI) a elite cultural vilaboense esteve

sempre à frente das construções destas “paisagens de poder”, em graus variados, em função do contexto histórico e sempre aliada às forças externas: poder público estadual e federal e setor privado. Chamo-a de exógena pelo fato de serem sempre referidas por uma parte dos vilaboenses tradicionais como realizadas *por gente de fora*, por *esse povo que nem é de Goiás*. Uma senhora desabafou: *o que me revolta é vim o de fora destruir o que está aqui dentro e tantos daqui de dentro da cidade que, de safadeza, entram em concordância com eles*⁹⁷⁵.

Como já foi em parte apresentado nos capítulos precedentes, esta classificação das paisagens urbanas, em parte exógena, teve início com a seleção dos bens tombados isoladamente na década de 50, seguida da delimitação do centro histórico em 1978, da requalificação de edificações e espaços urbanos com vistas ao mercado turístico, como, por exemplo, a constituição dos museus; a fronteira espacial operada pela fiação subterrânea e instalação dos lampiões de luz de sódio, e por último, das intervenções do Programa Monumenta / BID na área tombada.

O Programa Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com apoio da UNESCO. Atua em cidades protegidas pelo IPHAN, visando “conjugação recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social”⁹⁷⁶. Leite considera-o uma “esfera paralela ao IPHAN na atuação das políticas públicas de preservação” (2001, p. 69). Uma das metas do programa a serem destacadas diz respeito à dinamização das atividades econômicas do setor. Tanto é que indica que terá alcançado seus propósitos quando

- a) o número de visitantes aumentar; b) as taxas de ocupação dos edifícios nas Áreas de Projeto aumentarem; c) os recursos dos fundos locais de preservação atingirem os níveis projetados, e d) a atividade econômica e o emprego aumentarem nas áreas⁹⁷⁷.

Observa Leite (2001) que a “prioridade do projeto não é, portanto, a simples recuperação de monumentos de valor histórico para determinados setores da população, mas prioritariamente a ‘revitalização’ de áreas urbanas rentáveis, que possam fomentar a reaplicação econômica dos recursos envolvidos” (p. 70)

⁹⁷⁵ Entrevista concedida à autora em 2002.

⁹⁷⁶ Pesquisado no site www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=195548more=18c=18pb=1# Access on 15 de janeiro de 2007.

⁹⁷⁷ Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano – Monumenta, BR 0261, 2000, p. 7.

Outro ponto a ser destacado é que para cumprir a meta de “manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos” o Programa propõe como estratégia o estabelecimento de “novos usos para os imóveis e monumentos recuperados”⁹⁷⁸. Atendendo à lógica da conservação patrimonial, estes objetos, metas e estratégias devem ser compreendidos no âmbito dos contextos nos quais se aplicam.

Em Goiás as ações do Monumenta se voltaram mais para os espaços públicos do que para “as intervenções em edificações tombadas” visto estarem estas “em bom estado de conservação”⁹⁷⁹. A Oficina de Planejamento do Monumenta, que à área de atuação e influência do projeto na cidade, foi realizada em março de 2001, com presença vários agentes da cultura e patrimônio locais, além dos especialistas e consultores do IPHAN. (Mapa 10 – página 474).

As ações do Monumenta em Goiás desde 2001 até 2006 foram as seguintes: (1) 15 imóveis atingidos pela enchente; (2) restauração do Museu das Bandeiras; (3) Chafariz de Cauda e retirada do anfiteatro do Largo do Chafariz (Praça Dr. Brasil Caiado); (4) revitalização da Praça do Coreto (Praça da Liberdade); (5) recuperação do calçamento de algumas ruas e calçadas inseridas na área do projeto; (6) restauro e conservação de muros; (7) restauração de imóveis privados; (8) resgate da Estrada do Nascente: trilhas e caminhos de Vila Boa. Além disso, o Programa Monumenta financiou o Festival de Poesia de Goyaz⁹⁸⁰.

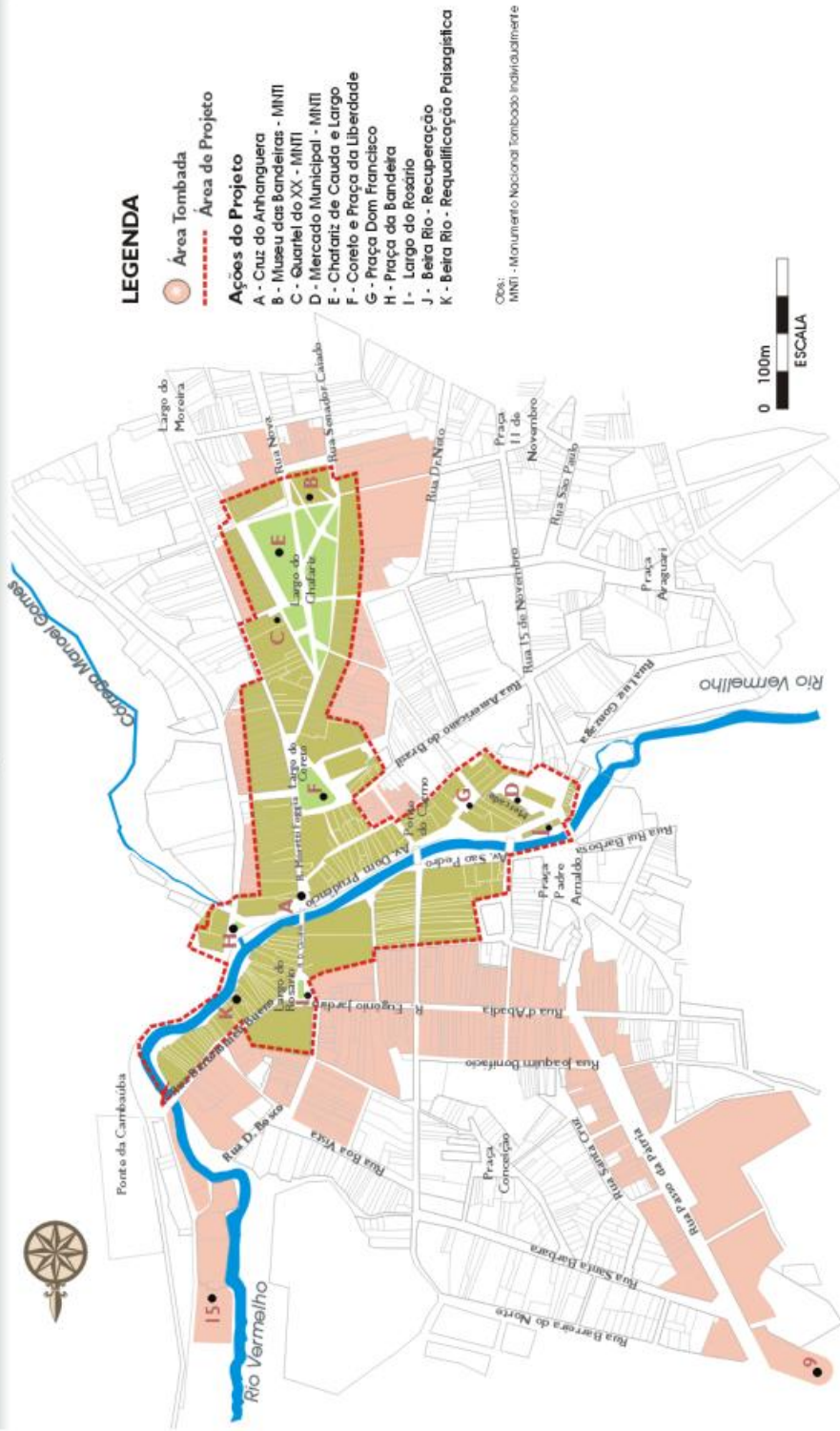
Nesta tese interessam particularmente, as ações do Programa Monumenta que incidiram sobre os imóveis atingidos pela inundação do Rio Vermelho; o restauro do Chafariz de Cauda e retirada do anfiteatro; e a revitalização da Praça do Coreto.

⁹⁷⁸ Pesquisado no site www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=195548more=18c=18pb=1# Access on 15 de janeiro de 2007.

⁹⁷⁹ Monumenta/BID. Perfil do Projeto. Resumo Executivo. 2002.

⁹⁸⁰ Projetos a serem desenvolvidos são (1) a “Revitalização do trecho urbano do Rio Vermelho” e (2) o Mercado Municipal, sendo este último “projeto foco do programa” se definindo como “suporte para sustentabilidade com a oferta de concessões de espaços para os permissionários existentes”. Pesquisado em www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=195548more=18c=18pb=1# Acessado em 15 de janeiro de 2007.

PROJETO GOIÁS



ÁREA DE PROJETO E INFLUÊNCIA COM LOCALIZAÇÃO DAS AÇÕES

FONTE: Monumenta

Além de interpretar as práticas de *enobrecimento*, a constituição de novas “centralidades” e de “paisagens de poder”, bem como a relação entre os lugares representados e vividos, interpreto a representação dos vilaboenses tradicionais de sua paisagem cultural. Concretamente representada, esta paisagem é central na produção cultural vilaboense. É objeto retratado pela literatura, música e arte pictórica. Estas expressões devem ser tomadas como narrativas que visam construir uma identidade da (e para) a cidade. A importância desta construção identitária reside no fato de se fundar esta identidade especificamente na paisagem urbana — casario, igrejas, monumentos, largos, ruas, becos, morros e rio — tendo por isso colaborado sobremaneira para a patrimonialização daquela paisagem cultural.

Este capítulo empreende uma interpretação das formas singulares e plurais de apropriação cotidiana privada e pública dos espaços patrimonializados: dos lugares abstratamente representados e concretamente vividos. Tomo as experiências vividas cotidiana e ritualmente, com vistas a analisar a relação dos vilaboenses tradicionais com os seus espaços patrimonializados e, sobretudo, com o processo de fragmentação dos lugares e de hierarquização dos patrimônios.

9.1. A paisagem cultural: pintando, declamando e cantando Goiás

Se pretendemos compreender a identidade deste lugar, que é a cidade de Goiás, para os vilaboenses tradicionais — ou o que é a Combray de Marcel Proust, ou a Lake District de Wordsworth, ou a Goiás de Cora Coralina — precisamos buscá-la como propôs Malpas “in terms of a complex conjunction of factors involving the natural landscape, the pattern of weather na of sky, the human ordering of spaces and resouces, and also those individual and communal narratives with which the place is imbued” (1999, p. 185).

Dentre estas muitas maneiras de se capturar os sentidos atribuídos aos lugares vilaboenses, optei por começar esta análise por meio das expressões artísticas como narrativas sobre a cidade.

Há que se ressaltar a dupla característica do lugar: o fato de que dentro dos lugares se tornem visíveis lugares de duas maneiras. Primeiro como um lugar no qual a experiência é possível, e segundo como um lugar em uma representada forma, sendo pois uma abstração em forma de conceitualização ou de apresentação concreta de sua

conceitualização, por meio de nome, descrição, mapa, símbolos, dentre outras (Malpas, 1999). A relação com os lugares também pode encontrar expressão “through the agencies of myth, prayer, music, dance, art, architecture, and, in many communities recurrent forms of religious and ritual political” (Basso, 1996, p. 57).

Já indiquei em outros capítulos a maneira singular com a qual os vilaboenses tradicionais expressam a paisagem local por meio da produção musical. Agora, além da música iluminarei especialmente a arte pictórica e, mais superficialmente a literatura.

Esta paisagem cultural representada se compõe de múltiplos e singulares elementos: Serra Dourada, Morro das Lajes, Morro Dom Francisco, Morro Canta Galo, Rio Vermelho, Córrego da Prata e Córrego Manuel Gomes, a malha urbana e o conjunto arquitetônico, ainda formado pelos destaques verticais das torres sineiras, somados à lua cheia, ou ao sol escaldante que fere pela luminosidade que impõe ao ambiente, verdadeira “orgia de luz” (Monteiro, 1974, p.16). O vilaboense tem convicção de que seus luars são diferentes, mais baixos e intensos. Tem igualmente convicção de que a paisagem cultural se compõe de uma singularidade ímpar.

Minha Terra

*Ó minha terra adorada
Só a ti eu amo e sei amar...
Terra sem par bem amada
Goiás de lindo luar...
Tuas noites luminosas,
Plenas de luar, cheias de
amores
Tuas tardes primorosas
Tem o perfume das flores
E toda harmonia das cores*

*Tuas auroras de diamantes,
No mundo não tem igual
São como o sol tão distante
De nosso sonho ideal!
Quanta poesia em teus
campos
Em teus jardins quantas
flores,
Quanta luz de pirlampos
Nestas noites de fulgorez!...*

*Música: Joaquim Camargo
Letra: Alfredo de Castro*

Mas aquilo que realmente importa não é se de fato há um diferencial no luar, nas noites, na luminosidade e na paisagem cultural, mas o fato de que estas sejam representações importantes e recorrentes para a gente do lugar; das quais se servem para dele falar. Por isso, elas são materializadas nas expressões artísticas locais. De Certeau observou que os pintores conseguem “ver esses poderes locais”, “objetos inanimados” que ocupam na pintura o “lugar dos antigos deuses” da antiguidade, verdadeiros “espíritos do lugar” (1997, p. 193).

Em Goiás, além dos pintores, também os poetas, cronistas, contistas, compositores e músicos, trabalharam no sentido de antecipar “um reconhecimento público” do lugar. Quando representam o lugar, por meio das músicas, poesias e iconografia, agem no sentido de “animar” esse lugar. A isto se pode chamar de processo de “*interanimation*”, a que se referiu Basso (1996):

The experience of sensing places, then, is thus both roundly reciprocal and incorrigibly dynamic. As places animate the ideas and feelings of persons who attend to them, these same ideas and feelings animate the places on which attention has been bestowed, and the movements of this process — inward toward facets of the self, outward toward aspects of the external world, alternately both together — cannot be known in advance (1996, p. 55).

Por meio da música e também da poesia os vilaboenses tradicionais decantam — no sentido de celebrar, exaltar, engrandecer em cantos ou em versos alguma coisa ou os feitos de alguém⁹⁸¹ — sua cidade, largos, igrejas, becos, ruas, rios, poços, morros, chafarizes e lugares outros. Constroem e reconstroem os seus lugares de pertencimento e memória.

Há um movimento duplamente recíproco, segundo o antropólogo Steven Feld: “as place is sensed, senses are placed; as places make sense, senses make place” (1996, p. 91).

A música é talvez o meio mais difundido pelo qual o vilaboense expressa sua relação com o lugar. O vilaboense canta Goiás! *Noites Goianas*, *Balada Goiana*, *Rio Vermelho*, *Minha Terra*, *Lembrança de Goyaz*, *Reminiscências* são apenas alguns

Reminiscências

Ó Senhor! Dá que eu possa ver de novo
Aquele seu azul de minha terra
Aquele casario, aquele povo
E a magestade da Doirada Serra! [sic]

Ó Senhor! Dá que eu possa ver ainda
Lá na colina a capelinha santa!
Aqueles aves de plumagem linda
E o Rio Vermelho, que soluça e canta!

Ó dá Senhor! Que eu possa ver
contente
O Dom Francisco e o Cantagalo altivo
A minha casa, e toda aquela gente
Que no infortúnio deu-me lenitivo!

Ó dá Senhor!
Que eu possa uma vez mais
Rever a praia da Cachoeirinha
Rever os campos e os buritizais,
E o recanto, onde fiquei sozinha

Música: Joaquim Édison de Camargo
Letra: Francisca Filemon
Mascarenhas

⁹⁸¹ Sobre o uso do verbo decantar e a relação da música com o imaginário histórico, social e político conferir *Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira*, volumes I, II, III (Cavalcante, Starling e Eisenberg, 2004).

exemplos de composições que essencializam os valores naturais, arquitetônicos e culturais da cidade⁹⁸².

Ressalta-se ainda o fato de que os vilaboenses tradicionais não apenas se sirvam da música como um meio para cantar e encantar sua cidade, mas o fato de a música, ela mesma, constituir-se em uma expressão patrimonial do vilaboense tradicional; parte fundante desta paisagem cultural. Para Berenice do Carmo Brito (52 anos) *a alma de Goiás é cantora!* As diferenças de classes são subsumidas pela musicalidade inata:

*Parece que a música veio da alma de Goiás, que alma da cidade é música. É aquele canto desde o tempo da escravidão, aquele canto... eu sinto quando eu canto, quando outros amigos cantam que a pessoa que está ouvindo sente emocionada... vem cá do fundo do coração a música. Então é da alma de Goiás, a melodia! Sabe... o Rio Vermelho canta... as pedras, aqueles paralelepípedos cantam e a música vem de Goiás. Goiás é uma cidade musicada! [risos] A alma de Goiás é cantora! Tenho certeza, sabe? Porque tem cantores de todas as classes sociais, nós temos cantores. E cantores bons! Não é daqueles que cantam e você ouve e entra aqui e sai aqui, não! Você ouve e quer prestar atenção no que está ouvindo. Então são músicas que chamam a alma da pessoa. É porque é a alma de Goiás que ta cantando. Vem do fundo, vem do fundo!*⁹⁸³ [grifos meus]

Goiás também é decantada por meio dos versos, que sem melodias não são menos importantes. Poetas, poetisas, romancistas, cronistas, contistas e jornalistas vão se aventurar a declamar Goiás. Não cabe nos limites desta tese, nem é meu propósito fazer uma abordagem da produção musical ou literária relativa aos temas do espaço urbano ou da paisagem cultural. Várias foram as poesias que vieram pontuando esta tese desde o seu início e um breve retorno a elas é suficiente para se comprovar o quanto os lugares vêm sendo construídos também por meio da escritura poética da cidade patrimonial.

Dentre todos, Cora Coralina ocupa lugar exponencial neste quesito. É a poetisa local de maior renome nacional, sendo que boa parte de sua obra é dedicada aos espaços urbanos de sua cidade natal⁹⁸⁴. Muitas pesquisas já enfatizaram o status privilegiado

⁹⁸² Música e letra compostas respectivamente por: Joaquim Sant'Ana e Joaquim Bonifácio; Manoel Amorim Felix de Souza; Manoel Amorim Felix de Souza; Joaquim Édison de Camargo e Alfredo de Castro; Joaquim Édison de Camargo e Castello Netto; Joaquim Édison de Camargo e Francisca Filemon Mascarenhas.

⁹⁸³ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

⁹⁸⁴ E aqui não me contradigo por ter negado a musicalidade da poesia *Minha Cidade*, pois que nesta diferentemente de outras poesias e contos da autora, a cidade está muda em seus muros, avencas e ruas. Lembre-se ainda que se em capítulo precedente salientei a ausência de musicalidade do poema *Minha Cidade*, o fiz em comparação com o poema *Cantilenas da Cidade*, de Regina Lacerda, este sim um poema no qual se pode ouvir a música do cotidiano da cidade.

que Cora atribuiu à materialidade urbana — ruas, becos, muros, largos, casario, igrejas —, à paisagem natural — morros, serras, rios, avencas, etc — e ainda às relações sociais e ao cotidiano da sociedade vilaboense⁹⁸⁵.

Para o objetivo que ora urge trago apenas um único poema-prosa, de autoria de Cora Coralina como um exemplo paradigmático da imagem poética do lugar; como uma agência tanto na direção da construção da identidade da cidade patrimonial, quanto e, sobretudo, na afirmação da importância das relações sociais como constitutivas e constituídas por esses (e nesses) lugares.

Ao retornar à cidade de Goiás, depois de ter vivido 45 anos fora da cidade, Cora publica o *O Cântico da Volta*, compartilhando-o “numa memorável noite de celebração dessa volta, promovida pela Associação Brasileira de Escritores, Secção de Goiás” (Denófrio e Camargo, 2006, p. 9). Trago-o na íntegra, pois entendo que ele congrega os vários sentidos do lugar, uma vez que ao atestar a importância do reconhecimento do patrimônio ela o faz sem prejuízo da experiência urbana cotidiana do vilaboense.

*Velha casa de Goiás. Acolhedora e amiga, recende a coisas antigas de gente boa.
Vem de dentro um cheiro familiar de jasmíns, resedã e calda grossa — doce de figo ou caju.
Um tacho de cobre areado referve numa trempe de pedras. Uma braçada de lenha e gravetos acende o fogo ancestral.
A “porta do meio”, com sua aldrava de palmatória, sempre cerrada, como no tempo das Sinhás-Moças. A “porta da rua”, sempre aberta, num corredor de lajes largas e polidas pelo piso das gerações.
A cidade-mãe nem me surpreendeu, nem me desencantou.
Conservada, firme, bem empostada, tem recatos de mistério, tem feitiço de prender.
Valiosa e interessante essa madeirama pesada que escravos lavravam e estas pedras manuseadas por gente rude e estes muros e beirais anacrônicos.
Relembra Bandeiras e minerações passadas. Muita lenda de ouro remanescente, que os antigos enterravam na espessura dos paredões socados.
Achados empolgantes, buscas sugestivas, atrações singulares e assombrações, de permeio, criando um rico folclore local.
Sombras do passado deslizam pelas ruas estreitas e curtas, quebradas em ângulos imprevistos, abrindo-se em largos de simetria obsoleta.
Vou identificando os da minha geração e encarando de frente e inquirindo de perto os que sabem mais que eu.*

⁹⁸⁵ Conferir Alencastro, 2003; Delgado, 2003; Brito, 2006, Veiga Jardim, 2003; Ramos, 2006; Gomes, 2006; Ribeiro, 2006.

A cidade bicentenária, assentada sobre pedras, sobre pedras se apruma e se sustenta.

Soldada suas casas, paredes com paredes, portas com portas; agrupadas e unidas, num esforço tenaz e expressivo de apoio e coordenação defensiva.

Sentiu com altivez o tremendo impacto da mudança. Não se despovoou nem se desagregou com a grande espoliação.

No seu progresso atual, sente-se um novo sentido de ajustamento, solidariedade e união dos que ficaram, se impondo com dignidade e ao respeito e admiração dos que partiram.

Sobrevive aqui, ainda e sempre, o mesmo determinismo histórico que fez viver e florescer, dentro desta muralha de serras e rodeada destas águas vivas, uma autêntica civilização que, no enluramento de dois séculos, se considerou um dia madura e apta para ser mudada, sem se esfacelar, deixando ainda, para os pósteros, raízes fortes e sementes fecundas.

Goianía! O grande milagre de Goiás e da gente goiana!

Quarenta anos decorridos!

Outros tantos que iniciéi o retorno, numa migração inconsciente e obscura, tenaz e muda, tendo a Serra Dourada como sígla, os morros por roteiro e as arestas da vida me demorando os passos; e sobretudo, e acima de tudo o chamado ritual, aguado e poderoso da terra.

A vestal vîgilante da minha saudade sempre conservou acesa a candeia votiva da ternura pelo meu duro berço de pedras.

Os morros verdes parece que vestiram para mim galas vegetais; festivo o azul lavado dos ares, e do meu cansado coração, uma festa maior: — A festa da volta às Origens da vida.

Plena Semana Santa.

A riqueza cromática dos sinos veste a cidade de uma velha mística religiosa, sonora e vaga, a que as procições e andores de Dolorosas dão vida e cor.

A cidade lendária me toma nos braços, me enlaça e prende. Euforia, levitação...

Sinto-me renascer para o Canto Novo!

A Benção do Fogo! O Canto das Profecias!

Aleluia... Aleluia...

O Rio Vermelho, de águas avolumadas, corre, como sempre cantando e pulando de pedra em pedra, como nos dias da minha infância.

Menina que passa na ponte, menina que pára, que espia o rio.

Eu me revejo em tí. Pequena, magriça, feia, despenteada, de jeito rebelde.

Sou eu mesma que me reencontro em você, pequena goiana, incerta, desgraciosa, marcada pelo ferro em brasa de um destino duro.

Ouçõ as lavadeiras do rio Vermelho...

Vejo, metidas n'água, as tradicionais mulheres da terra. Cafusas, morenas, trigueiras e retintas, de idade indefinida, têm a seu cargo fazer limpa a roupa suja da cidade (sem alusão maligna).

Quando de tarde, atravessam as ruas, grandes trouxas alvacentas, equilibradas nas trunfas, têm um cheiro infante e gostoso de gente limpa, água e sabão.

Batem roupa o dia todos, à moda antiga, acompanhando com o compasso do tempo o ritmo da correnteza.

Sabem histórias do peixe encantado, tantas vezes encontrado, perdido e procurado.

Andam de engorras com a Mãe s'água. Nas durezas do ofício, se valem de São Caetano, bom santo, solícito e camarada; não é santo enjoado, de difícil atenção, e por isso, na volta do dia, elas vestem de colorido as margens do velho rio, ou seja, os altares do Santo amigo.

A cidade vai num anseio de valorização e progresso que sacode e empolga todo o Estado.

A juventude, inteiramente desintegrada do passado, enfeita as ruas e namora, confiante num melhor destino.

E a gente da velha ala?

Enraizada como velhas figueiras, agarrada às tradições e aos encantamentos da terra, sustentáculos, colunas e cariátides; embasamento, concreto e arcabouço, amparo e anteparo da cidade frustrada.

Velhas sentinelas que morrem no posto de honra; defensores tenazes e valentes do que aqui resta, de quanto aqui ficou, qual seja, o valioso Patrimônio histórico e cultural e as nobres tradições de Goiás.

Uma nova esperança acena no horizonte.

Com a expansão de Goiânia e com a possibilidade da mudança da Capital Federal para o planalto, Goiás será, sem dúvida, um centro de turismo, dos mais interessantes do país.

Assim compreendam seus assistentes e responsáveis, impedindo, em tempo, maiores atentados ao seu feitiço característico e tradicional que merece ser inteligentemente resguardado.

Para tí, cidade-mater, este cântico perdido de quem volta às origens da vida⁹⁸⁶.

Este sim um poema que estimulando todos os sentidos, constrói o sentido do lugar. Nele congrega espaços privados e públicos, as ruas e os largos, o casario, os doces, a madeira, o passado do ouro e das bandeiras, as pessoas do tempo passado e do tempo presente, a segurança ontológica do lugar, os morros, o rio, as pedras, as árvores, as celebrações religiosas, os sinos, os andores, a água, os aromas, os guardiões da tradição, a *cidade-mater* e ela própria, Cora. Concentra este poema-prosa, diversos “espíritos do lugar” (de Certeau, 1997). Narra de um só fôlego, a cidade para ela mesma, pois que deseja se reencontrar neste “lugar”, nesta “paisagem”.

Malpas afirmou que a complexa estrutura do lugar e sua capacidade de apresentar-se em caminhos múltiplos e diferenciados, provocam uma inevitável multiplicidade nos sentidos pelo qual o lugar pode ser compreendido e entendido: (1)

⁹⁸⁶ “Cântico da Volta”, *Villa Boa de Goyaz*, pp. 105-109.

como aquele que enfatiza as características concretas da paisagem natural; (2) que dá prioridade aos aspectos sociais e culturais; e (3) e que enfatiza o lugar como puramente “experienced” (1999, p. 173). Lembra que muitos escritos sobre lugares apenas tomam um ou outro modo de apresentação do lugar. O que não aconteceu com Cora Coralina. Aí creio residir a força de sua obra: a amplitude, singularidade e pluralidade da paisagem cultural que ela foi capaz de registrar.

A paisagem cultural expressa por Cora não se limita aos bens edificados e monumentais, tampouco à monumentalidade dos morros e serras. Também não se restringe aos becos e às lavadeiras. A escritura da cidade se funda numa paisagem singular e plural. Tudo importa na cidade bicentenária. Detalhes das relações sociais, das técnicas construtivas e das celebrações compõem a paisagem com as ruas estreitas e os largos. Tempo e espaço se conjuram no lugar. Memória e prospecção do futuro. Ao traçar a “ressignificação do espaço promovida pelo trabalho da memória” (Delgado, 2003), Cora constrói a multiplicidade dos sentidos do lugar.

Na obra de Cora, o “mapa da memória do eu e o mapa da cidade se sobrepõem” e assim, como em Walter Benjamin, “não é possível desenhar um sem o outro” (Bolle, 1994, 318). Delgado (2003) já indicou a análoga relação entre a escrita da memória em Cora e em Benjamin, por realizarem igualmente “movimentos de apropriação da cidade” como meio de encontrar-se a si próprios (p. 470).

Segundo Bolle (1994), “lugares e objetos enquanto sinais topográficos tornam-se vasos recipientes de uma história da percepção, da sensibilidade, da formação das emoções” (p. 336). Esta “memória topográfica”, da qual se serviu Benjamin, foi também acionada por Cora Coralina, que ao decantar Goiás, o fez não com vistas à “reconstrução dos espaços pelos espaços”; pois que estes serviram de “pontos de referência para captar experiências espirituais e sociais” (Bolle, 1994, p. 305). A “poetisa assume o papel da rapsoda que vai reconstruir a memória da cidade a partir da sua subjetividade” (Camargo, 2006, p. 63).

Em seu primeiro livro publicado, “Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais”, no terceiro paratexto Cora se dirige *Ao Leitor*⁹⁸⁷.

Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do Passado antes que o Tempo passe tudo a raso.

⁹⁸⁷ 1983, p. 39.

É o que procuro fazer, para a geração nova, sempre atenta e enleada nas estórias, lendas, tradições, sociologia e folclores de nossa terra.
Para a gente moça, pois, escrevi este livro de estórias.
Sei que serei lida e entendida

Comunicação e transmissão são objetivos presentes na agência poética de Cora. Diferentemente de Walter Benjamin, sua comunicação não é imediatamente de pai para filho, ou de mãe para filho; mas por certo, ela também transmite um patrimônio e realiza um “gesto de doação que encarna o ritual da continuidade entre as gerações” (Bolle, 1994, p. 318); senão de sua família imediata, de sua família simbólica: os *filhos da cidade-mater!*

Assim como Benjamin há uma intenção declarada de “preservar, por meio do registro escrito, a memória da cidade, antes que ela fosse destruída” (Bolle, 1994), antes que *o Tempo passe tudo a raso*. Ao contrário de Benjamin que parte para nunca mais voltar, Cora retorna, para os últimos anos de sua vida. Walter Benjamin tenciona preservar Berlim antes que a cidade seja destruída. Cora preserva a memória da paisagem cultural da cidade de Goiás sem ainda imaginar que o *Tempo* próprio da conservação patrimonial passaria um pouco daquilo *tudo a raso*.

A representação da paisagem cultural e da identidade vilaboense não se faz apenas por meio da poesia e da música. A arte pictórica é um artefato cultural de grande relevância para os vilaboenses e suporte etnográfico na interpretação da relação do vilaboense com sua paisagem cultural.

Corrêa (2003) detectou a presença constante dos “mesmos motivos” — monumentos, casario, ruas, becos, pontes — na representação da cidade na “arte pictórica”, avaliando que tais representações em repetição “não mostram outros ângulos ou outras nuances senão aquelas da história oficial, que vai sendo reproduzida em luzes e cores” (p. 252). Ao adotarem uma “visão romântica da cidade, voltada para o passado, o registro de fatos históricos, a idealização da paisagem, a aura de nostalgia etc., os artistas acabam contribuindo para a reprodução da ideologia de um sistema: a história oficial, somente ela, vai sendo registrada e assimilada pelos daqui e pelos que por aqui passam” (Corrêa, 2003, p. 257)⁹⁸⁸.

⁹⁸⁸ A autora dividiu em três vertentes os tipos de “arte pictórica”. A primeira linhagem denominada Goiandira do Couto, de “cunho preservacionista” e pouco crítica é também seguida por Regina Célia Damasceno, Marly Mendanha, Josélio Maranhão e Di Magalhães, entre outros. A segunda denominada de linhagem Octo Marques, onde também situa Lizete Ferreira Ribeiro Leite, é além de um “registro da história”, uma representação das mazelas sociais e humanas. Sob o nome de “outros olhares”, a autora

Há, contudo, que se considerar em qual contexto histórico surge a produção deste tipo de arte pictórica, histórica e monumental, com ênfase no patrimônio edificado e no espaço urbano. Goiandira do Couto já narrou incontáveis vezes, para jornalistas, turistas, artistas e vilaboenses a gênese de sua arte de pintar em areias; pois sua expressão artística nasceu em data e hora específica. Ela conta que na manhã do dia 18 de dezembro de 1967, aproveitava para descansar um pouco mais, quando *de repente, do meu lado direito, uma voz me falou: “faz uma casa com areia”*⁹⁸⁹. Além de assustada, Goiandira não entendeu de imediato o significado. Rezou um Pai-Nosso, pensou na memória de seus pais e no fato de que já tinha uma coleção de vidros com areias da Serra Dourada. Deveria fazer um quadro usando areia no lugar de tinta a óleo; técnica que já usava desde 1933. Desenhou uma casa, passou cola sobre *duratex* e foi jogando as areias coloridas. Assim nasceu a arte que a tornaria famosa; a arte que retrata as paisagens de Goiás⁹⁹⁰.

Goiandira do Couto, a mãe simbólica da Procissão do Fogaréu (em sua atual concepção), se tornou a artista plástica mais famosa na arte de pintar a paisagem cultural de sua cidade. Ambas as criações datam da década de sessenta quando a elite cultural já construía a cidade patrimonial, performática e turística. Neste momento, Cora Coralina decantou o espaço urbano para além da Serra Dourada⁹⁹¹; e Goiandira (prima de Cora) pintou monumentos, becos, pontes, largos, chafarizes e igrejas e os dispôs não apenas nas casas vilaboenses, mas em todo o país. A elite cultural em todas as esferas — artística, intelectual e política — agiu conjuntamente a fim de vincular a identidade da cidade às suas características físicas e culturais.

Não discordando de Corrêa (2003) de que há um olhar, de certa forma, obcecado por uma determinada paisagem cultural — pois a cultura local é muito mais do que apenas o aspecto morfológico da estrutura urbana — entendo que não se pode analisá-lo apenas considerando-se a produção da arte pictórica, pois há também que se considerar o consumo e a recepção destes artefactos artísticos no contexto local; a sua trajetória, o seu destino. Relativamente às artes, Geertz afirma que “não é só com estátuas (ou

situa na terceira linhagem artistas não vilaboenses, como Hanilson Silva e Maria Eugênia Curado (esta, *filha de Goiás*), em cuja obra a “história oficial não é copiada; é transfigurada” (2003, p. 253-267). Nos lares vilaboenses notei presença maior do que Corrêa intitulou de “primeira linhagem”.

⁹⁸⁹ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

⁹⁹⁰ Atualmente Goiandira tem um atelier, em cômodo anexo a sua casa, onde recebe os turistas. Lá tem expostas tanto sua obra, quanto uma mesa contendo centenas de potes com as diversas tonalidades de areia provenientes da Serra Dourada.

⁹⁹¹ “Poemas dos becos de Goiás e estórias mais”, teve sua primeira publicação em 1965, pela Editora José Olympio (Rio de Janeiro).

pinturas, ou poemas) que temos que trabalhar, mas sim com os fatores que tornam esses objetos importantes” (1998, p. 180). Corrêa leva em conta a exigência do turista por paisagens que retratem a “cidade-monumento”. Não analisa, no entanto, a guarida que tais obras tiveram e ainda têm nas *varandas* e salas vilaboenses.

Este, contudo, é o ponto que a esta tese interessa: se há uma produção artística local focada em paisagens específicas, há igualmente um consumo e, principalmente, um uso cotidiano destes artefactos pelos vilaboenses. Não são apenas os turistas que consomem estes bens de troca. E antes, certamente, os turistas os consumiam muito menos do que os próprios *filhos de Goiás*, visto que o turismo foi incrementado especialmente a partir da década de 80. Se os *filhos de Goiás* (artistas e consumidores) estão reiterando estas “paisagens de poder”, porque o fazem? Porque trazem para dentro dos patrimônios privados os patrimônios públicos? Simbolicamente, porque assim os englobam! Sim, mas creio que há mais.

Desde o princípio do trabalho de campo estas questões se impuseram à pesquisa, posto que eu era cotidianamente surpreendida pela preeminência de gravuras, telas e peças em cerâmica e porcelana, contendo temas da paisagem urbana de Goiás, expostas no interior das casas.



As três telas retratam Goiás. Foto tirada em dia de Folia do Divino. Nini Jubé ao lado do Imperador.
Foto: Izabela Tamasso (2002)

As *varandas* e/ou salas de visita exibem em preto e branco ou em cores a paisagem local. Para dentro do espaço privado se instalam os largos e chafarizes, as ruas e os monumentos, os becos, os morros, o casario e as igrejas. A genealogia da família é substituída pela *cidade-mãe* e cada tela, quadro, gravura ou objeto decorativo, traz um “lugar” público para o espaço privado.

Teriam esses objetos, como os objetos antigos, um valor de “célula-mãe”, no sentido de que permitem a identificação do “ser disperso” com a “situação original e ideal do embrião” (Baudrillard, 1993, p. 87)? O que importa é que a cidade de Goiás se

representa preservada naquelas imagens fixadas nas paredes, numa reiteração simbólica de que tudo continua como outrora, apesar da mudança da capital ⁹⁹².

As paisagens que observei serem as mais reproduzidas são: (1) o Museu da Boa Morte, em geral com o Palácio Conde dos Arcos, (2) o Largo do Chafariz (Praça Dr. Brasília Caiado) com o Chafariz de Cauda e/ou o Museu das Bandeiras, (3) a Cruz do Anhanguera com a Casa de Cora Coralina e a Igreja do Rosário, (5) a Casa de Cora com o Rio Vermelho. Depois seguem ruas, becos, igrejas e o casario.

Há que se tratar do tema relativo ao tempo e os caminhos com os quais o tempo é compreendido e negociado no âmbito local. Ao privilegiarem a paisagem urbana que representa a parcela preservada da cidade, os vilaboneses estão negociando com o “tempo monumental”. Isto porque à medida que transportam para dentro das *varandas* a paisagem histórica de Goiás — o seu patrimônio, seus bens culturais, seus monumentos — os vilaboenses auto-monumentalizam não apenas a cidade, mas também os seus antepassados, a sua genealogia, as suas famílias seculares e tradicionais, aumentando assim o seu capital simbólico. A cidade histórica, antiga capital do Estado, é o brasão das famílias tradicionais e deve por isso atender à lógica do patrimônio privado: direito de apropriação (poder de decisão) sobre seus espaços vividos, o “tempo social”. Os conflitos surgem quando o “tempo monumental” se impõe na prática sobre o “tempo social”, invertendo a lógica simbólica do englobamento do público pelo privado e instalando a “antinomia entre domínio e posse”.

No meu primeiro aniversário passado na cidade (2000) durante trabalho de campo, ganhei uma pequena peça em porcelana⁹⁹³, cuja pintura trazia a paisagem contendo o Museu de Arte Sacra da Boa Morte. Uma lembrança da minha vizinha de *parede meia*, Teresinha Batista. No aniversário do ano seguinte, já compartilhando intensamente daquele cotidiano, recebi vários vizinhos e amigos vilaboenses em minha casa, quando então ganhei: duas Casas de Cora em porcelana (de formato e tamanhos diferentes) de Teresinha Batista e Suzel da Veiga Jardim; um Museu de Arte Sacra em cerâmica, de Neusa Serradourada; uma Igreja da Abadia em cerâmica, de dona Ely da Rocha Rezende; outra Igreja da Abadia em bico de pena, de Raimunda Montello Gomes; e uma Igreja de São Francisco pintada em uma pequena cabaça, de Fátima

⁹⁹² Corrêa (2003) assinalou que os “artistas agrupados” nesta linhagem, cuja produção artística “fica circunscrita à arquitetura” e “à fisicalidade do patrimônio”, “amam a terra onde viveram seus antepassados e onde eles têm vivido até o momento. Eles falam daqui, com afeto, admiração e respeito pela casa mãe” (2003, p. 259-261) [grifo meu].

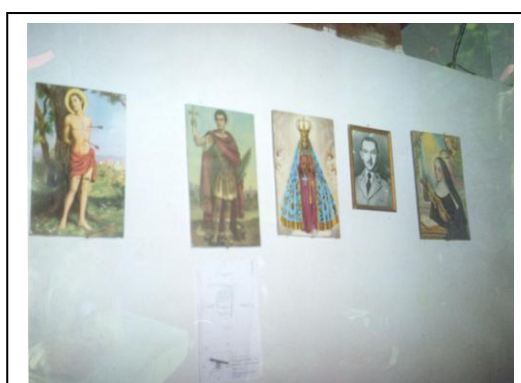
⁹⁹³ Peça que se pode tanto ser colocada por sobre um móvel, quanto ser pendurada na parede.

Cançado. Todas elas, minhas vizinhas. Escolhi um canto e lá dispus, com destaque, todas as peças com as quais fui gentilmente presenteada.

Quão mais encontrava estes símbolos do espaço público no espaço privado, tanto mais ia confirmando minha hipótese de que a cidade é para o vilaboense tradicional tal qual um antepassado, cujo legado recebido deve ser cuidado e transmitido. Passei a observar todas as casas em que entrava e apenas não confirmei o modelo nas residências localizadas fora do espaço tradicional da cidade⁹⁹⁴. Nas áreas periféricas carentes, os ornamentos se resumiam aos santos, folhinhas de santos, calendários; por vezes, dividindo o espaço com um retrato de algum antepassado⁹⁹⁵.



Residência de família tradicional
Foto: Izabela Tamaso (2002)



Casa de migrantes moradores da Vila Lions
Foto: Izabela Tamaso (2002)

Antes de deixar a cidade, ao fim do trabalho de campo, ganhei três bicos de pena — Igreja de Santa Bárbara; Rio Vermelho com Casa de Cora Coralina e Hospital São Pedro de Alcântara; Rua Dom Cândido Penso com Igreja do Rosário — de Rita da Veiga Jardim; e um quadro em areia, cujo desenho é o sobrado da senhora que me presenteou, dona Olímpia de Azeredo Bastos. Trazia comigo as ruas, os largos, as

⁹⁹⁴ Acompanhar as Folias do Divino que percorrem todo o espaço urbano da cidade, inclusive todos os bairros *periféricos*, me permitiu observar acuradamente este dado. A Folia é dividida em três grandes grupos, cada qual com várias bandeiras. Tendo eu acompanhando um bandeira, obviamente não percorri todos os bairros e casas da cidade. Ocorre que todas as bandeiras se dividem equitativamente entre centro e periferia, de maneira que todas percorrem áreas urbanas bastante desiguais.

⁹⁹⁵ Na Vila Lions, que conforme já revelei, guarda grande proximidade física e social para com as áreas tombada e de entorno, havia uma casa, cuja sala expunha um desenho da Cruz do Anhanguera. A jovem garota de 13 anos, estimulada por uma professora da rede pública de ensino, por ocasião do Projeto de Educação Patrimonial “Viva e Reviva Goiás”, desenhou o que considerava patrimônio mais importante da cidade. Lá na casa simples situada atrás do Cemitério, um símbolo da cidade histórica já apontava para influência do projeto de educação patrimonial no reconhecimento e na apropriação dos bens culturais de valor da cidade. O que não significa necessariamente um bom resultado! Pois o fato de as paisagens de poder começarem a ser incorporadas no cotidiano das pessoas, não indica, de modo algum, garantia de participação equitativa nas políticas patrimoniais. Também não implica em sujeição total à representação do “tempo monumental”. Tal análise exige digressões por outros referenciais teóricos (educação, comunicação, teorias da recepção, etc) que não cabem nos limites desta tese.

igrejas, os monumentos e suas próprias casas. Para minha casa trazia a cidade deles — “casa” ampliada — e a própria casa deles, como prova tangível da reciprocidade iniciada. Mais do que isso, trazia comigo os símbolos dos patrimônios privados, públicos e religiosos. Deveria cuidar e respeitar simbolicamente, também eu, a sua *cidade-mãe*.

Procurei por alguns artistas plásticos objetivando investigar qual motivação os levava a recortar uma determinada paisagem? Por qual paisagem têm mais demanda? Todos me revelaram que têm que *fazer* mais Casa de Cora, pois a demanda por parte dos turistas é maior por ela. É importante sublinhar que são os turistas a privilegiarem a paisagem da Casa de Cora, pois nas casas dos vilaboenses tradicionais a Casa de Cora não tem precedência, embora seja frequentemente retratada.

Regina Célia Damasceno, artista plástica e membro da elite cultural, revelou: *Bom, eu sempre gostei de fazer Goiás* [grifo meu]. *Eu acho que a própria cidade contribui muito para essa fonte de inspiração do artista*⁹⁹⁶. Observe-se que a artista *faz Goiás*, e o faz em duplo sentido; não apenas artística como também simbolicamente. A cidade é feita e refeita pelas mãos dos artistas, que colaboram no processo de construção da identidade de cidade patrimonial; e pela aceitação tácita de que todos devem dispor a sua *cidade-mãe* nos seus espaços privados de sociabilidade, que são as *varandas* da casa colonial. Sobre a escolha das paisagens desenhadas e pintadas Regina revela que gosta

*dos pontos turísticos e principalmente becos de Goiás, que as pessoas não dão muita importância, mas eu gosto de retratar becos... muros antigos [...] e eu gosto dos pontos turísticos. Eu gosto muito do Museu, do Chafariz... a minha paixão! Museu das Bandeiras, Igreja da Boa Morte, Casa de Cora... de vários ângulos. Porque sabe, você tem que perceber também o que o turista gosta. Não a título de comercializar, mas assim... em termos gerais. Às vezes ele não conhece Cora... mas já ouviu falar na Casa de Cora, mas ele já vem com a imagem da Casa de Cora na cabeça. Então o que mais sai é Casa de Cora. É impressionante! É um dos pontos assim... você pode pintar dez... tendo três Coras sai todos. É impressionante! Eu gosto muito da Santa Bárbara. Eu gosto de retratar igrejas, eu gosto muito da... Igreja de São Francisco*⁹⁹⁷.

O artista plástico Di Magalhães (47 anos) confirmou a grande procura pela paisagem da Casa de Cora enfatizando que esta solicitação é proveniente mais do *turista*

⁹⁹⁶ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2002.

⁹⁹⁷ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2002.

*porque a Cora é um nome marcante na cidade*⁹⁹⁸. Talvez a formulação mais apropriada fosse: Cora é o nome da cidade mais marcante para os de fora da cidade.

Entendo as representações do espaço urbano de (e em) Goiás — por meio da poesia, da música e da arte pictórica — como sendo uma dentre as práticas por meio das quais as “estruturas físicas foram sendo transformadas em balizas de territorialidades”, “em marcos do lugar ou de vida ressingularizada” (Arantes, 2000, p. 13). As paisagens transpostas para dentro das casas agiram reflexivamente no processo social de construção da cidade patrimonial, que desde o início expressou a imbricação dos espaços públicos e privados. As “paisagens de poder” expressas na poesia, na música e na arte pictórica, foram acionadas pelos *filhos de Goiás*, pelo fato de que simbolizavam o seu poder maior, aquele do qual foram involuntariamente destituídos: o poder de capital do Estado.

Tendo finalizado o trabalho de campo mantive contato com vários vilaboenses que também têm casas em Goiânia e constatei que também em Goiânia a cidade de Goiás é disposta à exposição. Quadros e gravuras se fazem presentes nas casas das famílias tradicionais na capital. E os lares vilaboenses na capital de Pedro Ludovico Teixeira estão repletos da paisagem cultural da velha capital; exibindo o casario da oligarquia vilaboense dos *tempos da mudança*, os monumentos legitimadores da ancestralidade urbana e política, e a paisagem natural. A cidade indigitada como insalubre é agora monumental, também nos lares da nova capital!

9.2. Largos, becos, ruas e pontes

Em Goiás se manteve o tradicional sistema de malha urbana, onde a “rua corredor” ainda é “delineada por fachadas contínuas de prédios” (Holston, 1993, p. 109). O fato de que características do urbanismo pré-industrial da cidade de Goiás tenham se mantido preservadas, significa a manutenção de uma organização arquitetônica dos âmbitos privado e público da vida social. Segundo Holston (1993), a “rua é ao mesmo tempo um tipo específico de lugar e um âmbito da vida pública” (p. 111). É por meio do contraste entre o espaço público e o edifício privado que a organização arquitetônica estrutura a paisagem urbana. Assim, afirma Holston “a rua não é apenas o lugar onde ocorrem vários tipos de atividade”, mas também onde se

⁹⁹⁸ Entrevista concedida à autora em maio de 2005. Grifos meus.

“corporifica um princípio de ordem arquitetônica mediante o qual a esfera pública da vida civil é ao mesmo tempo representada e constituída” (1993, p. 111)⁹⁹⁹.

As pontes, elos de ligação entre algumas ruas são importantes artefactos culturais, tanto funcional quanto simbolicamente. São cinco as pontes situadas na área tombada. Seguindo o curso do rio seguem as três primeiras e mais antigas, na seguinte ordem: Ponte da Cambaúba, Ponte da Lapa e Ponte do Carmo. Depois duas pontes mais recentes e já com estrutura moderna: a Ponte Nova — também conhecida como Ponte do Mercado — e a Pinguelona. (Mapa 7 – página 160)

O que o Rio Vermelho separa as pontes unem; cumprem a função de unir dois lados da cidade: o *lado de lá* e o *lado de cá*. Perguntei para muitos vilaboenses tradicionais qual a diferença entre os dois lados do rio. A maioria me respondeu convictamente que o lado do Rosário *é mais frio* e o lado de Sant’Ana *é mais quente*. Observe-se diálogo com dona Olímpia de Azeredo Bastos (80 anos)¹⁰⁰⁰, residente do *lado* do Rosário:

IZABELA: A senhora sempre morou deste lado do rio?

OLÍMPIA: *Toda a vida! Nunca moramos do lado de lá.*

IZABELA: E se a senhora tivesse que morar do lado de lá?

OLÍMPIA: *Não, não gosto não. O clima de lá é diferente. Você passa o rio, você nota. Lá é mais quente que do lado de cá. Você pode ir lá para você ver.*

IZABELA: E o povo é diferente?

OLÍMPIA: *Não, tudo a mesma coisa. Nós toda a vida tivemos amizade... a tia Zulmira morava do lado de lá, tinha muita gente de nossa família que morava do outro lado.*

Muito embora esta justificativa com base no clima seja senso comum, entendo que talvez neste ponto se opere uma divisão social. Bourdieu já assinalara que “as classificações mais ‘naturais’ apóiam-se em características que nada têm de natural e que são em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas de delimitação legítima” (2000, p. 115).

⁹⁹⁹ Holston compara “dois tipos contrastantes de urbanismo” — Rio de Janeiro e Ouro Preto de um lado e Brasília de outro — a fim de revelar não apenas “tipos diferentes de ordem urbana enquanto concretizações de regimes políticos contrastantes”, como ainda para expor concepções diversas sobre o que constitui o público e o privado “nas relações entre autoridade política e sociedade civil” (1993, p. 111).

¹⁰⁰⁰ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

Alguns poucos vilaboenses atestam que a diferença extrapola as características climáticas. Perguntei a uma distinta senhora, moradora do lado de Sant'Ana, se ela tivesse que ir morar do *lado de lá* (o do Rosário):

Se eu tivesse necessidade eu moraria, mas prefiro do lado de cá. Você já viu o preto e o branco? Fala-se demais que não existe separação, que não existe preconceito. Pura mentira! Você sabe que é mentira, que lá no fundinho está tudo separado né? É mesma coisa em Goiás: banda de lá e banda de cá... “eu moro da banda de lá”, agora... é menos que do preto e do branco...a cidade né? Mas não sei, é como se o rio separasse. A gente vai, a gente tem amizade e tudo o mais, mas gosta de morar do lado de cá. Do lado de cá você vai subindo, quando chega aqui no alto do Moreira você sente o calor vindo. É mais quente pra cá. Agora, você passa pro lado de lá, lá é frio. Ce vai indo pra lá é mais frio. E não sei, eu acho a cidade do lado de cá mais alegre. O lado de lá, não sei...¹⁰⁰¹ [grifos meus]

Mesmo amenizando a afirmativa da diferença social, esta senhora não consegue recuar da assertiva da diferença climática e de humor. Ressalte-se que o lado considerado *frio* é aquele no qual estão localizados o hospital, o cemitério, a igreja e as irmandades dos negros e o antigo campo da forca. O lado considerado *quente* abriga o Palácio, a Catedral, a antiga Casa de Fundação do Ouro, a antiga Casa da Real Fazenda (da Moeda), o Quartel do Vinte, o Chafariz de Cauda, a Cruz do Anhanguera, a Prefeitura Municipal. O *lado frio* compensa pelas igrejas católicas em número maior, quatro; do *lado quente*, na área tombada, são apenas duas.

Há famílias que estão mais fixadas em um dos lados do rio. Uma senhora comentou que há *uma coisa engraçada, o rio separa as famílias de lá das famílias de cá*¹⁰⁰². Mas não completamente, pois com as alianças de casamento, os nubentes em geral se localizam do *lado* da casa da mãe da moça. A distinta senhora, que sendo filha de família moradora do *lado* de Sant'Ana, se casou com rapaz de família do *lado* do Rosário e revelou que

O meu marido morou quarenta anos aqui, do lado de cá [Sant'Ana], mas com raiva. Ele era bairrista mesmo. Ele era do lado de lá. Minha sogra, eu nunca tive atrito com ela, nunca nada... mas ela era assim... ela era Souza, e ela falava pra mim assim... ela nunca trocou uma fralda num filho pra mim... ela falava pra mim “quem olha seus filhos é sua mãe, pra você trabalhar. Heitor não pode comprar uma casa aqui perto de mim. Que adianta ele morar do lado de cá? Eu não vou olhar menino pra você! Ele vai comprar uma do lado de sua mãe. Sua mãe mora lá em cima; é ela que olha”. Então ela fez ele comprar essa

¹⁰⁰¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora. No texto citado os nomes verdadeiros foram trocados por pseudônimos.

¹⁰⁰² Entrevista concedida á autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

*casa pra mim*¹⁰⁰³. Foi ela quem fez, porque por ele jamais ele moraria aqui. Por ele, ele moraria do lado de lá. [...] Toda vida ele nunca gostou do lado de cá. Ele falava mal do lado de cá toda a vida. [...] Todo o santo dia ele ia em casa da mãe dele. Todos os dias¹⁰⁰⁴. [grifos meus]

Parece que as alianças matrimoniais colaboraram para que as famílias fossem se distribuindo dos dois lados do rio, criando a unidade do sistema social quebrada apenas pelo clima. Exceção à referência climática é o depoimento de dona Eurivane da Veiga Jardim. Perguntei se ela via alguma diferença entre os dois lados do rio:

*Eu sempre gostei mais do lado de cá. Porque a gente fala o lado de lá e o lado de cá, lado do Rosário e lado da Boa Morte. E de primeiro tinha uma rivalidade, cada um que fazia alguma coisa, uma festa, queria fazer melhor do que o outro. Mesmo na ocasião de carnaval, que fazia aqueles blocos, então tinha o Bloco do lado de lá e o bloco do lado de cá. E cada um fazia o bloco com as fantasias e as coisas... um querendo ficar superior ao outro, se destacar mais do que o outro! Mas não tinha briga assim... era só coisinha de disputa só. Que eu me lembre era mais ou menos assim*¹⁰⁰⁵. [grifos meus]

Muito embora não houvesse briga, havia disputa, rivalidade. Diferença que se fazia presente no carnaval, nos eventos, nas festas. Por mais que alguns neguem a permanência de uma disputa ou diferença, no tempo relativo ao meu presente etnográfico, há dados que comprovam o contrário.

¹⁰⁰³ Há um indício de matrilocidade que não pôde ser investigada, por não caber nos limites deste trabalho.

¹⁰⁰⁴ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora. No texto citado os nomes verdadeiros foram trocados por pseudônimos.

¹⁰⁰⁵ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

CONTO DE RUA

Antônio Soares de Camargo

A narrativa de minha rua dá um conto, dá samba também, se for capaz rebartivamente de contar tudo, certo e sem erro.

No nome, no jeitão, no amanhã, no ontem, nos três estados da natureza, em tudo, acontece que, a minha rua é a rua mais singular do mundo.

Rua D'água é o nome dela, só que nas cartas e telegramas das mãozinhas do estafeta do correio e telégrafo vem escrito: Rua do Comércio, o que é considerado certo e sem erro.

Claro, claro! A rua minha, no tempo e no espaço, é a rua do Arraial de Sant'Ana, de Vila Boa, da antiga Capital, chantada à beira do Rio Vermelho, dos dois lados, de lá e de cá.

[...]

Na minha rua, na Rua D'água, na rua mais singular do mundo.

[grifos meus]

Durante os vários eventos realizados na cidade, principalmente o FICA, mas também o Festival de Artes¹⁰⁰⁶ ouvi lamentação de alguns vilaboenses do Largo do Rosário que não entendiam porque todas as atividades se concentravam do *lado de lá*. Exceção é feita à Casa de Cora que, situada *do lado* do Rosário, sempre abriga atividades — oficinas, cursos, palestras, lançamentos de livros, performances etc.

Há, por certo, do lado de Sant’Ana, além de mais espaço, muito mais prédios adequados para abrigar eventos: museus, teatro, escolas¹⁰⁰⁷. O que aqui interessa não é confrontar qual lado da cidade tem mais estrutura física ou potencial para eventos e sim o fato de que os vilaboenses tradicionais operem uma distinção entre os dois lados da cidade.

Outro dado diz respeito ao Dia do Vizinho, realizado no dia 20 de agosto. Instituído por Cora Coralina, o Dia do Vizinho sempre se realizara do lado do Rosário, pois é este o *lado*, o “lugar” de Cora¹⁰⁰⁸. Certo ano os organizadores decidiram realizá-lo no Largo do Coreto, do *lado de lá*. Foi uma reclamação retumbante! É Marlene Gomes de Vellasco, diretora da Casa de Coralina quem conta:

*E teve um ano que nós comemoramos na Praça do Coreto, a missa na Catedral de Sant’Ana, mas os vizinhos aqui brigaram... Dona Lavínia, Dona Fia e Dona Olimpina não admitem! O Dia do Vizinho tem que ser na praça [do Rosário], então a gente continua... o máximo que nós pudemos manter a tradição no largo do Rosário. Mas isso não impede que nos outros bairros se comemore também o dia do vizinho. [...] E nós comemoramos duas vezes no Largo do Coreto, mas a gente sente que o clima melhor é aqui na praça. Tem o calor e foi aí que ela iniciou...*¹⁰⁰⁹

¹⁰⁰⁶ No ano de 2001 acompanhei o 2º Festival de Artes de Goiás. Depois de mais um ano de realização o Festival deixou de acontecer na cidade.

¹⁰⁰⁷ Teatro São Joaquim, Palácio Conde dos Arcos, Museu das Bandeiras, Liceu de Goiás, Escola Letras de Alfenim, sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN.

¹⁰⁰⁸ Marlene Gomes de Vellasco narra o processo pelo qual se institui o Dia do Vizinho em Goiás: *A história do dia do vizinho vem bem antes, né? Quando Cora morava no interior de São Paulo, em Andradina, ela fez um manifesto, um manifesto muito bonito que ela fala do dia do vizinho. E ela então através de decreto lei, ela conseguiu que o dia do vizinho fosse comemorado em Andradina, durante muito tempo. Quando ela veio para Goiás em 56, ela veio com essa idéia, como ela mesma dizia, que o vizinho foi a pessoa mais próxima que ela teve, que ela saiu daqui em 1911... só pode contar com os vizinhos. Ela disse que o vizinho é aquela pessoa que é a primeira pessoa que chega na casa. Se é uma morte é o primeiro que chega, no nascimento de uma criança é a primeira que chegar pra cumprimentar. E ela como morava em São Paulo e vendo a frieza do vizinho, dessa correria do dia a dia, ela sentiu a necessidade de lançar essa mensagem, de fraternidade entre as pessoas. Porque ela disse que ela contou sempre com os vizinhos lá fora. E quando ela voltou pra Goiás também foram os vizinhos que a receberam aqui na casa, depois de 45 anos que ela ficou fora de Goiás. Ela trouxe esse projeto com ela, mas ele só se concretizou, era 1980. Era prefeito de Goiás o Djalma de Paiva, que é o sogro da Salma [Saddi Waress de Paiva]. O Djalma de Paiva em 1980 criou o decreto lei criando o dia do vizinho e foi comemorado pela primeira vez em 1980, dia 20 de agosto de 1980. Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.*

¹⁰⁰⁹ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

É o *lado mais frio*, contudo é o *lado* que tem mais *calor* para realizar as comemorações do Dia do Vizinho. Dona Ligia de Velasco (dona Fia), dona Lavínia de Velasco e dona Olímpia de Azeredo Bastos são três senhoras solteiras do Largo do Rosário. Dona Olimpina (80 anos), conta que foi sua mãe uma das vizinhas a receber Cora Coralina e apoiá-la, no momento de seu retorno à cidade em 1956:

Quando ela veio ela queria fazer doce e não tinha tacho. Mas mamãe era muito amiga dela quando ela foi embora... ela queria saber se o povo daqui recebia ela... porque você sabe que ela foi embora fugida. Aí falou pra mamãe: “eu estou querendo fazer doce”. Aí mamãe falou: “olha, eu tenho um tacho aí... eu empresto pra você”. Aí emprestou o tacho pra ela e ela fez o doce. Aí ela foi comprando... com o dinheiro do doce ela foi comprando. E quando Leni [irmã de Olimpina] veio do Rio ela falou “Leni, esse tacho foi de sua mãe”... ela deu... “o primeiro doce que eu fiz foi no tacho de sua mãe... eu vou dar para você”¹⁰¹⁰. [grifo meu]

A referência a uma possível dúvida de Cora sobre a recepção que teria por parte dos vizinhos se deve a um episódio da vida da poetisa. No início do século XX, Cora Coralina se apaixonara por um homem casado e mantivera com ele um caso até que, estando grávida, decidira partir com ele para São Paulo. Fugira em 1911, numa noite de chuva, montada no lombo de um burro¹⁰¹¹. A sociedade vilaboense não aceitara. A memória coletiva manteve a lembrança do episódio, transmitido por duas, três gerações: *essa história ficou na cidade, essas coisas o povo não esquece*¹⁰¹².

A convivência com a segunda fase de Cora Coralina na cidade, entre 1956 e 1985, é que dá a essas três mulheres, mais especialmente à dona Olimpina, a legitimidade para brigarem pelo Largo do Rosário como o lugar merecedor de abrigar a *partilha*, pois foram elas que partilharam com Cora todos os dias do vizinho — porções de experiência cotidiana que constituem o “tempo social” (Herzfeld, 1991) — e não apenas o Dia do Vizinho oficial.

As tentativas de transformações ou de inovações em festas, celebrações e eventos tradicionais não são incomuns em Goiás. No espaço público da Rua Dom

¹⁰¹⁰ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹⁰¹¹ Vicência Brêtas Tahan, filha de Cora Coralina escreve a biografia da mãe em livro intitulado *Cora Coragem, Cora Poesia*. Nele a autora revela que Cora havia informado a mãe da gravidez e que teria tido a seguinte resposta “sai daqui agora! Deixe-me só para poder assimilar esta desgraça”. Após refletir sobre o caso teria comunicado a Cantídio Brêtas sua decisão: “sou bastante religiosa para não admitir uma união sem a benção de Deus e a fazenda de meu pai será um bom refúgio até o nascimento da criança. Depois resolverei o futuro da mesma. Minha filha não pode se transformar em motivo de escárnio da cidade. Nossa família não será sacrificada se tudo correr como eu penso. Mas o senhor sairá o mais breve possível da cidade e nunca mais quero ter notícias suas” (1995, p. 55-58).

¹⁰¹² Entrevista concedida à historiadora Andréa F. Delgado (2003, p. 380)

Cândido e Largo do Rosário já se observam o hiato ao qual se refere Herzfeld (1991) entre o “tempo monumental” e o “tempo social”. O Dia do Vizinho já está sendo gradativamente patrimonializado. Marlene Gomes de Vellasco revela que *o dia do vizinho hoje, já é uma festa tradicional, já entrou no calendário das festas folclóricas de Goiás, inclusive no Dossiê já cita o dia do vizinho... o Dossiê que foi pra UNESCO* ¹⁰¹³.

Para as vizinhas de Cora não interessa o *Dossiê* para “francês ver”, “tempo monumental” — “it reduces social experience to collective predictability” (1991, p. 10) —, mas sim o “tempo social”, que abriga as memórias que elas têm de Cora naquele lugar que é o Largo do Rosário, o seu “pedaço”.

Creio ser possível e oportuna uma analogia das categorias *lado de lá, lado de cá* de Goiás com o termo “pedaço” que segundo Magnani (2003) designa “aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (p. 116)

Lado de lá e lado de cá são dois “pedaços” da cidade tradicional, marcados espacialmente por alguns pontos de referência. São ambas as categorias usadas por todos, pois estão sujeitas à posição espacial do sujeito social no momento da fala. Separam-nas o Rio Vermelho. Mas creio que internamente cada “pedaço” — *lado do Rosário e lado de Sant’Ana* — se subdividem em outros “pedaços”. Do lado do Rosário, as igrejas do Carmo, da Abadia e de Santa Bárbara, configuram núcleos destes “pedaços” espacial e socialmente mais estreitados. O lado de Sant’Ana se subdivide em Largo do Coreto, Largo do Chafariz (Praça Dr. Brasília Caiado), Largo de São Francisco junto com Mercado. Lugares de culto, celebrações, comércio, serviços, monumentos e entretenimento, acabam por se constituir em “ponto de encontro e passagem obrigatórios” (Magnani, 2003, p. 115). Apesar das diferenças estruturais em cada “pedaço” e “pedaços” estreitados confluem “uma rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência”. As “bordas” de cada “pedaço” são “fluidas e não possuem delimitação territorial precisa” (Magnani, 2003, p. 116).

Observe-se a resposta de Marco Antonio Veiga de Almeida à minha pergunta sobre uma rua sua de predileção:

¹⁰¹³ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001

Eu costumo dizer que a rua da Pedra é a minha rua. É a minha rua no sentido que foi lá que eu praticamente nasci, me criei. E eu moro hoje aqui na travessa do Seminário, que é paralela com a rua da Pedra. Então aqui é meu meio, aqui é meu pedaço. Então eu vivo e convivo com pessoas que me viram nascer, me viram crescer e que... várias pessoas da rua aqui eu chamo de tio ainda... sabe, são como parentes nossos... Então, eu acho que a rua é a vida da pessoa porque os vizinhos se tornam quase que parentes... é uma família que está naquela rua. Então, assim como eu vivo é com as pessoas da minha rua, eu acho que todo mundo aqui em Goiás, cada pessoa tem a sua rua, toda pessoa tem o seu pedaço. Aquele pedaço que é de paixão, que é aquela coisa... como a Ritinha Veiga tem com a rua do Carmo! Eu acho que cada um tem a sua rua... que puxa para um lado. Eu brinco sempre com o meu irmão que mora do lado de lá do rio... eu falo para ele que no lado de cá é que estão os vilaboenses autênticos... mas ele mora do lado de lá do rio... Ritinha mora do lado de lá também, então aí fica dividido. Mas é só por brincadeira.¹⁰¹⁴ [grifos meus]

Parece que o *pedaço* para Marco Antonio serve tanto para englobar a sua rua, quanto as outras ruas a ela adjacentes. Mas observe-se como ele mesmo faz a ligação entre *rua*, *pedaço* e *lado de lá e de cá do rio*, a sua *rua... que puxa para um lado*; indicando que o *pedaço* é tanto uma rua (ou as ruas próximas do lugar que mora), como também um *lado* do rio, no qual a sua rua de pertença está inserida.

Cada “pedaço” se constitui em um “espaço de mediação cujos símbolos, normas e vivências permitem reconhecer as pessoas diferenciando-as, o que termina por atribuir-lhes uma identidade” (Magnani, 2003, p. 117). Esta “malha de relações assegura o mínimo vital e cultural que assegura a sobrevivência” — “segurança ontológica” (Giddens, 1989) — pois “para além da soleira da casa, portanto, não surge repentinamente o resto do mundo” (p. 117).

Em capítulo anterior, já indiquei a trilogia formada pela casa própria, as casas dos vizinhos e a rua. Assim, “para além da soleira da casa”, estão secularmente plantadas as casas dos vizinhos, as redes de parentesco e alianças, os laços de amizade e as memórias; cumprindo a função de mediação entre os dois mundos. Dona Eurivane da Veiga Jardim expressa seu sentimento com relação ao seu “pedaço”, o Largo do Rosário

onde eu nasci e me criei e sempre tive mais vivência aqui... Toda a tarde as crianças se reuniam nos largos pras brincadeiras; brincadeiras de criança, barrabol, queimada, pique, essas coisas! E era um movimento muito grande no largo, muito alegre. E à tarde as pessoas se sentavam na porta da rua e era como se fosse uma sala de visita... passavam, cumprimentavam, paravam, conversavam, trocavam as idéias e aí fazia aquele... tornava assim até uma

¹⁰¹⁴ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002. Rita da Veiga Jardim me acompanhou para a entrevista com Marco Antonio.

*cidade mais viva, de sentimento, de comunicação, mais de respeito e de amor ao próximo*¹⁰¹⁵. [grifos meus]

Aí residem integralmente o “tempo social” e a paisagem vernacular. Onde segundo Magnani “se desenvolve a via associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção — onde se tece, enfim, a trama do cotidiano” (2003, p.117).

Eurivane, contudo, se expressa no pretérito imperfeito. O Largo do Rosário não pode mais ser descrito daquela forma, pois não têm mais crianças brincando, talvez não seja mais tão alegre, mas ainda guarda os laços de vizinhança e algumas cadeiras na calçada; é certo que além de poucas, são colocadas por senhoras de idade avançada. O que acontecerá quando o tempo delas estiver expirado? Jovens herdeiros destas senhoras freqüentam o “pedaço” aos finais de semana e feriados, imprimindo com suas crianças uma atmosfera bastante parecida com a descrita por dona Eurivane.

A rua com a função de sala de visitas foi interpretada por Holston (1993), em análise que toma as fachadas como sendo de um lado “a parede exterior do domínio privado e, de outro, a parede interior do âmbito público”. Detalha que

Nesta última acepção, ela define o espaço da rua como uma sala, semelhante à sala de estar de uma casa, que se identifica por aquilo que poderíamos chamar de “móvel” da rua. Assim, não apenas as aberturas da parede mas também sua superfície é ornamentada — com volutas, rosáceas, drapejados esculpidos na pedra e assim por diante, que surgem como decorações de parede na sala de estar pública (1993, p. 125)

É nestes “pedaços” densos de sentidos que se pode observar a predileção dos vilaboenses tradicionais pela rua¹⁰¹⁶, como um tema cotidiano. Muitas conversas, direta ou indiretamente, tomam a rua como objeto de observação, análise e crítica. Falam com fervor sobre as características estéticas, calçamento, calçadas, fachadas. Na procissão de Corpus Christi há ainda hoje (se bem que dizem os vilaboenses em grau bem menor do que outrora) uma velada competição para ver qual rua fica mais bem ornamentada. Apontam para necessidades de melhorias urbanas em bueiros, meios fios, postes de luz¹⁰¹⁷.

¹⁰¹⁵ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹⁰¹⁶ Lembro que a categoria “rua” compreende também largos e becos como espaços públicos.

¹⁰¹⁷ Rita da Veiga Jardim, “Centro Histórica da cidade de Goiás: numa visão crítica–construtiva”, *O Vilaboense*, Goiás, maio de 1996, p.2. Rita da Veiga Jardim, “Nossas reivindicações aos candidatos às eleições de 1996”, *O Vilaboense*, agosto de 1996, p. 11.

Nos jornais locais é também notória a presença de matérias que tomam a rua como personagem principal, sendo sempre referida pelo conjunto do seu casario, pela lembrança das famílias que ali residem (ou residiram), por algum detalhe do calçamento ou por algum acontecimento¹⁰¹⁸. Em geral, ainda se servem dos codinomes e nomes antigos das ruas, especialmente os mais idosos, mas também os jovens. De vez em quando alguém aventa o desejo de que as ruas retomem seus codinomes ou nomes anteriores. Como me deixei guiar pela percepção e representação espacial dos vilaboenses tradicionais, tendo a nomear as ruas com seus nomes ou codinomes antigos, pois assim fui por eles guiada pelo espaço urbano¹⁰¹⁹.

Se em outras cidades, as ruas estabelecem um tradicional sistema de espaços públicos, em Goiás tal sistema inclui de forma ímpar os becos, travessas, largos e pontes. No processo de hierarquização das vias de circulação empreendido no espaço urbano, as ruas são vias principais unidas entre si pelas vias secundárias em que se constituem os becos e travessas. Os largos são pontos de convergências de várias ruas e becos e/ou travessas.

É oportuno informar que outrora não havia a categoria *travessa* no espaço urbano de Goiás¹⁰²⁰. Todos os espaços urbanos que hoje são classificados como *travessas*, eram oficialmente denominados de *becos*. Quando se referem oralmente a esses lugares, os vilaboenses tradicionais usam entre si a categoria *beco*. Em geral, quando eles fazem uso do termo *travessa*, se dirigem a alguém que não é do lugar. Exemplo disso é o Beco do Seminário e o Beco do Seu Sócrates¹⁰²¹.

Respeitando a “paisagem vivida” opto por tratar de *becos* e *travessas* conjuntamente, uma vez que assim é para o quadro de classificações espaciais local. Quando a referência ao espaço for genérica usarei a categoria *beco* também me referindo à travessa. Quando for referência especial, especificarei.

Coelho (1998) interpretou que os becos de Goiás estariam “bem mais próximos do adarve (do árabe ad-darb) do que de qualquer elemento urbano ocidental” (1998, p.

¹⁰¹⁸ Jacira Brandão da Veiga Jardim, “Minha Rua: Hugo de Carvalho Ramos ou Rosa Gomes”, *O Vilaboense*, Goiás, março/abril de 2003, p. 7. Sônia de Oliveira, “Doces Lembranças: minha rua, rua nossa”, *O Vilaboense*, Goiás, dezembro de 2005, p. 9. “Rua do Carmo de Goiás”, *O Popular*, Goiânia, 10 de novembro de 1974, p. 3. Seila Maria Vieira de Araújo, “Cambaúba: a rua de minha casa”, *O Vilaboense*, Goiás, setembro de 2003, p. 3.

¹⁰¹⁹ Sobre análise dos nomes e codinomes dos espaços públicos da cidade de Goiás, conferir Veiga Jardim (2003).

¹⁰²⁰ Exceção feita à Travessa das Flores, no início do século. Localiza-se em área mais distanciada da área tombada. Em Curado (1994), pode-se observar que no mapa de 1918 ela consta já como sendo travessa. No mesmo mapa, consta como beco tudo o que hoje é chamado de travessa.

¹⁰²¹ Conferir Lacerda, 1977; Veiga Jardim, 2003; Curado, 1994; Martinelli. 1985.

34). Ele cita a definição de Goitia, para quem o adarve é a negação da rua como valor estrutural, porque não tendo saída, nem continuação, “não serve a interesse público, mas sim a interesse privado, o do conjunto de casas em cujo interior penetra para que elas tenham entrada” (apud Coelho, 1998, p. 35).

Ocorre que os becos de Goiás nunca foram sem saída, pois se constituíram desde sempre como elos de ligação tanto entre as ruas entre si, como entre as ruas e os largos; as *válvulas coronárias* da cidade de Cora Coralina. Além disso, o uso privado não elimina os variados usos públicos. O fato de atenderem funcionalmente à demanda da entrada de serviços das moradas — o que em parte também já se modificou pelo parcelamento dos lotes, conforme já apresentei anteriormente — não inviabilizava que fossem e que ainda sejam usados como trajetos e percursos urbanos, bem como de dejetos de todos os tipos, lugares de sociabilidades recônditas, marginalizadas etc.

Cora Coralina é reconhecida por tomar os becos como um tema importante em sua obra, a fim de retratar a sociedade de sua época, fim do século XIX até a década de 80 do século XX. Em vários poemas revela criticamente o lugar subalterno dos becos e dos seus ocupantes e freqüentadores. Em um de seus poemas mais conhecidos, Cora narra a vida do Beco Vila Rica, que fica situado nos fundos de sua casa.

Os becos são importantes vias para as trajetórias urbanas e, portanto, para a construção das memórias do lugar. A memória de Cora é prova de que os laços de amizade e vizinhança também se fortaleciam fazendo-se uso deste espaço urbano (ver caixa de texto próxima página). Mas não apenas os moradores cujo fundo dos lotes dá para os becos transitam por eles. Os transeuntes percorrem os becos e travessas em suas trajetórias urbanas, pois que eles permitem diminuir o trajeto e ganhar tempo nas caminhadas de um lugar para outro da cidade. Antonio Soares de Camargo (apud Martinelli, 1985) afirmou em “Conto da Rua”: *mérito grande do beco, de encurtar caminho, para ir e voltar depressa, nos recados de um lá, outro cá.*

A diferença entre ruas e becos reside menos no aspecto funcional e mais no aspecto estético e simbólico, pois os becos são mais estreitos e ainda hoje apresentam os muros dos fundos dos lotes, alguns em adobe e taipa de pilão (com destaque para o Beco do Ouro Fino), ao lado de casas construídas já no fim do século XX. Não são constituídos por moradas com aspecto colonial. As ruas, diferentemente, são mais largas e se impõem pela regularidade do casario colonial; Se configuram como “rua corredor” delineada por fachada contínua de construções (Holston, 1993, p. 109).

As formas de apropriação destes espaços são distintas e hierarquizadas, não apenas no plano local como também no plano do processo de seleção dos espaços a serem reconhecidos como patrimônios. Se os becos foram contemplados e representados pelos artistas, poetas e músicos, não o foram pela lógica da preservação patrimonial, pois não foram incluídos no trecho tombado em 1978.

Nenhum sequer! Nem becos, nem travessas! Delgado (2005) afirma que os becos estão “ausentes do mapa traçado pelo IPHAN ao realizar os tombamentos nas cidades históricas” (p. 139). Embora genérica, pois não especifica a autora quais seriam “as cidades históricas”, sua afirmação pode ser mais bem compreendida na sua assertiva imediatamente posterior: “A visibilidade que adquirem em Goiás foi construída pela escrita da memória de Cora Coralina” (p. 140).

DO BECO DA VILA RICA

Cora Coralina

No beco da Vila Rica
tem sempre uma galinha morta.
Preta, amarela, pintada ou carijó.
Que importa?
Tem sempre uma galinha morta, de verdade.
Espetacular, fedorenta.
Apodrecendo ao deus-dará.
[...]
Beco da Vila Rica...
Baliza a cidade,
do tempo do ouro.
Da era dos “polistas”,
de botas, trabuco, gibão de couro.
Dos escravos de sunga de tear, camisa de
baeta,
pulando o muro dos quintais pra o jeguedê e o
batuque.
[...]
Monturo:
Espólio da economia da cidade.
Badulaques:
Sapatos velhos. Velhas bacias.
Velhos potes, panelas, balaços, gamelas,
e outras furadas serventias
vêm dar ali.
[...]
Becos da minha terra...
Válvulas coronárias da minha velha cidade.
[...]
— “Nhá, D. Breginata mandou essas fulo
do quintar dela,
mando falá
se vassuncê cunsente qui Nhandá
Sinhazinha
vai passá o dia santo damenhã
cum Sinhá Lili...” [...]
— “Fala pra D. Breginata pra abri o portão
que Sinhazinha vai ao depois da missa da
madrugada”.
Estas e outras visitas de faziam
passando pelo portão.
Andar pelas ruas. Atravessar pontes e largos,
as moças daquele tempo eram muito
acanhadas.
Tinham vergonha de ser vistas de “todo
mundo”. [...]

Ocorre que os becos de Goiás não estão ausentes dos mapas, como afirma Delgado (2005). Os mapas mais recentes, que informam a área, tombada incluem os seguintes becos: Beco do Mingu, Beco do Sertão, Beco da Vila Rica, Travessa do Carmo e um trecho do Beco do Ouro Fino (Mapa 7, 11 e 17 - páginas 160, 502 e Anexo X). Estão ausentes, isto sim, do tombamento! Não constam da lista dos logradouros inscritos nos Livros do Tombo. Alguém poderá considerar que se os becos não constam dos Livros do Tombo não constam dos mapas que indicam a área tombada. Mas a “obstinação burocrática” pela preservação pode levar à criação de algumas “estratégias”.

Também na “Carta à Cidade de Goiás” publicada em 1983 e distribuída para todos os moradores da área protegida pelo IPHAN, nenhum beco consta como tombado—inclusive aqueles situados em meio à área tombada: Beco do Mingu, Beco do Sertão, Beco da Vila Rica, Travessa do Carmo, Beco do Ouro Fino (Vide Mapa 19 – Anexo XIV). Todos os becos, excluídos da “paisagem de poder” criada em 1978 pelo IPHAN, ficaram relegados à área de entorno.

Se na ação legal de preservação patrimonial em que se constitui o tombamento, os becos não foram selecionados e reconhecidos como espaços públicos importantes daquela paisagem cultural, na prática patrimonial, alguns becos o foram. Além de constarem nas representações cartográficas (produzidas pelo IPHAN) como tombados, eles eram becos tratados como tombados no cotidiano das práticas de preservação.

Justificando a presença dos becos nos mapas e a ausência deles nos documentos (Certidão de Tombamento e Livros do Tombo), um técnico do IPHAN considerou que a área tombada pela instituição era indicada, há algumas décadas atrás pelos nomes de ruas, o que gerava algumas dúvidas, como estas relativas aos becos da cidade de Goiás, acima referidos. Afirmou o técnico que mesmo não constando da Certidão do Tombamento e dos Livros do Tombo, estes becos eram tombados e por isso eram tratados como tal¹⁰²². Agrava o quadro o fato de o casario de Goiás ter imóveis que têm a frente para uma rua tombada e os fundos para outra rua ou beco não tombado. Assim, as dúvidas giravam em torno da abrangência do tombamento em cada imóvel. Quanto do imóvel era tombado? Apenas a fachada? O imóvel todo em sua volumetria, excluindo o quintal? Ou o quintal estaria contemplado?¹⁰²³

¹⁰²² Conversa informal estabelecida pelo telefone. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰²³ Informou o técnico também que atualmente a prática é delimitar a área tombada pela indicação do polígono. Tudo o que estiver inserido no polígono é tombado

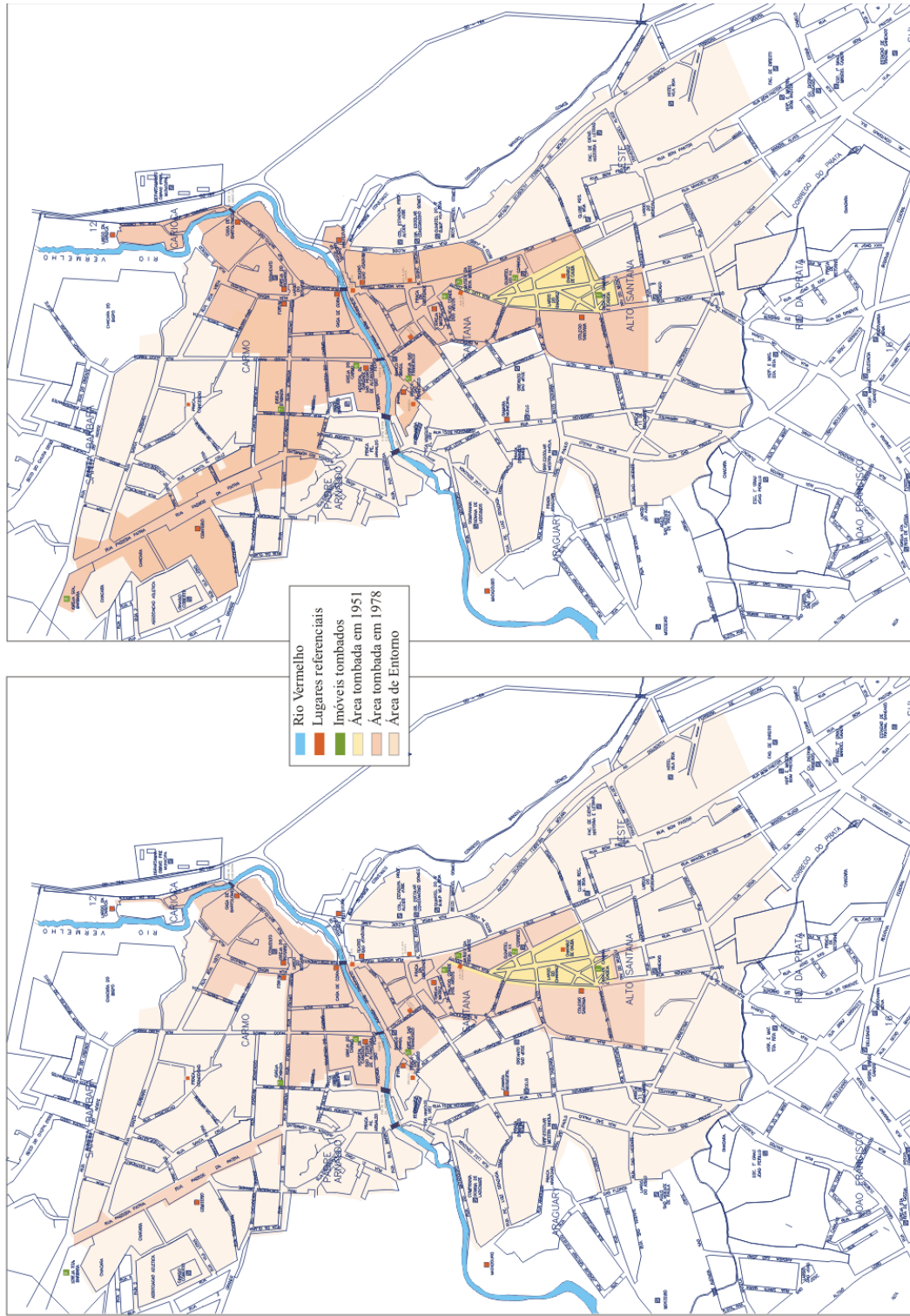
Além dos becos (Mingu, do Sertão, da Vila Rica, do Ouro Fino e travessa do Carmo), outra consequência decorrente deste critério de indicação da área tombada pela listagem das ruas, é a própria representação cartográfica produzida pelo IPHAN. Algumas quadras e logradouros que estão marcados como tombados em alguns mapas, estão desmarcados em outro.

Com base em dois mapas do IPHAN, que indicam a área protegida pela instituição, produzi uma imagem com objetivo de comparar as informações presentes nos dois mapas. O primeiro mapa (documento) no qual me fundamentei foi-me disponibilizado pelo Diretor da 17ª Sub-Regional, em 2001 (Mapa 17 - Anexo XI). O segundo mapa consta do *Dossiê* (Carte XXVIII) enviado à UNESCO em 1999 (Mapa 16 - Anexo X). A imagem comparativa que produzi com base em ambos os mapas teve o propósito de tornar mais visível o diferencial das áreas grafadas nas imagens cartográficas (Mapa 11 - página 506).

O que tal situação de campo revela, além do processo de patrimonialização gradativa dos espaços públicos promovido pelo IPHAN, é o diferencial de valorização dos espaços urbanos por parte dos técnicos e dos moradores da cidade. Os becos sempre foram espaços centrais na vida urbana da cidade de Goiás; elos de ligação, *válvulas coronárias* (como os descreveu Cora Coralina), espaços com os quais se economiza o tempo, “lugares de memória”. Seja por se evitá-los, seja por se percorrê-los, os becos estão no imaginário, na representação e na experiência vivida dos vilaboenses tradicionais desde sempre. No entanto, por algumas décadas, o reconhecimento por parte do IPHAN se deu informalmente, por meio da inserção de alguns poucos becos nos mapas indicativos da área tombada. Oficialmente, os becos somente foram reconhecidos e acautelados com a homologação da “Rerratificação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás” em 2004 (Mapa 18 – Anexo XII).

IMAGENS CARTOGRÁFICAS COMPARADAS

MAPA II



Fonte: Dossiê de Proposição de Inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade (1999).

Fonte: 17º Sub-Regional do IPHAN (Cedido pelo Diretor em 2001)

Com relação aos largos a situação é bastante diversa. Os largos são pontos de convergências de várias ruas e becos. São os espaços mais valorizados do ponto de vista simbólico, desde o período de formação da cidade colonial, especialmente o Largo do Chafariz (Praça Dr. Brasília Caiado), a “praça nobre da Vila”¹⁰²⁴. Até hoje são as famílias mais tradicionais que ocupam o casario dos largos¹⁰²⁵.

Não significa que as famílias tradicionais residam apenas nos largos, o que seria impossível. Os largos são marcos simbólicos de manutenção da tradição de algumas famílias; onde reiteram sua antiguidade e sua permanência na cidade e, portanto, a precedência sobre outrem. Nas ruas observam-se as ramificações destas mesmas famílias, que se juntam às outras também tradicionais¹⁰²⁶.

Os largos abrigam além do casario, instituições civis, monumentos e/ou igrejas e comércio, que colaboram para conferir-lhes um status superior na hierarquia espacial e social. Dos 11 largos da área tombada e entorno, quatro se destacam por serem trajeto e lugar de várias procissões e celebrações religiosas de incomensurável valor para os vilaboenses: Chafariz, Coreto, Rosário e São Francisco (Mapa 7 – página 161). Três deles abrigam igrejas: no Largo do Rosário, a Igreja do Rosário, no Largo do Coreto, a Catedral de Sant’Ana, e no Largo São Francisco, a igreja do mesmo nome. O Largo do Chafariz (Praça Dr. Brasília Caiado)¹⁰²⁷ que não tem nenhuma igreja é o mais monumental de todos. Nele está situado o Museu das Bandeiras (do IPHAN), o Chafariz de Cauda e o *Quartel do Vinte*. Dois desses largos são pólos comerciais: o do Coreto e o Largo São Francisco. Este último situando-se na confluência do Mercado Municipal com a Rua do Comércio. Três deles se situam à margem esquerda do Rio Vermelho, Chafariz, Coreto e Largo São Francisco; e um à margem direita do rio, o Rosário.

O Largo do Chafariz destacou-se, desde o início da atuação do IPHAN na cidade, como parte importante daquela paisagem cultural. Foi o primeiro conjunto

¹⁰²⁴ Expressão usada quando das orientações vindas da Corte para edificação da Casa de Câmara e Cadeia a instalarem-se “na praça nobre da Vila” e que “na mais aria se posão edificar as casa dos moradores” (Coelho, 1996, p. 21). Trecho já referido na Parte I desta tese.

¹⁰²⁵ No Largo do Chafariz: Caiado, Amorim, Sabino de Passos, Sócrates do Nascimento, Póvoa, Fleury, Pacheco, Godinho, Curado, dentre outras. No Largo do Coreto: Alencastro, Veiga Jardim, Caiado, Brandão, Loyola, Fleury Curado, Amorim, Jardim, dentre outras. No Largo do Rosário: Veiga Jardim, Curado, Vellasco, Azeredo Bastos, Taveira, dentre outras. O Largo São Francisco (Praça Zaqueu Alves de Castro) é também de grande importância, não no que concerne às casas de morada, mas de comércio. Ali são proprietárias as famílias Samahá, Lobo e Fleury. É onde está situada a sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN na cidade de Goiás, antiga Casa do Bispo.

¹⁰²⁶ A morada no beco, em geral, é fruto do parcelamento do lote pela demanda de crescimento da própria família aliada a um desigual crescimento do capital econômico, ou simplesmente por perda do capital econômico.

¹⁰²⁷ A partir de agora referido apenas como Largo do Chafariz como é mais comumente referido.

arquitetônico tombado, seguido pelos largos do Coreto, do Rosário e de São Francisco. O fato, porém, de ocuparem lugar de destaque na hierarquia patrimonial não elimina conflitos decorrentes das divergências entre moradores e agentes do IPHAN quanto aos projetos de restauros, reformas e usos dos espaços públicos. Ao contrário, são esses os lugares onde melhor podemos observar a disputa entre o “tempo monumental” e o “tempo social”, a “paisagem” e o “vernacular”.

São três os exemplos mais significativos. O primeiro já foi superficialmente referido na Parte I. Na década de setenta, o IPHAN implementou uma reforma no Largo do Chafariz. *Doutora Belmira* recém chegada aos trabalhos de preservação junto à cidade relembra que

chegando lá, naqueles primeiros momentos, eu fui rodeada por pessoas que habitavam àquela praça, em geral a elite da cidade. Fui rodeada por fazendeiros, homens com chapelões, botas altas, aparentando assim muita importância e tinham realmente importância, eram grandes proprietários de fazenda, eles me deixaram no meio de uma roda, e eles então me perguntavam: “porque aquele projeto na praça, não havia necessidade daquele projeto, que aquela praça era à vontade, os cavalos pastavam, as crianças brincavam à vontade, subiam, trepavam nas árvores... mas agora, com essa fiação toda é um perigo, porque se alguma criança morrer eletrocutada, o IPHAN vai ser... nós vamos acabar com IPHAN, não sei o quê”... Mas eu não tinha nada a ver com aquele projeto, eu encontrei aquele projeto implantado. Eu tentava em vão dizer alguma coisa, mas eles não me deixavam falar e ao término eu disse “com licença”, porque não me deixavam falar e segui. Aí foi quando o motorista falou: ‘Doutora. Belmira, a senhora hoje, se fosse homem, tinha apanhado’. Porque eles estavam assim irritadíssimos!¹⁰²⁸

Devo informar que *doutora Belmira* é de uma delicadeza sem par!

O conflito era entre a restauração e a vida real¹⁰²⁹. Os moradores do Largo do Chafariz resistiam ao projeto ao qual não tinham sequer sido consultados. A tensão em que se encontravam os moradores com relação às políticas empreendidas pelo IPHAN na cidade e exemplificada no testemunho de *doutora Belmira* é comprovada pelo depoimento de Antolinda Baía Borges, que se lembra do fato de que a reforma proposta pelo IPHAN previa a instalação de um anfiteatro:

Teve uma coisa muito... que, aqui na praça, eles estavam mexendo aí na praça [Largo do Chafariz]. Aí o IPHAN queria que isolasse, fazendo aquela arquibancada que o povo não aceitou. Fez aquela do outro lado. O povo nunca aceitou aquilo! Aquilo foi uma coisa imposta, o povo nem senta naquilo lá, [...]porque desfez a praça. Aí... a Xinha é que dirigia isso. Um dia teve uma

¹⁰²⁸ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

¹⁰²⁹ “The conflict between restoration and ‘real’ life” é uma expressão usada por Handler (1988, p.151) ao analisar as várias interpretações sobre a intervenção na Place Royal no Quebec.

reunião aqui, o povo pegou ela na praça, e deu uma prensa nela! Porque ela queria fechar a praça e não queria deixar entrar carro na praça. Aí foi um forrobodó! [...] Aí o povo revoltou contra ela, foi feio! [...] Aí ela chorava demais, ela se sentiu mal, eu levei ela pra casa de um amigo meu lá na praça. [...] é funcionária do IPHAN¹⁰³⁰. [grifos meus]

A foto abaixo, tirada no início do século XX, comprova a descrição dos usos do Largo por parte dos moradores da década de 70.



Foto J. Craveiro (entre 1911 e 1915)

Era a identidade social do lugar que estava em jogo: o lugar deles de todo dia ou o largo monumental e preparado para o consumo cultural? O projeto realizado por especialistas do IPHAN não considerou os usos e apropriações que os moradores faziam daquele lugar habitado e vivido por eles e por suas famílias, algumas por mais de um século. Os moradores da Praça do Chafariz queriam que a praça continuasse atendendo aos habituais usos: cavalos pastando, crianças brincando, jogando bola e subindo em árvores (ver foto página anterior).

A afirmação de Velho (1997) sobre os terapeutas serve aqui para os técnicos do IPHAN. A “definição de realidade com que trabalham” os arquitetos e engenheiros é no

¹⁰³⁰ Entrevista concedida à autora em setembro de 2000.

que tange, aos patrimônios culturais, em geral, “bastante arbitrária, restrita e pouco sensível à diversidade das experiências socioculturais” (Velho, 1997, p. 30)¹⁰³¹. Cabe a afirmativa de Herzfeld (1991) de que “bureaucrats and townspeople alike are theorizing agents [...] whose analytic sense of past and current events shapes their handling of future ones” (p. 193).

Era o valor de uso do largo que estava entrando em debate. Para os moradores, o uso tradicional, funcional e simbólico; para o profissional que elaborou o projeto, o valor de troca; pois o largo ia sendo preparado (bem como a cidade) para os turistas. O anfiteatro foi instalado. A fiação subterrânea não¹⁰³². Em meu período de campo, por um ano e meio em que morei na cidade nunca vi os moradores fazerem qualquer uso daquele anfiteatro.

Conversava com uma pessoa moradora do Largo sobre cada uma das obras mais polêmicas de restauro na cidade, sob os cuidados do IPHAN. Indignada a pessoa desabafou:

Por isso que eu digo pra você que o IPHAN é um órgão, que aqui na cidade de Goiás, ele precisaria levar seus funcionários pra fazer curso, pra aprender o que é patrimônio. Pra aprender o que é conviver... não é que eu seja especialista não, mas eu gosto do que é a minha cidade. E a minha relação com a minha cidade é uma relação... não é aquela coisa física, é sentimental. E me agrediu a incompetência dessas pessoas que não têm vínculo com a cidade fazer o que fazem com a cidade, com amparo legal¹⁰³³. [grifo meu]



Anfiteatro no Largo do Chafariz
Fonte: Programa Monumenta



Anfiteatro sendo retirado
Fonte: Programa Monumenta

¹⁰³¹ Velho (1997) dirige sua crítica à “dificuldade contemporânea de psicanalistas e psiquiatras lidarem com indivíduos de classes e subculturas diferentes da sua, portadora de um saber oficial” (p. 30)

¹⁰³² Não obtive informações que detalhassem esta obra de fiação subterrânea proposta e nem sobre os motivos pelos quais ela não fora implementada.

¹⁰³³ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

Em 2002, o próprio IPHAN que impôs aos vilaboenses o Teatro de Arena (*anfiteatro*), nunca por eles apropriado, retirou-o com verba do Monumenta/BID, por ocasião da reforma do Chafariz de Cauda. Alegaram que era um lugar de diversos tipos de resíduos.

No dia 30 de junho de 2005, os moradores do Largo do Chafariz receberam em suas casas um comunicado sobre uma reunião que aconteceria no Teatro São Joaquim, com objetivo de apresentar o “projeto à comunidade”. Novamente aquela paisagem de poder entraria em disputa. Novamente os moradores, ativos, convictos de sua ancestralidade no lugar, de seus laços de pertença, de seus direitos, reagiriam à prática de *enobrecimento*. Infelizmente não acompanhei de perto esse debate entre especialistas do patrimônio e moradores do largo, uma vez que já tinha finalizado meu trabalho de campo; o que não impediu que os acontecimentos chegassem até mim¹⁰³⁴. Impossível não incorporá-los a esta análise. Narro-os a seguir, ressaltando que não objetivo a veracidade dos fatos, mas sim a representação que deles tiveram os próprios moradores do largo.

O projeto de reurbanização do Largo do Chafariz propunha a retirada do eixo central da praça (alameda), fato que implicaria na retirada de algumas palmeiras imperiais e alguns pés de oitizeiros — árvores de grande estima dos vilaboenses tradicionais. Os moradores do largo rejeitaram as duas alterações: (1) a retirada do eixo central e (2) a retirada das palmeiras imperiais e oitizeiros.

No primeiro caso os moradores alegaram que as palmeiras e oitizeiros eram importantes para eles, uma vez que sempre estiveram naquele lugar. No segundo caso, alegaram ser a alameda central a via por onde passam veículos automotivos. Sua retirada implicaria em desassossego para os moradores, uma vez que o trânsito do eixo central seria desviado para as laterais onde ficam as fachadas das casas. As interferências no espaço público implicariam em alterações no cotidiano dos moradores do largo. Dada a resistência dos moradores às alterações previstas no projeto, os técnicos alegaram que não haveria tempo para se executar outro projeto e que perderiam a verba disponível. Insistiram os moradores que não eram contra a reurbanização da praça, apenas recusavam-na naquelas duas alterações. Ao fim da reunião os moradores presentes, entenderam que não haviam chegado a um consenso.

¹⁰³⁴ Os relatos me foram feitos por pessoas que participaram ativamente da resistência, que impediu a intervenção no largo, além de algumas matérias jornalísticas.

Os debates permaneceram por várias semanas. Os moradores se organizaram, apresentaram seus argumentos para o Prefeito Municipal e para a Diretora da 17ª Superintendência Regional do IPHAN. Além disso, fizeram um abaixo assinado e enviaram para Jurema Machado, Coordenadora Cultural da UNESCO no Brasil e para o Programa Monumenta, responsável pela verba e execução do projeto. Algumas correspondências foram trocadas entre grupo organizado de moradores, IPHAN e Monumenta.

Os responsáveis pelo projeto alegavam que ao contrário de prejuízo à segurança dos moradores, a retirada da alameda central diminuiria as “vias de trânsito automotor e a área total pavimentada, aumentando a segurança, o conforto dos pedestres, a prática de jogos e brincadeiras, e disponibilizaria espaços maiores para eventos”¹⁰³⁵. Observe-se que há uma declaração de interesse em adequação da praça para eventos. Os moradores organizados argumentaram que “há uma harmonia entre arquitetura, urbanismo e vida latente que interagem e historicamente utilizam-se deste largo como espaço de viver”¹⁰³⁶.

A alameda central tem aspectos simbólicos vinculados às trajetórias cotidianas e rituais que também não foram considerados. É por ela, por exemplo, que passa a Folia do Divino Espírito Santo, quando sai da Catedral de Sant’Ana para o seu primeiro dia de giro, no Domingo de Páscoa. Ela atravessa o Largo do Chafariz pela alameda central até alcançar a casa de dona Silvia Curado, onde faz sua primeira monumental parada.

A retirada da alameda ampliaria o espaço do gramado, que já é deveras amplo. Para os moradores não há necessidade de mais espaço gramado. É o maior largo da cidade. Ele é monumental em todos os sentidos.

Três anos antes da apresentação do projeto de reurbanização do largo pelo IPHAN e Monumenta, pedi a Sebastião da Silva Curado, um dos moradores do largo, que escolhesse um lugar de Goiás:

Ah esse largo! O largo como um todo. O largo pelo seguinte: esse largo ele fascina! Você tem a amplitude de ver o Canta Galo, você vê o Dom Francisco, vê a Santa Bárbara! Você vê as pessoas como um todo... os teus vizinhos. Porque ele não é aquela coisa que você vê o teu vizinho da frente, você vê todos

¹⁰³⁵ Ofício encaminhado pelos moradores pelo responsável pelo Programa Monumenta. Cópia em *fac símile* sem data.

¹⁰³⁶ Ofício encaminhado pelos moradores ao responsável pelo Programa Monumenta. Cópia em *fac símile* sem data.

*os seus vizinhos. E ele é extremamente participativo. Todas as pessoas circulam por aqui. Eu acho esse espaço físico aqui genial!*¹⁰³⁷

As várias percepções do largo vão conformando uma característica do lugar já indicada pela topoanálise fenomenológica: “places gather things in their midst — where ‘things’ connote various animate and inanimate entities. Places also gather experiences and histories, even languages and thoughts” (Casey, 1996, p. 24).

Um morador fundamentou seus argumentos nas práticas cotidianas: *Não queremos uma cidade contemplativa, queremos uma cidade viva, que respire, que cante, onde possamos entrar em nossas casas, onde nossos centenários edifícios sejam utilizados não como repartições públicas, como acontece, mas como espaços para fomentar a cultura local, que se encontra na intimidade, nas varandas das casas*¹⁰³⁸.

Outra reunião foi agendada. Nela estava presente *a praça inteira*, desde crianças que estudam no Colégio Sant’Ana até idosos residentes no lugar há quase um século. Também compareceram representantes do clero, da UEG, arquitetos, técnicos do IPHAN e do Monumenta. O mesmo projeto, sem nenhuma alteração, foi publicamente apresentado e debatido.

Técnicos do IPHAN e do Monumenta alegavam que num determinado momento histórico o largo não tinha a alameda central e que o projeto reconfiguraria a originalidade do espaço. Os moradores organizados haviam realizado um dossiê sobre o largo, no qual anexaram dados sobre antigos moradores, fotos de diversas épocas, usos do espaço, intervenções sofridas, etc., que fundamentaram os argumentos apresentados em *Power Point*. Os moradores mostraram fotos do início do século com a alameda central alegando que não importava a feição do espaço há séculos atrás, mas a que eles tinham na memória deles, dos pais, dos avós.

Por serem os monumentos e o casario (que compõem o Largo do Chafariz) “partes orgânicas do passado” (Gonçalves, 2001), permitem que os moradores do largo estabeleçam, por meio da ação de possuí-los e/ou olhá-los, uma relação de continuidade com o passado, que desejam lembrar e preservar. Gonçalves (2001) enfatiza a relação metonímica entre “proprietário” e “propriedade” e entre “monumentos” e “passado” (p. 21). Entendo que é esta relação que defendem os moradores do Largo, ao não aceitarem a imposição do passado mais anterior, proposto pelo Monumenta.

¹⁰³⁷ Entrevista concedida à autora em março de 2002. Esta declaração foi feita três anos antes da proposta de reurbanização do largo pelo IPHAN.

¹⁰³⁸ Depoimento de um dos moradores do largo.

Não podendo comparecer doutor Brasília Ramos Caiado, importante líder político no Estado, enviou carta que foi lida por sua esposa Tânia Mendes Caiado:

[...] pessoas estranhas a nossa cidade com desculpas de que estão trazendo benefícios, querem descaracterizar o que de mais belo há para nós. [...] A nossa gente tem o direito de não aceitar imposições de pessoas ou órgãos que não acompanharam a vida desta cidade. Como defensor intransigente que sempre fui, não hesitarei em buscar as barras da justiça, autoridades competentes, imprensa falada, escrita e televisionada para impedir qualquer agressão maléfica à minha terra natal. Tenho 76 anos e aqui na Praça do Chafariz, hoje Praça Brasil Caiado em homenagem ao meu saudoso pai, nasci e vivi toda a minha vida. Lembrem-se que neste largo, permanecem há mais de 100 anos, famílias tradicionais, como por exemplo a família Amorim do nosso saudoso Luiz Astolfo, Floriano Sabino de Passos, do Sr. João de Oliveira, a Família Pacheco, a minha família, o Colégio Sant'Anna, e outras mais. Esta rua central [alameda] nasceu praticamente com a cidade, não queiram retirá-la. [...] Não queiram impor transformações como aquelas que já ocorreram no prédio da Real Fazenda, no nosso conhecido Goiás Clube, no Museu das Bandeiras e recentemente, no Palácio Conde dos Arcos¹⁰³⁹. [grifos meus]

Observem-se as referências a outras edificações cujas críticas recaem sobre as transformações operadas pelos restauros executados sob os cuidados do IPHAN, pois a elas retornarei ao fim deste capítulo.

Permanecendo o dissenso, algumas autoridades presentes alegaram que os resistentes não tinham a representatividade da praça, que foi imediatamente comprovada com o documento que trazia a assinatura de cada morador — exceções feitas à casa onde reside um funcionário da AGEPEL — executora local do Monumenta — e ao Museu das Bandeiras (IPHAN).

Sem negociação, as instituições recuaram do projeto. Aquela paisagem ainda é apropriada “vernacularmente” pelos moradores daquele lugar, que como atores têm realizado suas identidades sem se conformarem à lógica da conservação patrimonial, mas contra ela, traduzindo em ação política os recursos simbólicos dos quais dispõem (Herzfeld, 1991). Lutaram os vilaboenses pelos seus espaços culturais e familiares contra a intromissão do mundo global.

Não houve alteração no Largo do Chafariz. A intervenção urbana se voltou para a Praça do Coreto. Tão logo as obras da Praça do Coreto tiveram início comecei a ouvir, há quilômetros de distância, um burburinho que indicava que o projeto descaracterizaria a Praça. O grande *banner* fixado junto à obra projetava a feição da praça após a reforma. Desconfiados os vilaboenses olhavam pelos tapumes e redes que separavam o trecho em obras.

¹⁰³⁹ Brasília Ramos Caiado, “Carta contra imposições”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 9.

Ao contrário do Largo do Chafariz, no Largo do Coreto (Praça do Coreto ou Praça do Jardim), nenhuma mobilização foi feita pelos moradores com vistas a debater e questionar o projeto proposto pelo Monumenta. Importante informar que diferentemente do Largo do Chafariz, cuja característica é majoritariamente residencial, o Largo do Coreto é constituído por muitos imóveis comerciais; não obstante alguns deles ainda atenderem às duas funções (morada e comércio). Lá estão localizados o Museu de Arte Sacra da Boa Morte, o Palácio Conde dos Arcos, a Catedral de Sant’Ana, a Casa da Real Fazenda, dois cartórios, uma farmácia, além de vários bares, lanchonetes e lojas de artesanato. Se não houve “ação política” por parte destes moradores e usuários do lugar, houve muitas declarações de contrariedade de moradores de vários lugares da cidade.

Significativamente, ao fim das obras não aconteceu nenhuma inauguração; não ao menos que os vilaboenses tradicionais ou moradores da praça tivessem tido ciência. E isto seria improvável, visto que as inaugurações são sempre acompanhadas de muitos fogos de artifícios, Banda de Música do 6º BPM, além de inúmeras autoridades. Certo dia a praça se apresentou sem tapumes; entregue à população literalmente “sem cerimônias”. Uma moradora interpretou: *acho que estão com vergonha de inaugurar*¹⁰⁴⁰.

Os pontos com os quais discordavam os vilaboenses tradicionais eram: (1) as lajes que foram substituídas por pedras cortadas; (2) a retirada da arborização e colocação de palmeiras imperiais; (3) retirada do chafariz do centro da praça; (4) retirada dos desníveis do piso interno à praça.

Uma matéria no jornal local, *O Vilaboense*, traz depoimentos de diversos moradores da cidade. Abaixo listo trechos dos depoimentos:

*O projeto não retrata nenhuma época, os mais antigos estão revoltados, mas, reclamar a quem? A UNESCO? Acho que é melhor montarmos um novo dossiê para a UNESCO para que amanhã as novas gerações não culpem inocentes [...]*¹⁰⁴¹.

*Entendo que se é para preservar o patrimônio histórico a praça jamais poderia ser modernizada. Mudaram o traçado antigo, retiraram a fonte de mármore e modificaram o paisagismo*¹⁰⁴².

Destruiu-se a história de várias gerações, retirando a fonte, implantando um calçamento alienígena e impondo uma arborização totalmente alheia às

¹⁰⁴⁰ Cleuza P. S. Magalhães, “Opinião do leitor”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 10.

¹⁰⁴¹ Reginaldo Jacaré Adorno, Presidente da Câmara Municipal. “Reforma Reprovada”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 9.

¹⁰⁴² Otávia de Castro Lacerda, “Opinião do leitor”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 10.

*histórias, lendas e sentimentos gerados pelo passar das gerações na Praça do Jardim*¹⁰⁴³.

*Em silêncio, entramos na catedral e fizemos uma prece a Sant'Ana, nossa padroeira, para iluminar as pessoas que estão inseridas nos poderes públicos federal, estadual e municipal, no sentido de saberem ouvir as opiniões dos goianos que residem aqui ou ainda têm casas aqui e não imporem suas decisões ditatoriais*¹⁰⁴⁴

Os vilaboenses tradicionais se ressentem do fato de que suas opiniões, percepções, representações e apropriações do espaço público não sejam consideradas pelas instituições que atuam junto à conservação patrimonial. O presidente da Câmara Municipal informa que em outras reformas serão exigidas *audiências públicas para que o povo vilaboense possa opinar nas mudanças dentro dos critérios de preservação*¹⁰⁴⁵.

Retome-se a Portaria 001 de 22 de abril de 1993 e verificar-se-á instrução sobre preservação de praças e jardins: “As praças e jardins públicos deverão ser preservadas em sua feição original, podendo ser objeto de restauração para recomposição das características referenciadas no período histórico definido no Artigo 2º desta Instrução Regional”¹⁰⁴⁶.

A Praça do Coreto foi vista como tendo sido, para alguns, *descaracterizada* e para outros, *requalificada*. Uma noção de autenticidade esteve subliminarmente presente nestes debates. Enquanto os técnicos do IPHAN e Monumenta se fundamentaram na lógica de uma autenticidade “não aurática”, na qual a “recriação” se apresenta como “mais forte do que o aspecto da ‘herança’” (Gonçalves, 2001, p. 23), os vilaboenses (envolvidos no debate) construíram suas narrativas com base na autenticidade aurática, ou seja, enfatizaram a importância do vínculo com o passado que desejam preservar, investindo mais nos aspectos de permanência e tradição. Vale ressaltar que em ambos os casos coexistem os aspectos auráticos e não auráticos¹⁰⁴⁷.

Tânia Mendes Caiado, viúva de doutor Brasília Ramos Caiado, juntamente com oito vilaboenses, entrou com Ação Popular contra os responsáveis pelo projeto executado na praça. O processo está tramitando.

¹⁰⁴³ Eudes Pacheco, “Opinião do leitor”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 10.

¹⁰⁴⁴ Rita da Veiga Jardim, “Reforma na Praça do Coreto”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 9.

¹⁰⁴⁵ Reginaldo Jacaré Adorno, Presidente da Câmara Municipal. “Reforma Reprovada”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 9.

¹⁰⁴⁶ Portaria 001 de 22 de abril de 1993, Artigo 3º, § 6º. 8ª Diretoria Regional do IPHAN.

¹⁰⁴⁷ Para maiores detalhes da reflexão da noção de autenticidade aurática não aurática em relação aos patrimônios nacionais, conferir Gonçalves (2001).

Tanto o Largo do Chafariz quanto o Largo do Coreto se constituíram em paisagens importantes desde o princípio da evolução urbana e (posteriormente) do processo de patrimonialização da cidade. No entanto, o status privilegiado destes lugares não impediu conflitos decorrentes de apropriações diferenciadas sobre os mesmos. Ou seja, o fato de que tanto para os moradores, quanto para a lógica patrimonial sejam estes lugares significativos, não elimina as dissonâncias oriundas das concepções distintas quanto às intervenções nos mesmos, bem como da diferença quanto aos seus possíveis e legítimos usos.

Todos os casos de intervenções tentadas ou empreendidas nos largos — desde a colocação do Teatro de Arena até a reforma da Praça do Coreto — são ilustrativos da força dos laços sociais para a legitimidade da ação social. Todas as críticas dirigidas aos responsáveis pelas obras fizeram referência ao fato de que *pessoas estranhas* à cidade ou *sem vínculos* com a cidade intervenham de maneira deletéria no espaço público, uma vez que o descaracterizam. Revelam estes casos os caminhos nos quais os laços sociais influenciam não tanto as ações dos agentes patrimoniais (de dentro ou de fora), mas antes a percepção que têm os vilaboenses tradicionais destas ações.

Uma pergunta se impõe: porque os moradores do Largo do Chafariz traduzem frequentemente capital simbólico em ação política, enquanto os moradores do Largo do Coreto ficaram inertes vendo a praça ser *descaracterizada*. Uma moradora do Largo do Chafariz acredita que isto se deu porque no Largo do Coreto além de muitos moradores idosos, tem o comércio de bares e lanchonetes e que no Largo do Chafariz *nós somos uma só família*¹⁰⁴⁸.

9.3. Os lampiões: marcos das fronteiras do patrimônio mundial

Uma das condições para que a candidatura de Goiás à lista dos patrimônios mundiais fosse aceita junto à UNESCO era de que toda a cidade fosse beneficiada com obras de infra-estrutura. Uma delas foi a obra de implantação do sistema de coleta e transporte de esgoto da cidade de Goiás (daqui por diante rede de esgoto), que beneficiou a cidade inteira. A outra, limitada à área tombada, foi a instalação da fiação subterrânea, a fim de que um trecho do *centro histórico* ficasse desimpedido da

¹⁰⁴⁸ Declaração feita à autora em fevereiro de 2007.

interferência visual da fiação aérea. Isto implicava em transpor tanto a rede aérea elétrica, quanto a de telefonia para rede subterrânea¹⁰⁴⁹. O projeto também previu a troca dos postes de cimento por “réplicas de lampiões autênticos”¹⁰⁵⁰.

O governo do Estado de Goiás investiu cerca de R\$ 3,4 milhões no trabalho de fiação subterrânea e mais de R\$ 6 milhões nas obras de saneamento, executadas em parceria com as empresas CELG (Centrais Elétricas de Goiás), SANEAGO (Empresa de Saneamento do Estado de Goiás) e TELEGOIAS¹⁰⁵¹. As políticas em nível regional visaram dinamizar o espaço urbano, especialmente o patrimônio edificado — recurso importante no mercado urbano dos lazers — com vistas a prepará-lo para a concorrência entre cidades (Fortuna, 1997; Peixoto, 2003b).



Rua Senador Eugênio Jardim – Postes e fiação aérea
Foto: Izabela Tamasso (2001)

Na área que recebeu a fiação subterrânea duas valas foram abertas em cada rua, largo, beco e travessa. A CELG e a TELEGOIAS¹⁰⁵² trabalharam na mesma vala,

¹⁰⁴⁹ “Trabalho de restauração decisivo para concessão de título da Unesco”, *A Energia de Goiás*, Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 4 de julho de 2002, p.4.; “Goiás Patrimônio da Humanidade”, *Um Estado em Obras*, Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 30 de junho de 2002, p, 28; “Contribuição oficial para o título”, *Jornal da Segunda*, Especial O Nosso Patrimônio Cultural da Humanidade, p. 16.

¹⁰⁵⁰ Folder “Goiás antes da iluminação subterrânea”, CELG, Governo do Estado de Goiás, s/d.

¹⁰⁵¹ “Trabalho de restauração decisivo para concessão de título da Unesco”, *A Energia de Goiás*, Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 4 de julho de 2002, p.4; “Contribuição oficial para o título”, *Jornal da Segunda*, Especial O Nosso Patrimônio Cultural da Humanidade, p. 16

¹⁰⁵² A TELEGOIAS foi privatizada logo nomeio do processo da candidatura de Goiás ao título. Quando a cidade foi inscrita à Lista dos Patrimônios Mundiais a empresa já havia sido privatiza, daí porque em

enquanto a SANEAGO trabalhava isoladamente numa vala própria, pois a rede de esgoto deveria ser mais profunda.

Embora CELG e TELEGOIAS dividissem a mesma vala, não trabalharam subsequentemente. Um atraso nos trâmites burocráticos entre TELEGOIAS e IPHAN, fez com a TELEGOIAS iniciasse os seus trabalhos depois da CELG. Sendo assim, a mesma vala fora aberta duas vezes: uma vez pela CELG e outra pela TELEGOIAS. Ao final, cada rua tinha sido aberta por três vezes. E, isso é o mais importante, não simultaneamente. De tempos em tempos outro grupo chegava à rua para iniciar as obras. Isto significa que por três vezes retiraram as pedras da calceteria, procederam à escavação, executaram o serviço, depositaram a terra e refizeram a calceteria¹⁰⁵³.

Além disso, todas as casas tiveram suas fachadas rasgadas para passagem da tubulação que abrigaria a rede elétrica e de telefonia; e todas as calçadas foram abertas para recepção das caixas: uma para a TELEGOIAS com 2 m de profundidade, outra para a CELG e outra para a SANEAGO. A cada casa, três caixas na calçada.



Casa à Rua Monsenhor Azevedo – Ao lado da porta vê-se fissura para instalação do tubo de fiação

Foto: Izabela Tamasso (2001)

Em setembro de 2000, o IPHAN convidou a população do lado de Sant’Ana, para participar de uma reunião que tinha por objetivo apresentar aos moradores detalhes das obras de iniciavam daquele lado do rio; o que já tinha sido feito do lado do Rosário. Representantes das concessionárias se fizeram presentes. Cerca de 30 moradores participaram e sanaram suas dúvidas junto aos oito funcionários representantes das várias empresas¹⁰⁵⁴.

alguns jornais já aparecer como Brasil Telecom. Escolhi por usar apenas TELEGOIAS por ser este o nome que designavam à empresa quando da reunião com os moradores e da execução das obras.

¹⁰⁵³ A obra de saneamento realizada pela SANEAGO compreendeu a abertura de duas valas: “uma principal para colocação da tubulação medindo 80 cm de largura podendo ter entre 1,20 m a 2,50 m de profundidade; e as valas secundárias de ligação das residências à vala principal medido 80 cm de largura e variando entre 80 cm a 1,50 m de profundidade”. Relatório ao IPHAN 14ª Superintendência Regional, Relatório Parcial (abril, maio, junho, 2002).

¹⁰⁵⁴ Registrado em caderno de campo I, 05 de setembro de 2000.

As mais frequentes dúvidas ou inquietações dos moradores foram quanto (1) o tempo das obras, (2) se as empresas trabalhariam simultaneamente na mesma rua, (3) como seria feito o trabalho para recompor a calceteria (4) dúvidas quanto ao cronograma, pelo receio de que as obras atrapalhassem a economia local, como o comércio; ou a cultura local, como as festas religiosas, (5) questões sobre o lugar onde ficariam os relógios de energia elétrica, (6) curiosidades sobre os lampiões, sobretudo relativamente a cor das lâmpadas.

A dúvida sobre a colocação dos relógios de energia merece atenção. A CELG havia terceirizado o serviço de leitura dos relógios. A empresa que assumira o serviço estimulava os moradores a transportarem os relógios que se encontravam fixados no corredor das residências (entre a *porta da rua* e a *do meio*) para as fachadas, pois quando os moradores viajavam, com a *porta da rua* fechada, a empresa ficava impossibilitada de fazer a leitura dos relógios. Em 1999, a então diretora da 17ª Sub-Regional do IPHAN, Salma Wares Saddi de Paiva, temendo a *mutação das fachadas* e já empenhada na candidatura ao título de patrimônio mundial, juntamente com a CELG, Câmara Municipal de Goiás e Loja Maçônica Asilo da Razão, enviou carta de orientação aos moradores¹⁰⁵⁵. A carta sugeria que se os relógios ainda estivessem nos corredores que assim permanecessem; pois a CELG disponibilizaria “alternativas para facilitar a leitura do aparelho, mesmo do lado de dentro”¹⁰⁵⁶.

Por ocasião da reunião na Catedral, o representante da CELG respondeu às dúvidas quanto aos relógios de energia, comunicando que ao fazer o trabalho de transportar a rede elétrica e de telefonia já aproveitariam para transferir todos os relógios que estivessem nas fachadas para os corredores. Um jovem rapaz indagou: *Não foi o próprio IPHAN que pediu para passar os relógios para fora? Agora pede para passar para dentro?* O representante da CELG argumentou que “a regra é que os relógios fiquem de fácil acesso para os leituristas, mas que a cidade de Goiás é especial”¹⁰⁵⁷. Também o relógio de água deixaria de ficar exposto (em geral na parte mais baixa da fachada) e passaria para a caixa instalada nas calçadas.

Notei que havia grande interesse, não apenas dos moradores presentes na reunião, no tema dos lampiões. Perguntavam sobre o material do qual seria feito, se seria resistente, que tonalidade de luz seria instalada, se mais amarelada ou mais branca.

¹⁰⁵⁵ Entrevista concedida à autora em julho de 2000.

¹⁰⁵⁶ Comunicado entregue aos moradores. 17ª Sub-Regional do IPHAN, CELG. Câmara Municipal de Goiás e Loja Maçônica Asilo da Razão, 16 de abril de 1999.

¹⁰⁵⁷ Registrado em caderno de campo I, dia 05 de setembro de 2000.

Um tempo razoável da reunião se resumiu às características estéticas do projeto. A arquiteta convidou-os para visitarem a Rua do Fogo (Rua 03 de Maio), onde se instalou um “laboratório”. Lá os lampiões já tinham sido instalados com luzes de sódio (amareladas). Pelo que percebi durante a reunião, a luz amarela era a que mais agradava aos presentes.

As obras de rede subterrânea foram inauguradas na noite da Procissão do Fogaréu do ano de 2001, com a presença do Ministro da Cultura Francisco Welffort e do Governador do Estado de Goiás Marconi Perillo. Não obstante terem sido recebidas com grande entusiasmo pelos vilaboenses tradicionais, as obras de fiação subterrânea iniciaram outros dissensos; ou melhor, não exatamente a fiação subterrânea — pois que esta dizia respeito não só à rede elétrica, mas também à de telefonia — mas sim o efeito dos lampiões por ela gerado. O dissenso, na verdade, girou em torno de uma disputa pelo resultado estético das obras; pois afinal era esse o maior valor da obra: retirar a poluição visual da fiação aérea que prejudicava sobremaneira o consumo visual. Não somente retiraram a fiação, como deram um clima nostálgico proporcionado pelos lampiões durante o dia e pela tonalidade sépia das lâmpadas à noite.

Em quê residiu o dissenso? Por motivos de limitação de recursos financeiros, CELG e IPHAN tiveram que delimitar as ruas contempladas pela fiação subterrânea; ou seja, quais largos, ruas e becos da área tombada receberiam a fiação subterrânea e por consequência os lampiões? A princípio os vilaboenses pensaram que seria toda a área tombada ou *centro histórico*, o que seria impossível com os recursos disponíveis. Traçou-se um trajeto que visou contemplar os espaços urbanos mais significativos da área tombada. É certo que os lampiões foram colocados em quase toda a extensão da área tombada. Mas como o *centro histórico* é uma categoria vaga e, em geral, percebido como maior do que a área tombada (tema já analisado na Parte II), muitos foram os logradouros que não tendo sido beneficiados com a luz sépia dos lampiões, geraram indignação em uma parcela da população, pois que são compreendidos como parte da cidade histórica. Esse processo de seleção que excluiu largos, ruas, becos e travessas, excluiu igualmente os moradores, que foram impossibilitados de terem a satisfação de contemplarem os lampiões de suas janelas (Mapa 12 – página 521).

Mais uma “paisagem de poder” foi criada internamente àquela configurada pela área tombada. Havia, pois, uma área dentro da área tombada (ou do *centro histórico*) mais significativa e mais valorada. Houve uma fragmentação do tecido urbano em área com lampiões e sem lampiões. A lógica da seleção (exclusão) foi questionada por

aqueles moradores que ficaram do lado de fora, vendo os seus vizinhos ganharem os benefícios do patrimônio mundial, que eles não ganhariam.

Marco Antonio da Veiga de Almeida considerou *injusta essa escolha dos locais*. Ele discorre citando comparativamente as ruas:

Eu não concordo quando eu vejo uma rua da Pedra, que é a minha rua, com postes e com fios de alta tensão expostos...e vejo uma rua do Fogo, por exemplo, com lampiões... e ela é toda em bloquete. Então, achei que foi meio injusta essa instalação dessa iluminação, porque eu acho que devia ser ampliada... E não só a rua da Pedra como o beco do Seminário, que é a travessa do Seminário que é onde eu moro hoje... essa região toda minha aqui... atrás da Catedral, a rua Doutor Neto... é várias ruas, né ¹⁰⁵⁸?

Há uma comparação que coloca o calçamento das ruas numa posição considerável. Ruas com calçamento em pedra valem mais do que ruas com bloquetes. É ele mesmo quem explica o valor das pedras: *Porque é injusto você ver determinadas ruas aí que não tem nada a ver com a parte histórica... não tem nada a ver que eu digo, em termos de preservação, em termos de... o calçamento não é de pedra ¹⁰⁵⁹*. A pedra tem valor histórico. Onde calça a rua, a pedra atribui mais sentido. Em debate estão as conflitantes visões do passado e sua realização no presente. (Lowenthal, 1998a, Herzfeld, 1991).

A foto abaixo mostra a Rua Hugo Ramos no trecho onde há a divisa entre a fiação aérea (mais no alto da rua) e a subterrânea, cujo início está marcado pelo lampião do lado esquerdo da foto. Observe-se calçamento em *bloquete*.

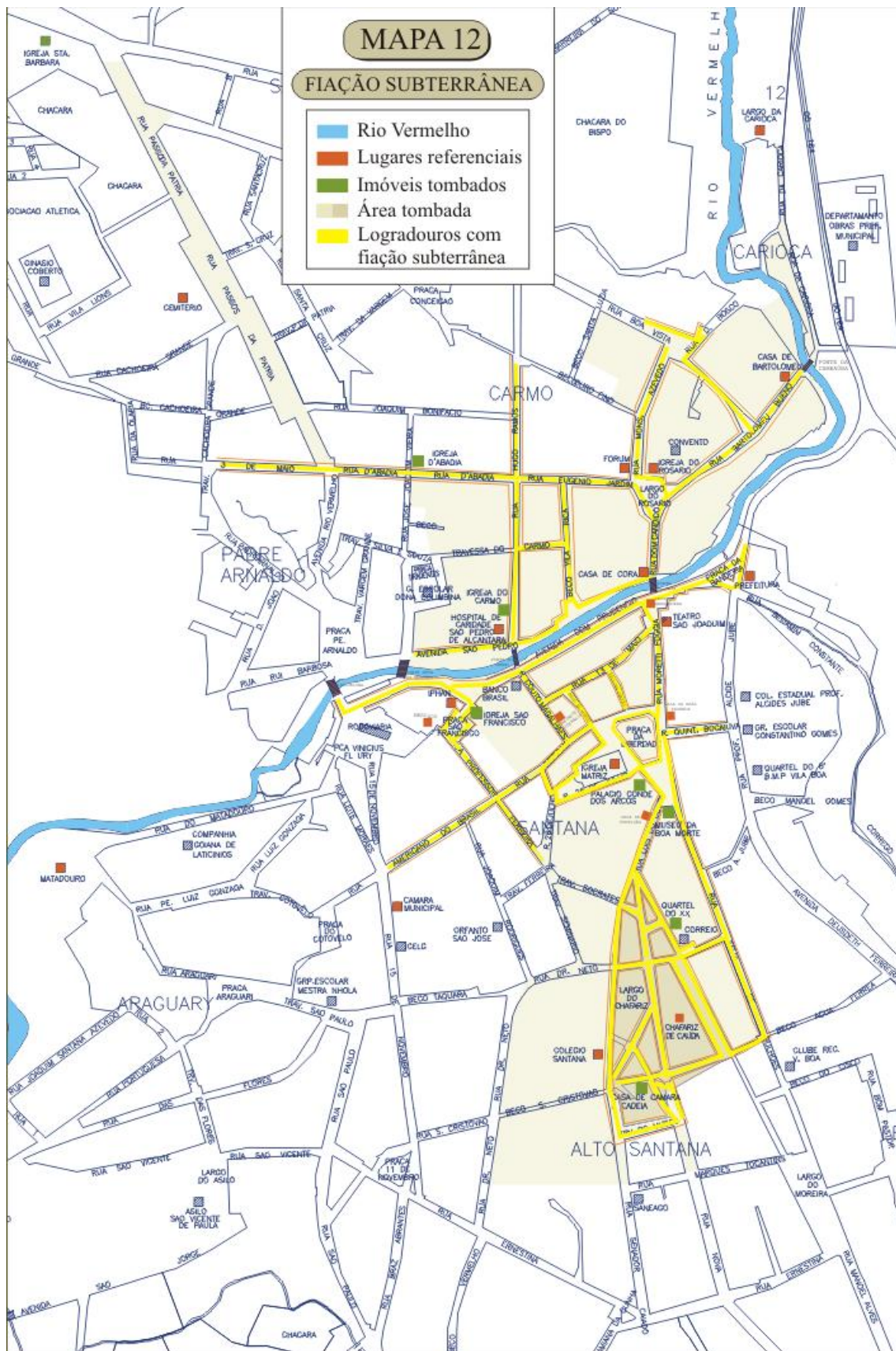
Foto: Izabela Tamaso (2002)



Folia do Divino descendo a Rua Hugo Ramos

¹⁰⁵⁸ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

¹⁰⁵⁹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.



Os valores não se limitam à calceteria, extrapolam os materiais construtivos para atingirem à divisão espacial da cidade em dois lados do rio: *Agora você veja bem... atrás da Igreja do Rosário ficou tudo cheio de lampião e próximo ao Museu das Bandeiras você vê imensos postes na porta da escola Veiga Vale, por exemplo. Está cheio de postes. Então quer dizer... eu achei que a escolha não foi muito feliz*¹⁰⁶⁰.

O novo espaço patrimonial que se construía (com fiação subterrânea) afluía a disputa entre vilaboenses tradicionais. A requalificação urbana como reforço da competitividade e atratividade da cidade (Peixoto, 2000) visando preparar Goiás para a concorrência entre cidades pelos fluxos turísticos — tendo sido executada em uma parte da área tombada desencadeou uma “concorrência” interna à área tombada, entre os vilaboenses tradicionais, ansiosos por ser parte da nova estética patrimonial que se construía. Que história foi selecionada para ser iluminada pelos lâmpios? Que ruas e becos eram representativos desta história?

Marco Antonio da Veiga de Almeida também fez considerações sobre os *becos históricos* que deveriam ter recebido a fiação subterrânea: *beco Ouro Fino, a travessa do Carmo, beco Vila Rica... o beco Vila Rica até foi... está incluído no perímetro da fiação. Então, tem um monte de coisa aí que eu não concordo. Essa seleção de ruas não foi satisfatória*¹⁰⁶¹.

Tanto as políticas, práticas e “estratégias” patrimoniais quanto as críticas e “táticas” que reagem a elas não são suficientemente claras. Tivesse sido o critério de seleção, o fato de estar inserido na área tombada e muitos outros logradouros teriam sido contemplados como a Rua Dr. Neto, Beco do Seminário, Beco do seu Sócrates. Fosse o critério ser calçado com pedras e seria aceita a inclusão do Beco de seu Sócrates e outros, mas não a da Rua do Fogo. Esta, disseram os agentes da conservação patrimonial, ser uma rua de entradas e partidas de comitivas. Mas então também se incluiria a Rua da Carioca, que ficou sem a luz sépia dos lâmpios. É a própria arquiteta do IPHAN quem afirma ter sido a Carioca “inclusa no tombamento por se constituir um dos caminhos históricos, servindo de comunicação do Arraial de Santana com os outros arraiais de mineração, ou seja, como referência da primeira ocupação” (Martins, 2004, p. 109).

Há, contudo, uma dubiedade na definição da Carioca, por parte do IPHAN. A “Carta à cidade de Goiás”, divulgada em 1983, lista como estando tombada a “Fonte da

¹⁰⁶⁰ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

¹⁰⁶¹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

Carioca e seu entorno”. No entanto, na Certidão de Tombamento consta apenas o “Caminho que leva à Fonte da Carioca” (Anexo VII) ¹⁰⁶².

Dirceu Bólico, morador da Rua da Carioca, área tradicional, tombada, mas periférica no que tange às melhorias do espaço urbano ¹⁰⁶³, revela seu ressentimento:

Eu acho que nós estamos sendo esquecidos... desde o projeto para a iluminação de lampiões que eu achava que aqui devia ser importante por causa da Fonte da Carioca e por que aqui era uma passagem de comitivas, que antes de ter a rodovia, diz que era aqui mais pra baixo que era o trânsito. Então eu acho que aqui... já que a cidade de Goiás é tão importante... ali com a parte do centro, aqui também é importante ¹⁰⁶⁴

A batalha que se observa é sobre o futuro do passado. Seu Dirceu como os outros moradores excluídos da iluminação dos lampiões negociavam um sentido do lugar e um lugar na história.

A Rua de Rita da Veiga Jardim (Rua do Carmo ou Rua Couto Magalhães) é tombada e foi contemplada com a fiação subterrânea. Ela, contudo, questiona a exclusão de outras ruas do roteiro dos lampiões:

Tem umas ruas de Goiás... tem praças, pracinhas e ruas de Goiás, que são da parte histórica, mas não sei se elas foram tombadas pelo patrimônio... mas não foram beneficiadas com a fiação subterrânea. Como a Rua Senador Caiado, que foi só até uma parte ali perto do Museu das Bandeiras, faltando ir até lá perto do Rio Prata e a Rua Ernestina e tem... existem outras ruas que são antigas aqui em Goiás, Rua São Paulo, Rua das Flores e Largo do Moreira e muitas ruas aí, que embora tenham já modificado suas fachadas, mas que elas fazem parte da parte histórica, são antigas. Então essas não foram incluídas. Quer dizer que deveria abranger essa parte também ou ver uma outra forma de preservação dessas ruas que deveriam ser incluídas ¹⁰⁶⁵. [grifos meus]

Mesmo a parcela da população que tem mais acesso à informação ainda não têm domínio sobre a área tombada da cidade. Todos os logradouros citados acima por Rita faziam parte da área de entorno à época do seu depoimento, em 2002. Apenas em 2004 foram inseridos na área tombada. Para Rita o valor reside no fato de que *são antigas e fazem parte da parte histórica* independentemente das *fachadas*. Os lampiões — a meu

¹⁰⁶² Martins classifica a Rua da Carioca, bem como a Rua Passo da Pátria e a Avenida Dom Prudêncio, como não possuidoras das mesmas características das demais áreas tombadas, pois “têm ocupação recente e seus atributos de parcelamento de solo e malha viária distinguem-se da área central assim como o caráter das intervenções processadas” (2004, p. 109).

¹⁰⁶³ As casas da Rua da Carioca, que fica entre a Rua Bartolomeu Bueno (antiga Rua da Cambaúba) e a Fonte da Carioca, não tinham numeração quando a pesquisa foi feita.

¹⁰⁶⁴ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹⁰⁶⁵ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

ver, os maiores símbolos da prática de *enobrecimento* na cidade — não iluminaram apenas algumas poucas ruas, mas também o debate cultural em torno das noções de tempo, de história e do futuro do passado, revelando as múltiplas interpretações e experiências do passado e da história. O que é história? Quem a constrói? Porque o Largo do Moreira não era histórico para a política patrimonial de 1978 e agora o é; tendo sido tombado em 2004?

Todos os moradores da área tombada e de entorno arcam com o ônus de serem proprietários de imóveis tutelados pelo Estado-nação, o que significa que têm seus direitos de propriedade restringidos, pois que a ela se sobrepõe a “função social da propriedade”¹⁰⁶⁶, amparada nos direitos coletivos (no tendo nem o direito do “contraditório”!¹⁰⁶⁷). Por isso, no cotidiano, eles têm experimentado uma vigilância constante da burocracia patrimonial. Contudo, no momento de receberem o benefício mais significativo — a delimitação concreta da área histórica pela iluminação nostálgica dos lampiões — uma grande parte deles ficou de fora.

Imaginaram que fariam parte daquela construção de uma nova espacialidade da cidade patrimônio mundial, indicativa do seu lugar na história. Sonharam que veriam outra luminosidade vazar por entre as *gretas* de suas janelas e pelas vidraças das venezianas. Mas tiveram que sair dos seus próprios patrimônios para presenciarem o patrimônio dos outros sendo mais adensado de valor. Ficaram do lado de fora desta nova espacialidade, vendo os seus vizinhos contemplar a noite sépia, debruçados em suas próprias janelas, ou sentados em cadeiras na beira das calçadas. Bem longe de Goiás, lá no Bairro do Recife uma senhora lamentava “Será que eu nasci aqui e na hora que esse bairro vai se embelezar não vai ter um canto pra mim? Não vai ter um canto pra Cícera? E pra aquele povo todo da Favela?”¹⁰⁶⁸.

Desigualdade inaceitável para os moradores da área tombada. Necessária, porém, para os políticos, agentes e burocratas da conservação patrimonial, que tinham

¹⁰⁶⁶ “Art. 5º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII — é garantido o direito à propriedade privada;

XXIII — a propriedade atenderá sua função social;

XXIV — a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV — no caso de iminente perigo público a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.” (Constituição Federal)

Conferir também Art. 5º, § 2º ; Art. 170 da Constituição Federal.

¹⁰⁶⁷ Conferir Castro (1991).

¹⁰⁶⁸ Francisca Lopes Gomes em depoimento para Montenegro (apud Leite, 2001, p. 230).

que atender às exigências da UNESCO de fiação subterrânea, sem perder de vista a boa administração dos recursos disponíveis. Assim, para se tornar “patrimônio mundial”, Goiás viu seu patrimônio local se tornar ainda mais centrado, limitado, excludente. A mesma ação que iluminou para o mundo escureceu internamente! Amplia seu valor patrimonial até a escala mundial, enquanto miopemente confina sua espacialidade mais nostálgica a algumas poucas ruas.

A cada etapa do processo de atribuição do valor patrimonial no decorrer de meio século (da década de 50 ao ano de 2001), foram sendo estabelecidas fronteiras urbanas, (visíveis e invisíveis) internas, carregadas de temporalidades distintas. Qual será a nova delimitação a ser feita? Uma área de lazer para os turistas? Um trecho reurbanizado próximo ao rio? Incluirão “patrimônio imaterial” e arqueológico para construção de novas espacialidades? Ainda há tanto por selecionar em meio à riqueza daquele *topos* cultural! Tanto ainda por excluir...

Tendo iniciado os *surveys* em 2000 e a pesquisa sistemática em fevereiro de 2001 — quando o espaço público ainda recebia as obras de fiação subterrânea e rede de esgoto — pude observar as experiências vividas no espaço público *em construção* para o patrimônio mundial e a transformação da paisagem urbana. As obras, não obstante terem recebido o apoio de grande parte da população, inclusive da *periferia*, que também se beneficiaria com a rede de esgoto, geraram algumas controvérsias quanto aos procedimentos operacionais utilizados. Os desconfiados ou descontentes não questionavam a melhoria do espaço urbano, mas a qualidade de execução das obras e os seus impactos imediatos e em longo prazo. Grande parte das reclamações se referia à qualidade do serviço prestado. Perguntei a uma senhora moradora da área tombada se em sua casa havia tido algum dano decorrente das obras:

Danificou muito, não é? Todas as casas daqui ficaram abaladas, trincadas. Eu vejo várias... eu falo trincadas, porque são fininhas [as trincas], mas eu tenho receio porque foi no aterro... porque eles fizeram as valas depois encheram novamente, mas eu não sei se eles puseram o suficiente. Eu acho que com as chuvas... aqui... em declive, então eu acho que futuramente a gente vai ter problema¹⁰⁶⁹.

Já informei anteriormente que por três vezes as ruas foram escavadas e reconstituídas. Os moradores observavam das janelas, das portas e das calçadas o trabalho sendo executado. Indicavam que estavam pondo cimento demais e areia de

¹⁰⁶⁹ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

menos ou que as pedras não estavam ficando bem assentadas ¹⁰⁷⁰. Outra moradora também indicou os estragos feitos pelas obras nos patrimônios privados:

Por exemplo, aqui eles quebraram, eu não vou mandar consertar! Minha porta estava arrumada, eles desarrumaram. Aí as pedras como é que estão! Ali quebrou ó. Na divisa minha com a Lelê também está quebrada. Quer dizer, não sou eu que sou responsável por isso aqui. Isso aqui tem um responsável não tem ¹⁰⁷¹?

Outro morador comentou que o dano causado em sua casa não será nunca mais reparado

Eles fizeram um buraco entre o portal da minha casa, de madeira, com o pau-a-pique e nunca vai pregar, porque tem o cano separando o pau-a-pique da madeira. Então soltou o portal da minha casa! E eles cortaram a aroeira de suporte do teto e a água minou pelo teto, então deu infiltração em todas as minhas janelas. Pra reformar, pra consertar isso, eu gastei 950 reais ¹⁰⁷².

O que interessa não são os dados técnicos quanto às obras e sim a representação dos vilaboenses das mesmas, sobretudo aqueles moradores das ruas por onde as obras passaram.

Dúvidas quando à qualidade do serviço de compactação também eram comum.

Outro morador sobre isso comentou:

Um velho falou pra mim “Ângelo, esse pessoal afrouxou, afrouxaram a cidade, a cidade ficou frouxa!” Eles tiraram as pedras, abriram um vale e não compactaram, não jogaram cimento, nada! Então o que aconteceu? Veio o rio, entrou ali onde estava frouxo e foi levando. Porque as terras de Goiás é tudo areia, é uma terra podre! Então foi embora a cidade. “Foi culpa desse patrimônio!”, esse senhor falou pra mim, “porque eles afrouxaram a cidade”. Puseram só gente pra trabalhar aqui querendo fazer a coisa e não fazer bem feito. Eles queriam é fazer, mas não importava como ¹⁰⁷³.

A reclamação mais sistemática e convicta dizia respeito ao trabalho de calceteria; isto é, como eram recolocadas as pedras ao fim de cada trabalho concluído. Ficava impressionada com a atenção que dispensavam às pedras. Mais do que isso! Era cuidado e afeição. Viam falhas no traçado, viam incorreções na recolocação, pois notavam que as pedras não voltavam aos seus devidos lugares.

¹⁰⁷⁰ Registrado em caderno de campo I, dia 05 de setembro de 2000.

¹⁰⁷¹ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰⁷² Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰⁷³ Entrevista concedida á autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

Na reunião realizada em 2000, os técnicos haviam dito que fotografariam o calçamento para depois recompor o desenho original ¹⁰⁷⁴. O tema ganhou os jornais da capital, em 2001, com o título “Quebra-cabeça nos becos de Goiás”:

Antes de iniciar a escavação de qualquer trecho, a equipe atualmente formada por 25 técnicos, observa e fotografa a área. [...] À medida em que [sic] vão sendo retiradas, as pedras são numeradas, catalogadas e guardadas em local seguro, enquanto prosseguem as escavações [...] Cada pedra tem de ser recolocada em seu local original¹⁰⁷⁵.

Não obstante todo esse cuidado no projeto e execução das obras, os moradores não se sentiam inteiramente satisfeitos. Não era uma reclamação ruidosa e nem raivosa. Era ao contrário velada e discreta. Era como se mal pudessem reclamar tamanhas as benfeitorias que vieram de uma só vez: saneamento, fiação subterrânea, lampiões, festas, destaque na mídia e o título sendo conquistado. Em meio a tanto, as pedras poderiam ser algo secundário ou até mesmo irrelevante. Mas não eram e por isso não conseguiam fazer calar.

Paulatinamente fui confirmando minha hipótese sobre o lugar central das pedras na cultura vilaboense, cuja força de representação merece tópico próprio, muito embora permaneça interligado aos tópicos anteriores, pois que os temas “lampiões” e “pedras” se impuseram à pesquisa em meio às obras de fiação subterrânea.

9.4. As pedras do cotidiano, lugares de memória

Outro dia, caminhando para o Viaduto do Chá, observara como tudo havia mudado em volta, ou quase tudo. O Teatro Municipal repintado de cores vivas, ostentava sua qualidade de vestígio destacado do conjunto urbano. Nesse momento descobri, sob meus pés, as pedras do calçamento, as mesmas que pisei na infância. Senti um grande conforto. [...] As pedras resistiram [...] (Bosi, 1983, p. 363).

¹⁰⁷⁴ Registrado em caderno de campo I, dia 05 de setembro de 2000, por ocasião da reunião na Catedral de Sant’Ana.

¹⁰⁷⁵ Rosane Rodrigues da Cunha, “Quebra cabeças nos becos da cidade de Goiás”, *O Popular*, Goiânia, 9 de junho de 2001, p. 4B.

Em Goiás, as pedras estão presentes no calçamento das ruas mais antigas, nas praças, em alguns corredores do casario, em alamedas nos quintais, nos becos e em alguns muros. Há que se diferenciar *pedras* de *lajes*. As lajes são finas na espessura e podem ser grandes no tamanho. Estão, por exemplo, assentadas nas calçadas, em corredores do casario, nas praças, em alamedas nos quintais. As pedras são bem variadas, desde bem pequenas e mais finas, até grandes e bem grossas e pesadas. São usadas para o calçamento das ruas, principalmente. Em muitas circunstâncias a categoria *pedra* engloba a categoria *laje*. Em outras, elas são diferenciadas.

As lajes eram provenientes do Morro das Lajes, até que sua extração fora proibida por causa do impacto ambiental. Com a impossibilidade de acesso às tão desejadas lajes, aquelas que já se encontram assentadas se transformaram em relíquias. Guardiões das lajes e das pedras são todos os moradores, para quem elas são “lugares de memória”.

Os vilaboenses têm destacada admiração pelas pedras e pelas singularidades dos traçados formados com elas nas ruas e calçadas. Reconhecem e se reconhecem nas pedras ou lajes à sua porta. Sabem localizar uma pedra ou laje de predileção. Identificam muito rapidamente uma ausência, seja pelo trânsito de veículos automotivos, seja por vandalismo, seja pela ação do tempo. Não importa. O vilaboense detecta tão logo as falhas aparecem. Avisa a prefeitura, fala com um parente que é funcionário público, mas não sossega enquanto não vê a dissonância no traçado resolvida.

Bosi afirmou que as “lembranças que ouvimos das pessoas idosas têm assento nas pedras da cidade” (1983, p. 82). Foi este outro legado de Cora Coralina.

PEDRAS

Cora Coralina

*Os morros cantam para meus sentidos
a música dos vegetais
que se movem ao vento.*

*As pedras imóveis me enviam
uma benção ancestral
Debaixo da minha janela
se estende a pedra-mãe.*

*Que mãos calejadas
e imensas mãos sofridas
a teriam posto ali,
para sempre?*

*Pedras sagradas da minha cidade,
nossa íntima comunicação.
Lavada pelas chuvas,
queimada pelo sol,
bela laje velhíssima e morena.*

*Eu a desejaria sobre o meu túmulo
e no silêncio da morte,
você, uma pedra viva, e eu,
teríamos uma fala
do começo das eras.*

Villa Boa de Goyaz (2001)

Ela registrou em sua obra a força do elemento pedra para o vilaboense. Se antes os estudiosos e pesquisadores da obra de Cora percorreram com ela os becos da cidade, nos últimos anos eles vêm descobrindo as pedras na vida e na obra da poetisa.

Não entenderam eles ainda que a pedra se constitua em um valor cultural do vilaboense tradicional, sendo passado de geração em geração, como prova da resistência e força, não apenas da *velhinha* doceira e poetisa, mas também de um povo que se agarrou às pedras como objetos de sua identidade de povo espoliado, nesta *cidade onde levaram o ouro e deixaram as pedras*¹⁰⁷⁶.

CONTO DE RUA
Antônio Soares de Camargo

A narrativa de minha rua dá um conto,
[...]
Nela, tem casas, tem beirais, tem calçadas, tem lágneas, tem meio-da-rua, tem pedras de cantaria, tem andorinhas nos cachorros e, pombos nos telhados, passarinhos nas gaiolas.
[...]
[grifos meus]

Para o vilaboense tradicional as pedras são lugares imóveis e dinâmicos de suas memórias individuais e coletivas, por isso não são “assento” das lembranças apenas das pessoas idosas. Pessoas em torno de 40 anos assentam suas lembranças sobre pedras.

Prova disso é Leonardo de Barros Barreto, que confirmou a função que a infância tem no trabalho de sensibilização para as pedras. Ele e sua esposa Chiara gentilmente me conduziam de carro, apresentando lugares na cidade. Vagarosamente iam parando e ele ia indicando “lugares de memória”; chácara dos avós, trajetórias cotidianamente percorridas, fatos marcantes¹⁰⁷⁷. Repentinamente ele me diz: *vou lhe mostrar onde está a maior pedra do calçamento de Goiás*. Eu então lhe indaguei como ele poderia ter certeza de que era mesmo a maior. Ele contou que percorria à pé desde tenra infância as ruas na companhia de seu pai. Distraíam-se observando as pedras da calceteria da cidade e depois de muitos anos os dois se convenceram de que aquela pedra é a maior. Parou o carro e me mostrou.

Foi então que me dei conta de que os não vilaboenses — como eu e os turistas — olham para frente, para os lados, para o alto. Casario, igrejas, torres sineiras, largos, monumentos e transeuntes desviam nossa atenção das pedras. As pedras são observadas

¹⁰⁷⁶ Cora Coralina, *Meu Livro de Cordel* (2001, p. 81)

¹⁰⁷⁷ Refiro-me a ele pois Chiara não é vilaboense. É de nacionalidade italiana e foi morar em Goiás já adulta.

quase que só funcionalmente pelos não vilaboenses: apenas para não se cair ou tropeçar
1078

Para a gente do lugar, a pedra é muito mais do que o lugar no qual simplesmente se pisa. Marcel Proust narrou a sensação da irregularidade do calçamento sob seus passos e o quanto isso o fizera lembrar: “não procurara as duas pedras em que tropeçara no pátio. Mas o modo fortuito, inevitável porque surgira a sensação constituía justamente uma prova da verdade do passado que ressuscitava, das imagens que desencadeava, pois percebemos seu esforço para aflorar à luz, sentimos a alegria do real capturado” (apud Bosi, 1983, p. 363).

É como um “lugar de memória” que a *pedra do pé* foi reivindicada por Ana. Durante as obras de fiação subterrânea, certo dia Ana percebeu subitamente que a *pedra do pé* não tinha sido recolocada no seu lugar:

*A pedra, quando ela foi colocada foi lá em frente à janela do quarto do meu pai. Aí com esses consertos né que houve, essas obras que houve, sumiu a pedra. A pedra desapareceu. E eu fiquei feito doida atrás da pedra. Procura por aqui, procura por ali, procura por um, pra saber onde estava a pedra. Porque essa pedra, não é que ela é uma coisa... mas ela é bonita... além dela ser muito bonita, ela é uma coisa que marcou minha infância demais!*¹⁰⁷⁹

Para a gente do lugar, elas são “lugares de memória”, no sentido que atribui Pierre Nora a esta noção:

Les lieux de mémoire appartiennent aux régnes, c'est ce qui fait leur intérêt, mais aussi leur complexité: simples et ambigus, naturels et artificiels, immédiatement offerts à l'expérience la plus sensible et, en même temps, relevant de l'élaboration la plus abstraite. Ils sont lieux, en effet, dans les trois sens du mot, matériel, symbolique et fonctionnel [...]. Les trois aspects coexistent toujours (1997, p. 37)

É o jogo entre a memória e a história, que constitui os lugares de memória. Mas adverte Nora que “au départ, il fault qu'il y ait volonté de mémoire”, que ao ser abandonado enquanto um princípio de prioridade, de uma definição estreita se derivaria, a mais rica potencialidade em direção de uma definição mais “molle, susceptible d'amettre dans la catégorie tout objet virtuellement digne d'un souvenir” (1997, p. 37)¹⁰⁸⁰.

¹⁰⁷⁸ Esta é outra característica impressionante das jovens e senhoras vilaboenses: a habilidade com que se deslocam pelas ruas da cidade portando calçados de salto de cerca de 4 a 5 centímetros. Nas procissões, onde as senhoras, sobretudo, se esmeram na elegância, é possível se observar a presença dos saltos.

¹⁰⁷⁹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

¹⁰⁸⁰ Sobre lugares de memória conferir também Pollak (1992).

A *pedra do pé*, como o nome indica tem o formato de um pé. Mede cerca de 1 metro de comprimento por uns 0,5 m de largura na parte em que o pé é mais largo. Contou Ana que todos na rua conhecem a pedra e sabem indicar o seu lugar. As lembranças dela se assentam nas pedras (Bosi, 1983):

*A gente brincava de batatinha frita, esses trem! Então, a gente marcava ela como se fosse uma coisa assim... uma... como é que fala? Ao invés da gente esticar uma corda, a gente marcava por ela. Ela era o marcador, sabe? Então, a gente sempre, brincava de pique, brincava de barrabol, brincava desses trem e falava “quem ficar em cima da pedra do pé”, sabe? Então a gente brincava nessa rua aqui em cima dessa pedra, essa pedra era marcante demais aqui na rua, ela é marcante. É uma pedra... você pode andar a cidade inteira você não acha uma dessa. Você pode ver que ela é diferente, é uma pedra completamente diferente*¹⁰⁸¹!

A pedra do pé é assim um “lugar de memória”, nos três sentidos, material, simbólico e funcional. É suporte material da memória do lugar, restando logo em frente à janela do pai, ao mesmo tempo em que é lugar no qual a memória se ancora para simbolicamente fazer a ponte com a infância; tempo no qual tinha um aspecto funcional reconhecido coletivamente.



Ana comunicou ao IPHAN o sumiço da pedra. Uma das funcionárias disse-lhe que iria *procurar por ela*. Ana aguardou: *Um belo dia ela apareceu! Eu saí na janela e vi a pedra, aí eu vi a pedra ali, mas só que ela não é naquele lugar, ela é ali ó! É bem ali, bem quase em frente a janela assim*¹⁰⁸².

Não satisfeita, pois seu “lugar de memória” saiu literalmente do lugar, Ana disse que aguardaria o início das obras da outra empresa para *pedir pra colocar no lugar que ela é, porque ela é... ela marca muita coisa, muita história pra mim. Eu fiquei doidinha por causa dessa pedra. Ih... Nossa Senhora, eu removi meio mundo por causa dessa pedra*¹⁰⁸³!

¹⁰⁸¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰⁸² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰⁸³ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

Enquanto Ana movia *meio mundo* para proteger seu lugar de memória, dona Eurivane da Veiga Jardim, ao contrário, não se moveu do lugar; quero dizer do lugar de algumas de suas memórias. Ela narra o contexto no qual ela protegeu sua pedra de predileção: *foram feitas várias... três né [obras], a CELG, a SANEAGO e a TELEGOIAS... porque cada um que vinha, tirava as pedras, fazia o serviço e recolocava... outros vinham, faziam a mesma coisa [risos]. E aí elas foram quebrando, foram ficando pequenas*¹⁰⁸⁴. É nesta conjuntura que dona Eurivane percebe que deveria se posicionar, elegantemente em silêncio. Postou-se em cima da pedra enquanto fingia apenas observar os trabalhos na rua:

*Essa que eu mais... que eu prestava mais atenção! Fica na sarjeta, onde corre a água da chuva, uma pedra grande, colorida, bonita. Acho que com isso, desde criança vendo... a gente parece que se apega e torna uma história para gente... de vida, de recordações. [...] E eu fiquei e pedi para eles terem cuidado para não deixar quebrar aquela pedra tão bonita né? Eu fiquei olhando... Fiquei vigiando [risos]*¹⁰⁸⁵. [grifos meus]

Para Eurivane a pedra é *grande, colorida, bonita*. Para Cora Coralina ela é *bela laje, pedra morena, pedra mãe, pedras sagradas*. Não interessa que formas, tamanhos ou cores elas tenham. Cada vilaboense tradicional tem uma de sua predileção, afeição, segurança. A pedra tem uma profunda presença visual, mas também tátil. As pedras aparentemente imóveis, tanto quanto as casas, as igrejas, as ruas, as pontes simbolizam a imutabilidade das relações sociais.

MEU MELHOR LIVRO DE
LEITURA

Cora Coralina

[...]

Meus filhos, meus sobrinhos, meus netos... Minha descendência tão linda e sadia, minhas raízes ancestrais, minha cidade.

Meu rio vermelho debaixo da janela, janelas da vida, meu Ipê florido, vitalizado pelo emocional de Clarice Dias.

Minha pedra morena. Minha pedra mãe. Quem assentará você sobre o meu túmulo no meu retorno às origens de todas as origens?

Meu Vintém de Cobre (2001)

Halbwachs já disse que “o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto o aspecto das suas ruas e dos edifícios permanece idêntico” (2004, p. 140). Enfatiza o papel desempenhado pelas “imagens espaciais” na memória coletiva: “cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a

¹⁰⁸⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰⁸⁵ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, daquilo que havia nela de mais estável” (p. 139).

Ao revolverem as pedras das ruas, largos e becos, as obras de fiação subterrânea fizeram com que os vilaboenses revolvessem internamente o significado das pedras a fim de contrapô-lo à lógica da conservação patrimonial, que intervindo para requalificar, termina por alterar o aspecto original das ruas de pedras e das calçadas de lajes. Uma senhora se recorda que o calçamento em Goiás

*Quando eu nasci é que foi feito o calçamento aqui em Goiás e diz que era uma beleza! Eu ainda alcancei aquele calçamento bonitinho, bem feitinho. Mas com a instalação de rede de água, várias vezes, foram transformando, transtornando o calçamento e aí foi piorando e agora com esse... com esse último agora que foi... da TELEGOIAS, da CELG, da SANEAGO, com a fiação subterrânea, daí acabou, acabou... está péssimo*¹⁰⁸⁶.

Sobre as lajes da calçada ela informou que *quebrou tudo* e que considerou que *esse serviço não foi bom, não foi bem feito, não foi caprichado*¹⁰⁸⁷. Em todas as ruas há relatos das lajes quebradas durante as obras de fiação subterrânea. Para muitos vilaboenses tradicionais qualquer pequeno pedaço da pedra é um dano ao patrimônio coletivo, mas também pessoal, afetivo.

Não bastasse a preocupação com o calçamento original, sofriam também pelo transtorno com as valas abertas por vários dias, pelo barulho e sujeira. Cordiais e tolerantes que são, pouco reclamaram nesse sentido. Muitas mulheres serviam café, suco e *quitandas* para os trabalhadores quando estes chegavam à frente de suas fachadas. Postavam-se à porta e observavam a lide com as pedras e iam indicando: *olha, cuidado com aquela, ela é tão grande, tão bonita, se quebrar não tem mais graça!*

Após ter presenciado e comprovado o dano que as obras de fiação subterrânea haviam causado em sua rua, um morador ao ver que novamente os trabalhadores da obra se aproximavam da fachada de sua casa portando picaretas, tentou impedir que eles ali trabalhassem. Ele estava inconformado com uma ponta da laje que os trabalhadores haviam quebrado, nos trabalhos do dia anterior. Usou fogos de artifícios para afastar os trabalhadores. A polícia foi chamada e ele foi levado à Delegacia de Polícia da cidade para explicar porque estava impedindo as obras: *de tanto eu pedir pra eles não mexerem na porta da minha casa, de tanto eu fiscalizar o trabalho, eu acho que os chefes ficaram com raiva de mim e mandaram os empregados quebrar a pedra*

¹⁰⁸⁶ Entrevista concedida à autora em 2002.

¹⁰⁸⁷ Entrevista concedida à autora em 2002.

na porta da minha casa, uma pedra que tem mais de 150 anos que está na porta da casa! [...] ¹⁰⁸⁸.

As obras, neste caso, não eram mais para instalação da fiação subterrânea que já tinha sido concluída; faziam parte do Projeto Liceu de Artes e Ofícios empreendido pela Casa de Cora Coralina, com verbas da Embratur. Também participaram do projeto a 14^a Superintendência Regional do IPHAN, a Prefeitura Municipal, a AGETOP, a SANEAGO e o Museu de Arte Sacra da Boa Morte. O projeto teve como objetivo a capacitação de calceteiros e marceneiros ¹⁰⁸⁹.

Considero este Projeto Liceu de Artes e Ofício como exemplo paradigmático de que a prática de *enobrecimento* — iniciada na cidade com as melhorias promovidas pelo governo do Estado de Goiás (rede de esgoto e fiação subterrânea) — foi incorporada pelos agentes da cultura e patrimônio local. O dissenso foi tanto maior dada não apenas a proximidade física e social dos grupos em debate cultural; como também dada à distância quanto às representações e sentidos atribuídos ao lugar. Os embates se alongaram levando a abertura de um Procedimento Administrativo junto à Procuradoria da República por um grupo de moradores da rua ¹⁰⁹⁰. Interessa-me interpretar como as obras de requalificação urbanas foram recebidas, percebidas e vivenciadas no cotidiano do morador da cidade patrimonial.



Obras do Projeto Liceu de Artes e Ofícios à Rua Dom Cândido Penso

Foto: Izabela Tamasso (2002)

¹⁰⁸⁸ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰⁸⁹ “Projeto Liceu de Artes e Ofícios – Embratur / Casa de Cora Coralina”, Folder (2002).

¹⁰⁹⁰ Procedimento Administrativo MPF / PR / GO nº 1.18.000 003412 / 2002-81. Procuradoria da República em Goiás, Ministério Público Federal, Volumes I e II, Área 5, Tutela Coletiva, 4^a CCC – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

Um jovem vilaboense compartilhou comigo uma sua dúvida: *E a rua da Casa de Cora? Ela não era daquele jeito! A estrutura não era aquela. Ela está reta, ela era abaulada, pra correr a água da chuva em volta. Ela não era daquele jeito. Porque não brigaram?[...] Aquela rua foi completamente modificada! Ela não é assim. A estrutura dela não é aquela.*¹⁰⁹¹

O jovem morador de área tradicional periférica não sabia nem do Procedimento Administrativo da Procuradoria Federal e nem dos conflitos que ficaram restritos à rua e suas imediações. A contestação às obras versa sobre as alterações que aos olhos do vilaboense descaracterizam a paisagem urbana, conforme eles a concebem; conforme eles a constituem e são por ela constituídos.

O dissenso entre moradores da rua e responsáveis pela obra de calceteria se baseava nos seguintes pontos: (1) o fato de que tenha sido executado em área pública; (2) riscos por se realizar sobre os fios de alta tensão por jovens ainda em treinamento; (3) ausência de especialista do cotidiano da obra; (4) substituição das *aroeiras* da Ponte da lapa por *ipê*; (5) ausência de acompanhamento e resgate arqueológico, uma vez que toda a rua e o largo sofreram intervenção da obra; (6) alteração da curvatura da rua; (7) equívocos na recolocação das pedras e cunhas descaracterizando o traçado original; (8) substituição das pedras originais por *marruás* (marruadas).

Tratarei brevemente de dois destes pontos por serem os mais polêmicos, contrapondo a crítica dos moradores aos argumentos dos especialistas e técnicos. No que concerne à característica abaulada da rua um morador considerou que:

Primeiro deixaram a curva de nível em vão, não ligaram pra curva de nível: onde a água tinha o seu lugar. Hoje não, hoje a água passa de um lado pro outro [...], que faz uma piscina na porta de Cora, antes de chegar na ponte, porque diminuíram a vazante da água né... quer dizer, eles não fizeram curva de nível nenhuma no lugar. Foi feito uma coisa pra ficar bonito e bom pros carros passarem, mas pra quem mora na rua, por exemplo, o meu patrimônio, eu tenho de resguardar da água da chuva. Quando o carro passa, por exemplo, joga água na minha parede, na minha janela. Antes a água tinha o lugar dela. Hoje não!¹⁰⁹² [grifo meu]

O IPHAN, como responsável técnico pela obra respondeu que: “o projeto previa a curvatura inicial de acordo com fotos antigas”, mas que “no entanto, para melhor adequação do escoamento natural das águas pluviais alterou-se a porcentagem inicial de

¹⁰⁹¹ Entrevista concedida à autora em julho de 2002. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰⁹² Entrevista concedida em março de 2002. Identidade omitida por opção da autora.

2% para 4,5 %.”¹⁰⁹³. Segue a este argumento uma descrição das características do calçamento das ruas de Goiás. No caso específico da Rua Dom Cândido Penso a curvatura para escoamento das águas é dirigida para as laterais, pois que as calçadas estão em nível mais alto do que o leito da rua. Forma-se assim um abaulamento, que nesta rua especificamente era tão forte que não se podia passar a mais do que 20 km /h, caso não se quisesse atritar a suspensão do carro com as pedras do ponto mais alto na curvatura, ou seja, na parte central do leito da rua.

O IPHAN alegou ainda que o aumento de veículos automotores tenha provocado sérios danos ao calçamento em pedra. Se isso é verdade porque diminuíram a curvatura da rua estimulando ainda mais o trânsito de veículos em velocidade mais alta? Ao criticar a obra, a interpretação de um técnico vai nessa direção

*ficou plana, ficou muito baixo e uma forma de colocação que não é original. Aí me parece que houve uma preocupação em adequar a caixa da rua ao uso do carro. Fazer média com a população “nós estamos arrumando mas vai ficar melhor pra transitar”. E sendo que o principal objetivo deveria ser o contrário: impedir a presença do carro naquele lugar. É uma coisa que sempre se brigou*¹⁰⁹⁴

Alguns moradores permaneciam insatisfeitos. Um deles muito contrariado desabafou:

*Quer dizer... eu aqui pra mim, o que eu acho desse serviço foi assim, jogaram o dinheiro fora pra fazer uma porcaria! Antes estava melhor! A minha casa não ia água nela, não tinha esse problema nenhum, não tinha lama que junta lá perto da ponte. A água não atravessava a ponte!*¹⁰⁹⁵

Os moradores da rua pediram cobertura do caso a um programa jornalístico na capital, cujo responsável disse que iria à cidade de Goiás no dia seguinte. Não foi. Um dos moradores entrou em contato com o telejornal. Disseram que já haviam se comunicado com a responsável pela Casa de Cora e que receberam informações de que estava tudo certo com a obra. Não foram fazer a cobertura do caso.

O segundo ponto do dissenso se refere à substituição de pedras originais por pedras *marruá*. O trabalho de calceteria foi sendo feito por trechos da rua. O início foi próximo à cabeceira da Ponte da Lapa. Retiravam as pedras de um trecho, refaziam-no

¹⁰⁹³ Procedimento Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I e II. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR), fl. 163.

¹⁰⁹⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰⁹⁵ Entrevista concedida em março de 2002. Identidade omitida por opção da autora.

e somente depois partiam para outro trecho. Ao chegarem, as obras, no Largo do Rosário, as pedras retiradas não eram suficientes para recomporem o traçado:

Mas agora o que aconteceu de mais sério é que eles começaram a comprar pedra para por pedra na rua que já tinha pedra. Era uma pedra mais dura, uma pedra melhor, trouxeram uma pedra de alicerce, uma pedra podre. E tão tirando as pedras boas. De noite eu as vejo, quando é de manhã as pedras boas foram embora e chegaram mais pedras de alicerce, as famosas pedras marruá. [...] Quando der uma chuva, limpar essa poeira toda, essas terraiada que eles colocaram aqui, vai ter uma diferença enorme! Vai ser como um remendo numa calça... dois, três, quatro remendos, não sei... mais ou menos isso...¹⁰⁹⁶ [grifo meu]

Os responsáveis pela obra justificaram que o “uso de outra pedra para complementação do calçamento decorreu das seguintes situações”: (1) “as pedras se afastam naturalmente em razão de tráfego de veículos e infiltrações pluviais”; (2) “também são excluídas as que foram colocadas pontualmente em serviços de reparos. Existe portanto uma grande probabilidade de ‘faltarem’ pedras no final do trecho”; (3) “as pedras usadas originalmente já não existem mais na região e eventualmente usa-se outro tipo que tenha a mesma resistência e semelhança de textura e cor”; (4) “outro fator determinante foi imposto pela enchente que carregou pedras ainda não assentadas”¹⁰⁹⁷.



Largo do Rosário depois de concluída a obra de calceteria
Foto: Izabela Tamasso (2002)

¹⁰⁹⁶ Entrevista concedida em março de 2002. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁰⁹⁷ Procedimento Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I e II. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR), fl. 164.

A Fundação Casa de Cora realizou um “laudo pericial em rochas” a fim de justificar a colocação das pedras *marruá*, que segundo o morador da rua eram *porosas e sem faces*. O parecer do técnico, um profissional da Geologia, afirma que a pedra *marruá* foi identificada como “rochas cristalinas geologicamente identificadas como *gnaisse*”; sendo impermeáveis. Explica que “rochas não possuem faces” e que apenas a adquirem “frente à necessidade humana”. Detalha geológica e tecnicamente a *gnaisse* e conclui o laudo alegando

[...] total falta de conhecimento geológico quanto as afirmações de que as rochas [...] são sem faces e porosas”; [...] são resistentes e impermeáveis, o que às vezes as mesmas apresenta, é uma delgada crosta de alteração, o que lhe confere uma tonalidade de cor mais escura e uma falsa idéia de baixa resistência; [...] tem a mesma origem, a mesma idade e sofreu a mesma evolução ao longo de sua história geológica que todas rochas utilizadas no calçamento de toda rua Dom Candido; [...] o transitar de veículos por sobre estas rochas de coloração mais escura [...] acabará por levar a uma homogeneização de cores” [...] ¹⁰⁹⁸.

Em 19 de novembro de 2001, o procurador da República em Goiás encaminhou os autos do Procedimento Administrativo para a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural), em Brasília, “solicitando parecer técnico” ¹⁰⁹⁹.

A coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação (4ª CCR) e revisão enviou o Procedimento Administrativo para uma analista pericial em arquitetura, em 05 de março de 2003, “para análise e elaboração de informação técnica” ¹¹⁰⁰.

Em 21 de dezembro de 2004, o Procedimento Administrativo foi encaminhado de volta para o Procurador da República em Goiás, pela Coordenadora da 4ª CCR nos seguintes termos: “Conforme contato mantido com a assessoria desta Câmara, em 13/12/2004, restituo os autos do procedimento em epígrafe, para adoção das medidas que julgar cabíveis, no âmbito dessa Procuradoria, tendo em vista que a matéria em tela já teve encaminhamento” ¹¹⁰¹.

¹⁰⁹⁸ Procedimento Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I e II. Procuradoria da Republico da no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR), fl. 215-217.

¹⁰⁹⁹ Procedimento Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I e II. Procuradoria da Republico da no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR), fl. 235.

¹¹⁰⁰ Procedimento Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I e II. Procuradoria da Republico da no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR), fl. 236.

¹¹⁰¹ Procedimento Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I e II. Procuradoria da Republico da no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR), fl. 237.

Não consta do Procedimento Administrativo por mim consultado nenhum parecer técnico da referida analista pericial. O Procurador solicita à Fundação Casa de Cora “manifestação acerca do atual estágio da obra descrita no relatório cuja cópia segue em anexo”. A Casa de Cora respondeu. A promoção de arquivamento do Procedimento Administrativo foi iniciada em 1º de abril de 2005 e ratificada em 25 de maio de 2005.

No campo da cultura e do patrimônio, a Casa de Cora, portando o capital simbólico que é o mito Cora Coralina (que a Fundação ajudou a construir), tem poder simbólico para “construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo” (Bourdieu, 2000, p. 14). Tem o poder de “produzir e de impor a classificação legítima ou legal” seja para a Procuradoria da República, seja para a mídia regional. Possui capital simbólico institucionalizado pelo Museu Casa de Cora de onde exerce o monopólio da violência legítima sobre os espaços urbanos da cidade antiga.

Oportuno informar que a Casa de Cora se candidatou ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN, em 2003, na categoria “Preservação de bens móveis e imóveis”, com o Projeto Liceu de Artes e Ofícios, ou seja, aquele que executou os trabalhos de Calceteria na Rua Dom Candido Penso. Foi uma das ações patrimoniais selecionadas pela 14ª Superintendência Regional do IPHAN, sendo que o Procurador da República, responsável pelo Procedimento Administrativo das Obras de Calceteria, atuou como um dos membros do júri¹¹⁰². Vale ressaltar que o Procedimento Administrativo estava ainda sob a responsabilidade do referido Procurador, ou seja, ainda não tinha sido encaminhado para “parecer técnico” da 4ª CCR em Brasília, quando de sua participação no júri organizado pela 14ª Superintendência Regional do IPHAN.

Vários outros membros do júri eram *filhos de Goiás*, com estreitas relações com os responsáveis mais imediatos pela obra¹¹⁰³. Laços sociais (aliança e parentesco) estendidos por entre as instituições públicas, ONGs, museus em âmbito municipal, estadual e federal; partindo de Goiás (a *cidade umbilical*) para Goiânia e Brasília, numa desenvoltura que nem as pedras puderam resistir.

¹¹⁰² Margareth Gomes, “Em defesa do patrimônio histórico: quatro projetos de Goiás concorrem na final da 15ª edição do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN”, *O Popular*, Goiânia, 28 de setembro de 2002, p. 7.

¹¹⁰³ Margareth Gomes, “Em defesa do patrimônio histórico: quatro projetos de Goiás concorrem na final da 15ª edição do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN”, *O Popular*, Goiânia, 28 de setembro de 2002, p. 7.

Outro fator que gerou debate foram as caixas de ferro instaladas nas calçadas durante as obras de fiação subterrânea. Todas as calçadas tiveram as suas lajes laceradas para colocação das caixas. A harmonia de parte da área tombada foi quebrada visual e sonoramente. Isto porque as caixinhas além de interromperem a seqüência dos tons das pedras, emitem um som desconfortável quando o transeunte nelas pisa.

Um morador recusou as caixas em sua calçada e por conta própria encontrou outra solução: *eu cortei na parede e tirei do cano que passa no meio da rua... só desfiz uma listinha no meio da parede, passei o cano na parede e tirei da caixa do meio da rua. [...] Não usei as caixas deles. Eu não precisava da caixa, eu sabia que não precisava. Agora pra quem não sabia eles foram vendendo né*¹¹⁰⁴.

Não obstante concordarem com os benefícios estéticos que as obras de requalificação urbana têm proporcionado a alguns lugares da cidade, os moradores insistem no debate sobre a qualidade das obras: *patrimônio na minha cabeça... tem que conservar tudo do jeito que era, sem mexer em nada... ter uma fiscalização rígida nos mínimos detalhes!*



Caixinhas na calçada à Rua Dom Cândido Penso
Foto: Izabela Tamasso (2002)

¹¹⁰⁴ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

O paradoxo gerado pela instalação da rede subterrânea se funda no fato de que para requalificar e proteger o patrimônio local, as obras tenham causado tantos danos aos patrimônios privados (o casario) e ao patrimônio público, como foi o caso das pedras das ruas e das lajes das calçadas. Acrescente-se ainda que para se garantir a harmonia do conjunto havia que se retirar a fiação aérea, altamente poluidora visualmente. Mas o que requalificou a paisagem de um ponto de vista (aéreo) desqualificou do ponto de vista da terra (chão), pois o calçamento foi descaracterizado.

Por ter que fazer escolhas sobre seus planos de ação, a lógica da conservação patrimonial acaba por hierarquizar o patrimônio local. Alguns patrimônios são escolhidos para serem sacrificados a fim de que se garanta a ambiência e a harmonia do conjunto do patrimônio mundial preparado agora para o “consumo visual”.

9.5. A Cruz do Ananguera

A enchente, de 31 de dezembro de 2001, fez ruir a base do monumento que sustentava a Cruz do Ananguera¹¹⁰⁵, considerada um dos símbolos da cidade. Tão logo a Cruz submergiu nas águas do rio, os vilaboenses desvelaram as representações, experiências e memórias da Cruz do Ananguera (o objeto simbólico), do Ananguera (o personagem mítico) e do lugar. O fato de que a Cruz tenha sido resgatada no dia seguinte após a enchente, não dirimiu o debate.

A Cruz do Ananguera (em madeira) foi instalada na cidade de Goiás em 1918, no mesmo lugar onde existira a Igreja da Lapa (levada pela enchente de 1839), no cruzamento da Rua Moretti Foggia com Avenida Dom Prudêncio, à margem esquerda do Rio Vermelho (Mapa 12 – página 518). A história desta cruz gera ainda controvérsia, pois alguns alegam não haver evidências históricas de que é a cruz que Bartolomeu Bueno da Silva teria plantado logo após cruzar o Rio Paranaíba (entre Minas Gerais e Goiás). A Cruz foi encontrada pelo juiz de direito Luiz do Couto, no então município de Catalão em 1914, onde permaneceu na Loja Maçônica “Paz e amor 3º”. Permaneceu como objeto de disputa entre o município de Catalão, a cidade de Goiás, então capital do Estado e o governador de São Paulo Altino Arantes. Até que finalmente foi

requisitada para ser instalada na cidade de Goiás, no dia 17 de setembro de 1918, data comemorativa do 1º centenário de elevação de Goiás à categoria de cidade.

A partir de então passou a referida em poesias e matérias de jornais, sobretudo a partir de fins da década de 30, após a mudança da capital, atendendo aos propósitos de realçar os valores culturais da cidade de Goiás. A Cruz era um dos monumentos acionados a fim de se garantir, que a cidade destituída da capital e expropriada de inúmeros bens permaneceria, não obstante, portadora de um legado incomparável. Era referida como símbolo e marco da história do Estado de Goiás. A Cruz assumia assim o mesmo estatuto sagrado do herói mítico.

No final da década de sessenta, com a chegada do Bispo D. Tomás Balduino¹¹⁰⁶, é dado início a uma nova interpretação do mito fundador; na qual o Anhanguera é algoz, assassino e covarde. Ao invés “de focar a ação do protagonista no descobrimento, fundação e povoamento, a também chamada “Igreja do Evangelho”, incide o foco para a ação de expropriação e extermínio”, sendo o índio tomado como vítima do colonialismo.

Essas duas interpretações do mito fundador permaneceram em debate velado até o momento da queda do símbolo, provocada pelas águas do Rio Vermelho. Tão logo a cruz submergiu devagar e silenciosamente em meio às águas ouvi o desabafo de uma autoridade eclesiástica: *quem sabe não foram os índios goiazes que num momento de fúria emergiram da terra derrubando a cruz e tudo o que ela significa?*¹¹⁰⁷ Enquanto outros, atônitos contemplavam o vazio, indignados que o símbolo da história de Goiás tivesse sido vítima daquela enchente.

A Cruz foi encontrada no dia seguinte, ainda nos limites da área tombada. Enquanto de um lado havia se instaurado um debate sobre a possível colocação de uma réplica e envio da original para um museu, outros pediam por outra solução. Isto porque a queda da Cruz propiciou que o debate sobre as duas interpretações do mito ganhasse força, pois que agora tinha por objeto o símbolo do mito.

No dia 06 de janeiro de 2002, um manifesto foi entregue pelas lideranças das igrejas católicas e evangélicas da cidade à Superintendente da 17ª Regional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ao Representante da UNESCO no Brasil, ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara dos Vereadores e ao Secretário de Cultura da cidade de Goiás. O manifesto pedia que a Cruz não fosse

¹¹⁰⁶ D. Tomás Balduino assume o bispado de Goiás em 11.12.1967, permanecendo até 09.02.1999.

¹¹⁰⁷ Registrado em caderno de campo I, 31 de dezembro de 2001.

recolocada e que em seu lugar se erigisse um monumento. Propuseram a exclusão da Cruz do Anhanguera do espaço urbano da cidade, alegando que

o monumento da Cruz do Anhanguera foi construído há menos de cem anos e em um contexto de civilização e cultura diferente dos tempos atuais. Parece-nos que, hoje, a Cidade de Goiás daria à humanidade um testemunho de abertura cultural e religiosa, se não erigisse como monumento o símbolo de uma conquista que teve como preço a morte de nossos irmãos indígenas.

Observe-se que a categoria humanidade, a mesma que adjetiva o título de patrimônio mundial (também muito referido como patrimônio da humanidade), é agenciada pelos líderes cristãos.

O manifesto criou alvoroço na cidade e durante muitas semanas a Cruz ausente estava mais do que nunca na boca do povo. Reagiu tanto a elite cultural local, quanto a população de maneira geral. Uma agente do patrimônio desabafou *quem é contra a reconstrução não respeita a nossa história nem as nossas tradições*¹¹⁰⁸.

O Prefeito Municipal chegou a se pronunciar sobre um possível plebiscito. A elite cultural, com receio da influência dos líderes religiosos na periferia da cidade, influenciou para que a decisão não se desse em plebiscito. Mesmo porque as decisões sobre os bens patrimoniais do espaço público da cidade têm sido tomadas sempre pela elite cultural local. Uma agente do patrimônio repetia publicamente: *a Cruz do Anhanguera somente não será recolocada por cima de meu cadáver*¹¹⁰⁹

Dado o interesse no debate, alguns plebiscitos extra-oficiais começaram por transitar entre as cidades de Goiás e de Goiânia. O *Diário da Manhã*, um jornal da capital, deu como 71 % favoráveis à Cruz. Artistas e intelectuais goianos, *filhos de Goiás*, que têm suas obras e criações ligadas à cidade, opinaram no referido jornal¹¹¹⁰:

É um símbolo e cartão postal de Goiás. O título de Patrimônio da Humanidade foi concedido com o monumento. É preciso preservar a cidade do risco de perder o título. (Cantor)

[...] foi um dos monumentos que encantaram o júri, que elegeu a cidade de Goiás Patrimônio Histórico da Humanidade. Podemos perder o título. (Escritora)

A Cruz do Anhanguera é uma tradição e está referendada pela Unesco. Ela tem que voltar para o mesmo lugar. (Historiador)

¹¹⁰⁸ Registrado em caderno de campo II.

¹¹⁰⁹

¹¹¹⁰ Jornal *Diário da Manhã*, 15 de janeiro de 2002, p. 3.

Surgia então, o mais forte argumento da elite cultural vilaboense e goiana: a Cruz do Anhanguera era parte do *patrimônio mundial*. O fato de ser *símbolo, cartão postal, tradição e história* de Goiás, era secundário. Esses valores subsidiaram o título, mas o título passa a englobar todos os outros valores. Em nome do patrimônio, todos devem ser acionados. Assim, descarta-se qualquer interpretação mítica ou representação que coloque em xeque a narrativa feita para “inglês ver”; neste caso, a UNESCO.

Aciona-se a noção de *perda* do título como argumento de reconstrução do monumento referendado pela UNESCO. Este argumento remete ao imaginário da *perda originária*, a perda de ouro (riqueza nativa) e índios (gente nativa)¹¹¹¹, e às outras perdas subseqüentes: da capital, das instituições que foram *levadas* para Goiânia, dos santos *levados* para o museu, dos bens *levados* pela enchente. Apresentado dessa maneira, o argumento pareceu ser incontestável. A Cruz, portanto, não estava mais sujeita à luta pelo significado.

Significativo é que a Cruz tenha surgido como importante elemento do “patrimônio mundial”, no momento em que ela fora questionada como símbolo. No *Dossiê* encaminhado pelo IPHAN, Prefeitura Municipal, Governo do Estado de Goiás e pelo *Movimento* (Movimento Pró-Cidade de Goiás) à UNESCO em 1999, por ocasião da solicitação de inscrição da cidade na lista do Patrimônio Mundial, há poucas referências à Cruz¹¹¹². Ela não está listada, nem no Inventário dos Bens Imóveis (a se considerar todo o monumento, base de alvenaria e cruz, ele é imóvel), nem no Inventário dos Bens Móveis e Integrados (dado que a cruz poderia ser removida). Chafarizes, igrejas, museus, palácio, quartel, Casa de Cora, são bens imóveis selecionados para a listagem. Dos bens móveis são destacadas as obras sacras: os santos esculpidos em madeira por Veiga Vale e as peças em prata e ouro. A Cruz está completamente ausente. Para o *Dossiê* ela não é significativa nem como um bem imóvel da cidade, nem como um bem móvel.

Entretanto, ela aparece em meio às fotos antigas. Ela é referida no Anexo I (Fotos Antigas e Atuais), na página 18 do *Dossiê*, da qual constam cinco figuras, duas delas representando a Cruz do Anhanguera: a foto da inauguração do monumento em 1918 e o desenho da Cruz feito por J. Couto. Um desenho datado de 1751 revela uma

¹¹¹¹ Paradoxalmente o imaginário da expropriação do ouro e índio é base do argumento daqueles que enfatizam o caráter violento e desumano do bandeirante paulista. Assim, o imaginário da expropriação é tanto usado para negar a Cruz como símbolo, quanto para garantir-lhe o lugar no espaço urbano reconhecido como “patrimônio mundial”.

¹¹¹² Dossiê de inscrição da candidatura da cidade de Goiás ao título de Patrimônio Mundial (CD Rom, 1999).

outra cruz próxima ao lugar da Cruz do Anhanguera, e que teria sido levada pela enchente de 1839. As outras duas figuras fazem referência a Bartolomeu Bueno da Silva: uma é sua assinatura e a outra é a foto da estátua do Bandeirante, situada em Goiânia (e já referida anteriormente). Nenhum texto específico sobre a “história da Cruz” ou sua importância acompanha as fotos.

Além disso, ainda no *Dossiê*, uma entrevista transcrita no Anexo IV (Inventário Nacional de Referências Culturais) faz referência à Cruz do Anhanguera como *símbolo de Goiás*. A entrevistada é Goiandira do Couto, filha de Luiz do Couto, conhecido como o *descobridor da Cruz*. É assim que termina a “história” da Cruz do Anhanguera no *Dossiê* que revelou para a UNESCO o que é a cidade de Goiás e por que ela merecia ser “patrimônio mundial”. Contudo, o fato de não haver “história” da Cruz no *Dossiê*, não inviabiliza que os *filhos de Goiás* acionem o título de “patrimônio mundial” a fim de garantirem a imunidade da Cruz. As adaptações do passado deformam a história, inclusive aquela da relação entre Cruz e *Dossiê*, para atender aos objetivos do patrimônio, que deve ser popularizado, mercantilizado e politizado (Lowenthal, 1998b). Como patrimônio, a Cruz fica fora dos riscos de reavaliação.

Não havia mais o que se discutir: *a Cruz será recolocada e ponto final*. O *ponto final* indicava o fim do debate. As lideranças religiosas recuaram estrategicamente. A elite cultural se articulava para conseguir verbas para reconstrução do monumento. Enquanto isso, nas práticas cotidianas, quão mais conviviam com a ausência da Cruz, mais os moradores revelavam a memória de suas experiências naquele (e daquele) lugar. Ou seja, não importava que a polêmica, com relação à reconstrução ou substituição do monumento à Cruz do Anhanguera, estivesse terminada para aqueles que tomam decisões.

O debate agora se dava não apenas nos jornais e nas rodas dos intelectuais, mas também nas ruas. A Cruz ausente estava mais do que nunca na “boca do povo”. Antes, quando presente, era objeto de reflexão apenas da elite — que recorrentemente faz planos para os usos do seu passado. Sua ausência fez aflorar nos moradores da cidade a memória das experiências vividas por cada um naquele lugar. Havia necessidade de se falar dela, uma vez que ela não mais estava ali marcando referencial e espacialmente o ritmo da vida dos vilaboenses.

Antes, a Cruz era um lugar “naturalizado” no cotidiano das trajetórias urbanas. Malpas (1999) analisa o fato de que os lugares mais familiares chamam nossa atenção apenas em circunstâncias incomuns; “quando nossa situação muda radicalmente ou

talvez quando nós nos encontramos com certo ânimo e estado de espírito” (p. 177). A possibilidade da *perda* da Cruz — primeiro em decorrência da enchente e, depois, pela proposta feita pelas lideranças religiosas, como momentos que implicaram ou implicariam em mudanças radicais — acirrou os ânimos. Assim como os intelectuais que criaram e instituíram a política de patrimônio no Brasil, a fala dos vilaboenses sobre a Cruz se constituía numa “retórica da perda” (Gonçalves, 1996). Contudo, para esses vilaboenses não era a “perda” do bem patrimonial, no sentido oficial; mas antes, do bem cultural: aquele que significava, não para “inglês ver”, mas sim no cotidiano das trajetórias e práticas urbanas. Aquele era um “lugar”, para além das representações institucionais, oficiais e monumentais, individualmente importante para grande parte dos vilaboenses; sobretudo àqueles residentes no *centro histórico*. A ausência da Cruz possibilitou o distanciamento do “lugar” de todo o dia. Sem o marco referencial das trajetórias urbanas, sem o lugar de parada entre um ponto e outro no espaço, sem o lugar para se sentar displicentemente e apenas deixar o tempo passar, algo se tornou evidente.

Assim, enquanto as autoridades competentes iam tomando providências para a reconstrução do monumento que abrigaria a réplica da Cruz, os moradores do *centro histórico*, os *filhos de Goiás* que para lá vão com frequência e os moradores da área do entorno, que transitam cotidianamente pelo *centro histórico*, continuavam a desvelar percepções, experiências e memórias daquele lugar.

Havia, entretanto, uma dificuldade presente na coleta dessas memórias. Ao mesmo tempo em que elas emergiam em decorrência da submersão da Cruz, se misturavam e se confundiam com as representações de um ou de outro grupo. Ao perguntar para um morador da cidade se ele seria a favor da recolocação da Cruz do Anhanguera, obtinha, na maioria das vezes, uma resposta afirmativa. Mas tão logo diziam que sim, surgia uma justificativa automática: *faz parte da história de Goiás*. Tão logo diziam que não justificavam usando o argumento da Cruz como *símbolo do diabo* e do *extermínio indígena*.

Mas dentre as duas, a representação hegemônica mais fortemente compartilhada era a de que a Cruz era o símbolo da história do Estado. Em meio ao embate entre as duas representações, ficavam sempre veladas as memórias do lugar, que vinham surgindo após tempo de conversa e mesmo repentinamente quando o assunto em questão, muitas vezes, nem era a Cruz.

Tuan (1983) argumenta que “as intimidades efêmeras” que acontecem pela “experiência direta”, bem como a “verdadeira qualidade de um lugar comumente

passam despercebidas, porque a cabeça está cheia de idéias desgastadas” (p. 162). E para justificar a amplitude de algumas representações, Tuan lembra que a “experiência pessoal cede às opiniões socialmente aceitas, que normalmente são os aspectos mais óbvios e públicos de um meio ambiente” (p. 162).

O caso da Cruz forneceu referências empíricas do argumento lançado por Malpas (1999): a dependência que temos dos lugares permanece implícita, senão é explicitada com muita dificuldade (p. 177). Custava em conseguir que as pessoas me falassem sobre suas experiências com a Cruz. Contudo, o tempo despendido no trabalho de campo me permitiu observar por cerca de 18 meses a relação dos vilaboenses com o lugar da Cruz e o fato de que as falas sobre o lugar da Cruz não eram reveladoras da prática cotidiana. Havia que insistir e procurar outros caminhos para que as “experiências” do lugar emergissem.

As experiências, apropriações e memórias da Cruz são significativas, dado que remontam a outras possibilidades de apropriação do símbolo do mito de origem e conseqüentemente remetem a outras abordagens do patrimônio instituído. Ao revelarem a memória do lugar — que é referido como *na Cruz do Anhanguera* —, os vilaboenses falam mais do lugar do que do símbolo. Falam mais da apropriação do espaço urbano do que do monumento. Falam mais das trajetórias urbanas do que do herói ou algoz fundador.

Isto porque, como ressalta Malpas (1999) a memória pessoal está muito estreitamente ligada à compreensão espacial, uma vez que a ordenação das memórias depende de uma prévia ordenação dos objetos de memórias. Para Casey (1996), “rather than being one definite sort of things — for example, physical, spiritual, cultural, social — a given place takes on the qualities of its occupants, reflecting these qualities in its



Sorveteiro à sombra da Cruz do Anhanguera

Foto: Izabela Tamasso (2001)

own constitution and description and expressing them in its occurrence as an event: places not only *are*, they *happens*” (1996, p. 37).

A Cruz do Anhanguera, como um lugar, “acontece”, no sentido dado por Casey (1996), quando os seus ocupantes, ou usuários, nela praticam encontros amorosos, dela fazem mirante para as procissões, festas, folias, lugar funcional para ponto de venda de produtos (açafraão, sorvete etc.), lugar de contemplação e de momentos lúdicos, abrigo do sol, ordenadora do trânsito e das trajetórias, das memórias e do cotidiano

Para além do que quer que ela represente — símbolo do herói fundador ou símbolo do diabo e do extermínio indígena — para os moradores e frequentes transeuntes do centro histórico, a Cruz é apropriada criativa e livremente. Não há regras únicas. Cada qual faz seu uso e em decorrência dele constrói suas memórias. A cada possibilidade de uso e tomando a qualidade de seus ocupantes, vão sendo estabelecidas representações da Cruz do Anhanguera. Mais do que um objeto, mais do que um “monumento histórico”, mais do que “patrimônio cultural”, a Cruz é “lugar” de experiência cotidiana, portanto um “lugar de memória”.



Garoto vende açafraão sentado no monumento à Cruz do Anhanguera
Foto: Izabela Tamaso (2001)

Desta maneira, a Cruz vai sendo apropriada, sobretudo pelo valor atribuído pelas experiências e memórias. Elas são tão fortemente marcadas nas táticas urbanas (Certeau 1996) dos moradores que eles foram capazes de manter o lugar da Cruz como referência

espacial mesmo na ausência da mesma. Um morador revelou, rindo de si próprio e dos outros, que:

A Cruz do Anhanguera já é um símbolo para Goiás, é uma referência. Até o pessoal fala assim: ‘olha eu tô aqui na Cruz do Anhanguera’. E quando a Cruz estava destruída, o pessoal continuou dizendo ‘eu tô aqui na Cruz do Anhanguera’. Até o rapaz do moto-táxi falou assim: “então eu vou lá no Museu porque a Cruz tá lá”. O pessoal já tem uma referência da Cruz do Anhanguera [grifo da autora]¹¹¹³.

Apesar de iniciar sua fala lembrando que a Cruz já é um símbolo para Goiás, e não obstante isso remeter à representação hegemônica — até porque não apenas a memória individual, mas também a memória cultural e a identidade estão ligadas à paisagem e ao ambiente físico (Malpas, 1999) — são os próprios moradores da cidade e usuários da Cruz que lhe reconhecem o valor referencial. Mas há também o valor afetivo e esse se liga às lembranças da infância e da juventude, pois somente sobem na Cruz aqueles que ainda podem agir de maneira livre. Sobem na Cruz — que significa dizer que sobem na base de alvenaria que sustenta a Cruz — e brincam e namoram.

Em reunião do Conselho Municipal de Cultura, um dos membros em tom de brincadeira, disse que no trabalho de reconstrução do monumento, se deveria tomar cuidado para que a base da Cruz tivesse exatamente a mesma dimensão e a mesma altura, para não comprometer as posições de namoro, que se adaptam tão bem às medidas da base da Cruz.

Uma vilaboense recorda que, nos tempos em que freqüentava o Colégio Sant’Ana, um trajeto a pé que levaria cinco minutos, demorava cerca de meia hora, devido às paradas estratégicas no *chafarizinho* e na Cruz do Anhanguera¹¹¹⁴. A experiência da vilaboense nos remete a proposição conceitual de Tuan (1983): “lugar é pausa no movimento”. As paradas da menina em “lugares” específicos pontuavam simbolicamente um lugar mais amplo: o *centro histórico* de Goiás. De parada em parada, ou de estação em estação, como propõem Hägerstrand (apud Giddens, 1989), a cidade vai sendo significada e apropriada. As estações são “lugares ou pontos de parada”, nos quais a mobilidade física dos agentes é suspensa ou reduzida por toda a duração de encontros ou ocasiões sociais” (Giddens, 1989, p. 96). A vilaboense considerou inadmissível que outro símbolo fosse colocado no lugar da Cruz; para ela um importante lugar de parada e de memória.

¹¹¹³ Entrevista realizada em cinco de junho de 2002.

¹¹¹⁴ Depoimento colhido em conversa informal durante trabalho de campo.

O início das obras de reconstrução da base da Cruz teve início apenas 15 dias antes da inauguração. A toque de caixa, os agentes locais da cultura do patrimônio realizaram as obras, a fim de que a mesma pudesse ser inaugurada pelo Governador do Estado, no dia da Abertura do IV FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental).

Tão logo foram iniciados os trabalhos de reconstrução do monumento, alguns moradores desencadearam um processo de observação sistemática da obra de reconstrução. Acompanharam passo a passo; ou melhor, tijolo a tijolo, coluna a coluna. Nada era perdido de vista. Comentava-se que a base havia ficado mais alta (ou mais baixa); que as colunas estavam excessivamente grossas e mais longas que as anteriores; que a base da Cruz havia sido edificada fora de seu lugar original. Um guarda de trânsito que costuma ser escalado para cuidar de orientar o tráfego urbano, quando a cidade tem movimento acima do normal, apontou exatamente onde estava a distorção de ângulo da base da Cruz. Antes ela era mais virada para a cabeceira da Ponte da Lapa. Agora, ele alega, *ela está mais voltada para as janelas da Casa de Cora*. Disse que para fazer seu trabalho ele sempre se situa na mesma posição — de onde tem a visão da Cruz e da Rua Moretti Foggia ao fundo — e foi dali que ele apontou para a esquina da Rua Moretti Foggia com a Rua 13 de Maio para me dizer que a angulação estava errada. Usava seu braço para me explicar onde estava o erro de angulação. Percepções do espaço urbano, experiências do “lugar” humanizado e humanizante (Malpas, 1999), que em geral não são consideradas pelos especialistas do patrimônio.

Como complemento à percepção do guarda, um outro morador que dirige veículo pesado confirma que o lugar no qual a Cruz foi recolocada não é o lugar original:

Nem o lugar não é o mesmo. Não, com certeza não. Eu tenho certeza que não é porque eu fazia manobra com caminhão ali e dava trabalho pra fazer manobra. Hoje eu faço fácil! Ela me atrapalhava fazer manobra... eu não entrava de ônibus ali. E eu entro de ônibus ali hoje sem problema! Ela não ta no lugar correto e eu acho que isso não ta correto também. Já que tem que ser conservado, que foi reconstruído, que foi restaurado... então tem que restaurar da forma que era; reconstruir da forma que era¹¹¹⁵.

O jovem revelou ter ido ao IPHAN para conversar sobre Cruz. Deixo para que ele narre a justificativa dada por umas das funcionárias:

¹¹¹⁵ Entrevista concedida à autora em julho de 2002. Identidade omitida por opção da autora.

*Eu tive no IPHAN conversando com a menina de lá sobre essa questão da Cruz. Eles até brigaram com ela. Ela falou assim “olha vamos falar sobre a Cruz, mas vamos falar baixo porque eles brigaram comigo já, porque eu falei que a Cruz está no lugar errado. Eu mandei pro arquiteto e o engenheiro, que tava ali observando, que tivessem as plantas, pra falar que local... onde tava, onde tava a Cruz, pra colocar no local onde era mesmo e ele não fez nada. Ele colocou ela naquele local. Então tá errado? Tá, mas foi ordem e ele cumpriu a ordem.”*¹¹¹⁶

Reitero que interessa interpretar a percepção e representação que têm os vilaboenses tradicionais e moradores de Goiás das políticas e práticas públicas de preservação e não, a veracidade das afirmações.

O usuário do espaço urbano é quem mais o conhece. No entanto, é o menos considerado, porque seu saber local, não especializado, não é suficiente para servir de referência para os técnicos da conservação patrimonial. Apesar disso, os vilaboenses não deixaram de acompanhar a obra e se pronunciar a respeito dela. Sentavam-se no *cais* e observavam os trabalhos dos operários e iam aqui e ali dando seus palpites.

Tais percepções, muito embora sejam plurais e diferentes vão se somando, se complementando, trazendo para o pesquisador as provas de que aqueles que ali vivem cotidianamente conhecem e reconhecem detalhadamente aqueles lugares que marcam suas trajetórias urbanas.

No dia 5 de junho de 2004, dia da abertura do IV FICA (Festival Internacional de Cinema Ambiental), foi inaugurado o novo monumento com a réplica da Cruz do Anhanguera, em meio aos fogos de artifício e banda de música¹¹¹⁷.

Alguns dias após a inauguração tiveram início os trabalhos para afinar as colunas de sustentação. Os moradores teciam seus comentários: *não falei que estavam muito grossas?* Enquanto se entretinham com os reparos na réplica do monumento da Cruz do Anhanguera, a original foi ficando no Museu das Bandeiras. Comenta-se que por lá ficará para que fique protegida. Da rua para o museu; do cotidiano do morador para a quebra do cotidiano do turista. A Cruz original estará cada vez mais distante do morador da cidade e cada vez mais observada pelos “de fora”. Enquanto os museus vão

¹¹¹⁶ Entrevista concedida à autora em julho de 2002. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹¹⁷ Significativo é o fato de que poucos vilaboenses tenham comparecido no local, não obstante a proclamada importância do símbolo. Alguns poucos moradores do centro histórico, agentes da cultura e do patrimônio, autoridades municipais estaduais, e alguns *filhos de Goiás*. Talvez, mais importante do que inaugurar seja dela se apropriar como referência espacial, para os namoros, as brincadeiras, a venda de picolés ou como lugar de contemplação.

ampliando sua carga de significações e, por conseqüência seu potencial turístico, as ruas vão perdendo seus marcos referenciais originais¹¹¹⁸.

9.6. O patrimônio apropriado

Muitos são os debates culturais envolvendo monumentos ou edificações localizados na área tombada; cada um deles isoladamente com grande potencial analítico. Neste tópico analisarei brevemente dois tipos de debate cultural. Primeiramente tratarei dos casos de edificações públicas que ao serem restauradas tiveram seus usos alterados para atender à demanda da burocracia estatal. Em seguida, interpretarei brevemente como os espaços de lazer vêm sendo aos poucos transformados, no sentido de atender à lógica da conservação patrimonial, que se empenha na profilaxia dos espaços urbanos para o “consumo visual”, e no caso de Goiás, sonoro também.

Interpreto não apenas os sentidos atribuídos aos patrimônios públicos como também o fato de que tenham, em alguns casos, sido destituídos, em parte, de algumas suas qualidades públicas por meio da desestruturação das relações sociais que neles se davam. Digo, em parte, posto que continuaram como bens de uso público, mas deixaram de atender às expectativas que os vilaboenses tradicionais depositavam quanto ao uso do imóvel; ou seja, as formas de apropriação local do bem cultural foram alteradas. Três foram os casos em que os imóveis foram entregues à burocracia estatal após passarem por reformas. A indignação que testemunhei era de que em nenhum dos três casos a população foi ouvida, consultada ou considerada.

O primeiro caso destacado de um bem cultural do qual foram “espoliados” os seus usuários vilaboenses foi o prédio que abrigou durante décadas o Goiás Clube. Já detalhei no capítulo referente às mulheres a importância do Goiás Clube para sociedade vilaboense logo após a mudança da capital. Interessa analisar o espaço no qual o Goiás Clube existiu e as circunstâncias em que fora “desalojado” pelo IPHAN.

¹¹¹⁸ Quando da reelaboração deste texto, recebi informações de que a Cruz original permanece no Museu das Bandeiras, situada numa sala de exposições onde estão à mostra objetos sacros das igrejas destruídas do município de Goiás. Interessante é que no Museu das Bandeiras, havendo uma sala de exposições somente para a história das bandeiras, esta sala não tenha sido a escolhida para abrigar a tão polêmica Cruz do Anhanguera.

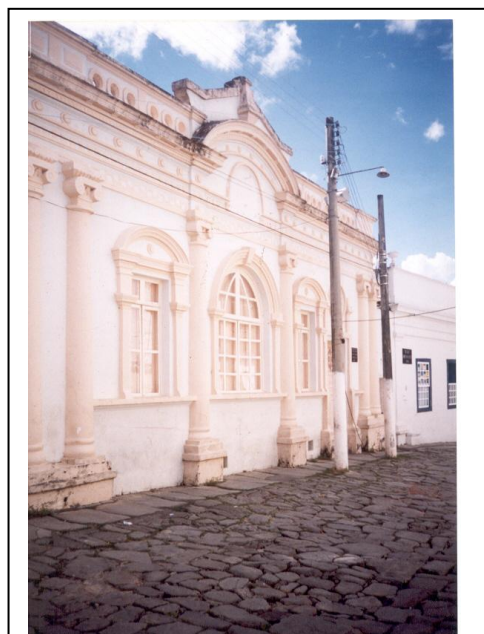
Nice Monteiro Daher (90 anos) conta que Yêda instalou o clube primeiramente no sobrado localizado à Rua Dr. Luiz do Couto (Rua da Fundação). Como as repartições públicas federais tivessem sido *levadas* para Goiânia a casa ao lado do sobrado, ficara desocupada. Era a antiga Casa de Fundação do Ouro, situada à Rua da Fundação (Rua Dr. Luiz do Couto), vizinha do Palácio Conde dos Arcos ¹¹¹⁹ (Mapa 12 – página 521). O espaço era bem maior e Yêda decidiu lutar por ele, conforme relato de Nice Monteiro Daher:

Então ela mesma providenciou tudo. O certo é que o chefe que presidia a casa cedeu. Cedeu pro Goiás Clube e não cobrava¹¹²⁰. Então nós, desde essa ocasião, pouco depois, pouco tempo depois da fundação nós já passamos pra ali e fomos começando a comprar mobília, comprar discos, comprar... porque precisava de som [...] ¹¹²¹



Sobrado que abrigou primeiramente o Goiás Clube

Foto: Izabela Tamaso (2002)



Prédio onde funcionou a segunda e última sede do Goiás Clube

Foto: Izabela Tamaso (2000)

¹¹¹⁹ A Casa da Fundação do Ouro passou a funcionar em Goiás em janeiro de 1752. Posteriormente abrigou a Tipografia Provincial, Depósito de artigos bélicos e Justiça Federal. Conferir Coelho (1999).

¹¹²⁰ Foi cedido pelo Patrimônio da União, que tinha como diretor o vilaboense Régulo do Nascimento. Conferir “Goiás Clube: a garra da mulher vilaboense”, de autoria de Myraci Alencastro Veiga de Almeida, publicado em *O Vilaboense*, Ano 12, n. CXXXVI, janeiro de 2005, p. 4.

¹¹²¹ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006.

Contudo, o Goiás Clube não tinha ainda um lugar de apresentações teatrais adequado. Foi quando Yêda conseguiu transformar uma construção, localizada nos fundos da antiga Casa de Fundação, em teatro. Nice Monteiro Daher lembra-se que *foi feito tudo assim, algumas reuniram e deram as cadeiras, outras... o prefeito ajudou, o estado ajudou, porque todo o mundo ajudava o Goiás Clube sabe? Então ela fundou esse teatro lá, mas anos depois. O Goiás Clube já estava fundado há muito tempo.*¹¹²²

O Goiás Clube manteve suas atividades até 1985. A última presidente do Goiás Clube, Dolci Caiado de Castro, imprimiu a ele um novo uso. Realizava uma espécie de discoteca, própria do fim dos anos 70 e cobrava ingressos dos jovens da época para que pudessem entrar nas dependências do Clube. Uma das jovens que freqüentou o local analisa que Dolci efetivou uma espécie de contextualização do Goiás Clube para aquele momento. Disse que os pais deixavam os filhos irem porque sabiam que Dolci, também solteira, ficava lá vigiando o tempo todo: *não se podia beijar lá dentro*¹¹²³. O Goiás Clube foi um importante espaço de lazer para o jovem vilaboenses desde final nos anos 30 até meados de 80.

Em meados da década de 80, o espaço do Clube estava sendo pouco utilizado. Alguns agentes locais do patrimônio juntamente como o IPHAN decidiram dar outros usos para a edificação. Uma pessoa que acompanhou este processo narra:

*a Casa da Fundação ela estava na responsabilidade do Goiás Clube. O Goiás Clube já não existia mais, estava na mão de poucas pessoas e... estava sendo usado não da maneira como o estatuto previa... porque o Clube não existia mais. Então o IPHAN resolveu restaurar o prédio e uma das conversas era... a possibilidade de ser usado como uma extensão do Museu de Arte Sacra, já que é porta a porta. Isso realmente foi ventilado lá dentro do IPHAN como uma opção. Quer dizer ninguém sabia o que fazer com aquilo, então alguém sugeriu isso e falou “bom, depois que terminar a obra a gente vê o que é que faz”. Mas primeiro precisava pegar o edifício. Tentaram... o pessoal da jurídica de Brasília tentou entrar em contato com a senhora lá que estava responsável pelo Goiás Clube, não conseguiu falar com ela. Então assim, nem passaram para o escritório [Escritório Técnico do IPHAN na cidade] a responsabilidade. Eles mandaram direto pra o Ministério Público e apareceu o funcionário lá com a cartinha para poder tomar a chave dela. Então foi um negócio assim muito complicado*¹¹²⁴. [grifo meu]

Havia intenção deliberada de se pedir o prédio para restauro visando dar outro uso para o mesmo. Ocorre que as mulheres solteiras do Goiás Clube não aceitariam tão

¹¹²² Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006.

¹¹²³ Conversa informal com mulher vilaboense na faixa etária de 40 anos.

¹¹²⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

facilmente aquela “apropriação”. Embora estivesse o clube sem atividades, tão logo as mulheres perceberam a iminência da perda do imóvel, iniciaram a reação. Gustavo Neiva Coelho, à época responsável pelo Escritório Técnico narra os acontecimentos

No momento em que o cara chegou com um documento oficial pra poder tomar a chave, ela já comunicou com todas as outras ex-sócias do Clube e o clube se estruturou de imediato. Todo mundo foi contra, todo mundo foi... ninguém queria entregar o Clube e tinha um grupo de teatro ensaiando lá. Elas tinham cedido, porque tem aquele teatro no fundo né... meninada, uma turma de adolescentes, eles estavam ensaiando lá e iam apresentar lá. Quando a coisa começou a pegar fogo e ficou complicado, o funcionário do Ministério correu... ele deixou o papel na minha mão e foi embora. Pegou o ônibus e veio embora pra Goiânia e o negócio então estourou na minha mão. Aí a conversa era que eu estava tomando o prédio, eu não ia permitir que os meninos ensaiassem a peça de teatro... que estava sendo anunciada há muito tempo não ia acontecer porque eu não estava deixando e aí juntou aquele bando de gente lá e a mulher aproveitou pra poder tirar o saldo político. Aí ela foi lá pessoalmente e me entregou a chave. Aí eu chamei um dos meninos do teatro e falei “olha, a chave vai ficar com você, você é responsável, depois da apresentação da peça você vem e me devolve a chave”. E aí morreu o assunto... ficaram com a chave, usaram o prédio o tempo inteiro, fizeram apresentação da peça, entregaram a chave e acabou. Ninguém mais tocou no assunto.

Gustavo Neiva deixou a chefia do Escritório Técnico em Goiás antes que as obras de restauro estivessem concluídas. O prédio foi cedido ao Ministério Público Estadual, tirando qualquer oportunidade, tanto de que o Goiás Clube pudesse se reorganizar, quanto de que usos culturais continuassem sendo dados à antiga Casa da Fundação.

Os vilaboenses se ressentiram durante anos da apropriação não apenas do prédio do Goiás Clube, mas especialmente do direito de decidir o destino a ser dado ao prédio. Mas o acordo de cessão com o Ministério Público não incluía ainda o teatro. Este, localizado aos fundos do terreno, com entrada lateral, foi cedido para a Associação Casa de Cora Coralina, pelo IPHAN, à época Instituto Brasileiro Patrimônio Cultural (IBPC). O objetivo era a instalação de cursos de teatro e dança. Uma verba teria sido destinada pelo IBPC à Casa de Cora para a criação da Escola Livre de Artes, que teria sido “devidamente aplicada pra a compra de todo o instrumental necessário ao funcionamento da Escola como aquisição de três pianos, cavaquinhos, baterias, teclados e instrumentos de sopro”¹¹²⁵.

¹¹²⁵ Hecival Alves de Castro, “a casa de Cora Coralina e o movimento cultural na cidade”, *O Vilaboense*, janeiro de 1994, p. 3.

Com as atividades que a Casa de Cora realizou por quase uma década, o antigo prédio do Goiás Clube ainda era apropriado pelos vilaboenses culturalmente, ao menos os fundos dele, conforme atesta Goiandira Ortiz de Camargo (45 anos): *Esse teatro era muito utilizado pela comunidade. Desde eventos culturais até palestras de utilidade pública, da área da saúde. Todo mundo utilizava aquilo ali. Por quê? É um espaço pequeno e barato. [...] Aquilo ali atendia às necessidades imediatas da comunidade*¹¹²⁶.

A cessão para Casa de Cora Coralina, porém, não era unanimidade. Outro vilaboense ligado à área cultural:

*Olha o grupo artístico nas escolas públicas... a Casa de Fundação não pode ceder um horário para o grupo artístico... quer dizer, cadê a função social da Casa de Cora Coralina? Porque que a Casa de Fundação está sob os cuidados da Casa de Cora? Me justifica? Porque que ficar fechada e eu tenho que pagar trinta reais pra usar? Quantos alunos que tem acesso? Eu já falei “gente, isso tinha que chegar ao ministro da cultura!” Isso tinha que chegar em Brasília*¹¹²⁷.

Esta declaração é importante, pois revela que ainda que todos quisessem que o prédio fosse apropriado para fins culturais, nem todos concordavam com os critérios colocados pela Casa de Cora, agente do teatro.

Sabendo que a cessão para o Ministério Público tinha tempo limitado, os vilaboenses alimentaram esperanças de restituir o imóvel para o uso cultural. Goiandira Ortiz de Camargo se lembra de que *tinha corrido a idéia de que terminado o convênio, a [antiga] Casa da Fundação voltaria para a comunidade, faria um museu, uma Casa de Cultura*.

Tendo, porém, expirado o período da cessão do prédio, alguns vilaboenses ficaram sabendo que o acordo não somente seria renovado com o Ministério Público, mas agora incluiria também o teatro; ou seja, as atividades culturais teriam que procurar guarida em outra edificação. Alguns vilaboenses tentaram evitar que o acordo fosse feito nestes termos e não conseguiram.

Outro imóvel cuja cessão para a burocracia estatal causou grande debate entre os vilaboenses tradicionais foi o da antiga Casa da Real Fazenda¹¹²⁸, que também já tinha abrigado a sede dos Correios da cidade. Em fins da década de 80, o prédio necessitava de reformas urgentes. O então Coordenador Regional do IPHAN, José Leme Galvão

¹¹²⁶ Entrevista concedida à autora em maio de 2005.

¹¹²⁷ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora

¹¹²⁸ A Casa da Real Fazenda, também chamada de Casa da Moeda, foi construída entre 1771 e 1773.

Júnior¹¹²⁹, observara com critério o acervo documental abrigado pelo Museu das Bandeiras (IPHAN) e elaborou o projeto do Arquivo Histórico de Goiás, que, contudo, deveria ser abrigado em outra edificação, conforme relato de José Leme:

É preciso ter um projeto de vida para o Museu das Bandeiras! E ao mesmo tempo, o meu pior pesadelo é esse acervo do século XVIII, documental do século XVIII ter um incêndio, alguma coisa assim. [...] Você imagina um acervo documental, que ele... o acervo documental por sua própria característica ele conta a história que 10 cidades não contam! Um estado inteiro preservado nas suas estruturas arquitetônicas etc. não conta a história que um acervo escrito conta! Então ele é sem sombra de dúvida... de longe, a coisa mais preciosa que nós temos em Goiás. Mas é muito frágil! O próprio Museu das Bandeiras, ainda que pegasse fogo eu reconstituiria... o documento eu não reconstituo, nós não temos sequer microfilmagem dessa documentação, ainda ¹¹³⁰!

Os argumentos de José Leme são indiscutíveis, mas se tornaram ainda mais consistentes, pois planejara levar o acervo documental para o sobrado da Real Fazenda; de onde havia saído para o Museu das Bandeiras, algumas décadas antes. O acervo retornaria para seu primeiro abrigo. Sua idéia de um Arquivo Histórico era aceita e apropriada como um projeto dos moradores do *centro histórico* da cidade. A professora universitária Goiandira Ortiz de Camargo (45 anos) se lembra com entusiasmo:

Eu acompanhei o processo de planejamento do que seria o arquivo Regional de História naquele prédio da Casa da Real Fazenda. Isso era fantástico! A gente achava que era uma maravilha e se sentia orgulhosa, todo mundo se sentia orgulhoso de saber que a gente ia ter esse arquivo naquele prédio lindo que estava sendo restaurado ¹¹³¹.

Conversas sobre um possível convênio com a UFG e *estudos muito criteriosos de estrutura, de segurança* ¹¹³² foram executados. Um dos pontos importantes do projeto era considerar o peso do volume de documentos que o Sobrado abrigaria no andar de cima. Em 1993, José Leme deixou a Coordenação Regional e a partir de então o projeto *andou a passos lentos* ¹¹³³, até que fora alterado. O novo projeto estabeleceu a retirada de toda estrutura de madeira aparente por metal, a fim de sustentar o peso dos documentos. A reforma teve início em 1997 e cuidou de estabilizar paredes e revisar fundações; “nesta primeira fase, a estrutura interna foi alterada e o telhado demolido. [...] Para suportar uma carga de 700 quilos por metro quadrado, uma cobertura metálica

¹¹²⁹ José Leme Galvão Júnior assumiu a Coordenação Regional do IPHAN entre 1991 e 1993. Coordenação Regional era o nome dado à Superintendência Regional.

¹¹³⁰ Entrevista concedida à autora em 2003.

¹¹³¹ Entrevista concedida à autora em maio de 2005.

¹¹³² Entrevista concedida à autora em 2003 por José Leme Galvão Júnior.

¹¹³³ Entrevista concedida à autora em 2003 por José Leme Galvão Júnior.

foi instalada. Por falta de recursos, o projeto inicial foi abandonado em 1999 e retornado em 2000”¹¹³⁴.

Sem condições financeiras para dar continuidade ao restauro do edifício, o IPHAN o cedeu ao governo do Estado de Goiás, que arcou com o custo restante da obra, na condição de ali instalar a Delegacia Regional da Secretaria da Fazenda. O prédio não precisaria mais suportar o peso de 700 quilos por metro quadrado, do valioso acervo documental, do período da Colônia no Centro-Oeste; mas a estrutura original em madeira... essa já tinha sido toda retirada!

Em 2001, quando realizava o trabalho de campo, ouvia críticas frequentes com relação às intervenções no *sobradão*, à época já em sua etapa conclusiva. Não entendiam os vilaboenses tradicionais porque haviam tirado a estrutura de madeira original para substituí-la por metal. O argumento baseado no peso dos documentos era ainda usado por alguns — que não tinham sido informados de que o projeto do Arquivo Histórico tinha sido abandonado — e amainava os ânimos, mas não convenciam completamente, pois para o vilaboense o prédio estava sendo mutilado; e pior, pelo próprio IPHAN!

Próximo dos dias da inauguração os comentários de acaloraram. Olhando da calçada viam os vilaboenses que a escada mudou de lugar e que o corrimão de madeira original tinha sido substituído por metal. Ninguém entendia o que o IPHAN estava fazendo: *onde está a mentalidade deles, é o que eu desejava saber!* Assim se pronunciou uma senhora vilaboense indignada:

*Porque que no prédio do Correio [Real Fazenda] enfiaram aquele material lá que não é...? [...] Mudaram lá por dentro tudo! Eles detonaram com o prédio do Correio! Perguntou a alguém se achava certo? [...] É do próprio IPHAN! Eu acho que ele está sendo o maior destruidor, porque se nós conservamos... se é de adobe tem que ser de adobe, se é de tijolo tem que ser de tijolo. Porque que no prédio do correio enfiaram aquele material lá que não é?*¹¹³⁵

Essa fala era ouvida por todos os cantos da *cidade histórica*. Era incompreensível e inadmissível que a instituição que tem por missão preservar tenha descaracterizado um dos únicos sobrados da cidade. Todas as queixas versavam sobre (1) a substituição da madeira das estruturas internas do telhado por metal; (2) a retirada da escada, de um vão, em madeira, com corrimão entalhado em madeira; (3) substituição por uma escada em metal e em dois vãos; (4) a troca do piso em madeira

¹¹³⁴ Nádía Timm, “Sobrado da Real Fazenda reabre suas portas”, *O Popular*, Goiânia, 25 de julho de 2001, p. 7.

¹¹³⁵ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

corrida por concreto polido. Além disso, os acréscimos ocorridos em reformas anteriores — como elementos neoclássicos na fachada — foram retirados.

Foto: Izabela Tamasso (2002)



Escada em dois vãos, em metal. Foto tirada por ocasião da cerimônia de entrega do prédio à Secretaria da Fazenda. Governador Marconi Perillo à esquerda, no dia da inauguração.

Na obra de recuperação do Sobrado da Real Fazenda a “espessura do tempo” (Jeudy, 2006) foi anulada ao mesmo tempo em que paradoxalmente fora salientada pelas estruturas metálicas em seu interior. Anulou-se o tempo externamente (os elementos neoclássicos) enquanto se salientou a temporalidade internamente. Assim é que o “caráter ficcional e figurado das identidades permite [...] que o invólucro seja tomado pelo todo” (Peixoto, 2004, p. 3).

Outro filho de Goiás enfurecido toma o caso do “restauro” do *Sobradão* para fazer críticas ferrenhas à posição e ao trabalho do IPHAN na cidade:

Um órgão castrador, um órgão prepotente, um órgão que chega na casa do pobrezinho, que não tem dinheiro pra comprar o portal de madeira e quer levar ele na justiça, enquanto que o próprio IPHAN entra no Sobradão da Receita e demole e cadê nosso Ministério Público...que é incompetente, que é quem deveria atuar e obrigar o IPHAN... Porque ele está lá pra isso, pra defender os interesses da população... Vai lá na inauguração e ainda ajuda a cortar a fita! O que acontece? Como é que o morador vai querer respeitar? Como é que o morador vai entender a importância de todo esse conjunto, do quê representa a

*cidade de Goiás em relação ao Brasil, em relação ao mundo! Não vai entender! Porque tudo está sendo distorcido*¹¹³⁶.

Os moradores revoltados externavam incompreensão quanto à lógica da conservação do IPHAN: *se as casas nós temos que conservar... eles sendo chefes, têm a obrigação de conservar*¹¹³⁷. Alguns poderiam alegar que há uma lógica do restauro e que os moradores não compreenderam. No entanto, funcionários e técnicos do IPHAN, mais ou menos discretamente também fizeram suas críticas àquela obra.

*E toda a justificação de fazer uma nova estrutura, de tirar toda a estrutura de madeira interna dele, botarem tudo de metal etc.etc. que era para o arquivo, ficou vazio! Porque afinal devolveram para a Receita Federal num processo que eu considere extremamente acovardado... Enfim, está lá a Receita trabalhando lá... um prédio com uma estrutura interna de metal, que ninguém... embora em si mesma possa ser interessante, mas não se entende porque fazer aquilo! É um péssimo exemplo do IPHAN, porque aquilo não é um restauro é uma adaptação!*¹¹³⁸ [grifo meu]

Poder-se-ia ainda alegar que relativamente aos restauros há discordâncias internas ao próprio campo do patrimônio, uma vez que os técnicos podem fazer opções por escolas de restauros com concepções diferentes e, por vezes, antagônicas. Outro técnico, arquiteto, se pronunciou com relação ao projeto que fora executado por um engenheiro:

*Aí como ele tinha feito o curso na Bahia, ele estava todo empolgado, jogou aquela estrutura que é pesadíssima. Coisa de engenheiro! [...] Então eu acho... na minha opinião [...] faltou um pouco de sensibilidade pra não lançar aquela estrutura tão pesada... porque você entra, você vê primeiro a estrutura e depois o prédio*¹¹³⁹.

Tivesse colocado aquela estrutura de metal e tivesse instalado o Arquivo Histórico, talvez os vilaboenses tradicionais (e alguns técnicos do IPHAN) se conformassem! Mas a estrutura de metal ficou dissonante tanto na estética, quanto na funcionalidade. O Arquivo Histórico não somente não foi lá instalado, como foi um projeto abandonado; ao menos até o momento. Sobre esse patrimônio documental um funcionário do IPHAN comentou: *É um absurdo o IPHAN ficar sentado em cima desse*

¹¹³⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹³⁷ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹³⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹³⁹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

*acervo! Eu não entendo essas coisas, eu já fiz esse discurso tantas vezes que eu confesso que eu fiquei tão desgastado!*¹¹⁴⁰

O prédio foi inaugurado com pompa e circunstância durante a transferência simbólica da capital, quando o governo do Estado de Goiás despacha da cidade de Goiás,. Um funcionário do IPHAN desabafou: *gastou-se um monte de dinheiro naquele restauro e o governador que inaugurou, pra quê? Para a burocracia? Olha que piada!*¹¹⁴¹.

Algumas edificações que tinham uso social — ou que tinham promessa de tê-lo — foram assumindo, ao longo da atuação do IPHAN na cidade, usos institucionais, não aprovados por grande parte dos moradores do *centro histórico* e por alguns poucos especialistas do IPHAN. Outro caso simultâneo, mas menos polêmico foi a cessão do *Quartel do Vinte* à Secretaria Estadual de Educação.

Mas se para o Sobrado da Real Fazenda havia o argumento da falta de recursos para concluir a recuperação do imóvel, no caso do *Quartel do Vinte* esse argumento não cabia: *um dos maiores erros: porque ceder o Quartel do Vinte para uma escola profissionalizante?*¹¹⁴².

Goianira Ortiz de Camargo (45 anos) faz reflexão na mesma direção:

*Nesse tempo aí também, teve a cessão do Quartel do Vinte para a Secretaria da Educação. Um espaço fantástico daquele iria para a Secretaria, para uma Escola! A escola também é ótima e tem também o direito de estar num espaço daquele, mas não poderia ser utilizado para ser um espaço cultural, em vez de um espaço da escola e do estado? Ele já estava restaurado, ele já estava pronto, era uma questão de batalhar por isso, da manutenção dele... de ver como fazer*¹¹⁴³.

Ressente-se pela indisponibilidade dos bens edificados para usos culturais. Para os vilaboenses que identificam como um traço diacrítico da cidade o de ser *berço da cultura goiana*, espaços culturais são prioritários, pois que eles também seriam índices da cultura desse povo. Entendo que alguns vilaboenses vêm “resisting this official appropriation of their lived space” e têm disputado como os Rethmniots, “a much wider range of bureaucratic arbitrariness — the control of history writ large. They have tried to reclaim their lives from a detemporalised past and a dessocialized present, and to

¹¹⁴⁰ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹⁴¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹⁴² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹⁴³ Entrevista concedida à autora em maio de 2005.

develop other kinds of historical consciousness: a counter-archaeology, to adapt Foucault's (1972) terminology, of social knowledge (Herzfeld, 1991, p. 9).

Outro vilaboense sobre isso comentou que *essa elite cultural, ela é importante, não tiro o mérito dela, mas ela massacra o que é vivo na cidade de Goiás! Só o que é contemplativo tem valor, porque o que é contemplativo não cobra, não questiona e não exige*¹¹⁴⁴. Pedi que falasse sobre a diferença entre o contemplativo e o vivo. Sua resposta é paradigmática do sentimento de expropriação material e simbólica comum à grande parte dos vilaboenses tradicionais:

*O que é o vivo? É o que o Congo faz, é o que o Tapuio, que apesar de estar descaracterizado faz, é o que a paneleira faz, é o que os poucos vendedores de pamonha, de milho, de bolo de arroz, de lenha fazem. Isso pra mim é vivo. Contemplativo, é você chegar, você olha, está prontinho e vai embora. Isso é importante? É, mas é impessoal, sem vida. Não tem vida. É o que está acontecendo com a cidade de Goiás. E nesse aspecto eu culpo o IPHAN, um órgão incompetente para gerenciar o patrimônio mundial chamado cidade de Goiás. Fez o que fez no Sobradão; fez o que fez no Chafariz alegando prospecção, a cada ano ele é pintado de uma forma. [...] Eu te mostro o telhado do Sobradão... com isso o que o IPHAN está fazendo, com essa idéia desses arquitetos incompetentes? Eles estão tirando do cidadão, de quem mora aqui, de quem cresceu aqui, o elo... o elo está sendo quebrado. E o que mais me preocupa é que é uma visão oficial! E isso aconteceu com a nossa cultura, através de uma visão oficial!*¹¹⁴⁵

Entendo que não se faz uma antropologia dos patrimônios se não se debruçar sobre as experiências cotidianas dessas pessoas com os seus bens culturais. Porque uma antropologia dos patrimônios não é uma antropologia dos bens patrimoniais, como muitos têm feito, mas antes uma antropologia da representação e apropriação desses bens por parte de seus portadores imediatos, e do diálogo, na prática social, entre as singulares e diversas formas de conceber e usar os patrimônios locais. É uma antropologia da concepção de tempo e lugar.

Goianira Ortiz de Camargo (45 anos), indignada, fala sobre as três cessões e a posição do IPHAN em relação à cultura da cidade:

Essas três cessões, a comunidade não foi consultada. Se o foi... foram aquelas pessoas específicas, aquele tipo de reunião que faz convidando a dedo fulano e fulano, para participar e para legitimar. Isso aí me causou uma tristeza muito grande, uma desilusão com a cidade, uma desilusão com o IPHAN, que ajudou tanto a construir e a conquistar o título... teve um papel inegável nesse sentido e

¹¹⁴⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora. Saliente-se que a pessoa se refere à elite cultural por percebê-la como tendo poder sobre os bens culturais e patrimoniais, selecionando quais bens receberão apoio, financiamento e toda sorte de incentivos.

¹¹⁴⁵ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

*agora, no entanto, está entregando os nossos prédios públicos, prédios que poderiam virar Casas de Cultura*¹¹⁴⁶.

A vilaboense aponta para uma idiosincrasia das políticas patrimoniais de Goiás. O processo de estetização das paisagens urbanas tem, em geral, sido pensado em relação aos processos de patrimonialização das cidades, ao fenômeno do turismo e ao mercado urbano de lazer. Peixoto afirma que um

dos efeitos imediatos deste processo de estetização traduz-se no facto de as práticas quotidianas dos indivíduos ou de locais e edifícios, onde a vida normal se desenrola estarem a ser, de algum modo, encenados para adquirirem o estatuto de um produto, de um signo e de uma imagem destinados a serem consumidos, ainda que sob a forma de um consumo meramente visual (2003a, p. 219).

Na cidade de Goiás, os três prédios cedidos à burocracia estatal, não obstante terem sido restaurados e estarem em conformidade com a estética patrimonial, não foram subordinados à lógica do mercado turístico, mas antes à do burocracia estadual. O consumo destes bens culturais é por parte dos turistas meramente fachadista — exceção feita, em parte, ao Quartel do Vinte que por abrigar uma escola profissionalizante¹¹⁴⁷, com cursos de gastronomia, recepção e atendimento, se abre para eventos a fim de capacitar melhor os seus alunos. Por parte dos vilaboenses tradicionais a função destinada aos prédios não atende aos anseios da cidade *berço da cultura goiana*.

Goiandira Ortiz de Camargo, quando soube que também o Teatro da Fundação seria cedido para o Ministério Público, enviou nota ao jornal comunicando, em âmbito regional, o seu desacordo pelo uso burocrático da Casa de Fundação, Casa da Real Fazenda e Quartel do Vinte, entendido por ela como *desvio de funções*:

Esses prédios compõem o conjunto da memória viva da cidade de Goiás, que encontrou a sua vocação de ser patrimônio de todos, e não podem se transformar em bens de uso burocrático. Há outros espaços que podem abrigar a máquina estatal. A comunidade local e os visitantes estão privados de conhecer nossa história e nossos emblemáticos elementos de memória por atos individuais que não consultam a vontade popular¹¹⁴⁸. [grifos meus]

Salma Saddi Wares de Paiva respondeu à carta de Goiandira alegando que tanto o Sobrado da Real Fazenda, quanto o Casa da Fundação *estão sendo utilizados conforme*

¹¹⁴⁶ Entrevista concedida à autora em maio de 2005.

¹¹⁴⁷ CEP (Centro de Educação Profissional).

¹¹⁴⁸ “Cidade de Goiás”, *O Popular On-Line*, Available from: <<http://www2.opopular.com.br/antiores/04jan2003/Mail?cartas.asp>> Access on: 18.01.2003.

suas vocações ¹¹⁴⁹. A Casa de Fundação tinha abrigado a Justiça Federal antes da mudança da capital.

Interpreto, porém, que para Goiandira *funções* são os destinos culturais que foram sendo dados aos prédios públicos após a mudança da capital. Vazios de gente e de *função* — pois que ficaram fechados com a transferência das repartições públicas para Goiânia — os prédios foram reocupados com a *função* que se tornou principal para o vilaboense expropriado do estatuto de capital: a cultura. Para Goiandira esta *função* é simbólica e primordial, pois que é auto-identificação. Herzfeld (1991) entende que quando “the state intercedes in the processes of self-definition, and when above all it intervenes in the material context that gives that social life its physical shape, the complexities sometimes spill over into open conflict” (p. 80).

É com essas “vagaries” que Herzfeld acredita melhor alcançar a compreensão da negociação de poder entre os cidadãos e a burocracia, entre duas perspectivas informadas por duas visões divergentes do passado (1991, p. 80). Goiandira baseia-se na dinâmica temporal, Salma retoma o passado mais anterior; Goiandira defende um uso cultural; Salma, o institucional; Goiandira se ancora na *memória viva*; Salma, na história:

La mémoire est la vie, toujours portée par des groupes vivants et à ce titre, elle est en évolution permanente, ouverte à la dialectique du souvenir et de l’amnésie, inconsciente des sens déformation successives, vulnérable à toutes les utilisations et manipulations, susceptible de longues latences et de soudaines revitalisations. L’histoire est la reconstruction toujours problématique et incomplète de ce qui n’est plus. La mémoire est un phénomène toujours actuel, un lien vécu au présent éternel; l’histoire, une représentation du passé (Nora, 1997, p. 24-25).

Goiandira atesta o *papel fundamental* do IPHAN na *preservação dos bens materiais e imateriais e na conscientização patrimonial*. Mas conclui que ele *não tem o direito de mudar a afetação histórica dos monumentos aqui sediados sem ao menos ouvir a comunidade vilaboense* ¹¹⁵⁰. Parece que novamente a crítica incide sobre a anulação da “espessura do tempo” (Jeudy, 2005). Os vilaboenses escolhem pelo passado mais próximo. Os burocratas do patrimônio por um momento originário. Sob a acusação

¹¹⁴⁹ “IPHAN esclarece”, *O Popular On-Line*, Available from: <<http://www2.opopular.com.br/antiores/08jan2003/Mail?cartas.htm>> Access on: 21.01.2003

¹¹⁵⁰ “Cidade de Goiás”, *O Popular On-Line*, Available from: <<http://www2.opopular.com.br/antiores/04jan2003/Mail?cartas.asp>> Access on: 18.01.2003

de não agir democraticamente Salma responde informando que a cessão do Sobrado da Real Fazenda fora discutida em reunião com o Conselho Municipal de Cultura.

As reuniões em Goiás que envolvem decisões sobre a cultura e o patrimônio são descritas por uma vilaboense: *porque é assim, vai ter reunião, convida algumas pessoas de confiança para legitimar. Outras que podem trazer uma opinião divergente não são convidadas*¹¹⁵¹. Afirma que, quando era agente ativa da cultura local, *muitas vezes era excluída porque tinham que selecionar quem ia a determinadas coisas. Aí a gente ia e arrombava a festa né? Fazia uma visitinha. Tinha paciência para fazer isso. Aí depois eu desisti*¹¹⁵².

Interpreto os três casos de restauro e cessão às instituições estatais como sendo uma forma de apropriação cultural; não no sentido de alguém ou alguma cultura que toma algo de uma cultura que não é a sua própria; como, por exemplo, propriedade intelectual, artefatos, expressões culturais, história, conhecimento. Apropriação cultural é entendida como um fenômeno multidirecional: cujos modos de ocorrência são amplos, que concerne à relação entre pessoas ou grupos e que tem sido largamente praticada (Ziff e Rao, 1997).

Visando a integridade física do bem cultural, a logística patrimonial (IPHAN) tomou o espaço, no qual uma determinada camada social, criava, participava e/ou cultivava a cultura: o Goiás Clube e depois o Teatro da Fundação. Decidiu pelos vilaboenses que a Real Fazenda não abrigaria mais o Arquivo Histórico, não obstante já tê-lo descaracterizado com as estruturas metálicas; e que o *Quartel do Vinte* deveria abrigar escola profissionalizante. São casos que apontam para relações de poder, entre instituições locais, regionais e nacionais e entre agentes do patrimônio de dentro e de fora da cultura vilaboense. Alguns deles fazendo a ponte entre os que são de dentro e os de fora; como é o caso dos vilaboenses e *filhos de Goiás* que ocupam cargos de decisão em instituições federais, como o IPHAN.

Mas logística patrimonial também tirou de outra camada social o acesso ao lazer. Quão mais de aproximava da conquista do título de patrimônio mundial, mais os agentes locais da cultura e do patrimônio iam regulando os usos dos espaços públicos. Entre 2000 e 2002 as mudanças atingiram muitos jovens, que se ressentiram da ausência de lugares de lazer aos finais de semana:

¹¹⁵¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹⁵² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

*E aí foi interessante que aconteceu uma mudança também em relação às festas da cidade né. Então o jovem se viu atacado por essa parte. Por mais que viesse melhoria, por outro lado, as festas deles não seriam mais as mesmas. Aconteceu a polêmica do carnaval, que não poderia mais ser na praça por causa do título e a gente sabe que o carnaval é uma festa muito popular, todo mundo vem, quer participar... Aí aconteceu a proibição na Carioca, nos bailezinhos que tinha na Carioca, no Canta Galo [Clube]. Aí foi tudo... de repente parece que foi tudo podado! E hoje a gente ouve muita reclamação nesse sentido, né? De que Goiás não tem vida noturna mais. Porque o que todo mundo estava acostumado está sendo tirado aos pouquinhos, aos pouquinhos, aos pouquinhos*¹¹⁵³.

*Sei não, esse título... Eles mataram muitas coisas, mataram a Carioca que todo mundo gostava de ir... acabou com aquilo ali, diz que vai reformar... mas está do mesmo jeito que está. Pra nós não adianta nada não, isso é só pro turista*¹¹⁵⁴.

Assim, *aos pouquinhos*, os jovens vilaboenses foram sendo espoliados de seus lugares de lazer e entretenimento, suas referências identitárias¹¹⁵⁵. Foram espoliados dos encantos do tempo presente **em nome do patrimônio**.

9.7. O patrimônio arqueológico

Alguns breves, mas importantes dados, sobre escavações arqueológicas em Goiás serão suficientes para se interpretar o lugar secundário ocupado por esta categoria patrimonial na cidade de Goiás, como de resto, em quase todo o Brasil e outros países. Sobre políticas de preservação para bens arqueológicos, Parent (1984) afirmou que “em muitos países que queriam dar a entender serem generosos no que se refere aos trabalhos do espírito, vê-se que os *corpus*, as coletas de informação inexistem a partir do momento em que se procura desenvolver uma pesquisa ou assumir uma proteção sistemática” (p.115).

O campo do patrimônio da cidade de Goiás, já marcado por agentes do patrimônio edificado, do patrimônio móvel (acervos dos museus) e do “patrimônio imaterial” (celebrações religiosas), estava já estruturado e vinha funcionando razoavelmente (o que não significa harmoniosamente), uma vez que do ponto de vista

¹¹⁵³ Maria Geni Pereira Chagas em entrevista concedida à autora em julho de 2002.

¹¹⁵⁴ Oswaldo Batista Peixoto de Souza em entrevista concedida à autora em julho de 2002.

¹¹⁵⁵ Waldinéia Ladislau, “Acordo limita carnaval na cidade de Goiás”, *O Popular On-Line*, Available from <<http://www.opopular.com.br/antiores/02fev2002/cidades/ultima.asp>> Access on: 04.02.2002; “Patrimônio”, *O Popular On-Line*, Available from <<http://www.opopular.globo.com/mail/cartas.htm>> Access on: 13.03.2003.

simbólico, oferecia os subsídios para identidade local de *berço da cultura goiana*; e do ponto de vista econômico, proporcionava alternativas ao desenvolvimento local, por meio do turismo cultural.

O primeiro trabalho de escavação e pesquisa arqueológica na cidade de Goiás realizou-se na antiga Casa da Fundação do Ouro, em meados da década de 80. Foi a partir do projeto de restauro da casa que se sentiu a necessidade de prospecções arqueológicas. Os resultados preliminares obtidos por meio dos vestígios móveis e arquitetônicos permitiram uma análise evolutiva da edificação e da organização espacial da Casa de Fundação do Ouro no período de 1752/1833 (Silva e Pardi, 1989).

Os vestígios móveis que foram encontrados — cadinhos, copelas, tipos gráficas, cartuchos de munição, ilhoses de metal, objetos de uso domésticos de faianças e de porcelanas, pulseiras de prata, eletrodos de projetor de filmes, tampinhas de lança perfume — confirmam os diversos usos do imóvel: casa residencial, casa da Fundação do Ouro, Justiça Federal, Goiás Clube (Silva e Pardi, 1989). Os vestígios arquitetônicos — canaletas, canos e bica em pedra sabão, alicerces, pisos, embasamento de pedras, marcas de lajes e cunhas, portal de madeira — auxiliaram no trabalho de restauro, na medida em que forneceram dados sobre a arquitetura e a história da edificação (Silva e Pardi, 1989).

Foto: Izabela Tamasso (2002)



Material arqueológico coletado na Casa de Fundação e depositado na sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN em Goiás

Oportuno lembrar que a antiga Casa de Fundação estava cedida para o Goiás Clube quando foi *tomada* pelo IPHAN para o restauro. Um dos técnicos à época se

lembra que foram feitas *algumas campanhas de escavação na Fundação, inclusive ela estava pro Clube e havia o interesse do IPHAN em retomá-la e esse trabalho de alguma maneira ajudou a consolidar esse processo* ¹¹⁵⁶.

Maria Lúcia Pardi, arqueóloga que trabalhou nas prospecções arqueológicas da antiga Casa de Fundação, se recorda que “o edifício seria usado para uma finalidade pública” ¹¹⁵⁷, ou seja, seria cedido para uma instituição pública. A princípio, o projeto para o restauro previa que “o piso deixaria as estruturas à mostra”, mas não foi possível “se trabalhar a transformação da casa para esse perfil [...] possivelmente, não deve ter tido verba e isso acabou sendo cedido para uma instituição [Ministério Público Estadual] e que aí, no caso, não teria bancado esse aspecto cultural do sítio, que até se entende” ¹¹⁵⁸.

Pardi se lembra de que, à época, a escavação gerou interesse da elite cultural vinculada às decisões do patrimônio na cidade, no sentido de “se apropriar desses bens, enfim, se apropriar intelectualmente, saber o que havia. Então nós vimos que havia um interesse” ¹¹⁵⁹. Não obstante esse súbito interesse da elite local, o patrimônio arqueológico, bem como a história e memória do Goiás Clube ficaram “soterradas” pela burocracia do Ministério Público Estadual. Isto aconteceu em meados da década de 80

Quase quinze anos depois a arqueologia se imporia inarredavelmente. Se para a inscrição à lista dos patrimônios mundiais havia a condição de que a cidade de Goiás transpusesse a fiação aérea para subterrânea e implantasse a rede de esgoto, estas obras estavam condicionadas ao acompanhamento e resgate do material arqueológico.

A cidade de Goiás é um dos sítios arqueológicos urbanos, que segundo Pardi tinha a grande vantagem de propiciar um trabalho de acompanhamento e resgate, porque se encontra “numa cidade inteira todo um sistema de relações num espaço físico, até pequeno, que possibilitaria uma pesquisa rara, maravilhosa, dando um potencial que só viria a enriquecer todo esse processo de consolidação do patrimônio da humanidade” ¹¹⁶⁰.

O que aos olhos da arqueóloga era uma oportunidade ímpar, para muitos pareceu um fardo. A primeira dificuldade foi a aceitação por parte das empresas e de alguns agentes locais do patrimônio da obrigatoriedade do acompanhamento arqueológico.

¹¹⁵⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹⁵⁷ Não obstante ser de propriedade pública, o clube estava cedido para o Goiás Clube, que era uma entidade particular. Seria cedido para uma instituição pública.

¹¹⁵⁸ Em entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹¹⁵⁹ Em entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹¹⁶⁰ Maria Lúcia Franco Pardi em entrevista concedida à autora em março de 2002.

Além dos custos dos trabalhos de escavação e resgate, estavam cientes de que os procedimentos dos arqueólogos implicariam em diminuição no ritmo das obras e isto era assustador para a elite local, sedenta pelo reconhecimento do título de patrimônio mundial. No campo do patrimônio o dissenso era também sobre a hierarquia dos bens e valores patrimoniais, na qual o edificado valia mais: *Acho que teve um pouco dessa competição: — está sendo reconhecido pelo patrimônio edificado, esse outro patrimônio não é tão importante! Ou seja, não se percebeu em momento algum a expressividade que esse patrimônio [arqueológico] tem de fato* ¹¹⁶¹.

Gislaine Valério de Lima, arqueóloga, professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e responsável pelo acompanhamento e resgate do patrimônio arqueológico em Goiás, também atesta que “houve uma resistência à arqueologia por parte, não digo da população como um todo, mas de lideranças, de pessoas que realmente fazem a diferença... se a gente vai fazer o nosso trabalho ou se a gente não vai fazer, elas têm poder de interferência” ¹¹⁶².

Uma primeira prova de que a arqueologia não se colocava como uma prioridade, no campo local do patrimônio, tampouco no institucional local (IPHAN), é o *Dossiê* enviado à UNESCO. Uma única referência é feita à arqueologia

Vem sendo desenvolvido um projeto de pesquisa que se dedica a estudar, sistematicamente, os diversos aspectos do legado histórico da cidade de Vila Boa, envolvendo as áreas de antropologia, arqueologia, ecologia e educação. No âmbito deste projeto vêm sendo realizados os subprojetos *Ouro Fino* e *Levantamento Arqueológico nas Nascentes do Rio Vermelho* [...]. ¹¹⁶³

Diluída em meio a outras áreas disciplinares, a arqueologia aparece como uma área do saber e não como um valor patrimonial presente na cidade, fato que comprova que o patrimônio arqueológico não havia sido apropriado nem pelos agentes locais, nem pelos agentes institucionais do patrimônio. A arqueologia (assim como a antropologia) estão a serviço do “legado histórico”. Observe-se ainda que as duas pesquisas citadas referem-se a sítios localizados fora da área tombada. Não informa o *Dossiê* sobre a prospecção na Casa da Fundação e sobre a especificidade (ou “raridade”, como quer Pardi) do sítio urbano arqueológico que é a cidade de Goiás.

Sobre a participação (ou ausência) do patrimônio arqueológico no *Dossiê*, uma agente patrimonial avaliou que

¹¹⁶¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹⁶² Entrevista concedida à autora em 2002.

¹¹⁶³ *Dossiê*, Anexo II/ B: Goiás: história e cultura, p. 81. Cd Rom

no Dossiê, a arqueologia chegou no finalzinho, foi contemplada de uma maneira enfim, muito... só para dizer que consta. Disse que constava, mas não foi feito um trabalho. A gente vê que a questão do patrimônio imaterial ela chegou depois ainda da arqueologia e houve tempo de desenvolvimento de um trabalho, de elaboração de Dossiê e de agregação... Quer dizer, a contribuição da arqueologia não foi considerada importante o suficiente para ser agregada nesse processo. Não houve tempo, verba, esforço, isso e aquilo, porque na verdade sentia-se que já estava denso o suficiente para se conquistar o título. Então de alguma forma, não foi considerada útil. [...] não foi considerado como passível de dar um retorno, ele não foi percebido na sua potencialidade! Então, não houve abertura para se dividir o tempo, o espaço, o poder e a verba. Isso está claro em todo o processo. Pode vir de uma política institucional, da falta de uma política institucional, ou de questões pessoais¹¹⁶⁴. [grifo meu]

O Dossiê é reflexo de que os patrimônios intangíveis, móveis e edificados têm na elite cultural e patrimonial local a garantia de sua existência, proteção e estímulo. O silêncio com relação ao arqueológico pode ser lido como uma ausência de preocupação específica para com os bens arqueológicos. Contudo, se a arqueologia *não foi considerada útil* ou como *passível de dar um retorno*, quando da confecção do Dossiê, o foi quando do conflito deflagrado por causa das obras da Avenida Rio Vermelho, a ser brevemente analisado ao fim deste capítulo.

Uma das dificuldades que se impôs desde o começo das obras de fiação subterrânea e rede de esgoto foram as diferenças entre o tempo de trabalho da arqueologia de contrato e da acadêmica, uma vez que a primeira acaba por limitar a arqueologia acadêmica, em função do tempo que a empresa dispõe para viabilizar e concluir as obras. Por outro lado, limitações de conhecimento por parte dos responsáveis pelas empresas (engenheiros e etc.), quanto à necessidade da amplitude do campo de pesquisa em arqueologia, agravam o quadro. Havia que convencê-los de que os trabalhos de acompanhamento e resgate não podiam ater-se apenas ao local da intervenção imediata das obras. Deviam ser ampliados para uma compreensão adequada do patrimônio arqueológico.

Dificuldade agravada pelo fato de que o sítio arqueológico urbano de Goiás não é equivalente àquele tombado em 1978. A inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico garantiu a proteção do patrimônio arqueológico encerrado no trecho inscrito no Livro do Tombo. Contudo, o sítio arqueológico extrapola esses limites, pois que seu potencial patrimonial se espraia pelo espaço urbano da cidade e para fora dela: “a gente está rodeado de sítios pré-históricos: no Morro do Canta Galo,

¹¹⁶⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

aqui em volta, no Uru, nessa área toda que está sendo intensamente ocupada pelo assentamento dos ‘sem terra’, nós temos sítios pré-coloniais que não estão identificados, não estão catalogados e não estão pesquisados e que estão sendo igualmente destruídos”, atesta Maria Lúcia Pardi, arqueóloga do IPHAN ¹¹⁶⁵.

O fato de que a categoria *centro histórico* tivesse sido apropriada pela população como sendo a área onde tem edificações e ruas antigas — que já interpretei na Parte II — implicou, no caso do patrimônio arqueológico, na ausência de reconhecimento das áreas que estivessem fora do chamado *centro histórico*. Isto porque o tombamento de 1978, não obstante inscrever a área no Livro do Tombo Arqueológico, o fez com base no patrimônio arquitetônico. Os elementos arqueológicos não foram acionados como um valor para o tombamento¹¹⁶⁶. Assim o patrimônio arqueológico ficou limitado, diminuído e ocultado pelo patrimônio arquitetônico¹¹⁶⁷. Isso gera conflitos frequentes nos trabalhos de escavação:

Eu ouvi, há duas semanas, o responsável pela empresa dizendo “não, lá em tal rua não precisa acompanhar porque lá não é centro histórico”. Eu falei “lá não é centro histórico edificado, mas lá tem material arqueológico e precisa acompanhamento, eu só não vou acompanhar se você me trazer uma notificação do IPHAN de que eu não preciso fazer esse acompanhamento. Existem embates muito grandes por conta disso¹¹⁶⁸!

Há uma idéia de que a área periférica não seja histórica e por isso não tenha importância. Este raciocínio apenas revela a hierarquia de valores: como se o arqueológico somente tivesse valor quando soterrado por um patrimônio arquitetônico. Como se ele cumprisse o papel de adensar os outros valores, sem conter um valor em si. Outro técnico comentou que “fora do centro histórico eu percebo intervenções no solo e não existe a preocupação; até porque o IPHAN não reconhece ali como área necessária

¹¹⁶⁵ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹¹⁶⁶ Sobre isso Parent considerou que a “prospectiva do patrimônio é talvez, em primeiro lugar, uma prospectiva da pesquisa arquitetônica baseada inicialmente nas significações desse imenso capital formal de êxitos elementares e globais, afetivos e racionais, espirituais e manuais, que nos é inteiramente facultado e que permanece um grande enigma...” (p. 115).

¹¹⁶⁷ Para detalhes sobre a relação, “os conflitos e as fricções contínuas” entre IPHAN e a comunidade de arqueólogos, conferir Lima (2001). A autora apresenta um ‘histórico’ do “desinteresse e das omissões” do IPHAN “em relação ao patrimônio arqueológico” (p. 51). Ressalta o fato de que “desde o nascedouro parece ter começado a marginalização da arqueologia dentro do SPHAN, que, desvirtuando sua proposta original, transformou-se em uma instituição voltada quase que exclusivamente à preservação do patrimônio edificado” (p. 55).

¹¹⁶⁸ Gislaïne Valério de Lima em entrevista concedida à autora em 2002.

de acompanhamento arqueológico e às vezes, pode passar a idéia de que lá não tinha vestígio, mas isso não exige a necessidade de se fazer pesquisa”¹¹⁶⁹.

Pouco mais de seis meses de obras e as arqueólogas divulgaram resultados parciais indicativos de “que a cidade de Goiás não vivia isolada, que Vila Boa não viveu esse período de ignorância”, retratado pelos viajantes europeus — Saint-Hilaire e Emmanuel Pohl — em suas obras e que foi posteriormente reiterado pela historiografia¹¹⁷⁰.

Gislaine Valério de Lima afirmou que os fragmentos encontrados revelaram que “as famílias vilaboenses faziam questão de estar em contato com o que havia de mais caro e refinado na Europa, assim como ocorria na corte no Rio de Janeiro”¹¹⁷¹. As escavações no sítio de Goiás confirmaram o que já tinha sido observado pela escavação da Casa da Fundição, quando se encontrou um recipiente de faiança chinesa, do século XVIII, “que só possui outros dois exemplares iguais em São Paulo e na Bahia”¹¹⁷².

Em Relatório Final encaminhado ao IPHAN, a equipe de arqueólogos confirmou as informações parciais, afirmando que em

todas as áreas escavadas na cidade de Goiás e, em especial, na lixeira da Avenida Dom Prudêncio, foram observadas grande variedade e densidade de objetos importados. A presença destes objetos nas escavações ganha especial destaque, principalmente aqueles produzidos no século XIX, pois a Província de Goiás, neste período, foi descrita pela historiografia goiana, durante muito tempo, como sendo uma região isolada e com inexpressivas atividades comerciais¹¹⁷³.

Além disso, encontraram estruturas fabricadas a partir da pedra sabão, usadas em redes de encanamento de água, revelando que “se tratava de uma sociedade extremamente inteligente e criativa”¹¹⁷⁴. O sistema que aproveitava o declive natural do terreno foi seguido pela SANEAGO que instalou “seus canos ao lado do sistema de pedra sabão”¹¹⁷⁵.

¹¹⁶⁹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹¹⁷⁰ Entrevista concedida à autora em 2002.

¹¹⁷¹ Fabricia Hamu, “Goiás guarda tesouro enterrado”, *O Popular On-Line*, Available from <<http://www.opopular.com.br/antiores/18mar2001/cidades/segunda.htm>> Access on: 26.04.2001.

¹¹⁷² Fabricia Hamu, “Goiás guarda tesouro enterrado”, *O Popular On-Line*, Available from <<http://www.opopular.com.br/antiores/18mar2001/cidades/segunda.htm>> Access on: 26.04.2001.

¹¹⁷³ Relatório Final, Atividades de Laboratório, 14ª Superintendência Regional – IPHAN, Portaria nº 147 de 14/08/2002, p. 35.

¹¹⁷⁴ Fabricia Hamu, “Encanamento”, *O Popular On-Line*, Available from <<http://www.opopular.com.br/antiores/18mar2001/cidades/segunda.htm>> Access on: 26.04.2001.

¹¹⁷⁵ Fabricia Hamu, “Encanamento”, *O Popular On-Line*, Available from <<http://www.opopular.com.br/antiores/18mar2001/cidades/segunda.htm>> Access on: 26.04.2001.

A partir das primeiras exposições do material arqueológico ¹¹⁷⁶, Gislaine considera que “houve uma identificação maior das pessoas com esse material arqueológico”; uma vez que interpretaram que o material “ele está contando a nossa história e está contando um lado melhor da nossa história, do que a historiografia vinha retratando” ¹¹⁷⁷. Aí reside a justificativa da receptividade ao material. Ele viria reiterar a história da cidade *berço da cultura goiana*; e somente nesse sentido ele seria interessante e patrimonial.

Entretanto, o fato de a elite, que tem “poder de decisão”, ter se identificado com o material não significa, segundo Gislaine, “que a gente tenha conseguido todos os aliados. Isso não ocorreu”. Avalia ainda que se “com esse aspecto positivo a nossa relação na cidade foi tão complicada, eu não sei avaliar como seria se a gente não tivesse nenhum desses dados” ¹¹⁷⁸.

A exposição do material em Brasília, por ocasião da homenagem que a Câmara dos Deputados fez à cidade, em cinco de novembro de 2001, foi, segundo Gislaine, fundamental para que a elite cultural local se convencesse da importância do patrimônio arqueológico, por causa, principalmente, da repercussão que a exposição teve em Brasília. Os próprios vilaboenses presentes na homenagem observaram que, dos artefatos culturais que a cidade levou para serem expostos, o acervo arqueológico atraiu mais os visitantes ¹¹⁷⁹.

As exposições cumpriram o ritual de comunicação da identidade local. Afirmando que as “exposições tiveram um papel fundamental na nossa aproximação com a elite cultural”. Gislaine se pergunta “se esse material não fosse passível de uma exposição, se ele não tivesse uma beleza estética que chamasse atenção, como seria” ¹¹⁸⁰?

¹¹⁷⁶ As exposições no na de 2001 foram: de janeiro a março de 2001, no Palácio Conde dos Arcos; em junho de 2001, durante o IV FICA; em julho de 2001 no Teatro São Joaquim; em novembro de 2001, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados Federais; dezembro de 2001, Espaço Cultural Banco do Brasil. Esta última por ocasião das comemorações pela outorga do título de patrimônio mundial. Relatório Final, Atividades de Laboratório, 14ª Superintendência Regional – IPHAN, Portaria nº 147 de 14/08/2002, p. 54.

¹¹⁷⁷ Entrevista concedida à autora em 2002.

¹¹⁷⁸ Entrevista concedida à autora em 2002.

¹¹⁷⁹ Entrevista concedida à autora em 2002.

¹¹⁸⁰ Entrevista concedida à autora em 2002.



Cartão Postal: Imagem do Acervo de Arqueologia – UEG Cidade de Goiás

Há que se problematizar um pouco mais a apropriação do valor do patrimônio arqueológico. Já analisamos que ele, em parte, é dependente do valor histórico atribuído ao *centro histórico* pela malha urbana e arquitetura. A isso se soma o valor estético como fator importante no reconhecimento desse patrimônio constituído por fragmentos do passado. É necessário analisar um dissenso estabelecido entre elite cultural e arqueólogos, quando da coleta do material arqueológico para as obras de fiação subterrânea.

A equipe de arqueólogos, vinculados à UEG, ganhou a licitação para acompanhamento e resgate do material arqueológico, cujo centro de pesquisa estava localizado na cidade de Goianésia e foi transferido para a cidade de Goiás, para o desenvolvimento dos trabalhos de escavação, análise e divulgação. À época dos contatos, a Unidade da UEG de Goianésia foi dada como instituição de guarda do material coletado, por falta de uma instituição pública especializada em arqueologia na cidade de Goiás, que pudesse manter o acervo a serviço da comunidade. Após alguns meses de trabalho a equipe de arqueólogos começou a externar a necessidade de um local na cidade de Goiás para abrigar o material. Segundo Pardi, não se tratava “absolutamente de conseguir uma sala que esse material” pudesse ser depositado; mas sim que esse material teria que ser “curado, armazenado, agenciado, dinamizado e devolvido para comunidade”¹¹⁸¹.

A necessidade desse centro e o risco de que o acervo tivesse que ser removido para Goianésia, por falta de iniciativa dos grupos locais em se mobilizarem para a

¹¹⁸¹ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

criação de um centro de pesquisa, chegou até os jornais. Caso não tivesse o local adequado, a cidade de Goiás poderia ver o seu patrimônio arqueológico ser transferido para a cidade de Goianésia. Seriam os vilaboenses mais uma vez expropriados de seus bens? A equipe de arqueólogos esclareceu que não. Havia total interesse da equipe de que o material permanecesse na cidade, mas que deveriam oferecer condições para isso. A elite cultural se mobilizou rapidamente e deu início a reuniões, que visaram oferecer o suporte necessário para manter em seu “lugar” aquele patrimônio. As primeiras reuniões aconteceram no IPHAN. Foram lideradas por Brasilete Ramos Caiado, presidente do *Movimento* e contaram com a participação de arqueólogos do IPHAN e da UEG, de representantes da Prefeitura Municipal, da Sub-Secretaria Estadual de Educação, e dos agentes do patrimônio local.

Na reunião do dia 22 de agosto de 2001, logo após a explicação das arqueólogas sobre a importância da instituição de guarda, que atendesse tanto a função de laboratório, quanto de exposição pública, uma agente local do patrimônio comentou: *nós não tínhamos conhecimento disso, se eu não conheço, eu acho que 70% da cidade não conhecem*¹¹⁸². A mais importante agente dos bens edificados e móveis da cidade não sabia sobre detalhes legais importantes para salvaguarda do patrimônio arqueológico. Revelador do lugar ainda subalterno deste tipo de patrimônio.

O mal estar gerado pela possibilidade de Goiás perder o seu patrimônio arqueológico para Goianésia foi interpretado por Pardi como uma contradição. Enquanto, no cotidiano das práticas da preservação do patrimônio, pouca atenção se dava à *devida inserção para a defesa desse patrimônio*, ao menor risco de perdê-lo emergiu o *apego aos fragmentos do acervo*. Sem ter a percepção, de que *a peça só tem valor pelo conhecimento que ela traz, mas a peça, pela peça! Isso só veio a demonstrar mais uma vez a limitada compreensão da questão em si: que é um patrimônio parte material e parte imaterial. A gente está preocupada com o retorno e a comunidade só está vendo a peça em si*¹¹⁸³.

Mas *a peça pela peça* tem um enorme valor para um povo com tantos ressentimentos pelas perdas sofridas. Os vilaboenses tradicionais acionam os valores do *conhecimento da peça*, à medida que correm o risco de perder o poder sobre seus próprios bens arqueológicos e, nesse sentido, não creio haver contradição. Há antes uma

¹¹⁸² Registrado em caderno de campo II, dia 22 de agosto de 2001.

¹¹⁸³ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

reação à ação de expropriação iminente. Enquanto houver receio por futuras perdas, haverá preservação cultural e patrimonial na cidade tradicional.

A falta de acompanhamento e resgate do material da Rua Dom Cândido Penso e Largo do Rosário, por ocasião das obras do Projeto Liceu de Artes e Ofício, foi um dos pontos questionados pelos moradores da rua e do largo e foi também reveladora do lugar ocupado pela arqueologia junto aos agentes do patrimônio local.

A justificativa da Casa de Cora, responsável direta pela obra, foi uma arqueóloga do IPHAN, teria se deslocado de Cuiabá para avaliar a necessidade de prospecção e que entendeu como sendo desnecessária pela superficialidade do processo de retirada e recolocação das pedras. Teria também orientado para que qualquer material arqueológico, encontrado durante a obra, fosse entregue à Casa de Cora. A responsável pela Casa de Cora informou ainda que todo o material fora “depositado conforme determinação da profissional, e por motivo de força maior, foi levado, juntamente com outros objetos de valor histórico, pela enchente do Rio Vermelho”¹¹⁸⁴.

Confirmou esta informação o IPHAN, justificando o não licenciamento para acompanhamento e resgate arqueológico pelo fato de a rua e o largo já terem sido licenciados quando das obras de fiação subterrânea¹¹⁸⁵. Ao que sugerem as justificativas, tanto a da Casa de Cora, quanto o do IPHAN, os aprendizes de calceteria deveriam resgatar o material arqueológico encontrado e darem continuidade às obras, sem avaliação criteriosa, especializada e técnica do local do achado.

Godoy (2003) avaliou que sendo o “ponto de ocupação urbana mais antigo” — confluência entre os caminhos que vinham de Meia Ponte (Pirenópolis), pela Rua Bartolomeu Bueno e Arraial da Barra, pela Rua da Abadia e Senador Eugênio Jardim. — a área onde foram feitas as obras de calceteria (Largo do Rosário e Rua Dom Cândido Penso) se caracteriza por ser uma “região de alto potencial arqueológico, os vestígios podem aparecer em qualquer situação que implique remoção de terra ou escavação do solo”. A autora destacou a presença de material arqueológico tanto “no entulho”, quanto “na camada superficial escavada por estes profissionais para o reassentamento das pedras”, afirmando, e comprovando com uma foto, que os “vestígios arqueológicos apareciam na rotina dos trabalhos” (p. 67).

¹¹⁸⁴ Procedimento Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I e II. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR), fl. 46. Não há parecer técnico da arqueóloga, que date do início das obras, anexado ao Procedimento Administrativo.

¹¹⁸⁵ Procedimento Administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I e II. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR), fl. 164.

As obras de calceteria colocaram novamente em pauta o trato para com o patrimônio arqueológico e se apresentaram como um reflexo da hierarquia dos patrimônios, interna ao campo patrimonial local e institucional: a arqueologia subsumida pelos patrimônios edificados, móveis e imateriais.

Cabe detalhar como se encontra distribuído esse patrimônio arqueológico, a fim de pensar a relação entre patrimônio arqueológico, e todos os outros bens culturais alienáveis ou inalienáveis constituintes do espaço urbano protegido pelo IPHAN (área tombada e entorno)

Segundo Relatório Final, a distribuição do material arqueológico é bastante irregular, havendo áreas com baixa, média e alta densidade de material. Tais variações se devem ao uso dos locais, nos quais os objetos foram descartados (e resgatados). Os fundos de quintais e as “lixeiros coletivas” apresentaram alta densidade de material. Locais com baixa densidade de material são as “vias públicas originárias dos séculos XVIII e XIX”, o que evidencia “a preocupação da população com a higiene dos espaços”¹¹⁸⁶.

O lugar com maior densidade de toda a área escavada se localiza na Avenida Dom Prudêncio, entre o Banco do Brasil e o posto de combustível (Mapa 13 – página 577). As escavações evidenciaram que este local foi usado como área de descarte de lixo pela população da cidade de Goiás durante todo o século XIX. As espessas camadas arqueológicas, intercaladas por diversos aterros, chegam a 2,50 m de espessura. De lá foram retirados mais de 10 mil fragmentos, apresentando “grande variedade de objetos em cerâmica, vidro, louça, metal e ossos, sendo estes de diferentes períodos”. O Relatório Final toma os dados referentes à lixeira para “discussão dos resultados obtidos com o resgate arqueológico realizado na cidade de Goiás”¹¹⁸⁷.

¹¹⁸⁶ Relatório Final, Atividades de Laboratório, 14ª Superintendência Segional – IPHAN, Portaria nº 147 de 14/08/2002, p. 28.

¹¹⁸⁷ Relatório Final, Atividades de Laboratório, 14ª Superintendência Segional – IPHAN, Portaria nº 147 de 14/08/2002, p. 28.



Sobre os outros espaços escavados, o Relatório indica apenas a quantidade de material coletado. No Anexo VIII pode-se observar o diferencial do potencial arqueológico nos diversos logradouros. Para as interpretações da relação entre as diversas categorias oficiais de patrimônio — arquitetônico, imaterial, móvel, natural e paisagístico e arqueológico — destaque no Quadro 9, os logradouros identificados como tendo “alta densidade” de material arqueológico. Com base nos dados do Anexo VIII selecionei apenas as ruas com mil ou mais de mil fragmentos arqueológicos, a fim de iniciar um estudo comparativo entre as várias categorias patrimoniais. Em consulta à arqueóloga Gislaïne Valério de Lima, fui orientada a considerar estes números (mil ou mais de mil) como sendo de alta densidade ¹¹⁸⁸.

QUADRO 9
TOTAL DO MATERIAL COLETADO NAS RUAS COM ALTA DENSIDADE

REFERENCIA	MATERIAL ARQUEOLÓGICO							
	CERÂMICA	VIDRADA	GRÉS	LOUÇA	VIDRO	METAL	OSSO	TOTAL
RUA								
Alcide Jubé	2576	36	20	2281	2359	1119	2098	10489
Beco Ouro Fino	544	13	2	1047	0	169	1732	3507
Beco Vila Rica	270	0	1	152	183	153	251	1010
Benjamin Constant	208	0	0	126	643	158	262	1397
Av. Dom Prudêncio	5190	12	10	4447	2165	1674	4519	18017
Felix de Bulhões (Rua do Horto)	737	19	0	274	310	264	557	2161
Monsenhor Azevedo	253	2	13	169	92	69	513	1111
Praça Domingos Gomes	278	0	1	236	453	167	633	1768
Praça Joaquim P. Conceição (Praça do Capim)	176	1	0	75	872	267	664	2055
Praça Tiradentes (Trás do Açougue)	769	3	2	634	339	289	1221	3257
Travessa da Matriz	410	13	0	209	115	157	424	1328
Travessa Ferreira	589	10	0	230	83	68	1050	2030
Travessa Santa Luzia	254	0	2	308	713	227	175	1679
TOTAL								

FONTE: Tabela do Relatório Final – NARQ/UEG (Execução: adaptação da autora)

Estes dados, ao serem transpostos para o mapa (Mapa 14 – página 580), permitem observar a dispersão e disposição da “alta densidade” de material arqueológico nas áreas tombadas e entorno. O que o mapa revela é que a área de

¹¹⁸⁸ Quando redigia a tese solicitei que Gislaïne me aparasse tecnicamente, a fim de que eu pudesse criar um critério para indicar alta densidade de material; uma vez que não havia esse detalhamento no Relatório Final e a dissertação de Godoy (2003) usou relatórios parciais. Devo esclarecer contudo que a responsabilidade das análises que aqui empreendo são de minha total responsabilidade.

entorno concentra mais logradouros com alta densidade de material arqueológico do que a área tombada! Os dados invertem a relação patrimonial hegemônica na cidade de Goiás. Observe-se que as ruas com maior potencial arqueológico se caracterizam por serem vias secundárias, por isso sofreram menos intervenção, tendo ficado mais bem preservadas do que os largos e ruas principais (Mapa 13 e Mapa 14 – página 577 e 580). Menor potencial de patrimônio arquitetônico, maior potencial de patrimônio arqueológico. A inversão não deve ser generalizada, pois que para tanto deveria se analisar todos os logradouros comparativamente. Esta não é a proposta desta tese. Pretendo apenas, tomando por base as ruas referidas no Quadro 9, pensá-las em relação à área tombada, ao patrimônio arquitetônico, aos bens móveis e imateriais.

Observe-se que de todas as ruas com alta densidade de material arqueológico apenas as ruas Félix de Bulhões (tombada até nº 9, inclusive) e a Rua Monsenhor Azevedo estão incluídas no trecho tombado em 1978. As outras todas estão fora da área tombada; incluídas na área de entorno. A Rua Benjamim Constant não consta nem da listagem dos logradouros que compreendem a área de entorno ¹¹⁸⁹.

Os bens edificados nestes logradouros com alta densidade arqueológica são mais singelos e alguns deles guardam pouca característica colonial. Em nenhum desses logradouros há existência de museu ¹¹⁹⁰ ou de centro cultural. Em nenhum deles há presença de Igreja Católica. Nenhuma rua é trajeto de procissão, exceção feita a um trecho da Rua Félix de Bulhões (Rua do Horto); vale assinalar, o trecho tombado.

Sendo alguns desses logradouros periféricos à área tradicional, abrigaram lixeiras coletivas e bordéis. A Praça do Capim, por exemplo, era o antigo Campo da Força no século XVIII. A Avenida Dom Prudêncio, além de abrigar a lixeira coletiva, era próxima ao Mercado Municipal e a vários bordéis. A Praça Tiradentes também abrigou um bordel, instalado no único sobrado daquela praça. Com isso, intento atestar o caráter subalterno que algumas dessas ruas tiveram no período colonial. Atualmente não há bordel em nenhuma dessas localidades. Ao contrário, são locais tradicionais, comerciais e residenciais, da área urbana mais antiga de Goiás. A Praça do Capim realiza a Festa Junina mais conhecida da cidade.

¹¹⁸⁹ “Carta à cidade de Goiás”, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

¹¹⁹⁰ O Museu de Arte Sacra tem uma de suas fachadas laterais situada à Rua Félix de Bulhões; mas é considerado como situado à Praça do Coreto.



Entendo que uma vez atestado o potencial arqueológico destes logradouros, espraíram-se os valores patrimoniais para além da área tombada. Observe-se no Mapa 14 (página 580) a sobreposição dos valores patrimoniais: imóveis tombados isoladamente, conjunto arquitetônico e urbano tombado, área beneficiada pela fiação subterrânea, área com alta densidade de material arqueológico e logradouros pelos quais passa a maior procissão da cidade, a Procissão do Enterro (também referida como Procissão da Paixão de Cristo).

A prática de enobrecimento que incidiu sobre a cidade gerou resultados contraditórios no que tange aos valores patrimoniais. Se, por um lado, foram as obras de fiação subterrânea que criaram fronteiras internas à área tombada, diminuindo o trecho compreendido como tendo grande valor patrimonial, marcado pelos lampiões do patrimônio mundial; foram também elas somadas às obras da implantação da rede de esgoto, que permitiram o levantamento e resgate do patrimônio soterrado e, por consequência, a ampliação da área com potencial patrimonial, para além da área tombada. Se a prática do enobrecimento omitiu, por não iluminar nostalgicamente alguns lugares; permitiu a revelação de outra história, ainda por se contada por meio dos fragmentos.

9.8. A Avenida da discórdia e o polêmico Teleférico

Um breve relato de duas obras propostas pela Prefeitura Municipal, que foram embargadas pela Justiça Federal, é necessário a fim de comprovar que logo após a conquista do título os grupos se reposicionaram em relação ao poder sobre o espaço urbano. As duas obras propostas pelo chefe do Executivo causaram inúmeros conflitos entre moradores, revelando que a união extemporânea dos diversos e variados grupos em nome do patrimônio se esgarçava.

O projeto de implantação do Teleférico visava ligar, via cabos, o Morro do Cruzeiro ao Morro próximo ao Hotel Vila Boa; e teria entre 900 a 1100 metros de extensão. Os contrários alegavam impactos visuais e ambientais à paisagem cultural da cidade. Os favoráveis argumentavam com base no aumento dos atrativos turísticos e, conseqüentemente, nos benefícios econômicos para o município. O projeto dividiu os grupos e as alianças anteriormente estabelecidas. O arquiteto aposentado do IPHAN,

responsável pela confecção do *Dossiê*, se posicionava contrário ao teleférico, enquanto a presidente do Movimento Pró-Cidade de Goiás, favoravelmente:

A menos que o teleférico seja invisível com cabos muito finos e gôndolas imperceptíveis. Sua aprovação é quase inviável ¹¹⁹¹.

Sou a favor do projeto, este é um momento feliz para Goiás, seus visitantes vão vislumbrar a beleza descortinada de toda a cidade ¹¹⁹².

No dia 03 de maio de 2002, em reunião pública, autoridades, técnicos e moradores, debaterem a viabilidade do projeto ¹¹⁹³. Dentre as autoridades e representantes de associações civis que se declararam favoráveis estavam: o prefeito Boadyr Veloso (proponente da obra), Paulo de Souza Neto (Presidente da Agência Ambiental do Estado de Goiás), Rodrigo Borges (ex-presidente da AGETUR, filho do ex-governador Mauro Borges e neto de Pedro Ludovico Teixeira), ex-prefeito João Batista Valim, Marco Antonio da Veiga de Almeida (Secretário de Cultura e Turismo do Município de Goiás), Telma Godinho (vice- prefeita), Manuel Fogaça (presidente das Associações de Bairros), Marcelo Sáfyadi (Presidente da Agência de Turismo do Estado de Goiás).

O prefeito alegou que *somente uma meia dúzia de insatisfeitos estão contra o teleférico, mas se o povo quer, isto é o que importa* ¹¹⁹⁴. Uma funcionária da Secretaria de Cultura da cidade se pronunciou dizendo: *tem que ter inovação, só museu? Pra que só museu? Tem que ter outras coisas. Museu, você entra é sempre a mesma coisa!* ¹¹⁹⁵

A Diretora Técnica da 14ª Superintendência Regional do IPHAN, Cristina Portugal Ferreira, afirmou que

O IPHAN vai aguardar o estudo de impacto ambiental, porque perto do impacto ambiental está embutido o impacto ao patrimônio cultural. Então o IPHAN vai aguardar a elaboração do EIA RIMA, vai ouvir também os organismos internacionais que monitoram a cidade e a partir do momento que a gente tiver esse estudo de impacto ambiental e o projeto mais detalhado a gente vai emitir o parecer ¹¹⁹⁶.

¹¹⁹¹ Marco Antonio Galvão, em entrevista ao jornal *O Vilaboense*, Goiás, abril-maio de 2002, p. 9.

¹¹⁹² Brasilete Ramos Caiado, em entrevista ao jornal *O Vilaboense*, Goiás, abril-maio de 2002, p. 9.

¹¹⁹³ A reunião não se configurou em uma audiência pública pelo fato de que ainda faltava o relatório de impacto ambiental.

¹¹⁹⁴ “O polêmico teleférico”, *O Vilaboense*, Goiás, abril-maio de 2002, p. 9.

¹¹⁹⁵ Anotação em Caderno de campo IV, dia 03 de maio de 2002.

¹¹⁹⁶ Afirmação gravada durante a reunião pública sobre o teleférico, no Teatro São Joaquim, no dia 03 de maio de 2002.

Aqueles contrários ao teleférico se serviram da retórica da perda como recurso de convencimento. Alegaram que a cidade estaria *por um “triz” para perder o cobiçado e suado título, recém adquirido, de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade*, pois o teleférico estaria lá *suspensão, zombando e profanando o silêncio da morraria que faz a moldura excepcional, que tanto influenciou os técnicos da Unesco e contribuiu para a conquista do título*¹¹⁹⁷. Outros se lembravam da exigência da UNESCO, pelas obras de fiação subterrânea, como argumento de que os cabos e os bondinhos se configurariam em poluição visual à paisagem cultural. O prefeito rebatia lembrando que as antenas de TV e telefonia celular estavam instaladas no mesmo morro e não eram apontadas como danosas ao patrimônio paisagístico¹¹⁹⁸.

Paralelamente aos debates em torno das obras do teleférico, as obras da Avenida Rio Vermelho, que tiveram início em maio de 2002, foram crescendo e ganharam espaço na mídia da capital do Estado. O projeto, também de autoria da Prefeitura Municipal, previa uma avenida de duas vias que ligaria o *centro histórico* aos bairros periféricos, especificamente ao Setor Rio Vermelho. A distância entre eles, de cerca de dois quilômetros, seria diminuída para 950 metros com a nova avenida¹¹⁹⁹. O projeto da avenida previa ainda a revitalização das áreas do Mercado, Matadouro e Laticínio¹²⁰⁰.

A avenida partiria do *centro histórico*, em um prolongamento da Rua Padre Luiz Gonzaga, e passaria pela Chácara Baumann, de propriedade da tradicional família Fleury Curado (a mesma de Sebastião Fleury Curado, aliado do SPHAN, no meio do século), seguindo em direção ao antigo Mercado Municipal, Vila Araguari, proximidades da Vila Esperança, Mosteiro da Anunciação, chegando ao Setor Rio Vermelho. Duas pontes seriam necessárias durante o trajeto e ambas já tinham sido iniciadas em maio de 2002.

Tão logo a família Fleury Curado teve notícias do projeto da avenida e da desapropriação de parte de sua propriedade, entrou junto ao IPHAN com pedido de tombamento do imóvel¹²⁰¹, o que foi aceito pela 14ª Superintendência Regional, que o

¹¹⁹⁷ Marilda Godoy de Carvalho, “Era uma vez um título mundial”, *O Popular*, Goiânia, 29 de maio de 2002, p. 8.

¹¹⁹⁸ “O polêmico teleférico”, *O Vilaboense*, Goiás, abril-maio de 2002, p. 9.

¹¹⁹⁹ Carla de Oliveira, “IPHAN vai fiscalizar obras de avenida”, *O Popular*, Goiânia, 26 de julho de 2002, Cidades, p. 4. Em *Diário da Manhã* os dados relativos à distância entre os bairros são diferentes: sem a avenida de cerca de 3,4 quilômetros e com a avenida de 900 metros (Conferir em Roberta Brum, “Avenida integra cidade do FICA”, *Diário da Manhã*, Goiânia, 7 de junho de 2002, p. 3).

¹²⁰⁰ “Cidade de Goiás: um canteiro de obras”, *O Goyaz*, Goiás, abril de 2002, p. 8.

¹²⁰¹ O tombamento foi pedido por uma das proprietárias da Chácara Baumann, Ivany Craveiro Fleury Curado, e demais herdeiros. Memorando 121/02, de 23 de maio de 2002 (IPHAN).

incorporou ao pedido de “Rerratificação do Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás”, iniciado em 2000¹²⁰².

Em 13 de maio de 2002, *entidades culturais* enviaram correspondência ao presidente do IPHAN, Carlos Henrique Heck, solicitando o tombamento da Chácara Baumann. Os argumentos giravam em torno da antiguidade da construção; do pertencimento à mesma família Fleury Curado por *quase duzentos anos*; pelos filhos ilustres gerados e criados naquela propriedade — Sebastião Fleury Curado, Augusta de Faro Fleury Curado, Augusto da Paixão Fleury Curado, dentre outros — todos ligados às letras; pelo fato de ter sido citada no *Dossiê* como zona considerada rural; pelo fato de ter uma parte já incluída no trecho a ser tombado; além da arquitetura e de ser área de preservação ambiental e paisagística. No documento assinado pela elite cultural vilaboense e goianiense (*filhos de Goiás*), nenhuma citação foi feita ao valor arqueológico do sítio¹²⁰³.

Em memorando endereçado ao DEPROT (Departamento de Proteção), Salma Saddi Wares de Paiva, superintendente da 14ª Regional do IPHAN, informa sobre envio de documentação para o tombamento da Chácara Baumann. A argumentação sucinta versa sobre *o elemento positivo da evolução histórica da arquitetura na Cidade de Goiás*¹²⁰⁴. Nenhuma referência é feita ao valor arqueológico.

Paulo Bertran, historiador e membro do Conselho Consultivo do IPHAN, coincidentemente marido de uma das herdeiras da Chácara Baumann, se posicionou favoravelmente ao tombamento do imóvel em texto anexado ao Processo de Tombamento¹²⁰⁵. Ele foi o primeiro, que em documento oficial, fez menção ao valor arqueológico do sítio no qual se situa a chácara, afirmando que “sobre o terreno arrasado da chácara as pesquisas arqueológicas podem trazer à luz restos de cabanas de garimpeiros, cozinhas, lixeiras, toda a sorte de restos de instrumentos de mineração, etc.”¹²⁰⁶. Finaliza indicando que as Chácara Baumann e Dona Sinhá “sejam imediatamente tombadas como áreas vitais garantidoras do título de Patrimônio Mundial da Cidade de Goiás”¹²⁰⁷. O risco de perda do título era acionado como argumento para tombamento das propriedades.

¹²⁰² Conforme memorando nº. 053/00, Processo de Tombamento Nº. 0345-T-42, p. 25.

¹²⁰³ GAB-DF, Apoio 01166/2002, Processo de Tombamento Nº. 0345-T-42, p. 21.

¹²⁰⁴ Memorando 121/02, de 23 de maio de 2002. Processo de Tombamento Nº. 0345-T-42, p. 31.

¹²⁰⁵ Paulo Bertran, “As curvas do Rio Vermelho”, Processo de Tombamento Nº. 0345-T-42.

¹²⁰⁶ Paulo Bertran, “As curvas do Rio Vermelho”, Processo de Tombamento Nº. 0345-T-42.

¹²⁰⁷ Paulo Bertran, “As curvas do Rio Vermelho”, Processo de Tombamento Nº. 0345-T-42.

Paulo Bertran desenvolveu também um tópico sobre a Avenida Rio Vermelho, onde afirmou entender que haveria “soluções negociáveis” no que tange àquela obra e após expor algumas sugestões, finalizou indicando que “abrir-se-iam, assim, diversas e boas vias de comunicação com as atuais áreas de expansão ao sul e ao sudoeste da cidade”¹²⁰⁸.

Em julho as obras foram embargadas por decisão da Justiça Federal, por falta de licenciamento ambiental e cultural. O Procurador da República que requereu a liminar de suspensão das obras, Dr. Carlos Vilhena, justificou que a medida liminar foi ajuizada depois de dois embargos administrativos feitos pelo IPHAN e pela Agência Ambiental do Estado de Goiás. O Procurador afirmou que a liminar tinha “por objetivo salvaguardar o patrimônio arqueológico da cidade”¹²⁰⁹. O valor arqueológico começou a se impor nos argumentos dos órgãos públicos de proteção do patrimônio; inclusive sobre o arquitetônico.

Dois dias após o início da vistoria das obras por técnicos do IPHAN, uma matéria jornalística alardeava que o título de patrimônio estava “em risco”. Desta vez era Suzanna Sampaio, membro do ICOMOS, que ameaçava afirmando que “caso a entidade ou mesmo o IPHAN denuncie à UNESCO que o conjunto arquitetônico da cidade corre risco em função das obras da avenida, o órgão das Nações Unidas pode mandar uma missão à Goiás para avaliar o título concedido, resultando até na sua suspensão temporária”¹²¹⁰. Em março de 2003, Suzanna Sampaio afirmou que o ICOMOS se reuniria em Paris para avaliar o relatório do IPHAN sobre a Avenida Rio Vermelho e que o parecer final do ICOMOS seria comunicado ao presidente da República, ao IPHAN e ao governo do Estado de Goiás¹²¹¹.

Jorge Wertheim, representante da UNESCO no Brasil, teria ficado “irritado com as notícias que circularam recentemente na imprensa sobre uma possível suspensão do título dado à cidade de Goiás”¹²¹². Declarou não ver qualquer razão para alguém pensar ou afirmar que a cidade de Goiás poderia perder o título de patrimônio mundial. Sobre

¹²⁰⁸ Paulo Bertran, “As curvas do Rio Vermelho”, Processo de Tombamento N°. 0345-T-42.

¹²⁰⁹ Entrevista concedida ao *O Popular*: “IPHAN vai fiscalizar obras de avenida”, *O Popular*, Goiânia, 26 de julho de 2002, Cidades, p. 4.

¹²¹⁰ Cristiano Leobas, “Título de Patrimônio em risco: Icomos prepara relatório sobre as obras da Avenida Rio Vermelho. Unesco poder ser alertada e enviar missão para avaliar a situação”. *O Popular*, Goiânia, 28 de julho de 2002, p. 3.

¹²¹¹ Marcondes Franco Filho, “Icomos avalia danos de avenida em patrimônio: comitê em Paris vai analisar relatório do impacto da Avenida Rio Vermelho”, *O Popular On-Line*, 10 de março de 2003.

¹²¹² “Membro da Unesco diz que Goiás fica com título”, *Diário da Manhã on line*, Goiânia. Acessado em 13 de março de 2003.

as declarações de Suzanna Sampaio, ele afirmou que “o Icomos é um instituto que a Unesco contrata como uma instituição externa, exclusivamente para realizar tarefas”¹²¹³. Com isso ficava claro que o título era também acionado diferentemente por agentes ligados às agências internacionais do patrimônio. A *fada madrinha*, Suzanna Sampaio, honrava a sua posição de *cidadã vilaboense* e grande aliada da elite cultural local, contrária à avenida.

O prefeito, Boadyr Veloso, acatou a liminar exigindo suspensão das obras, mas disse que levaria um abaixo assinado, dos favoráveis à avenida, ao governador. As alegações do prefeito são prova da ruptura da harmonia estabelecida temporariamente, entre os grupos divergentes, para a conquista do título:

*O Patrimônio Histórico já é explorado por essas pessoas da cultura, que podemos nominar e não chega a 1%. Não tem mais espaço para as pessoas do entorno. Precisamos olhar para essas pessoas que têm necessidades, que não são só de saraus, serenatas e reuniões sociais. Nós precisamos é criar uma maneira deles trabalharem. Desde a enchente, nós criamos mais de 600 empregos na reconstrução da Beira Rio, que agora vai parar, porque o IPHAN acha que o que tem de acontecer em Goiás tem de passar por eles. O que queremos é que a cidade não perca a soberania de poder fazer duas pontes para os moradores dos setores Rio Vermelho e Aeroporto*¹²¹⁴. [grifos meus]

Maria do Carmo Neves, presidente da Associação dos moradores do Bairro Araguari, se posicionou em favor da avenida afirmando que *a vida humana é mais importante. O patrimônio veio para dar uma vida melhor para a cidade*¹²¹⁵. A categoria *patrimônio* era apropriada e acionada diferentemente pelos vários grupos sociais.

Uns meses antes da polêmica gerada pelas obras da avenida, em fevereiro de 2002, entrevistei o Prefeito Municipal, Boadyr Veloso. Perguntei a ele como era administrar uma cidade que tinha parte da área urbana tombada pelo IPHAN; ou seja, como era dividir o poder sobre uma parcela da cidade com a instituição federal. À época, ainda crente na execução das obras urbanas que propunha, a tônica da resposta foi na harmonia e no acordo: *nós temos um relacionamento muito bom com o IPHAN. O IPHAN / prefeitura, prefeitura / IPHAN, e quero que esse relacionamento, durante todo o meu mandato, continue. [...] Às vezes... olha por um prisma diferente, do que o IPHAN olha, mas todos nós queremos o melhor para nossa cidade!*¹²¹⁶

¹²¹³ “Membro da Unesco diz que Goiás fica com título”, *Diário da Manhã on line*, Goiânia. Acessado em 13 de março de 2003.

¹²¹⁴ “Prefeito manda paralisar trabalhos”, *O Popular*, Goiânia, 26 de julho de 2002, Cidades, p. 4.

¹²¹⁵ “Prefeito manda paralisar trabalhos”, *O Popular*, Goiânia, 26 de julho de 2002, Cidades, p. 4.

¹²¹⁶ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

Em 02 de agosto de 2002, uma passeata em favor da Avenida Rio Vermelho, foi organizada pelo Prefeito Municipal, população, associações de bairros etc. Os presidentes das várias Associações de Bairros e da Associação dos Pequenos Produtores Rurais entregaram os abaixo-assinados, somando mais de 6 mil assinaturas. Antes de a passeata sair, o carro de som declarava que:

*A Avenida Rio Vermelho não fere o meio ambiente. As obras da cidade de Goiás não podem parar. Não vamos mais aceitar que pessoas que não tem compromisso com a cidade de Goiás, uma minoria que se julga dono da cidade, venha atrapalhar o desenvolvimento, venha trazer discórdia para cidade de Goiás. Isso não pode mais acontecer!*¹²¹⁷ [grifo meu]

Ao comunicar seu desagravo com relação às interferências do IPHAN nas políticas e obras empreendidas pela Prefeitura Municipal no espaço urbano, o prefeito dava provas de que era a “antinomia entre domínio e posse” um problema a ser vencido:

*Nós queremos patrimônio mundial sim, mas antes de ser do mundo, patrimônio mundial, ele é patrimônio nosso, patrimônio vilaboense! Então, nós não abrimos mão dessa soberania. Nós vamos fazer o que for melhor pro povo da nossa cidade. [...] Nós não entregamos a nossa cidade para ninguém. Nós vamos compartilhar da nossa cidade com o resto do mundo.*¹²¹⁸ [grifos meus]



¹²¹⁷ Gravado durante ato e passeata para liberação das obras da Avenida Rio Vermelho, em 02 de agosto de 2002.

¹²¹⁸ Gravado durante ato e passeata para liberação das obras da Avenida Rio Vermelho, em 02 de agosto de 2002.

Se em fevereiro de 2002, a tônica era na conformidade e no acordo com o IPHAN; em agosto do mesmo ano, a ênfase recaía no conflito e na superação dos obstáculos postos pela lógica da conservação patrimonial. As mensagens divulgadas nas faixas que desfilaram pelas ruas revelaram que a consonância e a parceria com o IPHAN tinham se esvaído:

Outras faixas traziam as seguintes mensagens: (1) *Patrimônio da humanidade, mas com soberania!* (2) *Patrimônio mundial, soberania local;* (3) *Nós moradores do Setor Araguary exigimos a consumação da Av. Beira Rio e as demais obras iniciadas pelo Sr. Prefeito.*

A passeata partiu da Prefeitura Municipal e seguiu pela Avenida Dom Prudêncio (Beira Rio), passando pela sede do IPHAN, pelo Mercado Municipal, pelo antigo Matadouro, finalizando na Vila Araguari. Ao passar em frente à sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN, muitos manifestantes fizeram sinal de negativo e vaiaram alguns funcionários do órgão que observavam a passeata do pátio.



Ao fundo, sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN
Foto: Izabela Tamasso (2002)



Manifestantes passam próximos à sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN.
Foto: Izabela Tamasso (2002)

Sobre os conflitos que emergiram uma senhora moradora do *centro histórico* comentou: *a gente fica desanimada porque não há um consenso entre as partes. Fica a Prefeitura de um lado, o IPHAN de outro, o outro grupo de outro e isso aí está atrapalhando muito. Não sabem trabalhar em conjunto. Isso é a parte que está mais atrapalhando*¹²¹⁹.

O conflito deflagrado em torno da construção da avenida se deu imediatamente após a conquista do título e da enchente, revelando que a equação identidade / patrimônio não é agenciada da mesma maneira pelas identidades plurais em convívio na cidade. Se para uns, sobretudo os desprovidos de automóvel, a avenida facilitaria o percurso da *periferia* para o *centro*, democratizando o acesso aos bens e serviços, para outros ela traria impactos irreversíveis ao patrimônio urbano (estético) e arqueológico.

Foi, sobretudo, neste conflito que o valor do patrimônio arqueológico ganhou primazia, pela primeira vez, no discurso do IPHAN local. A arqueologia atendeu bem aos propósitos dos especialistas e burocratas do patrimônio, no sentido de impedir um projeto considerado por eles inadequado. Na equação identidade / patrimônio, o material arqueológico objetivava a significação de patrimônio vilaboense, que tinha força retórica para impedir a obra. Enquanto para os moradores das áreas periféricas esta equação não fazia qualquer sentido.

No decorrer de 2002 e 2003 várias foram as exigências do IPHAN para que as obras pudessem se liberadas, dentre elas um estudo complementar “descrevendo os patrimônios arqueológicos e históricos da área de influência da avenida”, apresentação de “planos e programas para a recomposição vegetal ciliar e de ocupação do solo da área do entorno do Rio Vermelho”¹²²⁰. Pediu ainda apresentação do projeto das duas pontes que seriam construídas no trajeto da avenida e da restauração do Matadouro e da Usina Hidrelétrica¹²²¹.

Em 2004, a Procuradoria da República requereu o cancelamento definitivo da Avenida Rio Vermelho. Baseou seu pedido no parecer de “peritos da área de engenharia

¹²¹⁹ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

¹²²⁰ Amanda Dorian, “Licença prévia sai mais não libera obra: prefeitura precisa cumprir exigências da Agência Ambiental para obter licença definitiva e ainda recorrer conta embargo judicial”, *O Popular On-Line*, disponível em <<http://www2.opopular.com.br/cidades/15.htm>> Acessado em 23 de março de 2003.

¹²²¹ Idem.

e arqueologia do IPHAN”¹²²², que alegaram incompatibilidade da obra da Avenida Rio Vermelho com o patrimônio cultural da cidade e com sua condição especial de Patrimônio Mundial. O laudo técnico foi feito por José Leme Galvão Júnior, Fátima Macedo Martins e Cristina Portugal Ferreira, arquitetos do IPHAN. Eles entenderam que nenhuma obra deve ser empreendida no local a não ser que a proposta seja no sentido de proteção da paisagem cultural tombada da cidade¹²²³.

Informo que o Programa Monumenta, com apoio do IPHAN, já elaborou um projeto de revitalização da Beira Rio, que inclui a área próxima ao Mercado Municipal (inclusive o local onde antes existiam as várias lojas de comércio demolidas após a enchente, cujo caso já foi analisado no capítulo 8). Mas antes mesmo da execução deste projeto, quando eu ainda me encontrava em campo e os conflitos sobre a construção da avenida já tinham sido deflagrados, uma vilaboense referindo-se à justificativa de *perda do título* como impedimento para a construção da Avenida, refletiu sobre as incongruências nas apropriações dos patrimônios.

*A gente vê, por exemplo, quando o prefeito quer fazer uma avenida lá pro lado da periferia... eu não sei bem se o problema é porque vai perder o patrimônio, sabe? Eu acho que porque eles [se referindo aos agentes do patrimônio] acham que tá perdendo dinheiro. Porque foi o que me falou, não sei se posso citar nome, a fulana me falou que podia fazer trilha no meio dos rios, das coisas e tal, por causa do turista. Quer dizer, a qualidade de vida daquele pessoal lá, não é tão importante quanto a vinda do turista bem recebido*¹²²⁴.

Suas reflexões apontam para questões já antes levantadas. De quem é o patrimônio? Para quem ele deve ser destinado? A quem ele deve atender? Quem deve ser dele excluído?

¹²²² Apesar de citar a participação de peritos em engenharia e arqueologia, a matéria jornalística informa apenas o nome de arquitetos do IPHAN. Conferir em Carla Borges, “MP pede fim da Avenida Rio Vermelho”, *O Popular On-Line*, disponível em <<http://www2.opopular.com.br/antiores/03mar2004/cidades/4.htm>> Acessado em 3 de março de 2004.

¹²²³ Carla Borges, “MP pede fim da Avenida Rio Vermelho”, *O Popular On-Line*, disponível em <<http://www2.opopular.com.br/antiores/03mar2004/cidades/4.htm>> Acessado em 3 de março de 2004.

¹²²⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

CAPÍTULO 10

PATRIMÔNIO RELIGIOSO



Monopolizaram nossa Goiás, fez tudo atração turística...

As arbitrariedades no trato com o patrimônio cultural vilaboense não estão centradas apenas na burocracia estatal. Algumas apropriações materiais e simbólicas também foram operadas pela Igreja Católica, com apoio de agentes locais da cultura e do patrimônio. Incidiram sobre a religiosidade popular, as procissões, os santos e as igrejas.

A Prelazia em Goiás foi criada em 06 de dezembro de 1745, como desmembramento da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em 15 de julho de 1826 foi elevada a Diocese. Em 1932 — véspera da mudança da capital — foi elevada a Arquidiocese e Sede Metropolitana, assim permanecendo até 1956, quando se criou a Arquidiocese de Goiânia. Na cidade de Goiás fica a sede da Diocese, que compreende 20 municípios agrupados em quatro regiões¹²²⁵. A cidade de Goiás tem apenas uma paróquia: a de Sant'Ana, no *centro histórico*. A área protegida pelo IPHAN conta com

¹²²⁵ Região Serra Dourada: Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia e Buriti de Goiás; Região Rio Vermelho: Itapirapuã, Fazenda Nova, Britânia, Novo Brasil, Jussara Santa Fé de Goiás; Região Vale do São Patrício: Ceres, Uruana, Carmo do Rio Verde e Nova Glória; Região do Uru: Itaguaru, Itapuranga, Taquaral, Itaberaí, Heitorá e comunidade de Guaraíta.

oito igrejas católicas e uma evangélica. A religiosidade é fator constitutivo da sociedade vilaboense.

A tese de Moraes (2006) analisa a importância da religiosidade para a fixação da população nos Guayazes, após o esgotamento das lavras do ouro¹²²⁶. A autora acredita que o meio de superação das enormes dificuldades enfrentadas em terras inóspitas foi a associação solidária e fraterna criando um espaço do sagrado que se estendeu para rituais e celebrações, práticas e gestos que, ratificados pela própria Igreja, “não só deram sentido à vivência religiosa, mas também contribuíram para que se radicassem na região” (p. 142). Foi então que o sagrado “exerceu o mais relevante papel na ocupação e fixação dos arrivistas na capitania de Goiás” (131).

Para a autora há que se considerar a característica ímpar da união do Estado Católico português através do padroado régio, pois que

o descobrimento e/ou a fixação dos homens e mulheres nos Guayazes, dar-se-á a partir da dotação do patrimônio, o que dará a unidade necessária para a sociabilidade entre as populações estruturadas nas associações religiosas. A instauração de um espaço coletivo para a sociabilidade e a religiosidade se explica pela necessidade da construção de uma capela, posto que, anterior à sua construção já havia sido constituído um espaço mental representado pelas irmandades. Essas representavam a união de homens e mulheres em busca da solidariedade (2006, p. 19).

Há que se destacar que o regime do padroado não assegurou contínua harmonia entre “detentores dos poderes espiritual e temporal” e menos ainda entre estes e as irmandades religiosas. Na Capitania de Goiás muitos foram os conflitos cujas causas podiam ser relativas às provisões, às irmandades, aos indígenas, às ltuosas, às tensões entre o ordinário diocesano e o clero regular e à tributação eclesiástica (Moraes, 2006). Os conflitos entre sociedade civil e igreja católica em Goiás são seculares.

O regime do padroado — Igreja-Cristandade — durou até o Segundo Reinado. Daí até 1960, um modelo ainda inspirado no Concílio de Trento (1545-1563) caracterizou a Igreja Católica como Igreja-Hierárquica, que em seu último estágio retoma a “aliança com o Estado”, nas pessoas de Dom Sebastião Leme e Getúlio Vargas. Etapa que buscando a afirmação da sociedade, deu condições para a “criação de movimentos leigos como as congregações marianas, filhas de Maria”, além da “Ação

¹²²⁶ Em vários outros locais de extração de ouro de aluvião, tão logo o minério se extinguiu, todos partiram. Em Goiás boa parte permaneceu Moraes (2006) acredita que foram as capelas e as irmandades os fatores de aglutinação e enraizamento “dos milhares de arrivistas”, que irmanados pelo sentimento religioso e pela busca do sagrado organizaram-se em sociedade (p. 130).

Católica Brasileira por D. Leme como braço direito da hierarquia na defesa da ordem e da disciplina eclesiástica” (Pessoa, 1999, p. 111-112). Este período de “união entre nação e a fé” seria significativamente alterado na década de 60, quando começaram a aparecer os sinais de uma “renovação” da Igreja ¹²²⁷, cujos resultados se refletiram na cultura religiosa vilaboense, como em todo o Brasil, alterando o sistema de trocas simbólicas (Pessoa, 1990).

O marco deste período é o Concílio Vaticano II (1962-1965), que adaptado à realidade da América Latina — fome, miséria, desigualdade de rendas e classes sociais, violência, mortalidade infantil etc — orientava sobre a ação pastoral, que não mais trabalharia para o salvamento das almas, mas para o “homem todo e todos os homens”, pois era a sociedade humana que se pretendia renovar ¹²²⁸ (Pessoa, 1990, p. 120). A Igreja declarou então sua “opção preferencial pelos pobres”, durante a II CELAM em Medellín (Colômbia), em 1968, voltando-se para os índios, posseiros, favelados, perseguidos políticos, trabalhadores. Criou o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a Comissão de Justiça e Paz ¹²²⁹. Todas essas ações foram oficializadas durante III CELAM em Puebla (Moura, 1989) ¹²³⁰.

Segundo Brandão, os membros dessa Igreja Popular, muito referida em Goiás como a Igreja do Evangelho, eram os católicos que estavam “comprometidos com a reprodução de seu poder de classe e com os projetos políticos de libertação” (apud Pessoa, 1999, p. 122). Por isso, “defendem a idéia de que a Igreja não deve se limitar a ser um instrumento de presença e apoio religioso. Ao contrário, deve ser o lugar de um trabalho político-pastoral de participação nas ações populares de libertação” (Idem, *ibidem*).

Pessoa considera a chegada de Dom Tomás Balduino à Diocese de Goiás, como “o fato marcante para se dizer desse novo ‘modo de produção do sagrado’” (1990, p. 123). Dom Tomás teve formação dominicana, graduou-se em Filosofia e Teologia pela

¹²²⁷ Conferir Pessoa (1990)

¹²²⁸ Diretrizes tomadas durante a II Conferência do CELAM, em Medellín, na Colômbia, em 1968 (Pessoa, 1990).

¹²²⁹ O CIMI foi criado em 1972. É um organismo vinculado a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que tem por objetivo a ação missionária junto aos povos indígenas. A CPT foi criada em 1975 e, inicialmente, prestou serviço pastoral aos trabalhadores da terra. Atualmente se define com tendo a missão de “ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar o seu protagonismo” (Avaliable from www.cptnac.com.br/?system=new&eid=25 Access on 28.01.2007). A Comissão de Justiça e Paz foi criada em 1969.

¹²³⁰ O CELAM (Consejo Episcopal Latino Americano) é um organismo da Igreja Católica, fundado em 1955 pelo Papa Pio XII a pedido dos bispos da América Latina e Caribe. Tem sede em Bogotá, na Colômbia.

École *Théologique Dominicaine de Saint Maximin*, na França. Chegou à cidade de Goiás com a experiência de “ensino e trabalho pastoral dedicado à missão indígena desde 1956”, como coordenador da Prelazia de Conceição do Araguaia (Moura, 1989, 12).

Dom Tomás assumiu o bispado em 1967, momento em que um grupo de vilaboenses da elite cultural já estava mobilizado junto à OVAT e trabalhava para valorizar a cultura local, investindo especialmente na arte sacra, nas celebrações religiosas tradicionais e na música. O Museu da Cúria já tinha sido criado por Dom Candido Penso em 1958. A OVAT, fundada em 1965, já tinha recém reelaborado e colocado pela primeira vez nas ruas, em 1966, a Procissão do Fogaréu em sua nova versão.

Assim, enquanto Dom Tomás realizava Assembléias Diocesanas ¹²³¹ e criava as bases da Igreja do Evangelho, membros da elite cultural construíam a cidade patrimonial com base na cultura, na tradição e no patrimônio privado, público e religioso. Os projetos, a princípio, pareceram inconciliáveis; donde a emergência de diversos embates, conflitos, incompreensões mútuas.

Analiso um paradoxo fundamental para a interpretação dos processos de patrimonialização na cidade de Goiás. Ao mesmo tempo em que lutaram os agentes do patrimônio contra o clero local, a fim de preservarem a religiosidade popular, ao clero se uniram na construção dos bens simbólicos como produtos culturais. A aliança entre clero e elite cultural impôs à população vilaboense outro tipo de perda: de parte dos seus bens simbólicos, que foram ofertados ao mercado turístico. As alianças foram conjunturais e só podem ser entendidas em seus próprios contextos. Em outras circunstâncias a elite cultural resistiu aos agentes de evangelização, garantindo a preservação de boa parte das manifestações religiosas para-oficiais; que hoje também são oferecidas como produtos ao mercado do turismo cultural. Outra parte das manifestações religiosas para-oficiais teve seu fim, segundo muitos vilaboenses, por culpa da Igreja do Evangelho.

Já ao fim do bispado de Dom Tomás (fim da década de 90) o quadro era mais de aliança do que de desacordos e conflitos. Em 1999, assumiu o bispado o belga Dom Eugênio Rixen e logo em seu primeiro ano foi surpreendido pela *briga do santo*.

¹²³¹ Foram realizadas 14 Assembléias Diocesanas até o ano de 1988. Um documento produzido pela própria Igreja do Evangelho divide as oito primeiras Assembléias em quatro etapas: Modernização, Transição, Renovação e A Igreja do Evangelho. Análise deste documento consta de Pessoa (1990).

Questões de ordem política e cultural se escondiam por detrás da demanda para que o *santo* não fosse *levado* para a Bienal do Redescobrimento em São Paulo, no ano de 2000, revelando a fissão interna à elite cultural; ou melhor, revelando que há uma parte da elite que administra o sagrado e outra aparentemente fora desse jogo de poder.

Há que se explicitar brevemente em que se consistiu a Igreja do Evangelho na Diocese de Goiás, para depois analisar suas conseqüências para a preservação (destruição) do patrimônio vilaboense. Este recuo se deve ao fato de que a compreensão deste contexto histórico é fundamental para a interpretação da construção do patrimônio religioso em Goiás, paralelamente à perda (total ou parcial, material ou simbólica) e à apropriação de alguns bens simbólicos ou ao risco iminente de perda de alguns destes bens.

A Diocese de Goiás até 1967 é caracterizada por Brandão como reproduzindo, por meio de seus “bispos, padres e leigos das irmandades senhoriais” um “pequeno jogo usual de alianças e prestações mútuas de serviços através dos quais os interesses, poderes e símbolos de legitimidade da Igreja Católica, da elite governante e dos grandes senhores de terras, perpetuam-se, reforçam-se e mutuamente se auxiliam” (apud Pessoa, 1999, p. 123).

Ao contrário, a Igreja do Evangelho efetuará outras trocas, agora com a “classe dominada”. Observe-se a equação que consta do documento ¹²³², formulado pela própria Diocese de Goiás, reveladora da dupla ruptura pretendida, com a Igreja da Tradição e com a “classe dominada” ¹²³³:

(Igreja + classe dominante) X Povo = Igreja de Tradição

(Igreja + Povo) X classe dominante = Igreja do Evangelho

O rompimento com a Igreja da Tradição significou impacto imediato nos sacramentos e demais bens religiosos — missas, terços, batizados, casamentos, etc. — que não estivessem comprometidos com a justiça social: Segundo Brandão, além de “crer” e “praticar” deveriam os católicos, a partir de então, “participar” de movimentos sociais e populares, das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), criação de sindicatos ou outras formas de conscientização como teatros populares etc. (apud Pessoa, 1999).

¹²³² “Igreja do Evangelho”, apud Pessoa, 1999, p. 133.

¹²³³ Pessoa avalia que a Igreja do Evangelho “não significou, na verdade, uma mudança da Igreja enquanto instituição, mas uma troca de alianças: de Igreja associada à ‘classe dominante’, passou a uma Igreja associada à ‘classe dominada’, em oposição à ‘classe dominante’”. (1990, p. 132).

No caso da Diocese de Goiás o foco incidiu sobre sindicatos rurais, dada a crescente concentração de terras, redução da produção agrícola e êxodo rural. No âmbito externo, a tensão entre a Diocese e os fazendeiros foi imediata. O tema Reforma Agrária estava presente nas Homilias e importunava sobremaneira a oligarquia local. Na década de 80, como resultado do trabalho dos movimentos sociais, as Reformas Agrárias tiveram início e o município de Goiás chegou ao fim do século XX como o município com mais assentamentos realizados em todo o Brasil. Foram 21 desapropriações de terras conforme se pode comprovar no Anexo IX. O último assentamento foi criado em 2005 e recebeu o nome de Dom Tomás Balduino.

O berço da cultura goiana “caminhava” para se transformar em “berço da Igreja comprometida com o fraco, o berço do pobre e marginalizado” (Moura, 1989, p. 76)¹²³⁴. Mas em Goiás a caminhada encontraria “grandes obstáculos ao seu desenvolvimento” (p. 81).

Essa experiência religiosa que trocou “os ritos e serviços religiosos tradicionais, por ações populares de libertação dos seus sujeitos”, foi analisada pelo antropólogo Jadir Moraes Pessoa no município de Ceres (GO), pertencente à Diocese de Goiás. O autor destacou três características dessa “concepção restritiva da religião”: restrição ética, restrição organizativa e restrição ritual. A separação das três tem cunho metodológico.

A “restrição ética” obrigava o católico a estender suas ações cristãs para além dos atos litúrgicos e dos sacramentos. Indicava o necessário combate às injustiças sociais. Pregava que “quem não aceita o Evangelho... é melhor que não venha pedir sacramentos” (apud Pessoa, 1990, p. 133); “nós entendemos que não dá para ser da Igreja de Jesus Cristo, sem lutar pela libertação do povo” (p. 147). A ausência de tal postura ética implicava em outras restrições.

A “restrição organizativa” rompeu com a cadeia de serviços religiosos ligados à paróquia, considerada “desnecessária e até nociva, por estar voltada para o consumo dos sacramentos e não para a evangelização”. Assim a Liga Católica, o Cursilho, os Carismáticos, a Congregação Mariana, os Vicentinos etc., deveriam se extinguir para “dar lugar à única forma aceitável de ser e praticar a religião católica”. Pessoa avalia

¹²³⁴ O termo “caminhada” é incorporado à retórica da Igreja do Evangelho. Moura avalia que a “trajetória das representações da ‘caminhada’ da Igreja de Goiás vai da representação da desigualdade social, enquanto etapa preparadora do bem à representação da sociedade justa e fraterna, através da experiência de igualdade e fraternidade vivida nos grupos de evangelho, nas lutas sindicais, nas roças comunitárias, no movimento e saúde, etc. (1989, p. 71). [grifo da autora]

que tal orientação não foi seguida a contento, e que os Carismáticos, por exemplo, mantiveram suas ações na cidade vizinha de Rialma (GO) (p. 147).

A “restrição ritual” se voltou contra as inúmeras manifestações religiosas, como ritos oficiais e para-oficiais. No caso de Ceres, Pessoa (1990) cita que os ataques incidiram sobre a confissão auricular e as procissões, a reza do terço e as festas de São João e de São Pedro (p. 147-148). Também sobre os vários sacramentos. Foram difundidas idéias como: “não precisaria batizar crianças mais, que podia batizar depois de grande”¹²³⁵; que os casamentos deveriam ser coletivos e não individuais e ainda, que as igrejas não deveriam ser enfeitadas com tanta pompa. Além disso, “foi tirando os santos da Igreja, foi tirando o negócio de usar o véu e de ficar benzendo imagens”¹²³⁶. Segundo Pessoa, a Igreja do Evangelho negou “as formas simbólicas que antes eram ordenadoras da vida dos indivíduos e dos grupos (1990, p. 168).

Na cidade de Goiás, como se verificará, a violência simbólica foi proporcional à variedade e riqueza da prática religiosa local — que guardava inúmeros traços das festas do Brasil Colonial¹²³⁷ — e, paradoxalmente, terminou tanto por colaborar na construção de bens patrimoniais oficiais, quanto por levar alguns dos patrimônios vividos à extinção ou destruição.

Grupos de evangelização foram formados a fim de viabilizar a mudança da sociedade e superaram a paróquia, enquanto “espaço por excelência da realização do sagrado”, substituindo “os compromissos marcados na folhinha de cada paróquia, e na agenda do vigário ou do bispo, sobre as festas tradicionais” (Moura, 1989, p. 82-83)¹²³⁸. Moura avalia que “em curto espaço de tempo, os novos especialistas do sagrado” percorreram todo o território diocesano desconsiderando toda e qualquer prática ou crença religiosa”, tendo como meta o “compromisso da libertação” (1989, p. 99-100).

No decorrer de todo esse capítulo os dados coletados pela socióloga Ivanilde G. Moura (1989) em vários municípios, inclusive Goiás, e os investigados por Pessoa (1990), no município de Ceres — ambos sobre a Igreja do Evangelho na Diocese de Goiás —, serão trazidos para dialogar com o meu material etnográfico já da virada do século a fim de iluminar minhas análises. Acredito que os ressentimentos com relação

¹²³⁵ Depoimento de um morador de Ceres ao antropólogo Jadir de Moraes Pessoa (1990, p. 161).

¹²³⁶ Depoimento de um morador de Ceres ao antropólogo Jadir de Moraes Pessoa (1990, p. 161).

¹²³⁷ Sobre festas no Brasil Colonial conferir Abreu (1999), Del Priori (2000), Jancsó e Kantor (2001), Tinhorão (2000).

¹²³⁸ Pessoa (1990) indica algumas particularidades na Igreja de Goiás. Dentre elas a polarização na organização diocesana em dois pólos: o ministério episcopal (Conselho de Presbíteros, equipe diocesana e Assessoria Ampliada) e os grupos de evangelho, este como “base de reprodução dos sentidos atribuídos pela Diocese à evangelização”, (p. 136)

às perdas, apropriações e violências simbólicas sofridas em Goiás façam “coro” àqueles de Ceres; muito embora os *Coros* fossem também alvo dos ataques da Igreja do Evangelho, por entender esta igreja que a polifonia não era do agrado do povo. Não obstante, em Goiás os Coros e a polifonia foram preservados.

Este capítulo tem como propósito acompanhar a simultaneidade de dois fenômenos distintos que se influenciaram mutuamente — o processo de construção da cidade patrimonial e turística e as alterações agenciadas na Igreja Católica, pelos adeptos da Igreja do Evangelho — e a partir dos quais é possível analisar as transformações impostas ao sistema de trocas dos bens simbólicos, transformados em relíquias do passado. Eles serão analisados conjuntamente, pois é pela relação entre eles que é possível interpretar as ações patrimoniais sobre os bens e objetos religiosos, bem como o resultado dos encontros e confrontos dessas duas formas distintas de pensar os bens simbólicos. Ao fim, cada qual colaborou ao seu modo para o processo de realocização das tradições.

O conceito de tradição é fundamental para a análise; tanto no caso da elite cultural que se serve das práticas tradicionais para construir seus objetos e exercer sua ação cultural, como da Igreja do Evangelho que negando sua tradição interna (que não será objeto deste estudo), rejeita a tradição da religiosidade popular.

Mauss distingue as formas rudes de tradição das tradições verdadeiramente conscientes. As primeiras se referem aquilo que “não passa de inércia, de resistência ao esforço, de aversão a novos hábitos, de incapacidade de obedecer a forças novas, de criar um precedente” (1981, p. 117). A estas formas simples de “conformismo social”, Mauss contrapõe aquelas que “são criadas de caso pensado, transmitidas pela força, pois resultam das necessidades da vida comum” (1981, p. 117). São conscientes “aquelas tradições que consistem no saber que uma sociedade tem de si própria e de seu passado mais ou menos imediato”. Fazendo alusão a Maurice Halbwachs, Mauss agrupa esses fatos “sob o nome de memória coletiva”, pois é no interior desta que a tradição “constante, consciente, relativamente clara, intencionalmente transmitida, organizada, é ao mesmo tempo a matéria e a condição por excelência destes quadros sociais” (1981, p. 117-118). E uma vez que a memória coletiva é um processo ativo e dinâmico, podemos dizer que para Mauss a tradição compreendia mudanças.

A noção de tradição de Mauss une repetição à coesão social¹²³⁹. A “tradição é aquilo que se transmite”, sendo também o domínio em que o direito e a religião “fazem reinar uma espécie de ascendência moral dos homens, por meio das idéias e dos usos; é a esfera em que age a força espiritual, emotiva e física da necessidade social” (1981, p. 112-113).

Aí reside a crítica de Giddens (1997); no fato de que a antropologia em geral explicou a tradição como algo que relaciona duas características: a repetição e a coesão¹²⁴⁰. Giddens avalia que se a tradição é a “cola que une as ordens sociais pré-modernas”, uma vez que se rejeite o funcionalismo, não “fica claro o que mantém o poder de fixação”. Entende, pois, que não há nenhuma conexão necessária entre repetição e coesão e que o “caráter repetitivo da tradição é algo que deve ser explicado, não apenas suposto” (1997, p. 80). Explica que repetição

significa tempo — alguns diriam que *é* tempo — e a tradição está, de algum modo, envolvida com o controle do tempo. Em outras palavras, a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição também diz respeito ao futuro, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro (1997, p. 80).

A noção de tradição de Giddens também se articula à noção de memória social e coletiva. Referindo-se a Halbwachs, ele faz analogia entre tradição e memória, pelo fato de ambas serem um processo ativo, interpretativo e social, no qual o passado não é preservado, mas continuamente reconstruído, individual, e, sobretudo, coletivamente. São as repetições da memória dos acontecimentos ou do passado que lhes conferem “continuidade e experiência” (1997, p. 81-82). Assim, conclui Giddens, “a tradição é um meio organizador da memória coletiva.” (p. 82).

Também aponta Giddens para o fato que, em geral, a tradição envolve o ritual, pois que é por meio do ritual que a tradição alcança a prática: “o ritual é parte das estruturas sociais que conferem integridade às tradições”; é “um meio prático de se garantir a preservação” (1997, p. 82)

Connerton (1999) avança ainda mais ao propor que é por meio de um tipo específico de ritual que se transmitem e se conservam as memórias e as tradições dos

¹²³⁹ O próprio título do tópico é revelador: “Transmissão da coesão social. Tradição, Educação” (1981, p. 112).

¹²⁴⁰ Para Giddens as noções de “tradição” e “sociedade tradicional” têm sido usadas como conceitos não avaliados; na sociologia pelo fato de terem “sido contrapostas à primeira preocupação com a modernidade” (1997, p. 80).

grupos: as cerimônias comemorativas, que se mostram comemorativas (só) na medida em que são também performativas. Avalia como insuficiente afirmar que “nossas experiências do presente dependem em grande medida do conhecimento que temos do passado e que as nossas imagens do passado servem normalmente para legitimar a ordem social presente”; pois para o autor tanto as imagens do passado, quanto o conhecimento dele recolhido são “transmitidos e conservados através de performances (mais ou menos rituais)” (1999, p. 4). Assim, o corpo como um “objeto-domínio” e a memória-hábito ganham destaque em sua análise.

Também seguindo o fio de argumentação de Halbwachs, Connerton o completa ao destacar os “fatos de comunicação entre indivíduos” ou “a transmissão” das representações das gerações mais velhas para as mais jovens (1999, p. 43). Alega que não basta mais dizer que os indivíduos são dotados de quadros mentais no interior dos quais as suas memórias se localizam, compondo um conjunto de pensamentos comuns dentro de um grupo social. É preciso explicar “como é que essas memórias colectivas são transmitidas no interior do mesmo grupo social, de uma geração para outra?” (1999, p. 42). Connerton sugere que se deve voltar a atenção não mais para as memórias inscritas, mas antes para as memórias-hábito das cerimônias comemorativas.

O “formalismo” e a “performatividade” são duas características que as cerimônias comemorativas têm em comum com os outros tipos de rituais; mas deles se distinguem como performances de um tipo diferente, pois se constituem em “acções que são explicitamente representadas como reencenações de acções anteriores e prototípicas” e por se “referirem explicitamente a pessoas e a acontecimentos prototípicos, quer se considere que estes têm uma existência histórica ou mítica” (1999, p. 79). As cerimônias comemorativas são reencenações rituais, cuja retórica é calendarizada, verbal e gestual; sendo de grande importância para a memória coletiva.

Deveras relevante é a contribuição de Connerton ao afirmar que tanto as cerimônias comemorativas, quanto as práticas corporais contêm um “certo grau de segurança contra o processo de questionamento cumulativo que todas as práticas discursivas acarretam. Esta é a fonte de sua importância e persistência como sistemas mnemônicos. Todos os grupos confiam, por isso, aos automatismos corporais os valores e as categorias que querem à viva força conservar” (1999, p. 117). Connerton afirma que as cerimônias comemorativas performáticas são transmitidas na tradição e como tradição.

Tanto Connerton, quanto Giddens afirmam que estes tipos de reencenações devem ficar separados das tarefas pragmáticas da vida social, com datas fixas e cíclicas, a fim de garantir a “autonomia temporal” a “crenças, práticas e objetos rituais” (Giddens, 1997, p. 82).

Analiso neste capítulo como a Igreja do Evangelho atuou sobre as cerimônias comemorativas — Procissão dos Andores, Descendimento da Cruz, Procissão do Fogaréu — desestimulando-as ou colaborando para re-localizá-las como relíquias; e ainda como a elite cultural, especialmente os agentes da cultura e patrimônio, resistiu à “caminhada” da Igreja do Evangelho, que avançava por sobre os bens simbólicos, enquanto caminhava em direção aos “pobres”, marginalizados, sem terra, camponeses e índios. As cerimônias comemorativas por meio da qual a tradição e a memória eram praticadas e transmitidas, eram percebidas como obstáculos que durante a “caminhada” deveriam ser vencidos.

10.1. As Igrejas e Irmandades

Foram oito igrejas construídas na cidade de Goiás, então Vila Boa de Goiás, no século XVIII ¹²⁴¹: Igreja de Sant’Ana, de Nossa Senhora da Boa Morte, de Nossa Senhora da Lapa, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora da Abadia, de Nossa Senhora do Carmo, de São Francisco de Paula e de Santa Bárbara. Era um número considerável em relação à população da época e a área ocupada. Muito embora não existam registros precisos sobre o número populacional é possível fazer-se uma aproximação.

Para se comprovar que o número de igrejas era grande se comparado ao número de habitantes e à área por eles ocupada, basta observar a distância entre elas; dois a três quarteirões entre uma e outra (Mapa 7 e 15 – página 160 e 641). Exceção feita somente à Santa Bárbara um pouco mais afastada; cerca de um quilômetro da Catedral.

Mais do que atender à demanda por serviços religiosos como missas, batizados e casamentos — mesmo porque alguns desses serviços eram executados em igrejas específicas, como a Catedral — as igrejas serviam para demarcar grupos e estabelecer

¹²⁴¹ Outras três foram construídas nos arraiais: da Barra, do Ferreiro e do Ouro Fino. Posteriormente, construíram uma pequena capela no Bacalhau e outra em Areias; estes últimos se constituem em bairros rurais.

laços sociais. Uma breve abordagem de cada uma das igrejas e das irmandades ¹²⁴² é importante para se entender o lugar ocupado por cada uma delas no espaço da cidade e na cultura religiosa vilaboense.

Com base no contexto da época, o século XVIII e meados do XIX, Moraes subdivide as irmandades primeiro a partir das categorias de devoção e compromisso e, depois, em quatro tipos referentes às categorias de cor ¹²⁴³ e hierarquia social. Sua análise dos *Termos de Compromissos* de 31 irmandades da Capitania de Goiás comprova que o que define uma “irmandade com compromisso é o critério da cor e a posição social que os irmãos ocupam na sociedade” (2005, p.16). Ficaram assim subdivididas em quatro grupos: (1) irmandades que aceitavam apenas brancos ¹²⁴⁴; (2) irmandades que aceitavam apenas prestos escravos ¹²⁴⁵; (3) irmandades que aceitavam membros de qualquer cor desde que fossem livres ¹²⁴⁶; (4) irmandades que aceitavam

¹²⁴² As irmandades são definidas por Moraes como “associações cujo objetivo era o de congregar as pessoas, que escolhendo um santo protetor comum, passariam a contar com sua protecção especial em meio às lutas terrenas” Cada irmandade tinha o seu próprio compromisso, mas de maneira geral “era o de promover e manter a devoção ao orago dentro de um determinado espaço, não apenas formal ou concreto como capelas e igrejas, mas também como espaço mental que se constituiria quase como um espelho da sua auto-imagem, de sua identidade como grupo” (2005, p. 8). Com base no “Código do Direito Canônico”, Moraes divide as associações em Ordens Terceiras, confrarias e pias uniões: “As primeiras, sob a inspiração e a orientação duma determinada Ordem ou Congregação religiosa, cuja Regra tem aprovação eclesiástica, têm como preocupação fundamental a perfeição da vida cristã de seus associados, os quais são genericamente chamados de terceiros e, igualmente, vivenciam mais intensamente as *Obras de Misericórdia*. Quando os fiéis se associam para fazer alguma obra de piedade ou caridade, essa associação recebe o nome de pia união. Se essa associação, por sua vez, tem ainda uma hierarquia, é designada por irmandade”. Indica que se “as irmandades são eretas para incrementar o culto público de um santo, recebem o nome de confrarias” (2005, p. 143).

¹²⁴³ É oportuno informar sobre a classificação por cor processada pelos portugueses. Moraes revela que encontrou no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, um documento datado da primeira metade do século XVIII, com a definição da “qualidade de pessoas de que se compõem o país’, designadamente, brancos, pretos, pardos ou mulatos, que são filhos de branco com negra; carijós ou mestiços, que são filhos de índia com negro; mamelucos, que são filhos de índia com branco; tapuias, os naturais da terra, que vivem no sertão e não falam uma língua geral, senão que cada nação tem a sua própria. Em Goiás, os naturais da terra eram denominados tapuias; caboclos, eram os que moravam em toda a costa e falavam a *Língua Geral*. A todos, era comum designá-los genericamente por índios. Curibocas eram denominados os filhos de mulatos com negras, e de mamelucos com negras, no sertão eram chamados de “*salta-atrás*” (2005, p. 231).

¹²⁴⁴ Conferir em Moraes (2005) IPEHBC: *Termo de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas do Arrayal de Santa Ana*, 1733. AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa Vila Boa*, 1757, códice 1813. AFSD: Documentos avulsos: *Termo de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Boa*, 1784 (ereta em 1745). Igreja de São Francisco de Paula: Documentos diversos: *Termo de Compromisso da Irmandade do Senhor dos Passos de Vila Boa*. 1812. (ereta em 1745). AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade do Glorioso Santo Antonio*, 1792, códice 1673.

¹²⁴⁵ Conferir em Moraes (2005): AHU: AFSD: *Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Villa Boa*, 1796: Documentos avulsos. (a data de ereção é de 1734).

¹²⁴⁶ Conferir em Moraes (2005): AFSD: *Termo de Compromisso de Nossa Senhora da Boa Morte de Vila Boa*, 1774, (a ereção é anterior a 1752, existe outro termo confirmado no AHU em 1792, caixa 38 documento 2381), Documentos avulsos. AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade de São Benedito de Vila Boa*, Códice 1285.

indistintamente, brancos, pretos, pardos, crioulos, escravos e forros ¹²⁴⁷ (2005, p. 17). No Anexo XIII encontram-se as informações sobre as irmandades e suas respectivas igrejas no século XVIII e meados do XIX:

A única irmandade existente ainda hoje é a de São Bom Jesus dos Passos, mais comumente chamada pelos vilaboenses de *Irmandade dos Passos ou Irmandade do Nosso Senhor dos Passos* ¹²⁴⁸. Ela é responsável por todas as procissões da cidade de Goiás, com exceção das procissões que fazem parte da Semana Santa. Estas ficam ao encargo da OVAT, cujos membros principais também são *irmãos dos Passos* e já fizeram parte de diversas diretorias da irmandade, inclusive como provedores.

Apenas duas igrejas não foram tombadas, a catedral de Sant’Ana e a Igreja do Rosário e isto se deve ao fato de elas serem construções do século XX; a primeira por ter ruído várias vezes e a segunda por ter sido deliberadamente demolida, para a edificação de um novo templo. Além destes dois casos, analiso também o caso de restauro relativo à Igreja de São Francisco de Paula.

10.1.1. Catedral de Sant’Ana

A capela de Sant’Ana, localizada no Largo do Coreto, foi a primeira a ser construída no então arraial de Sant’Ana, em 1727¹²⁴⁹, à margem esquerda do Rio Vermelho. Em 1743, foi demolida para abrigar a Igreja Matriz de Sant’Ana com dimensões mais adequadas, ao que consta, à crescente população que acorria em busca do ouro. Em 1759, o teto da igreja desabou e a população arcou com os custos de sua recuperação. Nos séculos XVIII e XIX, a igreja continuou passando por reformas e reconstruções, que visavam corrigir rachaduras nas paredes e vários desabamentos (Coelho, 1999).

A Catedral de Sant’Ana abrigou a Irmandade de São Miguel e Almas, Irmandade do Santíssimo Sacramento, de Santo Antonio e de São Bom Jesus dos Passos. Segundo Moraes (2005) o ano de 1733 “assinala a ereção da primeira irmandade de São Miguel no arraial de Sant’Ana que, conseqüentemente, propiciou a fundação da Igreja Matriz e a estruturação da única Vila de Goiás” (p. 3).

¹²⁴⁷ Conferir em Moraes (2005): AFSD: Documentos Avulsos: *Termo de Compromisso da Irmandade e Confraria de São José dos quatro ofícios de Vila Boa de Goyaz*, 1750.

¹²⁴⁸ Não obtive informações sobre data ou período no qual as outras irmandades deixaram de existir.

¹²⁴⁹ No *Dossiê* consta a data de 1729.

Em 1874, depois de vários desabamentos¹²⁵⁰, a igreja foi desativada e a catedral foi transferida para Igreja da Boa Morte situada no mesmo Largo do Coreto. Em 1929, estando em ruínas, contratou-se um projeto para o arquiteto Gastão Bahiana, da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. O projeto deveria aproveitar os alicerces originais. O projeto era grandioso e visava abrigar três vezes mais fiéis do que a catedral do Rio de Janeiro à época. No andamento das obras percebeu-se que os alicerces eram incapazes de suportar o peso das paredes e as torres sineiras. O projeto foi sendo adaptado ao longo das décadas que se seguiram e quase um século depois do desabamento, em 1965, a igreja voltou a realizar os cultos e em 1967 voltou a ser catedral¹²⁵¹. Mas permaneceria ainda *inacabada* até 1998, quando passou por um outro restauro (Coelho, 1999).

Este último restauro deve ser brevemente analisado, pois que se configura em mais uma dissonância entre as representações e apropriações do bem cultural por parte dos vilaboenses tradicionais e dos técnicos do IPHAN. Não se pode dizer que tenha havido necessariamente um conflito. Os dados revelam apenas um desentendimento por parte dos vilaboenses quanto às escolhas feitas pelo IPHAN, com apoio da Diocese de Goiás e de agentes da cultura e do patrimônio local.

Desde 1940, Darcília Amorim (solteira já citada no capítulo 6) liderava a Associação pró-Reconstrução da Catedral de Sant'Ana¹²⁵². Conseguiu terminar as obras estruturais em 1967, mas permaneceria *inacabada* até 1998. Em 1985, as irmãs Veiga realizaram Festa do Fazendeiro e conseguiram fundos para colocar piso e forro¹²⁵³. As irmãs Veiga cuidaram de enfeitar primorosamente a igreja para inaugurar o piso e o forro. Um membro da família conta sobre como o trabalho delas foi recebido por Dom Tomás Balduino:

Quando estava enfeitada a catedral, na hora que a gente estava arrumando... que, modéstia à parte, nossa família tem muito bom gosto pra arrumar as coisas... arrumando altares, limpando e fazendo... na hora, Dom Tomás

¹²⁵⁰ O Dossiê, traz análise os desabamentos da Matriz de Sant'Ana: "O primeiro grande teste construtivo, baseado na mesologia e aptidões dos materiais do cerrado, muito provavelmente foi a Matriz de Sant'Anna, da recém-criada Vila Boa de Goiás. Baseada em planta estrangeira — de vãos difíceis para os singelos materiais construtivos da savana brasileira, e erguida por artífices caros e incultos — a Matriz de Goiás, sede de bispado, ruiria três vezes ao longo de dois séculos. Seria o paradigma dos limites à arquitetura do cerrado, carente de pedras calcáreas de cantaria, de madeiras retas e leves — a não ser a amoreira escassa — e de mestres-de-obras" (Dossiê, Anexo II / C , p. 5-6).

¹²⁵¹ Decreto Nº I/67, Livro do Tombo nº 4, fl. 21v, Arquivo da Diocese de Goiás.

¹²⁵² Lembro que participaram ativamente desta campanha, Eunice Sócrates do Nascimento, Josephina Pelles, Hélios de Amorim, Dinah, Laíla e Divinha Amorim.

¹²⁵³ Folder "Centenário de Darcília de Amorim 1903-2003", Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Jornal *O Vilaboense*, 2003.

chegava lá e falava: “está muito suntuoso, está muito bonito”. À noite, na hora do sermão, que estava a catedral lotada, ele falava: “Deus... Jesus não gosta de coisa de riqueza, gosta da simplicidade, da humildade, da não sei o quê, da nhenhenhe...” Ele falava aquela ladainha dele que ninguém suportava. Então quer dizer, nós é que fomos resistentes mesmo! A gente... quantos anos... a vida inteira... eu era pequeno e ia pra lá ajudar minha mãe e minhas tias a arrumar a igreja, entendeu? Eu fui coroinha... eu fui coroinha da catedral!¹²⁵⁴ [grifos meus]

A igreja continuou *inacabada*, aguardando pela pintura externa, pelas pinturas do altar e demais adornos. Em agosto de 1994 realizou-se a primeira reunião da *Comissão de Reforma da Catedral*, quando então já se demonstrou o interesse em *compatibilizar a Catedral com o conjunto arquitetônico da cidade*. Dois problemas foram levantados: um que dizia respeito à segurança do prédio uma vez que a *base e os tijolos* estavam *desgastados e o telhado com cupim*; e o outro, versava sobre fatores estéticos, *como se tentar fazer o “cubo” menos agressivo, já que não é possível modificá-lo*¹²⁵⁵. Em uma segunda reunião, já com o arquiteto Fernando Madeira (IBPC), reiterou-se o *nosso objetivo de compatibilizar a catedral com o conjunto arquitetônico da cidade*¹²⁵⁶.

Ainda que o projeto criado para a igreja, em 1929, tenha passado por adaptações, a igreja foi concluída, em 1967, com dimensões muito acima daquelas encontradas na cidade de Goiás, fato que em nada desagradava os vilaboenses tradicionais. Desagradava por outro lado, os técnicos do IPHAN (IBPC à época) que a entendiam como uma desarmonia no conjunto colonial à sua volta. Em projeto elaborado pela 14ª Coordenação Regional do IPHAN, afirma-se que “A Catedral é então o maior e mais alto edifício da cidade, destacando-se sobremaneira das demais construções do centro histórico da antiga capital da província de Goiás. Sua escala sendo diferente, além de suas paredes apresentarem a coloração do tijolo sem revestimento entram em conflito com o resto das edificações que a circundam.”¹²⁵⁷

¹²⁵⁴ Entrevista concedida à autora em 2002.

¹²⁵⁵ Participaram desta reunião Dom Tomás Balduino, Fernando Passos Cupertino de Barros, Maria Elisa Leonel (IBPC), Frei Marcos Lacerda de Camargo, Irmã Revy Veloso de Andarade, Frei Domingos dos Santos e Antolinda Baía Borges. A Comissão indicada foi Cristina Portugal Ferreira (IBPC), Ana Maria Borges (EMOP), Dr. Jacinto Belém, Darcília Amorim, membros da Associação Sant’Ana, Manuel Garcia, Nilson de Paula Siqueira. Ata da 1ª Reunião da Comissão da Catedral. 19 de agosto de 1994. Documento avulso, pesquisado no Arquivo da Diocese de Goiás

¹²⁵⁶ Ata da 2ª Reunião da Comissão da Catedral. 08 de fevereiro de 1995. Documento avulso.

¹²⁵⁷ “Intervenção na catedral de Sant’Anna – Vila Boa de Goiás”. Documento avulso, s/d, pesquisado no Arquivo da Diocese de Goiás.

No ano de 1996, Dom Tomás, que já vinha declarando intenções quanto as pinturas internas da Catedral, apresentou padre Cerezo Barredo, que as realizaria tendo como tema *a caminhada da Igreja de Goiás com o pobres*¹²⁵⁸

Em 1995, com verbas do Ministério da Cultura, o IPHAN deu início à reforma da igreja, que foi concluído em 1999. Na tentativa de solucionar a dissonância entre o tamanho da catedral e as demais construções vizinhas, definiu-se por um projeto que permitiu a convivência, “num mesmo espaço dos 2 edifícios”, o da antiga igreja do século XVIII e da catedral do século XX. Assim o projeto executado, projeta “as fachadas da antiga igreja, bem mais baixa, sobre as respectivas fachadas da nova, bem mais alta”¹²⁵⁹.

A catedral que era toda em tijolos aparentes, dando aspecto de *inacabada*, recebeu pintura na cor branca na parte da fachada correspondente à matriz do século XVIII¹²⁶⁰. O que sobrou para além disso, ficou no próprio tijolo representando a Catedral do século XX; ou seja, ficou com aspecto de *inacabada*.



Foto: Marco Antonio V. de Almeida

Toda a parte externa da igreja ficou dividida em três partes: as ruínas aparentes mais próximas do solo, a parte pintada de branco e, mais ao alto, tijolo aparente. Ao final, a igreja passou a ser uma meta-narrativa do seu processo histórico; contando sobre as diversas etapas construtivas pelas quais passou.

¹²⁵⁸ Ata da 5ª Reunião da Comissão da Catedral. 29 de março de 1996. Documento avulso.

¹²⁵⁹ “Intervenção na catedral de Sant’Anna – Vila Boa de Goiás”. Documento avulso, s/d, pesquisado no Arquivo da Diocese de Goiás.

¹²⁶⁰ Sabe-se de sua aparência pela “Prospectiva de Villa Boa de Goyaz” datada de 1951. Original pertencente à Casa da Ínsua, em Castendo, Portugal. Reis (2000).



Catedral de Sant'Ana destacando-se do conjunto das outras edificações

Foto: Izabela Tamasso (2002)



Catedral - Mastro com Bandeira do Divino

Foto: Izabela Tamasso (2002)

Não obstante criativo e pedagógico, o projeto executado com grande sensibilidade e bom senso pelo arquiteto Fernando Madeira, não foi inteiramente apropriado por parte dos vilaboenses. Muito embora tenham ficado satisfeitos com a reforma da Catedral, muitos não entenderam, até hoje, porque não *finalizaram a obra*. Outro detalhe que gerou discordância e ainda hoje se comenta, diz respeito à cor rosa aplicada à porta da frente da catedral.

Mas há um fator que interfere nas representações sobre a Catedral de Sant'Ana e deve ser considerado. Um conflito envolveu, no ano de 1748, o Vigário da Vara Perestrello — que era também provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento — uma parte da população, a Câmara, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e os membros da Irmandade do Senhor dos Passos. As negativas do vigário quanto ao pedido de liberação do Santíssimo Sacramento pelos oficiais de justiça, e da imagem de São Tomás de Aquino pelos Irmãos dos Passos para ser exposta na Câmara, teriam desencadeado outros inúmeros conflitos, como uma briga por causa da alteração da ordem dos lugares na Procissão de Corpus Christi. Ao fim, o vigário foi julgado, condenado e levado preso ao Rio de Janeiro, tendo sido “solto antes de chegar em Meia

Ponte por um grupo de ‘simpatizantes’” (Moraes, 2005, p. 203)¹²⁶¹. O que estava em jogo “era a disputa pelo poder entre os detentores das jurisdições eclesiástica e temporal, no âmbito em que efetivamente elas ocorriam, isto é, nas várias manifestações religiosas da Vila” (Moraes, 2005, p. 204).

Segundo Bertran, o Vigário instalou uma inquisição na cidade, tendo sido arroladas mais de cem pessoas que, segundo o autor tiveram como punição a proibição de se vestirem “com fausto nas procissões, sendo obrigados, a partir de então, trajarem com burel e o estamento, que nada mais é do que o traje hoje usado pelos farricocos” (Dossiê, 1999). Segundo Bertran, além de Goiás, também a cidade de Braga sofreu este tipo de punição e também ainda mantém a tradição da Procissão do Fogaréu ¹²⁶². Moraes afirma que em “24 de julho, todas as pessoas envolvidas foram excomungadas pelo vigário e presas pelo juízo eclesiástico. O ouvidor recorreu à justiça real e foi absolvido” ¹²⁶³.

Tal contenda do século XVIII tem especial relevância do ponto de vista histórico, pois poderá iluminar a contenda entre poderes leigos e eclesiásticos no início do século XXI, que se não conta mais com a presença dos reinóis, conta com a presença dos burocratas da conservação patrimonial e dos agentes do patrimônio local.

O caso relatado pela historiadora é do conhecimento dos vilaboenses, se bem que em menor detalhamento. Mas se tem uma informação da qual não se esquecem é a de que ao deixar a Vila Boa de Goiás, o padre Perestrello, teria rogado uma praga sobre a igreja de Sant’Ana: *quantas vezes a reconstruíssem, quantas vezes ela desabaria... seria sempre uma igreja inacabada*¹²⁶⁴. Alguns contam isso com humor e certo ar de descrédito. Outros usam esse caso para explicar o aspecto atual da igreja. No ano de 2001, ouvi quando um guia nativo — trazendo o passado para explicar o presente — contou para um grupo de turistas sobre o padre que teria rogado uma praga de que toda a vez que a igreja fosse reerguida ela desabaria e que *há várias hipóteses, que o pessoal não deixou que ela acabasse de ser rebocada justamente por medo da igreja cair*

¹²⁶¹ Moraes informa que “em 24 de julho, todas as pessoas envolvidas foram excomungadas pelo vigário e presas pelo juízo eclesiástico. O ouvidor recorreu à justiça real e foi absolvido” (2005, p. 203). Meia Ponte é denominada Pirenópolis. Sobre o conflito envolvendo o padre Perestrello conferir também Silva e Souza (apud Teles, 1998).

¹²⁶² Dossiê (1999), Anexo IV, Entrevistas Seleccionadas, Paulo Bertran, n. 37, p. 3.

¹²⁶³ Dossiê (1999), Anexo IV, Entrevistas Seleccionadas, Paulo Bertran, n. 37, p. 3.

¹²⁶⁴ Registrado em caderno de campo I.

novamente¹²⁶⁵. Frei Marcos Lacerda de Camargo faz referência a isso da seguinte forma:

A lenda é que um padre foi espancado, maltratado na catedral... espancado por parte da população local. Os motivos ninguém conta, ninguém sabe, e ele saindo da igreja, bateu as sandálias conforme manda o evangelho, sacudiu a poeira e rogou uma praga na cidade, na igreja dizendo “essa igreja toda vez que ela for acabada ela cai”. Quer dizer, então ai se supôs provavelmente, de que era pressão, que o pessoal queria que fizesse algum serviço na igreja, que ele não tinha condições, ele não podia fazer. E a partir daí... já foram exatamente... a igreja já foi construída sete vezes. Realmente a igreja caiu 7 vezes¹²⁶⁶.

Seja qual for o motivo pelo qual a igreja teria ficado *inacabada*, havia o desejo confesso de muitos em vê-la finalmente acabada. Por isso, há uma incompreensão por parte de alguns vilaboenses tradicionais, quanto ao atual aspecto *inacabado* da catedral; pois se antes havia a possibilidade da Catedral ser, um dia, reconstruída e acabada; agora não mais. Vilaboenses de família tradicional ainda questionam a escolha por aquele tipo de acabamento, que é entendido como ausência de acabamento:

O crime que eles cometeram pra mim foi com a catedral. Eles rebocaram ela pela metade [...]. Tem pessoas também que dizem que fizeram um tomara-que-caia nela porque deixaram a parte de cima descoberta. Cicera concluiu um negócio: “fizeram um tomara-que-caia e a bunda de fora”. Porque a parte de trás eles não cobriram. [...] Eu não entendo os critérios desse pessoal, puseram aqueles “fraques” na frente da catedral cheio de correntes, está tudo arreventado. Pintaram a porta da catedral da cor de rosa choque. Puseram aqueles painéis que eu achei lindíssimos, mas não pra catedral de Goiás, entendeu? Então, eu não entendo os critérios do patrimônio histórico [...].¹²⁶⁷

A Igreja do Evangelho se uniu ao IPHAN e aos agentes do patrimônio. O IPHAN deixou suas marcas nas paredes externas e porta. A Igreja do Evangelho, nas pinturas do altar-mor.

O arquiteto e restaurador Fernando Madeira considera o projeto como o “padrão de como um projeto deve ser feito, dentro das nossas possibilidades... mas foi um projeto que nós discutimos... eu trouxe o projeto três vezes apresentando na igreja repleta de gente pra discutir, porque isso, porque aquilo e anexando ou não essas sugestões”¹²⁶⁸. Um vídeo sobre o restauro documentou desde a concepção do projeto de restauro até sua conclusão. No vídeo os debates com a comunidade, para decidir pelo

¹²⁶⁵ Guia de turismo. Gravado em 2000.

¹²⁶⁶ Entrevista concedida à autora em novembro de 2001.

¹²⁶⁷ Entrevista concedida à autora em 2002.

¹²⁶⁸ Entrevista concedida à autora em junho de 2001.

projeto, se reduzem à presença dos técnicos do IPHAN, de Dom Tomás Balduino, Antolinda Baía Borges, Fernando de Passos Cupertino de Barros e Frei Marcos Lacerda¹²⁶⁹.

Fernando Madeira tem conhecimento do desacordo gerado pela escolha da cor da parede externa e entende que:

há um grupo de pessoas que não foi a essas reuniões que nós fizemos lá e que tem uma faixa etária que não acompanhou a igreja antes de ela ser... quer dizer, nasceram todas depois de 58. E elas foram batizadas, elas foram crismadas, fizeram primeira comunhão, algumas até já casaram com a aquela igreja em tijolinho. Então, quando elas viram a igreja pintada de branco, elas estranharam muito porque aquilo não fazia parte daquela herança que elas tinham tido desde pequena¹²⁷⁰.

Mas se há de parte de alguns moradores uma incompreensão quando ao resultado final, há também, por parte de Fernando Madeira, um questionamento pelo não cumprimento de uma das propostas aprovada e inicialmente implementada pelo projeto. Uma das salas, logo à entrada da Catedral, foi preparada para deixar à mostra as estruturas da ruína. Nela instalou-se uma televisão com vídeo e cadeiras para que os turistas e visitantes vissem as fotos antigas da igreja e assistissem ao filme sobre o restauro. Conta Fernando que “essa sala ficou funcionando durante um ano e meio e depois o padre tirou a televisão de lá, eu reclamei com a Antolinda, não sei se voltou”¹²⁷¹. O projeto não foi totalmente apropriado pelo clero local, descaracterizando a proposta da sala como um testemunho da história construtiva da igreja.

Assim, nem entenderam alguns vilaboenses a escolha da pintura de paredes, portas e painéis, nem se apropriaram os padres da proposta dos técnicos do IPHAN, no que tange à divulgação dos detalhes da construção e do restauro.

A Catedral é a mais importante igreja não apenas na hierarquia diocesana, mas também por causa das celebrações tradicionais que ali se realizam. Somente na *Semana Santa Maior* são várias as celebrações: Procissão do Encontro, Procissão da Transladação, Semana das Dores, Procissão de N. S. das Dores, Procissão de Ramos, Quinta-Feira Santa, Sexta-Feira Santa, Sábado Santo, Procissão da Ressurreição (ou da Aleluia), Domingo de Páscoa, Folia do Divino. Outras como a Coroação de Nossa

¹²⁶⁹ “A Catedral de Vila Boa de Goiás”- Documentário em vídeo produzido e dirigido por Zé Nobre. IPHAN/Ministério da Cultura.

¹²⁷⁰ Entrevista concedida à autora em junho de 2001.

¹²⁷¹ Entrevista concedida à autora em junho de 2001.

Senhora, a Festa do Divino, o Corpus Christi, a Festa de Sant'Ana impõem à catedral um papel crucial nas trocas simbólicas que compõem a cultura religiosa vilaboense.

10.1.2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Foi a segunda a ser construída na cidade, no ano de 1734. Instalou-se à margem direita do Rio Vermelho. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, criada em 1734 aceitava apenas pretos cativos. A igreja também abrigou a Irmandade de São Benedito até que o Presidente de Capitania deu a esta, a Igreja do Carmo como sede, a partir de 1786. À medida que os escravos que eram membros da Irmandade do Rosário iam sendo alforriados, passavam a ser membros da Irmandade de São Benedito (Moraes, 2005). No início do século XIX, uma modificação no Termo de Compromisso orienta para aceitação de irmãos de qualquer idade, sexo ou condição (Almeida, 2002; Moraes, 2005).

Em 1883, os freis dominicanos franceses chegam à cidade e constroem o seu convento junto à Igreja do Rosário. Em 1933 os franceses deixam Goiás e são substituídos pelos dominicanos italianos. A Igreja é demolida no dia 05 de agosto de 1934 com benção de Monsenhor Abel Ribeiro Camelo (Almeida, 2001). Era a única com duas torres sineiras. Muitos idosos ainda se recordam da antiga igreja, no que concerne às suas formas, tamanho, altares, pinturas sacras etc.¹²⁷². No entanto, não há nenhum pronunciamento que revele alguma ação de resistência à demolição.



Igreja de N. S. do Rosário antiga – Festa do Rosário
Foto J. Craveiro – Fonte: Curado (1994)

¹²⁷² Conferir Almeida (2001).

O que se lembram é apenas que ouviam dizer que a igreja estava pequena para abrigar os fiéis e que corria o risco de desabar. Vale lembrar que à época a Igreja de Sant'Ana estava desativada e por isso a Catedral estava instalada na Igreja da Boa Morte. Ressalte-se também que a demolição da Igreja do Rosário ocorre no auge da transferência da capital para Goiânia. Momento no qual todos viviam intensa e duramente o golpe da *mudança* e as inúmeras espoliações materiais e simbólicas. Um frei dominicano italiano comentou que se

*acusa os dominicanos, mas na realidade não são os dominicanos, foi exigência do bispo de demolir a igreja dos escravos, porque realmente estava sem condições de funcionar e construíram uma igreja maior. Tem isso em cartas, não sei lembro onde, sei que tem cartas, não encontrei mais. [...] quer dizer, o acordo... na venda da igreja do Rosário para a ordem dominicana tinha a condição de que fosse demolida aquela e construída uma maior. [...] e os dominicanos disseram: “se nós para construirmos uma igreja temos que ter a propriedade, a ordem é seguir os mesmos princípios da prefeitura, por exemplo, “a propriedade tem que ser nossa”. Então nós pagamos os bens da igreja. Então foi feito praticamente uma compra da igreja*¹²⁷³.

Perguntei então se a irmandade do Rosário não deveria ter sido consultada sobre a demolição. O frei alega que ela havia sido extinta e *automaticamente passou para a igreja*, mas completou que *alguns dizem que foi o bispo que extinguiu a irmandade, mas na realidade é que a irmandade se esvaziou... terminado o tempo da escravidão, o tempo da força... consequência da segregação dos negros... quer dizer, que permaneceu veladamente... mas ela foi se esvaziando*¹²⁷⁴.

Parece que não houve resistência à destruição da igreja dos pretos. Perguntei a Iracema Malheiros (68 anos) se houve ao menos indignação: *Não, pelo que eu ouvi falar, acho que ninguém sentiu que estava pegando... pegando uma parte da história, ninguém dava valor nessas coisas*. Ela se recorda de que era pequenina, quando da inauguração da nova igreja:

*eu fui com meu tio e minha tia e eles seguraram na fita, porque todo mundo foi padrinho dos sinos, que era uma fita que vinha lá dos sinos e como se eles tivessem puxando e batendo na inauguração da igreja. Então todo mundo achou muito bonita a igreja, aquele tipo daquela igreja imitando um gótico, ninguém... nem de leve eu nunca ouvi falar naquele tempo, que alguém ficasse penalizado por ter terminado a Igreja do Rosário dos Pretos*¹²⁷⁵.

¹²⁷³ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹²⁷⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹²⁷⁵ Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

Pouco se lamenta o vilaboense tradicional da demolição da antiga Igreja do Rosário dos Pretos; mas, significativamente, todos se lamentam do desaparecimento da Procissão dos Andores, que era realizada durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Desaparecimento este relacionado sempre ao *tempo de Dom Tomás* ou à *Igreja*. Exceções feitas aos vilaboenses que participaram ativamente da “caminhada” da Igreja do Evangelho como “agentes de evangelização”.

Saliente-se que uma parte dos irmãos dominicanos assumiu a “caminhada” da Igreja do Evangelho, desde o início da década de 70. Alguns outros dominicanos tiveram posturas menos severas, como é o caso de Frei Simão Dorvi. Sensível para com os documentos antigos, Frei Simão registrou as fichas de nascimento, casamento e óbitos, além de jornais, revistas etc.

Em 1970, Frei Simão criou a FECIGO (Fundação Educacional da cidade de Goiás), importante acervo documental da cidade de Goiás; e com ela a Faculdade de Filosofia, em 1970. Foi criticado pelo clero, que aderiu à “caminhada”, por ter se juntado à elite política e econômica local, de orientação política conservadora — Brasilete Ramos Caiado, Brasil Ramos Caiado e Leonino Caiado — para lutar pelos cursos universitários na cidade. No auge da “caminhada” Frei Simão “caminhava” em direção à classe política dominante, a fim de proporcionar educação universitária para os jovens de Goiás; alianças que os adeptos da *igreja dos pobres* não aceitavam.



No ainda insurgente movimento de construção da igreja do Evangelho, Frei Simão se mostrava voz dissidente. Voltou para a Itália¹²⁷⁶. Lá faleceu em 1996, deixando gravada sua mensagem: “Goianos, preservai a memória de Vila Boa, pois ela será a sua vida futura”¹²⁷⁷. Enquanto a Igreja do Evangelho “caminhava” em direção ao futuro dos pobres e oprimidos, Frei Simão se voltava para o passado e com ele auxiliava na construção do futuro da cidade histórica, patrimonial e turística.

Antes do Concílio Vaticano II, a Igreja do Rosário e o Convento dos Dominicanos italianos foram um *locus* de sensibilidade para a música e as artes que redundaram na formação de agentes locais da preservação do patrimônio. Perguntei a Élder Camargo de Passos (54 anos) como tinha sido o início da participação dele nas atividades culturais de Goiás. Depois de situar a tradição familiar para a música e a religiosidade, acrescentou:

*Bom, aí nós tínhamos um relacionamento muito grande... um grupo criado pelo frei Reginaldo, que foi o Coral Rosarino, um Coral... de muita movimentação aqui em Goiás e que iniciou, é um dos movimentos que eu participei, o Coral Rosarino... Aí nós começamos a cantar, os membros do Coral começaram a cantar e um dia nós fomos passear com frei Reginaldo em Itaguaru, um nome assim, uma dessas cidades... não é Itaguaru não, é mais longe. E lá nasceu... nós reunimos e ensaiamos pra fazer uma apresentação nessa cidade, aí nasceu o Grupo Vocalistas Goyazes. Isso na década de... em sessenta e dois*¹²⁷⁸.

Durante a festa do Rosário, os dominicanos criaram o Festival Rosarino, onde a cidade apresentava as melhores coisas, músicas, poesias, danças... de tudo, era um *show*¹²⁷⁹. A vivência musical proporcionada pelos dominicanos se somou à sensibilidade musical do vilaboense tradicional, contribuindo para estimular as outras ações que se seguiriam à criação do Coral Vocalistas Goyazes. O bispo Dom Cândido, também chamado de *bispo artista* ou *bispo fotógrafo*, frei Simão Dorvi, o frei *arquivista* e frei *Reginaldo*, o frei *músico*; cada qual ao seu modo, já tinham sensibilizado as solteiras — Antolinda Baía Borges, Brasilete Ramos Caiado e Marlene Gomes de Velasco — e os jovens, como por exemplo, Élder Camargo de Passos. Os mesmos que pouco tempo depois assumiriam as diretrizes extra-oficiais da cidade, como agentes da

¹²⁷⁶ Após sua morte a FECIGO passou a chamar-se Fundação Educacional “Frei Simão Dorvi” e abriga todo o acervo dos documentos juntados por Frei Simão.

¹²⁷⁷ Cartão de Natal distribuído pela FECIGO e assinado por Frei Simão Dorvi. Arquivo FECIGO.

¹²⁷⁸ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002. Conferindo o histórico da OVAT, Élder informou que a cidade foi Goiatuba.

¹²⁷⁹ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

cultura e do patrimônio laico e religioso e levariam à cidade ao título de patrimônio mundial.

A Igreja do Rosário foi restaurada entre 2004 e 2005, com recursos do IPHAN em convênio firmado com o Ministério da Cultura. Não é tombada pelo IPHAN.

Durante a Semana Santa, a Igreja do Rosário é lugar de várias celebrações da *Semana Santa Maior*: Procissão do Depósito, Procissão do Encontro, Procissão de Ramos e Procissão do Fogaréu. É o espaço sagrado no qual se realizam ainda as cerimônias litúrgicas e as saídas das procissões de Santa Luzia (13 de dezembro) e de Nossa Senhora do Rosário (1º domingo de outubro).

10.1.3 Igreja de São Francisco de Paula

Situa-se numa elevação próxima à margem esquerda do Rio Vermelho. Foi a terceira a ser edificada na cidade, tendo sido concluída em 1761. Fator distintivo é o adro calçado em pedra, no qual se instalou um cruzeiro; e o teto com pinturas barrocas datadas de 1869, de autoria de André Antônio da Conceição, retratando a vida de São Francisco de Assis (Coelho, 1999; *Dossiê*, 2000). Foi tombada pelo SPHAN em 13 de abril de 1950.

Foto: Izabela Tamasso (2002)



Teto da Igreja de São Francisco – Coral Solo canta os *Motetos dos Passos*

A partir de 1873, passa a abrigar a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos¹²⁸⁰, que deixando a Catedral pela precariedade da construção, dali nunca mais saiu. Exceção feita no período em que a Igreja de São Francisco ficou fechada para restauro, quando então tanto a Irmandade, quanto o Senhor dos Passos ficaram abrigados na Igreja do Carmo. Muito embora tenha sido a Igreja de São Francisco edificada e ornamentada para São Francisco de Paula, o Nosso Senhor dos Passos é abrigado no altar-mor; o que indica a força da única irmandade que se preservou em Goiás.

Apesar de os documentos relativos à Irmandade dos Passos datar apenas do começo do século XIX, outros indícios há de sua existência nos setecentos. O “*Prospecto de Villa Boa tomada da parte sul para o norte*”, datado de 1751, traz a indicação de um consistório da Irmandade dos Passos na Igreja Matriz (Moraes, 2005).

Na segunda metade do século XX, a OVAT e a Irmandade, passaram a divulgar a associação entre o padre Perestrello, a criação da Irmandade dos Passos, a introdução das “festividades alusivas ao Senhor dos Passos e N. S. das Dores” e a ênfase que ele teria dado à própria Semana Santa; tudo no ano de 1745¹²⁸¹. Teria sido ele também o responsável pela introdução da Procissão do Fogaréu na cidade.

A Irmandade dos Passos aceitava apenas homens brancos. Abrigou durante mais de dois séculos a elite local. Provedores eram os prefeitos, deputados, padres, juízes, médicos, advogados, professores. Destaque-se Joaquim Guedes de Amorim (Cônsul de Portugal em Goiás) em 1930, Felicíssimo do Espírito Santo (avô de Fernando Henrique Cardoso) em 1935. Homens das famílias Caiado, Veiga Jardim, Azeredo Bastos. Serradourada, Sabino de Passos, Rocha Lima, Ramos Jubé, Loyola, Cupertino de Barros, Alves de Castro, Rezende, Brandão, Alencastro, Curado, Artiaga, Amorim, Seixo de Brito, foram provedores. Cruzem-se estes nomes com aqueles das famílias tradicionais indicados no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC / IPHAN, 1999), já apresentados, e se verá a duplicação. Na *Irmandade dos Passos* estava representada a elite local política, econômica, eclesiástica e social.

¹²⁸⁰ Moraes informa sobre um *Termo de Mesa* datado de 1833, “da Irmandade do Senhor dos Passos, que se encontrava na Capela de Nossa Senhora da Lapa desde o início do século XIX. No termo, o tesoureiro da Irmandade dos Passos pede autorização para fazer a despesa necessária para trasladar a Irmandade do Senhor dos Passos para outra Igreja. A capela encontrava-se com o arco contíguo ao altar totalmente destruído e seria conveniente retirar o altar do Senhor dos Passos. Deliberou-se que, em procissão solene, no dia 1 de março a irmandade e o altar do Senhor dos Passos seriam *trasladados para a Igreja de São Francisco de Paula*” (2005, p. 198).

¹²⁸¹ “250 Anos: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos – Cidade de Goiás (1745-1995)”, OVAT, Fundação Pró-Tur, Sebrae, Prefeitura Municipal. Gestão 1993-1996. As fontes citadas pela pesquisa são secundárias. (Alencastre, Cunha Matos, Silva e Souza e Bandão). Moraes (2005) ressalta que ainda não encontrou provas que confirmam estas afirmações.

No último restauro, entre 2001 e 2002, observei a igreja em obras e compareci à cerimônia de entrega da Igreja à população, em 02 de março de 2002. Uma bela cerimônia. A mim tudo parecia perfeito. Bispo, Provedor da Irmandade, representante do Ministro da Cultura, Coordenador Regional de Comunicação da Petrobrás, Secretário de Cultura do Estado, Secretário de Saúde do Estado, Prefeito Municipal, Vigário, elite cultural, agentes do patrimônio local, Trio Veiga Jardim (música sacra), alguns poucos *irmãos dos Passos*, todos paramentados com as murças e os balandraus¹²⁸². Nada parecia dissonante para mim. Alguns dias após a cerimônia comecei a ouvir rápidas considerações sobre o altar. Fui até algumas pessoas que detalharam seu desacordo:

Quando eu cheguei... eu fui lá pela primeira vez, eu me surpreendi com o que tinha sido feito no altar. Primeiro... porque o altar tinha uns degraus, que sob alegação não sei de que arquiteto, não sei de que projeto, que foi incorporado ao altar original. Sendo que não tem nenhum documento, sendo que não tem nenhum projeto em papel pra se dizer isso. O que eu escutei... é mais uma inabilidade do IPHAN, onde os próprios irmãos, as próprias pessoas que tiveram uma vida inteira de contato com esse altar, dizendo o seguinte: que não gostaram da igreja, que destruíram a igreja, que aquilo ali... a igreja ficou feia, que não tem nada a ver com o que era a igreja. E isso sob uma ótica de que foi feita uma restauração. [...] A impressão que passou é a igreja... o altar ficou mais simples, o altar ficou mais singelo, mais delicado. O altar, antes ele parecia ser mais grandioso¹²⁸³.

O *irmão* se ressentia de que o saber especializado decida sobre a estética dos bens simbólicos deles. Pequenos detalhes da relação com o sagrado são modificados causando um estranhamento para o povo do lugar. O *irmão dos Passos* completou que isso causa *uma ruptura com a relação que ele tinha com ele mesmo*¹²⁸⁴.

A inquietude está relacionada com um ideal de “autenticidade aurática” (Gonçalves, 2001) por parte dos vilaboenses. A interferência operada pelos técnicos e especialistas em restauro — ainda que com boas intenções e seguindo cânones internacionais da área — é apropriada pelos *irmãos dos Passos* como sendo um atentado à autenticidade daquele bem cultural, com o qual eles estabelecem um “vínculo orgânico com o passado”. Ao ideal de autenticidade “aurática” dos fiéis da Igreja de São Francisco se impôs a autenticidade “não aurática” que conforma as ações da lógica patrimonial.

¹²⁸² Respectivamente, Dom Eugênio Rixen, Francisco Curado, Elisa Leonel, Carlos Aurélio Miranda, Nars Fayad Chaul, Fernando Passos Cupertino de Barros, Boadyr Veloso, Frei Marcos Lacerda, Antolinda Baía Borges, Élder Camargo de Passos, Marlene Gomes de Vellasco, Héber da Rocha Rezende Júnior, Hecival Alves de Castro etc.

¹²⁸³ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

¹²⁸⁴ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.



Bispo Dom Eugênio Rixen e Irmãos dos Passos em celebração de missa na Igreja de São Francisco.

Outra vilaboense também apresentou críticas ao altar afirmando que

*Gostava de tudo como era antes, por exemplo, esse novo altar do São Francisco não existe, ele só existe na cabeça de Antolina, não existe na cabeça de mais ninguém. Eu vou contar pra você, o Senhor dos Passos era da Catedral de Sant'Ana, ele foi pra lá e pediu asilo na Igreja de São Francisco. A Irmandade dele entrou na Igreja de São Francisco. São Francisco saiu do lugar principal e deu lugar pro Senhor dos Passos, foi feito um nicho pro Senhor dos Passos, nesse período! Esse nicho tem mais de cem anos, tem cento e tantos anos. Ele foi pra lá, agora vai mudar por quê?*¹²⁸⁵

Um parêntese é oportuno apenas para destacar como o IPHAN aparece personificado em Antolinda.

Mas a demanda não é apenas para que considerem os especialistas o significado atribuído pelos *irmãos*, é também para que os *irmãos* possam participar das festividades de inauguração, porque entendem que *o monumento tem que ser devolvido à comunidade. E se comunidade não fizer parte desse devolver, ele se torna um ET*¹²⁸⁶.

Em 2006, o jornal local divulgou a solicitação do Provedor da Irmandade dos Passos, Edmund Calil Saddi, ao IPHAN, para liberação do *retorno da porta do oratório*.

¹²⁸⁵ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹²⁸⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

Chama atenção do IPHAN para a sua solicitação que já dura 4 meses afirmando que com a reforma da Igreja de São Francisco retiraram a porta do oratório que protegia a imagem do Senhor dos Passos, que agora se encontra empoeirada e cheia de teias de aranha ¹²⁸⁷.

A contenda que envolveu o Padre Perestrelo é prova de que a Irmandade dos Passos tem uma história de embates com poderes sagrados e temporais. No século XXI, além das autoridades eclesiásticas, os *irmãos dos Passos* se encontram e se defrontam com os agentes, especialistas e burocratas da conservação patrimonial, desencadeando a *briga do santo*, a ser tratada posteriormente.

A Igreja de São Francisco é um bem cultural importante nas trocas simbólicas do período da Quaresma, quando às sextas-feiras são celebradas missas, onde se cantam os *Motetos dos Passos*, cuja união da letra em latim e melodiosa polifonia transmitem a Paixão e Morte de Jesus. Além disso, a igreja é um lugar importante de três procissões da Semana Santa: Procissão do Depósito, Procissão da Transladação e Procissão do Fogaréu.

10.2. Festas e Procissões: o patrimônio em movimento

Em toda América Portuguesa, os moradores eram impelidos aos constrangimentos da vida festiva, pelos senados da câmara, bispados, ordens religiosas, irmandades e santas casas de misericórdia (Jancsó e Kantor, 2001). As festas de Goiás do período colonial tiveram papel importante no processo de estruturação da sociedade vilaboense, colaborando para com o “enraizamento” (Moraes, 2005); pois, entendo que elas eram (e ainda são) o sagrado em movimento. Cabia às associações religiosas, dentre outras coisas, o auxílio à “vida espiritual religiosa, *verbi gratia*”, o estímulo na participação das “missas e festas de guarda da Igreja Romana, determinando cuidarem das celebrações em louvor ao seu orago” (Moraes, 2005, p. 144).

Cuidaram os vilaboenses das celebrações de tal forma que algumas chegaram até o século XXI, muito embora bastante transformadas. Festas tradicionais como a de Corpus Christi, a Semana Santa, a Festa de Sant’Ana, a Festa do Rosário e a Festa do Divino são ainda hoje realizadas e representam momentos importantes para os

¹²⁸⁷ “Edmundo Saddi pede atenção do IPHAN”, *O Vilaboense*, Goiás, agosto de 2006, p. 12.

vilaboenses tradicionais. Outras festas como as da Abadia, de Santa Bárbara, de Areias, do Bacalhau, de São Sebastião, da Barra, ainda celebram os seus respectivos oragos, não obstante o fato de que a maior parte das imagens tenham sido, involuntariamente, retiradas das trocas simbólicas tradicionais, como resultado da aliança entre Igreja do Evangelho e agentes do patrimônio.

Em todas essas festas, realizam-se novenas ou tríduos — em algumas ainda cantam a ladainha em latim —, levantamento de mastro, alvorada, serenata e procissão. A festa é organizada sempre pela comunidade próxima à igreja, contando com apoio da Diocese, da banda do 6º BPM e demais vilaboenses¹²⁸⁸. É comum, em Goiás, acordar-se com o som da banda fazendo uma alvorada por volta das 6 horas da manhã e com fogos de artifício comemorando a dia de algum santo. A banda, os fogos, as festas, o som dos sinos entrecortam os dias do ano, tornando o calendário repleto de rituais. Se não se conhece esse calendário, basta ficar atento aos sinais sonoros e segui-los para se descobrir o caminho de mais uma interrupção na rotina vilaboense.

O objetivo desta reflexão não é analisar as festas e procissões em profundidade. Do ponto de vista empírico faltar-me-iam dados acurados, pois que cada uma das festas e procissões constitui em torno de si uma rede extensa de práticas e agentes sociais. Tampouco pretendo apresentar a produção teórica sobre o tema, pois se assim o fizesse, estaria desviando esta análise de seu tema central, que é pensar as festas e procissões, de modo geral, como patrimônios vividos pelos vilaboenses e, de modo particular, como *locus* cultural, no qual o poder de grupos e agentes específicos atuou duplamente: (1) tanto no sentido de preservar estes bens culturais da violência simbólica praticada pela Igreja do Evangelho, (2) quanto no sentido de mercantilizar uma parte desse patrimônio e disponibilizá-lo ao consumo visual.

Desde Durkheim (1989) muitas têm sido as tentativas de definição do termo festa (Amaral, 1998; Brandão, 1989; Caillois, 1978, Duvignaud, 1983; Da Matta, 1990; Eliade, 2001; Magnani, 2003). No entanto, segundo Amaral (1998) há ainda uma escassez de reflexões teóricas sobre as festas, que aparecem quase sempre inseridas esparsamente em estudos sobre rituais e/ou sobre religiões (1998, p. 24). As definições do termo festa podem ser sumariamente resumidas em: transgressão da ordem, estado de “efervescência coletiva”, ritual coletivo, fortalecimento dos laços sociais coletivos

¹²⁸⁸ Cerca de cento e oito eventos entre festas, serenatas, alvoradas, comemorações, inaugurações, procissões etc., contaram com a presença da Banda do 6º BPM, no ano de 2001, na cidade de Goiás. Agenda da Banda do 6º BPM, do ano de 2001. Consulta feita no arquivo do 6º Batalhão de Polícia Militar de Goiás.

(Durkheim, 1989), fuga do cotidiano, “válvula de escape” que permite liberar as tensões do cotidiano e regenerar o mundo social (Caillois, 1978), negação da ordem social, subversão das normas e hierarquias sociais (Duvignaud, 1983).

As festas vilaboenses serão aqui tratadas com base na definição de Brandão, como “uma *fala*, uma *memória* e uma *mensagem*” (1989, p. 8). Para este antropólogo, que primeiramente se dedicou às festas goianas, a festa é “o lugar simbólico onde cerimonialmente separam-se o que deve ser esquecido e, por isso mesmo, em silêncio não-festejado, e aquilo que deve ser resgatado da coisa ao símbolo, posto em evidência de tempos em tempos, comemorado, celebrado” (p. 8). Superando as dicotomias ordinário / extraordinário, ilusório / real, Brandão afirma que a festa se apossa da rotina e “excede sua lógica”, ao invés de rompê-la; não iludindo, ocultando ou disfarçando, mas antes “exagerando o real”, pois ao jogar com a metáfora, rompe com o excesso de significante, com a ordem social da vida e com a ordenação lógica do significado (1989, p. 9).

A noção da festa como uma produção social, que dentre outras coisas — materiais, comunicativas, significativas — é geradora de uma identidade entre os seus participantes ou que permite a concretização sensorial de uma determinada identidade, tem especial relevância para o caso de Goiás. Afirma Guarinello (2001) que isto se dá por meio do “compartilhamento do símbolo que é comemorado”, inscrevendo-o na memória coletiva “como um afeto coletivo, como a junção dos afetos e expectativas individuais, como um ponto em comum” que define a unidade diferenciada dos participantes, ou seja, nem homogênea, nem uniforme (Guarinello, 2001, p. 972)

Inspirada em Brandão (1989), afirmo que as festas vilaboenses — como a Semana Santa e a Festa do Divino — que resistiram aos tempos e às alteridades mais ou menos próximas (*doutor Pedro* e Igreja do Evangelho), continuam a solenizar a passagem do tempo e comemorar a memória do grupo, demarcando assim a identidade vilaboense e garantindo a reprodução da sociedade e dos patrimônios privados, públicos e religiosos.

Nesta tese, algumas festas e procissões da cidade de Goiás ganharão destaque, posto que se revestem elas de grande importância para os vilaboenses tradicionais, enquanto outras, serão apenas referidas e situadas; não obstante serem também fundamentais para a reprodução da cultura religiosa e do sistema patrimonial. Ao final, pretendo que um quadro geral das festas e celebrações permita ao leitor compreender

como o vilaboense constrói a relação tradição, lugar e identidade; e, sobretudo, como essa relação se transforma em patrimônio; de quem e para quem...

Um quadro contendo o calendário das festas, apesar de esquemático e reducionista, auxilia na apresentação dos dados. O quadro não está baseado unicamente nos calendários oficiais da cidade, mas também na minha experiência etnográfica. Chamo atenção para majoritária presença de festas religiosas.

QUADRO 10: FESTAS E CELEBRAÇÕES VILABOENSES

Festa	Período	Local
Folia de Santos Reis	25 de dezembro a 06 de janeiro	Área urbana e rural
Carnaval	Data móvel	Centro histórico
Semana Santa	Data móvel	Centro histórico
Festa do Divino	Domingo de Páscoa até Domingo de Pentecoste	Área urbana Bacalhau e Areais (bairros rurais)
Festa de Santa Rita	Data móvel	Igreja de Santa Rita Praça do João Francisco
FICA	Início de junho	Centro histórico Alguns lugares da periferia
Corpus Christi	Data móvel	Centro histórico
Festa de Santo Antonio	13 de junho	Entorno
Folia de São João	24 de junho	Periferia
Festa Junina São João Batista	Mês de junho	Praça do Capim
Festa de São Pedro	29 de junho	Alto Santana
Instalação do Governo Provisório	26 de julho	Centro histórico
Festa Agropecuária	Mês de julho	Parque Agropecuário (fora do centro histórico)
Festa de Sant'Ana	26 de julho	Igreja de Sant'Ana
Dia do Vizinho	20 de agosto	Largo do Rosário
Festa da Abadia	Início de setembro	Igreja da Abadia
Festa de N. S. da Guia		Igreja de N. S. da Guia Bacalhau
Festa de São Sebastião	1ª domingo de setembro	Pedreira de S. Sebastião Próximo à Igreja do Ferreiro
Festa de N. S. do Rosário da Barra	Setembro	Buenolândia (Arraial da Barra)
Festa do Rosário	1º domingo de outubro	Igreja do Rosário
Festa de N. S. Aparecida de Areais	12 de outubro	Igreja de N. S. Aparecida Areias (bairro rural)
Festa de N. S. da Conceição	8 de dezembro	Sede da Santa Cecília Centro histórico
Festa de Santa Bárbara	4 de dezembro	Igreja de Santa Bárbara Centro histórico
Festa de Santa Luzia	13 de dezembro	Sede da Associação de S. Luzia Centro histórico

Particpei ao menos uma vez de cada uma das festas e celebrações listadas no Quadro 11. Algumas delas eu acompanhei por mais de uma vez, dado que minha pesquisa intensiva durou por um período de um ano e meio (fevereiro de 2001 a agosto de 2002); e que alguns surveys foram feitos em 2000¹²⁸⁹.

Somem-se ao calendário tradicional das festas, os eventos culturais, como lançamentos de livros, apresentações musicais, exposições, homenagens, entrega de título de cidadão vilaboense, dentre outras¹²⁹⁰.

Em várias ocasiões, apenas no espaço do *centro histórico* duas ou três atividades aconteciam simultaneamente ou sequencialmente¹²⁹¹. Em outras ocasiões coincidiram, por exemplo, o Corpus Christi (*centro histórico*) com a festa de Santa Rita (no *João Francisco*). Também coincidiu no ano de 2001, o Corpus Christi com o III FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental).

10.2.1. A Semana Santa

Tomo como ponto de partida a Semana Santa, por se constituir esta, na mais tradicional festa vilaboense. Há provas documentais de que a celebração da Semana Santa acontece desde 1749¹²⁹². Contudo, não se conseguiu definir ainda quem teria introduzido a Procissão no Fogaréu na cidade. A OVAT divulga que teria sido o padre Perestrello, o mesmo que criou a Irmandade dos Passos; mas ressalva que ela não é uma procissão de penitência.

Alguns vilaboenses idosos, como Teresinha da Veiga Jardim (74 anos), ainda se lembram da Procissão do Fogaréu antiga:

Ah, eu lembro só assim... que eu estava com minhas amiguinhas em frente à minha casa, sentada no corredor jogando baliza e quando eu estava sentada mais na porta, eu vi aqueles homens todos de preto com archotes, aquelas tochas na mão e num silêncio profundo. Aí ainda falei assim para as minhas amiguinhas “ih, vem ali uma procissão”. [...] Aí eu falei “ih, a Procissão das Almas” e eu entrei correndo para contar para mamãe. Depois eu reconheci o

¹²⁸⁹ A Semana Santa, por exemplo, participei por três anos consecutivos: 2000 (survey), 2001 e 2002 (trabalho de campo).

¹²⁹⁰ Provavelmente, além das festas e celebrações listadas no Quadro 10, outras têm efeito nos bairros periféricos, mas não puderam ser incluídas neste trabalho pois este não é o espaço para tal.

¹²⁹¹ A agenda de apresentações da banda do 6º BPM é comprovadora da sobreposição de eventos. A banda chega a fazer três apresentações em um único dia. Agenda da Banda do 6º BPM do ano de 2001. Consulta feita no arquivo do 6º Batalhão de Polícia Militar de Goiás.

¹²⁹² Conferir Moraes (2005). Também no relato do viajante europeu Johann Emanuel Pohl (1976) há referência à Semana Santa e a uma procissão com tochas. Há ainda um registro de pagamento de um farfococo, no livro da Irmandade dos Passos, no século XIX (Rezemde, 2001)

meu tio Alcide Jubé... ele estava na frente. Eu falei “não, o titio está lá”. Eram os irmãos dos Passos que estavam fazendo. Do tempo de criança...¹²⁹³.

Na década de 60, o grupo de jovens reunidos na casa de Goiandira Aires do Couto, decidindo sobre os destinos da cidade de Goiás, resolveu que ela viveria *do passado: então nós partimos pra isso, pra esse ponto: explorar o passado. Goiás tem que viver do passado. Aí começamos a valorizar as coisas¹²⁹⁴*. Esse grupo que se uniu criando a OVAT se voltou primeiramente para a Semana Santa, que segundo Élder era *uma festa nossa que já existia, porém não existia com... com esse intuito de hoje, com esse refinamento de hoje, tinha todas as procissões, tal, tal... aí eu falei “então está fácil, nós podemos pegar isso aí e movimentar”¹²⁹⁵*. Conta Élder que esse foi o momento em que

o Rio de Janeiro também levantou a Semana Santa deles antiga. Então, através do Jornal O Globo, eu fazia a comparação das coisas que existiam no Rio de Janeiro e as coisas que existiam em Goiás. Então nós levantamos... todas as cerimônias que saíam no Globo, nós levantamos... aqui em Goiás tinha... no passado já teve. Aí então nós fomos levantando. Achamos o Fogaréu, achamos... as atas da Irmandade de Nosso Senhor do Passos, em que pagavam o farricoco. Farricoco era pago. Era um só. Só um farricoco. Aí começamos a fazer um estudo através das atas das Irmandades como é que realizavam as coisas. Aí fomos levantando. Bom, aí criamos a Procissão do Fogaréu em... o primeiro ano dela foi em sessenta e seis. Nós criamos a OVAT em sessenta e cinco, fizemos um estudo... o Fogaréu saiu... a primeira procissão saiu em sessenta e seis com três farricocos¹²⁹⁶.

Pesquisa, comparação, criação. Élder revela um processo que necessitava de agência. Revela também o diálogo entre o local e o nacional. Interessava observar o que outras cidades estavam fazendo para iluminar suas possibilidades econômicas e culturais. Adaptações aos tempos atuais tiveram que ser feitas. Uma delas diz respeito à antiga proibição de participação das mulheres; a outra, aos lugares percorridos, pois a procissão antiga entrava pela porta principal da catedral, saía pela porta lateral e continuava pelas ruas da cidade. Consideraram perigosa a entrada de um número grande de pessoas portando tochas de fogo dentro da igreja. Incluíram a Santa Ceia, que não existia, e traçaram o trecho a ser percorrido e os pontos de paradas. Élder detalha este processo: *nós é que elegemos a igreja de São Francisco por ela estar no alto, pra ter visão pra todo mundo. Aí nós já vimos a plasticidade da coisa. Resgatando, mas dando*

¹²⁹³ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹²⁹⁴ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em 2002.

¹²⁹⁵ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em 2002.

¹²⁹⁶ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em 2002.

*um contexto atual e um contexto que mostrasse a plasticidade, a beleza cênica de tudo aquilo. A nossa preocupação também foi essa*¹²⁹⁷.

A preocupação não era apenas com a procissão do Fogaréu, mas com toda a Semana Santa. Então, eles continuaram a observar, pesquisar, *levantar* e agir:

*Depois nós... aí tinha uma cerimônia... me chamaram pra assistir uma cerimônia muito resumida, muito restrita dentro da Igreja da Boa Morte, na quinta-feira santa. Porque durante a quaresma dona Darcília, as Amorim, arrumavam naquela parte que está o Cristo, que está em cima do museu, arrumavam o calvário com aquele Cristo e tal, aquela coisa toda. Então aí na quinta-feira, eles desciam o Cristo pra 'guardar' ele até na sexta-feira, porque na quinta-feira santa... terça ou quarta-feira que era a cerimônia... acho que era terça-feira. Então era meu pai, seu Chiquito, pai do Jaime [do Nascimento Costa], que iam lá e desciam o Cristo da cruz e o Coro cantava trechos de músicas da época. E eu achei uma cerimônia muito bonita pra ser tão restrita e quase ninguém participar. Aí eu levei "porque é que nós não fazemos a descida da Cruz", que tinha... pelo histórico nós... só que o calvário era representado por bonecos, como Nossa Senhora das Dores... aí nós começamos a trabalhar. Aí fizemos a quarta-feira, a quinta-feira, que era nossa, com Lava-pés tudo dentro da igreja... era nós é que organizávamos... os meninos vestidos à caráter de apóstolos, aquilo tudo*¹²⁹⁸. [grifo meu]

A idéia de algumas celebrações deles expressa da frase grafada, será retomada ainda neste tópico. Élder revela o trabalho criativo sobre um bem cultural que se tornaria uma mercadoria de grande valor para católicos da região e de outras partes do Brasil. Estes primeiros anos foram sendo de observação e melhorias, acréscimos. De três farricocos passaram para dez, depois para vinte, porque *eles sumiam no meio do povo*¹²⁹⁹. O povo já era o turista. Mas então *continuou a sumir, aí nós colocamos quarenta. Aí paramos, aí teve uma época que a GOIASTUR*¹³⁰⁰ *queria que colocasse uns cem farricocos. Eu falei "não, aí vira bloco de carnaval!" Aí mantivemos os quarentas farricocos*¹³⁰¹. Ainda hoje permanece com 40 farricocos, tendo, contudo, sido incorporadas outras 200 tochas que são distribuídas para os participantes que queiram carregá-las. Atrás dos farricocos correm as duzentas tochas. Há uma clara preocupação estética e performática com a Procissão do Fogaréu.

¹²⁹⁷ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em 2002.

¹²⁹⁸ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em 2002.

¹²⁹⁹ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em 2002.

¹³⁰⁰ A GOIASTUR, da qual Élder também fez parte em dado período, era a agência de turismo do Estado de Goiás. Atualmente é denominada de AGETUR (Agência de Turismo).

¹³⁰¹ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em 2002.

Delgado (2003) e Carneiro (2005) trataram a Procissão do Fogaréu como “tradição inventada”. O conceito, cunhado por Hobsbawm, designa um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, que visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição e da invariabilidade, o que implica continuidade em relação ao passado. (1997, p. 9).

Algumas críticas já recaíram sobre a noção de Hobsbawm. Primeiro porque ela acaba sendo tautológica, uma vez que “*todas* as tradições pode-se dizer que são tradições inventadas” (Giddens, 1997, p. 115). Segundo, por ela se basear na dicotomia entre o “passado real e o forjado” e contrapor as “tradições genuínas” as “tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas”. Segundo Giddens, a autenticidade da tradição, ou o que proporciona o seu “caráter genuíno” em nada tem a ver com a sua antiguidade ou com a sua capacidade de reter com exatidão o passado; mas antes “depende da conexão da prática ritual com a verdade formular” (Giddens, 1997, p. 116).

As tradições contêm ou revelam “verdades”, que se manifestam nas interpretações e práticas dos guardiões. Estes são agentes ou mediadores dos poderes causais da tradição. Os agentes do patrimônio, em Goiás, estão imbuídos da principal característica do guardião, que é segundo Giddens o “status na ordem tradicional, mais do que a ‘competência’” (1997, p. 84). A tradição é garantida pela conexão entre ritual e verdade formular; por isso, não há tradição sem guardiões, pois eles têm o acesso privilegiado à verdade, que em Goiás, é em geral dado pela genealogia.

Giddens avança na noção de “autoridade tradicional” de Weber ¹³⁰², por entender que nas sociedades tradicionais a “autoridade, em seu sentido mais genérico, é o território dos guardiões [sic], e sobre isso Weber fala pouco” (1997, p. 104). São os termos “sabedoria” e “sábio” destacados por Giddens, por considerar que “a pessoa detentora do saber ou sábia [é] o repositório da tradição, cujas qualidades especiais originam-se daquele longo aprendizado que cria habilidades e estados de graça” (Idem, p. 104). Em Goiás, esses guardiões têm habilidades para interpretar o passado, projetando-o para o futuro. Eles são os “especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima”, uma vez que eles têm o “poder de impor — e mesmo de inculcar — instrumentos de

¹³⁰² A dominação de caráter tradicional baseia-se na “crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional)” (Weber, 1994, p. 141).

conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários — embora ignorados como tais da realidade social” (Bourdieu, 2000, p. 11-12).

Élder Camargo de Passos assumiu o lugar privilegiado de guardião da tradição em Goiás, sendo “detentor do cetro (skepton), conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir esta classe particular de discursos”, que são os “discursos de autoridade” (Bourdieu, 2000, p. 91). A sua “fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (Bourdieu, 2000, p. 89).

Com o tempo da institucionalização da proteção do patrimônio por meio do IPHAN, Antolinda Baía Borges, funcionária do IPHAN passou a fazer a mediação entre os guardiões e os especialistas do patrimônio; estes últimos ainda desprovidos de vínculos locais. Aí entendo residir a eficácia da agência patrimonial praticada em Goiás. Uniu a burocracia patrimonial em nível federal com a “verdade formular” interpretada por agentes locais.

Élder Camargo de Passos e Goiandira do Couto interpretaram as “verdades formulares” sobre as procissões e celebrações da Semana Santa e as colocaram em prática a partir de 1966. Aquele foi um ano experimental. Nos anos que se seguiram foram sendo observadas, recriadas, adaptadas, criticadas e melhoradas.

No fim do ano de 1967 o novo bispo chega a Goiás¹³⁰³, rompendo com uma tradição: a pompa e ostentação características dos rituais de chegada e posse dos bispos (Moura, 1989, p. 33). Em seguida, inicia a “arrumação da casa” (Moura, 1989), impondo restrições éticas, organizativas e rituais (Pessoa, 1990). Paulatinamente exigiu-se oposição às injustiças sociais como condição de participação nos atos litúrgicos, desestimulou-se todos os serviços religiosos, bem como as celebrações para-oficiais, como os terços, as folias, as festas, a confissão auricular e algumas procissões (Pessoa, 1990).

Um vilaboense de família tradicional atesta que estas restrições foram impostas à cultura religiosa vilaboense:

Até que provem o contrário, D. Tomás Balduino não acabou com as tradições de Goiás porque o povo de Goiás não deixou. Porque tudo que ele tentou, ele quase conseguiu. Ele queria acabar com o Fogaréu, ele queria acabar com as procissões... ele queria encurtar a procissão pra ver se acabava. Fez tudo que

¹³⁰³ Com o falecimento de Dom Abel Ribeiro Camelo, o bispado vacante há um ano foi ocupado por Dom Tomás Balduino, em 17 de dezembro de 1967.

*podia para arrebentar com as tradições de Goiás. Só não acabou porque a cidade preserva, o povo de Goiás preserva*¹³⁰⁴.

Em 1973, a Semana Santa é reconhecida, pela coordenação diocesana, como sendo a grande dificuldade quanto à renovação e/ou mudança ou mesmo extinção de rituais. Em boletim diocesano declara

Dificuldades no preparo do acontecimento à luz do Evangelho diante de uma tradição de gestos religiosos alienados e desligados da vida. Um interesse crescente, com crescente ingerência do turismo estadual no folclore das cerimônias... A Igreja local vai se responsabilizar por tudo o que se refere a Semana Santa em termos de planejamento e execução (apud Moura, 1989, p. 79).

Moura avalia que de parte dos católicos da Irmandade e da OVAT tal posição da Diocese foi recebida como “a maior violentação da tradição religiosa e cultural de Goiás”, pois desrespeitava o trabalho de pesquisa e estudo do grupo da OVAT, que estava preocupado em ampliar o potencial turístico da cidade (para além da arquitetura) por meio da sua história e de sua cultura (1989, p. 80).

Colocava em discussão a “autoridade tradicional” e a “verdade formular” dos integrantes da OVAT e dos *irmãos dos passos*, que resistiram ao que Élder chama de *ditadura religiosa*, período no qual *nada tinha valor, tudo era ridicularizado e posto ao chão. E se não conseguiram fazer com tudo... foi porque houve a atuação da OVAT, de elementos da Irmandade dos Passos e da Irmandade de Santa Luzia, que eles não conseguiram entrar... que eram elementos que estavam vinculados à igreja, mas não tinham uma direção efetiva da igreja*¹³⁰⁵. Peço a ele para detalhar melhor o que era exatamente esse *tudo* que essa igreja quis acabar:

*O Movimento religioso da cidade. Você não viveu... Goiás tinha as igrejas cheias, lotadas, as missas... todas as suas festividades! No passar desse determinado... desse período que eu falo... ditadura religiosa, porque foi verdadeira ditadura, porque você não tinha direito... Era um diálogo monólogo, entende? Eles chamavam você pra dialogar, mas só monologavam, não interessa o que você falava. Aí eles vieram até um determinado tempo; quando eles viram que não conseguiam mudar certas atitudes, o que eles fizeram? Eles aderiram. Eles aderiram? Ótimo, nós somamos*¹³⁰⁶.

Observe que há uma dubiedade na fala de Élder. Ao mesmo tempo em que se orgulha de sua resistência, revela características que as práticas religiosas perderam

¹³⁰⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹³⁰⁵ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³⁰⁶ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

nesse período. Quanto à Semana Santa, Dom Tomás se defende afirmando que, de parte do grupo da OVAT, *havia uma pretensão deles de tornar aquilo independente da igreja, alegando que se tratava de uma manifestação cultural*¹³⁰⁷. O debate foi para os jornais e Dom Tomás redigiu um documento que leu e fazendo “*ciente a comunidade toda [...] um dia antes [da celebração], dizendo que eu assumia a celebração religiosa, uma vez que a comunidade acompanhava aquilo como expressão de fé católica e o responsável era o Bispo e foi isso...*”¹³⁰⁸

Foi isso, mas não foi só isso. Do ponto de vista da elite local foi bem mais. Élder conta sobre a proibição à música polifônica, tradição secular na cidade:

*Não se podia cantar música polifônica na Igreja... as músicas que nós tínhamos todas a quatro vozes! E nós continuávamos com a música polifônica na procissão de Passos, na sexta-feira da Paixão, onde eles não tinham poder de mando. Então nós fazíamos a nossa parte. Mas aquilo que dependia do movimento da igreja era a música de raízes que eles queriam*¹³⁰⁹. [grifo meu]

Se não tinham *poder de mando* nas procissões, tinham-no dentro das igrejas, impondo ali as deliberações diocesanas: levar a “renovação às últimas conseqüências”, tentando romper com as “práticas tradicionais e alienadoras” (Moura, 1989, p. 83). Recaíram sobre as irmãs Amorim e Jubé, responsáveis pelo Tríduo das Dores, cantado em latim. Um padre gaúcho chegou *irritado numa Homilia e criticou as irmãs Jubé e as irmãs Amorim... dizendo que parassem de cantar aquilo, que ficam cantando aquelas velharias que ninguém entende nada e tal... foi terrível na época*¹³¹⁰.

Este foi um momento em que Dom Tomás contemporizou, pedindo tanto para que o padre se desculpasse na Homilia do dia seguinte, quanto indo ele próprio visitar ambas as famílias para se desculpar.

O problema não era específica e unicamente a música polifônica. Talvez o ataque à música polifônica fosse outra forma de reforçar o ataque maior que recaía sobre o canto e as orações em latim. É importante lembrar que todas as peças compostas em Goiás no século XVIII são em latim. O Concílio do Vaticano II orientava para a obrigatoriedade da compreensão, por parte do católico, do conteúdo das mensagens, orações e cantos. Muitos adeptos da Igreja do Evangelho entenderam como uma proibição ao latim. Fernando Passos Cupertino de Barros sobre isso considerou que:

¹³⁰⁷ Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

¹³⁰⁸ Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

¹³⁰⁹ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³¹⁰ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

O Concílio Vaticano II não proíbe você celebrar nada em latim, desde que a Assembléia saiba o que está acontecendo, saiba que “kyrie eleyson”¹³¹¹ nem latim é... é grego; é um ato penitencial que você está pedindo perdão, eu acho que você pode cantar isso até em russo, as pessoas sabem o que elas tão ouvindo, qual é a intenção do momento. Eu acho que é isso que muda¹³¹².

Atualmente, para cada peça cantada nas igrejas ou nas procissões, por exemplo, os Motetos dos Passos e das Dores, há uma tradução imediata.

Perguntei ao Élder em troca de que música a Igreja do Evangelho recusava a música polifônica e ele cantarolou: *Tim, tim, tim, tim... tim qui tim tim tim...tim qui tim tim tim*¹³¹³. Em seguida, contou sobre um período da Semana Santa em que uma irmã — que também não é vilaboense — disse: *Não! A música polifônica não pode, o povo não gosta da música polifônica.* Élder lhe respondeu com convicção e “sabedoria”, de quem é detentor da “verdade formular” (Giddens, 1997) sobre as tradições locais:

Eu falei — não gosta? A senhora vai à roça irmã? A senhora participa na roça da movimentação religiosa? A senhora tira um “Bendito Louvado Seja” lá para senhora ver se o povo não gosta da música polifônica. Porque aqui um canta a primeira, o outro coloca a segunda lá e o outro coloca a terceira lá. Eles gostam, eles gostam de ouvir e têm sensibilidade. Não é essa música, que vocês estão falando de raiz, que é essa porcariada que vocês tocam aqui dentro da igreja, modernismo... só música moderna, mudam as letras todas antigas! Porque tudo é renovação! Diziam que a igreja é arcaica: “as tradições nós vamos chamar de roxos”. Por causa da capa da Irmandade dos Passos... “aqueles são os roxos”¹³¹⁴.

Pergunto se os irmãos dos Passos eram chamados de “roxos” pelo pessoal da igreja. Ele respondeu que sim, que eram *ridicularizados pelas pessoas de dentro da igreja, do próprio padre!*¹³¹⁵

Ciosos de sua musicalidade, os vilaboenses sempre se esmeraram no preparo das celebrações. Não havia como negociar e ceder para a chamada “música de raiz” ou “música de protesto”, pelo fato de que ela não era a referência identitária do vilaboense tradicional. Ele tinha à sua disposição as músicas sacras, compostas há um século e meio pelos seus conterrâneos. É por meio delas que estabelecem a relação entre passado

¹³¹¹ “Primeiras palavras da tripla invocação que dá início ao Ordinário da Missa, aparecendo assim em primeiro lugar nas missas polifônicas ou corais que não incluem o Próprio, mas apenas as partes comuns. Com a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, canta-se geralmente em português: ‘Senhor, tende piedade de nós’”. Pesquisado em <<http://www.musicaeadraca.com.br/tecnicos/outros/glossario.htm#K>> Access on 23 de janeiro de 2007.

¹³¹² Entrevista concedida à autora em abril de 2005.

¹³¹³ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³¹⁴ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³¹⁵ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

e presente. Quando as cantam, reforçam os laços sociais. O relato longo de um dos organizadores da Descida da Cruz, narra como uma música de protesto quase pôs a perder a *harmonia* da cerimônia tão cuidadosamente planejada:

Eu vou te contar uma que aconteceu com o Dom Tomás... antes deles aderirem ao grupo! Na Descida da Cruz, lá na quadra de esportes, nos fazíamos na quadra de esporte, aí ficou pequeno, passamos pro largo [do Chafariz]. Ele chegou um dia e disse assim “Fulano”, porque ele tem a fala dele na Descida da Cruz, o bispo né? Ele falou “Fulano, esse ano eu não vou falar, eu vou cantar. Eu quero que você arrume um microfone pra mim e um microfone para o grupo que eu vou levar pra cantar”. Aí tudo bem. Aí chegou... no meio da encenação da Descida da Cruz... a hora que dá a palavra pra ele, ele subiu e falou — “esse ano nós não vamos falar, nós vamos cantar”. Aí o grupo dele estava com um microfone cá embaixo e ele lá em cima. Aí ele virou pro fulano e falou assim... dentro da encenação de Jesus... — “fulano, dá o tom aí pra mim”. Aí o fulano deu o “trommmm”.[...] Aí você sabe o que ele cantou? — “Pa ra ri la la la la la, para ri la la” [cantarola melodia de “Funeral de um Lavrador”], com letra que eles colocaram. Quando eu vi aquilo, no meio da encenação, com música sacra, com música clássica... ele me quebrou a harmonia todinha! Eu falei “o quê que eu vou fazer? Eu tenho que equilibrar a coisa pra dar continuidade à Descida da Cruz”. Aí eu corri no menino lá e disse “volta a música da entrada de Dom Tomás”, que é um clássico, é um Bach, “bem no comecinho dele e você deixa ele tocar até o fim, mas você abre todo o volume na hora que o bispo acabar de cantar”. Foi a única coisa... “eu vou equilibrar pra dar continuidade”, senão não tinha como! Aí ele cantou quinhentos versos da coisa... mas feito exclusivamente pra quebrar a harmonia e ridicularizar. Mas eu voltei ao início... só a parte melódica e deixei tocar bem alto, contrastando com aquela aberração que ele tinha feito. Aí deixei tocar até o fim, que não era muito longa aí eu dei continuidade... aí equilibrou a coisa¹³¹⁶.

Pessoa (1990) afirma que uma “palavra de ordem” da Igreja do Evangelho era a “erradicação sistemática e generalizada das práticas religiosas que compunham a piedade popular” (Pessoa, 1990, p. 148). Caso não conseguisse, a orientação era para o “enquadramento dessas práticas” aos propósitos da “conscientização” (1990, p. 149). “Funeral de um Lavrador” foi a música cantada por Dom Tomás, com propósito que realizar o “enquadramento”. Com letra de João Cabral de Melo Neto e música de Chico Buarque, a canção — expressão da dura realidade da desigual distribuição de terras no país — não harmonizava com a celebração preparada pela OVAT. Tinham antes que falar de si próprios, confirmar para si e para os outros os seus valores culturais, provar que a elite vilaboense aviltada pela mudança da capital resistia e planejava o seu futuro, com olhos voltados para um passado rico e musical.

¹³¹⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

A estética para o vilaboense é valor fundamental nas práticas sagradas e profanas, cotidianas, mas, sobretudo, rituais. Vale lembrar que Durkheim já afirmara a importância das “representações rituais”, que além de auxiliarem na compreensão da “natureza do culto”, põem em evidência um importante elemento da religião: o elemento recreativo e estético” (1989, p. 542).

O “elemento estético” passou a ser um dos alvos da Igreja do Evangelho, que para cumprir suas diretrizes, interferia abruptamente na estética das celebrações. Entendia-a como um valor da elite política e econômica a ser combatido. Eram “irrelevâncias menores” como os “adornos estéticos” o eram para Malinowski. A crítica de Leach aos funcionalistas apontava para a necessária abordagem desses “pormenores”, que por serem também “ações simbólicas” e “representações”; ou seja, “parte do sistema total de comunicação interpessoal dentro do grupo”, acabam por fornecer “ao antropólogo social seus dados básicos” (1996, p. 75).

Fernando Passos Cupertino de Barros explica o valor estético para a cultura vilaboense: *As procissões, elas são uma forma de expressão da fé popular. Acho que também com uma boa dose de senso artístico! As pessoas da cidade são sensíveis à questão da arte. Mesmo a pessoas mais simples, elas vão porque elas vêem beleza naquilo que elas estão participando, que elas estão vendo, que elas estão fazendo. E isso tem importância, não é?*¹³¹⁷

As procissões — “linguagem tradicional para a sociedade urbana”, expressão da essência da sociedade (Darnton, 1999) — resguardam ainda em Goiás a característica de proporcionaram uma “impressionante exibição de cor, som e textura” (Idem, p. 157), através da qual a cidade, e, sobretudo, os vilaboenses tradicionais representam-se a si mesmos. Através da qual eles revelam seu rigor estético.

Interpreto que o diálogo entre membros da igreja e vilaboenses tradicionais passou a ser possível quando em alguma medida se respeitou a estética (e a ética) vilaboense. Prova disso é a afirmação de Fernando Passos Cupertino de Barros: *Eu percebi uma mudança notável, não na essência, porque Dom Tomás é uma pessoa extremamente coerente, eu tenho uma grande admiração por ele nesse sentido... Agora, ele mudou o enfoque, a tônica da fala dele... Ele abrandou-se com a idade na questão da forma, mas não perdeu o conteúdo*¹³¹⁸.

¹³¹⁷ Entrevista concedida à autora em março de 2003.

¹³¹⁸ Entrevista concedida à autora em abril de 2003.

Um CD de música sacra de Goiás, lançado pela Escola de Música da UFG em 1998, revelava, no texto do seu encarte, a tensão entre o Bispo e os agentes da cultura e do patrimônio:

Após 1967, com as novas diretrizes, o bispado verdadeiramente pastoral tentou eliminar estas antigas formas regulares dos cultos da Paixão deflagrando conflito entre os fiéis da velha capital. Mas a perseverança de Antolinda Baia Borges e Élder Camargo de Passos, esteios e força das tradições, mantiveram [sic] a permanência dessas cerimônias que prosseguiram sem o clero ¹³¹⁹.

Dom Tomás não se calou diante da crítica divulgada no encarte do CD. Endereçou carta à Maria Augusta Calado, autora do texto, com cópia para a Reitora da UFG e para Fernando Passos Cupertino de Barros. Se dizendo ciente de que o CD tivesse sido produzido “no quadro de uma pesquisa acadêmica patrocinada pela UFG seria conveniente” primeiramente corrigir os “vários erros” da grafia em latim ¹³²⁰. Depois de questionar a veracidade das afirmações sobre o “bispado” após 1967, que Dom Tomás entendeu querer dizer “o Bispo”, ele esclarece para a autora que há “com efeito, aí uma história”; e completa: “só que bem diferente da que você narra. É uma história complexa, delicada, sofrida e extremamente rica” ¹³²¹. Em seguida explicita que

“no que tange ao Descendimento da Cruz, houve uma séria busca conjunta, entre a Diocese e a OVAT, de condições adequadas à realização daquela grande cena e de melhor adequação que, a cada ano afluía mais numerosa. Assim foi que conseguimos passar do exíguo espaço da Catedral para o amplo e lindo cenário da Praça do Chafariz” ¹³²² [grifo meu].

A cerimônia foi, primeiramente, transferida da Catedral para a quadra do Colégio Alcide Jubé e depois, de lá, para o Largo do Chafariz. Estas duas mudanças propostas por Dom Tomás foram justificadas com base na capacidade do lugar para acomodar, com segurança, os fiéis. Mesmo este atestado argumento não foi suficiente para vencer a resistência de muitos vilaboenses tradicionais. No ano em que se realizou na quadra do Colégio Alcide Jubé, caiu uma chuva torrencial no momento em que a procissão acabara de sair e todos tiveram que se recolher com *o Senhor na Catedral*.

¹³¹⁹ Texto de Maria Augusta Calado, “Semana Santa em Goiás”, Escola de Música da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

¹³²⁰ Carta endereçada por Dom Tomás à Maria Augusta Calado, em 18 de janeiro de 1999. Arquivo particular omitido por opção da. Autora.

¹³²¹ Carta endereçada por Dom Tomás à Maria Augusta Calado, em 18 de janeiro de 1999. Arquivo particular omitido por opção da. Autora.

¹³²² Carta endereçada por Dom Tomás à Maria Augusta Calado, em 18 de janeiro de 1999. Arquivo particular omitido por opção da. Autora.

Um *irmão dos Passos* disse: *o Senhor não queria sair da quadra para a procissão; querendo dizer que o Senhor preferia partir em procissão saindo da Catedral. Quando a cerimônia foi transferida para o Largo do Chafariz disseram que Dom Tomás sabia da instabilidade do tempo, naquela época do ano, por isso punha o ritual ao ar livre. No primeiro ano em que o Descendimento da Cruz se deu no Largo, outro vilaboense tradicional, também irmão dos Passos, comentou: o Dom Tomás queria chuva para nós... e olha a lua que apareceu!*¹³²³

Fernando Passos Cupertino de Barros responde à carta de Dom Tomás ressaltando a importância do registro em CD das *peças de raro valor artístico*. Sobre os comentários de Maria Augusta Calado, Fernando avalia relativizando as ações dos diversos grupos envolvidos nos conflitos:

*Apesar das dificuldades iniciais de incorporação de certas melodias polifônicas da Semana Santa, que até mesmo deixaram de ser executadas nas cerimônias durante algum tempo, reencontraram seu espaço nos anos que se sucederam. Ainda nos dias atuais são todas elas integrantes do arsenal litúrgico-musical de nossa Semana Santa. Algumas peças que deixaram de ser cantadas o foram, antes de tudo, por nossa própria incapacidade de ensaiá-las e executá-las, mas jamais por imposição da Igreja. É bem verdade que conflitos houve e que terminaram por dar margem a uma história delicada, com sofrimentos, mas com resultados extremamente positivos, dentro da melhor forma do entendimento comum, da concórdia e da adaptação da cultura musical à realidade vivida hoje pelo povo e pela Igreja. Posições extremadas de outrora, tanto de um lado como de outro, foram trocadas, ao longo dos anos de convívio, pelo bom senso e pela constatação de que a alma do povo guarda elementos culturais que não podem ser eliminados; mas que são perfeitamente capazes de se adaptar a novas realidades.*¹³²⁴ [grifos meus]

Sobre Dom Tomás, um vilaboense entende que *se ele não tivesse tomado algumas posições, algumas posturas, ele não teria conseguido fazer todo o trabalho que ele fez; o problema maior era com alguns grupos que tentavam manter uma posição anterior ao Vaticano II, que não tinha como manter...*¹³²⁵ A postura dura era fruto do contexto histórico pós-conciliar. Pode-se interpretar o caso Dom Tomás, à luz do caso Pedro Ludovico Teixeira.

Pedro Ludovico optou pela mudança da capital para minar o poder da oligarquia Caiado e fundar uma nova época para o Estado de Goiás. Transferiu a sede do centro político e “de fora” e distante da cidade de Goiás tomou decisões que marcaram a

¹³²³ Entrevista concedida à autora

¹³²⁴ Carta de Fernando Passos Cupertino de Barros, datada de 23 de janeiro de 1999, endereçada a Dom Tomás Balduino.

¹³²⁵ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

memória dos vilaboenses. Dom Tomás também se declarou rompendo com os “dominantes”, mais objetivamente com os fazendeiros; estabelecendo alianças com os trabalhadores rurais (Pessoa, 1990). Propunha mudanças drásticas nas formas religiosas locais, mas, diferentemente de *Pedro*, ele as desencadeou “de dentro”. Manteve-se na cidade por 30 anos, efetuando as mudanças e enfrentando as conseqüências lá mesmo, como parte daquele cotidiano e daqueles rituais.

Um distante e o outro próximo, ambos se configuraram em alteridades que os vilaboenses tradicionais foram involuntariamente obrigados a combater num primeiro momento; e a fazer alianças apenas quando conseguiram se fazer *entender*, ao menos em parte. Fernando Passos Cupertino de Barros avalia que assim como *a mudança da capital* houve *uma questão de pedagogia*. Dom Tomás não teria escolhido

*uma boa pedagogia e isso chocou profundamente as pessoas. Quer dizer, quando você faz alguma coisa de maneira autoritária, antidemocrática isso choca. Agora, o tempo é o senhor da razão realmente. Eu briguei muito com Dom Tomás no começo e depois nos tornamos grandes amigos, na medida em que ele passou a entender que era preciso respeitar a forma das pessoas celebrarem e a liberdade delas celebrarem como elas gostam de celebrar*¹³²⁶.

Fernando avalia ainda a importância da *atuação mediadora e competente* do padre e monge Beneditino Marcelo Barros. Também Hecival Alves de Castro (62 anos) atribui ao padre Marcelo o papel de *grande benemérito dessa mudança, dessa integração hoje com a Diocese*¹³²⁷. A chegada dos beneditinos na cidade de Goiás desencadeou a *integração*¹³²⁸. Héber da Rocha Rezende Júnior e Élder Camargo de Passos também deram testemunho do importante papel de mediador engendrado pelo monge beneditino.

De parte da elite cultural creio que a participação do próprio Fernando Passos Cupertino de Barros, de Hecival Alves de Castro e de Héber da Rocha Rezende Júnior, contribuiu para relativizar o drama social no qual viveram enredados por mais de uma década. Héber revela que *se fosse avaliar o período dele [Dom Tomás] aqui, eu acho que foi muito mais positivo e que ele facilitou muito... até mesmo essa questão da preservação... ele deu muito respaldo ao IPHAN [...]. Antolinda tinha todo o respaldo de Dom Tomás para administrar as restaurações das igrejas aqui em Goiás*¹³²⁹.

¹³²⁶ Entrevista concedida à autora em abril de 2003.

¹³²⁷ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³²⁸ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³²⁹ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

Observe-se depoimento de Antolinda Baía Borges, datado de 1982, sobre a Igreja do Evangelho e se perceberá que no prazo de três décadas alianças foram feitas **em nome de um patrimônio:**

Tudo que se faz aqui na Igreja diz que é feito em nome do povo: não tem missa todos os dias, por que dizem que o povo não quer. Mas quem foi consultado? Eu mesma não fui ouvida e mais umas cinqüenta pessoas a quem perguntei não foram ouvidas e são pessoas que querem as missas matinais. Então que povo é esse? Olha, a tradição foi quebrada, o respeito esquecido. Sabe, Frei Reginaldo se aprontava, se limpava inteiro para celebrar, para receber o Cristo. Agora, celebra-se com sandálias e em cálice de barro — por que isso é estar ao lado do povo, que absurdo! ¹³³⁰ [grifo meu]

No dia em que Goiás conquistou o título, Dom Tomás esteve na comemoração, perguntei a ele o que o motivara a estar ali naquele dia e ele respondeu: *É... eu vim pra curtir, não é? Como diz o outro “ajudar a lambar a cria”* ¹³³¹. Conteí sobre isso para um dos agentes do patrimônio que avaliou: *Nesse ponto eu acho que ele colaborou, ele já estava naquela fase de... vamos dizer assim, de convivência boa, pacífica... que foi desses dez anos pra cá. Mas nunca deixamos de ter um pé atrás com ele* ¹³³².

Outro ponto que Dom Tomás destaca na carta endereçada à Maria Augusta Calado, como uma ação importante é a criação de uma Coordenação Geral da Semana Santa, com participação da diocese, da OVAT, das autoridades locais, de pessoas da comunidade e, inclusive, igrejas protestantes.

A Coordenação foi se aprimorando a cada ano e passou a contar com várias equipes, a saber, (1) equipe central, (2) equipe de programa, (3) equipe de evangelização, (4) equipe escola, (5) equipe de publicidade, (6) equipe de imprensa, (7) equipe de segurança e anel viário, (8) equipe de recepção e camping, (9) equipe de juventude, (10) equipe de comerciantes, (11) equipe das autoridades, (12) equipe de para-liturgia e (13) equipe das liturgias. O bispo é responsável pela equipe central e membros da OVAT são responsáveis pelas equipes de programa e para-liturgia.

Todos os anos a coordenação e as equipes se reúnem e planejam a Semana Santa. Após a Páscoa há uma outra convocação para avaliação da Semana Santa, onde se levantam os pontos positivos e negativos e os planos para o próximo ano. Ressalte-se que muito embora a comunidade participe, o controle sobre as procissões, ordem, estética, música etc., fica por conta da OVAT e tem apoio da Irmandade dos Passos.

¹³³⁰ Entrevista concedida à Ivanilde Gonçalves Moura em 1982 (1998, p. 9)

¹³³¹ Entrevista concedida à autora em junho de 2001.

¹³³² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

A Semana Santa em Goiás não compreende apenas a *Semana Santa propriamente dita*. Ela tem início com a Quaresma, seguida pela Semana dos Passos, Semana das Dores e *Semana Santa propriamente dita*. Por isso é referida, por alguns, como *Semana Santa Maior*¹³³³.

A tabela a seguir auxilia na compreensão do tempo e espaço das festas, celebrações e procissões desde o período da Quaresma até a *Semana Santa propriamente dita*. As datas relativas ao ano de 2002 servem apenas para dar a dimensão da distância temporal entre uma e outra celebração. Em negrito estão grafadas as celebrações mais importantes, contando com participação intensa do vilaboense.

QUADRO 11 – RITUAIS E CELEBRAÇÕES DA SEMANA SANTA

SEMANA SANTA MAIOR			
CELEBRAÇÃO	LUGAR	PERÍODO	DETALHES
QUARESMA			
Missa	Igreja São Francisco	Quaresma Sextas-feiras 19:00 h	Moteto dos Passos
SEMANA DOS PASSOS			
Retiro Espiritual	Igreja de São Francisco	Quarta e quinta-feira 13 e 14 de março 19 horas	Penitência Comunitária no dia 14 de março
Missa e compromisso dos novos Irmãos dos Passos	Igreja de São Francisco	Sexta-feira de Passos 15 de março 19 horas	
Missa	Igreja São Francisco	Sábado de Passos 16 de março 06: 30 horas	Moteto dos Passos
Cerimônia do Encerramento	Igreja de São Francisco	Sábado de Passos 16 de março 14 horas	Giro de baixo Tocam os sinos ao fim Rezam em silêncio
Procissão do Depósito	Início: Igreja de São	Sábado de Passos	Giro de baixo

¹³³³ Todos os folders, por mim consultados, sobre a Semana Santa na cidade de Goiás, trazem no título a expressão “Semana Santa”, mas na parte interna constam todas as atividades, celebrações, procissões etc que têm início na Quaresma e finalizam no Domingo de Páscoa. Folders consultados: Programa da Semana Santa 2001 – *Vidas Sim, Drogas Não!* Cidade de Goiás, um patrimônio para a Humanidade; Programa da Semana Santa, ano 2002 – *Por uma terra sem males*. Cidade de Goiás, Patrimônio Mundial;. Programa da Semana Santa, ano 2002 – *Vida, dignidade e esperança*. Cidade de Goiás, Patrimônio Mundial; Semana Santa, Programa 2004 – Cidade de Goiás, Patrimônio Mundial; Semana Santa – Cidade de Goiás, 2006.

	Francisco Fim: Igreja do Rosário	16 de março 19 horas	Moteto dos Passos
Missa	Igreja do Rosário	8 horas	
	Catedral	Domingo de Passos 17 de março	Moteto dos Passos
Procissão do Encontro	Início: Igreja do Rosário Parada: Igreja da Boa Morte Fim: Catedral	Domingo das Dores 17 de março	Giro inteiro Moteto dos Passos: Cantado um em cada Passo distribuídos pelas ruas do Centro Histórico Na Igreja da Boa Morte acontece o Encontro e a Homilia
Procissão da Transladação	Início: Missa na Catedral Fim: Igreja de São Francisco	Segunda-feira 18 de março 19 horas	Giro de baixo Moteto dos Passos
SEMANA DAS DORES			
Tríduo de N. S. das Dores Missa	Catedral de Sant'Ana	Terça, Quarta, Quinta 19, 20 e 21 de março 19:00 h	Moteto das Dores
Procissão das Dores	Início: Missa na Catedral Fim: Catedral	Sexta-feira 22 de março 19 horas	Giro inteiro Moteto das Dores cantado um em cada Passo distribuídos pelas ruas do Centro Histórico
Missa	Igreja da Abadia	Sábado 23 de março 19 horas	
SEMANA SANTA			
Missa	Capela do Asilo	Domingo 24 de março 7 horas	Área de entorno
Procissão de Ramos e Missa	Início: Igreja do Rosário Fim: Catedral	Domingo 24 de março 19:00 h	Giro de baixo Entrada do Senhor em Jerusalém Ramos: Aclamação
	Início: Praça João Francisco Fim: Igreja de Santa Rita		
Penitência comunitária e individual	Catedral Igreja de Santa Rita	Segunda-feira 25 de março 19 horas 20 horas	
Via Sacra	Início: Largo do Chafariz Paradas: Lugares no Centro Histórico Fim: Igreja do Rosário	Terça-feira 26 de março 20:00 h	Vida, paixão, morte e ressurreição de Cristo
Procissão do Fogaréu	Início: Igreja da Boa Morte	Quarta-Feira 27 de março	Giro de baixo Moteto dos Passos

	Parada 1: Igreja do Rosário Parada 2: Igreja de S. Francisco Fim: Igreja da Boa Morte	00:00 h	(<i>Exeamus</i>). Perseguição a Jesus Ceia do Senhor (<i>Domine</i>) Monte das Oliveiras (<i>Pater</i>) Prisão de Cristo Toque do Clarim
SACRO TRÍDUO PASCAL			
Sagração dos Santos Óleos	Catedral de Sant'Ana	Quinta-feira 28 de março	
Ceia do Senhor Lava-pés Transladação do Senhor para o S. Sepulcro	Catedral de Sant'Ana Igreja de Santa Rita	Quinta-feira 28 de março 19 horas	Canto do Lava-pés Hino <i>Pange Lingae</i> (apenas na Catedral)
Adoração do Santíssimo	Catedral de Sant'Ana Igreja de Santa Rita	Quinta-feira 28 de março 24 horas	
Caminhada ao Cruzeiro	Saída: Catedral Chegada: Morro do Cruzeiro	Sexta-feira 29 de março	
Canto do Perdão	Igreja da Abadia	Sexta-feira 29 de março 9:00 h e 10:00 h	Jovens rapazes Em duas apresentações
Comemoração da Cruz	Catedral	Sexta-feira 29 de março 15 horas	
Canto do Perdão	Igreja de São Francisco	Sexta-feira 29 de março 18 horas	Jovens meninas
Descendimento da Cruz	Largo do Chafariz	Sexta-feira 29 de março 20 horas	
Procissão do Enterro	Início: Largo do Chafariz Fim: Catedral	Sexta-feira 29 de março 21:30 horas	Giro inteiro
Retiro	Catedral Igreja de Santa Rita	Sábado 30 de março 8 às 12 horas 6 às 10 horas	
Penitência comunitária e individual	Catedral Igreja de Santa Rita	Sábado 30 de março 19 horas	
Vigília Pascal	Igreja de Santa Rita	21 horas	
DOMINGO DE PÁSCOA			
Vigília Pascal e Missa	Catedral	31 de março 4 horas	
Procissão da Ressurreição	Início: Catedral Fim: Catedral	6 horas	Giro de baixo
Missa	Capela do Asilo	7 horas	Área de entorno
Missa	Catedral	10 horas	
Saída da Folia do Divino Espírito Santo	Catedral	11:30 horas	
Missa	Catedral Igreja de Santa Rita	19 horas	

Sem pretender detalhar cada uma destas celebrações, devo indicar, contudo, o que as diferencia; sobretudo, ao se levar em conta que algumas delas já vêm sendo divulgada pelos meios de comunicação de massa e têm atraído grande público, enquanto outras permanecem como sendo, no dizer vilaboense, *a nossa procissão* ou *a nossa festa*. Esta diferença implicará em uma reflexão sobre tradição, identidade e lugar; e ainda, indicará a diferença entre o patrimônio vivido e o que é o patrimônio pensado e reproduzido para referenciar um lugar, um povo.

Implicará também no aprofundamento das reflexões sobre a relação estabelecida entre os “agentes de evangelização” tanto com os bens culturais preservados, como com os bens culturais não preservados. Em que residiu a diferença entre a resistência operada de forma aguerrida pela OVAT, para preservar a música polifônica e a ausência de resistência quando da dissolução gradativa da Procissão dos Andores? Ou a ausência de resistência quanto à ação que levou santos e peças sacras valiosas de todas as igrejas para o museu? Para tanto, não seguirei a cronologia das festas e procissões por entendê-la ineficaz para os meus propósitos. Os atos litúrgicos e para-litúrgicos serão analisados em relação, uns aos outros.

Foto: Izabela Tamaso (2001)



Élder Camargo de Passos na escadaria que leva ao adro da Igreja de São Francisco de Paula – Procissão do Fogaréu.



MAPA 15

PROCESSÕES DA SEMANA SANTA

- ▬ Rio Vermelho
- ▬ Lugares referenciais
- ▬ Imóveis tombados
- ▬ Área tombada
- ▬ Procissão do Depósito
- ▬ Procissão do Encontro
- ▬ Procissão da Transladação
- ▬ Procissão de N. S. das Dores
- ▬ Procissão de Ramos
- ▬ Procissão do Fogaréu
- ▬ Procissão do Enterro
- ▬ Procissão da Ressurreição
- + Passos do N. S. dos Passos e N. Senhora das Dores
- + Passo do Encontro

A Procissão do Enterro (da Paixão de Cristo) é que reúne maior número de participantes, cerca de cinco mil pessoas ¹³³⁴. Ela une mais que qualquer outra o *centro histórico* à *periferia*. Muitos moradores das áreas periféricas a escolheram como sua procissão preferida ¹³³⁵. De todos os cantos da cidade acorrem vilaboenses para a Cerimônia do Descendimento da Cruz e a Procissão da Paixão de Cristo. Pela grandiosidade, acaba também sendo a mais demorada. Quando os primeiros chegam ao fim do trajeto, na Catedral, ainda tem fiéis partindo para a procissão do Largo do Chafariz. Em termos físicos exige muito dos participantes, pois além de ser uma procissão de *giro inteiro*, o giro acaba sendo lento dado o número de participantes (Mapa 15 – página 640).

Por se realizar na *Semana Santa propriamente dita* é também acompanhada por turistas, fato que não impactou sobremaneira o caráter introspectivo e de devoção da cerimônia, em função das atitudes tomadas pela Coordenação da Semana Santa, relatadas sucintamente na seqüência.

Também neste sentido Dom Tomás teve atuação marcante. No sermão proferido na Cerimônia do Descendimento da Cruz, em 1974, o bispo declarou: “Não creio no Deus das celebrações, inaugurações e missas oficiais sem fé [...]. Não creio no Deus do turismo que só busca celebrações folclóricas; nem no Deus que é mero objeto de nossas tradições” ¹³³⁶. A preocupação de Dom Tomás com o desvirtuamento dos valores religiosos da Semana Santa crescia na mesma proporção que o afluxo de turistas e destoava, em parte, dos planos da OVAT de planejar o futuro da cidade com base nas tradições e no passado.

Em 1977, a Diocese realizou um encontro que objetivou fazer uma “revisão da Semana Santa”, da qual participaram além da OVAT, autoridades municipais, setor da educação, sindicatos, representantes da Polícia Militar etc. Dentre os problemas levantados estava o perfil do turista, impróprio para Semana Santa e participação pequena dos vilaboenses nas cerimônias litúrgicas, indicando que o problema maior talvez residisse na coordenação e que o ideal seria um ambiente religioso, que não fosse atrativo turístico. Ao fim definiu-se, em meio a outras coisas, que não se deveria insistir na Semana Santa como um atrativo turístico, que os moradores da cidade deveriam ser

¹³³⁴ Segundo informação de membros da OVAT.

¹³³⁵ Lembro que esta foi uma pergunta feita para todos os entrevistados formal e informalmente: qual sua procissão preferida ou aquela que você não gosta de faltar?

¹³³⁶ “Sermão proferido pelo Bispo Dom Tomás Balduino, na Cidade de Goiás, após a cerimônia da descida da Cruz, na Sexta-Feira Santa”, abril de 1974. Documento avulso pesquisado no Arquivo da Diocese de Goiás.

conscientizados sobre os valores religiosos e que o trabalho deveria ser conjunto. Também uma pesquisa foi realizada pela UCG (Universidade Católica de Goiás), por três anos consecutivos, com moradores da cidade e constatou que não havia uma negativa ao turista em si, mas à baderna, ao excesso de bebida alcoólica e ao desrespeito aos valores religiosos e à igreja ¹³³⁷.

Os trabalhos de coordenação da Semana Santa foram se aprimorando no decorrer das últimas décadas e resultou em um controle rigoroso das bebidas alcoólicas, do som alto e de qualquer outro tipo de desrespeito. O turismo é intenso. A OVAT permanece coordenando as cerimônias para-litúrgicas bem como o próprio *programa* da Semana Santa. Dom Tomás cantou *música de raiz*, fez sermão considerado político e não religioso; enquanto os membros da OVAT continuaram cantando música polifônica, atraindo turistas e divulgando suas particularidades culturais e sua identidade.

Também colaborou para a resistência da OVAT a Irmandade dos Passos, que comungava do ideal de preservação das *tradições religiosas*. Além do mais, durante a década de 70 e 80, os provedores da Irmandade foram ou membros da OVAT ou de suas relações de parentesco ou alianças; ou ainda filhos de famílias tradicionais que se opunham à nova igreja ¹³³⁸. Prova disso é o testemunho de Dom Tomás da alteração do estatuto da Irmandade, no período de seu bispado: “a presença da igreja ali é garantida por estatuto. É um estatuto que registrado e tal, mas curiosamente, na minha atuação como bispo, modificaram o estatuto... excluindo a autoridade eclesiástica, né? Eu falei “olha, sucedeu isso... de maneira que perdeu o caráter de sucessão religiosa, que tinha...” ¹³³⁹. A OVAT e Irmandade, unidas ou não, resistiram à Igreja do Evangelho e garantiram a preservação de alguns bens e a consolidação de outros em construção, como foi o caso da Semana Santa e Procissão do Fogaréu, a partir de 1966. Ao fim,

¹³³⁷ A pesquisa teve o “objetivo de descobrir com mais critérios as causas, os porquês e as conseqüências que estariam perturbando a vida cidadina e as manifestações religiosas”. “Diocese vê desvirtuamento de festa religiosa”, *O Popular*, Goiânia, 13 de dezembro de 1977, p. 6.

¹³³⁸ Foram provedores da Irmandade dos Passos neste período, Luis Sabino de Passos (1972-1974), Sebastião Gomes de Oliveira (1974-1976), Élder Camargo de Passos (1976-1980), Nilo Ribeiro Leite (1980-1982), Fernando Passos Cupertino de Barros (1982-1986), Héber da Rocha Rezende Júnior (1986-1988), Arnulpho Ramos Caiado Neto (1988-1990), Edmundo Saddi Calil (1990-1996). Foi a partir da gestão de Edmundo que a OVAT perde, em parte, o seu poder sobre a Irmandade. Por outro lado, juntam-se a Edmundo famílias tradicionais como Veiga e Curado, todos críticos da igreja do evangelho.

¹³³⁹ Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

juntamente com a preservação da Semana Santa se preservaram inúmeros bens simbólicos: música polifônica, procissões, a própria Irmandade, as festas.

Todas as cerimônias da Semana Santa têm participação de vilaboenses tradicionais e não tradicionais; do *centro histórico* e da *periferia*; se constituindo num momento de entrelaçamento social. Grande parte dos migrantes habitantes da chamada *periferia*, se não são evangélicos, *descem* para o centro em dias de procissão da *Semana Santa Maior*, sobretudo se são *irmãos dos Passos*.

Tanto a Cerimônia do Descendimento, quanto a Procissão do Enterro são de responsabilidade da OVAT. Esta última conta com a colaboração dos irmãos dos *Passos*, responsáveis por todas as procissões da cidade, exceto as da Semana Santa. Exigem um número grande de atores, cantores e colaboradores. Os membros da OVAT correm de um lado para o outro, dando suporte e respaldo em todos os momentos. A Irmandade dos Passos é responsável por distribuir as velas e Açucenas durante a procissão e o faz com muita eficiência. Mais de uma centena de pessoas atuam no sentido de colaborar para que mais uma Sexta-Feira da Paixão reproduza eficientemente as tradições vilaboenses ¹³⁴⁰.

Outras três procissões que antecedem a *Semana Santa propriamente dita* merecem destaque. A Procissão do Depósito no *Sábado de Passos*, a procissão do Encontro no *Domingo de Passos* e a Procissão das Dores, na *Semana das Dores*. A devoção ao Nosso Senhor dos Passos e a Nossa Senhora das Dores faz com que essas celebrações sejam as mais concorridas para a gente do lugar. Não se falta em nenhuma delas, a não ser por um impedimento invencível.

A missa do Sábado de Passos, às seis e meia da manhã, na Igreja de São Francisco é uma cerimônia indescritível! Os irmãos dos Passos vestindo as murças e balandras, o canto dos Motetos, o ritual litúrgico, a brisa da manhã e o sol que nasce iluminado o adro, adentrando delicadamente a pequena igreja; tudo contribui para a perfeição estética de uma cerimônia de devoção.

À tarde apenas alguns homens irmãos dos *Passos* se reúnem para a *Cerimônia do Encerramento* ¹³⁴¹. O *Senhor* é preparado para partir pelas ruas do *centro histórico*. Todos os detalhes — cabelos, roupas, mãos — são observados criteriosamente por um

¹³⁴⁰ Na cerimônia do Descendimento da Cruz participam 25 atores e cinco pessoas como organização e apoio. Na procissão do Enterro mais de 100 pessoas são mobilizadas entre membros da OVAT, da Irmandade dos Passos, atores, cantores, e pessoal de apoio.

¹³⁴¹ Minha presença na Cerimônia foi liberada apenas após terem vestido a imagem do Senhor dos Passos que é de roca.

grupo de cerca de seis homens e rapazes, que encerram o *Senhor dos Passos* em um baldaquim roxo. Uma oração silenciosa ao fim da cerimônia acontece dentro da igreja, enquanto lá fora os sinos tocam para avisar à cidade que o *Senhor* está pronto.



Héber da Rocha Rezende Júnior participa da Cerimônia do Encerramento
Foto: Izabela Tamasso (2002)



Prece ao fim da Cerimônia do Descendimento
Foto: Izabela Tamasso (2002)

À noite, a procissão do Depósito — também muito referida como *Procissão do Senhor dos Passos* — levará o Senhor dos Passos para a Igreja do Rosário onde permanecerá por uma noite.



Saída da Procissão do Depósito
Foto: Izabela Tamasso (2002)



Procissão do Depósito, tendo ao centro Élder Camargo de Passos.
Foto: Izabela Tamasso (2002)

A imagem é grande e pesada e deve descer a escada que liga o adro da Igreja ao Largo de São Francisco. Muitos irmãos dos Passos colaboram e ficam apreensivos,

dado o peso do andor. Carregar o baldaquim nesse primeiro momento é honraria de alguns homens e a tradição é passada de pai para filho. O trecho da procissão é curto; apenas o giro de baixo (Mapa 15 – página 644).

No Domingo de Passos o Senhor dos Passos é descerrado e sai à noite para a Procissão do Encontro, que representa o encontro de Maria com o filho a caminho do Calvário. Nossa Senhora das Dores, representando Maria, é uma imagem feita pelo escultor goiano Veiga Valle e pertence ao acervo do Museu da Boa Morte. Dizem que ela tem os traços das mulheres Veiga. Os vilaboenses têm adoração (em todos os sentidos da palavra) por esta imagem. Ela, juntamente com a do Senhor dos Passos, são as duas mais queridas imagens sacras. De dentro do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, estática e sem função litúrgica alguma, ela parte na manhã do Domingo de Passos para cumprir a função para o qual foi talhada. Segue para a Catedral especificamente onde é preparada para realizar a tradição do *Encontro* litúrgico.

A procissão é dividida em duas metades: uma bem pequenina que parte da Catedral para a Igreja da Boa Morte; a outra sai da Igreja do Rosário com o Senhor dos Passos, em direção à Igreja da Boa Morte (Mapa 15- página 642). Nossa Senhora das Dores tem sido carregada por irmãs dos *Passos*, o que se configura em uma inovação. Um *irmão dos Passos* teme pelo peso do andor: *Agora tão inventando de pôr Nossa Senhora carregada pelas mulheres. O andor é pesado e precisa ficar dois irmãos dos Passos pra sustentar, só pra dizer que as mulheres tão carregando. Então, invenção, invenção*¹³⁴².

O Senhor dos Passos faz o *giro de baixo*, durante o qual realiza parada em quatro *Passos*. Em cada um deles o Coral Solo, sempre seguido de alguns membros da OVAT, canta um dos Motetos dos Passos e a procissão segue. A família participa da janela, enfeitada com toalhas, velas e vasos de flores. Dois *passos* ficam à Rua Senador Eugênio Jardim, um à Rua do Carmo, um à Rua Treze de Maio. Chega o *Filho* ao encontro com a *Mãe* em frente à igreja da Boa Morte, onde acontece a Homilia. Em seguida a procissão segue com uma imagem atrás da outra para o *giro de cima*, onde se localizam os outros três Passos: (1) no Largo do Chafariz esquina com Travessa Sócrates, (2) no largo do Chafariz no alinhamento do Museu das Bandeiras, e (3) na Rua do Horto, ao lado da Igreja da Boa Morte.

¹³⁴² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

Antigamente os *Passos* eram pequeninas capelas construídas ao lado do casario. Com o tempo, as famílias foram incorporando esses *Passos* às casas. Atualmente existem apenas dois remanescentes dos *Passos* originais: ao lado da Igreja da Boa Morte (pertencente à Diocese) e no Largo do Chafariz (em sua parte mais alta) pertencente à família Pacheco.

Foto: Izabela Tamaso (2002)



Passo do Largo do Chafariz – Residência família Pacheco

Da esquerda para direita: Francisco Curado (Provedor da Irmandade); Bispo Dom Eugênio; de balandrau, Dr. Fernando P. Cupertino de Barros; no teclado, Tão Curado regendo Coral Solo.

Nos outros cinco, um pequeno altar é montado no corredor da casa, próximo à porta da rua. As famílias tradicionais vilaboenses sentem-se honradas em ter um *Passo* em suas casas, o que provoca *até briga de pessoas que querem...*¹³⁴³ Retornando ao Largo do Coreto, as duas imagens entram juntas na Catedral de Sant'Ana.

Na segunda-feira, ainda da Semana de Passos, o Senhor retorna à sua casa em pequena procissão fazendo o giro de baixo (Mapa 15 – página 642).

Terça-feira tem início a Semana das Dores. O Tríduo das Dores é realizado na Catedral de Sant'Ana, com missas e canto dos Motetos das Dores¹³⁴⁴. A Procissão das Dores sai na sexta-feira e detêm-se exatamente nos mesmos sete *Passos*, mas com seqüência invertida. A Procissão das Dores faz o *giro de cima* primeiro, percorrendo

¹³⁴³ Élder Camargo de Passos em entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹³⁴⁴ Até a década de 70 realizava-se o Setenário das Dores, que a partir de então foi reduzido para Tríduo das Dores. No século XVIII a Semana das Dores era organizada pela Irmandade dos Homens Pardos (Rezende, 2001).

seus três *Passos* e depois o *giro de baixo*, passando pelos outros quatro *Passos*. O que é o último *Passo* na Procissão dos *Passos* é o primeiro na Procissão das *Dores*.

É, provavelmente, a procissão que mais comove os vilaboenses tradicionais, inclusive Élder Camargo de Passos, *pai simbólico* do Fogaréu, declara que: *é aquela que mais me toca... eu gosto, acho bonita sabe? E sinto assim... um prazer em participar dela*¹³⁴⁵.

Terminada a Semana das *Dores* tem início a *Semana Santa* propriamente dita, com a procissão de Ramos; sendo esta, a única das procissões que acontece em dois lugares simultaneamente: *centro histórico* e *João Francisco*. A justificativa é a de que uma única igreja não mais comportava toda a população devota.



Procissão das *Dores* – Rua Senador Eugênio Jardim
Foto: Izabela Tamaso (2002)

Até Domingo de Ramos não há turistas, que começam a chegar à quarta-feira, para a Procissão do Fogaréu. Antes do Fogaréu as procissões são dos vilaboenses. Perguntei a Élder quais festas e celebrações ele considerava como patrimônio:

*As festas da cidade de Goiás, que seriam a Semana Santa, não é a Semana Santa em si com o Fogaréu. Essa já pertence ao turista. Mas sim a Semana de Passos, que é uma festa nossa, que a cidade participa, as procissões são menores, não tem aquela movimentação de turista, é uma coisa mais cidadã, nossa. Então, eu acho que a Semana Santa nossa se concentra na Semana de Passos, Semana das Dores. Quando começa o domingo de Ramos... até Domingo de Ramos. Quando começa, de quarta-feira em diante já é semana do turista, Semana Santa do turista*¹³⁴⁶. [grifos meus]

Há nitidamente uma separação entre duas Semanas Santas: a *nossa* e a do *turista*. As duas juntas formam a *Semana Santa Maior*. Inclusive o próprio vilaboense, segundo Élder, participa de maneira distinta delas. Perguntei a ele o que faz a *Semana nossa* ser melhor do que a *do turista*: *É a participação sua, você participa de uma forma efetiva e afetiva. Agora, já a procissão... as outras, quando vem o turista, você tem uma participação, mas é uma participação preocupada em mostrar uma coisa*

¹³⁴⁵ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³⁴⁶ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

*bonita para que o turista veja. A outra não. A outra acontece normalmente bonita, porque ela é simples e é a movimentação do povo*¹³⁴⁷ [grifos meus]. Entendo que Élder use simples no sentido de espontâneo, porque ele bem sabe que de *simples* elas não têm nada! Cada uma dessas procissões é um patrimônio em movimento com excepcional rigor estético. Diria Leach, ético também!

Os *irmãos dos Passos* são os responsáveis por todas as procissões, exceto as da *Semana Santa propriamente dita* (e mesmo nessas, eles colaboram muito). Em primeiro lugar põem a procissão na rua, observando os lugares delimitados: quem não é irmão dos *Passos* sai à frente, quem é segue atrás. Entre aqueles e estes, a Cruz Procensional¹³⁴⁸ — símbolo da Irmandade dos Passos, carregada por um *irmão dos Passos* — marca o espaço destinado aos *irmãos*. O andor ou o Pálio está ao fim da procissão, espaço este destinado ao Bispo, aos párocos, ao Provedor da Irmandade dos Passos, às autoridades municipais e estaduais. Atrás do andor segue a banda. Atrás desta, algumas poucas pessoas¹³⁴⁹.

Cuidam os *irmãos dos Passos* para que a procissão não se parta, para que não faltem velas, nem Açucenas; cuidam das escalas dos *irmãos* que se revezam para carregar o andor. Há um rigor quanto à roupa: homens de balandrau devem portar camisa de manga longa. As mulheres sempre se esmeram, pois as procissões são momentos de zelo, respeito e consideração.

Todas as celebrações e procissões da Semana Santa são aqui entendidas como “viagens”, ou seja, como ações de deslocamento para a festa e de trânsito entre seus lugares (Brandão, 1989). Nas procissões, folias, alvoradas e serenatas, há um deslocamento não só entre pessoas, mas também por lugares, que são redefinidos e ressignificados pela própria festa.

Neste sentido, corpo, lugar e movimento estão em interação. Casey advertiu que o fato de que um lugar seja consistente e perdure não significa que ele seja inativo: part of the power of place, its very dynamism, is found in its encouragement of motion in its midst, its ‘e-motive’ (and often explicitly emotional) thrust (1996, p. 23). Assim

¹³⁴⁷ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³⁴⁸ Nas procissões das Dores e dos Passos a Cruz Procensional sai coberta por um encerro roxo; na procissão do Enterro, ela sai descerrada, somente com um saio roxo; nas outras procissões ela sai com saio amarelo ou branco.

¹³⁴⁹ Sobre a relação entre procissão e hierarquia social conferir Darnton (1986).

proponho pensar o casario, as igrejas conservadas, as ruas calçadas de pedras, os largos e as pontes, todos esses lugares em relação às procissões.

Uma parte do *centro histórico* de Goiás é especialmente dinamizada pelos três tipos de movimentos corporais relativos aos lugares e definidos por Casey como “staying in place”, “moving within a place” e “moving between places” (1996, p.23).

No primeiro caso, “*staying in place*”, o corpo permanece em um único lugar, está em “*position*”, pois mesmo aparentemente parado, nenhum corpo fica em situação completamente estacionária. Exceção feita, por exemplo, às circunstâncias de paralisias; uma vez que o corpo se movimenta mesmo sem sair do lugar, por efetuar pequenos movimentos de seus membros, rotação de cabeça, etc. (Casey, 1996). Exemplos seriam as celebrações, como as missas e o Lava-pés, nas quais as pessoas permanecem por um tempo determinado paradas nos mesmos lugares.

No segundo caso, “*moving within a place*”, o corpo todo se move dentro de um mesmo lugar, correspondendo a um “*place proper*”. A mesma cerimônia que ora mantém o corpo “*staying in place*”, também impõe aos corpos momentos em que devem se deslocar, como, por exemplo, para a Comunhão. Casey afirma que a maioria das ações rituais se dá com os corpos se movendo em um conjunto de direções, dentro de lugares prescritos, como templos, praças etc.

As procissões (bens simbólicos) oferecem um movimento ritual dentro do lugar, em que se constitui a área tombada (bem patrimonial). Assim é que as procissões põem o patrimônio em movimento, ao mesmo tempo em que movimentam o patrimônio, ao adensarem de significado cada um e todos os lugares compreendidos no seu trajeto. Onde advém outra característica do “lugar” como aquele que “gather things em their midst — where ‘things’ connote various animate and inanimate entities” (1996, p. 24). Não patrimonializadas oficialmente, as procissões de Goiás se preservaram.

O terceiro caso, “*moving between places*”, denota as circunstâncias nas quais os corpos viajam entre os diferentes lugares. Mas os corpos não viajam por diferentes lugares também nas procissões (e nas alvoradas, serenatas, e sobretudo nas folias)? Creio que é também possível pensar as procissões, folias, serenatas, alvoradas, como eventos nos quais os corpos seguem rotas preordenadas entre lugares diferentes inseridos dentro da área tombada (ou dentro *centro histórico*, ou no caso das folias, dentro da cidade de Goiás): partindo, por exemplo, de uma igreja e de um lado do rio e seguindo por ruas pré-estabelecidas, cruzando pontes e seguindo para o outro lado do rio, intercalando momentos de movimentos e de paradas em lugares previamente

selecionados e preparados, até atingir o último lugar, no qual ocorre a dispersão dos corpos para outros lugares. O mover-se entre lugares, corresponde a uma “*entire region*”, ou seja, uma área que concatena peregrinações entre os lugares por elas conectados. Em Goiás, esta área é demarcada pelos lugares patrimoniais, inseridos no *centro histórico*.

Todas as três formas que põem em interação corpo, lugar e movimento, são importantes no processo de patrimonialização do centro histórico de Goiás. As procissões, folias, serenatas e alvoradas, patrimônios religiosos que são, estão em interação imediata com os patrimônios públicos e os privados. Uma interanimação que atribui mais densidade e significado às trocas simbólicas e a cada um dos bens e dos lugares inseridos no sistema.

As procissões põem o patrimônio em movimento. Elas não apenas passam nos e pelos lugares, elas fazem com que cada lugar — casa, igreja, rua, ponte e largo — percorrido seja em si um evento, no sentido de Casey, “the spatiotemporalization of a place, and the way it happens as spatiotemporally specified” (1996, p. 37). Todas as casas devem se abrir para a procissão. Assim, cabe em geral aos mais idosos e/ou aos funcionários das casas, cumprirem o ritual de olhar a procissão que passa; enquanto os mais jovens acompanham a procissão.

Qualquer proposta de alteração do trajeto é recebida com indignação e desconfiança. A história das procissões vilaboenses revela que, em geral, o que se fez foi aumentar e não diminuir o trajeto das procissões¹³⁵⁰. Também neste ponto a Diocese tentou e ainda tenta interferir alegando que os andores são pesados e que já não há mais homens para darem conta das escalas, dado os contemporâneos problemas nas colunas cervical e lombar.

Uma vez que Élder Camargo de Passos é o precursor da Semana Santa para os turistas, perguntei a ele se ele não temia que com o processo de patrimonialização da cidade, e, especificamente, com a conquista do título de patrimônio mundial, as procissões “deles” também sofressem, com o tempo, em função do avanço do turismo: *Eu acho que não, eu acho que vai continuar dessa mesma... nesse mesmo ritmo porque*

¹³⁵⁰ Esse é o caso, por exemplo, da Procissão de Ramos. Seu trajeto antes era partindo do Rosário, seguia pela rua Dom Cândido Penso, Moretti Foggia, largo do Coreto e Catedral. Observe-se que esse foi o único caso de procissão em Goiás que cruzou o rio vindo de sua margem direita para a esquerda pela Ponte da Lapa e não pela Ponte do Carmo. Para aumentarem seu trajeto alteraram da seguinte forma: Igreja do Rosário, rua Senador Eugênio Jardim, rua do Carmo, rua Dr. Couto Magalhães, rua Dr. Corumbá, largo do Coreto e Catedral. Com a alteração passou-se a cruzar o rio da margem direita para a esquerda pela Ponte do Carmo, como o fazem todas as outras procissões.

*ela não é vista pela mídia. Ela realiza aqui, calma, tranqüila e não tem, vamos dizer assim, o enfoque da mídia e tal. Ela é nossa. Como eu disse pra você, ela ainda nos pertence. Ela não é algo de turista*¹³⁵¹ [grifo meu]. Eles ainda têm o domínio sobre o seu próprio patrimônio.

A Procissão do Fogaréu foi o primeiro cartão de visitas da cidade de Goiás. É ainda o grande chamariz do turismo da *Semana Santa propriamente dita*. A partir da Quarta Santa começam a chegar os turistas interessados especificamente na Procissão do Fogaréu. À raridade de execução no Brasil, somam-se a estética e a performance do ritual que mobiliza todos os sentidos¹³⁵². Tambores, música sacra, archotes, luzes, sombras, movimento. Esta é uma procissão em que o público, por ter que correr atrás dos farricocos; se sente, em parte, participando da perseguição de Cristo. Ele tem que correr caso queira ter a experiência daquele ritual, nem que seja para pegar um atalho por um beco para chegar mais rápido à próxima parada da celebração.

Muitos já descreveram a Procissão do Fogaréu; por isso serei breve. As luzes das ruas compreendidas pelo percurso da procissão são apagadas cerca de meia hora antes da cerimônia, que tem início à meia noite. Quarenta farricocos, homens encapuzados, vão perseguir Cristo. Na Boa Morte se apresentam enfileirados, portando archotes. O Coral Solo, regido por Sebastião da Silva Curado, canta os Motetos dos Passos. As caixas ressoam e os farricocos iniciam sua corrida à procura de Cristo, pelo Largo do Coreto, Rua Moretti Foggia, Rua Dom Cândido atingindo a escadaria da Igreja do Rosário, onde se postam. A cerimônia da Santa Ceia acontece. O Coral Solo novamente se apresenta. Os farricocos continuam sua busca por Cristo na direção da Rua Senador Eugênio Jardim, Rua do Carmo, Ponte do Carmo, Avenida Dom Prudêncio, subindo até o adro da Igreja de São Francisco. Ali postados no adro e na escadaria os farricocos prendem Cristo. O Coral Solo se apresenta e o bispo profere a Homilia. Do átrio e das janelas da sede da 17ª Sub-Regional do IPHAN, ministro, governador, deputados, secretários de estado e elite cultural assistem de camarote. O Cristo preso desce a escadaria, representado pelo Santo Sudário, e a procissão continua sua corrida até a Igreja da Boa Morte onde acontece a dispersão¹³⁵³.

¹³⁵¹ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³⁵² Pela sua característica mais performática, a Procissão do Fogaréu é a que mais é impactada pelo turista, que muitas vezes vai das cidades vizinhas ou de Goiânia apenas para assistir a procissão, sem fazer nem um pernoite na cidade.

¹³⁵³ Bispos, padres, algumas autoridades e filhos de famílias tradicionais ficam no Largo de São Francisco, na residência da solteira Milza Samahá, que tradicionalmente serve um lanche; o que ocorre por volta de uma e meia horas da madrugada de Quinta-feira Santa.

Em várias entrevistas formais que realizei perguntei aos entrevistados vilaboenses qual a sua procissão preferida, no sentido daquela que eles não gostam de faltar; e quais os motivos desta predileção. Raramente um vilaboense apontou a Procissão do Fogaréu como a sua preferida. Além disso, como acompanhei cada uma delas, pude observar o volume de participantes e o tipo de participação que cada celebração demanda e/ou possibilita.

Foto: Izabela Tamaso (2001)



Procissão do Fogaréu

Quando citam o Fogaréu, em geral, dão ênfase ao aspecto de divulgação da cidade em âmbito nacional. Observe a resposta de que Héber da Rocha Rezende Júnior (40 anos) à pergunta sobre sua procissão preferida:

Para mim a procissão que mais me marca é a primeira procissão: a Procissão do Depósito. Para mim, intimamente... isso aí vem lá do meu antepassado, do meu período de criança... pela forma como o meu avô me contava, antes de eu mesmo participar... a idéia daquela mística, do mistério... a imagem saindo coberta, a preparação da imagem que era escondida e tudo mais. Então, eu acho que isso aí já vem lá desde o período de infância e aí... a procissão me marca muito¹³⁵⁴.

Na seqüência, Héber indica a Procissão do Fogaréu: *Agora, eu gosto muito também da Procissão do Fogaréu. Eu acho que é a que marca, que representa mais*

¹³⁵⁴ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

*assim a cidade de Goiás*¹³⁵⁵. Aqui não é o aspecto afetivo, religioso, familiar, mas antes, o aspecto identitário que está em jogo. O *Fogaréu* fala sobre os vilaboenses para os não vilaboenses. É a primeira e talvez ainda a mais importante expressão identitária da cidade de Goiás. É depois dela que surge a poetisa doceira: Cora Coralina.

Uma última procissão da Semana Santa precisa ainda ser citada. A procissão da Ressurreição acontece na seqüência da Vigília Pascal. A Vigília Pascal e a Procissão da Ressurreição são apontadas por Héber da Rocha Rezende Júnior (40 anos) como estando mais ligadas aos aspectos litúrgicos se comparadas com o Descendimento da Cruz e a Procissão do Fogaréu, que têm muitos aspectos para-litúrgicos (encenação, farricocos, personagens bíblicos etc.). A Procissão da Ressurreição é dentre todas as procissões da Semana Santa a que tem menor número de participantes, contando com grande participação de mulheres idosas, com poucos homens e jovens. Dela participam aqueles que têm compromisso religioso. Ela percorre apenas o giro de baixo, ao amanhecer do dia, ao som do *Aleluia*. É uma procissão de uma sonoridade sem par.

Héber da Rocha Rezende Júnior comentou que a Igreja, preocupada que estava com o baixo número de participantes da Vigília Pascal e da Procissão da Ressurreição, passou a vinculá-las à Festa do Divino, de modo que *as pessoas que foram sorteadas para a Festa do Divino começassem a participar com as insígnias na Vigília Pascal, pra já participar também da Procissão e com isso trazer mais pessoas*¹³⁵⁶.



Procissão da Ressurreição – Zé Tachinha carrega a Cruz Procensional (símbolo da Irmandade dos Passos) pela Rua Senador Eugênio Jardim

Foto: Izabela Tamasso (2002)



Procissão da Ressurreição. Imperador ao centro, irmã dele à esquerda e mãe à direita, seguem à frente do *Pálio*. Rua Senador Eugênio Jardim

Foto: Izabela Tamasso (2002)

¹³⁵⁵ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹³⁵⁶ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

Dentre todas as procissões, as mais citadas foram a Procissão do Enterro (da Paixão de Cristo), a Procissão do Encontro (dos Passos), Procissão das Dores e a de Nossa Senhora do Rosário. Esta última quase sempre foi citada em sua forma antiga, a que não se preservou. Ponto que será interpretado à frente. Outras citadas em menor número foram a da Ressurreição, a de Sant’Ana e a de Corpus Christi.



Descendimento da Cruz – Chafariz de Cauda
Foto: Izabela Tamaso (2002)



Saída da Procissão do Enterro: De terno à esquerda Dr. Fernando P. Cupertino de Barros (Secretário da Saúde do Estado), à direita Boadyr Veloso (Prefeito Municipal).
Foto: Izabela Tamaso (2002)

Foi comum entre os entrevistados que, ao escolherem por uma procissão, imediatamente indicassem mais uma ou duas, destacando suas características singulares. A maioria citou mais de uma procissão do período da *Semana Santa Maior*, mesmo quando escolheu como preferida, por exemplo, a do Rosário. Alguns depoimentos listados abaixo servem como exemplo paradigmático das respostas obtidas, para a questão “qual procissão você mais gosta”:

*Eu gosto muito da procissão da Semana Santa. Quer ver qual que eu gosto? Eu já gostei demais da Procissão do Fogaréu, demais mesmo! Mas agora ultimamente eu gosto daquelas procissões, das Dores, sabe? Não sei se é porque eu fico lembrando dos meus antepassados, da minha mãe, dos meus avós, que vinham da fazenda, os meus avós para assistir essas celebrações.*¹³⁵⁷

*Importante pra cidade, pra trazer o turista é a Semana Santa, mas a procissão que eu gosto mesmo é da Nossa Senhora de Sant’Ana em julho, é a mais bonita pra mim.*¹³⁵⁸

Procissão que eu mais gosto atualmente é a Procissão do Encontro da Semana dos Passos, porque ela continua sendo como ela era... não houve quase modificação nessa procissão desde quando eu era criança. Então, ela e a

¹³⁵⁷ Maria de Fátima da Silva Cançado (45 anos) em entrevista concedida à autora em fevereiro de 2003.

¹³⁵⁸ Reginaldo Ferreira Adorno (48 anos) em entrevista à autora em junho de 2002.

*procissão de sexta-feira da Paixão também, embora ela seja muito triste, elas continuam do mesmo modo*¹³⁵⁹.

*Ah eu não sei, eu gosto mais da Ressurreição... é pouca gente, é linda!*¹³⁶⁰

*Eu gosto muito, muito mesmo da Semana Santa, apesar de eu achar a Procissão do Fogaréu muito cultural, que... tem significado, lógico, mas não tem significado quase nenhum para o cristão, não te dá nenhuma, você não leva quase nada pra casa né? Mas é uma festa bonita também. Mas eu acho que a sexta-feira da Paixão é realmente quando as pessoas vêem de verdade que a vida valha a pena, vendo todo o sofrimento de Jesus. Tudo o que ele passou! A procissão do Encontro... ela é tudo eu acho. É uma procissão muito bonita!*¹³⁶¹

O jovem Wesley, pertencente ao grupo do Rosário — onde talvez os “grupos de evangelização” tenham sido mais eficazes na conduta das restrições éticas, organizativas e rituais — aponta para o aspecto *cultural* da Procissão do Fogaréu. Lembro que o ato litúrgico, que é a Homilia feita pelo bispo no adro da Igreja de São Francisco, se constitui em mensagem ao cristão. Mas para o vilaboense que tem as outras procissões tão piedosas e com tamanha devoção, isso parece pouco. O que Wesley chama de *cultural*, muitos chamam de *folclórico*.

Hecival Alves de Castro (62 anos) acredita que o amor pela cidade, bem como a auto-estima do vilaboense foram deflagrados pela ação da OVAT de *recuperar* a Procissão do Fogaréu: *esse foi o ponto que eu digo... o clímax do trabalho da OVAT... No momento que ela joga na rua a Procissão do Fogaréu! E aquilo teve uma repercussão extraordinária né?*¹³⁶². A conquista do título de patrimônio mundial *deve*, segundo Hecival, *tudo ao trabalho inicial da OVAT*¹³⁶³.

Tendo por objetivo, *zelar pelas tradições culturais*¹³⁶⁴, a OVAT recuperou uma tradição ao mesmo tempo em que, de olho no futuro, a reinventou, dando-lhe aspectos mais atraentes e sedutores. Fato que indica que as inovações e transformações foram permitidas, e até bem vindas e programadas, no quadro das tradições de Goiás, desde que operadas por *filhos de Goiás*, com vistas a atender às suas demandas, expectativas e melhor adaptação aos tempos presente e futuro.

A tradição, afirmou Rabinow (1978), não se opõe à modernidade, mas antes à alienação. Sendo uma imagem do passado em movimento, a tradição existe enquanto a

¹³⁵⁹ Rita da Veiga Jardim (66 anos) em entrevista concedida à autora em julho de 2002.

¹³⁶⁰ Edith de Jesus Paixão (72 anos) em entrevista concedida à autora em abril de 2002.

¹³⁶¹ Wesley Caio Santos Jubé (19 anos) em entrevista concedida à autora em junho de 2002.

¹³⁶² Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³⁶³ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³⁶⁴ Livro Ata da OVAT, p. 2.

cultura está em movimento e sua estrutura de crenças ainda oferece um significado para integrá-la e criá-la. Assim, uma parte da tradição pode murchar e morrer enquanto outras continuam a se mover e florescer. A alienação consiste na tentativa de manter imutáveis os sentidos dos símbolos, quando outras condições se alteram. A OVAT, nada alienada ao processo histórico e cultural vilaboense, criou, recriou e estimulou, com base em sua estrutura de crenças, novas e velhas celebrações, museus, artistas, músicas projetando-os para a modernidade mais imediata: o turismo. A Procissão do Fogaréu é a tradição florescendo por meio da agência de Goiandira do Couto e Élder Camargo de Passos. Em nada estas inovações, engendradas internamente ao grupo local, se comparam às ameaças sofridas com as transformações propostas ou *impostas* pela Igreja do Evangelho.

Acredito que a coincidência temporal da chegada de Dom Tomás e da introdução das restrições éticas, organizativas e rituais (Pessoa, 1990) deliberadas pelas Assembléias Diocesanas, com o início das ações da OVAT, em direção à construção da cidade turística, por meio do reconhecimento e da recolocação de seus valores tradicionais, religiosos e culturais, desencadeou resultados sociais singulares, se comparados com outros municípios da Diocese.

Pessoa (1990), por exemplo, afirma que de uma “religião povoada de anjos e santos a quem os fiéis devem servir com novenas, promessas, folias e outras devoções, o catolicismo em Ceres tornou-se uma crença secularizada na qual o sagrado quase que se restringia à reflexão do Evangelho e dos problemas da realidade” (p. 224). A Igreja do Evangelho na cidade de Goiás, não conseguiu desintegrar a dimensão simbólica e ritual, deixando “em seu lugar um vazio” (Pessoa, 1999, p. 226), como o fez em outros municípios da Diocese.

Goiás, diferentemente de todas as outras cidades, se pensava como ex-capital. Isto ainda a distinguia das outras, pois se não era mais o centro político, o tinha sido outrora; e esse fato histórico deixara marcas indeléveis, que vinham sendo efetivamente realçadas e recuperadas desde os tombamentos da década de cinquenta, citados por Élder Camargo de Passos como o *despertar pelo valor das nossas... dos nossos locais que tinham esse valor histórico*¹³⁶⁵. A partir de então Élder lembra que se dedicou ao *trabalho que foi justamente em sessenta e quatro em diante, com a OVAT e tudo que*

¹³⁶⁵ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

nós iniciamos... um trabalho... vamos dizer assim, um trabalho efetivo em prol de Goiás... preocupado com o que Goiás iria viver no futuro ¹³⁶⁶.

Dois anos apenas entre a recolocação do Fogaréu nas ruas e a chegada de Dom Tomás. Mal tinham se consolidado no trabalho de realizar a recuperação e revalorização das tradições se viram novamente correndo riscos de perder o pouco que ainda lhes restava; pois se teve algo que *Pedro não levou* — além do rio e da trinca que escapou (ponte Nova, Carmo e Lapa) ¹³⁶⁷ — foram as tradições. Entendo que a ação da Igreja do Evangelho acabou desencadeando uma reação de exacerbação, que implicou no efeito contrário; ou seja, avivou ainda mais as tradições locais.

Ao invés de convencê-los de que aqueles eram valores banais se comparados aos problemas sociais e políticos do país; o que os agentes de evangelização fizeram foi estimular que um *front* se organizasse em resistência àquela alteridade próxima; pois que ela, diferentemente de *doutor Pedro* (que estava longe), estava entranhada nas igrejas, nas celebrações, na irmandade, nas festas; impunha mudanças nas formas de casar, de batizar, de rezar. Se este raciocínio estiver correto, de fato, Dom Tomás foi um dos catalisadores da preservação das manifestações religiosas locais. Mas somente o foi onde o grupo era forte, coeso e era detentor de autoridade para operar a resistência e lutar de maneira aguerrida: Semana Santa e Festa do Divino são as duas festas mais exemplares neste sentido. Resistiram.

A primeira porque era o sonho em construção de uma cidade turística; a segunda porque aliava a devoção dos foliões e festeiros à força política e econômica dos imperadores. Foi isto que deu aos organizadores da Festa do Divino o vigor e a convicção para lutar; até mesmo porque se pensavam com certa independência em relação à igreja. Ou seja, apesar da igreja, a Festa do Divino acontecia. Saliente-se que também na Festa do Divino há intensa participação de muitos *irmãos dos Passos*. Por uma necessidade de recorte analítico não poderei tratar da resistência e da preservação da Festa do Divino, muito embora reconheça o valor incomensurável que tem essa festa para o vilaboense ¹³⁶⁸.

Uma pergunta ainda se impõe e devo tentar respondê-la. Diz respeito não mais às tradições que se preservaram, mas antes a tradição que se desintegrou

¹³⁶⁶ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

¹³⁶⁷ Referência ao poema de Josefina Pinheiro Mendes, já citado na Parte I. (Mendes, 2002).

¹³⁶⁸ Detalhes sobre a Festa do Divino em Goiás podem ser encontrados em Fraga (2002).

irremediavelmente: a Procissão dos Andores da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Onde reside a diferença entre Semana Santa, Festa do Divino e Procissão dos Andores?

10.2.2. Festa do Rosário

Há indícios de que no período da mudança da capital a Festa do Rosário era mais importante para a cidade e a região do que a Semana Santa. As matérias do jornal da década de 30 dão destaque para a Festa do Rosário, enquanto colocam apenas pequenas notas sobre a Semana Santa ¹³⁶⁹.

A festa de 1937 é a primeira a se realizar após a mudança da capital para Goiânia ¹³⁷⁰. Uma matéria de jornal da época informa *sobre a grande e já tradicional festa* que contou com a presença de *mais de cinco mil almas [que] extendiam-se, num movimento moroso e pelas nossas principais ruas*. Faz referência ao *verdadeiro deslumbramento* que foi a procissão com *18 andôres, cada qual mais lindo* ¹³⁷¹.

A Festa do Rosário ainda é realizada na cidade, todo primeiro domingo do mês de outubro. Mas, para os vilaboenses, ela perdeu o seu maior encantamento. Há algumas décadas deixou de existir a Procissão dos Andores, da qual se lembram todos os vilaboenses tradicionais. Falam dela e narram detalhes da procissão, inclusive as gerações mais novas, que não a viveram. Há uma comunidade de memória que conserva a lembrança da Procissão dos Andores.

As memórias individuais concordam entre si em vários pontos dando um fundamento comum ao trabalho de reconstrução da memória coletiva. Dentre esses pontos comuns estão a referência à (1) quantidade de andores, (2) à qualidade dos adornos dos andores, (3) a referências às famílias que se responsabilizavam por enfeitar os andores, (4) à participação das escolas, (5) a participação de várias outras instituições, militares, por exemplo, (6) o caráter de organização e eficiência das várias etapas da procissão, (7) a destruição da procissão por Dom Tomás, ou por (8) outros membros do clero local, (9) ou por agentes da evangelização. Alguns desses pontos podem ser observados na fala de uma senhora:

¹³⁶⁹ “Festa de N. Senhora do Rosário”, *Voz do Povo*, Ano IV, Nº 171, Goyaz, 3 de outubro de 1930, p. 1.
“A grande festa de N. S. do Rosário”, *A Razão*, Ano II, Nº 53, Goyaz, 10 de outubro de 1937, p 3.

¹³⁷⁰ O Decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937, transferiu a capital de Goiás para Goiânia.

¹³⁷¹ “A grande festa de N. S. do Rosário”, *A Razão*, Ano II, Nº 53, Goyaz, 10 de outubro de 1937, p 3.

A procissão do Rosário era uma apoteose! Os andores! Cada classe tinha o seu andor, super bem arrumado. Cada um fazia o andor mais bonito para o santo da sua devoção. Não existia custo pra igreja. Dom Tomás acabou com ela. Era a procissão que vinha dos negros, sabe? De manhã tinha a procissão dos andores. A banda saía e ia de casa em casa pegando os andores, cada um carregando. Quando chegava no Rosário era aquela fila de andor e a banda... isso era nove horas da manhã. Quando era cinco horas da tarde saía a procissão. Era a coisa mais linda! Destruiu!¹³⁷² [grifos meus]

Dizem que a cada ano foram aumentando o número de andores até que se atingiu o número de 23. O programa da festa de 1953 traz a ordem dos andores e as respectivas instituições, entidades e congregações responsáveis por conduzi-los durante as procissões¹³⁷³. Observe-se (caixa de texto) o número de 20 andores e um estandarte. Ressalte-se que a época a igreja de Sant'Ana estava em reconstrução e que as celebrações aconteciam no Rosário e na Boa Morte. A Igreja no Rosário recém inaugurada, ainda necessitava de acabamentos internos¹³⁷⁴.

Procissão de Nossa Senhora – Às 17 horas estando todos os participantes e grupos escalados em seus respectivos lugares reservados, desfilarão pela ordem seguinte:

1. Grupo Escolar Prof. Nhola com Menino Jesus
2. Grupo Escolar Manoel Caiado com Nossa Senhora da Piedade
3. Grupo Escolar Constancio Gomes com o Sagrado Coração de Jesus
4. Tiro de Guerra com São Miguel
5. Orfanato S. José com São José
6. Educandário Santana com Santa Catarina de Sena
7. Força Pública com S. Sebastião
8. Ginásio Oficial de Goiás com S. Tomaz
9. Grupo de Operários Católicos com S. Benedito
10. Damas de Caridade de Goiás com Santa Rita
11. Associação Santa Luzia com Santa Luzia
12. Associação Santa Cecília com Santa Cecília
13. Grupo de devotos com São Geraldo
14. Rosarinas com Santa Terezinha
15. Filhas de Maria com Santa Inês
16. Irmandade do Rosário Perpétuo com Estandarte
17. Ordem Terceira com São Domingos
18. Congregados Marianos com Santo Antonio
19. Irmandade de Passos com Sant'anta
20. Coro dos Homens com o Divino Espírito Santo
21. Clero, Coroinhas e Anjinhos
22. Nossa Senhora do Rosário carregada pelos Irmãos dos Passos
23. Banda de Música da Polícia

¹³⁷² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹³⁷³ Programa da Festa de Nossa Senhora do Rosário, do ano de 1953.

¹³⁷⁴ A festa daquele ano objetivou angariar fundos para as obras do altar-mor e para o trono de Nossa Senhora do Rosário. Além disso, era a festa que benção da nova imagem em madeira recém-chegada e da inauguração dos apliques em murano.

A antiga festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos permanece na memória local, ao lado da Procissão dos Andores. Contam sobre um ritual que se realizava com uma escrava negra. Obviamente que essa memória coletiva é herança de três ou mais gerações. *No dia dos festejos, entrava, triunfante, na cidade, a luz do dia a embaixada dos negros, composta de rica tropa de animais, tendo a frente a rainha e o imperador*¹³⁷⁵.

A jovem negra era ornamentada com ouro em pó, próximo a Ponte da Lapa, de onde seguia em cortejo para a Igreja do Rosário. Lá a negra era banhada em água, para que o ouro se soltasse e fosse oferecido a Senhora do Rosário. Começavam então as festividades na porta da Igreja: danças africanas como o Congo, Guiné, quebra-bunda, umbigada, lundu (Alcântara, 2001).

Marco Antonio Veiga de Almeida (39 anos) herdou a memória da festa dos negros, pois que não a vivenciou. Interessante em sua narrativa é observar a relação entre a extinção da festa dos negros e da procissão dos andores, ambas atribuídas ao Dom Tomás:

Procissão dos andores – Após o Pontifical, serão recolhidos os andores no Santuário, ornamentados pelas Associações e Famílias goianas, na seguinte ordem:

1. Menino Jesus de Praga pelo Grupo Escolar Prof. Nhola
2. Nossa Senhora da Piedade, pelo Grupo Escolar Manoel Caiado
3. Coração de Jesus, pelo Grupo Escolar Constancio Gomes
4. São Miguel Arcanjo, por Da. Dulce de Castro
7. Santa Catarina de Sena, pelo Ginásio Santana
8. São Sebastião, por Da. Cecília Santarém Perilo
9. Santo Antonio, por Da. Silvina Cosenza
10. Sto. Tomaz, por Da. Indalicia Guedes Coelho
11. São Benedito, pelo Sr. Manoel Benedito Alves
12. Santa Inez, pelas Filhas de Maria
13. Santa Luzia, pela Associação de Santa Luzia
14. Santa Cecília, pela Associação de Santa Cecília
15. Santa Terezinha, pela família Professor Ferreira
16. Santa Rita, por da. Leonor de B. Camargo
17. São Domingos, por Ordem Terceira
18. São Geraldo, por Da. Josefina Pinheiro Mendes
19. Divino Espírito Santo, pelo Sr. Gileno Loyola
20. Nossa Senhora do Rosário, pela Irmandade do Rosário.

¹³⁷⁵ Nelson Alcântara, “Festa do Rosário”, *Jornal de Goiás*. Ano XV, Cidade de Goiás, 1952; apud Alcântara (2001, p. 37).

Na verdade, tinha famílias e nem eram todas as famílias riquíssimas de Goiás que faziam os Andores. Tinha escolas... colégio Santana tinha um andar... escola... os grupos tinham andores. Então não eram só famílias que tinha... digo na festa do Rosário, entendeu? Antes disso eram os fazendeiros. E Dom Tomás já pegou isso. Os fazendeiros pegavam a escrava mais bonita da fazenda ou da casa, colocavam ouro nela de cima a baixo, em todo o corpo, ela cheia de ouro pra esnober. Quer dizer, essa era a festa do Rosário. Eram escravos que desfilavam com ouro, cada um mostrando o potencial financeiro que tinha; Dom Tomás já pegou isso¹³⁷⁶.

Observe-se que há um problema com relação ao tempo da escravidão vinculado ao tempo do bispado de Dom Tomás. Não tenho dados sobre até quando a festa dos negros, com o ritual da *rainha negra* aconteceu; mas provavelmente, negros forros continuaram participando do ritual ainda no século XX; talvez coincidindo com a Procissão dos Andores. É o que podemos inferir com base na memória de Berenice do Carmo Brito (54 anos), que também relata ações de transformação dos rituais da festa:

Eram 23, passou pra 10, passou pra cinco, aí não tinha mais, não tinha mais. A primeira coisa que eles mudaram na procissão de Nossa Senhora do Rosário foi uma espécie de teatro porque ela é a padroeira dos escravos. Então, antes de sair a procissão eles faziam a representação da escrava... que teve um milagre muito bonito, ela chegava, eles tocando atabaque... eu até arrepio quando eu lembro dessa coisa linda... e aí ela chegava vestida mesmo como escrava, acorrentada e depositava a oferta dela nos pés da santa, lá naquela calçada, naquela escadaria que sobe pra dentro da Igreja e aquela representação era uma coisa muito linda¹³⁷⁷.

Note-se que Berenice também começa fazendo referência à diminuição dos andores na procissão, mas interrompe para narrar outra alteração ainda mais anterior. Observe-se ainda que Berenice faça referência a uma *representação da escrava*, que ela própria testemunhou; ou seja, acontecia ainda quando da chegada de Dom Tomás à cidade.

Os vilaboenses mais idosos gostam de se lembrar da Procissão dos Andores e se empenham para citar as famílias responsáveis por enfeitar os andores de uma procissão já extinta. Talvez aqui estejam ainda acionando as lembranças coletivas da procissão, como meio de sustentar a identidade local baseada nas tradições religiosas. Comecei a indagá-los mais diretamente sobre os motivos do desaparecimento de tal tradição e as repostas ou faziam referência direta ao Bispo Dom Tomás ou mais discretamente citando algum pároco ou agente de evangelização.

¹³⁷⁶ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

¹³⁷⁷ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

Izabela: A senhora sabe quando ela deixa de existir?

Eunice: *Eu tenho impressão que foi o Dom Tomás... ele é que modificou.*¹³⁷⁸

Apesar de ter obtido muitas respostas que atribuísem a extinção da tradição dos andores ao Dom Tomás, também encontrei vilaboenses tradicionais bastante vinculados à Igreja do Rosário que indicam que dificuldades de ordem financeira e operacional teriam abalado a procissão:

*Acho que com a dificuldade... as pessoas foram morrendo, outras foram mudando daqui... e também ficou difícil conseguir pessoas para carregar esses andores e não encontrava pessoas para ornamentar os andores, porque não tinham... era uma dificuldade para encontrar gente que quisesse ornamentar porque eram não sei quantos andores!*¹³⁷⁹

Esta justificativa, em geral, está ligada ao contexto histórico da mudança da capital. Tendo sido transferida em 1937, teria levado consigo uma parte da população vilaboense. Mas como a Procissão dos Andores teria chegado até fim da década de 60 sem condições financeiras e operacionais de execução? Como teria se preservado durante esses 30 anos; entre a mudança da capital e a década de 60? Some-se ainda o fato de que a maior parte das famílias vilaboenses que mudaram para Goiânia, mantiveram suas casas e freqüentavam a cidade em todas as festas tradicionais.

Berenice do Carmo Brito (52 anos) critica esta justificativa baseada em dificuldades financeiras das famílias vilaboenses:

*Não foi isso, não foi isso, eu tenho certeza [...]. Eu tenho certeza que o pessoal da minha época, a maioria não morreu... e que ninguém ia deixar de arrumar um andor... o quê que é... não custa nada arrumar um andor! Mas não foram os fiéis que fizeram isso, foi a própria Igreja! A mudança de cabeça... foi mudando, foi mudando, inclusive até imagens... tiraram as imagens tudo das igrejas; porque não existem imagens mais. Isso a própria Igreja que mudou, não foram os fiéis*¹³⁸⁰.

Uma única vilaboense relacionou espontaneamente a desintegração da Procissão dos Andores com retirada das imagens das igrejas em custódia para o Museu da Boa Morte. Ela interpreta que houve uma ação conjunta da Diocese e da *panelinha*:

Eu era filha de Maria, da Catedral, então com o progresso até as religiões vão mudando. O primeiro bispo que eu vi mudar um pouco essas coisas chamava-se

¹³⁷⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹³⁷⁹ Rita da Veiga Jardim (66 anos) em entrevista concedida à autora em julho de 2002.

¹³⁸⁰ Entrevista concedida à autora em julho de 2002.

Dom Antonio. Ele já chegou com idéias novas, ele já foi mudando, foi mudando... chega outro bispo muda... aí foi derrubando. Eles foram derrubando a fé do povo católico de Goiás. Aí de repente, eu fui vendo... foi chegando um bispo, mudou; foi chegando outro bispo, mudou... “Dom fulano vai tirar”... então foi tirando... e o pessoal... a panelinha... que eu digo que eu nem sei se eles são do IPHAN... eu não vou citar nomes, mas é uma panelinha bem conhecida. [...] Essa panelinha foi ajudando a mudar... então “vamos tirar esse, vamos tirar esse”, foi diminuindo os santos. ... a coisa mais linda os santos, as imagens! De repente essa procissão ficou só a Santa... Nossa Senhora do Rosário e as outras imagens foram pro museu. Então, monopolizaram o nosso Goiás, fez tudo atração turística...¹³⁸¹ [grifos meus]

Segundo essa vilaboense, a Procissão dos Andores teria sido desintegrada em decorrência, não da ausência de famílias para enfeitar andores ou de pessoas para carregá-los; mas por uma simultânea transferência dos santos para o museu. A conexão estabelecida entre Diocese, *panelinha*, museu, santos e Procissão dos Andores, indica que há outros fatores envolvidos no contexto histórico da extinção da Procissão dos Andores. Para responder àquela pergunta inicial — porque a Semana Santa teria sido valentemente defendida e preservada pelos agentes da cultura e do patrimônio e a Procissão dos Andores não — faz-se necessário antes interpretar a conjuntura da retirada das imagens das igrejas e a constituição do Museu de Arte Sacra da Boa Morte.



Procissão dos Andores (década de 30)
Fonte: Monumenta

¹³⁸¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

10.3. Os santos roubados, carregados, levados...

Os santos compunham ao lado das igrejas, irmandades, festas religiosas, procissões, celebrações, música polifônica e folias, o universo religioso da cidade. Muitos desses santos foram esculpidos nos séculos XVIII e XIX. Alguns deles são de autoria do escultor goiano Veiga Valle; autor de mais de 220 imagens em madeiras, entre madonas e santos, que se espalharam pela cidade e pelo Estado de Goiás.

José Joaquim da Veiga Valle nasceu em Meia Ponte (atual Pirenópolis) no ano de 1806. Exercia o seu mandato de Deputado Provincial em 1941, quando se casou com a filha do então Presidente de Província José Rodrigues Jardim. A maior parte de sua produção teria sido produzida a partir desse momento, considerada sua fase de maturidade artística. Seus santos ficaram espalhados entre as residências das famílias e as igrejas de toda a Província (e depois Estado) ¹³⁸².

Em 1940, o pintor João José Rescala esteve em Goiás e descobriu a obra de Veiga Valle, exposta tanto nas Igrejas, quanto em coleções particulares, ajudando a promover a primeira exposição do escultor na cidade. Nessa ocasião, Rescala redigiu um relatório para o SPHAN no qual apresentou as características das peças (Passos 1997). “Descobertas” pelos técnicos do entalhe e da “encarnação”, as imagens começaram a ganhar notoriedade.

Em 1958, algumas imagens foram adquiridas de particulares pelo antiquário José Nóbrega. Dom Cândido Penso, frei dominicano, vai ao encontro de Nóbrega e readquire uma parte das imagens, impedindo assim evasão e descontextualização das mesmas (Passos 1997). Abriga-as na Igreja de Sant’Ana e ali instaura o Museu da Cúria Diocesana, em 15 de maio de 1958, que se constituía em apenas uma sala aos fundos da igreja de Sant’Ana.

Em 1967, a entrega parcial das obras de reconstrução da Igreja de Sant’Ana possibilita que ela volte a abrigar a Catedral, então instalada na Igreja da Boa Morte ¹³⁸³. Perdendo a função de catedral, a Boa Morte fica liberada para outras funções. Em 17 de dezembro de 1967, Dom Tomás Balduino assume bispado e, em 1968, autoriza a transferência de 160 peças do Museu Cúria para a Igreja da Boa Morte e, logo em

¹³⁸² Folder “Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte – Museu de Arte Sacra da Boa Morte”, s/d; “Acervo do Museu de Arte Sacra da Boa Morte com a maior coleção de Veiga Valle”, Fundação Jaime Câmara, 2001.

¹³⁸³ Decreto Nº I/67, Livro do Tombo nº 4, fl. 21v, Arquivo da Diocese de Goiás.

seguida, a criação do Museu de Arte Sacra da Boa Morte. Solicita convênio com o DPHAN, administrado por Renato Soeiro, a fim de garantir a restauração da igreja, adaptação para instalação do museu, organização do acervo por equipe de especialistas, orientação técnica ¹³⁸⁴.

O Museu foi aberto oficialmente em 04 de outubro de 1969. Seu acervo se compunha apenas das peças oriundas do Museu da Cúria. A partir de então teve início o processo de transferência das imagens das igrejas do município de Goiás, em custódia do Museu de Arte Sacra. Segundo percepções de vários vilaboenses, este é o momento no qual começam *a carregar os santos para o museu*.

Contudo, a ação de retirada das imagens de dentro das Igrejas, deveria ser bem fundamentada, a fim de que não fosse contestada pela população. Coincidentemente têm início os roubos de imagens sacras em Goiás. Em 1971 foram roubadas três imagens de autoria de Veiga Valle, da Igreja do Rosário: São José de Botas, Santa Luzia e São Sebastião. As imagens foram recuperadas em Belo Horizonte, em maio de 1971. À época Dom Tomás relatou:

Aqui a recepção das imagens foi tão espontânea quão grandiosa e emocionante. Deu-se à noitinha de ontem. O encontro foi no Santuário de N. Sra.. De Areias, a 10 km de Goiás, formando-se aí o cortejo de carros em direção à Igreja do Rosário, na cidade, onde se achava uma grande massa de povo cantando e ovacionando ¹³⁸⁵.

Em setembro do mesmo ano, as três imagens foram transferidas em custódia para o Museu de Arte Sacra da Boa Morte ¹³⁸⁶. O Bispo já tinha requisitado em abril de 1971 peças e imagens de outras duas igrejas. Da Igreja do Carmo, Dom Tomás Balduino requereu um turíbulo de prata, uma naveta de prata, uma candeia de prata, uma taça de prata, duas surelas de prata, um vaso de óleo dos enfermos e um pequeno quadro de Senhora das Dores ¹³⁸⁷. Da capela de São João Batista do Ferreiro, requisitou a imagem de São João do Desterro ¹³⁸⁸.

¹³⁸⁴ Ofício de Dom Tomás Balduino endereçado ao presidente do DPHAN, Renato Soeiro, em 14 de abril de 1968. Arquivo da Diocese de Goiás.

¹³⁸⁵ Ofício L/151-71, enviado em 22 de maio de 1971 por Dom Tomás Balduino, ao delegado Edirardo José Marques Bicalho Brandão. Arquivo da Diocese de Goiás.

¹³⁸⁶ Requisição 237-71, de 21 de setembro de 1971, assinada por Dom Balduino, em três vias endereçadas ao Arquivo da Paróquia do Rosário, ao Arquivo da Cúria Diocesana e ao Arquivo do Museu de Arte Sacra da Boa Morte. Arquivo da Diocese de Goiás.

¹³⁸⁷ Requisição 111/71, de 17 de abril de 1971, assinada por Dom Tomás Balduino. Arquivo da Diocese de Goiás.

¹³⁸⁸ Requisição 112/71, de 17 de abril de 1971, assinada por Dom Tomás Balduino. Arquivo da Diocese de Goiás.

Em 25 de abril de 1971, foi requisitada a imagem de São Miguel, esculpida por Veiga Valle, de propriedade da capela do Cemitério, para exposição no Museu de Arte Sacra da Boa Morte¹³⁸⁹. Não consegui informações sobre quando a imagem foi requisitada em custódia para o museu. O fato é que por meio do recurso da custódia o bispo requisitou, de todas as igrejas do município de Goiás, no curso de alguns poucos anos, todas as peças sacras de algum valor artístico e/ou monetário.

O *roubo* foi usado como argumento principal para a transferência das imagens para o Museu. Entendo que, se por um lado, as imagens estariam mais bem protegidas no Museu; por outro, atenderiam à demanda de consolidação do museu e de seu acervo de arte sacra. Além do mais, distante dos devotos, as imagens atenderiam bem aos propósitos da Igreja do Evangelho, que combatia a devoção santeira, desde o Concílio Vaticano II.

Perguntei ao Dom Tomás sobre os motivos que o levaram a transferir tantas imagens das igrejas para o museu. Respondendo primeiramente que foi Dom Cândido Penso quem teria dado início ao trabalho de recolher as imagens ao museu, Dom Tomás justificou *um pouco* sua ação pela força das circunstâncias:

Bom, isso se deu, um pouco, a gente forçado pelos fatos. O interesse pelas imagens era do povo, mas não era só... Era dos colecionadores, do pessoal que começou a praticar cultos perigosos né? E esse foi o motivo determinante para a transferência, sobre forma de custódia, para um lugar seguro; porque era algo que tinha um valor inestimável, além do valor... assim volitivo do povo né... o valor venal também que era alto. E nós fomos obrigados a isso né? Não, não... a gente não via outra forma... era aqui e acolá foi apontando aqui e acolá: Mossâmedes, então Barra, Rosário, Abadia¹³⁹⁰.

Fazendo referência aos vários roubos de imagens, Dom Tomás justifica a ação de apropriação dos bens simbólicos praticada pela Diocese, e que contou com apoio dos agentes da cultura e do patrimônio local.

Tendo sido muito bem divulgada, a idéia de *roubo de imagens* de santos causou receio nos devotos, que aceitaram passivamente a retirada dos santos das Igrejas. Ainda hoje, os vilaboenses usam essa idéia como a principal justificativa. Uma senhora, antiga moradora do Arraial da Barra (Buenolândia), explica o motivo da transferência das imagens:

Diz que é para não roubar, mas eu não sei porque... ficou muitos anos lá e ninguém roubava e depois é que o povo inventou esse negócio [...] Ai foi indo,

¹³⁸⁹ Declaração 125/71, de 25 de abril de 1971, assinada por Dom Tomás Balduino. Arquivo da Diocese de Goiás.

¹³⁹⁰ Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

*eles foi carregando as imagens tudo... que tinha lá... que tinha um porção de imagens lá. Ai eles foi trazendo de uma por uma... até que por resto ficou lá uma imagem de São Sebastião, que até é do marido meu*¹³⁹¹. [grifo meu]

Contudo, não se submetem completamente ao argumento dos roubos. No trabalho reflexivo, cada qual vai fazendo suas indagações:

*Olha, quando a gente saía do Grupo [escolar] — as igrejas eram todas abertas — a gente entrava, então tinha aqueles nichos, você ia... era costume... você olhava em cada um, rezava e se tinha uma esmolinha punha. Eu pergunto pra você: onde estão os santos das igrejas, meu Deus? Aonde estão? Então quer vir um patrimônio, uma coisa que zele, mas que não fique só na mão das mesmas pessoas não! Tem que ser de várias classes. Tem que ser de vários pontos, pra poder... se um tem uma cabeça meio errada, têm outros que pensam direito*¹³⁹².

Os santos (ou ausência deles nos templos) são também acionados para legitimar a demanda pela democratização do processo de gestão dos bens culturais e patrimoniais.

Igreja de São João Batista do Ferreiro no antigo Arraial do Ferreiro (zona rural)



Foto: Izabela Tamaso (2002)

Alguns moradores do antigo Arraial da Barra reclamam apenas da ausência da padroeira:

Izabela: A santa padroeira daqui era essa mesmo ou era outra?

Camila: *Não! Era a outra que eles levou e nunca mais devolveu ela pra nós.* [grifo meu]

¹³⁹¹ Entrevista concedida à autora em abril de 2002.

¹³⁹² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

Izabela: A outra era a Nossa Senhora do Rosário?

Camila: *Era Nossa Senhora do Rosário, que a padroeira daqui é Nossa Senhora do Rosário. Pra não ficar sem uma santa, a mãe do Haroldo doou aquela pra nós. Porque nós chorava por conta da santa, porque nós costumava ver ela aqui. Ela tinha uma coroa de ouro linda na cabeça! E o padre levou a coroa, deixou a santa. Aí depois passou o tempo ele levou a santa pra restaurar e essa restauração nunca terminou.*

Izabela: A senhora sabe pra onde levou?

Camila: *Dizem que tá lá no, no... como que chama aquele lugar ali... gente... gente num me lembro!*

Izabela: No Museu da Boa Morte?

Camila: *Eu num posso comprovar porque eu num vi, num vi pra onde levou.*

Izabela: Quando eles levaram e falaram para vocês que ela iria voltar vocês esperaram?

Camila: *É claro que nós esperou, uai! Nós esperou tanto, nós chorava. Marcava dia que nós queria fazer procissão pra esperar a santa, naquela emoção louca*



Igreja de N. S. do Rosário da Barra – antigo Arraial da Barra (atual Buenolândia)

Foto: Izabela Tamaso (2002)

Os moradores dos antigos arraiais estavam e ainda estão menos sujeitos às notícias e aos comentários sobre os roubos de imagens. Por isso têm ainda hoje dúvidas

¹³⁹³ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por pseudônimo por opção da autora.

sobre os motivos pelos quais os santos, e inclusive a coroa de ouro, foram *levados*. Por isso, ainda alimentam esperanças de que ela volte um dia...

Perguntei ao Dom Tomás como ele via o fato de que as comunidades tivessem ficado sem os seus santos padroeiros. A ação de apropriação cultural é amenizada pela substituição por um *fac-símile*: “a gente estabeleceu também o princípio do *fac símile*, porque o pessoal facilmente aceita aquela lembrança e na ocasião da celebração maior traz a imagem do museu, porque aí não há riscos de ser furtado, porque é festa está... o andor e tal e depois se guarda com mais cuidado aquela noite, depois volta para... mas é esse o princípio”¹³⁹⁴.

Não consegui informações sobre santos que tenham sido substituídos por ação da própria Igreja. Porque ela o faria? Para disponibilizar novamente os santos e retornar à fé santeira? Para incentivar os trajetos urbanos que se definiam pela parada aos pés do santo de devoção? Para incentivar os tríduos, as novenas, as procissões? Perguntei a uma senhora se ao tirarem os santos das Igrejas repuseram com outras imagens. Ela respondeu: *não, é o povo que faz, a comunidade*¹³⁹⁵.

A comunidade, visando repor o santo *carregado* para o museu, realizava festas para angariar fundos. Aconteceu também de conseguirem imagens em doação, como conta outra senhora: *Eles tão remediando com outras que tem lá. Até foi a viúva de Teófilo que pôs umas imagens lá*¹³⁹⁶. Também na Igreja da Abadia, cuja imagem fora roubada em 1994, foram feitas duas doações.

Mas a Igreja e a elite cultural, que detêm até hoje o poder sobre o Museu podiam fazer pequeninas concessões¹³⁹⁷. No dia de festa dos santos, eles eram transportados por uma funcionária do Museu. Outra ex-moradora do Arraial da Barra conta como a imagem de Nossa Senhora do Rosário ia para a festa no Arraial da Barra: *Chegava com ela... o andor tava enfeitadinho. Aí chegava com ela e punha ela no andor... saía a procissão... a hora que ia recolhendo a procissão, ela pegava a imagem e punha outra vez num caixotinho e punha dentro do carro e trazia*¹³⁹⁸.

¹³⁹⁴ Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

¹³⁹⁵ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹³⁹⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹³⁹⁷ Em documento datado em 30 de novembro de 1979, Dom Tomás Balduino redige autorização nos seguintes termos: “Pela presente autorizo a Srta. Antolinda Bahia Borges a entregar a imagem de Sta. Bárbara, em custódia no Museu de Arte Sacra desta Cidade, para ser venerada durante os festejos que se realizarão no templo de Santa Bárbara, nos dias 1º, 2, 3 e 4 de dezembro p.v., ficando a mesma Srta. Antolinda Bahia Borges encarregada de acompanhar as providências para a segurança da referida imagem”. Arquivo da Diocese de Goiás.

¹³⁹⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

A filha desta senhora se lembra de ter perguntado para a Irmã Zenaide sobre os motivos pelos quais ela ficava tão preocupada quando tinha que transportar a imagem do Museu para a festa e vice-versa:

*Eu perguntei pra ela, “Zenaide porque você fica tão tensa com essa imagem?”. Ela disse: “o meu receio é que nas Igrejas de Goiás há os roubos, aí sabe que a imagem está comigo no carro e eu estou trazendo à noite, a hora que eu volto, eu tenho preocupação, que alguém pode me cercar e tomar essa imagem” [...] Então ela tinha esse receio*¹³⁹⁹.

O receio de Irmã Zenaide não era infundado. A idéia de *roubo de imagens* permanecia na memória de toda a população. Após o roubo da Igreja do Rosário já relatado, aconteceram dois outros. O roubo de mais de 20 peças da Igreja de São Francisco de Paula, em 1977, levou turíbulo de prata, lampadários, resplendores, dentre outros. Não houve roubo de imagem. Posteriormente, em 1994 foi roubada a imagem de Nossa Senhora da Abadia. Uma coincidência entre eles intriga os vilaboenses: não houve arrombamento em nenhum dos casos. A senhora, ex-moradora do Arraial da Barra, faz uma interpretação simples e imediata:

*Igual a Nossa Senhora da Abadia aqui né... que aconteceu agora... há pouco tempo o roubo... e a gente... pra pensar bem [...] mas eles fala que ela foi tirada... é igual aquele resplendor do Nosso Senhor dos Passos. Quem pegou aquele resplendor do Nosso Senhor dos Passos? Uai, não arrombou porta, não arrombou nada! Não dá pra entrar na cabeça da gente... É alguém que convive...*¹⁴⁰⁰

A memória do roubo da imagem de Nossa Senhora da Abadia e de diversas peças da Igreja de São Francisco, inclusive o resplendor do Senhor dos Passos é ainda bastante forte na cidade e teima em se repetir para quem estiver disposto a ouvir. Quase sempre a narrativa levanta dúvidas quanto ao tipo de roubo: *sem arrombamentos*. O fato é que com ou sem arrombamentos o receio de novos roubos consolou os devotos pela carregação de seus santos dos altares para as vitrines do museu.

Perguntei para um membro do clero se durante esse processo alguém havia se rebelado e ele disse ter ouvido falar do caso da Santa Bárbara, que *houve uma certa reação... agora, havia pouco comentário a respeito disso, a não ser apenas quem fazia o trabalho, que era Antolinda, né, de comum acordo com o bispo. E realmente o interesse era salvar o patrimônio*¹⁴⁰¹.

¹³⁹⁹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴⁰⁰ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora

¹⁴⁰¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

Um morador das proximidades da Santa Bárbara comenta sobre a retirada das imagens desta igreja: *Ah, eu achava que num é direito não. O lugar dela é aí. Quando fez a igreja trouxe ela e pôs aí. Mas diz que não podia deixar ela aí, porque era de muito valor. Então era perigoso gente roubar e num sei o quê...* Perguntei a esse senhor qual era o valor que ele via na Santa Bárbara: *Ah pra mim só a bença dela, mais nada! O milagre que ela faz pra gente né? Mas outro valor... que eu saiba que ela tem ouro, tem num sei o que, pra mim não vale nada não!*¹⁴⁰² [grifo meu].

A retirada dos santos das igrejas não foi tão pacífica quanto se quer apresentar. As contradições surgem também no próprio discurso das autoridades eclesiais. Enquanto recrudesciam quanto aos bens inalienáveis — os terços, o latim, a música polifônica, as celebrações, as encenações, a adoração aos santos, as procissões — orientando e trabalhando para a extinção de tais práticas religiosas consideradas alienadoras, demonstravam consciência preservacionista quanto aos bens materiais. Justificando que era necessária a transferência das imagens para o museu pela questão da segurança da obras sacras, Dom Tomás avalia que

a própria evolução, da... e as exigências do IPHAN, porque... tudo que é patrimônio histórico, o espaço é da igreja, a propriedade é da igreja, mas todo trabalho de recuperação, de manutenção já não é mais de atribuição da igreja. De maneira de que é um bem dividido entre duas atribuições e naturalmente prevalece aquilo que é mais oficial, que é a destinação à cultura e acaba sendo peça mais de museu... as próprias igrejas tocadas pelo patrimônio histórico¹⁴⁰³.

Há uma referência indireta à noção de “antinomia entre domínio e posse”. Mas aqui, a igreja se absteve pacificamente do domínio — a “manutenção” — dividindo as atribuições com o Estado-nação. Em outras situações patrimoniais a igreja não abriu mão do seu “domínio” e não dividiu atribuições, nem mesmo com aqueles que eram de há muito tempo os guardiões das tradições, igrejas, festas, coros, músicas, etc.

A constituição do Museu de Arte Sacra e os roubos da década de 70 foram dois fatores que contribuíram sobremaneira para a concretização das diretrizes da Igreja do Evangelho. Os vilaboenses devotos perderam seus santos, enquanto o Museu de Arte Sacra se enriquecia para recepcionar os turistas, e a Igreja do Evangelho eliminava as imagens dos santos do seu caminho; ou melhor, de sua “caminhada”. O valor de fé dos santos foi secundarizado por ambos: agentes do patrimônio e igreja. Mas de que importava o valor de fé atribuído pelos vilaboenses católicos aos santos? Para a Igreja,

¹⁴⁰² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora

¹⁴⁰³ Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

ele representava a recusa ao Evangelho. Os agentes da cultura e do patrimônio local fizeram aliança com seu maior opositor, Dom Tomás, e juntos eles interferiram e transformaram as formas de produção e reprodução do simbólico.

Paradoxal, que a mesma igreja que entrava em atrito com a elite cultural — por causa da música polifônica e das celebrações da Semana Santa — a ela se uniu para constituir o museu. Com relação aos santos, a Igreja optou pelo valor elitista da obra de arte em detrimento ao valor popular da fé no santo.

As Igrejas, bem preservadas, restauradas, cada qual em seu lugar: lugar de referência geográfica e simbólica, lugar de memória e das tradições. As Igrejas permaneceram seguindo a política de preservação de “pedra e cal” do IPHAN. Os santos se foram. Foram para serem preservados, restaurados (alguns) e expostos em outro lugar. Ficaram as Igrejas e as festas tradicionais sem os santos. Ficaram os turistas com a obra sacra. O “neo-imperialismo cultural”, segundo Baudrillard (1993), domestica as “culturas por meio dos objetos antigos”. Os objetos de essência sagrada foram dessacralizados na funcionalidade do Museu. Os santos, como “repertório de formas de consumo”, servem desde então ao neo-imperialismo da indústria do turismo cultural (Baudrillard, 1993). A afirmação de Stocking (2001) é útil para o caso de Goiás, no qual os santos, objetos da cultura material, que no contexto tradicional tinham valor espiritual, foram reconceitualizados, como objetos estéticos, ao mesmo tempo em que ficaram sujeitos ao mercado de arte (p. 252).

A relação simbiótica e, portanto, inseparável, entre a coisa e o valor (tangível e o intangível) foi, em alguns casos (especificamente para o devoto vilaboense), irremediavelmente destruída. Rompeu-se parte daquilo que Bourdieu (2000) chama de “a relação dóxica com o mundo natal”, ou um alguém “simplesmente prático” da “relação intencional com o objeto”; uma “relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história” (p. 83). Sobre as imagens no museu uma vilaboense comentou:

Mudou, mudou, perdeu o espírito, a alma ficou lá dentro da igreja dela. A minha crença é assim. A alma da Senhora da Abadia está lá no altar dela. Se eu entrar na igreja da Senhora da Abadia, respeitosamente eu reverencio ela. Mas eu não consigo reverenciar ela dentro de um pedestal gelado dentro daquele museu, dentro de uma redoma de vidro que eu não posso nem pegar no pé dela

1404

¹⁴⁰⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

O fato de a imagem de Nossa Senhora da Abadia ter sido roubada, e não *carregada* para o Museu, não interfere na idéia principal da católica; para quem os santos significam muito mais do que a sua forma estética! Os devotos dos santos não vão ao Museu de Arte Sacra. A maioria nunca foi; exceção feita à geração em idade escolar. A geração que já tinha passado da idade escolar quando o Museu foi fundado, não visitou a exposição de obras sacras. Vale destacar que muitos desses devotos não freqüentaram escola. Admitem que não querem e nem se sentem à vontade de visitarem o museu. Obviamente que estão fora deste grupo os vilaboenses tradicionais, membros da elite cultural. Perguntada se já foi ao Museu de Arte Sacra, uma senhora responde:

*Nunca fui. Nunca fui no Museu porque diz que lá... assim... difícil até pra entrar, né? Que é uma coisa muito vigiada. A gente não vai lá pra roubar! Não vai pra rezar. Lá não tem uma missa, o que é que eu vou fazer lá? Ver aquela santaiada...*¹⁴⁰⁵

Os santos dispostos em forma de semicírculo na nave central da antiga Igreja da Boa Morte não seduzem uma parte dos vilaboenses. A Igreja não é mais Igreja, é Museu. Os santos não são mais santos, são obras de arte. A idéia de que se tem que pagar para entrar nos museus da cidade, apesar de equivocada, é senso comum:

Izabela: O senhor já foi ver a imagem lá no Museu?

Senhor: *Não, nunca fui não e eu trabalho lá pertinho lá, mas nunca fui não.*

Izabela: Por quê?

Senhor: *Não, nada não. Eu vejo ela é quando ela vem aí. [para a festa de S. Bárbara]*

Izabela: No Museu o senhor não quer ver?

Senhor: *Não porque lá precisa pagar pra ver e eu não vou fazer isso.*

Enquanto morei na cidade fui a todos os museus em diversas ocasiões e como soubessem que eu era moradora, nunca me cobraram o ingresso, justificando que morador da cidade não paga para entrar. Há, pois, falta de divulgação da não cobrança de ingresso para moradores da cidade. Pergunto a uma vilaboense se a população é convidada a freqüentar o museu: *Não, inclusive se paga pra entrar lá, não é*¹⁴⁰⁶? O problema crucial diz respeito aos direitos culturais e a cidadania, que tem passado despercebido desde o início das políticas patrimoniais. Os vilaboenses mais idosos, de

¹⁴⁰⁵ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴⁰⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

baixa escolaridade e moradores das áreas periféricas — mesmo as tradicionais como Carioca, Vila Lions e Chupa Osso — não são incluídos em políticas de educação patrimonial e de divulgação dos museus. Nesse sentido, Bourdieu já afirmou que

o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores, pertence *realmente* (embora seja *formalmente* oferecido a todos) aos que detêm os meios para dele se apropriarem, quer dizer, que os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações simbólicas que acompanham tal posse) por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los (1992, p. 297).

As satisfações simbólicas (ligadas à fé) que acompanhavam a posse dos santos foram rompidas com a constituição do Museu, quando então teve início outra espécie de satisfação simbólica (fruição estética) por parte de um número restrito de vilaboenses, além de *filhos de Goiás* e turistas; e que não foi ainda apropriada por uma boa parte dos vilaboenses.

O Museu de Arte Sacra da Boa Morte cresceu. Possui atualmente um acervo de cerca de 1500 a 2000 peças entre imaginária, alfaia, indumentária e mobiliário. Parte é custódia da Igreja, parte é doação, outra pequena parte tem sido adquirida, nos últimos anos, com recursos privados ¹⁴⁰⁷. O fluxo de visitantes também cresceu, sobretudo no ano da conquista do título de patrimônio mundial: 2001 ¹⁴⁰⁸.

A questão que importa é: de que maneira a memória do roubo das imagens — recuperadas ou não — bem como da transferência das imagens para o Museu são acionadas atualmente para a compreensão de outros fenômenos sociais? Os dados que apresento a seguir revelarão o quanto a relação de um grupo de vilaboenses com o Nosso Senhor dos Passos, uma das poucas imagens que não foi para o Museu, se baseia nas ações precedentes: *roubo* e *transferência*. Nas duas ações estão implícitas as categorias nativas *carregado (a)* e *levado (a)*; ou seja, o santo foi *carregado* (ou *levado*) tanto pelo ladrão, como pelos agentes do patrimônio e autoridades eclesiásticas. A diferença reside apenas no destino dado aos santos; ou seja, para onde foram eles *carregados*.

A idéia de perda e apropriação cultural que vim trabalhando até agora pode ser confirmada pela afirmação bem humorada de uma vilaboense tradicional: *meu filho*

¹⁴⁰⁷ Conferir em “Telegoiás Brasil Telecom doa Peças de Veiga Valle ao Museu da Boa Morte”, *O Goyaz*, Ano I, N. 3, Goiás, abril de 2002, p. 5.

¹⁴⁰⁸ O número de visitantes foi de 10.878 em 1998, 11.857 em 1999, 12.006 em 2000 e 16.948 em 2001. Dados Fornecidos pela secretaria do Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

*falou 'as assombrações tem até medo de aparecer agora, senão vão pra museu'. É uai, agora tudo vai pra museu [ri]!*¹⁴⁰⁹

Além de roubadas para fora da cidade ou levadas para os museus as imagens de Goiás estão também sujeitas a deixarem a cidade por um tempo determinado, a fim de participarem de exposições em geral, em Goiânia e Brasília. Mas uma grande e importante exposição mobilizaria toda a cidade na *briga do santo*.

7.4. A briga do santo

Em 2000, por ocasião das comemorações dos 500 Anos do Brasil, 16 imagens sacras de Goiás foram solicitadas para comporem o acervo de arte sacra do Brasil na Bienal do Redescobrimento, na cidade de São Paulo. Todas as imagens requisitadas para a exposição compõem o acervo do Museu de Arte Sacra, com exceção da imagem do Senhor dos Passos, que é de propriedade da Diocese de Goiás, mas fica sob responsabilidade da Irmandade dos Passos, na Igreja de São Francisco, desde o século XIX; de onde sai apenas em ocasiões de restauro do templo ou em procissões¹⁴¹⁰.

Ao ser comunicado do interesse do curador da exposição, Dom Eugênio Rixen, bispo de Goiás, convocou o Conselho Diocesano para avaliar a possibilidade de as imagens irem para São Paulo. O Conselho formado dentre outros, por Élder Camargo de Passos, Antolinda Baía Borges, Fernando Cupertino de Barros e Héber da Rocha Rezende, deliberou favoravelmente.

Segundo vários vilaboenses, o conflito teve início quando alguns *irmãos dos Passos* tomaram ciência de que o Bispo já havia assinado a liberação da Imagem para a Bienal, sem consultar o Provedor da Irmandade, pois *aquele grupinho enfiou na cabeça dele que não precisava*¹⁴¹¹. Não obstante ser de propriedade da Diocese, e por isso não precisar de aprovação da Irmandade dos Passos, entenderam os irmãos que deveriam ter sido previamente consultados.

Em reunião do Conselho da Irmandade dos Passos, no dia 10 de março de 2000, dois membros da diretoria comunicaram aos presentes sobre “a remoção da imagem

¹⁴⁰⁹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴¹⁰ Não há informações sobre a autoria da imagem do Nosso Senhor dos Passos. Segundo afirmação da Irmandade do São Bom Jesus dos Passos e da OVAT, a imagem teria vindo da Bahia no século XVIII e teria recebido a interferência de Veiga Valle.

¹⁴¹¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

para fora da cidade de Goiás”¹⁴¹². O provedor então informou aos “presentes que não foi comunicado sobre o assunto até então”¹⁴¹³. O assunto já corria de boca em boca, quando em reunião do dia 17 de março, o provedor leu o ofício enviado por Dom Eugênio, que informava, primeiramente, sobre o convite do curador da Bienal para o Museu de Arte Sacra da Boa Morte. Comunicava ainda o número de peças, especificava detalhes da proteção e seguros das imagens, argumentava sobre a importância do evento para divulgação da cidade em âmbito nacional e internacional, “principalmente neste momento em que a Cidade se prepara para receber o título de Patrimônio da Humanidade”. Encerrava o ofício nos seguintes termos: “Na certeza de que a Diretoria da Irmandade de Senhor dos Passos também participe da grande exposição ‘Brasil 500 anos Artes Visuais’, cedendo por três meses a imagem do Senhor dos Passos, agradecemos”¹⁴¹⁴.

Em reunião do dia 24 de março, a diretoria da Irmandade dos Passos deliberou pela presença do bispo em reunião próxima, a fim de se esclarecerem detalhes sobre o empréstimo da imagem para a Bienal. Dom Eugênio, contudo, se encontrava em visita pastoral no município de Ceres (GO).

As procissões do Depósito, do Encontro e da Transladação aconteceram de forma tensa, mas segundo depoimentos ainda não tinha havido nenhum confronto entre os grupos em disputa pela imagem: *havia uma discussão na cidade, mas de forma velada*¹⁴¹⁵. Após a Procissão da Transladação, chegando com a imagem na Igreja de São Francisco, a dúvida era se a imagem seria recolocada no camarim ou se já ficaria embaixo, para ser removida para o caminhão, que a levaria para São Paulo. O provedor teria respondido: “Não, nós não sabemos... vamos deixar por aqui e amanhã a gente resolve”¹⁴¹⁶. Um vilaboense comentou que *essa posição dele pareceu que seria para levar a imagem. Porque se a imagem ia ficar embaixo ainda, no próprio andar, sem ser transferida para o camarim, significava... pelo menos no nosso entendimento... que*

¹⁴¹² Ata da reunião da Irmandade dos Passos, do dia 10 de março de 2000. Livro de Atas das Seções Ordinárias e Extraordinárias, p. 93v (aberto em 1991). Arquivo da Irmandade dos Passos.

¹⁴¹³ Ata da reunião da Irmandade dos Passos, do dia 10 de março de 2000. Livro de Atas das Seções Ordinárias e Extraordinárias, p. 94 (aberto em 1991). Arquivo da Irmandade dos Passos.

¹⁴¹⁴ Ofício enviado por Dom Eugênio Rixen, Bispo Diocesano, ao Provedor da Irmandade dos Passos, Arnulpho Ramos Caiado Neto, em 03 de março de 2000, lido em reunião da Irmandade em 17 de março de 2000. Ata da reunião da Irmandade dos Passos, do dia 17 de março de 2000. Livro de Atas das seções ordinárias e extraordinárias, aberto em 1991. Arquivo da Irmandade dos Passos.

¹⁴¹⁵ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴¹⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

não havia necessidade de... não faria esse serviço... para embalar a imagem. Fomos todos embora ¹⁴¹⁷.

No dia seguinte, todos os vilaboenses foram surpreendidos com os sinos da Igreja de São Francisco tocando de hora em hora. Os irmãos dos Passos *tomaram a igreja, a igreja ficou por conta deles* ¹⁴¹⁸. Organizaram uma vigília para garantir que a imagem não partiria para a Bienal. Revezavam-se noite e dia. Os sinos da Igreja que tocam apenas em três situações — quando morre um *irmão dos Passos*, em celebrações religiosas e em algumas comemorações civis — tocava de hora em hora, durante o dia, em sinal de protesto da Irmandade. O sino, como um código de comunicação, foi usado no planejamento estratégico dos *irmãos*:

ficou marcado que acaso o sino tocasse no período da noite é que o carro que iria transportar a imagem para a Bienal, estaria na porta com seguranças e tudo mais. Era pra que todos os irmãos chegassem na Igreja, para poder expulsar essas pessoas com todas as suas ferramentas... ¹⁴¹⁹.

Uma espécie de plano de guerra era intensamente vivido por cada um dos moradores, tanto aqueles contrários à ida da imagem, quanto àqueles favoráveis. Os *irmãos* em vigília estavam prontos para se deitarem no chão, na frente do caminhão, impedindo-o assim de *levar* a imagem da cidade. O sino badalado de hora em hora não deixava ninguém esquecer que havia um conflito aberto em meio à elite vilaboense: de um lado a *panelinha* e o bispo; de outro, as famílias consideradas mais conservadoras, mais *tradicionalistas*. Terça, quarta e quinta da Semana das Dores foram dias tensos.

Como o bispo continuasse em missão pastoral fora da cidade, a diretoria convocou Assembléia Extraordinária para o dia 13 de abril (*quinta-feira das Dores*), para *deliberar sobre a liberação da ida da imagem para a Bienal de São Paulo* ¹⁴²⁰. Decidiu-se que, *em sinal de protesto*, os irmãos dos Passos, *com seus balandras e murças*, não participariam da Procissão de Nossa Senhora das Dores, a se realizar no dia seguinte. Foram 187 os irmãos dos Passos a assinarem esta Ata ¹⁴²¹.

Héber da Rocha Rezende Júnior se lembra que *foi uma sexta-feira... uma procissão triste! Acho que na minha vida toda, eu nunca participei de uma cerimônia*

¹⁴¹⁷ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴¹⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴¹⁹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴²⁰ Ata da reunião da Assembléia Extraordinária da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, realizada em 13 de abril de 2000. Livro de Atas de Assembléia Geral, p. 25v (aberto em 19 de abril de 1992).

¹⁴²¹ Idem.

*tão triste*¹⁴²². Recorda-se que eles tentaram reagir e que era *intenção de Frei Marcos que a gente conseguisse levar um número muito grande de irmãos, para demonstrar que a Irmandade estava mais forte do que o pensamento do pessoal que estava segurando a imagem. Nós não conseguimos fazer isso. O grupo era muito pequeno. Foi uma procissão triste, muito triste*¹⁴²³ [grifo meu].

Os irmãos dos Passos e membros da diretoria que lideravam a resistência se postaram na esquina da Avenida Dom Prudêncio e observaram a Procissão passar esvaziada, de gente, de *irmãos*, de fé e de estética.

Tendo chegado à cidade, o bispo reuniu, no Domingo de Ramos, todas as lideranças contrárias e a favor da ida da imagem e depois de ouvir a todos pediu para que aguardassem por sua decisão até o dia seguinte. Ainda no domingo, à noite, o bispo se reuniu com agentes do patrimônio, membros da assessoria religiosa e jurídica da Diocese e Conselho Diocesano. Um vilaboense comentou como as relações entre a Diocese e os agentes do patrimônio haviam se alterado no decurso histórico. Se antes *este grupo tradicional [se referindo aos membros da OVAT] contestava a Diocese,*

*naquele dia havia um grupo... os mesmos... as mesmas pessoas estando ali presente para dar respaldo à atitude que o bispo fosse tomar, para uma situação em que teria que ter presença ali do bispo. Quer dizer, é exatamente o contrário do que foi feito anos... algumas décadas atrás quando se questionava as posições e as posturas de Dom Tomás. Achei muito interessante assim como é que a história muda... o desenvolver da história*¹⁴²⁴.

Dom Eugênio deliberou, por meio de Decreto Episcopal, pela *não ida da imagem à Bienal*. Outros dois decretos decidiram pelo cancelamento do edital de convocação para as eleições da nova diretoria da Irmandade dos Passos e pela nomeação de uma comissão provisória, que teve como provedor o próprio Dom Eugênio Rixen e, como membros da diretoria, vários agentes da cultura e do patrimônio¹⁴²⁵. Foram as 15 imagens sacras dessacralizadas e ficou o *Senhor dos Passos*¹⁴²⁶.

¹⁴²² Entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹⁴²³ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹⁴²⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴²⁵ A comissão Provisória ficou assim constituída: Dom Eugênio Rixen (provedor), Nilo Ribeiro Leite (vice provedor), Iracema Malheiros (1ª secretária), Élder Camargo de Passos (tesoureiro), Héber da Rocha Rezende Júnior (auxiliar), Frei Marcos Lacerda (capelão da Irmandade), Fernando Cupertino de Barros (auxiliar), padre Francisco Caponi (substituto do provedor em sua ausência). Ata do dia 18 de junho de 2000. Livro de Atas das Seções Ordinárias e Extraordinárias (aberto em 1991), p. 100v.

¹⁴²⁶ No catálogo da Bienal do Redescobrimento divulgado pela Folha de São Paulo, no Domingo de Páscoa, a parte sacra de Goiás tinha uma única imagem retratada: a do Senhor dos Passos. Folha de São Paulo, 22 de abril de 2000.

Dom Eugênio comentou que percebeu que *a coisa era mais séria porque era uma coisa emocional*¹⁴²⁷. Além disso, destacou “a briga de família e de poder, concretamente... como a Antolinda me assessorou nesse assunto, acho que os outros ficaram bravos... Aliás, eu acho que o povo nunca me criticou pessoalmente, mas sempre achou que eu estava sendo manipulado por um grupo”¹⁴²⁸.



Foto: Izabela Tamasso (2002)

A mídia noticiou os últimos dias do conflito, inclusive a vigília dos *irmãos*. O episódio foi considerado caricato e ridículo tanto pelo clero, quanto pelos agentes do patrimônio, intelectuais, e *filhos de Goiás*, que não reconheciam a legitimidade do argumento dos irmãos dos *Passos* pela não liberação da imagem. Um membro da elite cultural disse que *essa polêmica da questão do santo vai ou o santo não vai, isso eu tributo à ignorância*¹⁴²⁹. Velho já afirmou que “fanatismo e ignorância são os rótulos normalmente usados pelas elites dominantes para designar as condutas e valores dos grupos que elas oprimem, não compreendem e, em poucos casos, querem compreender, por motivos óbvios” (1997, p. 30).

O que exatamente alegavam os irmãos dos *Passos* quando resistiram à ida da imagem para a Bienal? *O principal argumento que eu ouvi eles gritando é que o santo não ia voltar mais, que tinha sido vendido, essas coisas todas! Alguns falavam que o santo... que não podia, que era um desaforo, que o bispo não tinha consultado, que mandou um ofício dizendo que ia levar. E é ao contrário, se você ler bem o ofício você vê que foi um pedido, não foi uma ordem*¹⁴³⁰.

¹⁴²⁷ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

¹⁴²⁸ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

¹⁴²⁹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴³⁰ Iracema Malheiros em entrevista concedida à autora em agosto de 2001. Iracema era à época vice-provedora da Irmandade dos Passos.

Observe-se que o argumento pela recusa da liberação da imagem traz duas justificativas que não estão relacionadas entre si. Uma diz respeito aos riscos que a imagem correria e a outra se fundamenta nas disputas pelo poder sobre a imagem e sobre a Irmandade. Ambas devem ser consideradas.

Entendo que o conflito desfraldado em Goiás não pode ser interpretado sem que se retroceda à década de 70, quando os vilaboenses conviveram com mais uma história de perda: a dos santos e peças sacras. Fosse pelo roubo, fosse por serem *levadas* para o Museu, o fato é que as imagens e peças sacras foram retiradas do sistema de trocas simbólicas da cultura local. A lembrança dos roubos foi acionada para justificar a não liberação do Nosso Senhor dos Passos:

eu acho que os irmãos apresentaram uma repugnância dessa levagem de imagens, porque no ano de 1977, no dia 13 de Março, aconteceu um grande furto da Irmandade, onde foi roubado turíbulo da Igreja, lampadário, tudo de prata, resplendor da cabeça de Nosso Senhor dos Passos, da cabeça de São Francisco de Paula... e eu acho que foi isso que fez com que as pessoas buscassem força e argumento, pra que não deixasse que a imagem fosse pra essa Bienal

Pode-se argumentar que o roubo dos bens da Irmandade, e todos os outros roubos e carregações das imagens para o Museu, em nada tem a ver com o evento da ida da imagem para a Bienal. Mas entendo que a lembrança dos primeiros eventos — roubos e retirada das imagens das igrejas — serviram para mobilizar os *irmãos* dos Passos contrários à ida da imagem.

Se a memória da espoliação pelos roubos se revelou consciente, entendo que a memória da apropriação cultural, que foi a transferência dos santos para o Museu de Arte Sacra, ainda que não tenha sido declarada, não pode ser desconsiderada. As pessoas responsáveis pela liberação das imagens à Bienal eram as mesmas que *carregaram* as imagens das Igrejas, dessacralizando-as. Ou seja, ao legitimá-las com o valor de obras sacras, a elite cultural privilegiou o valor da obra de arte para o turista sobrepondo-a ao valor sagrado atribuído pela população local. Contudo, a ressemantização não foi ainda incorporada por grande parte dos vilaboenses católicos, para quem as peças continuam sendo sagradas, têm alma; não são obras de arte, não têm valor monetário, têm o valor da *bença* que elas dão.

Respondendo ao temor dos *irmãos* dos Passos resistentes, o Bispo argumentou em favor da liberação das imagens lembrando o valor do seguro: “todas as imagens sacras serão seguradas, cujo valor é em dólar além do transporte ser feito através de uma

seguradora contratada pela Bienal, com toda a segurança e climatização adequada”¹⁴³¹. Os *irmãos* resistentes não queriam saber de seguro. O seguro é justificativa para a lógica econômica, não responde aos anseios da lógica simbólica: *acaso acontecesse um sumiço ou qualquer coisa com a imagem do Nosso Senhor dos Passos... esse dinheiro não iria cobrir o valor que aquela imagem tem para as tradições de Goiás*¹⁴³². Apenas o valor de uso estava em jogo para os irmãos dos *Passos*. O valor de troca que a peça adquiriu no decorrer do processo de patrimonialização, o valor monetário, o novo status de mercadoria cultural, nada disso lhes interessava.

O monge beneditino Marcelo Barros, à época, redigiu e divulgou um texto intitulado “O Senhor dos Passos, Goiás e Sucupira”. Nele padre Marcelo indica que “inventaram que a imagem tinha sido vendida e que há dinheiro ou interesses econômicos por trás desses passos” e aponta para os interessados na resistência à ida da imagem para a Bienal:

vereadores oportunistas, com o olho na próxima eleição, se travestem de fanáticos religiosos e lideram um grupinho de tradicionalistas, manipulando a devoção do povo simples. Conflitos pessoais e orgulhos familiares tomam ar de surpreendente e teatral devoção a uma imagem barroca, com direito a cenas dignas de um novo romance do Jorge Amado, tipo “O Sumiço da Santa”¹⁴³³.

Todas as informações trazidas por padre Marcelo foram mais ou menos corroboradas pelos agentes da cultura e patrimônio e pelo clero de maneira geral. Defendem a idéia de que por detrás do argumento de receio pela ida da imagem — roubo, extravio, substituição da original por uma réplica, danos no momento do transporte etc. — estaria uma mobilização de uma elite tradicional: “últimos estertores de uma classe dominadora que não aceita perder privilégios numa cidade que quer deixar de ser terra de coronéis”¹⁴³⁴.

Um *irmão dos Passos* também fez referência a uma briga que mobilizaria *determinadas famílias*:

e foi esse grupo que resolveu enfrentar e assumir a situação... tomou a iniciativa e passou essa idéia... conseguiu passar essa idéia para o povo todo.

¹⁴³¹ Ofício enviado por Dom Eugênio Rixen, Bispo Diocesano, ao Provedor da Irmandade dos Passos, Arnulpho Ramos Caiado Neto, em 03 de março de 2000, lido em reunião da Irmandade em 17 de março de 2000. Ata da reunião da Irmandade dos Passos, do dia 17 de março de 2000. Livro de Atas das seções ordinárias e extraordinárias, aberto em 1991. Arquivo da Irmandade dos Passos.

¹⁴³² Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴³³ Padre Marcelo Barros, “O Senhor dos Passos, Goiás e Sucupira”, Documento avulso distribuído pela cidade.

¹⁴³⁴ Padre Marcelo Barros, “O Senhor dos Passos, Goiás e Sucupira”, Documento avulso distribuído pela cidade.

*Quer dizer, já havia um favorecimento dentro da população... você surge com uma idéia... “Não, nós não vamos deixar esse grupo fazer dessa vez... Eles não vão passar a gente pra trás! [...] Dessa vez nós não vamos deixar eles fazerem o que eles querem” [...] Era uma oportunidade de demonstrar poder. [...] Receberam todo o apoio da população!*¹⁴³⁵

Uma família tradicional que se opôs às novas diretrizes da Igreja do Evangelho, desde o início do bispado de Dom Tomás, foi discretamente citada em uma ou outra conversa informal e em algumas entrevistas formais, como sendo a grande interessada na *briga do santo*, pois que com esta briga mediria forças tanto com a Igreja, quanto com uma agente local do patrimônio. Um dos membros dessa família comentou

*A única vez que eu vi um bispo não mandar nada foi no dia que o Senhor dos Passos ia passear em São Paulo e nós não deixamos. O bispo queria, mas nós não deixamos. [...] O Conselho da Irmandade dos Passos chamou a nossa família para participar porque eles estavam sem resistência. É a prova que eu digo que a nossa família tem peso forte em cima da tradição dela, de honradez, de honestidade... não é de riqueza não. O bispo entrou com a patota cultural inteira... com a panela cultural inteira e não conseguiu levar a imagem. Por quê? Porque o Conselho não permitiu e as pessoas da comunidade, e a minha família, lógico, participando inteira*¹⁴³⁶. [grifo meu]

Problemas da família com a Igreja disseram-me ser relativos especialmente à *questão de terras* ou *problemas de terras*. A Reforma Agrária que criou 22 assentamentos no município de Goiás atingiu o patrimônio de várias famílias tradicionais (Anexo IX), dentre elas a família envolvida na *briga do santo*¹⁴³⁷. Esta família contou com o apoio de outras famílias também tradicionais, proprietárias de terras e resistentes às políticas de preservação praticadas por alguns agentes do patrimônio.

A *briga do santo* teria sido, na interpretação de vários vilaboenses, um momento ímpar no qual outra parte da elite econômica e social vilaboense conseguiu se impor e vencer uma luta contra a elite cultural representada pelos agentes da cultura e do patrimônio.

Um *irmão dos Passos* revela que havia essa questão do conflito entre grupos. O fato de *não deixar a imagem ir estaria tomando... seria uma vitória contra Antolinda, contra Élder, contra Marlene*¹⁴³⁸. Agentes da cultura e do patrimônio e membros do

¹⁴³⁵ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴³⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴³⁷ Conferir Anexo IX com dados sobre a Reforma Agrária no município de Goiás, as desapropriações de terras e a criação dos assentamentos.

¹⁴³⁸ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

Conselho Diocesano seriam os adversários a serem vencidos. Comentei com uma pessoa da cidade que me intrigava a idéia amplamente difundida de que se a imagem fosse ela não voltaria, e lhe indaguei sobre o que achava dessa idéia. Ela respondeu: *eu volto novamente a dizer que é o desgaste de determinadas pessoas que estão sempre à frente de determinadas coisas. Já criaram uma... um estereótipo aí de... algumas pessoas entendem e os enxergam como se eles estiverem na frente vão tomar, de alguma forma vão passar o resto pra trás*¹⁴³⁹. Aponta para problemas de reconhecimento de legitimidade de alguns agentes do patrimônio.

Outro irmão dos Passos considera que *a briga do santo foi a coisa mais genial do planeta!* Não porque o santo tenha permanecido na Igreja de São Francisco, pois

*Não era questão do santo ir ou não ir. Pra mim o santo tinha que ter ido, era uma exposição importante, [...] eu sei da importância disso. Mas era uma questão política que estava sendo discutida. [...] É tudo uma questão de briga pelo poder. [...] Eu entrava no boteco estava todo mundo discutindo, eu entrava no supermercado estava todo mundo discutindo, eu chegava na sala de aula, os alunos discutindo o santo! Isso pra mim... eu vibrava!*¹⁴⁴⁰ [grifos meus]

Frei Marcos considera que *de posse do mito* — que seria a imagem do Senhor dos Passos — o grupo resistente conseguiu convencer o povo. Héber comentou que um seu amigo entendeu que *eles [os irmãos dos passos resistentes a ida do santo] conseguiram seqüestrar o sagrado*¹⁴⁴¹. Talvez aí resida a força do grupo tradicional resistente:

*Não tinha como você discutir... nunca iríamos conseguir convencer a cidade, a população de que nós estávamos certos, de que aquilo era a coisa mais comum, mais normal encaminhar peças artísticas para uma exposição. Porque eles não tiraram... eles não tomaram a peça. Eles tomaram como se tivesse tomando o sagrado. É a palavra que ele usava. Então, isso aí... diante do contexto religioso do povo vilaboense... da população vilaboense... nós jamais conseguiríamos convencê-los disso*¹⁴⁴². [grifo meu]

Perceberam os agentes da cultura e do patrimônio, bem como o clero, que a dicotomia obra de arte/imagem de santo ou valor artístico/valor de fé não poderia ser superada, pois que estavam ali em jogo as categorias sagrado e profano, distintas e inconciliáveis.

¹⁴³⁹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴⁴⁰ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴⁴¹ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹⁴⁴² Entrevista concedida à autora em março de 2002.

Alguns *Irmãos dos Passos* não saíram impunes. Por terem liderado o motim perderam o título e função de Ministros da Eucaristia. Foram excluídos e lamentam ainda hoje que a elite cultural, bem como a imprensa de Goiânia, não saiba a diferença entre o *valor artístico* da imagem e o *valor de fé* ¹⁴⁴³.

Repensando posteriormente a *briga do santo*, Dom Eugênio Rixen, que à época era recém chegado à cidade, fez uma leitura a ser considerada: *esse conflito revelou ao menos dois grupos muito fortes. [...] Tem um grupo que é ligado a todo esse pessoal, vamos citar alguns nomes né? Antolinda, Fernando Cupertino, Élder; e um grupo que está mais ligado à Festa do Espírito Santo, que tem todo um outro grupo* ¹⁴⁴⁴.

De um lado os membros da OVAT, agentes da cultura e do patrimônio local; todos eles membros da Irmandade dos Passos, alguns deles ex-provedores. Também são os responsáveis pela criação e pela preservação da Semana Santa e pela criação do Museu de Arte Sacra, dentre outras coisas. Este grupo, como já foi interpretado, resistiu à “caminhada” da Igreja do Evangelho que avançou por sobre as tradições religiosas locais, inclusive a Semana Santa. Do outro lado, as famílias ligadas à Festa do Divino, especialmente Curado e Veiga. Também elas, juntamente com a família Alencastro, Caiado e Sócrates, foram resistentes à Igreja do Evangelho.

Estivessem os membros da OVAT ainda na diretoria da Irmandade dos Passos e o conflito, talvez, não tomasse tamanho vulto, ou nem fosse desencadeado; pois provavelmente conseguiriam, do Conselho da Irmandade, a aprovação da ida da imagem para a Bienal. Significa que no decorrer da última década, o chamado monopólio da *panelinha* foi em parte dirimido pela presença das famílias (que fazem a Festa do Divino) na diretoria da Irmandade.

É oportuno informar que estas mesmas famílias com fortes vínculos com a Festa do Divino, já tinham resistido à mudança da capital, que além das outras perdas já descritas e analisadas, também impactou sobremaneira a tradição da Festa do Divino, pois com a partida de muitas famílias para Goiânia, havia poucos que podiam arcar financeiramente com as despesas da festa. Silvia Curado se lembra que *tinha um grupo de homens, que hoje já morreram que era Antonio Ubiratam, era Jeciron Alencastro... tinha um grupinho, então era só esse grupinho que caía* [sorteados como Imperador],

¹⁴⁴³ Anotação em caderno de campo.

¹⁴⁴⁴ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

mas por quê? Porque eles eram fazendeiros, tinham muitas rendas, então eles faziam a festa. Então só caía na família deles ¹⁴⁴⁵.

Algumas famílias e muitos devotos garantiram a preservação da Festa do Divino, apesar da mudança da capital. Mas outras mudanças chegariam com Dom Tomás. Ao desestímulo às festas religiosas populares, somou-se a percepção dos agentes de evangelização de que a Festa do Divino era um reflexo da dominação agrária da região: poucos fazendeiros com muito dinheiro que assumiam o trono do Divino e uma vez ao ano realizavam a caridade. Voltaram-se contra a festa. Criticaram que o sentido estava desvirtuado, que se preocupavam apenas com comida, bebida e brindes; e que as novenas estavam esvaziadas. Um folião afirma que *Dom Tomás tentou, tentou, como que eu poderia dizer... desagregar a Folia do Divino. Tentou... nós chegávamos da folia na porta da Catedral, a Catedral estava fechada, fechada. Não tinha igreja pro santo entrar* [grifos meus] ¹⁴⁴⁶. Também não abençoavam as insígnias, nem bispo nem padres. A folia se manteve e a arrecadação, dizem, aumentou.

Uma matéria de jornal intitulada *Morte das Tradições Religiosas*, é prova da tensão entre membros da igreja e foliões da Festa do Divino:

Nos últimos tempos contra a vontade do nosso povo, vão desaparecendo essas tradições que formaram o pilar da nossa consciência cristã, devido, não ao povo que luta para mante-las, mas pelos que espiritualmente o dirige, procurando transformar num “terra a terra”, uma herança que nos legaram os nossos antepassados [...]. Pois bem, estas festas do Divino E. Santo, acabam de ser riscadas das duas vezes seculares tradições da nossa gente, pelos dominicanos que vieram dessa gloriosa Itália onde as tradições quer religiosas, quer civis sempre formaram um padrão de raro brilho [...] ¹⁴⁴⁷.

Luiz do Couto, autor da matéria, indica os dominicanos como responsáveis pela tentativa de extinção da Festa do Divino. Na seqüência aponta para todas as atividades da Festa que não aconteceram naquele ano:

Porque, então, quer se acabar com as nossas tradições do Divino, com o sorteio para imperador, capitães do mastro, alferes da Bandeira, [...] os congados, reminiscência dos negros que tanto colaboraram na obra engrandecedora do Brasil; as festas populares, as folias, a esmola para os pobres, de carne e pão? Neste ano, nada disso tivemos ¹⁴⁴⁸.

¹⁴⁴⁵ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹⁴⁴⁶ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

¹⁴⁴⁷ Luiz do Couto, “Morte às tradições religiosas”, sem outras referências (nome do jornal, ano, número, página). Documento avulso. Arquivo Frei Simão Dorvi.

¹⁴⁴⁸ Luiz do Couto, “Morte às tradições religiosas”, sem outras referências (nome do jornal, ano, número, página). Documento avulso. Arquivo Frei Simão Dorvi.

Se o início do texto jornalístico aponta para o perecimento da Festa do Divino, a seqüência da leitura comprova a resistência, pois afirma Luiz do Couto que a *própria folia não foi mais a folia do povo de Goiás; e se a tivemos mesmo assim, o devemos ao espírito altamente inteligente e culto do nosso Arcebispo D. Emmanoel. Se não fosse a sua intervenção o povo de Goiás teria sofrido mais uma decepção*¹⁴⁴⁹. Com auxílio de importantes aliados, os vilaboenses tradicionais e as famílias tradicionais preservaram a Festa do Divino.

Com o tempo, contam que os padres começaram a abençoar as insígnias e receber o santo ao fim dos dias de folia. Frei Marcos relata que a igreja agiu no sentido de aprimorar dois pontos: um que colocou os *pobres*, que antes *eram apenas pedintes*, como participantes no trabalho de *arrecadar dinheiro na periferia*, passando a *contribuintes*; o outro foi a *popularização da festa através das insígnias distribuídas nos setores*¹⁴⁵⁰. A pré-novena é realizada em 25 setores atualmente. Assim todos têm oportunidade de ficar perto das insígnias, inclusive recebendo-as em suas casas.

Se frei Marcos, dominicano vilaboense, foi importante na tarefa de reorganizar a relação entre a religião popular e tradicional e a Diocese de Goiás, Dom Eugênio chega para coroar outra fase das celebrações na cidade. Em seu primeiro ano de bispado, Dom Eugênio, é abordado por Abner Curado, filho de Silvia Curado, na porta da Catedral, no Domingo de Páscoa. Dona Silvia conta que

*Ele foi até o bispo e falou assim “senhor bispo, a hora que sair a folia, vem conosco até na nossa casa; eu moro ali na praça”. Ele falou “eu vou”. Abner falou assim “mãe, vai pra casa receber sua visita ilustre”. Eu falei “que visita menino?”... “O bispo... vai”. E não é que o bispo veio mesmo? Eu quase morri de susto! E aí ele começou a vir. Foi o primeiro bispo na história de Goiás a sair com uma folia do Espírito Santo da igreja e vir até aqui. Foi o bispo que soube ouvir os cantos de Nossa Senhora das Dores e elogiar, sabe?*¹⁴⁵¹

Contei para Dom Eugênio sobre as impressões de Dona Sílvia e ele respondeu:

Eu estava chegando a Goiás, tinha uma procissão... eu pensava que o bispo tinha que acompanhar [risos]. Mas não foi nenhuma coisa pensada. Depois eu soube que o povo estranhou, isso eu percebi. Porque eu fui de túnica e tudo, de bispo mesmo! Foi na época que o Tachinha foi imperador e a gente achava o Tachinha muito simpático, é uma pessoa de igreja. Aí eu fui junto, ele convidou, eu falei “vamos lá”. Mas na época eu não percebi o que significava isso do ponto de vista simbólico, não tinha percebido isso¹⁴⁵².

¹⁴⁴⁹ Luiz do Couto, “Morte às tradições religiosas”, sem outras referências (nome do jornal, ano, número, página). Documento avulso. Arquivo Frei Simão Dorvi.

¹⁴⁵⁰ Entrevista concedida à autora em maio de 2002.

¹⁴⁵¹ Entrevista concedida à autora em março de 2002.

¹⁴⁵² Entrevista concedida à autora em 2002.

Desde então Dom Eugênio cruza o Largo do Chafariz vestido de túnica branca, ao lado do Imperador do Divino, até a casa de Dona Silvia. Lá acompanha o tradicional canto do Hino de Pentecoste e participa da partilha dos alimentos. Sem uma intenção deliberada de apoio, mas também sem portar as “armas” contra as festas religiosas populares, Dom Eugênio começou a mudar a história da relação da igreja de Goiás com seus fiéis.

Foto: Izabela Tamasso (2000)



Saída da Folia do Divino no Domingo de Páscoa. Imperador ao lado de Dom Eugênio Rixen

Fazendo uma revisão das posturas da Igreja após o Concílio Vaticano II, Dom Eugênio Rixen se revelou contra as ações de desestímulo à religiosidade popular, se auto definindo como sendo “mais de respeito do que vem da religiosidade popular”¹⁴⁵³. Afirmou ainda não saber qual foi “a atitude de Dom Tomás diante desses aspectos mais folclóricos da religiosidade popular, porque aqui se manteve. Eu tenho impressão que frei Marcos teve uma influência muito grande nesse sentido de manter todas essas tradições, até de reforçar essas tradições”¹⁴⁵⁴.

¹⁴⁵³ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

¹⁴⁵⁴ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2002.

Frei Marcos certamente teve papel importante nesse processo de reavaliação das diretrizes da Igreja do Evangelho na cidade de Goiás, estimulando as folias e a Dança dos Congos e colaborando para a reelaboração da pré-novena da Festa do Divino. Mas não se pode desconsiderar a resistência imposta pelas famílias tradicionais; que se agarraram a algumas festas e celebrações tradicionais, impedindo assim que elas fossem extintas em nome da Igreja dos pobres. Entendo que a resistência dessas famílias para com essas celebrações — Semana Santa e Festa do Divino —, além de preservar o ritual em si, foi uma forma de preservarem-se a si mesmos, enquanto entidades coletivas. De resistirem a qualquer ação exógena de apropriação cultural, fossem as imposições autoritárias de Pedro Ludovico, fossem as de Dom Tomás ou dos agentes de evangelização.

Vale ressaltar que da Festa do Divino participam, inclusive cantando o Hino de Pentecostes, também os membros da OVAT; e que na Semana Santa também há participação de membros das famílias Veiga e Curado. Ou seja, os dissensos são conjunturais e não significam oposição e disputa absoluta. As famílias apenas garantem e resguardam, por meio de alguns de seus *filhos*, o poder sobre as celebrações que tanto ritualizam a cidade de Goiás, tradicionalmente preservada, quanto consagram a permanência e a resistência das famílias vilaboenses tradicionais.

As duas festas mais tradicionais de Goiás, Semana Santa e Festa do Divino, são lugares de memória da resistência das famílias tradicionais. Tomo-as como representações das famílias tradicionais, de sua perpetuação; e de que apesar de tantos “arrastões” (no sentido carioca da palavra), as famílias que ficaram na cidade conseguiram se preservar e garantir o legado para as futuras gerações. Goiás não acabou! Ao celebrarem essas festas, comunicam a perpetuação continuada. Para além de rituais religiosos, eles são rituais sociais que falam de continuidade, resistência e permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AFINAL, DE QUE SERVE O TÍTULO DE PATRIMÔNIO MUNDIAL?

Há uma Goiás
que de si mesma
conta mais casos
que um almanaque.
conta e reconta
até que a mente
guarde pra sempre
o antigo e o raro.
(Brandão, 1976)

Que a formação de uma consciência patrimonial se dê em meio a um processo identitário — nação, lugar, grupo social, étnico, acontecimento histórico — muitos autores já o revelaram (Canclini, 1997; Handler, 1988; Jeudy, 2005; Nora, 1997; Peixoto, 2004). O patrimônio cumpre a função de representar aquilo que corre o risco de perda, sendo que esta perda está “subsumida em identidades reais ou imaginárias, mais ou menos modestas, mais ou menos espetaculares” (Peixoto, 2004, p. 15). Frequentemente, patrimônio e identidade aparecem como termos de uma mesma equação.

Os dados apresentados nesta tese já comprovaram que a identidade de antiga capital, seja como o *berço da cultura goiana*, ou como a cidade de Cora Coralina, ou como cidade patrimônio mundial, não funciona igualmente como um recurso retórico, em meio às identidades plurais presentes na cidade.

Mas a relação imediata e irrefletida entre os termos *patrimônio* e *identidade* deve ser objeto de crítica. A função identitária concedida ao patrimônio parece, segundo Jeudy, ter caído na armadilha da evidência de sua necessidade. Assim, a lógica da conservação patrimonial, ao dar este sentido identitário à preservação das memórias, cumpre sua função social, fazendo com que todo o símbolo venha “conjurar a ‘morte das antigas trocas simbólicas’” (2005, p. 27).

Peixoto (2004) avalia o modo como a identidade se converte em recurso metonímico dos processos de patrimonialização, à medida que se constitui como uma figura retórica e semântica, mobilizada para conferir uma significação, que “traduza

uma relação objectiva com objectos ou práticas resgatadas pelos processos de patrimonialização para preencher novos usos sociais” (Peixoto, 2004, p. 2). Ressalva que nem todo o património constrói identidade, bem como nem toda identidade dá origem a um património. Para este autor, património e identidade “apresentam-se como elementos de uma nova sintaxe do espaço urbano”, constituindo-se “numa metalinguagem das políticas urbanas” (Idem, Ibidem), aplicadas aos centros históricos, com vistas a qualificá-los para enfrentarem melhor a “concorrência entre cidades“. Chama atenção para o carácter ficcional e figurado das identidades que alimenta o jogo representacional e cênico dos processos de patrimonialização, ao permitirem que “o invólucro seja tomado pelo conteúdo, a marca pelo produto, o concreto pelo abstrato e vice-versa, a matéria pelo objecto, a parte pelo todo, o artista pela obra, a causa pelo efeito” (Idem, p. 3). Os processos de patrimonialização nem sempre visam fins que tenham a ver com a preservação de uma identidade e frequentemente, como já vimos, operam exclusões sociais. Podem, por exemplo, atender a propósitos como os de disciplinamento social dos espaços públicos, de branqueamento de certas características identitárias ou higienização dos hábitos de classes populares (Idem, Ibidem).

Além da identidade, é também muito comum nos depararmos com estudos que associam os bens patrimoniais imediatamente ao lugar, à cultura e ao povo. Nesse sentido vale lembrar a crítica de Gupta e Ferguson ao naturalismo etnológico, que supõe como natural a associação entre um grupo e o seu território. Os autores afirmam que as associações entre lugar e povo são “contestadas, incertas e fluidas”; ao contrário de “sólidas, criteriosas e pacíficas” (2000, p. 38).

A associação se processa da seguinte forma: a cultura (vilaboense), o povo (vilaboense) e o lugar (cidade de Goiás), são identificados por meio de símbolos patrimoniais; dentre eles a Cruz do Anhanguera, o Chafariz de Cauda, o Palácio Conde dos Arcos. Em suma, o conjunto arquitetônico e a malha urbana são agenciados como símbolos da associação cultura (história), povo, lugar. Uma vez que a atribuição de sentidos aos lugares é uma prática, Gupta e Ferguson se perguntam “como se estabelecem os sentidos espaciais”; “quem tem o poder de tornar lugares os espaços”, quem “contesta isso” e o “o que está em questão” (2000, p. 37)?

A imediata e natural associação entre lugar e povo é ilusória e falaciosa, pois que a especificidade de um lugar “se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular” (Massey, 2000, p. 184). Ao invés de terem identidades únicas, os lugares estão cheios de conflitos

internos. Prova disto é o debate cultural envolvendo vários lugares na cidade de Goiás. Fato que não elimina as especificidades dos lugares. Assim, concorrem para a singularidade do lugar, por exemplo: (1) o fato de que o lugar se encaixe em relações sociais mais amplas que são também geograficamente diferenciadas; (2) o fato de que “cada lugar é o centro de uma *mistura* distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais; (3) o fato de que “essa mesma mistura em um lugar possa produzir efeitos que poderiam não ocorrer de outra maneira”; e (4) o fato de que todas essas relações interajam com “a história acumulada de um lugar” e ganhem “um elemento a mais na especificidade da história” (Massey, 2000, p. 185).

O entendimento do caráter de um lugar ou o seu sentido só pode ser construído por meio da ligação desse lugar com outros lugares. Daí porque em Goiás impôs-se a interpretação das relações entre Goiás / Goiânia e *centro histórico / periferia*; pois é a partir da “interpenetração” desta “constelação particular de relações sociais” (Massey, 2000, p. 184) interna e externamente, que reside a especificidade da cidade de Goiás, do seu *centro histórico* e dos lugares nele contidos.

Por isso as associações imediatas entre o patrimônio, o povo e lugar, devem ser observadas e contestadas, pois que os patrimônios não são naturalmente referências identitárias de um povo, nem temporal nem espacialmente; não são naturalmente herança cultural, nem documentos da história, nem lugares de memória a serem naturalmente preservados pelo grupo de uma dada localidade.

Outra justificativa muito freqüentemente usada por aqueles que defendem irrefletidamente os processos de patrimonialização é que os patrimônios devem ser preservados, pois que com eles se preservam a história e a memória de um grupo cultural, de uma etnia, de um povo. Que os três termos estejam interligados não resta dúvida; todos nos conectam ao passado¹⁴⁵⁵. Mas o fazem de forma variada. Há, pois, que se definir criticamente onde reside a diferença entre eles.

A memória se caracteriza pela sua dinamicidade, por permitir a dialética da lembrança e do esquecimento, por estar em constante transformação. Ela é espontânea, coletiva, plural, múltipla e individualizada (Nora, 1989). É um fenômeno que sempre parte do presente em direção ao passado¹⁴⁵⁶. A história é uma operação intelectual que se atém à dimensão temporal. O tempo da história é o das transformações e das destruições. A história cuida de reconstruir o que já não é mais, é uma reconstrução do

¹⁴⁵⁵ Conferir Lowenthal (1998a).

¹⁴⁵⁶ Conferir Pollak (1992) e Lowenthal (1998a).

passado, feita com rigor analítico e discurso crítico. Para Nora (1989) “la mémoire s’enracine dans le concret, dans l’espace, le geste, l’image et l’objet”, enquanto a história “ne s’attache qu’aux continuités temporelles, aux évolutions et aux rapports des choses” (Idem, p. 25). Para este autor “au coeur de l’histoire, travaille un criticisme destructeur de mémoire spontanée”, pois a memória é “toujours suspecte à l’histoire”, dont la mission vraie est de la détruire et de la refouter” (Idem, p. 25).

Tendo perdido a memória como suporte de continuidade e preservação do social, as sociedades pós-industriais deram início, segundo Nora (1989), à criação dos “lugares de memória”, no sentido de que neles se recupera a existência da memória. Essa ação é feita em nome da própria história, que passa a tudo historicizar. Cresceram sobremaneira os arquivos e os lugares, nos quais a memória se materializou (Choay, 2001; Jeudy, 1991, 2005; Lowenthal, 1998a, 1998b, Nora, 1997). A memória histórica, vinculada ao surgimento dos Estados nacionais, operou no sentido de delinear a identidade nacional, tomando do passado todos os símbolos que reforçassem a coesão social¹⁴⁵⁷. Memória histórica e bens patrimoniais nacionais foram agenciados conjuntamente no sentido de materializar a nação.

A memória coletiva pode contribuir (e em muitos casos contribui) para a patrimonialização de bens culturais. E neste sentido vale lembrar a importância da memória para o sentimento de continuidade, unidade e coerência de um grupo social, no trabalho que deve empreender para reconstrução de si (Pollak, 1992). Mas uma vez patrimonializado, o bem cultural deixa de se submeter à dinâmica da memória, pois fica menos sujeito às revisões e aos escrutínios. A memória é, pois, “enquadrada” (Nora, 1997; Pollak, 1992)

Prova disto é Cora Coralina, que patrimonializada como a velhinha poetisa e doceira, tornou-se imune a algumas memórias dos vilaboenses. Os fatos, casos e eventos resguardados pela memória coletiva foram higienizados pelo Museu Casa de Cora, que se omite sobre certas passagens de sua vida e sobre alguns traços de sua personalidade. Pelos becos obscuros da cidade, contudo, corre solta, apesar de discreta, a “memória subterrânea” (Delgado, 2003) sobre a poetisa. Neste sentido, vale citar Jeudy para quem, “a atitude arqueológica da memória provém de uma aventura, e não de uma vontade de se precaver contra as ameaças de um desaparecimento que, ao contrário, continua sendo a origem de sua estimulação” (2005, p. 27). Este trabalho

¹⁴⁵⁷ Sobre isso conferir Handler (1988) e Nora (1997); e no Brasil os estudos de Fonseca (1994), Gonçalves (1996) Rubino (1992) e Santos (1992).

arqueológico das memórias é ocultado pela imposição retrospectiva empreendida pelo espírito patrimonial. Para fora de Goiás, prevalece o discurso oficial do Museu, que constrói e guarda a memória histórica de Cora Coralina.

Também a história está estreitamente vinculada aos patrimônios, mas distingue-se deles por terem diferentes propósitos. A diferença crucial, segundo Lowenthal (1998b), é que o patrimônio “commits us to some present creed” e enquanto a história “is a flawed effort to understand the past on its own terms” (p. 119). Os historiadores dependem de que suas fontes estejam abertas ao escrutínio acadêmico e às análises comparativas, enquanto o patrimônio se fecha para qualquer reavaliação, uma vez que não é um relato plausível e nem mesmo testável sobre o passado, mas antes uma profissão de fé. O patrimônio não é equivalente à história nem mesmo quando a imita. Ambos reconstroem o passado em termos do presente, mas enquanto a história torna o passado compreensível, o patrimônio o torna agradável.

Um episódio caricato de Goiás ilustra a relação entre evidências históricas e a construção dos patrimônios. Após a enchente, assim que o volume das águas baixou, alguém encontrou uma antiga fechadura. Como estivesse próxima à Ponte da Lapa, rapidamente uma agente local do patrimônio anunciou para a mídia que era provável que tivessem encontrado a fechadura da antiga Igreja da Lapa, destruída pela enchente de 1839.

Um jovem rapaz discretamente comentou com poucas pessoas, que estava muito preocupado, pois tinha colocado uma fechadura antiga pertencente à residência de sua avó, para secar ao sol sobre um muro, depois de tê-la lavado. A casa de sua avó foi inundada pelas águas do rio e o jovem não encontrara mais a fechadura. Ele dizia temer que a fechadura anunciada para a mídia, como sendo da antiga Igreja da Lapa, fosse a de sua avó. Mas o que mais atemorizava o rapaz era a suspeita de que não acreditariam na versão que ele contaria, pois sabia o rapaz que os agentes do patrimônio são detentores dos discursos de autoridade sobre o passado da cidade, tendo legitimidade junto aos intelectuais e à mídia regional. Estando de posse da chave que correspondia àquela fechadura, o rapaz elaborou uma estratégia para apresentar a sua evidência, tendo ido acompanhado de testemunhas.

O anúncio anteriormente feito nos jornais, de que aquela seria a chave da antiga Igreja da Lapa, foi desconstruído num virar de chaves! Não tivesse ele a chave? O caso nos leva a refletir sobre as situações nas quais “as chaves” nunca aparecerão ou não serão encontradas. Sem evidências favoráveis, mas igualmente sem evidências

contrárias, muitos patrimônios ainda serão construídos, sobretudo em tempos, nos quais a expansão dos patrimônios se funda na fé e crença no passado e/ou história. Peixoto (2002) aponta para uma “febre de patrimônio” ou uma “histeria do patrimônio”. Lowenthal (1998b) descreve uma “newly popular faith” (1998b); Choay (2001) faz referência a um “culto ao patrimônio” e Jeudy (2005), em “amor coletivo ao patrimônio”. Lowenthal, por exemplo, afirma que o mundo regozija-se com o culto ao patrimônio: “a profession of faith in a past tailored to present-day purposes” (1998b, x).

Nesta tese, o empreendimento de buscar a gênese do patrimônio vilaboense objetivou apresentar as bases materiais e simbólicas de construção do patrimônio cultural local, bem como o processo de inserção e construção da categoria *patrimônio* na cidade de Goiás. Assim foi possível interpretar a recepção e reação tanto à categoria *patrimônio*, quanto às ações concretas de preservação: tombamento, conservação, proteção, restauro, salvaguarda, revitalização e requalificação. Mas ao lado do reconhecimento da pluralidade das representações e apropriações da categoria *patrimônio* no decorrer do século XX, constatei que ela somente fazia sentido se pensada como parte de um discurso maior, que a englobava: o da retórica da perda.

Esta constatação levou à análise das narrativas míticas, que se por um lado desviou a tese de seu tema principal, por outro, orientou-a para a compreensão do contexto histórico e simbólico no qual se inseriu a categoria *patrimônio*. A compreensão do lugar central ocupado pelo herói mítico fundador, o *Anhanguera*, na cidade de Goiás (mas também no Estado), foi fundamental para a interpretação da centralidade de Pedro Ludovico e Mauro Borges em outros períodos históricos — destituição e restituição da capital; desfundador no caso de Pedro, refundador no caso de Mauro. Conforme revelaram os dados etnográficos, a perda da capital, como momento de desfundação, de destituição do lugar central ocupado por Goiás, não foi até hoje superada por aqueles vilaboenses que testemunharam o rito de desconsagração da diferença, executado de forma violenta, tanto material, quanto simbolicamente.

Somente de posse dos dados relativos à memória da perda, configurada em um legado da perda, entendo ser possível uma interpretação da inserção da categoria *patrimônio* na cidade. Rapidamente apropriado por parte da elite cultural, o *patrimônio* serviu como um recurso importante para a construção de uma identidade esfacelada. Um sistema arbitrário de valor e significado reuniu lugares, casario, igrejas, objetos, dando origem à nova identidade — a de cidade histórica — e às novas identidades

sociais vilaboenses¹⁴⁵⁸. Por isso, apesar dos inúmeros conflitos e antagonismos descritos e analisados ao longo da Parte I, as políticas patrimoniais encontraram, na cidade de Goiás, um campo relativamente propício, pois que tiveram o apoio de uma parte importante da elite cultural (mesmo que esta residisse em Goiânia), em todas as ações de tombamentos e restauro, executados no decorrer da segunda metade do século XX.

Que o processo de patrimonialização não foi consensual os dados etnográficos o revelaram. Contudo, mesmo as divergências de opinião quanto aos tombamentos (extensão da área selecionada), ou aos restauros, não impediram que a política de patrimonialização executada pelo Estado-nação, com a participação ou o aval de alguns *filhos de Goiás*, tivesse eficácia na área protegida (tombada e de entorno).

A elite cultural aliou identidade ao patrimônio por meio de duas formas de agências paralelas e complementares. Enquanto um grupo refletia a política pública desenvolvida pelo IPHAN na cidade, outro agia independentemente no sentido de salvaguardar algumas tradições. Saliente-se que a divisão entre essas duas formas de agência teve fins analíticos e que em muitas ocasiões os grupos estiveram sobrepostos na prática social.

O grupo que reproduzia as concepções de patrimônio do IPHAN agiu colaborando no processo de patrimonialização das igrejas, obras de arte, pequenos conjuntos urbanos, sobretudo constituídos por edificações religiosas e civis, pois que eram estes bens a prova irrefutável da identidade vilaboense de antiga capital, antiga sede de governo e *berço da cultura goiana*. Assim, mais do que se converter em ação ou em objeto, a palavra patrimônio se converteu em representação de alguma coisa (Peixoto, 2002). Como um recurso retórico, esta metalinguagem do patrimônio foi acionada durante o processo de patrimonialização (Peixoto, 2002) levado a cabo pelo IPHAN e agentes locais.

Saliente-se que o profundo sentimento pelo lugar pode também ser um sentimento de fragilidade e vulnerabilidade desse lugar. Se nossas vidas são inextricavelmente ligadas aos lugares nos quais nós nos encontramos, a fragilidade destes lugares é indicativa de uma fragilidade correspondente em nossas próprias vidas e identidades. Os motivos alegados para mudança da capital — topografia, insalubridade, etc. — indicavam deficiências e vulnerabilidades da cidade de Goiás, que

¹⁴⁵⁸ A análise de Handler (1988) do processo de construção do patrimônio *québécois* relaciona a construção da identidade (pessoal ou coletiva) com o ato de colecionar.

a princípio, indicaram fragilidade na vida e identidades das pessoas e da cultura vilaboense. À medida que resguardavam os bens culturais os *filhos de Goiás* protegiam a si próprios como sujeitos (e famílias) sociais e identidade coletiva.

Paralelamente a isto, outro grupo se adiantou às políticas públicas de preservação, voltando-se para bens culturais ainda não previstos pelas agências de conservação patrimonial: celebrações, festas, artes, música, literatura etc. Investiu, este grupo de agentes, nas procissões, na música sacra, modinhas, artes plásticas, arte sacra, literatura. Trabalhou na construção dos nomes Veiga Valle, Cora Coralina. Criaram museus, arquivos, ONGs. Estes agentes locais atuaram no sentido de “objetificar a cultura”.

Às perdas históricas, mudanças irrefreáveis (como a perda da capital) os agentes locais do patrimônio responderam com a interrupção da vida presente e o investimento no passado. Assim agindo estes dois grupos de agentes (com grande participação das mulheres solteiras), ao lado do IPHAN, criaram uma nova identidade para a cidade. Goiás que tinha vivido o mito da “cidade degradada” foi reencantada¹⁴⁵⁹ por meio das ações de patrimonialização e objetificação da cultura.

Em reação aos ataques à sua identidade coletiva, reagiram os agentes locais com a construção de um patrimônio. Logo perceberam que o patrimônio, independentemente dos bens culturais que o constituam, é antes de tudo, uma “representação dos ideais de singularidade e continuidade” (Peixoto, 2002), que bem se adequava aos propósitos vilaboenses. Ao mesmo tempo em que destacava a singularidade do lugar por remeter ao mito de origem e à perda da capital (como uma situação dramática da existência coletiva), possibilitava a continuidade daquele sistema social, pois se oferecia como um recurso para o seu futuro.

No caso de Goiás afirmo que a “concorrência entre cidades” dizia respeito não somente a expansão do mercado de captação e recursos no interior dos fluxos globais, mas igualmente à restituição simbólica de sua significância história, política e cultural, em âmbito regional.

Mas sendo as representações e apropriações dos bens culturais variadas e, por vezes, antagônicas, simultaneamente a este processo de invenção da cidade patrimonial, outra parte da elite reagia ao processo de patrimonialização, que avançava por sobre o casario colonial, impondo tanto a “antinomia entre domínio e posse”, quanto a

¹⁴⁵⁹ O termo reencantar foi usado por Frias e Peixoto (2002) ao analisarem o processo de racionalização e estetização do patrimônio de Coimbra, em Portugal.

impossibilidade de alcance do ideal de modernidade de cidades próximas como Goiânia e Brasília. Esta outra elite aspirava superar o trauma da perda da capital por meio da modernidade. Foi vencida por aquela que vislumbrou um futuro construído com base no passado. Este debate cultural sobre o tempo, não se limita, pois, ao fim do século. Remonta o período em que a identidade esfacelada da antiga Vila Boa teve que encontrar o tempo próprio para o seu destino! Tempo em que Veiga Valle, Procissão do Fogaréu, Museus e Cora Coralina foram agenciados!

Já ao fim do século XX, o título de patrimônio mundial vinha finalmente restituir os vilaboenses de tantas perdas, pois ao mesmo tempo em que o título atestava o “valor universal excepcional” daquele núcleo urbano, ampliava as suas chances no mercado dos bens simbólicos. O título foi bem recebido porque atendia a todas as demandas: do eco de um passado de perdas (de uma elite aviltada), ao brado geral de esperança (inclusive dos migrantes) em um futuro mais promissor. Por isso o ano de 2001 foi tão especialmente vivido, pois nele estiveram conjurados passado, presente e futuro.

Revedo o ano de 2001, muitos vilaboenses comentam que aquele foi um ano diferente, foi especial! Narram que a cidade tinha festas e eventos com frequência, que as casas estavam sempre cheias e abertas, demonstrando a vivacidade daquele patrimônio. Dizem que depois, *ficou tudo muito triste*, que *Goiás ficou deserta*, com *muitas casas fechadas*. Lamentam-se me dizendo: *aquilo que você viveu não existe mais!* Sendo os dados do antropólogo “incidentes históricos, intrinsecamente não repetidos” (Leach, 1996, p. 53), tivesse eu finalizado o meu campo logo após a conquista do título de patrimônio mundial e minha tese seria bem mais complacente com a lógica patrimonial, pois o que eu *vivi* foi uma euforia coletiva.

Suspensas que estavam as tensões, os dissensos, os conflitos e ainda cheios de esperança, que estavam os moradores da cidade, no futuro que o passado lhes proporcionaria a todos (*centro histórico e periferia*), pouca dissonância ouvi no prazo de um ano. E estas soavam mais como uma música desafinada do que como outra música, tão legítima quanto a que cantavam todos! Em nome do patrimônio mundial, que traria o desenvolvimento econômico (melhoria de renda, empregos, capacitação técnica, eventos etc.), as identidades plurais se diluíram, numa aparente igualitária identificação dos valores patrimoniais.

Mas a enchente, inexistente para a lógica patrimonial, pois que a omitiu do *Dossiê* para “francês ver”, teimou em revolver o solo, trazendo à tona todas as músicas

dissonantes que haviam ficado emudecidas. Pude presenciar o debate cultural, sem reservas. Foram seis meses tensos para eles e para mim. Então eu vivi outra Goiás, que me obrigou a me recolocar frente aos dados de campo. Reiniciadas as disputas pelo poder sobre o espaço urbano e pelos bens culturais, aquela nebulosa e falaciosa identidade una pulverizou-se em particularidades sociais, políticas, econômicas, religiosas etc., revelando diferenças significativas na compreensão e apropriação da categoria patrimônio.

Dois grupos se apresentaram insatisfeitos com a lógica da conservação patrimonial: aqueles que ficaram de fora dela (os moradores da *periferia*) e aqueles que foram por ela atingidos (os moradores do *centro histórico*).

No primeiro caso, o sentimento é de exclusão das políticas públicas, pois a Avenida Rio Vermelho, que melhoraria o acesso da *periferia* ao *centro histórico*, foi descartada **em nome do patrimônio**. Pode parecer exagerado que apenas o embargo de uma única obra tenha provocado tantos debates e conflitos, a ponto de ser alcunhada de *Avenida da Discórdia*. Ocorre que a Avenida seria o elemento urbano de reconhecimento daquela área da cidade (por parte das políticas públicas) e de ligação material e simbólica entre *centro histórico* e *periferia*. A justificativa do IPHAN baseada nas descaracterizações da paisagem e do sítio arqueológico não convenceu os moradores da área periférica, que mais uma vez ficaram de fora dos benefícios. Arcaram com o ônus de um passado no qual (e com o qual) não se vêem representados. Eles se defrontaram com o fato de que presente por eles vivido está marcado e é definido pelo passado de outrem. A esse respeito, cabe lembrar a afirmação de Jeudy de que as pessoas são tomadas pelo ódio ao patrimônio quando o “excesso de conservação, o poder infernal das raízes anulam a vida presente, destituindo-a de seus encantos” (2005, p.15). O passado dos *filhos de Goiás* ficou excessivamente pesado para os moradores dos bairros periféricos. “Pesado porque mudo” (Fonseca, 1994).

No segundo caso (dos moradores do *centro histórico*), os dissensos têm origem nos desacordos relativos às obras de restauro, recuperação do espaço urbano e do casario após a enchente. No casario questionaram as janelas pequenas e padronizadas, as fachadas pasteurizadas, a padronização dos muros de pedra e dos portões. Questionaram também as obras de restauro da Casa da Real Fazenda e do altar da Igreja de São Francisco, e as obras de requalificação de ruas e largos. Nestes casos, acredito que a dissonância resida no diferencial de posição frente à tensão epocalismo / essencialismo. Os agentes da cultura e do patrimônio, seguidos por membros da elite

cultural, agiram no sentido de tentar suplantar a tensão entre epocalismo e essencialismo — entre políticas civis e sentimentos primordiais — definida por Geertz como um movimento que se funda na maré do presente, mantendo a rota herdada (1973, p. 243). Mas a mesma tensão não foi inteiramente dissolvida por outra parte dos vilaboenses tradicionais, que se ressentem pelo fato de que o processo de patrimonialização em nível mundial (epocalismo) tenha esgarçado tanto material, quanto simbolicamente o sistema patrimonial local (essencialismo), ou seja, não teria seguido a rota herdada, por ter que priorizar a “maré do presente”. Por sobre o sistema patrimonial local incidiu uma lógica do sistema patrimonial mundial. Foram as incongruências deste sistema patrimonial que propiciaram a compreensão dos processos de mudança social.

A política de enobrecimento colocou os vilaboenses diante da “ambivalência” dos efeitos da mercantilização nas culturas tradicionais, pois se elas têm suas tradições produtivas e culturais reativadas, muitas vezes pela incorporação de sua riqueza cultural no mercado turístico, têm igualmente seus bens culturais (em maior ou menor grau) deteriorados pela inserção do valor de troca (Canclini, 1994, p. 101). Para Jeudy é nesse ponto que reside a contradição da “prospectiva patrimonial”, pois se por um lado “os patrimônios não podem ser tratados como produtos de marketing”, uma vez que de alguma maneira é necessário que “o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico”; por outro lado, “não existe desenvolvimento cultural sem comercialização” (2005, p. 20).

Insisto que esta rotura do sistema patrimonial local só pode ser interpretada no quadro das muitas e variadas apropriações de bens culturais locais: os santos que foram carregados para o museu; o Goiás Clube, a Casa da Real Fazenda e o Quartel do XX, que foram apropriados pelas instituições públicas do Estado; o impedimento de realização do Carnaval no *centro histórico*, e das festas na Carioca e o no Canta Galo, porque elas feriam a lógica do patrimônio; as obras que deixaram de ser executadas **em nome do patrimônio** (Avenida Rio Vermelho e Teleférico), outras que foram realizadas **em nome do patrimônio** (obras de requalificação dos espaços públicos), mas impuseram a ele feições incompreensíveis (e, por isso, inaceitáveis) aos olhos dos vilaboenses tradicionais. Incontáveis são os exemplos. Há uma auto-contradição na noção de legado universal, pois confina a posse a alguns, enquanto exclui os outros, que são a razão de ser do patrimônio (Lowenthal, 1998b). E isto vale para os dois grupos que se revelaram insatisfeitos com as diretrizes da ordem patrimonial: moradores da *periferia* e vilaboenses tradicionais.

Ao apresentar os agentes sociais, individuais e coletivos — solteiras, homens, mulheres e associações, museus — esta tese procurou destacar a contribuição local para a inserção e consolidação da categoria *patrimônio* na cidade; mas também, para a configuração com a qual este sistema patrimonial local chegou ao fim do século XX. É comum que ao se debruçarem sobre os patrimônios, pesquisadores façam uma análise da agência oficial, burocrática e especializada sobre os patrimônios. Nesta tese, procurei por outro caminho.

Embora sejam, os burocratas e especialistas do IPHAN de fundamental importância para a conservação do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico” da cidade de Goiás, atestei nesta tese que eles tiveram desde o princípio de suas ações o apoio de membros da elite local e política, *filha de Goiás*, sedenta por garantir um tempo e um lugar próprios para *o seu torrão*. Desta forma, espero contribuir, ou ao menos sensibilizar, outros pesquisadores a observarem com acuro e devotada paciência a agência local de conservação patrimonial e a relação da agência local com a agência oficial (na maior parte das vezes exógena ao lugar).

A interpretação da agência vilaboense destacou assim a necessidade de localização dos agentes e de seu poder, no processo de seleção e salvaguarda dos bens culturais. Chamou atenção também para o processo de centralização do poder, quando agentes locais começaram a ocupar funções técnicas, administrativas e políticas, dentro do IPHAN local (17ª Sub-Regional) e regional (14ª Superintendência Regional). A interpretação da agência local propiciou ainda a análise da relação *centro / periferia*, *filhos de Goiás / migrantes*, apontando para a característica excludente que subjaz nos processos de patrimonialização.

A abordagem histórica das categorias patrimoniais somada à interpretação da agência patrimonial e do debate cultural na prática social permitiu a análise das mudanças pelas quais passou este sistema no tempo e no espaço, tanto aquelas acionadas por agentes endógenos, quanto por agentes exógenos ao lugar!

Ao estabelecer o modelo de sistemas patrimoniais, a minha proposta foi a de oferecer uma nova abordagem para as reflexões antropológicas dos processos de patrimonialização. O caminho foi o da observação na prática social das categorias patrimoniais locais — o casario, as ruas, pontes, largos, pedras e lajes, os dons e os nomes, a música (modinhas e música sacra), as procissões, folias, celebrações, alvoradas, serenatas — em função das quais as relações sociais estão vinculadas aos fatos econômicos, políticos, religiosos. Assim me desviei da tendência atual de alguns

antropólogos de classificar os bens patrimoniais conforme a classificação do IPHAN — material e imaterial ou tangível e intangível. Entendo que tal classificação é operativa no campo das políticas de conservação patrimonial, ou seja, no trabalho prático das agências estatais, uma vez que necessitam atribuir denominações diferenciadas para políticas públicas distintas: material/imaterial, acautelamento/salvaguarda, tombamento/registro.

Dado o repentino interesse dos antropólogos pelo tema, minha ressalva quanto às categorias patrimoniais, visa chamar atenção para a necessária e importante abordagem que atente para as representações e apropriações que os moradores de espaços patrimonializados têm (e fazem) de seus lugares. Alguns trabalhos ainda pecam porque não se deixam “to hang around with them” (Geertz, 1996, 260); muitas vezes dando mais atenção aos valores atribuídos pelas instituições de preservação aos bens culturais, ou seja, pelos especialistas, técnicos e burocratas do patrimônio, do que às “paisagens habitadas”, “vernaculares” no sentido de Jackson (1984). Pecam por focar mais nos patrimônios que atendem ao propósito de materializar (no sentido de dar visibilidade) à “comunidade imaginada”, no sentido de Anderson (1989), objetificando assim a cultura (Handler, 1988), do que naqueles que identificam as “comunidades vividas”.

Minha assertiva é que os antropólogos não podem confundir as classificações oficiais dos patrimônios com as categorias locais¹⁴⁶⁰. Não podem seguir cegamente a classificação oficial material / imaterial, pois se assim o fizerem correrão o risco de cometer erro metodológico, por introduzir categorias novas e mais específicas, sem equivalentes no contexto da pesquisa. Assim agindo, o antropólogo corre o risco de injetar “no sistema uma rigidez e uma simetria especiosas que podem estar ausentes na situação da vida real” (Leach, 1996, p. 163)

Seguindo as lições de Leach, reafirmo que, se quisermos entender as representações e apropriações do patrimônio, devemos examinar o sentido prático das expressões que usam os portadores e herdeiros dos patrimônios culturais, quando fazem afirmações sobre os seus legados. Raras foram as ocasiões em que ouvi, durante o meu trabalho de campo, uma referência à classificação dos patrimônios como material e imaterial, sempre feita por um agente local do patrimônio. Até mesmo os técnicos do IPHAN o fizeram raramente, pois que o tema ainda não “andava no ar do nosso tempo”.

¹⁴⁶⁰ Mesmo quando estão no papel de “antropólogos inventariantes” (Tamasso, 2005) têm que ser capazes de reconhecer as categorias locais relativas aos patrimônios.

Em Goiás, se os processos de patrimonialização, de certa forma, desapropriaram alguns vilaboenses de certos bens patrimoniais (sejam estes lugares, artefatos etc.), os deram à apropriação de outrem, que podem ser turistas ou outros vilaboenses (agentes do patrimônio, elite cultural), ou seja, alguns se sentiram espoliados, enquanto outros ampliaram seu capital simbólico (e por vezes econômico). Por isso, os termos espoliar e apropriar devem ser pensados em mútua relação e sempre se observando os contextos específicos: o bem patrimonial cujo significado fora alterado, o grupo que se sentiu espoliado, o grupo que se apropriou, etc.

Mas há ainda outras incongruências, pois algumas perdas podem ser contraditoriamente vividas. É comum a situação na qual um mesmo vilaboense se lamenta pelos danos causados pelas obras de fiação subterrânea, no tradicional calçamento das ruas, e se mostre imensamente satisfeito com o efeito dos lampiões (aqueles em nome dos quais foram alterados o traçado do calçamento) em frente à sua casa. Também é comum que o mesmo jovem que muito se lamenta pela proibição (feita em **nome do patrimônio**) das festas na Carioca e no Canta Galo e do Carnaval no *centro histórico*, se sinta animadíssimo com o FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental), muito embora seja este um evento organizado, no contexto da candidatura ao título, visando lançar luz em Goiás. Se o patrimônio tira, o patrimônio traz.

Por um lado os moradores reconhecem (em níveis distintos) a importância que tem o título de patrimônio mundial para os negócios turísticos. Reconhecem e exploram (em escalas e graus variados) os benefícios do turismo na cidade. Também se orgulham do passado secular, da história de centro político, e do *topos* cultural no qual vivem as suas vidas. Orgulham-se igualmente da estética urbana, que a agência patrimonial (endógena e exógena), se servindo da conjuntura (mudança da capital) cuidou de preservar. Sentem-se envaidecidos quando juntos celebram o patrimônio nas (e das) festas, procissões, alvoradas, serenatas e folias; quando cantam, rezam e vivem cotidiana e ritualmente as suas vidas marcadas por fogos de artifício, pela banda de música e pelo repicar dos sinos. Por outro lado, eles também “want to get on with the comforting ordinariness of their everyday lives” (Herzfeld, 1991, p. 258) e isso implica em liberdade física e conceitual, implica ora em manutenção dos usos de um determinado bem cultural, ora em mudança de uso.

Se o título de patrimônio mundial serviu para compensar as perdas seculares sofridas pelos vilaboenses, sendo por isso vivido com tamanha intensidade, sobretudo

pelos *filhos de Goiás*; serviu também para transformar as relações dos vilaboenses tradicionais entre si, e deles com seus patrimônios. Quão mais se universalizou simbolicamente, mais se restringiu localmente e, assim, *de repente esse Goiás bonito, que era meu, que era de todos nós... nós fomos perdendo ele...*¹⁴⁶¹ **em nome do patrimônio.**

¹⁴⁶¹ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ABREU, Martha. 1999. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp.

ABREU, Regina. 2005. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. In: *Revista Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez., pp. 37-52. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG.

_____. 2003. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, pp.30-45.

AGEPEL. 2003. *Reverendo Regina Lacerda: fotobiografia*. Cadernos de fotografia, Museu da Imagem e do Som (MIS). Goiânia: AGEPEL.

ALBERNAZ, Ondina de Bastos. 1992. *Reminiscências*. Goiânia: Kelps.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. [1863] 1979. *Annais da Província de Goiás*. Goiânia: Convênio Sudeco / Governo de Goiás.

ALENCASTRO, Jane de. 2003. Memórias de Aninha. In: SIQUEIRA, E. M. de L.; CAMARGO, G. O. de; MAMEDE, M. G. F. *Leitura: teorias e práticas*. Goiânia: Ed. Vieira, pp.81-109

ALMEIDA, Adriano Alcântara de. 2001. *A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos da cidade de Goiás do século XIX*. Monografia (Especialização em História) – Cidade de Goiás (GO): UEG. 49 f.

ALMEIDA, Lena Xavier. 1999. *Gente*. Goiânia: Editora Kelps.

ALMEIDA, Miguel Vale de. 1995. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.

AMARAL, Rita.de Cássia de M. P. 1998. *A Festa à Brasileira: significados do festejar num país que “não é sério”*. Tese (Doutorado em Antropologia) – São Paulo: USP. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/disponiveis>>. Acesso em 20 de jul 2005.

ARANTES, Antonio Augusto. 1984. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat.

_____. 1984. Revitalização da capela de São Miguel Paulista. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat, pp. 149-174.

_____. 1987. Documentos históricos, documentos de cultura. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº. 22. Brasília: Minc/IPHAN, pp. 48-55.

_____. 1998. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense [Coleção Primeiros Passos, n. 36].

_____. 1999. Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. *Projeto História*, 18. São Paulo: Educ/Fapesp, (pp.121-134).

_____. 2001. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro*. n. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. 2000a. *Paisagens Paulistanas: transformações no espaço público*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial.

_____. (Org.). 2000b. *O Espaço da Diferença*. Campinas, SP: Papyrus.

ARANTES, Antonio Augusto, Raul Ruben GUILHERMO e Guita G. DEBERT. *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ARAÚJO, Emanuel. 2001. A arte da sedução feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. pp. 45-77

ARTIAGA, Zoroastro. 1961. *História de Goiás*. Segundo Tomo. Goiânia: Revista dos Tribunais.

AZEVEDO, Paulo Ormino. 1984. O caso Pelourinho. In: In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat, pp. 219-255.

BACHELARD, Gaston. 1986. *La poética del espacio*. México: Fondo de Cultura Económica.

BARROS, Miriam Moraes Lins de. 1989. Memória e Família. In: *Estudos Históricos*, 3. Vol. 2. Nº. 3. Rio de Janeiro.

BASSO, Keith. 1996. Wisdom sits in places: notes on a Western Apache Landscape. In FELD, Steven e BASSO, Keith H (Ed.) *Senses of Place*. Santa Fé, New México: School of american Research Press, pp. 53-90.

BATESON, Gregory. *Naven: a survey of the problems suggested by a composite picture of culture of a New Guinea tribe drawn from three points of view*. Califórnia: Stanford University Press.

BAUDRILLARD, Jean. 1993. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

BEN-YAHUDA, Nachman. 1995. *The Masada Myth: collective memory and mythmaking in Israel*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

- BERGEROT, Vera. 2006. Colcha de Retalhos: os bastidores do patrimônio. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural). UCG, Goiânia.
- BERNARDES, Genilda Darc. 1998. *Goiânia, cidade Planejada/ cidade Vivida: discurso e cultura da modernidade*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Brasília: UnB.
- BERTRAN, Paulo; GALVÃO JÚNIOR, José Leme. 1987. *Evolução urbana da cidade de Goiás no período colonial*. Arquivemória II. Belo Horizonte. (mimeo)
- BIDEGAIN, Ana Maria. 1996. Gênero como categoria de análise na história das religiões. In: Bidegain, A. M. (org.) *Mulheres: autonomia e controle religioso na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes / CEHILA. (pp. 13-28)
- BILAC, Olavo. 1978. O caçador de esmeraldas: episódio da epopéia sertanista do XVII século. *Poesias*. São Paulo: Ed. Tecnoprint S.A. [Coleção Prestígio].
- BOLLE, Willi. 1994. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BORBA, Odiones de Fátima. 1998. *Cidade de Goiás: formas urbanas e redefinição de usos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFG, Goiânia.
- BORGES, Humberto Crispim. 1980. *Moisés Santana: vida e obra*. Goiânia: Cerne.
- BOSI, Ecléia. 1983. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- BOTELHO, Tarcísio R; ANDRADE, Luciana Teixeira de. 2005. Cidade e patrimônio: o tombamento na percepção dos proprietários de imóveis em Belo Horizonte. In: *Revista Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez., pp. 91-101. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG.
- BOURDIEU, Pierre 1962. Célibat et condition paysanne. *Études Rurales* 5-6: 32-137.
- _____. 1980. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- _____. 1992. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva. (Coleção Estudos, 20)
- _____. 1996. *A Economia da trocas lingüísticas*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- _____. 1997. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Marisa Correia. Campinas / SP: Papyrus.
- _____. 2000. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

_____. 2002. *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora.

BRANDÃO, Antonio José da Costa. 1978. *Almanach da província de Goyaz (para o anno de 1886)*. Goiânia: Ed. UFG.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1974. *Peões, pretos e congos: relações de trabalho e identidade étnica*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UnB, Brasília.

_____. 1976. *Os objetos do dia*. Goiânia: Oriente.

_____. 1989. *A Cultura na rua*. Campinas, SP: Papirus.

_____. 2004. *De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás*. Goiânia: UFG.

BRASIL, Americano do. 1961. *Súmula da história de Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura / Gráfica e Editora EDIGRAF.

BRITO, Célia Coutinho Seixo. 1974. *A Mulher, a história e Goiás*. Departamento Estadual de Cultura: P. D. Araújo / Livraria e Editora Cultura Goiana. Goiânia.

BRITO, Clóvis Carvalho. 2006. *“Sou Paranaíba pra cá”: literatura e sociedade em Cora Coralina*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Goiânia: UFG. 190 f.

BROM, Jorge. 1977. *Contos regionais*. Goiânia: O Popular.

BUENO, Fabiane de Moraes. 1997. *História dos rituais religiosos na Cidade de Goiás: Quaresma e Semana Santa*. Monografia (Graduação em História) – Goiânia: UCG.

CAILLOIS, Roger. 1978. *O Homem e o Sagrado*. Tradução de Geminiano Cascais Franco. Lisboa: Edições Setenta.

CÂMARA, Jaime. 1973. *Nos tempos da mudança*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana

_____. 1979 [1973]. *Nos tempos de frei Germano*. Goiânia: O Popular.

CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. 1971. *História de Santana do Parnaíba*.

CAMPOS, Itami F. 1980. *Mudança da capital: uma estratégia de poder*, in *Cadernos do INDUR – Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2. Goiânia.

CANCLINI, Nestor Garcia. 1994. *O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional*. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23. Brasília: IPHAN, pp. 94-115.

_____. 1997. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp (Ensaio Latino-americanos,1).

CARNEIRO, Keley Cristina. 2005. *Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias*. Dissertação (Mestrado em História) – Goiânia: UFG.

CASEY, Edward S. 1996. How to Get From Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena” In In FELD, Steven e BASSO, Keith H (Ed.) *Senses of Place*. Santa Fé, New México: School of American Research Press, pp. 13-52.

CAVALCANTE. Berenice; STARLING, Heloisa; EISENBERG, Jose (orgs.) 2004. *Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

CENTRO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS DA ESCOLA NACIONAL DE MÚSICA. 1950. *Relação dos discos gravados no Estado de Goiás – junho de 1942*, N. 2. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil.

CHAUL, Nasr N. Fayad. 1988. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf/UFG. Coleção Documentos Goianos Nº. 17.

_____. 1997. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG.

_____. 1998. Goiás, a cidade umbilical. In: CHAUL, N.F. *Os Caramujos contemporâneos da modernidade*. Goiânia: UFG, pp. 25-27.

_____. 2000. Goiás, a cidade umbilical. In: *Revista do Icomos-Brasil: monumentos brasileiros no patrimônio mundial*. Salvador: Master’s Gráfica e Editora, pp. 286-317.

CHOAY, Françoise. 2001. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade / Editora Unesp.

CLIFFORD, James. 1994. Colecionando Arte e Cultura. Tradução de Anna O. B. Barreto. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23. Brasília: IPHAN, pp.69-89.

COELHO, Gustavo Neiva. 1996. *Arquitetura da mineração em Goiás*. Goiânia: Ed. UCG.

COELHO, Gustavo Neiva. 1997. “O medo na arquitetura do século XVIII em Goiás” In: MONINI, Italiano (org.) *Séries Seminários*. Goiânia: Ed. UCG.

COELHO, Gustavo Neiva. 1998. *Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. Goiânia: Editora UCG.

COELHO, Gustavo Neiva. 1999. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Instituto dos Arquitetos do Brasil.

- CONNERTON, Paul. 1999. *Como as Sociedade Recordam*. Tradução de Maria Manuela Rocha. Oeiras: Celta Editora.
- CONWAY, Paul. 2001. *Preservação no universo digital*. [Tradução José Luiz Pedersoli Júnior, Rubens R. G. da Silva] 2ª. Ed. Rio de Janeiro; Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional.
- CORALINA, Cora. 1978. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. Goiânia: Imprensa da Universidade Federal de Goiás.
- CORALINA, Cora. 1983. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Editora Global.
- CORALINA, Cora. 2001a. *Meu Livro de Cordel*. São Paulo: Editora Global.
- CORALINA, Cora. 2001b. *Villa Boa de Goyaz*. São Paulo: Editora Global.
- CORALINA, Cora. 2001c. *Vintém de Cobre: minhas confissões de Aninha*. São Paulo: Global.
- CORDEIRO, Graça I.; COSTA, Antonio F. da. 1999. Bairros: contexto e intersecção. In: VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 58-79.
- CORRÊA, Margarida Maria da Silva. 2001. Naturalistas e viajantes europeus em Goiás (1800-1850). In CHAUL, N. F. e RIBEIRO, P. R. (Orgs.) *Goiás: Identidade, Paisagem, Tradição*. Goiânia: UCG. P. 75-121.
- CORRÊA, Rosi Meire A. Fulanette. 2003. Um olhar sobre a arte pictórica vilaboense. In: SIQUEIRA, E. M. de L.; CAMARGO, G. O. de; MAMEDE, M. G. F. *Leitura: teorias e práticas*. Goiânia: Ed. Vieira, pp. 247-270.
- CURADO, Luiz Augusto C. 1994. *Goyaz e Serradourada por Joaquim Craveiro e Poetas*. Goiânia: Edição do autor/GRáfica e Editora Líder.
- CURY, Isabelle (Org.). 2000. *Cartas patrimoniais*. Brasília, Iphan.
- DA MATTA, Roberto. 1990. *Carnavais, malandros e heróis – por uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan.
- _____. 1993. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. 1991. *Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A.
- _____. 2003. O Brasil como morada: apresentação para Sobrados e mucambos. In: FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global.

DAHER, Nice Monteiro. 2000. *Velhos Portais: prefácios e crônicas*. Goiânia: Editora Kelps.

DARNTON, Robert. 1986. *O Grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal.

De CERTEAU, Michel; GIRARD, Luce; MAYOL, Pierre 1994. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Tradução Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth, Petrópolis, RJ, Vozes.

_____. 1997, *A Invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Tradução Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth, Petrópolis, RJ, Vozes.

DEL PRIORI, Mary. 2000. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (1ª. reimpressão).

DEL PRIORE, Mary. 2001. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

DELGADO, Andrea Ferreira. 2003. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Campinas. Tese (Doutorado em História) - Unicamp.

_____. 2005. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano11, n. 23, pp. 113-143, jan-jun.

DELSON, Roberta Marx. 1997. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*. [tradução, Fernando de V. Pinto]. Brasília: Ed. ALVA-CIORD.

DENÓFRIO, Darci França (Org.). 2002. *Lavra dos Goiasés III: Leodegária de Jesus*. Goiânia: Cãnone Editoria.

DI GUIMARAES, Juruena. 2000. *De Binóculo: crônicas*. Goiânia: Gráfica Editora Kelps.

DOUGLAS, Mary. 1976. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

DUBY, Georges. 1997. *Damas do Século XII: a lembrança das ancestrais*; tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

DUVIGNAUD, Jean. 1983. *Festas e Civilizações*. Tradução L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: Ed. Universidade Federal do Ceará / Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

DURKHEIM, Émile. 1989. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Ed. Paulinas.

ECK, Marcel. 1974. *La Sexualité du Célibataire: étude sociologique et sexologique*. Paris: Éditions Universitaires, (Collection “Je”).

ECKERT, Cornelia. 1993. Memória e Identidade. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França). In: *Cadernos de Antropologia*, N°. 11, 1993. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 84 f.

ELÍADE, Mircea. 1998. *Mito e Realidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

_____. 2001. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes.

ELIAS, Norbert. 1994. *O Processo Civilizador, V. 1, Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. [Tradução Vera Ribeiro] Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

EVANGELISTA, Ely G. dos Santos. 2003. *A Unesco e o Mundo da Cultura*. Brasília, DF: Unesco; Goiânia: Editora UFG.

FALCÃO, Andréa (Org.). 2005. *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP. 90 p. [Encontros e Estudos; 6]

FARIA, Ronaldo de. 2006. *Turismo e Tradição: olhares revelados pela Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) Goiânia: UCG.

FELD, Steven. 1996. Waterfalls of song: na acoustemology of place resounding in Bosavi, Papua New Guinea. In FELD, Steven e BASSO, Keith H (Ed.) *Senses of Place*. Santa Fé, New México: School of american Research Press, pp. 91- 135.

FERREIRA, Manoel R. 1977. *As Bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal.

FONSECA, Cláudia. 1989. Mulheres de Fino Trato. In: BRESCIANI, M. S. M. (Org.) *Revista Brasileira de História: a mulher no espaço público*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, vol. 9, N°. 18, pp. 99-120.

FONSECA, Maria Cecília Londres. 1994. *Construções do Passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Brasília: UnB.

_____. 2001. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla do patrimônio. In: *Revista Tempo Brasileiro*. N. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 185-204.

_____. 2003. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. In ABREU, R. e CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 56-76.

_____. (Org.). 2004. *Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP. 96 p. [Encontros e Estudos; 5]

FORTUNA, Carlos. 1997. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: FORTUNA, Carlos (org.) *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta Editora.

FORTUNA, Carlos. 2006. Centros históricos e patrimônios culturais urbanos: uma avaliação e duas propostas para Coimbra. In: *Oficina CES, 254*. Available from: < Available from: <<http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/254/254.pdf>> Access on: 26 de nov 2006.

FORTUNA, Carlos; PEIXOTO, Paulo. 2002. As novas e as velhas imagens das cidades: um olhar sobre a transformação identitária de cinco cidades portuguesas. In: *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora (em CDROM). [online] Disponível em <<http://www.asp.pt/ivocng-actas/Acta118a.PDF>> Acesso em 26 nov 2006.

FOUCAULT, Michel. 1995. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal.

FRAGA, Ademar. 2005. *Goiás, Patrimônio da Humanidade: aproveitamento socialmente compartilhado ou exclusão social?* Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFG, Goiânia.

FRAGA, Leila Miguel. 2002. *O Divino Espírito Santo na cidade de Goiás: uma festa do patrimônio e da memória*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante - Gestão do Patrimônio Cultural) – Goiânia:UCG.

FREYRE, Gilberto. 2003. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global Editora.

_____. 2004. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora.

FRIAS, Aníbal; PEIXOTO, Paulo. 2002. Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do patrimônio urbano de Coimbra. In *Oficina do CES, 183*. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/183/183.pdf>> Acessado em: 26 nov 2006.

FRÚGOLI JR., Heitor. 2005. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*. [online]. Vol. 48, no. 1 [cited 2006-09-02], pp. 133-165. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100004&Ing=en&nrm=iso>. ISSN 0034-7701. doi: 10.1590/S0034-77012005000100004.

GALVÃO JÚNIOR, José Leme. 2001. *Patrimônio Cultural Urbano: preservação e desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília:UnB.

- GEERTZ, Clifford. 1973. *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books.
- _____. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- _____. 1991. *Negara: o estado teatro no século XIX*. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand do Brasil.
- _____. 1998. *O Saber Local*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- GIDDENS, Anthony. 1989. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 1997. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *A Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Unesp.
- GINZBURG, Carlo. 1989. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand do Brasil.
- GODOY, Renata de. 2003. *Plano de gestão para o patrimônio arqueológico da cidade de Goiás / GO*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – Goiânia: UCG.
- GOMES, Melissa Carvalho. 2006. O beco: liturgia na obra de Cora Coralina. In: DENOFRIO, Darci F.; CAMARGO, Goiandira O. (Orgs.) *Cora Coralina: celebração da volta*. Goiânia: Câne Editorial pp. 123-136.
- GOMIDE, Cristina Helou. 1999. *Centralismo político e tradição histórica: cidade de Goiás (1930-1978)*. Dissertação (Mestrado em História) – Goiânia: UFG.
- _____. 2003. *História da Transferência da Capital de Goiás para Goiânia*. Goiânia: Ed. Alternativa. 49 p. (Coleção Histórias de Goiás).
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (1996), *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/IPHAN.
- _____. 2001. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDEMBERG, Miriam (Orgs.) *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 15-33.
- _____. 2005. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, pp.15-36, jan/jun.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. 2001. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris (Orgs.) *Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa*, vol. I. São Paulo: Hucitec / Edusp / Fapesp / Imprensa Oficial (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos, v. 3), pp. 969-975.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. 2000. Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papyrus, pp.30-49.

HANDLER, David. 1988. *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

HARVEY, David. 1992. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.

HALBWACHS, Maurice. 2004. *A Memória Coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro.

HERZFELD, Michael. 1991. *A Place in History: social and monumental time in a Cretan Town*. Princeton/ New Jersey: Princeton University Press.

HOLSTON, James. 1993. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.

ICOMOS/BRASIL. 2000. *Revista do Icomos-Brasil: Monumentos Brasileiros no Patrimônio Mundial*. Salvador: Master's Gráfica e Editora.

IPHAN. 1994. *Bens móveis e imóveis nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Iphan.

IPHAN. 1994. Espaço e Poder. Entrevista de Michel de Foucault a Paul Rabinow. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23. Brasília: IPHAN, pp. 139-145.

IPHAN. 2000. *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, 2000.

IPHAN. 1999. *Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção*. Atividades da Comissão e do Centro de Trabalho criados pela Portaria IPHAN 37/98.

JACKSON, John Brinckerhoff. 1984. *Discovering the Vernacular Landscape*. New Haven and London: Yale University Press.

JAMESON, Fredric. 1996. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Editora Ática.

JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. 2001. Falando de festas. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris (Orgs.) *Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa*, vol. I. São Paulo: Hucitec / Edusp / Fapesp / Imprensa Oficial (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos, v. 3).

JEUDY, Henry-Pierre. 1990. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

JEUDY, Henry Pierre. 2005. *Espelho das Cidades*. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

_____. Entre mémoire et patrimoine. *Ethnologie Française: le vertige des traces*. Patrimoine en question. Paris: Armand Colin, XXV, n. 1, pp. 5-6, janviers-mars, 1995.

KOFES, Sueli. 2001. *Uma Trajetória, em narrativas*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

LACARRIEU, Mônica B.; CARMAN, María; GIROLA, María F. 2006. Processos de transformation urbana em lugares centrales y periféricos del área metropolitana de Buenos Aires: gano el urbanismo escenográfico? In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana T. de; PEIXOTO, Fernanda A. (orgs.) *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas / Edusp, pp. 98-127.

LACERDA, Regina. 1977. *Vila Boa: história e folclore*. Goiânia: Oriente.

_____. 1981. *Histórias que o homem de bronze contou*. São Paulo: Saraiva.

LEACH, Edmund Ronald. 1996. *Sistemas Políticas da Alta Birmânia*. (tradução Antonio de Pádua Danesi, Geraldo Gerson de Souza e Gilson C. C. de Souza). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Clássicos 6).

LEITE, Ilka Boaventura. *Ética e estética na antropologia*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC / CNPq, 1998

LEITE, Rogério Proença. 2001. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas, Tese (Doutorado em Antropologia) – Unicamp. 390 f.

LEITE, Rogério Proença. 2005. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. In: *Revista Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez., pp. 79-89. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG.

_____. 2006. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana T. de; PEIXOTO, Fernanda A. (orgs.) *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas / Edusp, pp. 23-44.

LEITE MORAES, Joaquim de A. 1995. *Apontamentos de Viagem*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

LEMOS, Carlos. A. C. 1985. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos 51).

_____. 1989. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel.

_____. 1996. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto – (Repensando a história).

_____. 1999. *A Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1996. *Tristes Trópicos*. Tradução Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1973. *Antropologia Estrutural*. Tradução Chaim Samuel Katiz, Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.

_____. 1989. *Antropologia Estrutural Dois*. Tradução Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.

_____. 2004. *O Cru e o Cozido (Mitológicas v. 1)*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés, São Paulo, Cosac & Naify.

LEWGOY, Bernardo. 1992. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antonio Prado/RS*. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Antropologia) IFCH/UFRGS.

LEYDESDORFF, Selma; PASSERINI, Luisa (Org.). 1996. *Gender and Memory*. Oxford: Oxford University Press.

LIDCHI, Henrietta. 1997. The poetics and the politics of exhibiting others cultures. In: *Representation: cultural representations and signifying practices*, ed. S. HALL. London: Sage / Open University.

LIMA, Tânia Andrade. 2001. A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. In: *Revista de Arqueologia Americana*, Nº 20, Instituto Panamericano de Geografia e História, jan/dez, pp. 51-79.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. 2003. O futuro do passado da cidade de Goiás: gestão, memória, identidade. *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás*. v. 1, n. 1 (2003) - Goiânia: Ed. Da UCG.

_____. 1998. *Pioneiros da marcha para o oeste: memória e identidade na fronteira do Médio Oeste*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Brasília: UnB.

LOURO, Guacira Lopes. 2001. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. pp. 443-481.

LOWENTHAL, David. (1998a), *El Pasado es un País Extraño*. Madrid, Ediciones Akal.

_____. (1998b), *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge, Cambridge University Press.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. 2004. São Pedro de Alcântara Charity Hospital: assistance and healthcare in Goiás during the nineteenth century. *História, Ciência. Saúde - Manguinhos*. [online], vol. 11, no. 3 [cited 2006-11-15], pp. 661-683.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000300007&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-5970. doi: 10.1590/S0104-59702004000300007.

MAGNANI, José Guilherme C. 2003. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec / UNESP.

_____. 2007. Santana do Parnaíba: memória e cotidiano [on line] in: NAU-Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Disponível via WWW no URL <http://www.n-a-u.org/magnanisantanadoparnaibav2.html>. Acessado em 16 junho de 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Tradução de A. P. Carr e L. A. Cardieri. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).

MALKKI, Liisa H. 1999. National Geographic: the rooting of peoples and the territorialization of national identity among scholars and refugees. In: GUPTA, Akhil e James FERGUSON (eds.) *Culture, Power, Place: explorations in critical anthropology*. Durham and London: Duke University Press, pp. 52-74.

MALPAS, J. E. 1999. *Place and Experience: A Philosophical Topography*. Cambridge, Cambridge University Press.

MARANDA, Pierre. 1972. Introduction. In: MARANDA, P. (Org) *Mythology: selected readings*. Middlesex, England: Penguin Books, pp. 7-20.

MARTINELLI, Maria Cavalcanti. 1985. *Baú de lembranças: vida e obra de Antonio Soares de Camargo*. Goiânia: Cerne.

MARTINS, Fátima de Macedo. 2004. *A Arquitetura Vernacular de Goiás: análise de um patrimônio cultural*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: UnB

MASSEY, Doreen. 2000. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, pp. 176-185.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. 1979. *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil, 1874 / Goiânia: Líder.

MAUSS, Marcel. 1981. *Ensaio de Sociologia*. Tradução Luiz João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo: Ed. Perspectiva. (Coleção Estudos, 47).

MENDES, Josefina Pinheiro. 2002. *Recordando: Josefina Pinheiro Mendes*. Goiânia: Deescubra.

MENDONÇA, Belkiss S. C. 1981. *A música em Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Ed da UFG.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. 1992. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. Secretaria

Municipal de Cultural. Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, pp. 189-194.

_____. 1993. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento) In: *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, Nº. 1. São Paulo: Edusp.

MONTEIRO, John Manuel. 1999. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. 1974. *Reminiscências: Goiás de antanho, 1907 a 1911*. Goiânia: Oriente.

MONNET, Jérôme. 1996. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº. 24. Brasília: Minc/IPHAN, pp. 220- 228.

_____. 2000. Les dimensions symboliques de la centralité. In: *Cahiers de Géographie du Québec*. Volume 44, Nº. 123, décembre, pages 399-418. Disponível em <http://www.cgq.ulaval.ca/textes/vol_44/no_123/07-Monnet_Dimensions.pdf> Acesso em 12 jan 2007.

_____. 2002. Centre et Périphérie au Mexique: dialectiques et dynamiques géographiques a plusieurs échelles. In: ROUSSILON, Henry (dir.) *Les rapports centre-périphérie dans les démocraties modernes*. Toulouse: Presses de l'Université Toulouse-1 Sciences sociales, 393 pages. Disponível em <<http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/05/18/43/PDF/ut.1-monnet.pdf>> Acesso em 12 jan 2007.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. 1995. *As estratégias de purificação dos espaços da Província de Goiás (1835-1843)*. Dissertação (Mestrado em História) – Goiânia: UFG.

_____. 2005. Do corpo místico de Cristo. Irmandades e confrarias na Capitania de Goiás. 1736-1808. Tese (Doutorado em História) - Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

MORAES, Dominga C. Pedroso. 2002. *Cidade de Goiás: patrimônio histórico, cotidiano e cidadania*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Goiânia: IESA/UFG.

MORAES, Joarice A. B. de Souza. 2001. *Cidade de Goiás: aspectos das representações histórico cultural do bairro do João Francisco*. Monografia (Especialização em História) – Goiás (GO): UEG.

MORAES, Maria Augusta S. de. 1974. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente.

MORSE, Richard M. (Eds.). 1965. *The Bandeirantes: the historical role of the Brazilian Pathfinders*

MOURA, Cristina Patriota de. 2001. Pedro Ludovico: indivíduo, mudança e mediação no Goiás da Era Vargas. In: VELHO, Gilberto e Karina KUSCHNIR (orgs.) *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, pp. 185-204.

MOURA, Ivanilde Gonçalves. 1989. *A Igreja do Evangelho: a construção de um sonho. A diocese de Goiás nos anos setenta*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – São Paulo: PUC São Paulo. 189 f.

NASON, James D. 1997. Beyond Repatriation: cultural policy and practice for the twenty-first century. In: ZIFF, Bruce; RAO, Pratima V. (Orgs). *Borrowed Power: essays on cultural appropriation*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, pp. 291-312.

NEEDELL, Jeffrey D. 1993. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras.

NORA, Pierre. 1997. *Les lieux de mémoire: la République, la Nation, lês France, 1*. Paris: Quarto Gallimard.

NOVAIS, Fernando A. 1998. Condições da privacidade na colônia. In: *História da Vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, organização Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

NUNES, Heliane Prudente. 2001a. História da família no Brasil e em Goiás. In: CHAUL, N. F. e RIBEIRO, P. R. (Orgs.) *Goiás: Identidade, Paisagem, Tradição*. Goiânia: UCG. pp. 57-71.

NUNES, Maria José Rosado. 2001b. Freiras do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. pp. 482-509

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz. 2001. *Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense*. Goiânia: AGEPEL.

OLIVEIRA, Luís Roberto C. 1994. Democracia, hierarquia e cultura no Quebec. *Série Antropologia N.º. 232*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia.

_____. 1999a. Dois pequenos ensaios sobre cultura, política e demandas de reconhecimento no Quebec. *Antropologia N.º. 250*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia.

_____. 1999b. Rethoric, resentment and the demands for recognition in Quebec. In: *Série Antropologia N.º. 260*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 2004a. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA et al. (Orgs.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF.

_____. 2004b. A difícil questão do consentimento informado. In: VÍCTORA et al. (Orgs.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, pp. 91-96.

OLIVEIRA, Luis Cesar Fleury de. 2004c. *Projeto de Criação e Implantação da UNED – Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) Goiânia: UCG.

ORTNER, S.; WHITEHEAD, H. (Orgs.). 1981. *Sexual Meanings: the cultural constructions of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.

ORTNER, Sherry. 1984. Theory in anthropology since the sixties. *Comparative Studies in Society and History* 26 (1): 126-166.

PALACÍN, Luís; MORAES, Ma. Augusta de S.. 1994. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG.

PALACÍN, Luís. 1994. *O Século do Ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: Ed. UCG.

PALACÍN, Luís; GARCIA; Ledonias F.; AMADO, Janaína. 1995. *História de Goiás em Documentos*. Goiânia: Editora da UCG.

PARENT, Michel. 1984. O futuro do patrimônio arquitetônico. In: *Revista do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional*. Brasília: IPHAN - Pró Memória, n. 19, pp. 112-123..

PASSOS, Élder Camargo de. 1968. *Obras de arte da cidade de Goiás: alguns de seus artistas no passado e no presente*. Goiânia: Departamento de Cultura - Secretaria da Cultura do Estado de Goiás.

_____. 1970. *História de Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura.

_____. 1997. *Veiga Valle: seu ciclo criativo*. Goiás, GO: Museu de Arte Sacra.

PÉCLAT, Gláucia T. S. C.. 2003. *O empadão goiano: expressão de valores e práticas tradicionais*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante - Gestão do Patrimônio Cultural) – Goiânia:UCG.

PEIXOTO, Paulo. 2000. O *patrimônio mundial* como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas. In *Oficina do CES*, 155. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/155/155.pdf>> Acesso em 26 nov 2006.

_____. 2002. Os meios rurais e a descoberta do patrimônio. In *Oficina do CES*, 175. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/175/175.php>> Acesso em 26 nov 2006.

_____. 2003a. *Centros históricos e a sustentabilidade cultural das cidades*. Apresentado no Colóquio *A cidade entre projetos e políticas*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>> Acesso em: 18 jan 2007.

_____. 2003b. Le patrimoine mondial et l'intensification des processus de patrimonialisation. In *Oficina do CES*, 185. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/185/185.pdf>> Acesso em: 26 nov 2006.

_____. 2004. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, pp. 183-204. [mimeo].

PERROT, Michelle. 1988. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2005. *As mulheres e os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Edusc.

PESSOA, Jadir de Moraes. 1990. *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel: um estudo antropológico sobre as relações entre a Igreja Católica Pós-Conciliar e os diferentes grupos e práticas do catolicismo popular na região de Ceres, em Goiás*. Dissertação Mestrado, IFCH/Unicamp, datilo.

PINA FILHO, Braz Pompeu de. 1971. *Goiás: História da Imprensa*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura.

PINHEIRO, Antonio CÉSAR Caldas. 2003. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção das tradições*. Dissertação (Mestrado em História) – Goiânia: UFG.

POHL, Johann Emanuel. 1976. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: Edusp / Itatiaia. (Coleção Reconquista do Brasil, 14).

POLLAK, Michael. 1992. Memória e Identidade Social. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212.

POLETTO, Sara Araújo. 2003. *Esboço de um personagem fugaz: o turista sob o olhar dos moradores da Cidade de Goiás – Patrimônio da humanidade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UnB, Brasília.

PRADO JÚNIOR, Caio. 2000. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense / Publifolha (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

RABELO, Danilo. 1997. Os Excessos do Corpo: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1889. Dissertação (Mestrado em História) – Goiânia:UFG.

RABELO, Flávia de Brito. 2006. *(Re) Inventando o Turismo na cidade de Goiás sob o olhar de Cora Coralina*. 2006. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural). Goiânia: UCG.

RAGO, Margareth. 1994. A sexualidade feminina entre o desejo e norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1900-1932. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 14, n. 28. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, pp. 28-44.

RAMOS, Alcida Rita. 1992. O Antropólogo como Ator Político. In: In: ARANTES, Antonio Augusto et al. (orgs.). *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. 1992. Sobre la utilidad social del conocimiento antropológico. *Antropológicas*, n. 3, pp. 51-59.

_____. (1990a), “A Hall of Mirrors: the rhetoric of indigenism in Brazil”. in *Série Antropologia*, Nº. 94. Brasília, UnB.

_____. 1990b. *Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Sanumá*. São Paulo: Editora Marco Zero; Brasília: Editora da UnB.

RAMOS, Marilúcia Mendes. 2006. Representações da Cidade de Goiás na contística de Cora Coralina: um sopro na cidade de pedra. In: DENOFRIO, Darci F.; CAMARGO, Goiandira O. (orgs.) *Cora Coralina: celebração da volta*. Goiânia: Câne Editorial pp. 103-121.

REIS, Nestor Goulart. 2000. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado: Fapesp - (Uspiana-Brasil 500 Anos).

REZENDE JR., Héber da Rocha. 2001. *Semana Santa em Goiás: aspectos folclóricos*. (manuscrito).

RIBEIRO, Miriam B. A. 1996. *Memória, Família e Poder: história de uma permanência política – os Caiado em Goiás*. Dissertação de Mestrado em História, ICHL / UFG.

RIBEIRO, Paulo. Rodrigues. 2001. Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX. In CHAUL, N. F. e RIBEIRO, P. R. (Orgs.) *Goiás: Identidade, Paisagem, Tradição*. Goiânia: UCG. pp. 25-56.

RIBEIRO, Tízia Antunes. 2006. Memória e lirismo das pedras e perdas em Cora Coralina. In: DENOFRIO, Darci F.; CAMARGO, Goiandira O. (orgs.) *Cora Coralina: celebração da volta*. Goiânia: Câne Editorial pp. 123-136.

RICARDO, Cassiano. 1940. *Marcha para o oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

RICARDO, Cassiano. 1956. *Pequeno Ensaio de Bandeirologia*. Rio de Janeiro: MEC, (Col. Cadernos de Cultura).

RIVIÈRE, Claude. 1997. *Os Ritos Profanos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

RODRIGUES, Maria Augusta Calado de S. 1982. *A Modinha em Vila Boa de Goyaz*. Goiânia: Editora da UFG.

_____. 2001. *Antonio Félix de Bulhões Jardim*. Goiânia: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

RODRIGUES, Marly. 1994. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº. 24. Brasília: Minc/IPHAN, pp. 195- 203.

ROSSELIN, Céline. 1999. The ins and outs of the hall: a parisian example. In: CIERAAD, Irene (Ed) *At Home: na anthropology space*. New York, Syracuse University Press, pp. 53-59.

RUBINO, Silvana. *As Fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1986*. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Unicamp.

SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas de História*. Tradução Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SAIA, Luís. 1995. *Morada Paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva.(Coleção Debates, n. 63).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1975. *Viagem a província de Goiás: tradução de Regina Regis Junqueira*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp.

SANTANA, Beatriz Otto. 2005a. *Espaços urbanos: a casa vilaboense no século XIX – memória de um tempo e de um povo*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – Goiânia: UCG.

SANTANA, Francis M. O. de Camargo. 2005b. *Abram Alas para Estes Carnavais: reconstruindo o carnaval de Vila Boa à nova capital Goiânia*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) - Goiânia: UCG.

SANTOS, Cristian José O. 2006. Conhecer para conservar: a constituição e dispersão dos fundos arquivísticos da Igreja Católica na cidade de Goiás (GO). Disponível em <http://www.arquivistica.net> Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 52-69, ago./dez. 2006. Acessado em jan de 2007.

SANTOS, Marisa Veloso M. 1996. Nasce a *Academia SPHAN*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº.. 24. Brasília: Minc/IPHAN, pp. 97-105.

SANTOS, Paulo F. 2001. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

SAUZANA, Elizabeth Salazar. 1996. Era uma vez... umas mulheres chamadas “canutas”. A mulher no pentecostalismo chileno. In: Bidegain, A. M. (org.) *Mulheres: autonomia e controle religioso na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes / CEHILA. (pp. 71-100).

SCHAMA, Simon. 1996. *Paisagem e memória*. [Tradução Hildegard Feist]. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHULTZ, Alfred. 1979. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. 2004. *O rio, a cidade de Goiás e os limites ambientais: identificando causas e indicando medidas preventivas*. Superintendência de Geologia e Mineração, Governo do Estado de Goiás, Goiânia: SIC. 26f.

SENNET, Richard. 2001. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lígia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Catarina E. F. da; PARDI, Maria Lúcia F.. 1989. A pesquisa arqueológica na Casa de Fundação de Ouro de Goiás, GO. *Dédalo*, 1:238-261. São Paulo: pub. Avulsa.

SILVA, Rita de Cássia da. 2003. Uma leitura interdisciplinar da poética de Cora Coralina. In: SIQUEIRA, E. M. de L.; CAMARGO, G. O. de; MAMEDE, M. G. F. *Leitura: teorias e práticas*. Goiânia: Ed. Vieira. pp.215- 246.

SILVA NETO, Virgílio Lourenço. 2003. *Paisagem urbana e segregação nos setores Centro Histórico e Vila Papyrus*. Monografia (Graduação em Geografia) – Goiás (GO): UEG.

SIMÃO, Luciene de Meneses. 2005. Os mediadores do patrimônio imaterial. *Sociedade e Cultura*, v. 6, n. 1 (jan/jun. 2003). Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/, pp. 59-70.

SIMMEL, Georg. 1969. *Conflict*. Translated by Kurt H. Wolff. Nova York: The Free Press Paperback.

SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA / CENTRO DE CULTURA GOIANA. 1982. *Memórias Goianas – V. I*. 1982. Goiânia: UCG.

SOJA, Edward W. 1993. *Geografias pós-modernas e a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. [Tradução Vera Ribeiro] Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SOUZA, Armênia Pinto de. 1999. *O mistério da montanha*. Goiânia: Editora Kelps.

SOUZA, Dalva Borges de. 2006. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: ED. Da UFG.

STOCKING JR., George W. 2001. Objects and Others: essays on museums and material culture. In: STOCKING JR., George W. (Org.) *Delimiting Anthropology: occasional essays and reflections*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, pp. 244-259.

STRATHERN, Marilyn. 1981. Self-interest and the social good: some implications of Hagen gender imagery. In: ORTENER, S. e WHITEHEAD, H. (Orgs.) *Sexual Meanings: the cultural constructions of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 166-191.

_____. 1988. *The gender of the gift*. Berkeley: University California Press.

TAHAN, Vicência Brêtas. 1995. *Cora Coragem, Cora Poesia*. São Paulo. Ed. Global.

TAMASO, Izabela. 1998. “Tratorando” a História: percepções do conflito na prática de preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal (SP). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Brasília: UnB.

_____. 2001a *Quem ri por último ri melhor*. Projeto de pesquisa. (Doutorado em Antropologia Social). Brasília: DAN/UnB, datilo.

_____. 2002. Preservação dos patrimônios culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas. *Anuário Antropológico / 98*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 11-50.

_____. 2005a. A Expansão do Patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. In: *Revista Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez., pp. 13-36. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG.

_____. (Org.). 2005b. Dossiê Patrimônio Cultural. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez. 117p.

_____. 2006. A Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio. In: FRÛGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana T. de; PEIXOTO, Fernanda A. (orgs.) *A cidade e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. PUC Minas/Edusp, pp. 245-273.

TAUNAY, Affonso de E. 1944. “O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil” In: *Curso de Bandeirologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações / Gráfica Siqueira.

TAUNAY, Affonso de E. 1950. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. CONFERIR REFERENCIA.

TAUNAY, Affonso de E. 1961. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos. V. I, V. II.

TEAGUE, Lynn S; JOAQUIN, Joseph T; LOMAWAIMA, Hartman H. 1997. A Coming Together: the Norton Allen Collection, the Tohono O’odham Nation, and the Arizona State Museum. In: ZIFF, Bruce; RAO, Pratima V. (Orgs). *Borrowed Power: essays on cultural appropriation*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, pp. 313-320.

TEIXEIRA, João Gabriel L. C; GARCIA, Marcus V. C; GUSMÃO, Rita (Orgs.). 2004. *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização*. Brasília: ICS-UnB.

TELES, Gilberto Mendonça. 1983. *A Poesia em Goiás*. Goiânia: UFG.

_____. 1991. *No Santuário de Cora Coralina*. Goiânia: Ed. Kelps.

_____. 1998. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Goiânia: Ed. da UFG.

TILLEY, Christopher. 1994. *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford/Providence, USA, Berg Publishers.

TINHORÃO, José Ramos. 2000. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34.

TRAVASSOS, Elizabeth (Org.). 1999. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº. 28. Brasília: Minc/IPHAN.

TRISTÃO, Roseli Martins. 1998. *Formas de Vida Familiar na Cidade de Goiás nos Séculos XVIII e XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia: UFG.

TUAN, Yi-Fu. 1983. *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo, Difel.

VAN GENNEP, Arnold. 1978. *Ritos de Passagem*. Tradução Mariano Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes.

VEIGA JARDIM, Rosimar C. M. da. (2003), “A geografia poética da memória popular”. in E. M. L. Siqueira; G. O. Camargo; M. G. F. Mamede (Orgs.), *Leitura: Teorias e Práticas*. Goiânia, Ed. Vieira.

VELHO, Gilberto. 1984. Antropologia e patrimônio cultural. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº. 20. Brasília: Minc/IPHAN, pp. 37-39.

_____. 1997. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2006. Patrimônio, negociação, conflito. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 237-248. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009&Ing+pt&nrm+iso. Acesso em 25 out 2006. Pré-publicação.

VIANNA, Cláudia Pereira. 2002. O sexo e o gênero da docência. In: *Cadernos Pagu*. Campinas/SP, (17/18) 2001/02, pp. 81-103.

VIANNA, Letícia C. R. 2001. Dinâmica e Preservação das Culturas Populares: experiências de políticas no Brasil. *Revista Tempo Brasileiro*. N. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

VIOLET-LE-DUC, Eugène E. s/d. *Histoire de l'habitation humaine: depuis les temps pré-historiques jusqu'à nos jours*. Paris: Bibliothèque d'éducation et de récréation.

VIDAL e SOUZA, Candice. 1994. *Batismo Cultural de Goiânia, um ritual da nacionalidade em tempos de marcha para o Oeste*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília: PPGAS/UnB.

_____. 1997. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. Da UFG.

ZIFF, Bruce; RAO, Pratima V. (Orgs). 1997. *Borrowed Power: essays on cultural appropriation*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press.

ZUKIN, Sharon. 2000a. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio. A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Ed. Papius, pp. 80-103.

ZUKIN, Sharon. 2000b. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antonio A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Ed. Papyrus, pp. 104-115.

WEBER, Max. 1994. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. I. [tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa]; Brasília, DF: Editora da UnB.

WOORTMANN, Ellen F. 1995. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sítiantes do nordeste. São Paulo / Brasília: Hucitec / UnB.

FONTES IMPRESSAS

Câmara Municipal de Goiás

Autógrafo N°. 47/2001, Planta de Valores Imobiliários do Município de Goiás para o exercício de 2002. Câmara Municipal de Goiás, 2001.

Prefeitura Municipal

Laudo Técnico N. 001/2002, Defesa Civil do Estado de Goiás, Corpo de Bombeiros Militar, Governo do Estado de Goiás.

Relatório dos Imóveis residenciais e seus proprietários – “Centro Histórico”

Fundação Frei Simão Dorvi

Jornal Cidade de Goiás

Nice Monteiro, “Bom dia, ‘Cidade de Goiás’”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano I, n. 1, 19 de junho de 1938, p. 1.

João Perillo, “Cidade de Goiaz”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano I, n. 1, 19 de junho de 1938, p. 1.

Lacerda de Athayde, “Goiaz, cidade histórica do Brasil”, *Cidade de Goiaz*, 3 de setembro de 1939, Ano II, N°. 57, p. 1.

“Goiaz, cidade histórica”, *Cidade de Goiaz*, 10 de setembro de 1939, Ano II, N°. 58, p. 1.

“José da Veiga Valle”, *Cidade de Goiaz*, 21 de abril de 1940, Ano II, N°. 77, p. 1.

Augusto Fleury Curado. “Idéias... Realidades”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano XII, n. 440, 28 de agosto de 1949.

Camargo Júnior, “Desperta, minha querida Goiaz”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano I, n. 32, 12 de fevereiro de 1939.

Pedro Viggiano, “Vila-Bôa e os Deputados”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano XIX, n. 653, 24 de fevereiro de 1957.

Hermógenes Ferreira Coelho, “O Patrimônio Histórico e a Cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano XII, n. 435, 24 de julho de 1949.

Luiz Alberto Di L. Couto, “Precisamos salvar a Cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano XIX, n. 664, 21 de julho de 1957, p. 4.

Augusto Fleury Curado, “A recuperação da cidade de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano XIII, n. 486, 16 de outubro de 1950, p. 1.

Raquel de Queiroz, “Cidade Velha, Memória Perdida”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano XII, n. 463, 19 de fevereiro de 1950.

Ademar de Barros, “Ao Povo de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Goiás, ano XVIII, n. 621, 10 de junho de 1955, p. 1.

Augusto Fleury Curado, “Idéias... Realidades”, *Cidade de Goiás*, Goiás, Ano XII, Nº. 440, 28 de agosto de 1949.

Élder Camargo de Passos, “Goiás – Cidade Turística”, *Cidade de Goiás*, Goiás, junho de 1985, p. 2.

Vascos dos Reis, “A nova capital defende as tradições goianas”, *O Social*, ano I, n. XII, Goiaz, 30 de novembro de 1933.

Hermógenes Ferreira Coelho, *Cidade de Goiás*, no XII, n. 435, Goiás, 24 de julho de 1949.

Sebastião Fleury Curado, “Ainda catas e lavras: os garimpeiros”, *Cidade de Goiaz*, 25 de junho de 1939, Ano II, Nº. 49, p. 1.

“Transferência do Batalhão”, *Cidade de Goiás*, Ano XIX, Nº. 650, Goiás, 23 de dezembro de 1956.

Luiz do Couto, “Tudo Passa”, *Cidade de Goiás*, Ano III, Nº. 100, Goiás, 10 de novembro de 1940, p. 1.

Goiás do Couto, “Secretaria de Viação e os prédios públicos de Goiás”, *Cidade de Goiás*, Goiás, 09 de junho de 1957, Ano XIX, Nº. 661, p. 4.

Jornal *Tribuna de Goiás*

Sebastião Pova, “O gentio oferece virgens em sinais de amizade e o Anhanguera fica com todas”, *Tribuna de Goiás*, 08 de junho de 1968, p. 04.

Sebastião Pova, “Bartolomeu não gostava dos Amboabas, por isso não queria fazer a resenha”, *Tribuna de Goiás*, 25 de maio de 1968, p. 11

Sebastião Povia, “No primeiro combate com os gentios, Bueno mostrou que era covarde”, *Tribuna de Goiás*, 01 de junho de 1968, p. 11.

Documentos avulsos:

Luiz do Couto, “Morte às tradições religiosas”, sem outras referências (nome do jornal, ano, número, página). Documento avulso. Arquivo Frei Simão Dorvi.

Livro da Décima Urbana, 1939 – Nº. 337

Gabinete Literário Goiano

Jornais *A Razão*

“Autonomia de Goiás”, *A Razão*, Goiás, Ano II, Nº. 40, 11 de julho de 1937, p. 1.

“Autonomia de Goiás”, *A Razão*, Goiaz, 25 de julho de 1937, Ano II, Nº.42, p.1

“Depois do esbulho, a humilhação”, *A Razão*, Goiás, ano II, n. 45, 15 de agosto de 1937, p. 4.

Othon Nascimento, “26 de Julho”, *A Razão*, Ano II, Nº. 42, Goyaz, 25 de julho de 1937, p. 3.

“A Grande Festa de Nossa Senhora do Rosário”, *A Razão*, Goiaz, 10 de outubro de 1937, Ano II, Nº. 53, p. 3.

“A transferência dos estabelecimentos de ensino para Goiânia”, *A Razão*, Goiaz, 05 de dezembro de 1937, Ano II, Nº. 61, p.1.

Jornal *O Social*

Vascos dos Reis, “A Nova Capital defende as tradições goianas”, *O Social*. Goiaz, 30 de novembro de 1933, Ano I, Nº. XII, p. 1.

Jornal *Voz do Povo*

“Festa de Nossa Senhora do Rosário”, *Voz do Povo*, Goyaz, 3 de outubro de 1930, Ano IV, Nº. 171, p. 1.

Palácio Conde dos Arcos

Manifesto “*Ao Povo*”, 1962. Documento Avulso.

“Conde dos Arcos é Monumento Histórico”, *Folha de Goiás*, 26 de julho de 1961. Documento Avulso.

“Programa Oficial dos Festejos do Governo na Cidade de Goiás”, 18 de junho de 1961. Documento Avulso.

“Texto completo da Lei que colocou a cidade de Goiás sob proteção especial”, 27 de julho de 1962. Documento Avulso.

“Vila boa festeja o retorno da capital”. Documento Avulso.

OVAT

Livro Ata da OVAT

Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico da Cidade de Goiás

Livro Ata do Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico da Cidade de Goiás.

IPHAN

Processo de Tombamento da cidade de Goiás – Volume I ao IV

Portaria 001 de 22 de abril de 1993. 8ª Diretoria Regional do Sphan / Minc.

Anexo II da Portaria 001 de 22 de abril de 1993. 8ª Diretoria Regional do Sphan / Minc.

IPHAN. 2000. *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília.

IPHAN. 1999. *Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção. Atividades da Comissão e do Centro de Trabalho criados pela Portaria IPHAN 37/98*.

FINAGEIV, Belmira. 1978. Carta à cidade de Goiás. Brasília, SPHAN/Fundação Pró-Memória.

IPHAN. 1999. *INRC. Inventário Nacional de Referências Culturais de Goiás*.

Comunicado entregue aos moradores. 17ª Sub-Regional do Iphan, Celg. Câmara Municipal de Goiás e Loja Maçônica Asilo da Razão, 16 de abril de 1999.

Arquivo pessoal de Rita da Veiga Jardim

Myraci Alencastro Veiga de Almeida, “Goiás Clube: a garra da mulher vilaboense”, *O Vilaboense*, Ano 12, n. CXXVI, janeiro de 2005, p. 4.

Monsenhor Primo Vieira, “Impressões sobre uma antiga cidade”, (sem referência)

Lêda Xavier de Almeida, “Regina Lacerda”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano II, n. 14, 1994, p. 2. Arquivo pessoal de Rita da Veiga Jardim.

“Arthur da Costa Ferreira”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano II, n. 14, p. 4, dezembro de 1992.

Marilda de Godoi Carvalho, “Goiânia em quatro momentos decisivos”, *O Popular*, Goiânia, 24 de outubro de 1992, p. 2.

“Posse festiva na AFLAG”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano 12, n. CXXV, nov-dez 2004, p. 11.

“Tributo à Regina Lacerda”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano 8, XCII e XCIII, p. 9, ago-set 2001.

Miracy Alencastro Veiga de Almeida, “Gente que fez: reminiscências de uma Pioneira”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano III, n. XXXV, Setembro de 1996, p.8.

Bento Alves. A. J. Fleury Curado, “Darcília de Amorim: quanta luz!”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano I, N. 8, junho de 1994, p. 2.

Monsenhor Primo Vieira, “Impressões sobre uma antiga cidade” (documento avulso / sem referência)

José Leme Galvão Júnior, “Homenagens”, *Cidade de Goiás*, Goiás, Ano LVI, N. 822, p. 7, abril/maio de 1992.

Jaime do Nascimento Costa, “O Ilustre Desconhecido: Giusepe Dorvi – Frei Simão Dorvi”, *O Vilaboense*, Goiás, novembro de 1995.

“Telegoiás patrocina reforma do Museu”, *o Vilaboense*, Ano II, N. 14, Goiás, dezembro de 1994, p. 2.

“Telegoiás Brasil Telecom doa Peças de Veiga Valle ao Museu da Boa Morte”, *O Goyaz*, Ano I, N. 3, Goiás, abril de 2002, p. 5.

Djanira Ferreira Nunes, “Goianas Ilustres: Maria Soares de Camargo”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano 13, N. CXLIV, Goiás, out-nov, 2005, p. 3.

Hélio Rocha, “A causa da cidade de Goiás teve pioneiros”, *O Vilaboense*, Ano VII, N. LXXII, Goiás, março de 2000, p. 9.

“Banda ganha instrumentos musicais da Brasil Telecom”, *O Vilaboense*, Goiás, Ano 13, N. CXLX, Goiás, agosto de 2006, p. 7.

“Volta às tradições”, *O Estado de Goiás, Cidade de Goiás-Especial*, Goiânia, novembro de 1981, p. 4.

“Campanha Vamos Colorir Goiás”, *O Vilaboense*, Goiás, maio de 2000, p. 8.

Élder Rocha Lima, “A cor na arquitetura da cidade de Goiás”, *O Vilaboense*, Goiás, outubro de 2004, p. 6.

Jacira Brandão da Veiga Jardim, “Minha Rua: Hugo de Carvalho Ramos ou Rosa Gomes”, *O Vilaboense*, Goiás, março/abril de 2003, p. 7.

Sônia de Oliveira, “Doces Lembranças: minha rua, rua nossa”, *O Vilaboense*, Goiás, dezembro de 2005, p. 9.

“Rua do Carmo de Goiás”, *O Popular*, Goiânia, 10 de novembro de 1974, p. 3.

Seila Maria Vieira de Araújo, “Cambaúba: a rua de minha casa”, *O Vilaboense*, Goiás, setembro de 2003, p. 3.

Rita da Veiga Jardim, “Centro Histórica da cidade de Goiás: numa visão crítica –construtiva”, *O Vilaboense*, Goiás, maio de 1996, p.2.

Rita da Veiga Jardim, “Nossas reivindicações aos candidatos às eleições de 1996”,
O Vilaboense, Goiás, agosto de 1996, p. 11.

“A Grande Enchente”, *O Goyaz*, Goiás, janeiro de 2002, p. 5.

Hecival Alves de Castro, “a casa de Cora Coralina e o movimento cultural na cidade”, *O Vilaboense*, Goiás, janeiro de 1994, p. 3.

“Edmundo Saddi pede atenção do Iphan”, *O Vilaboense*, Goiás, agosto de 2006, p. 12.

Diocese de Goiás

Decreto Nº. I/67, Livro do Tombo Nº. 4, fl. 21 v.

Ofício Nº. 049/98/17ª SR/IPHAN, de 06 de abril de 1998.

Ofício de Dom Tomás Balduino endereçado ao presidente do DPHAN, Renato Soeiro, em 14 de abril de 1968.

Ofício L/151-71, enviado em 22 de maio de 1971 por Dom Tomás Balduino, ao delegado Edirardo José Marques Bicalho Brandão.

Requisição 111/71, de 17 de abril de 1971, assinada por Dom Tomás Balduino.

Requisição 112/71, de 17 de abril de 1971, assinada por Dom Tomás Balduino.

Declaração 125/71, de 25 de abril de 1971, assinada por Dom Tomás Balduino.

Requisição 237-71, de 21 de setembro de 1971, assinada por Dom Balduino, em três vias endereçadas ao Arquivo da Paróquia do Rosário, ao Arquivo da Cúria Diocesana e ao Arquivo do Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

FINAGEIV, Belmira. Considerações sobre o ato do tombamento”. *In: Caderno Técnico*, dez/81, Nº. 20. Fundação Nacional *pró*Memória. Ministério da Educação e Cultural. Secretaria da Cultura. Sub-Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 7 fs.

Correspondência de Dom Tomás Balduino para José Leme Galvão Júnior, datada de 21 de agosto de 1992. Documento avulso.

“Procuração Particular”, datada de 27 de novembro de 1995. Documento avulso.

Ofício Nº. 72/77/Iphan/BSB, de 06 de abril de 1977, encaminhado por Belmira Finagiev, Chefe do Núcleo Iphan/BSB para Dom Tomás Balduino. Documento avulso.

“Minuta do Projeto do Museu da Música”. Iphan. Documento avulso. s/d.

Informação n º 154, assinado por Lygia Martins Costa, Chefe da Seção de Arte do Iphan, datado de 2 de julho de 1976.

Ata da 1ª Reunião da Comissão da Catedral. 19 de agosto de 1994. Documento avulso.

Ata da 2ª Reunião da Comissão da Catedral. 08 de fevereiro de 1995. Documento avulso.

Ata da 3ª Reunião da Comissão da Catedral. 14 de abril de 1995. Documento avulso.

Ata da 4ª Reunião da Comissão da Catedral. 29 de dezembro de 1995. Documento avulso.

Ata da 5ª Reunião da Comissão da Catedral. 29 de março de 1996. Documento avulso.

“Intervenção na catedral de Sant’Anna – Vila Boa de Goiás”. Documento avulso, s/d.

Arquivo da Irmandade de São Bom Jesus dos Passos

Livro de Atas das seções ordinárias e extraordinárias, aberto em 1991. Arquivo da Irmandade dos Passos.

Arquivo Movimento Pró-Cidade de Goiás

IPHAN / Minc. 1999. *Dossiê – Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do patrimônio mundial*. 1999. (Impresso)

IPHAN / Minc. 1999. *Dossiê – Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do patrimônio mundial*. 1999. (CD ROM)

Livro Ata do Movimento Pró-Cidade de Goiás

Patrimoine Mondial 25 BUR – Bureau du Comité du Patrimoine Mondial, vingt-cinquième session, Paris, Siège de l’Unesco, Salle X, 25-30 juin 2001.

6º. Batalhão de Polícia Militar

Agenda com cronograma de atividades da Banda do 6º BPM. Ano de 2001.

Ministério Público Federal de Goiás

Procedimento Administrativo MPF/PR/GO Nº. 1.18.000.003412/2002-81. Volumes I e II. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Ministério Público Federal. (Área 5, Tutela Coletiva, 4ª CCR).

Arquivo pessoal da autora

Fita VHS

“A Catedral de Vila Boa de Goiás”- Documentário em vídeo produzido e dirigido por Zé Nobre. Iphan/Ministério da Cultura.

Jornais

OVAT. 2005. *OVAT: 40 anos promovendo a cultura e resgatando as tradições*. Goiás.

Valbene Bezerra, “Museu recebe esculturas de Veiga Valle”, *O Popular*, Goiânia, 8 de junho de 2002, p. 7.

Rogério Borges, “A nova Casa da Ponte”, *O Popular*, Goiânia, 17 de agosto de 2002.

“Entrevista com Marconi Perillo”, *O Diário da Manhã*, (Documento DM), 24 de março de 2002, p. 33.

Tiago Faria, “Reconstrução ameaçada”, *Correio Braziliense*, 28 de novembro de 2002, p. 17.

Silvana Monteiro, “Unesco vai conhecer a situação de Goiás dia 16”, *O Popular*, Goiânia, 11 de janeiro de 2002, p. 4B.

Adriana Chaves e Leila Suwwan, “Prejuízo com as chuvas pode ser de R\$ 10,9 mi”, *Folha de São Paulo*, 4 de janeiro de 2002, p. C3.

Aline Leonardo e Cileide Alves, “Prejuízos em Goiás podem passar dos R\$ 25 milhões”, *O Popular*, Goiânia, 3 de janeiro de 2002, p. 6B.

Cristiano Leobas, “Trabalho minucioso recupera patrimônio”, *O Popular*, Goiânia, 6. de janeiro de 2002, p. 5B.

Cileide Alves, “FHC promete reconstruir cidade de Goiás ‘para melhor’”, *O Popular*, Goiânia, 4 de janeiro de 2002, p. 6B.

Marcus Vinicius, “Renasce a cidade-patrimônio, Fernando Henrique Cardoso anuncia R\$ 2 milhões para reconstrução de Goiás”, *Diário da Manhã*, Goiânia, 4 de janeiro de 2002, p. 3.

Maria José Braga, “Prefeito de Goiás vai a Brasília buscar recursos”, *O Popular*, Goiânia, 10 de janeiro de 2002, p. 4B.

Jorge Wertheim, “A Unesco e o compromisso com Goiás”, *O Popular*, Goiânia, 10 de janeiro de 2002, p. 10.

Carla de Oliveira, “Música e arquitetura para reconstruir Goiás”, *O Popular*, Goiânia, 5 de janeiro de 2002, p. 3.

“Show para Vila Boa leva mil pessoas ao Teatro Rio Vermelho”, *O Popular*, Goiânia, 19 de janeiro de 2002, p. 3.

“Enchente: ajuda a Vila Boa”, *O Popular*, Goiânia, 25 de julho de 2002, p. 4.

Marília Assunção, “Ruínas de prédios enfim são demolidas”, *O Popular*, Goiânia, 3 de junho de 2004, p. 5.

Artur Rezende, “Fachadas”, *Agenda 2, O Popular*, Goiânia, 10 de dezembro de 2001.

“Trabalho de restauração decisivo para concessão de título da Unesco”, *A Energia de Goiás*, Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 4 de julho de 2002, p.4.

“Goiás Patrimônio da Humanidade”, *Um Estado em Obras*, Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 30 de junho de 2002, p, 28.

“Contribuição oficial para o título”, *Jornal da Segunda*, Especial O Nosso Patrimônio Cultural da Humanidade, p. 16.

Rosane Rodrigues da Cunha, “Quebra cabeças nos becos da cidade de Goiás”, *O Popular*, Goiânia, 9 de junho de 2001, p. 4B.

Nádia Timm, “Sobrado da Real Fazenda reabre suas portas”, *O Popular*, Goiânia, 25 de julho de 2001, p. 7.

“Diocese vê desvirtuamento de festa religiosa”, *O Popular*, Goiânia, 13 de dezembro de 1977, p. 6.

“Construções descaracterizadas”, *O Estado de Goiás (Especial)*, Goiânia, 01 de agosto de 2001, p. 5.

Marilda Godoy de Carvalho, “Era uma vez um título mundial”, *O Popular*, Goiânia, 29 de maio de 2002, p. 8.

“O polêmico teleférico”, *O Vilaboense*, Goiás, abril-maio de 2002, p. 9.

“Cidade de Goiás: um canteiro de obras”, *O Goyaz*, Goiás, abril de 2002, p. 8.

Folder Catálogo e Encartes

“Política Ambiental do Governo de Goiás: desenvolvimento sustentável e cidadania. II FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Goiás / Brasil)”, Governo de Goiás / Agência Ambiental / II FICA, 1999, s/p.

“250 Anos: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos – Cidade de Goiás”. Goiás: OVAT, SEBRAE, Prefeitura Municipal (1993-1996), s/d.

“Festa do Divino Espírito Santo: 130º Imperador Gustavo Ferreira Andrade”, Goiás, 2001.

“A justiça tem memória: Goiás começou aqui”, Byron Seabra Guimarães. Poder Judiciário, Tribunal da Justiça, Estado de Goiás.

“Goiás antes da iluminação subterrânea”, Celg, Governo do Estado de Goiás, s/d.

Folder “Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte – Museu de Arte Sacra da Boa Morte”.

Catálogo “Acervo do Museu de Arte Sacra da Boa Morte com a maior coleção de Veiga Valle”, Fundação Jaime Câmara, 2001.

Goiandira Ortiz de Camargo, “Becos e Versos de Goiás”, *Goyaz Poesia – Festival de Poesia de Goiás*, 2006, p.9.

Programa da Semana Santa 2001 – *Vidas Sim, Drogas Não!* Cidade de Goiás, um patrimônio para a Humanidade.

Programa da Semana Santa, ano 2002 – *Por uma terra sem males*. Cidade de Goiás, Patrimônio Mundial.

Programa da Semana Santa, ano 2002 – *Vida, dignidade e esperança*. Cidade de Goiás, Patrimônio Mundial.

Semana Santa, Programa 2004 – Cidade de Goiás, Patrimônio Mundial.

Semana Santa – Cidade de Goiás, 2006.

Virtual

Paulo Augusto de Figueiredo, “Variações em torno de Goiânia”, *Revista Oeste*, julho de 1943, ano II, n. 6, p. 220.

“Um homem e uma obra, *Revista Oeste*, julho de 1943, ano II, n. 6, p. 219-220. *Patrimônio Imaterial* – Decreto 3551/2000. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>

“Patrimônio Mundial: Congonhas do Campo – São Bom Jesus dos Matosinhos”. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>

“Assembléia se transfere para Goiás”, site da Assembléia Legislativa do Estado, consultado em 17 de março de 2006: http://www.assembleia.go.gov.br/not_detal.asp?id_cat=38id_not=2928

Unesco, World Heritage, “Operational Guidelines”, http://whc.unesco.org/archive/opguide05_en.pdf

Florença Mazza, “Afeição à arte sacra”, *Jornal do Brasil*. [Avaliable from: <<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/viagem/2003/03/29/jortur20030329029.h>> Access on: 25.05.2003.

Rosane Rodrigues da Cunha, “Restauração deve terminar hoje: Iphan estranha possibilidade de embargo as recuperação de casas, anunciada pela prefeitura”, *O Popular On Line*, Avaliable from: <<http://www2.opopular.com.br/cidades/13.asp>> Access on: 12.12.2002.

Waldinéia Ladislau, “Acordo limita carnaval na cidade de Goiás”, *O Popular On-Line*, Avaliable from <<http://www.opopular.com.br/anteriores/02fev2002/cidades/ultima.asp>> Access on: 04.02.2002;

“Patrimônio”, *O Popular On-Line*, Avaliable from <<http://www.opopular.globo.com/mail/cartas.htm>> Access on: 13.03.2003.

Fabricia Hamu, “Goiás guarda tesouro enterrado”, *O Popular On-Line*, Avaliable from <<http://www.opopular.com.br/anteriores/18mar2001/cidades/segunda.htm>> Access on: 26.04.2001.

Fabricia Hamu, “Encanamento”, *O Popular On-Line*, Avaliable from <<http://www.opopular.com.br/anteriores/18mar2001/cidades/segunda.htm>> Access on: 26.04.2001.

“30 cidadezinhas imperdíveis do Brasil”, Avaliable from <http://viagemeturismo.abril.uol.com.br/vt/edicoes/139/brasil/conteudo_229790.shtml> Access on 05 de maio de 2007. Matéria publicada na Revista Viagem e Turismo. Ed. 139 de 01 de maio de 2001.

Arquivos privados (não identificados por opção da autora)

Processo Nº. 015/2002, 18 de fevereiro de 2002. Iphan.

Prefeitura Municipal de Goiás. Setor de Finanças e Arrecadação. Notificação, 08 de abril de 2002.

Notificação Extrajudicial. 08 de abril de 2002. Iphan.

“Suspensão de embargo extrajudicial”, 24 de abril de 2002. Iphan.

ANEXOS

ANEXO I

CRONOLOGIA DO PROCESSO DA MUDANÇA DA CAPITAL¹

24 de outubro de 1930	Pedro Ludovico Teixeira é enviado como prisioneiro à capital.
25 de outubro de 1930	Pedro Ludovico Teixeira, a 20 km da capital, recebe a notícia de que a Revolução havia sido vitoriosa.
1930	Surgem primeiros comentários sobre a mudança da capital, após Revolução
13 de julho de 1931	O tema da mudança da capital foi tratado no Congresso instalado na cidade de Bonfim. Pedro Ludovico Teixeira esclareceu que a mudança da capital estava em estudo por parte de seu governo.
20 de dezembro de 1932	É publicado no “Correio Oficial” o decreto no. 2737, que nomeava uma comissão “para proceder aos estudos atinentes à adaptação ou escolha de um local para nele ser edificada a nova capital”.
03 de janeiro de 1933	Reuniu-se em Bonfim, a comissão elegendo o arcebispo de Goiás D. Emanuel Gomes de Oliveira como presidente e Colemar Natal e Silva, secretário. Composta também pelo engenheiros João Argenta e Jerônimo Curado Fleury e do médico Laudelino Gomes de Almeida, a comissão decidiu ainda “opinar sobre a conveniência da localização da Capital” em uma das seguintes cidades: Bonfim, Pires do Rio e Distrito de Ubatãs, dada as condições climáticas, topográficas e de recursos hídricos.
13 de janeiro de 1933	Publicação do decreto que autorizou o governo a contrair empréstimo, na quantia máxima de seis mil contos de réis, para dar andamento às obras da nova capital.
03 de maio de 1933	Eleição à Constituinte dá vitória total à chapa governista, sem um único representante sequer da oposição. 18 de maio de 1933: Publicação do decreto nº. 3359, que aprovava o local onde seria edificada a nova capital. Artigo 1º: “A região do córrego Botafogo, compreendida nas fazendas denominadas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, no município de Campinas, fica escolhida para nela ser edificada a futura Capital do Estado [...]”. Artigo 6º: Fica determinado o prazo máximo de dois (2) anos para a transferência definitiva da sede do governo para a nova Capital.
06 de julho de 1933	Publicação do decreto nº. 3547, que autorizava o urbanista Aflílio Correa Lima a elaborar o plano urbanístico da cidade.
14 de julho de 1933	Relator do Conselho Consultivo do Estado lê pedido de revogação do decreto nº. 3359, enviado por comerciantes e descontentes liderados por José de Alencastro Veiga, alegando que a cidade Goiás preenchia os requisitos para continuar sendo a capital do estado. Aceitando o parecer contrário do relator da comissão, o manifesto dos vilaboenses fora arquivado.
18 de setembro de 1933	Decreto nº. 3. 801, que criou o município de Goiânia com a fusão dos municípios de Campinas, Hidrolândia e parte dos municípios de Anápolis, Bela Vista e Trindade.
24 de outubro de 1933	Lançamento da Pedra Fundamental da nova capital.
14 de outubro de 1934	Eleições para Assembléia Nacional Constituinte, uma vez que a

¹ Todas as informações relacionadas ao processo de mudança presentes neste anexo têm como fonte o livro *Nos Tempos da Mudança*, de Jaime Câmara (1973) e *A construção de Goiânia e a transferência da capital* de Nars Chaul (1988) É oportuno ressaltar que a seleção para as datas presentes nesta cronologia, foi feita baseando-se na contribuição que cada etapa do processo da transferência da capital pode dar ao tema desta tese.

	Constituição Federal extinguiu os mandatos dos deputados anteriormente eleitos.
15 de abril de 1935	Instalação da Assembléia para solenidade de posse dos deputados e eleição da Mesa, do Governador do estado e dos senadores. Pedro Ludovico é eleito Governador do estado.
02 de agosto de 1935	Publicação do decreto nº. 327, que criou o município de Goiânia
08 de junho de 1935	O grupo de deputados que fazia oposição à mudança da capital, já sem expectativa alguma de reverterem a decisão, declararam-se favorável à mudança desde que fossem “tomadas medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da atual sede do governo”.
08 de novembro de 1935	Publicação do decreto nº. 510, que nomeou Venerando de Freitas Borges para o cargo de Prefeito de Goiânia.
20 de novembro de 1935	Foram instalados o município e a comarca de Goiânia.
04 de dezembro de 1935	“Correio Oficial” publica nota comunicando que o governador Pedro Ludovico Teixeira transferiu a sua residência para Goiânia, “a fim de administrar pessoalmente, os serviços de construção daquela metrópole”. 20 de dezembro de 1935: Decreto nº. 608-A determinando que a Diretoria Geral da Segurança Pública e uma Companhia da Polícia Militar se transfiram para Goiânia.
18 de janeiro de 1936	Decreto nº. 765 determinando que se transfira para Goiânia a Diretoria Geral da Fazenda.
07 de julho de 1936	O deputado Xavier de Almeida, em substituição ao governador Pedro Ludovico em licença para tratamento de saúde, apresenta um projeto a Assembléia Legislativa do estado, propondo condições favoráveis à mudança do Tribunal de Justiça para Goiânia; o qual até então se recusava a deixar Goiás.
23 de julho de 1936	Pedro Ludovico reassume o governo e junto à bancada situacionista propuseram um substitutivo ao projeto de Xavier de Almeida. No referido substitutivo se estabeleceu a data de 20 de dezembro de 1936 para “a transferência definitiva da Capital do Estado de Goiás para Goiânia”. O substitutivo não apenas retirou, do projeto de Xavier de Almeida, todas as vantagens ao Poder Judiciário, como ainda lhe fixou a data de transferência.
23 de março de 1937	Decreto nº. 1.816, que transfere a capital de Goiás para Goiânia, é assinado por Pedro Ludovico Teixeira. 16 de junho de 1937: O Juízo Federal e o Tribunal Federal receberam as chaves dos prédios que abrigariam as mesmas instituições num prazo máximo de 30 dias.
14 de julho de 1937	O Poder Judiciário se instalou em Goiânia. Pedro Ludovico transforma a cidade de Goiás em “Estância Balneária”, com isso impossibilitando que a cidade continuasse a ter a autonomia para eleger o Prefeito Municipal, que passou a ser nomeado pelo governador.
05 de julho de 1942	Batismo Cultural de Goiânia.

ANEXO II

AUTORIDADES PRESENTES NO DIA DA CONQUISTA PARCIAL DO TÍTULO Dia 27 de junho de 2001

Marconi Perilo – Governador do estado de Goiás
Ronaldo Caiado – Deputado Federal
Aldo Arantes – Deputado Federal
Giuseppe Vecchi – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento
Norival Santomé – Chefe do Gabinete de Controle Interno da Governadoria
Dom Tomás Balduino – Bispo Hemérito da cidade de Goiás e Presidente da CPT
(Comissão Pastoral da Terra)
José Izecias de Oliveira – Reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Salma Wares Saddi de Paiva – Diretora da 14^a Regional do Iphan
Agnaldo Coelho – Diretor de Patrimônio da Agepel (Agência Goiânia de Cultura)
Sérgio Caiado – Presidente da Agência Rural
Sandro de Lima – Secretário de Cultura de Goiânia
Rodrigo Borges
Newton Povoá – Representante do Sebrae
Brazilete Ramos Caiado – Presidente do MPCG
Waldenice Borges Peres – Secretária Sub-Regional de Educação
Irmã Aspázia – Presidente de Honra do MPCG
Telma Godinho – Vice-prefeita de Goiás
Marcelo Barra – Cantor e compositor
João Batista Valin – Ex-prefeito de Goiás

ANEXO III

25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO EM HELSINQUE

21 MEMBROS DO COMITÊ DE PATRIMÔNIO MUNDIAL

Argentina, Bélgica, China, Colômbia, Egito, Finlândia, Grécia, Hungria, Índia, Lebanon, México, Nigéria, Oman, Portugal, República da Coreia, Federação Russa, Santa Lucia, África do Sul, Tailândia, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte e Zimbabwe.

REPRESENTANTES DO BRASIL (observadores):

- Luiz Henrique Pereira da Fonseca
Embaixador do Brasil
- João Lanari Bo
Conselheiro do Brasil na Unesco
- Marco Antonio Galvão
Arquiteto – Projeto Monumenta Iphan/Minc (DF)
- Fernando Madeira da Costa
Arquiteto do Iphan (DF)
- Nasr Chaul
Secretário de Cultura do Estado de Goiás
- Fernando Cupertino de Barros
Secretário da Saúde do Estado de Goiás
- José Pedro de Oliveira Costa
Secretário de Bio-Diversidades e Florestas
- Alcides Rodrigues
Vice-Governador do Estado de Goiás
- Raquel Rodrigues
Representante da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembléia Legislativa de Goiás
- Sérgio Abi-Sad Caldas
Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil
- Brasilete Ramos Caiado
Presidente do MPCG
- Marco Antonio Veiga de Almeida
Secretário de Cultura e Turismo da cidade de Goiás
- Karla Moraes
Repórter de *O Popular*
- Agenor Curado
Deputado Estadual

ANEXO IV
MULHERES CELIBATÁRIAS NO CENTRO HISTÓRICO

RUA	MULHERES CELIBATÁRIAS POR RESIDÊNCIA						
Rua da Cambaúba	FAMÍLIA LACERDA: Regina	FAMÍLIA LACERDA OLIVEIRA: Alzilina Lourdes	FAMÍLIA PASSOS VIANA: Eleuza				
Largo do Rosário	FAMÍLIA BATISTA: Teresinha Inês Regina Ana	FAMÍLIA AZEREDO BASTOS: Olímpia Alita Dulce	FAMÍLIA BARROS RODRIGUES: Teonila Teresica Maria Cecília	FAMÍLIA VELASCO: Lígia Lavínia	FAMÍLIA VEIGA JARDIM: Maria Adélia	FAMÍLIA BARROS VELASCO CURADO: Ondina	FAMÍLIA MARQUES TOCANTINS: Aurora (Loia)
Rua Dom Cândido Penso	FAMÍLIA GOMES DE VELASCO: Marlene	FAMÍLIA TAVEIRA: Dulce Izabel	FAMÍLIA PECLAT: Maria				
Rua Monsenhor Azevedo	FAMÍLIA BAIA BORGES: Antolinda						
Rua Senador Eugenio Jardim	FAMÍLIA FERREIRA DE AZEVEDO: Rita Messias Otávia (adotiva)	FAMÍLIA GONZAGA: Diva	FAMÍLIA SOARES: Augusta Auritela	FAMÍLIA REMÍGIO: Eliza Maria	FAMÍLIA DAMASCENO: Regina Célia	FAMÍLIA FLEURY: Rosa	
Rua da Abadia	FAMÍLIA MALHEIROS: Ircema Aurisvalda	FAMÍLIA PINHEIRO: Eresvite Rufina Maria	FAMÍLIA PAIXÃO: Edith Amilce	FAMÍLIA JESUS Evarista			

Rua Passo da Pátria	FAMÍLIA LEMES BORGES: Maria						
Rua Hugo Ramos							
Rua Joaquim Bonifácio	FAMÍLIA AIRES DO COUTO: Goiandira						
Praça Tiradentes	FAMÍLIA DODÔ Maria Nice	FAMÍLIA ORTIZ DE CAMARGO Goiandira Outra irmã					
Rua Couto Magalhães	FAMÍLIA GUEDES: Neném	FAMÍLIA VEIGA JARDIM: Teresinha Rita	FAMÍLIA SANTA CRUZ SERRADOURADA: Ezaltina Ana	FAMÍLIA CUNHA SERRADOURADA Neusa Meire	FAMÍLIA RAMOS JUBÉ: Carlota Maria das Dores	FAMÍLIA LACERDA: Lícia	FAMÍLIA MARTINS DE ARAÚJO: Messias Nydia Amarylis Maria Madalena
Av. Dom Prudêncio							
Rua Moretti Foggia	FAMÍLIA PERILLO: Anita Lina						
Rua Treze de Maio	FAMÍLIA COUTINHO: Heloísa						
Rua Maximiano Mendes	FAMÍLIA MENDES: Emília	FAMÍLIA FLEURY: Matilde	FAMÍLIA PELLER: Linda	FAMÍLIA ALENCASTRO VEIGA: Valdecy	FAMÍLIA CAIADO DE CASTRO: Dolcy		

Rua Professor Ferreira	FAMÍLIA FLEURY: Gioconda Ligia						
Praça Zaquieu Alves de Castro	FAMÍLIA PELLEES: Josephina	FAMÍLIA SAMAHÁ: Milza					
Rua 24 de Julho							
Rua Joaquim Rodrigues	FAMÍLIA P. CRAVEIRO: Onira	FAMÍLIA CARDOSO: Dímpna Otávia	FAMÍLIA MORAES: Camélia	FAMÍLIA VELASCO BRITO: Anita			
Rua Dr. Neto	FAMÍLIA DIAS: Maria						
Rua das Flores	Filerinda						
Travessa do Seminário							
Travessa Sócrates							
Rua Luiz do Couto							
Praça do Coreto	FAMÍLIA VEIGA JARDIM: Teresinha Julieta Maria (Sinhá)	FAMÍLIA RAMOS CAIADO: Consuelo	FAMÍLIA ROCHA LIMA: Elza	FAMÍLIA BRANDÃO: Maria Luiza Eunice Cleusa			
Rua Félix de Bulhões	FAMÍLIA CAMARGO: Edméia						
Largo do Moreira							

Rua Ernestina	FAMÍLIA CASSIMIRO DE JESUS: Lélia Maria						
Rua Hermógenes Coelho	FAMÍLIA BERQUÓ: Heloísa						
Rua Marques Tocantins							
Rua Senador Caiado							
Largo do Chafariz	FAMÍLIA AMORIM: Diva Dinah Laila Darcília	FAMÍLIA SÓCRATES NASCIMENTO: Yeda Eunice	FAMÍLIA RAMOS CAIADO: Brasilete Brasilita	FAMÍLIA PACHECO: Clóris Maria	FAMÍLIA FLEURY DE PASSOS: Terezinha Ana Maria (adotiva) Marize (adotiva)		

ANEXO V

ATIVIDADES MULHERES SOLTEIRAS

ATIVIDADES	CELIBATÁRIAS (*) falecidas
ENSINO LAICO	<p>Regina Lacerda* Ginásio Oficial de Goyaz Lourdes Lacerda Oliveira Faculdade Cora Coralina (UEG) Lígia de Velasco* Professora primária Ondina Barros Curado* Professora primária Marlene Gomes de Velasco (adotiva) Faculdade Cora Coralina (UEG) Maria Peclat*: Professora e Diretora da Escola de Aprendizes e Artífices Rita Ferreira de Azevedo* Messias Ferreira de Azevedo* Colégio Sant’Ana e Curso Anexo do Liceu Auristela Soares*: Professora Augusta Soares Ensino Fundamental, Escola de Artes Plásticas “Veiga Valle” e Centro de Educação Patrimonial (CEP) Iracema Malheiros*: Professora e diretora do Colégio Estadual João Augusto Perillo Maria Soares de Camargo: Grupo Escolar “Mestre Nhola”; Diretora do Colégio Estadual de Goiás (antigo Liceu) Maria Pinheiro de Lemos*: Ensino fundamental Edith Paixão: Professora Amilse Paixão: Professora Maria Lemes Borges*: Professora em Goiânia Goiandira Aires do Couto: Professora do 6°. Batalhão de Polícia Militar, Professora da Escola de Artes Plásticas “Veiga Valle”. Nice (de Dodô): Goiandira Ortiz de Camargo: Professora da Faculdade de Letras da UFG Maria Carlota Guedes*: Professora de música do Liceu de Goiás Teresinha da Veiga Jardim: Professora no Ensino Fundamental Rita da Veiga Jardim: Professora no Ensino Fundamental Neusa de Lourdes Cunha (Serradourada): Professora no Ensino Fundamental Maria do Rosário Cunha*: Professora Carlota Maria Ramos Jubé*: Professora de Geografia e Música no Colégio Alcide Jubé (antigo Liceu de Goiás) e Colégio Santana Maria das Dores Ramos Jubé*: Professora de Geografia e Música no Colégio Alcide Jubé (antigo Liceu de Goiás) e Colégio Santana Nydia Martins de Araújo*: Professora da Escola Estadual de Goiás Amarylis Martins de Araújo*: Professora de 1º grau Maria Madalena Martins de Araújo: Professora de 1º grau Milza Samahá: Professora, formada em Letras e Farmácia Valdecy Alencastro Veiga*: Professora de 1º grau. Dolci Caiado de Castro*: Professora e diretora Onira Passos Craveiro: Professora Camélia Moraes: Professora de 1º grau do Colégio Estadual “Mestre Nhola” Anita Vellasco Brito: Professora de 1º grau Teresinha Batista: Inês Batista: Consuelo Caiado*: Farmacêutica (formada pelo Colégio Sion), ensinava francês em sua residência para alunas do Colégio Santana, que tinham dificuldades com a língua. Heloísa Coelho: Professora do Col. Est. Prof. “Alcide Jubé” Dinah Amorim*: Professora do Lyceu de Goiás Laila Amorim*: Professora do 1º grau Darcília Amorim*: Professora da Escola de Yêda Sócrates Brasilete Ramos Caiado*: Diretora da Faculdade de Filosofia “Cora Coralina”, professora de inglês particular; professora de inglês na Esc. Est. Prof. “Alcide</p>
ENSINO LAICO	

	<p>Jubé” Maria Pacheco*: Professora do 1º grau Teresinha Fleury Pacheco*: Professora do Jardim da Infância “Teresinha Viggiano Mendes” Yêda Sócrates do Nascimento*: Professora do Grupo Escolar de Goiás e Escola Normal Oficial; diretora da Escola Complementar</p>
ENSINO RELIGIOSO (Catequese)	<p>Olimpia de Azeredo Bastos: Igreja do Rosário (preparou Frei Marcos) Messias Ferreira de Azevedo*: Igreja do Rosário Auristela Soares*: 0000000 Teresinha Veiga Jardim: Igreja do Rosário Rita da Veiga Jardim: Igreja do Rosário Neusa de Lourdes Cunha (Serradourada): Igreja do Rosário Carlota Maria Ramos Jubé*: Maria das Dores Ramos Jubé*: Yêda Sócrates do Nascimento*: Diretora do serviço de catequese da Paróquia de Santana</p>
ECLESIÁICAS	<p>Clóris Pacheco*: Irmã Dominicana Meire Serradourada*: Irmã Dominicana</p>
ARTES (pintura, etc) literatura,	<p>Regina Lacerda: pintora e escritora (folclore); membro da Academia Goiana de Letras Maria Adélia Veiga Valle*: Ajudava Veiga Valle no trabalho com as esculturas Regina Célia Damasceno: Pintora, professora de pintura e Diretora da Escola de Artes Plásticas “Veiga Valle” Goiandira Aires do Couto: Pintora (com areias da Serra Dourada)</p>
COROS	<p>Maria Barros Rodrigues: Coro do Rosário Maria Peclat*: Coro do Rosário Messias Ferreira de Azevedo*: Coro do Rosário Rufina Pinheiro de Lemos*: Coro do Rosário; tocava órgão Maria Lemos Borges*: Coro da Igreja do Rosário: Maria Carlota Guedes*: Regente do Coro do Rosário Neusa de Lourdes Cunha (Serradourada): Coro do Rosário Carlota Maria Ramos Jubé*: Coro do Rosário e Coro da Igreja da Boa Morte Maria das Dores Ramos Jubé*: Coro do Rosário e Coro da Igreja da Boa Morte Emília Mendes: Coro das igrejas. Edméia Camargo*: Coro da Igreja da Boa Morte Diva Amorim*: Coro da Boa Morte Dinah Amorim*: Coro da Boa Morte Laila Amorim*: Coro da Boa Morte Darcília Amorim*: Regente do Coro da Boa Morte</p>
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ENSINO DE MÚSICA	<p>Rufina Pinheiro de Lemos*: Tocava órgão Maria Carlota Guedes*: Professora de música, pianista e regente do Coro do Rosário Carlota Maria Ramos Jubé*: Tocava piano e harmônio Maria das Dores Ramos Jubé*: Tocava piano e harmônio Emília Mendes: Tocava órgão e piano Matilde Fleury*: Professora de piano Edméia Camargo*: Tocava piano na Orquestra Ideal do Cinema Ideal (mudo) Dinah Amorim*: pianista e cantora Darcília Amorim*: Pianista Brasilete Ramos Caiado*: Pianista e professora de piano</p>
	<p>Eleuza Passos Viana: faz tenerife (trabalho manual semelhante à renda) Olimpia de Azeredo Bastos: crochet e culinária (empadão goiano)</p>

<p>SABERES (Comida, artesanato, histórias locais, etc)</p>	<p>Dulce de Azeredo Bastos*: crochet e tricot Teresica Barros Rodrigues*: crochet Teonila Barros Rodrigues*: culinária; em especial doces em calda (figo, carambola, laranja etc) Cecília Barros Rodrigues*: crochet e bordado à máquina Alzelina Lacerda Oliveira: crochet, cultivo de plantas ornamentais e costura Lígia de Velasco*: costurava para crianças carentes Maria Adélia Veiga Valle*: culinária (doces, petas, biscoitos) Aurora Marques Tocantins*: conhecedora e contadora das histórias de Goiás Otávia dos Santos*: culinária (empadão goiano e confeitos) Diva Gonzaga*: bordado e costura Elisa Remigio*: costura Maria Remigio*: costura Rosa Damasceno*: costura (exímia) Augusta Soares: culinária (pastelinho, empadão, confeitos, rosa de coco etc) Eresvite Pinheiro de Lemos*: culinária (doces, empadão, pastelinho, queijo de leite) Edith Paixão: Costura e crochê Amilse Paixão: Costura e crochê Evarista de Jesus*: Bordado sobre o tule (matizes); culinária (doces, biscoitos, bolos e salgados); jardinagem Maria Lemes Borges*: culinária (empadão goiano, doces) Goiandira Aires do Couto: costura, culinária (licor, doces em caldas e cristalizados) Teresinha Veiga Jardim: culinária (doce fruta, doces em calda) Ezaltina Santa Cruz Serradourada*: costura Lícia Lacerda*: Doces cristalizados; costura Francisca Craveiro*: Fazia velas Alcide Craveiro*: Fazia flores de organdi para grinalda de noivas e 1ª comunhão das meninas. Emília Mendes: Culinária (doces secos finos cristalizados, pastelinho, tortas salgadas e bacalhoada); bordava a matiz com perfeição. Dímpna Cardoso*: Costureira de roupas masculinas Octávia Cardoso*: Costureira de roupas femininas Maria Dias: Costureira Quita Coelho: Bordadeira, especialmente para noivas. Yêda Sócrates do Nascimento*: Culinária (quitandas)</p>
<p>IRMANDADES e ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS</p>	<p>Eleuza Passos Viana: Pia União das Filhas de Maria Maria Barros Rodrigues*: Irmandade do Rosário Teonila Barros Rodrigues*: Ordem Terceira Dominicana Lígia de Velasco*: Irmandade do Rosário Messias Ferreira de Azevedo (falecida): Ordem Terceira Dominicana, Pia União das filhas de Maria e Rosário Perpétuo. Elisa Remigio*: Irmandade do Rosário Perpétuo e Pia União das Filhas de Maria Maria Remigio*: Rosário Perpétuo e Pia União das Filhas de Maria Iracema Malheiros*: Irmandade de Nosso Senhor dos Passos Maria Lemes Borges*: Pia União das Filhas de Maria Maria do Rosário Cunha*: Irmã Dominicana (Irmã Esther) Lina Perillo*: Irmandade do Rosário Perpétuo Teresinha Veiga Jardim*: Pia União das Filhas de Maria, Ordem Terceira Dominicana, Coração de Jesus Rita da Veiga Jardim: Irmandade Rosarina, Coração de Jesus, Legião de Maria Neusa de Lourdes Cunha (Serradourada): Pia União das Filhas de Maria, Ordem Terceira Dominicana, Legião de Maria Nydia Martins de Araújo*: Irmandade do Rosário; Pia União das Filhas de Maria, Coração de Jesus Amarylis Martins de Araújo: Irmandade do Rosário; Pia União das Filhas de Maria, Coração de Jesus Maria Madalena Martins de Araújo: Irmandade do Rosário; Pia União das</p>

		<p>Filhas de Maria, Coração de Jesus</p> <p>Josefina Pelles*: Irmandade do Rosário Perpétuo; Pia União das Filhas de Maria</p> <p>Emília Mendes: Pia União das Filhas de Maria</p> <p>Valdecy Alencastro Veiga: Pia União das Filhas de Maria</p> <p>Onira Passos Craveiro: Pia União das Filhas de Maria</p> <p>Dímpna Cardoso*: Irmã Terceira Dominicana</p> <p>Otávia Cardoso*: Irmandade dos Passos e Irmandade de N. S. do Rosário</p> <p>Diva Amorim*: Irmandade Coração de Jesus</p> <p>Dinah Amorim*: Pia União das Filhas de Maria e Irmandade Coração de Jesus</p> <p>Laila Amorim*: Pia União das Filhas de Maria e Irmandade Coração de Jesus</p> <p>Eunice Sócrates do Nascimento: Irmã do Bom Jesus dos Passos; fez parte da diretoria várias vezes.</p> <p>Brazilete Ramos Caiado*: Irmã do Bom Jesus dos Passos</p>
<p>PROCISSÕES, FOLIAS, REZAS, PREPARAÇÃO DE ANDORES e FESTAS RELIGIOSAS.</p>		<p>Lígia de Velasco*: Festa do Rosário</p> <p>Lavinia de Velasco: Festa do Rosário (quermesse)</p> <p>Lina Perillo*: Festa do Rosário</p> <p>Edith Paixão: Organiza as celebrações da Igreja de Nossa senhora da Abadia; auxilia na Festa de N. S. da Abadia</p> <p>Amilse Paixão: Organiza as celebrações da Igreja de Nossa senhora da Abadia; auxilia na Festa de N. S. da Abadia</p> <p>Teresinha Veiga Jardim: Festa religiosas</p> <p>Rita da Veiga Jardim: Festas religiosas</p> <p>Neusa de Lourdes Cunha (Serradourada): Coordenadora da Festa do Rosário, auxilia padres dominicanos com o dízimo e na orientação de funcionários da Igreja do Rosário, dirige Grupo de Jovens do Rosário. Cuida da ornamentação do altar da Igreja do Rosário e auxilia em diversas outras festas religiosas.</p> <p>Carlota Maria Ramos Jubé*: Cuidava da Igreja do Carmo e auxiliava na Festa de N. S. do Carmo</p> <p>Maria das Dores Ramos Jubé*: Cuidava da Igreja do Carmo e auxiliava na Festa de N. S. do Carmo</p> <p>Josefina Pelles*: Festa do Rosário</p> <p>Milza Samahá: Oferece em sua residência, o lanche ao Bispo e demais autoridades eclesiásticas e civis, após Procissão do Fogaréu.</p> <p>Onira Passos Craveiro: Colabora com diversas atividades da igreja</p> <p>Anita Vellasco Brito: Colabora nas festas do Divino Espírito Santo e N. S. da Guia</p> <p>Maria Dias: Costura gratuitamente para a igreja: paramentos litúrgicos, toalhas do altar, etc.</p> <p>Teresina Veiga Jardim*: Costurou roupas para Azilo</p> <p>Edméia Camargo*: Tocava harmônio na Igreja</p> <p>Maria Cassimiro de Jesus: Fazia verônica</p> <p>Darcília Amorim*: Teve participação fundamental nas celebrações religiosas, pois recuperou relíquias da música sacra goiana e incorporando-as às celebrações.</p> <p>Maria Luiza Brandão: Colabora na Festa de Santana</p>
<p>AUXÍLIO CARENTES IDOSOS</p>	<p>AOS E</p>	<p>Alita de Azeredo Bastos*: Auxiliava os padres e freis nas visitas aos doentes e cadeia</p> <p>Auristela Soares*: Auxiliava nos serviços sociais da igreja</p> <p>Maria Carlota Guedes*: Membro e diretora do Dispensário Beneficente (padres dominicanos)</p> <p>Rita da Veiga Jardim: Chácara 000000 (dependentes químicos)</p> <p>Neusa de Lourdes Cunha (Serradourada): Auxilia padres dominicanos em trabalho social (periferias e assentamentos)</p> <p>Edith Paixão: Colabora no trabalho de costura para o Asilo São Vicente de Paulo</p> <p>Amilse Paixão: Colabora no trabalho de costura para o Asilo São Vicente de Paulo</p> <p>Onira Passos Craveiro: Prestou serviços de contabilidade pra fins filantrópicos;</p>

	<p>presta auxílio às irmãs dominicanas que residem no Centro Diocesano</p> <p>Eunice Sócrates do Nascimento: Asilo São Vicente de Paula</p> <p>Messias Ferreira de Azevedo*: Ajudou no Hospital São Pedro de Alcântara</p>
ASSOCIAÇÕES CIVIS	<p>Antolinda Baia Borges – OVAT, Obras Sociais da Diocese, Casa de Cora Coralina, Movimento Pró-Cidade de Goiás (MPCG), Conselho Municipal de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico.</p> <p>Regina Lacerda*: Goiás Clube</p> <p>Lourdes Lacerda Oliveira: MPCG e Gabinete Literário</p> <p>Marlene Gomes de Velasco: Asilo São Vicente de Paulo, Hospital São Pedro de Alcântara, Casa de Cora Coralina, OVAT, MPCG, Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, Gabinete Literário.</p> <p>Regina Célia Damasceno: Conselho Municipal de Cultura, OVAT</p> <p>Antolinda Baia Borges: Diretora do Museu de Arte Sacra, OVAT, Conselho Municipal de Cultura, Obras Sociais da Diocese, Asilo São Vicente de Paulo, MPCG</p> <p>Iracema Malheiros*: Conselho Municipal de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico, OVAT, APROVI, MPCG, Gabinete Literário</p> <p>Goiandira Aires do Couto: Fundadora da OVAT e Escola de Artes Plásticas “Veiga Valle”</p> <p>Rita da Veiga Jardim: APROVI, MPCG</p> <p>Goiandira Ortiz de Camargo: APROVI, PROLER, Gabinete Literário, Fundação Casa de Cora Coralina, MPCG</p> <p>Dolci Caiado de Castro*: Goiás Clube</p> <p>Valdecy Alencastro Veiga: Participou da diretoria do Goiás Clube</p> <p>Consuelo Caiado*: Sócia do Gabinete Literário; para onde fora, após sua morte, toda sua biblioteca.</p> <p>Yêda Sócrates do Nascimento*: Fundou o Goiás Clube, do qual foi diretora; fundou o Escoteirismo; criou uma Banda Infantil.</p> <p>Eunice Sócrates do Nascimento: Ajudava a irmã Yêda no escoteirismo.</p> <p>Brasilete Ramos Caiado*: Criou a APROVI (Associação de Proteção à Vida), foi fundadora e presidente do MPCG (Movimento Pró-cidade de Goiás); era membro da OVAT; era sócia e tesoureira do Gabinete Literário;</p> <p>Maria Soares de Camargo: Membro da direção do Goiás Clube</p>
RECONSTRUÇÃO DA CATEDRAL DE SANTANA	<p>Carlota Maria Ramos Jubé*</p> <p>Maria das Dores Ramos Jubé*</p> <p>Josefina Pelles*</p> <p>Darcília Amorim*: Líder da Associação Pró-reconstrução da Catedral de Santana</p> <p>Eunice Sócrates do Nascimento: Tesoureira; responsável por uma área da cidade na distribuição das cartas solicitando contribuição</p>
IPHAN	<p>Yêda Sócrates do Nascimento*: Diretora do Museu das Bandeiras</p> <p>Eunice Sócrates do Nascimento: Diretora do Museu das Bandeiras</p> <p>Antolinda Baia Borges: Funcionária</p> <p>Maria Luiza Brandão: Diretora do Museu das Bandeiras</p>
OUTRAS AÇÕES	<p>Emília Mendes: Fez campanha para aquisição do órgão da Igreja do Rosário</p> <p>Valdecy Alencastro Veiga: Participava juntamente com suas irmãs dos festivais de música da Festa de N. S. do Rosário (década de 50 e 60)</p> <p>Consuelo Caiado*: Ajudou o pai (Totó Caiado) na política</p> <p>Brasilete Ramos Caiado*: Lutou para que a cidade de Goiás tivesse os cursos de Pedagogia (como extensão da UFG), de Direito (extensão da UFG); de Letras, que posteriormente deu início à Faculdade de Filosofia “Cora Coralina”; colaborou com o Promotor Público, Dr. Sullivan, na desativação do garimpo do ouro no Rio Vermelho; promoveu junto com Frei Simão Dorvi a 1ª Semana de Artes da Cidade de Goiás; Diretora do Teatro São Joaquim; fez campanha para angariar fundos para o MPCG e para a Chácara de Recuperação Paraíso (dependentes químicos); pouco antes de falecer estava mobilizando as mulheres para criarem a Associação das Mulheres do Cerrado; programava a Feira do Cerrado; era tesoureira da Chácara de Recuperação Paraíso</p>

ANEXO VI
DIRETORIAS DAS ONGS E ENTIDADES ASSISTENCIAIS E CULTURAIS ENTRE 2000 e 2003

	Proprietário / Responsável	GESTÃO	Presidência ou Provedor	Vice-presidente	Secretário (1º)	Secretário (2º)	Tesoureiro (1º)	Tesoureiro (2º)	Conselho Fiscal ou conselheiros	OBS:
Irmandade do B. J. dos Passos		1999-2000 2000-2001 2001-	Arnulpho Caiado - Bispo Dom Eugenio - Edmundo Saddi	Iracema Malheiros						São membros: - Élder Camargo de Passos - Fernando Cupertino de Barros - Héber da Rocha Rezende Jr. - Hecival A. de Castro - Antolinda B. Borges Dentre outros
Hospital de C. S. P. de Alcântara			Frei Marcos Lacerda	Carlos Roberto de Castro	Marlene Gomes de Vellasco	Antolinda Baia Borges	Pastor Isaac / Pastor Valdivino	Maria de Lourdes de Araujo		
Asilo S. V. de Paula: Diretoria Executiva			Irmã Aspázia	Ir. Acirema Vieira Silva	Marlene Gomes de Vellasco		Ir. Maria de Lourdes do Carmo Curado	Antolinda Baia Borges		O Asilo tem uma diretoria formada pelas irmãs dominicanas e uma diretoria que além de algumas irmãs, conta com a participação da comunidade. É esta que consta

										acima.
Museu das Bandeiras	Iphan / MInc	2000 - 2003	Fátima Sócrates do Nascimento							
Gabinete Literário	Prefeitura Municipal		Maria de Lourdes Lacerda							
OVAT		1999-2001 2002-2004	Élder Camargo de Passos Héber da R. Rezende Jr.	Heber da Rocha Rezende Jr. Hecival Alves de Castro	Fernando Passos C. de Barros Marlene Gomes de Vellasco	Marlene Gomes de Vellasco Fernando Passos C de Barros	Antolinda Baía Borges Élder Camargo de Passos	Hecival Alves de Castro Antolinda Baía Borges		
Museu de Arte Sacra	Diocese de Goiás		Antolinda Baía Borges							
Obras Sociais da Diocese	Diocese de Goiás		Dom Eugênio Rixen		Idelmar de Paiva Neto (marido de Salma)		Daniel Bertuzzi		Frei Marcos Lacerda - Francisco Capponi - Norma Aparecida Silva	
Palácio Conde dos Arcos	Estado de Goiás		José Filho							
Casa de Cora Coralina	Associação Casa de Cora		Marlene Gomes de Vellasco	Goiandira Ortiz de Camargo	Élder Camargo de Passos	Salma W. Saddi de Paiva				
Conselho Municipal de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico		1998-2001	Regina Célia Damasceno	Iracema Malheiros					- Antolinda - Marlene - Élder - Héber - Hecival - Fernando - Brasilete	

									- Salma - Marco Antonio - M. Lourdes Lacerda - Aloísio Godinho - Wanderlei O. da Silva - Goiandira O. de Camargo - Frei Marcos	
FECIGO			Élder Camargo de Passos							Foram articuladoras do Proler: Selma Pires Maria Goreth Mamede Helna Lima
PROLER			Goiandira Ortiz de Camargo Ebe Maria Lima Siqueira							
APROVI		2000-2003	Ebe Maria Lima Siqueira -	Hellé Coutinho Alencastro -	Fátima Sócrates - Museu das		Brasilete Caiado - Movimento			A APROVI é uma associação composta por

			PROLER da Cidade de Goiás	Seara Empresarial	Bandeiras		Pró-Cidade de Goiás			entidades. Cada entidade indica um membro para compor a diretoria da APROVI.
Teatro São Joaquim	Estado de Goiás		Brasilete Caiado							
Movimento Pró-Cidade De Goiás			Brasilete Caiado	Leonardo Rizzo	Idelmar de Paiva Neto (marido de Salma)	Maria de Lourdes Lacerda de Oliveira	Antolinda Baía Borges	Hellé Coutinho de Alencastro	Titulares: Aloísio Godinho Marco A. Veiga de Almeida Marlene Gomes de Vellasco Suplentes: José Humberto M. Pereira Sônia H. C. Pinto José Domingos Pereira	Presidente de honra: Irmã Aspazia

ANEXO VII

ÁREA DE ENTORNO PUBLICADA EM “CARTA À CIDADE DE GOIÁS”

Área de Entorno	[continuação da Área de Entorno]
<ul style="list-style-type: none"> - Rua Ernestina - Rua Damiana da Cunha desde a rua Ernestina até a ponte - Rua 15 de Novembro (antiga rua do Marinho) - Rua São Cristóvão - Beco São Cristóvão - Beco Taquara (antiga rua Primeira) - Rua Americano do Brasil - Rua Dr. Neto (rua das Carroças) - Rua Joaquim Rodrigues - Travessa do Seminário - Rua Professor Ferreira - Rua 25 de Julho - Travessa Sócrates - Rua Maximiano Mendes Rua Senador Caiado (antiga rua do Rio da Prata) - Rua Marques Tocantins - Rua Hermógenes Coelho (nomes antigos: Rua Cruz Machado, Rua Nova) - Largo do Moreira - Rua Félix de Bulhões - Rua Alcides Jubé [sic] - Rua Quintino Bocaiúva - Largo da Rodoviária - Avenida Dom Prudêncio ou Sebastião Fleury Curado - Praça Padre Arnaldo - Avenida São Pedro - Praça Tiradentes - Travessa Silva e Souza - Travessa do Carmo - Beco Vila Rica - Rua dos Bancários <p>[continua)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Rua Joaquim Bonifácio - Rua Hugo Ramos (antiga rua Rosa Gomes) - Beco do Ouro Fino - Rua da Conceição - Beco Santa Luzia - Rua Boa Vista - Rua Dom Bosco - Rua Santa Cruz - Rua Santa Bárbara (antiga rua Nova do Barroso) - Beco da Água Férrea - Beco Alcides Jubé [sic] - Trecho da avenida Contorno Leste - Rua São Paulo - Rua São Vicente - Rua das Flores - Travessa das Flores - Travessa São Paulo - Praça Domingos Gomes - Rua Padre Luiz Gonzaga - Travessa do Cotovelo - Rua Leite de Moraes - Rua do Matadouro - Rua Padre Arnaldo - Rua Dom João - Beco Silva e Souza - Continuação da Rua Gov. Luiz Mascarenhas - Rua Cachoeira Grande - Beco Cachoeira Grande - Travessa Cachoeira Grande - Travessa Passo da Pátria <p style="text-align: right;">“Carta à Cidade de Goiás”. Fundação Nacional próMemória. Brasília, dezembro de 1983.</p>

(Fonte: Finageiv, 1983)

ANEXO VIII
TOTAL DE MATERIAL COLETADO NAS RUAS ESCAVADAS

REFERÊNCIA	MATERIAL ARQUEOLÓGICO							
	CERÂMICA	VIDRADA	GRÉS	LOUÇA	VIDRO	METAL	OSSO	TOTAL
Alcide Jubé	2576	36	20	2281	2359	1119	2098	10489
Americano do Brasil	89	0	0	49	285	62	39	524
Av. Padre Arnaldo	30	0	0	26	732	67	10	865
Boa Vista	88	0	0	35	137	131	128	519
Bartolomeu Bueno	237	2	1	16	10	8	238	512
Beco Antônio Gomes	1	0	0	5	22	1	0	29
Beco Cachoeira Grande	1	0	0	4	12	5	2	24
Beco Mingu	0	0	0	3	5	44	3	55
Beco Ouro Fino	544	13	2	1047	0	169	1732	3507
Beco Padre Arnaldo	10	0	0	10	15	4	4	43
Beco Vila Rica	270	0	1	152	183	153	251	1010
Benjamin Constante	208	0	0	126	643	158	262	1397
Chácara do Bispo	1	0	0	0	3	0	0	4
Chupa Osso	1	0	0	6	20	3	0	30
Conceição	36	0	1	35	0	135	81	288
Coronel Santa Cruz	35	0	1	27	276	123	41	503
Couto Magalhães	55	1	2	32	57	36	19	202
D. João	59	0	0	9	54	73	196	391
D. Prudêncio	5190	12	10	4447	2165	1674	4519	18017
D' Abadia	53	0	1	33	175	115	102	479
Deusdete de Moura	116	2	0	53	26	7	120	324
do Carmo	179	0	0	77	145	98	85	584
Felix de Bulhões	737	19	0	274	310	264	557	2161
Hugo Ramos	171	3	0	96	84	41	161	556
Joaquim Bonifácio	65	0	0	93	355	278	91	882
Joaquim Rodrigues	59	0	1	34	23	72	135	324
José Joaquim Vieira	9	0	0	9	11	27	9	65
Luis do Couto	1	0	0	24	37	39	2	103
Marques Tocantins	124	0	0	36	162	66	120	508
Monsenhor Azevedo	253	2	13	169	92	69	513	1111

Pç dos Esp.José Gomes	3	0	0	0	7	7	17	34
Pç da Bandeira	28	0	0	20	38	21	53	160
Pç Domingos Gomes	278	0	1	236	453	167	633	1768
Pç Joaquim P. Conceição	176	1	0	75	872	267	664	2055
Pç. Tiradentes	769	3	2	634	339	289	1221	3257
Pç. Vinícius Fleury	43	0	0	23	99	37	30	232
Pç. Zaquel de Castro	32	0	0	14	41	44	15	146
Professor Ferreira	93	0	1	50	81	36	37	298
Quintino Bocaiúva	36	0	0	29	77	60	49	251
Rio Vermelho	55	0	0	31	164	48	230	528
Rua Padre Arnaldo	9	0	1	1	56	27	31	125
Santa Bárbara	89	0	1	22	87	47	149	395
São Pedro	24	0	1	32	61	28	26	172
Senador Eugenio Jardim	71	0	0	59	45	26	86	287
Tr da Matriz	410	13	0	209	115	157	424	1328
Tr do Carmo	161	11	0	131	378	95	127	903
Tr Central	271	0	1	100	154	108	265	899
Tr Dom Bosco	9	0	0	8	18	26	1	62
Tr Ferreira	589	10	0	230	83	68	1050	2030
Tr Marechal Abrantes	4	0	0	15	51	33	4	107
Tr Santa Luzia	254	0	2	308	713	227	175	1679
Tr Silva e Souza	15	0	0	3	10	40	18	86
Tr Sócrates	31	0	0	25	71	51	12	190
Tr Vargem Grande	64	0	0	16	8	21	99	208
Três de Maio	48	0	0	47	60	88	50	293
Vereador Cláudio A Veiga	74	0	1	54	174	83	102	488
Vereador Hugo Argenta	8	0	0	6	68	22	27	131
Vinte e Cinco de julho	6	0	0	17	108	20	21	172
TOTAL	14848	128	64	11603	12829	7184	17134	63790

FONTE: Fichas de quantificação do material arqueológico – NARQ/UEG Tabela: Relatório Final

(2002)

ANEXO IX –

ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE GOIÁS E PROPRIETÁRIOS DESAPROPRIADOS¹

Nº Ord.	Nome Projeto de Assentamento	Nome Proprietário desapropriado	Área	Famílias Assentadas	Data Obtenção	Imissão de Posse	Data Ato Criação
01	Mosquito	Urbano Berquó	1.786,2397	43	06/03/86	12/08/86	17/10/86
02	São João do Bugre	Hellion de Barros Oliveira	454,8255	9	10/08/87	12/11/87	25/04/88
03	São Felipe	Sérgio Taveira de Camargo	674,4915	13	23/06/89	03/04/91	03/09/91
04	Acaba Vida li	Companhia Níquel Tocantins	271,8076	4	23/06/89	02/04/91	03/09/91
05	Retiro	Sebastião Pedro Duckur Filho	736,4457	23	18/05/89	21/12/90	03/09/91
06	Rancho Grande	Sérgio Taveira de Camargo	800,1473	21	23/06/89	03/04/91	03/09/91
07	São Carlos	Sebastião Rodrigues da Cunha Espólio de Erotides	5.711,8198	156	24/11/93	31/05/94	06/02/95
08	Lavrinha		706,7123	28	20/12/93	22/09/94	06/02/95
09	Mata Do Baú	Alúcio de Alencastro	1.561,0707	41	04/09/95	28/02/96	09/04/96
10	Novo Horizonte	Alúcio de Alencastro	1.018,5037	22	10/11/95	29/02/96	16/05/96
11	Paraíso	Alúcio de Alencastro e Hellé Coutinho de Alencastro	1.278,8022	38	08/02/96	25/09/96	14/10/96
12	Buriti Queimado	Drogaria M.M. Ltda	1.198,1491	26	21/05/96	17/10/96	07/11/96
13	União Buriti	Priscilla Holondi Gaia	760,6935	31	30/05/96	17/10/96	14/11/96
14	Holanda	Sinésio Moreira da Costa e Evanilde Terezinha M. da Costa	1.347,0227	31	19/08/96	27/12/96	30/12/96
15	Bom Sucesso	Brasílio Ramos Caiado e Tânia Maria Mendes Caiado	1.714,1569	30	02/07/96	21/10/96	30/05/97
16	Baratinha	Alziro Gomes do Nascimento e Antônio Alves do Nascimento	762,8931	15	25/11/96	12/09/97	02/10/97
17	Vila Boa	- Juarez Godinho e Lucy Veiga Godinho Vicente Mário Machado e Ivone Marques Machado	793,2248	13	06/09/97	17/09/97	17/10/97
18	Engenho Velho		1.122,1655	30	16/05/97	11/11/97	09/12/97
19	Varjão	Adriano Alencastro	1.088,8791	19	08/10/97	15/01/98	05/03/98
20	Magali	Magali de Alencastro	423,2522	8	09/10/97	15/01/98	05/03/98
21	Serra Dourada	Prefeitura de Goiás (Doação de área pública)	239,3928	15			17/12/99
22	Dom Tomás Balduino	Willian Mendes de Moura e Nancy Rocha de Moura	2.961,3902	67	09/08/04	09/06/05	21/06/05

¹ Dados fornecidos pela Divisão Técnica – SR 04/T, Superintendência Regional do INCRA – SR-04, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Processos de números: 41260.1270/86; 293.41.260.609/88; 0907.41260.1450/91; 254/863-99 e 2741/86; 0907.41260.1448/91; 0907.41260.1452/91; 210-21450-1072/94; 1310.21450.1609/94; 21450.000228/96-51; 21450.000304/96-37; 21450.001284/96-07; 21450.001385/96-74; 21450.001386/96-37; 21450.001647/96-19; 54150.000680/97-28; 54150.001505/97-01; 54150.001540/97-02; 54150.002109/97-10; 54150.000361/98-21; 54150.000360/98-68; 54150.001127/99-10; 54150.000349.04/99.

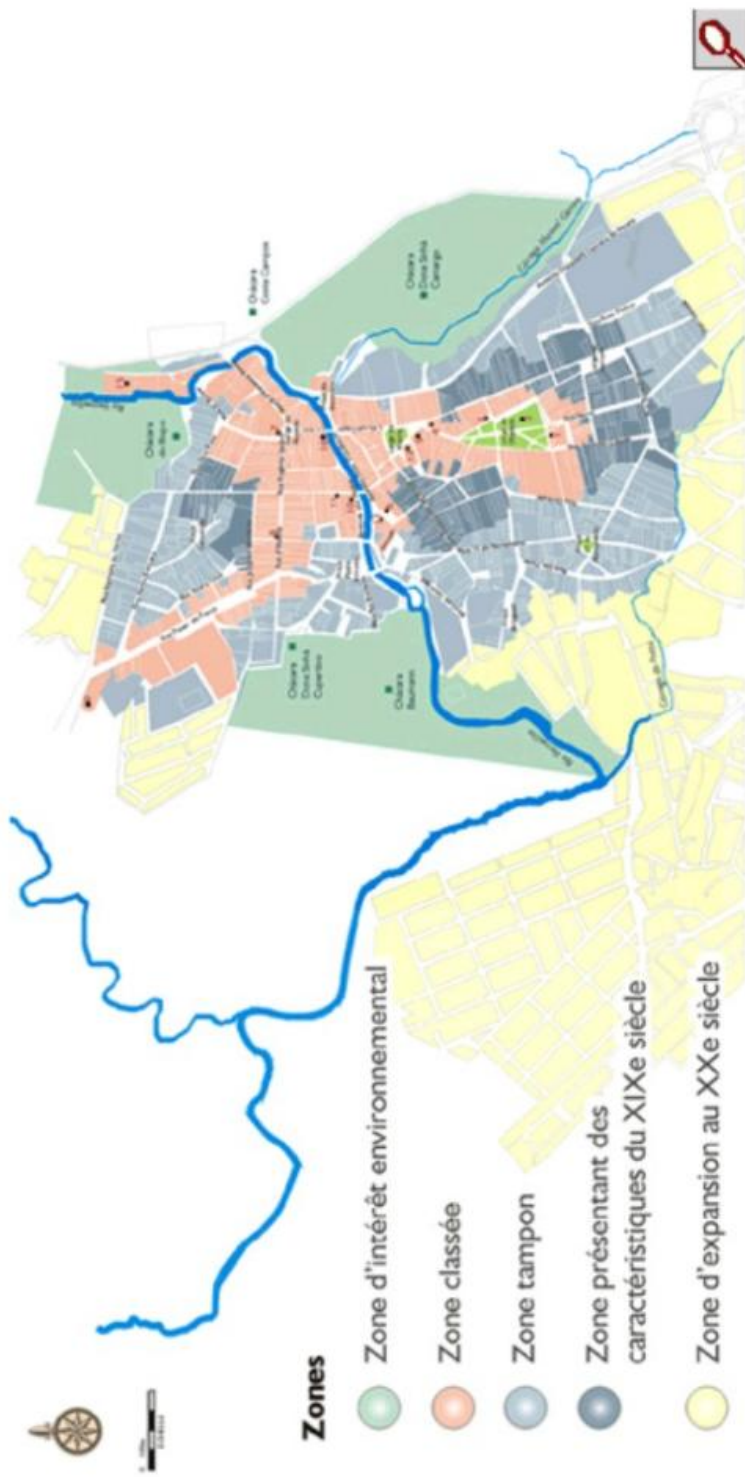
MAPA 16

ZONAS PROTEGIDAS PELO IPHAN



PROPOSITION D'INSCRIPTION DE LA VILLE DE

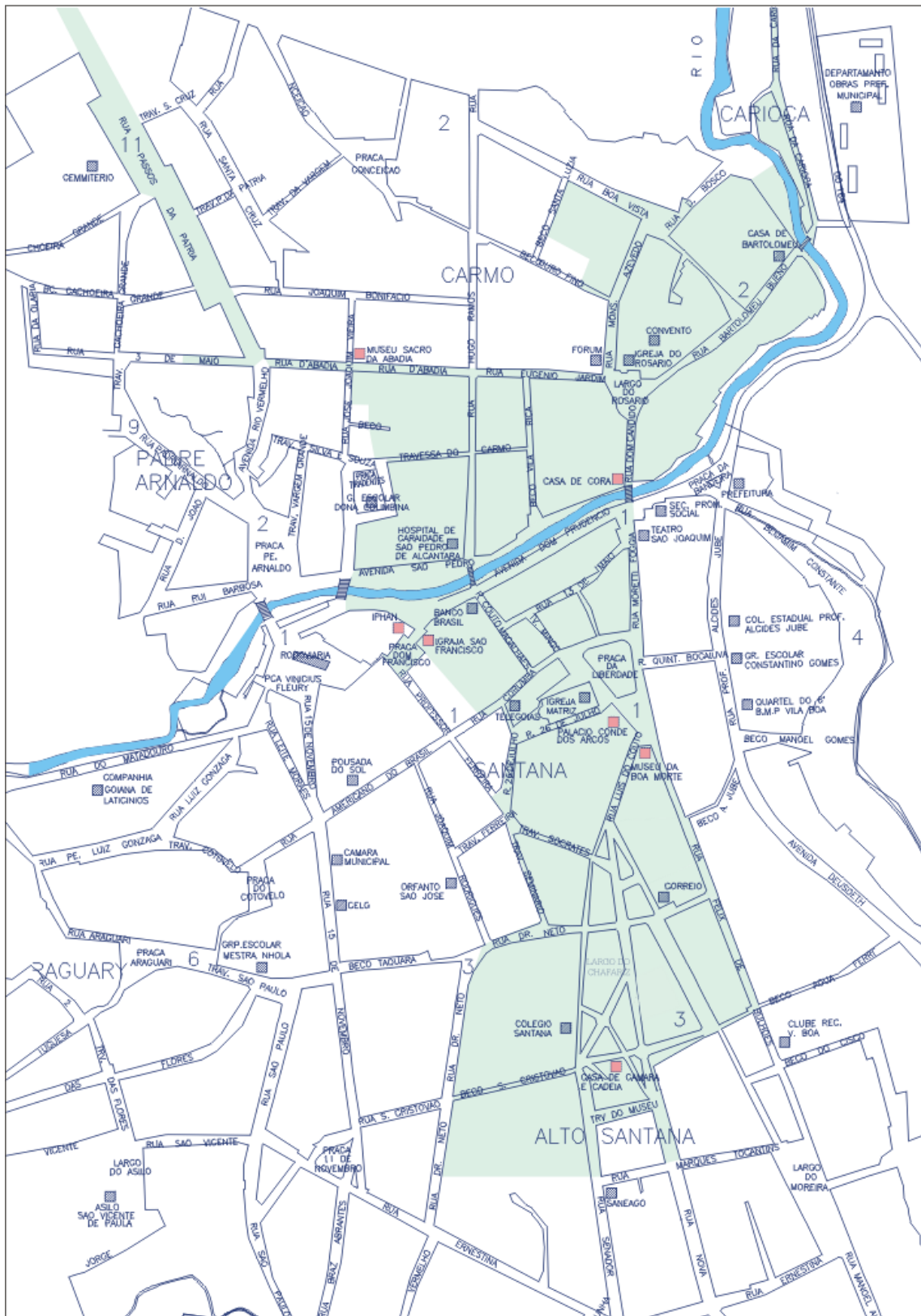
GOIÁS SUR LA LISTE DU PATRIMOINE MONDIAL



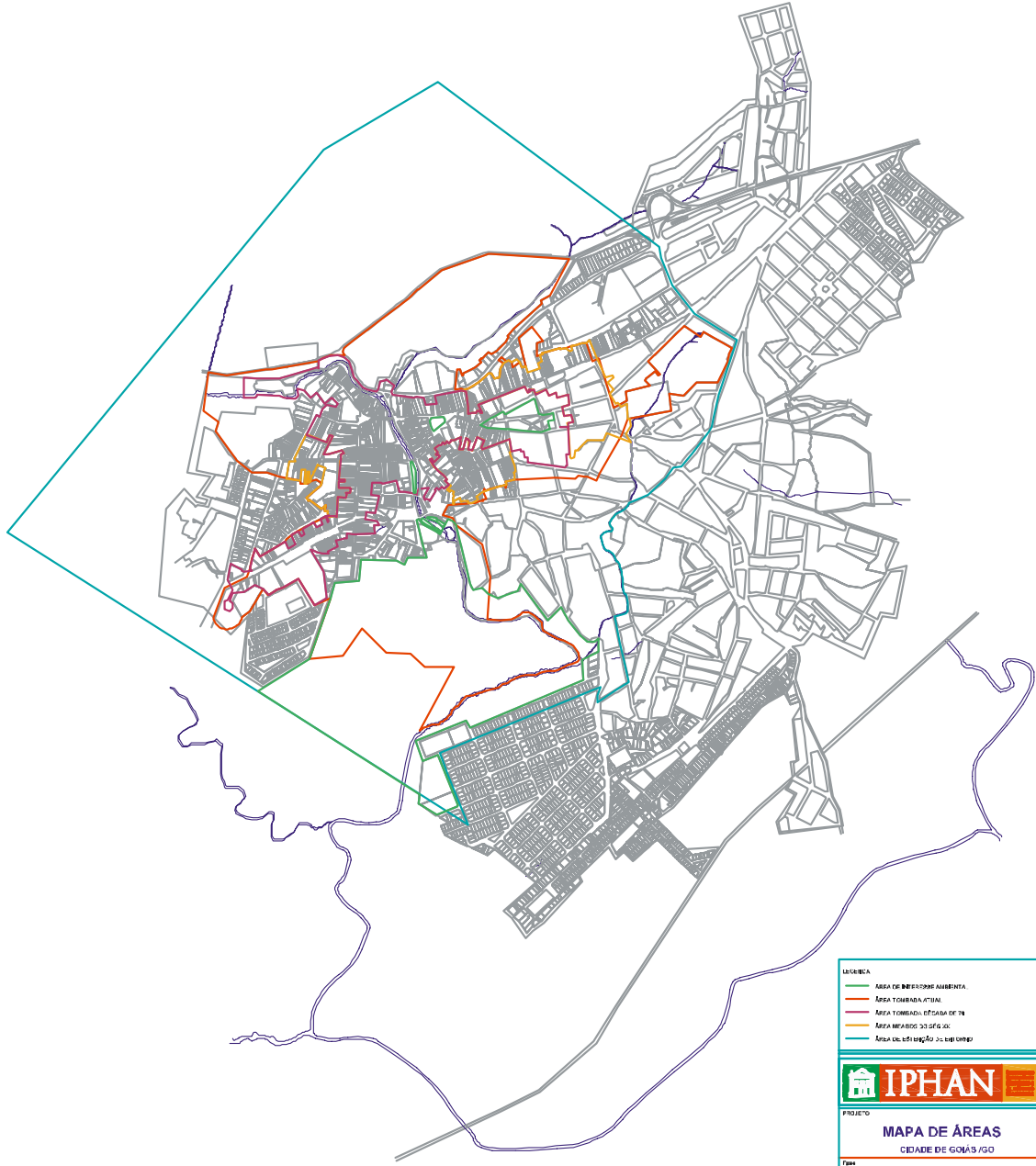
Zones protégées par l'IPHAN
Cartographie

Carte XXVIII

Fonte: Dossiê (IPHAN - 1999)



Fonte: 17ª Sub-Regional do IPHAN (Cedido pelo Diretor em 2001)



<p>LEGENDA</p> <ul style="list-style-type: none"> — ÁREA DE RESERVA AMBIENTAL — ÁREA TOMBADA ATUAL — ÁREA TOMBADA DE CADEIA DE TI — ÁREA MEMÓRIA DO SÍTIO DE — ÁREA DE RESERVA DO SÍTIO DE 	
<p>PROJETO</p> <p>MAPA DE ÁREAS</p> <p>CIDADE DE GOIÁS/GO</p>	
<p>Tema</p> <p>Levantamento Cadastral</p> <p>Subtema</p> <p>Planta Urbana</p>	
<p>Data</p> <p>13/12/06</p>	<p>PARCELA</p> <p>01/01</p>
<p>Escala</p> <p>1/15000</p>	
<p>Coordenadas</p> <p>Proj: UTM/BRASIL</p>	
<p>Proj: UTM/BRASIL</p>	

ANEXO XIII

RELAÇÃO DE IRMANDADES ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

Irmandade	Igreja	Especificação	Data do Compromisso
São Miguel e Almas	Igreja de Sant'Ana	Branco	1733
Nossa Senhora da Lapa	Igreja da Lapa	Branco	1757
Santíssimo Sacramento	Igreja de Sant'Ana	Branco	1784 (ereta em 1745)
São Bom Jesus dos Passos	Igreja de Sant'Ana Igreja de São Francisco (a partir de 1873)	Branco Branco	1812 (ereta em 1745)
Glorioso Santo Antonio	Igreja de Sant'Ana	Branco	1792
Nossa Senhora do Rosário	Igreja do Rosário	Pretos escravos	1796 (ereta em 1734)
Nossa Senhora da Boa Morte	Igreja da Boa Morte	Livres	1774 (ereta antes de 1752)
São Benedito	Igreja do Rosário (até 1786) Igreja do Carmo (a partir de 1786)	Livres Livres	Anterior a 1775 1804
São José dos Quatro Ofícios	Igreja do Rosário	Todos indistintamente	1750

